ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLII Nº 115

Brasília - DF, sexta-feira, 19 de junho de 2015

Sumário

PÁGINA

Atos do Poder Judiciário 1
Presidência da República 2
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 3
Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação 3
Ministério da Cultura 5
Ministério da Defesa 11
Ministério da Educação 16
Ministério da Fazenda 19
Ministério da Integração Nacional 26
Ministério da Justiça 27
Ministério da Previdência Social 30
Ministério da Saúde 30
Ministério das Cidades 42
Ministério das Comunicações 44
Ministério das Relações Exteriores 52
Ministério de Minas e Energia 54
Ministério do Desenvolvimento Agrário 59
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior ... 61
Ministério do Esporte 62
Ministério do Meio Ambiente 63
Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão 64
Ministério do Trabalho e Emprego 65
Ministério dos Transportes 76
Conselho Nacional do Ministério Público 76
Ministério Público da União 77
Tribunal de Contas da União 77
Poder Judiciário 134
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais . 196

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 2.699 (1)
ORIGEM : ADI - 123280 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : PERNAMBUCO
RELATOR : MIN. CELSO DE MELLO
REQTE.(S) : CONSELHO FEDERAL DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
ADV.(A/S) : MAURÍCIO GENTIL MONTEIRO

TABELA DE PREÇOS DE JORNAIS AVULSOS

Páginas	Distrito Federal	Demais Estados
de 02 a 28	R$ 0,30	R$ 1,80
de 32 a 76	R$ 0,50	R$ 2,00
de 80 a 156	R$ 1,10	R$ 2,60
de 160 a 250	R$ 1,50	R$ 3,00
de 254 a 500	R$ 3,00	R$ 4,50

- Acima de 500 páginas = preço de tabela mais excedente de páginas multiplicado por R$ 0,0107

ADV.(A/S) : RAFAEL BARBOSA DE CASTILHO
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE PERNAMBUCO
INTDO.(A/S) : ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou procedente a ação direta, para declarar a inconstitucionalidade dos artigos 4º e 12 da Lei nº 11.404, de 19 de dezembro de 1996, do Estado de Pernambuco, firmada a seguinte tese: "A previsão em lei estadual de depósito prévio para interposição de recursos nos Juizados Especiais Cíveis viola a competência legislativa privativa da União para tratar de direito processual (art. 22, I, da Constituição)". Ausente, neste julgamento, o Ministro Marco Aurélio. Presidiu o julgamento o Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 20.05.2015.

E M E N T A: **AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE - LEGISLAÇÃO ESTADUAL** *QUE INSTITUI EXIGÊNCIA DE DEPÓSITO RECURSAL* **NO VALOR** DE 100% DA CONDENAÇÃO *COMO PRESSUPOSTO DE INTERPOSIÇÃO* **DE QUALQUER RECURSO** *NO ÂMBITO* DOS JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - **REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE RECURSAL:** *TÍPICA MATÉRIA DE DIREITO PROCESSUAL* - **TEMA SUBMETIDO** *AO REGIME DE COMPETÊNCIA PRIVATIVA DA UNIÃO* (**CF**, ART. 22, INCISO I) - **USURPAÇÃO**, *PELO ESTADO-MEMBRO*, **DA COMPETÊNCIA PRIVATIVA** DA UNIÃO FEDERAL PARA LEGISLAR SOBRE DIREITO PROCESSUAL - **OFENSA** AO ART. 22, I, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA - **INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL** DECLARADA - **AÇÃO DIRETA JULGADA PROCEDENTE**.

- Os Estados-membros **e** o Distrito Federal **não dispõem** de competência **para legislar** *sobre direito processual*, **eis que**, *nesse tema*, **que compreende** a disciplina dos recursos em geral, **somente** a União Federal - **considerado** *o sistema de poderes enumerados* **e** de repartição constitucional de competências legislativas - **possui** atribuição para *legitimamente* estabelecer, *em caráter de absoluta privatividade* (**CF**, art. 22, n. I), **a regulação normativa** *a propósito de referida matéria*, **inclusive no que concerne** *à definição dos pressupostos de admissibilidade* **pertinentes** aos recursos **interponíveis** no âmbito dos Juizados Especiais. **Precedentes**.

- **Consequente inconstitucionalidade formal** (**ou** orgânica) de legislação estadual **que haja instituído** depósito prévio **como requisito de admissibilidade** *de recurso voluntário* **no âmbito** dos Juizados Especiais Cíveis. **Precedente**: **ADI 4.161/AL**, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 5.163 (2)
ORIGEM : ADI - 5163 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : GOIÁS
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : GOVERNADOR DO ESTADO DE GOIÁS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
INTDO.(A/S) : ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE GOIÁS
ADV.(A/S) : SEM REPRESENTAÇÃO NOS AUTOS
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DE CABOS E SOLDADOS DA PM E BM DO ESTADO DE GOIÁS - ACS/PM/BM - GO
ADV.(A/S) : ANA CAROLINE DE OLIVEIRA FERREIRA
AM. CURIAE. : ASSOCIAÇÃO DOS SUBTENENTES E SARGENTOS DA PM E BM DO ESTADO DE GOIÁS - ASSEGO
ADV.(A/S) : ANA CAROLINE DE OLIVEIRA FERREIRA

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Ministro Luiz Fux (Relator), julgou procedente o pedido formulado na ação, para declarar a inconstitucionalidade formal e material da Lei nº 17.882, de 27 de dezembro de 2012, da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás. Após o voto do Relator, que modulava a decisão para que lhe fosse dada eficácia a partir de novembro de 2015, no que foi acompanhado pela maioria, exceto pelo Ministro Marco Aurélio, que não modulava, e pela Ministra Cármen Lúcia, que modulava apenas para que outras forças fossem convocadas, de imediato, pelo Estado de Goiás, até no máximo o mês de novembro de 2015, com a nomeação**,** o Tribunal, vencido o Ministro Marco Aurélio, decidiu suspender o julgamento para aguardar o voto do Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), que se encontra em viagem oficial. Falaram, pelo Governador do Estado de Goiás, o Dr. Bruno Bizerra de Oliveira - OAB/GO 13.552, e, pelos *amici curiae* Associação de Cabos e Soldados da PM e BM do Estado de Goiás - ACS/PM/BM-GO, e Associação dos Subtenentes e Sargentos da PM e BM do Estado de Goiás - ASSEGO, a Dra. Ana Caroline de Oliveira Ferreira, OAB/GO 37.962. Ausente, justificadamente, o Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), em viagem oficial à República Popular da China, para participar do Fórum de Justiça do BRICS (bloco de países composto por Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), e de outros eventos. Presidência da Ministra Cármen Lúcia (Vice-Presidente). Plenário, 26.03.2015.

Decisão: Colhido o voto do Ministro Ricardo Lewandowski (Presidente), que acompanhou a Ministra Cármen Lúcia no sentido de que outras forças fossem convocadas de imediato, pelo Estado de Goiás, até no máximo o mês de novembro de 2015, com a nomeação dos concursados, não foi atingido o *quorum* para modulação dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade. Ausentes, justificadamente, o Ministro Celso de Mello e, participando do 3º Seminário luso-brasileiro de Direito, em Portugal, o Ministro Gilmar Mendes. Plenário, 08.04.2015.

EMENTA: CONSTITUCIONAL. AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. LEI Nº 17.882/2012 DO ESTADO DE GOIÁS. SERVIÇO DE INTERESSE MILITAR VOLUNTÁRIO (SIMVE). INOBSERVÂNCIA DA REGRA CONSTITUCIONAL IMPOSITIVA DO CONCURSO PÚBLICO. VIOLAÇÃO AOS ART. 37, II, E 144, § 5°, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PREVISÃO GENÉRICA E ABRANGENTE DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA: OFENSA AOS ARTS. 37, II, IX, E 144, *CAPUT*, DA CRFB/88. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. LEI ESTADUAL QUE CONTRARIA NORMAS GERAIS EDITADAS PELA UNIÃO. AÇÃO JULGADA PROCEDENTE.

1. O postulado do concurso público traduz-se na necessidade essencial de o Estado conferir efetividade a diversos princípios constitucionais, corolários do *merit system*, dentre eles o de que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza (CRFB/88, art. 5º, *caput*).

2. A Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios, conquanto instituições públicas, pressupõem o ingresso na carreira por meio de concurso público (CRFB/88, art. 37, II), ressalvadas as funções administrativas para trabalhos voluntários (Lei nº 10.029/2000), restando inconstitucional qualquer outra forma divergente de provimento.

3. À luz do conteúdo jurídico do art. 37, inciso IX, da Constituição da República e da jurisprudência firmada por esta Suprema Corte em sede de Repercussão Geral (RE 658.026, Relator Min. Dias Toffoli, Tribunal Pleno, DJe 31.10.2014), a contratação temporária reclama os seguintes requisitos para sua validade: *(i)* os casos excepcionais devem estar previstos em lei; *(ii)* o prazo de contratação precisa ser predeterminado; *(iii)* a necessidade deve ser temporária; *(iv)* o interesse público deve ser excepcional; *(iv)* a necessidade de contratação há de ser indispensável, sendo vedada a contratação para os serviços ordinários permanentes do Estado, e que devam estar sob o espectro das contingências normais da Administração, mormente na ausência de uma necessidade temporária.

4. No caso *sub examine*, não há qualquer evidência de necessidade provisória que legitime a contratação de policiais temporários para o *munus* da segurança pública, mercê de a lei revelar-se abrangente, não respeitando os pressupostos básicos de norma que almeja justificar a sua excepcionalidade frente à regra da Carta Magna (CRFB/88, art. 37, II e IX).

5. A competência legislativa concorrente entre a União e os Estados-membros (CRFB/88, art. 24), nos casos em que cabe àquela estabelecer normas gerais (§ 1º) e a estes normas suplementares (§ 2º), submete-se ao exame de constitucionalidade em sede de fiscalização normativa abstrata quando configurada inconstitucionalidade direta, imediata e frontal. Precedentes do Plenário:; ADI 1366 AgR, Rel. Min. Celso de Mello, Tribunal Pleno, DJe 20-09-2012; ADI 2656/SP, Rel. Min. Maurício Corrêa, Tribunal Pleno, DJ 01.08.2003; ADI 311 MC, Rel. Min. Carlos Velloso, Tribunal Pleno, DJ 14-09-1990.

6. É que afronta o texto maior lei estadual que regule fora das peculiaridades locais e de sua competência suplementar, atentando contra as normas gerais de competência da União em manifesta usurpação de competência (CRFB/88, arts. 22, XXI, e 24, § 2º).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

7. É inconstitucional, por vício formal, lei estadual que inaugura relação jurídica contraposta à legislação federal que regula normas gerais sobre o tema, substituindo os critérios mínimos estabelecidos pela norma competente.

8. *In casu*, a Lei nº 17.882, de 27 de dezembro de 2012, do Estado do Goiás, ao instituir o Serviço de Interesse Militar Voluntário Estadual (SIMVE) na Polícia Militar e no Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Goiás, instituiu uma classe de policiais temporários, cujos integrantes, sem o indispensável concurso público de provas e títulos, passam a ocupar, após seleção interna, função de natureza policial militar de maneira evidentemente inconstitucional.

9. Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente.

10. Proposta a modulação temporal pelo Relator, não se obteve, no Plenário, o *quorum* necessário para a sua aprovação.

Secretaria Judiciária
JOÃO BOSCO MARCIAL DE CASTRO
Secretário

Presidência da República

DESPACHOS DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 216, de 18 de junho de 2015. Solicita ao Congresso Nacional que seja considerada sem efeito, e, portanto, cancelada, a urgência pedida para o Projeto de lei nº 2.902, de 2011, enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 59, de 2015.

Nº 217, de 18 de junho de 2015. Solicita ao Congresso Nacional que seja considerada sem efeito, e, portanto, cancelada, a urgência pedida para o Projeto de lei nº 5.586, de 2005, enviado ao Congresso Nacional com a Mensagem nº 58, de 2015.

Nº 218, de 18 de junho de 2015. Encaminhamento ao Supremo Tribunal Federal de informações para instruir o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4673.

CASA CIVIL
INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 18 de junho de 2015

Entidade: Autoridade Certificadora SERPRO, vinculada à AC RAIZ
Processo nº: 00100.000017/2003-90

Acolhe-se o Relatório de Auditoria Operacional nº 016/2015 - AC SERPRO apresentado pela Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização, que apontou não conformidades nos itens: item 9.3.4 do DOC-ICP-02 versão 3.0; item 2.1.1, item 2.6.1.1, item 5.1.2.1.9, item 5.1.4, Item 5.1.8, item 5.3, item 5.3.2 do DOC-ICP-05 versão 3.7; e item 5.2, item 9.1 DOC-ICP-08 versão 4.0. Defere-se a manutenção do credenciamento da AC SERPRO e sua AR SERPRO, condicionada a regularização das não-conformidades nos prazos definidos no Anexo-I do Relatório de Auditoria Operacional nº 016/2015.

RENATO DA SILVEIRA MARTINI

SECRETARIA DE AVIAÇÃO CIVIL
AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL
SUPERINTENDÊNCIA DE AERONAVEGABILIDADE

PORTARIA Nº 1.474, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE AERONAVEGABILIDADE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 53, inciso II, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, resolve:

Art 1º Tornar pública a emissão do Adendo ao Certificado de Tipo (CT) abaixo relacionado, emitido na data respectivamente indicada:

Nº CT	Detentor do CT	Descrição	Aplicabilidade	Data
2009T07	GENERAL ELECTRIC COMPANY	Emissão do Adendo do Certificado de Tipo de Motor	EM-2009T07 - Modelo CT7-2E1	11.06.2015

Art. 2º O inteiro teor do Certificado citado acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores, endereço http://www2.anac.gov.br/certificacao/Produtos/Especificacao.asp.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DINO ISHIKURA

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

DILMA VANA ROUSSEFF
Presidenta da República

ALOIZIO MERCADANTE OLIVA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

FERNANDO TOLENTINO DE SOUSA VIEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

JORGE LUIZ ALENCAR GUERRA
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

BERGMANN RODRIGUES TELES
Coordenador de Produção Substituto

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: 0800 725 6787

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 1.473, DE 16 DE JUNHO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA SUBSTITUTO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 41, incisos VIII e X, do Regimento Interno aprovado pela Resolução nº 110, de 15 de setembro de 2009, nos termos do disposto na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica, considerando o que consta do processo nº 00065.061213/2015-48, resolve:

Art. 1º Alterar e renovar a inscrição do aeródromo público abaixo, com as seguintes características:

I - denominação: Aeródromo de Cachoeiro do Itapemirim;

II - código OACI: SNKI;

III - município (UF): Cachoeiro do Itapemirim (ES); e

IV - ponto de referência do aeródromo (coordenadas geográficas): 20°50' 07"S / 041° 11'11"W;

Art. 2º A renovação de inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Art. 3º As características cadastrais do aeródromo serão publicadas no sítio da ANAC na rede mundial de computadores.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Fica revogada a Portaria DAC nº 719/SIE, de 12 de junho de 2000, publicada no Diário Oficial da União de 21 de junho de 2000.

RODRIGO FLÓRIO MOSER

SUPERINTENDÊNCIA DE PADRÕES OPERACIONAIS
GERÊNCIA DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO

PORTARIA Nº 1.475, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O GERENTE DE CERTIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES DE INSTRUÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso V, da Portaria nº 1494/SPO, de 2 de julho de 2014, considerando o que consta do processo nº 00065.047043/2015-99, resolve:

Art. 1º Revogar a homologação dos Cursos de Treinamento de Solo:

I - de ROBINSON 22 da ACES HIGH ESCOLA TOP DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA., situada à Av. Caramuru nº 1014, Bairro Jardim República, Ribeirão Preto (SP), CEP: 14030-000;

II - de ROBINSON 22 da AERO RECREIO ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA., situada à Av. das Américas nº 13750, bairro Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro (RJ), CEP: 22790-700;

III - de ROBINSON 22 da MASTER-ESCOLA DE AVIAÇÃO CIVIL LTDA., situada à Avenida Olavo Fontoura, nº 1078, Setor C, Lote 7, Campo de Marte, São Paulo (SP), CEP: 02012-021; e

IV - de UH-1H II (BH-05) da POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, situada à Avenida Feliciano Sodré, nº 273, Niterói, (RJ), CEP: 24030-010.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AUDIR MENDES DE ASSUNÇÃO FILHO

GERÊNCIA DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL

PORTARIA Nº 1.476, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O GERENTE DE OPERAÇÕES DA AVIAÇÃO GERAL, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 3375, de 20 de dezembro de 2013, nos termos dispostos no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 137 (RBAC nº 137), e com fundamento na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, que dispõe sobre o Código Brasileiro de Aeronáutica e considerando o que consta do processo nº 00072.001273/2013-51, resolve:

Art. 1º Emitir para a empresa CABAÇA AVIAÇÃO AGRÍCOLA LTDA., CNPJ nº 15.771.154/0001-54 o Certificado de Operador Aeroagrícola de nº 2015-06-6IKE-02-00, datado de 15 de junho de 2015, com base nas seguintes características:

I - Endereço da Sede Social: Rod. PA 279, S/N, Km 05, Hangar CDE, Aeroporto Municipal - Centro - Redenção/PA - CEP 68550-000;

II - Tipo de Operador: Aeroagrícola;

III - Tipo de Operação: Operações Aeroagrícolas Comerciais; e

IV - Regulamentação: RBAC nº 137.

Art. 2º - Independente do exposto na presente Portaria, as operações somente poderão iniciar-se e manter-se enquanto os seguintes documentos estiverem válidos:

I - Autorização para Operar SAE, outorgada pela Diretoria Colegiada dessa Agência publicada no Diário Oficial da União; e

II - Registro de Estabelecimento no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS VINÍCIUS FERNANDES RAMOS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SUPERINTENDÊNCIA FEDERAL NO ESTADO DO PARANÁ

PORTARIA Nº 319, DE 14 DE MAIO DE 2015

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428 de 09 de junho de 2010, publicada no DOU no dia 14 de junho de 2010 e e Portaria Ministerial n.°472, de 18 de maio de 2014, publicada no DOU nº65 de 19 de maio de 2014. E tendo em vista o disposto no art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º da Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.005088/2010-19, resolve:

Art. 1° Cancelar a pedido o credenciamento da empresa MD WOOD COMÉRCIO DE MADEIRAS LTDA, número BR PR 414, CNPJ n°08.320.956/0001-82, localizada Rodovia do Cerne, Km 45, Ventania-PR.

Art. 2º - Fica revogada a Portaria nº 1097 SFA/PR/MAPA de 20 de setembro de 2011, publicada na Seção I do DOU de 23 de setembro de 2011.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CHARLEN HENRIQUE SACONATO

PORTARIA Nº 321, DE 18 DE MAIO DE 2015

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428 de 09 de junho de 2010, publicada no DOU no dia 14 de junho de 2010 e Portaria Ministerial n.°295, de 03 de abril de 2014, publicada no DOU de 04 de abril de 2014. E tendo em vista o disposto no art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º da Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.004674/2009-21, resolve:

Art. 1° Cancelar a pedido o credenciamento da empresa SANTA MARIA COMPANHIA DE PAPEL E CELULOSE, número BR PR 455, CNPJ n°77.887.917/0001-84, localizada Rodovia BR 277, KM 364, Guarapuava-PR.

Art. 2º - Fica revogada a Portaria nº 148 SFA/PR/MAPA de 21 de março de 2012, publicada na Seção I do DOU de 26 de março de 2012.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIL BUENO DE MAGALHÃES

PORTARIA Nº 346, DE 3 DE JUNHO DE 2015

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DE AGRICULTURA NO PARANÁ no uso das atribuições contidas no art. 44, do Regimento Interno das Superintendências Federais de Agricultura, aprovado pela Portaria Ministerial nº 428 de 09 de junho de 2010, publicada no DOU no dia 14 de junho de 2010 e Portaria Ministerial n.°295, de 03 de abril de 2014, publicada no DOU de 04 de abril de 2014. E tendo em vista o disposto no art. 2º do Anexo I da Instrução Normativa nº 66, de 27 de novembro de 2006, Art. 3º da Lei nº 7802, de 11 de julho de 1989, no Decreto nº 4.074, de 4 de janeiro de 2002, e o que consta no Processo nº 21034.003514/2006-01, resolve:

Art. 1° Cancelar a pedido o credenciamento da empresa FORTEC INDUSTRIA E COMERCIO DE EMBALAGENS LTDA, número BR PR 263, CNPJ n°07.744.918/0001-94, localizada na Rua Francisco Galarda, 311, Barracão 1, Araucária-PR.

Art. 2º - Fica revogada a Portaria nº 482 SFA/PR/MAPA de 09 de setembro de 2013, publicada na Seção I do DOU de 13 de setembro de 2013.

Art. 3° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GIL BUENO DE MAGALHÃES

PORTARIAS DE 17 DE JUNHO DE 2015

O SUPERINTENDENTE FEDERAL DA AGRICULTURA NO ESTADO DO PARANÁ SUBSTITUTO, no uso das atribuições previstas no Artigo 44, do Regimento Interno das SFA, aprovado através da Portaria Ministerial nº 428, de 09 de junho de 2010, publicada no DOU de 14 de junho de 2010, e Portaria Ministerial nº 472 de 16 de maio 2014, publicada no DOU de 19 de maio de 2014, e para fins de aplicação do disposto no Decreto-Lei nº 818, de 05 de setembro de 1969 e Instrução Normativa nº 22 de 20 de junho de 2013, resolve:

Nº 368 -HABILITAR o Médico Veterinário ADRIANA CHAVARSKI, CRMV-PR Nº 12300, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das seguintes espécies (Processo nº 21034.001862/2015):
1-Equinos, asininos e muares no Estado do Paraná;
2-Bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos exclusivamente para a saída de eventos agropecuários do Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná.

Nº 369-HABILITAR o Médico Veterinário ALDEMIR ANTONIO VICARI, CRMV-PR Nº 3635, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das seguintes espécies, processo nº 21034.004193/2014, torna-se sem efeito a Portaria nº 1146 de 04/11/2008.
1-Aves, equinos, asininos e muares no Estado do Paraná;
2-Bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos exclusivamente para a saída de eventos agropecuários do Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná.

Nº 370 - HABILITAR o Médico Veterinário ANDRIELLI VANESSA BARBOSA, CRMV-PR Nº 11497, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das seguintes espécies (Processo nº 21034.002077/2015):
1-Equinos, asininos e muares no Estado do Paraná;
2-Bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos exclusivamente para a saída de eventos agropecuários do Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná.

Nº 371 - HABILITAR o Médico Veterinário SHEILA DAIANE BORECKI VIDIGAL, CRMV-PR Nº 10862, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das seguintes espécies (Processo nº 21034.001861/2015):
1-Equinos, asininos e muares no Estado do Paraná;
2-Bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos exclusivamente para a saída de eventos agropecuários do Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná.

Nº 372 - HABILITAR o Médico Veterinário LEANDRO FRANCISCO CICHOSKI, CRMV-PR Nº 10590, para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais das seguintes espécies (Processo nº 21034.002127/2015):
1-Equinos, asininos e muares no Estado do Paraná;
2-Bovinos, bubalinos, ovinos e caprinos exclusivamente para a saída de eventos agropecuários do Estado do Paraná, destinados aos municípios do Estado do Paraná.

Nº 373 - HABILITAR o Médico Veterinário DENISE CHIAPETTI ADAMCHUK, CRMV-PR nº 3254 para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL para fins de trânsito de animais espécie AVES no Estado do Paraná (Processo nº 21034.002128/2015).

Nº 374 - CANCELAR A HABILITAÇÃO para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL no Estado do Paraná, de acordo com os itens III e V da Instrução Normativa nº 22 de 20/06/2013, do Médico Veterinário EDUARDO STEIN DA SILVA, CRMV-PR nº 12354, tornando sem efeito a Portaria de Habilitação nº 331 de 05/08/2014 (Processo nº 21034.002916/2014).

Nº 375 - CANCELAR A HABILITAÇÃO para fornecer GUIA DE TRÂNSITO ANIMAL no Estado do Paraná, de acordo com o item VII da Instrução Normativa nº 22 de 20/06/2013, do Médico Veterinário GLAUCIA MARTINS, CRMV-PR nº 5755, tornando sem efeito a Portaria de Habilitação nº 307 de 23/07/2014 (Processo nº 21034.002677/2014).

CHARLEN HENRIQUE SACONATO

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

COMISSÃO TÉCNICA NACIONAL DE BIOSSEGURANÇA

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.586/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 183ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 11 de junho de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº 01200.001182/1997-49

Requerente: Escola Paulista de Medicina- Universidade Federal de São Paulo/ UNIFESP

CQB: 028/97

Próton: 40372/2013 e 17542/14

Endereço: Rua Botucatu, 862 - (Prédio do CEDEME) 1º andar, Vila Clementino - São Paulo - SP. CEP: 04023-062. Fone: (11) 5576-4558, Fax: (11)5571-5780.

Assunto: Solicitação de parecer para extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança para áreas com Nível de Biossegurança NB-1.

Extrato Prévio: 3819/13 publicado em 15 de outubro de 2013.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do processo do pedido de Parecer Técnico referente à Solicitação de Extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança (CQB) da instituição para áreas com nível de biossegurança NB-1, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A presidente da CIBio da Escola Paulista de Medicina - Universidade Federal de São Paulo, Dra. Marimélia A. Porcionatto, solicita à CTNBio parecer técnico para extensão do Certificado de Qualidade em Biossegurança da instituição para áreas com nível de biossegurança NB-1. As áreas a serem cadastradas são as do laboratório denominado Biotério, localizado no endereço: UNIFESP Campus Baixada Santista, Av. Ana Costa, nº 95 Vila Mathias- Santos - SP. Os organismos a serem manuseados nessas instalações são camundongos Mus musculus nulos para o adrenoreceptor beta-2. O responsável técnico pela área será a Dra. Regina Célia Spadari e esta declara que as instalações do laboratório dispõem de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. O processo descreve as condições de biossegurança das áreas a serem cadastradas, as medidas de biossegurança propostas para o laboratório e a qualificação da equipe de pesquisadores envolvida no projeto, bem como a declaração formal do responsável assegurando que as condições descritas no processo são apropriadas à realização dos projetos propostos. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.587/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 183ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 11 de junho de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.004893/1997-93.

Requerente: Instituto Butantan.

CQB: 39/98.

Próton: 6528/2014 e 20322/2015

Endereço: Avenida Vital Brasil, 1500 CEP: 05503-900 - São Paulo/SP.

Assunto: Solicitação de parecer técnico para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para instalações com nível de biossegurança NB-2.

Extrato Prévio: 4152/14 publicado no DOU em 25 de junho de 2014.

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação da Solicitação de parecer técnico para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para instalações com nível de biossegurança NB-2, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Dra. Aryene Góes Trezena, presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Instituto Butantan, solicita à CTNBio parecer técnico para extensão de Certificado de Qualidade em Biossegurança para instalações com nível de biossegurança NB-2. As instalações a serem incluídas no CQB da instituição são designadas como: Laboratório Especial de Ciclo Celular e está localizado no endereço Av. Vital Brasil, 1500, Butantã, São Paulo. Os organismos a serem manipulados nessas instalações são linhagens de células de mamíferos geneticamente modificados, sob a responsabilidade do pesquisador Dr. Hugo Aguirre Armelin. O pesquisador responsável declara que o laboratório dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.588/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 183ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 11 de junho de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000423/2010-16

Requerente: Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto - FHRP.

CQB: 297/10

Próton: 8179/2015

Endereço: Rua Tenente Catão Roxo, 2501. Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto/SP, CEP 14051-140.

Assunto: Solicitação de parecer para execução de projetos com organismos da classe de risco 2.

Extrato Prévio: nº 4512/2015 publicado no DOU em 07 de maio de 2015

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do processo de pedido de Parecer Técnico referente à Solicitação de Parecer para projeto, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto - FHRP, Dra. Simone Kashima Haddad, solicita a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança parecer técnico para execução de atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos da classe II de risco biológico. O projeto a ser executado é denominado: "Estudo das células mesenquimais multipotentes em meio de cultura enriquecido com fatores pró-angiogênicos". Os organismos a serem manipulados são: linhagens celulares humanas transformadas com vetores Lentivirais comerciais com genes humanos. O responsável pelo projeto será o Dr. Dimas Tadeu Covas e este declara que a instituição possui todas as condições técnicas para conduzir com segurança as atividades propostas. A documentação contém o resumo do projeto, descrição das instalações e equipamentos relacionados à biossegurança e croqui da instalação. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.589/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 183ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 11 de junho de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.000423/2010-16

Requerente: Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto - FHRP.

CQB: 297/10

Próton: 8184/2015

Endereço: Rua Tenente Catão Roxo, 2501. Bairro Monte Alegre, Ribeirão Preto/SP, CEP 14051-140.

Assunto: Solicitação de parecer para execução de projetos com organismos da classe de risco 2.

Extrato Prévio: nº 4513/2015 publicado no DOU em 07 de maio de 2015

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do processo de pedido de Parecer Técnico referente à Solicitação de Parecer para projeto, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Presidente da Comissão Interna de Biossegurança da Fundação Hemocentro de Ribeirão Preto - FHRP, Dra. Simone Kashima Haddad, solicita a Comissão Técnica Nacional de Biossegurança parecer técnico para execução de atividades de pesquisa em regime de contenção com organismos da classe II de risco biológico. O projeto a ser executado é denominado: "Geração de células-tronco pluripotentes induzidas (Ips) a partir de células somáticas de indivíduos com fenótipo de interesse para transfusões sanguíneas". Os organismos a serem manipulados são: linhagens celulares humanas transformadas com vetores Lentivirais comerciais com genes humanos. A responsável pelo projeto será a Dra. Simone Kashima Haddad e esta declara que a instituição possui todas as condições técnicas para conduzir com segurança as atividades propostas. A documentação contém o resumo do projeto, descrição das instalações e equipamentos relacionados à biossegurança e croqui da instalação. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.590/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 183ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 11 de junho de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002347/1998-53

Requerente: Departamento de Radiologia da Faculdade de Medicina da USP

CQB: 084/98

Próton: 18315/15

Assunto: Solicitação de parecer técnico para execução de atividade de pesquisa em regime de contenção com OGM da classe de risco II.

Extrato Prévio: nº 4573/2015 publicado no DOU em 11 de maio de 2015

Decisão: DEFERIDO

A CTNBio, após apreciação do processo de pedido de Parecer Técnico referente à Solicitação de Parecer para projeto, concluiu pelo deferimento, nos termos deste Parecer Técnico. A Dra. Maria Aparecida Nagai, presidente da Comissão Interna de Biossegurança do Departamento de Radiologia da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo solicitou parecer técnico da CTNBio para execução de atividade de pesquisa em regime de contenção com Organismo Geneticamente Modificado da classe de risco 2 a serem executados em área já credenciada pela CTNBio como NB-2, assim denominados: "Investigação dos mecanismos da resposta imune antitumoral induzida pela transferência gênica combinada de p19Arf e interferon-beta". O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança. O pesquisador responsável declara que o laboratório dispõe de infraestrutura adequada e pessoal técnico capaz de gerir o risco associado à atividade proposta. No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a Comissão concluiu que o presente pedido atende às normas da CTNBio e à legislação pertinente que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

EXTRATO DE PARECER TÉCNICO Nº 4.591/2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público que na 183ª Reunião Ordinária da CTNBio, realizada em 11 de junho de 2015, a CTNBio apreciou e emitiu parecer técnico para o seguinte processo:

Processo nº: 01200.002347/1998-53

Requerente: Departamento de Radiologia da Faculdade de Medicina da USP

CQB: 084/98

Próton: 18315/15

Assunto: Solicitação de Parecer para Projeto NB-2

Extrato Prévio: 4541/15 publicado em 24/04/15

Decisão: DEFERIDO

A presidência da Comissão Interna de Biossegurança da instituição solicitou parecer técnico da CTNBio para a execução de projeto de Nível de Biossegurança 2/NB-2 a ser executado em área já credenciada pela CTNBio como NB-2, assim denominado: "Caracterização do papel das diferentes isoformas de S6Ks em modelo de câncer de próstata". O projeto foi enviado contendo as informações concernentes à biossegurança.

No âmbito das competências dispostas na Lei 11.105/05 e seu decreto 5.591/05, a CTNBio concluiu que o presente pedido atende às normas e legislação pertinentes que visam garantir a biossegurança do meio ambiente, agricultura, saúde humana e animal.

A CTNBio esclarece que este extrato não exime a requerente do cumprimento das demais legislações vigentes no país, aplicáveis ao objeto do requerimento.

A íntegra deste Parecer Técnico consta do processo arquivado na CTNBio. Informações complementares ou solicitações de maiores informações sobre o processo acima listado deverão ser encaminhadas por escrito à Secretaria Executiva da CTNBio.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

DESPACHO DO PRESIDENTE
Em 18 de junho de 2015

O Presidente da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança - CTNBio, no uso de suas atribuições e de acordo com o artigo 14, inciso XIX, da Lei 11.105/05 e do Art. 5º, inciso XIX do Decreto 5.591/05, torna público, que fica CANCELADO, o Extrato Prévio 4623/2015 publicada no DOU n° 99, seção 3, página 9, de 27/05/2015.

EDIVALDO DOMINGUES VELINI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS



Ministério da Cultura

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 380, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O SECRETÁRIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista o disposto no art. 37, Inciso II, da Constituição Federativa, e o disposto no item 14.8 do Edital nº 1/2013, publicado no Diário Oficial da União, em 29 de janeiro de 2013, resolve:

Art. 1º Prorrogar por mais 2 (dois) anos o prazo de validade do Concurso Público MinC/2013 para provimento do cargo de Técnico de Nível Superior, do Plano Especial de Cargos da Cultura, homologado pelo Edital nº 7/2013, publicado no Diário Oficial da União em 19 de junho de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO CALDEIRA BRANT MONTEIRO DE CASTRO

PORTARIA Nº 381, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Estabelece os limites de movimentação e empenho para o atendimento das Despesas Discricionárias no âmbito das unidades do Ministério da Cultura e de suas entidades vinculadas para o exercício de 2015 e dá outras providências.

O SECRETARIO EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso das atribuições conferidas no parágrafo único do art. 4º no Anexo I do Decreto 7.743, de 31 de maio de 2012, bem como no art. 115 do Anexo II da Portaria nº 40, de 30 de abril de 2013, e nos incisos I a IV do art. 1º da Portaria MinC nº 334, de 12 de junho de 2002, e

Considerando o disposto na Lei nº 4.320/1964, na Lei Complementar nº. 101/2000, na Lei nº 10.180/2001, na Lei nº 13.080/2015 (Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015), na Lei nº 13.115/2015 (Lei Orçamentária Anual 2015), no Decreto nº 93.872/1986, no Decreto nº 7.654/2011, no Decreto nº 8.407/2015, no Decreto nº 8.456/2015, no Decreto nº 6.170/2007, na Portaria nº 172/2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e no Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (Portaria Conjunta STN/SOF nº 1, de 20 de junho de 2011), resolve:

Art. 1º Ficam definidos, na forma do Anexo I desta Portaria, os limites de movimentação e empenho para o atendimento das Despesas Discricionárias no âmbito das unidades do Ministério da Cultura e de suas entidades vinculadas para o exercício de 2015.

Art. 2º Os limites previstos no Anexo I desta Portaria poderão ser revistos, desde que respeitados os limites globais definidos nos Anexos do Decreto nº 8.456, de 22 de maio de 2015, e suas alterações.

Art. 3º Os limites previstos no Anexo I desta Portaria serão distribuídos pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração - SPOA/SE/MinC no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI.

Art. 4º Os órgãos e unidades orçamentárias (UO) vinculadas ao Ministério da Cultura somente poderão empenhar dotações orçamentárias no exercício de 2015, observados os seguintes prazos:

I - até 9 de novembro, para as dotações orçamentárias recebidas por destaque das unidades orçamentárias 42.101 (MinC), 42.902 (FNC); e

II - até 16 de novembro, para as demais dotações.

§ 1º Os prazos previstos neste artigo não se aplicam às despesas que constituem obrigações constitucionais e legais da União, relacionadas no Anexo III desta Portaria, em conformidade com o Anexo III da Lei de Diretrizes Orçamentárias 2015 (Lei nº 13.080, de 2 de janeiro 2015), às decorrentes da abertura de créditos extraordinários, às decorrentes de descentralizações recebidas de órgãos não vinculados ao Ministério da Cultura e as referentes ao PAC - Programa de Aceleração do Crescimento.

§ 2º As dotações oriundas de destaques recebidos das unidades orçamentárias 42.101 (MinC), 42.902 (FNC), não empenhadas até a data estabelecida no inciso I, deverão ser devolvidas à unidade concedente até o dia 12 de novembro.

§ 3º As dotações orçamentárias de cada UO movimentadas por meio de provisão interna para suas Unidades Gestoras (UGs) subordinadas, que não puderem ser empenhadas até a data estabelecida no inciso II, deverão ser devolvidas/estornadas para a UG concedente até o dia 19 de novembro de 2015.

§ 4º Os pré-empenhos que não puderem ser empenhados até as datas estabelecidas nos incisos I e II, deverão ser anulados e as respectivas dotações orçamentárias restituídas às unidades concedentes nos termos dos §§ 2º e 3º.

Art. 5º Após os prazos estabelecidos no art. 4º, os saldos constantes da conta 293110601 - Cota de Limite a Utilizar deverão ser estornados pela Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade - CGOF/SPOA/SE/MinC.

Art. 6º É vedada às unidades orçamentárias do Ministério da Cultura, a descentralização de créditos com impossibilidade de execução até os prazos estabelecidos nos incisos I e II do art. 4º.

§ 1º A responsabilidade pelo acompanhamento da execução das dotações descentralizadas, bem como da solicitação de devolução de dotações não utilizadas, é do órgão ou da entidade concedente constante do termo de execução descentralizada.

§ 2º Deverá ser incluído em todos os termos de execução descentralizada que o recebedor dos recursos compromete-se com o atendimento dos prazos constantes desta Portaria.

Art. 7º É vedada a emissão de empenho em favor da própria Unidade Gestora exceto nos casos previstos em norma da autoridade fazendária competente.

Art. 8º A SPOA/SE/MinC poderá autorizar o empenho de dotações orçamentárias além dos prazos estabelecidos nos incisos I e II, do art. 4º, pela restituição de limites às Unidades no SIAFI.

Art. 9º A SPOA divulgará, mediante portaria publicada até 15 de janeiro de 2016, os limites finais autorizados para movimentação e empenho, observado o detalhamento constante do Anexo I.

Art. 10. Em cumprimento ao disposto na Portaria nº 172, de 27 de maio de 2015, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, os limites para despesas com bens e serviços são estabelecidos em Portaria específica oportunamente.

Art. 11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO CALDEIRA BRANT MONTEIRO DE CASTRO

ANEXO I

R$ 1,00

Código UO	Unidades Orçamentárias (UO) / Unidades Administrativas	Limite Autorizado
42101	Ministério da Cultura - Ad. Direta	219.952.023
	Secretaria-Executiva	37.658.803
	Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração	85.000.000
	Secretaria do Audiovisual	20.624.908
	Secretaria de Fomento e Incentivo à Cultura	4.735.800
	Secretaria de Políticas Culturais	5.300.000
	Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural	32.460.000
	Secretaria de Economia Criativa	15.700.000
	Secretaria de Articulação Institucional	5.431.366
	Diretoria de Relações Internacionais	2.444.000
	Diretoria de Programas Especiais de Infraestrutura Cultural	6.500.000
	Diretoria de Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas	4.097.146
42902	Fundo Nacional da Cultura	146.548.238
	- FNC	100.000.000
	- FSA	46.548.238
	Entidades Vinculadas	350.408.743
42201	Fundação Casa de Rui Barbosa	7.179.663
42202	Fundação Biblioteca Nacional	33.510.083
42203	Fundação Cultural Palmares	13.045.840
42204	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional	92.318.172
42205	Fundação Nacional das Artes	70.500.000
42206	Agencia Nacional do Cinema	56.866.659
42207	Instituto Brasileiro de Museus	76.988.326
	TOTAL MINC	716.909.004

ANEXO II

DATA LIMITE	PROVIDÊNCIAS
09 / 11 / 2015	Emissão/Reforço de Empenho dos créditos orçamentários recebidos por destaque das unidades orçamentárias 42.101 (MinC), 42.902 (FNC)
12 / 11 / 2015	Devolução pelas Unidades Gestoras Executoras vinculadas ao órgão superior 42000 (MinC), dos saldos de créditos recebidos por DESTAQUE, não utilizados, pertencentes às unidades orçamentárias 42.101 (MinC), 42.902 (FNC)
16 / 11 / 2015	Emissão/Reforço de Empenho demais dotações
19 / 11 / 2015	Devolução/estorno para a UG concedente das movimentações internas/provisões que não puderem ser empenhadas até o dia 14/11/2013
20 / 11 / 2015	Estorno dos Limites de Empenho não utilizados pelas Unidades Orçamentárias, a ser realizado pela Coordenação-Geral de Orçamento - SPOA/SE/MinC.
04 / 12 / 2015	Emissão/Reforço de Empenho das dotações oriundas de descentralizações de créditos recebidas de outros órgãos não vinculados ao órgão superior 42000 (MinC)
31 / 12 / 2015	Emissão/Reforço de Empenho de despesas que constituem obrigações constitucionais ou legais da União e das decorrentes de abertura de créditos extraordinários.

ANEXO III

DESPESAS QUE CONSTITUEM OBRIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS OU LEGAIS DA UNIÃO

Pessoal e Encargos Sociais
Sentenças judiciais transitadas em julgado, inclusive as consideradas de pequeno valor
Auxílio-Alimentação (art. 22 da Lei nº. 8.460, de 17/09/1992).
Auxílio- Transporte
Assistência Pré-Escolar (Lei nº 8.069, de 13/07/1990, e Decreto nº 977, de 10/09/1993)
Apoio ao Transporte Escolar (Lei no 10.880, de 09/06/2004);
Assistência médica e odontológica, inclusive exames periódicos quando for o caso, a ex-combatentes, militares, servidores civis, compreendendo ativos e inativos, e pensionistas, e respectivos dependentes (inciso IV do art. ADCT, Lei nº 6.880, de 09/12/1980, Lei nº 8.112, de 11/12/1990, e Decreto nº 6.856, de 25/05/2009)

AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA

DELIBERAÇÃO Nº 43, DE 8 DE JUNHO DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 59/2014, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, e Decreto nº 8.283, de 03/07/2014, resolve:

Art. 1º Aprovar o projeto audiovisual abaixo relacionado, e realizar a análise complementar, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos do art. 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

15-0220 - PLUFT, O FANTASMINHA - DESENVOLVIMENTO

Processo: 01580.072725/2014-92

Proponente: RACCORD PRODUÇÕES ARTÍSTICAS E CINEMATOGRÁFICAS LTDA.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 72.062.029/0001-09

Valor total do orçamento aprovado: R$ 287.081,34

Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 272.727,26

Banco: 001- agência: 1572-5 conta corrente: 22.826-5

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 569, realizada em 26/05/2015.

Prazo de captação: até 31/12/2018.

Art. 2º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

DELIBERAÇÃO Nº 44, DE 9 DE JUNHO DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE da ANCINE, no uso das atribuições legais elencadas pela Resolução de Diretoria Colegiada nº. 59/2014, e em cumprimento ao disposto na Lei nº. 8.313, de 23/12/1991, Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, Medida Provisória nº. 2.228-1, de 06/09/2001, Decreto nº. 4.456, de 04/11/2002, e Decreto nº 8.283, de 03/07/2014, resolve:

Art. 1º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da comercialização de certificados de investimento nos termos do art. 1º da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

12-0025 - A procura de Martina

Processo: 01580.001753/2012-63

Proponente: Ipanema Filmes Ltda.

Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ

CNPJ: 33.397.794/0001-97

Valor total do orçamento aprovado: de R$ 4.518.239,67 para R$ 2.871.493,10

Valor aprovado no artigo 1º da Lei nº. 8.685/93: R$ 1.000.000,00

Banco: 001- agência: 3073-2 conta corrente: 11.201-1

Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 1.444.839,70 para R$ 118.354,30

Banco: 001- agência: 3073-2 conta corrente: 11.203-8

Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 568, realizada em 19/05/2015.

Prazo de captação: até 31/12/2015.

Art. 2º Aprovar o redimensionamento dos valores orçamentários do projeto audiovisual abaixo relacionado, para o qual a proponente fica autorizada a captar recursos através da formalização de contratos de coprodução nos termos dos arts. 3º e 3º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993, e mediante patrocínio, na forma prevista no art. 1º-A da Lei nº. 8.685, de 20/07/1993.

10-0345 - Quanto tempo o tempo tem

Processo: 01580.032970/2010-33

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Proponente: Inffinito Eventos e Produções Ltda.
Cidade/UF: Rio de Janeiro / RJ
CNPJ: 04.303.816/0001-45
Valor total do orçamento aprovado: de R$ 898.474,00 para R$ 958.512,71
Valor aprovado no artigo 3º da Lei nº. 8.685/93: de R$ 59.510,00 para R$ 96.535,80
Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 40.858-1
Valor aprovado no artigo 3º-A da Lei nº. 8.685/93: R$ 23.464,20
Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 40.861-1
Valor aprovado no artigo 1º-A da Lei nº. 8.685/93: de R$ 770.000,00 para R$ 20.587,07
Banco: 001- agência: 0598-3 conta corrente: 27.980-3
Aprovado na Reunião de Diretoria Colegiada nº 568, realizada em 19/05/2015.
Prazo de captação: até 31/12/2014.
Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL

DIRETORIA COLEGIADA

INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 119, DE 6 DE JUNHO DE 2015

Estabelece critérios para a classificação de nível de empresa produtora brasileira independente, para fins de captação de recursos por meio de fomento indireto, e dá outras providências.

A DIRETORIA COLEGIADA DA AGÊNCIA NACIONAL DO CINEMA - ANCINE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos II e IV do art. 6º do Anexo I do Decreto nº. 8.283, de 3 de julho de 2014 e, tendo em vista o disposto no inciso IX do art. 7º da Medida Provisória nº. 2.228-1, de 6 de setembro de 2001, e conforme decidido na 572ª Reunião de Diretoria Colegiada, de 16 de junho de 2015, resolve:

Art. 1º. Regulamentar os critérios para classificação de nível de empresa produtora, para fins de captação de recursos por meio de fomento indireto.

Art. 2º. Somente as empresas classificadas na ANCINE como produtoras brasileiras independentes estarão aptas a captar recursos por meio de fomento indireto administrado pela ANCINE, de acordo com sua classificação de nível.

§ 1º. A empresa produtora que não solicitar a classificação de nível será automaticamente enquadrada no Nível 1 (um), podendo requerer a revisão de sua classificação a qualquer tempo, nos termos desta instrução normativa.

§ 2º. Para classificação de nível a empresa produtora deverá possuir registro regular na ANCINE estar classificada como empresa produtora brasileira independente, nos termos da Lei nº. 12.485, de 12 de setembro de 2011, e apresentar como atividade econômica, principal ou secundária, no seu instrumento de constituição ou em alterações contratuais posteriores, aquelas classificadas nas subclasses CNAE 5911-1/99 - atividades de produção cinematográfica, de vídeos e de programas de televisão não especificadas anteriormente, 5911-1/01 - estúdios cinematográficos, ou 5911-1/02 - produção de filmes para publicidade.

CAPÍTULO I
DAS DEFINIÇÕES

Art. 3º. Para os fins desta Instrução Normativa entende-se por:

I - Comunicação pública de obra audiovisual: ato mediante o qual a obra audiovisual é disponibilizada ao público por qualquer meio ou procedimento nos diversos segmentos de mercado audiovisual, destinado à representação ou execução pública, incluindo a exibição, transmissão, emissão, retransmissão ou difusão;

II - Conteúdo audiovisual: resultado da atividade de produção que consiste na fixação ou transmissão de imagens, acompanhadas ou não de sons, que tenha a finalidade de criar a impressão de movimento, independentemente dos processos de captação, do suporte utilizado inicial ou posteriormente para fixá-las ou transmitilas, ou dos meios utilizados para sua veiculação, reprodução, transmissão ou difusão;

III - Fomento indireto: recursos de incentivo fiscal federal, relativos às atividades de financiamento de projetos audiovisuais, provenientes dos mecanismos previstos na Lei nº. 8.313/91, Lei nº. 8.685/93, Lei nº. 11.437/06, e na Medida Provisória nº 2.228-1/01, e recursos oriundos de conversão de dívida proveniente da Lei nº. 10.179/01, e suas alterações posteriores;

IV - Grupo econômico: associação de empresas unidas por relações societárias de controle ou coligação, nos termos do Artigo 243 da Lei nº 6.404/1976, ou ligadas por sócio comum com posição preponderante nas deliberações sociais de ambas as empresas, ou, ainda, vinculadas por relações contratuais que impliquem acordo de estratégia comercial com finalidade e prazos indeterminados;

V - Obra audiovisual: produto da fixação ou transmissão de imagens, com ou sem som, que tenha a finalidade de criar a impressão de movimento, independentemente dos processos de captação, do suporte utilizado inicial ou posteriormente para fixá-las ou transmiti-las, ou dos meios utilizados para sua veiculação, reprodução, transmissão ou difusão;

VI - Obra audiovisual do tipo animação: obra audiovisual produzida principalmente através de técnicas de animação, cuja maioria dos personagens principais, se existirem, sejam animados;

VII - Obra audiovisual do tipo documentário: obra audiovisual não seriada ou seriada organizada em temporada única ou em múltiplas temporadas, que atenda a um dos seguintes critérios:

a) ser produzida sem roteiro a partir de estratégias de abordagem da realidade, ou;

b) ser produzida a partir de roteiro e cuja trama/montagem seja organizada de forma discursiva por meio de narração, texto escrito ou depoimentos de personagens reais;

VIII - Obra audiovisual do tipo ficção: obra audiovisual produzida a partir de roteiro e cuja trama/montagem seja organizada de forma narrativa;

IX - Obra audiovisual não seriada: obra audiovisual que não se enquadra na definição de obra audiovisual seriada;

X - Obra audiovisual seriada: obra audiovisual que, sob o mesmo título, seja produzida em capítulos ou episódios;

XI - Obra derivada: a que, constituindo criação intelectual nova, resulta da transformação de obra originária;

XII - Obra originária: a criação primígena;

XIII - Produtora brasileira independente: produtora brasileira que atenda aos seguintes requisitos, cumulativamente:

a) ser constituída sob as leis brasileiras;

b) ter sede e administração no País;

c) 70% (setenta por cento) do capital total e votante devem ser de titularidade, direta ou indireta, de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos;

d) a gestão das atividades da empresa e a responsabilidade editorial sobre os conteúdos produzidos devem ser privativas de brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos;

e) não ser controladora, controlada ou coligada a programadoras, empacotadoras, distribuidoras ou concessionárias de serviço de radiodifusão de sons e imagens;

f) não estar vinculada a instrumento que, direta ou indiretamente, confira ou objetive conferir a sócios minoritários, quando estes forem programadoras, empacotadoras, distribuidoras ou concessionárias de serviços de radiodifusão de sons e imagens, direito de veto comercial ou qualquer tipo de interferência comercial sobre os conteúdos produzidos;

g) não manter vínculo de exclusividade que a impeça de produzir ou comercializar para terceiros os conteúdos audiovisuais por ela produzidos;

XIV - Projeto ativo: projeto aprovado para captação de recursos federais para o qual não houve ainda decisão final sobre sua prestação de contas;

XV - Responsável Editorial por Canal de Programação: pessoa natural que exerça controle efetivo e em última instância sobre a seleção e organização em sequência linear temporal de conteúdos audiovisuais de um canal de programação;

XVI - Segmento de Mercado Audiovisual: recorte do espaço econômico, composto por um conjunto de atividades encadeadas realizadas por um ou vários agentes econômicos a fim de levar ao consumidor final um produto ou serviço audiovisual específico, em uma área geográfica delimitada;

XVII - Segmento de Mercado Audiovisual - Comunicação Eletrônica de Massa por Assinatura (TV Paga): conjunto de atividades encadeadas, realizadas por um ou vários agentes econômicos, necessárias à prestação dos serviços de oferta de múltiplos canais de programação cada qual com grades horárias específicas por difusão linear, com linha editorial própria, com qualidade de serviço geralmente garantida por rede dedicada, ofertados ao consumidor final de forma onerosa;

XVIII - Segmento de Mercado Audiovisual - Radiodifusão de Sons e Imagens (TV Aberta): conjunto de atividades encadeadas, realizadas por um ou vários agentes econômicos, necessárias à prestação do serviço de radiodifusão de sons e imagens, que consiste na oferta de conteúdos audiovisuais a serem recebidos direta e livremente pelo público em geral;

XIX - Segmento de Mercado Audiovisual - Salas de Exibição: conjunto de atividades encadeadas, realizadas por um ou vários agentes econômicos, necessárias à prestação do serviço de exibição cinematográfica, que consiste na projeção de obras audiovisuais em tela de grande dimensão, para fruição coletiva pelos consumidores finais;

XX - Segmento de Mercado Audiovisual - Vídeo Doméstico: conjunto de atividades encadeadas, realizadas por diversos agentes econômicos, necessários para ofertar ao consumidor final, a título oneroso, obras audiovisuais em qualquer suporte de mídia pré-gravada;

XXI - Segmento de Mercado Audiovisual - Vídeo por Demanda: conjunto de atividades encadeadas, realizadas por um ou vários agentes econômicos, necessárias à prestação dos serviços de oferta de um conjunto de obras audiovisuais na forma de catálogo, com linha editorial própria, para fruição por difusão não linear, em horário determinado pelo consumidor final, de forma onerosa;

XXII - Semana Cinematográfica ou Cinessemana: período de exibição cinematográfica que se inicia na quinta-feira e se encerra na quarta-feira seguinte.

CAPÍTULO II
DA CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEL
Seção I
DO REQUERIMENTO PARA CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEL

Art. 4º. A empresa produtora requererá sua classificação de nível ou a revisão de sua classificação na forma do Anexo I.

Parágrafo único: O primeiro requerimento de classificação de nível nos termos desta Instrução Normativa deverá ser acompanhado da declaração de participação em grupo econômico, conforme modelo do Anexo II.

Art. 5º. O requerimento de classificação de nível deverá ser acompanhado de documento(s) comprobatório(s) de comunicação pública da(s) obra(s) audiovisual(is), com fins comerciais em ao menos um dos segmentos de mercado previstos no inciso III do art. 6º.

§ 1º. Será considerado como documento comprobatório:

a)matéria de jornal e/ou de revista especializada, ou assemelhados, que ateste a realização de comunicação pública da obra ou informe a data prevista para estreia;

b)contrato de licenciamento para comunicação pública da obra audiovisual, nos termos do inciso I do art. 3º, no qual conste o período de comunicação pública da obra;

c)declaração do representante legal de programadoras ou radiodifusoras, ou do responsável editorial por canal de programação, com firma reconhecida, que ateste a comunicação pública da obra em seus canais.

§ 2º. Excepcionalmente, a critério da área competente da ANCINE, poderão ser considerados, para fins do § 1º, outros documentos comprobatórios não listados.

Seção II
DOS REQUISITOS PARA CLASSIFICAÇÃO DE NÍVEL

Art. 6º. Para classificação de nível da empresa produtora somente serão consideradas as obras audiovisuais que atendam aos seguintes requisitos:

I - Sejam dos seguintes tipos:

a)obra audiovisual não seriada com duração superior a 50 (cinquenta) minutos, dos tipos ficção, documentário, animação;

b)obra audiovisual seriada, com mínimo de 4 (quatro) capítulos ou episódios, e duração total mínima de 90 (noventa) minutos, dos tipos ficção, documentário, reality-show ou variedades;

c)obra audiovisual seriada, com mínimo de 4 (quatro) capítulos ou episódios, e duração total mínima de 20 (vinte) minutos, do tipo animação.

II - Tenham sido produzidas a partir de 1994, conforme atestado em seus Certificados de Produto Brasileiro - CPB;

III - Comprovem comunicação pública, com fins comerciais, nos seguintes segmentos de mercado: salas de exibição, vídeo doméstico, radiodifusão de som e imagens (TV aberta), comunicação eletrônica de massa por assinatura (TV paga) ou vídeo por demanda.

§ 1º. Serão consideradas também as obras audiovisuais que atendam aos requisitos estabelecidos nos incisos I e II do caput e comprovem terem sido veiculadas em canal de programação do campo público de televisão.

§ 2º. Não serão consideradas obras audiovisuais derivadas constituídas predominantemente a partir da utilização de conteúdo audiovisual já utilizado na produção de uma obra originária.

§ 3º. Não serão considerados conjuntos ou compilações de obras audiovisuais.

§ 4º. No caso de obra audiovisual com comprovação de comunicação pública no segmento de mercado de salas de exibição, será exigido que a obra tenha sido exibida, no mínimo, por 1 (uma) semana cinematográfica.

Art. 7º. As obras que se enquadrem no Art. 6º, produzidas por pessoa natural, serão consideradas apenas para empresa constituída pela pessoa natural produtora daquela obra, aplicando-se, no que couber, o disposto no referido artigo.

Art. 8º. A obra audiovisual resultante de projeto de fomento aprovado na ANCINE será considerada apenas para classificação de nível da empresa proponente do projeto.

Art. 9º. As obras cedidas entre empresas produtoras somente serão consideradas, para fins de classificação de nível, nos casos de extinção de empresa ou de retirada de sócio.

§ 1º. Para fins do caput, a obra audiovisual deverá ser cedida mediante contrato para empresa constituída por sócio da empresa extinta ou por sócio que tenha se retirado da empresa cedente.

§ 2º A obra audiovisual somente será considerada para classificação de nível de uma única empresa produtora.

§ 3º No caso de retirada de sócio, a obra audiovisual cedida deixará de ser considerada para fins de classificação de nível da empresa produtora cedente.

Seção III
DAS COPRODUÇÕES

Art. 10. A obra audiovisual realizada em regime de coprodução será considerada para classificação de nível apenas para um dos coprodutores brasileiros na forma disposta em acordo firmado entre as partes.

§ 1º. No caso de coproduções entre empresas produtoras brasileiras, a obra audiovisual será considerada para empresa produtora que detiver ao menos 20% de direitos patrimoniais sobre a mesma.

§ 2º. No caso de coproduções internacionais, a obra audiovisual será considerada para empresa produtora brasileira que detiver ao menos 20% de direitos patrimoniais sobre a parte brasileira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

§ 3º. Caso não seja enviado o acordo previsto no caput deste artigo, a obra audiovisual não será considerada na classificação de nível de nenhum dos coprodutores.

§ 4º. Os agentes econômicos que detenham direitos patrimoniais sobre a obra e que não atendam os requisitos do § 2º do Artigo 2º, ou que detenham menos do que os percentuais de direitos patrimoniais sobre a obra estabelecidos nos §§ 1º e 2º do caput, conforme o caso, não necessitarão firmar o acordo previsto no caput.

Art. 11. Será considerada para classificação de nível a obra audiovisual que não atenda às condições necessárias para a obtenção do Certificado de Produto Brasileiro, desde que produzida por empresas produtoras brasileiras independentes que detenham, no mínimo, 40% de direitos patrimoniais sobre a obra audiovisual.

CAPÍTULO III

Seção I

DOS LIMITES DA CAPTAÇÃO

Art. 12. O nível de classificação da empresa produtora será determinado a partir do número mínimo de obras audiovisuais produzidas por ela, conforme tabela a seguir:

Nível	Requisito mínimo de Nº de obras audiovisuais, nos termos do Capítulo II
1	-
2	2 (duas) obras
3	4 (quatro) obras
4	6 (seis) obras
5	12 (doze) obras

Art. 13. O nível de classificação da empresa produtora determinará o limite máximo autorizado para a captação de recursos de fomento indireto administrados pela ANCINE, de acordo com tabela a seguir:

Nível	Teto de captação (R$)
1	5.000.000,00
2	15.000.000,00
3	35.000.000,00
4	70.000.000,00
5	100.000.000,00

Parágrafo único. O limite máximo autorizado para a captação de recursos de fomento indireto será aferido pela subtração, do teto de captação, do somatório dos valores autorizados para os projetos ativos de cada empresa, excluindo-se deste somatório os valores relativos aos projetos que já tenham sido recepcionados para realização de prestação de contas final.

Seção II

DOS GRUPOS ECONÔMICOS

Art. 14. A soma dos valores autorizados para captação das empresas pertencentes a um mesmo grupo econômico não poderá ultrapassar o teto de captação da empresa do mesmo grupo econômico classificada no nível mais elevado.

Parágrafo único. Cada empresa de um mesmo grupo econômico não poderá ultrapassar o valor autorizado para o seu nível individual de captação.

Art. 15. As empresas que tenham os mesmos sócios, pessoas naturais, ou que tenham o mesmo sócio, pessoa natural, com posição preponderante em duas ou mais empresas, não poderão no conjunto ultrapassar o teto de captação da empresa de maior nível.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 16. As pessoas naturais ficam limitadas à apresentação de até 2 (dois) projetos, cuja soma dos orçamentos não poderá ultrapassar o teto de captação de R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais), observado o prévio registro na ANCINE, nos termos da Instrução Normativa específica.

Art. 17. As empresas produtoras classificadas nos termos da Instrução Normativa nº 54/2006, que estejam com seu registro na ANCINE em situação regular, na data de entrada em vigor desta Instrução Normativa, serão reclassificadas automaticamente de acordo com a tabela a seguir:

Nível sob vigência da IN 54/06	Novo nível a partir desta IN
Nível 1 Nível 2 Nível 3	Nível 1
Nível 4 Nível 5	Nível 2
Nível 6	Nível 3
Nível 7	Nível 4

Art. 18. O § 2º do art. 14 da Instrução Normativa nº. 22, de 30 de dezembro de 2003, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 14.....

.....

§ 2º. As empresas produtoras que não tenham formalizado solicitação de classificação de nível mencionada no inciso II deste artigo ficam automaticamente classificadas no Nível 1, em conformidade com Instrução Normativa específica que trata de limites de captação.".

Art. 19. O inciso IX do art. 2º da Instrução Normativa nº. 61, de 7 de maio de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º.....

IX. Projeto Ativo: projeto aprovado para captação de recursos federais para o qual não houve ainda decisão final sobre sua prestação de contas;".

Art. 20. Os casos excepcionais e omissos serão decididos pela Diretoria Colegiada.

Art. 21. Ficam revogadas as disposições em contrário e, especialmente, a Instrução Normativa nº 54, de 2 de maio de 2006.

Art. 22. Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

MANOEL RANGEL
Diretor-Presidente

ANEXO I

Formulário de requerimento de classificação de nível

Formulário de requerimento de classificação de nível de empresa produtora, nos termos da Instrução Normativa nº. 119, de 16 de junho de 2015.

Dados da empresa produtora	
Nome empresarial:	
CNPJ/MF:	
Nº de registro na ANCINE:	

Obras audiovisuais, válidas para fins de classificação de nível, realizadas pela própria empresa produtora	
CPB nº	Título Original

Acompanham o presente requerimento os documentos comprobatórios de comunicação pública das obras acima relacionadas.

Temos ciência de que serão consideradas apenas as obras audiovisuais que atendam ao disposto no Capítulo II da Instrução Normativa nº. 119/2015.

Declaro, ainda, estar ciente de que a prestação de informações inverídicas neste requerimento está sujeita às sanções previstas no Código Penal:

_____,___de_____de 20___.
(Cidade, data)

_____
Nome e assinatura do representante legal

ANEXO II

Declaração de participação em grupo econômico

Dados da empresa produtora requerente	
Nome Empresarial:	
CNPJ/MF:	
Nº de registro na ANCINE	

Declaro, por meio de representante acima qualificado, para fins do disposto no Capítulo II da Instrução Normativa nº. 119/2015:

NÃO manter relações com outros agentes econômicos, constituindo-se um grupo econômico, nos termos da Instrução Normativa nº 91;

Manter relações com os agentes econômicos abaixo relacionados, constituindo-se um grupo econômico:

Razão Social	CNPJ/MF	Registro ANCINE nº.

Declaro, ainda, ter ciência de que grupo econômico é a associação de empresas unidas por relações societárias de controle ou coligação[1], ou, ainda, vinculadas por relações contratuais que impliquem acordo de estratégia comercial com finalidade e prazos indeterminados.

Declaro, por fim, serem verdadeiras as informações prestadas, neste termo, sob pena de responsabilidade civil e penal, conforme art. 299 do Código Penal Brasileiro, e ter ciência do dever de comunicar imediatamente à ANCINE, em caso de alteração das informações acima declaradas e outras que impliquem a classificação.

_____,___de_____de 20___.
(Cidade, data)

_____
Nome e assinatura do representante legal

1-Instrução Normativa ANCINE nº91,Art.1º, inciso XLIV - Pessoa Jurídica Colegiada - A pessoa jurídica na qual o investidor detém influência significativa. Presume-se ocorrer a coligação quando o investidor for titular de 20%(vinte por cento) ou mais do capital votante do insvestido, sem controla-lo. Também serão consideradas coligadas, duas ou mais pessoas jurídicas cujo capital votante for detido, direta ou indiretamente, em pelo menos 20%(vinte por cento), por uma mesma pessoa natural ou jurídica. XLV - Pessoa Jurídica Controlada - A pessoa jurídica na qual a controladora, diretamente ou através de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e poder de eleger a maioria dos administradores.

SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de junho de 2015

Nº 135 - O SUPERINTENDENTE DE FOMENTO da ANCINE, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria no 324 de 10 de outubro de 2011; e em cumprimento ao disposto na Lei n o 8.685, de 20 de julho de 1993, Medida Provisória n o 2.228-1, de 06 de setembro de 2001, Decreto n o 4.456, de 04 de novembro de 2002, e considerando o inciso II do art. 31 da Resolução de Diretoria Colegiada nº 59 da ANCINE, decide:

Art. 1º Autorizar a substituição do título do projeto audiovisual de "RECORDAÇÕES NORDESTINAS" para "DANADO DE BOM".

08-0661 - DANADO DE BOM
Processo: 01580.056718/2008-03
Proponente: MARIOLA FILMES E PRODUÇÕES LTDA.
Cidade/UF: RECIFE/PE
CNPJ: 07.501.094/0001-21

Art. 2º. Este Despacho decisório entra em vigor na data de sua publicação.

FELIPE VOGAS

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL

DECISÃO EXECUTIVA Nº 46, DE 18 DE JUNHO 2015

A PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DA FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Estatuto da Entidade, aprovado pelo Decreto Nº 8.297, de 15 de agosto de 2014, publicado no Diário Oficial da União em 18 de agosto de 2014, e de acordo com o Protocolo Modificativo Que Institui o PRÊMIO CAMÕES, celebrado entre a República Portuguesa e a República Federativa do Brasil, assinado em Lisboa em 17 de Abril de 1999, decide:

1.Tornar público o resultado do Prêmio Camões 2015, concedido na cidade do Rio de Janeiro, no dia 17 de junho de 2015, pelo júri especialmente constituído neste ano por Affonso Romano de Sant`Anna, Antônio Carlos Secchin, Pedro Mexia, Rita Marnoto, Inocência Mata e Mia Couto à escritora portuguesa Hélia Correia.

2.Autorizar o pagamento de € 50.000 (cinquenta mil euros), parcela do Ministério da Cultura do Brasil, correspondente à metade do prêmio, instituído pelos dois governos, ao vencedor do prêmio.

Esta decisão executiva entre em vigência a partir da data de sua publicação.

MYRIAM LEWIN

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 61, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 598, de 20 de março de 2015 e o art. 1º da Portaria nº 1.201, de 18 de dezembro de 2009, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO VIEIRA RIBEIRO

ANEXO I

ÁREA: 2 AUDIOVISUAL (Artigo 18 , § 1º)
152185 - 10º Fest-Aruanda do Audiovisual Brasileiro
Associação Porta Cênica
CNPJ/CPF: 13.787.832/0001-41
Processo: 01400016243201512
Cidade: João Pessoa - PB;
Valor Aprovado: R$ 616.845,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realização da 10ª edição do Fest-Aruanda do Audiovisual Brasileiro que se propõe a ser espaço de reunião da produção audiovisual universitária e independente do país, assim como de longas e curtas-metragens, promovendo assim intercâmbio, formação de platéia, reflexão, via seminários e mesas-redondas, e reciclagem profissional através das oficinas com cineastas, técnicos de som e imagem, ratificando assim sua condição de maior festival de cinema e vídeo da Paraíba, a realizar-se no período de 10 a 16 de dezembro de 2015.

151633 - 23º Festival Mix Brasil de Cultura da Diversidade
Associação Cultural Mix Brasil
CNPJ/CPF: 04.127.580/0001-33
Processo: 01400015493201527
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 546.615,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realização da 23ª edição do Festival Mix Brasil que exibe cerca de mais de 100 filmes provenientes de todo o mundo, de gêneros e formatos variados, com temas rela-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

cionados à diversidade e/ou de interesse do público LGBT. Além da exibição de filmes, o evento realiza leituras dramáticas, debates, apresentação de peças teatrais, espetáculos de dança e festival de música, sempre visando promover junto à sociedade civil como um todo um amplo debate em torno da questão LGBT, no período entre 11 a 30 de novembro 2015.

150917 - Bugei, da busca ao despertar
Bertha Ruskaia Oliveira Torres
CNPJ/CPF: 079.475.536-45
Processo: 01400002041201585
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado: R$ 799.037,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Produção de um documentário, médiametragem, com duração de 68 minutos, com nuances de ficção em animação 2D e depoimentos, finalizado em ULTRA HD 3840 × 2160, sobre a saga de jovem do interior do Brasil, em busca das respostas de seus vazios internos, a busca o faz sair de sua zona de conforto. O ponto final é o Japão onde tudo começou.

152712 - Cine ao ar livre no CCBB
Instituto Terceiro Setor - ITS
CNPJ/CPF: 02.603.185/0001-54
Processo: 01400028687201592
Cidade: Brasília - DF;
Valor Aprovado: R$ 339.342,85
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 24/09/2015

Resumo do Projeto: Realização de uma mostra gratuita de filmes longas metragens na área externa do CCBB de Brasília, apresentando 64 filmes de grande importância para a História do Cinema Mundial sob a curadoria de Da Mata, Sérgio Moricone, Eduardo Cabral, Vladimir Carvalho e Nicolas Behr. A realizar-se nos meses de julho e agosto de 2015.

151722 - Criatividade Brasileira em Rede
Lucas de Moraes Foster - ME
CNPJ/CPF: 13.003.401/0001-47
Processo: 01400015596201597
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 855.900,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Realização de um mapeamento de iniciativas visando reconhecer e valorizar pessoas e/ou entidades de todo o país por suas iniciativas, práticas, métodos, conteúdos e atividades, que promovem de forma original e criativa a produção artística e cultural brasileira por meio de uma premiação e produção de um documentário, média metragem, com a duração de 70 minutos, em formato digital, que será disponibilizado na internet em plataformas de acesso gratuito.

152953 - Documentário: Maicon Casttro - Sertanejo
Luciano Silva Gonçalves
CNPJ/CPF: 043.640.809-00
Processo: 01400028948201574
Cidade: Arapongas - PR;
Valor Aprovado: R$ 374.300,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Produção de um documentário, média metragem, com a duração de 60 minutos, filme colorido, finalização digital em HD, que visa documentar a história não só da música como também do movimento sertanejo universitário, contando desde o surgimento desta vertente que hoje conta com adeptos pelo Brasil afora, até os bastidores e a apresentação ao vivo de um show com banda.

152018 - Festival Internacional de Animação do Cone Sul - ANIMASUR
Lucca Comunicação e Editoração Ltda. ME
CNPJ/CPF: 03.757.086/0001-90
Processo: 01400016002201565
Cidade: São Bernardo do Campo - SP;
Valor Aprovado: R$ 432.742,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O projeto "Festival Internacional de Animação do Cone Sul - ANIMASUR" pretende realizar na cidade de São Paulo, uma mostra de animação competitiva, reunindo a mais representativa produção do cinema de animação do Cone Sul, integrando a cultura dos cinco países - Brasil, Chile, Argentina, Uruguai e Paraguai, além atividades paralelas: palestras, mostra infantil e oficina de cinema de animação. Todas as mostras e atividades serão gratuitas.Previsão de realização maio de 2016.

151867 - On
Lucas Romano Coelho
CNPJ/CPF: 380.778.978-27
Processo: 01400015786201512
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 56.330,01
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Produção de um filme, curta metragem, de ficção do gênero drama, com 15 minutos de duração, colorido, filmado em digital, que propõe uma reflexão sobre o futuro dos relacionamentos dos jovens na era digital, abordando o universo das redes sociais e dos aplicativos de relacionamento utilizados hoje em dia.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 349, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)

150670 - 16º FESTIL - Festival de Teatro Estudantil de Gravataí
Fundação Municipal de Arte e Cultura
CNPJ/CPF: 94.955.291/0001-15
Processo: 01400000893201538
Cidade: Gravataí - RS;
Valor Aprovado: R$ 62.068,96
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O 16º FESTIL - Festival de Teatro Estudantil de Gravataí é um projeto de fomento às artes cênicas neste município do RS, incluindo a capacitação dos educadores para o ensino das artes cênicas nas escolas públicas, acompanhamento técnico para a montagem de espetáculos e a realização da 16ª edição do Festival de Teatro Estudantil. Realizado pela Fundação Municipal de Arte e Cultura, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, apoio do SESC Unidade Gravataí.

152521 - A Mulher do Atirador de Facas
Joana Carmo dos Santos
CNPJ/CPF: 792.967.505-04
Processo: 01400028461201591
Cidade: Torres - RS;
Valor Aprovado: R$ 115.300,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O projeto visa a produção e montagem do espetáculo "A Mulher do Atirador de Facas" para 22 apresentações gratuitas em 10 cidades do Rio Grande do Sul.

151073 - Arte em Movimento
Fundação Porto Real
CNPJ/CPF: 02.955.164/0001-06
Processo: 01400014713201503
Cidade: Porto Real - RJ;
Valor Aprovado: R$ 841.800,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O Projeto consiste na dinamização do espaço cultural existente, com a continuidade do oferecimento de cursos livres de dança a 200 jovens do município e região por 12 meses com atividades de formação e difusão nas diversas expressões em dança. Os cursos serão oferecidos gratuitamente através de aulas de Ballet Clássico, Jazz, Sapateado, Contemporâneo e Hip Hop. Ao final do ano,será apresentado, com entrada gratuita na cidade de Porto Real e região, um Ballet de Repertório e um Musical, com todos os alunos concluintes dos cursos onde mostram o resultado do trabalho, proporcionando a disseminação cultural e a formação de plateia e motivando a novos integrantes para um próximo ano.

151350 - Brasitália - 3ª Mostra de Artes de Produtos Ítalo-brasileiros
ASSOCIACAO DE INTERCAMBIO CULTURAL ITALO-BRASILEIRA ANITA E GUISEPPE GARIBALDI
CNPJ/CPF: 03.161.879/0001-41
Processo: 01400015157201584
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 2.161.500,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Realizar a terceira edição do projeto BRASITALIA, um festival de arte e produtos representativos das culturas brasileira e italiana no Rio de Janeiro e São Paulo. Como carro-chefe a mostra de teatro terá grupos brasileiros e italianos, mas o festival ainda abrange a mostra de dança, apresentações musicais e uma feira de produtos artísticos e culturais dos dois países. O festival ainda irá incentivar a participação de um grupo teatral brasileiro no festival de teatro "Primavera Dei Teatri" em Castrovillari na Itália, além de realizar uma exposição fotográfica em Brasília.

150330 - Circulação Anjo Malaquias
Da Personna - Produtora de Arte Dramática Ltda ME
CNPJ/CPF: 38.742.557/0001-70
Processo: 01400000380201527
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 819.530,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 25/12/2015

Resumo do Projeto: Fazer circulação com o espetáculo ANJO MALAQUIAS, da obra de Mario Quintana em 06 estados brasileiros, 13 cidades com 13 apresentações gratuitas para estudantes da rede pública de ensino seguidas de debates e 45 apresentações a preços populares.

150544 - III Mostra Humanista de Teatro
Maria da Graça Sampaio Saraiva de Los Campos
CNPJ/CPF: 355.825.100-87
Processo: 01400000712201573
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Aprovado: R$ 84.930,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: A mostra é composta de palestras, exposição fotográfica, projeção de vídeos,workshop e 7 apresentações do espetáculo ?O Vagabundo?, sobre a vida e obra de Charlis Chaplin a ser apresentado em 7 cidades no RS. É um segmento da ideia que nasceu em Florianópolis/2007 onde se realizou a ?I Mostra", nas Comunidades, pela Lei Municipal com patrocínio UNIMED e teve um retorno gratificante, praticamente 80% dos objetivos foram cumpridos o que fez com que o projeto se estendesse a nível Federal atraindo o interesse de investidores como a Artemis, foi modelado com mais estrutura para transformar-se num projeto de circulação nacional, inclusive contemplado com o selo de cultura. Em 2008 e 2009 a Cia realizou a II Mostra em 18 cidades do Pr. com Lei de incentivo Federal, patrocínio Artemis, 2014 se comemora o Centenário do personsonagem Carlitos.

150609 - O Encantado Planeta Água
Marcelo do Nascimento
CNPJ/CPF: 833.288.586-87
Processo: 01400000821201591
Cidade: Varginha - MG;
Valor Aprovado: R$ 309.690,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O Encantado Planeta Água é uma peça teatral infantil com contações de histórias que visa conscientizar as crianças para o uso responsável dos recursos hídricos. O Rei Golfinho único personagem da peça se interage com público infantil e assim toda a platéia se transformam em personagens e viajam no espetacular mundo das águas, tendo como missão proteger os lagos, rios e mares. Serão 101 apresentações em 101 cidades mineiras.

1414399 - Projeto Cenas da Paixão - edição 2016
Conselho de Arte de Sabará
CNPJ/CPF: 19.734.961/0001-58
Processo: 01400093130201441
Cidade: Sabará - MG;
Valor Aprovado: R$ 77.435,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: A presente proposta objetiva a produção do Espetáculo Cenas da Paixão ? Edição 2015, durante as festividades da Semana Santa, com a encenação da Paixão de Cristo pelas ruas do Centro Histórico de Sabará, Minas Gerais.

151181 - REDE CULTURAL REAL 2015-2016
INSTITUTO SAÚDE E EQUILÍBRIO
CNPJ/CPF: 15.550.277/0001-65
Processo: 01400014885201579
Cidade: Uberlândia - MG;
Valor Aprovado: R$ 181.713,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Criação de uma rede de ações de arte-educação baseada na oferta de 2.098 horas aula gratuitas de oficinas culturais de circo e de outras modalidades, para crianças e adolescentes em entidades parceiras e na sede da proponente. Realização paralela de apresentações itinerantes de circo e de dança inclusiva, conjugadas a palestras educativas

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)

152051 - "CONCERTO COMEMORATIVO - 45 ANOS HYOGO-PARANÁ"
Cristine Marquardt
CNPJ/CPF: 004.063.999-13
Processo: 01400016055201586
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 184.120,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: O " CONCERTO COMEMORATIVO - 45 ANOS HYOGO-PARANÁ" celebra os 45 anos do tratado de Irmandade entre a província de Hiogo e o Estado do Paraná em 2015 e comemora os 120 anos do Estabelecimento das Relações Diplomáticas Brasil-Japão em todo país. No palco do Canal da Música estarão presente as solistas Masami Ganev e Luiza Wuaden com o maestro Alexandre Brasolim e orquestra para apresentar um repertório com músicas japonesas e brasileiras, privilegiando a nossa música paranaense.

150596 - Concertos Didáticos Camerata OntoArte Recanto Maestro
Associação OntoArte
CNPJ/CPF: 07.057.710/0001-05
Processo: 01400000788201507
Cidade: São João do Polêsine - RS;
Valor Aprovado: R$ 736.177,81
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015

Resumo do Projeto: Série de dez concertos didáticos nas cidades de Porto Alegre (RS), Restinga Seca (RS), Florianópolis (SC), Curitiba (PR), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Belo Horizonte (MG), Recife (PE) e Caxias do Sul (RS) no mês de junho de 2015. A Camerata OntoArte Recanto Maestro interpretará oito obras de Antonio Meneghetti orquestradas por Vagner Cunha.

152820 - Experimenta Portugal
PLG PRODUCOES LTDA - ME
CNPJ/CPF: 13.899.023/0001-21
Processo: 01400028806201515
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 252.097,60
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/07/2015

Resumo do Projeto: O projeto consiste em apresentação em São Paulo com música instrumental e erudita e poesia com a intenção de se levar ao grande público como emblemetização dessa forte aliança entre os dois países, somente reitera a música como uma das artes potentes para promover uma percepção agregadora e transformar um programa musical símbolo dessa forte relação, o projeto tem a parceria do Consulado portugues.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

152124 - ORQUESTRA JOVEM DA SCAR
ASSOCIAÇÃO DE PAIS, AMIGOS E MÚSICOS DA ORQUESTRA DE CORDAS, DA CAMERATA E DO GR.DE CÂMARA DA SCAR
CNPJ/CPF: 09.137.458/0001-61
Processo: 01400016145201577
Cidade: Jaraguá do Sul - SC;
Valor Aprovado: R$ 256.886,60
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Formar um grupo orquestral em três níveis distintos - iniciante (Nível I), intermediário (Nível II) e avançado (Nível III) - com estudantes de música provenientes de escolas e/ou projetos de música existentes na região, oferecendo a oportunidade de adquirir experiência em prática orquestral, buscando a formação de músicos profissionais e ao mesmo tempo promover o desenvolvimento intelectual, cultural e social da comunidade.
150384 - Voz e Memória
MAGALI DE ROSSI 98074059049
CNPJ/CPF: 14.571.684/0001-96
Processo: 01400000461201527
Cidade: Cachoeirinha - RS;
Valor Aprovado: R$ 465.850,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realizar uma semana de arte e cultura em Antônio Prado com de 04 shows de música instrumental no espaço cultural Casa Grezzana. O Evento terá entrada livre e gratuita e será realizado ao ar livre. O projeto ainda não possui uma data fixa, a mesma será definida após captação de recursos.
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
151934 - EXPOSIÇÃO A FAVELA E A IMAGEM DO RIO DE JANEIRO NA DÉCADA DE 60 (PROVISÓRIO)
Sociedade de Promoção da Casa de Oswaldo Cruz - SPCOC
CNPJ/CPF: 31.157.860/0001-67
Processo: 01400015881201516
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 452.450,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Realizar exposição, sob o título (ainda provisório) A Favela e a Imagem do Rio de Janeiro na Década de 60 e subtítulo A contribuição de Anthony e Elizabeth Leeds, que levará ao público brasileiro os documentos e fotografias do acervo do antropólogo americano Anthony Leeds (1925-1989) doado recentemente para a Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. As favelas, principal objeto de estudo do antropólogo Leeds, constituem um privilegiado material de pesquisas acadêmicas, projetos de governo e representações artísticas. Inseridas na história da Cidade do Rio de Janeiro, é relevante divulgar este material realizado sobre elas nos 450 anos da cidade. Em colaboração com o Museu da República, o Museu da Maré, o Observatório de Favelas e a Casa Fluminense, esta exposição contribuirá para o debate atual sobre o espaço
151137 - VIDAS EM CARTÃO POSTAL
Blue Filmes e Produções Ltda
CNPJ/CPF: 10.664.463/0001-01
Processo: 01400014809201563
Cidade: Recife - PE;
Valor Aprovado: R$ 299.960,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: VIDAS EM CARTÃO POSTAL será uma exposição de cartões postais pertencentes a acervos pessoais, familias e/ou colecionadores do Brasil no espaço do Centro Cultural dos Correios em Recife/PE, durante o periodo de dois meses.
ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
151212 - Catalogação e preservação do acervo de Projetos Paisagisticos de Roberto Burle Marx
Hólos Consultores Associados Ltda.
CNPJ/CPF: 68.573.765/0001-54
Processo: 01400014935201518
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 1.324.933,20
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Este projeto consiste na catalogação e preservação do Acervo de Projetos Paisagísticos de Roberto Burle Marx [São Paulo, 4 de agosto de 1909 - Rio de Janeiro 4 de junho de 1994]. São cerca de 950 projetos reunindo cerca de 10.000 plantas. Visa em um futuro próximo a produção do "Catálogo Raisonné" da obra de Roberto Burle Marx. O projeto é dividido em três partes: [1] Criação de um banco de dados bilíngue [português-inglês]. [2] Projeto de conservação e recondicionamento físico das plantas originais, em sua maioria realizados em papéis vegetais, incluindo melhorias pontuais na atual reserva técnica, de forma a permitir o melhor acondicionamento dos originais. [3] Produção de publicação de catálogo/livro dos projetos mais mediáticos de Roberto Burle Marx.
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
150966 - Leituras de Nietzsche: Filosofia, educação e arte
Quintal Dois Produções Artísticas LTDA
CNPJ/CPF: 12.985.749/0001-14
Processo: 01400005757201534
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 250.885,20
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Projeto aprovado no edital dos correios, Leituras de Nietzsche: filosofia, educação e arte, tem como objetivo oferecer um ciclo composto por quatro dias (por cidade) de leituras dramatizadas de textos escolhidos a partir da obra do filosófo Nietzsche(1844-1900), seguidas por palestras e debates. O projeto será executado nas unidades do Centro Cultural dos Correios no Rio de Janeiro no período de 18 a 21 de agosto de 2016 e Recife 25 a 28 de agosto de 2016.
151104 - Receitas do Bem
ASSOCIAÇÃO INSTITUTO MUNDO JOVEM
CNPJ/CPF: 05.340.602/0001-01
Processo: 01400014759201514
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 350.515,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: Produção de um livro bilíngue ilustrado por fotografias que retratem as histórias de receitas ao redor do mundo que surgiram, de instituições religiosas ou Organizações Não Governamentais, com o interesse de reverter a renda oriunda de sua venda em ações sociais. Serão ao todo 18 (dezoito) histórias, sendo 12 (doze) oriundas de todo o mundo e 06 (seis) do Brasil. Como um dos exemplos a serem retratados no livro, contaremos a história do Pastel de Belém, de Portugal, que surgiu em 1837, pelos padres jerônimos, numa tentativa de subsistência. O livro será ricamente composto por fotografias de diversos artistas brasileiros e textos de escritores renomados da área de cultura e gastronomia, a serem escolhidos posteriormente.
152819 - SANTO ANGELO EM LETRAS
Mk Projetos e Produções Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 09.383.532/0001-20
Processo: 01400028805201562
Cidade: Santo Ângelo - RS;
Valor Aprovado: R$ 513.951,00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: SANTO ANGELO EM LETRAS Resumo O projeto Santo Ângelo em Letras tem por meta promover um conjunto de ações visando estimular a produção literária na região de Santo Ângelo (RS) noroeste do Rio grande do Sul. Para isso, será organizado um encontro de escritores, uma Feira do Livro, um concurso de contos e uma publicação (um livro de poesia) com textos dos alunos da rede pública de ensino da região. A feira do livro, o concurso de contos e o encontro de escritores acontecerão em outubro de 2015, enquanto a oficina de poesia e a produção do livro de poemas acontecerão em novembro e dezembro, com a distribuição das obras ocorrendo de forma gratuita no início do ano letivo de 2015.

ANEXO II

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 26 , § 1º)
150559 - Projeto Jazz@Brasil
A.C. Meireles de Castro
CNPJ/CPF: 15.130.440/0001-30
Processo: 01400000730201555
Cidade: Belém - PA;
Valor Aprovado: 594500.00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O projeto Jazz@Brasil pretende realizar a gravação de um CD com repertório tradicional do jazz (norte americano) e da música popular brasileira, nos estilos: Jazz, Bossa-Nova e Samba. Os arranjos originais serão executados por uma jazz-sinfônica, com instrumentos de metais, cordas, baixo, bateria, piano e guitarra. Ao todo, além, de 27 músicos, a banda contará com um solista e três back in vocals, todos músicos e cantores de formação erudita com larga vivência também no cenário da música popular. O CD será gravado em Belém, mixado em Los Angeles, com masterização e prensagem em São Paulo. Todas as etapas do projeto serão registradas em vídeo, com depoimentos sobre cada fase da produção técnica para se obter uma gravação de qualidade em um CD com a sonoridade de uma jazz sinfônica.
151866 - VIVA IVAN - TURNÊ IVAN LINS
DGE ENTERTAINMENT LTDA.
CNPJ/CPF: 04.701.094/0001-87
Processo: 01400015784201515
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: 2806120.00
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/12/2015
Resumo do Projeto: O Projeto Viva Ivan pretende comemorar os 50 anos de carreira e 70 anos de vida do músico, cantor e compositor Ivan Lins através de turnês pelo País. Este projeto tem como missão apresentar o show em 10 cidades brasileiras, nos quais Ivan interpretará os seus maiores sucessos, relembrando sua sua trajetória de sucesso que contribuiu muito para a história da música popular brasileira. Os shows se iniciam em Junho de 2015.
150741 - XXI Festival Folclórico das Tribos Indígenas de Juruti Uma tradição que se renova
Associação Folclórica Tribo Mundurukús
CNPJ/CPF: 03.048.016/0001-62
Processo: 01400001696201536
Cidade: Juruti - PA;
Valor Aprovado: 645716.70
Prazo de Captação: 19/06/2015 à 31/10/2015
Resumo do Projeto: O Festival Folclórico das Tribos Indígenas de Juruti é uma das maiores manifestações folclóricas e culturais do Estado do Pará. Tombada pelo Patrimônio Cultural do Estado, em 2015 alcançará a sua 21ª edição, resgatando os saberes tradicionais indígenas, contribuindo para a conservação da sua cultura, através da celebração de suas danças, ritos e costumes, além de exaltar sua etimologia, suas línguas e histórias. Nesses vinte e um anos a Associação Folclórica Tribo Mundurukus de Juruti apresentou espetáculos que decantam as tradições indígenas e as belezas do ecossistema amazônico, retratadas em trabalhos alegóricos, atos cênicos e performances coreográficas que demonstram a criatividade dos artistas locais e regionais.

PORTARIA Nº 350, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1.º - Prorrogar o prazo de captação de recursos do(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
131060 - Dança Tchê
PAULO TAYLOR DE FREITAS MENDONÇA
CNPJ/CPF: 262.701.610-53
Cidade: Porto Alegre - RS;
Prazo de Captação: 11/06/2015 à 31/12/2015
ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
148458 - De Cantos, Ninhos e Florestas
SANDRA CRISTINA MIMOTO TORRES
CNPJ/CPF: 000.839.438-54
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2015 à 31/12/2015
ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
148621 - Eu conto a história... Você faz o desenho
CONCEITO EDIÇÃO DE LIVROS LTDA
CNPJ/CPF: 14.633.987/0001-96
Cidade: Viamão - RS;
Prazo de Captação: 01/06/2015 à 31/12/2015
122465 - MARCIUS GALAN - ÁREA COMUM
Marcius Monteiro Galan
CNPJ/CPF: 032.258.837-51
Cidade: São Paulo - SP;
Prazo de Captação: 01/01/2015 à 31/12/2015
ANEXO II
ÁREA: 6 HUMANIDADES - (ART. 26)
1411880 - Ouvir e Contar pelo Mundo - Portal de Histórias Vivas
Instituto História Viva
CNPJ/CPF: 07.798.106/0001-21
Cidade: Curitiba - PR;
Prazo de Captação: 01/01/2015 à 31/12/2015

PORTARIA N° 351, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1° - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do Artigo 18 e no Artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei n.º 9.874, de 23 de novembro de 1999.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO

ÁREA: 6 HUMANIDADES : LIVROS DE VALOR ARTÍSTICO, LITERÁRIO OU HUMANÍSTICO (ART. 18)
11 14802 - Memórias das Fortalezas - Ilha de Santa Catarina
Armando Luiz Gonzaga
CNPJ/CPF: 007.829.809-10
SC - Florianópolis
Valor reduzido em R$: 101.628,00

PORTARIA Nº 352, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:
Art. 1º - Aprovar a alteração do nome do projeto "Rock no Museu" - PRONAC 14 11530, publicado na portaria de aprovação n. 812/14 de 11/12/2014, no D.O.U. de 12/12/2014, para "Samsung Rock Exhibition: Jimi Hendrix".
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

PORTARIA Nº 353, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso da competência delegada no art. 6º da Instrução Normativa nº 1, de 24 de junho de 2013, resolve:
Art. 1º Tornar pública a relação dos projetos apoiados por meio do mecanismo Incentivo a Projetos Culturais do Programa Nacional de Apoio à Cultura (PRONAC), instituído pela Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991, que tiveram suas prestações de contas reprovadas no âmbito desta Secretaria, em observância ao disposto no parágrafo único do art. 70 da Constituição Federal, no § 1º do art. 20 da Lei nº 8.313, de 1991, e na Portaria nº 86, de 26 de agosto de 2014.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

VEDADA A IMPRENSA OFICIAL

ANEXO

PRONAC	Projeto	Proponente	CPF/CNJP	Resumo do Projeto	Valor Solicitado	Valor Aprovado	Valor Captado
03 0323	Projeto de Informatização de Documentos Históricos Museu da Imigração	Sociedade dos Usuários de Informática e Telecomunicações São Paulo	62.067.632/0001-20	O projeto propõe a continuidade da montagem do Banco de Dados do Memorial do Imigrante (Museu da Imigração), através da digitalização dos livros de registro da Antiga Hospedaria de São Paulo, onde se encontra registrada a passagem de cerca de cinco milhões de imigrantes no período de 1882 a 1978.	188.229,35	197.640,81	53.000,00

PORTARIA Nº 354, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria n° 354, de 18 de fevereiro de 2015 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art.1º - Tornar público o(s) projeto(s) cultural (is) referente(s) ao Programa de Intercambio e Difusão Cultural, relacionado(s) no anexo abaixo, apoiado(s) por meio da Lei 8.313/91 que teve/tiveram sua(s) APROVAÇÃO (ÕES) quanto ao cumprimento do objeto no âmbito deste Ministério, conforme determina o parágrafo 4º do artigo 80 da Instrução Normativa/ MinC nº 01 de 24/06/2013, publicada no Diário da Oficial União de 01/07/2013.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS BEYRODT PAIVA NETO

ANEXO

Pronac	Nome do Projeto	Proponente	CNPJ / CPF	Objeto
143305	Participação no Festival de Cinema de Animação de Lisboa | MONSTRA - Portugal	Vania Cristina Feitosa	270.004.178-03	No intuito de estreitar programações e coprodução de eventos e ações de formação na área do cinema de animação e do cinema em geral, o Festival de Animação de Lisboa | MONSTRA tem o prazer de convidar os responsáveis pelo projeto Cineclube na cidade, Vânia Feitosa e Felipe Calixtre para estar presente na 13ª edição do Festival a decorrer de 13 a 23 de Março de 2014. Ambos serão convidados de Honra do Festival ficando o convite aberto à possível participação como Júri na secção Curtíssimas do Festival. A sessão competitiva do festival decorrerá de 17 a 23 de Março sendo a primeira parte do festival dedicada à retrospectiva Húngara e à pré-estreia de filmes internacionais. A participação terá grande intercâmbio cultural e futura realização de uma itinerância da Mostra em cidades do estado de São Paulo.
134016	Influências africanas na música brasileira - uma palestra musicada	André Luiz Mendes Pereira	036.729.506-70	Fomos convidados a participar da Conferência Internacional Interfaces da Lusofonia, a ser realizada pela Universidade do Minho, entre os dias 4 a 6 de julho de 2013, na cidade de Braga em Portugal. A palestra musicada consiste em divulgar determinados aspectos da cultura brasileira percebidos através de estudos, viagens e vivências em certas tradições musicais afro-brasileiras realizadas no Sudeste (Congado, Samba e Jongo) e no Nordeste (Maracatu Nação do Baque Virado, Baião e Ciranda). Todos os integrantes do grupo proponente têm suas pesquisas de mestrado relacionadas a essa temática, nas áreas de Música e História. Durante a palestra musicada faremos um breve relato de nossas pesquisas de campo, apresentaremos vídeos e fotografias, além de fazermos intervenções musicais. Nossa proposta é também educacional e dialoga com demandas como as de preservação da memória histórica e cultural das tradições musicais afro-brasileiras.
133308	Participação na 3rd International Conference on Music & Emotion, Finlândia.	ANDRE SINICO DA CUNHA	322.278.888-06	A participação na 3rd International Conference on Music & Emotion (ICME 3) tem como objetivo a apresentação dos resultados parciais obtidos por meio da pesquisa de mestrado intitulada "Ansiedade na Performance Musical: causas, sintomas e estratégias de estudantes de flauta". A partir disso, será publicado resumo e artigo sobre esta pesquisa em língua inglesa nos Anais da ICME 3, de forma a contribuir para o aumento da bibliografia e o conhecimento por parte de outros pesquisadores que a ansiedade na performance musical também tem sido pesquisado no Brasil. De igual modo, a possibilidade de realização futura de intercâmbio entre Instituições de Ensino Superior brasileiras e universidades/centros de pesquisa sobre as ciências da performance musical de outros países.
132580	Exposição "7 Relatos" e residencia artística no programa [R.A.T.]	Michele Martins Nunes	001.550.020-90	O presente projeto consiste numa viagem ao México com objetivo de participar da exposição coletiva internacional "7 Relatos", e do programa [R.A.T.] Residencias Artísticas por Intercâmbio, desenvolvendo um trabalho artistico em pintura. A exposição "7 Relatos" será realizada na Galeria V. M. Contreras, da Universidad Autonoma del Estado de Morales, na cidade de Cuernavaca. Reunirá obras de sete artistas, desenvolvidas a partir de um mesmo tema, porém em diferentes mídias e sob o ponto de vista de suas referencias culturais (Brasil, México, Austrália, Coreia do Sul, Emirados Árabes e Estados Unidos). Logo após a abertura da exposição, pretendo realizar uma residência artística de duas semanas na sede Puerto Turín do programa [R.A.T.], situada na Cidade do México. O projeto selecionado "Ojalá, Aquí y Allá" visa concluir três obras iniciadas no Brasil, explorando narrativas pictóricas que combinem elementos significativos da cultura dos dois países (Brasil e México).
133996	CONTACTFESTIVAL FREIBURG 2013	Hugo Leonardo da Silva	080.307.488-33	Participação como professor e performer convidado na XIV edição do Freiburg Contact Festival, o maior e mais antigo festival da Europa dedicado à forma de investigação do movimento e dança Contact Improvisation, evento de referência mundial realizado anualmente na cidade de Freiburg, na Alemanha. Como desdobramento, haverá também a participação como professor e performer convidado na primeira edição do inovador evento Contact Journey, a ser realizado em caráter itinerante na Geórgia, país da região dos Balcãs no leste europeu.
135116	Divulgação da música brasileira em Berlin	Jarmeson de Lima Nascimento	920.017.424-87	Pretendo com a ajuda deste edital viajar até a Alemanha no final de agosto deste ano para promover a música brasileira, conversando com produtores e artistas na Berlin Music Week e em locais estratégicos como as estações da Deutsche Welle e em selos e centros culturais. Como jornalista, produtor cultural, curador de festival e apresentador de programa de rádio, minha experiência no ramo cultural e artístico será de grande importância para promover uma divulgação adequada do novo cenário musical brasileiro no exterior. Este evento congrega diversos agentes da produção artística mundial e será a oportunidade ideal tanto para uma capacitação profissional pessoal quanto para o desenvolvimento de estratégias e novas iniciativas de atingir o mercado exterior com esta troca de experiências entre a música brasileira e a indústria cultural estrangeira.
131637	Peça Pobres de Marré no Fringe 2013	Grupo Teatro Carmin	10.883.241/0001-80	Solicitação de recursos para o pagamento de 4 passagens áreas nos trechos Natal-Curitiba-Natal na data de 03/04/2013, para viabilzação de 4 apresentações da peça "Pobres de Marré" do Grupo Carmin de Teatro de Natal, RN, no Fringe 2013 - Mostra do Festival de Teatro de Curitiba/PR. Esta será a primeira vez que o Grupo e a peça, que ja circula pelo Nordeste desde 2008, fará apresentações em um Festival de outra Região do Brasil. Sabemos da importância de participação em um Festival tradicional como o de Curitiba e acreditamos que esta possa ser uma ótima oportunidade de mostrar o trabalho do grupo além dos limites regionais.
142563	Folguedos Populares do Nordeste	Rodrigo cesar cortez de sena	012.042.474-63	A viagem tem como objetivo dar continuidade ao trabalho fotográfico e em vídeo que vem sendo realizado de forma independente pelo Coletivo Camafeu no Encontro de Maracatus que acontece durante o carnaval em Nazaré da Mata (PE). Conhecida como Terra do Maracatu, a cidade promove, durante o carnaval, evento no qual se apresentam diversos grupos de Maracatu Rural, folguedo típico da Zona da Mata pernambucana. Já iniciado, o trabalho de documentação na cidade teve como desdobramento a premiação da fotografia "Rainha do Brinquedo" com o segundo lugar do Concurso Fotográfico "Um Olhar Sobre a Cultura Popular Nordestina", promovido pelo Coletivo Caminhos Comunicação e Cultura, com patrocínio do Banco do Nordeste e BNDES. Ao final do evento, o grupo organizará uma exposição itinerante do material registrado no festejo entre os anos de 2010 e 2014 em praça pública da Vila de Ponta Negra, comunidade de pescadores localizada em Natal (RN), que possui forte cultura de folguedos populares.
133307	II Oficina Internacional "PRODUÇÃO, CURADORIA DE MOSTRAS E FESTIVAIS DE ARTE"	MARIA DE LOURDES DA CUNHA	371.325.801-59	A proponente foi convidada a participar, gratuitamente, da II Oficina Internacional "PRODUÇÃO, CURADORIA DE MOSTRAS E FESTIVAIS DE ARTE", que acontecerá no Centro Provincial de Artes plásticas e Deseño de La Habana, Cuba, no mês de junho de 2013, durante 04 dias. Entre os temas abordados na oficina estão: A Arte de Programar um festival de Arte. Financiamento, patrocínio e marketing, formação de público e responsabilidade social, produção e curadoria de mostras.Cada estudante poderá levar uma proposta ou projeto para um festival ou mostra, que será desenvolvido a analisado durante a oficina. A proponente, Maria de Lourdes da Cunha (Malu da Cunha) já realiza importante intercâmbio cultural com Havana, proporcionando, através de projetos culturais, a realização de mostras de diversos artistas brasileiros em Havana e em outros países, e também a realização de mostras com artistas cubanos e de outros países no Brasil. Por esse motivo, a proponente foi isenta de todas as taxas do curso.
130924	Apresentação de duas comunicações científicas no Congresso Internacional Criadores Sobre outras Obras, IV CSO 2013, da Universidade de Belas Artes de Lisboa (Portugal).	Sissa Aneleh Batista de Assis	658.306.602-53	Por meio desta proposta, solicito apoio financeiro para participar e apresentar 2 (duas) comunicações científicas no Congresso Internacional da Universidade de Lisboa, Criadores Sobre outras Obras, IV CSO 2013. A primeira sob o título,Quando a arte não cala, e a segunda, O humano primevo, mutante e híbrido na arte fotográfica. As comunicações são baseadas na pesquisa científica que realizo sobre mulheres artistas amazônidas ou que atuem na Amazônia - artistas conceituadas pela área artística. Além da apresentação no congresso, as melhores comunicações serão publicadas na Revista :Estúdio da Universidade de Belas Artes de Lisboa, na qual já possuo dois artigos publicados internacionalmente pela revista e este ano tentarei mais duas publicações com a participação no congresso. Ainda terei a oportunidade de divulgar a arte contemporânea brasileira, participar nas oficinas, palestras, intercâmbio entre grupos de trabalhos diversos, mesas redondas e exposições durante o evento.
134958	Capoeira Oxósse na 1ª Roda Internacional de Capoeira Sindelfingen	Paulo Renato Narciso	458.822.150-72	A presente proposta visa a participação de Paulo Renato Narciso (Mestre Karcará - representante da Capoeira Oxósse no Rio Grande do Sul) e seu grupo na 1ª Roda Internacional de Capoeira Sindelfingen - Alemanha. As atividades vem de encontro com as metas do Plano Nacional de Cultura, onde objetiva a difusão da diversidade cultural brasileira no exterior, ainda mais no momento em que o país está em contagem regressiva para a Copa do Mundo e Olimpíadas. O evento principal acontece nos dias 22 e 23 de junho, porém as atividades começam na segunda semana do mês de junho com a realização de oficinas e aulas de capoeira, como forma de preparação dos alunos para a Roda e toda cerimônia do evento em si.
143304	Corpo Santo sobre a África	Rodrigo de Almeida Braga	735.345.362-15	Realizar uma viagem com início no mês de março do Brasil (Amazônia) para Moçambique e, posteriormente, para a Índia, onde irei realizar apresentações Solo teatral do espetáculo "Corpo Santo", bem como desenvolver ações de formação de oficina com Capoeira Angola e Teatro para crianças e adolescentes em situação de risco em projetos sociais, primeiramente em Moçambique/África, a convite da ONG Italiana "Terre des Hommes", com sede em Moçambique, incluindo no Programa/Evento "Apoio aos Centros de Atendimento Sócio Educativo para crianças vulneráveis nas Comunidades dos distritos de Boane e Matola". Desta forma, também em Moçambique recebi o convite da instituição "Balão Arte em Cultura e Ética" para participar do evento "Asa e Raíz - Mostra Internacional de Teatro para a criança e jovem" apresentação do Solo "Corpo" unindo os artistas de teatro da África e Brasil. Posteriormente o intercâmbio continuará na Índia através do convite da instituição "Aureville" no evento "A Cidade Amanhecer"
143295	Encenação do balé de Beethoven As Criaturas de Prometeu	Marina Luizovna Nogaeva Tenório	216.441.198-62	O projeto pretende conceber, ensaiar e encenar o balé "As criaturas de Prometeu" de Beethoven na Filarmônica de Moscou. Este evento faz parte do festival "Histórias com Orquestra", organizado pelo regente Vladimir Jurowski e ocorrerá entre os dias 08 e 10 de Junho de 2014 na sala de concertos Tchaikovski em Moscou.
142577	Companhia do Elefante no Festival de Teatro de Curitiba	Marcus Vinicius Mello Di Bello	399.464.638-30	A Companhia do Elefante, grupo teatral de Santos, litoral do estado de São Paulo, foi selecionada com os seus dois espetáculos para o Festival de Teatro de Curitiba - FRINGE. O espetáculo de rua passou por uma seleção da organização do FRINGE e receberá alimentação e hospedagem fornecidas pela organização do Festival de Teatro de Curitiba. Com o edital pretendemos dar condição para a equipe do espetáculo de palco ir para Curitiba. Teremos uma equipe de filmagem que gravará um documentário sobre a passagem da companhia pelo festival, registrando todos os momentos (preparação papra a viagem, apresentações, contatos com artistas de Curitiba etc). O documentário será inscrito em diversos festivais de cinema do Brasil e irá trazer como principal patrocinador o Ministério da Cultura.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 1.360/MD, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Altera a Portaria nº 2.056/MD, de 15 de agosto de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição, de acordo com o disposto no Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013, resolve:

Art. 1º O anexo da Portaria nº 2.056/MD, de 15 de agosto de 2014, passa a vigorar acrescido das Empresas de Defesa constantes do quadro abaixo:

16ª Reunião da CMID

DATA	PROCESSO Nº	EMPRESA	CNPJ	RAZÃO SOCIAL
26/05/2015	60314.000296/2015-41	DATACOM	02.820.966/0001-09	TERACOM TELEMÁTICA SA
26/05/2015	60314.000296/2015-41	COLUMBUS	69.122.240/0001-65	COLUMBUS COMERCIAL IMPORTADORA E EXPORTADORA

Art. 2ª Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAQUES WAGNER

PORTARIA Nº 1.361/MD, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Altera a Portaria nº 1.345/MD, de 28 de maio de 2014.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição, de acordo com o disposto no Decreto nº 7.970, de 28 de março de 2013, resolve:

Art. 1º O anexo da Portaria nº 1.345/MD, de 28 de maio de 2014, passa a vigorar acrescido dos Produtos Estratégicos de Defesa constantes do quadro abaixo:

16ª Reunião da CMID

DATA	PROCESSO Nº	NOMENCLATURA	PED
26/05/2015	60314.000296/2015-41	Foguete	Foguete Chaff
26/05/2015	60314.000296/2015-41	Colimador	Colimador para Morteiro de 120mm
26/05/2015	60314.000296/2015-41	Bombas de Fim Geral	Bomba MK-82/AEQ
26/05/2015	60314.000296/2015-41	Artefato Lacrimogêneo	Projetil de Espuma Lacrimogêneo - NT901/CS
26/05/2015	60314.000296/2015-41	Serviço de Atualização Tecnológica dos Radares Meteorológicos para Controle e Defesa do Espaço Aéreo	Serviço de Atualização Tecnológica dos Radares Meteorológicos- RMT0100D e DWSR 8500S - IACIT
26/05/2015	60314.000296/2015-41	Serviço de Suporte Logístico aos Radares Meteorológicos	Suporte Logístico Integrado de Manutenção Corretiva e Preventiva de Radar Meteorológico-RMT-0100DM1-IACIT
26/05/2015	60314.000296/2015-41	Sistema Radar Meteorológico	Sistema Radar Meteorológico Doppler RMT-0100DM1 - R1
26/05/2015	60314.000296/2015-41	Explosivos	PLASTEX - Explosivo Plástico Moldável, Composto por Produtos Nitratos (Altos Explosivos) Plastificantes e Estabilizantes
26/05/2015	60314.000296/2015-41	Colete Balístico	Colete Modelo EXAM GM Masculino - Código EP-014 - Nível II - Retex N° 2365/08 - Tamanho Grande
26/05/2015	60314.000296/2015-41		Colete Modelo EXAM GM Masculino - Código EP-014 - Nível IIIA - Retex N° 2308/08 - Tamanho Grande
26/05/2015	60314.000296/2015-41		Colete Modelo Executivo Masculino - Conforme SAT_332/2014B- Código EP-024 - Nível IIIA - Retex N° 2308/08 - Tamanho Grande
26/05/2015	60314.000296/2015-41		Colete Ostensivo Modelo Feminino com Bojo - Nível IIIA - Retex N° 2159/07- COL-INB-008/06 - Tamanho Médio
26/05/2015	60314.000296/2015-41		Colete Modelo Feminino com Bojo Termoformado - Nível II - Conforme SAT_318/2014, Código EP-071 Retex N° 2158/07 - Tamanho Grande
26/05/2015	60314.000296/2015-41		Colete Ostensivo Modelo Masculino - Nível II - Retex N° 2886/13, COL-INB-003/13 - Tamanho Grande
26/05/2015	60314.000296/2015-41		Colete Ostensivo Modelo Masculino - Nível IIA - Retex N° 2618/10 - COL-INB-001/10 - Tamanho Médio
26/05/2015	60314.000296/2015-41		Colete Modelo Masculino - Conforme SAT_357/2014 - Código EP-003 - Nível III - Retex N° 2796/12 - Tamanho Grande
26/05/2015	60314.000296/2015-41		Colete Modelo Preferencialmente Feminino HPI-500 - Nível II - Conforme SAT_260/13- Código EP-095 - Retex N° 2886/13 -Tamanho Grande
26/05/2015	60314.000296/2015-41		Colete Modelo Preferencialmente Feminino - Conforme SAT_319/2014 - Código EP-004 - Nível IIA - Retex N° 2618/10 - Tamanho Grande
26/05/2015	60314.000296/2015-41	Colete Balístico	Colete Modelo Preferencialmente Feminino, Conforme a SAT_258/2014. Código EP-002, nível III, Retex n° 2322/08, Tamanho Médio.
26/05/2015	60314.000296/2015-41		Colete Operacional Modular Tipo Jaqueta, Código EP-015, Nível III, Retex n° 2916/14, Tamanho Grande
26/05/2015	60314.000296/2015-41		Colete Operacional Modular Tipo Jaqueta. Código EP-015, nível III-A, Retex n° 2898/13, Tamanho Grande
26/05/2015	60314.000296/2015-41	Munição Anticarro	Munição MSS 1.2 AC
26/05/2015	60314.000296/2015-41	Equipamento de Apoio a Guerra Eletrônica	Sistema de Medidas de Apoio a Guerra Eletrônica MAGE ET/SLR-1-OMNISYS
26/05/2015	60314.000296/2015-41	Montagem e Testes de Sobressalentes	Montagem e Testes de Sobressalentes para o CME 1-OMNISYS
26/05/2015	60314.000296/2015-41	Serviço de Integração e Testes	Serviços de Integração e Testes na IHM CME 1A- OMNISYS
26/05/2015	60314.000296/2015-41	Testes de Equipamentos	Testes do CME ET/SLQ-2X em Raia Aberta e Embarcado- OMNISYS

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JAQUES WAGNER

COMANDO DA MARINHA
GABINETE DO COMANDANTE

PORTARIA Nº 256/MB, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Cria a Unidade Médica da Esquadra (UMEsq) e dá outras providências.

O COMANDANTE DA MARINHA, no uso das atribuições que lhe conferem os Art. 4º e 19 da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterada pela Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, e o art. 26, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 5.417, de 13 de abril de 2005, resolve:

Art. 1o Criar, dentro da Estrutura Regimental do Comando da Marinha, a Unidade Médica da Esquadra (UMEsq), Organização Militar Hospitalar sem autonomia administrativa, subordinada e apoiada pelo Comando-em-Chefe da Esquadra, nos aspectos referentes à execução financeira, pagamento de pessoal e abastecimento, com sede na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro, com o propósito de contribuir para o atendimento médico e odontológico dos militares do Complexo Naval de Mocanguê, sob a direção de um Capitão-de-Fragata do Corpo de Saúde da Marinha.

Art. 2o A implantação da UMEsq será efetivada de modo progressivo, conforme as disponibilidades orçamentárias e de pessoal, consoante aos atos baixados pelo Comandante de Operações Navais.

Art. 3º Quanto à fase de implantação, fica criado o Núcleo de Implantação da Unidade Médica da Esquadra (NI-UMEsq), ao qual caberá preparar o pessoal, supervisionar e fiscalizar a prontidão das futuras instalações e promover os estudos relativos à elaboração do projeto do Regulamento da UMEsq.

Parágrafo único - O NI-UMEsq terá suas atividades e organização estruturadas por um Regulamento Provisório, aprovado pelo Comando de Operações Navais, e será automaticamente extinto por ocasião da Cerimônia da Mostra de Ativação da OM.

Art. 4º O Comandante de Operações Navais baixará os atos complementares que se fizerem necessários à execução desta Portaria

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na presente data.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

DESPACHO DO COMANDANTE DA MARINHA
Em 18 de junho de 2015

Nº 1/MB - Processo nº: 61001.009049/2015-05.
Interessado: Embaixada da Argentina no Brasil.
Objetivo: Visita da Corveta argentina "ESPORA" à cidade do Rio de Janeiro, nos períodos de 18 a 22JUN2015 e 26 a 28JUN2015, e do Navio Transporte argentino "BAHIA SAN BLAS" às cidades de Vitória e do Rio de Janeiro, nos períodos de 18 a 23JUN2015 e 26 a 28JUN2015, respectivamente.

Amparo legal: art. 4º, caput e parágrafo único, da Lei Complementar nº 90, de 1º de outubro de 1997, com redação dada pela Lei Complementar nº 149, de 12 de janeiro de 2015, c/c art. 1º da Portaria Normativa nº 1.130/MD, de 20 de maio de 2015.

DECISÃO:

Autorizo. Publique-se.

EDUARDO BACELLAR LEAL FERREIRA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 176/DPC, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Habilita Praticante de Prático a Prático.

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso da delegação de competência que lhe confere a Portaria nº 156/MB, de 3 de junho de 2004, de acordo com o contido no artigo 4º da Lei nº 9.537, de 11 de dezembro de 1997, resolve:

Art. 1º Habilitar a Prático, de acordo com a Ordem de Serviço nº 183, de 21 de maio de 2015, da Capitania dos Portos do Paraná e de acordo com a alínea n, do item 0224 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem - NORMAM-12/DPC (Rev.1), aprovadas pela Portaria nº 78/DPC, de 15 de abril de 2011, publicada no Diário Oficial da União, de 18 de abril de 2011, por ter sido aprovado no Exame de Habilitação para Prático da Zona de Praticagem de Paranaguá e Antonina (PR) - ZP-17, o Praticante de Prático VICTOR HECTOR DEMAISON.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Vice-Almirante CLÁUDIO PORTUGAL DE VIVEIROS

TRIBUNAL MARÍTIMO
SECRETARIA-GERAL

ATA DE DISTRIBUIÇÃO

PROCESSOS DE 2/06/2015

Nº do Processo: 29650/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0534/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO DE JANEIRO (C P R J)
Data do Acidente: 01/05/2014
Hora: 16:30
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PRAIA DE DENTRO - ILHA DO ARAÚJO / PARATY - RJ
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" HARLEY DO MAR "
" EU E VOCÊ "
Nº do Processo: 29651/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0200/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ANGRA DOS REIS (DEL A REIS)
Data do Acidente: 02/01/2015
Hora: 17:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA DOS PORCOS - BAÍA DA ILHA GRANDE / ANGRA DOS REIS - RJ
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PITUCHA "
Nº do Processo: 29652/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0023/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITACURUÇÁ (DEL ITACURUÇÁ)
Data do Acidente: 03/06/2014
Hora: 22:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA GUAÍBA - BAÍA DE SEPETIBA / MANGARATIBA - RJ
Acidente / Fato: ACIDENTE COM ESCADA DE PORTALÓ
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ORE BRUCUTU "
Nº do Processo: 29653/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº do Ofício: 0055/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITACURUÇÁ (DEL ITACURUÇÁ)
Data do Acidente: 25/07/2014
Hora: 13:00
Local do Acidente: TERMINAL DA ILHA DA GUAÍBA - BAÍA DE SEPETIBA / MANGARATIBA - RJ
Acidente / Fato: ENCALHE
Nome(s) de Embarcação(ões):
" HBIS SUNRISE "
Nº do Processo: 29654/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0048/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM MACAÉ (DEL MACAÉ)
Data do Acidente: 23/03/2014
Hora: 16:30
Local do Acidente: BACIA DE CAMPOS / CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PETROBRAS 43 "
" LOCAR LH XVIII "
Nº do Processo: 29655/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0049/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM MACAÉ (DEL MACAÉ)
Data do Acidente: 28/04/2014
Hora: 01:30
Local do Acidente: BACIA CAMPOS / CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ALASKAN STAR "
" C SPIRIT "
Nº do Processo: 29656/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0050/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM MACAÉ (DEL MACAÉ)
Data do Acidente: 13/07/2014
Hora: 04:00
Local do Acidente: BACIA DE CAMPOS / CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" SAVEIROS GAIVOTA "
Nº do Processo: 29657/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0054/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM MACAÉ (DEL MACAÉ)
Data do Acidente: 12/06/2014
Hora: 10:50
Local do Acidente: BACIA DE CAMPOS / CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MALAVIYA TWENTY NINE "
Nº do Processo: 29658/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0058/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM MACAÉ (DEL MACAÉ)
Data do Acidente: 03/03/2014
Hora: 09:00
Local do Acidente: BACIA DE CAMPOS / CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PETROBRAS 32 "
Nº do Processo: 29659/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0061/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM MACAÉ (DEL MACAÉ)
Data do Acidente: 28/02/2014
Hora: 01:15
Local do Acidente: BACIA DE CAMPOS / CAMPOS DOS GOYTACAZES - RJ
Acidente / Fato: ALAGAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" NOBLE PAUL WOLFF "
Nº do Processo: 29660/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0109/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM MACAÉ (DEL MACAÉ)
Data do Acidente: 03/11/2013
Hora: 23:00
Local do Acidente: RIO MACAÉ / MACAÉ - RJ
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" SEMPRE ESPERANÇA "
Nº do Processo: 29661/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0201/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO ESPÍRITO SANTO (C P E S)
Data do Acidente: 27/06/2014
Hora: 13:00
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO ESPÍRITO SANTO / ES
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ROSA DE SARON 1 "
Nº do Processo: 29662/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0109/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA BAHIA (C P B A)
Data do Acidente: 12/09/2014
Hora: 19:10
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA DO FRADE / BAÍA DE TODOS OS SANTOS - BA
Acidente / Fato: INCÊNDIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PINGUIN "
Nº do Processo: 29663/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0185/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA BAHIA (C P B A)
Data do Acidente: 26/01/2014
Hora: 16:00
Local do Acidente: PRAIA DE PONTA DE NOSSA SENHORA / BAÍA DE TODOS OS SANTOS - BA
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MARCO III "
Nº do Processo: 29664/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0186/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA BAHIA (C P B A)
Data do Acidente: 28/12/2013
Hora: 15:00
Local do Acidente: PORTO DE SALVADOR / BAÍA DE TODOS OS SANTOS - BA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ARATY "
Nº do Processo: 29665/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0190/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA BAHIA (C P B A)
Data do Acidente: 16/07/2014
Hora: 10:20
Local do Acidente: PÍER DO LEBLON / BAÍA DE TODOS OS SANTOS - BA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" OBRIGADO POR TUDO JESUS "
Nº do Processo: 29666/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0193/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA BAHIA (C P B A)
Data do Acidente: 11/05/2014
Hora: 04:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PÍER DA CRUSH - PORTO DO BONFIM / SALVADOR - BA
Acidente / Fato: RUPTURA DE CABOS
Nome(s) de Embarcação(ões):
" RAROS "

Nº do Processo: 29667/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0233/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA BAHIA (C P B A)
Data do Acidente: 28/12/2014
Hora: 12:55
Local do Acidente: TERMINAL DO ATRACADOURO / VALENÇA - BA
Acidente / Fato: EMBORCAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PURA LIBERDADE "
Nº do Processo: 29668/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0241/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA BAHIA (C P B A)
Data do Acidente: 13/12/2014
Hora: 16:30
Local do Acidente: RIO JACUÍPE / CAMAÇARI - BA
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" BORBA E FELIPE E DAVI HEREDA "
" MONSTER POWER "
Nº do Processo: 29669/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0217/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SERGIPE (C P S E)
Data do Acidente: 27/01/2014
Hora: 10:40
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DE ARACAJÚ / SERGIPE - SE
Acidente / Fato: ACIDENTE DE MERGULHO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" STARNORT XII "
Nº do Processo: 29670/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0156/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO CEARÁ (C P C E)
Data do Acidente: 04/04/2014
Hora: 22:00
Local do Acidente: ENSEADA DE MUCURIPE / FORTALEZA - CE
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MR. MACAVITA "

Nº do Processo: 29671/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 012-218/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO NORTE (C P R N)
Data do Acidente: 05/10/2014
Hora: 10:00
Local do Acidente: EM VIAGEM DE ANGRA DOS REIS-RJ X NATAL-RN /
Acidente / Fato: MOTIM
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MISS CAROL "
Nº do Processo: 29672/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 012-219/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO NORTE (C P R N)
Data do Acidente: 25/11/2014
Hora: 17:00
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO / RN
Acidente / Fato: ACIDENTE DE MERGULHO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ADSON FELIPE "
Nº do Processo: 29673/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0150/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA PARAIBA (C P P B)
Data do Acidente: 13/12/2014
Hora: 14:00
Local do Acidente: PRAIA DE PONTA DE CAMPINA / CABEDELO - PB
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" LINS QUINTANS "
" GINGA "
Nº do Processo: 29674/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0156/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE ALAGOAS (C P A L)
Data do Acidente: 29/11/2014
Hora: 10:00
Local do Acidente: PÍER DA MARINA MOTONÁUTICA / AL
Acidente / Fato: EXPLOSÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MADEIRINHA IV "
Nº do Processo: 29675/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 201-68/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 01/05/2014
Hora: 06:10
Local do Acidente: RIO MOJÚ / MOJÚ - PA
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" JANAU I "
" J.L. I "
Nº do Processo: 29676/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 201-69/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 19/04/2014
Hora: 11:30
Local do Acidente: PORTO BRILHANTE / BELÉM - PA
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" LUZEIRO JC "
Nº do Processo: 29677/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 201-70/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 10/05/2014
Hora: 16:45
Local do Acidente: BAÍA DE MARAJÓ - ILHA COTIJUBA / BELÉM - PA
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MARCOS MATHEUS "
Nº do Processo: 29678/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 201-71/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 10/06/2014
Hora: 11:30
Local do Acidente: RIO JOROCA / CAMETÁ-PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" LIRIO DO MAR "
Nº do Processo: 29679/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 201-72/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 05/07/2014
Hora: 03:30
Local do Acidente: CANAL DO CARNAPIJÓ / BARCARENA - PA
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" BOM JESUS DE MUANÁ IV "
Nº do Processo: 29680/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 201-78/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 12/03/2014
Hora: 16:30
Local do Acidente: FURO DO TAJAPURÚ - PROXIMIDADES DA VILA SANTA CRUZ / BREVES - PA
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" REBELO XXXIV "
" ESTAMAN 484 "
SEM NOME

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº do Processo: 29681/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 201-79/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 19/07/2014
Hora: 14:40
Local do Acidente: TERMINAL HIDROVIÁRIO DA COMPANHIA DOCAS DO PARÁ / BELÉM - PA
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" SOURE "
" SÃO FRANCISCO DE PAULA "
Nº do Processo: 29682/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 201-80/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 29/07/2014
Hora: 09:30
Local do Acidente: RIO ATUÁ / MUANÁ - PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES "
Nº do Processo: 29683/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 201-81/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 02/09/2014
Hora: 19:00
Local do Acidente: BAÍA DE MARAJÓ / BARCARENA - PA
Acidente / Fato: QUEDA DE VEÍCULO NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" TUBARÃO "
" MAÍRA "
Nº do Processo: 29684/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 201-82/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 21/05/2014
Hora: 16:00
Local do Acidente: CANAL DE DENTRO - PROXIMIDADES DA ILHA DO MACHADINHO / PA
Acidente / Fato: ACIDENTE COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" IATE REAL II DO ARANAI "
Nº do Processo: 29685/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 201-83/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 05/11/2014
Hora: 08:30
Local do Acidente: RIO MOJÚ - PROXIMIDADES DA TRAVESSIA DAS BALSAS / MOJÚ - PA
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" NOIVA DO CORDEIRO "
" BOMBEIROS PARÁ "

Nº do Processo: 29686/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 201-84/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 29/10/2014
Hora: 12:00
Local do Acidente: BAÍA DE GUAJARÁ - PORTO DA EMPRESA BERTOLINI / BELÉM - PA
Acidente / Fato: ENCALHE
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ARCA DE DEUS "
Nº do Processo: 29687/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 201-85/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DA AMAZÔNIA ORIENTAL (C P A O R)
Data do Acidente: 14/04/2013
Hora: 23:00
Local do Acidente: RIO URUBUEUA / ABAETETUBA - PA
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MATRIX "
" ARISCO "
Nº do Processo: 29688/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0135/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DE SANTARÉM (CFS)
Data do Acidente: 07/02/2013
Hora: 19:00
Local do Acidente: RIO AMAZONAS / ÓBIDOS - PA
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" JEAN FILHO XXXII "

Nº do Processo: 29689/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0152/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ (C P A P)
Data do Acidente: 24/06/2012
Hora: 16:00
Local do Acidente: RIO CARÁS / CHAVES - PA
Acidente / Fato: ACIDENTE COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" KATRIMAR "
Nº do Processo: 29690/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0217/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ (C P A P)
Data do Acidente: 09/09/2014
Hora: 19:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PORTO DO GREGO / SANTANA - AP
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ANA BEATRIZ III "

Nº do Processo: 29691/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0248/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO AMAPÁ (C P A P)
Data do Acidente: 04/11/2014
Hora: 06:00
Local do Acidente: RIO AMAZONAS - FUNDEADOURO / MACAPÁ - AP
Acidente / Fato: ENCALHE
Nome(s) de Embarcação(ões):
" VITASPIRIT "
Nº do Processo: 29692/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0105/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO MARANHÃO (C P M A)
Data do Acidente: 09/01/2015
Hora: 09:25
Local do Acidente: TERMINAL DA PONTA DA ESPERA / BAÍA DE SÃO MARCOS - SÃO LUIS - MA
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" BAÍA DE SÃO JOSÉ I "
" GAIVOTA "
Nº do Processo: 29693/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0191/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO MARANHÃO (C P M A)
Data do Acidente: 24/11/2014
Hora: 16:00
Local do Acidente: PORTO DO ITAQUI / SÃO LUIS - MA
Acidente / Fato: AVARIA DE MÁQUINAS
Nome(s) de Embarcação(ões):
" VOC DAISY "

Nº do Processo: 29694/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0210/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO MARANHÃO (C P M A)
Data do Acidente: 04/01/2015
Hora: 11:30
Local do Acidente: EM VIAGEM DO PORTO DE DOUALA-CAMARÕES X SÃO LUIS - MA
Acidente / Fato: PRESENÇA DE CLANDESTINO A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" KIRAN ADRIATIC "
Nº do Processo: 29695/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0211/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO MARANHÃO (C P M A)
Data do Acidente: 30/03/2014
Hora: 16:50
Local do Acidente: CANAL DE ACESSO AO COMPLEXO PORTUÁRIO DE ITAQUI / BAÍA DE SÃO MARCOS - SÃO LUIS - MA
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" CYRENAICA G "
Nº do Processo: 29696/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0238/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO PARANÁ (C P P R)
Data do Acidente: 23/12/2014
Hora: 10:00
Local do Acidente: BAÍA DE GUARATUBA / GUARATUBA - PR
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" F ANDREIS VI "
" RAINHA DE GUARATUBA "
Nº do Processo: 29697/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0135/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SANTA CATARINA (C P S C)
Data do Acidente: 16/11/2014
Hora: 20:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA DO PAPAGAIO / PALHOÇA - SC
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MAZADINHO "
" PAPAGAIO V "
Nº do Processo: 29698/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0144/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SANTA CATARINA (C P S C)
Data do Acidente: 02/06/2014
Hora: 02:00
Local do Acidente: ILHA DO ARVOREDO / FLORIANÓPOLIS - SC
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" NITEROI I "
Nº do Processo: 29699/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0288/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM ITAJAÍ (DEL ITAJAÍ)
Data do Acidente: 24/08/2014
Hora: 11:30
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PRAIA VERMELHA / PENHA - SC
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" FAMILIA RIBICKI "
Nº do Processo: 29700/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0077/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO FRANCISCO DO SUL (DEL S F SUL)
Data do Acidente: 16/08/2014
Hora: 09:20
Local do Acidente: RIO ACARAÍ - PROXIMIDADES DA ENSEADA / SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
SEM NOME
Nº do Processo: 29701/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0154/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO FRANCISCO DO SUL (DEL S F SUL)
Data do Acidente: 08/12/2014
Hora: 07:25
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PRAIA BONITA - BAÍA DE BABITONGA / SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
Acidente / Fato: DESAPARECIMENTO DE EMBARCAÇÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PUBLICITY "
Nº do Processo: 29702/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0160/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO FRANCISCO DO SUL (DEL S F SUL)
Data do Acidente: 18/10/2014
Hora: 16:40
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DO FAROL DA ILHA DA PAZ / SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
Acidente / Fato: AVARIA DE MÁQUINAS
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PRIMAVERA II BG "
Nº do Processo: 29703/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0175/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO FRANCISCO DO SUL (DEL S F SUL)
Data do Acidente: 28/12/2014
Hora: 08:30
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO ILHA DA PAZ / SÃO FRANCISCO DO SUL - SC
Acidente / Fato: AVARIA DE MÁQUINAS
Nome(s) de Embarcação(ões):
" SESSAÇÃO "
Nº do Processo: 29704/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 20-36/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM LAGUNA (DEL LAGUNA)
Data do Acidente: 06/09/2013
Hora: 17:00
Local do Acidente: CANAL DE LARANJEIRAS - LAGOA SANTO ANTÔNIO DOS ANJOS / LAGUNA - SC
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" CANDANGO "
" PATO BRAVO "
Nº do Processo: 29705/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 20-37/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM LAGUNA (DEL LAGUNA)
Data do Acidente: 03/11/2014
Hora: 05:00
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS DA BARRA / ARARANGUÁ - SC
Acidente / Fato: DERIVA DA EMBARCAÇÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" CHICO PESCADOS II "
Nº do Processo: 29706/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 20-88/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL (C P R S)
Data do Acidente: 04/11/2014
Hora: 07:30
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PORTO NOVO / RIO GRANDE - RS
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" DIVE BOAT IV "
Nº do Processo: 29707/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 20-120/2015

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL (C P R S)
Data do Acidente: 15/09/2014
Hora: 16:30
Local do Acidente: TRAPICHE DE DESCARGA DE PESCADOS / SÃO JOSÉ DO NORTE - RS
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" IGUASSU "
" DEUSA DO MAR "
" TATURANA "
Nº do Processo: 29708/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 20-138/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL (C P R S)
Data do Acidente: 07/08/2014
Hora: 08:00
Local do Acidente: ÁGUAS COSTEIRAS PRÓXIMO AO FAROL ALBARDÃO / RIO GRANDE - RS
Acidente / Fato: ALAGAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" DOM MANOEL XX "
Nº do Processo: 29709/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 20-359/2014
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DO RIO GRANDE DO SUL (C P R S)
Data do Acidente: 12/05/2014
Hora: 13:30
Local do Acidente: PORTO DE RIO GRANDE / RS
Acidente / Fato: DEFICIÊNCIA NO FUNDEIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" CELANOVA "
Nº do Processo: 29710/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 1132/2014
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM PORTO ALEGRE (DEL P ALEGRE)
Data do Acidente: 17/03/2010
Hora:
Local do Acidente: PORTO NOVO - SAN NICOLAS / ARGENTINA
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" URUCUM-I "
Nº do Processo: 29711/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0383/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 03/04/2014
Hora: 16:25
Local do Acidente: CANAL DO PORTO DE SANTOS / SANTOS - SP
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" HUA QIANG "
" DJANET "
Nº do Processo: 29712/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0456/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 13/02/2015
Hora: 18:30
Local do Acidente: PORTO DE SANTOS / SP
Acidente / Fato: INCÊNDIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" VTC GLOBE "
Nº do Processo: 29713/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0537/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 21/02/2014
Hora: 10:00
Local do Acidente: REPRESA DE GUARAPIRANGA / SP
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" NELO "
Nº do Processo: 29714/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0539/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 20/06/2014
Hora: 20:20
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PORTO DE SANTOS / SP
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" LAVRAS "
" PRATICAGEM XII "
Nº do Processo: 29715/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0540/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 14/09/2013
Hora: 18:30
Local do Acidente: PRAIA DO GONZAGUINHA / SÃO VICENTE - SP
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" BRADOK II "
" SONECA I "
Nº do Processo: 29716/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0606/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 05/10/2014
Hora: 12:20
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PRAIA DE PITANGUEIRAS / GUARUJÁ - SP
Acidente / Fato: EMBORCAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" CRI CRI V "
Nº do Processo: 29717/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0609/2015
Origem: CAPITANIA DOS PORTOS DE SÃO PAULO (C P S P)
Data do Acidente: 08/08/2010
Hora: 13:30
Local do Acidente: PÍER DA MARINA SUPMAR SUPRIMENTOS MARÍTIMOS LTDA / GUARUJÁ - SP
Acidente / Fato: ACIDENTES COM PESSOAS EM GERAL A BORDO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" DELICIA II "
Nº do Processo: 29718/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0070/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO SEBASTIÃO (DEL S SEBASTIÃO)
Data do Acidente: 28/12/2013
Hora: 18:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO DO RIO JUQUERIQUERE / CARAGUATATUBA - SP
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ANGELINA "
" F2 "
Nº do Processo: 29719/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 0080/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO SEBASTIÃO (DEL S SEBASTIÃO)
Data do Acidente: 07/03/2014
Hora: 16:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PRAIA DA CIGARRA / SÃO SEBASTIÃO - SP
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" KASSAN "
Nº do Processo: 29720/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 0085/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO SEBASTIÃO (DEL S SEBASTIÃO)
Data do Acidente: 26/10/2013
Hora:
Local do Acidente: PÍER DO SACO DA RIBEIRA / UBATUBA - SP
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MARY PEPPER "
Nº do Processo: 29721/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 0172/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO SEBASTIÃO (DEL S SEBASTIÃO)
Data do Acidente: 03/03/2014
Hora: 10:10
Local do Acidente: CANAL DE SÃO SEBASTIÃO - YATE CLUB ILHABELA / ILHABELA - SP
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ANDREZZA "
" GRANATA "
Nº do Processo: 29722/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0190/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO SEBASTIÃO (DEL S SEBASTIÃO)
Data do Acidente: 07/10/2013
Hora: 13:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PRAIA DA LAGOINHA / UBATUBA - SP
Acidente / Fato: DESAPARECIMENTO DE PESSOA
Nome(s) de Embarcação(ões):
SEM NOME
Nº do Processo: 29723/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0193/2015
Origem: DELEGACIA DA CAPITANIA DOS PORTOS EM SÃO SEBASTIÃO (DEL S SEBASTIÃO)
Data do Acidente: 02/01/2014
Hora: 14:00
Local do Acidente: ÁREA DE APROXIMAÇÃO PRAIA DO PORTO GRANDE / SÃO SEBASTIÃO - SP
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" MALAGUETA I "
Nº do Processo: 29724/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 0063/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DO TIETÊ-PARANÁ (C F T P)
Data do Acidente: 26/01/2014
Hora: 11:30
Local do Acidente: REPRESA DE UHE DE JAGUARA - RIO GRANDE / RIFAINA - SP
Acidente / Fato: INCÊNDIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" GLORINHA "
Nº do Processo: 29725/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 0004/2015
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE PRES. EPITÁCIO (DEL P EPITÁCIO)
Data do Acidente: 23/04/2014
Hora: 20:30
Local do Acidente: RIO PARANÁ / PRESIDENTE EPITÁCIO - SP
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" BERA MAR IV "
" YAREMI "
Nº do Processo: 29726/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 0021/2015
Origem: DELEGACIA FLUVIAL DE PRES. EPITÁCIO (DEL P EPITÁCIO)
Data do Acidente: 19/06/2014
Hora: 06:00
Local do Acidente: RIO PARANÁ / PAULICÉIA - SP
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" FRIAS "
" GAIVOTA "
Nº do Processo: 29727/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 20-1725
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 19/03/2014
Hora: 13:00
Local do Acidente: RIO MADEIRA - COMUNIDADE DO CARARÁ / MANICORÉ - AM
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" RED BULL "
Nº do Processo: 29728/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 20-20/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 22/02/2014
Hora: 06:30
Local do Acidente: IGARAPÉ LAGOINHA / CRUZEIRO DO SUL - AC
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
SEM NOME
SEM NOME
Nº do Processo: 29729/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 20-52/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 27/10/2013
Hora: 18:00
Local do Acidente: RIO SOLIMÕES - PORTO DA BOCA DAS ONÇAS / CODAJÁS - AM
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" M.E.E XIX "
Nº do Processo: 29730/2015
Juiz(a) Relator(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Juiz(a) Revisor(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Nº do Ofício: 20-53/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 14/09/2014
Hora: 02:00
Local do Acidente: RIO COMUNIDADE INDÍGENA ASSUNÇÃO / AM
Acidente / Fato: ENCALHE
Nome(s) de Embarcação(ões):
" CAPITÃO JOSÉ ALECRIM XII "
" VDA X "
" VDA 91 "
" ALINE "
Nº do Processo: 29731/2015
Juiz(a) Relator(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Juiz(a) Revisor(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Nº do Ofício: 20-55/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 28/11/2013
Hora: 00:00
Local do Acidente: RIO JURUÁ - PORTO / IPIXUNA - AM
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" JOÃO NETO "
Nº do Processo: 29732/2015
Juiz(a) Relator(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Nº do Ofício: 20-73/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 13/07/2014
Hora: 09:20
Local do Acidente: RIO PIPICA - LAGO UIANARI / ITACOATIRA - AM
Acidente / Fato: QUEDA DE PESSOA NA ÁGUA
Nome(s) de Embarcação(ões):
" COMTE SILVA "
Nº do Processo: 29733/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 20-86/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 05/01/2014
Hora: 06:30
Local do Acidente: PORTO DE CRUZEIRO DO SUL / AC
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" INVENCÍVEL "
Nº do Processo: 29734/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº do Ofício: 20-141/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 29/04/2014
Hora: 21:30
Local do Acidente: RIO AMAZONAS / JURITI - PA
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" BERTOLINI XX "
" BERTOLONE XXXIX "
" COMTE PAIVA IV "
Nº do Processo: 29735/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 20-168/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 26/03/2014
Hora: 20:30
Local do Acidente: LAGO ARUAÚ - RIO NEGRO / MANAUS - AM
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" F. LIMA "
SEM NOME
Nº do Processo: 29736/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 20-171-A/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 07/10/2014
Hora: 02:30
Local do Acidente: PORTO DE ITACOATIARA / AM
Acidente / Fato: EXCESSO DE PASSAGEIRO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" SÃO FRANCISCO DO ANAMÃ XIII "
Nº do Processo: 29737/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 20-206A/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 19/11/2013
Hora: 16:00
Local do Acidente: RIO NEGRO - PORTO DE SÃO RAIMUNDO / MANAUS - AM
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" OMS XVIII "
" INGRID V "
Nº do Processo: 29738/2015
Juiz(a) Relator(a): GERALDO DE ALMEIDA PADILHA
Juiz(a) Revisor(a): NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO
Nº do Ofício: 20-261/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 03/04/2014
Hora: 20:00
Local do Acidente: RIO MADEIRA - ENSEADA DO CAIARIM / HUMAITÁ - AM
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" OLIVEIRA FILHO VII "
Nº do Processo: 29739/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 20-78/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 19/11/2013
Hora: 14:00
Local do Acidente: RIO NEGRO - PORTO MANAUS MODERNA / MANAUS - AM
Acidente / Fato: COLISÃO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ALMIRANTE ARAUJO "
Nº do Processo: 29740/2015
Juiz(a) Relator(a): SERGIO BEZERRA DE MATOS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 20-292/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 18/10/2013
Hora: 23:30
Local do Acidente: RIO JURUÁ / EIRUNEPÉ - AM
Acidente / Fato: NAUFRÁGIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" ERCEM CAMELI III "
Nº do Processo: 29741/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARCELO DAVID GONÇALVES
Nº do Ofício: 20-286/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 02/07/2014
Hora: 05:10
Local do Acidente: RIO MADEIRA / HUMAITÁ - AM
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" PORTO VELHO "
" TOCANTINS 2014 "
" AMAPÁ 2014 "
" SÃO JOSÉ I "
" SÃO FRANCISCO I "
" ME "
Nº do Processo: 29742/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 20-297/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 07/11/2014
Hora: 13:00
Local do Acidente: RIO SOLIMÕES / JUTAÍ - AM
Acidente / Fato: INCÊNDIO
Nome(s) de Embarcação(ões):
" CITY I "
Nº do Processo: 29743/2015
Juiz(a) Relator(a): FERNANDO ALVES LADEIRAS
Juiz(a) Revisor(a): MARIA CRISTINA DE O. PADILHA
Nº do Ofício: 20-288/2015
Origem: CAPITANIA FLUVIAL DA AMAZÔNIA OCIDENTAL (C F A O C)
Data do Acidente: 22/07/2014
Hora: 18:30
Local do Acidente: LAGO DO PURUPURU / CAREIRO CASTANHO - AM
Acidente / Fato: ABALROAMENTO
Nome(s) de Embarcação(ões):
SEM NOME
SEM NOME

TOTALIZAÇÃO:

JUIZ(A)	DISTRIBUÍDOS	TOTAL
MARIA CRISTINA DE O. PADILHA	16	16
MARCELO DAVID GONÇALVES	16	16
FERNANDO ALVES LADEIRAS	16	16
SERGIO BEZERRA DE MATOS	16	16
NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO	16	16
GERALDO DE ALMEIDA PADILHA	16	16
Total:	96	96

TERMO DE ENCERRAMENTO

Contém a presente ata 96 inquérito(s)/recurso(s) distribuído(s) por processamento eletrônico de dados.

Rio de Janeiro, 2 de junho de 2015
Vice-Almirante (RM1) MARCOS NUNES DE MIRANDA
Juiz-Presidente

DIVISÃO DE SERVIÇOS CARTORIAIS

EXPEDIENTE DOS EXMOS. SRS. JUÍZES RELATORES

Proc. nº 28.112/13 - "SEM NOME"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representado : Josimar Borges da Silva
Advogada : Dra. Helena Amorim (OAB/AM 3946)
Representado : Félix Ferreira da Silva
Despacho : "Ante a informação de fl. 198, no sentido de que o representado Félix Ferreira da Silva encontra-se em local não sabido e a Certidão de fl. 203, cite-se por Edital."
Prazo : "30 (trinta) dias."
Proc. nº 28.244/13 - "CAPITÃO BRAYAN I"
Relatora : Juíza Maria Cristina de Oliveira Padilha
PEM : Dra. Aline Gonzalez Rocha
Representado : José da Silva
Despacho : "Ante a informação de fl. 115, no sentido de que o representado José da Silva encontra-se em local não sabido e a Certidão de fl. 117, cite-se por Edital."
Prazo : "30 (trinta) dias."
Proc. nº 25.564/10 - "ACRE BRASIL" e outras
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Gilma Goulart de Barros de Medeiros
Representado : Robson Araújo de Almeida
Advogado : Dr. Jair Ferreira Rodrigues (OAB/AM 1.275)
Representado : João Ferreira Falcão
Defensor : Dr. Thiago Ribeiro de Oliveira (DPU/RJ)
Despacho : "Aberta a Instrução, às partes para provas. Prazo sucessivo de 05 (cinco) dias."
Proc. nº 26.598/11 - "D. MARIA" e Outras
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luis Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Arlindo de Sá Ribeiro - Revel
Representado : Edmundo Barbalho Pinto
Defensor : Dr. Thales Arcoverde Treiger (DPU/RJ)
Representado : Ivaldo do Nascimento
Defensor : Dr. Eduardo Duílio Piragibe (DPU/RJ)
Despacho : "Declaro a revelia do 1º representado. Aberta a Instrução, às partes para provas, prazos sucessivos de 05 (Cinco) dias. Publique-se."
Proc. nº 26.640/12 - "CIDADE DE MANICORÉ 98"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luis Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Raimundo José Cruz Júnior - Revel
Representado : Jairo Feitosa Pereira
Defensor : Dr. Renan de Araújo de Souza (DPU/RJ)
Representado : Município de Manicoré (AM) - Revel
Despacho : "Declaro a revelia do 1º e 3º representados. Defiro o pedido de gratuidade do 2º representado. Aberta a Instrução, às partes para provas, prazos sucessivos de 05 (cinco) dias. Publique-se."
Proc. nº 27.310/12 - "JULIANA I"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : 1º Ten (T) Juliana Moura Maciel Braga
Representado : Jhones Aparecido Huais
Advogado : Dr. Cleber do Nascimento Huais (OAB/RJ 66.387)
Representado : Moacir Inácio da Costa Júnior
Advogada : Dra. Ana Claudia Soares Ribeiro (OAB/RJ 148.256)
Representado : Sergio Ricardo Pinto Barra
Advogado : Dr. Waldir Viegas da Costa (OAB/RJ 91.207)
Despacho : "Aberta a Instrução, às partes para provas, prazos sucessivos de 05 (Cinco) dias."
Proc. nº 27.384/12 - "PODER DIVINO DE COTIJUBA"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : CT (T) Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representado : Silas do Carmo Vasconcelos
Advogado : Dr. Hamilton Santana Pegado (OAB/PA 2132)
Representada : Igreja Evangélica Assembleia de Deus - Revel
Despacho : "Encerro a Instrução, às partes para alegações finais, prazos sucessivos de 10 (dez) dias"
Proc. nº 28.096/13 - "WIZ"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : 1º Ten (T) Diana Soares Corteze Caldeira
Representados : José Aníbal Salgueiro Costa Aguiar
: Alessandro Pasanisi
Defensor : Dr. Charles Pachciarek Frajdenberg (DPU/RJ)
Despacho : "Encerro a Instrução. Às partes para alegações finais, prazos sucessivos de 10 (dez) dias."
Proc. nº 28.270/13 - "LAURO MILLER"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : 1º Ten (T) Diana Soares Corteze Caldeira
Representados : José Aníbal Salgueiro Costa Aguiar
: Alessandro Pasanisi
Defensor : Dr. Charles Pachciarek Frajdenberg (DPU/RJ)
Despacho : "Encerro a Instrução. Às partes para alegações finais, prazos sucessivos de 10 (dez) dias."
Proc. nº 28.419/13 - "SEM NOME"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : CT (T) Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representado : Amauri Ramos dos Santos
Defensora : Dra. Fernanda Ayala Bianchi (DPU/RJ)
Representado : José Nunes de Carvalho
Advogado : Dr. Juliano Marcula de Almeida Lima (OAB/PA 29.287)
Despacho : "Defiro o pedido de gratuidade para ambos os Representados. Diante da preclusão do pedido de provas, encerro a Instrução, às partes para alegações finais, prazos sucessivos de 10 (dez) dias."
Proc. nº 28.565/14 - "LA SERENISSIMA"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : 1º Ten (T) Francisco José Siqueira Ferreira
Representado : Estaleiro Brasflels
Advogada : Dra. Marise Campos(OAB/RJ 51.913)
Despacho : "Encerro a Instrução, às partes para alegações finais, prazos sucessivos de 10 (dez) dias. Publique-se."
Proc. nº 28.731/14 - "CASTILLO DE MACEDA"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : CT (T) Paula de São Paulo Nunes Bastos Ribeiro
Representado : Júlio Cesar de Oliveira da Silva
Advogada : Dra. Taís Silva da Silveira(OAB/RJ 185.096)
Despacho : "Aberta a Instrução, às partes para provas, prazos sucessivos de 05 (cinco) dias. Publique-se."
Proc. nº 28.750/14 - "LAMBARI"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dr. Luis Gustavo Nascentes da Silva
Representado : Luiz Carlos André
Advogada : Dra. Eloísa Cristina W. Rodrigues (OAB/PR 47.774)
Despacho : "Aberta a Instrução, às partes para provas, prazos sucessivos de 10 (dez) dias. Publique-se."
Proc. nº 28.807/14 - "BRAVAMAR IX"
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : Dra. Mônica de Jesus Assumpção
Representados : Bravamar Serviços Marítimos LTDA
: Josiano Rocha dos Santos
Advogado : Dr. Werner Braum Rizk (OAB/ES 11.018)
Representada : Vale S.A
Advogado : Dr. Flávio Infante Vieira (OAB/RJ 50.692)
Despacho : "Aberta a Instrução. Às partes para provas, prazos sucessivos de 05 (cinco)dias. Publique-se."
Proc. nº 28.875/14 - "BRAVAMAR I" e Outra
Relator : Juiz Marcelo David Gonçalves
PEM : 1º Ten (T) Diana Soares Corteze Caldeira
Representado : Bravamar Serviços Marítimos LTDA
Advogado : Dr. Werner Braum Rizk (OAB/ES 11.018)
Despacho : "Encerro a Instrução. Às partes para alegações finais, prazos sucessivos de 10 (dez)dias."
Proc. nº 28.576/14 - "SAKARYA"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : 1º Ten (T) Francisco José Siqueira Ferreira
Representado : Levent Yuksel
Defensor : Dr. Celso Azoury Telles de Aguiar (DPU/RJ)
Representado : Edgar Campos Custódio
Advogado : Dr. Pedro Calmon Filho (OAB/RJ 9.142)
Despacho : "A defesa de Levent Yuksel levanta preliminar de nulidade da citação por edital, pois não teriam seguido os passos do art. 232, do CPC. A PEM manifesta-se no sentido de que a preliminar seja rejeitada, pois o Edital teria cumprido os ditames contidos na Lei 2.180/54 e no Regimento Interno desta Corte. A Lei 2.180/54, Lei Orgânica do Tribunal Marítimo, estabelece no art. 53 que quando o representado estiver em lugar ignorado, desconhecido ou incerto será citado por edital. O art. 55 da mesma lei estabelece que os atos de citação, notificação e intimação serão cumpridos com as formalidades do Regimento Interno do Tribunal Marítimo. Pois

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

bem. O representado, o Capitão de Longo Curso turco Levent Yuksel, comandante do Navio Mercante "SAKARYA", também de nacionalidade turca, não tem declarado nos autos seu endereço. Ainda que houvesse informado onde reside quando não está embarcado, pode se presumir que o domicílio do comandante de um navio seja o próprio navio e sendo este um navio mercante classificado para navegação de longo curso cuja bandeira é turca seu paradeiro é incerto, sendo a citação por edital a única via possível. Ultrapassada a questão do correto enquadramento da hipótese de citação por edital, vejamos se foi cumprido o rito estabelecido pelo art. 73, letra "b" do Regimento Interno do Tribunal Marítimo: Constam às fls. 212/219 os ofícios de remessa dos editais e os respectivos Avisos de Recebimento, comprovando que os mesmos foram entregues a quem melhor poderia encontrá-lo, como manda a norma: o Agente de Navegação que atendeu seu navio e o Consulado de seu país. Observa-se que não se aplicam na citação por edital perante o Tribunal Marítimo as regras do Código de Processo Civil, que somente serão observadas nos casos omissos, conforme art. 155 da LOTM. Por fim, não se pode falar que a citação editalícia teria causado prejuízo à ampla defesa e ao contraditório, pois o representado está sendo muito bem defendido gratuitamente pela Defensoria Pública da União, que demonstrou nos autos que exerce seu múnus com boa técnica e afinco. Sendo assim, rejeito a preliminar de nulidade de citação. Intimem as partes. Ultrapassada a questão preliminar e já tendo a PEM se manifestado no sentido de que não pretende produzir provas, digam os representados se pretendem produzi-las, justificando. Prazo sucessivo de 10 (Dez) dias."

Proc. nº 29.248/14 - "TINA" e Outra
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : 1º Ten (T) Francisco José Siqueira Ferreira
Representados : Gilmar dos Santos Silva Júnior
: George Correa Ferreira da Silva
Despacho : "Citem-se os representados Gilmar dos Santos Silva Júnior e George Correa Ferreira da Silva. Publique-se."

Proc. nº 29.253/14 - "RIO UNA"
Relator : Juiz Nelson Cavalcante e Silva Filho
PEM : 1º Ten (T) Juliana Moura Maciel Braga
Representados : Valter Silva de Azevedo
: Crenaldo de Jesus Santana
Despacho : "Citem-se os representados Valter Silva de Azevedo e Crenaldo de Jesus Santana. Publique-se."

Em 18 de junho de 2015.

ATA DA 6.986ª SESSÃO ORDINÁRIA
A SER REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 2015

(terça-feira).

Presidência do Exmo. Sr. Juiz Vice-Almirante (RM1) MARCOS NUNES DE MIRANDA, Secretária do Tribunal, a Bacharela DINÉIA DA SILVA.

Às 13h30min, presentes os Exmos. Srs. Juízes, SERGIO BEZERRA DE MATOS, MARIA CRISTINA DE OLIVEIRA PADILHA, MARCELO DAVID GONÇALVES, FERNANDO ALVES LADEIRAS, NELSON CAVALCANTE E SILVA FILHO e GERALDO DE ALMEIDA PADILHA, foi aberta a Sessão. Sem impugnação, foi aprovada a Ata da Sessão anterior, distribuída nos termos do art. 31, do Regimento Interno.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS

Nº 29.349/2014 - Acidente da navegação envolvendo o navio "NORD DISCOVERY", de bandeira panamenha, com pedras, ocorrido no canal do Surdinho, porto de Paranaguá, Paraná, em 13 de dezembro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Augusto Cezar Castro Moniz de Aragão Júnior (Prático).

Nº 29.268/2014 - Acidente e fatos da navegação envolvendo o catamarã "SEIVAL" com pedras, ocorridos nas proximidades do farol de Itapuã, rio Guaíba, Viamão, Rio Grande do Sul, em 23 de fevereiro de 2014.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Rudi Nelson Becker (Condutor/Proprietário).

JULGAMENTO

Nº 25.640/2011 - Fato da navegação envolvendo o Rb "HAVILA PRINCESS", de bandeira norueguesa, seu comandante e uma visitante, ocorrido na baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 30 de maio de 2010.

Relatora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: John Erling Kvilhaug (Comandante), Adv. Dr. Alessander Lopes Pinto (OAB/RJ 104.023). Decisão unânime: julgar improcedente a Representação de autoria da D. Procuradoria Especial da Marinha (fls. 101-l03), eis que não restou demonstrado a ocorrência de fato da navegação definido na Lei nº 2.180/54, a ser imputado ao CLC John Erling Kvilhaug, na condição de comandante do Rb "HAVILA PRINCESS", arquivando-se os autos. Medidas preventivas e de segurança: em consonância com o art. 33, parágrafo único da Lei nº 9.537/97 (LESTA), deve-se oficiar à Capitania dos Portos do Rio de Janeiro, agente local da Autoridade Marítima, no que se refere à infração ao art. 23, inciso VIII, do RLESTA, conforme apurado no decorrer do inquérito administrativo - IAFN.

Nº 27.251/2012 - Acidente da navegação envolvendo a moto aquática "OCEANO" com uma mureta e uma criança, ocorrido na praia do Vigorelli, Joinville, Santa Catarina, em 09 de março de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Gilberto de Oliveira (Proprietário/Condutor inabilitado) - Revel. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação como decorrente de imprudência e imperícia do representado, condenando-o à pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais) e ao pagamento das custas na forma dos artigos 14, alínea "a" e 121, inciso I, da Lei nº 2.180/54.

Nº 25.697/2011 - Fato da navegação envolvendo o NM "FLINTERLAND", de bandeira holandesa, quando atracado no berço 02 do porto de Imbituba, Santa Catarina, em 14 de outubro de 2010.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Mikhail Kotlyarov (Comandante) e Konstantin Golubev (Imediato/Oficial de Carga), Adv. Dr. Fernando C. Sobrino Porto (OAB/RJ 47.659) e Union Armazenagem e Operações Portuárias S/A (Operador Portuário), Adv. Dr. Breno Garbois Fernandes Ribeiro (OAB/RJ 131.402). Decisão unânime: retirado de pauta e incluído na pauta do dia 23 de junho de 2015, a requerimento do representado.

Nº 28.087/2013 - Acidente da navegação envolvendo a LM "AGRESSIVA" e a canoa "AMANDA 18", não inscrita, ocorrido no rio Tapajós, Santarém, Pará, em 28 de julho de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representado: Paulo Henrique Lobo Neves (Condutor da LM "AGRESSIVA") - Revel. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação constante do art. 14, alínea "a" (abalroamento), como decorrente da imprudência do representado, o ARA Paulo Henrique Lobo Neves, condenando-o à pena de repreensão e multa no valor de R$ 300,00 (trezentos reais), com fulcro no art. 121, incisos I e VII, c/c o art. 124, inciso I, todos os artigos da Lei nº 2.180/54 e ao pagamento das custas processuais.

ARQUIVAMENTO

Nº 28.943/2014 - Acidente da navegação envolvendo a plataforma semissubmersível "PETROBRAS 57", de bandeira das Ilhas Marshall, e dois mergulhadores, ocorrido em águas costeiras do estado do Espírito Santo, em 03 de outubro de 2013.

Com pedido de arquivamento de autoria da Procuradoria Especial da Marinha.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação, tipificado no art. 14, letra "b" (defeito em equipamento a bordo), da Lei nº 2.180/54, como decorrente de caso fortuito, mandando arquivar os presentes autos conforme promoção da D. Procuradoria Especial da Marinha, de fls. 116 a 118. Medidas preventivas e de segurança: oficiar à empresa Enquip, fabricante do guincho, para que avalie a possibilidade de modificação do projeto desses guinchos, de modo a trabalhar com quatro pinos espaçadores, dispostos a 90º ou com anel fazendo o papel de espaçador e trava simultaneamente, conforme sugerido no Relatório Técnico 0004-122004, fls. 21 a 25, e apresentada como sugestão no Laudo de Exame Pericial de fls. 15 a 20, dos autos deste Processo e apresente suas conclusões à Diretoria de Portos e Costas e à Capitania dos Portos do Espírito Santo, para as medidas cabíveis.

REPRESENTAÇÕES RECEBIDAS NOS TERMOS DO ART. 64, § 2º, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº 27.900/2013 - Acidente e fato da navegação envolvendo a LM "HERMASA MAGGI" e uma canoa sem nome, não inscrita, ocorridos no rio Amazonas, Itacoatiara, Amazonas, em 03 de fevereiro de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Fernando Alves Ladeiras. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: Antonio José Marinho de Oliveira (Condutor inabilitado da canoa sem nome), Raimundo de Souza Belchior (Proprietário da canoa sem nome) Cristovam de Souza Alencar (Condutor da LM "HERMASA MAGGI"), Hermasa Navegação da Amazônia S/A (Proprietária da LM "HERMASA MAGGI"). Decisão: recebida à unanimidade.

Nº 29.044/2014 - Acidente da navegação envolvendo os BM "COMANDANTE GARCIA II DE MUANÁ" e "NOSSA SRA DA CONCEIÇÃO DO LIMOEIRO", ocorrido no furo do Arrozal, nas proximidades de Barcarena, Pará, em 14 de janeiro de 2014.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Representados: José Sobreiro Cordeiro (Condutor do BM "COMANDANTE GARCIA II DE MUANÁ") e Raimundo Nonato Gomes Pacheco (Comandante do BM "COMANDANTE GARCIA II DE MUANÁ"). Decisão: recebida à unanimidade.

PROCESSOS QUE SERÃO ARQUIVADOS NOS TERMOS DO ARTIGO 68, § 1º, INCISO II, DO REGIMENTO INTERNO PROCESSUAL DO TRIBUNAL MARÍTIMO

Nº 29.144/2014 - Acidente da navegação envolvendo o BP "GRANDE RIO VII" com pedras, ocorrido no canal de acesso ao porto de Rio Grande, Rio Grande do Sul, em 12 de novembro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: mandar arquivar os autos, conforme promoção da PEM, considerando o acidente da navegação previsto no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como decorrente de fortuna do mar. Medidas preventivas e de segurança: oficiar à Capitania dos Portos do Rio Grande do Sul, agente local da Autoridade Marítima, a infração ao RLESTA, art. 28, II (utilização de equipamento de comunicação, rádio px, em desacordo com as normas), cometida pelo mestre da embarcação o Sr. Edison Vieira Nascimento.

Nº 29.094/2014 - Acidente da navegação envolvendo o catamarã "AVATARES", ocorrido nas proximidades do terminal da Praça XV, baía de Guanabara, Rio de Janeiro, em 20 de fevereiro de 2014.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "b", da Lei nº 2.180/54, como de origem fortuita, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Nº 29.105/2014 - Fato da navegação envolvendo o BP "ESTRELA GUIA" e um tripulante, ocorrido nas proximidades da praia de Parajuru, Beberibe, Ceará, em 12 de dezembro de 2013.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Marcelo David Gonçalves. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei nº 2.180/54, como de origem natural, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Nº 29.130/2014 - Acidente da navegação envolvendo a LM "STYLO", ocorrido nas proximidades da praia de Canasvieiras, Florianópolis, Santa Catariana, em 09 de fevereiro de 2014.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Nelson Cavalcante. Revisor: Exmo. Sr. Juiz Sergio Bezerra de Matos. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o acidente da navegação capitulado no art. 14, alínea "a", da Lei nº 2.180/54, como de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM.

Nº 27.947/2013 - Fato da navegação envolvendo o comboio formado pelo Rb "JEAN FILHO LXIV" com as balsas "JEANY SARON XVI", "ISABELE XVIII" e "ISABELE XX" e dois caminhoneiros, ocorrido no rio Amazonas, entre a localidade de Costa Recreio de Gurupá e a cidade de Gurupá, Pará, em 14 de abril de 2012.

Relator: Exmo. Sr. Juiz Geraldo de Almeida Padilha. Revisora: Exma. Sra. Juíza Maria Cristina Padilha. Autora: Procuradoria Especial da Marinha. Decisão unânime: julgar o fato da navegação previsto no art. 15, alínea "e", da Lei n° 2.180/54, como decorrente de origem indeterminada, mandando arquivar os autos, conforme promoção da PEM. Medidas preventivas e de segurança: oficiar à Capitania dos Portos do Amapá, agente local da Autoridade Marítima, a infração ao art. 15, da Lei nº 8.374/91, referentes às embarcação R/M "JEAN FILHO LXIV" e balsas "ISABELE XVIII" e "ISABELE XX", cometida por J. F. Oliveira Ltda. e referente à balsa "JEANY SARON XVI", cometida por Chibatão Navegação e Comércio Ltda.

Esteve presente, pela Procuradoria, a 1º Ten (T) Diana Soares Corteze Caldeira.

Esgotada a matéria da pauta, colocada a palavra à disposição e nada mais havendo a tratar, às 15h05min foi encerrada a Sessão. Do que, para constar, mandei digitar a presente Ata, que vai assinada pelo Exmo. Sr. Presidente e por mim, Diretora-Geral da Secretaria.

Em 16 de junho de 2015.
Juiz-Presidente MARCOS NUNES DE MIRANDA
Vice-Almirante (RM1)

DINÉIA DA SILVA
Secretária

Ministério da Educação

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 596, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, tendo em vista o disposto no Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, na Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, e no Parecer nº 117/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, conforme consta do Processo e-MEC nº 201304506, resolve:

Art. 1º Fica credenciada a Faculdade Capital Federal, a ser instalada na Rua João Slaviero, nº 65, Jardim da Glória, Município de Taboão da Serra, Estado de São Paulo, mantida pela Federal Educacional Ltda., com sede em Taboão da Serra, Estado de São Paulo, pessoa jurídica de direito privado, com fins lucrativos.

Art. 2º O credenciamento de que trata o art. 1º é válido pelo prazo máximo de quatro anos, fixado pelo Anexo IV da Portaria Normativa nº 24, de 30 de dezembro de 2014, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO JANINE RIBEIRO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 597, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, considerando o disposto no art. 37 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, bem como o contido no art. 3º do Decreto nº 7.311 e no art. 4º do Decreto nº 7.312, ambos de 22 de setembro de 2010, e em observância ao disposto na Portaria nº 79, de 28 de fevereiro de 2002, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, e, ainda, em cumprimento à decisão judicial proferida por meio do Processo nº 0000591-24.2015.4.01.3507 - JEF Civil e Criminal, resolve:

Art. 1º Fica distribuído, do Ministério da Educação - MEC para o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás - IFG, que integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, o cargo e o código de vaga a ele referente, constante do Anexo I a esta Portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO JANINE RIBEIRO

ANEXO I

Do MEC para o IFG

CÓDIGO DO ÓRGÃO: 26429 - IFGO					
CÓDIGO SIAPE	CARGO	CLASSE	QUANTIDADE	CÓDIGO DE VAGA	
				INICIAL	FINAL
701266	Tradutor e Intérprete de Linguagem de Sinais	D	1	0973890	-
TOTAL DISTRIBUÍDO			1		

DESPACHOS DO MINISTRO
Em 18 de junho de 2015

Processo nº: 23000.010705/2014-44
Interessado: Icomunicação Integrada Eireli
Assunto: Manutenção de Penalidade.
DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e considerando as conclusões proferidas na Nota Técnica nº 57/2015/CGCC/SAA/SE-MEC, às fls. 1241/1246, oriunda da Coordenação-Geral de Compras e Contratos, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação, no Parecer nº 277/2015/CGAA/CONJUR-MEC/CGU/AGU, exarado pela Consultoria Jurídica deste Ministério, no uso das atribuições a mim conferidas, e tendo em vista o disposto no art. 64, caput, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela empresa ICOMUNICAÇÃO INTEGRADA EIRELI, inscrita no CNPJ sob o nº 05.033.844/0001-52, e, no mérito, NEGO-LHE provimento mantendo a decisão que lhe aplicou a sanção administrativa de Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, em razão de a empresa ter paralisado/atrasado o certame da Concorrência Pública nº 01/2013, causando prejuízos ao erário.

Processo nº: 23000.007846/2011-37
Interessado: JCA Engenharia e Arquitetura Ltda.
Assunto: Manutenção de Penalidade.
DECISÃO: Vistos os autos do processo em referência, e considerando as conclusões proferidas nas Notas Técnicas nº 53/2015/CGCC/SAA/SE-MEC, oriunda da Coordenação-Geral de Compras e Contratos, da Subsecretaria de Assuntos Administrativos do Ministério da Educação, nº 8/2015/CGF/CGCON/SPO/SE-MEC, da Subsecretaria de Planejamento e Orçamento, e nº 275/2015/CGAA/CONJUR-MEC/CGU/AGU exarada pela Consultoria Jurídica deste Ministério, no uso das atribuições a mim conferidas, e tendo em vista o disposto no art. 64, caput, da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, conheço do recurso interposto pela empresa JCA ENGENHARIA E ARQUITETURA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 07.470.178/0001-45, e NEGO-LHE provimento mantendo a decisão que lhe aplicou a sanção administrativa de Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.
Publique-se.
Após a publicação, restituam-se os autos à Subsecretaria de Assuntos Administrativos - SAA/MEC, para providências pertinentes.

Nos termos do art. 2º da Lei nº 9.131, de 24 de novembro de 1995, o Ministro de Estado da Educação HOMOLOGA o Parecer nº 117/2015, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, favorável ao credenciamento da Faculdade Capital Federal (código: 17854), a ser instalada na Rua João Slaviero, nº 65, Jardim da Glória, mantida pela Federal Educacional Ltda., com sede em Taboão da Serra, ambas no Município de Taboão da Serra, no Estado de São Paulo, pelo prazo máximo de quatro anos, fixado pelo Anexo IV da Portaria Normativa nº 24, de 30 de dezembro de 2014, observado o disposto no art. 4º da Lei nº 10.870, de 19 de maio de 2004, bem como o art. 10, § 7º, do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, a partir da oferta dos cursos superiores de graduação em Administração, bacharelado; Engenharia Civil, bacharelado; Pedagogia, licenciatura; e cursos superiores de tecnologia em Gestão de Recursos Humanos e em Logística, pleiteados quando da solicitação de credenciamento, com duzentas e quarenta vagas totais anuais para cada curso, conforme consta do Processo e-MEC nº 201304506.

RENATO JANINE RIBEIRO

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Ministro de Estado da Educação, publicado no Diário Oficial da União nº 110, de 12 de junho de 2015, Seção 1, página 16, que HOMOLOGA o Parecer CNE/CES nº 142/2014, da Câmara de Educação Superior, do Conselho Nacional de Educação, onde se lê: "...Processo nº 23000.002397/2015-64."; leia-se: "...Processo nº 23000.010438/2013-24.".

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIAS DE 10 DE JUNHO DE 2015

O VICE-REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, no exercício do cargo de Reitor, usando de suas atribuições estatutárias, resolve:

Nº 1.833 - Prorrogar por 1 (um) ano, a validade do Concurso Público para provimento de cargos na Carreira de Magistério Superior, objeto do Edital nº 006, de 09/01/2014, publicado no DOU de 14/01/2014, nos seguintes termos:

Unidade	Área de Conhecimento	Portaria de Homologação nº	DOU Portaria de Homologação	Prazo de validade (final)
Instituto de Ciências, Sociais, Educação e Zootecnia de Parintins - ICSEZ	Educação Física Escolar, Esportes Adaptados, Atividade Física e Saúde	1.742, de 27/06/2014	03/07/2014	02/07/2016

Nº 1.834 - Retificar os termos da Portaria GR nº 1.661, de 21/05/2015, publicada no DOU de 27/05/2015, que trata da prorrogação da homologação de candidatos aprovados em Concurso Público para Carreira do Magistério Superior objeto do Edital n.º 026, de 02/05/2014, publicado no DOU de 05/05/2014, retificado no DOU de 08/05/2014, 12/05/2014, 15/05/2014, conforme segue:
Onde se lê:

Prazo de validade (final)
19/08/2015
03/07/2015

Leia-se corretamente:

Prazo de validade (final)
19/08/2016
03/07/2016

HEDINALDO NARCISO LIMA

PORTARIAS DE 12 DE JUNHO DE 2015

A REITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando de suas atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 27 de junho de 2013, publicado no Diário Oficial da União de 28 de junho de 2013, resolve:

Nº 1.866 - I - Homologar o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, Edital n.º 017, de 06/3/2014, publicado no DOU de 10/3/2014, retificado no DOU de 12/3/2014 e 09/4/2014, Adendo 11/3/2014, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação do candidato, conforme abaixo:

Unidade	Área	Classe/ Padrão	Carga Horária	Candidato	Classificação
ICET	Topografia; Avaliação e Perícia	Professor Assistente A, Nível 1	DE	Não houve candidato inscrito.	

Nº 1.867 - I - Homologar o resultado final do concurso público para provimento de cargos na Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n.º 026, de 02/05/2014, publicado no DOU de 05/05/2014, retificado no DOU de 08/05/2014, 12/05/2014, 15/05/2014, por ordem de classificação dos candidatos, conforme segue:

Unidade	Área	Classe/ Padrão	Carga Horária	Regime de Trabalho	Candidato	Classificação
ICET	Agronomia I	Professor Adjunto, Nível 1	40h	DE	Não houve candidato inscrito.	
	Hidrologia e Recursos Hídricos	Professor Auxiliar, Nível 1				

MÁRCIA PERALES MENDES SILVA

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

PORTARIA Nº 286, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Homologação do Resultado do Processo Seletivo Simplificado para Professor Substituto

O Diretor-Geral do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 17, de 19/01/2015, publicada no Diário Oficial da União de 20/01/2015, torna pública a homologação do resultado do Processo Seletivo Simplificado, destinado à contratação, por tempo determinado, de Professor Substituto, em regime de trabalho de 40 (quarenta) e 20 (vinte) horas semanais, em conformidade com as Leis nº 8.112/90, nº 8.745/93, alterada pela Lei nº 9.849, de 26/10/99, e pela Lei nº 12.425, de 17/6/2011, Portaria Ministerial nº 253, de 26/7/2011 e Portaria MEC nº 1034, de 27/7/2011, e de acordo com o estabelecido no processo nº 23121.000645/2015-66, do Instituto Nacional de Educação de Surdos - INES, nas áreas que se seguem:

Disciplina Nível de Ensino	Regime de Trabalho	Nome do Candidato
Física	20 horas	1º Gênison da Cruz Barcellos - Classificado 2º Djane Cavalcanti da Silva - Aprovada 3º Reinaldo Monteiro - Aprovado 4º Ricardo Fagundes Freitas da Cunha - Aprovado Candidato reprovado na 2ª etapa: Leandro Barbosa da Silva Gatto
Língua Brasileira de Sinais	40 horas	1º Edelaine Pinto de Lima - Classificada 2º Aline Gomes da Silva - Classificada Houve somente dois candidatos inscritos.

MARCELO FERREIRA DE VASCONCELOS CAVALCANTI

SECRETARIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR

PORTARIA Nº 460, DE 18 DE JUNHO DE 2015

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria nº 586, de 15 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2015, resolve:

Art. 1º Fica subdelegada a competência ao Diretor de Política Regulatória da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior, observada a legislação aplicável e a norma em vigor, para abrir, por meio eletrônico, no Portal CEBAS Educação, prazo para participação da sociedade civil, nos termos do art. 26 da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, e parágrafo 4º do art. 14 do Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014.

Art. 2º As manifestações recebidas serão encaminhadas ao Gabinete do Ministro, para exame e deliberação.

Art. 3º Fica permitida a subdelegação da competência prevista no art. 1º.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 461, DE 18 DE JUNHO DE 2015

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, a Portaria Normativa nº 18, de 1º de agosto de 2013, alterada pela Portaria nº 41, de 20 de janeiro de 2014, todas do Ministério da Educação, e considerando os processos nº 23000.001044/2014-66 e 23000.001045/2014-19, bem como a Nota Técnica nº 873/2015-CGSO/DISUP/SERES/MEC, resolve:

Art. 1° No âmbito da política de transferência assistida, seja deferida a incorporação de vagas para os cursos da Universidade Veiga de Almeida (UVA) e da Universidade Estácio de Sá (UNESA), perfazendo o seguinte quantitativo:

a)curso de Direito, bacharelado, da Universidade Estácio de Sá (código e-MEC 49636): 653 (seiscentas e cinquenta e três) vagas anuais no exercício de 2015;

b)curso de Direito, bacharelado, da Universidade Veiga de Almeida (código e-MEC 5080): 261 (duzentas e sessenta e uma) vagas anuais no exercício de 2015;

c)curso de Engenharia Civil, bacharelado, da Universidade Veiga de Almeida (código e-MEC 5066): 533 (quinhentas e trinta e três) vagas anuais no exercício de 2015;

d)curso de Engenharia Elétrica, bacharelado, da Universidade Veiga de Almeida (código e-MEC 5068): 402 (quatrocentas e duas) vagas anuais no exercício de 2015;

e)curso Nutrição, bacharelado, da Universidade Veiga de Almeida (código e-MEC 51564): 332 (trezentas e trinta e duas) vagas anuais no exercício de 2015; e

f)curso de Odontologia, bacharelado, da Universidade Veiga de Almeida (código e-MEC 18595): 136 (cento e trinta e seis) vagas anuais no exercício de 2015.

Art. 2° Seja informada a Diretoria de Politica Regulatória da Secretaria de Regulação e Supervisão da Educação Superior dos novos quantitativos de vagas anuais citados no art. 1º.

Art. 3º As alterações cadastrais no sistema e-MEC programadas para o exercícios de 2016 e 2017 deverão ser solicitadas pelas instituições de educação superior, nas quantidades estabelecidas na Nota Técnica nº 873/2015-CGSO/DISUP/SERES/MEC e no ano que os aditamentos produzirão seus efeitos, por intermédio do Núcleo de Atendimento ao Procurador Institucional (NAPI).

Art. 4° Os cursos citados no art. 1º, que se beneficiaram dos aditamentos, necessariamente passarão por verificação in loco no próximo processo regulatório, os quais deverão ser protocolados ao final da integralização das vagas, no exercício de 2017, conforme cronograma de protocolização de processos vigente naquele exercício.

Art. 5° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

PORTARIA Nº 462, DE 18 DE JUNHO DE 2015

A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso da atribuição que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto nº 8.066, de 7 de agosto de 2013, tendo em vista o Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, e suas alterações, a Portaria Normativa nº 40, de 12 de dezembro de 2007, republicada em 29 de dezembro de 2010, do Ministério da Educação, e considerando o constante do processo e-MEC n° 201009098, resolve:

Art. 1º Fica reconhecido o curso superior de graduação em Direito, bacharelado, com 200 (duzentas) vagas totais anuais, ofertado na Rua Santa Catarina, nº 75, Vila Pinheiro, Jacareí-SP, ministrado pela Faculdade Anhanguera de Jacareí, mantida pela Anhanguera Educacional Ltda., nos termos do disposto no artigo 10, do Decreto nº 5.773, de 2006.

Parágrafo único. O reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido exclusivamente para o curso ofertado no endereço citado no caput deste artigo.

Art. 2º Nos termos do art. 10, §7º, do Decreto nº 5.773, de 2006, o reconhecimento a que se refere esta Portaria é válido até o ciclo avaliativo seguinte.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARTA WENDEL ABRAMO

DESPACHO DA SECRETÁRIA
Em 18 de junho de 2015

Dispõe sobre a aplicação da penalidade de descredenciamento da Faculdade de Ciências Humanas de Vitória (FAVIX), mantida pelo Instituto de Ensino Superior Professor Nelson Abel de Almeida, nos termos do art. 52, IV, do Decreto nº 5773, de 9 de maio de 2006.

Nº 54 - A SECRETÁRIA DE REGULAÇÃO E SUPERVISÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 7.690, de 2 de março de 2012, alterado pelo Decreto n° 8.066, de 7 de agosto de 2013, adotando os fundamentos expressos na Nota Técnica nº 984/2015-DISUP/SERES/MEC, relativa aos processos MEC nº 23000.008882/2010-37, 23000.010681/2010-08 e 23000.009071/2012-15, em atenção aos referenciais substantivos de qualidade expressos na legislação e nos instrumentos de avaliação dos cursos de graduação e às normas que regulam o processo administrativo na Administração Pública Federal, e com fundamento expresso nos artigos 206, VII, 209, I e II, e 211, § 1º, da Constituição, no artigo 46 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, no artigo 2º, I, VI e XIII, e artigo 45 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, artigo 48, § 4º, e artigos 49 a 53, combinados com o artigo 11, §§ 3º e 4º, todos do Decreto nº 5.773, de 9 de maio de 2006, determina:

I. O descredenciamento da Faculdade de Ciências Humanas de Vitória (FAVIX - e- MEC 740), credenciada por meio do Decreto Federal nº 97.984, de 24 de julho de 1989, cuja sede informada no Sistema e-MEC se localiza na Rua Padre Antônio Ribeiro Pinto nº 142, Vitória/ES, mantida pelo Instituto de Ensino Superior Professor Nelson Abel de Almeida (e-MEC 498), por meio da aplicação da penalidade do art. 52, IV, do Decreto nº 5.773, de 2006, estando vedada qualquer nova oferta de educação superior, preservadas as atividades de entrega de documentos.

II. Que o responsável legal da Faculdade de Ciências Humanas de Vitória (FAVIX) seja responsabilizado pela guarda e organização do acervo acadêmico dos alunos dos cursos de graduação e pós-graduação lato sensu.

III. Que o responsável legal da Faculdade de Ciências Humanas de Vitória (FAVIX) informe a localização do acervo acadêmico da Instituição e o local onde haverá atendimento aos alunos.

IV. Que sejam desativados os cursos de Administração, bacharelado (códigos e-MEC 16566, 24673, 25863, 27736, 35663); de Ciências Contábeis, bacharelado (código e-MEC 16565); e de Pedagogia, licenciatura (código e-MEC 57408).

V. Seja notificada a Faculdade de Ciências Humanas de Vitória (FAVIX) e sua entidade mantenedora, Instituto de Ensino Superior Professor Nelson Abel de Almeida (e-MEC 498), da publicação do Despacho, nos termos do art. 53 do Decreto nº 5.773, de 2006.

MARTA WENDEL ABRAMO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALFENAS

PORTARIA Nº 1.198, DE 12 DE JUNHO DE 2015

O Reitor, da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.003670/2015-65, resolve:Prorrogar pelo período de 02-07-2015 à 01-07-2016, a validade do Concurso Público para o provimento de cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, Adjunto A, Nível 1, realizado através do Edital nº 063/2014, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 096/2014, de 01-07-2014, publicado no DOU de 02-07-2014, Seção 3, fl(s). 162.

PAULO MÁRCIO DE FARIA E SILVA

PORTARIA Nº 1.199 DE 12 DE JUNHO DE 2015

O Reitor, da Universidade Federal de Alfenas, usando de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do Processo nº 23087.002455/2014-66, resolve:Prorrogar pelo período de 02-07-2015 à 01-07-2016, a validade do Concurso Público para o provimento de cargo de Professor do Magistério Superior, Classe A, Adjunto A, Nível 1 realizado através do Edital nº 060/2014, cujo resultado foi homologado através do Edital nº 095/2014, de 01-07-2014, publicado no DOU de 02-07-2014, Seção 3, fl(s). 162.

PAULO MÁRCIO DE FARIA E SILVA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

RESOLUÇÃO Nº 85, DE 16 DE JUNHO DE 2015
HOMOLOGAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO

O REITOR EM EXERCÍCIO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE faz saber que o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão - CONSEPE, usando das atribuições que lhe confere o Artigo 17, Inciso XII, do Estatuto da UFRN, CONSIDERANDO a Portaria nº 1.270/95-R, de 23 de outubro de 1995; considerando o que dispõe o Art. 53 da Lei nº 9.394/96, de 20 de dezembro de 1996; CONSIDERANDO a Lei nº 12.772/2012, de 28 de dezembro de 2012; CONSIDERANDO o Ofício nº 130/2012-CGRH/DIFES/SESu/MEC, de 06 de julho de 2012, o Ofício nº 178/2013-CGRH/DIFES/SESu/MEC, de 22 de maio de 2013, o Ofício nº 16/2014-CGRH/DIFES/SESu/MEC, de 07 de abril de 2014; CONSIDERANDO a Resolução nº 108/2013-CONSEPE, de 02 de julho de 2013, publicada no Boletim de Serviço nº 125/2013, de 05 de julho de 2013; CONSIDERANDO os termos do Edital nº 013/2014-PROGESP, publicado no DOU nº 217, de 10 de novembro de 2014; CONSIDERANDO o que consta nos processos abaixo relacionados, RESOLVE: Art. 1º Homologar o resultado do Concurso Público de Provas e Títulos para as classes de Professor Adjunto A e Auxiliar, da Carreira do Magistério Superior, realizado pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte - UFRN. Art. 2º Esta Resolução entra em vigor a partir da data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Departamento/Unidade	Área/Processo	Classe/RT	Votação	Classif.	Nome	Média
Escola Multicampi de Ciências Médicas do Rio Grande do Norte	Biologia das Doenças Tropicais / Mecanismos de Agressão e Defesa / Ensino Tutorial / Atenção à Saúde Individual e Coletiva (Processo nº 23077.013282/2015-10)	Adjunto-A/20h	Unanimidade de Votos	1º lugar	JOÃO FIRMINO RODRIGUES NETO	8,48
				2º lugar	Nathalie de Sena Pereira	7,22
	Ortopedia e Traumatologia / Atenção à Saúde Individual e Coletiva / Habilidades Clínicas / Semiologia e Prática Médica (Processo nº 23077.013260/2015-41)	Auxiliar/20h	Unanimidade de Votos	1º lugar	SÍLVIO SANTOS FILHO	8,19

JOSÉ DANIEL DINIZ MELO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS SOCIAIS

PORTARIA Nº 4.593, DE 17 DE JUNHO DE 2015

O Diretor do Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições, resolve

Tornar público o resultado do processo Seletivo, aberto para a contratação de Professor Substituto para o Setor de História do Brasil do Instituto de História, Edital Nº 141, de 26 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União Nº 99, de 27 de maio de 2015, seção 3, páginas 75 a 78, divulgando por ordem de classificação, o nome dos candidatos aprovados:

1º lugar: Thiago Nascimento Krause

2º lugar: Sheila Conceição Silva Lima

FÁBIO DE SOUZA LESSA

Ministério da Fazenda

COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
COLEGIADO

DECISÕES DE 5 DE MAIO 2015

Participantes:Leonardo Porciuncula Gomes Pereira-Presidente
Luciana Pires Dias-Diretora
Pablo Waldemar Renteria-Diretor
Roberto Tadeu Antunes Fernandes-Diretor
Apreciação de Proposta de Termo de Compromisso - PROC. RJ2014/13107
Reg. nº 8609/13
Relator: SGE

O Diretor Pablo Renteria manifestou seu impedimento antes do início da discussão do assunto.

Trata-se de apreciação de propostas de Termo de Compromisso apresentadas por Altair Alves Pinto, Cesar Bonatto Retzlaff, Claudio Marcos Arena, Fabiano Roque Mattos, Hugo Cesar Figueiredo, Pedro Sylvio Weil, Ricardo Miguel Stabile, Sandro Rogério Lima Belo e SLW CVC LTDA. (em conjunto "Proponentes"), no âmbito do Processo Administrativo Sancionador 14/2010, instaurado com a finalidade de apurar "eventuais irregularidades em negócios realizados nos mercados futuros da BM&F, em prejuízo da Fundação Assistencial e Previdenciária da Emater/PR - Fapa, no período compreendido entre junho de 2001 a dezembro de 2007".

Devidamente intimados, os Proponentes apresentaram suas razões de defesa, bem como proposta de celebração de Termo de Compromisso, nos seguintes termos:

Hugo Cesar Figueiredo propõe pagar à CVM o valor de R$ 3.000,00 (três mil reais) e ficar afastado do mercado de capitais brasileiro, seja operando ou trabalhando, pelo período de dois anos, já que continua trabalhando e estudando fora do país;

César Bonatto Retzlaff propõe pagar à CVM o valor de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais);

Fabiano Roque Mattos propõe pagar à CVM o valor de R$ 6.000,00 (seis mil reais);

Sandro Rogério Lima Belo propõe pagar o valor correspondente ao ganho bruto obtido nos pregões de 02.03.04 e 04.06.04 em que atuou na contraparte da Fundação Emater/PR de, respectivamente, R$ 10.950,00 e R$ 13.200,00, que atualizados pela SELIC perfazem o total de R$ 78.767,82, e 20% desse valor equivalente a R$ 15.753,56 à CVM, perfazendo o valor total de R$ 94.521,38 (noventa e quatro mil, quinhentos e vinte e um reais e trinta e oito centavos), em cinco parcelas iguais e consecutivas no valor de R$ 18.904,27;

Altair Alves propõe pagar à CVM o valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais);

Claudio Marcos propõe pagar à CVM o valor de R$ 35.000,00 (trinta e cinco mil reais);

Ricardo Miguel Stabile propõe pagar à CVM o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais); e

SLW Corretora de Valores e Câmbio Ltda. e Pedro Sylvio Weil propõem pagar à CVM o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais) individualmente.

A Procuradoria Federal Especializada junto à CVM - PFE/CVM, ao apreciar os aspectos legais das propostas de Termo de Compromisso, em razão do disposto na Deliberação CVM 390/2001, concluiu que as propostas não estariam aptas a prosperar pela inobservância à obrigação de indenizar os prejuízos suportados pela Fundação Emater/PR (inciso II, §5º, art. 11, da Lei 6.385/1976).

Em linha com a manifestação da PFE/CVM, o Comitê de Termo de Compromisso concluiu pela existência de óbice legal à aceitação das propostas apresentadas e entendeu ser inconveniente, em qualquer cenário, a celebração de Termo de Compromisso, considerando as características que permeiam o caso concreto e a natureza e a gravidade das questões nele contidas. Na visão do Comitê, o caso em tela demanda um pronunciamento norteador por parte do Colegiado em sede de julgamento, visando a bem orientar as práticas do mercado em operações dessa natureza, especialmente a atuação dos participantes do mercado de valores mobiliários, em estrita observância aos deveres e responsabilidades prescritos em lei.

O Colegiado, por unanimidade, acompanhando o entendimento exarado no parecer do Comitê, deliberou a rejeição das propostas apresentadas pelos Proponentes.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PROC. RJ2014/7742
Reg. nº 9229/14
Relator: SGE

O Diretor Pablo Renteria manifestou seu impedimento antes do início da discussão do assunto.

Trata-se de apreciação de propostas de Termo de Compromisso apresentadas por Banco Panamericano S.A., na qualidade de ofertante, e seus diretores: (i) Adalberto Savioli, diretor de crédito e administrativo; (ii) Elinton Bobrix, diretor de captação de recursos e novos negócios; (iii) Luiz Augusto Teixeira de Carvalho Bruno, diretor jurídico; e (iv) Wilson Roberto de Aro, diretor financeiro (em conjunto "Proponentes"), no âmbito do Processo Administrativo Sancionador 01/2011, instaurado com a finalidade de apurar "eventuais irregularidades por parte de administradores, membros do Conselho fiscal e de Órgãos Técnicos e Consultivos do Banco Panamericano S.A., em especial no tocante à elaboração, análise e divulgação de informações Financeiras da Companhia, que teriam sido objeto de manipulação contábil".

Devidamente intimados, os Proponentes apresentaram suas razões de defesa, bem como propostas de celebração de Termo de Compromisso, nos seguintes termos:

Banco Panamericano S.A. se compromete a pagar à CVM o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais);

Luiz Augusto Teixeira de Carvalho Bruno e Adalberto Savioli se comprometem a pagar à CVM individualmente o valor total de R$ 180.000,00 (cento e oitenta mil reais) em 10 parcelas mensais;

Wilson Roberto de Aro propõe pagar à CVM o valor de R$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais) em 5 parcelas mensais de R$ 9.000,00 (nove mil reais) cada e a não exercer qualquer atividade relacionada ao mercado financeiro pelo período de 2 (dois) anos; e

Elinton Bobrik se compromete a pagar à CVM o valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais).

A Procuradoria Federal Especializada junto à CVM - PFE/CVM apreciou os aspectos legais das propostas de Termo de Compromisso, tendo concluído que as mesmas não estão aptas a prosperar, uma vez que foram oferecidos valores apenas à CVM, sendo omissas em relação aos prejuízos suportados pelos correntistas, aplicadores e investidores do Banco Panamericano S.A.

Considerando as características que permeiam o caso concreto e a natureza e a gravidade das questões nele contidas, o Comitê de Termo de Compromisso entendeu ser inconveniente, em qualquer cenário, a celebração de Termo de Compromisso. Na visão do Comitê, o caso em tela demanda um pronunciamento norteador por parte do Colegiado em sede de julgamento, visando a bem orientar as práticas do mercado em operações dessa natureza, especialmente a atuação dos administradores de companhias abertas no exercício de suas atribuições, em estrita observância aos deveres e responsabilidades prescritos em lei.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, a rejeição das propostas apresentadas pelos Proponentes, acompanhando o entendimento exarado no parecer do Comitê.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS RJ2014/5478
Reg. nº 9642/15
Relator: SGE

Trata-se de apreciação de proposta de Termo de Compromisso apresentada por Reynaldo Ferreira Benitez ("Proponente"), na qualidade de ex-diretor de finanças e de relações com investidores da Açúcar Guarani S.A., nos autos do Processo Administrativo Sancionador RJ2014/5478 instaurado pela Superintendência de Relações com Empresas - SEP, pelo descumprimento do art. 6º, parágrafo único, da Instrução CVM 358/2002, por, diante de oscilações atípicas, não ter divulgado tempestivamente fatos relevantes.

Após negociação com o Comitê de Termo de Compromisso, o Proponente anuiu à contraproposta de Termo de Compromisso sugerida pelo Comitê de pagamento à CVM no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

Na visão do Comitê, a aceitação da proposta se revela conveniente e oportuna uma vez que, no seu entendimento, o montante oferecido é tido como suficiente para desestimular a prática de condutas assemelhadas, bem norteando a conduta dos administradores de companhias abertas.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, a aceitação da proposta de Termo de Compromisso apresentada pelo Proponente, acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê. O Termo de Compromisso deverá qualificar o pagamento a ser efetuado como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação do Termo no Diário Oficial da União, para o cumprimento da obrigação pecuniária assumida, e o prazo de trinta dias para a assinatura do Termo, contado da comunicação da presente decisão ao Proponente. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento da obrigação assumida pelo Proponente.

Rio de Janeiro-RJ, 18 de junho de 2015.
RITA DE CÁSSIA MENDES
Chefe da Coordenação de Controle de Processos Administrativos Sancionadores

DECISÕES DE 19 DE MAIO DE 2015

Participantes:Leonardo Porciuncula Gomes Pereira-Presidente
Luciana Pires Dias-Diretora
Pablo Waldemar Renteria-Diretor
Roberto Tadeu Antunes Fernandes-Diretor
Apreciação de Proposta de Termo de Compromisso - PROC. RJ2014/7915
Reg. nº 9317/14
Relator: SGE

O Diretor Pablo Renteria manifestou seu impedimento antes do início da discussão do assunto.

Trata-se de apreciação de propostas de Termo de Compromisso apresentadas por: (i) Infinity CCTVM S.A., Infinity Asset Management Administração de Recursos Ltda. e David Jesus Gil Fernandez; (ii) Banco Mizuho do Brasil S.A., nova denominação do Banco WestLB do Brasil S.A., e Aristides Campos Jannini; (iii) Verax Serviços Financeiros Ltda.; e (iv) MVM Consultores Associados Ltda. e José Maurício Xandó Baptista (em conjunto "Proponentes"), no âmbito do Processo Administrativo Sancionador CVM 07/2012, instaurado para a apuração de "eventuais irregularidades por parte de administradores, gestores e intermediários, em negócios realizados em nome de fundos exclusivos da PRECE - Previdência Complementar, com valores mobiliários e títulos públicos federais, entre 01.12.03 e 31.12.06".

Devidamente intimados, os Proponentes apresentaram suas razões de defesa, bem como propostas de celebração de Termo de Compromisso, nos seguintes termos:

Infinity CCTVM S.A., Infinity Asset Management Administração de Recursos Ltda. e David Jesus Gil Fernandez se comprometem a pagar à CVM o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais);

Banco Mizuho do Brasil S.A., nova denominação do Banco WestLB do Brasil S.A., e Aristides Campos Jannini propõem pagar à CVM o valor de R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais);

Verax Serviços Financeiros Ltda., atual denominação da BC-Sul Verax Serviços Financeiros Ltda., propõe pagar à CVM o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); e

MVM Consultores Associados Ltda. e José Maurício Xandó Baptista propõem pagar à CVM o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

A Procuradoria Federal Especializada junto à CVM - PFE/CVM, ao apreciar os aspectos legais das propostas de Termo de Compromisso, em razão do disposto na Deliberação CVM 390/2001, concluiu que as propostas não estariam aptas a prosperar pela inobservância à obrigação de indenizar os prejuízos suportados pela PRECE. (inciso II do §5º do art. 11 da Lei 6.385/1976)

Em linha com a manifestação da PFE/CVM, o Comitê de Termo de Compromisso concluiu pela existência de óbice legal à aceitação das propostas apresentadas e entendeu ser inconveniente, em qualquer cenário, a celebração de Termo de Compromisso, considerando as características que permeiam o caso concreto e a natureza e a gravidade das questões nele contidas. Na visão do Comitê, o caso em tela demanda um pronunciamento norteador por parte do Colegiado em sede de julgamento, visando a bem orientar as práticas do mercado em operações dessa natureza, especialmente a atuação de administradores e gestores de fundos de investimentos no exercício de suas atribuições, em estrita observância aos deveres e responsabilidades prescritos em lei.

O Colegiado, por unanimidade, acompanhando o entendimento exarado no parecer do Comitê, deliberou a rejeição das propostas apresentadas pelos Proponentes.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS 04/2011
Reg. nº 9650/15
Relator: SGE

O Diretor Pablo Renteria manifestou seu impedimento antes do início da discussão do assunto.

Trata-se de apreciação de propostas de Termo de Compromisso apresentadas por Ana Elwing, Ricardo Steinbruch, Elisabeth Steinbruch Schwarz e Luiz Rodrigues Corvo ("Proponentes"), no âmbito do Processo Administrativo Sancionador 04/2011, instaurado para a apuração "de responsabilidades de acionistas controladores e de administradores da Vicunha Têxtil S.A por eventuais irregularidades relacionadas a operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos e na divulgação de informações pela Companhia".

Após negociação com o Comitê de Termo de Compromisso, os Proponentes anuíram à contraproposta de Termo de Compromisso sugerida pelo Comitê, no sentido de: (i) Ana Elwing pagar à CVM o montante de R$ 300.000,00 (trezentos mil reais) e suspensão/afastamento do exercício de cargo pelo prazo de 3 (três) anos - quer como administradora, quer como membro de conselho fiscal - em entidades

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

que dependam de autorização ou registro da CVM; e (ii) Ricardo Steinbruch, Elisabeth Steinbruch Schwarz e Luiz Rodrigues Corvo pagarem à CVM o valor de R$ 1.300.000,00 (um milhão e trezentos mil reais), sendo R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) individualmente para por Elisabeth Steinbruch e para Luiz Corvo e R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais) para Ricardo Steinbruch.

Na visão do Comitê, a aceitação das propostas se revela conveniente e oportuna uma vez que, no seu entendimento, o montante oferecido é tido como suficiente para desestimular a prática de condutas assemelhadas e para bem nortear a conduta dos agentes de mercado, em pleno atendimento à finalidade preventiva do instituto de que se cuida.

O Colegiado deliberou, por unanimidade, a aceitação das propostas de Termo de Compromisso apresentadas pelos Proponentes, acompanhando o entendimento consubstanciado no parecer do Comitê. Os Termos de Compromisso deverão qualificar os pagamentos a serem efetuados como "condição para celebração do termo de compromisso". O Colegiado fixou, ainda, o prazo de dez dias, a contar da publicação dos Termos no Diário Oficial da União, para o cumprimento das obrigações pecuniárias assumidas, e o prazo de trinta dias para a assinatura dos Termos, contado da comunicação da presente decisão aos Proponentes. A Superintendência Administrativo-Financeira - SAD foi designada como responsável por atestar o cumprimento das obrigações assumidas pelos Proponentes.

APRECIAÇÃO DE PROPOSTA DE TERMO DE COMPROMISSO - PAS SP2014/0014

Reg. nº 9651/15

Relator: SGE

Trata-se de apreciação de propostas de Termo de Compromisso apresentadas por Gradual CCTVM S.A., Gilberto dos Santos, Diego Berner Centelhas, e Azimute Agente Autônomo de Investimentos S/S Ltda. (em conjunto "Proponentes"), nos autos do Processo Administrativo Sancionador SP2014/0014, instaurado pela Superintendência de Relações com o Mercado e Intermediários - SMI.

Devidamente intimados, os acusados apresentaram suas razões de defesa, bem como propostas de celebração de Termo de Compromisso, em que se comprometem a: (i) Gilberto dos Santos - pagar à CVM o valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais); (ii) Azimute Agente Autônomo de Investimentos S/S Ltda. e Diego Berner Centelhas - pagar à CVM o valor de R$ 40.935,22 (quarenta mil, novecentos e trinta e cinco reais e vinte e dois centavos), em 12 parcelas idênticas e mensais; e (iii) Gradual Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários S.A. - pagar à CVM o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Para o Comitê de Termo de Compromisso, em que pesem os esforços despendidos com a abertura de negociação junto aos Proponentes, estes não lograram êxito e, dessa forma, o Comitê concluiu, em linha com a manifestação da Procuradoria Federal Especializada junto à CVM - PFE/CVM, pela existência de óbice legal à aceitação das propostas apresentadas, pelo não atendimento aos requisitos legais necessários (cessação da prática do ato ilícito e correção das irregularidades detectadas).

O Colegiado deliberou, por unanimidade, acompanhando o parecer do Comitê, a rejeição das propostas de Termo de Compromisso apresentadas pelos Proponentes.

Na sequência, o Diretor Pablo Renteria foi sorteado relator do PAS SP2014/0014.

Rio de Janeiro-RJ, 18 de junho de 2015.
RITA DE CÁSSIA MENDES
Chefe da Coordenação de Controle de Processos Administrativos Sancionadores

SUPERINTENDÊNCIA-GERAL
SUPERINTENDÊNCIA DE PROCESSOS SANCIONADORES
COORDENAÇÃO DE CONTROLE DE PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº 3/2013

Acusados:Caetano Aliperti
Ciro Aliperti Junior
Ciro Mônico Alexandre Aliperti
José Luiz Aliperti Neto
Ementa: Exercício abusivo do poder controle - Embaraço à fiscalização da CVM. Inabilitações temporárias e multas.

Decisão: Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, decidiu:

1.Preliminarmente, rejeitar as arguições da defesa de (i) coisa julgada e de (ii) prescrição, quer quinquenal, quer intercorrente, da pretensão punitiva da CVM.

2.No mérito:

2.1.Aplicar ao acusado Ciro Mônico Alexandre Aliperti, na qualidade de acionista controlador da Siderúrgica J.L. Aliperti S.A.;

2.1.1A pena de inabilitação temporária, por 7(sete) anos, para o exercício do cargo de administrador de companhia aberta, tendo em vista ser reincidente na infração de exercício abusivo do poder de controle, em infração ao disposto nos artigos 116, parágrafo único, combinado com o art. 117, §1º, "c", da Lei nº 6.404/76; e

2.1.2A pena de multa no valor de R$300.000,00, por embaraço à fiscalização, em infração ao inciso I do parágrafo único do art. 1º da Instrução CVM Nº 491/2011.

2.2.Aplicar ao acusado Caetano Aliperti:

2.2.1A pena de inabilitação temporária, por 6 (seis) anos, para o exercício do cargo de administrador de companhia aberta, por concorrer para o exercício abusivo do poder de controle, em infração ao disposto no art. 116, parágrafo único, combinado com o art. 117, §1º, da Lei nº 6.404/76; e

2.2.2A pena de multa no valor de R$500.000,00, tendo em vista ser reincidente na infração de embaraço à fiscalização da CVM, em infração ao inciso I do parágrafo único do art. 1º da Instrução CVM nº 491/2011.

2.3Aplicar ao acusado José Luiz Aliperti Neto a penalidade de inabilitação temporária, por 6 (seis) anos, para o exercício do cargo de administrador de companhia aberta, por concorrer para o exercício abusivo do poder de controle, em infração ao disposto nos artigos 116, parágrafo único, combinado com o art. 117, §1º, "c", da Lei nº 6.404/76.

2.4Aplicar ao acusado Ciro Aliperti Júnior a penalidade de inabilitação temporária, por 5 (cinco) anos, para o exercício do cargo de administrador de companhia aberta, por concorrer para o exercício abusivo do poder de controle, em infração ao disposto no art. 116, parágrafo único, combinado com o art. 117, §1º, "c", da Lei nº 6.404/76.

O Colegiado solicitou, ainda, que a CVM informe o resultado do julgamento ao Banco Central do Brasil e à Receita Federal, em complemento aos Ofícios/CVM/SGE/nº 28 e 29/2014, para as providências que aqueles órgãos julgarem cabíveis no âmbito de suas respectivas competências.

Os acusados punidos terão um prazo de 30 dias, a contar do recebimento de comunicação da CVM, para interpor recurso, com efeito suspensivo, ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, nos termos dos artigos 37 e 38 da Deliberação CVM nº 538, de 05 de março de 2008, prazo esse, ao qual, de acordo com a orientação fixada pelo Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, poderá ser aplicado o disposto no art. 191 do Código de Processo Civil, que concede prazo em dobro para recorrer quando os litisconsórcios tiverem diferentes procuradores.

Ausente o representante dos acusados, também ausentes na Sessão de Julgamento.

Presente a Procuradora-federal Julya Sotto Mayor Wellisch, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Roberto Tadeu Antunes Fernandes, Relator, Luciana Dias e o Presidente da CVM, Leonardo P. Gomes Pereira, que presidiu a Sessão.

O Diretor Pablo Renteria declarou-se impedido de participar da Sessão de Julgamento.

Rio de Janeiro-RJ, 5 de maio de 2015.
ROBERTO TADEU ANTUNES FERNANDES
Diretor-Relator

LEONARDO P. GOMES PEREIRA
Presidente da Sessão de Julgamento

EXTRATO DA SESSÃO DE JULGAMENTO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR CVM Nº RJ2012/1730

Acusado:Marcelo Sanford de Barros Filho
Ementa:Suposto descumprimento por parte do DRI da Companhia do dever de fornecer informações obrigatórias. Absolvição.

Decisão:Vistos, relatados e discutidos os autos, o Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários, com base na prova dos autos e na legislação aplicável, por unanimidade de votos, decidiu Absolver o acusado Marcelo Sanford de Barros Filho da imputação de não fornecimento das informações requeridas nos termos da Instrução CVM nº 481/2009.

A CVM interporá recurso de ofício da decisão absolutória ao Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional.

Ausente o representante do acusado, também ausente na Sessão de Julgamento.

Presente a Procuradora-federal Danielle Oliveira Barbosa, representante da Procuradoria Federal Especializada da CVM.

Participaram da Sessão de Julgamento os Diretores Luciana Dias, Relatora, Pablo Renteria, Roberto Tadeu Antunes Fernandes e o Presidente da CVM, Leonardo P. Gomes Pereira, que presidiu a Sessão.

Rio de Janeiro-RJ, 19 de maio de 2015.
LUCIANA DIAS
Diretora-Relatora

LEONARDO P. GOMES PEREIRA
Presidente da Sessão de Julgamento

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM EMPRESAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 17 de junho de 2015

Processo Administrativo Sancionador CVM Nº RJ2015-1954
CCX CARVÃO DA COLOMBIA S.A.
Objeto: Apurar eventual responsabilidade dos Srs. Eike Fuhrken Batista, Eliezer Batista da Silva, Luiz do Amaral França Pereira e Samir Zraick, na qualidade de Conselheiros de Administração da CCX CARVÃO DA COLÔMBIA S.A., por infração ao disposto no artigo 142, incisos III e V, e artigo 153 da Lei n° 6.404/76; Srs. Gelson da Silva Batista e Bernardo de Araújo Chaves Perseke, na qualidade de, respectivamente, Diretor-Presidente e DRI e Diretor Jurídico e Administrativo, por infração aos artigos, 153, 176 c/c 177, § 3°, da Lei n° 6.404/76 e 14 e 29 da Instrução CVM n° 480/09.
Assunto: Pedidos de Devolução e Dilação de Prazo para apresentação de defesas.

Acusados	Advogado
BERNARDO DE ARAUJO CHAVES PERSEKE	ASTRID MONTEIRO DE CARVALHO GUIMARÃES DE LIMA ROCHA OAB/RJ 169.546
EIKE FUHRKEN BATISTA	DARWIN LOURENÇO CORRÊA OAB/SP 148.310
ELIEZER BATISTA DA SILVA	SÉRGIO BERMUDES OAB/RJ 17.587
GELSON DA SILVA BATISTA	JOÃO PEDRO BARROSO DO NASCIMENTO OAB/RJ 123.229
LUIZ DO AMARAL DE FRANÇA PEREIRA	NELSON LAKS EIZIRIK OAB/RJ 38.730
SAMIR ZRAICK	NELSON LAKS EIZIRIK OAB/RJ 38.730

Trata-se de pedidos de devolução e dilação de prazo formulado por BERNARDO DE ARAUJO CHAVES PERSEKE e GELSON DA SILVA BATISTA, acusados nos autos do processo em epígrafe.

Defiro os pedidos e fixo novo prazo para apresentação de defesas em 03/08/2015, para todos os acusados no processo.

FERNANDO SOARES VIEIRA

SUPERINTENDÊNCIA DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES INSTITUCIONAIS

ATO DECLARATÓRIO Nº 14.270, DE 17 DE JUNHO DE 2015

O Superintendente de Relações com Investidores Institucionais da Comissão de Valores Mobiliários, no uso da competência delegada pela Deliberação CVM nº 158, de 21 de julho de 1993, autoriza RAFAEL BARBIERI DE ANDRADE, CPF nº 250.853.178-23, a prestar os serviços de Administrador de Carteira de Valores Mobiliários previstos na Instrução CVM nº 306, de 5 de maio de 1999.

FRANCISCO JOSÉ BASTOS SANTOS

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA
SECRETARIA EXECUTIVA

DESPACHOS DO SECRETÁRIO EXECUTIVO
Em 18 de junho de 2015

Informa aplicação, no Estado do Piauí, dos Protocolos ICMS 61/12 e 62/12.

Nº 118 - O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e tendo em vista o disposto no inciso III da cláusula décima quinta do Convênio ICMS 81/93, de 10 de setembro de 1993, torna público, em atendimento à Secretaria de Estado de Fazenda do Piauí, que aquele Estado somente aplicará as disposições contidas nos Protocolos ICMS abaixo listados a partir de 1º de setembro de 2015:

Protocolo ICMS 61/12 - Altera o Protocolo ICMS 41/08, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações interestaduais com autopeças;

Protocolo ICMS 62/12 - Altera o Protocolo ICMS 97/10, que dispõe sobre a substituição tributária nas operações interestaduais com autopeças.

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 119 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Escola Politécnica de Minas Gerais - POLIMIG

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Alsoft Informática Ltda	06.247.768/0001-40	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: POL1202015, nome: ALSOFT, versão: 2.0, código MD-5: 9863804DDAB7C19F2274AB04D089AA01 *PDV

2. Instituto Filadélfia de Londrina - UNIFIL - IFL

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
Terasoft Sistemas em Informática LTDA	09.020.312/0001-31	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: IFL0142015, nome: SysPAF, versão: 3.5.0.3, código MD-5: 973416ac7b341948a03b2f595d1795c0

Publica os Laudos de Análise Funcional - PAF - ECF.

Nº 120 - O Secretário Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho e em conformidade com o disposto na cláusula décima do Convênio ICMS 15/08, de 4 de abril de 2008, comunica que as empresas desenvolvedoras de Programa Aplicativo Fiscal - PAF-ECF abaixo identificadas registraram nesta Secretaria Executiva os seguintes laudos de análise funcional, nos quais não consta não conformidade, emitidos pelos órgãos técnicos credenciados pela Comissão Técnica Permanente do ICMS-COTEPE/ICMS, a seguir relacionados:

1. Fundação Visconde de Cairu - FVC

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
TECH SISTEMAS LTDA	10.577.560/0001-67	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0432015, nome: LiveCOM, versão: 1.0, código MD-5: 357fc2aec234fc7250f7dcb05ed9fa30
ALBATROZ SERVIÇOS DE COMPUTAÇÃO LTDA	02.411.202/0001-51	Laudo de Análise Funcional PAF-ECF número: FVC0452015, nome: ALBATROZ, versão: 4.0, código MD-5: ecc607419802730700c870185c8511c5a

2. Universidade Comunitária da Região de Chapecó - UNOCHAPECÓ

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
RP Info Sistemas Ltda	82.454.265/0001-24	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UNO1892015, nome: WRPDV, versão: 1.23.40, código MD-5: 49E506B257A955A1D25AC21B80F94912

3. Universidade Potiguar - UNP

EMPRESA DESENVOLVEDORA	CNPJ	ESPECIFICAÇÕES DO LAUDO
POS CACH COMERCIO E SERVIÇOS LTDA.	02.582.024/0001-21	Laudo de Análise Funcional de PAF-ECF número: UNP1402015, nome: SysPDV-F, versão: 16.1.27.2, código MD-5: 15244F451D0F326A5C89B9B32D1F7DDF

MANUEL DOS ANJOS MARQUES TEIXEIRA

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 22, DE 16 DE JUNHO DE 2015

Declara cancelado o Registro Especial para o Papel Imune UP - 01401/00069.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CAMPO GRANDE-MS, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto na Instrução Normativa - IN RFB nº 976, de 7 de dezembro de 2009, e alterações posteriores, declara:

Art. 1º - CANCELADO o Registro Especial para Papel Imune n° UP - 01401/00069 (Processo n° 13160.000016/2005-44), concedido a EDITORA GDS LTDA-ME, CNPJ 06.321.280/0001-16, através do ADE n° 0050/2010, de 29/06/2010, publicado no DOU de 01/07/2010.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo terá validade a partir da sua publicação no DOU.

FLÁVIO DE BARROS CUNHA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 144, DE 11 DE JUNHO DE 2015

Declara nulo o Ato Declaratório Executivo que especifica

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no art. 37, II, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e tendo em vista o que consta no processo nº 10855.002348/2010-14,

DECLARA NULO DE OFÍCIO o Ato Declaratório Executivo nº 138, de 27 de maio de 2015, publicado no Diário Oficial da União nº 107, de 9 de junho de 2015, na seção 1, página 17.

RICARDO PEREIRA FEITOSA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 145, DE 11 DE JUNHO DE 2015

Declara inapta a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica

O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CUIABÁ-MT, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada na Seção I do Diário Oficial da União de 17 de maio de 2012, considerando o disposto no art. 37, II, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e tendo em vista o que consta no processo nº 10855.002348/2010-14,

DECLARA INAPTA a inscrição no CNPJ sob o nº 05.764.320/0001-31, em nome de Mitra Engenharia e Agronegócios Ltda. - ME, por motivo de não localização da pessoa jurídica.

RICARDO PEREIRA FEITOSA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 17, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Declara a NULIDADE DE OFÍCIO de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), nos termos da Instrução Normativa RFB n? 1.470/14.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DOURADOS/MS, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 302 e 303 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União nº 95, de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto nos Artigos 33, inciso II e art. 47 da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e o constante no Processo Administrativo nº 13161.720078/2015-38, declara:

Art 1º - NULA DE OFÍCIO a inscrição nº 14.977.242/0001-44 do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), em nome de PAULO ROGERIO MARTINEZ - ME, por vício no ato cadastral.

Art 2º. O disposto neste Ato Declaratório Executivo produz efeitos a partir do termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo (data de abertura).

ELVIS CAIÇARA DA SILVA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 2ª REGIÃO FISCAL

PORTARIA Nº 411, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre o horário de atendimento ao público no Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC da DRF/Porto Velho, no período de 01 a 03 de julho de 2015.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 2ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 300, 301 e 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU de 17 de maio de 2012, e tendo em vista o disposto no artigo 3º do Decreto nº 1.590, de 10 de agosto de 1995 e no artigo 3º da Portaria RFB nº 10.926, de 29 de agosto de 2007, resolve:

Art. 1º Determinar que o atendimento ao público realizado pelo Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC situado na Delegacia da Receita Federal em Porto Velho seja realizado no período das 08:00 às 12:00 horas, durante o período de 01 a 02 de julho de 2015.

Art. 2º Determinar que o atendimento ao público realizado pelo Centro de Atendimento ao Contribuinte - CAC situado na Delegacia da Receita Federal em Porto Velho seja realizado no período das 14:00 às 18:00 horas, no dia 03 de julho de 2015.

Art. 3º Ao final desse período o CAC da DRF/Porto Velho deve voltar ao seu horário de atendimento normal de 07:00 às 19:00.

MOACYR MONDARDO JÚNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM

PORTARIA Nº 84, DE 13 DE JUNHO DE 2015

Altera Portaria de Delegação de Competência Geral da DRF/Belém.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELÉM/PA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 302 e 307, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº. 203, de 14 de março de 2012, publicada no DOU de 17/05/2012 e tendo em vista o disposto nos artigos 11 e 12 do Decreto-lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, regulamentado pelo Decreto nº 83.937, de 6 de setembro de 1979, alterado pelo Decreto nº. 86.377, de 17 de setembro de 1981, bem como do que consta da Portaria RFB nº 1.098, de 08 de agosto de 2013 publicada no DOU de 13.08.2013, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art.1º Acrescer e alterar na Portaria DRF/BELÉM nº 107, de 20/08/2012, publicada no DOU de 22/08/2012, os seguintes incisos:

"Art. 12. Delegar aos Chefes de Agências competência para:

I- decidirem sobre deferimento e rescisão de parcelamento de débitos de tributos e contribuições federais; e

II- negar o seguimento de impugnação, de manifestação de inconformidade e recurso voluntário, quando não atendidos os requisitos legais.

III- decidirem quanto à suspensão, inaptidão e regularização de contribuintes nos cadastros da Receita Federal do Brasil, nos casos de petições em processos ou procedimentos de ofício."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOU.

ARMANDO FARHAT

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MANAUS

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo nº 92, publicado no DOU nº 111 de 15/06/2015, Seção 1, pág. 52, em nome da empresa WHIRPOOL ELETRODOMÉSTICOS AM S/A CNPJ nº 63.699.839/0001-80, processo administrativo nº 18365.720393/2014-10.

Onde se lê: LAUDO CONSTITUTIVO nº 037/2013 emitido em 02 de julho de 2013

Leia-se: LAUDO CONSTITUTIVO nº 179 de 20 de dezembro de 2013

DIVISÃO DE TRIBUTAÇÃO

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2.003, DE 2 DE JUNHO DE 2015

ASUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: CRÉDITO. INCIDÊNCIA MONOFÁSICA. DERIVADOS DE PETRÓLEO. COMERCIANTE VAREJISTA. O sistema de tributação monofásica não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa da Cofins. A partir de 1º/8/2004, com a entrada em vigor do art. 21 da Lei nº 10.865, de 2004, as receitas obtidas pela pessoa jurídica com a venda de produtos monofásicos passaram a submeter-se ao mesmo regime de apuração a que esteja vinculada a pessoa jurídica. Desde então, a pessoa jurídica comerciante varejista de gasolina (exceto gasolina de aviação), de gás liquefeito de petróleo (GLP) e de óleo diesel que apure a contribuição pelo regime não cumulativo - ainda que lhe esteja vedada, por força do art. 3º, I, "b", c/c art. 2º, § 1º, I da Lei nº 10.637, de 2002, a apuração de crédito sobre tais bens adquiridos para revenda - poderá efetuar o desconto dos créditos de que tratam os demais incisos do art. 3º mesma lei, observados os limites e requisitos estabelecidos em seu texto. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 218, DE 6 DE AGOSTO DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Dispositivos Legais: Lei nº 9.718, de 1998, art. 4º; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 42, I e Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º.

ASUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: CRÉDITO. INCIDÊNCIA MONOFÁSICA. DERIVADOS DE PETRÓLEO. COMERCIANTE VAREJISTA. O sistema de tributação monofásica não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep. A partir de 1º/8/2004, com a entrada em vigor do art. 37 da Lei nº 10.865, de 2004, as receitas obtidas pela pessoa jurídica com a venda de produtos monofásicos passaram a submeter-se ao mesmo regime de apuração a que a pessoa jurídica esteja vinculada. Desde então, a pessoa jurídica comerciante varejista de gasolina (exceto gasolina de aviação), de gás liquefeito de petróleo (GLP) e de óleo diesel que apure a contribuição pelo regime não cumulativo - ainda que lhe esteja vedada, por força do art. 3º, I, "b", c/c art. 2º, § 1º, I da Lei nº 10.637, de 2002, a apuração de crédito sobre tais bens adquiridos para revenda - poderá efetuar o desconto dos créditos de que tratam os demais incisos do art. 3º mesma lei, observados os limites e requisitos estabelecidos em seu texto. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 218, DE 6 DE AGOSTO DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Dispositivos Legais: Lei nº 9.718, de 1998, art. 4º; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 42, I e Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º.

ASUNTO: Normas de Administração Tributária

EMENTA: CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL. É ineficaz a consulta em tese, com referência a fato genérico, ou, ainda, que não identifique o dispositivo da legislação tributária e aduaneira sobre cuja aplicação haja dúvida. Ineficácia parcial.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 46. Dispositivos Infralegais: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, II.

ALDENIR BRAGA CHRISTO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2.004, DE 2 DE JUNHO DE 2015

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: CRÉDITO. INCIDÊNCIA MONOFÁSICA. DERIVADOS DE PETRÓLEO. COMERCIANTE VAREJISTA. O sistema de tributação monofásica não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa da Cofins. A partir de 1º/8/2004, com a entrada em vigor do art. 21 da Lei nº 10.865, de 2004, as receitas obtidas pela pessoa jurídica com a venda de produtos monofásicos passaram a submeter-se ao mesmo regime de apuração a que esteja vinculada a pessoa jurídica. Desde então, a pessoa jurídica comerciante varejista de gasolina (exceto gasolina de aviação), de gás liquefeito de petróleo (GLP) e de óleo diesel que apure a contribuição pelo regime não cumulativo - ainda que lhe esteja vedada, por força do art. 3º, I, "b", c/c art. 2º, § 1º, I da Lei nº 10.637, de 2002, a apuração de crédito sobre tais bens adquiridos para revenda - poderá efetuar o desconto dos créditos de que tratam os demais incisos do art. 3º mesma lei, observados os limites e requisitos estabelecidos em seu texto. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 218, DE 6 DE AGOSTO DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.718, de 1998, art. 4º; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 42, I e Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º.

ASSUNTO: Normas de Administração Tributária

EMENTA: CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL. É ineficaz a consulta em tese, com referência a fato genérico, ou, ainda, que não identifique o dispositivo da legislação tributária e aduaneira sobre cuja aplicação haja dúvida. Ineficácia parcial.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 46. Dispositivos Infralegais: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, II.

ALDENIR BRAGA CHRISTO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2.005, DE 2 DE JUNHO DE 2015

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: CRÉDITO. INCIDÊNCIA MONOFÁSICA. DERIVADOS DE PETRÓLEO. COMERCIANTE VAREJISTA. O sistema de tributação monofásica não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa da Cofins. A partir de 1º/8/2004, com a entrada em vigor do art. 21 da Lei nº 10.865, de 2004, as receitas obtidas pela pessoa jurídica com a venda de produtos monofásicos passaram a submeter-se ao mesmo regime de apuração a que esteja vinculada a pessoa jurídica. Desde então, a pessoa jurídica comerciante varejista de gasolina (exceto gasolina de aviação), de gás liquefeito de petróleo (GLP) e de óleo diesel que apure a contribuição pelo regime não cumulativo - ainda que lhe esteja vedada, por força do art. 3º, I, "b", c/c art. 2º, § 1º, I da Lei nº 10.637, de 2002, a apuração de crédito sobre tais bens adquiridos para revenda - poderá efetuar o desconto dos créditos de que tratam os demais incisos do art. 3º mesma lei, observados os limites e requisitos estabelecidos em seu texto. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 218, DE 6 DE AGOSTO DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.718, de 1998, art. 4º; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 42, I e Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: CRÉDITO. INCIDÊNCIA MONOFÁSICA. DERIVADOS DE PETRÓLEO. COMERCIANTE VAREJISTA. O sistema de tributação monofásica não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep. A partir de 1º/8/2004, com a entrada em vigor do art. 37 da Lei nº 10.865, de 2004, as receitas obtidas pela pessoa jurídica com a venda de produtos monofásicos passaram a submeter-se ao mesmo regime de apuração a que a pessoa jurídica esteja vinculada. Desde então, a pessoa jurídica comerciante varejista de gasolina (exceto gasolina de aviação), de gás liquefeito de petróleo (GLP) e de óleo diesel que apure a contribuição pelo regime não cumulativo - ainda que lhe esteja vedada, por força do art. 3º, I, "b", c/c art. 2º, § 1º, I da Lei nº 10.637, de 2002, a apuração de crédito sobre tais bens adquiridos para revenda - poderá efetuar o desconto dos créditos de que tratam os demais incisos do art. 3º mesma lei, observados os limites e requisitos estabelecidos em seu texto. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 218, DE 6 DE AGOSTO DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.718, de 1998, art. 4º; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 42, I e Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º.

ASSUNTO: Normas de Administração Tributária

EMENTA: CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL. É ineficaz a consulta em tese, com referência a fato genérico, ou, ainda, que não identifique o dispositivo da legislação tributária e aduaneira sobre cuja aplicação haja dúvida. Ineficácia parcial.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 46. Dispositivos Infralegais: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, II.

ALDENIR BRAGA CHRISTO
Chefe

SOLUÇÃO DE CONSULTA Nº 2.006, DE 2 DE JUNHO DE 2015

ASSUNTO: Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins

EMENTA: CRÉDITO. INCIDÊNCIA MONOFÁSICA. DERIVADOS DE PETRÓLEO. COMERCIANTE VAREJISTA. O sistema de tributação monofásica não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa da Cofins. A partir de 1º/8/2004, com a entrada em vigor do art. 21 da Lei nº 10.865, de 2004, as receitas obtidas pela pessoa jurídica com a venda de produtos monofásicos passaram a submeter-se ao mesmo regime de apuração a que esteja vinculada a pessoa jurídica. Desde então, a pessoa jurídica comerciante varejista de gasolina (exceto gasolina de aviação), de gás liquefeito de petróleo (GLP) e de óleo diesel que apure a contribuição pelo regime não cumulativo - ainda que lhe esteja vedada, por força do art. 3º, I, "b", c/c art. 2º, § 1º, I da Lei nº 10.637, de 2002, a apuração de crédito sobre tais bens adquiridos para revenda - poderá efetuar o desconto dos créditos de que tratam os demais incisos do art. 3º mesma lei, observados os limites e requisitos estabelecidos em seu texto. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 218, DE 6 DE AGOSTO DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.718, de 1998, art. 4º; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 42, I e Lei nº 10.833, de 2003, art. 3º.

ASSUNTO: Contribuição para o PIS/Pasep

EMENTA: CRÉDITO. INCIDÊNCIA MONOFÁSICA. DERIVADOS DE PETRÓLEO. COMERCIANTE VAREJISTA. O sistema de tributação monofásica não se confunde com os regimes de apuração cumulativa e não cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep. A partir de 1º/8/2004, com a entrada em vigor do art. 37 da Lei nº 10.865, de 2004, as receitas obtidas pela pessoa jurídica com a venda de produtos monofásicos passaram a submeter-se ao mesmo regime de apuração a que a pessoa jurídica esteja vinculada. Desde então, a pessoa jurídica comerciante varejista de gasolina (exceto gasolina de aviação), de gás liquefeito de petróleo (GLP) e de óleo diesel que apure a contribuição pelo regime não cumulativo - ainda que lhe esteja vedada, por força do art. 3º, I, "b", c/c art. 2º, § 1º, I da Lei nº 10.637, de 2002, a apuração de crédito sobre tais bens adquiridos para revenda - poderá efetuar o desconto dos créditos de que tratam os demais incisos do art. 3º mesma lei, observados os limites e requisitos estabelecidos em seu texto. SOLUÇÃO DE CONSULTA VINCULADA À SOLUÇÃO DE CONSULTA COSIT Nº 218, DE 6 DE AGOSTO DE 2014.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Lei nº 9.718, de 1998, art. 4º; Medida Provisória nº 2.158-35, de 2001, art. 42, I e Lei nº 10.637, de 2002, art. 3º.

ASSUNTO: Normas de Administração Tributária

EMENTA: CONSULTA. INEFICÁCIA PARCIAL. É ineficaz a consulta em tese, com referência a fato genérico, ou, ainda, que não identifique o dispositivo da legislação tributária e aduaneira sobre cuja aplicação haja dúvida. Ineficácia parcial.

DISPOSITIVOS LEGAIS: Decreto nº 70.235, de 1972, art. 46. Dispositivos Infralegais: Instrução Normativa RFB nº 1.396, de 2013, art. 18, II.

ALDENIR BRAGA CHRISTO
Chefe

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 5ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ITABUNA INSPETORIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ILHÉUS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 4, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Declara NULA inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O INSPETOR-CHEFE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ILHÉUS-BA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso IX, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012; considerando o disposto no art. 33, inciso II, da

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014 e o que consta no processo administrativo nº 10508.720125/2015-97, declara:

Art. 1º - NULA a inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ - de nº 17.170.625/001-02 do contribuinte REGINALDO JOSÉ BARBOSA LUZ 71535527587 (MEI), com efeitos a partir de 15/11/2012 (data da abertura), em virtude de vício no ato cadastral.

Art. 2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação.

OSMAR EXPEDITO MADEIRA JÚNIOR

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM BELO HORIZONTE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 91, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Declara a nulidade da inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ)

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Belo Horizonte - MG, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF 203, de 14 de maio de 2012, DOU 17/05/2012, e tendo em vista o disposto no art. 33 item II da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, e considerando o que consta no processo 13603.721528/2014-82, declara:

Art. 1º - NULA de ofício a inscrição nº 07.366.596/0001-97 no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), concedida à empresa CROAZARIOLLI & THOMAZZI GERENCIAMENTO E CONSULTORIA LTDA - ME, em duplicidade com a inscrição CNPJ 07.999.524/0001-87.

Art. 2º - Serão considerados inidôneos, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiros interessados, os documentos emitidos pela citada empresa, a partir de 18/01/2005, data de sua abertura.

Art. 3º - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

MÁRIO JOSÉ DEHON SÃO THIAGO SANTIAGO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 18 JUNHO DE 2015

Atualiza as capacidades dos recipientes relativo ao Registro Especial nº 06104/103.

O CHEFE DA SEÇÃO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM JUIZ DE FORA-MG, por delegação de competência conferida através do artigo 5º da Portaria DRF/JFA/MG nº 59, de 14 de junho de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 19 de junho de 2012, e tendo em vista o disposto no art. 3º da Instrução Normativa RFB nº 1.432, de 26 de dezembro de 2013, e de acordo com o processo administrativo nº 13637.000803/2007-12, declara:

Art.1º.- O estabelecimento da empresa MM ARAÚJO & ARAÚJO LTDA - ME, CNPJ 04.496.422/0001-50, situado no Sítio Floresta, s/nº, Zona Rural, Senhora dos Remédios - MG, está inscrito no Registro Especial sob o nº 06104/102 e 06104/103, como produtor e engarrafador, conforme Atos Declaratórios Executivos nº 18 e 19, ambos de 18 de junho de 2008, da Delegacia da Receita Federal do Brasil em Juiz de Fora - MG.

Art. 2º.- O estabelecimento supra citado está autorizado a produzir, engarrafar e comercializar os produtos abaixo discriminados:

PRODUTO	MARCA COMERCIAL	CAPACIDADE DO RECIPIENTE (ml)
AGUARDENTE COMPOSTA	COQUINHO DA FLORESTA	500
COQUETEL ALCOÓLICO	FLOR DE AMOR	900
CACHAÇA	FLOR DE AMOR PRATA (Tonel de Jequitibá)	50, 600, 700 e 1000
CACHAÇA	FLOR DE AMOR OURO (Tonel de Carvalho)	50, 600, 700 e 1000
CACHAÇA	FLORESTA PRATA	355,490, 670 e 970
CACHAÇA	FLORESTA OURO	355,490, 670 e 970

Art. 3º - A presente autorização poderá ser cancelada a qualquer tempo em caso de inobservância, pela beneficiária, de qualquer dos requisitos que condicionaram a concessão do Registro Especial.

Este Ato Declaratório entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

TARCISIO RABELO DE LIMA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório nº 99, de 09/06/2015, publicado no DOU de 18/06/2015, Seção 1, página.24.

Onde se lê: ".O DELEGADO-ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU"

Leia-se: ".O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM NOVA IGUAÇU."

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 36, DE 15 DE JUNHO DE 2015

Habilita ao Despacho Aduaneiro de Remessas Expressas a Empresa que menciona pelo prazo de três anos

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e com a competência conferida pelo artigo 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.073, de 01 de outubro de 2010, nos termos e condições desta mesma norma e à vista do que consta do processo nº 10814.723015/2015-13, declara:

Art. 1º. Fica a empresa CSW EXPRESS TRANSPORTES LTDA., inscrita no CNPJ/MF sob o nº 58.644.329/0001-75, com sede em São Paulo - SP, habilitada a promover, no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos - Governador André Franco Montoro, em recinto administrado pela empresa concessionária do mesmo, o Despacho Aduaneiro de Importação e de Exportação de Remessas Expressas de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.073/2010.

Art. 2º. A empresa ora habilitada e as operações por ela promovidas ficam sujeitas às exigências da referida Instrução Normativa e às normas e exigências complementares que vierem a ser expedidas por autoridade competente.

Art. 3º. O credenciamento dos mandatários da empresa assim habilitada será objeto de solicitação junto à ALF/GRU na forma do disposto nos artigos 13 e 14 da mencionada norma.

Art. 4º. Esta habilitação é válida por 03 (três) anos contados a partir da publicação deste ato, em conformidade com o §1º do art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.073/2010.

Art. 5º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA

PORTARIA Nº 35, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Exclui pessoas jurídicas do REFIS.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM ARAÇATUBA/SP, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º Excluir do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no art. 5º, inciso II, da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência por três meses consecutivos ou seis meses alternados relativamente às parcelas do débito consolidado; com os tributos e contribuições administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, inclusive considerados os inscritos na Dívida Ativa da União e as contribuições previdenciárias, as pessoas jurídicas relacionadas no quadro abaixo, com efeitos a partir de 01 de julho de 2015, conforme despachos decisórios exarados nos processos administrativos a seguir indicados.

CNPJ	Nome Empresarial	Processo
53.967.147/0001-11	C R A BORDINO & CIA LTDA	10820.720906/2015-39
43.763.275/0001-90	CASA DE BATERIAS XV DE NOVEMBRO LTDA ME	10820.720923/2015-76
01.013.609/0001-68	AMILCAR BRANCO PRESENTES ME	10820.720931/2015-12
62.189.584/0001-42	IRMÃOS MIZUNO LTDA ME	10820.720934/2015-56

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

THARSIS ARAÚJO BUENO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM OSASCO AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM COTIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Declara nulidade de ato praticado perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

O CHEFE DA AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM COTIA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso V do artigo 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26 de outubro de 2011, considerando o que consta do processo administrativo 10882.721168/2015-12, resolve:

Art. 1º. Declarar, com fundamento no artigo 33, inciso II, § 1º e 2º, da IN-RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, a nulidade dos atos praticados nos registros do CNPJ nº 13.851.887/0001-73, em nome do contribuinte SÔNIA SPOLAOR 08545541813, em razão da constatação de vício no ato cadastral.

Art. 2º O presente ADE produzirá efeito desde o termo inicial de vigência dos atos cadastrais aqui declarados nulos, que ocorreram em data de 24/06/2011, nos termos do que dispõe o § 2º, do artigo 33, da referida IN-RFB nº 1.470/2014.

RENATO MENDES A. F. DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 47, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Declara nulidade de ato praticado perante o Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica - CNPJ.

O CHEFE DA AGÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM COTIA, no uso da atribuição que lhe é conferida pelo inciso V do artigo 1° da Portaria DRF/OSA n° 140, de 26 de outubro de 2011, considerando o que consta do processo administrativo 11050.720587/2015-92, resolve:

Art. 1º. Declarar, com fundamento no artigo 33, inciso II, § 1º e 2º, da IN-RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, a nulidade dos atos praticados nos registros do CNPJ nº 20.166.386/0001-13, em nome do contribuinte CRISTINA ARRUDA SCHONS 00569819024, em razão da constatação de vício no ato cadastral.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 2º O presente ADE produzirá efeito desde o termo inicial de vigência dos atos cadastrais aqui declarados nulos, que ocorreram em data de 30/04/2014, nos termos do que dispõe o § 2º, do artigo 33, da referida IN-RFB nº 1.470/2014.

RENATO MENDES A. F. DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM PIRACICABA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 37, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Contribuinte: PC Maciel Transportes - EPP
CNPJ: 17.410.607/0001-42
Processo: 13837.720390/2013-70

O Delegado da Receita Federal do Brasil em Piracicaba, no uso da competência prevista no art. 224, III, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicado no DOU em 17 de maio de 2012, de acordo com o artigo 33, II e § 1º e 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, resolve:

Art. 1º - Declarar NULA a inscrição do CNPJ nº 17.410.607/0001-42, do contribuinte acima identificado pelo motivo abaixo exposto:

I - foi constatado vício no ato cadastral.

Art. 2º - Este Ato Declaratório Executivo entrará em vigor a partir da sua publicação no Diário Oficial da União e produzirá efeitos desde o termo inicial de vigência do ato cadastral declarado nulo.

LUIZ ANTONIO ARTHUSO

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 12, DE 11 DE JUNHO DE 2015

Declara a inaptidão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ- SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e alterações posteriores, considerando o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 10805.721522/2015-21, e de acordo com o disposto no parágrafo 2º, do artigo 39, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica DALGO 3R IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA. - ME, CNPJ 03.924.135/0001-31, por considerá-la não localizada, com fundamento no inciso II, do artigo 37, combinado com o inciso II, do artigo 39, ambos da Instrução Normativa RFB nº 1.470, acima mencionada.

Art. 2º Este Ato Declaratório produz seus efeitos a partir da data de sua publicação.

RUBENS FERNANDO RIBAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 13, DE 11 DE JUNHO DE 2015

Declara a inaptidão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ- SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e alterações posteriores, considerando o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 10805.721527/2015-54, e de acordo com o disposto no parágrafo 2º, do artigo 38, bem como no parágrafo 2º do artigo 39, ambos da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica TEIXEIRA & MELLO CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO E AUTOMAÇÃO LTDA., CNPJ 17.010.438/0001-53, por considerá-la não localizada, com fundamento no inciso II, do artigo 37, combinado com o inciso II, do artigo 39, bem como omissa de declarações e demonstrativos, com fundamento no inciso I, do artigo 37, ambos da Instrução Normativa RFB nº 1.470, acima mencionada.

Art. 2º Este Ato Declaratório produz seus efeitos a partir da data de sua publicação.

RUBENS FERNANDO RIBAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 14, DE 11 DE JUNHO DE 2015

Declara a inaptidão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ- SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e alterações posteriores, considerando o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 10805.721545/2015-36, e de acordo com o disposto no parágrafo 2º, do artigo 39, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica DISTRIBUIDORA PÉROLA COMÉRCIO DE TABACOS LTDA. - ME, CNPJ 08.930.520/0001-05, por considerá-la não localizada, com fundamento no inciso II, do artigo 37, combinado com o inciso II, do artigo 39, ambos da Instrução Normativa RFB nº 1.470, acima mencionada.

Art. 2º Este Ato Declaratório produz seus efeitos a partir da data de sua publicação.

RUBENS FERNANDO RIBAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 15, DE 12 DE JUNHO DE 2015

Declara a inaptidão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ- SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e alterações posteriores, considerando o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 10805.721611/2015-78, e de acordo com o disposto no parágrafo 2º, do artigo 38, bem como no parágrafo 2º do artigo 39, ambos da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica KIMETAL COMERCIAL DE METAIS LTDA. - ME, CNPJ 07.438.717/0001-69, por considerá-la não localizada, com fundamento no inciso II, do artigo 37, combinado com o inciso II, do artigo 39, bem como omissa de declarações e demonstrativos, com fundamento no inciso I, do artigo 37, ambos da Instrução Normativa RFB nº 1.470, acima mencionada.

Art. 2º Este Ato Declaratório produz seus efeitos a partir da data de sua publicação.

RUBENS FERNANDO RIBAS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 16, DE 15 DE JUNHO DE 2015

Declara a inaptidão de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM SANTO ANDRÉ- SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do artigo 302, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012 e alterações posteriores, considerando o que consta do Processo Administrativo Fiscal nº 10805.721670/2015-46, e de acordo com o disposto no parágrafo 2º, do artigo 39, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de 30 de maio de 2014, declara:

Art. 1º INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica MS TAVARES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI, CNPJ 21.157.382/0001-31, por considerá-la não localizada, com fundamento no inciso II, do artigo 37, combinado com o inciso II, do artigo 39, ambos da Instrução Normativa RFB nº 1.470, acima mencionada.

Art. 2º Este Ato Declaratório produz seus efeitos a partir da data de sua publicação.

RUBENS FERNANDO RIBAS

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DE BRASIL DE FISCALIZAÇÃO DE COMÉRCIO EXTERIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 15 DE JUNHO DE 2015

Declara a Baixa e considera inidôneos os documentos emitidos em favor de terceiros da empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil RONALDO DAL FABBRO (matrícula 671827), CHEFE DE DIVISÃO DE FISCALIZAÇÃO/DIFIS II-INDÚSTRIA da Delegacia Especial de Fiscalização da Receita Federal do Brasil de Comércio Exterior (DELEX) em São Paulo, no exercício da competência delegada pelo art.4º, inciso V da Portaria DELEX nº 05/2014 de 03/02/2014, publicada no DOU de 03/02/2014, e atendendo ao que consta no e-processo nº 10314.724052/2015-80, resolve:

I)-Declarar BAIXADA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, com fundamento no artigo 80, § 1º, inciso I, da Lei nº 9.430/96 (redação dada pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009) c/c o art.27, inciso II, alínea "b", da IN RFB nº 1.470/2014, em razão da não localização da empresa nem de seus sócios;

II)-Considerar INIDÔNEOS, os documentos da pessoa jurídica abaixo identificada, ou seja, não produzindo efeitos tributários em favor de terceiro interessado, pelos motivos acima expostos, a partir de 13/01/2014, conforme termo de constatação anexo ao presente processo, nos termos do artigo 82 da Lei nº 9.430/96 c/c os artigos 27, inciso II, alínea "b" da IN RFB nº 1.470/2014, sem prejuízo das demais sanções previstas na legislação, em razão da empresa ter seu CNPJ Baixado, e tudo o mais que consta no processo administrativo acima mencionado.

Empresa: IRMÃOS UNIDOS MODAS LTDA
CNPJ: 07.692.208/0001-68

RONALDO DAL FABBRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O Delegado Adjunto da DELEX, no exercício da competência delegada pela Portaria nº 05, de 3 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 3 de fevereiro de 2014, atendendo à SAT n° 140, de 11/05/2015, e ao que consta do Processo 10314.723655/2015-64, em tramitação nesta Inspetoria, declara, com fundamento no artigo 146, combinado com o artigo 126, §1° do Regulamento Aduaneiro aprovado pelo Decreto 6.759, de 05/02/2009, que, após a publicação do presente Ato no Diário Oficial da União, o automóvel marca Honda, modelo Civic-EX, ano-fabricação 2007, ano-modelo 2008, chassi 2HGFG12867H537431, cor marrom, e seus respectivos equipamentos de série, pertencente ao Sr. Steven William Carroll, Vice-Cônsul do Consulado Geral dos Estados Unidos da América em São Paulo, desembaraçado com privilégio diplomático em 24/08/2012, através da declaração de importação nº 12/1483712-5, registrada na Alfândega do Porto de Santos, estará liberado para fins de transferência de propriedade para o Sr. Bruno Piter dos Santos, CPF 326.482.338-30, tendo sido todos os tributos incidentes sobre tal transferência devidamente pagos, em decorrência de não ter havido a depreciação total do bem.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

RODRIGO LORENZON YUNAN GASSIBE

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Declara inaptidão de empresa perante o Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas e inidoneidade dos documentos fiscais por ela emitidos.

O Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil Patrick Moreira Nogali, matrícula SIAPECAD nº 1573179, no exercício da competência delegada pelo art. 8-A da Portaria DELEX nº 05, de 03 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 03 de fevereiro de 2014, com as alterações da Portaria DELEX nº 84, de 10 de março de 2015, publicada no DOU de 18 de março de 2015, resolve:

Declarar INAPTA a inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) da pessoa jurídica abaixo identificada, e considerar inidôneos os documentos por ela emitidos a partir da data de publicação deste ADE, com base nos arts. 81, §5º, e 82 da Lei nº 9.430/96 c/c arts. 37, II, e 43, §3º, I, da IN RFB nº 1.470/14, por sua não localização no endereço constante nos cadastros da Receita Federal do Brasil e tudo o mais que consta no processo administrativo abaixo mencionado.

Empresa: TAITELL TELECOM COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA
CNPJ: 00.879.010/0001-49
Processo: 10314.723900/2015-33

PATRICK MOREIRA NOGALI

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 8, DE 16 DE JUNHO DE 2015

Prorrogação do prazo de alfandegamento.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência estabelecida pelo art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e à vista do que consta no processo administrativo nº 10907.002710/2007-07, declara:

Art. 1º Fica prorrogado até 20 de novembro de 2015, o prazo de alfandegamento da instalação portuária marítima, situada à Av. Portuária, s/nº - Setor Leste - Porto de Paranaguá - Paranaguá/PR, administrada pela empresa COAMO AGROINDUSTRIAL COOPERATIVA, inscrita no CNPJ nº 75.904.383/0064-05, conforme arrendamentos de áreas celebrados com a Administração do Porto de Paranaguá e Antonina/APPA através do Contrato nº 67/98, de 20 de outubro de 1998 e do Contrato de Transição nº 020/2015, e alfandegada pelo Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 66, de 15 de dezembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 17 de dezembro de 2008.

Art. 2º O prazo ora concedido, nos termos da cláusula nona do Contrato de Transição nº 020/2015, poderá ser reduzido à vista do encerramento do processo licitatório da área arrendada, se ocorrer.

Art. 3º Permanecem vigentes as demais disposições do Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 66, de 2008.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos desde o dia 25 de maio de 2015.

LUIZ BERNARDI

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 9, DE 16 DE JUNHO DE 2015

Prorrogação do prazo de alfandegamento.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência prevista no art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e à vista do que consta no processo administrativo nº 10907.002112/2001-34, declara:

Art. 1º Fica prorrogado até 11 de outubro de 2015, o prazo de alfandegamento da instalação portuária marítima, situada à Av. Coronel José Lobo, 1464 - D.Pedro II -Paranaguá/PR, administrada pela empresa COTRIGUAÇU COOPERATIVA CENTRAL, inscrita no CNPJ nº 77.118.131/0002-83, alfandegada pelo Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 14, de 19 de março de 2009, publicado no Diário Oficial da União de 23 de março de 2009.

Art. 2º O prazo ora concedido está em consonância com o prazo de vigência do Contrato de Transição nº 019/2015, celebrado entre a administradora do recinto e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, para arrendamento da área portuária de 14.249,45 m2 e poderá ser reduzido à vista do encerramento pelo órgão competente da análise do processo de ocupação da área em questão, se ocorrer.

Art. 3º Permanecem vigentes as demais disposições do Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 14, de 2009.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos desde o dia 14 de abril de 2015.

LUIZ BERNARDI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 10, DE 16 DE JUNHO DE 2015

Prorrogação do prazo de alfandegamento.

O SUPERINTENDENTE DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso da competência prevista no art. 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, e à vista do que consta no processo administrativo nº 10907.001712/2001-85, declara:

Art. 1º Fica prorrogado até 11 de outubro 2015, o prazo de alfandegamento das instalações portuárias públicas, situadas à Av. Bento Rocha, 250, D. Pedro II, Paranaguá/PR, administradas pela empresa Bunge Alimentos S/A., Inscrita no CNPJ nº 84.046.101/0281-01, alfandegadas pelo Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 67, de 16 de dezembro de 2008, publicado no Diário Oficial da União de 18 de dezembro de 2008.

Art. 2º O prazo ora concedido está em consonância com o prazo de vigência do Contrato de Transição nº 021/2015, celebrado entre a administradora do recinto e a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina, para arrendamento da área portuária de 23.486 m2 .

Art. 3º Permanecem vigentes as demais disposições do Ato Declaratório Executivo SRRF09 nº 67, de 2008.

Art. 4º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos desde o dia 14 de abril de 2015.

LUIZ BERNARDI

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL

PORTARIA Nº 24, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Disciplina procedimentos de abertura e desunitização de unidades de carga na importação.

O Inspetor-Chefe da Alfândega da Receita Federal do Brasil no Porto de São Francisco do Sul, no uso da atribuição do Inciso VI do art. 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, resolve:

Art. 1º O procedimento de abertura, desunitização e controle de unidades de carga provenientes de importação realizado pelos recintos jurisdicionados à alfândega do Porto do São Francisco do Sul/SC - ALF/SFS obedecerá ao disposto nesta portaria.

Art. 2º Cabe ao fiel depositário a responsabilidade sobre o controle de desunitização e regularidade das informações, inclusive quanto à habilitação do solicitante, que deverá ser o importador, exportador, beneficiário ou seus representantes.

Parágrafo único. O requerimento de desunitização será efetuado através de preenchimento de formulário próprio, definido pela ALF/SFS, e encaminhado diretamente ao fiel depositário do recinto.

Art. 3º O depositário poderá realizar a operação de desunitização de carga, dispensada a anuência prévia da RFB, desde que atendidas as seguintes condições cumulativas:

I - inexista registro no Siscomex Carga de bloqueio total ou relativo à operação de desunitização para o contêiner;

II - a informação da desconsolidação tenha sido concluída no Siscomex Carga, no caso de CE genérico;

III - não haja divergência ou ausência de lacres apostos nas unidades de carga; e

IV - não haja qualquer outra determinação em contrário da fiscalização aduaneira ou ordem judicial.

Parágrafo único. No caso do inciso III, o procedimento será suspenso até a manifestação do auditor fiscal da RFB responsável pelo procedimento.

Art. 4º O depositário deve manter as mercadorias desunitizadas e segregadas no armazém, possibilitando o controle e a sua rápida identificação.

§1º As mercadorias de importação e as destinadas à exportação devem ficar armazenadas em áreas distintas.

§2º As mercadorias devem estar dispostas em situação que possibilite a verificação física de toda a carga com agilidade, não podendo haver obstáculos que impeçam a execução da verificação física pela fiscalização aduaneira.

Art. 5º O depositário deverá manter à disposição da fiscalização, pelo prazo de cinco anos, relatórios acerca dos procedimentos de abertura e desunitização que efetuar, contendo no mínimo as seguintes informações:

I - tipo e número de identificação da unidade de carga;

II - número do CE;

III - data e hora do início e do término do procedimento;

IV - identificação dos lacres retirados;

V - identificação dos novos lacres apostos, se for o caso;

VI - identificação e assinatura das pessoas que efetivaram e acompanharam o procedimento; e

VII - requerimento de que trata o art. 2º.

§1º Caberá ao fiel depositário a verificação da integridade dos lacres apostos nas unidades de carga devendo, no caso de constatação de ausência ou divergência, comunicar o fato imediatamente à fiscalização aduaneira.

§2º A apuração da divergência de que trata o §1º será feita de acordo com as informações constantes:

I - do conhecimento de carga ou documento de efeito equivalente, quando se tratar de unidade de carga que ainda não tenha sido objeto de verificação por parte da Receita Federal do Brasil ou inspeção de outro órgão;

II - da declaração de trânsito aduaneiro, quando se tratar de mercadoria procedente de outro recinto ou ponto de fronteira; e

III - de documentação formalizada pelo próprio fiel depositário, quando se tratar de unidade de carga já tenha sido objeto de verificação por parte da Receita Federal ou inspeção de outro órgão, observado o disposto nos arts. 5º, 6º e 8º.

§3º Uma via do relatório de desunitização, assinado pelo responsável do procedimento do recinto, deverá ser afixado em local visível junto à carga para consulta pela fiscalização.

Art. 6º É vedada a abertura ou desunitização de unidade de carga para atender a inspeção de mercadoria por outros órgãos e agências da administração pública federal nos termos do art. 6º da IN SRF n° 680, de 2 de outubro de 2006 quando desatendidas as condições previstas no art. 3º desta portaria.

Art. 7º Havendo a retirada de amostra para realização da inspeção referida no art. 6º, esta deverá ser averbada em termo próprio com as assinaturas do importador ou de seu representante, do servidor do órgão e/ou agência da administração pública federal responsável pela inspeção e do depositário e, havendo acompanhamento fiscal, do servidor designado pela ALF/SFS.

Art. 8º Somente com autorização expressa do chefe da Seção de Administração Aduaneira - Saana ou do chefe da Equipe de Despacho Aduaneiro, poderá ser realizada a desutinitização que visa atender o requerimento do importador para verificação das mercadorias efetivamente recebidas do exterior, para dirimir dúvidas quanto ao tratamento tributário ou aduaneiro, inclusive no que se refere à sua perfeita identificação com vistas à classificação fiscal e à descrição detalhada, nos termos dispostos no art. 10 da IN SRF n° 680, de 2 de outubro de 2006.

Art. 9º Caberá ao depositário informar à fiscalização os sinais de avaria, a constatação de falta ou acréscimo de volume observados no procedimento de desunitização, consignando o mesmo no relatório, observado o disposto no §1º do art. 5º.

Art. 10 No caso de determinação judicial para devolução da unidade de carga vazia ao armador ou ao seu representante legal, o recinto deverá promover a desunitização em tempo suficiente para atender o juízo correspondente.

§1º As mercadorias desunitizadas de que trata o caput deverão ser guardadas em local apropriado destinado à guarda e depósito de mercadorias retidas ou apreendidas, não recaindo nenhum ônus para a Receita Federal do Brasil.

§2º Cabe ao depositário indicar e providenciar o depósito adequado para as mercadorias que requeiram cuidado especial por exigência de outros órgãos de controle da administração pública.

§3º É responsabilidade do recinto alfandegado que promover a desunitização comunicar o armador ou o seu representante legal para a retirada da unidade de carga vazia.

§4º O recinto responsável pelo procedimento comunicará imediatamente à ALF/SFS o término da operação de desuntização bem como a entrega da unidade de carga.

Art. 11 O AFRFB ou ATRFB que tiver conhecimento de fato ou indício de irregularidade que requeira cautelas fiscais, poderá a qualquer tempo, sustar o procedimento de abertura e desunitização da unidade de carga, determinando ao fiel depositário ou a qualquer interveniente as providências necessárias.

Art. 12 Os procedimentos de desunitização e armazenagem de que trata esta Portaria somente poderão ser realizados nos recintos alfandegados que atendam aos requisitos técnicos e operacionais previstos na Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, bem como o disposto no Ato Declaratório Executivo Conjunto Coana/Cotec nº 2, de 26 de setembro de 2003.

Art. 13 O descumprimento do disposto nesta Portaria implica na aplicação de sanções administrativas previstas no art. 76 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003, e da multa de R$ 1.000,00 por dia de atraso, a quem der causa à infração, conforme previsão da aliena "f" do inciso VII do art. 107 do Decreto-lei nº 37, de 18 de novembro de 1966, alterado pelo art. 77 da Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003.

Art. 14 Fica revogada a Portaria ALF/SFS n° 55, de 20 de setembro de 2006.

Art. 15 Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

TSUYOSHI UEDA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 59, DE 15 DE JUNHO DE 2015

Anula inscrição no CNPJ

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA - PR, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III do artigo 224, III e IX do artigo 302 e VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012 publicada no DOU de 17 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto no artigo 33, inciso II e §§, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de de 30 de maio de 2014, resolve:

Artigo único. Declarar a nulidade das inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) abaixo identificadas, tendo em vista a constatação de vício no ato de inscrição praticado perante o CNPJ, conforme apurado nos respectivos processos administrativos fiscais.

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO	DATA DE EFEITO
MARIA OLINDA DA SILVA 98199625104	21.478.658/0001-83	10980.720837/2015-21	27/11/2014
PEDRO DE SOUZA SILVA 06381013443	17.438.374/0001-96	11618.721325/2015-82	20/01/2013
ANTONIO FERNANDO SANTANA DE LIMA 05539331834	12.331.670/0001-70	13152.720026/2015-71	04/08/2010
MARIA ADEILDA FERNANDES CAVALCANTI 37661000415	15.395.774/0001-36	13409.720033/2015-13	19/04/2012
GESICA PAULA OLIVEIRA DA ROSA 00487065158	13.261.684/0001-27	14055.720197/2015-61	16/02/2011
ATAMIR RODRIGUES 40417891091	15.240.331/0001-76	17437.720182/2015-04	21/03/2012
MICAEL CESAR VAZ DE OLIVEIRA 35408485846	16.672.684/0001-08	19985.721308/2015-79	10/08/2012
LUZIA APARECIDA PEREIRA LOPES 59038233949	20.594.240/0001-79	19985.721315/2015-71	08/07/2014
KARINA DE ANDRADE ARCANJO 04546630999	20.270.904/0001-44	19985.721345/2015-87	16/05/2014
ESTER XAVIER DE PAULO ROMANIECKI 32280068915	17.653.484/0001-70	19985.721446/2015-58	27/02/2013

EDAIR RIBEIRO DA SILVA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 60, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Anula inscrição no CNPJ

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA - PR, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos III do artigo 224, III e IX do artigo 302 e VI do artigo 314 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203 de 14 de maio de 2012 publicada no DOU de 17 de maio de 2012 e tendo em vista o disposto no artigo 33, inciso II e §§, da Instrução Normativa RFB nº 1.470, de de 30 de maio de 2014, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Artigo único. Declarar a nulidade das inscrições no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) abaixo identificadas, tendo em vista a constatação de vício no ato de inscrição praticado perante o CNPJ, conforme apurado nos respectivos processos administrativos fiscais.

CONTRIBUINTE	CNPJ	PROCESSO	DATA DE EFEITO
NATALIA MARTINS DE OLIVEIRA 38944146934	13.564.892/0001-03	19985.721494/2015-46	28/04/2011
NEUSA COSTA DA SILVA 55325343904	20.780.051/0001-90	19985.721582/2015-48	06/08/2014
MARILENE SILVA LIMA 96331615920	20.798.996/0001-30	19985.721662/2015-01	08/08/2014
ALICE TACASSE RIBEIRO 54161479972	12.681.311/0001-42	19985.721666/2015-81	18/10/2010

EDAIR RIBEIRO DA SILVA

PORTARIA Nº 98, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Exclui Pessoa Jurídica do REFIS.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM CURITIBA/PR, tendo em vista a competência delegada pela Resolução do Comitê Gestor do REFIS nº 37, de 31 de agosto de 2011, por sua vez constituído pela Portaria Interministerial MF/MPAS nº 21, de 31 de janeiro de 2000, no uso da competência estabelecida no § 1º do art. 1º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000, e no inciso IV do art. 2º do Decreto nº 3.431, de 24 de abril de 2000, tendo em vista o disposto no inciso XIV do art. 79 da Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, resolve:

Art. 1º EXCLUIR do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, por estar configurada a hipótese de exclusão prevista no inciso II do art. 5º da Lei nº 9.964, de 10 de abril de 2000 - inadimplência, por três meses consecutivos ou seis meses alternados em relação às parcelas do REFIS, as pessoas jurídicas abaixo listadas, com efeitos a partir de 1º de julho de 2015, conforme os fatos relatados e propostas exaradas nos respectivos processos administrativos.

CNPJ	NOME	Nº DO PROCESSO
00.213.877/0001-60	NELSON LUIZ VELLOSO FILHO & ADVOGADOS ASSOCIADOS S/C - ME	10980.721901/2015-91
00.153.322/0001-70	JOSE RAUL DE VEIGA BOABAID & ADVOGADOS ASSOCIADOS SC - ME	10980.721912/2015-71
77.172.195/0001-81	PERFIL CONSTRUCAO CIVIL E EMPREENDIMENTOS IMOB LTDA - ME	10980.721940/2015-98
76.560.200/0001-60	JOALHERIA BOIKO LTDA - EPP	10980.721941/2015-32

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDAIR RIBEIRO DA SILVA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 147, DE 15 DE JUNHO DE 2015

Concede habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi) para a empresa que menciona.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FLORIANÓPOLIS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 302, inciso VII, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, tendo em vista o disposto na Instrução Normativa IN RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, e o que consta do processo nº 11516.721814/2015-82, declara:

Art. 1º Concedida a habilitação ao Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (Reidi), instituído pela Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, para a empresa PARAISO TRANSMISSORA DE ENERGIA S/A, CNPJ nº 21.868.254/0001-04, para o projeto Lote E do Leilão nº 04/2014-ANEEL, (celebrado em 6 de março de 2015) de sua titularidade, com enquadramento ao Reidi aprovado pela Portaria nº 174 e Anexo, de 26 de maio de 2015, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Estado de Minas e Energia, com período de execução de 06/03/2015 a 06/03/2018.

Art. 2º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União - DOU.

LUIZ AUGUSTO DE SOUZA GONÇALVES

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ SEÇÃO DE PROGRAMAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA Nº 25, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O CHEFE DA ÁREA DE PROGRAMAÇÃO E LOGISTICA DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO PORTO DE ITAJAÍ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria RFB nº 3.090/2011 e pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n.º 203, de 14 de maio de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 17/05/2012, resolve:

Art. 1º Aplicar a pena de suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de 12 (doze) meses, bem como a perda do valor do sinal de 20 % (vinte por cento) já pago pelo lote 24, perda do direito à aquisição do respectivo lote ao licitante IGOR NUNES DOS SANTOS, CPF 013.342.466-96, com base no que dispõe o subitem 11.1.1 e 11.1.2 do Edital nº 0927800/000005/2014 e o Artigo 87, Inciso III da Lei 8.666/93 e a decisão de fl. 88 do processo 10909.720607/2015-24.

Art. 2.º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALESSANDRO LUIZ BARBÉRIO

SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL CONSELHO DIRETOR DO FUNDO PIS-PASEP

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O CONSELHO DIRETOR DO FUNDO PIS-PASEP, no uso das atribuições que lhe confere o art. 8º do Decreto nº 4.751, de 17 de junho de 2003, e considerando o disposto no art. 3º da Lei Complementar nº 26, de 11 de setembro de 1975, combinado com o disposto no art. 12 da Lei nº 9.365, de 16 de dezembro de 1996, resolve:

Art. 1º Autorizar a distribuição aos participantes de parte do saldo registrado na rubrica "Reserva para Ajuste de Cotas" em 30/06/2015.

Parágrafo único. A distribuição de que trata este artigo será efetuada mediante crédito na conta individual do participante, na data-base de 30/06/2015, de valor correspondente a 1,93% do saldo da respectiva conta antes do crédito de que trata o art. 3º da Lei Complementar nº 26/75.

Art. 2º Autorizar os créditos de que trata o art 3º da Lei Complementar nº 26/75 que serão efetuados no encerramento do exercício financeiro 2014/2015, mediante a aplicação dos percentuais abaixo discriminados sobre o saldo da conta individual do participante após a distribuição da reserva de que trata o art.1º:

I- juros, 3%; e

II - resultado líquido adicional, 2,375%.

§1º Em conformidade com a Lei nº 9.365/96 e a Resolução BACEN 2.131, de 21 de dezembro de 1994, para o exercício financeiro 2014/2015, a parcela "a" do art. 3º da Lei Complementar nº 26/75 será zero.

§2º Nos termos do § 2º do art. 4º da Lei Complementar nº 26/75 será facultado aos participantes o saque das parcelas correspondentes aos incisos I e II, obedecido o cronograma de pagamentos a ser aprovado em Resolução do Conselho Diretor do Fundo PIS-PASEP.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS PEREIRA AUCÉLIO
Coordenador

SUBSECRETARIA DA DÍVIDA PÚBLICA

PORTARIA Nº 322, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O SUBSECRETÁRIO DA DÍVIDA PÚBLICA DA SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe conferem a portaria MF nº 183, de 31 de julho de 2003, e a portaria STN nº 143, de 12 de março de 2004, e tendo em vista as condições gerais de oferta de títulos públicos previstas na portaria STN nº 538, de 03 de agosto de 2011, resolve:

Art. 1º Divulgar as condições específicas a serem observadas na oferta pública de Letras do Tesouro Nacional, LTN, cujas características estão definidas no Decreto nº 3.859, de 04 de julho de 2001:

I - data do acolhimento das propostas e do leilão: 18.06.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 11h às 11h30;

III - divulgação do resultado do leilão: na data do leilão, a partir das 12h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da emissão: 19.06.2015;

V - data da liquidação financeira: 19.06.2015;

VI - critério de seleção das propostas: melhor preço para o Tesouro Nacional;

VII - sistema eletrônico a ser utilizado: exclusivamente o módulo Oferta Pública Formal Eletrônica (OFPUB), nos termos do regulamento do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC);

VIII - quantidade máxima de propostas por instituição: 7 para instituições dealers (credenciadas) e 3 para instituições não dealers;

IX - características da emissão:

Título	Código Selic	Título venc.	Oferta	VN na data-base (R$)	Adquirente
LTN	100000	01.04.2016	5.000.000	1.000,00	Público
LTN	100000	01.07.2017	1.500.000	1.000,00	Público
LTN	100000	01.01.2019	6.500.000	1.000,00	Público

Art. 2º Na formulação das propostas deverá ser utilizado preço unitário com seis casas decimais, devendo o montante de cada proposta contemplar quantidades múltiplas de cinquenta títulos.

Art. 3º As instituições credenciadas a operar com o DEMAB/BCB e com a CODIP/STN, nos termos da Decisão Conjunta nº 18, de 10 de fevereiro de 2010, e do Ato Normativo Conjunto nº 30, de 30 de janeiro de 2015, poderão realizar operação especial, definida pelo art. 1º, inciso I, do Ato Normativo Conjunto nº 29, de 6 de fevereiro de 2013, que consistirá na aquisição de LTN com as características apresentadas abaixo, pelo preço médio de venda apurado na oferta pública de que trata o art. 1º desta portaria:

I - data da operação especial: 18.06.2015;

II - horário para acolhimento das propostas: de 15h às 17h;

III - divulgação da quantidade total vendida: na data do leilão, a partir das 17h, por intermédio do Banco Central do Brasil;

IV - data da liquidação financeira: 19.06.2015 e;

V - características da emissão:

Título	Código Selic	Título venc.	Oferta especial	VN na data-base (R$)
LTN	100000	01.04.2016	1.000.000	1.000,00
LTN	100000	01.07.2017	300.000	1.000,00
LTN	100000	01.01.2019	1.300.000	1.000,00

Parágrafo único. Somente será realizada a operação especial, em cada grupo, se pelo menos 50% do volume ofertado no respectivo grupo for vendido ao público.

Art. 4º A quantidade ofertada, conforme o disposto no art. 5º do Ato Normativo Conjunto nº 29, obedecerá a seguinte proporção:

I - 50% (cinquenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso I do art. 2º (grupo 1) do referido Ato Normativo e;

II - 50% (cinquenta por cento) às instituições "dealers" que tenham alcançado a meta estabelecida no inciso II do art. 2º (grupo 2) do referido Ato Normativo.

Parágrafo único. Dos títulos destinados a cada grupo, a quantidade máxima que poderá ser adquirida por cada instituição observará os critérios estabelecidos no art. 5º, § 1º, do Ato Normativo Conjunto nº 29, e será informada à instituição por meio do módulo OFDEALERS do SELIC.

Art. 5º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO FONTOURA VALLE

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 115, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto nos incisos I, II e III no art. 6º, e no art. 7º da Lei nº 12.787, de 11 de janeiro de 2013, resolve:

Art. 1º Aprovar o estudo intitulado Análise Territorial para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil, na forma de seu Relatório Técnico Final, como parte integrante do Plano Nacional de Irrigação.

Art. 2º Os Projetos Públicos de Irrigação planejados e implantados com recursos da União, por intermédio do Ministério da Integração Nacional e respectivas entidades vinculadas, deverão estar em conformidade com a Análise Territorial para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil - Relatório Técnico Final, quanto à aptidão de regiões ou bacias hidrográficas prioritárias para a implantação desses projetos.

Parágrafo único. Os Projetos Públicos de Irrigação planejados e implantados com recursos da União em conformidade com a Análise Territorial para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil - Relatório Técnico Final devem apresentar estudo específico de viabilidade técnica, econômica, social e ambiental.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 3º O Relatório Técnico Final deve ser atualizado, no mínimo, a cada 4 anos, o qual será submetido a aprovação do Conselho Nacional de Irrigação, a ser instituído conforme o artigo 20 da Lei nº 12.787/2013.

Art. 4º A Análise Territorial para o Desenvolvimento da Agricultura Irrigada no Brasil - Relatório Técnico Final, a que se refere o art. 1º desta Portaria, encontra-se divulgada nos sítios eletrônicos do Ministério da Integração Nacional.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

PORTARIA Nº 116, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 87, Parágrafo Único, inciso II da Constituição, e tendo em vista o disposto no art. 27, inciso XIII, alínea "j" da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e nos arts. 1º, inciso X e 19, inciso I e V, do anexo I do Decreto nº 8.161, de 18 de dezembro de 2013 resolve:

Art. Reconduzir, por mais 60 dias, o Grupo de Trabalho, instituído pela Portaria nº 54, do dia 31 de março de 2015, publicada no DOU nº 62, do dia 01 de abril de 2015, seção 2, página 58, com objetivo, no âmbito da Lei nº 12.787/2013, estudar, analisar e propor os critérios para a fixação e para a cobrança da parcela da tarifa de água dos projetos públicos de irrigação correspondente ao uso ou à amortização dos investimentos públicos em infraestrutura de irrigação de uso comum - K1, e para aplicação dos recursos oriundos da sua arrecadação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

DESPACHO DO MINSTRO
Em 18 de junho de 2015

Nº 30 - PROCESSO no 59000.001001/2009-61. INTERESSADO: MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL. ASSUNTO: Processo Administrativo Disciplinar com a finalidade de apurar os fatos noticiados no Processo MI n.º 59000.001001/2009-61, bem como proceder ao exame de outros fatos, ações e omissões que porventura venham a ser identificados no curso de seus trabalhos e que guardem conexão com o objeto presente. VISTOS e EXAMINADOS os autos do Processo em apreço e considerando o contido no DESPACHO nº 15, de 12 de março de 2015 (folhas 284 a 286) e no PARECER n.º 383/2015/CONJUR-MIN/CGU/AGU (folhas 287 a 291), ACATO suas razões e com fulcro no art. 168 da Lei n° 8.112/90, de 11 de dezembro de 1.990, decido:

ACOLHO o Relatório Final da Comissão de Processo Administrativo Disciplinar (folhas 223 a 228); e DETERMINO o ARQUIVAMENTO dos autos.

GILBERTO OCCHI

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 133, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Autoriza o empenho e a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Estado de Santa Catarina.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o repasse de recursos e contratação pelo Estado de Santa Catarina, no valor de R$ 4.071.648,00 (quatro milhões e setenta e um mil e seiscentos e quarenta e oito reais), para a execução de obras de reconstrução de residências danificadas por tornado, nos municípios de Xanxerê e Ponte Serrada, descritas no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.000474/2015-01.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária; PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 4.4.30.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação de recurso em duas parcelas.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 180 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

PORTARIA Nº 134, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Autoriza o empenho e a transferência de recursos para ações de Defesa Civil no Município de Fontoura Xavier - RS.

A UNIÃO, por intermédio do MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, neste ato representado pelo SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, nomeado pelo Decreto de 16 de outubro de 2013, publicado no D.O.U., de 17 de outubro de 2013, Seção II, consoante delegação de competência conferida pela Portaria nº 477, de 05 de julho de 2011, publicada no D.O.U., de 06 de julho de 2011, e tendo em vista o disposto na Lei nº 12.340, de 01 de dezembro de 2010, na Lei nº 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1° Autorizar o repasse de recursos e contratação pelo Município de Fontoura Xavier - RS, no valor de R$ 1.132.625,09 (Um milhão e cento e trinta e dois mil e seiscentos e vinte e cinco reais e nove centavos), para a execução de obras de reconstrução de danos causados por tornado, descrita no Plano de Trabalho juntado ao processo n° 59050.001435/2013-51.

Art. 2º Os recursos financeiros serão empenhados a título de Transferência Obrigatória, Classificação orçamentária; PT: 06.182.2040.22BO.6503; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0300; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi aprovado pela área competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação de recurso em duas parcelas.

Art. 4° Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 190 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 5º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada exclusivamente à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria.

Art. 6º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias a partir do término da vigência, nos termos do Art. 14 do Decreto nº 7.257, de 04 de agosto de 2010.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data da publicação.

ADRIANO PEREIRA JÚNIOR

Ministério da Justiça

CONSELHO ADMINISTRATIVO DE DEFESA ECONÔMICA

PAUTA DA 67ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO(*) A SER REALIZADA EM 24 DE JUNHO DE 2015

Início: 10h

Ato de Concentração nº 08700.000137/2015-73

Requerentes: GNL Gemini Comercialização e Logística de Gás Ltda. e Companhia de Gás de Minas Gerais

Advogados: Aurélio Marchini Santos, Lucas Brito, Daniel Costa Caselta, Ricardo Franco Botelho, Jéssica de Pinho Affonso, Andréa da Cunha Cruz, Lilian Inês Neves Cabral, Lucas Pimenta de Figueiredo Brito, Marcos Henrique Vieira Chaves

Relatora: Ana Frazão

Ato de Concentração nº 08700.009465/2014-54

Requerentes: Monts Holdings S.A., Terminal de Cargas de Sarzedo Ltda. e Terminal de Cargas de Paraopeba Ltda.

Terceiro Interessado: Mineração Usiminas S.A.

Advogados: Fabíola C. L. Cammarota de Abreu, Joyce Midori Honda, Ana Paula Martinez, Alexandre Ditzel Faraco, José Arnaldo da Fonseca Filho e outros

Relator: Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior

Processo Administrativo nº 08012.010208/2005-22

Representante: Empresa de Cimentos Liz S.A. (antiga Soeicom S.A. - Sociedade de Empreendimentos Industriais, Comerciais e Mineração)

Representada: Intercement Brasil S.A. (antiga Camargo Corrêa Cimentos S.A.)

Advogados: José Inácio Gonzaga Franceschini, Cristhiane Helena Lopes Ferrero, José Alberto Gonçalves da Motta, Ludmylla Scalia Lima, Caio Mário da Silva Pereira Neto

Relatora: Conselheira Ana Frazão

Processo Administrativo nº 08012.011508/2007-91

Representante: Associação Brasileira das Indústrias de Medicamentos Genéricos - Pró Genéricos

Representados: Eli Lilly do Brasil Ltda. e Eli Lilly and Company

Advogados: Arystóbulo de Oliveira Freitas, Anna Maria Trindade dos Reis, Joana D'Arc Amaral Bortone, Fabio Andresa Bastos, Sebastião Alves dos Reis Júnior, Gustavo Persch Holzbach, Rafael Gomes Rodrigues, João Marcelo Santos Ferreira Cortes, Mauro Grinberg, Leonor Cordovil, Carolina Saito da Costa, Fabio Alessandro Malatesta dos Santos, Patrícia Avigni e Ludmila Somensi

Relatora: Conselheira Ana Frazão

Consulta nº 08700.003811/2015-71

Consulente: Sindicato Nacional das Cooperativas de Serviços Médicos - SINCOOMED

Advogado: Marco Túlio de Rose

Relator: Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior

Processo Administrativo para Imposição de Sanções Processuais Incidentais nº 08700.006456/2014-01

Autuada: Inox-Tech Comércio de Aços Inoxidáveis

Advogados: Alexandre Augusto Reis Bastos, Laércio Nilton Farina e outros

Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo

Requerimento nº 08700.001464/2015-42

Requerentes: Acesso Restrito

Advogados: Fernanda Dellatorre da Silva Vieira

ANA FRAZÃO
Presidente do Conselho
Substituta

PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário
Substituto

(*) N. da Coejo: Republicada por ter saído, no DOU de 18-6-2015, Seção 1, página 28, com incorreção.

DIRETORIA ADMINISTRATIVA
COORDENAÇÃO-GERAL PROCESSUAL

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
65ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

Processo Administrativo nº 08012.008847/2006-17
Representante: Ministério Público do Estado do Espírito Santo
Representados: Alex Oliveira Bourguignon, Anderson Emanuel Pizzaia Bazilio de Souza, Antonio Edmar Bourguignon, Deoclides Antonio Bastos de Oliveira, Luiz Eduardo de Carvalho, Marcos Antonio Oliveira, Rogério Bastos de Oliveira, Ruy Poncio, Vicente Henriques Nogueira, Arara Azul Rede de Postos Ltda., Auto Posto Araças Ltda., Auto Posto Miramar Ltda., Auto Serviço Aeroporto Ltda., Auto Serviço Lorenção Ltda., Auto Serviço Oliva Ltda., Comércio Pioneiro do Gás Ltda., Macel Comercial Ltda., Petro Gás Comercial Ltda., Polus Comercio e Serviços Ltda., Derivados de Petróleo Santa Inês Ltda., Posto América Ltda., Posto Aribiri do Gás Ltda., Posto Camburi do Gás Ltda., Posto Chegada Ltda., Posto Divino Ltda., Posto Eucalipto Ltda., Posto Iate Ltda., Posto Itapoã Ltda., Posto Jardim América do Gás Ltda., Posto Kadillac Ltda., Posto Mais Comércio e Representações Ltda., Posto Marcela Ltda., Posto Mclaren Ltda., Posto Mediterrâneo Ltda., Posto Oceânico Ltda., Posto Oliveira Ltda., Posto Thiago Ltda., Posto 1 Ltda.
Advogados: Eduardo Malheiros Fonseca, Mauro Ferreira Roza Filho, Saulo Junger Duarte, Mauro Ferreira Roza Filho, Ricardo Silva das Neves, Arthur Villamil Martins, Cristina Pessoa Pereira Borja, Leonardo Lage da Motta, Carlos Augusto da Motta Leal, Erfen José Ribeiro Santos, Saulo Junger Duarte, André Martins Magalhães, Leonardo Canabrava Turra, Leonardo Oliveira Callado, Lisa Marini Ferreira dos Santos e outros
Relator: Conselheiro Márcio de Oliveira Júnior
Impedido o Presidente do Cade, Vinícius Marques de Carvalho. Presidiu a Conselheira Ana Frazão.
Manifestou-se oralmente o advogado Arthur Villamil Martins, pelos Representados: Marcos Antonio Oliveira, Polus Comercio e Serviços Ltda., Posto Aribiri do Gás Ltda., Posto Camburi do Gás Ltda., Posto Eucalipto Ltda., Posto Jardim América do Gás Ltda., Posto Mediterrâneo Ltda., Posto Oceânico Ltda., Posto Oliveira Ltda., Posto Thiago Ltda., Posto 1 Ltda. Manifestou-se oralmente o advogado Carlos Augusto da Motta Leal, pelos Representados: Anderson Emanuel Pizzaia Bazilio de Souza, Vicente Henriques Nogueira, Arara Azul Rede de Postos Ltda., Auto Posto Miramar Ltda., Auto Serviço Aeroporto Ltda., Posto Iate Ltda.
Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou o arquivamento do processo em relação aos Representados Posto Divino Ltda., Posto Mclaren Ltda. e Posto América Ltda.. O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação dos demais Representados pela prática de infração à ordem econômica prevista no art. 20, incisos I, II e IV, e no art. 21, incisos I e V, ambos da Lei 8.884/1994 (com correspondência no art. 36, caput, incisos I, II e IV, e §3º, incisos I e IV, da Lei 12.529/2011), com aplicação de multa nos seguintes valores: i) Arara Azul Rede de Postos Ltda.: R$ 11.615.132,12 (onze milhões, seiscentos e quinze mil, cento e trinta e dois reais e doze centavos); ii) Auto Posto Araças Ltda.: R$ 2.036.310,38 (dois milhões, trinta e seis mil, trezentos e dez reais e trinta e oito centavos); iii) Auto Posto Miramar Ltda.: R$ 5.194.047,58 (cinco milhões, cento e noventa e quatro mil, quarenta e sete reais e cinquenta e oito centavos); iv) Auto Posto Miramar Ltda. (filial): R$ 2.021.790,00 (dois milhões, vinte e um mil, setecentos e noventa reais); v) Auto Serviço Aeroporto Ltda.: R$ 2.181.666,59 (dois milhões, cento e oitenta e um mil, seiscentos e sessenta e seis reais e cinquenta e nove centavos); vi) Auto Serviço Lorenção Ltda.: R$ 1.490.998,49 (um milhão, quatrocentos e noventa mil, no-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

vecentos e noventa e oito reais e quarenta e nove centavos); vii) Auto Serviço Oliva Ltda.: R$ 3.077.520,30 (três milhões, setenta e sete mil, quinhentos e vinte reais e trinta centavos); viii) Comércio Pioneiro do Gás Ltda.: R$ 620.742,10 (seiscentos e vinte mil, setecentos e quarenta e dois reais e dez centavos); ix) Derivados de Petróleo Santa Inês Ltda.: R$ 2.590.650,45 (dois milhões, quinhentos e noventa mil, seiscentos e cinquenta reais e quarenta e cinco centavos); x) Macel Comercial Ltda.: R$ 2.812.765,51 (dois milhões, oitocentos e doze mil, setecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e um centavos); xi) Petro Gás Comercial ltda.: R$ 706.231,14 (setecentos e seis mil, duzentos e trinta e um reais e quatorze centavos); xii) Polus Comércio e Serviços Ltda.: R$ 2.021.790,00 (dois milhões, vinte e um mil, setecentos e noventa reais); xiii) Posto 1 Ltda.: R$ 519.252,16 (quinhentos e dezenove mil, duzentos e cinquenta e dois reais e dezesseis centavos); xiv) Posto Aribiri do Gás Ltda.: R$ 1.183.076,91 (um milhão, cento e oitenta e três mil, setenta e seis reais e noventa e um centavos); xv) Posto Camburi do Gás Ltda: R$ 3.179.865,97 (três milhões, cento e setenta e nove mil, oitocentos e sessenta e cinco reais e noventa e sete centavos); xvi) Posto Chegada Ltda.: R$ 2.257.404,49 (dois milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, quatrocentos e quatro reais e quarenta e nove centavos); xvii) Posto Eucalipto Ltda.: R$ 1.790.193,39 (um milhão, setecentos e noventa mil, cento e noventa e três reais e trinta e nove centavos); xviii) Posto Iate Ltda.: R$ 2.666.853,19 (dois milhões, seiscentos e sessenta e seis mil, oitocentos e cinquenta e três reais e dezenove centavos); xix) Posto Itapoã Ltda.: R$ 2.164.364,65 (dois milhões, cento e sessenta e quatro mil, trezentos e sessenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos); xx) Posto Jardim América do Gás Ltda.: R$ 1.591.267,02 (um milhão, quinhentos e noventa e um mil, duzentos e sessenta e sete reais e dois centavos); xxi) Posto Kadillac Ltda.: R$ 2.616.586,58 (dois milhões, seiscentos e dezesseis mil, quinhentos e oitenta e seis reais e cinquenta e oito centavos); xxii) Posto Mais Comércio e Representações Ltda.: R$ 1.212.762,67 (um milhão, duzentos e doze mil, setecentos e sessenta e dois reais e sessenta e sete centavos); xxiii) Posto Marcela Ltda.: R$ 2.340.851,72 (dois milhões, trezentos e quarenta mil, oitocentos e cinquenta e um reais e setenta e dois centavos); xxiv) Posto Mediterrâneo Ltda.: 1.514.753,18 (um milhão, quinhentos e quatorze mil, setecentos e cinquenta e três reais e dezoito centavos); xxv) Posto Oceânico Ltda.: R$ 582.295,39 (quinhentos e oitenta e dois mil, duzentos e noventa e cinco reais e trinta e nove centavos); xxvi) Posto Oliveira Ltda.: R$ 970.659,80 (novecentos e setenta mil, seiscentos e cinquenta e nove reais e oitenta centavos); xxvii) Posto Thiago Ltda.: R$ 1.086.055,79 (um milhão, oitenta e seis mil, cinquenta e cinco reais e setenta e nove centavos); xxviii) Alex Oliveira Bourguignon: R$ 389.919,29 (trezentos e oitenta e nove mil, novecentos e dezenove reais e vinte e nove centavos); xxix) Anderson Emanuel Pizzaia Bazilio de Souza: R$ 965.148,59 (novecentos e sessenta e cinco mil, cento e quarenta e oito reais e cinquenta e nove centavos); xxx) Antônio Edmar Bourguignon: R$ 389.919,29 (trezentos e oitenta e nove mil, novecentos e dezenove reais e vinte e nove centavos); xxxi) Deoclides Antônio Bastos de Oliveira: R$ 952.950,26 (novecentos e cinquenta e dois mil, novecentos e cinquenta reais e vinte e seis centavos); xxxii) Luiz Eduardo Carvalho: R$ 97.021,01 (noventa e sete mil, vinte e um reais e um centavo); xxxiii) Marcos Antônio Oliveira: R$ 1.343.566,54 (um milhão, trezentos e quarenta e três mil, quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos); xxxiv) Rogério Bastos de Oliveira: R$ 471.222,86 (quatrocentos e setenta e um mil, duzentos e vinte e dois reais e oitenta e seis centavos); xxxv) Ruy Poncio: R$ 499.681,09 (quatrocentos e noventa e nove mil, seiscentos e oitenta e um reais e nove centavos); xxxvi) Vicente Henriques Nogueira: R$ 111.651,32 (cento e onze mil, seiscentos e cinquenta e um reais e trinta e dois centavos). O Plenário, por unanimidade, determinou, ainda, nos termos do art. 38, inciso III, da Lei 12.529/2011, a inscrição dos Representados Arara Azul Rede de Postos Ltda., Auto Posto Araças Ltda., Auto Posto Miramar Ltda., Auto Posto Miramar Ltda. (filial), Auto Serviço Aeroporto Ltda., Auto Serviço Lorenção Ltda., Auto Serviço Oliva Ltda., Comércio Pioneiro do Gás Ltda., Derivados de Petróleo Santa Inês Ltda., Macel Comercial Ltda., Petro Gás Comercial Ltda., Polus Comércio e Serviços Ltda., Posto 1 Ltda., Posto Aribiri do Gás Ltda., Posto Camburi do Gás Ltda., Posto Chegada Ltda., Posto Eucalipto Ltda., Posto Iate Ltda., Posto Itapoã Ltda., Posto Jardim América do Gás Ltda., Posto Kadillac Ltda., Posto Mais Comércio e Representações Ltda., Posto Marcela Ltda., Posto Mediterrâneo Ltda., Posto Oceânico Ltda., Posto Oliveira Ltda., Posto Thiago Ltda., Alex Oliveira Bourguignon, Anderson Emanuel Pizzaia Bazilio de Souza, Antônio Edmar Bourguignon, Deoclides Antônio Bastos de Oliveira, Luiz Eduardo Carvalho, Marcos Antônio Oliveira, Rogério Bastos de Oliveira, Ruy Poncio e Vicente Henriques Nogueira no Cadastro Nacional de Defesa do Consumidor. O Plenário, por unanimidade, determinou, também, nos termos do art. 38, inciso IV, da Lei 12.529/2011, a emissão de recomendação aos órgãos públicos competentes para que não seja concedido aos Representados Arara Azul Rede de Postos Ltda., Auto Posto Araças Ltda., Auto Posto Miramar Ltda., Auto Posto Miramar Ltda. (filial), Auto Serviço Aeroporto Ltda., Auto Serviço Lorenção Ltda., Auto Serviço Oliva Ltda., Comércio Pioneiro do Gás Ltda., Derivados de Petróleo Santa Inês Ltda., Macel Comercial Ltda., Petro Gás Comercial Ltda., Polus Comércio e Serviços Ltda., Posto 1 Ltda., Posto Aribiri do Gás Ltda., Posto Camburi do Gás Ltda., Posto Chegada Ltda., Posto Eucalipto Ltda., Posto Iate Ltda., Posto Itapoã Ltda., Posto Jardim América do Gás Ltda., Posto Kadillac Ltda., Posto Mais Comércio e Representações Ltda., Posto Marcela Ltda., Posto Mediterrâneo Ltda., Posto Oceânico Ltda., Posto Oliveira Ltda., Posto Thiago Ltda., Alex Oliveira Bourguignon, Anderson Emanuel Pizzaia Bazilio de Souza, Antônio Edmar Bourguignon, Deoclides Antônio Bastos de Oliveira, Luiz Eduardo Carvalho, Marcos Antônio Oliveira, Rogério Bastos de Oliveira, Ruy Poncio e Vicente Henriques Nogueira parcelamento de tributos federais ou por eles devidos ou para que sejam cancelados, no todo ou em parte, incentivos fiscais ou subsídios públicos; tudo nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 18 de junho de 2015.
PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário
Substituto

CERTIDÃO DE JULGAMENTO
66ª SESSÃO ORDINÁRIA DE JULGAMENTO

Processo Administrativo nº 08012.000643/2010-14
Representante: SDE ex officio
Representado: Conselho Federal de Contabilidade - CFC
Advogados: Frederico Loureiro Coelho, Isabelle de Lamartine Nogueira Passarinho, Rodrigo Magalhães de Oliveira e Rodrigo Melo Moreira Lima

Relator: Conselheiro Gilvandro Vasconcelos Coelho de Araujo

Manifestou-se oralmente o representante do Ministério Público Federal junto ao Cade, Lafayete Josué Petter, expondo preocupação com relação ao percentual utilizado para cálculo da multa imposta ao Representado, nos termos do artigo 37, inciso II, da Lei nº 12.529/2011 e seu efeito dissuasório.

Decisão: O Plenário, por unanimidade, determinou a condenação do Conselho Federal de Contabilidade pela prática de infração à ordem econômica prevista no art. 36, inc. I e IV c/c § 3º, inc. II e III, da Lei nº 12.529/2011, com aplicação de multa R$ 350.000,00 (trezentos e cinquenta mil reais) e imposição de obrigação de enviar ofício-circular a todos os Conselhos Regionais de Contabilidade, informando sobre a presente decisão, e determinando que estes notifiquem os profissionais sob sua jurisdição, por meio eletrônico, sobre (i) a ilegalidade da fixação de parâmetros obrigatórios de formação de honorários, especialmente quando houver previsão de punição disciplinar ou ética, e (ii) a ilegalidade de criar óbices à participação de profissionais em licitações cujo critério de seleção seja o melhor preço; obrigação que deverá ser comprovada ao Cade em até 30 dias da presente decisão, contados da publicação da decisão do Tribunal no Diário Oficial da União, nos termos do voto do Conselheiro Relator.

Brasília, 18 de junho de 2015.
PAULO EDUARDO SILVA DE OLIVEIRA
Secretário do Plenário
Substituto

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE-GERAL
Em 18 de junho de 2015

Nº 687. Ato de Concentração nº 08700.004891/2015-82. Requerentes: Bosch (China) Investment Ltd. e HeFei Midea Heating & Ventilation Equipment Co., Ltd.. Advogados: Olavo Zago Chinaglia, Leonardo Maniglia Duarte e outros. Decido pelo não conhecimento.
Nº 689. Ato de Concentração nº 08700.003762/2015-77. Requerentes: Companhia Siderúrgica Nacional, Consórcio JKTC. Advogados: Barbara Rosenberg, Sandra Terepins, Marcos Paulo Veríssimo, Thalita de Carvalho Novo e outros. Decido pela aprovação sem restrições.

KENYS MENEZES MACHADO
Substituto

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL
DIRETORIA EXECUTIVA
COORDENAÇÃO-GERAL
DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA

ALVARÁ Nº 1.801, DE 11 DE MAIO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/1786 - DELESP/DREX/SR/DPF/RJ, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa HOSPITAL ADVENTISTA SILVESTRE, CNPJ nº 73.696.718/0002-19 para atuar no Rio de Janeiro.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.063, DE 26 DE MAIO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2156 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: CONCEDER autorização à empresa ESCOLTA VIP VIGILÂNCIA LTDA., CNPJ nº 06.152.791/0001-51, sediada na Bahia, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
5 (cinco) Revólveres calibre 38
72 (setenta e duas) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.189, DE 2 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/577 - DPF/CAC/PR, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa SANTO E BUENO VIGILANCIA E SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 08.947.128/0002-50, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Paraná, com Certificado de Segurança nº 1182/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.221, DE 5 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2385 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa UNIQUE SERVICOS DE HOTELARIA E ALIMENTACAO COMERCIO E PARTICIPACOES S/A, CNPJ nº 03.109.168/0001-28 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.231, DE 8 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2000 - DPF/MOS/RN, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0160-58, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
200 (duzentas) Munições calibre .380
200 (duzentas) Munições calibre 12
500 (quinhentas) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.247, DE 8 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2416 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa PROSEGUR BRASIL S/A TRANSPORTADORA DE VALORES E SEGURANÇA, CNPJ nº 17.428.731/0086-24, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1100 (uma mil e cem) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.248, DE 9 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2014/15778 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa KOERICH SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 10.775.546/0001-78, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 15/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.256, DE 9 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2106 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa SUPORTE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 67.803.726/0001-33, sediada em São Paulo, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

3500 (três mil e quinhentas) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.262, DE 9 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2290 - DPF/SJK/SP, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ASSOCIACAO DOS ADQUIRENTES DE LOTES NO LOTEAMENTO REAL VILLE - SETOR RESIDENCIAL I, CNPJ nº 04.702.278/0001-61, para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.270, DE 10 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2299 - DPF/ITZ/MA, resolve: CONCEDER autorização à empresa MOTOCA MOTORES TOCANTINS LTDA , CNPJ nº 06.694.681/0011-93, sediada no Maranhão, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

1 (um) Revólver calibre 38

18 (dezoito) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.279, DE 10 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/1607 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa INSTITUTO METODISTA DE ENSINO SUPERIOR (IMS), CNPJ nº 44.351.146/0001-57 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.280, DE 10 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/1873 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa C.B.S. SEGURANÇA E VIGILANCIA EIRELI - ME, CNPJ nº 20.956.659/0001-23, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente CONDOR INTELLIGENCE SERVIÇOS DE SEGURANÇA E VIGILÂNCIA LTDA, CNPJ nº 07.723.361/0001-05:

10 (dez) Revólveres calibre 38

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

150 (cento e cinquenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.288, DE 10 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2437 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AUTO VIACAO URUBUPUNGA LTDA, CNPJ nº 61.487.799/0001-87 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.289, DE 10 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2439 - DELESP/DREX/SR/DPF/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa MAGNUM CENTRO DE FORMAÇAO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 97.004.360/0001-01, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:

85876 (oitenta e cinco mil e oitocentas e setenta e seis) Espoletas calibre 38

20000 (vinte mil) Gramas de pólvora

85876 (oitenta e cinco mil e oitocentos e setenta e seis) Projéteis calibre 38

10000 (dez mil) Projéteis calibre .380

6186 (seis mil e cento e oitenta e seis) Buchas calibre 12

81 (oitenta e um) Quilos de chumbo calibre 12

6186 (seis mil e cento e oitenta e seis) Estojos calibre 12

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.290, DE 10 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2250 - DPF/JNE/CE, resolve: CONCEDER autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data da publicação deste Alvará no D.O.U., à empresa ATACON COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO, CNPJ nº 05.270.902/0002-42, para atuar no Ceará.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.293, DE 11 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2440 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IPSIS GRAFICA E EDITORA S/A, CNPJ nº 61.407.078/0001-10 para atuar em São Paulo.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO - SUBSTITUTO

ALVARÁ Nº 2.295, DE 11 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2049 - DPF/JTI/GO, resolve: CONCEDER autorização, à empresa RAE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PARTICULAR LTDA, CNPJ nº 07.292.690/0001-49, para exercer a(s) atividade(s) de Escolta Armada em Goiás.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 2.313, DE 12 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/1465 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONSERVAR SERVICOS DE VIGILANCIA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 15.041.467/0002-38, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Goiás, com Certificado de Segurança nº 1116/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 2.314, DE 12 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/1689 - DPF/PHB/PI, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa EVANDRO COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 06.983.931/0001-33 para atuar no Piauí, com Certificado de Segurança nº 1166/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 2.315, DE 12 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/1745 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa IMPERIAL VIGILANCIA & SEGURANÇA PRIVADA LTDA, CNPJ nº 10.760.842/0001-03, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Rondônia, com Certificado de Segurança nº 1224/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 2.318, DE 12 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/1988 - DPF/IJI/SC, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa G4S VANGUARDA SEGURANÇA E VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 47.190.129/0014-98, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 1326/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.321, DE 12 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2121 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa BROOKFIELD BRASIL SHOPPING CENTER ADMINISTRADORA LTDA, CNPJ nº 09.067.645/0002-05 para atuar em São Paulo.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

ALVARÁ Nº 2.323, DE 12 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2208 - DELESP/DREX/SR/DPF/MS, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa OLIVEIRA BENITES SEGURANÇA LTDA -ME, CNPJ nº 13.451.078/0001-74, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar no Mato Grosso do Sul, com Certificado de Segurança nº 1256/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ALVARÁ Nº 2.340, DE 12 DE JUNHO DE 2015

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2015/2059 - DELESP/DREX/SR/DPF/AM, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa ACADEMIA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 12.137.071/0003-81, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Amazonas, com Certificado de Segurança nº 1318/2015, expedido pelo DREX/SR/DPF.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 33.243, DE 18 DE MAIO DE 2015.

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08105.000415/2015-10, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa SHOPPING CENTER AGUAVERDE , CNPJ nº 78.726.478/0001-90, localizada no Paraná.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

PORTARIA Nº 33.256, DE 21 DE MAIO DE 2015.

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SEGURANÇA PRIVADA DO DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 32 do Decreto nº 89.056, de 24 de novembro de 1983, alterado pelo artigo 1º do Decreto nº 1.592, de 10 de agosto de 1995, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 08105.000443/2015-29, resolve:

Cancelar de ofício a Autorização de Funcionamento concedida à empresa VENTURA BINGO ENTRETENIMENTO LTDA, CNPJ nº 03.436.020/0001-06, localizada no Paraná.

SILVANA HELENA VIEIRA BORGES

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA
DEPARTAMENTO DE ESTRANGEIROS
DIVISÃO DE PERMANÊNCIA DE ESTRANGEIROS

DESPACHOS DO CHEFE

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na empresa, considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei e diante da informação do Ministério do Trabalho e Emprego, DEFIRO o Pedido de Transformação de Visto item V em Permanente,

Processo Nº 08505.080496/2014-21 - GUIOVANNY TOSCANO CELY

DEFIRO o presente pedido de permanência nos termos da Resolução Normativa nº 108/14 do Conselho Nacional de Imigração.

Processo Nº 08230.016429/2012-69 - ANNEMARIE HARTMANN

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em prole, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08221.010364/2013-38 - CARLOS FABIAN ROJAS LUQUE

Processo Nº 08336.001857/2014-71 - LIZ EFIGENIA JOU ESCOBAR

DEFIRO o(s) pedido(s) de permanência com base em cônjuge, abaixo relacionado(s), ressaltando que o ato persistirá enquanto for detentor (a) da condição que lhe deu origem.

Processo Nº 08354.006907/2012-26 - JAVIER GUILLEN LOPEZ

Processo Nº 08505.036292/2013-72 - RANNA MUHAMMAD ZEESHAN

Processo Nº 08102.001264/2011-13 - JOSE DANILO ARREAGA VILLACIS

DEFIRO o presente pedido de prorrogação do prazo de estada no País,

Processo Nº 08505.119192/2014-61 - SONG YI PARK até: 06/02/2016.

Torno insubsistente o Ato publicado no Diário Oficial da União de 22/11/2012, seção 1, página 64, para DEFERIR o pedido de permanência definitiva com base em prole brasileira.

Processo Nº 08505.043209/2012-31 - NADIA MWANSA.

Face ás diligências procedidas pelo Departamento de Polícia Federal, INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art. 75, II, "a", da Lei 6.815/80.

Processo:N° 08260.007388/2011-81 - ZUZANNA JULIA JAEGERMANN

Determino o INDEFERIMENTO do presente processo, tendo em vista o estrangeiro ter retornado ao país de origem e por não estar assistindo Processo:N° 08364.000722/2013-70 - MUSTAFA YASSIN

Face ás diligências procedidas pelo Departamento de Policia Federal, INDEFIRO o presente pedido, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art. 75, II, "a", da Lei 6.815/80.

Processo:N° 08260.003460/2012-82 - ELENA DIZ EXPOSITO

Face ás diligências procedidas pelo Departamento de Policia Federal, INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em vista, que o estrangeiro não preenche os requisitos do art. 75, II, "a", da Lei 6.815/80.

Processo:N° 08354.003002/2012-02 - GIUSEPPE GARZIA

INDEFIRO O presente pedido de permanência, tendo em vista, a falta de cumprimento da(s) exigência(s) formulada(s) por esta divisão:

Comprovação de meios de vida lícitos que permitam a subsistência da sua prole.

Processo N° 08505.051890/2013-71 - PRICE IYKE NDEME

INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em vista os interessados terem retornado ao país de origem.

Processo N° 08505.036439/2013-24 -SANTIAGO FELIPE SIRPA RODRIGUEZ e CONSTANCIA CONDORI CHURQUI.

INDEFIRO o presente pedido de permanência tendo em vista que constatou-se a partir do relatório de sindicância promovido pela Policia Federal que o casal encontra-se divorciado.

Processo N° 08295.005462/2013-90 - ALFONSO CERAGIOLI

INDEFIRO o presente pedido de permanência, tendo em vista o estrangeiro encontrar-se fora do país, inviabilizando a instrução processual.

Processo n° 08506.011574/2013-57 - OMRI LIFSHITZ e DIKLA LIFSHITZ.

INDEFIRO o pedido, tendo em vista que no momento da autuação, o requerente encontrava-se em situação irregular no país, nos termos do artigo 38, da Lei 6.815/80, alterada pela Lei 6.964/81.

Processo n° 08270.031904/2014-12 - VANEZA RAMIRO CLUTE

MULLER LUIZ BORGES

Tendo em vista que ficou demonstrada a efetiva necessidade da manutenção do estrangeiro na Empresa e considerando que o processo encontra-se instruído na forma da lei, DEFIRO o(s) pedido(s) de Transformação de Visto Temporário Item V em Permanente. Abaixo relacionados

Processo N° 08505.031023/2014-09 YUHONG WANG e RUOHUA DOU

Processo N° 08505.084106/2013-10 - JOAO MINGATES FERNANDES

Determino o ARQUIVAMENTO, dos pedidos diante da solicitação da empresa responsável pela vinda do(a/s) estrangeiro(a/s) ao país.

Processo n° 08000.016378/2014-41 - NILS KRISTEN CHRISTENSEN

Processo Nº 08102.010443/2013-03 - BONNIE KAY LINDGREN

Determino o ARQUIVAMENTO do(s) processo(s), por já ter decorrido prazo(s) superior(s) ao da(s) estada(s) solicitada(s). abaixo relacionados;

Processo Nº 08000.009298/2014-39 - MATINA GEORGIADOU

Processo Nº 08000.009396/2014-76 - YSBRAND HILDEBRAND VAN DAM

Processo Nº 08354.008025/2013-86 - RODNEY KENNETH WILMOT

Processo Nº 08000.003692/2014-63 - LUIS ALBERTO CASTILLO CORTEZ

Processo Nº 08000.003826/2014-46 - DANIEL FANICA BALESCU

Processo Nº 08000.000667/2014-28 - LOKESH GOEL

LEONARDO SILVA TORRES
p/Delegação de Competência

Ministério da Previdência Social

SUPERINTENDÊNCIA NACIONAL DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR
DIRETORIA DE ANÁLISE TÉCNICA

PORTARIAS DE 18 DE JUNHO DE 2015

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 00240.000001/0119-92, sob o comando nº 392554976 e juntada nº 397876843, resolve:

Nº 320 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano de Benefícios Novo Nordisk, CNPB nº 1993.0038-11, administrado pelo Multiprev Fundo Múltiplo de Pensão.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O DIRETOR DE ANÁLISE TÉCNICA, no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do art. 33, combinado com o art. 5º, todos da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001, e art. 23, inciso I, alínea "a", do Anexo I do Decreto nº 7.075, de 26 de janeiro de 2010, e considerando as manifestações técnicas exaradas no Processo MPAS nº 44000.001379/1996-01, sob o comando nº 380770167 e juntada nº 399172125, resolve:

Nº 321 - Art. 1º Aprovar as alterações propostas ao regulamento do Plano Petroflex de Contribuição Definida - CNPB nº 2006.0024-65, administrado pelo Icatu Fundo Multipatrocinado.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ ROBERTO FERREIRA

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 584, DE 15 DE MAIO DE 2015 (*)

Altera atributos na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.168/GM/MS, de 15 de junho de 2004, que institui a Política Nacional de Atenção ao Portador de Doença Renal;

Considerando a Portaria nº 2.848/GM/MS, de 6 de novembro de 2007, que publica a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais - OPM do Sistema Único de Saúde-SUS;

Considerando a RDC/ANVISA nº 11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os Requisitos de Boas Práticas de Funcionamento para os Serviços de Diálise e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 389/GM/MS, de 14 de março de 2014, que define os critérios para a organização da linha de cuidado da pessoa com Doença Renal Crônica (DRC) e institui incentivo financeiro de custeio destinado ao cuidado ambulatorial pré-dialítico;

Considerando a necessidade de atualizar a Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS, resolve:

Art. 1º Fica incluída na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do Sistema Único de Saúde o atributo complementar 043 - Exige registro de CID de Causas Associadas.

Art. 2º Fica alterado na Tabela de Procedimentos do SUS, os atributos dos procedimentos a seguir relacionados:

Procedimento:	03.05.01.011-5 - HEMODIÁLISE EM PACIENTE COM SOROLOGIA POSITIVA PARA HIV, E/OU HEPATITE B E/OU HEPATITE C (MÁXIMO 3 SESSÕES POR SEMANA)
Altera: Descrição	CONSISTE NA TERAPIA DE SUBSTITUIÇÃO RENAL REALIZADA EM PACIENTE COM SOROLOGIA POSITIVA PARA HIV/, HEPATITE B OU HEPATITE C ATRÁVES DE CIRCUITO DE CIRCULAÇÃO EXTRACORPÓREA, UTILIZANDO-SE MÁQUINAS DE PROPORÇÃO, NAS QUAIS A DEPURAÇÃO DE SOLUTO OCORRE POR DIFUSÃO ENTRE O SANGUE E UMA SOLUÇÃO DE DIÁLISE , ATRAVÉS DE UM DIALISADOR SINTÉTICO. ESTE PROCEDIMENTO DEVE TER O REGISTRO OBRIGATÓRIO DE CID NO CAMPO DE CAUSAS ASSOCIADAS.
Inclui: CID de Causas Associadas	B16,0, B16.1 B16.2 B16.9, B17.0, B17.1, B17.2, B18.0, B18.1, B18.2, B18.8, B20.0, B20.1, B20.2, B20.3, B20.4, B20.5, B20.6, B20.7, B20.8, B20.9, B21.0, B21.1, B21.2, B21.3, B21.4, B21.5, B21.6, B21.7, B21.8, B21.9, B22.0, B22.1, B22.2, B22.7, B23.0, B23.1, B23.2, B23.8, B24, Z21, Z22.5
Inclui: Habilitação	15.01- Unidade de assistência de alta complexidade em nefrologia (serviço de nefrologia) 15.04- Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia com hemodiálise 15.07 - Unidade Especializada em DRC com TRS/Diálise tipo I com hemodiálise; 15.09 - Unidade Especializada em DRC com TRS/Diálise tipo II com hemodiálise 15.11 - Unidade Especializada em DRC com TRS/Diálise tipo III com hemodiálise 15.13 - Unidade Especializada em DRC com TRS/Diálise tipo IV com hemodiálise
Inclui: Atributo Complementar	043 - Exige registro de CID de causas associadas

Procedimento:	03.05.01.012-3 HEMODIÁLISE EM PACIENTE COM SOROLOGIA POSITIVA PARA HIV, E/OU HEPATITE B E/ OU HEPATITE C (EXCEPCIONALIDADE - MÁXIMO 1 SESSÃO / SEMANA)
Altera: Descrição	CONSISTE NA TERAPIA DE SUBSTITUIÇÃO RENAL REALIZADA EM PACIENTE COM SOROLOGIA POSITIVA PARA HIV, HEPATITE B OU HEPATITE C ATRÁVES DE CIRCUITO DE CIRCULAÇÃO EXTRACORPÓREA, UTILIZANDO-SE MÁQUINAS DE PROPORÇÃO, NAS QUAIS A DEPURAÇÃO DE SOLUTO OCORRE POR DIFUSÃO ENTRE O SANGUE E UMA SOLUÇÃO DE DIÁLISE , ATRAVÉS DE UM DIALISADOR SINTÉTICO.

Art. 3º Fica estabelecido que, para fins de financiamento de que trata esta Portaria, os gestores dos Estados, Municípios e Distrito Federal deverão enviar ao Ministério da Saúde - Secretaria de Aten-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ção à Saúde- Departamento de Atenção Especializada e Temática/Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade ofício com a aprovação e relação dos respectivos serviços habilitados e que realizam o descarte dos dialisadores e linhas arteriais e venosas para todos os procedimentos hemodialíticos em paciente com sorologia positiva para hepatite B ou hepatite C, a partir de 13 de março de 2015.

Parágrafo único. Para fins de que trata esta Portaria, considera-se sorologia positiva para hepatite B e hepatite C os resultados de exames sanguíneos positivos para HbsAg e Anti HCV, respectivamente.

Art. 4º Os estabelecimentos de saúde autorizados a prestarem a atenção à saúde às pessoas com Doença Renal Crônica no âmbito do SUS, incluindo-se a realização dos procedimentos hemodialíticos às pessoas com sorologia positiva para hepatite B ou hepatite C de que trata esta Portaria, estarão submetidos igualmente às regras de regulação, controle e avaliação por parte dos respectivos gestores, conforme estabelecido no artigo 34 da Portaria nº 389/GM/MS, de 14 de março de 2014.

Art. 5º Fica estabelecido que o custeio dos procedimentos de que trata esta Portaria será financiado por meio do Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, após a apuração da produção no Banco de Dados do Sistema de Informações Ambulatoriais-SIA/SUS.

Art. 6º Fica estabelecido que os recursos orçamentários objeto desta Portaria corram por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.1220.8585 - Plano Orçamentário 0007 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação com efeitos operacionais a partir da competência seguinte à publicação.

ARTHUR CHIORO

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 92 de 18-5-2015, Seção 1, páginas 39 e 40, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 600, DE 10 DE JUNHO DE 2015

Regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos à Rede SUS no exercício de 2015, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 36, § 6º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei Complementar nº 101, de 4 de março de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2015 e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 2.035/GM/MS, de 17 de setembro de 2013, que estabelece novas regras para cálculo do Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC), no âmbito do Programa de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos e do Programa de Reestruturação dos Hospitais de Ensino, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 2.617/GM/MS, de 1º de novembro de 2013, que estabelece prazo para o pagamento de incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam serviços de forma complementar ao SUS;

Considerando a Portaria nº 142/GM/MS, de 27 de janeiro de 2014, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), o Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar (IGH), de que trata a Portaria nº 3.410/GM/MS, de 30 de dezembro de 2013, que estabelece as diretrizes para a contratualização de hospitais no âmbito do SUS, em consonância com a Política Nacional de Atenção Hospitalar (PNHOSP); e

Considerando a Portaria nº 140/SAS/MS, de 27 de fevereiro de 2014, que redefine critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação para os estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia e define as condições estruturais, de funcionamento e de recursos humanos para a habilitação destes estabelecimentos no âmbito do SUS, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Esta Portaria regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos à Rede SUS no exercício de 2015, para aplicação no incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 36, § 6º, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, e dá outras providências.

Art. 2º A aplicação de recursos financeiros de custeio que se destinem ao incremento temporário dos tetos da Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica será realizada nos termos do Capítulo II.

CAPÍTULO II

TRANSFERÊNCIA DOS RECURSOS FINANCEIROS DE CUSTEIO QUE SE DESTINAM AO INCREMENTO TEMPORÁRIO DOS TETOS DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE E DO PISO DE ATENÇÃO BÁSICA

Art. 3º A aplicação das emendas parlamentares para o incremento temporário do Teto da Média e Alta Complexidade observará os seguintes requisitos, que, se não atendidos, configurarão impedimentos de ordem técnica à obrigatoriedade em sua execução orçamentária e financeira:

I - custeio de unidades próprias de Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo o recurso destinado, pelo conjunto das emendas parlamentares, para cada estabelecimento de saúde cadastrado no SCNES, limitado em até 50% (cinquenta por cento) da produção apresentada na média e alta complexidade da unidade no exercício de 2014; e

II - custeio de unidades de propriedade ou gerenciadas por entidades privadas sem fins lucrativos contratualizadas nos termos dos Programas de Reestruturação e Contratualização dos Hospitais Filantrópicos e dos Hospitais de Ensino, de que tratam a Portaria nº 2.035/GM/MS, de 17 de setembro de 2013, e a Portaria nº 142/GM/MS, de 27 de janeiro de 2014, sendo o recurso destinado, pelo conjunto das emendas parlamentares, para cada estabelecimento de saúde cadastrado no Sistema do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES), limitado em até 50% da produção apresentada na média e alta complexidade da unidade no exercício de 2014, não podendo este valor ser superior ao Incentivo de Adesão à Contratualização (IAC) ou ao Incentivo de Qualificação da Gestão Hospitalar (IGH) previsto no contrato.

§ 1º As emendas parlamentares de que trata o "caput" serão realizadas, necessariamente, nas Modalidades de Aplicação 31 (trinta e um), 41 (quarenta e um), e Grupo de Natureza de Despesa (GND) 3 e na ação orçamentária 4525 - Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde.

§ 2º Para o repasse dos recursos previstos no inciso II do "caput", deverá ser obedecido o disposto na Portaria nº 2.617/GM/MS, de 1º de novembro de 2013, que estabelece prazo para o pagamento de incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam serviços de forma complementar ao SUS.

Art. 4º A aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica, deverá observar o valor máximo, por Município, em até 100% (cem por cento) do valor total do somatório dos Pisos de Atenção Básica Fixo e Variável do Município no ano exercício de 2014.

§ 1º Caso não seja atendido o disposto no "caput", restará configurado impedimento de ordem técnica à obrigatoriedade em sua execução orçamentária e financeira.

§ 2º As emendas parlamentares de que trata o "caput" serão realizadas, necessariamente, nas Modalidades de Aplicação 41 e GND 3 e na ação orçamentária 4525 - Apoio à Manutenção de Unidades de Saúde.

Art. 5º A Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS) disponibilizará, no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde na "internet", os valores máximos que podem ser adicionados ao Piso da Atenção Básica de cada Município e ao Teto da Média e Alta Complexidade por estabelecimento de saúde.

Art. 6º Os recursos de que tratam este Capítulo serão empenhados e pagos em favor do fundo de saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

Art. 7º Para a transferência dos recursos de que trata este Capítulo, serão adotados os seguintes procedimentos:

I - o gestor do fundo de saúde Estadual, do Distrito Federal ou Municipal, por sua vez, deverá acessar o portal do Fundo Nacional de Saúde e indicar o objeto incremento temporário do Piso de Atenção Básica ou da Média e Alta Complexidade; e

II - caso o gestor do Fundo Estadual, do Distrito Federal ou Municipal tenha indicado o objeto incremento temporário da Média e Alta Complexidade, deverá informar as unidades a serem beneficiadas mediante preenchimento do número correto do SCNES.

§ 1º Nos casos em que o limite estabelecido para o Município ou estabelecimento de saúde já tenha sido atingido para o acréscimo temporário do Piso de Atenção Básica ou para o acréscimo temporário da Média e Alta Complexidade, respectivamente, o gestor de saúde estadual, do distrito federal ou municipal deverá indicar outro objeto ou estabelecimento de saúde.

§ 2º Caso o gestor de saúde não promova a indicação referida no § 1º, então deverá devolver o saldo de recursos para o parlamentar autor da emenda.

§ 3º Os recursos de que trata esse Capítulo serão transferidos em 6 (seis) parcelas, a contar da data de publicação do ato específico do Ministro de Estado da Saúde que habilitou o ente federativo ao recebimento do recurso financeiro.

CAPÍTULO III

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 8º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos de que trata o Capítulo II será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão (RAG) da respectiva unidade da federação beneficiada.

Art. 9º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 10. Fica revogada a Portaria nº 375/GM/MS, de 10 de março de 2014, publicada no Diário Oficial da União nº 47, Seção 1, do dia seguinte, p. 57.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 795, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Redefine a Comissão de Assessoramento Técnico para a Promoção da Doação Voluntária de Sangue (CAT-PDVS), no âmbito do Sistema Nacional de Sangue, Componentes e Derivados (SINASAN).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 10.205, de 21 de março de 2001, que regulamenta o § 4º do art. 199 da Constituição Federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades, e dá outras providências;

Considerando o Decreto nº 3.990, de 30 de outubro de 2001, que regulamenta o art. 26 da Lei nº 10.205, de 2001, que dispõe sobre a coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados, e estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades;

Considerando a Portaria nº 612/GM/MS, de 26 de março de 2009, que estabelece padrão de Contrato de Cessão de Direitos Autorais a ser utilizado no âmbito do Ministério da Saúde; e

Considerando a necessidade de assessoramento técnico especializado para apoiar as ações voltadas para a promoção da doação voluntária de sangue no país com atenção às especificidades regionais para o desenvolvimento de ações em prol da autossuficiência e segurança de sangue no Brasil e para o cumprimento da missão legal do Ministério da Saúde no tema, resolve:

Art. 1º Fica redefinida a Comissão de Assessoramento Técnico para a Promoção da Doação Voluntária de Sangue (CAT-PDVS), no âmbito do Sistema Nacional de Sangue, Componentes e derivados (SINASAN).

Art. 2º A CAT-PDVS tem por finalidade assessorar tecnicamente a Coordenação-Geral de Sangue e Hemoderivados (CGSH/DAHU/SAS/MS), tendo ainda as seguintes atribuições:

I - elaborar propostas à CGSH/DAHU/SAS/MS de estratégias voltadas para a promoção da doação voluntária de sangue, como de ações e atividades que visem à captação de doadores;

II - contribuir com a CGSH/DAHU/SAS/MS no acompanhamento e monitoramento das ações, atividades e estratégias para a promoção da doação de sangue no âmbito nacional; e

III - sugerir à CGSH/DAHU/SAS/MS documentos, notas técnicas, recomendações, manuais, protocolos, diretrizes, condutas e rotinas, além de capacitações junto à Hemorrede Nacional voltadas para a promoção da doação voluntária de sangue.

Art. 3º A CAT-PDVS é composta por representantes dos seguintes órgãos e entidades:

I - 1 (um) representante da CGSH/DAHU/SAS/MS; e

II - 6 (seis) representantes dos serviços de saúde públicos, preferencialmente vinculados a serviços de hematologia e hemoterapia, atuantes nas áreas relacionadas à promoção da doação voluntária de sangue nos hemocentros, considerando os setores de captação e comunicação social, dentre outros.

§ 1º Os representantes serão indicados pelos dirigentes de seus respectivos órgãos e entidades à Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS), no prazo de 20 (vinte) dias, contado da data de publicação desta Portaria.

§ 2º A participação das entidades ou órgãos de que trata o inciso II do "caput" será formalizada após resposta a convite a elas encaminhado pelo Secretário da SAS/MS, com indicação dos seus respectivos representantes.

§ 3º O representante da CGSH/DAHU/SAS/MS, designado por ato específico do Secretário de Atenção à Saúde, exercerá a coordenação da CAT-PDVS.

§ 4º A ausência, sem justificativa, a duas reuniões consecutivas do CAT-PDVS determina a exclusão do membro, cabendo à SAS/MS providenciar nova representação do órgão ou entidade.

§ 5º A indicação nominal de representantes na CAT-PDVS será revista a cada 2 (dois) anos, devendo a CGSH/DAHU/SAS/MS sugerir à SAS/MS a indicação nominal de novos representantes.

Art. 4º Os membros da CAT-PDVS promoverão a cessão de direitos autorais para publicações e divulgação de todo material técnico resultante de trabalhos desenvolvidos pela Comissão, oriundos de interesse do Ministério da Saúde ou de demanda espontânea, na forma definida pela Portaria nº 612/GM/MS, de 26 de março de 2009.

Art. 5º Poderão ser convidados, a critério da CGSH/DAHU/SAS/MS ou da CAT-PDVS, especialistas "ad hoc" para participarem de discussões técnicas, elaboração de documentos e orientações sobre temas afins, podendo ser criados Grupos de Trabalho específicos, mediante ato do Secretário da SAS/MS, após proposta da Comissão.

Art. 6º Os membros do CAT-PDVS e os convidados de que trata o art. 5º encaminharão as seguintes declarações, quando de seu ingresso na Comissão:

I - declaração de conflito de interesse, conforme modelo constante do Anexo I; e

II - declaração de confidencialidade, conforme modelo constante do Anexo II.

§ 1º Em caso de conflito de interesse de qualquer dos representantes, cabe à CAT-PDVS, por maioria simples, avaliar a conveniência ou não da manutenção do representante na Comissão, temporária ou permanentemente, com posterior comunicação do ato ao interessado e à CGSH/DAHU/SAS/MS.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

§ 2º Em caso de quebra de confidencialidade por qualquer dos membros da CAT-PDVS, cabe à CGSH/DAHU/SAS/MS efetuar a imediata retirada do representante da Comissão, com posterior comunicação do ato ao interessado e ao Diretor do Departamento de Atenção Hospitalar e de Urgência (DAHU/SAS/MS).

Art. 7º A CAT-PDVS reunir-se-á por convocação da CGSH/DAHU/SAS/MS ou a requerimento da maioria simples de seus membros.

§ 1º Compete à coordenação da CAT-PDVS organizar a pauta e coordenar as reuniões.

§ 2º Os temas a serem abordados na pauta serão propostos pela CGSH/DAHU/SAS/MS e pelos membros da Comissão.

§ 3º A convocação e a organização das reuniões da CAT-PDVS são de responsabilidade da CGSH/DAHU/SAS/MS.

§ 4º Cabe à coordenação da CAT-PDVS organizar e divulgar aos seus membros as atas e outros documentos pertinentes às sua atividades, os quais, após assinados pelos participantes, devem ser arquivados sob a responsabilidade da CGSH/DAHU/SAS/MS.

Art. 8º As despesas de passagens e diárias dos membros e convidados da CAT-PDVS serão garantidas pela CGHS/DAHU/SAS/MS, quando relacionadas com as atividades da Comissão.

Art. 9º As atividades desenvolvidas no âmbito da CAT-PDVS não serão remuneradas e seu exercício será considerado serviço público relevante.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 11. Fica revogada a Portaria nº 253/GM/MS, de 11 de fevereiro de 2009, publicada no Diário Oficial da União (DOU) nº 30, do dia seguinte, Seção 1, p. 33.

ARTHUR CHIORO

ANEXO I

DECLARAÇÃO DE CONFLITO DE INTERESSE

Eu, <nome completo>, <nacionalidade>, <estado civil>, <profissão>, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº < nº do CPF>, declaro junto á Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados da Secretaria de Atenção à Saúde do Ministério da Saúde (CGSH/SAS/MS), para fins de atuação como membro colaborador na Comissão de Assessoramento Técnico para a Promoção da Doação Voluntária de Sangue, que possuo os potenciais conflitos de interesse, entre outras condições relevantes, as seguintes:

( ) Vínculo empregatício com instituição de natureza privada: (citar) _____ .

( ) Consultoria técnica em andamento: (citar) _____ .

( ) Membro de comitê técnico assessor de empresas produtoras de medicamentos, vacinas, exames laboratoriais ou outros equipamentos e tecnologias que integrem ou possam vir a integrar protocolos utilizados nas atividades da área de sangue e hemoderivados: (citar) _____.

( ) Vínculo de emprego, contrato de consultoria ou ações de organização(ões) civis que, de alguma forma, possam ter benefícios ou prejuízos com a sua participação na Gestão de Equipamento: (citar).

_____

( ) Outro: (especificar) _____

( ) não possuo conflitos de interesses relevantes para a atuação nas atividades da área de sangue e hemoderivados desenvolvidas pelo Ministério da Saúde.

Por fim, comprometo-me a informar à CGSH/SAS/MS a ocorrência de qualquer alteração posterior em sua situação de conflito de interesse, para conhecimento e avaliação.

Em ___/ ___/ ____

_____

Assinatura

ANEXO II

DECLARAÇÃO DE CONFIDENCIALIDADE

Eu, <nome completo>, <nacionalidade>, <estado civil>, <profissão>, inscrito (a) no CPF/MF sob o nº < nº do CPF>, assumo o compromisso de manter confidencialidade e sigilo sobre todas as informações técnicas e outras a que tiver acesso, relacionadas às ações de Gestão de Equipamento, no âmbito da Coordenação Geral de Sangue e Hemoderivados do Ministério da Saúde e à Comissão de Assessoramento Técnico para a Promoção da Doação Voluntária de Sangue, do qual sou membro colaborador.

Por este Termo de Confidencialidade comprometo-me a:

1. Não utilizar as informações confidenciais a que tiver acesso, para gerar benefício próprio exclusivo e/ou unilateral, presente ou futuro, ou para uso de terceiros;

2. Não efetuar nenhuma gravação ou cópia da documentação confidencial a que tiver acesso relacionadas ao programa mencionado, a não ser aquelas necessárias a atividade e com autorização da CGSH ou direção dos serviços de saúde sob os quais há a atuação do CAT- Gestão de Equipamento;

3. Apropriar-me ou para outrem de material confidencial e/ou sigiloso que venha a ser disponível através do programa mencionado;

4. Não repassar o conhecimento das informações confidenciais e/ou estratégicas do Ministério da Saúde, responsabilizando-me por todas as pessoas que vierem a ter acesso às informações por meu intermédio.

A vigência da obrigação de confidencialidade, assumida pela minha pessoa por meio deste termo, será por tempo indeterminado, ou enquanto a informação não for tornada de conhecimento público por qualquer outra pessoa, ou ainda, mediante autorização escrita, concedida à minha pessoa pelas partes interessadas neste termo.

Pelo não cumprimento do presente Termo de Confidencialidade, fico ciente de todas as sanções judiciais que poderão advir.

Em ___/ ___/ ____

_____

Assinatura

PORTARIA Nº 796, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Aprova o Plano de Ação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Estado de Goiás e Municípios.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001, que dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental;

Considerando a Lei nº 10.708, de 31 de julho de 2003, que institui o auxílio-reabilitação psicossocial para pacientes acometidos de transtornos mentais e egressos de internações psiquiátricas;

Considerando a Portaria nº 106/GM/MS, de 11 de fevereiro de 2000, que institui os Serviços de Residências Terapêuticas;

Considerando a Portaria nº 3/GM/MS, de 19 de fevereiro de 2002, que define e estabelece diretrizes para o funcionamento dos Centros de Atenção Psicossocial;

Considerando a Portaria nº 245/GM/MS, de 17 de fevereiro de 2005, que destina incentivo financeiro para implantação de Centros de Atenção Psicossocial;

Considerando a Portaria nº 4.279/GM/MS, de 30 de dezembro de 2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 3.088/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, republicada em 21 de maio de 2013, que institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 3.089/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que dispõe, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial, sobre o financiamento dos Centros de Atenção Psicossocial;

Considerando a Portaria nº 3.090/GM/MS, de 23 de dezembro de 2011, que altera a Portaria nº 106/GM/MS, de 11 de fevereiro de 2000, que dispõe, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial, sobre o repasse de recursos de incentivo e custeio mensal para implantação e/ou implementação e funcionamento dos Serviços de Residências Terapêuticas (SRT);

Considerando a Portaria nº 121/GM/MS, de 25 de janeiro de 2012, republicada em 21 de maio de 2013, que institui a Unidade de Acolhimento para pessoas com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no componente de atenção residencial de caráter transitório da Rede de Atenção Psicossocial;

Considerando a Portaria nº 122/GM/MS, de 25 de janeiro de 2012, que define as diretrizes de organização e funcionamento das Equipes de Consultório na Rua;

Considerando a Portaria nº 130/GM/MS, de 26 de janeiro de 2012, republicada em 21 de maio de 2013 que redefine o Centro de Atenção Psicossocial de Álcool e outras Drogas 24 h (CAPSad III) e os respectivos incentivos financeiros;

Considerando a Portaria nº 131/GM/MS, de 26 de janeiro de 2012, que institui incentivo financeiro de custeio a Serviços de Atenção em Regime Residencial, incluídas as Comunidades Terapêuticas, voltadas para as pessoas com necessidades decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, no âmbito da Rede de Atenção Psicossocial;

Considerando a Portaria nº 132/GM/MS, de 26 de janeiro de 2012, que institui incentivo financeiro de custeio para o desenvolvimento do componente Reabilitação Psicossocial da Rede de Atenção Psicossocial do SUS;

Considerando a Portaria nº 148/GM/MS, de 31 de janeiro de 2012, que define as normas de funcionamento e habilitação do Serviço Hospitalar de Referência para atenção às pessoas com sofrimento ou transtorno mental com necessidades de saúde ou decorrentes do uso de álcool, crack e outras drogas, do componente hospitalar da Rede de Atenção Psicossocial;

Considerando a Portaria nº 349/GM/MS, de 29 de fevereiro de 2012, que altera e acresce dispositivo à Portaria nº 148/GM/MS, de 31 de janeiro de 2012, que define as normas de funcionamento e habilitação de Serviço Hospitalar de Referência para atenção a pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, do Componente Hospitalar da Rede de Atenção Psicossocial e institui incentivos financeiros de investimento e custeio;

Considerando a Portaria nº 1.615/GM/MS, de 26 de julho de 2012, que altera o item II do art. 9º e os arts. 12º e 13º da Portaria nº 148/GM/MS, de 31 de janeiro de 2012;

Considerando a Portaria nº 056/GAB/SES-GO, de 19 de fevereiro de 2013, que institui a contrapartida estadual para os serviços da RAPS;

Considerando a Resolução CIB nº 417/2012, de 6 de dezembro de 2012, que aprova contrapartida estadual; e

Considerando a Resolução CIB nº 183/2012, de 5 de junho de 2012, que institui o grupo condutor estadual da Rede de Atenção Psicossocial, resolve:

Art. 1º Fica aprovado o Plano de Ação da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Estado de Goiás e Municípios.

Parágrafo único. Os recursos financeiros referentes ao incentivo de implantação dos Pontos de Atenção da RAPS, pactuados no Plano de Ação que trata o "caput" deste artigo, serão liberados, em parcela única, mediante apresentação de projetos específicos e após a aprovação da Coordenação-Geral de Saúde Mental, Álcool e outras Drogas do Ministério da Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 797, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Altera o prazo estabelecido no art. 37 da Portaria nº 1.020/GM/MS, de 29 de maio de 2013, para dispor sobre os prazos para adequação dos estabelecimentos habilitados como referência em Gestação de Alto Risco pela Portaria nº 3.477/GM/MS, de 20 de agosto de 1998.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.459/GM/MS, de 24 de junho de 2011, que institui a Rede Cegonha no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria nº 1.020/GM/MS, de 29 de maio de 2013, que institui as diretrizes para a organização da Atenção à Saúde na Gestação de Alto Risco e define os critérios para a implantação e habilitação dos serviços de referência à Atenção à Saúde na Gestação de Alto Risco, incluída a Casa da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), em conformidade com a Rede Cegonha; e

Considerando a Portaria nº 1.376/GM/MS, de 3 de Julho de 2014, que prorroga o prazo estabelecido no art. 37 e altera os arts. 15 e 23 da Portaria nº 1.020/GM/MS, de 29 de maio de 2013, para dispor sobre os prazos para adequação dos estabelecimentos habilitados como referência em Gestação de Alto Risco pela Portaria nº 3.477/GM/MS, de 20 de agosto de 1998, e para solicitação de habilitação como referência em Gestação de Alto Risco e de Casa da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP), resolve:

Art. 1º Fica alterado para até 29 de maio de 2016, o prazo estabelecido no art. 37 da Portaria nº 1.020/GM/MS, de 29 de maio de 2013, para dispor sobre os prazos para adequação dos estabelecimentos habilitados como referência em Gestação de Alto Risco pela Portaria nº 3.477/GM/MS, de 20 de agosto de 1998, e para solicitação de habilitação como referência em Gestação de Alto Risco e de Casa da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP).

Art. 2º A atualização da Portaria nº 1.020/GM/MS, de 29 de maio de 2013, será realizada pelo Ministério da Saúde (MS), Conselho Nacional de Secretários de Saúde (CONASS) e Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (CONASEMS).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

PORTARIA Nº 798, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Redefine a Semana de Mobilização Saúde na Escola (Semana Saúde na Escola).

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 6.286, de 5 de dezembro de 2007, que institui o Programa Saúde na Escola (PSE), com a finalidade de contribuir para a formação integral dos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde; e

Considerando a Política Nacional de Atenção Básica (PNAB), aprovada pela Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que preconiza a coordenação do cuidado a partir da atenção básica organizada pela Estratégia Saúde da Família, resolve:

Art. 1º Fica redefinida a Semana de Mobilização Saúde na Escola (Semana Saúde na Escola), de periodicidade anual, como componente das ações do Programa Saúde na Escola.

Art. 2º A Semana Saúde na Escola é constituída por ações de promoção e de prevenção de agravos à saúde realizadas em estabelecimentos públicos de ensino em todo o território nacional com participação das equipes da Atenção Básica e das equipes das escolas.

Parágrafo único. Os Ministros de Estado da Saúde e da Educação definirão, anualmente, os temas principais que nortearão a execução das ações de que trata o "caput".

Art. 3º Poderão participar da Semana Saúde na Escola todos os estabelecimentos públicos de ensino do Distrito Federal, dos Estados e dos Municípios.

Parágrafo único. É livre a iniciativa dos entes federados interessados em participar da mobilização, sem necessidade de prévia adesão.

Art. 4º Para os Municípios aderidos ao PSE, as ações realizadas durante a Semana Saúde na Escola serão contabilizadas para o alcance das metas pactuadas no Termo de Compromisso do Programa, definido em ato conjunto dos Ministros de Estado da Saúde e da Educação.

Parágrafo único. A contabilização das ações realizadas durante a Semana Saúde na Escola fica condicionada ao seu registro nos sistemas de monitoramento do PSE.

Art. 5º O período de realização e o tema principal da Semana Saúde na Escola serão divulgados, anualmente, nos canais de comunicação do Ministério da Saúde e também por meios eletrônicos e/ou impressos de ampla circulação.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Fica revogada a Portaria nº 364/GM/MS, de 8 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União, de 11 de março de 2013, Seção 1, página 43.

ARTHUR CHIORO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 799, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Publica a relação das propostas contempladas ao Componente Construção de Unidades Básicas de Saúde e habilitadas à adequação de valores devido à alteração da metragem da UBS a ser construída.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica, estabelecendo a revisão de diretrizes e normas para a organização da atenção básica, para a Estratégia Saúde da Família (ESF) e o Programa de Agentes Comunitários de Saúde (PACS);

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, com as suas alterações e os acréscimos estabelecidos pela Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009;

Considerando o Programa de Aceleração do Crescimento do Governo Federal - PAC 2;

Considerando a Portaria nº 3.766/GM/MS, de 1º de dezembro de 2010, que divulga o resultado do 1º processo de seleção de propostas apresentadas para construção de Unidades Básicas de Saúde da segunda etapa do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2);

Considerando a Portaria nº 340/GM/MS, de 4 de março de 2013, que redefine o Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS);

Considerando a Portaria nº 1.903/GM/MS, de 4 de setembro de 2013, que altera os artigos 4º, 6º, 10, 25 e o Anexo I da Portaria nº 340/GM/MS, de 4 de março de 2013, que redefine o Componente Construção do Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (UBS);

Considerando as Portarias nº 1.248/GM/MS, de 6 de junho de 2014, e nº 2.840/GM/MS, de 26 de novembro de 2013, que divulgam a lista de propostas contempladas ao Componente Construção de Unidades Básicas de Saúde habilitadas à adequação de valores devido à alteração da metragem da UBS a ser construída; e

Considerando que no ano de 2014 houve o cancelamento do empenho complementar às propostas divulgadas pelas Portarias acima mencionadas, resolve:

Art. 1º Fica publicada, na forma do anexo a esta Portaria, a relação de propostas contempladas pelo Componente Construção de Unidades Básicas de Saúde habilitadas à adequação de valores devido a alteração da metragem da UBS a ser construída pelas Portarias nº 1.248/GM/MS, de 6 de junho de 2014, e nº 2.840/GM/MS, de 26 de novembro de 2013.

Art. 2º O repasse das demais parcelas das propostas já contempladas será realizado pelo Fundo Nacional de Saúde ao Fundo de Saúde do ente federativo beneficiário, nos seguintes termos:

I - segunda parcela, equivalente a 75% (setenta e cinco por cento) do valor total adequado descontado o valor da primeira parcela já repassado, mediante a inserção da respectiva Ordem de Início de Serviço no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo disponível no sítio eletrônico http://www.fns.saude.gov.br, assinada por profissional habilitado pelo CREA ou CAU, ratificada pelo gestor local e encaminhada à CIB através de ofício, e posterior aprovação pelo Ministério da Saúde, por meio do DAB/SAS/MS; e

II - terceira parcela, equivalente a 25% (vinte e cinco por cento) do valor total adequado, após a conclusão da edificação da unidade e a inserção do respectivo atestado no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo disponível no sítio eletrônico http://www.fns.saude.gov.br, assinado por profissional habilitado pelo CREA ou CAU, ratificado pelo gestor local e encaminhado à CIB através de ofício, e posterior aprovação pelo Ministério da Saúde, por meio do DAB/SAS/MS.

§ 1º Para recebimento da segunda e terceira parcelas de que tratam os incisos I e II do "caput" deste artigo, o ente federativo beneficiário também deverá inserir as fotos correspondentes às etapas de execução e à conclusão da obra no SISMOB, além de outras informações requeridas por meio desse sistema.

§ 2º As fotos a serem inseridas no SISMOB pelos Municípios deverão estar em conformidade com o "Manual de Orientações Básicas para Fotografar as Obras de Reforma, Ampliação e Construção de UBS", cujo acesso encontra-se disponível no sítio eletrônico http://dab.saude.gov.br/sistemas/sismob/ documentos. php.

Art. 3º Os recursos orçamentários de que trata esta Portaria farão parte do Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde, e correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, onerando o Programa de Trabalho 10.301.2015.12L5.0001 - Ação: Construção e Ampliação de Unidades Básicas de Saúde - UBS.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ARTHUR CHIORO

ANEXO

PROPOSTAS HABILITADAS PARA ADEQUAÇÃO DE VALORES DEVIDO A ALTERAÇÃO DA METRAGEM DA UBS A SER CONSTRUÍDA EM PROPOSTAS CONTEMPLADAS AO COMPONENTE CONSTRUÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE

UF	IBGE	MUNICIPIO	Nº DA PROPOSTA	VALOR (R$) CONTEMPLADO	VALOR (R$) ADEQUADO	DIFERENÇA A SER EMPENHADA (R$)
AL	270030	ARAPIRACA	12198693000310007	R$ 400.000,00	R$ 659.000,00	R$ 259.000,00
AL	270030	ARAPIRACA	12198693000310008	R$ 400.000,00	R$ 659.000,00	R$ 259.000,00
AL	270030	ARAPIRACA	12198693000310009	R$ 266.666,67	R$ 512.000,00	R$ 245.333,33
AL	270030	ARAPIRACA	12198693000310010	R$ 266.666,67	R$ 512.000,00	R$ 245.333,33
AL	270030	ARAPIRACA	12198693000310012	R$ 533.333,33	R$ 659.000,00	R$ 125.666,67
AL	270030	ARAPIRACA	12198693000310013	R$ 266.666,67	R$ 659.000,00	R$ 392.333,33
AL	270170	CAPELA	11203936000110017	R$ 200.000,00	R$ 408.000,00	R$ 208.000,00
CE	230440	FORTALEZA	07954605000110031	R$ 266.666,67	R$ 773.000,00	R$ 506.333,33
CE	230440	FORTALEZA	07954605000110032	R$ 266.666,67	R$ 773.000,00	R$ 506.333,33
CE	230440	FORTALEZA	07954605000110034	R$ 266.666,67	R$ 773.000,00	R$ 506.333,33
GO	522185	VALPARAISO DE GOIAS	04786328000110009	R$ 200.000,00	R$ 408.000,00	R$ 208.000,00
PB	250905	MARCACAO	12370254000110001	R$ 200.000,00	R$ 408.000,00	R$ 208.000,00
PE	260500	CUPIRA	10191799000109001	R$ 200.000,00	R$ 408.000,00	R$ 208.000,00
PE	260790	JABOATAO DOS GUARARA	10377679000109023	R$ 200.000,00	R$ 408.000,00	R$ 208.000,00
PE	260790	JABOATAO DOS GUARARA	10377679000110015	R$ 200.000,00	R$ 512.000,00	R$ 312.000,00
PE	260790	JABOATAO DOS GUARARA	10377679000110016	R$ 200.000,00	R$ 408.000,00	R$ 208.000,00
PE	260790	JABOATAO DOS GUARARA	10377679000110017	R$ 200.000,00	R$ 408.000,00	R$ 208.000,00
PE	260790	JABOATAO DOS GUARARA	10377679000110018	R$ 200.000,00	R$ 512.000,00	R$ 312.000,00
PE	260790	JABOATAO DOS GUARARA	10377679000110019	R$ 200.000,00	R$ 659.000,00	R$ 459.000,00
PE	260790	JABOATAO DOS GUARARA	10377679000110020	R$ 200.000,00	R$ 408.000,00	R$ 208.000,00
PE	260790	JABOATAO DOS GUARARA	10377679000110021	R$ 200.000,00	R$ 408.000,00	R$ 102.000,00
PE	260790	JABOATAO DOS GUARARA	10377679000110023	R$ 200.000,00	R$ 408.000,00	R$ 208.000,00
PE	260790	JABOATAO DOS GUARARA	10377679000110024	R$ 200.000,00	R$ 408.000,00	R$ 208.000,00
PE	260790	JABOATAO DOS GUARARA	10377679000110025	R$ 200.000,00	R$ 408.000,00	R$ 208.000,00
PE	260790	JABOATAO DOS GUARARA	10377679000110029	R$ 200.000,00	R$ 408.000,00	R$ 102.000,00
PE	261160	RECIFE	41090291000110010	R$ 200.000,00	R$ 659.000,00	R$ 459.000,00
PE	261160	RECIFE	41090291000110019	R$ 400.000,00	R$ 659.000,00	R$ 259.000,00
PE	261160	RECIFE	41090291000110025	R$ 400.000,00	R$ 659.000,00	R$ 259.000,00
PE	261160	RECIFE	41090291000110031	R$ 400.000,00	R$ 659.000,00	R$ 259.000,00
PI	220770	PARNAIBA	06554430000109001	R$ 200.000,00	R$ 408.000,00	R$ 102.000,00
PI	220770	PARNAIBA	06554430000110008	R$ 200.000,00	R$ 408.000,00	R$ 102.000,00
PR	410580	COLOMBO	76105634000110004	R$ 533.333,33	R$ 773.000,00	R$ 239.666,67
PR	410580	COLOMBO	76105634000110005	R$ 533.333,33	R$ 773.000,00	R$ 239.666,67
PR	411820	PARANAGUA	10428937000110004	R$ 400.000,00	R$ 512.000,00	R$ 112.000,00
PR	411820	PARANAGUA	10428937000110005	R$ 400.000,00	R$ 512.000,00	R$ 112.000,00
RJ	330170	DUQUE DE CAXIAS	11128809000110014	R$ 266.666,67	R$ 659.000,00	R$ 392.333,33
RJ	330350	NOVA IGUACU	29138278000109004	R$ 200.000,00	R$ 659.000,00	R$ 459.000,00
RS	431720	SANTA ROSA	88546890000110035	R$ 200.000,00	R$ 408.000,00	R$ 208.000,00
SP	352940	MAUA	46522959000109020	R$ 400.000,00	R$ 659.000,00	R$ 360.000,00
SP	353440	OSASCO	46523171000110053	R$ 266.666,67	R$ 659.000,00	R$ 392.333,33
SP	353440	OSASCO	46523171000110054	R$ 266.666,67	R$ 659.000,00	R$ 392.333,33
SP	353440	OSASCO	46523171000110055	R$ 200.000,00	R$ 659.000,00	R$ 459.000,00
TOTAIS			42 PROPOSTAS			R$ 11.426.999,98

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PORTARIA Nº 800, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Altera, acresce e revoga dispositivos da Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril de 2012, que dispõe sobre os critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), institui o respectivo incentivo financeiro e aprova a Linha de Cuidados em AVC.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e considerando a necessidade de aprimorar os mecanismos de regulação, controle e avaliação da assistência aos portadores de acidente vascular cerebral, resolve:

Art. 1º Os incisos V, VII, IX e X do art. 5º; a alínea "a" do inciso III do art. 6º e o "caput" e o inciso I do "caput" do art. 8º, todos da Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril de 2012, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º .....

.....

V - fornecer cobertura de atendimento neurológico, disponível em até 30 (trinta) minutos da admissão do paciente (plantão presencial, sobreaviso à distância ou suporte neurológico especializado por meio da telemedicina/telessaúde);

.....

VII - possuir Unidade de Tratamento Intensivo (UTI);

.....

IX - dispor de equipe neurocirúrgica 24 (vinte e quatro) horas/dia, seja ela própria, presencial ou disponível em até duas horas, ou referenciada, disponível em até duas horas; e

X - realizar tratamento hemoterápico para possíveis complicações hemorrágicas." (NR)

"Art. 6º .....

.....

III - .....

a) ultrassonografia doppler colorido de vasos (exame de doppler de artérias cervicais);" (NR)

"Art. 8º Para a habilitação em Centro de Atendimento de Urgência Tipo I, II e III aos pacientes com AVC junto ao Ministério da Saúde, os gestores estaduais, do Distrito Federal e municipais deverão encaminhar a respectiva solicitação, por meio de ofício, à Coordenação-Geral de Média e Alta Complexidade (CGMAC/DAET/SAS/MS) com as seguintes documentações:

I - cópia do Plano de Ação Regional (PAR) aprovado pela Comissão Intergestores Bipartite (CIB) ou equivalente, submetido ao Ministério da Saúde, ou expediente que comprove elaboração do PAR da Rede de Urgência e Emergência e a resolução da CIB aprovando a habilitação dos serviços;" (NR)

Art. 2º A Portaria nº 665/GM/MS, de 2012, passa a vigorar acrescida dos §§ 1º e 2º ao art. 5º; das alíneas "f" e "g" ao inciso III do art. 6º; do § 3º ao art. 6º; do § 4º ao art. 7º e dos §§ 6º e 7º ao art. 8º, nos seguintes termos:

"Art. 5º .....

.....

§ 1º Entende-se por telemedicina/telessaúde para tratamento agudo do AVC a utilização de sistemas de comunicação ou teleconferência que incluam ou não o compartilhamento de vídeo, som e dados de neuroimagem, permitindo a avaliação remota de um paciente com suspeita de AVC por um neurologista com experiência em AVC, preferencialmente vinculado a um Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com AVC.

§ 2º Na avaliação referida no § 1º do art. 5º, o sistema de comunicação ou teleconferência deve permitir que o neurologista realize:

I - checagem da história clínica e do exame neurológico, se necessário, do referido paciente, conversando ou visualizando e, sobretudo, interagindo em tempo real com o paciente e a equipe médica à distância para o cuidado ao paciente com AVC;

II - deve-se avaliar, em tempo real, a neuroimagem realizada logo após sua aquisição no equipamento remoto (tomografia computadorizada ou ressonância magnética de crânio), através de um software de transmissão de imagem, com visualizador que tenha ajuste do centro e largura da janela da imagem e transferência de dados segura, quando necessitar de trombólise; e

III - todo o cuidado ao paciente com AVC para redução da morbidade e sequelas, considerando seus riscos."

"Art. 6º .....

.....

III - .....

.....

f) ecocardiografia (ecocardiograma) transtorácico e transesofágico; e

g) angiografia;

§ 3º As unidades da federação que não cumprirem os critérios de habilitação descritos neste artigo e tiverem necessidade de U-AVC Agudo no contexto da Rede de Urgência e Emergência poderão solicitar a referida habilitação, que será analisada e definida pelo Ministério da Saúde em ato específico."

"Art. 7º .....

.....

§ 4º As unidades da federação que não cumprirem os critérios de habilitação definidos neste artigo e tiverem necessidade de U-AVC Integral no contexto da Rede de Urgência e Emergência poderão solicitar a referida habilitação, que será analisada e definida pelo Ministério da Saúde em ato específico."

"Art. 8º .....

.....

§ 6º As localidades e regiões que ainda não dispuserem do PAR, conforme descrito em inciso I do "caput", e forem consideradas estratégicas para implantação da Linha de Cuidado ao AVC pelos gestores estaduais e municipais, poderão pleitear habilitação para o Centro de Atendimento de Urgência aos pacientes com AVC Tipo I, II ou III, mediante a apresentação dos documentos descritos no § 7º deste artigo e parecer técnico da CGMAC/DAET/SAS/MS, além do cumprimento das regras desta Portaria, com exceção do inciso I do "caput" do presente artigo.

§ 7º Para o cumprimento do § 6º do "caput" deste artigo, os gestores deverão encaminhar à CGMAC/DAET/SAS/MS os seguintes documentos:

I - comprovação da cobertura do componente SAMU 192 da Rede de Urgência e Emergência;

II - comprovação da existência de pontos de atenção de Unidades de Pronto Atendimento (UPA) ou serviços de urgências;

III - cobertura mínima, pela Atenção Básica, de 50% (cinquenta por cento) da população;

IV - expediente ou termo de compromisso que comprove articulação com a Atenção Básica à Saúde, SAMU 192, unidades hospitalares de retaguarda e com outros serviços de atenção à saúde para promoção da reabilitação, construindo fluxos coerentes e efetivos de referência e contrarreferência, ordenando tais fluxos por meio de Centrais de Regulação Médica instaladas na região; e

V - expediente que comprove a aprovação da CIR e da CIB para a referida implantação da Linha de Cuidado ao AVC e habilitação do respectivo Centro de Atendimento de Urgência aos pacientes com AVC Tipo I, II ou III." (NR)

Art. 3º Os Anexos I, II, III, IV e VI da Portaria nº 665/GM/MS, de 2012, passam a vigorar na forma dos Anexos I, II, III, IV e VI, respectivamente, desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as alíneas "d", "e", "f" e "g" do inciso II do "caput" do art. 6º; e os incisos VI e VII do "caput" do art. 7º, todos da Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril de 2012, publicada no DOU nº 72, Seção 1, do dia seguinte, p. 35.

ARTHUR CHIORO

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA VISTORIA DO GESTOR
NORMAS DE CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA TIPO I AOS PACIENTES COM AVC
(deve ser preenchido e assinado pelo Gestor)
(esse formulário não deve ser modificado e/ou substituído)
NOME DA INSTITUIÇÃO: _____
CNES: _____
TIPO DE PRESTADOR (NATUREZA):
( ) Federal
( ) Estadual
( ) Municipal
( ) Filantrópico
( ) Privado
ENDEREÇO: _____
MUNICÍPIO:_____
ESTADO: _____ CEP: _____
TELEFONE: _____ FAX: _____
E-MAIL: _____
DIRETOR TÉCNICO: _____
Tipos de Assistência:
( ) Ambulatorial
( ) Internação
( ) Urgência/Emergência de porta aberta
1. Registro das Informações do Paciente:
a) possui um prontuário único para cada paciente que inclua todos os tipos de atendimento a ele referente (ambulatorial, internação, pronto-atendimento, emergência), contendo as informações completas do quadro clínico e sua evolução, todas devidamente escritas, de forma clara e precisa, datadas e assinadas pelo profissional responsável pelo atendimento.
( ) Sim ( ) Não

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2. O Centro de Atendimento de Urgência Tipo I aos Pacientes com AVC dispõe dos seguintes critérios:
a) realiza atendimento de urgência vinte e quatro horas por dia, todos os dias da semana, inclusive finais de semana;
( ) Sim ( ) Não
b) realiza exame de tomografia computadorizada de crânio nas vinte e quatro horas do dia;
( ) Sim ( ) Não
c) dispõe de equipe treinada em urgência para atendimento aos pacientes com AVC, composta por médico, enfermeiro, técnicos de enfermagem e coordenada por neurologista com título de especialista em neurologia reconhecido pelo Conselho Federal de Medicina (CFM) ou Conselho Regional de Medicina (CRM) ou residência médica em Neurologia reconhecida pelo Ministério da Educação (MEC);
( ) Sim ( ) Não
d) disponibiliza protocolos clínicos e assistenciais escritos;
( ) Sim ( ) Não
e) fornece cobertura de atendimento neurológico, disponível em até trinta minutos da admissão do paciente (plantão presencial ou sobreaviso à distância ou suporte neurológico especializado por meio da telemedicina/telessaúde);
( ) Sim ( ) Não
f) possui leitos monitorados para o atendimento ao AVC agudo, com médico vinte e quatro horas por dia e equipe treinada para o atendimento, podendo ser no serviço de urgência ou Unidade de Terapia Intensiva (UTI);
( ) Sim ( ) Não
g) possui UTI;
( ) Sim ( ) Não
h) realiza serviço de laboratório clínico em tempo integral;
( ) Sim ( ) Não
i) dispõe de equipe neurocirúrgica própria vinte e quatro horas (presencial ou disponível em até duas horas) ou referenciada (disponível em até duas horas); e
( ) Sim ( ) Não
j) realiza tratamento hemoterápico para possíveis complicações hemorrágicas.
( ) Sim ( ) Não
3. Possui Alvará de Funcionamento.
( ) Sim ( ) Não
Data de Emissão: _____ /_____ / _____
4. O Centro de Atendimento de Urgência Tipo I aos Pacientes com AVC participa da Linha de Cuidados em AVC constante do Plano de Ação Regional da RUE, por indicação do grupo condutor da RUE, realizando ações que permitam sua plena integração com os outros pontos de atenção, nos termos do documento base da referida linha de cuidados, de modo a garantir o cuidado integral e de qualidade aos pacientes com acidente vascular cerebral.
( ) Sim ( ) Não
5. Adoção de protocolos clínicos, assistenciais e de procedimentos administrativos de acordo com a Linha de Cuidados em AVC.
( ) Sim ( ) Não
INTERESSE DO GESTOR ESTADUAL NO CREDENCIAMENTO:
_____
De acordo com vistoria realizada in loco, a Instituição cumpre com os requisitos da Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril, de 2012, para o(s) credenciamento(s) solicitado(s).
( ) Sim ( ) Não
DATA:_____ /_____/_____
CARIMBO E ASSINATURA DO GESTOR:
_____
Gestor Municipal
_____
Gestor Estadual

ANEXO II

FORMULÁRIO PARA VISTORIA DO GESTOR
NORMAS DE CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA TIPO II AOS PACIENTES COM AVC
(deve ser preenchido e assinado pelo Gestor)
(esse formulário não deve ser modificado e/ou substituído)
NOME DA INSTITUIÇÃO: _____
CNES:_____
TIPO DE PRESTADOR (NATUREZA):
( ) Federal
( ) Estadual
( ) Municipal
( ) Filantrópico
( ) Privado
ENDEREÇO: _____
MUNICÍPIO:_____
ESTADO: _____ CEP: _____TELEFONE: _____ FAX: _____
E-MAIL: _____
DIRETOR TÉCNICO: _____
Tipos de Assistência:
( ) Ambulatorial
( ) Internação
( ) Urgência/Emergência de porta aberta
1. Registro das Informações do Paciente:
a) possui um prontuário único para cada paciente que inclua todos os tipos de atendimento a ele referente (ambulatorial, internação, pronto-atendimento, emergência), contendo as informações completas do quadro clínico e sua evolução, todas devidamente escritas, de forma clara e precisa, datadas e assinadas pelo profissional responsável pelo atendimento.
( ) Sim ( ) Não
2. O Centro de Atendimento de Urgência Tipo II aos Pacientes com AVC dispõe dos seguintes critérios:
a) realiza atendimento de urgência vinte e quatro horas por dia, todos os dias da semana, inclusive finais de semana;
( ) Sim ( ) Não
b) realiza exame de tomografia computadorizada de crânio nas vinte e quatro horas do dia;
( ) Sim ( ) Não
c) disponibiliza protocolos clínicos e assistenciais escritos;
( ) Sim ( ) Não
d) possui UTI;
( ) Sim ( ) Não
e) realiza serviço de laboratório clínico em tempo integral;
( ) Sim ( ) Não
f) dispõe de equipe neurocirúrgica própria vinte e quatro horas (presencial ou disponível em até duas horas) ou referenciada (disponível em até duas horas); e
( ) Sim ( ) Não
g) disponibilidade de trombolítico conforme PCDT específico;
( ) Sim ( ) Não
h) realiza tratamento hemoterápico para possíveis complicações hemorrágicas;
( ) Sim ( ) Não
i) unidade de Cuidado Agudo ao AVC;
( ) Sim ( ) Não
j) garantir que o tratamento de fase aguda seja coordenado por neurologista;
( ) Sim ( ) Não
k) oferta os seguintes procedimentos:
I - Eletrocardiograma (ECG);
( ) Sim ( ) Não
II - Serviço de laboratório clínico em tempo integral; e
( ) Sim ( ) Não
III - Serviço de radiologia.
( ) Sim ( ) Não

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

l) garantia do acesso, por intermédio de termo de compromisso, nos termos do anexo IV a esta Portaria, aos seguintes procedimentos:
I - Ultrassonografia doppler colorido de vasos (exame de doppler de artérias cervicais);
( ) Sim ( ) Não
II - Ecocardiografia (ecocardiograma) transtorácico e transesofágico;
( ) Sim ( ) Não
III - Angiografia;
( ) Sim ( ) Não
IV - Ressonância magnética;
( ) Sim ( ) Não
V - Angioressonância;
( ) Sim ( ) Não
VI - Ecodoppler transcraniano; e
( ) Sim ( ) Não
VII - Neuroradiologia intervencionista.
( ) Sim ( ) Não
3. A Unidade de Cuidado Agudo ao AVC, dos Centros de Atendimento de Urgência Tipo II aos Pacientes com AVC, dispõe dos seguintes critérios:
a) Mínimo de 5 (cinco) leitos.
( ) Sim ( ) Não
Número de leitos:_____
3.1. Recursos Humanos
a) a unidade conta com um responsável técnico neurologista, com título de especialista em neurologia reconhecido pelo CFM ou CRM ou residência médica em Neurologia reconhecida pelo MEC;
( ) Sim ( ) Não
Médico: _____
Especialidade: _____CFM/CRM: _____
b) a unidade conta com um médico vinte e quatro horas por dia;
( ) Sim ( ) Não
c) a unidade conta com um enfermeiro vinte e quatro horas por dia;
( ) Sim ( ) Não
d) a unidade conta com um técnico de enfermagem exclusivo para cada quatro leitos, vinte e quatro horas por dia;
( ) Sim ( ) Não
e) a unidade conta com suporte diário de fisioterapeuta;
( ) Sim ( ) Não
f)_ a unidade conta com suporte diário de fonoaudiólogo; e
( ) Sim ( ) Não
g) a unidade conta com suporte de neurologista, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, inclusive feriados.
( ) Sim ( ) Não
3.2 Recursos Materiais
a) camas Hospitalares com grades laterais, correspondente ao número de leitos habilitados;
( ) Sim ( ) Não
b) 1 estetoscópio/leito;
( ) Sim ( ) Não
c) pelo menos dois equipamentos para infusão contínua e controlada de fluidos ("bomba de infusão") para cada leito, com reserva operacional de um equipamento para cada três leitos;
( ) Sim ( ) Não
d) pontos de oxigênio e ar comprimido medicinal com válvulas reguladoras de pressão e pontos de vácuo para cada leito;
( ) Sim ( ) Não
e) materiais para aspiração;
( ) Sim ( ) Não
f) kit, por unidade, para atendimento às emergências contendo medicamentos e os seguintes materiais: equipamentos para ressuscitação respiratória manual do tipo balão autoinflável, com reservatório e máscara facial (ambu); cabos e lâminas de laringoscópio; tubos/cânulas endotraqueais; tubos/cânulas endotraqueais; fixadores de tubo endotraqueal; cânulas de Guedel e fio guia estéril;
( ) Sim ( ) Não
g) um equipamento desfibrilador/cardioversor por unidade;
( ) Sim ( ) Não
h) um eletrocardiógrafo portátil por unidade;
( ) Sim ( ) Não
i) um equipamento para aferição de glicemia capilar, específico para uso hospitalar por unidade;
( ) Sim ( ) Não
j) uma maca para transporte, com grades laterais, suporte para soluções parenterais e suporte para cilindro de oxigênio para cada 5 (cinco) leitos;
( ) Sim ( ) Não
k) cilindro transportável de oxigênio;
( ) Sim ( ) Não
l) uma máscara facial com diferentes concentrações de oxigênio para cada três leitos; e
( ) Sim ( ) Não
m) um monitor de beira de leito para monitorização contínua de frequência cardíaca, cardioscopia, oximetria de pulso e pressão não invasiva, frequência respiratória e temperatura, para cada leito.
( ) Sim ( ) Não
4. Possui Alvará de Funcionamento.
( ) Sim ( ) Não
Data de Emissão: _____ /_____ / _____
5. Adoção de protocolos clínicos, assistenciais e de procedimentos administrativos de acordo com a Linha de Cuidados em AVC.
( ) Sim ( ) Não
INTERESSE DO GESTOR ESTADUAL NO CREDENCIAMENTO:
_____
De acordo com vistoria realizada in loco, a Instituição cumpre com os requisitos da Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril, de 2012, para o(s) credenciamento(s) solicitado(s).
( ) Sim ( ) Não
DATA:____/_____/_____
CARIMBO E ASSINATURA DO GESTOR:
_____
Gestor Municipal
_____
Gestor Estadual

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA VISTORIA DO GESTOR
NORMAS DE CLASSIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CENTRO DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA TIPO III AOS PACIENTES COM AVC
(deve ser preenchido e assinado pelo Gestor)
(esse formulário não deve ser modificado e/ou substituído)
NOME DA INSTITUIÇÃO: _____
CNES: _____
TIPO DE PRESTADOR (NATUREZA):
( ) Federal
( ) Estadual
( ) Municipal
( ) Filantrópico
( ) Privado
ENDEREÇO: _____
MUNICÍPIO:_____ESTADO: _____CEP: _____
TELEFONE: _____ FAX: _____
E-MAIL: _____
DIRETOR TÉCNICO: _____
Tipos de Assistência:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

( ) Ambulatorial
( ) Internação
( ) Urgência/Emergência de porta aberta
1. Registro das Informações do Paciente:
a) possui um prontuário único para cada paciente que inclua todos os tipos de atendimento a ele referente (ambulatorial, internação, pronto-atendimento, emergência), contendo as informações completas do quadro clínico e sua evolução, todas devidamente escritas, de forma clara e precisa, datadas e assinadas pelo profissional responsável pelo atendimento.
( ) Sim ( ) Não
2. O Centro de Atendimento de Urgência Tipo III aos Pacientes com AVC dispõe dos seguintes critérios:
a) realiza atendimento de urgência vinte e quatro horas por dia, todos os dias da semana, inclusive finais de semana;
( ) Sim ( ) Não
b) realiza exame de tomografia computadorizada de crânio nas vinte e quatro horas do dia;
( ) Sim ( ) Não
c) disponibiliza protocolos clínicos e assistenciais escritos;
( ) Sim ( ) Não
d) possui UTI;
( ) Sim ( ) Não
e) realiza serviço de laboratório clínico em tempo integral;
( ) Sim ( ) Não
f) dispõe de equipe neurocirúrgica própria vinte e quatro horas (presencial ou disponível em até duas horas) ou referenciada (disponível em até duas horas); e
( ) Sim ( ) Não
g) disponibilidade de trombolítico conforme PCDT específico;
( ) Sim ( ) Não
h) realiza tratamento hemoterápico para possíveis complicações hemorrágicas;
( ) Sim ( ) Não
i) unidade de Cuidado Integral ao AVC;
( ) Sim ( ) Não
j) ambulatório especializado próprio ou referenciado;
( ) Sim ( ) Não
k) garantir que o tratamento de fase aguda seja coordenado por neurologista;
( ) Sim ( ) Não
l) dispõe de equipe neurocirúrgica própria vinte e quatro horas (presencial ou disponível em até duas horas) ou referenciada (disponível em até duas horas); e
( ) Sim ( ) Não
m) oferta os seguintes procedimentos:
I - Eletrocardiograma (ECG);
( ) Sim ( ) Não
II - Serviço de laboratório clínico em tempo integral; e
( ) Sim ( ) Não
III - Serviço de radiologia.
( ) Sim ( ) Não
n) Garantia do acesso, por intermédio de termo de compromisso, nos termos do anexo IV a esta Portaria, aos seguintes procedimentos:
I - Ultrassonografia doppler colorido de vasos (exame de doppler de artérias cervicais);
( ) Sim ( ) Não
II - Ecocardiografia (ecocardiograma) transtorácico e transesofágico;
( ) Sim ( ) Não
III - Angiografia;
( ) Sim ( ) Não
IV - Ressonância magnética;
( ) Sim ( ) Não
V - Angioressonância;
( ) Sim ( ) Não
VI - Ecodoppler transcraniano; e
( ) Sim ( ) Não
VII - Neuroradiologia intervencionista.
( ) Sim ( ) Não
3. A Unidade de Cuidado Integral ao AVC, dos Centros de Atendimento de Urgência Tipo III aos Pacientes com AVC, dispõe dos seguintes critérios:
a) Mínimo de 10 (dez) leitos.
( ) Sim ( ) Não
Número de leitos:_____
3.1 Recursos humanos:
a) 1 (um) responsável técnico neurologista com título de especialista em neurologia reconhecido pelo CFM ou CRM ou residência médica em Neurologia reconhecida pelo MEC;
Médico: _____
Especialidade: _____CFM/CRM: _____
b) um médico, vinte e quatro horas por dia;
c) suporte de neurologista, vinte e quatro horas por dia, sete dias por semana, inclusive feriados;
d) um enfermeiro exclusivo na unidade;
e) um técnico de enfermagem para cada quatro leitos;
f) um fisioterapeuta para cada dez leitos, seis horas por dia;
g) um fonoaudiólogo para cada dez leitos, seis horas por dia;
h) um terapeuta ocupacional para cada dez leitos, seis horas por dia;
i) um assistente social, seis horas por dia, de segunda a sexta-feira;
j) suporte de psicólogo, nutricionista e farmacêutico na instituição;
3.2 Recursos Materiais:
a) camas hospitalares com grades laterais, correspondente ao número de leitos habilitados;
( ) Sim ( ) Não
b) um estetoscópio por leito;
( ) Sim ( ) Não
c) dois equipamentos para infusão contínua e controlada de fluidos ("bomba de infusão") para cada leito, com reserva operacional de um equipamento para cada três leitos;
( ) Sim ( ) Não
d) cinquenta por cento dos leitos com capacidade para monitoração contínua de frequência respiratória, oximetria de pulso, frequência cardíaca, eletrocardiografia, temperatura, pressão arterial não-invasiva;
( ) Sim ( ) Não
e) pontos de oxigênio e ar comprimido medicinal com válvulas reguladoras de pressão e pontos de vácuo para cada leito;
( ) Sim ( ) Não
f) uma máscara facial que permite diferentes concentrações de oxigênio para cada cinco leitos;
( ) Sim ( ) Não
g) materiais para aspiração;
( ) Sim ( ) Não
h) um eletrocardiógrafo portátil por unidade;
( ) Sim ( ) Não
i) kit, por unidade, para atendimento às emergências contendo medicamentos e os seguintes materiais:
i. equipamentos para ressuscitação respiratória manual do tipo balão autoinflável, com reservatório e máscara facial (ambu);
( ) Sim ( ) Não
ii. cabos e lâminas de laringoscópio;
( ) Sim ( ) Não
iii. tubos/cânulas endotraqueais;
( ) Sim ( ) Não
iv. fixadores de tubo endotraqueal;
( ) Sim ( ) Não
v. cânulas de Guedel; e
( ) Sim ( ) Não

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

vi. fio guia estéril;
( ) Sim ( ) Não
j) um equipamento desfibrilador/cardioversor por unidade;
( ) Sim ( ) Não
l) um equipamento para aferição de glicemia capilar, específico por unidade;
( ) Sim ( ) Não
m) uma maca para transporte, com grades laterais, suporte para soluções parenterais e suporte para cilindro de oxigênio para cada dez leitos; e
( ) Sim ( ) Não
n) cilindro transportável de oxigênio.
( ) Sim ( ) Não
3.3 A Unidade de Cuidado Integral ao AVC monitora e registra os indicadores de segurança e qualidade (assistenciais e de processo):
I - profilaxia para trombose venosa profunda iniciada até o segundo dia;
( ) Sim ( ) Não
II - alta hospitalar em uso de antiagregante plaquetário em pacientes com AVC não cardioembólico, salvo situações específicas que dependam da análise do quadro clínico do paciente;
( ) Sim ( ) Não
III - alta hospitalar em uso de anticoagulação oral para pacientes com Fibrilação Atrial (FA) ou "Flutter", salvo contraindicações;
( ) Sim ( ) Não
IV - uso de antiagregantes plaquetários, quando indicado, iniciado até o segundo dia de internação;
( ) Sim ( ) Não
V - alta hospitalar em uso de estatina para pacientes com AVC aterotrombótico, salvo contraindicações;
( ) Sim ( ) Não
VI - alta hospitalar com plano de terapia profilática e de reabilitação;
( ) Sim ( ) Não
VII - porcentagem de pacientes com doença cerebrovascular aguda atendidos na Unidade de AVC;
( ) Sim ( ) Não
VIII - o tempo de permanência hospitalar do paciente acometido por AVC visando redução do mesmo;
( ) Sim ( ) Não
IX - as seguintes complicações: trombose venosa profunda, úlcera de pressão, pneumonia, infecção do trato urinário;
( ) Sim ( ) Não
X - CID-10 específico do tipo de AVC à alta hospitalar;
( ) Sim ( ) Não
XI - mortalidade hospitalar por AVC, visando redução da mesma;
( ) Sim ( ) Não
XII - tempo porta-tomografia < 25 minutos; e
( ) Sim ( ) Não
XIII - tempo porta-agulha < 60 minutos.
( ) Sim ( ) Não
4. Possui Alvará de Funcionamento.
( ) Sim ( ) Não
Data de Emissão: ____/_____ / _____
5. Adoção de protocolos clínicos, assistenciais e de procedimentos administrativos de acordo com a Linha de Cuidados em AVC.
( ) Sim ( ) Não
INTERESSE DO GESTOR ESTADUAL NO CREDENCIAMENTO:
_____
De acordo com vistoria realizada in loco, a Instituição cumpre com os requisitos da Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril, de 2012, para o(s) credenciamento(s) solicitado(s).
( ) Sim ( ) Não
DATA:____/_____/_____
CARIMBO E ASSINATURA DO GESTOR:
_____
Gestor Municipal
_____
Gestor Estadual
ANEXO IV
MODELO
TERMO DE COMPROMISSO

Conforme disposto no art. 6º, inciso III, da Portaria nº 665/GM/MS, de 12 de abril de 2012 e da Portaria nº XX/GM/MS de XX de XXXX de 2014, a Secretaria de Saúde do Município de XXXXXXXXXX e/ou a Secretaria de Saúde do Estado de XXXXXXXXX e do Distrito Federal assume a responsabilidade de garantir, seja por meio de serviços próprios ou contratados, o acesso aos seguintes procedimentos:

a) ultrassonografia doppler colorido de vasos (exame de doppler de artérias cervicais);
b) ressonância magnética;
c) angioressonância;
d) ecodoppler transcraniano;
e) neuroradiologia intervencionista;
f) ecocardiografia (ecocardiograma) transtorácico e transesofágico; e
g) angiografia;

Por ser verdade, firmo o presente.
CIDADE - UF, XX de (mês) de (ano).
Nome Completo_____
(Assinatura do Gestor Municipal e/ou Estadual e do Distrito Federal c/ carimbo)

ANEXO VI

PROCEDIMENTO	03.03.04.030-0 - Tratamento de acidente vascular cerebral isquêmico agudo com uso de trombolítico
Descrição	Consiste no tratamento clínico do acidente vascular cerebral isquêmico agudo, inclusive com trombolítico, conforme Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas do Ministério da Saúde. O tratamento do paciente deve incluir outros procedimentos que visem prevenir ou minimizar possíveis sequelas.
Origem	03.03.04.014-9
Complexidade	MC - Média Complexidade
Modalidade	02 - Hospitalar
Instrumento de Registro	03 - AIH (Proc. Principal)
Tipo de Financiamento	06 - Média e Alta Complexidade (MAC)
Valor Ambulatorial SA	0,00
Valor Ambulatorial Total	0,00
Valor Hospitalar SP	64,38
Valor Hospitalar SH	1.571,17
Total Hospitalar	1.635,55
Sexo	Ambos
Idade Mínima	18 anos
Idade Máxima	130 anos
Quantidade Máxima	01
Média de Permanência	07
Atributos Complementares	Admite permanência maior
Especialidade do Leito	03 - Clínico
CBO	225125, 225150, 225260, 225112, 225120, 2231F9.
CID	I63.0, I63.1, I63.2, I63.3, I63.4, I63.5, I63.6, I63.8, I63.9, I65.0, I65.1, I65.2, I65.3, I65.8, I65.9, I66.0, I66.1, I66.2, I66.3, I66.4, I66.8 e I66.9
Serviço/Classificação	005 - Atendimento ao paciente com Acidente Vascular Cerebral (AVC) (Serviço de Urgência e Emergência); 006 - Pronto Atendimento Clínico (Serviço de Urgência e Emergência); 019 - Pronto Socorro Geral/Clínico (Serviço de Urgência e Emergência).
Habilitação	16.15. Centro de Atendimento de Urgência Tipo I aos Pacientes com AVC; 16.16. Centro de Atendimento de Urgência Tipo II aos Pacientes com AVC; 16.17. Centro de Atendimento de Urgência Tipo III aos Pacientes com AVC.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 802, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Habilita o Município de Caruaru (PE) a receber incentivo financeiro de custeio destinado às Centrais de Regulação organizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, INTERINA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.559/GM/MS, de 1º de agosto de 2008, que institui a Política Nacional de Regulação do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 1.792/GM/MS, de 22 de agosto de 2012, que institui incentivo financeiro de custeio destinado às Centrais de Regulação organizadas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS); e

Considerando a Portaria nº 2.655/GM/MS, de 21 de novembro de 2012, que altera a Portaria nº 1.792/GM/MS, de 22 de agosto de 2012, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Caruaru (PE) a receber recurso financeiro para custeio da Central de Regulação Ambulatorial organizada no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias à transferência, regular e automática, ao Fundo Municipal de Saude de Caruaru (PE) o valor mensal correspondente a 1/12 (um doze avos) do montante anual estabelecido no anexo a esta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários objeto desta Portaria correrão por conta do Programa de Trabalho 10.302.2015.8721 - Implementação da Regulação, Controle e Avaliação da Atenção à Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

ANEXO

UF	IBGE	Entidade	Estados/Municípios	Central de Regulação	Tipo de Central de Regulação	Porte	Valor (R$) Ano
PE	2604106	SMS	CARUARU	IV REGIONAL DE SAUÉ	AMBULATORIAL	III	334.800,00
Total							334.800,00

PORTARIA Nº 803, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Habilita os Municípios de Água Preta (PE), Gameleira (PE), Rio Formoso (PE) e São Benedito do Sul (PE) a receberem Unidades de Suporte Básico (USB), destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes a Central de Regulação das Urgências Regional de Recife (PE) e autoriza a transferência de custeio mensal aos Municípios.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, INTERINA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/GM/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.196990/2014-15, resolve:

Art. 1º Ficam habilitados os Municípios de Água Preta (PE), Gameleira (PE), Rio Formoso (PE) e São Benedito do Sul (PE) a receberem Unidades de Suporte Básico (USB), Bases descentralizadas, destinadas ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencentes a Central de Regulação das Urgências Regional de Recife (PE) e autoriza a transferência de custeio mensal aos Municípios, conforme detalhado a seguir:

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor atual mensal pago (habilitação)	Valor do Repasse Anual Fundo a Fundo
PE	Água Preta	7594364	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	Gameleira	7551738	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	Rio Formoso	7584970	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
	São Benedito do Sul	7581408	82.50	01 USB	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
TOTAL ANO						R$ 630.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor mencionado, para os Fundos Municipais de Saúde de Água Preta (PE), Gameleira (PE), Rio Formoso (PE) e São Benedito do Sul (PE).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

PORTARIA Nº 804, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Habilita o Município de Santa Cruz do Capibaribe (PE) a receber 1 (uma) unidade de Motolância, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente a Central de Regulação das Urgências Regional de Caruaru (PE) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, INTERINA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.971/GM/MS, de 8 de dezembro de 2008, que institui o veículo motocicleta (motolância) como integrante da frota de intervenção do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e define critérios técnicos para sua utilização;

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores da Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/SAS/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando a Proposta SAIPS nº 1826 e Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.196988/2014-38, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de Santa Cruz do Capibaribe (PE) a receber 1 (uma) unidade de Motolância, destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), pertencente à Central de Regulação das Urgências Regional de Caruaru (PE), e autoriza a transferência de incentivo de custeio mensal para o Município, conforme detalhado a seguir:

UF	Município para repasse	CNES	Incentivo	Descrição	Valor a ser Pago Mensal	Valor do Repasse Anual
PE	Santa Cruz do Capibaribe	7487371	82.48	1 Motolância SAMU 192	R$ 7.000,00	R$ 84.000,00
TOTAL / ANO						R$ 84.000,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, para o Fundo Municipal de Saúde de Santa Cruz do Capibaribe (PE).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

PORTARIA Nº 805, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Habilita o Município de São José da Coroa Grande (PE) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Recife (PE) e autoriza a transferência de custeio ao Município.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, INTERINA, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Portaria nº 2.556/GM/MS, de 23 de outubro de 2006, que habilita a Central de Regulação das Urgências SAMU 192, Regional Metropolitano do Recife (PE);

Considerando a Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção às Urgências;

Considerando a Portaria nº 1.473/GM/MS, de 18 de julho de 2013, que altera valores da Portaria nº 1.010/GM/MS, de 21 de maio de 2012, que redefine as diretrizes para a implantação do Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192) e sua Central de Regulação das Urgências, componente da Rede de Atenção as Urgências;

Considerando a Portaria nº 460/GM/MS, de 11 de junho de 2014, que inclui na tabela de incentivos do CNES os incentivos de custeio relacionados ao SAMU 192; e

Considerando o Parecer Técnico constante do Processo nº 25000.212685/2014-99, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município de São José da Coroa Grande (PE) a receber 1 (uma) Unidade de Suporte Básico (USB), destinada ao Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192), da Central de Regulação das Urgências, Regional de Recife (PE), autorizada a transferência de incentivo de custeio mensal para a base descentralizada do Município, conforme detalhado a seguir:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

UF	Município para repasse	CNES	Incenti-vo	Descrição	Valor a ser Pago Mensal	Valor do Repasse Anual
PE	São José da Coroa Grande	7539754	82.50	01 USB SAMU 192	R$ 13.125,00	R$ 157.500,00
TOTAL/ANO						R$ 157.500,00

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, para o Fundo Municipal de Saúde de São José da Coroa Grande (PE).

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar o Programa de Trabalho 10.302.2015.8761 - Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (SAMU 192).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

PORTARIA Nº 806, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Estabelece recursos do Bloco de Atenção de Média e Alta Complexidade a ser incorporado ao limite financeiro anual de Média e Alta Complexidade dos Municípios.

A MINISTRA DE ESTADO DA SAÚDE, INTERINA, no uso das atribuições, que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando o Decreto nº 1.232, de 20 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os fundos de saúde estaduais, municipais e do Distrito Federal, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle;

Considerando a Portaria nº 837/GM/MS, de 23 de abril de 2009, que altera e acrescenta dispositivos à Portaria nº 204/GM/MS, de 29 de janeiro de 2007, para inserir o Bloco de Investimentos na Rede de Serviços de Saúde na composição dos blocos de financiamento relativos à transferência de recursos federais para as ações e os serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e nº 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Portaria nº 835/SAS/MS, de 25 de abril de 2012, que institui incentivos financeiros de investimentos e de custeio para o Componente da Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência;

Considerando a Portaria nº 2.617/GM/MS, de 1º de novembro de 2013, que estabelece prazo para o pagamento dos incentivos financeiros aos estabelecimentos de saúde que prestam serviços de forma complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 281/GM/MS, de 27 de fevereiro de 2014, que institui o Sistema de Apoio à Implementação de Políticas em Saúde (SAIPS) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

Considerando a Portaria nº 790/SAS/MS, de 1º de setembro de 2014, que inclui regra contratual na tabela de Regras Contratuais do CNES;

Considerando a Portaria nº 494/SAS/MS, de 12 de junho de 2015, que habilita Centro Especializado em Reabilitação para realizar serviços de reabilitação previstos na Portaria nº 793/GM/MS, de 24 de abril de 2012; e

Considerando a habilitação dos Centros Especializados em Reabilitação para recebimento do incentivo financeiro de custeio para o Componente da Atenção Especializada da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência, constante do anexo a esta Portaria, resolve:

Art. 1º Ficam estabelecidos recursos, no montante anual de R$ 2.460.000,00 (dois milhões, quatrocentos e sessenta mil reais), a serem incorporados ao Teto Financeiro de Média e Alta Complexidade do Município, conforme o anexo a esta Portaria.

Art. 2º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência, regular e automática, do montante estabelecido no art. 1º desta Portaria, em parcelas mensais, aos Fundos de Saúde dos Municípios, conforme anexo a esta Portaria.

Art. 3º Os recursos orçamentários, objeto desta Portaria, correrão por conta do orçamento do Ministério da Saúde, devendo onerar Programa de Trabalho 10.302.2015.8585 - Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade - Viver sem Limites (Plano Orçamentário 0006).

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANA PAULA MENEZES

ANEXO

UF	Município	Código IBGE	CNPJ vinculado Do Fundo de Saúde	Tipo de Gestão	Nome do Estabelecimento	CNES	Tipo	Modalidades	Código de Habilitação	Número da proposta	Valor anual
PE	Recife	261160	11.430.018/0001-40	Estadual	Fundação Altino Ventura	0000485	CER IV	Física, Auditiva, Visual e Intelectual	22.08; 22.09; 22.10 e 22.11	5989/2015	R$ 2.460.000,00

AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR
DIRETORIA COLEGIADA

DECISÕES DE 18 DE JUNHO DE 2015

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 404ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 26 de agosto de 2014, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
25789.066498/2011-45	FUNDAÇÃO WALDEMAR BARNSLEY PESSOA	DIDES	Negativa de Cobertura - Art. 12, inciso I, alínea "a", da Lei 9656/98.	70.400,00 (setenta mil e quatrocentos reais)

JOSÉ CARLOS DE SOUZA ABRAHÃO
Diretor - Presidente

A Diretoria Colegiada da AGÊNCIA NACIONAL DE SAÚDE SUPLEMENTAR - ANS, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto no inciso VI do artigo 10 da Lei nº 9.961, de 28 de janeiro de 2000 em deliberação através da 410ª Reunião de Diretoria Colegiada - DC Ordinária, realizada em 25 de novembro de 2014, aprovou o voto relator nos seguintes processos administrativos:

Processo ANS n.º	Nome da Operadora	Relator	Tipo de Infração	Valor da Multa (R$)
33902.127625/2010-93	UNIMED RIO - COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO DO RIO DE JANEIRO	DIDES	Clausulas de garantias legais- Art. 1º, §1º, inciso I, alínea "d" da Lei 9656/98.	30.000,00 (trinta mil reais)
25789.052203/2009-39	SERMA SERVIÇOS MÉDICOS ASSISTENCIAIS S.A. - EM LIQUIDAÇÃO EXTRAJUDICIAL	DIDES	Obrigações de natureza contratual - Art. 15 e 25 da Lei 9656/98.	63.000,00 (sessenta e três mil reais)
25789.008418/2012-18	SÃO FRANCISCO SISTEMAS DE SAÚDE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LTDA.	DIDES	Renovação de contratos - Art. 14 da Lei nº 9.656/98 c/c art. 4º, inciso XXXII da Lei nº9961/00 c/c art.3º, §2º da RN 186/11, alterado pela RN nº 252/11 c/c art.2º da IN nº 19/09 alterado pela RN nº 30/11.	50.000,00(cinquenta mil reais)
25789.011422/2012-63	QUALICORP ADMINISTRADORA DE BENEFICIOS S.A.	DIDES	Obrigações de natureza Contratual- art. 25 da Lei 9656/98	60.000,00(sessenta mil reais)
25789.069589/2010-51	AMIL ASSISTÊNCIA MÉDICA INTERNACIONAL S.A.	DIDES	Reajuste -Art. 25 da Lei nº. 9.656/98 c/c art. 4º, II, XIII e XVII da Lei nº. 9.961/00 c/c art. 20 da RN 195/09	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
25789.077342/2010-17	AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL S.A.	DIDES	Reajuste - Art. 25 da Lei nº 9.656/98 art. 4º, II, XIII e XVII da Lei nº. 9.961/00 c/c art. 20 da RN 195/09	45.000,00 (quarenta e cinco mil reais)
33902.215409/2009-61	UNIMED PIRASSUNUNGA - COOPERATIVA DE TRABALHO MEDICO.	DIDES	Envio de Informações das Operadoras e dos Prestadores de Serviços - art.20, caput da Lei nº 9.656/98 c/c arts. 6º, 7º e 9º RN 8/02 c/c arts. 6º, 7º e 9º RN36/03 c/c arts. 7º, 8º e 11 da RN 74/04 c/c arts. 7º, 8º e 11 RN 99/05 c/c arts. 7º, 8º e 10 RN 129/06 c/c arts. 8º, 9º,10 e 11 RN128/06c/c arts. 13 a 15 da RN156/2007 c/c arts 13 a 15 da RN 171/2008.	30.000,00 (trinta mil reais)
33902.263839/2005-65	UNIODONTO GOVERNADOR VALADARES COOPERATIVA DE TRABALHO ODONTOLÓGICA LTDA	DIDES	Omissão do envio tempestivo do SIB- art. 20 da Lei nº 9.656/98 c/c RDC 3/00 c/c RN17/02 c/c RN53/03 c/c RN 88/05 c/c RN 187/09 c/c RN 223/10 c/c RN250/11	200.000,00 (duzentos mil reais)
25785.011378/2011-41	GOLDEN CROSS ASSISTENCIA INTERNACIONAL DE SAUDE LTDA	DIDES	Negativa de Cobertura - art.11, parágrafo único c/c art. 12, inciso II da Lei nº 9.656/98 c/c art. 16, §3º, da RN162/2007	88.000,00 (oitenta e oito mil reais)
25789.100491/2012-41	UNIVERSAL SAUDE ASSISTENCIA MEDICA S.A.	DIDES	Negativa de Cobertura -art. 12, inciso I, alínea ¿b¿ da Lei nº 9.656/98	48.000,00 (quarenta e oito mil reais)
33902.105234/2010-18	ITAIPU BINACIONAL	DIDES	Contratualização -art.4º, inciso II da Lei nº 9.961/00 c/c art. 2º e incisos da RN54/2003	14.000,00 (quatorze mil reais)
25789.077329/2010-50	AMIL ASSISTENCIA MEDICA INTERNACIONAL S.A.	DIDES	Reajuste - ao artigo 20 da Lei nº. 9.656/98 c/c art. 13, inciso I da RN nº. 171/08 e art. 25 da Lei nº. 9.656/98 c/c art. 4º, II, XIII e XVII da Lei nº. 9.961/00 c/c art. 20 da RN 195/09	40.500,00 (quarenta mil e quinhentos reais) e de advertência

Os autos do processo em epígrafe encontram-se à disposição dos interessados na sede da ANS.

MARTHA REGINA DE OLIVEIRA
Diretora - Presidente
Substituta

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

DESPACHO DO DIRETOR-PRESIDENTE
Em 18 de junho de 2015

Nº 53 - O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 29 de julho de 2013, da Presidente da República, publicado no DOU de 30 de julho de 2013, e a Portaria MS/GM n° 487, de 24 de abril de 2015, considerando o disposto no § 2º do art. 15 e no inciso IX do art. 16 da Lei nº. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso IV do art. 6º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, e ao disposto no § 5º do artigo 10 da Resolução RDC nº 25, de 4 de abril de 2008, NÃO RECEBE NO EFEITO SUSPENSIVO o recurso a seguir especificado, mantendo os termos da decisão recorrida até a deliberação colegiada recursal:
Empresa: Eurofarma Laboratórios Ltda
CNPJ: 61.190.096/0001-92
Processo nº: 25351.430252/2014-21
Expediente do recurso nº: 355266/15-7

IVO BUCARESKY
Substituto

DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.718, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Portaria nº 504, de 27 de abril de 2015, publicada no DOU de 28 de abril de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos IV e IX do art. 165, aliado ao inciso I e § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014,

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o comunicado de recolhimento voluntário encaminhado pelo Laboratório Prati-Donaduzzi, em razão de presença de corpo estranho observado em comprimido para o lote 15A70W do medicamento CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO 500MG;

considerando a interdição do medicamento publicada através do Comunicado COVISA nº 031/2015, Diário Oficial da Cidade de São Paulo de 07/05/2015, página 58, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, a suspensão, em todo o território nacional, da distribuição, comercialização e uso do lote 15A70W (Val.: 01/2017) do medicamento CLORIDRATO DE CIPROFLOXACINO, COMP 500MG, fabricado por Prati-Donaduzzi (CNPJ: 73.856.593/0001-66).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º, na forma da Resolução-RDC nº 55/2005.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

RESOLUÇÃO-RE Nº 1.719, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O Diretor da Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto de nomeação de 09 de maio de 2014, da Presidenta da República, publicado no DOU de 12 de maio de 2014, e a Portaria nº 504, de 27 de abril de 2015, publicada no DOU de 28 de abril de 2015, tendo em vista o disposto nos incisos IV e IX do art. 165, aliado ao inciso I e § 1º do art. 6º do Regimento Interno da ANVISA, aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014,

considerando o art. 7º da Lei nº 6.360, de 23 de setembro de 1976;

considerando o Laudo de Análise Fiscal de contraprova/testemunho n.º 3-32/2014-R, emitido pela Diretoria do Laboratório Central de Saúde Pública do Distrito Federal, que confirmou os resultados insatisfatórios obtidos na análise inicial para os ensaios de pH e rotulagem primária para o lote 88 do saneante ÁLCOOL GEL, ZULU, 500g, resolve:

Art. 1º Determinar, como medida de interesse sanitário, em todo o território nacional, a suspensão da distribuição, comercialização e uso do lote 88 (Fab.: 09/2014; Val.: 24 meses) do saneante ÁLCOOL GEL, ZULU, 500g, fabricado por Companhia Nacional do Álcool (CNPJ: 60881299/0004-05).

Art. 2º Determinar que a empresa promova o recolhimento do estoque existente no mercado, relativo ao produto descrito no art. 1º.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ CARLOS MAGALHÃES DA SILVA MOUTINHO

ARESTO Nº 159, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Em conformidade com a deliberação aprovada pela Diretoria Colegiada desta Agência através do Circuito Deliberativo CD_DN 082/2015 de 20 de maio de 2015, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no §1º do art. 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicada no D. O. U. de 02 de junho de 2014, e em conformidade com a Resolução RDC nº 25 de 04 de abril de 2008, decidir em cumprimento ao Mandado de Segurança nº 86510-45.2014.4.01-3400, o recurso a seguir especificado, conforme relação anexa, em conformidade com a deliberação aprovada pela Diretoria Colegiada desta Agência.

IVO BUCARESKY
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Empresa: DMM ODONTOLOGIA LTDA.-ME
CNPJ: 17.893.537/0001-20
Processo: 25351.749754/2013-04
Expediente do Processo: 1079048/13-9
Expediente do Recurso: 0124665/14-8
Parecer: 173/2015-COARE/SUINP
Decisão: POR UNANIMIDADE, CONHECER E DAR PROVIMENTO AO RECURSO, ACOMPANHANDO A POSIÇÃO DA RELATORIA QUE ACATA O PARECER DA ÁREA TÉCNICA.

ARESTO Nº 160, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os autos relacionados abaixo, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 20 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho 2014, vem tornar públicas as decisões administrativas recursais decidindo:

AUTUADO: G.LIMA & CIA

25351.295672/2008-08 - AIS:375295/08-0 - GPROP/ANVISA

Revisar a penalidade de multa aplicada, ajustando aos fatos apresentados, caracterizando como infração leve, minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para R$ 4.000,00 (quatro mil reais). Reunião de 26 de fevereiro de 2015.

AUTUADO: IPE - INFORPRINT PRICE EDITORA LTDA. - EPP

25351.517078/2008-75 - AIS:675218/08-7 - GGPRO/ANVISA

Prover parcialmente o recurso interposto minorando a penalidade de multa anteriormente aplicada para o valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Reunião de 26 de fevereiro de 2015.

IVO BUCARESKY
Diretor-Presidente
Substituto

ARESTO Nº 161, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n.º 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n.º 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no inciso VII e no § 1º do art. 5º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria nº 650, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho de 2014, e em conformidade com a Resolução RDC n.º 25, de 4 de abril de 2008, decidir os recursos, a seguir especificados, conforme relação anexa, em conformidade com as deliberações aprovadas pela Diretoria Colegiada desta Agência em Reunião Ordinária Pública - ROP 011/2015 realizada em 02 de junho de 2015.

IVO BUCARESKY
Diretor-Presidente
Substituto

ANEXO

Empresa: Kages Comércio Importadora e Rep. de Material Médico Ltda.
CNPJ: 02.471.805/0001-49
Processo nº.: 25351.337912/2010-81
Expediente da Reconsideração de Indeferimento n.º: 0192105/13-3
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao provimento do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 019/2014 - Corca/Suali.
Empresa: Carduz Comércio Exterior Ltda.
CNPJ: 65.892.952/0001-02
Processo nº.: 25351.117372/2013-84
Expediente da Reconsideração de Indeferimento n.º: 1064202/13-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao provimento do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 023/2014 - Corca/Suali.
Empresa: Kages Comércio Importadora e Rep. de Material Médico Ltda.
CNPJ: 02.471.805/0001-49
Processo nº.: 25351.336640/2010-58
Expediente da Reconsideração de Indeferimento n.º: 0192155/13-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao provimento do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 020/2014 - Corca/Suali.
Empresa: Simone Cristina Jorge Santana - ME.
CNPJ: 01.033.058/0001-02
Processo nº.: 25351.460301/2013-20
Expediente da Reconsideração de Indeferimento n.º: 0916559/13-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao provimento do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 085/2015 - Corca/Suali.
Empresa: Arktus Indústria e Comércio de Produtos para a Saúde Ltda.
CNPJ: 01.417.367/0001-78
Processo nº.: 25351.739934/2013-93
Expediente da Reconsideração de Indeferimento n.º: 0691792/14-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao provimento do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 051/2015 - Corca/Suali.
Empresa: PS Indústria e Comércio de Produtos de Limpeza Ltda - EPP.
CNPJ: 02.568.315/0001-65
Processo nº.: 25351.058233/2008-16
Expediente da Reconsideração de Indeferimento n.º: 0888116/13-2
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao provimento do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 082/2015 - Corca/Suali.
Empresa: Myralis Indústria Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 17.440.261/0001-25
Processo nº.: 25351.755515/2013-21
Expediente da Reconsideração de Indeferimento n.º: 0741093/14-0
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao provimento do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 031/2015 - Corca/Suali.
Empresa: Sorocaps Indústria Farmacêutica Ltda.
CNPJ: 09.542.984/0001-07
Processo nº.: 25351.671808/2013-19
Expediente da Reconsideração de Indeferimento n.º: 0694424/14-8
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao provimento do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 025/2015 - Corca/Suali.
Empresa: Supervale Verde Indústria de Produtos Quimicos Ltda - EPP.
CNPJ: 85.511.954/0001-11
Processo nº.: 25351.465154/2013-83
Expediente da Reconsideração de Indeferimento n.º: 0956931/13-6
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao provimento do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 080/2015 - Corca/Suali.
Empresa: Paulo Saburro Sasada Capão Bonito - ME
CNPJ: 05.594.926/0001-76
Processo nº.: 25351.191974/2006-38
Expediente da Reconsideração de Indeferimento n.º: 0911673/13-7
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao provimento do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 083/2015 - Corca/Suali.
Empresa: Mello Comércio e Indústria de Produtos Ópticos Ltda.
CNPJ: 02.454.531/0001-80
Processo nº.: 25351.489743/2014-37
Expediente da Reconsideração de Indeferimento n.º: 1137257/14-5
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao provimento do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 059/2015 - Corca/Suali.
Empresa: Biocorp Comércio Produtos Médicos & Hospitalares Ltda.
CNPJ: 07.818.865/0001-09
Processo nº.: 25351.335916/2010-93
Expediente da Reconsideração de Indeferimento n.º: 0813904/13-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao provimento do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 045/2015 - Corca/Suali.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Empresa: Impol Instrumental e Implantes Ltda.
CNPJ: 49.337.413/0001-55
Processo nº.: 25351.362656/2011-73
Expediente da Reconsideração de Indeferimento n.º: 0742719/13-1
Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao provimento do recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o Parecer 040/2015 - Corca/Suali.

ARESTO Nº 162, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Vistos, relatados e discutidos os autos relacionados abaixo, ACORDAM os membros da Diretoria Colegiada da ANVISA, com fundamento no inciso VI, do art. 15 da Lei n. 9.782, de 26 de janeiro de 1999, e no art. 64 da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 20 do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Portaria n. 650 da ANVISA, de 29 de maio de 2014, publicada no DOU de 02 de junho 2014, vem tornar públicas as decisões administrativas recursais decidindo:
AUTUADO: INDÚSTRIA FARMACÊUTICA MILIAN LTDA (MULTILAB LTDA)
25351.200958/2004-81 - AIS:303754/04-1 - GGPRO/ANVISA
Negar provimento ao recurso interposto mantendo a penalidade de Multa no valor de R$ 18.000,00 (Dezoito mil reais). Reunião de 18 de agosto de 2014.

IVO BUCARESKY
Diretor-Presidente
Substituto

SECRETARIA DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS

CONSULTA PÚBLICA Nº 17/SCTIE-MS, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS DO MINISTÉRIO DA SAÚDE torna pública, nos termos do art. 19 do Decreto 7.646, de 21 de dezembro de 2011, consulta para manifestação da sociedade civil a respeito da recomendação da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no Sistema Único de Saúde relativa à proposta de atualização do PCDT da hepatite viral C crônica apresentado pela Secretaria de Vigilância em Saúde - SVS/MS. Fica estabelecido o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação desta Consulta Pública, para que sejam apresentadas contribuições, devidamente fundamentadas. A documentação objeto desta Consulta Pública e o endereço para envio de contribuições estão à disposição dos interessados no endereço eletrônico: http://conitec.gov.br/index.php/consultas-publicas
A Secretaria-Executiva da CONITEC avaliará as contribuições apresentadas a respeito da matéria.

JARBAS BARBOSA DA SILVA JÚNIOR

Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

PORTARIA Nº 60, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a revogação da Portaria nº 124 de 19 de fevereiro de 2010.

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, inciso I da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;
Considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e a Portaria 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN;
Considerando o processo 80000.025117/2010-15 e o documento 80000.010860/2015-85, resolve:
Art. 1º Revogar a Portaria 124 de 19 de fevereiro de 2010 do DENATRAN que permite que as inspeções dos veículos acessíveis com características urbanas dos tipos 1, 2, 3 e 4, e dos veículos acessíveis com características rodoviárias, não adaptados com plataforma elevatória veicular, possam ser realizadas pelas ITL e ETP fora das instalações previamente licenciadas.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

PORTARIA Nº 61, DE 17 DE JUNHO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo artigo 16, VI, do anexo IX da Portaria nº 227, de 4 de julho de 2003, do Ministério das Cidades, com a redação dada pela Portaria nº 400, de 2 de setembro de 2005 e considerando o disposto na Resolução nº 232, 30 de março de 2007, do do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, que estabelece normas e procedimentos para licenciamento de Instituições Técnicas Licenciadas - ITL e Entidades Técnicas Públicas ou Paraestatal - ETP para emissão do Certificado de Segurança Veicular - CSV, resolve:
Art. 1º Aplicar, nos termos do art. 21, I e II e da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, sanção administrativa de advertência e suspensão de 30 (trinta) dias, a Filial da pessoa jurídica TECSUL INSPEÇÃO VEICULAR LTDA, CNPJ 04.584.923/0002-70, situada no Município de Esteio -RS, na Avenida Presidente Vargas, 3.300, Centro, CEP 93.260-006, em razão das irregularidades previstas nos itens 01, 05 e 19 do Anexo da Resolução CONTRAN 232/07, constatadas em fiscalização realizada no dia 03/10/2014, constantes do processo nº 80000.036611/2014-39.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

PORTARIA Nº 62, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 19, incisos I e V, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, bem como o disposto na Resolução nº 168/2004, e alterações 409, 410, 411, 413, 414 e 415/2012, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN.
Considerando o disposto no processo administrativo nº 80000.044032/2015-60, resolve:
Art. 1º Homologar o Curso Especializado de Atualização para Condutores de Transporte Coletivo de Passageiros, na modalidade à distância, apresentado pela empresa ESTRADA FÁCIL Escola e Editora Eletrônica LTDA., inscrita no CNPJ nº 20.692.051/0001-39, com sede à Rua Cardoso de Almeida, nº 60, Conjunto 51, Bairro Perdizes, CEP: 05013-000 - São Paulo - SP.
Art. 2º Os órgãos executivos de trânsito dos estados e do Distrito Federal registrarão no Registro Nacional de Condutores Habilitados - RENACH a aprovação do condutor no curso previsto no art. 1º, informação que terá validade nacional.
Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

PORTARIA Nº 63, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 19, da Lei 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro - CTB;
Considerando o que dispõe o artigo 3º, inciso VII, alínea "d", da Portaria 1279, de 23.12.2010, DENATRAN;
Considerando o que consta do processo 80000.007598/2015-83, resolve:
Art. 1º Credenciar, por 02 (dois) anos, a partir da publicação desta Portaria, nos termos do Artigo 3º, inciso VII, alínea "e", da Portaria 1279, de 23 de dezembro de 2010, do DENATRAN, a pessoa jurídica C-PARK TECNOLOGIA EM SISTEMAS DE INFORMAÇÃO LTDA, Sediada na Rodovia PRT 280, KM 122, nº 704, Centro, Mariópolis - PR, CEP 85525-000, Inscrita no CNPJ nº 20.085.538/0001-53 para atuar como empresa produtora/fornecedora de sistema informatizado de Talonário Eletrônico.
Art. 2º Homologar a certificação do sistema informatizado (software) CPark.Ait do sistema talonário eletrônico submetido à auditoria do Instituto OMNIS, credenciado pelo DENATRAN.
Art. 3º A alteração nos códigos da aplicação do sistema, qualquer que seja a extensão da modificação, cancelará automaticamente a certificação e, consequentemente, a sua homologação, sendo exigida nova homologação.
Art. 4º A credenciada ao fornecer/comercializar o sistema informatizado do talão eletrônico deverá oficiar ao DENATRAN informando o nome, CNPJ e endereço do órgão que utilizará o sistema.
Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI

CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO

RESOLUÇÃO Nº 531, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Altera o art. 1º e o item 7 do Anexo da Resolução CONTRAN nº 468, de 11 de dezembro de 2013.

O CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO (CONTRAN), no uso da competência que lhe confere o artigo 12, da lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Transito Brasileiro (CTB) e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que dispõe sobre a coordenação do Sistema Nacional de Transito (SNT):
Considerando os processos nº 80000.027832/2014-16 e nº 80000.006664/2014-25, resolve:
Art. 1º Esta Resolução altera o art. 1º e o item 7 do Anexo da Resolução CONTRAN nº 468, de 11 de dezembro de 2013.
Art. 2º O art. 1º da Resolução CONTRAN nº 468, de 11 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 1º Os veículos automotores, nacionais ou importados, fabricados após a entrada em vigor desta Resolução e os acionadores energizados para janelas energizadas, teto solar e painel divisor de veículos instalados após esta data deverão satisfazer os requisitos constantes do anexo que integra a presente Resolução."
Art. 3º O item 7 do Anexo da Resolução CONTRAN nº 468, de 11 de dezembro de 2013, passa a vigorar com a seguinte redação:
"7 Localização e funcionamento dos interruptores de acionamento
Os interruptores de acionamento dos dispositivos que estejam fora do alcance do condutor devem ser instalados de forma que em sua posição normal de direção seja possível operá-los e desabilitar o funcionamento dos interruptores de acionamento dos dispositivos controlados pelos ocupantes dos bancos traseiros.
Os interruptores de acionamento das janelas energizadas do teto solar e do painel divisor dispostos próximos a um plano horizontal, nos consoles centrais ou nos descansos de braços das portas devem ser do tipo alavanca."
Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI
Presidente do Conselho

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES
Ministro da Justiça

RICARDO SHINZATO
p/Ministério da Defesa

EDUARDO DE CASTRO
p/Ministério dos Transportes

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/Ministério dos Transportes

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
p/Ministério da Educação

JOSÉ ANTÔNIO SILVERIO
p/Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

ARISTEU GOMES TININIS
p/Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

DARIO RAIS LOPES
p/Ministério das Cidades

EDILSON DOS SANTOS MACEDO
p/Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
p/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCELO VINAUD PRADO
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO N° 532, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Altera a ementa e o art. 1º da Resolução CONTRAN Nº 471, de 18 de dezembro de 2013, para incluir a fiscalização por câmeras de monitoramento nas vias urbanas.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 12, da lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT;
Considerando a necessidade de incluir a fiscalização por câmara de monitoramento nas vias urbanas;
Considerando o contido no processo nº 80000.033976/2014-10, resolve:
Art. 1º. Alterar a ementa e o art. 1º da resolução CONTRAN Nº 471, de 18 de dezembro de 2013, que passam a ter a seguinte redação:
I. "Regulamenta a fiscalização de trânsito por intermédio de videomonitoramento nos termos do § 2º do artigo 280 do Código de Trânsito Brasileiro."
II. "Art. 1º Regulamentar a utilização de sistemas de videomonitoramento para fiscalização de trânsito nos termos do § 2º do artigo 280 do Código de Trânsito Brasileiro."

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI
Presidente do Conselho

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES
p/Ministério da Justiça

RICARDO SHINZATO
p/Ministério da Defesa

EDUARDO DE CASTRO
p/Ministério dos Transportes

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/Ministério dos Transportes

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
p/Ministério da Educação

JOSÉ ANTÔNIO SILVÉRIO
p/Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

ARISTEU GOMES TININIS
p/Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

DARIO RAIS LOPES
p/Ministério das Cidades

EDILSON DOS SANTOS MACEDO
p/Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
p/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCELO VINAUD PRADO
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO Nº 533, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Altera o § 3º do art. 1º da Resolução CONTRAN nº 277, de 28 de maio de 2008, de forma a tornar obrigatória a utilização do dispositivo de retenção para o transporte de crianças nos veículos escolares.

O Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 12, da Lei nº9.503, de 23 de setembro de 1997,que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da Coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT; e

Considerando o que consta dos Processo Administrativos nº 80001.001777/2003-71, 80000.023423/2013-60 e 80000.021372/2014-12, resolve:

Art. 1º Alterar o § 3º do art. 1º da Resolução CONTRAN nº 277, de 28 de maio de 2008, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º...

§ 3º As exigências relativas ao sistema de retenção, no transporte de crianças com até sete anos e meio de idade, não se aplicam aos veículos de transporte coletivo, aos de aluguel, aos de transporte autônomo de passageiro (táxi) e ao demais veículos com peso bruto total superior a 3,5t."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor no dia 1º de fevereiro de 2016

ALBERTO ANGERAMI
Presidentedo Conselho

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES
p/Ministério da Justiça

RICARDO SHINZATO
p/Ministério da Defesa

EDUARDO DE CASTRO
p/Ministério dos Transportes

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/Ministério dos Transportes

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
p/ Ministério da Educação

ARISTEU GOMES TININIS
p/ Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

DARIO RAIS LOPES
p/Ministério das Cidades

EDILSON DOS SANTOS MACEDO
p/Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
p/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCELO VINAUD PRADO
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO Nº 534, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Altera a Resolução CONTRAN nº 311, de 03 de Abril de 2009, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do equipamento suplementar de segurança passiva - Air Bag, na parte frontal dos veículos novos saídos de fábrica, nacionais e importados.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Arts. 12 e 105, ambos do CTB, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e conforme o disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT;

Considerando o constante nos processos nº 80000.039508/2013-60 e 80000.027196/2014-22, resolve:

Art. 1º O Artigo 4º da Resolução CONTRAN nº 311, de 2009, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 4º Estão dispensados do atendimento aos requisitos desta Resolução:

I - Os veículos fora-de-estrada;

II - Os veículos especiais, definidos pela norma NBR 13776 da Associação Brasileira de Normas Técnicas;

III - Os veículos de uso bélico;

IV - Os veículos resultantes de transformações de veículos sujeitos a homologação compulsória, cuja data de fabricação do veículos original objeto de transformação seja anterior a 1º de janeiro de 2014."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI
Presidente do Conselho

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES
p/Ministério da Justiça

RICARDO SHINZATO
p/Ministério da Defesa

EDUARDO DE CASTRO
p/Ministério dos Transportes

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/Ministério dos Transportes

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
p/Ministério da Educação

ARISTEU GOMES TININIS
p/Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

DARIO RAIS LOPES
p/Ministério das Cidades

EDILSON DOS SANTOS MACEDO
p/Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
p/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

MARCELO VINAUD PRADO
p/Agência Nacional de Transportes Terrestres

RESOLUÇÃO Nº 535, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Altera a Resolução CONTRAN nº 380, de 28 de abril de 2011, a qual dispõe sobre a obrigatoriedade do uso do sistema antitravamento das rodas - ABS.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Arts. 12 e 105, ambos do CTB, Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e conforme o disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT;

Considerando o constante nos processos nº 80000.039508/2013-60, 80000.027196/2014-22, 80000.025223/2014-22, 80000.025172/2014-39, 80000.028153/2014-64 e 80000.010084/2014-32, resolve:

Art. 1º O Artigo 1º da Resolução CONTRAN nº 380, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 1º Estabelecer como obrigatória a utilização do sistema de antitravamento de rodas - ABS, nos veículos das categorias M1, M2, M3, N1, N2, N3, O3 e O4, nacionais e importados, fabricados de acordo com o cronograma de implantação contido no artigo 3º desta Resolução.

Parágrafo Único - Para efeito desta Resolução serão utilizadas as classificações conforme tabela a seguir:

Categoria	M	Veículo automotor que contém pelo menos quatro rodas, projetado e construído para o transporte de passageiros.
	M1	Veículos projetados e construídos para o transporte de passageiros, que não tenham mais que oito assentos, além do assento do motorista.
	M2	Veículos projetados e construídos para o transporte de passageiros que tenham mais que oito assentos, além do assento do motorista, e que contenham uma massa não superior a 5 t.
	M3	Veículos projetados e construídos para o transporte de passageiros, que tenham mais que oito assentos, além do assento do motorista, e tenham uma massa máxima superior a 5 t.
	N	Veículo automotor que contém pelo menos quatro rodas, projetado e construído para o transporte de cargas.
	N1	Veículos projetados e construídos para o transporte de cargas e que contenham uma massa máxima não superior a 3,5 t.
	N2	Veículos projetados e construídos para o transporte de cargas e que contenham uma massa máxima superior a 3,5 t e não superior a 12 t.
	N3	Veículos projetados e construídos para o transporte de cargas e que contenham uma massa máxima superior a 12 t.
	O	Reboques (incluindo semirreboques).
	O3	Reboques (incluindo semirreboques) com uma massa máxima superior a 3,5 t e não superior a 10 t.
	O4	Reboques (incluindo semirreboques) com uma massa máxima superior a 10 t.

Art. 2º O Artigo 6º da Resolução CONTRAN nº 380, de 2011, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 6º Ficam dispensados do cumprimento dos requisitos desta Resolução:

I - Os veículos de uso bélico;

II - Os veículos de uso exclusivo fora-de-estrada;

III - Os veículos resultantes de transformações de veículos sujeitos a homologação compulsória, cuja data de fabricação do veículo original objeto de transformação seja anterior a 1º de janeiro de 2014."

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI
Presidente do Conselho

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES
p/Ministério da Justiça

RICARDO SHINZATO
p/Ministério da Defesa

EDUARDO DE CASTRO
p/Ministério dos Transportes

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/Ministério dos Transportes

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
p/Ministério da Educação

ARISTEU GOMES TININIS
p/Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

DARIO RAIS LOPES
p/Ministério das Cidades

EDILSON DOS SANTOS MACEDO
p/Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
p/Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

RESOLUÇÃO Nº 536, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Altera o § 2º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 157, de 22 de abril de 2004, com redação dada pelas Resoluções CONTRAN nº 333, de 06 de novembro de 2009, nº 516 de 29 de janeiro de 2015 e 521, de março de 2015, de forma a prorrogar o prazo fixado para a substituição dos extintores de incêndio com carga de pó BC pelos extintores de incêndio com carga de pó ABC.

O Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro- CTB, e conforme o Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito - SNT;

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 08001.008783/2002-41, resolve:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 1º Alterar o § 2º do art. 8º da Resolução CONTRAN nº 157, de 22 de abril de 2004, com redação dada pelas Resoluções CONTRAN nº 333, de 06 de novembro de 2009, 516, de 29 de janeiro de 2015 e 521, de março de 2015 que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 8º...

$ 1º...

$ 2º A partir de 1º de outubro de 2015, os veículos automotores só poderão circular equipados com extintores de incêndio com carga de pó ABC."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ALBERTO ANGERAMI
Presidente do Conselho

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES
p/Ministério da Justiça

RICARDO SHINZATO
p/Ministério da Defesa

EDUARDO DE CASTRO
p/Ministério dos Transportes

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/Ministério dos Transportes

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
p/Ministério da Educação

ARISTEU GOMES TININIS
p/Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

DARIO RAIS LOPES
p/Ministério das Cidades

EDILSON DOS SANTOS MACEDO
p/Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
p/Ministério do Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

RESOLUÇÃO Nº 537, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos - SINIAV em todo o território nacional.

O CONSELHO NACIONAL DE TRÂNSITO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.12, da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro, e nos termos do disposto no Decreto nº 4.711, de 29 de maio de 2003, que trata da coordenação do Sistema Nacional de Trânsito e;

Considerando o que consta do Processo nº 80000.038562/2009-10;

Considerando a necessidade de participação de todos os órgãos do Sistema Nacional de Trânsito no processo de implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos;

Considerando a necessidade de prévia homologação dos equipamentos que irão operar no SINIAV e adequação dos sistemas informatizados do DENATRAN, o que exigirá ajuste no prazo para a implantação do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos nas Unidades da Federação, resolve:

Art. 1º Fica instituído em todo o território Nacional o Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos - SINIAV, baseado em tecnologia de identificação por radiofreqüência.

Parágrafo único. O SINIAV é composto por dispositivo de identificação eletrônico denominado "placa eletrônica" instalado no veículo, subsistemas de leitura de placas eletrônicas - SLP, Equipamentos Configuradores SINIAV - ECS, centrais de processamento e sistemas informatizados.

Art. 2º Nenhum veículo automotor, elétrico, reboque e semirreboque poderão ser licenciados e transitar pelas vias terrestres abertas à circulação sem estar equipado com a placa eletrônica de que trata esta Resolução.

§1º A placa eletrônica será individualizada e terá um número de série único e inalterável para cada veículo.

§2º Os veículos de uso bélico estão isentos desta obrigatoriedade.

§3º Os ciclomotores, motonetas, motocicletas, triciclos e quadriciclos, reboque e semirreboque terão prazos diferenciados para a instalação da "placa eletrônica", a serem divulgados posteriormente pelo DENATRAN.

Art. 3º O processo de emplacamento eletrônico de veículos do Sistema Nacional de Identificação Automática de Veículos - SINIAV será iniciado em todo território Nacional a partir de 01 de janeiro de 2016, sendo facultada a antecipação pelos órgãos do Sistema Nacional de Trânsito.

Art. 4° O processo tratado no artigo anterior seguirá cronograma a ser definido pelo DENATRAN.

Art. 5° Os requisitos técnicos dos elementos do sistema definidos no artigo 1º, bem como os regulamentos aplicáveis às aplicações derivadas do uso da placa eletrônica no veículos definidos no artigo 2º e seus parágrafos, serão especificados pelo DENATRAN.

Art. 6° Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as Resoluções CONTRAN Nº 412/2012 e a Nº 433/2013.

ALBERTO ANGERAMI
Presidente do Conselho

JERRY ADRIANE DIAS RODRIGUES
p/Ministério da Justiça

RICARDO SHINZATO
p/Ministério da Defesa

EDUARDO DE CASTRO
p/Ministério dos Transportes

ALEXANDRE EUZÉBIO DE MORAIS
p/Ministério dos Transportes

DJAILSON DANTAS DE MEDEIROS
p/Ministério da Educação

ARISTEU GOMES TININIS
p/Ministério da Ciência Tecnologia e Inovação

DARIO RAIS LOPES
p/Ministério das Cidades

EDILSON DOS SANTOS MACEDO
p/Ministério das Cidades

THOMAS PARIS CALDELLAS
p/Ministério do Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior

Ministério das Comunicações

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 2.441, DE 10 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º inciso II, do Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.005831/2011-03, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 12 de junho de 2011 a permissão outorgada à RÁDIO FM PRINCESA LTDA., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Itabaiana, estado de Sergipe, serviço esse outorgado meio da Portaria nº 25 de 01 de fevereiro de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 05 de fevereiro de 1990.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3º do art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 2.452, DE 10 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º inciso II, do Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo n. 53000.009979/2011-17, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de junho de 2011, a permissão outorgada à RÁDIO FM NIQUELÂNDIA LTDA., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Niquelândia, estado de Goiás, serviço esse outorgado meio da Portaria nº 49, de 23 de fevereiro de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 28 de fevereiro de 1990.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja outorga está sendo renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3ºdo art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 2.495, DE 15 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º inciso II, do Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.008986/2011-93, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 22 de maio de 2011, a permissão outorgada à COLINHALFIN EMPRESA DE RADIODIFUSÃO LTDA., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Joinville, estado de Santa Catarina, serviço esse outorgado originariamente à Rádio Colon Ltda., por meio da Portaria nº 76, de 20 de maio de 1981, publicada no Diário Oficial da União de 22 de maio de 1981, transferida posteriormente à permissionária em referência, mediante os termos da Portaria nº 311, de 5 de dezembro de 1991, publicada no Diário Oficial da União de 13 de dezembro de 1991.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3ºdo art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

PORTARIA Nº 2.496, DE 16 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso de suas atribuições, que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV, da Constituição Federal, em conformidade com o disposto no art. 5º da Lei n.º 5.785, de 23 de junho de 1972, e no art. 6º inciso II, do Decreto n.º 88.066, de 26 de janeiro de 1983, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.012106/2011-83, resolve:

Art. 1º Renovar, de acordo com o art. 33, § 3º, da Lei nº 4.117, de 27 de agosto de 1962, por dez anos, a partir de 10 de junho de 2011, a permissão outorgada à RÁDIO CONCÓRDIA FM LTDA., para executar, sem direito de exclusividade, o serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Concórdia, estado de Santa Catarina, serviço esse outorgado por meio da Portaria nº 24, de 1º de fevereiro de 1990, publicada no Diário Oficial da União de 5 de fevereiro de 1990.

Art. 2º A execução do serviço de radiodifusão, cuja permissão é renovada por esta Portaria, reger-se-á pelo Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos.

Art. 3º Este ato somente produzirá efeitos legais após deliberação do Congresso Nacional, nos termos do § 3ºdo art. 223 da Constituição Federal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO BERZOINI

DESPACHO DO MINISTRO
Em 16 de junho de 2015

Nº 482 - O MINISTRO DE ESTADO DAS COMUNICAÇÕES, no uso da atribuição que lhe confere o § 2º do art. 96 do Decreto nº 52.795, de 31 de outubro de 1963, que aprova o Regulamento dos Serviços de Radiodifusão, e tendo em vista o que consta do Processo Administrativo nº 53000.074623/2013-16, resolve acolher o disposto no Parecer nº178/2015 SEI-MC , de sorte a INDEFERIR o pedido de autorização formulado pela Empresa de Comunicação Internacional Ltda., permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, nos municípios de Itajaí, no estado de Santa Catarina, e Vila Maria, no estado do Rio Grande do Sul, para realizar a transferência indireta da outorga, nos termos da minuta da oitava alteração contratual, datada em 15 de outubro de 2013.

RICARDO BERZOINI

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES
CONSELHO DIRETOR

ACÓRDÃO Nº 151, DE 28 DE ABRIL DE 2015

Processo nº 53500.011546/2014-25

Conselheiro Relator: Marcelo Bechara de Souza Hobaika. Fórum Deliberativo: Reunião nº 774, de 23 de abril de 2015. Recorrente/Interessado: ACESSA TELECOMUNICAÇÕES LTDA. (CNPJ/MF nº 06.338.921/0001-45)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMENTA: PADO. RECURSO ADMINISTRATIVO. SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES. DESCUMPRIMENTO RELACIONADO AO SERVIÇO DE COMUNICAÇÃO MULTIMÍDIA. TRANSFERÊNCIA DE CONTROLE SOCIETÁRIO DE PRESTADORA DE SCM. OBRIGAÇÃO DE COMUNICAR À ANATEL. CONHECIMENTO E NÃO PROVIMENTO. 1. A instrução do processo obedeceu às disposições regimentais, atendendo à sua finalidade, com observância aos princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa. 2. Recorrente não apresentou argumentação suficiente capaz de descaracterizar a infração verificada. 3. Recurso Administrativo conhecido e improvido.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 43/2015-GCMB, de 17 de abril de 2015, integrante deste acórdão, conhecer e negar provimento ao Recurso Administrativo, mantendo a sanção de advertência.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro, Marcelo Bechara de Souza Hobaika e Igor Vilas Boas de Freitas.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

ACÓRDÃO Nº 159, DE 8 DE MAIO DE 2015

Processos n. 53500.006883/2012-39 e 53500.009836/2013-28

Conselheiro Relator: Igor Vilas Boas de Freitas. Fórum Deliberativo: Reunião nº 775, de 7 de maio de 2015. Recorrente/Interessado: ATENAS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. (CNPJ/MF nº 41.795.196/0001-35)

EMENTA: PADO. SUPERINTENDÊNCIA DE CONTROLE DE OBRIGAÇÕES - SCO. DESCUMPRIMENTO DO CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA (HOME PASSED). SANCIONAMENTO. COMPETÊNCIA DO CONSELHO DIRETOR PARA SUBSTITUIÇÃO DA SANÇÃO DE CADUCIDADE POR MULTA. 1. Caracterizado o descumprimento de dispositivos do Contrato de Concessão do Serviço de TV a Cabo, do Regulamento do Serviço de TV a Cabo e da Norma do Serviço de TV a Cabo, estaria a Interessada sujeita à sanção de cassação, equivalente à sanção de caducidade prevista na Lei Geral de Telecomunicações. 2. No entanto, a SCO propôs a substituição da sanção de caducidade por multa. 3. A Procuradoria não se opôs à proposta, fazendo recomendação com relação ao cálculo da sanção. 3. Cabe ao Conselho Diretor deliberar sobre a caducidade de outorgas decorrentes de procedimentos licitatórios. 4. Pela substituição da sanção de caducidade por multa, nos termos propostos pela área técnica.

ACÓRDÃO: Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os membros do Conselho Diretor da Anatel, por unanimidade, nos termos da Análise nº 56/2015-GCIF, de 30 de abril de 2015, integrante deste acórdão:

a) substituir a aplicação da sanção de caducidade a ser imposta à ATENAS ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA. por descumprimento do cronograma de implantação do sistema (Home Passed) pela sanção de multa, no valor total de R$ 41.505,55 (quarenta e um mil, quinhentos e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), calculados pela SCO, conforme planilhas acostadas às fls. 248/250 dos autos; e, b) estabelecer prazo adicional de 43 (quarenta e três) meses para que a Interessada providencie a cobertura de 12.473 (doze mil, quatrocentos e setenta e três) domicílios, número equivalente à 3ª meta da APS de Alfenas-MG.

Participaram da deliberação o Presidente João Batista de Rezende e os Conselheiros Rodrigo Zerbone Loureiro e Igor Vilas Boas de Freitas. Ausente o Conselheiro Marcelo Bechara de Souza Hobaika.

JOÃO BATISTA DE REZENDE
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA DE RADIOFREQUÊNCIA E FISCALIZAÇÃO
GERÊNCIA-GERAL DE FISCALIZAÇÃO
ESCRITÓRIO REGIONAL NO ESTADO DA BAHIA E SERGIPE

DESPACHOS DO GERENTE

O GERENTE REGIONAL DA ANATEL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE, nos termos do art. 125, §2º do Regimento Interno da Anatel, torna pública(s) a(s) decisão(ões) do(s) Recurso(s) Administrativo(s) interposto(s) no(s) processo(s) a seguir indicado(s).

Processo	Despacho	Data do Despacho	Decisão
53554.002709/2013	1769	08/04/2014	Conhecimento GERENTE REGIONAL DA ANATEL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, aplica definitivamente, em razão de trânsito em julgado processual, sanção à(s) entidade(s) abaixo listada(s) no(s) respectivo(s) processo(s) em que figura(m), por descumprimento do(s) regulamento(s) próprio(s) do serviço executado e/ou da legislação aplicável.

Processo	Interessado	Serviço	Dispositivos Infringidos Município/UF Sanção aplicada Despacho Data da Decisão
53557.001363/2014	SALOMENET SERVIÇOS DE INTERNET LTDA - ME	Serviço Comunicação Multimídia	Art. 131 da LGT Cedro de São João/SE R$ 4.810,94 587 03/02/2015
53554.002624/2014	DALTRO VIEIRA DE OLIVEIRA	Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 163 da LGT e art. 55, V, "b" do RCHPT c/c art. 162, § 2º da LGT Luís Eduardo Magalhães/BA R$ 2.193,40 6939 12/12/2014
53557.000791/2014	RÁDIO VOZ DE ITABAIANA LTDA	Serviço Auxiliar de Radiodifusão e Correlatos	Art. 162 da LGT Itabaiana/SE R$ 440,00 7119 19/12/2014
53554.002329/2014	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DOS AMIGOS DE SÁTIRO DIAS	Serviço de Radiodifusão Comunitária	Art. 3º, I c/c art. 5º da Resolução nº 571/11 e art. 18 da RLEC Sátiro Dias/BA R$ 863,55 183 15/01/2015

FERNANDO ANTONIO ORNELAS DE ALMEIDA

O GERENTE REGIONAL SUBSTITUTO DA ANATEL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo do Regimento Interno da Anatel, aplica definitivamente, em razão de trânsito em julgado processual, sanção à entidade abaixo listada no respectivo processo em que figura, por descumprimento dos regulamentos próprios do serviço executado e/ou da legislação aplicável.

Processo	Interessado	Serviço	Dispositivos Infringidos	Local da Fiscalização	Sanção aplicada	Despacho	Data da Decisão
53504.012277/2014	JOSÉ EDUARDO PICHIM BARBOSA	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 131 da LGT e art. 55, V, "b" do RCHPT	Bebedouro/SP	R$ 2.872,75	2624	15/04/2015

FÁBIO ALEXANDRE OLIVEIRA LAGO

O GERENTE REGIONAL DA ANATEL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Regimento Interno da Anatel, aplica definitivamente, em razão de trânsito em julgado processual, sanção à(s) entidade(s) abaixo listada(s) no(s) respectivo(s) processo(s) em que figura(m), por descumprimento do(s) regulamento(s) próprio(s) do serviço executado e/ou da legislação aplicável.

Processo	Interessado	Serviço	Dispositivos Infringidos	Município/UF	Sanção aplicada	Despacho	Data da Decisão
53554.000422/2015	ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA ITARANTINENSE NOVA ESPERANÇA	Serviço Radiodifusão Comunitária	Art. 18 do RLEC	Itarantim/BA	R$ 676,88	2471	09/04/2015
53554.003536/2014	ON-LINE INFORMÁTICA	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 131 da LGT	Belo Campo/BA	R$ 4.810,94	1922	23/03/2015
53554.001788/2013	TV CABRÁLIA LTDA	Serviço de Retransmissão de TV	Art. 18 do RLEC	Ubatã/BA	R$ 3.206,25	1715	22/04/2015
53554.000490/2014	ASSOCIAÇÃO DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA DE SALOBRO	Serviço Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 163 da LGT	Canarana/BA	R$ 3.986,79	1888	23/03/2015
53554.002831/2014	MUNICÍPIO DE ITAGIMIRIM	Serviço de Retransmissão de TV	Art. 163 da LGT	Itagimirim/BA	R$ 5.980,19	2304	02/04/2015
53554.003266/2014	IZAIAS DOMINGUES MARQUES	Uso não autorizado do espectro de radiofrequência e uso de equipamento não homologado	Art. 163 da LGT e art. 55, I, "a", do RCHPT	Guaratinga/BA	R$ 2.592,08	2363	07/04/2015
53554.003245/2014 e 53554.000439/2015	LINET SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO LTDA	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 131 da LGT	Vitória da Conquista/BA	R$ 4.810,94	2394	08/04/2015
53504.018824/2014	R&V COMUNICAÇÃO LTDA	Uso não autorizado do espectro de radiofrequência	Art. 163 da LGT	Mococa/SP	R$ 4.784,15	2739	20/04/2015
53504.008597/2014	FM CORISCO LTDA	Serviço de Radiodifusão Sonora em Frequência Modulada	Art. 18 do RLEC	Boituva/SP	R$ 3.780,00	2999	28/04/2015
53554.000084/2015	TELEVISÃO SUL BAHIA DE TEIXEIRA DE FREITAS S.A.	Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens	Art. 18 do RLEC	Teixeira de Freitas/BA	Advertência e R$ 8.910,00	2893	27/04/2015
53524.007628/2014	ELAINE SANTOS SOARES PROVEDOR DE INTERNET - ME	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 131 da LGT	Carlos Chagas/MG	R$ 5.345,49	2896	27/04/2015
53504.003920/2014	GILSON BATISTA DA COSTA	Uso não autorizado de radiofrequência e uso de equipamento não homologado	Art. 163 da LGT e art. 55, V, "b" do RCHPT c/c art. 162, § 2º da LGT	Mogi das Cruzes/SP	R$ 2.592,08	2972	28/04/2015

HERMANO BARROS TERCIUS

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

O GERENTE REGIONAL SUBSTITUTO DA ANATEL NOS ESTADOS DA BAHIA E SERGIPE, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo do Regimento Interno da Anatel, aplica definitivamente, em razão de trânsito em julgado processual, sanção às entidades abaixo listadas nos respectivos processos em que figuram, por descumprimento dos regulamentos próprios do serviço executado e/ou da legislação aplicável.

Processo	Interessado	Serviço	Dispositivos Infringidos	Local da Fiscalização	Sanção aplicada	Despacho	Data da Decisão
53554.002618/2014	JOEMERSON LANTYER LEITE DA SILVA	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 131 da LGT	Luis Eduardo Magalhães/BA	R$ 2.405,47	7260	29/12/2014
53554.002342/2013	UBERLANE DE JESUS SILVA	Uso não autorizado de radiofrequência e uso de equipamento não certificado	Art. 163 da LGT e art. 55, V, "b" do RCHPT	Itabuna/BA	R$ 640,00	154	29/01/2015
53554.002709/2013	JADSON EMPREENDIMENTO E TECNOLOGIA LTDA - ME	Serviço de Comunicação Multimídia	Art. 131 da LGT	Curaçá/BA	R$ 3.010,08	1202	11/03/2014

JOSÉ MAURO CASTRO RODRIGUES

GERÊNCIA OPERACIONAL DE OUTORGA

ATOS DE 11 DE JUNHO DE 2015

Nº 3.463 - Expede autorização à FM TOBIAS BARRETO ALMEIDA REIS LTDA, CNPJ nº 03.826.865/0001-08 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Ligação para Transmissão de Programas e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço, na localidade de Tobias Barreto - SE.

Nº 3.464 - Expede autorização à RADIO TELEVISAO DE SERGIPE LTDA, CNPJ nº 13.029.459/0001-60 para exploração do Serviço Auxiliar de Radiodifusão de Reportagem Externa e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço, na localidade de Aracaju - SE.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

ATO DE 12 DE JUNHO DE 2015

Nº 3.502 - Expede autorização à JOSENIO TORRES VERAS DE CAMPO FORMOSO, CNPJ nº 10.785.659/0001-54 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofrequência associada a autorização do serviço.

HERMANO BARROS TERCIUS
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE

O SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, nos termos do art. 125, §2º do Regimento Interno da Anatel, aprovado pela Resolução nº 612, de 29.04.2013, torna pública(s) a(s) decisão(ões) do(s) Recurso(s) Administrativo(s) interposto(s) no(s) processo(s) a seguir indicado(s).

Processo	Despacho	Data do Despacho	Decisão
53554.002709/2013	1871	23/03/2015	Nega Provimento

MARCUS VINICIUS PAOLUCCI

GERÊNCIA REGIONAL NO ESTADO DE SÃO PAULO

ATO Nº 3.930, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Expede autorização à DOW CORNING DO BRASIL LTDA, CNPJ nº 61.204.657/0001-65 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATO Nº 3.931, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) SOCIEDADE ECOLOGICA RIO DAS PEDRAS, CNPJ nº 52.343.837/0001-37 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATO Nº 3.932, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) SOCIEDADE ALDEIA DA SERRA RESIDENCIAL MORADA DAS ESTRELAS, CNPJ nº 60.552.270/0001-37 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATO Nº 3.933, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) EMPRESA DE DESENVOLVIMENTO URBANO E SOCIAL DE SOROCABA - URBES, CNPJ nº 50.333.699/0001-80 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATO Nº 3.934, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Expede autorização à LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A., CNPJ nº 60.886.413/0013-80 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

ATO Nº 3.935, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Transfere a autorização do Serviço Limitado Privado, submodalidade Serviço de Rede Privado, expedida à BENEDITO MINETTO, por meio do Ato nº 61436, de 19/10/2006, para BENEDITO MINETTO E SOCIOS, CNPJ nº 13.021.067/0001-54, bem como a outorga de autorização de uso de radiofreqüência(s), associada(s) à autorização para execução do serviço.

SANDRO ALMEIDA RAMOS
Gerente

RETIFICAÇÃO

No Despacho do Gerente Reginal de São Paulo, publicado no Diário Oficial da União nº 113, de 17 de junho de 2015, Seção 1, página 51, complementa-se o quadro com a decisão final de aplicação de "multa" no valor de "R$6.850,00".

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 3.951, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Expede autorização à LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A., CNPJ nº 60.886.413/0147-92 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 3.946, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) DIGIGUARDE SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA-ME, CNPJ nº 06.001.216/0001-58 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

ATO Nº 3.954, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Expede autorização à LIQUIGAS DISTRIBUIDORA S.A., CNPJ nº 60.886.413/0146-01 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

JOSÉ AFONSO COSMO JUNIOR
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO AMAZONAS, ACRE, RONDÔNIA E RORAIMA

ATOS DE 12 DE JUNHO DE 2015

Nº 3.455 - Processo nº 53578.000869/2015 - RÁDIO CANDELÁRIA FM LTDA- FM - Novo Horizonte do Oeste-RO - Canal 216 - Alteração de Características Técnicas.

Nº 3.452 - Processo nº 53000.007996/2003 - SOCIEDADE RÁDIO EQUATORIAL LTDA - FM - Boa Vista-RO - Canal 227 - Alteração de Características Técnicas.

Nº 3.454 - Processo nº 53000.034219/2009 - RÁDIO PLANICIE DE ARIQUEMES LTDA - FM - Ariquemes-RO - Canal 222 - Alteração de Características Técnicas.

Nº 3.504 - Expede autorização à AUTENTICA SEGURANCA PATRIMONIAL LTDA - ME, CNPJ nº 21.870.220/0001-46 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

Nº 3.505 - Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) INSPETORIA SALESIANA MISSIONARIA DA AMAZONIA, CNPJ nº 04.373.163/0001-70 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 3.506 - Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) MINERACAO TABOCA S A, CNPJ nº 34.019.992/0016-05 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 3.507 - Expede autorização à MUNICIPIO DE CARAUARI, CNPJ nº 04.530.044/0001-84 para exploração do serviço do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

FABRICIO LEOPOLDO OLIVEIRA
KATAVATIS NEVES
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARÁ, MARANHÃO E AMAPÁ

ATOS DE 17 DE JUNHO DE 2015

Nº 3.913 - Expede autorização à ROCHA MAGAZINE LOJA DE DEPARTAMENTOS LTDA, CNPJ nº 06.336.668/0001-90 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

Nº 3.914 - Outorga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) TRATERRA TERRAPLENAGEM E REFLORESTAMENTO LTDA, CNPJ nº 34.597.906/0001-57 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

Nº 3.915 - Expede autorização à TOP LYNE SERVICOS AUXILIARES DE TRANSPORTE AEREO LTDA , CNPJ nº 09.195.665/0001-72 para exploração do Serviço Limitado Privado e outorga autorização de uso de radiofreqüência associada a autorização do serviço.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 3.948, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Processo nº 53500.008074/2015 - FUNDAÇÃO CULTURAL E ASSISTENCIAL ÁGUA VIVA - FM - Macapá/AP. Autoriza novas características técnicas.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

ATO Nº 3.952, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Prorroga autorização para uso de radiofreqüência(s) à(ao) POLICIA MILITAR DO AMAPA, CNPJ nº 06.023.862/0001-16 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CARNOT LUIZ BRAUN GUIMARÃES
Gerente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 3.350, DE 3 DE JUNHO DE 2015

Processo nº 53500.030240/2014. Expede autorização à GUIMARÃES E GONÇALVES INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 21.011.159/0001-81, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.351, DE 3 DE JUNHO DE 2015

Processo nº 53500.004241/2015. Expede autorização à E DOS SANTOS MAIA - ME, CNPJ/MF nº 17.489.617/0001-15, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.352, DE 3 DE JUNHO DE 2015

Processo nº 53500.002608/2015. Expede autorização à INTELITEL TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 97.533.349/0001-20, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.354, DE 3 DE JUNHO DE 2015

Processo nº 53500.003966/2015. Expede autorização à TECHNIK INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 20.638.865/0001-95, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.404, DE 8 DE JUNHO DE 2015

Processo nº 53500.002687/2014. Expede autorização à INFOR COMPUTER COMERCIO E SERVICOS LTDA - ME, CNPJ/MF nº 10.874.816/0001-06, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.406, DE 8 DE JUNHO DE 2015

Processo nº 53500.017611/2014. Expede autorização à PAULO ROBERTO VIEIRA - ME, CNPJ/MF nº 14.261.097/0001-09, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.416, DE 8 DE JUNHO DE 2015

Processo nº 53500.015520/2014. Expede autorização à BERTONE MARTINS ALCANFOR, CNPJ/MF nº 10.779.392/0001-92, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.433, DE 9 DE JUNHO DE 2015

Processo nº 53500.004092/2015. Expede autorização à VIANNA MEHL SERVICOS DE TELECOMUNICACAO VOIP LTDA - ME, CNPJ/MF nº 09.311.582/0001-00, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.440, DE 9 DE JUNHO DE 2015

Processo nº 53500.014367/2014. Expede autorização à VALE VERDE TECNOLOGIA INTEGRADA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 16.620.216/0001-90, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.450, DE 10 DE JUNHO DE 2015

Processo n.º 53500.021858/2009. Declara extinta, por renúncia, a partir de 29 de abril de 2015, a autorização outorgada à GI & MI INTERNET LTDA - ME, CNPJ/MF n° 06.169.275/0001-30, por intermédio do Ato n.° 342, de 18 de janeiro de 2010, publicado no Diário Oficial da União de 26 de janeiro de 2010, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, de interesse coletivo, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.494, DE 12 DE JUNHO DE 2015

Processo nº 53500.027277/2014. Expede autorização à MEGAINFOLINE INFORMATICA LTDA - ME, CNPJ/MF nº 07.869.128/0001-35, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.496, DE 12 DE JUNHO DE 2015

Processo nº 53500.021576/2014. Expede autorização à CASA DO PROVEDOR COMÉRCIO DE PRODUTOS DE INFORMÁTICA LTDA ME, CNPJ/MF nº 11.475.181/0001-29, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.509, DE 12 DE JUNHO DE 2015

Processo nº 53500.024006/2014. Expede autorização à ROBERNET TELECOMUNICAÇÕES LTDA - ME, CNPJ/MF nº 11.380.731/0001-26, para explorar o Serviço de Comunicação Multimídia, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, em âmbito nacional e internacional e tendo como área de prestação de serviço todo o território nacional.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.510, DE 12 DE JUNHO DE 2015

Processo nº 53500.020650/2014. Expede autorização à Companhia Nacional para Inclusão Digital Ltda. ME, CNPJ/MF n° 10.955.222/0001-11, para prestar o Serviço Telefônico Fixo Comutado destinado ao uso do público em geral - STFC, nas modalidades de serviço Local, Longa Distância Nacional - LDN e Longa Distância Internacional - LDI, nas Áreas de Prestação equivalente às Regiões I, II e III do Plano Geral de Outorgas - PGO.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.511, DE 12 DE JUNHO DE 2015

Processo nº 53500.020650/2014. Expede autorização à Companhia Nacional para Inclusão Digital Ltda. ME, CNPJ/MF nº 10.955.222/0001-11, para explorar o Serviço de Acesso Condicionado, por prazo indeterminado, sem caráter de exclusividade, tendo como Área de Prestação do Serviço todo o território nacional, e como Áreas de Abrangência do Atendimento aquelas indicadas em seu Projeto Técnico e alterações posteriores.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 15 DE JUNHO DE 2015

Nº 3.532 - Processo nº 53000.052886/3 . REDE TROPICAL DE COMUNICAÇÃO LTDA - GTVD - Boa Vista/RR - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.533 - Processo nº 53000.012797/08. FUNDAÇÃO EDUCAR - SUL BRASIL - GTVD - Pinhais/PR - Canal 58. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.534 - Processo nº 53000.014128/09. FUNDAÇÃO MARIANA RESENDE COSTA - GTVD - Sabará/MG - Canal 14. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.535 - Processo nº 53000.012149/14. RÁDIO BEL LTDA - GTVD - Varginha/MG - Canal 34. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.536 - Processo nº 53000.013793/09. FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DE PASSO FUNDO- GTVD-Passo Fundo/RS-Canal 14.Autoriza Uso de RF.

Nº 3.537 - Processo nº 53000.055139/11. FUNDAÇÃO DE RADIODIFUSÃO ERMINDO FRANCISCO ROVEDA - GTVD - União da Vitória/PR - Canal 33. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.538 - Processo nº 53000.052675/12. RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A. - RTVD - Planaltina/GO - Canal 23. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.539 - Processo nº 53000.038516/12. RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A. - RTVD - Itu/SP - Canal 50. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.540 - Processo nº 53000.057255/12. RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A. - RTVD - Brotas/SP - Canal 28. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.541 - Processo nº 53000.057256/12. RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A. - RTVD - Cananéia/SP - Canal 59. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.542 - Processo nº 53000.046406/12. RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A - RTVD-Brasília (Ceilândia)/DF-Canal 23. Autoriza Uso de RF.

Nº 3.543 - Processo nº 53000.055939/12. RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A. - RTVD - Iguape/SP - Canal 53. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.544 - Processo nº 53000.038884/12. RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A. - RTVD - Itanhaém/SP - Canal 53. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.545 - Processo nº 53000.060251/12. RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A. - RTVD - Ivinhema/MS - Canal 36. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.546 - Processo nº 53000.037734/12. RÁDIO E TELEVISÃO BANDEIRANTES LTDA - RTVD - São Roque/SP - Canal 52. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.547 - Processo nº 53000.065374/12. PREF. MUNIC. DE S.J. DO RIO PRETO-RTVD-São José do Rio Preto/SP - Canal 53. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.548 - Processo nº 53000.052703/13. XETAS COMUNICAÇÃO LTDA - RTVD - Umuarama/PR - Canal 33. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.549 - Processo nº 53000.070693/07. TV OMEGA LTDA - RTVD - Cafelândia/SP - Canal 48. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.550 - Processo nº 53000.044269/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Itapeva/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.552 - Processo nº 53000.048696/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Lins/SP - Canal 44. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.553 - Processo nº 53000.015459/12. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Novo Horizonte/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.554 - Processo nº 53000.032715/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Piraju/SP - Canal 44. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.555 - Processo nº 53000.051170/12. FUND. PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATIVAS-RTVD-Rio Claro/SP-Canal 38. Autoriza Uso RF.

Nº 3.556 - Processo nº 53000.020359/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - São Pedro/SP - Canal 36. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.557 - Processo nº 53000.046447/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Teodoro Sampaio/SP - Canal 39. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.558 - Processo nº 53000.003268/12. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - São José do Barreiro/SP - Canal 50. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.559 - Processo nº 53000.015460/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Campos do Jordão/SP - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.560 - Processo nº 53000.004508/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Cássia dos Coqueiros/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 3.561 - Processo nº 53000.015462/12. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Lagoinha/SP - Canal 50. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.562 - Processo nº 53000.020356/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Monte Aprazível/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.563 - Processo nº 53000.015465/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Monteiro Lobato/SP - Canal 50. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.564 - Processo nº 53000.015452/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Morungaba/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.565 - Processo nº 53000.015453/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Nova Europa/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.566 - Processo nº 53000.015454/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Ribeirão Bonito/SP - Canal 34. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.567 - Processo nº 53000.015458/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Socorro/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.568 - Processo nº 53000.017841/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - José Bonifácio/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.569 - Processo nº 53000.055867/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Santa Cruz das Palmeiras/SP - Canal 30. Autoriza Uso RF.

Nº 3.570 - Processo nº 53000.050683/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Valparaíso/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.571 - Processo nº 53000.044281/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Ribeirão Branco/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.572 - Processo nº 53000.053128/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Ubatuba/SP - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.573 - Processo nº 53000.065809/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Espírito Santo do Pinhal/SP - Canal 38. Autoriza Uso RF.

Nº 3.574 - Processo nº 53000.046443/10. FUND. PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO E TV EDUCATI VAS - RTVD - Ilha Solteira/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.575 - Processo nº 53000.044283/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Parapuã/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.576 - Processo nº 53000.048698/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Penápolis/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.577 - Processo nº 53000.046446/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Presidente Venceslau/SP - Canal 39. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.578 - Processo nº 53000.020358/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - São José do Rio Pardo/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.579 - Processo nº 53000.056568/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Altinópolis/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.580 - Processo nº 53000.059218/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Brotas/SP - Canal 36. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.581 - Processo nº 53000.017859/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Cardoso/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.582 - Processo nº 53000.044266/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Guapiara/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.583 - Processo nº 53000.033634/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Iguape/SP - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.584 - Processo nº 53000.020355/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Laranjal Paulista/SP - Canal 42. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.585 - Processo nº 53000.044272/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Pereiras/SP - Canal 42. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.586 - Processo nº 53000.044275/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Pongaí/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.587 - Processo nº 53000.033631/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Taguaí/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.588 - Processo nº 53000.011840/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Tapiraí/SP - Canal 42. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.589 - Processo nº 53000.010740/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Pedro de Toledo/SP - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.590 - Processo nº 53000.059217/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Borborema/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.591 - Processo nº 53000.042627/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Cafelândia/SP - Canal 44. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.592 - Processo nº 53000.004513/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Cananéia/SP - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.593 - Processo nº 53000.051175/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Guaratinguetá/SP - Canal 50. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.594 - Processo nº 53000.015461/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Ibitinga/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.595 - Processo nº 53000.017839/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Itajobi/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.596 - Processo nº 53000.017854/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Ituverava/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.597 - Processo nº 53000.010741/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Juquitiba/SP - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.598 - Processo nº 53000.048697/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Mirandópolis/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.599 - Processo nº 53000.023416/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Pontes Gestal/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.600 - Processo nº 53000.046444/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Presidente Epitácio/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.601 - Processo nº 53000.053367/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Rosana (Porto Primavera)/SP - Canal 39. Autoriza Uso RF.

Nº 3.602 - Processo nº 53000.054330/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - São Roque/SP - Canal 42. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.604 - Processo nº 53000.044282/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Taquarituba/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.605 - Processo nº 53000.042622/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RADIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Angatuba (Bom Retiro da Esperança)/SP-Canal 41.Autoriza Uso RF.

Nº 3.606 - Processo nº 53000.020350/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Araras/SP - Canal 36. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.607 - Processo nº 53000.051176/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Barretos/SP - Canal 34. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.608 - Processo nº 53000.049920/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Dracena/SP - Canal 39. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.609 - Processo nº 53000.017855/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Icém/SP - Canal 30. Autoriza Uso de RF.

Nº 3.610 - Processo nº 53000.049605/11. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Iperó (Fazenda Ipanema)/SP - Canal 45. Autoriza Uso RF.

Nº 3.611 - Processo nº 53000.010738/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Iporanga/SP - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.612 - Processo nº 53000.004517/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Juquiá/SP - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.613 - Processo nº 53000.015463/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Lindóia/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.614 - Processo nº 53000.044676/12. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Monte Alto/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.615 - Processo nº 53000.065819/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Pariquera-Açu/SP - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.616 - Processo nº 53000.017849/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Paulo de Faria/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.617.Pocesso nº 53000.044276/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Porangaba/SP - Canal 42. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.618 - Processo nº 53000.049921/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Adamantina/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.619 - Processo nº 53000.048692/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Araçatuba/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.620 - Processo nº 53000.030240/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Arealva/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.621 - Processo nº 53000.048693/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Clementina/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.622 - Processo nº 53000.017858/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Estrela d'Oeste/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.623 - Processo nº 53000.053135/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Fernandópolis/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.624 - Processo nº 53000.063920/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Jacupiranga/SP - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.625 - Processo nº 53000.015464/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Monte Alegre do Sul/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.626 - Processo nº 53000.017848/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Riolândia/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.627 - Processo nº 53000.053142/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - São João da Boa Vista/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.628 - Processo nº 53000.052047/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Bastos/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.629 - Processo nº 53000.042628/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Garça/SP - Canal 44. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.630 - Processo nº 53000.048695/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Junqueirópolis/SP - Canal 39. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.631 - Processo nº 53000.017850/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Paraibuna/SP - Canal 50. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.632 - Processo nº 53000.065433/12. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Iacanga/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.633 - Processo nº 53000.065431/12. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Rifaina/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.634 - Processo nº 53000.030241/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Bariri/SP - Canal 44. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.635 - Processo nº 53000.017857/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - General Salgado/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 3.636 - Processo nº 53000.017851/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Orindiúva/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.638 - Processo nº 53000.030245/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Duartina/SP - Canal 44. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.639 - Processo nº 53000.049606/11. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Paranapanema/SP - Canal 44. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.640 - Processo nº 53000.023415/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Nhandeara/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.641 - Processo nº 53000.053148/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Bebedouro/SP - Canal 34. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.642 - Processo nº 53000.010742/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Porto Feliz/SP - Canal 42. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.643 - Processo nº 53000.032717/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Ourinhos/SP - Canal 44. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.644 - Processo nº 53000.028084/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Mairiporã/SP - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.645 - Processo nº 53000.065426/12. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - São Bento do Sapucaí/SP - Canal 50. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.646 - Processo nº 53000.042623/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Apiaí (Morro Ouro)/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.647 - Processo nº 53000.004514/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Capivari/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.648 - Processo nº 53000.018978/13. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Mogi Guaçu/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.649 - Processo nº 53000.059221/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Areias/SP - Canal 50. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.650 - Processo nº 53000.059222/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Bananal/SP - Canal 50. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.651 - Processo nº 53000.065435/12. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Ibiúna/SP - Canal 24. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.652 - Processo nº 53000.045907/12. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Palestina/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.653 - Processo nº 53000.020360/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Terra Roxa/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.654 - Processo nº 53000.065428/12. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Sandovalina/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.655 - Processo nº 53000.049838/12. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Águas de Santa Bárbara/SP - Canal 57. Autoriza Uso de RF..

Nº 3.656 - Processo nº 53000.004509/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Buritizal/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.657 - Processo nº 53000.032713/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Cerqueira César/SP - Canal 54. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.658 - Processo nº 53000.044674/12. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Santa Maria da Serra/SP - Canal 36. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.659 - Processo nº 53000.030247/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Pirajuí/SP - Canal 57. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.660 - Processo nº 53000.032712/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Botucatu/SP - Canal 54. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.661 - Processo nº 53000.030148/13. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Brasília (Brazlândia)/DF - Canal 59. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.662 - Processo nº 53000.011530/11. AMAZONIA CABO LTDA-RTVD-Assis Brasil/AC-Canal 43. Autoriza Uso RF..

Nº 3.663 - Processo nº 53000.018118/11. TELEV.SUL DE MINAS S/A-RTVD-Nova Resende/MG-Canal 42.Autoriza Uso RF..

Nº 3.664 - Processo nº 53000.025546/12. PREF. MUNIC. DE ITAI - RTVD - Itaí/SP - Canal 26. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.665 - Processo nº 53000.027644/11. PREFEITURA MUNICIPAL DE CLEMENTINA - RTVD - Clementina/SP - Canal 26. Autoriza Uso RF..

Nº 3.666 - Processo nº 53000.021498/11. SISTEMA TV PAULISTA LTDA-RTVD-Arujá/SP-Canal 59. Autoriza Uso de RF..

Nº 3.667 - Processo nº 53000.026312/11. FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA - RTVD - Valparaíso/SP-Canal 36.Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.668 - Processo nº 53000.021497/11. SISTEMA TV PAULISTA LTDA - RTVD - Adamantina/SP - Canal 56. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.669 - Processo nº 53000.019262/13. FUNDAÇÃO NOSSA SENHORA APARECIDA - RTVD - Rio de Janeiro/RJ-Canal 46.Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.670 - Processo nº 53000.031717/10. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - RTVD-Governador Valadares/MG-Canal 58. Autoriza Uso de RF..

Nº 3.671 - Processo nº 53000.004622/12. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Itumbiara/GO - Canal 58. Autoriza Uso de RF..

Nº 3.672 - Processo nº 53000.041763/10. FUND. JOÃO PAULO II-RTVD-Novo Horizonte/SP-Canal 58. Autoriza Uso RF.

Nº 3.673 - Processo nº 53000.015329/11. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Pirapora/MG - Canal 58. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.674 - Processo nº 53000.031720/10. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Guaxupé/MG - Canal 57. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.675 - Processo nº 53000.004624/12. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - RTVD - Juiz de Fora/MG - Canal 58. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.676 - Processo nº 53000.015337/11. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - RTVD - Presidente Venceslau/SP - Canal 54. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.677 - Processo nº 53000.031714/10. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Uberaba/MG - Canal 58. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.678 - Processo nº 53000.015326/11. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Iturama/MG - Canal 58. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.679 - Processo nº 53000.031724/10. FUND. JOÃO PAULO II-RTVD-João Pinheiro/MG- Canal 57. Autoriza Uso de RF..

Nº 3.680 - Processo nº 53000.031727/10. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Arcos/MG - Canal 57. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.681 - Processo nº 53000.046618/10. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Paraty/RJ - Canal 59. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.682 - Processo nº 53000.051771/10. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - RTVD - Alpinópolis/MG - Canal 57. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.683 - Processo nº 53000.030871/11. FUND.JOÃO PAULO II - RTVD - Londrina/PR - Canal 55. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.684 - Processo nº 53000.034369/10. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Paracatu/MG - Canal 57. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.685 - Processo nº 53000.064192/10. FUND.JOÃO PAULO II - RTVD - Chapecó/SC - Canal 57. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.686 - Processo nº 53000.032349/12. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Agudo/RS - Canal 59. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.687 - Processo nº 53000.031729/10. FUND.JOÃO PAULO II - RTVD - Barbacena/MG - Canal 58. Autoriza Uso de RF..

Nº 3.688 - Processo nº 53000.034366/10. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Frutal/MG - Canal 58. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.689 - Processo nº 53000.031733/10. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Cambuí/MG - Canal 57. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.690 - Processo nº 53000.003435/11. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Perdigão/MG - Canal 57. Autoriza o Uso de RF..

Nº 3.691 - Processo nº 53000.031723/10. FUND.JOÃO PAULO II-RTVD-João Monlevade/MG-Canal 58. Autoriza Uso RF.

Nº 3.692 - Processo nº 53000.031737/10. FUND.JOÃO PAULO II - RTVD - Divinópolis/MG - Canal 56. Autoriza Uso RF.

Nº 3.693 - Processo nº 53000.015324/11. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Posse/GO - Canal 58. Autoriza Uso de RF.

Nº 3.694 - Processo nº 53000.031734/10. FUND. JOÃO PAULO II-RTVD-Campina Verde/MG-Canal 58.Autoriza Uso RF.

Nº 3.695 - Processo nº 53000.031736/10. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Coromandel/MG - Canal 58. Autoriza Uso RF.

Nº 3.696 - Processo nº 53000.051770/10. FUND. JOÃO PAULO II-RTVD-Águas Formosas/MG-Canal 58.Autoriza Uso RF.

Nº 3.697 - Processo nº 53000.031731/10. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Buritis/MG - Canal 58. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.698 - Processo nº 53000.003437/11. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Catalão/GO - Canal 58. Autoriza o Uso RF.

Nº 3.699 - Processo nº 53000.034367/10. FUND.JOÃO PAULO II - RTVD - Januária/MG - Canal 58. Autoriza Uso de RF.

Nº 3.700 - Processo nº 53000.046622/10. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Vassouras/RJ - Canal 56. Autoriza Uso de RF.

Nº 3.701 - Processo nº 53000.004808/09. FUND. EDUC. CULT.DE ARARAS - GTVD-Araras/SP-Canal 17.Autoriza Uso RF.

Nº 3.702 - Processo nº 53000.062176/12. TELEVISÃO LIBERAL LTDA-RTVD-Bragança/PA-Canal 20. Autoriza Uso RF.

Nº 3.703 - Processo nº 53000.021997/12. TELEVISÃO VALE DO SÃO LOURENCO LTDA - RTVD - Jaciara/MT-Canal 53. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.704 - Processo nº 53000.069239/07. TV OMEGA LTDA - RTVD - Rio de Janeiro (Serra Medanha)/RJ - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.705 - Processo nº 53000.036775/13. PREF. MUNIC. DE ITUMBIARA-RTVD-Itumbiara/GO-Canal 41. Autoriza Uso RF.

Nº 3.706 - Processo nº53000.035290/13.FUNDAÇÃO RÁDIO TELEVISÃO EDUCATIVA DO PIAUI - RTVD- Floriano/PI - Canal 46. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.707 - Processo nº 53000.064231/10. TELEVISÃO EDUCATIVA CIDADE DE IBITINGA LTDA - RTVD - Ibitinga/SP - Canal 58. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.708 - Processo nº 53000.021580/11. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA BENEFICENTE DE BUENO BRANDAO - RTVD - Bueno Brandão/MG - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.709 - Processo nº 53000.017017/09. W. A. C. RABELO & CIA LTDA - RTVD - Belém/PA - Canal 16. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.710 - Processo nº 53000.029914/12. RÁDIO E TELEVISÃO IGUAÇU SA - RTVD - Prudentópolis/PR - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.711 - Processo nº 53000.001400/12. TELEVISÃO CENTRO AMERICA LTDA - RTVD - Ribeirãozinho/MT - Canal 32. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.712 - Processo nº 53000.039414/11. TV ARATU S/A - RTVD - Brumado/BA - Canal 26. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.713 - Processo nº 53000.022980/10. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Bragança Paulista/SP - Canal 34. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.714 - Processo nº 53000.062060/10. TELEVISÃO INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Goiás/GO - Canal 15. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.715 - Processo nº 53000.066068/10. TELEV. INDEPENDENTE DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO LTDA - RTVD - Nazaré da Mata/PE - Canal 52. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.716 - Processo nº 53000.023645/12. PREF. MUNIC. DE PALESTINA-RTVD-Palestina/SP-Canal 26. Autoriza Uso de RF.

Nº 3.717 - Processo nº 53000.023105/11. TV SÃO JOSÉ DO RIO PRETO-RTVD-Mendonça/SP-Canal 26. Autoriza Uso RF.

Nº 3.718 - Processo nº 53000.053316/12. RÁDIO E TELEV. RECORD-RTVD-Peruíbe/SP-Canal 53. Autoriza Uso RF.

Nº 3.719 - Processo nº 53000.053319/12. RÁDIO E TELEV. RECORD -RTVD-Barras/PI-Canal 32. Autoriza Uso de RF.

Nº 3.720 - Processo nº 53000.064224/12. TELEVISÃO VERDES MARES LTDA - RTVD - Quixeramobim (Mutamba)/CE - Canal 32. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.721 - Processo nº 53000.036709/13. TELEVISÃO VERDES MARES LTDA - RTVD - Jijoca de Jericoacoara/CE - Canal 32. Autoriza o Uso de RF.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Nº 3.722 - Processo nº 53000.036755/13. TELEVISÃO VERDES MARES LTDA - RTVD - Araripe/CE - Canal 32. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.723 - Processo nº 53000.064202/12. TELEVISÃO VERDES MARES LTDA-RTVD-Iguatu (Pedras)/CE - Canal 34. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.724 - Processo nº 53000.036658/13. TV DIARIO LTDA-RTVD-Tabuleiro do Norte/CE-Canal 23. Autoriza Uso RF.

Nº 3.725 - Processo nº 53000.036742/13. TV DIARIO LTDA - RTVD - Crateús/CE - Canal 22. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.726 - Processo nº 53000.065279/12. EMPRESA DE TELEVISÃO JOÃO PESSOA LTDA-RTVD - Solânea/PB - Canal 17. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.727, .
Processo nº 53000.046419/13. TV LUZIANIA LTDA - RTVD - Águas Lindas de Goiás/GO - Canal 16. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.728 - Processo nº 53000.029693/11. TV TOCANTINS LTDA - RTVD - Santa Tereza de Goiás/GO - Canal 34. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.729 - Processo nº 53000.060164/10. EMPRESA PIONEIRA DE TELEVISÃO S/A - RTVD - Matão/SP - Canal 42. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.730 - Processo nº 53000.022100/11. TV OESTE DO PARANA LTDA-RTVD-Palotina/PR-Canal 29. Autoriza Uso RF.

Nº 3.731 - Processo nº 53000.051440/11. TELEVISÃO CULTURA DE MARINGA LIMITADA - RTVD - Ivaiporã/PR - Canal 41. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.732 - Processo nº 53000.008119/11. RÁDIO TV DO AMAZONAS LTDA - RTVD - Acrelândia (Redenção)/AC - Canal 15. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.733 - Processo nº 53000.032352/12. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Sabará/MG - Canal 57. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.734 - Processo nº 53000.046616/10. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Itaguaí/RJ - Canal 59. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.735 - Processo nº 53000.046620/10. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - São Fidélis/RJ - Canal 59. Autoriza Uso RF.

Nº 3.736 - Processo nº 53000.031726/10. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Araxá/MG - Canal 58. Autoriza Uso de RF.

Nº 3.737 - Processo nº 53000.051772/10. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Araçuaí/MG - Canal 58. Autoriza Uso de RF.

Nº 3.738 - Processo nº 53000.032351/12. FUND.JOÃO PAULO II - RTVD - Rio Bonito/RJ - Canal 59. Autoriza Uso de RF.

Nº 3.739 - Processo nº 53000.031705/10. FUND.JOÃO PAULO II-RTVD-Leopoldina/MG-Canal 58.Autoriza Uso RF.

Nº 3.740 - Processo nº 53000.017644/09. TV CABRALIA LTDA - RTVD - Macapá/AP - Canal 55. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.741 - Processo nº 53000.054340/12. TV CABRALIA LTDA - RTVD - Itamaraju/BA - Canal 17. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.742 - Processo nº 53000.021228/11. TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA - RTVD - Araguari/MG - Canal 53. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.743 - Processo nº 53000.021203/11. TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA - RTVD - Paraty/RJ - Canal 54. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.744 - Processo nº 53000.017666/09. TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA - RTVD - São Luís/MA - Canal 56. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.745 - Processo nº 53000.021189/11. TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA - RTVD - Campos dos Goytacazes/RJ - Canal 55. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.746 - Processo nº 53000.021191/11. TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA-RTVD - Volta Redonda/RJ - Canal 54. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.747 - Processo nº 53000.017671/09. TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA - RTVD - Rio Branco/AC - Canal 55. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.748 - Processo nº 53000.060192/12. INTERVISÃO EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - RTVD - Coração de Jesus/MG - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.749 - Processo nº 53000.044452/12. INTERVISÃO EMISSORAS DE RÁDIO E TELEVISÃO LTDA - RTVD - Unaí/MG - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.750 - Processo nº 53000.018558/09. FUNDAÇÃO NAZARE DE COMUNICAÇÃO - RTVD - Rio Branco/AC - Canal 57. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.751 - Processo nº 53000.043487/12. FUNDAÇÃO NAZARE DE COMUNICAÇÃO - RTVD - Carutapera/MA - Canal 52. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.752 - Processo nº 53000.047300/12. RÁDIO E TELEVISÃO O NORTE LTDA - RTVD - Campina Grande/PB - Canal 16. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.753 - Processo nº 53000.012799/11. TV SERRA AZUL LTDA - RTVD - Itaúna/MG - Canal 43. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.754 - Processo nº 53000.012801/11. TV SERRA AZUL LTDA-RTVD-Sete Lagoas/MG-Canal 43. Autoriza Uso RF.

Nº 3.755 - Processo nº 53000.012798/11. TV SERRA AZUL LTDA-RTVD-Divinópolis/MG-Canal 43. Autoriza Uso RF.

Nº 3.756 - Processo nº 53000.012800/11. TV SERRA AZUL LTDA - RTVD - Pará de Minas/MG - Canal 43. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.757 - Processo nº 53000.009653/11. FUND. JOÃO PAULO II - RTVD - Tupi Paulista/SP - Canal 59. Autoriza Uso RF.

Nº 3.758 - Processo nº 53000.031712/10. FUNDAÇÃO JOÃO PAULO II - RTVD - São João del Rei/MG - Canal 58. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.759 - Processo nº 53000.031710/10. FUND.JOÃO PAULO II-RTVD-Pedro Leopoldo/MG-Canal 42.Autoriza Uso RF.

Nº 3.760 - Processo nº 53000.031716/10. FUND.JOÃO PAULO II - RTVD - Unaí/MG - Canal 58. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.761 - Processo nº 53000.004625/12. FUND.JOÃO PAULO II - RTVD - Lagarto/SE - Canal 41. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.762 - Processo nº 53000.020351/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Guararema/SP - Canal 52. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.763 - Processo nº 53000.020616/11. PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAGANÇA PAULISTA - RTVD - Bragança Paulista/SP - Canal 18. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.764 - Processo nº 53000.027649/11. PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL ARCANJO - RTVD - São Miguel Arcanjo/SP - Canal 52. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.765 - Processo nº 53000.034725/13. PREFEITURA MUNICIPAL DE AMPARO - RTVD - Amparo/SP - Canal 57. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.766 - Processo nº 53000.056278/12. RÁDIO E TELEVISÃO TAROBA LTDA - RTVD - Santa Helena/PR - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.768 - Processo nº 53000.043596/12. TV VALE DO ITAJAI LTDA-RTVD-Brusque/SC - Canal 30. Autoriza Uso RF.

Nº 3.769 - Processo nº 53000.058262/12. TV VALE DO ITAJAI LTDA-RTVD-Canoinhas/SC-Canal 28. Autoriza Uso RF.

Nº 3.770 - Processo nº 53000.058215/12. TV O ESTADO LTDA - RTVD - Mafra/SC - Canal 28. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.771 - Processo nº 53000.058213/12. TV O ESTADO LTDA - RTVD - Joaçaba/SC - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.772 - Processo nº 53000.055938/12. RÁDIO E TELEVISÃO RECORD S.A. - RTVD - Santa Rita do Passa Quatro/SP - Canal 28. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.773 - Processo nº 53000.055929/12. TV RECORD DE FRANCA S/A-RTVD-Itápolis/SP-Canal 28. Autoriza Uso RF.

Nº 3.774 - Processo nº 53000.048953/12. SOCIEDADE DE TELEVISÃO SUL FLUMINENSE LTDA - RTVD - Barra do Piraí/RJ - Canal 17. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.775 - Processo nº 53000.062749/12. TELEVISÃO LAGES LTDA - RTVD - São Miguel do Oeste/SC - Canal 23. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.776 - Processo nº 53000.002219/13. SOCIEDADE DE TELEVISÃO MANAUARA LTDA - RTVD - Tefé/AM - Canal 34. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.777 - Processo nº 53000.002217/13. SOCIEDADE DE TELEVISÃO MANAUARA LTDA - RTVD - Parintins/AM - Canal 34. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.778 - Processo nº 53000.020991/11. RBS PARTICIPACOES S. A. - RTVD - Urupema/SC - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.779 - Processo nº 53000.020990/11. RBS PARTICIPACOES S. A. - RTVD - Urubici/SC - Canal 33. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.780 - Processo nº 53000.017640/09. TV CABRALIA LTDA - RTVD - Salvador/BA - Canal 32. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.781 - Processo nº 53000.020769/11. CANAL BRASILEIRO DA INFORMACAO CBI LTDA - RTVD - Votuporanga/SP - Canal 20. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.782 - Processo nº 53000.017307/09. TV STUDIOS DE BRASÍLIA LTDA - RTVD - Brasília (Brazlândia)/DF - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.783 - Processo nº 53000.026122/11. ABRIL RADIODIFUSÃO S/A - RTVD - Araçatuba/SP - Canal 58. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.784 - Processo nº 53000.058238/11. FUND. CASPER LIBERO - RTVD - Jundiaí/SP - Canal 56. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.785 - Processo nº 53000.061073/11. FUND. CASPER LIBERO - RTVD - Orlândia/SP - Canal 56. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.786 - Processo nº 53000.061065/11. FUND. CASPER LIBERO - RTVD - São José do Rio Preto/SP - Canal 56. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.787 - Processo nº 53000.061068/11. FUND. CASPER LIBERO - RTVD - Santa Rita do Passa Quatro/SP - Canal 56. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.788 - Processo nº 53000.061074/11. FUND. CASPER LIBERO - RTVD - Mococa/SP - Canal 56. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.789 - Processo nº 53000.061063/11. FUND. CASPER LIBERO - RTVD - Votuporanga/SP - Canal 56. Autoriza Uso de RF.

Nº 3.790 - Processo nº 53000.061080/11. FUND. CASPER LIBERO - RTVD - Serra Negra/SP - Canal 56. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.791 - Processo nº 53000.056569/09. FUND.PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Alumínio/SP - Canal 42. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.792 - Processo nº 53000.056567/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Águas de Lindóia/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.793 - Processo nº 53000.047857/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Piracicaba/SP - Canal 36. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.794 - Processo nº 53000.053144/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Leme/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.795 - Processo nº 53000.053132/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Itanhaém/SP - Canal 43. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.796 - Processo nº 53000.015457/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - São José dos Campos (São Francisco Xavier)/SP - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.797 - Processo nº 53000.053127/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Votuporanga/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.798 - Processo nº 53000.047860/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - São Carlos/SP - Canal 34. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.799 - Processo nº 53000.030246/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Jaú/SP - Canal 44. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.800 - Processo nº 53000.023414/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Bauru/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.801 - Processo nº 53000.004510/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Descalvado/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.802 - Processo nº 53000.017856/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Guaíra/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.803 - Processo nº 53000.017840/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Itápolis/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.804 - Processo nº 53000.017860/1 . FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Jales/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.805 - Processo nº 53000.017842/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Olímpia/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.806 - Processo nº 53000.031042/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Pederneiras/SP - Canal 44. Autoriza o Uso de RF.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Nº 3.807 - Processo nº 53000.046445/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Presidente Prudente/SP - Canal 39. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.809 - Processo nº 53000.004515/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Cajati/SP - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.810 - Processo nº 53000.023417/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Catanduva/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.811 - Processo nº 53000.020352/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Guariba/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.812 - Processo nº 53000.020353/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Igarapava/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.813 - Processo nº 53000.044270/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Itararé/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.814 - Processo nº 53000.044278/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Rancharia/SP - Canal 39. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.815 - Processo nº 53000.031041/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Santa Cruz do Rio Pardo/SP - Canal 44. Autoriza Uso RF.

Nº 3.816 - Processo nº 53000.052046/10. FUND. PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Tupã/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.817 - Processo nº 53000.030242/10. FUND. PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Dois Córregos/SP - Canal 54. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.818 - Processo nº 53000.020354/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Jaboticabal/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.819 - Processo nº 53000.053146/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Matão/SP - Canal 34. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.820 - Processo nº 53000.004511/10. FUND. PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Mongaguá/SP - Canal 43. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.821 - Processo nº 53000.020357/10. FUND. PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Orlândia/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.822 - Processo nº 53000.049917/10. FUND. PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Pereira Barreto/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.823 - Processo nº 53000.044273/10. FUND. PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Pilar do Sul/SP - Canal 42. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.824 - Processo nº 53000.017852/10. FUND. PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Santa Fé do Sul/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.825 - Processo nº 53000.015450/10. FUND. PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD-Santa Rita do Passa Quatro/SP-Canal 30. Autoriza Uso RF.

Nº 3.826 - Processo nº 53000.031040/10. FUND. PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - São Miguel Arcanjo/SP - Canal 40. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.827 - Processo nº 53000.004518/10. FUND. PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Registro/SP - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.828 - Processo nº 53000.017853/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - São Joaquim da Barra/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.829 - Processo nº 53000.051169/09. FUND. PADRE ANCHIETA - CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Amparo/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.830 - Processo nº 53000.059220/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Barra do Turvo/SP - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.831 - Processo nº 53000.053137/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Caraguatatuba/SP - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.832 - Processo nº 53000.033633/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Itaporanga/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.833 - Processo nº 53000.056570/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Mococa/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.834 - Processo nº 53000.017847/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Tanabi/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.835 - Processo nº 53000.010743/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Miracatu/SP - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.836 - Processo nº 53000.003267/12. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Itaberá/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.837 - Processo nº 53000.010745/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Itariri/SP - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.838 - Processo nº 53000.049922/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Osvaldo Cruz/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.839 - Processo nº 53000.015455/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Queluz/SP - Canal 50. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.840 - Processo nº 53000.044279/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Ribeira/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.841 - Processo nº 53000.010744/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - São Luís do Paraitinga/SP - Canal 50. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.842 - Processo nº 53000.004516/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Sete Barras/SP - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.843 - Processo nº 53000.017843/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Silveiras/SP - Canal 50. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.844 - Processo nº 53000.004512/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Caconde/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.845 - Processo nº 53000.030248/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Reginópolis/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.846 - Processo nº 53000.063921/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Eldorado/SP - Canal 21. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.847 - Processo nº 53000.044277/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Quatá/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.848 - Processo nº 53000.017844/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Tabapuã/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.849 - Processo nº 53000.046442/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Andradina/SP - Canal 38. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.850 - Processo nº 53000.059219/09. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Batatais/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.851 - Processo nº 53000.044264/10. FUND. PADRE ANCHIETA-CENTRO PAULISTA DE RÁDIO TV EDUCATIVAS - RTVD - Capão Bonito/SP - Canal 30. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.852 - Processo nº 53000.029148/13. GOV. DO EST. DE GOIAS - AGENCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO - RTVD - Bom Jardim de Goiás/GO - Canal 31. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.853 - Processo nº 53000.029160/13. GOV. DO EST. DE GOIAS - AGENCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO - RTVD - Formosa/GO - Canal 51. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.854 - Processo nº 53000.029176/13. GOV. DO EST. DE GOIAS - AGENCIA GOIANA DE COMUNICAÇÃO - RTVD - Piranhas/GO - Canal 46. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.855 - Processo nº 53000.024415/11. TV LUZIANIA LTDA - RTVD - Planaltina/GO - Canal 16. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.856 - Processo nº 53000.020836/11. TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA SA - RTVD-Blumenau/SC-Canal 34. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.857 - Processo nº 53000.020838/11. TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA S A-RTVD-Brusque/SC - Canal 33. Autoriza Uso RF.

Nº 3.858 - Processo nº 53000.020837/11. TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA S A - RTVD - Ibirama/SC - Canal 42. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.859 - Processo nº 53000.020842/11. TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA SA - RTVD - Ituporanga/SC - Canal 42. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.860 - Processo nº 53000.020847/11. TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA AS - RTVD-Santa Cecília/SC-Canal 39. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.861 - Processo nº 53000.020835/11. TV COLIGADAS DE SANTA CATARINA S A - RTVD - Taió/SC - Canal 25. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.862 - Processo nº 53000.021660/11.TELEVISÃO .RIO FORMOSO LTDA -RTVD-Formoso do Araguaia/TO - Canal 22. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.864 - Processo nº 53000.021661/11.TELEVISÃO RIO FORMOSO LTDA - RTVD - Monte do Carmo/TO - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.865 - Processo nº 53000.021590/11. TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAINA LTDA - RTVD - Babaçulândia/TO - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.866 - Processo nº 53000.021570/11. TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAINA LTDA - RTVD - Axixá do Tocantins/TO - Canal 24. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.867 - Processo nº 53000.021573/11. TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAINA LTDA - RTVD - Luzinópolis/TO - Canal 25. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.868 - Processo nº 53000.021594/11. TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAINA LTDA - RTVD - Wanderlândia/TO - Canal 23. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.869 - Processo nº 53000.021586/11. TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAINA LTDA - RTVD - Sampaio/TO - Canal 23. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.870 - Processo nº 53000.021589/11. TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAINA LTDA - RTVD - Santa Fé do Araguaia/TO - Canal 23. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.871 - Processo nº 53000.021581/11. TELEVISÃO ANHANGUERA DE ARAGUAINA LTDA - RTVD - Nova Olinda/TO - Canal 25. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.872 - Processo nº 53000.058271/12. TELEVISÃO XANXERE LTDA - RTVD - Herval d'Oeste (Morro do Sarandi)/SC - Canal 28. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.873 - Processo nº 53000.015526/12. TV STUDIOS DE JAU S/A-RTVD-Duartina/SP-Canal 52. Autoriza Uso de RF.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATOS DE 16 DE JUNHO DE 2015

Nº 3.878 - Processo nº 53500.201594/15. ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DO POVO DE DOM VICOSO - RADCOM - Dom Viçoso/MG - Canal 285. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.880. Processo nº 53500.201595/15. ASSOCIAÇÃO CULTURAL DE MONTE AZUL - RADCOM - Monte Azul/MG - Canal 285. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.882 - Processo nº 53500.201596/15. ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DE TOCANTINIA - RADCOM - Tocantínia/TO - Canal 200. Autoriza o Uso de RF.

Nº 3.898 - Processo nº 53000.045222/09. CAMARA DOS DEPUTADOS-FM- São Luís/MA-Canal 269 E. Autoriza Uso de RF.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.936, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Autorizar A MATTHEIS MOTORSPORT S/C LTDA, CNPJ nº 00.472.205/0001-70 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Santa Cruz do Sul/RS, , no período de 26/06/2015 a 28/06/2015.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ATO Nº 3.937, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Autorizar HOT CAR COMPETIÇÕES E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 67.345.587/0001-41 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Santa Cruz do Sul/RS, no período de 26/06/2015 a 28/06/2015.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

ATO Nº 3.938, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Autorizar WILLIAM CURVELO LUBE, CPF nº 011.974.177-61 a realizar operação temporária de equipamentos de radiocomunicação, na(s) cidade(s) de Santa Cruz do Sul/RS, no período de 26/06/2015 a 28/06/2015.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA
DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA

PORTARIA Nº 1.775, DE 23 DE ABRIL DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53000.048918/2013-29, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Radio Onda Sul FM Ltda., executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Carmo do Rio Claro, estado de Minas Gerais, utilizando o canal 9 (nove), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Fundação TV Minas Cultural e Educativa, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOVINO ALBERTO OLIVEIRA PEREIRA

PORTARIA Nº 1.834, DE 15 DE MAIO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53000.048128/2013-43, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Prefeitura Municipal de Paulo Frontin, executante do serviço de RTV, em caráter primário, no município de Paulo Frontin, estado do Paraná, utilizando o canal 36- (trinta e seis, decalado para menos), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a TV Cachoeira do Sul Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Cachoeira do Sul, estado do Rio Grande do Sul.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOVINO ALBERTO OLIVEIRA PEREIRA

PORTARIA Nº 1.896, DE 5 DE MAIO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53900.015102/2015-37, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Prefeitura Municipal de Itajá, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Itajá, estado de Goiás, utilizando o canal 48 (quarenta e oito), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a Rede Brasileira de Rádio e Televisão Ltda., concessionária do serviço radiodifusão de sons e imagens, no município de Jataí, estado de Goiás.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOVINO ALBERTO OLIVEIRA PEREIRA

PORTARIA Nº 2.021, DE 18 DE MAIO DE 2015

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE OUTORGA DE SERVIÇOS DE COMUNICAÇÃO ELETRÔNICA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 72 do Capítulo IV do Anexo IV da Portaria nº 143, de 9 de março de 2012, e tendo em vista o que consta do Processo n. 53900.022604/2015-14, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria nº 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Prefeitura Municipal de Turvo, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Turvo, estado do Paraná, utilizando o canal 13 (treze), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a TV Nova Conexão Ltda., concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Francisco Beltrão, estado do Paraná.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOVINO ALBERTO OLIVEIRA PEREIRA

Ministério das Relações Exteriores

FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO

PORTARIA Nº 66, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre o ressarcimento de despesas de fornecimento de cópias reprográficas de documentos pela Fundação Alexandre de Gusmão.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ALEXANDRE DE GUSMÃO, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V do art. 15 do Estatuto da Fundação, aprovado pelo Decreto nº 5.980, de 6 de dezembro de 2006, publicado no Diário Oficial do dia subseqüente e com base no art. 40 da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, resolve:

Art.1º Disciplinar o fornecimento de vistas e cópias reprográficas de dados, documentos e de processos pela Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, bem como a cobrança dos respectivos custos, quando for o caso.

Art.2º Compete aos Chefes das Unidades da FUNAG ou a seus substitutos, autorizarem ou não o fornecimento de cópias de peças processuais e de quaisquer outros documentos requeridas expressamente pelos interessados.

Art.3º Os interessados têm direito à vista do processo e a obter certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os dados e documentos de terceiros protegidos por sigilo nos termos do art. 6º do Decreto nº 7.724/2012.

Art.4º Os interessados em obter cópias de documentos sob a gestão e guarda das unidades da Fundação Alexandre de Gusmão-FUNAG, estão sujeitos ao recolhimento prévio de valor pecuniário a título de ressarcimento de despesas incorridas com o serviço reprográfico ou digitalizado.

Parágrafo único. Não será cobrado o ressarcimento, quando as solicitações forem de interesse de órgão ou entidade da administração pública federal, estadual ou municipal.

Art.5º Conceder-se-á dispensa do recolhimento previsto no art. 1º desta Portaria nos casos de insuficiência de recursos que poderá ser provada por todos os meios de prova em direito admitidos.

Art.6º O interessado ou seu representante legal devidamente constituído deverá, de forma expressa, requerer previamente "vistas/cópias" de processos ou documentos pelos meios legais pertinentes, quais sejam, via e-SIC ou setor de Protocolo da unidade organizacional onde se encontram os autos/documento(s), para verificação pelo órgão competente e determinação, se for o caso, do quantitativo de cópias que se dará após a regular análise técnica e vistas, caso deferida de forma total ou parcialmente.

Art.7º Aprovado o pedido, deverá o solicitante ou seu representante legal preencher os competentes formulários anexos a essa portaria no que couber.

Art. 8º Serão cobrados por lauda copiada, a título de ressarcimento de custos, o valor de R$ 0,20 (vinte centavos) por cópia simples e R$ 0,40 (quarenta centavos) por cópia autenticada e de R$ 2,00 (dois reais) quando realizada de forma digitalizada em mídia eletrônica (CD).

§ 1º O ressarcimento de custos de cópia física, se dará por meio da Guia de Recolhimento da União - GRU, devidamente emitida pelo setor financeiro da Fundação, no código 18856-5, gestão 24290, UG244001 a ser recolhida junto ao Banco do Brasil S.A.

§ 2º O ressarcimento de custos em meio digital se dará por meio da Guia de Recolhimento da União - GRU, devidamente emitida pelo setor financeiro da Fundação, no código 68888-6, gestão 24290, UG244001 a ser recolhida junto ao Banco do Brasil S.A.

Art.9º Preenchido o Formulário de Solicitação de Cópias e comprovado o recolhimento da GRU ou a situação de dispensa, os autos ou documentos serão encaminhados pela unidade organizacional ao setor competente para providências.

§1º As cópias somente serão retiradas pelo solicitante, ou seu representante legal devidamente constituído, em dia hora previamente especificados na unidade organizacional para qual foi dirigida a solicitação, sendo dada ciência da data e hora ao interessado por meio do sistema e-SIC ou por ofício.

§2º O prazo para entrega das cópias ao solicitante não excederá a dez (10) dias contados da comprovação do pagamento pelo requerente da GRU, conforme disposto nos artigos 17 e 18 do Decreto nº 7.724 de 16/05/2012.

§3º A unidade organizacional, após a entrega das cópias, deverá juntar ao processo original o formulário de solicitação, o comprovante de recolhimento e o recibo das cópias devidamente assinado pelo interessado.

Art.10º Os casos omissos na presente Norma de Execução serão dirimidos pela Coordenação-Geral de Administração, Orçamento e Finanças - CGAOF.

Art. 11º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

SÉRGIO EDUARDO MOREIRA LIMA

ANEXOS

FORMULÁRIO DE SOLICITAÇÃO DE CÓPIAS
IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO
PROCESSO N°:_____ PÁGINAS/VOLUMES A SEREM COPIADAS: N° TOTAL DE CÓPIAS: JUSTIFICATIVA:_____
IDENTIFICAÇÃO DO SOLICITANTE
INTERESSADO (A):_____ CPF N°:_____ REPRESENTANTE LEGAL:_____ CPF N°/ OAB: _____ _____,_____de_____de_____ _____ ASSINATURA DO INTERESSADO (A) OU REPRESENTANTE LEGAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

NO CASO DE PREENCHIMENTO POR SERVIDOR DESIGNADO (Solicitante que não pode ou não sabe assinar)

SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO:_____
CPF:_____ SIAPE:_____

_____
ASSINATURA DO SERVIDOR RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO

TESTEMUNHAS:

1- _____ Assinatura
NOME:
CPF:
SIAPE:

2- _____ Assinatura
NOME:
CPF:
SIAPE:

PROCESSO N°:_____
INTERESSADO (A):_____

RESSARCIMENTO

( ) RECOLHIMENTO (anexar comprovante de pagamento)

INFORMAÇÕES PARA A EMISSÃO DA GRU - GUIA DE RECOLHIMENTO DA UNIÃO:
-VALOR: R$ 0,20 (por lauda), R$ 0,40 (por lauda autenticada) ou R$ 2,00 (cópia digitalizada)
- CÓDIGO DE RECOLHIMENTO: 18856-5 (cópia física) ou 68888-6 (cópia digitalizada)
- UG: 244001 / GESTÃO: 24290

QANTIDADE DE CÓPIAS:_____
VALOR A SER RECOLHIDO:_____

( ) DISPENSADO DO RECOLHIMENTO (ART. 5°)

( ) I - POBRE:
( ) DECLARAÇÃO DE POBREZA (preencher abaixo)
( ) II - ADMINISTRAÇÃO PUBLICA

DECLARAÇÃO DE POBREZA

Eu,_____, CPF N°_____, RG N°_____, declaro, para os fins especificados na Portaria n° _____, de ____/___/____, da Fundação Alexandre de Gusmão - FUNAG, que minha situação econômica não me permite pagar o valor do ressarcimento de que trata o art.1° da mencionada portaria sem prejuízo do sustento próprio ou da família.

Declaro, também, que as informações prestadas são verdadeiras e que estou ciente de que minha falsa declaração sujeitar-me-á às sanções civis, administrativas e criminais na forma da lei.

_____,_____de_____de_____

_____
ASSINATURA DO INTERESSADO(A) OU REPRESENTANTE LEGAL

VIA - SETOR DE REPOGRAFIA

PROCESSO N°:_____
PÁGINAS COPIADAS:_____
Nº TOTAL DE CÓPIAS:_____
INTERESSADO (A):_____

AUTORIZAÇÃO

Autorizo a reprodução dos trechos do processo ou documento especificados neste formulário, conforme informações constantes no cabeçalho desta página, para sua posterior entrega ao solicitante.

_____,_____de_____de_____

ASSINATURA E CARIMBO DO CHEFE DA/FUNAG

DATA PROVÁVEL DE ENTREGA: _____/___/_____

RECIBO

Recebi as cópias solicitadas neste formulário, conforme informações constantes no cabeçalho desta página.

_____,_____de_____de_____

_____
ASSINATURA DO INTERESSADO (A) OU REPRESENTANTE LEGAL

PROCESSO N°:_____
INTERESSADO (A):_____
LOCAL DE RETIRADA DAS CÓPIAS:_____ RAMAL:_____
DATA PROVÁVEL DE ENTREGA:_____/___/_____

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

MACHADO DE ASSIS



O autor de "Dom Casmurro", "Quincas Borba", entre outras obras, é patrono **in memoriam** da Imprensa Nacional desde janeiro de 1997.

Patrono da Imprensa Nacional

Machado de Assis, no início de sua carreira literária, trabalhou, de 1856 a 1858, como aprendiz de tipógrafo, usando o prelo que hoje está em exposição no Museu da Imprensa. Em 1867 regressa ao órgão oficial para trabalhar como ajudante do diretor de publicação do **Diário Oficial**, cargo que ocupou até 6 de janeiro de 1874.

MACHADO DE ASSIS

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 276, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DE MINAS E ENERGIA, no uso das atribuições que lhe confere o art. 87, parágrafo único, incisos II e IV, da Constituição, tendo em vista o disposto na Lei nº 12.783, de 11 de janeiro de 2013, no Decreto nº 7.805, de 14 de setembro de 2012, e o que consta dos Processos nº 48100.001064/1996-13 e nº 48000.000737/2015-43, resolve:

Art. 1º Designar a Santa Cruz Geração de Energia S.A., com Sede na Avenida Eusébio Matoso, nº 1.375, 5º Andar, Município de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.614.088/0001-80, como responsável pela Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica, por meio da Usina Hidrelétrica denominada UHE Paranapanema, com vistas a garantir a continuidade do serviço.

§ 1º A Prestação do Serviço de que trata o caput dar-se-á nos termos e condições estabelecidos na Portaria MME nº 117, de 5 de abril de 2013, e seu Anexo, estando a Santa Cruz Geração de Energia S.A. obrigada a manter ou melhorar o Índice de Indisponibilidade Total, formado pelas Taxa Equivalente de Indisponibilidade Forçada - TEIF e Indisponibilidade Programada - IP, consideradas no cálculo da Garantia Física de Energia e de Potência apresentada no Anexo desta Portaria, ou valores considerados nas revisões da Garantia Física de Energia e de Potência da Usina Hidrelétrica.

§ 2º A Prestação do Serviço de Geração de Energia Elétrica terá início no dia 8 de julho de 2015 até a assunção do concessionário vencedor da licitação da Usina Hidrelétrica.

Art. 2º O Custo da Gestão dos Ativos de Geração - GAG da Usina Hidrelétrica será de 3.539.749,09 (três milhões, quinhentos e trinta e nove mil, setecentos e quarenta e nove reais e nove centavos) por ano, calculado com base na tarifa publicada na Portaria MME nº 578, de 31 de outubro de 2012, a preços de outubro de 2012, e que será utilizado para a definição da Receita Anual de Geração - RAG inicial da referida Usina.

Art. 3º Aplicam-se à Prestação do Serviço de que trata esta Portaria, a legislação e a regulamentação relativas à exploração de potenciais hidráulicos para fins de geração de energia elétrica em regime de cotas, a legislação superveniente e complementar, as normas e regulamentos expedidos pelo Poder Concedente e pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EDUARDO BRAGA

ANEXO

USINA HIDRELÉTRICA

Usina Hidrelétrica	Potência Instalada (MW)	TEIF (%)	IP (%)	TOTAL [1-(1-TEIF)*(1-IP)]	Nº de Unidades Geradoras	Localização (Rio/Município/UF)
UHE Paranapanema*	31,5	...	...	...	3	Rio Paranapanema/Piraju/SP

* Usina não Despachada Centralizadamente.

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 1.896, DE 16 DE JUNHO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.005212/2014-82. Interessados: Rio Grande Energia S.A. - RGE, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, concessionárias de transmissão Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-GT, Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - Eletrosul e Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - Etau, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do reajuste tarifário anual de 2015 da Rio Grande Energia S.A. - RGE, a vigorar a partir de 19 de junho de 2015, e dá outras providências.

A íntegra desta Resolução e seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de junho de 2015

Nº 1.971 -Processo nº 48500.000446/2015-14. Interessado: Renova Energia S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da EOL Facheiro 01, cadastrada sob o CEG EOL.CV.RN.033766-8.01, com 14.700 kW de Potência Instalada, localizada no município de Caiçara do Rio do Vento, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 1.972 - Processo nº 48500.000447/2015-69. Interessado: Renova Energia S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da EOL Facheiro 02, cadastrada sob o CEG EOL.CV.RN. 033767-6.01, com 17.100 kW de Potência Instalada, localizada no município de Caiçara do Rio do Vento, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 1.973 - Processo nº 48500.000442/2015-36. Interessado: Renova Energia S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da EOL Facheiro 03, cadastrada sob o CEG EOL.CV.RN. 033768-4.01, com 13.500 kW de Potência Instalada, localizada no município de Caiçara do Rio do Vento, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 1.974 - Processo nº 48500.000443/2015-81. Interessado: Renova Energia S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da EOL Facheiro 04, cadastrada sob o CEG EOL.CV.RN. 033769-2.01, com 25.500 kW de Potência Instalada, localizada no município de Caiçara do Rio do Vento, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 1.975 - Processo nº 48500.000444/2015-25. Interessado: Renova Energia S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da EOL Facheiro 05, cadastrada sob o CEG EOL.CV.RN. 033770-6.01, com 20.400 kW de Potência Instalada, localizada no município de Lajes, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 1.976 - Processo: 48500.001196/2015-30. Decisão: aceitar o Projeto Básico da PCH Jaspe, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) PCH.PH.SC.032571-6.01, com potência instalada de 5.100 kW, às coordenadas 26º42'02" de Latitude Sul e 53º16'46.3" de Longitude Oeste, situada no rio Sargento, sub-bacia 74, bacia hidrográfica do rio Uruguai, no estado de Santa Catarina, apresentado pela empresa Usina Hidrelétrica Jasp Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 11.205.430/0001-66.

Nº 1.977 - Processo: 48500.004291/2009-47. Decisão: prorrogar para 10/11/2015 o prazo estabelecido no Despacho n° 4.531, de 20 de novembro de 2014, para reapresentação dos Estudos de Inventário Hidrelétrico do rio Borrachudo, localizado na sub-bacia 40, bacia hidrográfica do rio São Francisco, no estado de Minas Gerais, solicitado pela empresa Alupar Investimento S.A.

Nº 1.978 - Processo nº 48500.005417/2008-10. Decisão: (i) aprovar o Projeto Básico de titularidade da empresa BE - Empresa de Estudos Energéticos S.A. referente à PCH Cantu 1, situada no rio Cantu, localizado na sub-bacia 64, na bacia hidrográfica do rio Paraná, nos municípios de Nova Cantu, Altamira do Paraná e Laranjal, no estado do Paraná; e (ii) determinar que a empresa apresente os documentos necessários a outorga, no prazo de até 30 (trinta) dias, nos termos do art. 19 da Resolução nº 395/1998.

Nº 1.979 - Processo nº 48500.003993/2014-71. Interessado: Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da EOL Ventos de Santo Expedito 10, cadastrada sob o EOL.CV.CE.033662-9.01, com 29.700 kW de Potência Instalada, localizada no município de Salitre, no estado do Ceará.

Nº 1.980 - Processo nº 48500.003992/2014-26. Interessado: Ventos de Santo Expedito Energias Renováveis S.A. Decisão: Registrar o Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) da EOL Ventos de Santo Expedito 09, cadastrada sob o EOL.CV.CE.033661-0.01, com 29.700 kW de Potência Instalada, localizada no município de Salitre, no estado do Ceará.

Nº 1.981 - Processo nº: 48500.005547/2007-71. Interessado: Araguaia Centrais Elétricas S.A. Decisão: revogar os Despachos nºs 3.013, de 1 de outubro de 2007 (Registro) e 2.202, de 26 de maio de 2011 (Aceite), e transferir para a condição de inativo o registro para elaboração do Projeto Básico da Usina Hidrelétrica (UHE) Sucuri, de 38.000 kW, localizada no rio Coxim, estado do Mato Grosso do Sul, motivado pela inviabilidade ambiental do empreendimento.

Nº 1.982 - Processo: 48500.002546/2015-85. Decisão: (i) efetivar como ativo o registro para a realização dos Estudos de Projeto Básico da PCH Santa Cruz, cadastrada sob o CEG PCH.PH.MT.032722-0.01, com potência estimada de 10.400 kW, situada no rio Curisevo, no estado de Mato Grosso, cuja solicitação foi protocolada na ANEEL no dia 28/5/2015 pela empresa Energebrasil Hidrelétrica Ltda.

A íntegra destes Despachos consta nos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

LUDIMILA LIMA DA SILVA
Substituta

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES, PERMISSÕES E AUTORIZAÇÕES DE TRANSMISSÃO E DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de junho de 2015

Nº 1.970 - Processo nº: 48500.006257/2014-74. Interessada: Companhia Energética do Ceará - Coelce. Decisão: homologar, nos termos do art. 16 do Regulamento Conjunto para Compartilhamento de Infraestrutura entre os Setores de Energia Elétrica, Telecomunicações e Petróleo, aprovado pela Resolução Conjunta ANEEL/ANATEL/ANP nº 001, de 24 de novembro de 1999, contratos de compartilhamento de infraestrutura.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

IVO SECHI NAZARENO

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de junho de 2015

Nº 1.855 - A SUPERINTENDENTE DE FISCALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS DE GERAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA - ANEEL, em exercício no uso das atribuições conferidas pela Portaria nº 2.124, de 6 de março de 2012, pela Resolução ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013, e com base nos processos relacionados a seguir, resolve: I - Liberar as unidades geradoras das usinas eólicas - EOLs listadas a seguir para início da operação em teste a partir do dia 19 de junho de 2015. II - A solicitação do início da operação comercial somente poderá ser efetuada após a conclusão da operação em teste e, conforme a pertinência de cada caso, a liberação estará condicionada à apresentação dos documentos originais exigidos no art. 5º e dar-se-á nos termos do art. 22 da Resolução ANEEL nº 583, de 22 de outubro de 2013.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EOL - UF	Código Único de Empreendimentos de Geração - CEG	Titularidade	Unidades Geradoras	Processo
Ventos de Santa Joana X - PI	EOL.CV.PI.031393-9.01	Ventos de Santa Joana X Energias Renováveis S.A.	UG1 a UG16, totalizando 29,6 MW	48500.001606/2014-61
Ventos de Santa Joana XI - PI	EOL.CV.PI.031388-2.01	Ventos de Santa Joana XI Energias Renováveis S.A.	UG1 a UG16, totalizando 29,6 MW	48500.001600/2014-94
Ventos de Santa Joana XII - PI	EOL.CV.PI.031414-5.01	Ventos de Santa Joana XII Energias Renováveis S.A.	UG1 a UG17, totalizando 28,9 MW	48500.001791/2014-94
Ventos de Santa Joana XIII - PI	EOL.CV.PI.031394-7.01	Ventos de Santa Joana XIII Energias Renováveis S.A.	UG1 a UG16, totalizando 29,6 MW	48500.001605/2014-17
Ventos de Santa Joana XV - PI	EOL.CV.PI.031416-1.01	Ventos de Santa Joana XV Energias Renováveis S.A.	UG1 a UG17, totalizando 28,9 MW	48500.001785/2014-37
Ventos de Santa Joana XVI - PI	EOL.CV.PI.031392-0.01	Ventos de Santa Joana XVI Energias Renováveis S.A.	UG1 a UG17, totalizando 28,9 MW	48500.001603/2014-28

CAMILLA DE ANDRADE GONÇALVES FERNANDES

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA I
SUPERINTENDÊNCIA DE ABASTECIMENTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de junho de 2015

Nº 845 - O SUPERINTENDENTE DE ABASTECIMENTO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelas Portarias ANP nº 92, de 26 de maio de 2004, e com base na Resolução ANP n°41 de 06 de novembro de 2013, torna pública a outorga da seguinte autorização para o exercício da atividade de revenda varejista de combustível automotivo, ao POSTO 10 PARK LTDA., inscrito no CNPJ sob o nº 03.106.307/0002-40, ficando registrado na ANP sob o nº 48610.006466/2014-71, tendo em vista o cumprimento da Decisão Judicial proferida nos autos do processo judicial 0013201-31.2015.8.11.0041.

AURELIO CESAR NOGUEIRA AMARAL

DIRETORIA III
SUPERINTENDÊNCIA DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍVEIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de junho de 2015

Nº 846 - O SUPERINTENDENTE DE REFINO, PROCESSAMENTO DE GÁS NATURAL E PRODUÇÃO DE BIOCOMBUSTÍEIS DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 191, de 09 de setembro de 2013, tendo em vista o que consta do Processo ANP nº 48610.003492/2008-07, nos termos da Lei nº 9.478, de 06 de agosto de 1997, e da Resolução ANP nº 30, de 06 de agosto de 2013, torna público o seguinte ato:

Ficam revogadas a Autorização ANP nº 360, de 02 de setembro de 2008, publicada no DOU nº 170, de 03 de setembro de 2008 e a Autorização ANP nº 119, de 26 de fevereiro de 2009, publicada no DOU nº 39, de 27 de fevereiro de 2009, outorgadas à empresa Biocar Indústria e Comércio de Óleos Vegetais e Biodiesel Ltda., CNPJ nº 07.779.869/0001-25, referentes à planta produtora de biodiesel com capacidade de produção de 30 m^3/d, situada na Avenida 06 com Avenida 02, Quadra 09, Lotes 01 a 15, Distrito Industrial, Município de Dourados, Estado do Mato Grosso do Sul, em função de requerimento da própria empresa.

ALEXANDRE CARLOS CAMACHO RODRIGUES

DIRETORIA IV
SUPERINTENDÊNCIA DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
Em 18 de junho de 2015

A SUPERINTENDENTE- DE BIOCOMBUSTÍVEIS E QUALIDADE DE PRODUTOS da AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso de suas atribuições, tendo em vista a Resolução ANP nº 22, de 11 de abril de 2014, publicada em 14 de abril de 2014, concede o registro dos produtos abaixo, às empresas relacionadas:

Nº 837	CLAC IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ nº 31.274.384/0002-45					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000939/2015 - 26	ATF 236.14 CL	SAE 75W	MB 236.14	ÓLEO LUBRIFICANTE	16768
Nº 838	FÁBRICA-QUÍMICA PETRÓLEO E DERIVADOS LTDA. - CNPJ nº 05.853.347/0001-09					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001372/2015 - 13	GIRUX AUTO TECH SINTÉTICO	SAE 5W40	API SN/SM/SL, ACEA A3/B4-12, A3/B3-12, RENAULT RN 0700/RN0710, PORSHE A40, PSA B71 2296, BMW LONGLIFE 01.	ÓLEO LUBRIFICANTE	16773
	48600.001230/2015 - 48	GIRUX AUTO TECH SEMISSINTÉTICO	SAE 5W30	API SN E ILSAC GF-5	ÓLEO LUBRIFICANTE	16772
Nº 839	FORTA COMERCIAL LTDA. - CNPJ nº 00.104.194/0001-75					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001248/2015 - 40	ATF 236.14 FT	SAE 75W	MB 236.14	ÓLEO LUBRIFICANTE	16775
Nº 840	J.P.IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ nº 09.600.384/0001-58					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001247/2015 - 03	ATF 236.14 JP	SAE 75W	MB 236.14	ÓLEO LUBRIFICANTE	16774
Nº841	KLÜBER LUBRICATION LUBRIFICANTES ESPECIAIS LTDA - CNPJ nº 43.054.261/0001-05					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001233/2015 - 81	EXTRALIFE FLUID	ISO 68	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	16770
	48600.001145/2015 - 80	GREASE H1-0500	NLGI 00	NSF-H1	GRAXA LUBRIFICANTE	5082
	48600.001232/2015 - 37	KLUBER TYRENO FLUID 12/25 V	ISO 100	N.A	ÓLEO LUBRIFICANTE	16771
	48600.001246/2015 - 51	KLUBERSYNTH G 4	ISO 220	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	13212
	48600.001246/2015 - 51	KLUBERSYNTH G 4	ISO 68	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	13212
	48600.001246/2015 - 51	KLUBERSYNTH G 4	ISO 150	NA	ÓLEO LUBRIFICANTE	13212
Nº 842	PARTS IMPORT COMERCIO DE IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA - CNPJ nº 02.322.453/0006-74					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.000940/2015 - 51	ATF 236.14 PI	SAE 75W	MB 236.14	ÓLEO LUBRIFICANTE	16769
Nº 843	PETROBRAS DISTRIBUIDORA S.A. - CNPJ nº 34.274.233/0001-02					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001284/2015 - 11	LUBRAX EXTREMO	SAE 5W30	API SN, ACEA C2/C3-12, VW 502.00/505.01, MB 229.51, PSA PEUGEOT CITROEN B712290 E BMW LONGLIFE-04	ÓLEO LUBRIFICANTE	16776
Nº 844	TIMBRO COMÉRCIO EXTERIOR LTDA. - CNPJ nº 12.116.971/0001-80					
	Processo	Marca Comercial	Grau de Viscosidade	Nível de Desempenho	Produto	Registro Produto
	48600.001323/2015 - 72	ENI I-SIGMA 15W40 E7 PERFOMACE	SAE 15W40	API SL, CH-4, CI-4, ACEA A3/B4-12, ACEA E7-12, MAN 3275, VOLVO VDS-2 E VDS-3, RENAULT RD-2 E RLD-2, MACK EO-M+, CUMMINS CES 20077, CATERPILLAR ECF-1A, DEUTZ DCQ-II E DEUTZ DCQ III E MTU 2.0	ÓLEO LUBRIFICANTE	16777

ROSÂNGELA MOREIRA DE ARAUJO

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A
CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S/A

NIRE 53300002819
CNPJ 00.357.038/0001-16

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 15 DE MAIO DE 2015

Aos quinze dias do mês de maio do ano dois mil e quinze, às quatorze horas, no escritório-sede da Empresa, no SCN, Quadra 06, Conjunto "A", Blocos "B" e "C", Entrada Norte 2, em Brasília-DF, reuniram-se na sala 409-B, os acionistas da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, regularmente convocados por edital publicado nos dias 06, 07 e 08 de maio de 2015 no Diário Oficial da União e no Jornal de Brasília, para examinar, discutir e votar a Ordem do Dia. Representando o acionista majoritário, compareceu à Assembleia, a advogada TICIANE USHICAWA FUKUSHIMA, OAB/DF 19.148 e, representando o Presidente do Conselho de Administração, foi escolhida para assumir a presidência da Assembleia, na forma prevista no Art. 31 do Estatuto da Empresa, a advogada RENATA MENDES ALVES, portadora da identidade nº 18.642 - OAB/DF, que agradeceu a presença dos acionistas. Em seguida, verificando o "Livro de Presença", a Sra. Presidente constatou que estavam representados mais de dois terços do capital votante, número suficiente à instalação da Assembleia. Abrindo a sessão, para secretariar a reunião convidou a mim, TICIANE USHICAWA FUKUSHIMA, ficando então constituída a Mesa. Dando início aos trabalhos, a Sra. Presidente determinou-me que fizesse a leitura do Edital de Convocação, o que fiz e passo a transcrever: "CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. - ELETRONORTE - (CONTROLADA DA ELETROBRAS) CNPJ 00357038/0001-16 ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA - EDITAL DE CONVOCAÇÃO - Ficam convocados os Senhores Acionistas da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, no dia 15 de maio de 2015, às 14 horas, na sede social da Empresa, SCN Quadra 06, Conjunto "A", Bloco B, Entrada Norte 2, Asa Norte, em Brasília - DF, na sala 409, nesta cidade, instalando-se a Assembleia, em primeira convocação, com a presença de acionistas que representem, no mínimo, o número legal do capital social votante e, em segunda convocação, meia hora depois, para deliberarem sobre a seguinte ORDEM DO DIA: - Proposta de Aumento do Capital Social da Eletronorte, com a consequente alteração do Artigo 5º de seu Estatuto. - Eleição de membros do Conselho de Administração. Brasília, 04 de maio de 2015. (Ass.) JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES. Presidente do Conselho de Administração". Após a leitura do Edital de Convocação, a Sra. Presidente solicitou-me que lesse a proposta e o correspondente Parecer do Conselho Fiscal, o que fiz e transcrevi: PROPOSTA DA DIRETORIA EXECUTIVA (RD-0385/2014, de 03.09.2014, e DEL-0044/2014, de 10.09.2014) - "Senhores Acionistas: - a Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte e a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras assinaram, no exercício de 2010, os Contratos ECF-2807/2010 e ECF-2839/2010, referentes a adiantamento por conta de futuro aumento de capital (AFAC), destinados a investimentos corporativos e inversões financeiras nas Sociedades de Propósito Específico - SPEs; - nos exercícios de 2010 a 2012 foram efetuadas as liberações de recursos pela Eletrobras, capitalizadas nos exercícios de 2012 e 2013, restando um saldo a capitalizar de R$ 12.983.772,58 (doze milhões, novecentos e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

oitenta e três mil, setecentos e setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), atualizado pela taxa SELIC até 30 de junho de 2014, conforme demonstrado a seguir:

- Contrato ECF-2807/2010:

Montante liberado nos exercícios de 2010 e 2011: R$ 592.095.350,00

- Contrato ECF-2839/2010:

Montante liberado nos exercícios de 2010 a 2012: R$ 573.824.495,73

Atualizações pela taxa SELIC: R$ 198.476.507,57

Total: R$ 1.364.396.353,30

(-) Montante capitalizado nos exercícios de 2012 e 2013: (R$ 1.351.412.580,72)

Saldo a capitalizar: R$ 12.983.772,58

- por meio da carta nº CE-DF-1.60.034/2014, de 20 de maio de 2014, a Eletronorte solicitou autorização à Eletrobras para incorporação de AFAC, referentes aos saldos dos contratos ECF-2807/2010 e ECF-2839/2010; - em 05 de agosto de 2014, por intermédio da CTA-DF 4615/2014, a Eletrobras autorizou a Eletronorte a iniciar o processo de incorporação dos valores em AFAC, no montante de R$ 12.983.772,58 (doze milhões, novecentos e oitenta e três mil, setecentos e setenta e dois reais e cinquenta e oito centavos), atualizado até a data de 30 de junho de 2014; A Diretoria Executiva da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte propõe: 1.1. Aprovar e submeter ao Conselho Fiscal, para posterior deliberação da Assembleia Geral de Acionistas, a proposta para aumento do Capital Social da Eletronorte em R$ 12.983.762,84 (doze milhões, novecentos e oitenta e três mil, setecentos e sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), da seguinte forma: 1.1.1. R$ 12.983.762,84 (doze milhões, novecentos e oitenta e três mil, setecentos e sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), correspondendo à emissão de 167.446 (cento e sessenta e sete mil e quatrocentas e quarenta e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, a serem subscritas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e integralizadas mediante a capitalização dos saldos de AFAC vinculados aos Contratos ECF 2807/2010 e ECF 2839/2010 o que elevará o número de ações, de 153.926.055 (cento e cinquenta e três milhões, novecentas e vinte e seis mil e cinquenta e cinco) para 154.093.501 (cento e cinquenta e quatro milhões, noventa e três mil, quinhentas e uma), ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo o preço da emissão fixado em R$ 77,54 (setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos) baseado no valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2013, ajustado em razão do arredondamento do número das ações subscritas; 1.1.2. O Capital Social se elevará de R$ 11.563.279.030,61 (onze bilhões, quinhentos e sessenta e três milhões, duzentos e setenta e nove mil, trinta reais e sessenta e um centavos) para R$ 11.576.262.793,45 (onze bilhões, quinhentos e setenta e seis milhões, duzentos e sessenta e dois mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos) e o número de ações, de 153.926.055 (cento e cinquenta e três milhões, novecentas e vinte e seis mil e cinquenta e cinco) para 154.093.501 (cento e cinquenta e quatro milhões, noventa e três mil, quinhentas e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. 1.2. Destinar o resíduo da capitalização, no valor de R$ 9,74 (nove reais e setenta e quatro centavos), para a conta de AFAC no Passivo; 1.3. Alterar o artigo 5º do Estatuto Social da Eletronorte, que passará a ter a seguinte redação: "Art. 5º - O Capital Social é de R$ 11.576.262.793,45 (onze bilhões, quinhentos e setenta e seis milhões, duzentos e sessenta e dois mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos), dividido em 154.093.501 (cento e cinquenta e quatro milhões, noventa e três mil, quinhentas e uma) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal." "PARECER DO CONSELHO FISCAL - O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, tendo examinado e achado conforme a proposta da Diretoria Executiva, de acordo com os termos da Resolução de Diretoria Nº 0385/2014, de 03.09.2014, aprovada pelo Conselho de Administração, por meio da Deliberação Nº 0044/2014, de 10.09.2014, manifesta-se no sentido de que seja submetida à deliberação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral, a proposta de aumento do Capital Social da Companhia em R$ 12.983.762,84 (doze milhões, novecentos e oitenta e três mil, setecentos e sessenta e dois reais e oitenta e quatro centavos), correspondendo à emissão de 167.446 (cento e sessenta e sete mil e quatrocentas e quarenta e seis) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, a serem subscritas pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e integralizadas mediante a capitalização dos saldos de AFAC vinculados aos Contratos ECF 2807/2010 e ECF 2839/2010 o que elevará o número de ações, de 153.926.055 (cento e cinquenta e três milhões, novecentas e vinte e seis mil e cinquenta e cinco) para 154.093.501 (cento e cinquenta e quatro milhões, noventa e três mil, quinhentas e uma), ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, sendo o preço da emissão fixado em R$ 77,54 (setenta e sete reais e cinquenta e quatro centavos), baseado no valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2013, ajustado em razão do arredondamento do número das ações subscritas, o que elevará o Capital de R$ 11.563.279.030,61 (onze bilhões, quinhentos e sessenta e três milhões, duzentos e setenta e nove mil, trinta reais e sessenta e um centavos) para R$ 11.576.262.793,45 (onze bilhões, quinhentos e setenta e seis milhões, duzentos e sessenta e dois mil, setecentos e noventa e três reais e quarenta e cinco centavos). Brasília-DF, 29 de setembro de 2014. (Ass.) JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA, JOÃO VICENTE AMATO TORRES e GUSTAVO GONÇALVES MANFRIM". Pedindo a palavra, a advogada TICIANE USHICAWA FUKUSHIMA, representante da Eletrobras, propôs, em conformidade com o que lhe foi determinado pela Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-282/2015, de 11.05.2015, pela aprovação do assunto em questão, no que foi acompanhada pelos demais acionistas. A seguir, a Sra. Presidente passou ao segundo item da Ordem do Dia, relativo à eleição de membro do Conselho de Administração. Solicitando a palavra, a advogada TICIANE USHICAWA FUKUSHIMA, representante da Eletrobras, propôs e votou, em conformidade com o que lhe foi determinado pela Resolução de Diretoria da Eletrobras RES-282/2015, de 11.05.2015, para integrar o Conselho de Administração da Eletronorte, pelo prazo remanescente do mandato a findar-se em 2016, no Sr. JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS. O eleito substitui o Sr. LUIZ ALBERTO DOS SANTOS, e tem a seguinte qualificação: JORGE RODRIGO ARAUJO MESSIAS, brasileiro, casado, advogado, portador da Cédula de Identidade RG nº 5.802.581 - SSP-PE, e do CPF nº 826.288.073-00, residente e domiciliado à SQN 304 - Bloco A - Ap. 202 - Asa Norte, CEP 70736-010 - Brasília - DF. Retomando a palavra, a Sra. Presidente declarou a proposta aprovada por unanimidade. Em seguida, os trabalhos foram suspensos pelo tempo suficiente à lavratura da presente Ata por mim redigida. Reaberta a sessão, depois de lida e achada conforme, vai a Ata assinada pela Sra. Presidente, por mim, Secretária, e pelos demais acionistas presentes, dela se extraindo as cópias necessárias para os fins legais. (Ass.) JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES - p.p. RENATA MENDES ALVES- Presidente, Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras - p.p. TICIANE USHICAWA FUKUSHIMA - Secretária da Assembleia.

Declaramos, na qualidade de Presidente e Secretária da presente Assembleia, que o texto acima é cópia integral e fiel da Ata transcrita às fls. 157 a 160 do Livro nº 05 de Atas das Assembleias Gerais da Eletronorte. REGISTRO E ARQUIVAMENTO NA JCDF SOB O Nº 20150382928, em 15.06.2015.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

PORTARIA Nº 252, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONA DE PRODUÇÃO MINERAL - DNPM, no uso da competência que lhe confere o Decreto nº 7.092/2010 e da Portaria nº 290/MME/2011, resolve:

Art 1º - Fixar as Metas de Desempenho Globais e Intermediárias Institucionais do Departamento Nacional de Produção Mineral - DNPM para o 6º Ciclo de Avaliação, período de maio de 2015 a abril de 2016, para fins de pagamento de Gratificação de Desempenho de Atividade de Recursos Minerais (GDARM), de Gratificação de Desempenho de Atividades de Produção Mineral (GDAPM), de Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Departamento Nacional de Produção Mineral (GDADNPM) e de Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNPM (GDAPDNPM).

Parágrafo único. O processo de Avaliação de Desempenho do DNPM está estruturado em uma Unidade de Avaliação e dividido em Equipes de Trabalho.

Art 2º - Aferição do desempenho institucional ocorrerá trimestralmente durante o ciclo de avaliação, acompanhada pela Coordenação-Geral de Planejamento e Orçamento (CGPO) e encaminhada a Comissão de Acompanhamento da Avaliação de Desempenho (CAD) para ratificar ou retificar os resultados.

Parágrafo único. Os resultados da avaliação parcial de Desempenho Institucional deverão ser informados ao Diretor-Geral na primeira reunião administrativa após a sua apuração, sem prejuízo da sua posterior apresentação em reunião de gestão.

Art 3º - O quadro de fixação das Metas Globais e Intermediárias fica estabelecido conforme anexo.

Art 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CELSO LUIZ GARCIA

ANEXO

Avaliação de Desempenho Institucional do DNPM- Índice de Desempenho Institucional (IDM)									
Missão Institucional	N°	Meta Global	Peso da Meta Global(PG)	N°	Metas Intermediárias	Meta	Responsável	Peso da Meta Intermediária (0 a 100)(a)	
Gerir o Patrimônio Brasileiro de Forma Sustentável	1	Fiscalizar a atividade de mineração no país.	20,00%	1	Índice de Autuação de Empreendimentos Minerário (IAEM)	100%	DIFIS	20,00%	
				2	Índice de Fiscalização de Relatório de Pesquisa e Guia de Utilização (IFRPGU)	100%	DIFIS	20,00%	
				3	Índice de Fiscalização de Empreendimentos de Lavra (IFEL)	100%	DIFIS	20,00%	
				4	Índice de Fiscalização de Minas de Risco (IFRM)	100%	DIFIS	20,00%	
				5	Índice de Atendimento de Demandas Externas (IADE)	100%	DIFIS	20,00%	
	2	Outorgar os Titulos Minerarios.	20,00%	1	Índice de Análise de Requerimentos (IAR)	100%	DGTM	70,00%	
				2	Índice de Análise de Cessão de Direitos (IACD)	100%	DGTM	15,00%	
				3	Índice de Imissão de Posse(IIP)	100%	DGTM	15,00%	
	3	Arrecadar as receitas da Autarquia DNPM.	15,00%	1	Índice de Eficiência nas Imposições (IEI)	65%	DIPAR	20,00%	
				2	Índice de Eficiência Nulidades (IEN)	10%	DIPAR	15,00%	
				3	Índice de Eficiência na Cobrança (IEC)	90%	DIPAR	35,00%	
				4	Índice de Recuperação de Passivos (IRP)	5%	DIPAR	30,00%	
	4	Planejar a atividade institucional e orçamentaria da Autarquia e produzir informações da mineração para a sociedade	15,00%	1	Índice de Produção do AMB (IPAMB)	100%	DIPLAM	25,00%	
				2	Índice de Produção do Sumario (IPS)	100%	DIPLAM	10,00%	
				3	Índice de Produção do Informe Mineral Brasileiros (IPIMB)	100%	DIPLAM	10,00%	
				4	Índice de Desenvolvimento da Pequena Mineração (IDPM)	100%	DIPLAM	35,00%	
				5	Índice de Aprovação de Planejamentos Orçamentarios (IAPO)	100%	DIPLAM	20,00%	
	5	Gerir as atividades meio do DNPM	15,00%	1	Índice de Tempo Médio de Renovação Contratual (ITMRC)	60%	DGADM	20,00%	
				2	Índice de Tempo Médio de Repactuação(ITMR)	60%	DGADM	20,00%	
				3	Índice de Execução Orçamentaria e Financeira (IEOF)	95%	DGADM	20,00%	

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

				4	Índice de Avaliação de Ativos (IAA)	100%	DGADM	20,00%	
				5	Índice de Implementação da Politica de Capacitação (IIPC)	100%	DGADM	20,00%	
	6	Implantar a Governaça de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento.	15,00%	1	Índice de Manutenção de Processos de TI (IMPTI)	100%	CGTI	25,00%	
				2	Índice de Avaliação dos Serviços de Tecnologia da Informação (IASTI)	80%	CGTI	25,00%	
				3	Índice de Verificação de Posicionamento de Área (IVPA)	100%	CGTI	25,00%	
				4	Índice de Controle de Demandas de Tecnologia da Informação e Geoprocessamento (ICDTG)	90%	CGTI	25,00%	
TOTAL Do IDIM			100,00%					100,00%	

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 80/2015-SEDE-DF

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento ao recurso apresentado(244)
862.135/2008-PEDRO ROBERTO ROCHA
862.136/2008-PEDRO ROBERTO ROCHA
862.137/2008-PEDRO ROBERTO ROCHA
Prorroga por 01 (um) ano o prazo para requerer a Concessão de Lavra(349)
850.306/2001-MINERAÇÃO PARAGOMINAS S A
860.055/2009-EMPRESA BRASILEIRA DE AGREGADOS MINERAIS SA
860.555/2010-CELSO CARLOS FERRARI
861.493/2010-MARCOS PAULO FERREIRA
840.366/2011-GUARANY SIDERURGIA E MINERAÇÃO S.A.
840.368/2011-GUARANY SIDERURGIA E MINERAÇÃO S.A.
826.439/2013-INDUSPAVER INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA
Declara caduco o direito de requerer a lavra(399)
826.973/2001-GIUSEPPE NAPPA
826.983/2001-MARC MINERAÇÃO INDUSTRIA E COMERCIO LTDA
826.444/2003-JOSE CARLOS MAQUEA PORTAS
826.707/2003-AREAL COSMOS LTDA - ME
826.192/2006-MINERAÇÃO BRASBOL LTDA.
826.264/2006-CÉZAR AUGUSTO CAVALLI
826.292/2009-HOLCIM (BRASIL) S A
826.424/2010-ETR COMÉRCIO DE AREIA LTDA
826.527/2010-PORTO DE AREIA SÃO BENTO DO AMPARO LTDA
Homologa desistência do direito de requerer a lavra.(1788)
850.923/2010- MINERACAO RIO DO NORTE S/A
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o novo Plano de Aproveitamento Econômico da jazida(416)
813.642/1970-MINERAÇÃO SARTOR LTDA
808.515/1973-PEDREIRA SARGON LTDA
890.669/1988-UNIMAR MÁRMORES E GRANITOS LTDA. - ME.
820.732/1989-PEDREIRA SARGON LTDA
835.954/1994-USIBRITA LTDA
Aprova o relatório de reavaliação de reservas(425)
890.669/1988-UNIMAR MÁRMORES E GRANITOS LTDA. - ME.-GRANITO
835.954/1994-USIBRITA LTDA-GNAISSE
833.668/2011-MAURY FRANÇA ABREU MINERAÇÃO LTDA-ARDÓSIA
Autorizo o aditamento de substância mineral(427)
808.515/1973-PEDREIRA SARGON LTDA-SAIBRO-PORTARIA DE LAVRA Nº 324/1993, DOU de 19/10/1993
820.732/1989-PEDREIRA SARGON LTDA-SAIBRO-PORTARIA DE LVRA Nº 370/1994, DOU de 11/10/1994
Defere pedido de servidão para a implantação e operação do empreendimento mineiro em conformidade com os Laudos Técnicos e Memoriais Descritivos juntados nos autos(435)
807.503/1969-VALE FERTILIZANTES SA-FOSFATO-PORTARIA DE LAVRA Nº 162/1985
808.923/1974-MINERAÇÃO MARACÁ INDUSTRIA E COMERCIO SA-MINERIO DE COBRE, MINERIO DE OURO E MINERIO DE PRATA.- PORTARIA DE LAVRA Nº 2.394/1979
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(446)
860.930/1986-THERMAS SESI EMPREENDIMENTOS S.A.- Início:16/03/2012-Término:16/03/2016
Autoriza a suspensão temporária dos trabalhos de lavra(447)
820.535/1979-EMPRESA DE MINERAÇÃO E GRANITOS ORNAMENTAIS SERRANA LTDA- Início:16/10/2010-Término:16/10/2018
Instaura processo administrativo para declaração de caducidade da concessão de lavra /prazo para defesa 60 dias(490)
001.979/1938-ROSAFER S/A-OF. N°64/2015
011.258/1943-DIAS DE MINAS - MINERAÇÕES DO BRASIL LTDA-OF. N°71/2015
006.836/1948-MINERAÇÃO CASTELO BRANCO LTDA-OF. N°72/2015
003.050/1956-MINERAÇÃO UEMORI LTDA-OF. N°67/2015
007.204/1959-MINERAÇÃO PAULO COSTA LTDA.-OF. N°60/2015
807.209/1971-EMPRESA DE CALCÁRIO SÃO LUIZ LTDA-OF. N°61/2015
800.170/1976-TITANIO GOIÁS MINERAÇÃO IND. E COM. LTDA-OF. N°68/2015
810.309/1976-EMPRESA DE MINERAÇÃO RAINHA LTDA-OF. N°63/2015
810.033/1978-CECRISA REVESTIMENTOS CERÂMICOS S/A-OF. N°69/2015
810.180/1979-MINERACAO DADAM LTDA.-OF. N°64/2015
830.376/1979-AGLOFILITO INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA.-OF. N°66/2015
815.025/1983-INECONCHAS INDUSTRIA E EXTRAÇÃO DE CONCHAS LTDA-OF. N°62/2015
Determina arquivamento do processo adm. caducidade/nulidade Portaria de Lavra(491)
809.157/1969-MINERAÇÃO BUTIAENSE LTDA
Aprova o relatório de Pesquisa de nova substância(1106)
808.515/1973-PEDREIRA SARGON LTDA-SAIBRO
820.732/1989-PEDREIRA SARGON LTDA-SAIBRO
Fase de Requerimento de Lavra
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
826.928/1996-MINERAÇÃO GRANDE LAGO LTDA.-GUAÍRA/PR - Guia n° 24/2015-200.000TONELADAS-AREIA- Validade:16/04/2016
Fase de Requerimento de Licenciamento
Nega provimento ao pedido de reconsideração(1160)
810.594/2009-VILSON ANTÔNIO CIROLINI
Nega provimento ao recurso interposto(1170)
846.239/2013-MINERAÇÃO ROSENDO LTDA ME
Não conhece o recurso interposto(1837)
833.850/2010-Interposto porWILLIAN MARQUES DA SILVA
830.242/2013-Interposto porELIAS SIQUEIRA BAGNI
846.239/2013-Interposto porMINERAÇÃO ROSENDO LTDA - ME
Fase de Disponibilidade
Nega provimento ao recurso apresentado(1806)
861.264/2004- Recurso interposto por STEEL NORDESTE MINERAÇÃO LTDA

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAZONAS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 46/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
880.177/2005-AMAZÔNIA MUCAJAÍ MINERAÇÃO LTDA-AI N°129/2015
880.128/2007-RAQUEL CORREIA DA SILVA-AI N°132/2015
880.423/2007-ANTONIO CELSO DA SILVA GIOIA-AI N°147/2015
880.263/2008-BBM DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA-AI N°152/2015
880.079/2009-VICTOR HUGO SOUSA-AI N°130/2015
880.102/2009-INTERCEMENT BRASIL S A-AI N°128/2015
880.120/2009-MÁRIO SOUZA DA SILVA-AI N°149/2015
880.121/2009-MÁRIO SOUZA DA SILVA-AI N°150/2015
880.443/2009-MÁRIO SOUZA DA SILVA-AI N°148/2015
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
880.436/2010-G H PAULAIN MACHADO - AI N°328/2014
880.443/2011-ARNALDO CORREA DA SILVA - AI N°013/2015
880.444/2011-ARNALDO CORREA DA SILVA - AI N°010/2015
880.019/2012-ARNALDO CORREA DA SILVA - AI N°012/2015
880.107/2012-ANILDO IZAIAS DE MACEDO - AI N°008/2015

FERNANDO BURGOS

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 73/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina arquivamento Auto de infração(230)
896.294/2004-PEMAGRAN PEDRAS MÁRMORES E GRANITOS LTDA.-AI N°0211/2012-dnpm/SR/ES
Aceita defesa apresentada(241)
896.770/2006-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
890.548/1991-MOROBÁ MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°1369/2015-dnpm/es
896.125/1999-FM MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°1353/2015-dnpm/es
896.361/2001-MINERAÇAO VISTA LINDA LTDA ME-OF. N°1349/2015-dnpm/es
896.536/2004-URUÇUCA TRANSPORTES E GRANITO LTDA ME-OF. N°0569/2015-dnpm/es
896.770/2006-TOLEDO GRANITOS DO BRASIL LTDA-OF. N°1418/2015-dnpm/es
896.163/2010-VIX MINERAIS INDUSTRIA E COMERCIO-OF. N°1325/2015-dnpm/es
896.326/2012-CALVIGRAN GRANITOS E MÁRMORES LTDA-OF. N°1061/2015-dnpm/es
896.344/2012-CERÂMICA FEREGUETTI LTDA-OF. N°1357/2015-dnpm/es
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
896.738/2006-ALEGRE ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA ME
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
896.361/2001-MINERAÇAO VISTA LINDA LTDA ME-COLATINA/ES - Guia n° 0025/2015-16.000t/ano-Granito- Validade:Vinculada a L.O.
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
896.297/2001-AROGRAN GRANITOS LTDA.
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.212/1989-THORGRAN GRANITOS LTDA-OF. N°1391/2015- DNPM/ES
890.554/1991-MINERAÇÃO INTEGRADA LTDA. ME-OF. N°1432/2015-dnpm/es
Prorroga prazo para cumprimento de exigência(364)
896.967/1995-TRACOMAL NORTE GRANITOS LTDA-OF. N°1329/2015-60 dias
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(625)
896.474/1998-GRANITOS RETIRO LTDA. ME.-ECOPORANGA/ES - Guia n° 0024/2015-16.000t/ano-Granito- Validade:Vinculada a L.O.
896.318/2000-ROGRAN MARMORES E GRANITOS EIRELI ME-CASTELO/ES - Guia n° 0021/2015-15.600t/ano-Granito-Validade:Vinculada a L.O.
Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada /Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(460)
890.195/1981-GRANITOS MIMOSO LTDA.- AI Nº 0752/2013, 0754/2013, 0755/2013, 0756/2013,0757/2013-dnpm/es
896.219/2001-NADIR ROSA TONOLI ME- AI Nº 090/2015, 091/2015, 092/2015, 093/2015, 094/2015, 095/2015-dnpm/es
Determina o arquivamento do Auto de Infração(462)
890.195/1981-Granitos Mimoso Ltda- AI N° 0753/2013-dnpm/es
Prorroga prazo para cumprimento de exigência- Prazo 60 dias(471)
890.002/1989-AGUA DOCE MINERACAO LTDA ME-OF. N°1424/2015-DNPM/ES
896.219/2001-NADIR ROSA TONOLI ME-OF. N°1399/2015-dnpm/es
Aceita defesa apresentada(475)
890.195/1981-GRANITOS MIMOSO LTDA.
Nega provimento a defesa apresentada(476)
890.195/1981-GRANITOS MIMOSO LTDA.
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
896.159/2009-APAL AGROPECUÁRIA ALIANÇA S A-OF. N°1389/2015-dnpm/es
896.160/2009-APAL AGROPECUÁRIA ALIANÇA S A-OF. N°1385/2015
896.162/2009-APAL AGROPECUÁRIA ALIANÇA S A-OF. N°1387/2015-dnpm/es
896.507/2012-APAL AGROPECUÁRIA ALIANÇA S A-OF. N°1370/2015-dnpm/es

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA NO MARANHÃO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 44/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Nega provimento a defesa apresentada(242)
806.103/2013-MASENG MEIO AMBIENTE E SINALIZAÇÃO EIRELI
Determina o arquivamento definitivo do processo(279)
806.129/2009-MINERAÇÃO SANTA RITA LTDA
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(281)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

806.092/2006-ARISTIDES BRITO CHAVES- Cessionário:COOPERATIVA DE MINERAÇÃO MINAS DO BRASIL- CPF ou CNPJ 22.089.507/0001-04- Alvará n°11.054/2006
Autoriza a emissão de Guia de Utilização(285)
806.079/2013-VIEIRA MOREIRA MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA.-SÃO LUÍS/MA - Guia n° 002/2015-50.000toneladas-Areia- Validade:29/08/2015
Aprova o relatório de Pesquisa(317)
806.643/2011-GRANORTE GRANDE NORTE DE MINERAÇÃO SA-GRANITO
806.211/2012-GRANORTE GRANDE NORTE DE MINERAÇÃO SA-GRANITO
806.049/2013-GRANORTE GRANDE NORTE DE MINERAÇÃO SA-GRANITO
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
806.185/2009-J FERNANDO TAJRA REIS
Prorroga por 02 (dois) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(325)
806.429/2010-J FERNANDO TAJRA REIS-ALVARÁ N°9.096/2010
806.658/2010-ACERVO SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE APOIO ADM. LTDA-ALVARÁ N°6.066/2012
Prorroga por 03 (três) anos o prazo de validade da autorização de pesquisa(326)
806.111/1996-MINERAÇÃO AURIZONA S.A.-ALVARÁ N°2.302/2009
806.108/2003-MCT MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°871/2004
806.119/2003-JOÃO LEAL EULÁLIO-ALVARÁ N°5.273/2010
806.064/2006-MCT MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°2.888/2007
806.083/2006-MCT MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°5.406/2007
806.166/2007-MCT MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°12.112/2007
806.243/2007-GONÇALVES INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA.-ALVARÁ N°12.697/2007
806.244/2007-GONÇALVES INCORPORADORA E CONSTRUTORA LTDA.-ALVARÁ N°12.687/2007
806.282/2007-MINERAÇÃO AURIZONA S.A.-ALVARÁ N°800/2008
806.071/2008-AÇAÍ FLORESTAL LTDA-ALVARÁ N°6.173/2008
806.072/2008-AÇAÍ FLORESTAL LTDA-ALVARÁ N°6.174/2008
806.103/2008-B&A FOSFATO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°8.817/2008
806.109/2008-MCT MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°7.661/2008
806.112/2008-B&A FOSFATO MINERAÇÃO LTDA-ALVARÁ N°8.823/2008
806.272/2008-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-ALVARÁ N°11.599/2009
806.223/2009-MINERAÇÃO AURIZONA S.A.-ALVARÁ N°14.312/2010
806.253/2009-MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE LTDA-ALVARÁ N°13.696/2010
806.011/2010-MINERAÇÃO AURIZONA S.A.-ALVARÁ N°15.605/2010
806.013/2010-MINERAÇÃO AURIZONA S.A.-ALVARÁ N°15.607/2010
806.604/2010-BERNARDO DE AGUIAR VIEIRA-ALVARÁ N°17.161/2011
806.702/2010-MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE LTDA-ALVARÁ N°19.543/2011
806.706/2010-MINERAÇÃO SERRAS DO OESTE LTDA-ALVARÁ N°15.602/2011
806.379/2011-SAINT GOBAIN DO BRASIL PRODUTOS INDUSTRIAIS E PARA CONSTRUÇÃO LTDA.-ALVARÁ N°2.320/2013
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
806.089/2005-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO-OF. N°452/2015
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
806.200/2009-CERÂMICA BALSAS LTDA-OF. N°447/2015
806.662/2010-BARRO FORTE INDÚSTRIA DE CERÂMICA LTDA-OF. N°155, 156 e 434/2015
806.158/2012-SERRACAL CORRETIVOS AGRICOLAS LTDA-OF. N°436/2015
806.159/2012-SERRACAL CORRETIVOS AGRICOLAS LTDA-OF. N°437/2015
806.160/2012-SERRACAL CORRETIVOS AGRICOLAS LTDA-OF. N°438/2015
Autoriza averbação da Prorrogação do Registro de Licença(742)
806.200/2009-CERÂMICA BALSAS LTDA- Registro de Licença N°:15/2010 - Vencimento em 13/04/2016
806.158/2012-SERRACAL CORRETIVOS AGRICOLAS LTDA- Registro de Licença N°:24/2012 - Vencimento em 27/02/2016
806.159/2012-SERRACAL CORRETIVOS AGRICOLAS LTDA- Registro de Licença N°:25/2012 - Vencimento em 27/02/2016
806.160/2012-SERRACAL CORRETIVOS AGRICOLAS LTDA- Registro de Licença N°:26/2015 - Vencimento em 27/02/2016
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
806.200/2009-CERÂMICA BALSAS LTDA- AI N°84/2015
806.158/2012-SERRACAL CORRETIVOS AGRÍCOLA LTDA- AI N°78 e 79/2015
806.159/2012-SERRACAL CORRETIVOS AGRÍCOLA LTDA- AI N°80 e 81/2015
806.160/2012-SERRACAL CORRETIVOS AGRÍCOLA LTDA- AI N°82 e 83/2015
Determina arquivamento do Auto de Infração(762)
800.071/1984-MINERAÇÃO ITAPECURU LTDA- AI N°120/2010
Determina o arquivamento definitivo do processo(781)
806.006/1999-INDUSCAL INDÚSTRIA DE CALCÁRIO LTDA.
806.004/2001-INDUSCAL INDÚSTRIA DE CALCÁRIO LTDA.
Determina arquivamento Auto de Infração - RAL(1709)
800.071/1984-MINERAÇÃO ITAPECURU LTDA- AI N°121/2010
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Registro de Licença com vigência a partir dessa publicação:(730)
806.065/2014-ROBERTO CAMARA MEIRELES-Registro de Licença N°18/2015 de 17/06/2015-Vencimento em 11/04/2024
806.079/2014-PAULO ALENCAR DOS SANTOS-Registro de Licença N°17/2015 de 02/06/2015-Vencimento em 29/04/2024
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
806.237/2014-CERÂMICA TABATINGA LTDA ME-OF. N°440/2015
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
806.022/2015-TRÊS M EMPREENDIMENTOS E SERVIÇOS LTDA-OF. N°455/2015
806.061/2015-LUIS CARLOS LIMA DOS SANTOS-OF. N°456/2015
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Indefere por Interferencia Total(1339)
806.149/2014-COOPERATIVA DE GARIMPEIROS DO MUNICÍPIO DE CENTRO,NOVO DO MARANHÃO

CLAUDINEI OLIVEIRA CRUZ

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 340/2015

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
043.306/1956-COMPANHIA SIDERÚRGICA NACIONAL-AI N° 243-244-245-246-247-248 e 249/2015-MG
007.227/1957-EMPABRA EMPRESA DE MINERAÇÃO PAU BRANCO LTDA- AI N° 122-123-124 e 125/2015-MG
930.556/2000-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.- AI N° 232/2015-FISC
830.735/2001-MPG MINERAÇÃO PEDRA GRANDE LTDA.- AI N° 270/2015-MG
930.181/2008-ANGLOGOLD ASHANTI CÓRREGO DO SÍTIO MINERAÇÃO S.A.- AI N° 231/2015-FISC
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
830.735/2001-MPG MINERAÇÃO PEDRA GRANDE LTDA.-OF. N°642/2015- FISC
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
005.346/1967-PEDRA BELA DE SACRAMENTO LTDA.-AI N°313-314-315 e 316/2015/FISC
802.291/1974-SULMINAS METAL ALLOY LTDA- AI N°317 e 318/2015/FISC
Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de infração lavrado/Relatório de Pesquisa- prazo p/ defesa ou pagamento 30 dias(638)
832.609/2009-BRUNA CRISTINA ZACANTE RAMOS-AI N°328/2015-FISC
831.166/2010-BRITAMIL BRITA CONCRETO E SERVIÇOS DE ENGENHARIA LTDA.-AI N°329/2015-FISC
833.888/2010-JOSÉ DAS NEVES BASTOS-AI N°323/2015-FISC
834.918/2010-ERICO MORAES DE FIGUEIREDO-AI N°324/2015-FISC
832.130/2011-VICENTE VIANEY PIMENTA DE FIGUEIREDO-AI N°330/2015-FISC
832.957/2011-MS TRANSPORTES E MINERADORA LTDA ME-AI N°327/2015-FISC
830.186/2012-DRAGAGEM PIONEIRA LTDA-AI N°325/2015-FISC
833.776/2012-CORDEIRO SILVICULTURA INDUSTRIA E SERVIÇOS LTDA.-AI N°326/2015-FISC
Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)
832.285/2004-MINERADORA PAU BRASIL LTDA - AI N°105/2015-FISC
832.655/2005-MK EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA. - AI N°94/2015-FISC
833.191/2005-EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE PEDRAS SULMINAS LTDA. - AI N°100/2015-FISC
832.407/2006-SANDRO OLIVEIRA FERNANDES ME - AI N°108/2015-FISC
832.484/2006-VITOR CARVALHO DOS SANTOS - AI N°104/2015-FISC
832.562/2006-AREIAS E ARGILA CENTRO OESTE LTDA - AI N°109/2015-FISC
832.793/2006-AREAL TORRES & CARVALHO LTDA - AI N°95/2015-FISC
834.138/2006-NATALIO ALVES PEREIRA - AI N°101/2015-FISC
832.029/2007-REGINALDO FELIS GUEDES - AI N°90/2015-FISC
834.199/2007-GILDA PUELLO - AI N°92/2015-FISC
834.599/2007-PAULO AFONSO DE SOUSA DIAS - AI N°91/2015-FISC
Fase de Disponibilidade
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(1842)
831.601/2007-PEDRO HIPÓLITO AFONSO DE CAMPOS- AI N°319-320/2015/FISC

RELAÇÃO Nº 372/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1777)
834.771/2007-AMILTON TEIXEIRA NAVES- Guia de Utilização N°246/2012
Fase de Requerimento de Lavra
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1778)
831.313/2007-OURO VERDE DE MINAS MINERAÇÃO LTDA ME- Guia de Utilização N°256/2013

RELAÇÃO Nº 373/2015

Fase de Autorização de Pesquisa
Indefere requerimento de Guia de Utilização(284)
832.572/2010-MONTVALE COMERCIO E TRANSPORTE LTDA ME
833.614/2011-MINERFAL MINAS MINERADORA LTDA

PAULO SERGIO COSTA ALMEIDA

SUPERINTENDÊNCIA NA PARAÍBA

DESPACHOS DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 201/2015

Fase de Concessão de Lavra
Multa aplicada - RAL / prazo para pagamento: 30 dias.(1713)
846.079/1999-INDUSTRIA HIDROMINERAL DO BRASIL LTDA - ME- AI N°008/2013

RELAÇÃO Nº 202/2015

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração lavrado - Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(459)
846.079/1999-INDUSTRIA HIDROMINERAL DO BRASIL LTDA - ME- AI N° 144/2015-DNPM/PB, AI 146/2015-DNPM/PB, AI 147/2015-DNPM/PB, AI 148/2015-DNPM/PB.

RELAÇÃO Nº 203/2015

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
846.079/1999-INDUSTRIA HIDROMINERAL DO BRASIL LTDA - ME-OF. N°584/2015

RELAÇÃO Nº 204/2015

Fase de Concessão de Lavra
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
846.097/1998-BOM JESUS INDUSTRIA E COMERCIO DE AGUA MINERAL LTDA- AI N°143/2015

GUILHERME HENRIQUE SILVEIRA E SILVA

SUPERINTENDÊNCIA EM RONDÔNIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 30/2015

Fase de Requerimento de Pesquisa
Torna sem efeito o indeferimento do requerimento de pesquisa.(139)
886.457/2014-HEMERSON MOTA EPP- DOU de 05/05/2015
Fase de Licenciamento
Despacho de retificação do Registro de Licença(741)
886.067/2003-BRITAMAR EXTRAÇÃO DE PEDRAS E AREIA LTDA- Registro de Licença N°80007-Onde se lêr:Autorização de Registro de licença nº80007/19º DS -2003 lêa -se: Autorização de Registro de licença nº 007-19º DS -2003
886.418/2014-ORLIZÉS SOUZA DA SILVA- Registro de Licença N°40/2014-Onde se lêr: prazo de validade até 30/08/2014 lêa -se: prazo de validade até 30/08/2019

DEOLINDO DE CARVALHO NETO

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério do Desenvolvimento Agrário

GABINETE DO MINISTRO

RESOLUÇÃO Nº 102, DE 14 DE MAIO DE 2015

Cria Grupo Temático para Reformulação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável - CONDRAF.

O PRESIDENTE DO CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL - CONDRAF, no uso de suas atribuições, conferidas pelos incisos VII e X do art. 2º, § 2º do art. 4º e incisos IV e VI do art. 6º do Decreto nº 4.854, de 08 de outubro de 2003, e atendendo ao disposto no inciso X do art. 2º, incisos V e VIII do art. 3º, incisos II, III, IV, V e VI do art. 24, o art. 25, os incisos V, VI e VII do art. 28, bem como o art. 32 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 35, de 10 de janeiro de 2004, torna público que o Plenário do CONDRAF, em Sessão Plenária realizada em 14 de maio de 2015.

CONSIDERANDO:

a) aprimorar a democracia participativa como método de governo no Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e em suas instâncias;

b) atualizar as atribuições e a composição do Condraf e de suas instâncias, levando em conta o acúmulo dos seus 15 anos de existência;

c) a diversidade do rural e a representatividade das organizações da sociedade civil que atuam no desenvolvimento rural sustentável e solidário; e

d) atender as deliberações da 1ª e da 2ª Conferências de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário, de junho de 2008 e outubro de 2013, referentes aos órgãos colegiados de desenvolvimento rural, resolve:

Art. 1º Criar o Grupo Temático para Reformulação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e de suas instâncias com a finalidade de revisar os normativos vigentes e seu funcionamento impactando em revisão do Decreto Nº 4.854, de 8 de Outubro de 2003, que dispõe sobre a composição, estruturação, competências e funcionamento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável (CONDRAF) e na Resolução nº 35, de 10 de janeiro de 2004, que regulamenta seu Regimento Interno.

Art. 2º O Grupo Temático deverá basear suas propostas nas deliberações da 1ª e da 2ª Conferências de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário do CONDRAF e do MDA, no Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário - PNDRSS e na Política Nacional de Participação Social - PNPS.

§ 1º O Grupo Temático deverá utilizar como subsídio as proposições elaboradas pelo Grupo Pós-1ª Conferência sobre a Reformulação do Condraf.

§ 2º O Grupo Temático poderá utilizar-se de outros subsídios que colaborem com a qualificação da participação social e a representatividade no Conselho e em suas instâncias.

Art. 3º Deverão ser objeto dos trabalhos do Grupo, no mínimo, propostas referentes ao caráter, às atribuições, à composição, ao mandato dos conselheiros e conselheiras, aos critérios que definem a participação de órgãos e entidades, à estrutura, ao funcionamento do CONDRAF e de seus instâncias - Comitês Permanentes e Grupos Temáticos.

Art. 4º Os Comitês Permanentes e o Grupo Temático vigente deverão ser integrados aos debates, devendo apreciar a proposta preliminar do Grupo Temático e trazer contribuições visando qualificar a referida proposta.

Art. 5º O Grupo Temático para Reformulação do CONDRAF e de suas instâncias será integrado pelo seguinte órgão e entidades da sociedade civil:

I - Secretaria do CONDRAF;

II - Representante da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil;

III - Representante da Articulação do Semiárido;

IV -Representante da Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura;

V - Representante da Federação dos Trabalhadores na Agricultura Familiar do Brasil; e

VI - Representante dos Centros Familiares de Formação por Alternância.

§ 1º As entidades que fazem parte do Grupo Temático deverão indicar à Secretaria do CONDRAF o nome do seu representante.

§ 2º Acompanharão os debates do Grupo Temático as coordenações dos Comitês Permanentes de Políticas para Mulheres Rurais, de Políticas para a Juventude Rural e de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais.

§ 3º Poderão participar das reuniões do Grupo Temático, por iniciativa da Coordenação ou do próprio Grupo, convidados com direito a voz que possam contribuir para a discussão do tema em pauta.

Art. 6º A Coordenação do Grupo Temático será escolhida entre seus membros, em sua reunião de instalação.

Art. 7º Durante seu período de funcionamento, o Grupo Temático de para Reformulação do CONDRAF deverá apresentar relato de suas atividades em cada Reunião Ordinária do CONDRAF, para escuta e incidência nos trabalhos em desenvolvimento.

Art. 8º O Grupo Temático terá o prazo máximo de 120 dias para o término do trabalho, após sua instalação.

Parágrafo Único. O Grupo Temático deverá consultar a Consultoria Jurídica do MDA sobre a minuta do novo Decreto a ser editado.

Art. 9º Ao final do prazo, a proposta deverá ser submetida ao Plenário do CONDRAF para análise e deliberação.

Art. 10 O Grupo Temático será instalado em até 30 (trinta) dias após a publicação desta Resolução no Diário Oficial da União.

Art. 11 Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

PATRUS ANANIAS

PORTARIA Nº 185, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, e no Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, resolve:

Art. 1º Aprovar o Regimento Interno da Comissão de Ética do Ministério do Desenvolvimento Agrário - CE/MDA.

Art. 2º Revoga-se a Portaria nº 67, de 26 de setembro de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PATRUS ANANIAS

ANEXO

REGIMENTO INTERNO DA COMISSÃO DE ÉTICA DO MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO

Art. 1º O presente Regimento tem por objetivo regular o funcionamento da Comissão de Ética do Ministério do Desenvolvimento Agrário - CE-MDA, em conformidade com o Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007 e a Resolução nº 10, de 29 de setembro de 2008 da Comissão de Ética Pública - CEP.

Art. 2º A CE-MDA se submeter-se-á às normas estabelecidas no Código de Ética do Servidor Público Federal e por este Regimento Interno, proposto pela própria Comissão e aprovado pelo Ministro de Desenvolvimento Agrário.

Art. 3º A CE-MDA será composta por três membros titulares e três membros suplentes, designados pelo Ministro de Estado, dentre os servidores efetivos em exercício no Ministério, e atuará como instância colegiada com funções consultivas dos dirigentes e agentes públicos em suas unidades administrativas.

Parágrafo Único. Entende-se por unidades administrativas, para os fins deste Regimento Interno, todas as unidades presentes na estrutura organizacional do MDA - delegacias federais, secretarias, assessorias, diretorias, subsecretarias, ouvidorias, coordenações e demais.

Art. 4º Estão sujeitos aos preceitos do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil e a este Regimento Interno os agentes públicos em exercício nas unidades administrativas do MDA.

Parágrafo Único. Entende-se por agente público, para os fins deste Regimento Interno, todo aquele que, por lei, contrato ou qualquer ato jurídico, preste serviços de natureza permanente, temporária, excepcional ou eventual, ainda que sem retribuição financeira, ligado direta ou indiretamente ao MDA.

CAPÍTULO II

DA COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA

Art. 5º Em caso de saída de algum membro, seja ele titular ou suplente, por qualquer razão, a CE-MDA realizará a seleção do novo membro, seguindo as seguintes etapas:

I - Ampla divulgação no órgão da vaga e do prazo para que servidores manifestem seu interesse em participar da CE-MDA e preencham e entreguem formulário de informações;

II - Analisar formulário de informações dos interessados e verificar quais preenchem os requisitos mínimos para o cargo, quais sejam:

a) ser servidor efetivo em exercício no MDA; e

b) não ter sido considerado culpado pela CE-MDA devido a infração ética ou por Comissão de Processo Administrativo Disciplinar ou Sindicância nos últimos 2 anos.

III - Divulgar a lista de interessados que preenchem os requisitos estabelecidos no inciso anterior e ordenar os mesmos a partir da anterioridade no órgão;

IV - Os três primeiros nomes, ordenados a partir da anterioridade no órgão, comporão a lista tríplice a ser submetida a escolha do Ministro do Desenvolvimento Agrário.

V - Submeter ao Ministro do Desenvolvimento Agrário lista tríplice para a escolha e designação do nome do servidor selecionado após a verificação do respeito aos requisitos mínimos, a aplicação dos critérios de classificação definidos nos incisos III e IV e obedecendo aos princípios dispostos no parágrafo único deste artigo.

Parágrafo Único: A CE-MDA deverá obedecer aos seguintes princípios no processo de seleção:

I - Manter no mínimo 30% de mulheres entre os Membros Titulares;

II - Vedar a seleção de servidores com função diretiva em entidades associativas ou que ostentem qualquer outra condição capaz de gerar conflito de interesse com o exercício regular das atribuições da CE/MDA;

III - Preferencialmente respeitar a representatividade do maior número de unidades administrativas do Ministério.

Art. 6º A participação na CE-MDA não enseja qualquer remuneração para seus membros e os trabalhos desenvolvidos serão considerados prestação de serviço público relevante, devendo ser registrada nos assentamentos funcionais do servidor.

Art. 7º O dirigente máximo do MDA não poderá ser membro da CE-MDA.

Art. 8º O Presidente da Comissão em suas ausências ou impedimentos será substituído pelo membro mais antigo da CE-MDA.

CAPÍTULO III

DA SECRETARIA-EXECUTIVA DA COMISSÃO DE ÉTICA

Art. 9º A CE-MDA contará com uma Secretaria-Executiva, que terá como finalidade contribuir para a elaboração e o cumprimento do plano de trabalho da gestão da ética e prover apoio técnico e material necessário ao cumprimento das atribuições.

§ 1º O encargo de Secretário-Executivo recairá em detentor de cargo efetivo ou emprego permanente na Administração Pública, indicado pelos membros da CE-MDA e designado pelo dirigente máximo do órgão ou da entidade.

§ 2º O Secretário-Executivo não poderá ser um dos membros titulares ou suplentes da CE-MDA.

CAPÍTULO IV

DAS COMPETÊNCIAS

Art. 10. Compete à CE-MDA:

I - atuar como instância colegiada com funções consultivas de dirigentes e agentes públicos;

II - aplicar o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, devendo:

a) submeter à Comissão de Ética Pública, proposta para seu aperfeiçoamento;

b) apurar, mediante denúncia ou de ofício, conduta em desacordo com as normas éticas pertinentes;

c) acompanhar e avaliar o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre as normas de ética e disciplina.

d) dirimir dúvidas a respeito da interpretação das normas de conduta ética e deliberar sobre os casos omissos, observando as normas e orientações da Comissão de Ética Pública; e

e) fomentar a integração e uniformizar entendimentos dos órgãos e unidades que integram o Sistema de Gestão de Ética.

III - representar o MDA na Rede de Ética do Poder Executivo;

IV - supervisionar o cumprimento do Código de Conduta da Alta Administração Federal e comunicar à Comissão de Ética Pública, situações que possam configurar descumprimento de suas normas;

V - aplicar o código de ética ou de conduta próprio, no que couber;

VI - orientar e aconselhar sobre a conduta ética dos agentes públicos, inclusive no relacionamento com o cidadão e no resguardo do patrimônio público;

VII - responder consultas que lhes forem dirigidas;

VIII - receber denúncias e representações contra agentes públicos por suposto descumprimento às normas éticas, procedendo à apuração;

IX - instaurar processo para apuração de fato ou conduta que possa configurar descumprimento ao padrão ético recomendado aos agentes públicos;

X - convocar agente público e convidar outras pessoas a prestar informação;

XI - requisitar às partes, aos agentes públicos e aos órgãos e entidades federais informações e documentos necessários à instrução de expedientes;

XII - requerer informações e documentos necessários à instrução de expedientes a agentes públicos e a órgãos e entidades de outros entes da federação ou de outros Poderes da República;

XIII - realizar diligências e solicitar pareceres de especialistas;

XIV - esclarecer e julgar comportamentos com indícios de desvios éticos;

XV - aplicar a penalidade de censura ética ao servidor e encaminhar cópia do ato à unidade de gestão de pessoal, podendo também:

a) sugerir ao dirigente máximo a exoneração de ocupante de cargo ou função de confiança;

b) sugerir ao dirigente máximo o retorno do servidor ao órgão ou entidade de origem;

c) sugerir ao dirigente máximo a remessa de expediente ao setor competente para exame de eventuais transgressões de naturezas diversas; e

d) adotar outras medidas para evitar ou sanar desvios éticos, lavrando, se for o caso, o Acordo de Conduta Pessoal e Profissional - ACPP.

XVI - arquivar os processos ou remetê-los ao órgão competente quando, respectivamente, não seja comprovado o desvio ético ou configurada infração cuja apuração seja da competência de órgão distinto;

XVII - notificar as partes sobre suas decisões;

XVIII - submeter ao dirigente máximo sugestões de aprimoramento ao código de conduta ética da instituição;

XIX - elaborar e propor alterações ao código de ética ou de conduta próprio e ao regimento interno;

XX - dar ampla divulgação aos normativos pertinentes ao tema;

XXI - dar publicidade de seus atos, observada a restrição prevista no § 2º deste artigo;

XXII - requisitar agente público para prestar serviços transitórios técnicos ou administrativos à CE-MDA, mediante prévia autorização do dirigente máximo;

XXIII - elaborar e executar o plano de trabalho de gestão da ética que contemple as principais atividades a serem desenvolvidas, propondo metas e indicadores de avaliação; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

XXIV - indicar por meio de ato interno, representantes locais da CE-MDA, que serão designados pelo dirigente máximo do MDA, para contribuir nos trabalhos de educação e comunicação.

XXV - formular consultas a Comissão de Ética Pública, se necessário, sobre questões relacionadas às normas e condutas éticas.

§ 1º As unidades administrativas do MDA deverão informar à CE-MDA o nome de um representante para compor a rede interna de relacionamento para atuar na articulação das ações relacionadas à temática da Ética Pública.

§ 2º Até a conclusão do procedimento de apuração de infração ética, todos os expedientes terão a chancela de "reservados" nos termos do Decreto Nº 4.553, de 27 de dezembro de 2002; após, estarão acessíveis aos interessados conforme disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

CAPÍTULO V

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 11. Compete ao Presidente da CE-MDA:

I - convocar e presidir as reuniões da CE-MDA;

II - determinar, ouvida a CE-MDA, a instauração de processos para a apuração de prática contrária à ética;

III - executar as decisões da CE-MDA;

IV - autorizar a presença, nas reuniões, de pessoas que, por si ou por entidades que representam, possam contribuir para a boa condução dos trabalhos da CE-MDA.

V - decidir os casos de urgência, ad referendum da CE-MDA;

VI - tomar os votos, proferindo voto de qualidade e proclamar os resultados;

VII - designar relator para os processos;

VIII - orientar os trabalhos da CE-MDA, ordenar os debates e concluir as deliberações; e

IX - delegar aos demais integrantes e ao Secretário-Executivo da CE-MDA competências para tarefas específicas;

Art. 12 Compete aos demais membros titulares e suplentes da CE-MDA:

I - examinar as matérias que lhes forem submetidas, emitindo parecer conclusivo e fundamentado;

II - solicitar informações a respeito de matérias sob exame da CE-MDA;

III - representar a CE-MDA, por delegação de seu Presidente;

IV - pedir vista de matéria em deliberação;

V - justificar ao Presidente, antecipadamente e por escrito, eventuais ausências ou afastamentos;

VI - declarar impedido ou suspeito para trabalhos da CE-MDA; e

VII - fazer relatórios.

Art. 13. Compete ao Secretário-Executivo da CE-MDA:

I - organizar a agenda e a pauta das reuniões e assegurar o apoio técnico operacional e logístico à CE-MDA;

II - proceder ao registro das reuniões e à elaboração de suas atas;

III - instruir as matérias submetidas à deliberação;

IV - solicitar a prévia manifestação da Consultoria Jurídica para dirimir dúvidas jurídicas sobre a matéria a ser deliberada pela CE-MDA.

V - desenvolver ou supervisionar a elaboração de estudos e pareceres como subsídios ao processo de tomada de decisão da CE-MDA;

VI - solicitar ao agente público as informações e subsídios visando à instrução de procedimento sob apreciação da CE-MDA;

VII - coordenar o trabalho da Secretaria-Executiva, bem como dos representantes locais;

VIII - fornecer apoio técnico e administrativo à CE-MDA;

IX - executar e dar publicidade aos atos de competência da Secretaria-Executiva;

X - coordenar o desenvolvimento de ações objetivando a disseminação, capacitação e treinamento sobre ética no MDA; e

XI - executar outras atividades determinadas pelos membros da CE-MDA.

CAPÍTULO VI

DO FUNCIONAMENTO

Art. 14. As deliberações da CE-MDA estão adstritas:

I - ao cumprimento das disposições previstas no Regimento Interno da CE-MDA, no Código de Ética Profissional do Servidor Público do Poder Executivo e no Código de Conduta da Alta Administração Federal;

II - à adoção de orientações complementares concernentes às respostas de consultas formuladas ou mediante divulgação periódica da temática da ética pública;

III - à elaboração de sugestões ao Ministro de Estado do Desenvolvimento Agrário para a edição de atos normativos complementares; e

IV - à instauração de procedimento para apuração de ato que possa configurar descumprimento ao Código de Ética.

Art. 15. Os trabalhos da CE-MDA serão desenvolvidos em observância aos seguintes princípios fundamentais:

I - preservação da honra e da imagem da pessoa investigada;

II - proteção da identidade do denunciante, que deverá ser mantida sob reserva, se este assim o desejar; e

III - atuação com independência e imparcialidade.

Art. 16. As deliberações da CE-MDA serão tomadas por voto da maioria de seus membros titulares.

Art. 17. As reuniões da CE-MDA serão realizadas pelo menos uma vez por mês, em caráter ordinário, e, extraordinariamente, sempre que convocada por iniciativa de qualquer de seus membros ou do Secretário-Executivo.

§ 1º - A pauta das reuniões da CE-MDA será composta a partir de sugestões de qualquer de seus membros titulares e suplentes, ou do Secretário-Executivo, admitindo-se, no início de cada sessão, a inclusão de novos assuntos.

§ 2º - A convocação das reuniões se dará mediante seu encaminhamento a todos os membros titulares e suplentes e ao Secretário Executivo, acompanhada da pauta prevista.

§ 3º - A ata de cada reunião será encaminhada a todos os seus membros, pelo Secretário Executivo e aprovada na reunião seguinte.

Art. 18. As despesas de custeio necessárias ao desenvolvimento dos trabalhos da CE-MDA serão custeadas pelo MDA, ou por suas unidades vinculadas.

CAPÍTULO VII

DOS MANDATOS

Art. 19. Os membros da CE-MDA cumprirão mandatos não coincidentes de três anos, permitida uma recondução.

§ 1º Os mandatos dos primeiros membros e dos respectivos suplentes são de um, dois e três anos, estabelecidos no ato da designação.

§ 2º Poderá ser reconduzido uma vez o membro que for designado para cumprir o mandato complementar, caso o mesmo tenha iniciado antes do transcurso da metade do período estabelecido no mandato originário.

§ 3º Caso o mandato complementar tenha iniciado após o transcurso da metade do período estabelecido no mandato originário, o membro que o exercer poderá ser conduzido ao posterior mandato regular de três anos, permitindo-lhe uma recondução.

Art. 20. Cessará a investidura de membros com a extinção do mandato, a renúncia ou por desvio disciplinar ou ético reconhecido pela Comissão de Ética Pública.

CAPÍTULO VIII

DAS NORMAS GERAIS DO PROCEDIMENTO

Art. 21. As fases processuais no âmbito da CE-MDA serão as seguintes:

I - Procedimento Preliminar, compreendendo:

a) juízo de admissibilidade;

b) instauração;

c) provas documentais e, excepcionalmente, manifestação do investigado e realização de diligências urgentes e necessárias;

d) relatório;

e) proposta de ACPP;

f) decisão preliminar determinando o arquivamento ou a conversão em Processo de Apuração Ética;

II - Processo de Apuração Ética, subdividindo-se em:

a) instauração;

b) instrução complementar, compreendendo:

1. a realização de diligências;

2. a manifestação do investigado; e

3. a produção de provas;

c) relatório; e

d) deliberação e decisão, que declarará improcedência, conterá sanção, recomendação a ser aplicada ou proposta de ACPP.

Art. 22. A apuração de infração ética será formalizada por procedimento preliminar, que deverá observar as regras de autuação, compreendendo numeração, rubrica da paginação, juntada de documentos em ordem cronológica e demais atos de expediente administrativo.

Art. 23. Até a conclusão final, todos os expedientes de apuração de infração ética terão a chancela de "reservado", nos termos do Decreto nº 4.553, de 27 de dezembro 2002, após, estarão acessíveis aos interessados conforme disposto na Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.

Art. 24. Ao denunciado é assegurado o direito de conhecer o teor da acusação e ter vista dos autos no recinto da CE-MDA, bem como de obter cópias de documentos.

Parágrafo único. As cópias deverão ser solicitadas formalmente à CE-MDA.

Art. 25. A CE-MDA, sempre que constatar a possível ocorrência de ilícitos penais, civis, de improbidade administrativa ou de infração disciplinar, encaminhará cópia dos autos às autoridades competentes para apuração de tais fatos, sem prejuízo da adoção das demais medidas de sua competência.

Art. 26. A decisão final sobre investigação de conduta ética que resultar em sanção, em recomendação ou em Acordo de Conduta Pessoal e Profissional será resumida e publicada em ementa, com a omissão dos nomes dos envolvidos e de quaisquer outros dados que permitam a identificação.

Parágrafo único. A decisão final contendo nome e identificação do agente público deverá ser remetida à Comissão de Ética Pública para formação de banco de dados de sanções, para fins de consulta pelos órgãos ou entidades da administração pública federal, em casos de nomeação para cargo em comissão ou de alta relevância pública.

Art. 27. Os setores competentes do MDA darão tratamento prioritário às solicitações de documentos e informações necessárias à instrução dos procedimentos de investigação instaurados pela CE/MDA, conforme determina o Decreto nº 6.029, de 2007.

§ 1º A inobservância da prioridade determinada neste artigo implicará a responsabilidade de quem lhe der causa.

§ 2º No âmbito do órgão ou da entidade e em relação aos respectivos agentes públicos a CE/MDA terá acesso a todos os documentos necessários aos trabalhos, dando tratamento específico àqueles protegidos por sigilo legal.

CAPÍTULO IX

DO RITO PROCESSUAL

Art. 28. Qualquer cidadão, agente público, pessoa jurídica de direito privado, associação ou entidade de classe poderá provocar a atuação da CE/MDA, visando à apuração de transgressão ética imputada ao agente público ou ocorrida em setores do MDA.

Art. 29. O Procedimento Preliminar para apuração de conduta que, em tese, configure infração ao padrão ético será instaurado pela CE-MDA, de ofício ou mediante representação ou denúncia formulada por quaisquer das pessoas mencionadas no Parágrafo único do art. 4º deste Regimento.

§ 1º A instauração, de ofício, de expediente de investigação deve ser fundamentada pelos integrantes da CE-MDA e apoiada em notícia pública de conduta ou em indícios capazes de lhe dar sustentação.

§ 2º Se houver indícios de que a conduta configure, a um só tempo, falta ética e infração de outra natureza, inclusive disciplinar, a cópia dos autos deverá ser encaminhada imediatamente ao órgão ou comissão competente.

§ 3º Na hipótese prevista no § 2º, o denunciado deverá ser notificado sobre a remessa do expediente ao órgão ou comissão competente.

§ 4º Havendo dúvida quanto ao enquadramento da conduta, se desvio ético, infração disciplinar, ato de improbidade, crime de responsabilidade ou infração de natureza diversa, a CE-MDA, em caráter excepcional, poderá solicitar parecer reservado junto à unidade responsável pelo assessoramento jurídico do MDA.

Art. 30. A representação, a denúncia ou qualquer outra demanda deve conter os seguintes requisitos:

I - descrição da conduta;

II - indicação da autoria, caso seja possível; e

III - apresentação dos elementos de prova ou indicação de onde podem ser encontrados.

Parágrafo único. Quando o autor da demanda não se identificar, a CE-MDA poderá acolher os fatos narrados para fins de instauração, de ofício, de procedimento investigatório, desde que contenha indícios suficientes da ocorrência da infração ou, em caso contrário, determinar o arquivamento sumário.

Art. 31. A representação, denúncia ou qualquer outra demanda será dirigida à CE-MDA, podendo ser protocolada diretamente na sede da CE/MDA ou encaminhadas pela via postal, correio eletrônico ou fax.

§ 1º A CE-MDA expedirá comunicação oficial divulgando os endereços físico e eletrônico para atendimento e apresentação de demandas.

§ 2º Caso a pessoa interessada em denunciar ou representar compareça perante a CE-MDA, esta poderá reduzir a termo as declarações e colher a assinatura do denunciante, bem como receber eventuais provas.

§ 3º Será assegurada ao denunciante a comprovação do recebimento da denúncia ou representação por ele encaminhada.

Art. 32. Oferecida à representação ou denúncia, a CE-MDA deliberará sobre sua admissibilidade, verificando o cumprimento dos requisitos previstos nos incisos do art. 30.

§ 1º A CE-MDA poderá determinar a colheita de informações complementares ou de outros elementos de prova que julgar necessários.

§ 2º A CE-MDA, mediante decisão fundamentada, arquivará representação ou denúncia manifestamente improcedente, cientificando o denunciante.

§ 3º É facultado ao denunciado à interposição de pedido de reconsideração dirigido à própria CE-MDA, no prazo de dez dias, contados da ciência da decisão, com a competente fundamentação.

§ 4º A juízo da CE-MDA e mediante consentimento do denunciado, poderá ser lavrado Acordo de Conduta Pessoal e Profissional.

§ 5º Lavrado o Acordo de Conduta Pessoal e Profissional, o Procedimento Preliminar será sobrestado, por até dois anos, a critério da CE-MDA, conforme o caso.

§ 6º Se, até o final do prazo de sobrestamento, o Acordo de Conduta Pessoal e Profissional for cumprido, será determinado o arquivamento do feito.

§ 7º Se o Acordo de Conduta Pessoal e Profissional for descumprido, a CE-MDA dará seguimento ao feito, convertendo o Procedimento Preliminar em Processo de Apuração Ética.

§ 8º Não será objeto de Acordo de Conduta Pessoal e Profissional o descumprimento ao disposto no inciso XV do Anexo ao Decreto nº 1.171, de 1994.

Art. 33. Ao final do Procedimento Preliminar, será proferida decisão pela CE-MDA determinando o arquivamento ou sua conversão em Processo de Apuração Ética.

Art. 34. Instaurado o Processo de Apuração Ética, a CE-MDA notificará o investigado para, no prazo de dez dias, apresentar defesa prévia, por escrito, listando eventuais testemunhas, até o número de quatro, e apresentando ou indicando as provas que pretende produzir.

Parágrafo único. O prazo previsto neste artigo poderá ser prorrogado por igual período, a juízo da CE-MDA, mediante requerimento justificado do investigado.

Art. 35. O pedido de inquirição de testemunhas deverá ser justificado.

§ 1º Será indeferido o pedido de inquirição, quando:

I - formulado em desacordo com este artigo;

II - o fato já estiver suficientemente provado por documento ou confissão do investigado ou quaisquer outros meios de prova compatíveis com o rito descrito nesta Resolução; ou

III - o fato não possa ser provado por testemunha.

§ 2º As testemunhas poderão ser substituídas desde que o investigado formalize pedido à CE-MDA em tempo hábil e em momento anterior à audiência de inquirição.

Art. 36. O pedido de prova pericial deverá ser justificado, sendo lícito à CE-MDA indeferi-lo nas seguintes hipóteses:

I - a comprovação do fato não depender de conhecimento especial de perito; ou

II - revelar-se meramente protelatório ou de nenhum interesse para o esclarecimento do fato.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Art. 37. Na hipótese de o investigado não requerer a produção de outras provas, além dos documentos apresentados com a defesa prévia, a CE-MDA, salvo se entender necessária a inquirição de testemunhas, a realização de diligências ou de exame pericial, elaborará o relatório.

Parágrafo único. Na hipótese de o investigado, comprovadamente notificado ou citado por edital público, não se apresentar, nem enviar procurador legalmente constituído para exercer o direito ao contraditório e à ampla defesa, a CE-MDA designará um defensor dativo preferencialmente escolhido dentre os servidores do quadro permanente para acompanhar o processo, sendo-lhe vedada conduta contrária aos interesses do investigado.

Art. 38. Concluída a instrução processual e elaborado o relatório, o investigado será notificado para apresentar as alegações finais no prazo de dez dias.

Art. 39. Apresentadas ou não as alegações finais, a CE-MDA proferirá decisão.

§ 1º Se a conclusão for pela culpabilidade do investigado, a CE-MDA poderá aplicar a penalidade de censura ética prevista no Decreto nº 1.171, de 1994, e, cumulativamente, fazer recomendações, bem como lavrar o Acordo de Conduta Pessoal e Profissional, sem prejuízo de outras medidas a seu cargo.

§ 2º Caso o Acordo de Conduta Pessoal e Profissional seja descumprido, a CE-MDA dará seguimento ao Processo de Apuração Ética.

§ 3º É facultada ao investigado pedir a reconsideração acompanhada de fundamentação à própria CE-MDA, no prazo de dez dias, contado da ciência da respectiva decisão.

Art. 40. Cópia da decisão definitiva que resultar em penalidade a detentor de cargo efetivo ou de emprego permanente na Administração Pública, bem como a ocupante de cargo em comissão ou função de confiança, será encaminhada à unidade de gestão de pessoal, para constar dos assentamentos do agente público, para fins exclusivamente éticos.

§ 1º O registro referido neste artigo será cancelado após o decurso do prazo de três anos de efetivo exercício, contados da data em que a decisão se tornou definitiva, desde que o servidor, nesse período, não tenha praticado nova infração ética.

§ 2º Em se tratando de prestador de serviços sem vínculo direto ou formal com o órgão ou entidade, a cópia da decisão definitiva deverá ser remetida ao dirigente máximo, a quem competirá à adoção das providências cabíveis.

§ 3º Em relação aos agentes públicos listados no § 2º, a CE-MDA expedirá decisão definitiva elencando as condutas infracionais, eximindo-se de aplicar ou de propor penalidades, recomendações ou Acordo de Conduta Pessoal e Profissional.

CAPÍTULO X

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 41. Caberá à CE-MDA dirimir dúvidas e resolver os casos omissos decorrentes da aplicação deste Regimento Interno.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA

PORTARIA Nº 244, DE 1º DE JUNHO DE 2015

A PRESIDENTE DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII artigo 21, da Estrutura regimental, aprovada pelo Decreto nº 6.812, de 3 de abril de 2009, combinado com o inciso V, art. 122 do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria /MDA/Nº 20, de 08 de abril de 2009, publicado no Diário Oficial da União do dia 09, de abril de 2009, e

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54170.001080/2014-00 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto 74.965, de 26 de novembro de 1974 e Instrução Normativa nº 76, de 23 de agosto de 2013, para obtenção de autorização pelo INCRA para aquisição do segundo imóvel rural com área abaixo de 3 MEI;

Considerando as manifestações da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR-06/MG/F, da Procuradoria Regional da SR-06/MG, da Divisão de Fiscalização e de Controle de Aquisições por Estrangeiros - DFC-2 e da Procuradoria Federal Especializada - PFE favoráveis à proposta de aquisição da "Gleba Rural nº 08", desmembrada do imóvel rural situado no lugar denominado Retiro da Cachoeira/MG;

Considerando que a área total do município de Nova Lima/MG informada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE é de 429,164 quilômetros quadrados, ou seja, 42.916,4000 hectares (quarenta e dois mil hectares, novecentos e dezesseis ares e quatro centíares) e a área adquirida por estrangeiros neste município é de 81,4818 hectares (oitenta e um hectares, quarenta e oito ares e dezoito centíares), dos quais 2,0035 ha (dois hectares e trinta e cinco centíares) para a nacionalidade Norte Americana;

Considerando que a área requerida pelo interessado é de 2,0011 ha (dois hectares e onze centíares), corresponde a 0,4002 Módulos de Exploração Indefinida - MEI, que somada a área já adquirida não ultrapassam os limites de 50 (cinquenta) MEI, em área contínua ou descontínua, prescritos no art. 3º da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971 e art. 7º do Decreto nº. 74.965, de 26 de novembro de 1974, bem como o percentual de um quarto da superfície do Município por estrangeiros e dez por cento por nacionalidade onde se localiza o imóvel pretendido (art. 12, § 1º da Lei nº 5.709/1971 e art. 5º, § 1º do Decreto nº. 74.965/1974);

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação é constituída das matrículas nº 49.069, situado no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição por estrangeiro; resolve:

Art.1º Autorizar, com base na Lei nº 5.709 de 1971, regulamentada pelo Decreto n° 74.965, de 1974, o Senhor EDWARD MUNSON MASON II, de nacionalidade Norte Americana, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro - Permanente RNE nº W154338-K, válida até 14/11/2015, expedida pelo CGPI/DIREX/DPF, CPF Nº 174.687.568-21, casado em regime de separação total de bens com Rebecca Battendieri Suplicy, de nacionalidade brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 24.896.208-5, expedida pelo SSP/SP, CPF nº. 273.477.878-58, residentes e domiciliados à Rua São João Evangelista, 849/801, Bairro Santo Antônio em Belo Horizonte/MG, CEP nº 30330-140, a adquirir parte do imóvel rural denominado "Gleba Rural nº 08", com área de 2,0011 ha (dois hectraes e onze centíares), localizado no Município de Nova Lima/MG. A área do referido imóvel rural equivale a 0,4002 Módulos de Exploração Indefinida, cadastrado no Sistema Nacional e Cadastro Rural - SNCR sob o código nº. 431.117.011.452-3.

Art.2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública e mais 15 (quinze) dias para efetuar o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 74.965/1974.

Art.3º Resguarda-se o direito da União em reivindicar eventual domínio sobre tais áreas, a qualquer tempo, não implicando esta autorização na ratificação dominial de que cuidam a Lei n º 9.871/99 e o Decreto-lei nº 1.414/75.

Art.4º A ressalva mencionada no art.3º deverá ser averbada à margem das matrículas do imóvel rural em aquisição, a título de atestado de ciência e anuência do adquirente com seu teor.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN

CONSELHO DIRETOR

RESOLUÇÃO Nº 10, DE 18 DE MAIO DE 2015

O CONSELHO DIRETOR DO INSTITUTO NACIONAL DE COLONZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA - INCRA, Autarquia Federal criada pelo Decreto-Lei n° 1.110, de 9 de julho de 1970, alterado pela Lei n° 7.231, de 23 de outubro de 1984, por seu Presidente, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VIII do art. 8°, da Estrutura Regimental, aprovada pelo Decreto n° 6.812, de 3 de abril de 2009, combinado com inciso VIII, do art. 12, do Regimento Interno, aprovado pela Portaria/MDA/n° 20, de 8 de abril de 2009, tendo em vista a decisão adotada em sua 650ª Reunião, realizada em 18 de maio de 2015; e,

Considerando que a instrução e a análise do processo nº 54170.001080/2014-00 estão de acordo com os requisitos exigidos pela Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971, regulamentada pelo Decreto 74.965, de 26 de novembro de 1974 e Instrução Normativa nº 76, de 23 de agosto de 2013, para obtenção de autorização pelo INCRA para aquisição do segundo imóvel rural com área abaixo de 3 MEI;

Considerando as manifestações da Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária - SR-06/MG/F, da Procuradoria Regional da SR-06/MG, da Divisão de Fiscalização e de Controle de Aquisições por Estrangeiros - DFC-2 e da Procuradoria Federal Especializada - PFE favoráveis à proposta de aquisição da "Gleba Rural nº 08", desmembrada do imóvel rural situado no lugar denominado Retiro da Cachoeira/MG;

Considerando que a área total do município de Nova Lima/MG informada pelo Instituto Brasileiro de Geografia Estatística - IBGE é de 429,164 quilômetros quadrados, ou seja, 42.916,4000 hectares (quarenta e dois mil hectares, novecentos e dezesseis ares e quatro centíares) e a área adquirida por estrangeiros neste município é de 81,4818 hectares (oitenta e um hectares, quarenta e oito ares e dezoito centíares), dos quais 2,0035 ha (dois hectares e trinta e cinco centíares) para a nacionalidade Norte Americana;

Considerando que a área requerida pelo interessado é de 2,0011 ha (dois hectares e onze centíares), corresponde a 0,4002 Módulos de Exploração Indefinida - MEI, somada a área já adquirida não ultrapassam os limites de 50 (cinquenta) MEI, em área contínua ou descontínua, prescritos no art. 3º da Lei nº 5.709, de 7 de outubro de 1971 e art. 7º do Decreto nº. 74.965, de 26 de novembro de 1974, bem como o percentual de um quarto da superfície do Município por estrangeiros e dez por cento por nacionalidade onde se localiza o imóvel pretendido (art. 12, § 1º da Lei nº 5.709/1971 e art. 5º, § 1º do Decreto nº. 74.965/1974);

Considerando que a área do imóvel rural objeto da solicitação é constituída das matrículas nº 49.069, situado no município de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, encontra-se em conformidade com os requisitos legais para aquisição por estrangeiro; resolve:

Art.1º Autorizar, com base na Lei nº 5.709 de 1971, regulamentada pelo Decreto n° 74.965, de 1974, o Senhor EDWARD MUNSON MASON II, de nacionalidade Norte Americana, portador da Cédula de Identidade de Estrangeiro - Permanente RNE nº W154338-K, válida até 14/11/2015, expedida pelo CGPI/DIREX/DPF, CPF Nº 174.687.568-21, casado em regime de separação total de bens com Rebecca Battendieri Suplicy, de nacionalidade brasileira, portadora da Cédula de Identidade nº 24.896.208-5, expedida pelo SSP/SP, CPF nº. 273.477.878-58, residentes e domiciliados à Rua São João Evangelista, 849/801, Bairro Santo Antônio em Belo Horizonte/MG, CEP nº 30330-140, a adquirir parte do imóvel rural denominado "Gleba Rural nº 08", com área de 2,0011 ha (dois hectraes e onze centíares), localizado no Município de Nova Lima/MG. A área do referido imóvel rural equivale a 0,4002 Módulos de Exploração Indefinida, cadastrado no Sistema Nacional e Cadastro Rural - SNCR sob o código nº. 431.117.011.452-3.

Art.2º A autorização terá prazo de validade de 30 (trinta) dias para que o interessado providencie a lavratura da escritura pública e mais 15 (quinze) dias para efetuar o registro do imóvel rural na circunscrição imobiliária competente, conforme parágrafo único do art. 10 do Decreto nº 74.965/1974.

Art.3º Resguarda-se o direito da União em reivindicar eventual domínio sobre tais áreas, a qualquer tempo, não implicando esta autorização na ratificação dominial de que cuidam a Lei n º 9.871/99 e o Decreto-Lei nº 1.414/75.

Art.4º A ressalva mencionada no art. 3º deverá ser averbada à margem das matrículas do imóvel rural em aquisição, a título de atestado de ciência e anuência do adquirente com seu teor.

MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN
Presidente do Conselho

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO AMAZONAS

RETIFICAÇÃO

Na Portaria Nº 33/2005, de 19 de Setembro de 2005, publicada no D.O.U. 184, de 23 de Setembro de 2005, que criou o Projeto de Desenvolvimento Sustentável- PDS CUIEIRAS ANAVILHANAS, Município de Manaus/AM, onde se lê: "... 200.328,5149 ha (duzentos mil e trezentos e vinte e oito hectares e cinquenta e um ares e quarenta e nove centiares)" leia-se "... 121.619,88 (cento e vinte e um mil e seiscentos e dezenove hectares e oitenta e oito ares)".

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 209, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Habilitação ao Programa de Incentivo à Inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO.

O MINISTRO DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe confere o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, e tendo em vista o disposto no § 3º do art. 40 da Lei nº 12.715, de 17 de setembro de 2012, alterada pela Lei nº 12.844, de 19 de julho de 2013, e nº 12.996, de 18 de junho de 2014, bem como o disposto no inc. II do art. 3º do Decreto 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, e nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, resolve:

Art. 1º Habilitar, nos termos do inciso II do art. 2º do Decreto nº 7.819, de 3 de outubro de 2012, alterado pelos Decretos nº 8.015, de 17 de maio de 2013, e nº 8.294, de 12 de agosto de 2014, a empresa STUTTGART SPORTCAR SP VEICULOS LTDA., CNPJ/MF: 01.306.024/0001-36, conforme processo nº 52000.026364/2012-65, de 24 de outubro de 2012.

Parágrafo único. As obrigações e os direitos da empresa habilitada constarão de Termo de Compromisso, o qual deverá ser entregue, firmado pelos responsáveis pela empresa, com firma reconhecida, em até trinta dias da data de publicação desta Portaria.

Art. 2º A habilitação tem vigência de 1º de junho de 2015 até 31 de maio de 2016, período em que a empresa habilitada poderá usufruir dos benefícios definidos no Decreto nº 7.819, de 2012, desde que cumpridos os requisitos definidos no mesmo ato.

Art. 3º A empresa está sujeita à verificação do cumprimento dos requisitos assumidos no requerimento de habilitação, previstos nos arts. 4º e 6º do Decreto nº 7.819, de 2012, e ao cancelamento da habilitação, nas condições estabelecidas pelo art. 9º desse mesmo Decreto.

Art. 4º Para os efeitos de que trata o inciso II do art. 3º do Decreto nº 7.819, de 2012, a empresa a que se refere o art. 1º deverá apresentar, até 15 de abril de 2016, requerimento de habilitação de doze meses, a contar de 1º de junho de 2016.

Art. 5º Para fins do disposto no inciso II, do Art. 22, do Decreto nº 7.819, de 2012, aplica-se a redução de alíquotas do IPI, aos produtos classificados nos códigos da TIPI relacionados no Anexo I, desse mesmo Decreto, importados diretamente pela empresa habilitada, por encomenda ou por sua conta e ordem, até o limite de:

I - Quinhentos e seis veículos, no período de 1º de junho de 2015 até 31 de dezembro de 2015.

II - Trezentos e sessenta e um veículos, no período de 1º de janeiro de 2016 até 31 de maio de 2016.

§ 1º. O disposto no caput deste artigo não se aplica aos veículos relacionados no Anexo VI do Decreto nº 7.819, de 2012, conforme disposto no §2º do art. 22 desse mesmo Decreto.

§ 2º. O disposto neste artigo se aplica aos veículos objetos dos contratos de distribuição anexados ao Processo nº 52000.026364/2012-65, de 24 de outubro de 2012, e constantes do Termo de Compromisso.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Art. 6º A quota referida no inciso II do art. 5º da Portaria MDIC nº 136, de 30 de maio de 2014, poderá ser utilizada durante todo o ano-calendário de 2015.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo os seus efeitos a 1º de junho de 2015.

ARMANDO MONTEIRO

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA
DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 135, DE 17 DE JUNHO DE 2015

O Diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, através da Portaria Inmetro n.º 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "g", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução n.º 11, de 12 de outubro de 1988, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico para medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovado pela Portaria Inmetro n° 431/2007, e,

Considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.009629/2015, resolve:

Modificar o modelo MD2400-1E de medidores eletrônicos de energia elétrica, aprovado pela Portaria Inmetro/Dimel nº 375, de 20 de dezembro de 2011, com a inclusão da adequação nas dimensões externas.

A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

LUIZ CARLOS GOMES DOS SANTOS

SECRETARIA DE COMÉRCIO EXTERIOR

PORTARIA Nº 48, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Estabelece critérios para alocação de cota para importação, determinada pela Resolução CAMEX nº 53, de 17 de junho de 2015.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, tendo em consideração a Resolução CAMEX nº 53, de 17 de junho de 2015, resolve:

Art. 1º Ficam incluídos os incisos LXXVI e LXXVII no art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, com a seguinte redação:

"LXXVI - Resolução CAMEX nº 53, de 17 de junho de 2015, publicada no D.O.U. de 18 de junho de 2015:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
3804.00.20	Lignossulfonatos	2%	72.000 toneladas	18/06/2015 a 17/06/2016

a) o exame dos pedidos de LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX; e

b) caso seja constatado esgotamento da cota, o DECEX não emitirá novas licenças de importação para essa cota, ainda que já registrado pedido de LI no SISCOMEX.

LXXVII - Resolução CAMEX nº 53, de 17 de junho de 2015, publicada no D.O.U. de 18 de junho de 2015:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
7202.70.00	Ferro-molibdênio	2%	2.911 toneladas	18/06/2015 a 17/06/2016

a) o exame dos pedidos de LI será realizado por ordem de registro no SISCOMEX;

b) será concedida inicialmente a cada empresa uma cota máxima de 300 toneladas do produto, podendo cada importador obter mais de uma LI, desde que a soma das quantidades informadas nas LI seja inferior ou igual ao limite inicialmente estabelecido;

c) após atingida a quantidade máxima inicialmente estabelecida, novas concessões para a mesma empresa estarão condicionadas à comprovação do efetivo despacho para consumo da mercadoria objeto das concessões anteriores, mediante a apresentação da cópia do CI e da DI correspondentes, e a quantidade liberada será, no máximo, igual à parcela já desembaraçada; e

d) caso seja constatado o esgotamento da cota global, o DECEX não emitirá novas licenças de importação para essa cota, ainda que já registrado pedido de LI no SISCOMEX."

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

DANIEL MARTELETO GODINHO

PORTARIA Nº 49, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Estabelece critérios para alocação de cota para importação, determinada pela Resolução CAMEX nº 53, de 17 de junho de 2015.

O SECRETÁRIO DE COMÉRCIO EXTERIOR DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelos incisos I e XIX do art. 15 do Anexo I ao Decreto nº 7.096, de 4 de fevereiro de 2010, tendo em consideração a Resolução CAMEX nº 53, de 17 de junho de 2015, RESOLVE:

Art. 1º Os incisos LIII e LIV do art. 1º do Anexo III da Portaria SECEX nº 23, de 14 de julho de 2011, passam a vigorar com a seguinte redação:

"LIII - Resolução CAMEX nº 53, de 17 de junho de 2015, publicada no D.O.U. de 18 de junho de 2015:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
2921.11.21	Dimetilamina	2%	7.000 toneladas	23/07/2015 a 22/07/2016

.....

b) será concedida inicialmente a cada empresa uma cota máxima de 1.000 toneladas do produto, podendo cada importador obter mais de uma LI, desde que a soma das quantidades informadas nas LI seja inferior ou igual ao limite inicialmente estabelecido;

..... (NR)

LIV - Resolução CAMEX nº 53, de 17 de junho de 2015, publicada no D.O.U. de 18 de junho de 2015:

CÓDIGO NCM	DESCRIÇÃO	ALÍQUOTA DO II	QUANTIDADE	VIGÊNCIA
2921.19.23	Monoisopropilamina e seus sais	2%	26.282 toneladas	23/07/2015 a 22/07/2016

....."(NR)

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 23 de julho de 2015.

DANIEL MARTELETO GODINHO

SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS

PORTARIA Nº 277, DE 16 DE JUNHO DE 2015

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA DA ZONA FRANCA DE MANAUS, em exercício, no uso das suas atribuições legais, considerando o disposto no Art. 32, da Resolução nº 203, de 10 de dezembro de 2012 e os termos do Parecer Técnico nº 40/2015 - SPR/CGAPI/COPIN, resolve:

Art. 1º AUTORIZAR o remanejamento de cota de importação de insumo no valor de US$ 32,365,000.00 (trinta e dois milhões, trezentos e sessenta e cinco mil dólares norte americanos), do produto MOTOCICLETA ACIMA DE 100 CM3 ATÉ 450 CM3 - CÓD. SUFRAMA: 0002 para o produto MOTOCICLETA ACIMA DE 450 CM3 - CÓD. SUFRAMA: 0003, aprovados mediante Resolução nº 0155, de 19/07/2008, em nome da empresa YAMAHA MOTOR DA AMAZÔNIA LTDA., com inscrição SUFRAMA nº 20.0260.01-4 e CNPJ nº 04. 817. 052/0001- 06.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GUSTAVO ADOLFO IGREJAS FILGUEIRAS

Ministério do Esporte

SECRETARIA EXECUTIVA

DELIBERAÇÃO Nº 748, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Dá publicidade aos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 08/04/2015, 05/05/2015 e 02/06/2015.

A COMISSÃO TÉCNICA VINCULADA AO MINISTÉRIO DO ESPORTE, de que trata a Lei nº 11.438 de 29 de dezembro de 2006, instituída pela Portaria nº 96, de 13 de abril de 2015, considerando:

a) a aprovação dos projetos desportivos, relacionados no anexo I, aprovados nas reuniões ordinárias realizadas em 08/04/2015, 05/05/2015 e 02/06/2015.

b) a comprovação pelo proponente de projeto desportivo aprovado, das respectivas regularidades fiscais e tributárias nas esferas federal, estadual e municipal, nos termos do parágrafo único do art. 27 do Decreto nº 6.180 de 03 de agosto de 2007 decide:

Art. 1º Tornar pública, para os efeitos da Lei nº 11.438 de 2006 e do Decreto nº 6.180 de 2007, a aprovação do projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 2º Autorizar a captação de recursos, nos termos e prazos expressos, mediante doações ou patrocínios, para o projeto desportivo relacionado no anexo I.

Art. 3º Esta deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

FÁBIO DE CASTRO PATRÍCIO
Presidente da Comissão

ANEXO I

1 - Processo: 58701.002343/2015-86
Proponente: Academia Brasileira de Canoagem
Título: Circuito de Canoagem Oceânica e Va`a
Registro: 02PR087352011
Manifestação Desportiva: Desporto de Rendimento
CNPJ: 12.502.059/0001-67
Cidade: Curitiba UF: PR
Valor aprovado para captação: R$ 3.772.978,74
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1876 DV: 7 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 49343-0
Período de Captação até: 07/09/2015

2 - Processo: 58701.002957/2014-87
Proponente: Clube Pioneiros do Voleibol
Título: Voleibol Pioneiro: O Esporte a Serviço da Comunidade
Registro: 02RS113222012
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 14.931.466/0001-15
Cidade: Rio Grande UF: RS
Valor aprovado para captação: R$ 2.089.569,33
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 3395 DV: 2 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 20121-9
Período de Captação até: 31/12/2015

3 - Processo: 58701.009542/2013-53
Proponente: Moto Clube Cassios Racing
Título: Copa Minas Gerais de Motocross
Registro: 15.042.915/0001-37
Manifestação Desportiva: Desporto de Participação
CNPJ: 15.042.915/0001-37
Cidade: Belo Horizonte UF: MG
Valor aprovado para captação: R$ 2.125.831,21
Dados Bancários: Banco do Brasil Agência nº 1044 DV: 8 Conta Corrente (Bloqueada) Vinculada nº 16425-9
Período de Captação até: 02/12/2015

AUTORIDADE PÚBLICA OLÍMPICA
CONSELHO PÚBLICO OLÍMPICO

RESOLUÇÃO Nº 5, DE 16 DE JUNHO DE 2015

O Conselho Público Olímpico considera prejudicada, por ausência de unanimidade de seus membros, a deliberação para fins de aprovação dos Planos de Antecipação e Ampliação de Investimentos em Políticas Públicas (PAAIPP) dos entes consorciados.

O CONSELHO PÚBLICO OLÍMPICO, com fundamento no disposto na Cláusula Décima Primeira do Contrato de Consórcio Público firmado por meio da Lei federal nº 12.396/2011, da Lei estadual nº 5.949/2011 e da Lei municipal nº 5.260/2011;

CONSIDERANDO o entendimento firmado pelo Eg. Tribunal de Contas da União no item 9.1.1 do Acórdão nº 1662-Plenário, mantido pelo item 9.2 do Acórdão nº 2914-Plenário;

CONSIDERANDO o Parágrafo Segundo da Cláusula Décima Primeira do Contrato de Consórcio firmado por meio da Lei Federal 12.396/2011, da Lei Estadual 5.949/2011 e da Lei Municipal 5.260/2011, que determina que as deliberações do Conselho Público Olímpico somente poderão ocorrer por unanimidade de seus membros;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

CONSIDERANDO o voto manifesto pelo representante da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, que se posicionou contrariamente à aprovação dos PAAIPP's pelo CPO;

CONSIDERANDO o voto manifesto pelo representante do Governo do Estado do Rio de Janeiro, que se posicionou contrariamente à aprovação dos PAAIPP's pelo CPO;

CONSIDERANDO não ser possível, diante do entendimento supramencionado, convergir para uma decisão que permita aprovar os PAAIPP's por unanimidade; Em sua Reunião Extraordinária de 16 de junho de 2015, resolve:

Art. 1º Considerar prejudicada, por ausência de unanimidade entre seus membros, a deliberação para fins de aprovação dos seguintes documentos, isolada ou conjuntamente:

a) Plano de Antecipação e Ampliação de Investimentos em Políticas Públicas do Município do Rio de Janeiro;

b) Plano de Antecipação e Ampliação de Investimentos em Políticas Públicas do Estado do Rio de Janeiro; e

c) Plano de Antecipação e Ampliação de Investimentos em Políticas Públicas da União.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

HENRIQUE DE CAMPOS MEIRELLES
Presidente do Conselho

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS

RESOLUÇÃO Nº 639, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da atribuição que lhe confere o art. 95, inciso XVII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução no 2.020, de 15 de dezembro de 2014, torna público que ad referendum da DIRETORIA COLEGIADA, com fundamento no art. 13, inciso IV, da Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000, resolveu:

Art. 1º Revogar os incisos III e IV do art 1º, bem como os arts. 2º e 4º da Resolução nº 641, de 14 de abril de 2014, que estabelece regras de restrição de uso para as captações de água com finalidades de irrigação e aquicultura, no que se referem ao trecho do Rio Piancó, a jusante do Açude Curema, e ao Rio Piranhas-Açu, no trecho compreendido entre a confluência com o Rio Piancó e o Açude Armando Ribeiro Gonçalves.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

VICENTE ANDREU

RESOLUÇÃO CONJUNTA Nº 640, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O DIRETOR-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA, no exercício da atribuição que lhe confere o art. 95, inciso XVII, do Regimento Interno, aprovada pela Resolução no 2.020, de 15 de dezembro de 2014, torna público que ad referendum da DIRETORIA COLEGIADA, com fundamento no art. 13, inciso IV, da Lei no 9.984, de 17 de julho de 2000, e o DIRETOR PRESIDENTE DO INSTITUTO DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, e o DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA EXECUTIVA DE GESTÃO DAS ÁGUAS DO ESTADO DA PARAÍBA,

Considerando a seca no semiárido brasileiro e os baixos níveis dos açudes da bacia hidrográfica dos rios Piancó-Piranhas-Açu;

Considerando a necessidade de priorizar o consumo humano e a dessedentação de animais durante a atual situação de escassez, conforme previsão do art. 1o da Lei no 9433, de 8 de janeiro de 1997; e Considerando os encaminhamentos das reuniões realizadas entre a ANA e os órgãos gestores de recursos hídricos dos Estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte, resolvem:

Art. 1o As captações de águas superficiais localizadas no trecho do Rio Piancó, a jusante do Açude Curema, e no Rio Piranhas-Açu, no trecho compreendido entre a confluência com o Rio Piancó e o Açude Armando Ribeiro Gonçalves, identificados no mapa do Anexo 1, com as finalidades de irrigação e aquicultura (carcinicultura, piscicultura e demais usos aquícolas), deverão ser interrompidas a partir de 1o de julho de 2015.

Art. 2o As captações de águas subterrâneas com as finalidades de irrigação e aquicultura (carcinicultura, piscicultura e demais usos aquícolas), localizadas na faixa de 100 metros das margens dos corpos hídricos a que se refere o art. 1o, também deverão ser interrompidas a partir de 1o de julho de 2015, exceto as licenciadas e outorgadas pelos órgãos competentes, especificamente AESA-PB e IGARN-RN, que captem águas subterrâneas do cristalino.

Art. 3o Os sistemas mistos de captação de águas superficiais e subterrâneas que atendam diversas finalidades, tais como irrigação, aquicultura, consumo humano e dessedentação animal, deverão ser isolados até o dia 1o de julho de 2015, de forma que a captação de água atenda apenas às finalidades de consumo humano e dessedentação animal.

Art. 4o O descumprimento do disposto nesta Resolução será considerado infração gravíssima e ensejará a aplicação direta de embargo provisório ou definitivo, conforme legislação pertinente.

Parágrafo Único. A aplicação do embargo provisório ou definitivo poderá ensejar a apreensão e depósito de bens, lavrados os termos de apreensão e depósito.

Art. 5o Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor da Resolução e o seu Anexo, bem como as demais informações pertinentes encontram-se disponíveis no site www.ana.gov.br

VICENTE ANDREU
Diretor-Presidente da Agencia Nacional de Águas

JOSIVAN CARDOSO MORENO
Diretor-Presidente do Instituto de Gestão das Águas do Estado do Rio Grande do Norte

JOÃO FERNANDES DA SILVA
Diretor-Presidente da Agência Executiva de Gestão das Águas do Estado da Paraíba

CONSELHO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO GENÉTICO

RESOLUÇÃO Nº 42, DE 19 DE MAIO DE 2015

Estabelece os procedimentos relativos ao exame e julgamento, em última instância recursal administrativa, das infrações contra o patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado.

O Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, no uso de suas competências previstas na Medida Provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, e nos arts. 6º, inciso IV, e 27 do Decreto nº 5.459, de 07 de junho de 2005, e tendo em vista seu Regimento Interno, anexo à Portaria MMA nº 413, de 18 de novembro de 2014, resolve:

Capítulo I

Das Disposições Preliminares

Art.1º Estabelecer os procedimentos relativos ao exame e julgamento, em última instância recursal administrativa, das infrações contra o patrimônio genético e o conhecimento tradicional associado.

Art. 2º Para os fins do disposto no artigo anterior, o plenário do CGEN reunir-se-á em Brasília e em sessões públicas de julgamento.

§ 1º Os recursos que apresentem matéria tratada sob sigilo serão julgados em sessões reservadas.

§ 2º O julgamento dos recursos de que trata esta Resolução será pautado nas reuniões do CGEN, nos termos do Regimento Interno.

§ 3º A pauta da sessão de julgamento e os documentos pertinentes serão encaminhados aos conselheiros com antecedência mínima de sete dias corridos da data designada para a reunião.

§ 4º A pauta para as sessões de julgamento será disponibilizada na página eletrônica do CGEN.

§ 5º Os processos que, embora pautados, não forem submetidos a julgamento, deverão constar da pauta da sessão de julgamento subsequente.

§ 6º A abstenção é vedada aos Conselheiros.

Capítulo II

Dos Procedimentos

Art. 3º A legitimidade recursal é conferida ao autuado.

Art. 4º O recurso é tempestivo quando interposto junto ao órgão que proferiu a decisão condenatória de segunda instância no prazo de vinte dias, contados da data de ciência, excluindo-se da contagem o dia do começo e incluindo-se o do vencimento.

Parágrafo único. Considera-se prorrogado o prazo até o primeiro dia útil seguinte se o vencimento cair em dia em que não houver expediente ou este for encerrado antes da hora normal.

Art. 5º Recebido o recurso pela Secretaria-Executiva do CGEN, esta providenciará a elaboração de formulário de verificação documental, contendo as principais informações processuais.

Art. 6º Após a instrução dos autos com o formulário de que trata o artigo 5º desta Resolução, o Presidente do CGEN designará conselheiro relator, observado o sistema de rodízio entre todos os conselheiros.

Parágrafo Único. Será dada publicidade a lista dos processos distribuídos tão logo seja definida a relatoria, sendo facultado ao autuado apresentar memorial em até 3 (três) dias após a distribuição.

Art. 7º O relator encaminhará seu relatório, acompanhado do respectivo voto, por escrito, à Secretaria-Executiva do CGEN, com até 3 (três) dias úteis de antecedência da reunião em que o recurso será pautado.

Art. 8º As sessões de julgamento serão realizadas em observância às disposições previstas no Regimento Interno do CGEN e nesta Resolução.

Art. 9º A decisão proferida pelo Plenário é irrecorrível.

Art. 10. Iniciada a sessão, será dada palavra ao relator, que apresentará breve relatório do processo.

Art. 11. Ao requerente cujo recurso conste da sessão de julgamento, sem prejuízo do cumprimento das formalidades legais, é facultado o uso da palavra para exposição de defesa, observados os seguintes critérios:

I - serão concedidos 5 (cinco) minutos ao requerente para apresentação oral da matéria de seu interesse, após a apresentação pelo relator; e

II - após o início das discussões da matéria, é vedado o uso da palavra pelo requerente, salvo quando for solicitado algum esclarecimento pelo Plenário.

Art. 12. Após a apresentação do relatório e de eventual sustentação oral, o conselheiro relator proferirá seu voto, ocasião em que poderá propor ao Plenário:

I - não conhecer do recurso; ou

II - conhecer do recurso e:

a) negar provimento; ou

b) dar provimento.

Parágrafo único. O recurso não será conhecido quando verificada:

I - a intempestividade;

II - a ilegitimidade do recorrente;

III - o não cabimento do recurso; ou

IV - a extinção do processo por perda do objeto.

Art. 13. Proferido o voto do relator, a votação será aberta aos demais conselheiros, que poderão acompanhar, ou não, o voto proferido.

Art. 14. Além do voto pessoal, caberá ao Presidente do CGEN o voto de qualidade.

Art. 15. Caso o voto do conselheiro relator não seja acatado pelo Conselho, o Presidente da mesa, baseado nas discussões, fará nova proposta de encaminhamento para votação.

Art. 16. Qualquer conselheiro poderá, seja qual for a fase da discussão, pedir vista, uma única vez, do recurso submetido a julgamento.

§ 1º Não será aceito pedido de vista, quando apresentado depois do seu encaminhamento à votação, ou depois desta ter sido anunciada.

§ 2º Formulado o pedido de vista, o recurso será automaticamente retirado da sessão de julgamento, ficando sua discussão e votação transferida para a próxima sessão, ocasião em que não será permitido novo pedido de vista sobre o mesmo recurso.

§ 3º A Secretaria-Executiva do CGEN encaminhará ao autor do pedido de vista cópia da documentação referente ao recurso, a quem caberá apresentar parecer, no prazo de até 5 (cinco) dias úteis subsequentes ao término da reunião.

Art. 17. A prescrição regular-se-á conforme disposto na Lei nº 9.873, de 23 de novembro de 1999.

Capítulo III

Do Impedimento e da Suspeição

Art. 18 O conselheiro estará impedido de exercer as suas funções em cujo processo:

I - tenha atuado como autoridade lançadora do auto de infração ou praticado ato decisório;

II - tenha interesse econômico ou financeiro diretos;

III - seja representante ou tenha vínculo com instituição que possua interesse direto;

IV - seu cônjuge, companheiro, parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau seja o autuado, o seu representante legal ou estiver postulando como advogado da parte; ou

V - preste ou tenha prestado consultoria, assessoria, assistência jurídica ou contábil ao recorrente, ou dele perceba remuneração sob qualquer título, desde a instauração do processo administrativo até a data do julgamento do recurso.

Art. 19. Incorre em suspeição o membro que tenha amizade íntima ou inimizade notória com o autuado ou com pessoa diretamente interessada no resultado do processo administrativo, ou com seus respectivos cônjuges, companheiros, parentes e afins até o terceiro grau.

Art. 20. O impedimento ou a suspeição poderão ser arguidos pelo conselheiro ou pelo autuado, no prazo de 5 (cinco) dias, contados a partir da distribuição do recurso para relatoria.

§ 1º O conselheiro arguido terá 5 (cinco) dias a partir da comunicação da Secretaria-Executiva do CGEN para se manifestar.

§ 2º Caso o impedimento ou suspeição não seja reconhecido pelo arguido, a questão será submetida à deliberação do Plenário antes da votação do recurso.

§ 3º Caso o relator seja declarado impedido ou suspeito, o recurso será redistribuído para novo relator, sendo transferida para a próxima reunião plenária a deliberação sobre o recurso.

§ 4º A declaração de impedimento ou suspeição de conselheiro diverso do relator não ensejará a suspensão da análise plenária do recurso.

Capítulo IV

Disposições Finais

Art. 21. A Secretaria-Executiva do CGEN poderá demandar à Consultoria Jurídica do Ministério do Meio Ambiente a elaboração de parecer pertinente.

Parágrafo único. A demanda de que trata este artigo imprescinde de celeuma jurídica ainda não apreciada pelo órgão jurídico, sendo que, na hipótese de assunto já examinado, serão adotados os posicionamentos já exarados.

Art. 22. Firmado o Termo de Compromisso de que trata o art. 25 do Decreto nº 5.459, de 2005, fica prejudicado recurso interposto perante o CGEN, na forma do inciso III do Parágrafo Único do art. 12 desta Resolução.

Parágrafo único. São autoridades competentes para firmar o Termo de Compromisso, no âmbito de suas respectivas competências:

I - o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA;

II - o Comando da Marinha, do Ministério da Defesa.

Art. 23. Decidido o recurso, a Secretaria-Executiva do CGEN providenciará a baixa dos autos ao IBAMA ou ao Comando da Marinha, conforme o caso, para cumprimento da decisão.

Art. 24. Os resultados das sessões de julgamento do CGEN serão publicados na página eletrônica do Conselho, sem prejuízo da notificação pessoal do interessado e da publicação no Diário Oficial da União.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Parágrafo único. As deliberações de que trata esta Resolução, após aprovação pelo Plenário, serão assinadas pelo Presidente do CGEN.

Art. 25. Aplica-se subsidiariamente a esta Resolução o Decreto nº 6.514, de 22 de julho de 2008.

Art. 26. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL DE SÁ MARQUES
Presidente do Conselho
em exercício

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 03, de 11 de junho de 2015, publicada no Diário Oficial da União nº 111, de 15 de junho de 2015, seção 1, página 89,

ONDE SE LÊ: "Coordenação Regional do Paraná"

LEIA-SE: "Coordenação Regional de Florianópolis"

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 221, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre procedimentos e cronograma para operacionalização das emendas individuais ao orçamento no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, com vista ao atendimento do prazo previsto no inciso I do art. 59 da Lei nº 13.080, de 2015.

OS MINISTROS DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, DA FAZENDA, CHEFE DA CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO E CHEFE DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA Interino, no uso de suas atribuições previstas no art. 87, incisos I e II da Constituição, considerando o disposto nos arts. 54 e 65, da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, e tendo em vista o disposto no art. 18 do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, resolvem:

Art. 1º Esta Portaria disciplina a utilização do Sistema de Gestão de Convênio e Contratos de Repasse - SICONV para a celebração de convênios e contratos de repasse objetivando a execução obrigatória das emendas parlamentares individuais de que tratam os arts. 54 a 65 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015 - LDO/2015.

Art. 2º Os órgãos e entidades da Administração Pública Federal integrantes do Orçamento Fiscal e da Seguridade Social da União deverão analisar a proposta e o plano de trabalho apresentados pelos proponentes, conforme o disposto nos arts. 25 e 26 da Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, de modo a verificar a existência de impedimento de ordem técnica no prazo previsto no inciso I do art. 59 da Lei nº 13.080, de 2015.

§ 1º Serão considerados impedimentos de ordem técnica:

I - a não indicação do beneficiário pelo parlamentar autor da emenda individual e do valor da emenda nos prazos estabelecidos nesta Portaria;

II - a não apresentação da proposta e plano de trabalho no prazo previsto no inciso III do art. 4º ou a não realização da complementação e dos ajustes solicitados no plano de trabalho no prazo previsto no inciso V do art. 4º;

III - a desistência da proposta por parte do proponente;

IV - a incompatibilidade do objeto proposto com a finalidade da ação orçamentária;

V - a incompatibilidade do objeto proposto com o programa do órgão ou entidade executora;

VI - a falta de razoabilidade do valor proposto, a incompatibilidade do valor proposto com o cronograma de execução do projeto ou proposta de valor que impeça a conclusão de uma etapa útil do projeto;

VII - a não aprovação do plano de trabalho; e

VIII - outras razões de ordem técnica, devidamente justificadas.

§ 2º Deverão ser consignados no SICONV os impedimentos verificados a partir da análise da proposta, do plano de trabalho e demais documentos apresentados pelos proponentes para a execução das emendas individuais de execução obrigatória.

§ 3º As condições para celebração do convênio ou contrato de repasse que podem ser objeto de cláusula suspensiva previstas na Portaria Interministerial nº 507, de 2011, deverão ser caracterizadas como obrigações a termo de responsabilidade exclusiva do proponente, e não serão indicadas como impedimento de ordem técnica para fins de cumprimento do prazo de cento e vinte dias de que trata o inciso I do art. 59 da Lei nº 13.080, de 2015.

Art. 3º Sem prejuízo do procedimento previsto no art. 59 da Lei nº 13.080, de 2015, a celebração de qualquer convênio ou contrato de repasse dependerá do atendimento dos requisitos exigidos pela legislação, em especial na Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, na Lei nº 13.080, de 2015, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007 e na Portaria Interministerial nº 507, de 2011.

§ 1º Os requisitos de que trata o caput não constituirão impedimento técnico para fins do disposto no inciso I do art. 59 da Lei nº 13.080, de 2015, porém o seu não atendimento obsta, a qualquer tempo, a celebração de convênios ou contratos de repasse.

§ 2º O não atendimento de quaisquer dos requisitos de que trata o caput será consignado no SICONV, a fim de que o proponente seja informado e adote os procedimentos necessários para regularizar sua situação.

Art. 4º Na execução das emendas individuais no âmbito do SICONV deverão ser observados os seguintes prazos e procedimentos:

I - a SRI/PR deverá promover articulação com os parlamentares autores de emendas individuais para que estes promovam, diretamente no Sistema Integrado de Orçamento e Planejamento - SIOP do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, as indicações referentes à destinação das emendas individuais, contendo o número da emenda, o nome do autor/parlamentar, o CNPJ do beneficiário e respectivo valor, com observância do percentual destinado à saúde.

II - os órgãos e entidades da Administração Pública Federal deverão cadastrar os programas no SICONV e realizar sua vinculação com a emenda parlamentar, identificando o número da emenda, o nome do autor/parlamentar, o CNPJ do beneficiário e o respectivo valor, conforme informações recebidas dos parlamentares autores de emendas individuais no SIOP, até 29 de junho de 2015;

III - os proponentes deverão enviar as propostas e os planos de trabalho por meio do SICONV, até 16 de julho de 2015;

IV - os órgãos e entidades da Administração Pública Federal deverão analisar as propostas, com plano de trabalho e demais documentos, concluindo pela sua aprovação, reprovação ou necessidade de complementação ou ajustes, até 2 de agosto de 2015;

V - os proponentes, quando solicitada a complementação ou ajustes da proposta ou plano de trabalho, deverão encaminhá-los aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal até 6 de agosto de 2015, para reanálise; e

VI - os órgãos e entidades da Administração Pública Federal deverão reanalisar as propostas e respectivos planos de trabalho, concluindo pela sua aprovação ou existência de impedimentos à celebração do instrumento, até 10 de agosto de 2015.

§ 1º O descumprimento dos prazos fixados nos incisos III e V do caput, bem como a intempestividade no registro no SIOP das informações de que trata o inciso I do caput pelo parlamentar autor da emenda, implicará indicação de impedimento de ordem técnica da emenda individual objeto da proposta.

§ 2º A omissão ou erro do encaminhamento, pelos parlamentares autores de emendas individuais, no registro das informações de que trata o inciso I do caput, implicará indicação de impedimento de ordem técnica da proposta referente à emenda individual.

§ 3º Para a recepção das informações referentes à destinação das emendas individuais de que trata o inciso I do caput, a SRI/PR promoverá a articulação com o Congresso Nacional e com os parlamentares autores de emendas individuais, acordando prazo para as indicações dos parlamentares, no sentido de viabilizar a execução das emendas individuais.

§ 4º No caso de recursos destinados a entidades privadas sem fins lucrativos, cuja seleção dependa, nos termos da legislação, de chamamento público, a apresentação da proposta e do plano de trabalho não se submete aos prazos previstos neste artigo.

Art. 5º A SRI/PR, na forma de suas competências regimentais, fará a coordenação e o acompanhamento do cumprimento dos procedimentos descritos nesta Portaria, por meio de acesso irrestrito, ao SICONV e ao SIOP, promovendo inclusive as comunicações devidas aos interessados e o controle do atendimento dos respectivos prazos.

Parágrafo Único. Para consecução do disposto no caput, a SRI/PR terá acesso, no SICONV e no SIOP, a relatórios gerenciais em conformidade com os prazos fixados nesta portaria para realizar controle sistemático em cada etapa do processo, indicando aos parlamentares a proximidade do final de cada prazo a ser atendido pelo proponente e informando, em seguida, aqueles que não foram cumpridos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

NELSON BARBOSA
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

JOAQUIM VIEIRA FERREIRA LEVY
Ministro de Estado da Fazenda

VALDIR MOYSÉS SIMÃO
Ministro de Estado Chefe da Controladoria-Geral da União

ROBERTO DERZIÊ DE SANT'ANNA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República Interino

PORTARIA INTERMINISTERIAL Nº 222, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Dispõe sobre procedimentos e prazos para apresentação e registro das emendas individuais, com indicação de impedimento de ordem técnica de que trata o art. 59 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015 - LDO/2015, no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.

OS MINISTROS DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO E CHEFE DA SECRETARIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, Interino, no uso de suas atribuições previstas no art. 87, incisos I e II da Constituição, com fundamento nos arts. 2ºA, incisos I e II, e 27, inciso XVII, alínea "g", da Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e tendo em vista o disposto nos arts. 54 a 65 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015, resolvem:

Art. 1º Os órgãos setoriais do Sistema de Planejamento e de Orçamento Federal - SPOF constantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, cujas Unidades Orçamentárias - UO tenham sido contempladas com emendas individuais em lei orçamentária, apresentarão à Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República - SRI/PR, por intermédio do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP, até 13 de agosto de 2015, independentemente da modalidade de transferência utilizada, as seguintes informações:

I - a classificação orçamentária da despesa, com toda a especificação constante da Lei Orçamentária de 2015;

II - o número da emenda;

III - o nome do autor da emenda;

IV - o valor da emenda;

V - os beneficiários da emenda;

VI - os objetos ou propostas para cada beneficiário, e seus valores; e

VII - se há impedimento de ordem técnica na execução da despesa correspondente, e sua justificativa.

Parágrafo único. Os órgãos setoriais do SPOF poderão, a seu critério, determinar que as informações de que trata o caput serão incluídas no SIOP pelas suas respectivas UOs, fixando-lhes prazos e condições para cumprimento.

Art. 2º As dotações orçamentárias incluídas ou acrescidas em decorrência da aprovação de emendas individuais apresentadas por parlamentares que incidirem em impedimento de ordem técnica não poderão ser objeto de execução ou de outras alterações orçamentárias até conclusão do processo legislativo de que trata o art. 59 da Lei nº 13.080, de 2 de janeiro de 2015 - LDO/2015.

Parágrafo único. Para o cumprimento do disposto no caput, a Secretaria de Orçamento Federal do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - SOF/MP, após o envio das informações previstas no art. 59, inciso I, da Lei nº 13.080, de 2015, realizará o bloqueio, no Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal - SIAFI, das dotações orçamentárias correspondentes aos valores das propostas com impedimento técnico objeto das emendas individuais.

Art. 3º Compete à SRI/PR, após a apresentação e o registro dos impedimentos técnicos que incidem na execução das emendas individuais pelos órgãos setoriais do SPOF, adotar as seguintes providências:

I - monitorar a inclusão no SIOP das justificativas dos impedimentos de ordem técnica na execução da despesa relativos às emendas individuais;

II - consolidar as informações referentes às emendas individuais e elaborar a comunicação das justificativas de impedimento que deverá ser encaminhada ao Congresso Nacional para o cumprimento do prazo de que trata o inciso I do art. 59 da Lei nº 13.080, de 2015; e

III - encaminhar à Casa Civil/PR a proposta de comunicação referida no inciso II do caput até 17 de agosto de 2015.

Art. 4º A SRI/PR fará a coordenação e o acompanhamento do cumprimento dos procedimentos descritos nesta Portaria, promovendo inclusive o controle do atendimento dos respectivos prazos pelos órgãos setoriais do SPOF, por meio de acesso, para consulta, ao SIOP.

Art. 5º O Projeto de Lei de abertura de crédito orçamentário suplementar e/ou especial com os remanejamentos das dotações com impedimentos insuperáveis de ordem técnica na execução da despesa, objeto de emendas individuais, será enviado de acordo com as indicações de remanejamento de programação encaminhadas pelo Congresso Nacional, independentemente de consulta ou proposição dos órgãos setoriais do SPOF.

Art. 6º Os órgãos do Poder Legislativo, o Poder Judiciário, o Ministério Público da União e a Defensoria Pública da União poderão utilizar o SIOP para elaborar as justificativas de impedimento de que trata o art. 59 da Lei nº 13.080, de 2015, a serem enviadas ao Congresso Nacional.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON BARBOSA
Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão

ROBERTO DERZIÊ DE SANT'ANNA
Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República Interino

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PORTARIA Nº 219, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO, no uso de suas atribuições e tendo em vista a delegação de competência prevista no art. 10 do Decreto nº 6.944, de 21 de agosto de 2009, e o disposto no art. 12 da Portaria MP nº 450, de 6 de novembro de 2002, resolve:

Art. 1º Autorizar, em caráter excepcional, o Ministério da Cultura a prorrogar por dois anos o prazo de vigência do concurso público, de que trata a Portaria MP nº 314, de 30 de julho de 2012, publicada no DOU de 31 de julho de 2012, Seção 1, página 54, e regido pelo Edital MinC nº 1, de 28 de janeiro de 2013, publicado no DOU de 29 de janeiro de 2013, seção 3, páginas 13 a 17.

Art. 2º Fica convalidado o Edital MinC nº 1, de 28 de janeiro de 2013, publicado no DOU de 29 de janeiro de 2013.

Art. 3º As novas nomeações resultantes de vacâncias das vagas originais decorrentes do concurso de que trata o art. 1º, ficam condicionadas a novo atesto orçamentário do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a partir da data de publicação desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

NELSON BARBOSA

Ministério do Trabalho e Emprego

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 812, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Regula os procedimentos relativos à celebração, supervisão da execução e análise de prestação de contas de convênios e termos de parceria, colaboração ou fomento, no âmbito do Ministério do Trabalho e Emprego - M.T.E, e dá outras providências.

O MINISTRO DE ESTADO DO TRABALHO E EMPREGO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelos incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, do Capítulo IV do Título II do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 5.063, de 3 de maio de 2004, e tendo em vista o disposto no art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, no Decreto nº 93.872, de 24 de dezembro de 1986, no Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, e na Portaria Interministerial nº 507, de 24 de novembro de 2011, bem como nas orientações constantes do Acórdão nº 2927/2013/TCU - Plenário, de 30 de outubro de 2013, remetidas a este Ministério pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento (SLTI/MP) via Memorando-Circular nº 32, de 23 de dezembro de 2013; e Acórdãos nº 3308/2014/TCU-Plenário, de 26/11/2014, resolve:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Determinar procedimentos internos para a celebração, supervisão da execução e análise de prestação de contas de convênios firmados com órgãos ou entidades públicas estaduais, municipais; distrital; e termos de parceira, colaboração ou fomento com entidades privadas sem fins lucrativos pelas Unidades Concedentes do Ministério do Trabalho e Emprego (M.T.E), no âmbito de suas respectivas competências regimentais, com vistas à execução de programas, projetos e atividades de interesse recíproco, que envolva a transferência de recursos financeiros.

CAPÍTULO II

DO PROCESSO DE CHAMADA PÚBLICA

Art. 2º A celebração de termos de parceria, fomento ou colaboração com entidades privadas sem fins lucrativos, exceto as entidades integrantes do Sistema S, para os casos de qualificação profissional, será precedida de chamada pública no SICONV, com vistas a selecionar projetos que dêem eficiência, eficácia e efetividade na execução do objeto, nos termos de edital de chamada pública aprovado, que conterá, além dos itens de I a VI previstos no §1º do art. 8º da Portaria Interministerial nº 507/2011 e I a VII do art. 24 da Lei nº 13.019/2014 , no mínimo, o que segue:

I. descrição dos objetivos do(s) programa(s) e ação(ões) alvo(s) do chamamento;

II. justificativa para realização da chamada pública;

III. caracterização da proposta, dispondo, obrigatoriamente, da abrangência, público beneficiário, modalidades e diretrizes metodológicas para execução das propostas;

IV. informações sobre as despesas específicas da parceria que serão ou não admissíveis no âmbito da execução do instrumento; prazos da chamada pública, prazo de validade dos seus resultados e prazo mínimo para execução dos Planos de Trabalho;

V. condições exigidas para celebração do instrumento; e

VI. outras indicações específicas e/ou peculiares a critério da Área Técnica do M.T.E.

§ 1º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I. especificações complementares com detalhamento de conteúdos, das estratégias metodológicas e das normas de execução pertinentes à chamada pública;

II. termo de referência, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos quando envolver a aquisição de equipamentos ou a contratação de serviços previamente padronizados;

III. projeto básico, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos quando envolver a realização de obras civis previamente padronizadas;

IV. modelo de apresentação da proposta com demonstrativo de metas, etapas, metodologia detalhada, justificativa, apresentação da área de abrangência, caracterização e quantificação de beneficiários, orçamento detalhado em planilhas de quantitativos e custos unitários;

V. minuta do instrumento a ser celebrado; e

VI. outros anexos específicos ou peculiares da chamada pública.

§ 2º O original do edital deverá ser assinado pela autoridade máxima da Unidade Administrativa que o expedir.

§ 3º Deverá ser garantida a publicidade ao chamamento público, pelo prazo mínimo de 15 (quinze) dias úteis, especialmente por intermédio da divulgação na primeira página do sítio oficial do M.T.E na rede mundial de computadores; no Diário Oficial da União; e no Portal dos Convênios.

§ 3º Será opcional, a critério dos Dirigentes Máximos das Unidades Administrativas do M.T.E a utilização do chamamento público no caso de convênios com Estados, Municípios e Distrito Federal, ficando, entretanto, no caso da opção pela utilização do procedimento, obrigado a seguir os requisitos estipulados nesta Portaria.

DA SELEÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DE PROPOSTAS

Art. 3º No instrumento de chamada pública devem constar além dos requisitos de elegibilidade e critérios objetivos para classificação das propostas previstos no §2º do art. 8º da Portaria Interministerial nº 507/2011, os seguintes parâmetros:

I. histórico e experiência acumulada na elaboração e execução de projetos ou convênios similares ao que está sendo selecionado, condicionada à comprovação documental dos itens a serem analisados;

II. experiência comprovada na execução e gestão de projetos, convênios, termos de parceria e contratos nos últimos três anos, condicionada à comprovação documental dos itens a serem analisados;

III. relações institucionais anteriores com órgãos do poder público, executores de políticas de trabalho e renda ou de economia solidária, quando existir, e com organizações reconhecidas de economia solidária, condicionada à comprovação documental dos itens a serem analisados;

IV. infra-estrutura disponível necessária à execução do objeto da parceria, condicionada à comprovação de disponibilidade da instituição de espaço físico e equipamentos que deverão ser relacionados no plano de trabalho; e

V. qualificação da Equipe Institucional, condicionada à comprovação, por meio de currículos de vida da equipe da instituição proponente, devendo ser considerados os critérios de grau de escolaridade, de formação específica e de experiência acumulada na área do objeto da futura parceria.

Art. 4º As propostas devem ser analisadas e classificadas, para fins de seleção, por Comissão de Seleção, nos termos do art. 27 da Lei nº 13.019/2014, instituída por ato próprio do Dirigente Máximo da Unidade Administrativa Concedente do M.T.E, devendo observar, no mínimo, os seguintes critérios:

I. aderência da proposta aos objetivos e diretrizes do chamamento público;

II. clareza da proposta metodológica para o desenvolvimento dos objetivos previstos na formação da parceria;

III. previsão de instrumentos de registro, monitoramento e sistematização das ações executadas; e

IV. adequação da proposta orçamentária para execução das ações, considerando-se os princípios da eficiência e da economicidade.

Art. 5º O resultado da seleção deverá ser motivado e publicado pela Comissão de Seleção, prevista no artigo anterior, nos mesmos locais de divulgação previstos no parágrafo terceiro do art. 2º desta Portaria, abrindo-se o prazo para recursos.

Parágrafo único. Esgotadas as fases recursais, caberá ao Dirigente Máximo da Unidade Administrativa Concedente do M.T.E a aprovação final da ata ou relatório emitido pela Comissão de Seleção com o resultado final do processo de avaliação e classificação das propostas.

DAS PROPOSTAS DE TRABALHO

Art. 6º As propostas de trabalho cadastradas no SICONV, sejam oriundas de órgãos ou entidades públicas ou privadas sem fins lucrativos, serão analisadas pelas Áreas Técnicas das Unidades Concedentes do M.T.E, contendo, além do previsto nos incisos de I a V do art. 19 da Portaria Interministerial nº 507/2011, no mínimo, o que segue:

I. descrição detalhada da infra-estrutura disponível e da equipe de coordenação prevista para execução do projeto, no âmbito das informações de capacidade técnica e gerencial previstas no inciso V do art. 19 da Portaria Interministerial nº 507/2011;

II. previsão de prazo para a execução em cronograma físico com metas e etapas necessárias à realização do objeto, demonstrando claramente o vínculo dos prazos e valores com o cronograma de desembolso;

III. plano de aplicação detalhado com estimativa dos recursos financeiros, discriminando os serviços necessários à execução do projeto, com as quantidades e os respectivos custos unitários, na forma estabelecida em Lei; e

IV. estratégias de monitoramento, sistematização e avaliação do projeto com base em indicadores de resultados.

DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE

Art. 7º As entidades privadas sem fins lucrativos que pretendam celebrar termo de parceria, fomento ou colaboração com o M.T.E deverão comprovar, além do previsto nos art. 33 e 34 da Lei nº 13.019/2014, que:

a) mantém atualizado, no momento de apresentação da proposta e de celebração do instrumento, o cadastro no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme normas do Órgão Central do Sistema;

b) não se encontram registradas nos Cadastros de Entidades Privadas sem fins Lucrativos Inadimplentes (CEPIM) e Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS); e

c) manutenção dos critérios mínimos de elegibilidade demonstrados na fase de chamada pública.

Art. 8º As entidades públicas municipais, estaduais e do Distrito Federal que pretendam celebrar convênio com o M.T.E deverão comprovar previamente que:

a) mantém atualizado, no momento de apresentação da proposta e de celebração do instrumento, o cadastro no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, conforme normas do Órgão Central do Sistema; e

b) os critérios mínimos de elegibilidade previstos no art. 10 da Portaria Interministerial nº 507/2011.

CAPÍTULO III

DA PROGRAMAÇÃO E LIBERAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 9º. Os cronogramas de desembolso dos planos de trabalho aprovados pelas Unidades Concedentes do M.T.E deverão prever, preferencialmente, os seguintes percentuais e critérios para liberação de recursos:

I. primeira parcela com, no máximo, 30% (trinta por cento) do recurso previsto para desembolso pela Concedente;

II. segunda parcela com, no máximo, 40% (quarenta por cento) do recurso previsto para desembolso pela Concedente, liberado após a comprovação da regular execução física e financeira de, pelo menos, 70% (setenta por cento) do recurso da primeira parcela do recurso liberado pela Concedente e da contrapartida do Convenente/parceira; e

III. terceira parcela relativa a 30% (trinta por cento) do restante do recurso previsto para desembolso pela Concedente, liberado após a comprovação da regular execução física e financeira de 100% do recurso da primeira parcela e, pelo menos, 60% (sessenta por cento) do recurso da segunda parcela da Concedente e da contrapartida do Convenente/parceira.

§ 1º Nos Convênios e Termos de Parceria cuja vigência for igual ou inferior a doze meses, os recursos poderão ser liberados conforme previsto no respectivo cronograma físico-financeiro aprovado.

§ 2º No caso de Dirigente Máximo de Unidade Administrativa Concedente do M.T.E entender necessária liberação recursos em parcelas diferentes das previstas no caput deste artigo, deverá providenciar justificativa técnica que consubstancie a decisão.

§ 3º A verificação do cumprimento das obrigações necessárias à liberação das parcelas subsequentes, conforme previsto nos incisos I a III do caput, ocorrerá com base nos seguintes procedimentos:

I. a verificação da regularidade da execução física, das etapas e metas do cronograma físico, com base em relatórios de execução emitidos pela Convenente/Parceira e, se for o caso, sistemas internos da Unidade Concedente e relatório de supervisão e fiscalização in loco elaborado por Fiscais/Gestores de convênio e aprovados pelo Dirigente Máximo da Unidade Administrativa Concedente do M.T.E; e

II. a verificação da regularidade da execução financeira no SICONV, com base na documentação exigida de procedimentos de compra, contratos, documentos de liquidação e pelo cotejamento entre os extratos da conta corrente do convênio e das aplicações financeiras com a relação de pagamentos devidamente registrada e, se for o caso, relatório de supervisão e fiscalização in loco elaborado por Fiscais/Gestores de convênio e aprovados pelo Dirigente Máximo da Unidade Administrativa Concedente do M.T.E.

§ 4º Caberá a cada Dirigente Máximo de Unidade Administrativa Concedente do M.T.E definir em ato próprio os critérios para definição dos percentuais de contrapartida aplicável aos parceiros, respeitados os limites previstos anualmente na Lei de Diretrizes Orçamentária.

Art. 10. As seguintes orientações deverão ser observadas para aplicação dos recursos de custeio, em conformidade com o previsto no Plano de Trabalho:

I. a entidade privada sem fins lucrativos deverá executar diretamente a integralidade do objeto, permitindo-se a contratação de serviços de terceiros quando houver previsão no plano de trabalho, devidamente justificada e a ser aprovada pela Unidade Concedente;

II. não será permitida a contratação genérica de atividades e serviços, ou seja, aquela que não esteja discriminada o suficiente para garantir o vínculo com o objeto conveniado;

III. quando for necessária a contratação de serviços de consultorias específicas, devidamente justificadas e aprovadas pela Unidade Concedente como necessárias para a execução do objeto, a despesa deverá ser prevista em valor por produto ou por horas técnicas; e

IV. no que se refere às diárias para membros da equipe técnica ou beneficiários da proposta, os valores máximos a serem concedidos para os cargos constantes da alínea D da tabela de valor de indenização com diárias para os servidores públicos federais, no país, disposto no Decreto nº 6.907/2009 (e alterações posteriores).

CAPÍTULO IV

DAS CONDIÇÕES PARA CELEBRAÇÃO E EXECUÇÃO DO OBJETO PACTUADO

Art. 11. No ato de celebração do instrumento com os parceiros selecionados deverão providenciar:

I. apresentação da Minuta de Convênio ou Termos de Parceria, Fomento ou Colaboração devidamente assinado por seus representantes legais, expressando a concordância com todas as suas cláusulas e condições; e

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

II. demonstração do cumprimento de todas as condições necessárias para celebração do convênio atestada em formulário de checagem pela área técnica, com base em modelo a ser aprovada por ato do Dirigente Máximo da Unidade Administrativa Concedente do M.T.E, com base na legislação vigente.

Parágrafo único. A Unidade Concedente do M.T.E poderá solicitar à proponente documentação complementar, bem como a adequação e atualização do Plano de Trabalho cadastrado no SICONV.

Art. 12. Para comprovação da boa e regular execução física e financeira do convênio, além do previsto na Portaria Interministerial nº 507/2011, o Convenente/Parceira sob acompanhamento do fiscal/gestor do convênio, deverá observar obrigatoriamente o que segue:

I - No caso realização de eventos, seminários, encontros, cursos, oficinas e reuniões, deverão ser apresentados os seguintes documentos, devidamente inseridos no SICONV:

a) no caso de pagamento de passagem aérea, discriminar lista de trechos das passagens aéreas com nome dos passageiros e respectivo Código Localizador;

b) no caso de pagamento de hospedagem, discriminar hotel(eis) e hóspede(s);

c) de forma geral:

a. listas de participantes, treinandos e/ou qualificandos em local acessível na página da rede mundial de computadores do convenente/parceira/parceiro, preferencialmente com as listas de presença assinadas pelos participantes (com CPF, endereço e telefone ou email), identificação visível do número do convênio, título do evento, local e data/período;

b. programação do evento com objetivos, cronograma e conteúdos;

c. materiais didáticos utilizados, daqueles financiados pelo convênio;e

d. relatório final do evento com síntese da atividade e suas conclusões, contendo registro fotográfico de todos os ambientes utilizados e infra-estrutura disponibilizada, inclusive equipamentos e máquinas.

II - No caso de consultorias e assessorias eventuais realizadas na execução do objeto, além dos registros do processo de seleção e contratação devem ser apresentados os relatórios parciais e finais ou os produtos que foram realizados, devidamente atestados pela Convenente/parceira.

III - As pessoas diretamente beneficiadas no convênio deverão estar devidamente cadastradas no SICONV, com nome e respectivo CPF, evitando-se repetições por participações em distintas atividades ou eventos.

IV - No que tange aos processos licitatórios, cotações prévias de preços e dispensas/inexigibilidades deverão ser anexadas no SICONV, concomitante à execução dos convênios, as seguintes informações:

a) nas cotações prévias de preços realizadas diretamente no SICONV: o Termo de Referência, a identificação dos fornecedores participantes e do fornecedor selecionado;

b) nas licitações e cotações prévias de preços realizadas fora do SICONV e posteriormente registradas no Sistema: o edital (com o respectivo termo de referência), os documentos de publicidade, a nomeação da comissão responsável pela seleção das propostas, as atas de julgamento ou relatórios do processo de seleção, a identificação dos fornecedores participantes e do fornecedor selecionado, os documentos de homologação do processo e de adjudicação do objeto ao fornecedor selecionado;

c) no caso da dispensa ou inexigibilidade a justificativa de preço e escolha do fornecedor e a chancela própria emitida pela Área Jurídica do Convenente/parceira, quando houver; e

d) em todos os casos, deverão ser utilizados papéis timbrados, com data, assinatura e carimbo dos responsáveis pelos atos administrativos, negritando-se especialmente as datas de emissão e de validade dos Editais e valores.

V - Nos contratos celebrados na vigência do convênio, devidamente cadastrados no SICONV, deverá ser garantida:

a) a correlação clara e objetiva com o objeto conveniado;

b) vinculação com o número do convênio;

c) a presença de clausulas contratuais obrigatórias;

d) cláusula de vigência do contrato e seus aditivos;

e) cláusula discriminando os níveis de serviço mínimos aceitáveis;

f) cláusula garantindo acesso irrestrito a toda e qualquer documentação de posse de empresa contratada, inclusive documentação relativa a subcontratações, e sub-convênios, pelas equipes de fiscalização do M.T.E e Órgãos de Controle;

g) a inserção no SICONV dos termos aditivos de contratos, quando houver;

h) detalhamento dos itens de despesa, discriminando-os conforme objeto contratado;

i) obrigatoriedade da contratada em relatar inexecuções de outras contratadas que impactem na execução do objeto; e

j) a correspondência da previsão de pagamento, nos prazos e condições pactuadas no convênio.

VI - Todos os pagamentos do convênio deverão ser comprovados por meio dos seguintes documentos de liquidação adequados a cada tipo de despesa e emitente:

a) nota fiscal ou cupom fiscal, acompanhado de comprovante de pagamento, se for o caso;

b) recibo de pagamento de autônomo;

c) holerite de pagamento de salário ou folha de pagamento coletiva;

d) guias de recolhimento de encargos e tributos; e

e) outros comprovantes válidos de despesas.

VII - Deverão ser observados, no mínimo, os seguintes aspectos nos documentos fiscais apresentados como comprovação das despesas dos convênios:

a) data de emissão, que não poderá ser anterior ou posterior à vigência dos contratos ou do convenio firmado;

b) data de emissão do documento fiscal, que não poderá ser posterior ao pagamento;

c) data de validade do documento fiscal dentro do prazo limite para emissão junto ao respectivo Órgão da Receita ou Fazenda local;

d) documento com a citação do número do convênio emitido em nome da Convenente/Parceira ou, das entidades parceiras ou contratadas;

e) aporte do número do Convênio e o atesto, datado e assinado pelo recebedor do serviço/bem, confirmando que os serviços foram prestados ou no caso de compra, que os bens foram entregues;

f) se contém especificação dos materiais adquiridos e/ou dos serviços prestados com seus respectivos valores;

g) se o item discriminado guarda relação com o pactuado no Plano de Aplicação Detalhado e no Contrato;

h) se estão discriminados os impostos e contribuições retidos;

i) no caso de Recibos de Pagamento de Autônomos, além do atesto e o número do convenio, se estão devidamente assinados, datados pelo emitente e relacionados à meta e etapa;

j) compatibilidade entre o emissor do documento fiscal e o respectivo contrato inserido no SICONV; e

k) compatibilidade entre o valor do documento fiscal e os pagamentos registrados no SICONV.

VIII - No caso de guias de recolhimento, deverão ser observados os seguintes aspectos:

a) as "Guias dos Tributos Retidos", devidamente pagas, deverão estar arquivadas no órgão de contabilização e anexadas na Aba de "Anexos da Prestação de Contas"; e

b) no caso dos "Tributos Não Retidos", pagos por "OBTV pela CONVENENTE/PARCEIRA", o documento pago deverá ser anexado na Aba "Anexos" da execução.

IX - Quanto aos extratos bancários da conta corrente do convênio e das aplicações realizadas, inclusive no que se refere aos rendimentos oriundos de aplicação financeira, deverão ser observados os seguintes aspectos:

a) se as despesas ocorridas na conta corrente específica do convênio estão relacionadas com o pactuado no Plano de Trabalho aprovado;

b) se há cobrança ou pagamento de taxas bancárias que, caso ocorram, deverão ser glosados pela Unidade Concedente do M.T.E e devolvido à União, corrigido monetariamente;

c) a correspondência entre os pagamentos efetuados por ordem cronológica e a ordem dos lançamentos no extrato da conta corrente;

d) as datas e respectivos valores de depósito dos recursos financeiros da contrapartida, conforme cronograma de desembolso pactuado, sendo adotadas medidas saneadoras no caso de descumprimento do estabelecido; e

e) a aplicação dos recursos do convênio, conforme determina a legislação.

X - Quanto à execução física, deverão ser observados:

a) o estado de conservação e segurança física do local disponibilizado pelo parceiro;

b) a viabilidade da execução da parceria em relação ao espaço físico útil disponibilizado;

c) obediência aos quesitos mínimos de acessibilidade previstos em lei; e

d) facilidade de acesso ao cidadão.

§1º Deverão ser rejeitadas sumariamente:

a) a contratação integral do objeto do convênio, exceto, no caso dos PlanTeQs, se demonstrada em parecer técnico fundamentado a impossibilidade de execução compartimentada ; e

b) a contratação de serviços que não condizem com o ramo de atividade da prestadora de serviços.

§2º Todo serviço prestado ou mercadoria e bens fornecidos por pessoa jurídica formalmente constituída devem ser comprovados por nota fiscal, sendo vedada a apresentação de recibo, ainda que se trate de associação, fundação, entidade sindical, federação, confederação ou entidade sem fim lucrativo, exceto nos casos de isenção de emissão da referida nota fiscal, devidamente justificada com base em normas legais vigentes;

§3º Antes de qualquer contratação ou parceria o Convenente/Parceira deverá garantir, incluindo como anexo na Aba de Contratos no SICONV a consulta efetivada, que o CNPJ da Contratada/Parceira não consta da base do CEPIM (Cadastro de Entidades Privadas sem Fins Lucrativos Impedidas) e do CEIS (Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas).

Art. 13 No caso de repasse de recursos de convênio por qualquer Unidade Concedente do M.T.E para órgão público Estadual, Municipal ou Distrital, cuja execução de seu objeto tenha que ser executado por meio de parceria com entidade privada sem fins lucrativos, deverá ser observado o cumprimento ao previsto na Lei nº 13.019/2014, bem assim o Decreto que a regulamentar.

§1º No acompanhamento e supervisão da parceria formada entre o órgão público CONVENENTE/PARCEIRA ESTADUAL, MUNICIPAL E DISTRITAL e a entidade parceira privada sem fins lucrativos deverão ser observados os procedimentos obrigatórios PREVISTOS NO CAPITULO V desta Portaria.

§2º Quando detectada quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos ou outras pendências de ordem técnica ou legal, o órgão público CONVENENTE/PARCEIRA ESTADUAL, MUNICIPAL E DISTRITAL deverá adotar as medidas previstas nos arts. 18 a 22 desta Portaria.

§ 3º O órgão público CONVENENTE/PARCEIRA ESTADUAL, MUNICIPAL OU DISTRITAL deverá manter atualizados os registros da execução da parceria no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse - SICONV, com os seguintes itens e conteúdos:

I - a documentação relativa ao processo de seleção da parceria, devendo os arquivos serem inseridos na aba do SICONV "Processo de Compras", na modalidade "Concorrência Pública" ou em outra aba que a venha substituir;

II - o termo de parceria, fomento ou colaboração celebrado com entidade privada sem fins lucrativos juntamente com o plano de trabalho da parceria celebrada com objeto, metas e etapas, beneficiários, resultados previstos e plano de aplicação detalhado das despesas aprovadas para realização do objeto da parceria, devendo os arquivos serem inseridos na aba do SICONV "Contratos" ou em outra aba que a venha substituir;

III - as notas de empenho e ordens bancárias emitidas pelo órgão público concedente relacionadas a cada um dos desembolsos realizados na execução orçamentária e financeira da parceria firmada com entidade privada sem fins lucrativos, devendo os arquivos serem inseridos na aba do SICONV "Liquidação" ou em outra aba que a venha substituir;

IV - os extratos da conta corrente da parceria e da aplicação financeira, relativos à parcela anteriormente recebida pela entidade parceira privada sem fins lucrativos, devendo os arquivos serem inseridos na aba do SICONV "Liquidação" ou em outra aba que a venha substituir; e

V - a relação dos pagamentos efetivamente realizados, relativos à parcela anteriormente recebida pela entidade parceira privada sem fins lucrativos, devendo os arquivos serem inseridos na aba do SICONV "Liquidação" ou em outra aba que a venha substituir.

§ 4º Para o desembolso de cada uma das parcelas da parceria, o órgão público CONVENENTE/PARCEIRA ESTADUAL, MUNICIPAL E DISTRITAL deverá observar as mesmas condições previstas no art. 9º desta Portaria.

CAPÍTULO V

DA SUPERVISÃO E FISCALIZAÇÃO FÍSICA E FINANCEIRA

Art. 14. O acompanhamento técnico e financeiro dos instrumentos celebrados será realizado pela Unidade Concedente, de acordo com as disposições previstas nos arts. 65 a 71 da Portaria Interministerial nº 507/2011 e arts. 58 a 62 da Lei nº 13.019/2014, e ainda, consoante as seguintes diretrizes adicionais:

I. a Convenente/Parceira deverá:

a. manter atualizados os registros de execução no SICONV; e

b. garantir acesso irrestrito e condições físicas para a realização das fiscalizações dos servidores das Unidades Concedentes do M.T.E, que cumprirão roteiro de supervisão próprio, contemplando a verificação da execução física e financeira e resultados alcançados, nos períodos estipulados no instrumento.

II. a Unidade Concedente realizará o acompanhamento e a fiscalização físico-financeira no módulo específico do SICONV para essa finalidade, e nos casos entendidos como necessários pela equipe técnica, por meio de visitas in loco.

Parágrafo único. Para as atividades de supervisão e fiscalização de cada instrumento celebrado, a autoridade da Unidade Concedente deverá designar formalmente servidores que atuarão como fiscais/gestores do convênio.

Art. 15 O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do convênio serão realizados nas seguintes modalidades de acompanhamento:

I prévio - considerada a modalidade de acompanhamento in loco realizada antes da efetivação da celebração do convênio com a finalidade de analisar com maior profundidade o exercício prévio de atividades na matéria objeto do convênio e as condições operacionais da futura Convenente/Parceira para recebimento dos recursos e execução do objeto, nos seguintes casos:

a) quando houver recomendação explícita de Comissão ou Comitê de Seleção de Propostas para verificação das condições técnicas e operacionais de entidade proponente selecionada, em processo de chamada pública promovida pela Concedente para fins de estabelecimento da parceria; e

b) por decisão da Dirigente Máximo de Unidade Administrativa Concedente do M.T.E, quando considerar necessária a visita in loco antes da celebração do convênio.

II. monitoramento ou concomitante - realizado por meio de vistorias in loco durante a execução do convênio, pelo menos uma vez durante a vigência do instrumento celebrado, possibilitando verificar a execução das ações, conforme o programado no Plano de Trabalho e considerando as normas vigentes.

III. subsequente ou posterior - realizado após o término da vigência do instrumento celebrado com a finalidade de verificar as condições de cumprimento do objeto pactuado, de acordo com a legislação vigente, embasando o processo de análise da prestação de contas física e financeira, nos seguintes casos:

a) por decisão do Dirigente Máximo de Unidade Administrativa Concedente do M.T.E, com base em solicitação explícita do setor responsável pela prestação de contas da Unidade, com a finalidade de saneamento de questionamentos ou indícios de irregularidade na execução física e financeira de convênio cuja prestação de contas encontra-se em análise; e

b) por determinação do Dirigente Máximo de Unidade Administrativa Concedente do M.T.E, quando considerar necessária a verificação in loco de resultados do convênio que foi executado.

§1º É obrigatório o registro no SICONV de qualquer visita técnica de acompanhamento in loco de convênios.

§2º Serão registrados no SICONV, em relação a cada convênio, todas as notificações encaminhadas pelos Órgãos de Controle Interno e Externo, bem como instruções similares dos Ministérios

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Públicos Estaduais e Federais e do Departamento da Polícia Federal, e ainda as manifestações de esclarecimentos/providências por parte da Convenente/Parceira e as respectivas análises das áreas técnicas das Unidades Concedentes.

§3º Constitui-se VISITA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO in loco no deslocamento de técnicos da Unidade Concedente ou das Superintendências Regionais do Trabalho e Emprego ao local onde foi, está ou deve ser executado o objeto do convênio, viabilizando por meio de verificações especializadas, reduzidas a termo, a tomada de decisão pela Unidade Concedente.

Art. 16 O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto do convênio terão, além dos espaços e módulos específicos do Sistema de Gestão de Convênios (SICONV), os modelos de relatórios de acompanhamento in loco aprovados pelas Unidades Concedentes do M.T.E, em ato próprio dos seus dirigentes.

§1º Constitui-se a VERIFICAÇÃO SISTEMÁTICA DA EXECUÇÃO no SICONV em modalidade de acompanhamento, a partir de consultas periódicas no sistema, realizadas por Fiscais/Gestores de Convênios, permitindo o reconhecimento situacional pontual, a partir das informações prestadas pela Convenente/Parceira.

§ 2º O acompanhamento, in loco, de eventos programados e executados no projeto será realizado eventualmente, a partir de autorização do Dirigente Máximo de Unidade Administrativa Concedente do M.T.E em resposta à solicitação do Fiscal/Gestor do convênio, com a finalidade de coletar dados e informações dos participantes, parceiros e prestadores de serviço, incluindo registro fotográfico, de forma a evidenciar a sua realização.

Art. 17. Os Fiscais/Gestores de Convênios devidamente nomeados pelo Dirigente Máximo de Unidade Administrativa Concedente do M.T.E serão os responsáveis pelo acompanhamento e supervisão da execução física e financeira dos convênios e congêneres, devendo elaborar notas técnicas com solicitações de ajustes e complementações necessárias, bem como inserir no SICONV as referidas solicitações de regularização.

Parágrafo único. O Dirigente Máximo de Unidade Administrativa Concedente do M.T.E poderá delegar o ato de nomeação de Fiscais/Gestores de Convênios, não se eximindo das responsabilidades decorrentes da delegação.

CAPÍTULO VI

DAS AÇÕES E MARCOS TEMPORAIS DAS PRESTAÇÕES DE CONTAS

Art. 18. O prazo para encaminhamento da prestação de contas pela Convenente/parceira, contado a partir do encerramento da vigência registrado no SICONV, será definido pela Unidade Concedente, respeitados limites definidos na Portaria Interministerial nº 507/2011 e na Lei nº 13.019/2014.

§ 1º Não havendo o encaminhamento da prestação de contas para análise e nem a devolução dos recursos deverá ser providenciada a imediata notificação à Convenente/Parceira para que no prazo de 30 (trinta) dias, improrrogáveis, apresente a prestação de contas ou providencie a devolução dos recursos, devidamente corrigidos e acrescidos de juros de mora, na forma da lei, utilizando-se o sistema de atualização de débitos de TCE adotado pelo Tribunal de Contas da União.

Art. 19. Expirado o prazo previsto no parágrafo anterior sem cumprimento de um dos encaminhamentos propostos, a Unidade Concedente do M.T.E, sob pena de responsabilidade solidária, deverá providenciar o imediato registro da inadimplência no SICONV, por omissão do dever de prestar contas, cientificando o Convenente/parceira, no SICONV e por meio de carta registrada, do registro efetivado, e da abertura de novo prazo de 10 (dez) dias, para saneamento definitivo da pendência ou devolução dos recursos, sob pena de instauração da competente tomada de contas especial, registro no CADIN e comunicação ao Ministério Público.

Parágrafo único. Nos termos da Diretriz nº 011/2012 da Comissão Gestora do SICONV, somente serão consideradas para efeito de prestação de contas as documentações devidamente inseridas no SICONV. A apresentação da prestação de contas apenas por meio físico propiciará a abertura de Tomada de Contas Especial por omissão do dever de prestar contas, de acordo com a legislação vigente.

Art. 20. Recebida a prestação de contas, fica estabelecido o prazo de 1 (um) ano, no caso de convênios, e 150 (cento e cinqüenta) dias, no caso de termos de parceria/fomento ou colaboração, para que a Unidade Administrativa concedente do M.T.E proceda a análise técnica e financeira, cuja distribuição de prazos e fluxos internos ficará sob a definição normativa dos respectivos Dirigentes Máximos das Unidades Administrativas Concedentes do M.T.E.

Art. 21. Após a análise da prestação de contas, no caso de necessidade de complementação de informações pela Convenente/parceira, será encaminhada notificação para apresentação de nova documentação, no prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias.

§ 1º Serão admitidas até 2 (duas) notificações para convenente/parceiras, devidamente registrada(s) no SICONV, contendo em seu corpo o indicativo de que a não apresentação de documentação para o saneamento dos fatos ensejará o registro de inadimplência.

§ 2º As notificações referentes às solicitações de complementação das Prestações de Contas serão realizadas no SICONV por meio da funcionalidade "Prestação de Contas", apensando-se aos autos, se for o caso, as respectivas telas impressas do referido sistema.

Art. 22. Adotadas todas as medidas administrativas previstas no artigo anterior sem o equacionamento das pendências, a Unidade Administrativa Concedente do M.T.E, sob pena de responsabilidade solidária, adotará, de imediato, as medidas previstas no art. 73 da Lei nº 13.019/2014 e na Portaria Interministerial nº 507/2011, com especial atenção para:

I - o registro do fato no SICONV e da inadimplência no SIAFI;

II - o registro do débito no CADIN; e

III - instauração da Tomada de Contas Especial.

§ 1º Qualquer nova documentação encaminhada a partir da notificação prevista no caput deste artigo somente poderá ser analisada no âmbito da TCE.

§ 2º Todas as respostas, independente do envio pelo correio, deverão ser registradas obrigatoriamente no SICONV, dentro dos prazos previstos nesta Portaria, sob pena de aplicação do previsto no caput deste artigo.

DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

Art. 23. As prestações de contas serão analisadas pelos setores técnicos responsáveis da Unidade Concedente do M.T.E, respectivamente, com manifestação conclusiva do cumprimento do objeto e do valor total executado e da documentação de suporte dos gastos.

Art. 24. A análise da prestação de contas será realizada com base nos documentos e informações disponibilizados no SICONV, respeitando os seguintes procedimentos:

I - Os comprovantes da execução física e financeira deverão estar previamente digitalizados; e

II - os documentos comprobatórios das receitas e despesas realizadas deverão ser organizados por metas do Plano de Trabalho e em ordem cronológica;

§1º Os registros fotográficos e as mídias geradas na execução do convênio devem comprovar, de maneira inequívoca, a execução das atividades constantes no Plano de Trabalho, evidenciando a logomarca da administração pública federal, o local onde ocorreu a ação, a data em que ocorreu o registro e a identificação da atividade específica.

§2º Quando se tratar de obras, reformas ou qualquer outro tipo de serviço de engenharia, as fotos do objeto, com data de execução, devem destacar pelo menos as seguintes imagens:

a) placa de identificação;

b) planta baixa;

c) terreno ou área da construção, no que couber;

d) evolução da obra, com parte externa e interna, com registro de diferentes momentos ou etapas da construção e da conclusão, registrando inclusive o local antes do início das obras; e

e) posteriormente, do registro do imóvel em funcionamento.

Art. 25. Na análise dos documentos e/ou comprovantes apresentados na prestação de contas serão priorizadas as avaliações vinculadas às exigências constantes do art. 12 desta Portaria.

DAS ATRIBUIÇÕES E COMPETÊNCIAS

Art. 26. O Setor responsável pela emissão do parecer da execução física deverá manifestar-se sobre o regular cumprimento do objeto com especial atenção as metas e respectivas etapas aprovadas no Plano de Trabalho, levando em consideração em sua análise o registro da execução física do(s) relatório(s) de supervisão elaborado(s) pelos respectivos Fiscais/Gestores de Convênios.

Art. 27. O Setor responsável pela emissão do parecer financeiro deverá manifestar-se sobre a regular aplicação dos recursos, levando em consideração em sua análise, além do conteúdo do parecer de execução física, o registro da execução financeira do(s) relatório(s) de supervisão elaborado(s) pelos respectivos Fiscais/Gestores de Convênios.

Art. 28. A Comissão de Patrimoniamento, constituída no âmbito de cada Unidade Concedente do M.T.E, além de outras atribuições no decorrer da execução da parceria, deverá elaborar, na prestação de contas, um parecer técnico sobre a gestão do patrimônio adquirido no convênio, quando for o caso de execução de recursos de investimento de capital, com base na relação de bens adquiridos e inventariados.

Art. 29. Concluída a análise pelas áreas técnicas, os Dirigentes Máximos das Unidades Administrativas Concedentes do M.T.E deverão emitir opinião conclusiva pela aprovação, ressalva ou rejeição da prestação de contas, com base nos pareceres físicos e financeiros emitidos.

CAPÍTULO VII

DA DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIA

Art. 30. Fica delegada a competência ao Secretário Executivo, aos Secretários de Relações do Trabalho, de Políticas Públicas de Emprego, de Inspeção do Trabalho e de Economia Solidária, para, no âmbito de suas respectivas atribuições, celebrarem convênios, termos de cooperação técnica e termos de execução descentralizada com órgãos públicos federais, estaduais, municipais e distrital, competindo-lhes ainda:

I. aprovar prestações de contas;

II. suspender ou cancelar inscrição no CADIN;

III. instruir e aplicar as sanções previstas nos incisos I e II do art. 73 da Lei nº 13.019/2014; e

IV. instaurar, mediante recomendação ou determinação dos Órgãos de Controle ou por iniciativa própria, Tomada de Contas Especial - TCE, depois de esgotadas todas as possibilidades administrativas para regularização da situação geradora da necessidade de instauração de TCE.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 31. Aplicam-se aos processos em tramitação o disposto nesta Portaria.

Art. 32. Os dirigentes das Unidades Concedente do M.T.E deverão aprovar e publicar em Boletim Administrativo, em 90 dias da data da publicação desta Portaria, os fluxos internos das respectivas subunidades e os roteiros/checklist's para as ações relacionadas às fases de celebração, monitoramento/supervisão in loco e prestação de contas, certificando-se especialmente da existência de conteúdos mínimos de análise em seus pareceres técnicos prévios, de modo que os documentos e informações apresentados pelos proponentes sejam criticamente analisados quanto ao seu conteúdo, considerando como essencial a demonstração de que:

a) a fundamentação da meta a ser atendida relativamente à realidade observada se efetive com base em dados concretos;

b) a efetiva demonstração da compatibilidade dos cronogramas de desembolso e execução;

c) a razoabilidade dos custos propostos e da capacidade técnica e operacional dos proponentes para executar o objeto; e

d) a implementação de mecanismos que permitam demonstrar o cumprimento, pelo convenente, à época da celebração dos ajustes, das exigências quanto às condições jurídico-fiscais e de parentesco previstas nas normas pertinentes.

Parágrafo único. Os Dirigentes Máximos das Unidades Administrativas do M.T.E deverão providenciar, no caso de optarem pela execução de políticas públicas de trabalho e emprego relativas às respectivas áreas via transferência de recursos a entes públicos ou privados sem fins lucrativos, a publicação anual dos critérios de distribuição de recursos e os limites para cada ente federado.

Art. 33. Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 586, de 2 de setembro de 2008, cabendo aos secretários das unidades administrativas do MTE providenciar as revogações parciais ou totais dos seus respectivos que conflitarem com o definido nesta Portaria.

Art. 34. Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação.

MANOEL DIAS

DESPACHO DO MINISTRO
Em 18 de junho de 2015

Considerando que o registro sindical conferido à CNTur, conforme dados assentados no CNES, guarda abrigo no ordenamento jurídico vigente;

Considerando que, pleito anterior da CNTur, estampado no Processo administrativo nº 46206.007688/2008-17, requerendo adequação do seu registro sindical junto ao CNES, no sentido de representar a categoria econômica Turismo restou indeferido, fulcrado na NOTA INFORMATIVA Nº 02/2015/CGRS/SRT/MTE, e respaldado no PARECER Nº 70/2015/CONJUR-MTE/CGU/AGU, da Consultoria Jurídica desta Pasta;

Considerando que, o pedido de reconsideração da prefalada entidade de 3º grau, consubstanciado no Processo nº 46010.001030/2015-18, dirigido ao Exmo Sr. Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, se acolhido não motivará qualquer alteração nos assentamentos atuais da representação da Entidade no CNES;

Considerando que, mantidas as premissas supra, cabe ao titular da Pasta, prestigiar e propiciar medidas administrativas acautelatórias, ante decisões emersas do Poder Judiciário,

RESOLVO

Acolher requerimento de reconsideração da CNTur, da decisão publicada no D.O.U., de 01 de junho de 2015, conforme decisões prolatadas pela 14ª e 18ª Varas do Trabalho da Comarca de Brasília, Processos nº 0000258-18.2010.5.10.0014, em fase de cumprimento provisório de sentença, e nº 0000283-43.2015.5.10.0018, com antecipação de tutela concedida, as quais esposam entendimento distinto deste Ministério do Trabalho no que respeita à representatividade das entidades sindicais de grau superior, com respaldo em diversas decisões dos tribunais superiores, estando portanto, a questão sub-judice.

Sendo assim, RECONSIDERO a decisão anterior, e DETERMINO O SOBRESTAMENTO do processo em epígrafe e do Recurso Hierárquico nº 46010.000266/2015-29, até o trânsito em julgado das precitadas ações judiciais em curso, cujo objetivo é exatamente a questão da representatividade das Entidades de Grau Superior.

Determinar que a Secretaria de Relações do Trabalho mantenha o Registro Sindical do Requerente, como assentado no CNES atualmente.

MANOEL DIAS

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

DESPACHOS DO COORDENADOR-GERAL
Em 18 de junho de 2015

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, deferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho, constantes do(s) ofício(s) ao MRE nº 0235/2015 de 15/06/2015, 0236/2015 de 16/06/2015 e 0240/2015 de 17/06/2015, respectivamente:

Temporário - Com Contrato - RN 76 - Resolução Normativa, de 03/05/2007:

Processo: 46607000027201569 Empresa: ASSOCIACAO DESPORTIVA MARINERS Prazo: até 31/12/2015 Estrangeiro: TROYVION LAMAR EDWARDS Passaporte: 499579569 Mãe: Michelle Edwards Pai: Troy Lamar Edwards; Processo: 46094001582201535 Empresa: ALB- ASSOCIACAO LIMEIRENSE DE BASQUETE Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: DAVID WAYNE JACKSON JR. Passaporte: 428487364 Mãe: Renee Dorthia Warren Pai: David Wayne Jackson Sr; Processo: 46094001578201577 Empresa: VOLEI BRASIL CENTRO DE EXCELENCIA Prazo: 11 Mês(es) Estrangeiro: TATSUYA FUKUZAWA Passaporte: TH8831075 Mãe: MARI FUKUZAWA Pai: ISAO FUKUZAWA.

Temporário - Com Contrato - RN 94 - Resolução Normativa, de 16/03/2011:

Processo: 47039005943201540 Empresa: PROSPECTIVA PROJETOS LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: Connor Lloyd Pitman Passaporte: 465797325 Mãe: Mary Harmening Pitman Pai: John Michael Pitman; Processo: 47039005993201527 Empresa: SBS MANAGEMENT BRASIL ASSESSORIA IMOBILIARIA LTDA.

EXEMPLAR DE ASSINANTE IMPRENSA NACIONAL

Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MORGANE LOUISE JEANNE LAROCHE Passaporte: X2321200 Mãe: BARBARA MARCELLE CUENDET Pai: PATRICK JOEL LAROCHE; Processo: 47039006243201572 Empresa: CONSTRUTORA FERROVIAL AGROMAN LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XABIER AGUIAR GARCES Passaporte: AAD996360 Mãe: MARIA DEL CARMEN GARCÉS GARCÉS Pai: GUILLERMO AGUIAR PASTOR; Processo: 47039006416201552 Empresa: EGIS - ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BENOIT CLÉMENT MARTIN MÉTAIS Passaporte: 12CA71704 Mãe: MARYLENE JEANNE FRANÇOISE BOUHIER Pai: JEAN PIERRE RAYMOND GEORGES METAIS.

Temporário - Com Contrato - RN 98 - Resolução Normativa, de 14/11/2012:

Processo: 47039006390201542 Empresa: CONFEDERACAO BRASILEIRA DE TENIS DE MESA Prazo: até 31/12/2016 Estrangeiro: PAVEL OXAMENDI MENDIZABAL Passaporte: I546697 Mãe: ISABEL MENDIZABAL GARCIA Pai: OSCAR OXAMENDI MONTALVO; Processo: 47039006554201531 Empresa: COMITE ORGANIZADOR DOS JOGOS OLIMPICOS RIO 2016 Prazo: até 31/12/2016 Estrangeiro: CHRISTOPHER ALAN HILL Passaporte: M5124646 Mãe: KERRIE ELIZABETH HILL Pai: JOHN ALAN HILL.

Temporário - Com Contrato - RN 99 - Resolução Normativa, de 12/12/2012:

Processo: 47039005607201505 Empresa: ESCOLA PAN AMERICANA DA BAHIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANA KATHRYN DAHM Passaporte: GC221319 Mãe: Jennifer Anne Dahm Pai: Danny Robert Dahm; Processo: 47039005647201549 Empresa: FIRMENICH & CIA. LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LEONEL IBARRA BELTRAN Passaporte: G01653212 Mãe: María Elba Beltrán Quizán Pai: Leonel Ibarra Corrales; Processo: 47039005722201571 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA AMERICANA DE BRASILIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRAIG JOSEPH HOBIN Passaporte: GL393627 Mãe: Patricia Louise Hobin Pai: Patrick Leonard Hobin; Processo: 47039005730201518 Empresa: ELFA MEDICAMENTOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Oliver Ralf Clemens Kolassa Passaporte: C4CWH0347 Mãe: ROSWITHA KOLASSA Pai: EMIL KOLASSA; Processo: 47039005790201531 Empresa: ESCOLA PAN AMERICANA DA BAHIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LINDSAY ERIN MITCHELL Passaporte: 420039326 Mãe: Barbara Kay Smith Pai: John Thomas Mitchell; Processo: 46094001004201507 Empresa: EUROPESCA INDUSTRIA E COMERCIO DE PESCADO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANUEL ANTONIO CACHARRON ARESTIN Passaporte: PAA064943 Mãe: MARIA ARESTIN VILAS Pai: ANTONIO CACHARRON REY; Processo: 46880000022201505 Empresa: UNIAO BRASILEIRA DE EDUCACAO E ASSISTENCIA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RITA ISABEL MACHADO TIAGO GOMES Passaporte: N348262 Mãe: MARIA MANUELA MACHADO TIAGO GOMES Pai: MANUEL ABELHAS GOMES; Processo: 47039004506201517 Empresa: RESIDENCE MAR DA PITINGA INCORPORADORA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: VALERIA ALBORGHETTI Passaporte: AA4226993 Mãe: ELIA ALDO Pai: ROSSO ALBORGHETI; Processo: 47039004601201511 Empresa: PEUGEOT-CITROEN DO BRASIL AUTOMOVEIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ERIC MARCO FEERMAN GARCIA Passaporte: G15606335 Mãe: Ana Martha Garcia Melendez Pai: Marco Antonio Feerman Mantilla; Processo: 47039004730201509 Empresa: CONSTRUTORA HISBRA LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: José Antonio Cuadrado Martinez Passaporte: AAI270368 Mãe: Damasa Martinez Fernandez Pai: Luciano Cuadrado Medina; Processo: 46094001363201556 Empresa: UTILIDADES ROCHA CAMPOS LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ENRICO FERIGUTTI Passaporte: AA3545758 Mãe: LUIGINA RAIMONDI Pai: FRANCO FERIGUTTI; Processo: 47039004950201524 Empresa: FERNANDA DABBUR ARQUITETURA E INTERIORES LTDA - EPP Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOANA ISABEL DA COSTA AGUIAR Passaporte: M533034 Mãe: MARIA HELENA LOBATO DE AZEVEDO Pai: ANTONIO RODRIGUES AGUIAR; Processo: 47039005250201557 Empresa: NOV FLEXIBLES EQUIPAMENTOS E SERVICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NILS RENÉ GLORIAN Passaporte: 207799778 Mãe: Maria Kirstine Hansen Pai: Jean Claude Marcel Fernand Glorian; Processo: 47039005291201543 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PRACHUR RAJIVKUMAR SAH Passaporte: Z1818034 Mãe: LAXMI SAH Pai: RAJIV KUMAR SAH; Processo: 47039005312201521 Empresa: FUNDACAO VISCONDE DE PORTO SEGURO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SUSANNE CHRISTINE NICKLAS Passaporte: CF64FZ886 Mãe: ELISABETH NICKLAS Pai: HANS NICKLAS; Processo: 47039005327201599 Empresa: FIAT AUTOMOVEIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSUE DAVID DE RUBIN FERRETI Passaporte: 06330030779 Mãe: ROSA MARTHA MARCELA FERRETI CABRERA Pai: JUAN ANTONIO DE RUBIN SUAREZ; Processo: 47039005404201519 Empresa: GDM EMPREENDIMENTOS E SERVICOS EIRELI Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Carmen De Jesus Paulino Esteves Passaporte: N177753 Mãe: Maria de Jesus Paulino Esteves Pai: Joaquim Esteves; Processo: 47039005509201560 Empresa: ASSOCIACAO ESCOLA PANAMERICANA DE PORTO ALEGRE Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GRAEME JAMES MCNAUGHT Passaporte: 508272718 Mãe: Frances Elliot McNaught Pai: James Graham McNaught; Processo: 47039005517201514 Empresa: SAO PAULO ENGENHARIA LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JULIE CLAUDE DELFORTRIE Passaporte: 13CE99422 Mãe: RÉGINE COLETTE DESMETTRE Pai: PHILIPPE MICHEL DELFORTRIE; Processo: 47039005518201551 Empresa: GLAXOSMITHKLINE BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARY JACOB Passaporte: 506020270 Mãe: MARYKUTTY JACOB Pai: VAZHAKALAYIL CHACKO JACOB; Processo: 47039005527201541 Empresa: BANCO BTG PACTUAL S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MAURO GHILARDI Passaporte: YA5252949 Mãe: MARISA PROFETA Pai: ALBERTO GHILARDI; Processo: 47039005528201596 Empresa: LENOVO TECNOLOGIA (BRASIL) LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALESSANDRO SALSI Passaporte: AA1854095 Mãe: MIRCA GOZZI Pai: GIORGIO SALSI; Processo: 47039005566201549 Empresa: SOCIEDADE MICHELIN DE PARTICIPACOES INDUST E COMERCIO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: George Edward Koszucki Passaporte: GM747313 Mãe: OLGA KOWELKO Pai: TEDEUSZ KOSZUCKI; Processo: 47039005572201504 Empresa: FRESENIUS MEDICAL CARE LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: SEBASTIAN KERLL Passaporte: C3576112J Mãe: GUDRUN ELISABETH KERLL Pai: HORST WOLFRAM KERLL; Processo: 47039005580201542 Empresa: MERCK S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BORIS ESTUARDO SANDOVAL DELGADO Passaporte: 256533164 Mãe: ENMA YOLANDA DELGADO VASQUEZ Pai: JUAN JOSE SANDOVAL CARRILLO; Processo: 47039005578201573 Empresa: ALSTOM ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ALEXANDRE THOMAS MAROTEL Passaporte: 09AC87141 Mãe: MARIE FRANCE ZIMMERMANN Pai: DENIS MAROTEL; Processo: 47039005602201574 Empresa: ALFRAN DO BRASIL INDUSTRIA COMERCIAL E SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOHAN MANUEL HERRERA MACHIN Passaporte: 111308466 Mãe: Abilia Marchin de Herrera Pai: Pedro Herrera Sanfiel; Processo: 47039005608201541 Empresa: NOVITECH - TECNOLOGIA E SERVICOS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOSE JAIME PEREZ JR. Passaporte: 513212624 Mãe: ANNA DEYLA PEREZ VILLARREAL Pai: JOSE JAIME PEREZ; Processo: 47039005611201565 Empresa: MOBLY COMERCIO VAREJISTA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NILS MARTIN KRAFT Passaporte: C3HZN3YWP Mãe: RUTH PULS-KRAFT Pai: WOLFGANG WILLI KÄHLERT; Processo: 47039005617201532 Empresa: INTERNATIONAL CHRISTIAN SCHOOL OF RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HUNTER THOMAS NASH Passaporte: 466652082 Mãe: JULIE MARIE CAUDILL Pai: MARK HUNTER NASH; Processo: 47039005621201509 Empresa: INTERNATIONAL CHRISTIAN SCHOOL OF RIO DE JANEIRO Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JACOB MICHAEL LONEY Passaporte: 460664376 Mãe: KIM DIANE SORENSON Pai: RICHARD WAYNE LONEY; Processo: 47039005639201501 Empresa: PANASONIC DO BRASIL LIMITADA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TORU TSUBOSAKI Passaporte: TR3166236 Mãe: KIMIE TSUBOSAKI Pai: KEIICHI TSUBOSAKI; Processo: 47039005622201545 Empresa: ESCOLA INTERNACIONAL SAINT FRANCIS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DRAGANA DAMLJANOVIC Passaporte: 009730633 Mãe: Dusanka Damljanovic Pai: Milutin Damljanovic; Processo: 47039005630201591 Empresa: HUAWEI SERVICOS DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MING DING Passaporte: E32287326 Mãe: QIAOYING FENG Pai: WENLONG DING; Processo: 47039005634201570 Empresa: G-KT DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: TORU OWADA Passaporte: TR3730409 Mãe: RYUKO OWADA Pai: AKIRA OWADA; Processo: 47039005635201514 Empresa: MERCEDES-BENZ DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RALF BIERHOFF Passaporte: C2C251194 Mãe: INGRID ANNA BIERHOFF Pai: ALFRED BIERHOFF; Processo: 47039005641201571 Empresa: INFOSYS TECNOLOGIA DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ASHEESH TEWARI Passaporte: K1721932 Mãe: GANGOTRI TEWARI Pai: HARISH CHANDRA TEWARI; Processo: 47039005645201550 Empresa: GIVAUDAN DO BRASIL LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Carlos Fredy Garzon Rada Passaporte: AP933379 Mãe: Luz Melida Rada Tapia Pai: Carlos Julio Garzon; Processo: 47039005648201593 Empresa: DONGYANG CONSTRUCTION DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MIRA YOON Passaporte: M8 5.909.946 Mãe: IMYOON KWON Pai: JANGHO YOON; Processo: 47039005650201562 Empresa: J B F CONSTRUCOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Paulo Jorge dos Santos Reis Passaporte: M897120 Mãe: Ermelinda da Silva Santos Reis Pai: Carlos dos Santos Reis; Processo: 47039005677201555 Empresa: SCHLUMBERGER SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MANSOOR SYED Passaporte: E4103000 Mãe: RUHI AMEERUDDIN Pai: SYED AMEERUDDIN; Processo: 47039005674201511 Empresa: DONGYANG CONSTRUCTION DO BRASIL CONSTRUTORA LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: YOUNGSIK KO Passaporte: M4 8.412.864 Mãe: GWIBOK JANG Pai: JEHONG KO; Processo: 47039005717201569 Empresa: TSE INDUSTRIA DE ARTEFATOS ESTAMPADOS DE METAL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KYUNGHO CHO Passaporte: JR3607317 Mãe: KIM OK SOON Pai: CHO GYU PAL; Processo: 47039005731201562 Empresa: PARATI SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: STEFANO PAVAN Passaporte: YA2951153 Mãe: ADELIA PALMIRA BERTOLLO Pai: MORENO PAVAN; Processo: 47039005727201502 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Giuseppe Erminio Curtarelli Passaporte: YA4759877 Mãe: Norina Maria Bolzoni Pai: Palmiro Curtarelli; Processo: 47039005725201513 Empresa: L'OREAL BRASIL COMERCIAL DE COSMETICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jean Philippe Gilles Georges Wavelet Passaporte: 15AC65181 Mãe: Christiane Therese Raymonde Jacques Pai: Gilles Auguste Andre Wavelet.

Temporário - Sem Contrato - RN 35 - Resolução Normativa, de 28/09/1999:

Processo: 47039004713201563 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: FERNANDO MIGUELEZ GARCIA Passaporte: BA027134; Processo: 47039004715201552 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GABRIEL ESPIN COLLADO Passaporte: AE070677; Processo: 47039004716201505 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSE GABRIEL CASTEJON SANCHEZ Passaporte: AAE810135; Processo: 47039004720201565 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN JOSE SANCHEZ BALLESTEROS Passaporte: AAI161112; Processo: 47039004723201507 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUAN RAMÓN JIMÉNEZ BOSQUE Passaporte: BB976292; Processo: 47039006421201565 Empresa: COMANDO DA MARINHA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTOINE RENÉ PIERRE GARRETA Passaporte: 10AV51836.

Temporário - Sem Contrato - RN 61 - Resolução Normativa, de 08/12/2004:

Processo: 47039005935201501 Empresa: GV DO BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ACO LTDA Prazo: até 31/12/2015 Estrangeiro: IVAN ZGELA Passaporte: 035720209; Processo: 47039002411201551 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHEOL SOO LEE Passaporte: JR3423578; Processo: 47039002418201572 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NOCHEUL KIM Passaporte: GB0896808; Processo: 47039002665201579 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HYUN-MIN SHIN Passaporte: M83883165; Processo: 47039003119201555 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WON-DONG KIM Passaporte: M19826286; Processo: 47039003134201501 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONGHEE LEE Passaporte: M20438187; Processo: 47039003141201503 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DOHYUN LEE Passaporte: M02776994; Processo: 47039003147201572 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YI TAE JIN Passaporte: M86579709; Processo: 47039003514201538 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHANGPYO HONG Passaporte: M54810880; Processo: 47039003729201559 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOON-KI CHO Passaporte: M75643768; Processo: 47039003897201544 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BYONGHWA PARK Passaporte: M72643812; Processo: 47039003906201505 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SUK-JONG KANG Passaporte: M78785460; Processo: 47039003907201541 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WOOCHANG LEE Passaporte: M03358112; Processo: 47039003920201509 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SOONKIL CHOI Passaporte: M82998192; Processo: 47039003928201567 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KIHO KWON Passaporte: M90003657; Processo: 47039003936201511 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SUNGGI KIM Passaporte: M84468036; Processo: 47039003939201547 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GWANGJU LEE Passaporte: M51470165; Processo: 47039003949201582 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANIKET ARVIND DIVE Passaporte: H7668818; Processo: 47039003954201595 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOGESH GORAKHNATH SHINDE Passaporte: K4812395; Processo: 47039004271201555 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONGILL CHOI Passaporte: M35718927; Processo: 47039004274201599 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BOOKWAN PARK Passaporte: TJ0886839; Processo: 47039004275201533 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUNG SIK LEE Passaporte: M84716207; Processo: 47039004276201588 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MIN-KOOK KOO Passaporte: M48755799; Processo: 47039004277201522 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MIN-SOO JEONG Passaporte: M89648555; Processo: 47039004279201511 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SE HO JEN Passaporte: M16171900; Processo: 47039004280201546 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WANGYOO PARK Passaporte: BS2521139; Processo: 47039004440201557 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WONTAEK KWON Passaporte: M71882287; Processo: 47039004442201546 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HANSHIN KIM Passaporte: M86828459; Processo: 47039004443201591 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WON HO KIM Passaporte: M55136337; Processo: 47039004444201535 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOUNGCHANG CHO Passaporte: HD0070633; Processo: 47039004445201580 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HOCHUL LEE Passaporte: M01473685; Processo: 47039004446201524 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JEONGWAN PARK Passaporte: M65074568; Processo: 47039004448201513 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONS-

Comercialização proibida por terceiros

TRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHUNG HYO HYUN Passaporte: M70078815; Processo: 47039004557201531 Empresa: MTU DO BRASIL LTDA Prazo: 12 Mês(es) Estrangeiro: HEINZ-WALTER STREICHER Passaporte: C9TJ6628H; Processo: 47039004613201537 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROMAN AH ANDRIEIEV Passaporte: ER017355; Processo: 47039004640201518 Empresa: ROTEK COMERCIAL IMPORTADORA LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ROCCO PALERMO Passaporte: AA2218644; Processo: 47039004663201514 Empresa: INGETEAM LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Clara Serrano Navarro Passaporte: AAJ596540; Processo: 47039004669201591 Empresa: INGETEAM LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Joaquim Torres Gonzales Passaporte: AAD681045; Processo: 47039004819201567 Empresa: INITEC ENERGIA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: José Juan Molina Andrés Passaporte: AAA714764; Processo: 47039004829201501 Empresa: INITEC ENERGIA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: PEDRO GUTIERREZ MENENDEZ-MORAN Passaporte: AAE847312; Processo: 47039004851201542 Empresa: INITEC ENERGIA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Juan Ricardo Fiallos López Passaporte: 0601821523; Processo: 47039004867201555 Empresa: INITEC ENERGIA ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIS MANUEL PEDRO FRAILE CARMONA Passaporte: AAI040808; Processo: 47039004882201501 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KEUN-WOOK PARK Passaporte: M28084161; Processo: 47039004883201548 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: CHULHO HEO Passaporte: M51985218; Processo: 47039004884201592 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MOONHYUK KWON Passaporte: M32588895; Processo: 47039005063201573 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MANCHAN CHOI Passaporte: M 72061179; Processo: 47039005078201531 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DONGGIL KUEM Passaporte: M22258716; Processo: 47039005077201597 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YONGHYOUN KWON Passaporte: M02038745; Processo: 47039005076201542 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIHYEON BAE Passaporte: M53318064; Processo: 47039005075201506 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HANYOUNG CHOI Passaporte: M05505116; Processo: 47039005158201597 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOUNG JEAN KWON Passaporte: M01706412; Processo: 47039005163201508 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SHIQIANG DONG Passaporte: G46484120; Processo: 47039005167201588 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: XIUWEI ZHANG Passaporte: G35864270; Processo: 47039005172201591 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JIYOUNG LEE Passaporte: M86958957; Processo: 47039005173201535 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MYUNGSEOK OH Passaporte: M91724286; Processo: 47039005174201580 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GI SEON GIM Passaporte: M86697213; Processo: 47039005280201563 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEOK MIN KIM Passaporte: M45796031; Processo: 47039005282201552 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SEYUN LEE Passaporte: M33279339; Processo: 47039005420201501 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EUN-KYU PARK Passaporte: M86241463; Processo: 47039005422201592 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GISOO SHIN Passaporte: M77656923; Processo: 47039005423201537 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HYO JONG KIM Passaporte: M41581631; Processo: 47039005424201581 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: HYUN-JUNG JUN Passaporte: M78053135; Processo: 47039005426201571 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: SYEONG DEOG RYOU Passaporte: JR3280958; Processo: 47039005427201515 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: TAE MO YOON Passaporte: M45035560; Processo: 47039005428201560 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOUNGHO JANG Passaporte: M67707721; Processo: 47039005429201512 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: YOUNGHO KWEON Passaporte: M05112011; Processo: 47039005430201539 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JUNHO PARK Passaporte: M19303054; Processo: 47039005431201583 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DEOKJAE KIM Passaporte: DG1446260; Processo: 47039005489201527 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BHAUSAEB PARSHURAM MORE Passaporte: H9232918; Processo: 47039005490201551 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: MAHESH KARBHARI GHOLAP Passaporte: H1175290; Processo: 47039005493201595 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KALUGOTLA NAVEEN REDDY Passaporte: K1926979; Processo: 47039005494201530 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: BISWAJIT MOHAPATRA Passaporte: K4989949; Processo: 47039005613201554 Empresa: ESTALEIRO NAVSHIP LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RICHARD WARD BLANSCET Passaporte: 442590296; Processo: 47039005813201515 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: WOONSEOK JEONG Passaporte: M82563768; Processo: 47039005814201551 Empresa: POSCO ENGENHARIA E CONSTRUCAO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: KIHEON CHEONG Passaporte: M54548056; Processo: 47039005898201523 Empresa: HARRIS PYE BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: GHEORGHE CIOVNICU Passaporte: 13677042; Processo: 47039005902201553 Empresa: ANDRITZ BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSEPH MONROE RAWLS Passaporte: 530422776; Processo: 47039005907201586 Empresa: EVONIK DEGUSSA BRASIL LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ADAM CHRISTOPH IMHOFF Passaporte: C76TNF2K9; Processo: 47039005933201512 Empresa: CONSTRUGOMES BRASIL ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: JOSÉ MANUEL DE OLIVEIRA MENDES Passaporte: N549878; Processo: 47039005934201559 Empresa: CONSTRUGOMES BRASIL ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: LUIS MIGUEL CARVALHO RIBEIRO Passaporte: M621125; Processo: 47039005936201548 Empresa: CONSTRUGOMES BRASIL ENGENHARIA LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: RUI FILIPE MACEDO FARIA Passaporte: N552135; Processo: 47039005938201537 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEJANDRO ASTO GARCIA Passaporte: 6752351; Processo: 47039005941201551 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: AQUILES GUILLERMO NAVARRO PEREZ Passaporte: 6751596; Processo: 47039005952201531 Empresa: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ANUPAM BANERJEE Passaporte: L5325277; Processo: 47039005970201512 Empresa: BERNECK S.A. PAINEIS E SERRADOS Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Norbert Reiter Passaporte: P4020477; Processo: 47039005977201534 Empresa: VANDERLANDE INDUSTRIES DO BRASIL COMERCIALIZACAO, IMPORTACAO E INSTALACAO DE SISTEMAS DE BAGAGEM LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Franciscus Johannes Mathijs Berkvens Passaporte: NPB53KRK0; Processo: 47039005979201523 Empresa: VANDERLANDE INDUSTRIES DO BRASIL COMERCIALIZACAO, IMPORTACAO E INSTALACAO DE SISTEMAS DE BAGAGEM LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Leendert Gijsbert Verkerk Passaporte: BT8KBK6F2; Processo: 47039005980201558 Empresa: SARENS BRASIL LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PARA CONSTRUCAO LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALF JOAKIM MOLLER Passaporte: 88298625; Processo: 47039005981201501 Empresa: VANDERLANDE INDUSTRIES DO BRASIL COMERCIALIZACAO, IMPORTACAO E INSTALACAO DE SISTEMAS DE BAGAGEM LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Elwin Wouter van der Hall Passaporte: EYDJLKR78; Processo: 47039005995201516 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL ESPINOZA ROMERO Passaporte: 6572845; Processo: 47039005999201502 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: DIONISIO CESAR FERNANDEZ BENDEZU Passaporte: 6715280; Processo: 47039006000201534 Empresa: SERABI MINERACAO S.A. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: EDILBERTO ANDRES MACHACUAY CORDOVA Passaporte: 6752003; Processo: 47039006011201514 Empresa: TATA CONSULTANCY SERVICES DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: NILANJANA DAS Passaporte: F9527763; Processo: 47039006041201521 Empresa: SIMPRO DO BRASIL LTDA Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: enrico rosso Passaporte: AA2352096.

Temporário - Sem Contrato - RN 72 - Resolução Normativa, de 10/10/2006:

Processo: 46094001178201561 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 20/09/2015 Estrangeiro: MAREK BAZYLI PACHOLEC Passaporte: EF4648919; Processo: 47041001930201552 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Fabrizio Favale Passaporte: YA7290943 Estrangeiro: Rossano Cornolti Passaporte: YA0073971; Processo: 46094001313201579 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ANTHONY DJELLOUL BERNARD LACONI Passaporte: 07AF19208; Processo: 46094001334201594 Empresa: ODEBRECHT OLEO E GAS S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DMITRI MOSKIV Passaporte: KB0235439; Processo: 46094001379201569 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: até 06/03/2017 Estrangeiro: CRISTOFORO TERNULLO Passaporte: YA0786141; Processo: 46094001378201514 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: até 06/03/2017 Estrangeiro: FRANCESCO DELLA PIETRA Passaporte: F842029; Processo: 46094001381201538 Empresa: SEALION DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JOÃO EMILIO VARANDAS RELVAS CIRIACO Passaporte: M577036; Processo: 46094001376201525 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: até 06/03/2017 Estrangeiro: MASSIMO BUONOCORE Passaporte: YA4313062; Processo: 46094001377201570 Empresa: ASSO MARITIMA NAVEGACAO LTDA Prazo: até 06/03/2017 Estrangeiro: BARTOLOMEU BALSOMINI Passaporte: YA1044551; Processo: 46094001398201595 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUKASZ PIOTR ROLBIECKI Passaporte: EB5620835; Processo: 46094001395201551 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: NIKOLA SKARO Passaporte: 004096748; Processo: 46094001394201515 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DAVID IAN MORRIS Passaporte: 093193648; Processo: 46094001404201512 Empresa: TECHNIP BRASIL - ENGENHARIA, INSTALACOES E APOIO MARITIMO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MARCELINO DALISAY ABE Passaporte: EB9243091; Processo: 46094001432201521 Empresa: DEEP SEA SUPPLY NAVEGACAO MARITIMA LTDA Prazo: até 08/03/2016 Estrangeiro: AL MANUEL DIADULA AYALA Passaporte: EC0017930; Processo: 46094001422201596 Empresa: PGS INVESTIGACAO PETROLIFERA LTDA Prazo: até 28/01/2017 Estrangeiro: ERWAN JACQUES MICHEL L'ARVOR Passaporte: 14AI185472 Estrangeiro: THOMAS CHERIYAN Passaporte: 426182185; Processo: 47041002300201503 Empresa: BRASBUNKER PARTICIPACOES S/A Prazo: até 05/08/2016 Estrangeiro: MOHAMMED ABDELRAZZAK IBRAHIM MOHAMMED SHETA Passaporte: A01015963; Processo: 47041002349201558 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/03/2016 Estrangeiro: Aristomenis Vrellis Passaporte: AI0045362; Processo: 47041002408201598 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Piotr Andrzej Jablonski Passaporte: EF 6861572; Processo: 47041002409201532 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Danut Tomoiaga Passaporte: 14611487; Processo: 47041002410201567 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: até 01/12/2016 Estrangeiro: HOYT GIVENS WILSON Passaporte: 488257326; Processo: 47041002411201510 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Paul Quinn Passaporte: LT1413740; Processo: 47041002413201509 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Oleksandr Sekundyak Passaporte: EP923028; Processo: 47041002415201590 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Paddy Russell Passaporte: 518125464; Processo: 47041002419201578 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 09/02/2017 Estrangeiro: KATLYN MARIE MACINTOSH Passaporte: GB689326; Processo: 47041002422201591 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Reeze Mendez Tarroza Passaporte: EB1253340; Processo: 47041002423201536 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ASIR MATHAN PETER Passaporte: Z2134224; Processo: 47041002424201581 Empresa: MODEC SERVICOS DE PETROLEO DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JEANNE JACKSON CHRISTYRAJA PEERIS Passaporte: Z2655979; Processo: 47041002425201525 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Daniel Jerzy Kowalski Passaporte: AS 5483565; Processo: 47041002426201570 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Artem Burzhakovskyy Passaporte: EP483448; Processo: 47041002428201569 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Andrejs Volkovs Passaporte: LM0898672; Processo: 47041002429201511 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Ronald Ronnie Tuazon Anicieto Passaporte: EB2033580; Processo: 47041002433201571 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sergii Rozkuliak Passaporte: EP544877; Processo: 47041002437201550 Empresa: SAPURA NAVEGACAO MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Srinivasa Rao Annavajjhala Passaporte: J6990658; Processo: 47041002444201551 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Subhankar Basu Passaporte: Z2544176 Estrangeiro: Vijendra Bholaprasad Rajbhar Passaporte: H5502139; Processo: 47041002447201595 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Toru Kumata Passaporte: TR2653094; Processo: 47041002451201553 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: até 05/08/2016 Estrangeiro: OZREN LJUBETIC Passaporte: 061191775; Processo: 47041002452201506 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Anthony James Williams Passaporte: 504909918 Estrangeiro: GUNNAR PAULSEN Passaporte: 30019532; Processo: 47041002454201597 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/07/2015 Estrangeiro: Mate Tikulin Passaporte: 074466359 Estrangeiro: ZORAN MIJALIC Passaporte: 036658074; Processo: 47041002455201531 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Evangelos Pantelelis Passaporte: AI1656641; Processo: 47041002456201586 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Juanito Nargatan Nacis Passaporte: EB0965242; Processo: 47041002460201544 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: IEVGEN DUBRAVIN Passaporte: EK807848; Processo: 47041002457201521 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 15/08/2015 Estrangeiro: Priya Ranjan Passaporte: L9690521; Processo: 47041002459201510 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gerasimos Papachristou Passaporte: AK3570679 Estrangeiro: Ioannis Bikakis Passaporte: AK2666107 Estrangeiro: Necomedes Villamor Acero Passaporte: EC3598707; Processo: 47041002458201575 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Serhiy Il'yin Passaporte: EH965989; Processo: 47041002464201522 Empresa: MARE ALTA DO BRASIL NAVEGACAO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIEL EZEQUIEL HENDRICKS BUSTILLO

IMPRESSÃO PROIBIDA - ISSN 1677-7042

Passaporte: C633891; Processo: 47041002461201599 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KONSTANTINOS CHARITOU Passaporte: AI0062615; Processo: 47041002462201533 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Pritish Thakur Passaporte: H5581916; Processo: 47041002463201588 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/10/2015 Estrangeiro: Reymar Malones Pelonia Passaporte: EB6765972; Processo: 47041002465201577 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/08/2015 Estrangeiro: Joecin Castro Ingalla Passaporte: EC3553349; Processo: 47041002466201511 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Rolando Panelo Laroya Passaporte: EB5171800; Processo: 47041002470201580 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 09/02/2017 Estrangeiro: MICHAL GEBSKI Passaporte: EH5689526; Processo: 47041002469201555 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 09/08/2016 Estrangeiro: Gregory Abramov Passaporte: 10AA50789; Processo: 47041002471201524 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 06/05/2016 Estrangeiro: Uday Bhalchandra Purandare Passaporte: H1571612; Processo: 47041002474201568 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/03/2016 Estrangeiro: Dmitri Kolosovskii Passaporte: 646351497 Estrangeiro: Nikolai Kramarchuk Passaporte: 728362473 Estrangeiro: Nikolay Shadrin Passaporte: 714079132; Processo: 47041002475201511 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/07/2015 Estrangeiro: Sergey Chistyakov Passaporte: 721381063; Processo: 47041002476201557 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Bradley Joseph Gillis Passaporte: GB690198; Processo: 47041002477201500 Empresa: PARAGON OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: até 25/04/2016 Estrangeiro: Javier Ricardo Castillo Passaporte: 482349947; Processo: 47041002478201546 Empresa: BOURBON OFFSHORE MARITIMA S.A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: PHILIPPE NEDELEC Passaporte: 12DI45276; Processo: 47041002479201591 Empresa: ASTRO INTERNACIONAL S/A Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Jan Bronislaw Baran Passaporte: EA3988334; Processo: 47041002480201515 Empresa: BRASDRIL SOCIEDADE DE PERFURACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GEORGE DAVID EDWARDS Passaporte: 478899119; Processo: 47041002481201560 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 23/08/2015 Estrangeiro: Vernie Jun Macabodbod Vequizo Passaporte: EB9195898; Processo: 47041002482201512 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/07/2015 Estrangeiro: Hilario Brase Arcallana Passaporte: EB5140615 Estrangeiro: Ronaldo Flores Hernandez Passaporte: EB7244215 Estrangeiro: Ryan Pepino Mananquil Passaporte: EC0124008 Estrangeiro: Yuriy Borzikov Passaporte: EP836288; Processo: 47041002483201559 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Julien Eric Benjamin Lemery Passaporte: 11CY50945; Processo: 47041002485201548 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Cyruswilly Carabuena Belicano Passaporte: EB7370465; Processo: 47041002486201592 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Arsenio Gallano Bernardo Passaporte: EB6914897 Estrangeiro: Cosilito Langusta Kais Passaporte: EB4430681 Estrangeiro: Dimitrios Vlachos Passaporte: AH4718136; Processo: 47041002487201537 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: até 01/09/2016 Estrangeiro: Frank Marie G Boonen Passaporte: EM177967; Processo: 47041002489201526 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Raymond Nunesco Guillarda Passaporte: EB6280627; Processo: 47041002491201503 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Sarvesh Sunil Kargutkar Passaporte: K5411730; Processo: 47041002492201540 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Aleksandr Grechishnikov Passaporte: 714067261; Processo: 47041002494201539 Empresa: BRAM OFFSHORE TRANSPORTES MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: BARRY JAMES RODRIGUEZ JR. Passaporte: 488089156; Processo: 47041002495201583 Empresa: FLUMAR TRANSPORTES DE QUIMICOS E GASES LTDA Prazo: até 27/11/2016 Estrangeiro: Elmer Sol Menorca Passaporte: EB9340379; Processo: 47041002496201528 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Florendo Cariño Bunagan Passaporte: EB7487664 Estrangeiro: Pavlos Pavlopoulos Passaporte: AK1763893 Estrangeiro: Stylianos Gdysis Passaporte: AK0609481; Processo: 47041002497201572 Empresa: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: KEVIN PAUL CROSS Passaporte: 108421325; Processo: 47041002498201517 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: William James Kurth Passaporte: 452035894; Processo: 47041002499201561 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: Harmin Hamzah Passaporte: A1452852 Estrangeiro: Isman Hamzah Passaporte: A1601351 Estrangeiro: Syarif Madjaming Passaporte: A3405167 Estrangeiro: Yasir Bin Mohamad Ali Passaporte: A5490671; Processo: 47041002500201558 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Randall Lee Waite Passaporte: 458548438; Processo: 47041002501201501 Empresa: OCEAN RIG DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Walter Andre Huellic Passaporte: 15FV10107; Processo: 47041002502201547 Empresa: GALAXIA MARITIMA S.A. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ROBERT JR DEL ROSARIO DEVOTA Passaporte: EB8996418; Processo: 47041002503201591 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Shane Reay Miller Passaporte: M00128803; Processo: 47041002504201536 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Tor Ove Alnes Passaporte: 30078276; Processo: 47041002505201581 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 07/07/2016 Estrangeiro: Cetin Sogut Passaporte: U04850351 Estrangeiro: Haci Osman Cam Passaporte: U09411556 Estrangeiro: Sefa Serdar Sagir Passaporte: U01119934; Processo: 47041002506201525 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LARYN MARK ARTUZ HORNADA Passaporte: EB3961109; Processo: 47041002508201514 Empresa: PPB DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: até 02/12/2016 Estrangeiro: LORETO HUBAHIB SANTILLAN Passaporte: EB4934813; Processo: 47041002509201569 Empresa: BW OFFSHORE DO BRASIL LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: RUED BALTAZAR OSTIA PEÑOLA Passaporte: EB6094076; Processo: 47041002510201593 Empresa: PPB DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: LUISITO DE VERA GREGORIO Passaporte: EB8140615; Processo: 47041002511201538 Empresa: BOSKALIS DO BRASIL DRAGAGEM E SERVICOS MARITIMOS LTDA. Prazo: até 01/05/2016 Estrangeiro: JOHANNES SNIP Passaporte: BMBPC9JH8; Processo: 47041002512201582 Empresa: PPB DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: DANIIL ULANOV Passaporte: 717113510; Processo: 47041002513201527 Empresa: PPB DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 9 Ano(s) Estrangeiro: UNNIKRISHNAN MENON KOZHIKOTE Passaporte: Z3255107; Processo: 47041002514201571 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: David Lozano Davila Passaporte: 524686031; Processo: 47041002515201516 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Daryn Eugene Crumrin Passaporte: 536419661; Processo: 47041002518201550 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 27/07/2015 Estrangeiro: Jerry Sabado Manlapaz Passaporte: EB3902642 Estrangeiro: Raul Manluctao Balmori Passaporte: EB9819112; Processo: 47041002520201529 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 02/01/2017 Estrangeiro: Saleh Dampang Passaporte: B1096533 Estrangeiro: Suhaepi Djako Passaporte: A1708990; Processo: 47041002521201573 Empresa: HORNBECK OFFSHORE NAVEGACAO LTDA Prazo: até 14/09/2015 Estrangeiro: KEVIN PAUL HEATER Passaporte: 433954889; Processo: 47041002522201518 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Gawali Mohan Sachin Passaporte: Z3115972 Estrangeiro: Gokul Venugopal Menon Passaporte: H1352051 Estrangeiro: Manu Nikhil Chandrasekaran Passaporte: L9660338 Estrangeiro: Sanyog Yogeshbhai Sharma Passaporte: K5855269 Estrangeiro: Sathish Elumalai Passaporte: M0702142 Estrangeiro: Siddharth Guleria Passaporte: K6013664 Estrangeiro: Tajeshwar Singh Sidhu Passaporte: M1409109; Processo: 47041002525201551 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: MICHAEL WOOLDRIDGE Passaporte: 099233543 Estrangeiro: NIGEL NISBET Passaporte: 529583512; Processo: 47041002523201562 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Charalampos Gklotsos Passaporte: AK3606688 Estrangeiro: Jean Daligdig Palahang Passaporte: EC4299313 Estrangeiro: Petros Chatzipanagiotou Passaporte: AH2797131 Estrangeiro: Ramon Liclican Palado Passaporte: EC0647073; Processo: 47041002524201515 Empresa: ASTRO INTERNACIONAL S/A Prazo: 24 Mês(es) Estrangeiro: JOGVAN HVIDBRO Passaporte: 201132430; Processo: 47041002526201504 Empresa: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Trevor Roberts Passaporte: 510861099; Processo: 47041002528201595 Empresa: SAIPEM DO BRASIL SERVICOS DE PETROLEO LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Alan Brady Nazareth Juta Passaporte: EB9627707; Processo: 47041002529201530 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 09/02/2017 Estrangeiro: MICHAEL NEWTON Passaporte: 515950679; Processo: 47041002531201517 Empresa: SEADRILL SERVICOS DE PETROLEO LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Travis Matthew Stogner Passaporte: 536420065; Processo: 47041002533201506 Empresa: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Michael Carragher Passaporte: 527498833; Processo: 47041002534201542 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: CRAIG PETER RYDER Passaporte: 464084054 Estrangeiro: MAHENDRAKUMAR KADAM Passaporte: Z2230728; Processo: 47041002532201553 Empresa: SUBSEA7 DO BRASIL SERVICOS LTDA Prazo: até 09/02/2017 Estrangeiro: RICHARD JOHN VONK Passaporte: NMKF36BF9; Processo: 47041002535201597 Empresa: ASTROMARITIMA NAVEGACAO SA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Roland Fexel David Passaporte: EB8456287; Processo: 47041002536201531 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Devinder Singh Passaporte: G1230175; Processo: 47041002537201586 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Andrey Mashkov Passaporte: 731641340; Processo: 47041002538201521 Empresa: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Christopher Micheal Concannon Passaporte: 099279399; Processo: 47041002539201575 Empresa: PPB DO BRASIL SERVICOS MARITIMOS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: HENRI ANDERS JENSEN Passaporte: 204804174; Processo: 47041002540201508 Empresa: ALFA LULA ALTO OPERACOES MARITIMAS LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: David Dryden Passaporte: 801606379; Processo: 47041002568201537 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 22/08/2015 Estrangeiro: Raynold Bolivar Patpat Passaporte: EC0934004; Processo: 47041002571201551 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: Danilo Macandog Ocharan Passaporte: EB8283755 Estrangeiro: Henry Espares Diolola Passaporte: EC3891948 Estrangeiro: Sherwin Quitalig Bulaon Passaporte: EC1170960; Processo: 47041002570201514 Empresa: PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS Prazo: até 31/10/2015 Estrangeiro: MICHAIL MANIKAS Passaporte: AH3962397.

Temporário - Sem Contrato - RN 87 - Resolução Normativa, de 15/09/2010:

Processo: 47039005320201577 Empresa: BRISTOL-MYERS SQUIBB FARMACEUTICA LTDA. Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: ALEKSANDRA RENATA HALAS Passaporte: EF9798864.

Temporário - Sem Contrato - RN 69 - Resolução Normativa, de 22/03/2006:

Processo: 46094001579201511 Empresa: GAIA PRODUCOES ARTISTICAS E CULTURAIS LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Adriano Pisi Passaporte: YA3029678 Estrangeiro: Anthony Ryan Heinl Passaporte: 710690485 Estrangeiro: Bianca Pratali Passaporte: YA2844495 Estrangeiro: Carim Di Castro Passaporte: YA7314301 Estrangeiro: Chiara Morciano Passaporte: YA4598162 Estrangeiro: Chiara Verdecchia Passaporte: F632594 Estrangeiro: Cosimo Sandro L'Abbate Passaporte: YA3364354 Estrangeiro: Daniele Del Bandecca Passaporte: AA3788867 Estrangeiro: Eleonora Saba Passaporte: YA5626753 Estrangeiro: Giovanni Melis Passaporte: F567750 Estrangeiro: Lavinia Naomi Scott Passaporte: 523022295 Estrangeiro: Lorenzo Cimarelli Passaporte: YA6888690 Estrangeiro: Matteo Grazzini Passaporte: AA3235068 Estrangeiro: Nadescha Maria Lisa Casavecchia Passaporte: YA5946530 Estrangeiro: Salvatore Ciulla Passaporte: YA2643203 Estrangeiro: Simone Giancola Passaporte: YA6817243; Processo: 46094001580201546 Empresa: DELL ' ARTE SAO PAULO EVENTOS E SERVICOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: Alessio Carbone Passaporte: YA2481609 Estrangeiro: Lauren Louise Cuthbertson Passaporte: 540487226 Estrangeiro: Marianela Blanca Nuñez Passaporte: AAC009502 Estrangeiro: Thiago Soares Pinto Passaporte: YB528360; Processo: 46094001600201589 Empresa: MACROSS FEIRAS E EVENTOS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: MATSUKO MAWATARI Passaporte: MU3146234 Estrangeiro: TAKASHI FUKUHARA Passaporte: MU3146236; Processo: 46094001601201523 Empresa: MACROSS FEIRAS E EVENTOS LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: HIROSHI IWASAKI Passaporte: TR2451924 Estrangeiro: KEIGO HAYASHI Passaporte: TR1352932 Estrangeiro: KENICHI YOSHIDA Passaporte: TH0573662 Estrangeiro: KOHSHI ASAKAWA Passaporte: TR1564423 Estrangeiro: KOHTARO GOTO Passaporte: TL0269934 Estrangeiro: OSAMU NAGANO Passaporte: TH8374334 Estrangeiro: TAKAMI SEKI Passaporte: TH4214878 Estrangeiro: TAKESHI ASAKAWA Passaporte: TR1172537 Estrangeiro: YUI KOMATSUZAKI Passaporte: TH3166842; Processo: 47039006560201599 Empresa: FABRICA DO SAMBA - MOSTRAS MUSICAIS LTDA. Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: ANTHONY LEWIS Passaporte: 476089083 Estrangeiro: JOSÉ BRAIMA GALISSA Passaporte: AAIN21108 Estrangeiro: JULIO ENRIQUE PADRON VERANES Passaporte: H112880 Estrangeiro: RICHARD AINSWORTH CUMMINGS Passaporte: 528342134 Estrangeiro: ROBERT BLAND TAYLOR Passaporte: 440076341 Estrangeiro: RONALD GERARD MONROE Passaporte: 221042908; Processo: 47039006383201541 Empresa: WELPRO FILMAGENS LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: NOBUHIRO NISHIWAKI Passaporte: TK 3.859.977 Estrangeiro: YUKARI NISHIWAKI Passaporte: TH 0.921.038; Processo: 47039006379201582 Empresa: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO CULTURAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ERMONELA JAHO Passaporte: 462244013; Processo: 47039006381201551 Empresa: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO CULTURAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: VLADIMER ATANELISHVILI Passaporte: 256508749; Processo: 47039006399201553 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DE PORTO ALEGRE Prazo: 7 Dia(s) Estrangeiro: HENRIK SCHAEFER Passaporte: C7NJF625X; Processo: 47039006441201536 Empresa: GIRAS PRODUCOES LTDA - EPP Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: DARIO MALDONADO CARDEÑO Passaporte: G01887878 Estrangeiro: EDWIN IRIGOYEN SANTIAGO Passaporte: G16464909 Estrangeiro: ENRIQUE CASASOLA CASTILLO Passaporte: G16460772 Estrangeiro: GABRIEL ALEJANDRO LOPEZ FLORES Passaporte: G11788406 Estrangeiro: LUCIO DE LOS SANTOS Passaporte: AAA919171 Estrangeiro: LUIS ISRAEL MARTINEZ MARTINEZ Passaporte: G11839784 Estrangeiro: MONICA FRIAS GIL Passaporte: G07273510 Estrangeiro: ROBERTO VARGAS BANUELOS Passaporte: G16464954; Processo: 47039006494201557 Empresa: RADIOLA RECORDS GRAVADORA E EDITORA LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BARIS KARADEMIR Passaporte: U09091760 Estrangeiro: CEM YILDIZ Passaporte: U 02608608 Estrangeiro: MINAS BALCIOGLU Passaporte: U 00042193; Processo: 47039006496201546 Empresa: RADIOLA RECORDS GRAVADORA E EDITORA LTDA - ME Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: JEAN-HERVE FREDERIC PERON Passaporte: 07CA22834 Estrangeiro: VICTOR EMMANUEL RICE Passaporte: 488859888 Estrangeiro: WERNER DIERMAIER Passaporte: P5368310; Processo: 47039006498201535 Empresa: RADIOLA RECORDS GRAVADORA E EDITORA LTDA - ME Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: BERND VOLKER FRIEDMANN Passaporte: 521926999; Processo: 47039006522201536 Empresa: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO CULTURAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANDRE JEAN JULIEN HEIJBOER Passaporte: 10AD97667; Processo: 47039006523201581 Empresa: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO CULTURAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: CESARE LIEVI Passaporte: AA2729747; Processo: 47039006524201525 Empresa: INSTITUTO BRASILEIRO DE GESTAO CULTURAL Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Jean-François Borras Passaporte: 09AT46195; Processo: 47039006527201569 Empresa: V. R. PRATA PRODUCOES LTDA - ME Prazo: 60 Dia(s) Estrangeiro: ATHENA TSANTEKIDOU Passaporte: AI3391274 Estrangeiro: CHIHARU SHIOTA Passaporte: MZ0723611 Estrangeiro: CHRISTINA TSANTEKIDOU Passaporte: AI3370772 Estrangeiro: KIYOMI UOZUMI Passaporte:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

TH2620830 Estrangeiro: MARIA TEREZA MADDALECA DE ARRUDA Passaporte: YB645042; Processo: 47039006553201597 Empresa: ASSOCIACAO SOCIEDADE DE CULTURA ARTISTICA Prazo: 30 Dia(s) Estrangeiro: JORGE FRANCISCO CABALLERO OBREGON Passaporte: 5718853; Processo: 47039006555201586 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Michael John COLLINS Passaporte: 099216300; Processo: 47039006557201575 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: Christian Stach Passaporte: C74831K22; Processo: 47039006558201510 Empresa: FUNDACAO ORQUESTRA SINFONICA DO ESTADO DE SAO PAULO - FUNDACAO OSESP Prazo: 90 Dia(s) Estrangeiro: ANNA SEROVA Passaporte: 51Nº 6158494.

Permanente - Sem Contrato - RN 62 - Resolução Normativa, de 08/12/2004 (Artigo 3°, Inciso I):

Processo: 47039001298201596 Empresa: TRANSFORMER PROTECTOR COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRICOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANTONIE PHILIPPE MAGNIER Passaporte: 13BF14816 Mãe: ANNE MAGNIER Pai: PHILIPPE CAMILLE JULIEN MAGNIER; Processo: 47039002964201511 Empresa: HONDA LOCK SAO PAULO INDUSTRIA E COMERCIO DE PECAS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: HISAMICHI KAGAWA Passaporte: TK5421128 Mãe: SEIKO KAGAWA Pai: MITSURU KAGAWA; Processo: 46094001410201561 Empresa: AGROPECUARIA SAO LUCA LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: LAURA BRAZZALE Passaporte: YA2953955 Mãe: LUIGIA COSTANTINI Pai: VALENTINO BRAZZALE; Processo: 47039004901201591 Empresa: DENSO DO BRASIL LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RYUJI BANDO Passaporte: TK2212213 Mãe: TAIKO HAYASHI Pai: TADAO BANDO; Processo: 47039005774201548 Empresa: ALBIOMA PARTICIPACOES DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JEAN CHARLES SIMONIN Passaporte: 13CEO8209 Mãe: LUCIE MARIE SUZANNE BLEIN Pai: RENE SIMONIN; Processo: 47039005820201517 Empresa: LG ELECTRONICS DO BRASIL LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: SAE JOON YANG Passaporte: M19212408 Mãe: SOO JA LEE Pai: JONG KUK YANG; Processo: 47039005831201599 Empresa: BAXTER HOSPITALAR LTDA Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: JUAN CARLOS DUQUE PIEDRAHITA Passaporte: AO980931 Mãe: MARIA URBIELA PIEDRAHITA OSORIO Pai: ALONSO DUQUE FORERO; Processo: 47039005858201581 Empresa: PERFETTI VAN MELLE BRASIL LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ALESSANDRO BONELLI Passaporte: YA0689963 Mãe: MARIAROSA ZANOTTI Pai: VITTORIO BONELLI; Processo: 47039005914201588 Empresa: GV GROUP PRODUTOS ESPORTIVOS S.A Prazo: 5 Ano(s) Estrangeiro: LUÍS DANIEL DE ARAÚJO BOTAS PATEIRO Passaporte: N536032 Mãe: JÚLIA DE FÁTIMA DE ARAÚJO RAMOS BOTAS PATEIRO Pai: JOÃO MARCELINO DE SOUSA BOTAS PATEIRO.

Permanente - Sem Contrato - RN 84 - Resolução Normativa, de 10/02/2009:

Processo: 46094001391201573 Empresa: VENTO ENERGIAS RENOVAVEIS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MIGUEL ANGEL MARTINEZ GARCIA Passaporte: AF100217; Processo: 46215016735201525 Empresa: DCAS ADMINISTRACAO DE IMOVEIS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANTOINE SALSEDO Passaporte: 10CH22949; Processo: 47039005478201547 Empresa: HABITAR CONSTRUCOES LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: TELMO MANDIM TIAGO Passaporte: N051834; Processo: 47039005732201515 Empresa: BRAZILIAN DREAM ADVENTURES ADMINISTRACAO DE BENS PROPRIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: MICHAEL TERADA Passaporte: 475913542; Processo: 47039005840201580 Empresa: MILANO INVESTIMENTOS LTDA - ME Prazo: Indeterminado Estrangeiro: PAOLO CIMBRO Passaporte: YA5035396; Processo: 47039005892201556 Empresa: ADRIATICO ADMINISTRACAO DE IMOVEIS PROPRIOS LTDA. Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ENRICO GALLI Passaporte: AA1792497; Processo: 47039005904201542 Empresa: BLEU EMPREENDIMENTOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANTONIO JOAQUIM DA SILVA MONTEIRO Passaporte: M871049; Processo: 47039005988201514 Empresa: A P T NEGOCIOS IMOBILIARIOS LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: ANTONIO LUIS DE SEIXAS TRIGO Passaporte: M004642; Processo: 47039005998201550 Empresa: AUTANA AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: FELIX RAMON TOVAR HERNANDEZ Passaporte: 062112853.

O Coordenador-Geral de Imigração no uso de suas atribuições autoriza o Estrangeiro: SJOERD JAN FREDERIK a exercer concomitantemente o cargo de Diretor na VOPAK BRASIL S.A. processo: 46094.000778/2015-11, anteriormente autorizado através do Processo: 46094.007176/2014-03.

O Coordenador-Geral de Imigração, no uso de suas atribuições, indeferiu os seguintes pedidos de autorização de trabalho:

Processo: 46094000188201580 Empresa: ARAMARK SERVICOS ALIMENTICIOS E PARTICIPACOES LTDA Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: FATUMATA EMBALÓ SEIDI Passaporte: M964054; Processo: 47039002940201554 Empresa: TERRATEST BRASIL FUNDACOES ESPECIAIS LTDA. Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: JUAN GARCIA MORIANO Passaporte: AAA928595; Processo: 46094001051201542 Empresa: CARMO GONZAGA FREITAS P. SERVICOS MEDICOS E CONSULTORIA LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: GREGORY ETHAN STONE Passaporte: 519712644; Processo: 46094001594201560 Empresa: CURSO DE IDIOMAS OGLESBEE ENGLISH LTDA - ME Prazo: 2 Ano(s) Estrangeiro: ORLANDO MANUEL DE LA FUENTE Passaporte: 535383539; Processo: 46094001606201556 Empresa: NATURAL ENGLISH INSTITUTO DE IDIOMAS LTDA - ME Prazo: 1 Ano(s) Estrangeiro: Rita Elena Daniel Passaporte: 469318816; Processo: 47039004475201596 Empresa: JOELTON DA SILVA EPIFANIO Prazo: Indeterminado Estrangeiro: JOSEPH TETRA Passaporte: 14DV30387; Processo: 47039005990201593 Empresa: LUSINVEST PARTICIPACOES LTDA Prazo: Indeterminado Estrangeiro: RUI MANUEL RIBEIRO MACHADO Passaporte: L543568.

ALDO CÂNDIDO COSTA FILHO

RETIFICAÇÕES

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 112 de 16/06/2015, Seção 1, p. 70, Processo: 46094.001207/2015-95, onde se lê: Mãe: SERGIO FERRARA; Pai: MARIA GRAZIA RONZITTI, leia-se: Mãe: MARIA GRAZIA RONZITTI; Pai: SERGIO FERRARA.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 106 de 08/06/2015, Seção 1, p. 63, Processo: 47039.004610/2015-01, onde se lê: Mãe: FRANÇOISE LOUISETTE JEANINE LELIEVRE, leia-se: Mãe: FRANÇOISE LOUISETTE JEANNINE ROINÉ.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 77 de 24/04/2015, Seção 1, p. 120, Processo: 47039.003554/2015-80, onde se lê: Estrangeiro: ERIC GILLES ESPITIA, leia-se: Estrangeiro: GILLES ERIC ESPITIA.

No despacho do Coordenador-Geral de Imigração, o deferimento publicado no DOU nº. 109 de 11/06/2015, Seção 1, p. 49, Processo: 47041.002347/2015-69, onde se lê: Estrangeiro: OCTAVIAN GHEORGE, leia-se: Estrangeiro: OCTAVIAN GHEORGHE.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO

DESPACHOS DA COORDENADORA-GERAL
Em 18 de junho de 2015

A Coordenadora-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 9º, inciso I, anexo VI, da Portaria/GM nº 483, de 15 de setembro de 2004 e de acordo com o disposto nos artigos 635 e 637 da CLT, e considerando o que dispõe o § 5º do art. 23 da lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46200.000818/2011-38	17295203	Adinn Construção e Representação Ltda	AC
2	46200.000817/2011-93	017295190	Adinn Construtora e Pavimentação Ltda.	AC
3	46200.000819/2011-82	017295173	Adinn Construtora e Pavimentação Ltda.	AC
4	46200.000820/2011-15	017295165	Adinn Construtora e Pavimentação Ltda.	AC
5	46200.000824/2011-95	017292646	Adinn Construtora e Pavimentação Ltda.	AC
6	46200.000831/2011-97	017292638	Adinn Construtora e Pavimentação Ltda.	AC
7	46200.000515/2011-15	017289025	Edec - Engenharia, Construção e Comércio Ltda.	AC
8	46200.000516/2011-60	17282993	Edec Engenharia, Construção e Comercio Ltda	AC
9	46200.000517/2011-12	17282977	Edec Engenharia, Construção e Comercio Ltda	AC
10	46200.000519/2011-01	17282985	Edec Engenharia, Construção e Comercio Ltda	AC
11	46200.001969/2011-11	17297141	Empresa O Rio Branco Ltda	AC
12	46200.001973/2011-71	17297168	Empresa O Rio Branco Ltda	AC
13	46200.001964/2011-81	017297133	Empresa Rio Branco Ltda.	AC
14	46200.002292/2012-10	24227129	JBS S.A.	AC
15	46200.002294/2012-09	024227145	JBS S.A.	AC
16	46200.002295/2012-45	24227161	JBS S.A.	AC
17	46200.002296/2012-90	24227153	JBS S.A.	AC
18	46201.008173/2010-91	17301688	Usina Serra Grande S.A.	AL
19	46202.020592/2011-71	20627920	Incam Indústria de Construção da Amazônia Ltda.	AM
20	46202.020593/2011-16	20627904	Incam Indústria de Construção da Amazônia Ltda.	AM
21	46202.020594/2011-61	20627912	Incam Indústria de Construção da Amazônia Ltda.	AM
22	46205.000633/2011-83	020269609	Citeluz Serviços de Iluminação Urbana S.A.	CE
23	46208.004027/2012-98	020458126	Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura - Universo	GO
24	46208.004028/2012-32	020458134	Associação Salgado de Oliveira de Educação e Cultura - Universo	GO
25	46208.005160/2012-61	020464070	Centroalcool S.A.	GO
26	46208.005161/2012-14	020464061	Centroalcool S.A.	GO
27	46208.004931/2012-01	20456247	Cia. Hering	GO
28	46208.004932/2012-48	20456255	Cia. Hering	GO
29	46208.004933/2012-92	20456212	Cia. Hering	GO
30	46208.004934/2012-37	20456204	Cia. Hering	GO
31	46208.004935/2012-81	20456190	Cia. Hering	GO
32	46208.004936/2012-26	20459475	Cia. Hering	GO
33	46208.004937/2012-71	20456239	Cia. Hering	GO
34	46208.004940/2012-94	20459467	Cia. Hering	GO
35	46208.004941/2012-39	20459418	Cia. Hering	GO
36	46208.004942/2012-83	20459459	Cia. Hering	GO
37	46208.004943/2012-28	20459440	Cia. Hering	GO
38	46208.004944/2012-72	20459432	Cia. Hering	GO
39	46208.004947/2012-14	20459408	Cia. Hering	GO
40	46208.004948/2012-51	20459394	Cia. Hering	GO
41	46208.004949/2012-03	20459343	Cia. Hering	GO
42	46208.004950/2012-20	20459360	Cia. Hering	GO
43	46208.004951/2012-74	20459351	Cia. Hering	GO
44	46208.004952/2012-19	20459378	Cia. Hering	GO
45	46208.004953/2012-63	20459386	Cia. Hering	GO
46	46208.004954/2012-16	20456166	Cia. Hering	GO
47	46208.004955/2012-52	20456140	Cia. Hering	GO
48	46208.004956/2012-05	20456050	Cia. Hering	GO
49	46208.004957/2012-41	20456085	Cia. Hering	GO
50	46208.004958/2012-96	20459491	Cia. Hering	GO
51	46208.004959/2012-31	20456182	Cia. Hering	GO
52	46208.004960/2012-65	20461771	Cia. Hering	GO
53	46208.004961/2012-18	20456123	Cia. Hering	GO
54	46208.004962/2012-54	20456131	Cia. Hering	GO
55	46208.004963/2012-07	20456158	Cia. Hering	GO
56	46208.004964/2012-43	20456174	Cia. Hering	GO
57	46208.004965/2012-98	20459473	Cia. Hering	GO
58	46208.004966/2012-32	20459505	Cia. Hering	GO
59	46208.004967/2012-87	20456069	Cia. Hering	GO
60	46208.004968/2012-21	20456093	Cia. Hering	GO
61	46208.004969/2012-76	20456220	Cia. Hering	GO
62	46208.004970/2012-09	20472048	Cia. Hering	GO
63	46208.004971/2012-45	20473125	Cia. Hering	GO
64	46208.004972/2012-90	20472250	Cia. Hering	GO
65	46208.004975/2012-23	20472030	Cia. Hering	GO
66	46208.004976/2012-78	20472153	Cia. Hering	GO
67	46208.004978/2012-67	20472196	Cia. Hering	GO
68	46208.004979/2012-10	20472188	Cia. Hering	GO
69	46208.004980/2012-36	20472170	Cia. Hering	GO
70	46208.004981/2012-81	20472161	Cia. Hering	GO
71	46208.004982/2012-25	20471955	Cia. Hering	GO
72	46208.004985/2012-69	20471912	Cia. Hering	GO
73	46208.004987/2012-58	20471947	Cia. Hering	GO
74	46208.004992/2012-61	20472218	Cia. Hering	GO
75	46208.004993/2012-13	20472137	Cia. Hering	GO
76	46208.004995/2012-02	20472129	Cia. Hering	GO
77	46208.004996/2012-49	20472145	Cia. Hering	GO
78	46208.004997/2012-93	20471734	Cia. Hering	GO
79	46208.004998/2012-38	20430507	Cia. Hering	GO
80	46208.004999/2012-82	20450818	Cia. Hering	GO
81	46208.005000/2012-12	20450800	Cia. Hering	GO
82	46208.005001/2012-67	20471998	Cia. Hering	GO
83	46208.005002/2012-10	20450850	Cia. Hering	GO
84	46208.005003/2012-56	20471750	Cia. Hering	GO
85	46208.005005/2012-45	20471769	Cia. Hering	GO
86	46208.005009/2012-23	20471700	Cia. Hering	GO
87	46208.005017/2012-70	20471670	Cia. Hering	GO
88	46208.005023/2012-27	20471653	Cia. Hering	GO
89	46208.005024/2012-71	20471807	Cia. Hering	GO
90	46208.005028/2012-50	20450869	Cia. Hering	GO
91	46208.005031/2012-73	20471971	Cia. Hering	GO
92	46208.005032/2012-18	20473010	Cia. Hering	GO
93	46208.005033/2012-62	20471866	Cia. Hering	GO
94	46208.005034/2012-15	20473117	Cia. Hering	GO
95	46208.005036/2012-04	20450796	Cia. Hering	GO
96	46208.005037/2012-41	20471963	Cia. Hering	GO
97	46208.005039/2012-30	20471980	Cia. Hering	GO
98	46208.005040/2012-64	20472005	Cia. Hering	GO

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

99	46208.005041/2012-17	20472099	Cia. Hering	GO
100	46208.005042/2012-53	20472110	Cia. Hering	GO
101	46208.005044/2012-42	20472102	Cia. Hering	GO
102	46208.005046/2012-31	20460619	Cia. Hering	GO
103	46208.005051/2012-44	20472226	Cia. Hering	GO
104	46208.005053/2012-33	20473079	Cia. Hering	GO
105	46208.005062/2012-24	20473052	Cia. Hering	GO
106	46208.005070/2012-71	20443200	Cia. Hering	GO
107	46208.005078/2012-37	2707853	Cia. Hering	GO
108	46208.005088/2012-72	20472021	Cia. Hering	GO
109	46208.005188/2012-07	20450966	Cia. Hering	GO
110	46208.005189/2012-43	20460511	Cia. Hering	GO
111	46208.005190/2012-78	20449003	Cia. Hering	GO
112	46208.005191/2012-12	20448996	Cia. Hering	GO
113	46208.005193/2012-10	20460538	Cia. Hering	GO
114	46208.005194/2012-56	20460520	Cia. Hering	GO
115	46208.005195/2012-09	20460597	Cia. Hering	GO
116	46208.005196/2012-45	20448910	Cia. Hering	GO
117	46208.005197/2012-90	20460651	Cia. Hering	GO
118	46208.005198/2012-34	20460635	Cia. Hering	GO
119	46208.005199/2012-89	20460627	Cia. Hering	GO
120	46208.005207/2012-97	20460694	Cia. Hering	GO
121	46208.005239/2012-92	20459912	Cia. Hering	GO
122	46208.005248/2012-83	20471718	Cia. Hering	GO
123	46208.005249/2012-28	20471661	Cia. Hering	GO
124	46208.005250/2012-52	20450974	Cia. Hering	GO
125	46208.005253/2012-96	20472242	Cia. Hering	GO
126	46208.005255/2012-85	20472234	Cia. Hering	GO
127	46208.005257/2012-74	20473060	Cia. Hering	GO
128	46208.005269/2012-07	20460589	Cia. Hering	GO
129	46208.005285/2012-91	20448988	Cia. Hering	GO
130	46208.005286/2012-36	20460562	Cia. Hering	GO
131	46208.005290/2012-02	20460545	Cia. Hering	GO
132	46208.005291/2012-49	20448970	Cia. Hering	GO
133	46208.005292/2012-93	20448961	Cia. Hering	GO
134	46208.005293/2012-38	20448953	Cia. Hering	GO
135	46208.005294/2012-82	20448945	Cia. Hering	GO
136	46208.005295/2012-27	20448937	Cia. Hering	GO
137	46208.005296/2012-71	20448929	Cia. Hering	GO
138	46208.005297/2012-16	20448902	Cia. Hering	GO
139	46208.005305/2012-24	20451008	Cia. Hering	GO
140	46208.005331/2012-52	20460708	Cia. Hering	GO
141	46208.005332/2012-05	20460716	Cia. Hering	GO
142	46208.005333/2012-41	20460643	Cia. Hering	GO
143	46208.005334/2012-96	20460660	Cia. Hering	GO
144	46208.005335/2012-31	20460678	Cia. Hering	GO
145	46208.005336/2012-85	20460759	Cia. Hering	GO
146	46208.005337/2012-20	20460724	Cia. Hering	GO
147	46208.005338/2012-74	20460732	Cia. Hering	GO
148	46208.005339/2012-19	20460740	Cia. Hering	GO
149	46208.005340/2012-43	20460600	Cia. Hering	GO
150	46208.005341/2012-98	20459777	Cia. Hering	GO
151	46208.005342/2012-32	20459785	Cia. Hering	GO
152	46208.005343/2012-87	20459793	Cia. Hering	GO
153	46208.005344/2012-21	20459807	Cia. Hering	GO
154	46208.005345/2012-76	20459815	Cia. Hering	GO
155	46208.005346/2012-11	20459823	Cia. Hering	GO
156	46208.005347/2012-65	20459831	Cia. Hering	GO
157	46208.005348/2012-18	20459840	Cia. Hering	GO
158	46208.005349/2012-54	20459971	Cia. Hering	GO
159	46208.005351/2012-23	20459980	Cia. Hering	GO
160	46208.005352/2012-78	20459998	Cia. Hering	GO
161	46208.005353/2012-12	20460007	Cia. Hering	GO
162	46208.005354/2012-67	20459920	Cia. Hering	GO
163	46208.005355/2012-10	20459939	Cia. Hering	GO
164	46208.005360/2012-14	2702509	Cia. Hering	GO
165	46208.005362/2012-11	2702495	Cia. Hering	GO
166	46208.005390/2012-21	20459858	Cia. Hering	GO
167	46208.005391/2012-75	20459866	Cia. Hering	GO
168	46208.005393/2012-64	20459882	Cia. Hering	GO
169	46208.005394/2012-17	20459890	Cia. Hering	GO
170	46208.005432/2012-23	20443218	Cia. Hering	GO
171	46208.005433/2012-78	20459955	Cia. Hering	GO
172	46208.005434/2012-12	20459963	Cia. Hering	GO
173	46208.005435/2012-67	20459947	Cia. Hering	GO
174	46208.005439/2012-45	20459904	Cia. Hering	GO
175	46208.005440/2012-70	20459769	Cia. Hering	GO
176	46208.005474/2012-64	20471742	Cia. Hering	GO
177	46208.005475/2012-17	20471793	Cia. Hering	GO
178	46208.005485/2012-44	20472056	Cia. Hering	GO
179	46208.005486/2012-99	20472064	Cia. Hering	GO
180	46208.005487/2012-33	20473109	Cia. Hering	GO
181	46208.005490/2012-57	20443749	Cia. Hering	GO
182	46208.005494/2012-35	20472200	Cia. Hering	GO
183	46208.005499/2012-68	20471696	Cia. Hering	GO
184	46208.005502/2012-43	20473095	Cia. Hering	GO
185	46208.005518/2012-56	20473087	Cia. Hering	GO
186	46208.005519/2012-09	20460554	Cia. Hering	GO
187	46208.005522/2012-14	20472080	Cia. Hering	GO
188	46208.005569/2012-88	12700754	Cia. Hering	GO
189	46208.005676/2012-14	20471815	Cia. Hering	GO
190	46208.005684/2012-52	20455151	Cia. Hering	GO
191	46208.005685/2012-05	20455160	Cia. Hering	GO
192	46208.005686/2012-41	20079991	Cia. Hering	GO
193	46208.005687/2012-96	20455178	Cia. Hering	GO
194	46208.005689/2012-85	20455097	Cia. Hering	GO
195	46208.005690/2012-18	20080000	Cia. Hering	GO
196	46208.005691/2012-54	20441592	Cia. Hering	GO
197	46208.005692/2012-07	20455119	Cia. Hering	GO
198	46208.005693/2012-43	20455100	Cia. Hering	GO
199	46208.005694/2012-98	20441606	Cia. Hering	GO
200	46208.005695/2012-32	20455127	Cia. Hering	GO
201	46208.005697/2012-21	20455194	Cia. Hering	GO
202	46208.005698/2012-76	20455186	Cia. Hering	GO
203	46208.005699/2012-11	20455208	Cia. Hering	GO
204	46208.005700/2012-15	20455224	Cia. Hering	GO
205	46208.005701/2012-51	18042490	Cia. Hering	GO
206	46208.005702/2012-04	18042503	Cia. Hering	GO
207	46208.005703/2012-41	20079974	Cia. Hering	GO
208	46208.005704/2012-95	20441614	Cia. Hering	GO
209	46208.005711/2012-97	20441622	Cia. Hering	GO
210	46208.005712/2012-31	20455089	Cia. Hering	GO
211	46208.005713/2012-86	20077751	Cia. Hering	GO
212	46208.005714/2012-21	20441630	Cia. Hering	GO
213	46208.005715/2012-75	20077742	Cia. Hering	GO
214	46208.005716/2012-10	20455038	Cia. Hering	GO
215	46208.005717/2012-64	20455046	Cia. Hering	GO
216	46208.005718/2012-17	20455070	Cia. Hering	GO
217	46208.005719/2012-53	20455062	Cia. Hering	GO
218	46208.005720/2012-88	20455054	Cia. Hering	GO
219	46208.006731/2012-85	2712270	Cia. Hering	GO
220	46208.006023/2012-44	012752622	Companhia Thermas do Rio Quente	GO
221	46208.001079/2012-11	020433433	Condomínio Paulo Fernando Cavalcanti de Morais	GO
222	46208.001080/2012-37	020433425	Condomínio Paulo Fernando Cavalcanti de Morais	GO
223	46208.001081/2012-81	020433417	Condomínio Paulo Fernando Cavalcanti de Morais	GO
224	46208.005749/2012-60	020453043	Jacy Secco	GO
225	46208.005750/2012-94	020453051	Jacy Secco	GO
226	46208.005751/2012-39	020453060	Jacy Secco	GO
227	46208.005752/2012-83	020453078	Jacy Secco	GO
228	46208.008963/2011-97	020414200	Vale Verde Empreendimentos Agrícolas Ltda.	GO
229	46223.003366/2013-40	025153137	Antonio Oliveira Júnior - ME	MA
230	46223.011361/2011-29	20135611	Meamix Construções Ltda.	MA
231	47747.004193/2013-31	200727869	Campo Empreendimentos Ltda.	MG
232	47747.004194/2013-85	200727851	Campo Empreendimentos Ltda.	MG
233	46245.000781/2013-93	200155652	Cine Estofados Ltda.	MG
234	46245.000782/2013-38	200155661	Cine Estofados Ltda.	MG
235	46245.000783/2013-82	200155679	Cine Estofados Ltda.	MG
236	46245.000784/2013-27	200155687	Cine Estofados Ltda.	MG
237	46245.000804/2013-60	024493295	Cine Estofados Ltda.	MG
238	46245.000805/2013-12	024493287	Cine Estofados Ltda.	MG
239	46245.000806/2013-59	024493279	Cine Estofados Ltda.	MG
240	47747.000255/2013-35	200113097	Elidia Isabel Paraízo - ME	MG
241	46246.000141/2009-97	018760708	Fundação Hospitalar de Montes Claros	MG
242	46237.001140/2011-93	22319514	Hospital São Lucas de Governadores Valadares	MG
243	46504.003093/2010-34	22141111	Irmãos Farid Ltda	MG
244	46243.003149/2010-79	24062774	Makro Atacadista Sociedade Anonima	MG
245	46243.003150/2010-01	24062782	Makro Atacadista Sociedade Anonima	MG
246	46245.000680/2013-12	200322648	Modernita Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	MG
247	46245.000710/2013-91	024838421	Modernita Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	MG
248	46245.000712/2013-80	024638463	Modernita Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	MG
249	46245.000713/2013-24	024638455	Modernita Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	MG
250	46245.000714/2013-79	024638439	Modernita Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	MG
251	46245.000715/2013-13	024638382	Modernita Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	MG
252	46245.000716/2013-68	024638447	Modernita Indústria e Comércio de Móveis Ltda.	MG
253	46243.004412/2013-90	201240319	Multiformato Distribuidora S.A.	MG
254	46243.004481/2013-01	201282097	Multiformato Distribuidora S.A.	MG
255	46242.000658/2013-01	200516027	Portal Construtora e Empreendimentos Ltda.	MG
256	46242.000659/2013-47	200516019	Portal Construtora e Empreendimentos Ltda.	MG
257	46242.000670/2013-15	022326375	Portal Construtora e Empreendimentos Ltda.	MG
258	46242.000671/2013-51	022326367	Portal Construtora e Empreendimentos Ltda.	MG
259	46242.000672/2013-04	022326359	Portal Construtora e Empreendimentos Ltda.	MG
260	47747.004997/2014-11	203918428	Tecnoman Tecnologia em Manutenção e Montagens Industriais Ltda.	MG
261	47747.004998/2014-65	203918461	Tecnoman Tecnologia em Manutenção e Montagens Industriais Ltda.	MG
262	47747.004999/2014-18	203918509	Tecnoman Tecnologia em Manutenção e Montagens Industriais Ltda.	MG
263	47747.005000/2014-40	203918533	Tecnoman Tecnologia em Manutenção e Montagens Industriais Ltda.	MG
264	47747.005001/2014-94	203918576	Tecnoman Tecnologia em Manutenção e Montagens Industriais Ltda.	MG
265	47747.005002/2014-39	203918614	Tecnoman Tecnologia em Manutenção e Montagens Industriais Ltda.	MG
266	47747.005003/2014-83	203918631	Tecnoman Tecnologia em Manutenção e Montagens Industriais Ltda.	MG
267	46242.001319/2011-71	022286390	Usina Cerradão Ltda.	MG
268	46242.000753/2013-04	200560531	Usina Frutal Açúcar e Álcool Ltda.	MG
269	46242.000819/2013-58	200445502	Usina Frutal Açúcar e Álcool Ltda.	MG
270	46653.001419/2011-66	22652310	Bunge Alimentos S.A.	MT
271	46653.001420/2011-91	22652302	Bunge Alimentos S.A.	MT
272	46306.000222/2010-79	19898452	Gilberto Flávio Goellner	MT
273	46306.000223/2010-13	19898444	Gilberto Flávio Goellner	MT
274	46306.000224/2010-68	19898436	Gilberto Flávio Goellner	MT
275	46306.000225/2010-11	19898410	Gilberto Flávio Goellner	MT
276	46306.000226/2010-57	19898428	Gilberto Flávio Goellner	MT
277	46210.007527/2009-37	18758151	Incoeste Instalações e Construções Ltda	MT
278	46210.007539/2009-61	18758134	Incoeste Instalações e Construções Ltda	MT
279	46210.007540/2009-96	18758126	Incoeste Instalações e Construções Ltda	MT
280	46210.007541/2009-31	18758177	Incoeste Instalações e Construções Ltda	MT
281	46653.000866/2011-06	22703837	JBS S.A.	MT
282	46653.001545/2011-11	22654798	Konica Engenharia Ltda.	MT
283	46653.001546/2011-65	22654780	Konica Engenharia Ltda.	MT
284	46653.001547/2011-18	22654771	Konica Engenharia Ltda.	MT
285	46653.001549/2011-07	22702008	Konica Engenharia Ltda.	MT
286	46222.008734/2007-16	005131405	Maria de Jesus Ferreira Lima	PA
287	46222.004249/2011-41	21154988	Mariscao Comercial GLP Ltda	PA
288	46222.001169/2010-53	21097917	Sabino de Oliveira Comercio e Navegação S.A. Sanave	PA
289	46222.005198/2010-94	021113521	Vialoc Transporte de Passageiros Ltda.	PA
290	46224.004250/2008-51	17652928	Banco ABN AMRO S.A.	PB
291	46224.002331/2008-16	17652791	Banco Santander (Brasil) S.A.	PB
292	46213.014873/2007-80	016849825	Câmara de Dirigentes Lojistas do Recife	PE
293	46213.004721/2010-74	18517765	G3 Industria e Comercio de Vestuário Ltda	PE
294	46213.004474/2007-19	13719882	Usina Bom Jesus S.A.	PE
295	46214.000259/2011-15	018266061	Alfa Bebidas e Comércio Ltda.	PI
296	46214.000260/2011-31	018266070	Alfa Bebidas e Comércio Ltda.	PI
297	46214.000261/2011-86	018266088	Alfa Bebidas e Comércio Ltda.	PI
298	46214.005756/2012-82	17434254	Lince Refrigeração Ltda	PI
299	46214.003326/2012-26	17430283	MS Auto Posto de Lavagens Ltda.	PI
300	46214.002703/2012-18	017439574	Planeta Diário Ltda.	PI
301	46214.004783/2013-19	201097443	W Miranda e Cia Ltda Me	PI
302	46215.041426/2004-31	1292412	Aerobarcos do Brasil Transporte Marítimo e Turismo S A	RJ
303	46871.000680/2010-93	023144696	Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A.	RJ
304	46871.000686/2010-61	023140607	Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A.	RJ

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

305	46871.000695/2010-51	023143800	Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A.	RJ
306	46871.000697/2010-41	023143002	Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A.	RJ
307	46871.000698/2010-95	023142995	Anglo Ferrous Minas-Rio Mineração S.A.	RJ
308	46215.479596/2009-07	015189392	Contraste Engenharia e Automação Ltda.	RJ
309	46215.459024/2009-01	015278387	Venerável Ordem Terceira de São Francisco da Penitência	RJ
310	46215.003867/2012-44	020493240	Vulcan Material Plástico Ltda.	RJ
311	46217.004813/2012-86	018344038	HL Engenharia Ltda.	RN
312	46617.005306/2012-57	023749440	Construtora Gaúcha Ltda.	RS
313	46617.005307/2012-00	023749407	Construtora Gaúcha Ltda.	RS
314	46617.005308/2012-46	023749431	Construtora Gaúcha Ltda.	RS
315	46617.005309/2012-91	023749350	Construtora Gaúcha Ltda.	RS
316	46617.005310/2012-15	023749466	Construtora Gaúcha Ltda.	RS
317	46617.005311/2012-60	023749415	Construtora Gaúcha Ltda.	RS
318	46617.005312/2012-12	023749458	Construtora Gaúcha Ltda.	RS
319	46617.005314/2012-01	023749385	Construtora Gaúcha Ltda.	RS
320	46617.005315/2012-48	023749393	Construtora Gaúcha Ltda.	RS
321	46617.006592/2012-78	023756489	Construtora Gaúcha Ltda.	RS
322	46617.003664/2012-25	23706945	Innova S.A.	RS
323	46617.004383/2012-90	23700866	Protege Medicina Empresarial e Assistencial Ltda	RS
324	46304.001096/2011-71	020699760	Aliança Serralheria e Tratamento de Superfície Ltda. ME	SC
325	46303.001283/2012-45	024402907	Carlessi Engenharia Comércio e Construções Ltda.	SC
326	46303.001310/2012-80	024402893	Carlessi Engenharia Comércio e Construções Ltda.	SC
327	46220.003112/2012-71	020791020	Elevadores EBC Ltda. ME	SC
328	46304.001152/2011-77	016327110	Fábrica de Móveis Rio Negrinho Ltda.	SC
329	46303.001327/2012-37	024403407	Giassi Construtora e Incorporadora Ltda.	SC
330	46303.001328/2012-81	024403393	Giassi Construtora e Incorporadora Ltda.	SC
331	46304.001366/2012-24	16367243	Horizonte Assessoria Contábil Ltda.	SC
332	46304.001367/2012-79	16367251	Horizonte Assessoria Contábil Ltda.	SC
333	46304.001368/2012-13	16367235	Horizonte Assessoria Contábil Ltda.	SC
334	46304.001369/2012-68	16367227	Horizonte Assessoria Contábil Ltda.	SC
335	46304.001371/2012-37	16340019	Horizonte Assessoria Contábil Ltda.	SC
336	46305.001786/2012-09	20701500	M Reis e Cia Ltda(Riomar Cordas)	SC
337	46220.000729/2012-34	020651589	Mar de Coral Indústria e Comércio de Pescados Ltda. EPP	SC
338	46303.000367/2012-61	20690584	Mar Ind.Textil e Tinturaria Ltda.	SC
339	46303.000368/2012-14	20690592	Mar Ind.Textil e Tinturaria Ltda.	SC
340	46220.003345/2012-73	020800886	NCR Materiais e Equipamentos Ltda.	SC
341	46220.005347/2011-16	20666454	Nova Casa Bahia S.A.	SC
342	46305.001805/2012-99	024401935	TED Artefatos de Cordas Ltda.	SC
343	46305.002229/2012-05	25225529	Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	SC
344	46305.002231/2012-76	25225537	Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	SC
345	46305.002233/2012-65	25225545	Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	SC
346	46305.002250/2012-01	25225901	Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	SC
347	46305.002252/2012-91	025225979	Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	SC
348	46305.002254/2012-81	25225987	Teka Tecelagem Kuehnrich S.A.	SC
349	46305.002088/2012-12	11679743	UZ3 Industria Textil Ltda	SC
340	46219.019475/2012-67	021304700	Ação Social Claretiana	SP
341	46254.001526/2013-59	200464795	Amor e Vida - Grupo ee Apoio qos Portadores ee Aids	SP
342	46736.001807/2006-60	8143404	Associação Itaquerense de Ensino	SP
343	46254.002449/2013-54	200800752	Audimed Auditoria e Consultoria Médica Ltda.	SP
344	46254.002450/2013-89	200800621	Audimed Auditoria e Consultoria Médica Ltda.	SP
345	46269.001763/2013-51	200657411	Banco Santander (Brasil) S.A.	SP
346	46269.001765/2013-40	200657437	Banco Santander (Brasil) S.A.	SP
347	46269.001768/2013-83	200657453	Banco Santander (Brasil) S.A.	SP
348	46269.001769/2013-28	200657445	Banco Santander (Brasil) S.A.	SP
349	46269.001772/2013-41	200657461	Banco Santander (Brasil) S.A.	SP
350	46269.001774/2013-31	200741012	Banco Santander (Brasil) S.A.	SP
351	46269.001782/2013-87	200741098	Banco Santander (Brasil) S.A.	SP
352	46269.001784/2013-76	200741021	Banco Santander (Brasil) S.A.	SP
353	46261.004877/2011-61	21602786	Circulo de Trabalhadores Cristãos do Embare	SP
354	47998.003396/2013-58	200888455	Consórcio Construtor Viracopos	SP
355	47998.003397/2013-01	200888463	Consórcio Construtor Viracopos	SP
356	46254.001608/2013-01	200319205	Departamento de Água e Esgoto	SP
357	46254.001609/2013-48	200319213	Departamento de Água e Esgoto	SP
358	46254.001610/2013-72	200319221	Departamento de Água e Esgoto	SP
359	46254.000793/2012-28	21383251	Estoril Churrascaria e Restaurante Ltda.	SP
360	46254.003679/2012-50	024756130	Frigorifico Avícola Guarantã Ltda.	SP
361	46254.002567/2013-62	200873814	Fundação para Desenvolvimento Médico Hospitalar	SP
362	46258.000409/2012-57	21373060	Guimarães Metalúrgica e Construções Ltda.	SP
363	46423.000506/2012-91	24199184	Hospital Bom Samaritano S/C Ltda.	SP
364	46423.000514/2012-37	24199192	Hospital Bom Samaritano S/C Ltda.	SP
365	46263.000214/2012-38	23941235	Johnson Controls do Brasil Automotive Ltda.	SP
366	47999.001420/2010-61	19804997	KF Veículos Especiais Ltda.	SP
367	46219.009532/2012-08	19820658	Marfrig Frigoríficos e Comércio de Alimentos	SP
368	46261.004429/201-67	21603308	Meta Manutenção e Instalações Industriais Ltda.	SP
369	46268.003193/2012-62	19846631	Minerva S.A.	SP
370	46472.001182/2013-11	200300393	Pulvitec do Brasil Indústria e Comércio de Colas e Adesivos Ltda.	SP
371	47999.000119/2010-31	15508285	R de Souza Almeida Filho Me	SP
372	46254.000162/2013-90	200083929	Sucocitrico Cutrale Ltda	SP
373	46254.004545/2012-56	21382182	Sucocitrico Cutrale Ltda	SP
374	46219.020075/2007-37	013668234	Terni Engenharia Ltda.	SP
375	46219.025455/2007-68	12171999	Triples.Com - Software Services And Solutions Ltda.	SP
376	46219.025456/2007-11	12172006	Triples.Com - Software Services And Solutions Ltda.	SP
377	46219.037493/2007-63	13628356	Triples.Com - Software Services And Solutions Ltda.	SP
378	46473.009128/2012-15	023813946	Valdac Ltda.	SP
379	46472.004847/2002-88	006500258	Work Assessoria e Desenvolvimento de Sistemas Comerciais Ltda.	SP
380	46226.010926/2012-10	18441840	DTS Serralheria Ltda.	TO
381	46226.010927/2012-56	018441858	DTS Serralheria Ltda.	TO
382	46226.010928/2012-09	18441866	DTS Serralheria Ltda.	TO
383	46226.008574/2012-24	18476490	Locatins-Locadora de Máquinas e Ferramentas para Construção	TO
384	46226.000775/2011-01	018425062	Lojas Avenida Ltda.	TO
385	46226.002369/2010-93	18460275	Luciano Ayres da Silva	TO
386	46226.0023702010-18	18460267	Luciano Ayres da Silva	TO
387	46226.002371/2010-62	18460283	Luciano Ayres da Silva	TO
388	46226.008954/2012-69	18490328	Marciano de Oliveira Santos - Laajato JK	TO
389	46226.001361/2011-91	018430279	Marisa Lojas S.A.	TO
390	46226.005363/2011-59	18473857	Paulo de Sousa Milhomem	TO
391	46226.005767/2011-42	18481639	Paulo de Sousa Milhomem	TO
392	46226.005770/2011-66	18481671	Paulo de Sousa Milhomem	TO
393	46226.005774/2011-44	18487728	Paulo de Sousa Milhomem	TO
394	46226.005776/2011-33	18481701	Paulo de Sousa Milhomem	TO
395	46226.006073/2011-22	18481663	Paulo de Sousa Milhomem	TO
396	46226.009133/2012-40	18476708	Proforte S.A. Transporte de Valores	TO

Nº	PROCESSO	NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS	EMPRESA	UF
1	46306.000227/2010-00	100.160.824	Gilberto Flávio Goellner	MT
2	46306.000228/2010-46	506.376.427	Gilberto Flávio Goellner	MT
3	46219.036816/2007-00	505.915.669	Triples.Com - Software Services And Solutions Ltda.	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46208.004861/2012-83	20443196	Cia. Hering	GO
2	46208.004973/2012-34	20471890	Cia. Hering	GO
3	46208.004974/2012-89	20472013	Cia. Hering	GO
4	46208.004977/2012-12	20450907	Cia. Hering	GO
5	46208.004984/2012-14	20450931	Cia. Hering	GO
6	46208.004986/2012-11	20471920	Cia. Hering	GO
7	46208.004988/2012-01	20471939	Cia. Hering	GO
8	46208.004990/2012-71	20471882	Cia. Hering	GO
9	46208.004991/2012-16	20473036	Cia. Hering	GO
10	46208.004994/2012-50	20450940	Cia. Hering	GO
11	46208.005004/2012-09	20450842	Cia. Hering	GO
12	46208.005006/2012-90	20471629	Cia. Hering	GO
13	46208.005007/2012-34	20471548	Cia. Hering	GO
14	46208.005008/2012-89	20471637	Cia. Hering	GO
15	46208.005010/2012-58	20471521	Cia. Hering	GO
16	46208.005011/2012-01	20471645	Cia. Hering	GO
17	46208.005012/2012-47	20450982	Cia. Hering	GO
18	46208.005013/2012-91	20471564	Cia. Hering	GO
19	46208.005014/2012-36	20450990	Cia. Hering	GO
20	46208.005016/2012-25	20450958	Cia. Hering	GO
21	46208.005025/2012-16	20450885	Cia. Hering	GO
22	46208.005030/2012-29	20450877	Cia. Hering	GO
23	46208.005035/2012-51	20471858	Cia. Hering	GO
24	46208.005043/2012-06	20450893	Cia. Hering	GO
25	46208.005052/2012-99	20471840	Cia. Hering	GO
26	46208.005054/2012-88	20471572	Cia. Hering	GO
27	46208.005057/2012-11	20471610	Cia. Hering	GO
28	46208.005069/2012-46	2707845	Cia. Hering	GO
29	46208.005071/2012-15	20443722	Cia. Hering	GO
30	46208.005077/2012-92	2702444	Cia. Hering	GO
31	46208.005081/2012-51	2705834	Cia. Hering	GO
32	46208.005186/2012-18	20471530	Cia. Hering	GO
33	46208.005187/2012-54	20471556	Cia. Hering	GO
34	46208.005251/2012-05	20471688	Cia. Hering	GO
35	46208.005252/2012-41	20450915	Cia. Hering	GO
36	46208.005254/2012-31	20450834	Cia. Hering	GO
37	46208.005256/2012-20	20473028	Cia. Hering	GO
38	46208.005258/2012-19	20471874	Cia. Hering	GO
39	46208.005273/2012-67	20471599	Cia. Hering	GO
40	46208.005303/2012-35	20471602	Cia. Hering	GO
41	46208.005304/2012-80	20471513	Cia. Hering	GO
42	46208.005356/2012-56	20443641	Cia. Hering	GO
43	46208.005358/2012-45	20443650	Cia. Hering	GO
44	46208.005361/2012-69	20443668	Cia. Hering	GO
45	46208.005363/2012-58	2705826	Cia. Hering	GO
46	46208.005427/2012-11	20443714	Cia. Hering	GO
47	46208.005430/2012-34	20443684	Cia. Hering	GO
48	46208.005431/2012-89	20443676	Cia. Hering	GO
49	46208.005488/2012-88	20443234	Cia. Hering	GO
50	46208.005489/2012-22	20443730	Cia. Hering	GO
51	46208.005491/2012-00	2702487	Cia. Hering	GO
52	46208.005501/2012-07	20450923	Cia. Hering	GO
53	46208.005514/2012-78	20430493	Cia. Hering	GO
54	46208.005520/2012-25	20471580	Cia. Hering	GO
55	46208.005521/2012-70	20472072	Cia. Hering	GO
56	46208.005683/2012-16	20455143	Cia. Hering	GO
57	46208.005688/2012-31	20079982	Cia. Hering	GO
58	46208.005696/2012-87	20455135	Cia. Hering	GO
59	46213.001620/2009-16	16915593	Usina Bom Jesus S.A.	PE
60	46212.007452/2011-99	23368187	Hospital e Maternidade Filadèlfia Ltda.	PR
61	46215.009875/2011-13	23090324	Rio Via Brasil Colchões Ltda. ME	RJ
62	46304.0013682012-13	16367235	Horizonte Assessoria Contábil Ltda.	SC
63	46304.001371/201237	16340019	Horizonte Assessoria Contábil Ltda.	SC
64	46736.0018072006-60	8143404	Associação Itaqueirense de Ensino	SP
65	47998.008188/2012-64	24716901	Caramuru Construções Ltda.	SP
66	46268.000933/2012-17	21470677	Fundação Padre Albino (Hospital Padre Albino)	SP
67	46261.001584/2011-21	21558523	Royal Caribbean Cruzeiros (Brasil) Ltda.	SP
68	46226.005367/2011-37	18473938	Paulo de Sousa Milhomem	TO
69	46226.005366/2011-92	18473946	Paulo de Sousa Milhomem	TO
70	46226.005769/2011-31	18481647	Paulo de Sousa Milhomem	TO

1.3 Pelo conhecimento e não provimento do recurso, e, de ofício julgar improcedente o auto de infração

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	47998.008188/2012-64	24716901	Caramuru Construções Ltda.	SP
2	46226.005366/2011-92	18473946	Paulo de Sousa Milhomem	TO

1.4 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46222.010075/2006-99	13273205	Floraplac Industrial Ltda.	PA
2	46212.014787/2011-63	23474491	Município de Cerro Azul (Prefeitura do)	PR

1.5 Pelo não conhecimento, por ser intempestivo, mantendo a procedência do auto de infração.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46222.007280/2012-15	021227284	Progresso Incorporadora Ltda.	PA

EXEMPLAR DE CIRCULAÇÃO ANTERIOR À PUBLICAÇÃO NA IMPRENSA NACIONAL

2) Em apreciação de recurso de ofício:

2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46200.000067/2013-11	24239704	Laminados Triunfo Ltda	AC
2	46200.000536/2013-01	200299093	Oliveira Batista Importação e Exportação Ltda	AC
3	46201.004196/2013-79	201089874	Agropecuaria Serra Verde Ltda - ME	AL
4	46201.009106/2012-55	24911941	Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária - Infraero	AL
5	46201.004194/2013-80	201089912	Industria de Laticinios Murici Ltda	AL
6	46201.001736/2012-81	17342988	Scar Comercial Ltda.	AL
7	46245.003111/2011-67	22452834	Banco Santander S/A	MG
8	47747.003180/2011-82	22300341	Condomínio do Edifício Maria Helena	MG
9	46245.002399/2011-52	22335269	Consórcio Construtor Simplício - CCS	MG
10	46245.002408/2011-13	22335315	Consórcio Construtor Simplício - CCS	MG
11	46243.000441/2011-11	22294783	Delp Engenharia Mecânica Ltda.	MG
12	46234.000569/2012-74	22492216	Maria Helena Souza Peloso	MG
13	46245.000837/2011-48	022160094	Posto Xodó Ltda.	MG
14	46247.000721/2011-99	22312919	Protop Construções e Projetos Ltda	MG
15	46234.002430/2010-01	19685076	Ribeiro Alvin e Cia Ltda	MG
16	47747.000679/2002-47	7297645	Therma Engenharia Ltda.	MG
17	46312.000725/2013-16	200094769	Ana Paula França Noriler	MS
18	46312.000242/2013-11	025185705	L.C. Gomes Gesso e Decoração - ME	MS
19	46306.000672/2011-42	22649808	Gran Sapore BR Brasil S/A	MT
20	46222.003744/2010-52	009408703	A Elétrica Castanhal Ltda.	PA
21	46222.009571/2012-48	021231346	Centro Paraense de Oncologia Ltda. - ME	PA
22	46222.007586/2005-42	013248910	Empresa de Transporte Rápido D. Manoel Ltda.	PA
23	46222.010239/2011-45	007871066	José Otávio da Silva	PA
24	46222.013392/2007-48	014368706	Marta Lúcia Barbosa Ferreira	PA
25	46222.008687/2012-60	021219206	Metrópole Construção e Serviços de Limpeza Ltda.	PA
26	46222.008794/2009-92	014416701	Paulo Brígido Engenharia Ltda.	PA
27	46222.008181/2011-70	021175853	Socic - Sociedade Comercial Irmãs Claudino S.A.	PA
28	46297.002179/2012-02	025017951	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
29	46297.002180/2012-29	025017969	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
30	46297.002181/2012-73	025017977	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
31	46297.002182/2012-18	025017985	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
32	46297.002183/2012-62	025017993	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
33	46297.002186/2012-04	025018027	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
34	46297.002187/2012-41	025018035	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
35	46297.002188/2012-95	025018043	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
36	46297.002189/2012-30	025018051	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
37	46297.002190/2012-64	025018060	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
38	46297.002191/2012-17	025018078	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
39	46297.002192/2012-53	025018086	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
40	46297.002194/2012-42	025018108	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
41	46297.002195/2012-97	025018110	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
42	46297.002196/2012-31	025018124	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
43	46297.002197/2012-86	025018132	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
44	46297.002198/2012-21	025018141	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
45	46297.002199/2012-75	025018159	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
46	46297.002200/2012-61	025018167	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
47	46297.002201/2012-14	025018175	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
48	46297.002204/2012-40	025018205	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
49	46297.002205/2012-94	025018213	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
50	46297.002206/2012-39	025018221	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
51	46297.002207/2012-83	025018230	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
52	46297.002208/2012-28	025018248	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
53	46297.002209/2012-72	025018256	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
54	46297.002211/2012-41	025018761	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
55	46297.002212/2012-96	025018779	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
56	46297.002213/2012-31	025018787	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
57	46297.002215/2012-20	025018809	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
58	46297.002216/2012-74	025018817	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
59	46297.002217/2012-19	025018825	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
60	46297.002218/2012-63	025018833	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
61	46297.002219/2012-16	025018841	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
62	46297.002220/2012-32	025018850	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
63	46297.002221/2012-87	025018868	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
64	46297.002222/2012-21	025018870	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
65	46297.002223/2012-76	025018884	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
66	46297.002224/2012-11	025018892	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
67	46297.002225/2012-65	025018906	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
68	46297.002226/2012-18	025018914	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
69	46297.002227/2012-54	025018922	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
70	46297.002228/2012-07	025018931	Cícero Nunes da Silva - ME	PE
71	46295.008009/2011-62	18598251	Comercial Drugstore Ltda.	PE
72	46214.004550/2013-16	201005905	E Terto Silva ME	PI
73	47533.010848/2012-34	25250931	12º Tabelionato de Notas de Curitiba	PR
74	47533.001619/2013-18	23289562	ABSD Indústria de Peças Ltda.	PR
75	47533.000476/2013-19	23545577	Ales - Associação Londrinense de Empresários Supermercadistas	PR
76	47533.001939/2013-60	23501510	Beneficência Camiliana do Sul (Hospital Santo Antônio)	PR
77	46212.011971/2011-51	23520922	BR Construções Ltda. ME	PR
78	47533.013312/2012-71	023383968	Brasecol Engenharia e Fundações Ltda.	PR
79	47533.000209/2013-41	23500280	Calcário Calponta Ltda.	PR
80	47533.001832/2013-11	23277904	Capal Cooperativa Agroindutrial	PR
81	47533.000281/2013-79	23512008	Construtora Brasileira e Mineradora Ltda.	PR
82	47533.002300/2013-00	23279290	Criativa Empreendimentos Imobiliários Ltda. ME	PR
83	47533.000820/2013-70	200115324	CRV Distribuidora e Telemarketing Ltda.	PR
84	47533.009420/2012-49	25252551	Elisangela Carvalho (Ótica Carvalho)	PR
85	46212.017904/2011-41	23453028	Fertipar Fertilizantes do Parana Ltda.	PR
86	47533.008643/2012-99	023358807	Frigorífico Corte Nobre Ltda.	PR
87	47533.008670/2012-61	023464410	Gonçalves e Tortola Ltda.	PR
88	47533.010911/2012-32	23411660	Kallas Moto Ltda	PR
89	47533.012200/2012-01	23549475	Labimagem Serv de Radiodiagnostico Ltda	PR
90	47533.000011/2013-68	23278110	Liga Paranaense de Combate ao Câncer	PR
91	46212.016930/2011-51	23434376	Município de Paranaguá (Prefeitura do)	PR
92	46212.016931/2011-04	23434384	Município de Paranaguá (Prefeitura do)	PR
93	46327.000381/2011-14	19988460	Órgão de Gestão de Mão de Obra do Trabalho Portuário e Avulso do Porto Org. de Paranaguá	PR
94	47533.006462/2012-28	023499621	Rubber New Produtos de Borracha Ltda.	PR
95	47533.011116/2012-61	23512202	Schwan Cosmetics do Brasil Ltda	PR
96	47533.000088/2013-38	23466120	Silvio Henrique Marques	PR
97	47533.012947/201251	23284803	SJP Confecções Ltda.	PR
98	46212.012339/2011-25	23438037	Sociedade Rádio Emissora Paranaense S.A.	PR
99	47533.007806/2012-16	23506210	Supermercado Gracitan Ltda	PR
100	47533.008002/2012-34	23498781	Tamaki Curitiba - Comércio de Alimentação e Bebidas Ltda.	PR
101	46332.000301/2011-43	19746342	Tiroleza Alimentos Ltda.	PR
102	47533.010513/2012-16	25255690	Transportes Imediato Ltda	PR
103	47533.003020/2012-20	23409142	W Franco & Lopes Ltda. ME	PR
104	46215.012703/2011-27	22927280	Alvo Distribuidora de Combustiveis Ltda	RJ
105	46215.033307/2010-52	022971599	Casa de Saúde Nossa Senhora do Carmo	RJ
106	46666.000768/2013-83	200424041	Mais Média Monitoramento de Informações Ltda. - ME	RJ
107	46871.000362/2013-76	024861855	Modelo Drogaria de Itaperuna Ltda.	RJ
108	46666.000767/2013-39	200424033	NVTX8 Processamento e Sistemas de Informações Ltda. - EPP	RJ
109	46218.008566/2013-68	200879651	Adobe Assessoria de Serviços Cadastrais Ltda.	RS
110	46272.001167/2013-11	200547330	Agrometa Comércio de Produtos Agricolas Ltda	RS
111	46617.003498/2012-67	023745983	Cotresi Arquitetura e Engenharia Ltda.	RS
112	46617.003505/2012-21	023745940	Cotresi Arquitetura e Engenharia Ltda.	RS
113	47183.000858/2013-60	201309815	Enseg Servicos Pre-Hospitalares Ltda	RS
114	46272.003326/2013-12	201507161	Mecanica Toni Ltda	RS
115	46218.004912/2013-39	200456423	Proloja Stands e Promocoes Ltda	RS
116	46271.001144/2013-17	200439782	São Marcos Indústria de Móveis Ltda.	RS
117	46218.005531/2013-77	200532669	Viacao Reunidos Ltda - EPP	RS
118	46304.001526/2012-35	016340060	Aliança Indústria de Plásticos Ltda.	SC
119	46304.000139/2013-62	24409260	Farmacia Botica do Valle Ltda.Epp	SC
120	46303.000366/2012-17	20690576	Mar Ind.Textil e Tinturaria Ltda.	SC
121	46265.001425/2013-59	200890921	Adauto Dias Sobrinho & Filho Ltda EPP	SP
122	46265.001618/2012-29	023833203	All America Latina Logística Malha Oeste S.A.	SP
123	46265.002971/2012-26	24359904	Hospimetal Indust Metalurg de Equip Hospitalares Ltda	SP
124	46255.001959/2012-13	021528926	Instituto de Desenvolvimento Estratégico e Assistêncial Integral à Saúde - IDEAIS	SP
125	46416.000152/2012-73	021525668	Luciane Produtos para Vedação Ltda.	SP
126	46265.001355/2012-58	23830255	Metalmix Industria e Comercio Ltda	SP
127	46385.000049/2012-38	24191400	Nexans Brasil S.A.	SP
128	47998.007300/2011-69	21624364	Paulitanque Ltda. ME	SP
129	46255.001899/2011-58	021674493	Petruso & Petruso Supermercado Ltda.	SP
130	47987.000038/2012-31	24198102	Pousada Cafezal em Flor Ltda. ME	SP
131	46255.001408/2012-50	021526958	Queiroz Galvão Bosques do Japi Empreendimentos Imobiliários Ltda.	SP
132	46266.000691/2013-54	200068946	Saint-Gobain Abrasivos Ltda.	SP
133	46260.000603/2013-74	021519471	Seara Alimentos S.A.	SP
134	46266.004527/2011-54	21698350	Tivite Terceirização de Processo, Serviços e Tecnologia S.A.	SP
135	46226.017668/2013-75	200488457	Natura Cosméticos S/A	TO

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46201.002934/2012-62	16394046	Lojas Guido Comércio Ltda.	AL
2	46201.005393/2011-43	17311641	Massarela Comércio e Indústria de Alimentos Ltda.	AL
3	46201.007147/2012-15	17366992	Start Sistema e Tecnologia em Recursos Terceirizaveis Ltda.	AL
4	47533.011117/2012-14	23539950	Associação de Ensino Versalhes	PR
5	47533.003415/2012-22	23497025	Diplomata S.A. Industrial e Comercial Ltda.	PR
6	47533.000512/2013-44	233377631	Edilson Pequim	PR
7	47533.000177/2013-84	23540125	Pastificio Selmi S.A.	PR
8	47533.011069/2012-56	23512253	Sodhebras Sociedade Civil de Desenvolvimento Humano e Socioeconomico do Brasil	PR
9	46617.002573/2013-53	200207563	EBPC Empresa Bahiana de Pinturas e Construções Ltda.	RS
10	47999.005504/2012	024645907	Associação Casa Fonte da Vida.	SP
11	47999.005505/2012-81	24645915	Associação Casa Fonte da Vida.	SP
12	47998.007143/2011-91	21461708	Loja de Conveniência Nova Bola de Mel Ltda. - ME	SP
13	46385.000051/2012-15	24191426	Nexans Brasil S.A.	SP
14	47998.007376/2011-94	21624437	Paulitanque Ltda. ME	SP
15	47998.005238/2012-51	21312206	Santa Angela Urbanizçaão e Construção Ltda.	SP
16	46385.000213/2011-26	21461406	Transportadora Americana Ltda.	SP
Nº	**PROCESSO**	**NOTIFICAÇÃO DE DÉBITO DE FGTS**	**EMPRESA**	**UF**
1	47999.005503/2012-91	506.657.272	Associação Casa Fonte da Vida.	SP

2.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46241.001126/2011-21	22401784	Hospital de São João de Deus	MG
2	46241.001124/2011-31	22401806	Hospital de São João de Deus	MG
3	47747.000747/2011-69	22173390	Iniciativa Empreendimentos e Serviços Ltda.	MG
4	46213.019913/2012-47	10858474	Star Mídia Exterior Publicidade Ltda.	PE
5	46212.019374/2011-75	23452374	Avenida Paulista Pizza Bar Ltda.	PR
6	47533.012053/2012-61	23271566	Sociedade Educacional Campolarguense SEC	PR
7	46259.003810/2013-10	21479917	Rede TV Mais ABC Ltda.	SP
8	46256.000646/2011-57	21667861	Ricardo César Nabão - ME	SP
9	46256.002517/2011-01	21451290	Usina Pau D'Alho S.A.	SP
10	46259.007234/2012-07	24730742	Veruska dos Santos Ribeiro	SP

3. Pelo arquivamento em razão de:

3.1- Incidência da prescrição prevista do art. 1º §1º da Lei 9.873/99.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46215.029430/2006-92	11736488	Executive Service Segurança e Vigilância Ltda.	RJ
2	46473.001137/2007-09	13413597	Mattel do Brasil Ltda.	SP

3.2- declarar a remissão, conforme termos do art. 14, caput, da Lei 11941/2009.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46736.003854/1998-95	499595	Cotonificio Guilherme Giorgi S.A.	SP

LORENA GUIMARÃES ARRUDA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

SECRETARIA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

DESPACHOS DO SECRETÁRIO
Em 17 de junho de 2015

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, em cumprimento à decisão judicial prolatada no processo 0017615-77.2014.5.16.0022, interposto na 7ª Vara do Trabalho de São Luis do Tribunal Regional do Trabalho da 16ª Região, e com fundamento no art. 5º da Portaria 186, publicada no DOU em 14 de abril de 2008 c/c o art. 27 da Portaria 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o Pedido de Registro do sindicato abaixo relacionado, em observância ao art. 51 da Portaria 326/2013:

Processo	46223.006471/2012-50
Entidade	Sindicato dos Bombeiros Civis do Estado do Maranhão
CNPJ	15.219.329/0001-15
Fundamento	NT 634/2015/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 5º da Portaria 186, publicada no DOU em 14 de abril de 2008 c/c os artigos 26 e 27 da Portaria 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR e INDEFERIR o Pedido de Registro Sindical do sindicato abaixo relacionado, em observância ao art. 51 da Portaria 326/2013:

Processo	46205.024229/2011-03
Entidade	SINTRAF DE - SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS DA AGRICULTURA FAMILIAR DE ITAPIUNA
CNPJ	08.888.615/0001-08
Fundamento	NT 630/2015/CGRS/SRT/MTE

Processo	46205.022633/2011-34
Entidade	SINTRAF DE CARIRIAÇU - CE - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar de Caririaçu
CNPJ	11.939.769/0001-96
Fundamento	NT 631/2015/CGRS/SRT/MTE

Processo	46205.012606/2011-53
Entidade	SINTRAF REGIONAL DE CANINDÉ - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras da Agricultura Familiar Regional de Canindé
CNPJ	07.394.131/0001-40
Fundamento	NT 633/2015/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 5º da Portaria 186, publicada no DOU em 14 de abril de 2008 c/c o art. 27 da Portaria 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve ARQUIVAR o Pedido de Registro do sindicato abaixo relacionado, em observância ao art. 51 da Portaria 326/2013:

Processo	46224.000512/2010-22
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar da Região de São José de Princesa e Manaíra /PB - SINTRAF
CNPJ	10.600.007/0001-06
Fundamento	NT 632/2015/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento nos artigos 53 e 54 da Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999 e na Nota Técnica 629/2015/CGRS/SRT/MTE, resolve: ANULAR do ato de anotação publicado no Diário Oficial da União (DOU) de 12/02/2015, Seção 1, página 116, n.° 30, na esfera de representação do SINPRO-PE - Sindicato dos Professores no Estado de Pernambuco, CNPJ 12.586.574/0001-72, Carta Sindical L015 P006 A1945, proposta pela Nota Técnica 160/2015/CGRS/SRT/MTE, nos termos dos arts. 53 e 54 da Lei 9.784/99.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 635/2015/CGRS/SRT/MTE, resolve, nos termos do art. 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013, INDEFERIR o processo de pedido de alteração estatutária 46211.009922/2011-69, referente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Assalariados e Agricultores Familiares de Iapu/MG, CNPJ 21.296.694/0001-26, com fundamento no artigo 25, parágrafo único, da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 26 da Portaria 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013 e na seguinte Nota Técnica, resolve INDEFERIR o processo do sindicato abaixo relacionado, em observância ao disposto no art. 26 da Portaria 326/2013:

Processo	46000.005830/2003-85
Denominação	Sindicato Intermunicipal dos Empregados em Cooperativas de Produção Agrícola do Estado do Rio Grande do Sul
CNPJ	92.452.143/0001-52
Fundamento	NT 636/2015/CGRS/SRT/MTE

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, de 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 627/2015/CGRS/SRT/MTE, resolve INDEFERIR o pedido de registro sindical 46204.000315/2011-22 do Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Alagoinhas - SINPA, CNPJ 16.131.559/0001-90, nos termos do inciso II do art. 26 da Portaria 326/2013.

O Secretário de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE, no uso de suas atribuições legais, considerando o preenchimento dos requisitos para a publicação do pedido de registro sindical, dá ciência do requerido pelas entidades abaixo mencionadas, ficando aberto o prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados possam se manifestar, nos termos da Portaria 188, de 05 de julho de 2007 e Portaria 326, publicada no DOU em 11 de março de 2013.

Processo	46216.001604/2012-91
Entidade	STTR - Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Nova Mamoré
CNPJ	03.540.775/0001-48
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Rondônia: Nova Mamoré

Categoria Profissional: Trabalhadores e trabalhadoras rurais: assalariados e assalariadas rurais empregados permanentes, safristas, e eventuais na agricultura, criação de animais, silvicultura, hortifruticultura e extrativismo rural; e agricultores e agricultoras que exerçam suas atividades individualmente ou em regime de economia familiar, na qualidade de pequenos produtores, proprietários, posseiros, assentados, meeiros, parceiros, arrendatários, comodatários e extrativistas

Processo	47008.001517/2010-90
Entidade	Sindicato dos Trabalhadores (as) Rurais, na Agricultura Familiar do Município de Campo Alegre de Lourdes/BA - SINTRAF
CNPJ	12.559.570/0001-03
Abrangência	Municipal
Base Territorial	Campo Alegre de Lourdes/BA
Categoria Profissional	Trabalhadores (as) Rurais, na Agricultura Família, Apicultores, Aposentados Rurais, Comodatários, Criadores de Animais que exercem atividade individualmente ou em regime de economia familiar, produtores Rurais, Extrativos, trabalhadores rurais assalariados

Processo	46254.000417/2010-71
Entidade	SINDICATO DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE ITATINGA
CNPJ	10.895.992/0001-16
Abrangência	Municipal
Base Territorial	São Paulo: Itatinga
Categoria	Servidores públicos municipais, do Poder Executivo e Legislativo, da administração direta, das autarquias, fundações e empresas públicas, em todas as suas divisões e subdivisões administrativa

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 621/2015/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR a impugnação 46000.007623/2014-18, nos termos do artigo 18, inciso IV, da Portaria 326/2013; DEFERIR o registro de alteração estatutária ao Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário de Apucarana e Região - PR, Processo 46000.007033/94-81, CNPJ 80.922.057/0001-87, para representar a categoria dos Trabalhadores nas Indústrias do Vestuário, nos municípios de Apucarana, Arapongas, Borrazópolis, Bom Sucesso, Califórnia, Cambira, Faxinal, Jandaia do Sul, Kaloré, Lunardelli, Marilândia do Sul, Rio Bom, São João do Ivaí, São Pedro do Ivaí e Sabáudia, Estado do Paraná. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve EXCLUIR, da base territorial do Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores nas Indústrias de Confecções de Roupas de Maringá - PR, CNPJ 80.890.122/0001-30, Processo 24290.008115/90-21, o município de Jandaia do Sul, estado do Paraná/PR, conforme determina o art. 30 da Portaria 326, de 11 de março de 2013.

O Secretário de Relações do Trabalho, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326, publicada em 11 de março de 2013 e na Nota Técnica 622/2015/CGRS/SRT/MTE, resolve DEFERIR o registro de alteração estatutária ao Sindicato dos Oficiais Alfaiates, Costureiras e Trabalhadores nas Indústrias de Confecções de Roupas e Vestuários de Fortaleza, Processo 46205.011158/2010-90, CNPJ 07.341.449/0001-62, para representar a categoria Profissional dos oficiais alfaiates, costureiras e trabalhadores nas indústrias de confecções de roupas e vestuário, masculino, unissex, moda praia, esporte, infato-juvenil, fardamento, cama, mesa, e banho, recém -nascido e surf de fortaleza, com abrangência Municipal e base territorial no Município de Fortaleza - CE.

O Secretário de Relações do Trabalho e Emprego, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Portaria 326/2013 e na Nota Técnica 628/2015/CGRS/SRT/MTE, resolve ARQUIVAR as Impugnações 46000.007226/2013-65 e 46202.030599/2013-63, nos termos do artigo 18, inciso II e VIII c/c artigo 42 da Portaria 326/2013, DEFERIR, nos termos do art. 25, inciso IV, da Portaria 326/2013, o registro sindical ao Sindicato dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, Lojas de Conveniência, Lava-Rápido, Troca de Óleo e Comércio de Lubrificantes do Estado do Amazonas- SINPOSPETRO-AM, Processo 46202.017201/2011-31, CNPJ 14.260.841/0001-42, para representar a Categoria dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, Lojas de Conveniência nos Postos de Serviços de Combustíveis, Lava-Rápido, Troca de Óleo e Comércio de Lubrificantes dos postos, que EXERÇAM as funções de: frentista diurno e noturno, vigia, gerente, caixa, pessoal de escritório, lavador, valeteiro, enxugador, lubrificador, encarregado, chefe de pista, borracheiro, recepcionista, atendente, vendedor, caixa, promotor de vendas, repositor de mercadorias, faxineiro, padeiros e confeiteiros em lojas de conveniência, e empregados em Lava-Rapido, Trocas de Óleo e Comércio de Lubrificantes, tendo como base territorial o estado do Amazonas/AM. Para fins de anotação no Cadastro Nacional de Entidades Sindicais - CNES, resolve EXCLUIR a Categoria dos Empregados em Postos de Serviços de Combustíveis e Derivados de Petróleo, Lojas de Conveniência nos Postos de Serviços de Combustíveis, Lava-Rápido, Troca de Óleo e Comércio de Lubrificantes dos postos, que EXERÇAM as funções de: frentista diurno e noturno, vigia, gerente, caixa, pessoal de escritório, lavador, valeteiro, enxugador, lubrificador, encarregado, chefe de pista, borracheiro, recepcionista, atendente, vendedor, caixa, promotor de vendas, repositor de mercadorias, faxineiro, padeiros e confeiteiros em lojas de conveniência, e empregados em Lava-Rapido, Trocas de Óleo e Comércio de Lubrificantes no estado do Amazonas/AM da representação do Sindicato dos Trabalhadores no Comércio de Minérios e Derivados de Petróleo do Estado do Amazonas, CNPJ 04.829.016/0001-62, Carta Sindical L092 P059 A1982, conforme determina o art. 30 da Portaria 326, de 11 de março de 2013.

MANOEL MESSIAS NASCIMENTO MELO

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL NO PARANÁ

PORTARIA Nº 71, DE 17 DE JUNHO DE 2015

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DO TRABALHO E EMPREGO NO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, e com fulcro no Art. 1º da Portaria 3.118 de 03/04/1989 e considerando o que consta no processo 46212.003227/2014-26, inclusive a anuência dos empregados, devidamente homologada pelo Sindicato da Classe, RESOLVE conceder autorização à empresa INDÚSTRIA DE FERTILIZANTES ATLÂNTICO LTDA - CNPJ Nº . 04.406.746/0002/50, estabelecida na estabelecida da Av. José Costa Leite, 251, Vila Primavera no município de Paranaguá - PR , para trabalho em turnos ininterruptos, inclusive aos domingos e feriados civis e religiosos, nos setores constantes no processo, pelo prazo de 2 (dois) anos, a contar da publicação desta Portaria, renovável por igual período, devendo o respectivo pedido de renovação ser formulado 03 (três) meses antes do término da presente autorização. Outrossim, observa-se que a presente estará sujeita ao cancelamento em caso de descumprimento das exigências constantes na mencionada Portaria Ministerial , contada a hipótese por regular inspeção do trabalho. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

NEIVO BERALDIN

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 52 de 15 de abril de 2015, publicada no DOU nº 72 , de 16 de abril de 2015, Seção 1, página 74. ONDE SE LÊ "Av. José Costa Leite, 251, Vila Primavera no município de Paranaguá", LEIA-SE " Rua Soares Gomes, S/N, Bairro Bockemann - Paranaguá/PR, CEP 83.206-290.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ministério dos Transportes

GABINETE DO MINISTRO

DESPACHO DO MINSTRO
Em 18 de junho de 2015

Nº 211 - Processo nº: 50500.279849/2014-55
Interessado: Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
Assunto: Prorrogação do prazo previsto para a extinção das autorizações especiais.

1 - Em face do que consta e foi proposto no Processo nº 50500.279849/2014-55, resolvo, conforme disposto do art. 5° da Lei n° 12.996, de 18 de junho de 2014, e considerando o Despacho n° 00042/2015/CONJUR-MT/CGU/AGU emitido pela Consultoria Jurídica desta Pasta, AUTORIZAR a prorrogação das autorizações especiais vigentes para os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros até o dia 30 de novembro de 2016.

2 - Encaminhe-se o presente processo à Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, para adoção das providências subsequentes.

ANTONIO CARLOS RODRIGUES

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES TERRESTRES
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 4.748, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Altera a Resolução nº 4.674, de 17 de abril de 2015, que Altera a Resolução nº 3.658, de 19 de abril de 2011, que regulamenta o art. 5º-A da Lei nº 11.442, de 5 de janeiro de 2007

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DG - 021, de 18 de junho de 2015, e no que consta dos Processos nºs 50500.078948/2015-01 e 50500.090590/2015-86, resolve:

Art. 1º Alterar o artigo 2º da Resolução 4.674, de 17 de abril de 2015, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º Esta Resolução entra em vigor após 120 (cento e vinte) dias da data de sua publicação." (NR)

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

RESOLUÇÃO Nº 4.749, DE 18 DE JUNHO DE 2015

Prorroga as Autorizações Especiais para a prestação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros.

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DAL - 191, de 18 de junho de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.064642/2008-30.

CONSIDERANDO que o art. 5º da Lei nº 12.996, de 18 de junho 2014, estabelece que os prazos das Autorizações Especiais vigentes para os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros poderão ser prorrogados, a critério do Ministro de Estado dos Transportes, mediante proposta da ANTT;

CONSIDERANDO que pela Deliberação nº 167, de 11 de junho de 2015, a Diretoria da ANTT propôs ao Ministro de Estado dos Transportes a prorrogação das Autorizações Especiais vigentes para os serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros até o dia 30 de novembro de 2016; e

CONSIDERANDO o Despacho nº 211/2015, de 18 de junho de 2015, do Ministro de Estado dos Transportes, que autorizou a prorrogação nos termos propostos pela ANTT, resolve:

Art. 1º Prorrogar o prazo das Autorizações Especiais para a prestação dos serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros até o dia 30 de novembro de 2016, podendo expirar antes quando da finalização de concessão de permissão ou de autorização na forma, respectivamente, de edital e regulamento específico.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

DELIBERAÇÃO Nº 165, DE 11 DE JUNHO DE 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 143, de 10 de junho de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.197252/2014-93, delibera:

Art. 1º Encaminhar ao Exm.º Senhor Ministro de Estado dos Transportes a proposta de Declaração de Utilidade Pública de imóvel adjacente à Rodovia Governador Henrique Santillo, BR-060/GO, abrangido e delimitado pelas coordenadas topográficas descritas na planta e no memorial descritivo constantes do referido processo, situado no município de Alexânia, no estado de Goiás, necessário à execução das obras de implantação da Praça de Pedágio P01 no km 043+000m.

Art. 2º A descrição da área mencionada no art. 1º consta do Anexo a esta Deliberação.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

ANEXO

I - Área 01 - Uma fração de terras, com área superficial de 5.906m² (cinco mil, novecentos e seis metros quadrados), com as seguintes dimensões, divisas e confrontações: partindo-se do Ponto 01, situado na extremidade norte da área, junto à cerca que faz divisa com a faixa de domínio da Rodovia Governador Henrique Santillo, BR-060/GO, segue-se por 44,09m até o Ponto 02; deste, parte-se em linha reta, formando um ângulo interno com o alinhamento anterior de 142°03'37", até o Ponto 03, por uma distância de 69,85m; deste, parte-se em linha reta, formando um ângulo interno com o alinhamento anterior de 162°36'21", até o Ponto 04, por uma distância de 93,50m; deste, parte-se em linha reta, formando um ângulo interno com o alinhamento anterior de 108°44'36", até o Ponto 05, por uma distância de 18,05m; deste, parte-se em linha reta, formando um ângulo interno com o alinhamento anterior de 85°17'02", até o Ponto 06, por uma distância de 169,51m; deste, parte-se em linha reta, formando um ângulo interno com o alinhamento anterior de 169°05'36", até o Ponto 01, ponto inicial do levantamento, por uma distância de 26,16m.

DELIBERAÇÃO Nº 166, DE 11 DE JUNHO DE 2015

A Diretoria da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, no uso de suas atribuições, fundamentada no Voto DCN - 152, de 10 de junho de 2015, e no que consta do Processo nº 50500.114066/2015-16, delibera:

Art. 1º Conhecer o requerimento, e no mérito, conceder o parcelamento dos débitos à empresa TRANSPORTES E LOG. PARADA DOS AMIGOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº 11.291.682/0001-55, atualizados até a presente data, em 30 (trinta) parcelas, de acordo com a Resolução ANTT n° 3.561, de 12 de agosto de 2010.

Art. 2º Determinar à GEAUT a expedição do boleto referente à primeira parcela e a baixa do impedimento somente após a quitação integral deste.

Art. 3º Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

JORGE BASTOS
Diretor-Geral

Conselho Nacional do Ministério Público

PLENÁRIO

DECISÕES DE 17 DE JUNHO DE 2015

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO NO 1.00001/2015-39
REQUERENTE: Antonio Padini Neto
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de São Paulo
DECISÃO

(...) Ante o exposto, em razão da falta de competência deste Conselho Nacional para a análise da questão, determino o arquivamento do presente procedimento, nos termos do art. 43, inc. IX, "c", do RICNMP.

Comunique-se o requerente.

MARCELO FERRA DE CARVALHO
Relator

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO NO 1.00002/2015-92
REQUERENTE: Ana Luiza Lima Fazza
REQUERIDO: Ministério Público do Estado de São Paulo

DECISÃO

(...) Ante o exposto, em razão da falta de competência deste Conselho Nacional para a análise da questão e da manifesta improcedência do pleito, determino o arquivamento do presente procedimento, nos termos do art. 43, inc. IX, "b" e "c", do RICNMP.

Comunique-se a requerente.

MARCELO FERRA DE CARVALHO
Relator

PROCESSO:RPA Nº 1.00024/2015-99
RELATOR: CONSELHEIRO ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
REQUERENTE: ALFREDO RICARDO DE HOLANDA CAVALCANTE MACHADO - PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ
REQUERIDO:MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO CEARÁ

DECISÃO

(...)Ante o exposto, sem prejuízo de posterior reexame da pretensão deduzida no mérito da inicial, em sede de cognição exauriente do pleito, defiro o pedido de medida liminar na forma do art. 43, in. VIII, c/c 126, parágrafo único, do RICNMP, determinando a imediata suspensão da decisão proferida pelo Órgão Especial do Colégio de Procuradores de Justiça do Estado do Ceará, nos autos do procedimento nº 31542/2014-3, até a apreciação definitiva da matéria pelo Plenário deste CNMP. Determino, outrossim, a notificação da procuradora de Justiça Zélia Maria de Moraes Rocha, relatora do acórdão, para, no prazo de 15 (quinze) dias, prestar as informações que entender cabíveis acerca dos fatos narrados na inicial. Intimem-se.

ANTÔNIO PEREIRA DUARTE
Relator

DECISÃO DE 18 DE JUNHO DE 2015

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO Nº 1.00011/2015-83
RELATOR: Conselheiro Leonardo de Farias Duarte
REQUERENTE: Afonso Tavares Dantas Neto
REQUERIDO: Ministério Público do Estado do Ceará
DECISÃO

(...) Diante do exposto, não conheço do presente procedimento de controle administrativo e determino o arquivamento dos autos, com fulcro no art. 43, inciso IX, alínea a, do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público.

LEONARDO DE FARIAS DUARTE
Relator

CORREGEDORIA NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

DECISÃO DE 17 DE JUNHO DE 2015

RECLAMAÇÃO DISCIPLINAR Nº 0.00.000.000350/2015-61
RECLAMANTE: EDSON SOUSA DA SILVA
RECLAMADO: MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO

Trata-se de recurso interno interposto pelo requerente (f. 18) em face da decisão de f. 16, que determinou o arquivamento da reclamação disciplinar, nos termos do parecer de f. 9/15.

Considerando que a petição foi protocolizada neste Conselho Nacional do Ministério Público em 11/06/2015 (f. 18), antes mesmo da juntada do aviso de recebimento aos autos, conheço do recurso interposto, eis que tempestivo.

Mantenho a decisão impugnada por suas próprias razões.

Na forma dos artigos 153 e 154 do Regimento Interno do CNMP, determino o envio dos autos à Secretaria Geral para distribuição a um Conselheiro Relator.

Publique-se
Registre-se e
Intime-se.

Brasília-DF, 17 de junho de 2015
ALESSANDRO TRAMUJAS ASSAD
Corregedor Nacional do Ministério Público

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO DO TRABALHO
PROCURADORIA-GERAL
DEPARTAMENTO DE DOCUMENTAÇÃO JURÍDICA
COORDENADORIA DE RECURSOS JUDICIAIS

ESTATÍSTICA MAIO 2015

MEMBROS INTEGRANTES DA COORDENADORIA DE RECURSOS JUDICIAIS/PGT	SALDO ANTERIOR (abril)	DISTRIB. NO MES	PRODUTIVIDADE DOS GABINETES DA CRJ			EM PODER em 31/05/2015	Pedidos de acompanhamento judiciais distribuídos em maio/total acumulado	Audiências/ reuniões/outras atividades institucionais/petições extras	Memoriais apresentados ao TST
			CIÊNCIA/ NOTA TECNICA	AÇÃO	DEFESA				
ELIANE ARAQUE DOS SANTOS/Subprocuradora-Geral do Trabalho	08	64	20/46	02	04	00	34/1267[1]	00	11
MARIA APARECIDA GUGEL/Subprocuradora-Geral do Trabalho/ COORDENADORA DA CRJ	07	78	54/08	08	12	03	41/1258	03[2]	01
RICARDO JOSE MACEDO DE BRITTO PEREIRA/Subprocurador-Geral do Trabalho	06	57	00/44	10	05	04	39/1268	01[3]	08
TOTAIS	21	199	74/98	20	21	07	114/ 3793	04	20

[1] Redistribuição ao Dr. Ricardo José, por prevenção - CAUINOM 6551-49.2015.5.00.0000
[2] AIRR 17700-29.2013.5.13.0007 - pedido de previdências; RR 111200-32.2010.5.21.0008 - contrarrazões a agravo; RR 1519-98.2012.5.07.0024 - resposta a despacho
[3] RR 1516-95.2010.5.01.0343 - embargos à SDI 1

PROCESSOS COM OS MEMBROS DA COORDENADORIA DE RECURSOS JUDICIAIS PARA APRECIAÇÃO	COM A SECRETARIA DA CRJ	SALDO EXISTENTE EM 31/05/2015
	AG. CONCLUSÃO AO MEMBRO DA CRJ EM 29/05/2015	
07	60	67

Brasília-DF, 9 de junho de 2015.
MARIA APARECIDA GUGEL
Coordenadora

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 161, DE 17 DE JUNHO DE 2015

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 1ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.108638/15-97, que tem como interessados: Agência Reguladora de Águas, Energia e Saneamento Básico do Distrito Federal - ADASA; João Carlos Teixeira, SINDSER-DF, para apurar prática de improbidade administrativa por lesão ao erário.

ROBERTO CARLOS SILVA

PORTARIA Nº 162, DE 18 DE JUNHO DE 2015

O Promotor de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 6ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.109137/15-37, que tem como interessados: Administrações Regionais do DF, Controladoria Geral do DF, Secretaria de Estado de Cultura do DF e Secretaria de Estado de Transparência e Controle do DF. Relatório de Auditoria Especial nº 05/2014-Diseg/Conas/Cont/STC concluiu que os atos de gestão das contratações de artistas para shows e eventos culturais pela Secretaria de Cultura e pelas Administrações Regionais do DF fora realizados com diversas irregularidades.

ALEXANDRE FERNANDES GONÇALVES

Tribunal de Contas da União

PORTARIA Nº 205, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Delega competência à Secretária de Controle Externo no Estado do Amazonas para assinar Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Contas da União e diversos órgãos e entidades com atuação no Estado do Amazonas, com a finalidade de estabelecer articulação de ações de fiscalização e combate à corrupção, controle social e adesão à Rede de Controle da Gestão Pública.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, e considerando as informações constantes do TC-027.962/2014-8, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência à Secretária de Controle Externo no Estado do Amazonas para assinar, em nome do Tribunal de Contas da União, Acordo de Cooperação Técnica com diversos órgãos e entidades com atuação no Estado do Amazonas para adesão à Rede de Controle da Gestão Pública.

Art. 2º Fica designada a Secretária de Controle Externo no Estado do Amazonas para zelar pelo acompanhamento da execução do Acordo a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

PORTARIA Nº 204, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Delega competência ao Secretário de Controle Externo no Estado de Alagoas para assinar Acordo de Cooperação Técnica entre o Tribunal de Contas da União e o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o disposto no § 2º do art. 4º da Resolução-TCU nº 211, de 18 de junho de 2008, e considerando as informações constantes do TC-028.949/2011-0, resolve:

Art. 1º Fica delegada competência ao Secretário de Controle Externo no Estado de Alagoas para assinar, em nome do Tribunal de Contas da União, Acordo de Cooperação Técnica com o Tribunal de Contas do Estado de Alagoas (TCE-AL), com o objetivo de estabelecer cooperação na área de fiscalização.

Art. 2º Fica designado o Secretário de Controle Externo no Estado de Alagoas para zelar pelo acompanhamento da execução do Acordo a que se refere o artigo anterior.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA

PLENÁRIO

ATA Nº 19, DE 10 DE JUNHO DE 2015
(Sessão Extraordinária Reservada)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

Às 16 horas e 6 minutos, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Raimundo Carreiro), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes) e do Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausentes, em missão oficial, o Presidente Aroldo Cedraz e os Ministros Raimundo Carreiro e Ana Arraes.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos apresentadas pelos relatores e proferiu os seguintes acórdãos:

Acórdão nº 1456, adotado no processo nº TC-009.787/2015-1, constante da Relação nº 26 do Ministro Benjamin Zymler;

Acórdão nº 1457, adotado no processo nº TC-016.246/2014-4, constante da Relação nº 26 do Ministro Bruno Dantas;

Acórdão nº 1458, adotado no processo nº TC-025.164/2013-9, constante da Relação nº 18 do Ministro Vital do Rêgo;

Acórdão nº 1459, adotado no processo nº TC-026.596/2014-8, constante da Relação nº 18 do Ministro Vital do Rêgo;

Acórdão nº 1460, adotado no processo nº TC-006.818/2013-7, constante da Relação nº 19 do Ministro Vital do Rêgo;

Acórdão nº 1461, adotado no processo nº TC-020.611/2004-7, constante da Relação nº 29 do Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

Acórdão nº 1462, adotado no processo nº TC-008.878/2015-3, constante da Relação nº 9 do Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSO APRECIADO DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária, o Plenário examinou o processo listado a seguir e aprovou o seguinte acórdão:

Acórdão nº 1463, adotado no processo nº TC-004.736/2015-0, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo.

LEVANTAMENTO DE SIGILO DE PROCESSOS

Em razão do levantamento de sigilo dos respectivos processos, tornaram-se públicos os acórdãos nºs 1457, 1458, 1459 e 1462, a seguir transcritos.

RELAÇÃO Nº 26/2015 - Plenário
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 1457/2015 - TCU - Plenário

Considerado que o procedimento da UFPA está consentâneo com as regras do art. 37, inciso II da CF, e com os princípios da economicidade, legalidade e moralidade que devem nortear os atos da administração pública;

Considerando a possibilidade de aproveitamento de cargos públicos reconhecida em julgados desta Corte, a exemplo do Acórdão 2179/2005-TCU-1ª Câmara;

Considerando que os fatos denunciados foram esclarecidos com as justificativas e documentos apresentados por meio da audiência e diligência ordenadas, não subsistindo ilegalidade ou irregularidade apta a demandar a atuação do TCU;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso XVI, e 53, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso XXIV; 15, inciso I, alínea "p"; 143, inciso III; 234 e 235, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente denúncia para, no mérito, considerá-la improcedente, determinar a retirada do grau de sigilo,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

nos termos do art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992, e em determinar o seu arquivamento, devendo ser dada ciência deste acórdão, juntamente com cópia da instrução da unidade técnica (peça 13), ao denunciante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-016.246/2014-4 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Pará
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 18/2015 - Plenário
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 1458/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 53 a 55, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, e 234 a 236, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

a) não conhecer da denúncia, por não atender aos requisitos de admissibilidade;

b) levantar a chancela de sigiloso aposta aos presentes autos, conforme o § 1º do art. 236 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União;

c) encaminhar cópia da presente deliberação ao denunciante e à Agência Nacional de Energia Elétrica;

d) fazer a determinação especificada no subitem 1.8;

1. Processo TC-025.164/2013-9 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992)
1.3. Órgão/Entidade: Agência Nacional de Energia Elétrica
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica (SeinfraEle).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Elétrica que, no prazo de 15 (quinze) dias, informe a este Relator, a previsão de início do monitoramento do Acórdão 3.492/2012-TCU-Plenário.

ACÓRDÃO Nº 1459/2015 - TCU - Plenário

Trata-se de denúncia a respeito de possíveis irregularidades na rescisão do contrato de fornecimento de refeições na área de Furnas Centrais Elétricas S.A. na cidade de Campinas-SP, que, segundo a peça encaminhada, teria sido imotivada, tendo ocorrido sem processo administrativo, privando a denunciante da possibilidade de defesa, e sem o pagamento dos serviços prestados entre 1º/3/2014 até 11/8/2014.

Considerando que a denúncia partiu de sociedade empresária, ente que não está incluído como parte legítima para denunciar irregularidades ou ilegalidades perante o TCU, conforme dispõe o art. 234 do Regimento Interno desse Tribunal;

Considerando que o teor da denúncia em análise trata de interesse da denunciante em restituir o contrato e receber pagamentos que julga devidos, inexistindo, assim, interesse público no pedido formulado;

Considerando que Furnas, em resposta à defesa prévia feita pela empresa denunciante para a rescisão do contrato, listou os problemas identificados pela Estatal como causadores da rescisão contratual, bem como os geradores de multas por inadimplemento do contrato, tais como a interrupções na prestação dos serviços, estoque de alimentos abaixo do mínimo contratado, transporte e manuseio de alimentos de forma inadequada, utilização de produtos vencidos e de sobras e irregularidades no pagamento de salários e contribuição social aos empregados da prestadora;

Considerando que, para estes casos em que se apresenta confusão por parte do denunciante com relação à competência deste Tribunal para a análise da matéria, há várias deliberações nas quais este Tribunal não conhece da denúncia por entender que a pretensão dos denunciantes não encontra no TCU o foro adequado (Acórdãos 679/2005, 1.734/2007, 2.876/2008 e 1.715/2009 do Plenário entre outros), sendo as esferas administrativas e judiciárias mais apropriadas a solucionar a questão.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Reservada do Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 53 a 55 da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III, e 234 a 236 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em:

a) não conhecer da denúncia, por não atender aos requisitos de admissibilidade;

b) levantar a chancela de sigiloso aposta aos presentes autos, conforme § 1º do art. 236 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União;

c) encaminhar cópia da presente deliberação à denunciante e a Furnas Centrais Elétricas S.A.;

d) arquivar os presentes autos, nos termos do parágrafo único do art. 235 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União - RI/TCU.

1. Processo TC-026.596/2014-8 (DENÚNCIA)
1.1. Órgão/Entidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstatais).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 9/2015 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 1462/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, com fundamento no art. 1º, XXIV, e na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente denúncia, para, no mérito, considerá-la improcedente, retirar a chancela de sigiloso e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão e da instrução da unidade técnica (peça 25) ao denunciante e ao Conselho Regional de Economia da 10ª Região (Corecon/MG).

1. Processo TC-008.878/2015-3 (DENÚNCIA)
1.1. Responsável: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.2. Interessado: Identidade preservada (art. 55, caput, da Lei n. 8.443/1992).
1.3. Entidade: Conselho Regional de Economia 10ª Região/MG (Corecon/MG).
1.4. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Minas Gerais (Secex-MG).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 19/2015 - Plenário
Data da Sessão: 10/6/2015 - Extraordinária de Caráter Reservado

Os acórdãos relativos aos processos em que foi mantido o sigilo constam do Anexo Único desta Ata, que será arquivado na Secretaria das Sessões.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 9 minutos, a Presidência convocou sessão extraordinária de caráter reservado para o dia 17 de junho e encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária

Aprovada em 18 de junho de 2015.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

ATA Nº 21, DE 10 DE JUNHO DE 2015
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Walton Alencar Rodrigues
Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
Secretário das Sessões: AUFC Luiz Henrique Pochyly da Costa
Subsecretária do Plenário: AUFC Marcia Paula Sartori

À hora regimental, a Presidência declarou aberta a sessão extraordinária do Plenário, com a presença dos Ministros Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo, dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti, Marcos Bemquerer Costa (convocado para substituir o Ministro Raimundo Carreiro), André Luís de Carvalho e Weder de Oliveira (convocado para substituir a Ministra Ana Arraes) e do Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin. Ausentes, em missão oficial, o Presidente Aroldo Cedraz e os Ministros Raimundo Carreiro e Ana Arraes.

COMUNICAÇÃO (v. inteiro teor no Anexo I a esta Ata)

Do Ministro Augusto Nardes:

Realização de palestra, a convite da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, com vistas a promover discussão sobre a governança no setor público em parceria com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico.

MEDIDAS CAUTELARES CONCEDIDAS (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, a concessão das medidas cautelares exaradas nos processos nºs:

TC-011.462/2015-9, pelo Ministro Benjamin Zymler, para que o Ministério Público da União suspenda o pregão eletrônico que tem como objeto os serviços de gerenciamento, assistência técnica, manutenção preventiva e corretiva de sistema telefônico PABX; e

TC-011.268/2015-8, pelo Ministro Bruno Dantas, para que a Diretoria Regional da ECT em Santa Catarina suspenda o pregão eletrônico destinado à aquisição de cartuchos de tinta para impressoras.

MEDIDA CAUTELAR RESTABELECIDA (v. inteiro teor no Anexo II a esta Ata)

O Plenário referendou, nos termos do disposto no § 1º do art. 276 do Regimento Interno deste Tribunal, o restabelecimento, determinado pelo Ministro Augusto Nardes em razão da concessão de efeito suspensivo a recurso contra a decisão que anulou a fase de lances do certame, da medida cautelar exarada no processo nº TC-000.535/2015-0, pelo Ministro Bruno Dantas, para que a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos se abstenha de adotar quaisquer atos decorrentes do pregão eletrônico destinado à contratação de serviço de telecomunicações com finalidade de interligar unidades prediais por meio de uma rede de comunicação de dados IP.

SORTEIO ELETRÔNICO DE RELATOR DE PROCESSOS

De acordo com o parágrafo único do artigo 28 do Regimento Interno e nos termos da Portaria da Presidência nº 9/2011, entre os dias 3 e 9 de junho, foi realizado sorteio eletrônico dos seguintes processos:

Processo: 003.038/2015-7
Interessado: GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA/GOLDEN CROSS ASSISTÊNCIA INTERNACIONAL DE SAÚDE LTDA
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 39, inciso VIII, do RI
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro ANA ARRAES

Processo: 003.122/2001-5
Interessado: SECRETARIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS DE/EMPREGO DO MTE
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

Processo: 004.709/2015-2
Interessado: RAIMUNDO CARREIRO SILVA
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Administrativos
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Processo: 026.087/2013-8
Interessado: MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO (VINCULADOR)
Motivo do sorteio: Impedimento - Art. 111 e 151, inciso II do R.I.
Tipo do sorteio: Sorteio de Relator de Processos - Plenário
Relator sorteado: Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

Recurso: 013.380/2011-7/R001
Recorrente: TEMÍSTOCLES DE ALMEIDA RIBEIRO
Motivo do sorteio: Recurso de reconsideração
Relator sorteado: BENJAMIN ZYMLER

Recurso: 029.094/2013-5/R001
Recorrente: INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBIO - MMA
Motivo do sorteio: Pedido de reexame
Relator sorteado: JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

PEDIDO DE VISTA

Com base no artigo 112 do Regimento Interno, foi adiada a discussão do processo nº TC-007.615/2015-9, cujo relator é o Ministro Augusto Nardes, em função de pedido de vista formulado pelo Ministro Benjamin Zymler.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

TC-001.765/2013-2, cujo relator é o Ministro Benjamin Zymler;

TC-005.361/2011-7, cujo relator é o Ministro Vital do Rêgo;

TC-008.757/2011-9, cujo relator é o Ministro-Substituto André Luís de Carvalho; e

TC-000.610/2011-9, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

O Tribunal Pleno aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 1390 a 1419.

RELAÇÃO Nº 28/2015 - Plenário
Relator - Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

ACÓRDÃO Nº 1390/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, os Acórdãos 3241/2011-Plenário, 359/2012-Plenário, 1251/2012-Plenário, 195/2013-Plenário, 941/2013-Plenário, 192/2014- Plenário, 2950/2014-Plenário e 570/2015-Plenário, onde se lê "*Scala Serviços de Limpeza e Conservação Ambiental Ltda*", leia-se "*Scala Serviços de Limpeza e Conservação Ambiental Ltda - ME*", mantendo-se inalterados os demais termos dos referidos acórdãos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.176/1999-5 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 1998)
1.1. Apensos: 012.054/2001-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Antonio Carlos Menna Barreto Filho (050.157.230-91); Antonio Ernesto Diel (008.100.100-20); Antonio Jorge Camardelli (157.222.440-15); Associacao Sul Brasileira Ind de Produtos Suinos (92.941.574/0001-82); Carlos Roberto Foschiera (012.700.520-04); Clovis Antonio Schwertner (185.728.390-20); Dalila Silva dos Santos (282.887.340-49); Fundacao de Cooperacao Para O Desenvolvimento Cultural (87.632.717/0001-34); Instituto de Estudos Juridicos da Atividade Rural (01.120.285/0001-67); João Adolfo Kasper (130.776.190-91); Julio Maria Porcaro Puga (189.692.246-53); Mario Pereira (171.321.000-25); Mario Pereira de Assis; Nelton Andrade de Azevedo (169.654.000-30); Odalniro Irineu Paz Dutra (196.888.490-49); Scala Serviços de Limpeza e Conservação Ambiental Ltda - ME (74.107.897/0001-93)
1.3. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento No Estado do Rio Grande do Sul
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1391/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, incisos III e V, "a", do Regimento Interno/TCU, e considerando o cumprimento da determinação insculpida no subitem 9.1.3.2 do Acórdão 2.998/2009-TCU- Plenário, referente ao exercício de 2013, em apensar o presente processo, em definitivo, ao TC 011.233/2015-0, cujo objeto é o acompanhamento do cumprimento do subitem 9.1.3.2 do Acórdão 2.998/2009-TCU-Plenário no exercício de 2014, de acordo com o parecer emitido pela SeinfraUrb:

1. Processo TC-016.260/2013-9 (MONITORAMENTO)
1.1. Apensos: 044.463/2012-0 (MONITORAMENTO)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Cidades (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1392/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III e V, "a", e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumpridas, pela SecexEstataisRJ, a determinação prevista no item 9.2. do Acórdão 189/2014-TCU-Plenário; em considerar concluídos os procedimentos de acompanhamento da operação de crédito do BNDES destinada ao financiamento das obras de construção da Arena Itaquera; e em adotar as seguintes medidas, de acordo com o parecer emitido pela SecexEstat:

1. Processo TC-029.734/2014-2 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)
1.1. Responsável: Luciano Galvão Coutinho (636.831.808-20)
1.2. Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Medidas:
1.7.1. encaminhar cópia desta deliberação ao BNDES, à Caixa Econômica Federal, ao Sport Club Corinthians Paulista, ao Governo do Estado de São Paulo, à Prefeitura de São Paulo, ao Ministério do Esporte, ao Coordenador do Grupo de Trabalho "Copa do Mundo" da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, ao Presidente da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, ao Presidente da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados e ao Presidente da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor, Fiscalização e Controle do Senado Federal; e
1.7.2. arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 1393/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III e V, "a", e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em considerar atendidas, pela SecexEstataisRJ, as determinações previstas no item 9.3. do Acórdão 431/2014-TCU-Plenário; em considerar satisfatórios os esclarecimentos apresentados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), no tocante à questão mencionada no item 9.1. do supramencionado Acórdão; em considerar concluídos os procedimentos de acompanhamento da operação de crédito do BNDES destinada ao financiamento das obras de construção do BRT Transcarioca; e em adotar as seguintes medidas, de acordo com o parecer emitido pela SecexEstat:

1. Processo TC-029.737/2014-1 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)
1.1. Apensos: 032.733/2013-5 (RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO)
1.2. Responsável: Luciano Galvão Coutinho (636.831.808-20)
1.3. Órgão/Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstat).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Medidas:
1.8.1. encaminhar cópia desta deliberação ao BNDES, à Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, ao Ministério do Esporte, ao Coordenador do Grupo de Trabalho "Copa do Mundo" da 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, ao Presidente da Comissão de Turismo da Câmara dos Deputados, ao Presidente da Comissão do Esporte da Câmara dos Deputados e ao Presidente da Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados; e
1.8.2. arquivar os presentes autos, com fulcro no art. 250, inciso I, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 1394/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", e 169, inciso IV, do Regimento Interno/TCU, em adotar as seguintes medidas, promovendo-se, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com o parecer da Secex/MG:

1. Processo TC-009.128/2014-0 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Luiz Antonio Pagot (435.102.567-00); Rogério Chaves Molina (481.400.156-87)
1.2. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)
1.3. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes; Ministério dos Transportes (vinculador); Superintendência Regional do Dnit no Estado de Minas Gerais - Dnit/mt
1.4. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Medidas:
1.8.1. dar ciência ao Ministério dos Transportes (MT) que o cumprimento do plano de providências apresentado pela Diretoria de Infraestrutura Ferroviária do Dnit, relativo à auditoria realizada em 2014 no contorno ferroviário de Divinópolis/MG, é passível de fiscalização por parte do TCU;
1.8.2. encaminhar ao Dnit, à Superintendência Regional em Minas Gerais e ao Ministério dos Transportes cópia desta deliberação, para conhecimento;
1.8.3. juntar esta deliberação ao TC 031.519/2013-0, processo consolidador da Fiscalização de Orientação Centralizada Contornos Ferroviários (Fiscalis 755/2013); e
1.8.4. dar conhecimento desta deliberação à SeinfraHidroferrovia, na condição de Secex especializada e coordenadora da fiscalização de orientação centralizada realizada no ano de 2014 nos contornos ferroviários.

ACÓRDÃO Nº 1395/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "a", e 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumprida a determinação contida no item 1.7 do Acórdão 6/2015 - TCU - Plenário, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, de acordo com o parecer emitido pela SeinfraRod:

1. Processo TC-029.365/2014-7 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)
1.2. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
1.3. Relator: Ministro Walton Alencar Rodrigues
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária (SeinfraRod).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 21/2015 - Plenário
Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 25/2015 - Plenário
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 1396/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 35 da Lei nº 8.443/1992, em não conhecer o recurso de revisão interposto por José Vicente Amorim, em razão de sua intempestividade e ausência de requisitos específicos, dando ciência desta deliberação ao interessado, de acordo com os pareceres emitidos neste processo:

1. Processo TC nº 010.092/2005-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Apensos: TC nº 007.782/2008-1 (COBRANÇA EXECUTIVA) e nº 007.780/2008-7 (COBRANÇA EXECUTIVA).
1.2. Responsável: José Vicente Amorim (CPF nº 066.588.902-00).
1.3. Recorrente: José Vicente Amorim (CPF nº 066.588.902-00).
1.4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Pauini - AM.
1.5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
1.6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).
1.8. Advogados constituídos nos autos: Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB/AM nº 4.177) e outros.
1.9. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 21/2015 - Plenário
Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 12/2015 - Plenário
Relator - Ministro AUGUSTO NARDES

ACÓRDÃO Nº 1397/2015 - TCU - Plenário

Considerando que a representação não preenche os requisitos de admissibilidade constantes nos arts. 235 c/c 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, haja vista não estar acompanhada de indícios concernentes à irregularidade ou ilegalidade;
Considerando que as exigências inseridas pela Superintendência Regional do Dnit nos estados de Goiás e Distrito Federal - MT, no item impugnado 11.6.3 do edital do Pregão Eletrônico 191/2015, encontram-se nos limites circunscritos pelo art. 31 da Lei 8.666/1993, assim como na diretriz estabelecida pelo item 9.1.10 do Acórdão 1214/2013 - Plenário;
Considerando, finalmente, o parecer técnico emitido pela Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás - Secex/GO (peças 3 a 5);
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso XXVI, c/c o art. 143, inciso V, alínea "a", do Regimento Interno do TCU, em:
a) não conhecer da presente representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade previstos no art. 235 do Regimento Interno do TCU;
b) arquivar o presente processo, com fundamento no parágrafo único do art. 237, c/c o parágrafo único do art. 235 do Regimento Interno do TCU;
c) dar ciência ao representante e ao representado.

1. Processo TC-011.448/2015-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Superintendência Regional do Dnit nos estados de Goiás e Distrito Federal - MT).
1.2. Relator: Ministro João Augusto Ribeiro Nardes.
1.3. Representante: Link Card Administração de Benefícios Ltda. (CNPJ 12.039.966/0001-11)
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás.
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1398/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, quanto ao processo a seguir relacionado, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243, e 250, inciso I, do Regimento Interno, em considerar atendidas as determinações constantes dos itens 9.2.1 e 9.2.2 do

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Acórdão 3.261/2012-TCU-Plenário, alterado pelos Acórdãos 405/2013-TCU-Plenário e 2.652/2014-TCU-Plenário, sem prejuízo das determinações abaixo transcritas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-013.710/2011-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Apensos: 017.347/2011-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Interessados: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (00.352.294/0001-10); Novatec Construcoes e Empreendimentos Ltda. (00.338.885/0001-33); Simbel - Construções e Empreendimentos Ltda. (03.682.492/0001-30)
1.3. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária; Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária - Superintendência Regional do Nordeste - MD
1.4. Relator: Ministro Augusto Nardes
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.8.1. Dar ciência desta deliberação à Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero);
1.8.2. Arquivar os presentes autos nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno do TCU.

Ata n° 21/2015 - Plenário
Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 26/2015 - Plenário
Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 1399/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c o Enunciado nº 145 da Súmula da Jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 547/2015 - TCU - Plenário, prolatado na Sessão de 18/3/2015, Ata nº 9/2015, relativamente ao item 8., para que, onde se lê "Raimundo Eufrásio dos Santos Júnior (OAB PE 24.183) e Fagner Francisco Lopes da Costa (OAB/PE 25.743)", leia-se "Raimundo Eufrásio dos Santos Júnior (OAB/PE 24.183), Fagnner Francisco Lopes da Costa (OAB/PE 25.743) e Sérgio Alberto Ribeiro Bacelar (OAB/PB 16.438)", mantendo-se os demais termos do acórdão ora retificado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.273/2014-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Mário Agostinho Neto, ex-Presidente do Ceneage (CPF 077.772.724-20), Roberto de Holanda Lucas, ex-Tesoureiro do Ceneage (CPF 270.066.114-15), Carlos Abílio Ferreira da Silva (CPF 931.221.014- 91) e Carlos Abílio Ferreira da Silva - EPP (APE - Abílio Produções e Eventos, (CNPJ 04.740.678/0001- 61)
1.2. Unidade: Centro Nacional de Educação Ambiental e Geração de Emprego - Ceneage
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
1.6. Advogados constituídos nos autos: Raimundo Eufrásio dos Santos Júnior (OAB/PE 24.183), Fagnner Francisco Lopes da Costa (OAB/PE 25.743) e Sérgio Alberto Ribeiro Bacelar (OAB/PB 16.438)
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1400/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 250 a 252 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em mandar fazer as seguintes determinações, conforme pareceres emitidos nos autos, arquivando estes em seguida:

1. Processo TC-018.512/2008-4 (ACOMPANHAMENTO)
1.1. Apensos: 004.120/2013-2 (ACOMPANHAMENTO); 028.686/2014-4 (COBRANÇA EXECUTIVA)
1.2. Interessado: Tribunal de Contas da União
1.3. Unidade: Prefeitura Municipal de Macapá/AP
1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (SECEX-AP).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinar, com fulcro no art. 250, inciso II, ao Ministério da Integração Nacional que, no prazo de 90 dias, contados a partir da ciência, encaminhe as seguintes informações a esta Corte:
1.8.1. caso tenha havido prestação de contas, conclusões acerca da avaliação de regularidade da prestação de contas do Convênio 75/2006 (Siafi 572375);
1.8.2. análise da solicitação de prorrogação de prazo do Convênio 75/2006 (Siafi 572375) realizada pelo município de Macapá.
1.9. Determinar à Secex-AP que monitore as determinações contidas no item anterior.

ACÓRDÃO Nº 1401/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, com fundamento no art. 27 da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, incisos I, II e III, e 218 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em dar quitação ao responsável, ante o recolhimento integral da multa que lhe foi cominada, conforme os pareceres emitidos nos autos:
Quitação relativa ao item 9.2 do Acórdão nº 1.095/2014 - Plenário, em Sessão de 30/4/2014, Ata nº 14/2014.
Valor original da multa: R$ 4.000,00data de origem: 30/4/2014
Valor recolhido: R$ 4.112,80data do recolhimento: 24/12/2014

1. Processo TC-019.825/2009-1 (MONITORAMENTO)
1.1. Apensos: 014.201/2014-3 (Solicitação); 033.323/2013-5 (Solicitação); 023.000/2007-9 (Relatório de Monitoramento); 019.192/2013-4 (Solicitação); 008.314/2010-1 (Relatório de Auditoria)
1.2. Responsável: Élio Bahia Souza (189.776.697-15), ex-Superintendente Regional do Dnit/ES
1.3. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes
1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária (SeinfraRod).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 21/2015 - Plenário
Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 25/2015 - Plenário
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 1402/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em deferir a solicitação de prorrogação efetuada pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB), autorizando a dilação do prazo fixado pelo item 9.3 do Acórdão 3.475/2014-TCU-Plenário para até 31/12/2015 e dando-lhe ciência deste acórdão, com cópia da instrução inicial (peça 2), devendo a unidade instrutiva prosseguir no cumprimento ao item 9.4 do referido acórdão e monitorar o exato atendimento das determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.315/2015-6 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsável: Jorge Antonio Deher Rachid (637.985.907-10)
1.2. Órgão/Entidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHid).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1403/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em considerar cumpridas as determinações proferidas nos subitens 9.1.1, 9.1.2, 9.1.3, 9.1.4 e 9.1.5 do Acórdão 1.008/2013-TCU-Plenário e em determinar o apensamento definitivo destes autos de monitoramento ao TC 015.642/2011-9, dando ciência deste acórdão, com cópia da instrução da unidade técnica (peça 41) à unidade jurisdicionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.409/2013-8 (MONITORAMENTO)
1.1. Apenso: TC-045.898/2012-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Interessado: Maria de Oliveira Campos (039.805.612-91)
1.3. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Amapá
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (SECEX-AP).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1404/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "a" e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em deferir o pedido de prorrogação formulado à peça 29, devendo ser contado após o término do prazo inicialmente concedido, bem como determinar que a Secex-RN conduza o monitoramento do item 9.5 do Acórdão 48/2015-TCU-Plenário, devendo ser dada ciência deste acórdão à unidade jurisdicionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-018.267/2014-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Interessado: Secretaria Executiva do Ministério da Educação
1.2. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1405/2015 - TCU - Plenário

Considerando que a DR/MG aplicou procedimento descrito no manual de licitações dos Correios, mediante a utilização de sistema apoiado em metodologia normatizada pela administração central desde 2009, afastando, com isso, a alegação de irregularidade praticada pelo gestor local;
Considerando que o documento enviado pela diretoria às empresas apresentava uma estimativa de valor de referência (peça 19, p. 9), o que permite concluir pela existência de um potencial fator de influência nas propostas recebidas, apto a concluir pela necessidade de recomendação;
Considerando que não restou confirmado o questionamento da representante acerca do suposto vício na elaboração do orçamento estimado para a contratação do objeto do Pregão Eletrônico n. 15000028/2015, realizado pela Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Minas Gerais - DR/MGEBCT;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em julgar a presente representação parcialmente procedente, indeferir a medida cautelar, ante o não preenchimento dos requisitos autorizadores, e em adotar as medidas a seguir, promovendo-se, ao final, o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.157/2015-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Interessado: Link Card Administração de Benefícios Ltda. - EPP (12.039.966/0001-11)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.6. Advogado constituído nos autos: Marcelo de Oliveira Lima (OAB/SP 283.405)
1.7. recomendar à Diretoria Regional da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos em Minas Gerais - DR/MG-EBCT que avalie a necessidade e a razoabilidade de evidenciar qualquer estimativa preliminar de valor por ocasião das solicitações, dirigidas a empresas do ramo, de cotações de preços (pesquisa de mercado) destinadas a subsidiar a definição dos preços-limite admitidos para o lote e os respectivos itens, uma vez que a divulgação da estimativa inicial da administração pode influenciar as propostas formuladas pelos particulares, enviesando a pesquisa de mercado;
1.8. encaminhar cópia desta deliberação à unidade jurisdicionada e à representante, bem como ao Gabinete da Presidência da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, juntamente com a instrução da unidade técnica (peça 22).

ACÓRDÃO Nº 1406/2015 - TCU - Plenário

Considerando que, consoante apurado pela unidade instrutiva, a empresa vencedora do certame apresentou três atestados de capacidade técnica, conforme previsto em Edital, dentro dos ditames legais do certame licitatório;
Considerando a necessidade de melhorar o procedimento ao se constatar incertezas sobre atendimento pelas licitantes de requisitos previstos em lei ou edital, especialmente dúvidas que envolvam critérios e atestados que objetivam comprovar a habilitação das empresas em disputa;
Considerando, finalmente, que não foi constatada ou demonstrada qualquer irregularidade ou vício que maculasse o certame, cuja ausência do *fumus boni iuris* conduz à impossibilidade de adoção de medida cautelar;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir por consequência a medida cautelar implicitamente pleiteada, dando ciência desta deliberação à unidade jurisdicionada e à representante, com cópia da instrução da unidade técnica (peça 7), e em determinar, ao final, o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.276/2015-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Minas Gerais - DR/MG
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 1407/2015 - TCU - Plenário

Considerando que não restaram evidenciadas as argumentações acerca de eventual descumprimento pela empresa Real JG dos requisitos de qualificação econômico-financeira, por não ter considerado o fato de que o patrimônio líquido apresentado por essa licitante pudesse ser atualizado, e técnica, ante à possibilidade de se aceitar o somatório dos atestados para comprovação de experiência mínima de três anos;

Considerando que resta consolidado o entendimento de que não se insere nas competências desta Corte de Contas o patrocínio de interesses privados, como evidencia a recente alteração regimental do art. 276, com vistas a substituir a expressão "direito alheio" por "interesse público", apto a ensejar a atuação do TCU, cuja tutela deverá ser pleiteada nas instâncias ordinárias do poder judiciário, nem se insere competência recursal em procedimentos de licitação da Administração Pública;

Considerando, finalmente, que não foi constatada ou demonstrada qualquer irregularidade ou vício que maculasse o certame, cuja ausência do *fumus boni iuris* conduz à impossibilidade de adoção de medida cautelar;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir por consequência a medida cautelar pleiteada, e em dar ciência desta deliberação à unidade jurisdicionada e à representante, com cópia da instrução da unidade técnica (peça 8), promovendo-se, ao final, o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.363/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Advogado constituído nos autos: André Puppin Macedo, OAB/DF 12.004
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 21/2015 - Plenário
Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 17/2015 - Plenário
Relator - Ministro VITAL DO RÊGO

ACÓRDÃO Nº 1408/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação ao responsável, Elian de Sousa Costa (124.099.602-00), diante do recolhimento integral da multa que lhe foi aplicada por intermédio do item 9.3 do Acórdão 3.087/2012-TCU-Plenário, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-013.980/2005-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2004)
1.1. Apensos: 011.090/2004-9 (Representação).
1.2. Responsáveis: Elian de Sousa Costa (124.099.602-00).
1.3. Entidade: Universidade Federal do Pará.
1.4. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.5. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (Secex-PA).
1.7. Advogado constituído nos autos: Fabíola Luise de Sousa Costa (OAB/PA 13.931) e Ronaldo de Siqueira Alves (OAB/PA 13.295).
1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1409/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 243, 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) no que tange às determinações e recomendações feitas à Fundação Universidade Federal do Amapá, por meio do Acórdão 1.626/2012-TCU-Plenário, considerar:

a.1) cumpridas as determinações dos subitens 9.1.1 e 9.1.2;

a.2) implementada a recomendação proferida no subitem 9.3;

a.3) parcialmente cumprida a determinação do subitem 9.1.3;

a.4) não cumprida a determinação do subitem 9.1.2.1;

b) no que tange às determinações e recomendações feitas ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá, por meio do Acórdão 1.626/2012-TCU-Plenário, considerar:

b.1) cumprida a determinação contida no subitem 9.2.1.

b.2) implementada a recomendação proferida no subitem 9.3.

b.3) parcialmente cumprida a determinação contida no subitem 9.2.2.

c) fazer as determinações especificadas nos subitens 1.6 a 1.9 da presente deliberação;

d) enviar cópia da presente deliberação, acompanhada da instrução da Unidade Técnica, à Universidade Federal do Amapá, ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá e à Procuradoria- Geral da República no Estado do Amapá;

e) encerrar os presentes autos, apensando-os, definitivamente, ao TC 015.650/2011-1, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Resolução-TCU 259, de 7/5/2014, c/c o art. 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU.

1. Processo TC-027.827/2012-7 (MONITORAMENTO)
1.1. Entidade: Fundação Universidade Federal do Amapá; Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (Secex-AP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar à Fundação Universidade Federal do Amapá que, no prazo de 30 dias:

1.6.1. encaminhe documentação que comprove a efetividade da determinação contida no subitem 9.1.3 do Acórdão 1.626/2012-TCU-Plenário;

1.6.2. encaminhe a documentação probatória que possibilite ao TCU verificar a compatibilidade de horários e bem como a licitude da situação funcional dos servidores relacionados na peça 23 do TC 015.650/2011-1, conforme determina o subitem 9.1.2.1 do Acórdão 1.626/2012-TCU-Plenário.

1.7. Determinar ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá que:

1.7.1. instaure, no prazo de 60 dias, o Processo Administrativo relativo ao servidor Sr. Clayton Jordan Espindola do Nascimento, CPF 646.977.972-72 e matrícula Siape 1808605, visando apurar possíveis indícios de declarações falsas e/ou omissas;

1.7.2. faça constar no Relatório de Gestão do exercício de 2015, no item consolidação das informações sobre o Processo Administrativo Disciplinar, o registro determinado pelo subitem 9.2.2 do Acórdão 1.626/2012-TCU-Plenário.

1.8. Determinar à Controladoria Regional da União no Amapá que, quando da emissão do Relatório de Auditoria Anual das contas do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amapá, verifique a inclusão do processo administrativo disciplinar referente ao servidor Clayton Jordan Espindola do Nascimento, CPF 646.977.972-72 e matrícula Siape 1808605, quanto ao cometimento de possíveis indícios de declarações falsas e/ou omissas relativas à sua situação funcional;

1.9. Determinar à Secex-AP que monitore, em processo específico, as determinações acima endereçadas.

ACÓRDÃO Nº 1410/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 243, 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) considerar atendida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano as determinações contidas no subitem 9.1 do Acórdão 1.681/2012-TCU - Plenário;

b) considerar atendida pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia as determinações contidas no subitem 9.2 do Acórdão 1.681/2012-TCU - Plenário;

c) considerar atendida pela Universidade Federal do Recôncavo da Bahia as determinações contidas no subitem 9.3 do Acórdão 1.681/2012-TCU - Plenário;

d) apensar os presentes autos ao processo ao TC 019.109/2011-3, com fundamento nos arts. 36 e 37 da Resolução-TCU 259/2014;

e) dar ciência ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano para que observe nos casos de concessão do auxílio-alimentação a legislação em vigor;

f) dar ciência desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano, ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia e à Universidade Federal do Recôncavo da Bahia;

g) encaminhar cópia da peça 63 do TC 019.109/2011-3 (Relatório de Fiscalização 665/2011) à Universidade Federal do Recôncavo Baiano para subsidiar o atendimento da determinação do subitem 1.7 desta deliberação.

1. Processo TC-041.158/2012-1 (MONITORAMENTO)
1.1. Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano (IF/Baiano); Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia (IFBA); Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB).
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex-BA).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinar ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia que informe a este Tribunal no próximo Relatório de Gestão e/ou Processos de Contas Anuais acerca do andamento dos processos administrativos instaurados contra os servidores Albano Portela Machado, Antenor Américo de Oliveira Filho, Carlos Alberto Gonzaga de Sá (processo de ressarcimento 23278.000428/2013-21), Cláudio Mário Nascimento (processo de ressarcimento 23278.000426/2013-31), Jener Gonçalves de Farias, José Carlson Gusmão da Silva, Jowaner de Oliveira Araújo, Márcia Betânia Amorim e Silva, Marcos de Oliveira Silva, Maria do Carmo Gomes Ferraz, Ricardo Leite Maciel, Roselandia Maria Serra Verde Coelho Rocha, Samuel Azevedo Santos, Selma Souza Davi, Vanessa dos Santos Picao, Virginia Silva Neves (processo de ressarcimento 23278.0004276/2013-86) e Fernando Augusto Pereira de Bulhões Carvalho.

1.7. Determinar à Universidade Federal do Recôncavo Baiano que informe a este Tribunal no próximo Relatório de Gestão e/ou Processos de Contas Anuais acerca do andamento do Mandado de Segurança impetrado pelo servidor Adílio Campos Portugal, especificado no item 3.8.9, alínea "b", do relatório da equipe de auditoria deste Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 1411/2015 - TCU - Plenário

Trata-se de representação formulada pela empresa DF Extintores, Cursos, Sistema Contra Incêndio, Informática e Serviços Ltda. quanto a possíveis irregularidades no Edital de Pregão Eletrônico 8/2015 do Instituto Nacional do Seguro Social, cujo objeto é a contratação de serviços de prevenção e combate a incêndio, pânico, abandono de edificação e primeiros socorros por meio de "Brigada de Bombeiros Particulares", para a Administração Central do INSS em Brasília/DF e demais Unidades de sua abrangência.

Considerando que a representante possui legitimidade para representar ao Tribunal, consoante disposto no inciso VII do art. 237, do Regimento Interno/TCU c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93;

Considerando que a representação preenche parcialmente os requisitos de admissibilidade do art. 235 do Regimento Interno do TCU, haja vista a matéria ser de competência do Tribunal, referir-se a responsável sujeito a sua jurisdição, conter nome legível, qualificação e endereço do representante;

Considerando, entretanto, que nenhum dos itens do edital que são mencionados pela empresa conferem com os itens constantes do texto do edital referente ao Pregão Eletrônico 8/2015;

Considerando, finalmente, que a linguagem adotada pela representante não é suficientemente clara, pois em certos trechos do documento encaminhado, não é possível compreender ou deduzir qual o seu questionamento;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso III, 235, parágrafo único e 237, parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em:

a) não conhecer da representação, por não preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 235, caput e parágrafo único, do Regimento Interno;

b) encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica à representante e ao Instituto Nacional do Seguro Social;

c) arquivar o processo.

1. Processo TC-011.545/2015-1 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Entidade: Instituto Nacional do Seguro Social
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1412/2015 - TCU - Plenário

Considerando que a representação preenche os requisitos de admissibilidade constante no art. 235 c/c o art. 237, parágrafo único, do Regimento Interno, c/c o no §1° do art. 113 da Lei 8.666/1993;

Considerando que a represente não logrou demonstrar a existência de interesse público no trato da suposta ilegalidade apontada, que é o parâmetro fundamental para determinar a atuação deste Tribunal no exercício da sua competência constitucional de realizar o controle externo da Administração Pública Federal;

Considerando que não restou atendido o requisito do fumus boni iuris e que ficou caracterizado o periculum in mora reverso;

Considerando que o deferimento do pleito cautelar formulado produziria danos à esfera jurídica de Furnas;

Considerando que não se vislumbra plausibilidade jurídica nas alegações de infringência ao disposto no art. 30, inciso II, e art. 3º, inciso I, § 1º, da Lei 8.666/1993;

Considerando que os elementos probatórios carreados aos autos são suficientes para respaldar a improcedência do pleito apresentado pela Sanecol Saneamento Ambiental e Ecológico Ltda.;

Considerando que a unidade técnica se posicionou pela improcedência da presente representação, bem como pelo indeferimento do pedido cautelar formulado pela representante;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art.113, §1º, da Lei 8.666/93, art. 43 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso XXVI, 17, inciso IV, 143, inciso III, 235, 237, inciso VII, parágrafo único, e 250, inciso I, do Regimento Interno, em conhecer da presente representação para, no mérito, considerá-la improcedente, indeferir o pedido de medida cautelar formulado pela empresa Sanecol Saneamento Ambiental e Ecológico Ltda., ante a inexistência dos requisitos e formalidades necessários à sua concessão, encaminhar cópia desta deliberação e da instrução da Unidade Técnica à representante e à Furnas e arquivar o processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-029.462/2014-2 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Sanecol Saneamento Ambiental e Ecológico Ltda. (CNPJ 08.864.823/0001-77).
1.1. Entidade: Furnas Centrais Elétricas S.A.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstatais).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1413/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, incisos III e V, "c", 235 e 237, inciso VI e parágrafo único, do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente Representação, para considerá-la, no mérito, parcialmente procedente, e adotar as seguintes medidas, de acordo com o parecer da Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte:

1. Processo TC-035.719/2012-5 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex-RN).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Medidas:
1.6.1. determinar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que, no prazo de trinta dias, encaminhe a seguinte documentação comprobatória:
1.6.1.1. processos e portarias de cessão ou prorrogação de cessão, ou comprovação da data de retorno, conforme o caso, além de comprovantes de reembolso ou esclarecimento acerca de sua desnecessidade, dos seguintes servidores: Ivina Ilka Cavalcanti da Silva, Carlos Newton de Souza Lima Júnior e Ana Cláudia Duarte Cardoso;
1.6.1.2. processos e portarias de cessão ou prorrogação de cessão atualizados, ou data de retorno, conforme o caso, dos seguintes servidores: a) Josenildo de Oliveira Dantas; b) Camila Layane Santos de Oliveira Cavalcanti; c) Luiz Ricardo Valdevino Lopes de Lima; d) Aristotelino Monteiro Ferreira; e) Ivina Ilka Cavalcanti da Silva; f) Josélia das Neves Silva; g) Francisco Gilson Dias Aires de Carvalho; h) Mara Virginia Noga Costa; i) Ruy Sergio de Medeiros Lima; j) Elias Nunes; k) Isaú Gerino Vilela da Silva; l) Edilson Bezerra de Andrade; e m) Danúzia Pinto da Silva;
1.6.1.3. reembolso dos servidores cedidos a órgãos e entidades das esferas estadual e municipal ou esclarecimento acerca de sua desnecessidade, conforme lista a seguir (acompanhado de relatório específico com quadro demonstrativo relativo a cada mês e não apenas cópias dos comprovantes): a) José Oliveira da Silva (comprovação relativa ao período de cessão à Prefeitura Municipal de Natal (2006 a 2007); b) Aristotelino Monteiro Ferreira (janeiro de 2009 a dezembro de 2010); c) Vladimir da Rocha França; d) Betania Leite Ramalho (2011 e início de 2013); e) Francisco Gilson Dias Aires de Carvalho; f) Mara Virginia Noga Costa; g) Eduardo Carlos de Melo (relativo à cessão para a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Norte anterior a 2004); h) Donália Cândida Nobre; i) Edilson Cosme Tavares; j) Carlos Newton de Souza Lima Junior; k) Carlos Alberto Freire Medeiros; l) Guaraci Soares de Maria; m) Antonio Alberto Cortez; n) Paulo Waldemiro Soares Cunha; o) Maria Bernardete Cordeiro de Sousa; p) Elias Nunes; q) Arnaldo Rodrigues Bezerra Filho; r) Eugenio Marcos Soares Cunha; s) Jacqueline Garcia Fernandes Dantas; t) Tarcisio Costa; u) Ana Claudia Duarte Cardoso; v) João Alberico Fernandes da Rocha; x) José Bezerra Filho; w) Isau Gerino Vilela da Silva; y) Zenaide Maia Calado Pereira dos Santos; z) Lana Patricia Cavalcanti Soriano de Souza; z1) Rejane Ferreira de Lima (indícios de débito); z2) Viviane Borges de Araujo; z3) Rosângela Maria Fonseca de Oliveira; z4) Rosa Cavalcante da Costa; z5) Onilson Rodrigues de Oliveira; z6) João Bosco Barreto Duclerc Pinheiro; z7) Maria José de Medeiros; z8) Antonio Carlos Farache Porto; e z9) Fabiano Sérgio Lima Pereira;
1.6.2. dar ciência à Universidade Federal do Rio Grande do Norte de que, no âmbito da Representação autuada como TC 035.719/2012-5, relativa a cessão de servidores para outros órgãos e entidades, identificou-se, após o exame da documentação encaminhada por aquela autarquia, a ocorrência das seguintes impropriedades;
1.6.2.1. afastamentos prévios à publicação das portarias de cessão, em violação ao disposto no art. 93, § 3º, da Lei 8.112/1990, e princípios do devido processo legal e da publicidade;
1.6.2.2. afastamentos não amparados por portarias de cessão ou de prorrogação de cessão, ou não amparados por portarias de prorrogação de cessão tempestivas, objeto de reiteradas convalidações, em violação ao disposto nos arts. 93, § 3º, da Lei 8.112/1990, e 2º, parágrafo único, do Decreto 4.050/2001, e aos princípios do devido processo legal e da publicidade;
1.6.2.3. intempestividade no pagamento dos reembolsos por parte dos órgãos e entidades cessionárias, em desacordo com o previsto no art. 4º, §§ 1º e 2º, do Decreto 4.050/2001;
1.6.2.4. cessões em casos não previstos na legislação, como na hipótese do servidor ser membro, já ocupar cargo ou deter emprego efetivo no órgão cessionário, em desacordo com o disposto no art. 93, inciso I, da Lei 8.112/1993 e Acórdão 6.785/2014-TCU-2ª Câmara;
1.6.2.5. afastamento por tempo indefinido, a título de cessão, para agência reguladora da esfera municipal, em desacordo com o disposto no art. 2º, parágrafo único, do Decreto 4.050/2001;
1.6.2.6. ausência de efetivo acompanhamento das cessões e adoção de providências por parte da UFRN, que resultou em afastamentos irregulares decorrentes da ausência de amparo em portarias de cessão ou de prorrogação de cessão ou de ausência de reembolso tempestivo, em desacordo com o disposto nos arts. 93, § 3º, da Lei 8.112/1990, e 4º, §§ 1º, 2º e 3º, do Decreto 4.050/2001, além da ausência de efetivo controle de frequência, em desacordo com o previsto nas portarias de cessão;
1.6.3. recomendar à Universidade Federal do Rio Grande do Norte, com fundamento no art. 250, inciso III, do RI/TCU, que avalie a oportunidade e a conveniência de:
1.6.3.1. ao ceder servidores com fulcro no art. 93, inciso I, da Lei 8.112/1990, especialmente para órgãos e entidades não pertencentes ao Executivo Federal, evitar que as cessões sejam prorrogadas por longos períodos, de forma contínua ou alternada, para o mesmo ou distintos órgãos e entidades, em desconformidade com os princípios que regem as cessões, como a excepcionalidade e a transitoriedade, e com Acórdãos 137/2011 e 1.551/2012, ambos do Plenário do TCU;
1.6.3.2. implementar medidas de forma a permitir que os sistemas informatizados de controle registrem, especialmente nos casos de cessões, o efetivo afastamento e retorno do servidor e não apenas a formalização de cessões, quem nem sempre refletem a realidade dos fatos;
1.6.4. dar ciência da presente deliberação ao Governo do Estado do Rio Grande do Norte e ao Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte para que adotem as medidas que entenderem cabíveis, no tocante à cessão à UFRN, por longos períodos, dos servidores estaduais Francisco Alves Sobrinho, Arnóbio da Penha Pacheco e Francisco de Assis Lima;
1.6.5. dar ciência deste acórdão, bem como da instrução da unidade técnica, à Universidade Federal do Rio Grande do Norte;
1.6.6. determinar à Secex/RN que monitore a determinação constante do item 16.1; e
1.6.7. arquivar o presente processo, nos termos do art. 237, parágrafo único, c/c o art. 250, inciso I, do Regimento Interno/TCU.

ACÓRDÃO Nº 1414/2015 - TCU - Plenário

Considerando a determinação constante do subitem 9.3 do Acórdão 2.519/2014-TCU-Plenário, no sentido de que a Sefip promovesse levantamento, no âmbito desta Corte, da jurisprudência pertinente ao tema tratado nestes autos;
Considerando o levantamento realizado pela Unidade Técnica, constante do parecer de peça 13, com cujas informações anuiu o MPTCU;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso III, 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU, em:
a)considerar cumprida a determinação constante do subitem 9.3 do Acórdão 2.519/2014-TCU-Plenário;
b)arquivar o presente processo.

1. Processo TC-038.901/2012-9 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão: Ministério da Educação.
1.2. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.3. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1415/2015 - TCU - Plenário

Trata-se de solicitação subscrita pelo Prefeito Municipal de Lagoa de Pedras, em que requer a este Tribunal a instauração de processo de tomada de contas especial em desfavor do ex-Prefeito da municipalidade, o Sr. José Jonas da Silva (CPF 106.314.964-91), em razão da não aprovação das contas do Convênio 700013/2008 (Siafi 625820), celebrado com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação-FND.
Considerando que a não aprovação das contas motivou a inscrição da municipalidade no Cadastro Único de Convênios-CAUC, impedindo-a de celebrar novos convênios, com substancial prejuízo ao interesse público local;
Considerando que a solicitação visa à regularização da situação do Município Lagoa de Pedras/RN junto aos órgãos públicos pertinentes;
Considerando, entretanto, que a solicitação em epígrafe não se enquadra em nenhuma das situações previstas no art. 59 da Resolução TCU 259/2014;
Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento nos arts. 143, inciso III, e 232, § 1º, do Regimento Interno do TCU, c/c o art. 59 da Resolução TCU 259/2014, ACORDAM, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) não conhecer da solicitação, por falta de amparo legal;
b) informar ao requerente que:
b.1) nos termos dos arts. 72 a 76 da Portaria Interministerial 507, de 24/11/2011, do Ministério da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria Geral da União, compete ao órgão ou entidade concedente dos recursos a análise e aprovação ou não de prestações de contas apresentadas pelos órgãos convenentes;
b.2) nos termos dos §§ 4º, 5º e 6º do art. 72 da Portaria Interministerial 507/2011, cabe ao prefeito e ao governador sucessor prestar contas dos recursos provenientes de convênios federais firmados por seus antecessores e, na impossibilidade de fazê-lo, deverá apresentar ao concedente justificativas que demonstrem o impedimento de prestar contas e as medidas adotadas para o resguardo do patrimônio público. E, quando a impossibilidade decorrer de ação ou omissão do antecessor, o novo administrador solicitará ao órgão concedente a instauração de tomada de contas especial; e
b.3) nos termos do §2º do art. 76 da Portaria Interministerial 507, de 24/11/2011, do Ministério da Fazenda, do Planejamento, Orçamento e Gestão e da Controladoria Geral da União, caso a prestação de contas não seja aprovada e exauridas todas as providências cabíveis para regularização da pendência ou reparação do dano, a autoridade competente do órgão concedente, sob pena de responsabilização solidária, registrará o fato no SICONV e adotará as providências necessárias à instauração da tomada de contas especial.
c) encerrar o processo.

1. Processo TC-011.021/2015-2 (SOLICITAÇÃO)
1.1. Interessado: Raniere César Amâncio da Silva (897.845.104-72).
1.2. Órgão: Prefeitura Municipal de Lagoa de Pedras - RN.
1.3. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Norte (Secex-RN).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 21/2015 - Plenário
Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 28/2015 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 1416/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula de Jurisprudência predominante no Tribunal de Contas da União, ACORDAM, por unanimidade, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão nº 360/2015-TCU- Plenário, como a seguir:

Item	Onde se lê....	Leia-se....
9.2.	Margos Benigno dos Santos	Marcos Benigno dos Santos
3, 9.5. e 9.7.2.2	Construtora Magalhães Ltda. - ME	Construtora Magalhães Ltda. - ME (atual RM Construções Ltda. - ME - EPP)
3 e 9.5.	Construtora Providência Ltda.	Construtora Providência Ltda. - ME
3 e 9.5.	E2 Engenharia Ltda.	E2 Engenharia Ltda. - ME
3 e 9.5.	Rio Sono Construções e Topografia Ltda.	Rio Sono Construções e Topografia Ltda. - EPP
3 e 9.5.	Tabocão Terraplenagem & Pavimentação Ltda.	Tabocão Terraplenagem & Pavimentação Ltda. - ME
3 e 9.5.	Técnica Viária - Eng. e Construções Ltda.	Técnica Viária - Eng. e Construções Ltda. - EPP

1. Processo TC-023.731/2010-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Responsáveis: Cleres Nelpides da Cruz (905.718.511-34); CM Construtora Ltda. (04.833.106/0001-27); CML Construtora Maria Ltda. (04.988.603/0001-02); Construtora Magalhães Ltda. - ME (atual RM Construções Ltda. - ME - EPP) (07.561.309/0001-08); Construtora Providência Ltda. (08.742.973/0001-08); E2 Engenharia Ltda. - ME (08.473.584/0001-24); Eurípedes Lourenço de Melo (533.858.961-34); Fransergio Alves Rocha (831.362.581-34); Leidilene Costa Lima (731.362.041-15); Leonarda Ramos dos Santos Sousa (941.983.301-15); Marcos Benigno dos Santos (854.567.481-34); Morema Construções Pavim. e Incorp. Ltda. (37.408.085/0001-51); Renilson Rodrigues Castro (784.093.651-20); RG Com e Constr. e Terraplanagem (05.667.996/0001-07); Rio Sono Construções e Topografia Ltda. - EPP (03.341.001/0001-98); Silvia Eletícia Batista Rocha (001.139.961-95); Solange Dias (861.204.681-53); Suelem Cardoso Ribeiro (734.620.631-20); Tabocão Terraplenagem & Pavim. Ltda. - ME (06.064.333/0001-60); Técnica Viária - Eng. e Construções Ltda. - EPP (26.890.988/0001-03); Tehcna Serviços de Engenharia Ltda. (07.540.978/0001-95)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Riachinho - TO
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Tocantins (SECEX-TO).
1.6. Advogados constituídos nos autos: Juvenal Klayber Coelho (OAB/TO 182-A), Roberta Rose Lima Siqueira de Sousa (OAB/DF 19.785) e outros

Ata n° 21/2015 - Plenário
Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 20/2015 - Plenário
Relator - Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 1417/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, considerando o pedido de parcelamento formulado pela Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais do Estado de Mato Grosso do Sul, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, alínea b, e 217 do Regimento Interno/TCU, em autorizar o parcelamento da importância devida em 36 (trinta e seis) parcelas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando ao responsável que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU), e com fulcro no art. 157 do Regimento Interno/TCU e 47, §§ 1º e 2º, da Resolução/TCU n. 259/2014, em sobrestar o presente processo durante o período do parcelamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.201/2015-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Federação dos Trabalhadores e Trabalhadoras Assalariados Rurais do Estado de Mato Grosso do Sul (15.412.000/0001-76); Geraldo Teixeira de Almeida (171.461.001-20); Madalena Balbueno da Silva (519.030.401-91).

1.2. Órgão/Entidade: Coordenação-Geral do Fundo de Amparo ao Trabalhador - CG/FAT.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Mato Grosso do Sul (Secex/MS).

1.6. Advogado constituído nos autos: Bruno Navarro Dias, OAB/MS n. 14.239.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 1418/2015 - TCU - Plenário

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea a, do Regimento Interno/TCU, c/c os arts. 36, 37, 38 e 40 da Resolução/TCU n. 259/2014, em apensar o presente processo ao TC-011.185/2015-5 (Representação), de acordo com o parecer do Ministério Público/TCU:

1. Processo TC-046.313/2012-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Apenso: TC-001.754/2013-0 (Denúncia).

1.2. Representante: Ministério Público Junto ao Tribunal de Contas da União.

1.3. Órgão/Entidade: Conselho Federal de Odontologia - CFO.

1.4. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

Ata n° 21/2015 - Plenário

Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária

RELAÇÃO Nº 20/2015 - Plenário

Relator - Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

ACÓRDÃO Nº 1419/2015 - TCU - Plenário

Considerando que os presentes autos tratam de acompanhamento da execução do Convênio Siconv nº 779102, firmado entre o Instituto Brasileiro de Profissionalização, Educação, Ecologia e Cultura (Ibrapec) e a Fundação Cultural Palmares (FCP), e do Convênio nº 05135/2008 (Siafi nº 701139), firmado entre o Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), conforme determinado no item 9.1 do Acórdão 3.458/2013-TCU-Plenário, prolatado quando da apreciação do levantamento de riscos de transferências voluntárias a entidades privadas sediadas em Goiás, tendo como principais objetivos avaliar a supervisão dos órgãos concedentes, os riscos de não consecução dos objetivos das transferências, eventuais boas práticas e oportunidades de melhoria na implementação de políticas públicas (TC 019.408/2013-7);

Considerando que, por meio do Ofício nº 1150/2014-TCU/SECEX-GO, foi realizada diligência junto à Secretaria-Executiva do MDA solicitando o encaminhamento, no prazo de 15 d ias, de documentação comprobatória da instauração da Tomada de Contas Especial relativa ao Convênio nº 05135/2008 (Siafi nº 701139), firmado com o Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, bem como de informação sobre o prazo previsto para a conclusão da TCE;

Considerando que a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MDA, tempestivamente, informou, mediante o Ofício nº 689/2014/SPOA/MDAM, datado de 14/10/2014, que o processo não havia sido encaminhado para instauração de TCE porque o Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado estaria encontrando dificuldades em concluir os lançamentos nas abas corretas do Siconv, motivo que levou o MDA a conceder- lhe prazo adicional para conclusão e envio da prestação de contas final a ser expirado em novembro de 2014;

Considerando que, diante de tal informação, foi determinado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), por meio do item 1.7. do Acórdão 3.547/2014-TCU-Plenário, prolatado em 9/12/2014, que encaminhasse a este Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, as conclusões finais acerca da análise das prestações de contas do Convênio nº 05135/2008 (Siconv/Siafi nº 701139), firmado com o Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado;

Considerando que o MDA encaminhou, em março de 2015, o Ofício nº 169/2015/SPOA/MDA (Peça nº 29), lavrado pelo Sr. Mário Dutra Amaral, subsecretário substituto de Planejamento, Orçamento e Administração, por meio do qual informou que o processo relativo ao Convênio nº 701139/2008, celebrado com o Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado, será encaminhado à Coordenação de Contabilidade daquele Ministério para providências e que, se for o caso, instaurará a competente tomada de contas especial;

Considerando, pelo exposto, que a determinação exarada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) por meio do item 1.7. do Acórdão 3.547/2014-TCU-Plenário, não foi integralmente cumprida, já que as conclusões finais acerca da análise das prestações de contas do Convênio nº 05135/2008 (Siconv/Siafi nº 701139) não foram encaminhadas;

Considerando, dessa forma, que se mostra necessário o encaminhamento de nova determinação ao MDA para que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, as conclusões finais acerca da análise das prestações de contas do Convênio nº 05135/2008 (Siconv/Siafi nº 701139), instaurando, se for o caso, a competente tomada de contas especial dentro do mesmo prazo ora concedido;

Considerando, por fim, que o órgão deve ser advertido que a reincidência no descumprimento de determinação do TCU pode ensejar a aplicação de multa prevista no art. 58 da Lei nº 8.443/1992;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Plenário, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 8º, § 1º, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "c", e 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, aprovado pela Resolução nº 246/2011, em fazer as seguintes determinações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.488/2014-7 (ACOMPANHAMENTO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas da União.

1.2. Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

1.3. Relator: Ministro-Substituto André Luís de Carvalho.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (Secex/GO).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que apresente, no prazo de 30 (trinta) dias, as conclusões finais acerca da análise das prestações de contas do Convênio nº 05135/2008 (Siconv/Siafi nº 701139), instaurando, se for o caso, a competente tomada de contas especial dentro do mesmo prazo ora concedido;

1.7.2. à Secex/GO que informe o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que a reincidência no descumprimento de determinação do TCU pode ensejar a aplicação de multa prevista no art. 58 da Lei nº 8.443/1992.

Ata n° 21/2015 - Plenário

Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

Por meio de apreciação unitária de processos, o Plenário proferiu os Acórdãos de nºs 1420 a 1455, a seguir transcritos e incluídos no Anexo III desta Ata, juntamente com os relatórios e os votos em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 1420/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.626/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Agravo

3. Interessado: Tech Mahindra Servicos de Informatica Ltda (09.302.110/0001-82).

4. Órgão: Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Advogados constituídos nos autos: Marco Tayah, OAB/RJ 11.951, Kamille Mourão, OAB/RJ 197.698, e outros (peças 11 e 12); Ivan Henrique Moraes Lima, OAB/SP 236.578, Leonardo Lima Cordeiro, OAB/SP 221.676 e outros (peças 59 e 60).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação versando sobre possíveis irregularidades na condução do Pregão Eletrônico 102/2014, realizado no âmbito do Tribunal Regional Federal da 2ª Região;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1.com fundamento no art. 289 do Regimento Interno deste Tribunal, conhecer do agravo interposto pela empresa Tech Mahindra Serviços de Informática Ltda., para, no mérito, negar a ele provimento;

9.2.rejeitar o pedido de adoção de medida cautelar apresentado pela empresa Tech Mahindra Serviços de Informática Ltda., por meio do qual se insurge contra ato do Tribunal Regional Federal da 2ª Região que anulou a homologação do Pregão Eletrônico 102/2014;

9.3.com fundamento no art. 276, §5º, do Regimento Interno deste Tribunal, rever, de ofício, a medida cautelar por meio da qual foi determinado ao TRF-2 que fossem suspendidos os atos decorrentes do Pregão Eletrônico 102/2014; e

9.4.restituir os autos à Secex/RJ, para análise do mérito, com a urgência que o caso requer.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1420-21/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1421/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 010.945/2014-8.

2. Grupo I - Classe de Assunto V - Relatório de Acompanhamento

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Fundação Nacional de Saúde; Ministério da Integração Nacional (vinculador) e Ministério das Cidades (vinculador);

4. Entidades: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba, Fundação Nacional de Saúde; Ministério das Cidades (vinculador) e Ministério da Integração Nacional (vinculador)

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de fiscalização de orientação centralizada de natureza operacional com vistas ao acompanhamento de obras de esgotamento sanitário em municípios a serem beneficiados pelo Programa de Integração do Rio São Francisco (Pisf), nos estados de Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. determinar ao Ministério das Cidades que remeta ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da notificação, plano de ação, contendo cronograma de adoção das medidas necessárias para sanear os problemas apontados (Anexo 4), no tocante aos convênios Siafi 593850, 593854, 593858, 593859, 593860, 593861, 593863, 594686, 594687, 594709, 595598, 604685, 604687, 604688, 606926, 612087, 646291, 668736, 670677, 670693, 670732 e 671785, com o nome dos responsáveis por estas medidas;

9.2. determinar à Fundação Nacional de Saúde que remeta ao Tribunal, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da notificação, plano de ação, contendo cronograma de adoção das medidas necessárias para sanear os problemas apontados (Anexo 5) no tocante aos convênios Siafi 530852, 531412,531849, 533282, 533559, 534578, 555410, 555837, 556813, 557704, 569648, 573802, 590956, 627883, 627921, 627924, 628197, 628535, 628568, 633232, 633318, 636695, 644434, 644732, 648683, 649342, 649343, 649458, 649670, 649942, 649954, 650064, 650531, 650910, 650913, 651031, 652128, 657589, 657646, 657651, 657657, 657662, 657731, 657759, 657788, 659378, 659379, 662270, 666558, 666570, 668721, 668723, 668732, 668734, 668744, 668765, 668785, 668787, 668789, 668790, 668808, 669272, 669285, 669298, 669489, 669492, 669518, 669519, 671618, 671765, 671774, 672416, 672417, 672428, 672432, 672453, 673655, 678786, 751893, 763259, 778261 e 781305, com o nome dos responsáveis por estas medidas;

9.3. recomendar ao Ministério da Integração Nacional que intensifique as ações junto ao Ministério das Cidades e à Fundação Nacional de Saúde, em associação com os governos estaduais e municipais, no sentido de buscar aumentar a cobertura dos serviços de esgotamento sanitário nos municípios relacionados ao Pisf, em especial naqueles com influência direta na qualidade das águas a serem transpostas;

9.4. encaminhar cópia do presente relatório de auditoria operacional, bem como do Voto e Acórdão, ao Ministério da Integração Nacional, à Casa Civil da Presidência da República, ao Ministério das Cidades, à Fundação Nacional de Saúde, ao Senado Federal, à Câmara dos Deputados, à Comissão de Fiscalização Financeira e Controle da Câmara dos Deputados, à Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle do Senado Federal, à Receita Federal do Brasil, aos governos dos quatro estados que serão beneficiados pelo Pisf (Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará), às respectivas Assembleias Legislativas e Tribunais de Contas Estaduais, à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHid) e à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb) do TCU;

9.5. determinar à Secex/PB o monitoramento proposto no item 187 deste relatório, mediante abertura de novo processo com essa finalidade;

9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1421-21/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 1422/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 015.383/2011-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Tomada de Contas Especial.

3.Responsáveis: Abílio Martins Ferreira (038.485.587-34); Adeli Francisco de Santana (721.511.537-20); Ademir Jose de Menezes (118.806.191-72); Ademir José Ciriaco (025.027.607-04); Albino Baptista Castro (029.273.657-68); Altair Dias da Silva (464.003.627-20); Antônio Figueredo de Santana (355.115.327-20); Clarice Helena dos Santos Vieira Cesário (025.938.087-30); Eliana Silva de Souza (570.551.227-91); Elizabeth Schwan Ferreira (839.520.717-49); Ely Dias Duarte (556.289.237-53); Gelson Adalberto Teixeira (339.889.007-53); Guilherme Soares Teixeira (267.981.827-04); Ida Novello (775.935.537-87); Joel Carneiro Viana (372.603.407-20); José Luiz Campos (204.964.437-04); José Rodrigues de Lima (359.436.967-68); João Batista Ribeiro da Silva (375.653.977-68); João Silvano da Silva (184.856.777-49); Lealice Nóbrega Pinto da Silva (375.225.587-00); Luiz Gonzaga Torres (681.715.794-34); Mafalda Pereira Penha (736.373.357-00); Maria Elba Magalhães de Meio Neto (315.629.067-04); Maria Ester de Pinho Souza (904.659.467-04); Maria Neide Viana (049.272.653-15); Maria Teresa Viana da Costa (757.382.878-00); Maria Therezinha Camara (446.233.057-91); Maria da Conceição Monteiro Ribeiro (763.231.107-68); Marlene Machado Brandão (035.626.797-00); Marlene Vieira de Santana (596.797.517-91); Marília Aldighieri Silva Pinto (187.693.307-00); Neube Carvalho (540.056.127-68); Sandra Maria da Silva e Silva (814.847.637-34); Sueli Garcia Rodrigues de Oliveira (405.954.807-30); Suely Farias Nunes da Silva (142.010.544-20); Tânia Nascimento de Barros (359.672.697-20); Vicente Maurício Alves (305.386.887-34); Walmira Araújo Rocha (299.460.007-25); Zenaide Laise Farago (285.199.118-38).

4. Órgão: Instituto Nacional do Seguro Social.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

8. Advogados constituídos nos autos: Wellington França da Silveira (OAB/SP 235.277); Marcio Fernando Aparecido Amorozini (OAB/SP 242.635); Erlande Nunes Filgueira (OAB/RJ 105.793); Tathiana Loureiro (OAB/RJ 176.936-E); Clóvis Sahione (OAB/RJ 13.393); Danilo Sahione (OAB/RJ 56.034); Pedro Henrique Delocco Alves (OAB/RJ 164.687); Carlos Leno de Moraes Sarmento (OAB/RJ 75.458); Carlos Vargas Farias (OAB/RJ 74.153); Roberto Abreu Da Costa (OAB/RJ 86.146); Guilherme Scott (OAB/RJ 59.350); Darcy Alanbert Rodrigues (OAB-RJ 38.964); Antonio Correa da Cunha (OAB/RJ 75794).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), em razão de prejuízo causado pela concessão irregular de benefícios previdenciários;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1.excluir da relação processual os segurados Abílio Martins Ferreira (CPF 038.485.587-34), Adeli Francisco de Santana (CPF 721.511.537-20), Ademir José Ciriaco (CPF 025.027.607-04), Altair Dias da Silva (CPF 464.003.627-20), Antônio Figueredo de Santana (CPF 355.115.327-20), Ely Dias Duarte (CPF 556.289.237-53), Elizabeth Schwan Ferreira (CPF 839.520.717-49), Gelson Adalberto Teixeira (CPF 339.889.007-53), Guilherme Soares Teixeira (CPF 267.981.827-04), Ida Novello (CPF 775.935.537-87), João Batista Ribeiro da Silva (CPF 375.653.977-68), João Silvano da Silva (CPF 184.856.777-49), Joel Carneiro Viana (CPF 372.603.407-20), José Luiz Campos (CPF 204.964.437-04), José Rodrigues de Lima (CPF 359.436.967-68), Lealice Nóbrega Pinto da Silva (CPF 375.225.587-00), Luiz Gonzaga Torres (CPF 681.715.794-34), Mafalda Pereira Penha (CPF 736.373.357-00), Maria da Conceição Monteiro Ribeiro (CPF 763.231.107-68), Maria Elba Magalhães de Meio Neto (CPF 315.629.067-04), Maria Ester de Pinho Souza (CPF 904.659.467-04), Maria Neide Viana (CPF 049.272.653-15), Maria Teresa Viana da Costa (CPF 757.382.878-00), Maria Therezinha Camara (CPF 447.233.057-91), Marília Aldighieri Silva Pinto (CPF 187.693.307-00), Marlene Machado Brandão (CPF 035.626.797-00), Marlene Vieira de Santana (CPF 596.797.517-91), Neube Carvalho (CPF 540.056.127-68), Sandra Maria da Silva e Silva (CPF 814.847.637-34), Sueli Garcia Rodrigues de Oliveira (CPF 405.954.807-30), Tânia Nascimento de Barros (CPF 359.672.697-20), Vicente Maurício Alves (CPF 305.386.887-34), Walmira Araújo Rocha (CPF 299.460.007-25) e Zenaide Laise Farago (CPF 285.199.118-38);

9.2.declarar a revelia da Sra. Eliana Silva de Souza (CPF 570.551.227-91), com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.3.com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", e §§ 1º e 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, e §§ 1º e 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Eliana Silva de Souza (CPF 570.551.227-91), condenando-a ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência de concessões irregulares de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos em consequência dos pagamentos efetuados aos seguintes segurados:

9.3.1.Abílio Martins Ferreira (CPF 038.485.587-34)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/11/1997	Débito	3.403,61
1/12/1997	Débito	963,29
1/1/1998	Débito	963,29
1/2/1998	Débito	963,29
1/3/1998	Débito	963,29
1/4/1998	Débito	963,29
1/5/1998	Débito	963,29

9.3.2.Adeli Francisco de Santana (CPF 721.511.537-20)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/9/1997	Débito	428,11
1/10/1997	Débito	675,97
1/11/1997	Débito	901,29
1/12/1997	Débito	675,97
1/1/1998	Débito	675,97
1/2/1998	Débito	675,97
1/3/1998	Débito	675,97
1/4/1998	Débito	675,97
1/5/1998	Débito	675,97
1/6/1998	Débito	700,23
1/7/1998	Débito	700,23
1/8/1998	Débito	700,23
1/9/1998	Débito	700,23
1/10/1998	Débito	700,23
1/11/1998	Débito	1.400,46
1/12/1998	Débito	700,23
1/1/1999	Débito	700,23
1/2/1999	Débito	700,23
1/3/1999	Débito	700,23
1/4/1999	Débito	700,23
1/5/1999	Débito	700,23

9.3.3.Ademir José Ciriaco (CPF 025.027.607-04)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/8/1997	Débito	1.970,81
1/9/1997	Débito	649,76
1/10/1997	Débito	649,76
1/11/1997	Débito	1.028,78
1/12/1997	Débito	649,76
1/1/1998	Débito	649,76
1/2/1998	Débito	649,76
1/3/1998	Débito	649,76
1/4/1998	Débito	649,76
1/5/1998	Débito	649,76
1/6/1998	Débito	681,01
1/7/1998	Débito	681,01
1/8/1998	Débito	681,01
1/9/1998	Débito	681,01
1/10/1998	Débito	681,01
1/11/1998	Débito	1.362,02
1/12/1998	Débito	681,01
1/1/1999	Débito	681,01
1/2/1999	Débito	681,01
1/3/1999	Débito	681,01
1/4/1999	Débito	681,01
1/3/2000	Débito	712,34
1/4/2000	Débito	3.846,63
1/5/2000	Débito	712,34
1/6/2000	Débito	753,72
1/7/2000	Débito	753,72
1/8/2000	Débito	753,72
1/9/2000	Débito	753,72
1/10/2000	Débito	753,72
1/11/2000	Débito	1.507,44
1/12/2000	Débito	753,72
1/1/2001	Débito	753,72

9.3.4. Altair Dias da Silva (CPF 464.003.627-20)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/11/1997	Débito	3.403,61
1/12/1997	Débito	963,29
1/1/1998	Débito	963,29
1/2/1998	Débito	963,29
1/3/1998	Débito	963,29
1/4/1998	Débito	963,29
1/5/1998	Débito	963,29
1/1/2000	Débito	9.325,83
1/2/2000	Débito	1.047,84
1/3/2000	3.403,61	1.047,84
1/4/2000	963,29	1.047,84
1/5/2000	963,29	1.047,84
1/6/2000	963,29	1.108,71
1/7/2000	963,29	1.108,71
1/8/2000	963,29	1.108,71
1/9/2000	963,29	1.108,71
1/10/2000	9.325,83	1.108,71
1/11/2000	1.047,84	2.217,42
1/12/2000	1.047,84	1.108,71
1/1/2001	1.047,84	1.108,71
1/2/2001	1.047,84	1.108,71
1/3/2001	1.108,71	1.108,71
1/4/2001	1.108,71	1.108,71
1/5/2001	1.108,71	1.108,71
1/6/2001	1.108,71	1.193,63
1/7/2001	1.108,71	1.193,63
1/8/2001	2.217,42	1.193,63
1/9/2001	1.108,71	1.193,63
1/10/2001	1.108,71	1.193,63
1/11/2001	1.108,71	2.387,26
1/12/2001	1.108,71	1.193,63
1/1/2002	1.108,71	1.193,63
1/2/2002	1.108,71	1.241,03
1/3/2002	1.193,63	1.193,63
1/4/2002	1.193,63	1.193,63
1/5/2002	1.193,63	1.193,63
1/6/2002	1.193,63	1.303,44
1/7/2002	1.193,63	1.303,44
1/8/2002	2.387,26	1.303,44
1/9/2002	1.193,63	1.303,44
1/10/2002	1.193,63	1.303,44
1/11/2002	1.241,03	2.606,88
1/12/2002	1.193,63	1.303,44
1/1/2003	1.193,63	1.303,44
1/2/2003	1.193,63	1.303,44
1/3/2003	1.303,44	1.303,44
1/4/2003	1.303,44	1.303,44
1/5/2003	1.303,44	1.303,44
1/6/2003	1.303,44	1.560,34
1/7/2003	1.303,44	1.560,34
1/8/2003	2.606,88	1.560,34
1/9/2003	1.303,44	1.560,34
1/10/2003	1.303,44	1.560,34
1/11/2003	1.303,44	3.120,68
1/12/2003	1.303,44	1.560,34
1/1/2004	1.303,44	1.560,34
1/2/2004	1.303,44	1.560,34
1/3/2004	1.560,34	1.560,34
1/4/2004	1.560,34	1.560,34
1/5/2004	1.560,34	1.631,02
1/6/2004	1.560,34	1.631,02
1/7/2004	1.560,34	1.631,02
1/8/2004	3.120,68	1.631,02
1/9/2004	1.560,34	1.661,02
1/10/2004	1.560,34	1.631,02
1/11/2004	1.560,34	3.262,04
1/12/2004	1.560,34	1.631,02
1/1/2005	1.560,34	1.631,02
1/2/2005	1.631,02	1.631,02
1/3/2005	1.631,02	1.631,02
1/4/2005	1.631,02	1.631,02
1/5/2005	1.631,02	1.734,67
1/6/2005	1.661,02	1.734,67
1/7/2005	1.631,02	1.734,67
1/8/2006	3.262,04	1.734,67
1/9/2005	1.631,02	1.734,67
1/10/2005	1.631,02	1.734,67
1/11/2005	1.631,02	3.469,34
1/12/2005	1.631,02	1.734,67
1/1/2006	1.631,02	1.734,67
1/2/2006	1.734,67	1.734,67
1/3/2006	1.734,67	1.734,67
1/4/2006	1.734,67	1.821,40
1/5/2006	1.734,67	1.821,40
1/6/2006	1.734,67	1.821,40
1/7/2006	1.734,67	1.821,40
1/8/2006	3.469,34	2.732,10
1/9/2006	1.734,67	1.821,57
1/10/2006	1.734,67	1.821,57
1/11/2006	1.734,67	2.732,27
1/12/2006	1.734,67	1.821,57
1/1/2007	1.821,40	1.821,57
1/2/2007	1.821,40	1.821,57
1/3/2007	1.821,40	1.821,57
1/4/2007	1.821,40	1.890,16
1/5/2007	2.732,10	1.881,68
1/6/2007	1.821,57	1.881,68
1/7/2007	1.821,57	1.881,68
1/8/2007	2.732,27	2.822,52
1/9/2007	1.821,57	1.881,68
1/10/2007	1.821,57	1.881,68

9.3.5. Antônio Figueredo de Santana (CPF 355.115.327-20)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/7/1997	Débito	223,94
1/8/1997	Débito	1.343,40
1/9/1997	Débito	1.918,89
1/10/1997	Débito	1.918,89
1/11/1997	Débito	2.638,49
1/12/1997	Débito	1.918,89
1/1/1998	Débito	1.918,89
1/2/1998	Débito	1.918,89
1/3/1998	Débito	1.918,89
1/4/1998	Débito	1.918,89
1/5/1998	Débito	1.918,89
1/6/1998	Débito	1.999,37
1/7/1998	Débito	1.999,37
1/8/1998	Débito	1.999,37
1/9/1998	Débito	1.999,37
1/10/1998	Débito	1.999,37
1/11/1998	Débito	3.998,74
1/12/1998	Débito	1.999,37
1/1/1999	Débito	1.999,37
1/2/1999	Débito	1.999,37
1/3/1999	Débito	1.999,37
1/7/1999	Débito	1.048,04
1/8/1999	Débito	2.096,08
1/9/1999	Débito	1.048,04
1/10/1999	Débito	1.048,04
1/11/1999	Débito	2.096,08
1/12/1999	Débito	1.048,04
1/1/2000	Débito	1.048,04
1/2/2000	Débito	1.048,04
1/3/2000	Débito	1.048,04
1/4/2000	Débito	1.048,04
1/5/2000	Débito	1.048,04
1/6/2000	Débito	1.108,93
1/7/2000	Débito	1.108,93
1/8/2000	Débito	1.108,93

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1/9/2000	Débito	1.108,93
1/10/2000	Débito	1.108,93
1/11/2000	Débito	2.217,86
1/12/2000	Débito	1.108,93
1/1/2001	Débito	1.108,93
1/2/2001	Débito	1.108,93
1/3/2001	Débito	1.108,93
1/4/2001	Débito	1.108,93
1/5/2001	Débito	1.108,93
1/6/2001	Débito	1.193,87
1/7/2001	Débito	1.193,87
1/8/2001	Débito	1.193,87
1/9/2001	Débito	1.193,87
1/10/2001	Débito	1.193,87
1/11/2001	Débito	2.387,74
1/12/2001	Débito	1.193,87
1/1/2002	Débito	1.193,87
1/2/2002	Débito	1.193,87
1/3/2002	Débito	1.193,87
1/4/2002	Débito	1.193,87
1/5/2002	Débito	1.193,87
1/6/2002	Débito	1.303,70
1/7/2002	Débito	1.303,70
1/8/2002	Débito	1.303,70

9.3.6.Ely Dias Duarte (CPF 556.289.237-53)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/11/1997	Débito	310,41
1/3/1998	Débito	6.301,45
1/4/1998	Débito	931,25
1/5/1998	Débito	931,25

9.3.7.Elizabeth Schwan Ferreira (CPF 839.520.717-49)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/6/1997	Débito	3.475,16
1/7/1997	Débito	951,10
1/8/1997	Débito	951,10
1/9/1997	Débito	951,10
1/10/1997	Débito	951,10
1/11/1997	Débito	1.743,68
1/12/1997	Débito	954,57
1/1/1998	Débito	951,10
1/2/1998	Débito	951,10
1/3/1998	Débito	951,10
1/4/1998	Débito	951,10
1/5/1998	Débito	951,10
1/6/1998	Débito	996,84
1/7/1998	Débito	996,84
1/8/1998	Débito	996,84
1/9/1998	Débito	996,84
1/10/1998	Débito	996,84
1/11/1998	Débito	1.993,68
1/12/1998	Débito	996,84
1/1/1999	Débito	996,84
1/2/1999	Débito	996,84
1/3/1999	Débito	996,84

9.3.8.Gelson Adalberto Teixeira (CPF 339.889.007-53)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/7/1997	Débito	1.284,08
1/8/1997	Débito	566,89
1/9/1997	Débito	566,89
1/10/1997	Débito	566,89
1/11/1997	Débito	897,57
1/12/1997	Débito	566,89
1/1/1998	Débito	566,89
1/2/1998	Débito	566,89
1/3/1998	Débito	566,89
1/4/1998	Débito	566,89
1/5/1998	Débito	566,89
1/6/1998	Débito	594,15
1/7/1998	Débito	594,15
1/8/1998	Débito	594,15
1/9/1998	Débito	594,15
1/10/1998	Débito	594,15
1/11/1998	Débito	1.188,30
1/12/1998	Débito	594,15
1/1/1999	Débito	594,15
1/2/1999	Débito	594,15
1/3/1999	Débito	594,15
1/4/1999	Débito	594,15
1/5/1999	Débito	594,15

9.3.9.Guilherme Soares Teixeira (CPF 267.981.827-04)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/11/1997	Débito	3.403,61
1/12/1997	Débito	963,29
1/1/1998	Débito	963,29
1/2/1998	Débito	963,29
1/3/1998	Débito	963,29
1/4/1998	Débito	963,29
1/5/1998	Débito	963,29
1/7/2000	Débito	1.108,71
1/8/2000	Débito	3.859,06
1/9/2000	Débito	1.108,71
1/10/2000	Débito	1.108,71
1/11/2000	Débito	2.217,42
1/12/2000	Débito	1.108,71
1/1/2001	Débito	1.108,71
1/2/2001	Débito	1.108,71
1/3/2001	Débito	1.108,71
1/4/2001	Débito	1.108,71
1/5/2001	Débito	1.108,71
1/6/2001	Débito	1.193,63
1/7/2001	Débito	1.193,63
1/8/2001	Débito	1.193,63
1/9/2001	Débito	1.193,63
1/10/2001	Débito	1.193,63
1/11/2001	Débito	2.387,26
1/12/2001	Débito	1.193,63
1/1/2002	Débito	1.193,63
1/2/2002	Débito	1.193,63
1/3/2002	Débito	1.193,63
1/4/2002	Débito	1.193,63
1/5/2002	Débito	1.193,63
1/6/2002	Débito	1.303,44
1/7/2002	Débito	1.303,44
1/8/2002	Débito	1.303,44
1/9/2002	Débito	1.303,44
1/10/2002	Débito	1.303,44
1/11/2002	Débito	2.606,88
1/12/2002	Débito	1.303,44
1/1/2003	Débito	1.303,44
1/2/2003	Débito	1.303,44
1/3/2003	Débito	1.303,44
1/4/2003	Débito	1.303,44
1/5/2003	Débito	1.303,44
1/6/2003	Débito	1.560,34
1/7/2003	Débito	1.560,34
1/8/2003	Débito	1.560,34
1/9/2003	Débito	1.560,34
1/10/2003	Débito	1.560,34
1/11/2003	Débito	3.120,68
1/12/2003	Débito	1.560,34
1/1/2004	Débito	1.560,34
1/2/2004	Débito	1.560,34
1/3/2004	Débito	1.560,34
1/4/2004	Débito	1.560,34
1/5/2004	Débito	1.631,02
1/6/2004	Débito	1.631,02
1/7/2004	Débito	1.631,02
1/8/2004	Débito	1.631,02
1/9/2004	Débito	1.631,02
1/10/2004	Débito	1.631,02
1/11/2004	Débito	3.262,04
1/12/2004	Débito	1.631,02
1/1/2005	Débito	1.631,02
1/2/2005	Débito	1.631,02
1/3/2005	Débito	1.631,02
1/4/2005	Débito	1.631,02
1/5/2005	Débito	1.734,67
1/6/2005	Débito	1.734,67
1/7/2005	Débito	1.734,67
1/8/2005	Débito	1.734,67
1/9/2005	Débito	1.734,67
1/10/2005	Débito	1.734,67
1/11/2005	Débito	3.469,34
1/12/2005	Débito	1.734,67
1/1/2006	Débito	1.734,67
1/2/2006	Débito	1.734,67
1/3/2006	Débito	1.734,67
1/4/2006	Débito	1.821,40
1/5/2006	Débito	1.821,40
1/6/2006	Débito	1.821,40
1/7/2006	Débito	1.821,40
1/8/2006	Débito	1.821,40
1/9/2006	Débito	1.821,57
1/10/2006	Débito	1.821,57
1/11/2006	Débito	3.643,14
1/12/2006	Débito	1.821,57
1/1/2007	Débito	1.821,57
1/2/2007	Débito	1.821,57
1/3/2007	Débito	1.821,57
1/4/2007	Débito	1.881,68
1/5/2007	Débito	1.881,68
1/6/2007	Débito	1.881,68
1/7/2007	Débito	1.881,68
1/8/2007	Débito	2.822,52

9.3.10 Ida Novello (CPF 775.935.537-87)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/6/1997	Débito	734,50
1/7/1997	Débito	668,08
1/8/1997	Débito	668,08
1/9/1997	Débito	668,08
1/10/1997	Débito	668,08
1/11/1997	Débito	1.057,79
1/12/1997	Débito	668,08
1/1/1998	Débito	668,08
1/2/1998	Débito	668,08
1/3/1998	Débito	668,08
1/4/1998	Débito	668,08
1/5/1998	Débito	668,08
1/6/1998	Débito	700,21
1/7/1998	Débito	700,21
1/8/1998	Débito	700,21
1/9/1998	Débito	700,21
1/10/1998	Débito	700,21
1/11/1998	Débito	1.400,42
1/12/1998	Débito	700,21
1/1/1999	Débito	700,21
1/2/1999	Débito	700,21
1/3/1999	Débito	700,21
1/11/2000	Débito	1.550,00
1/12/2000	Débito	929,98
1/1/2001	Débito	775,00
1/2/2001	Débito	775,00
1/3/2001	Débito	775,00
1/4/2001	Débito	775,00
1/5/2001	Débito	775,00
1/6/2001	Débito	834,36
1/7/2001	Débito	834,36
1/8/2001	Débito	834,36
1/9/2001	Débito	834,36
1/10/2001	Débito	834,36
1/11/2001	Débito	1.668,72
1/12/2001	Débito	834,36
1/1/2002	Débito	834,36
1/2/2002	Débito	834,36
1/3/2002	Débito	834,36
1/4/2002	Débito	834,36
1/5/2002	Débito	834,36
1/6/2002	Débito	911,12
1/7/2002	Débito	911,12
1/8/2002	Débito	911,12
1/9/2002	Débito	911,12
1/10/2002	Débito	911,12
1/11/2002	Débito	1.822,24
1/12/2002	Débito	911,12
1/1/2003	Débito	911,12
1/2/2003	Débito	911,12
1/3/2003	Débito	911,12
1/4/2003	Débito	911,12
1/5/2003	Débito	911,12
1/6/2003	Débito	1.090,70
1/7/2003	Débito	1.090,70
1/8/2003	Débito	1.090,70
1/9/2003	Débito	1.090,70
1/10/2003	Débito	1.090,70
1/11/2003	Débito	2.181,40
1/12/2003	Débito	1.090,70
1/1/2004	Débito	1.090,70
1/2/2004	Débito	1.090,70
1/3/2004	Débito	1.090,70
1/4/2004	Débito	1.090,70
1/5/2004	Débito	1.140,10
1/6/2004	Débito	1.140,10
1/7/2004	Débito	1.140,10
1/8/2004	Débito	1.140,10
1/9/2004	Débito	1.140,10
1/10/2004	Débito	1.140,10
1/11/2004	Débito	2.280,20
1/12/2004	Débito	1.140,10
1/1/2005	Débito	1.140,10
1/2/2005	Débito	1.140,10
1/3/2005	Débito	1.140,10
1/4/2005	Débito	1.140,10
1/5/2005	Débito	1.212,55
1/6/2005	Débito	1.212,55
1/7/2005	Débito	1.212,55
1/8/2005	Débito	1.212,55
1/9/2005	Débito	1.212,55
1/10/2005	Débito	1.212,55
1/11/2005	Débito	2.425,10
1/12/2005	Débito	1.212,55
1/1/2006	Débito	1.212,55
1/2/2006	Débito	1.212,55
1/3/2006	Débito	1.212,55
1/4/2006	Débito	1.273,17
1/5/2006	Débito	1.273,17
1/6/2006	Débito	1.273,17
1/7/2006	Débito	1.273,17
1/8/2006	Débito	1.909,75
1/9/2006	Débito	1.273,29
1/10/2006	Débito	1.273,29
1/11/2006	Débito	1.909,87
1/12/2006	Débito	1.273,29
1/1/2007	Débito	1.273,29
1/2/2007	Débito	1.273,29
1/3/2007	Débito	1.273,29
1/4/2007	Débito	1.315,30
1/5/2007	Débito	1.315,30
1/6/2007	Débito	1.315,30
1/7/2007	Débito	1.315,30
1/8/2007	Débito	1.972,95
1/9/2007	Débito	1.315,30
1/10/2007	Débito	1.315,30
1/11/2007	Débito	1.183,77

9.3.11João Batista Ribeiro da Silva (CPF 375.653.977-68)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/11/1997	Débito	4.177,02
1/12/1997	Débito	724,34
1/1/1998	Débito	724,34
1/2/1998	Débito	724,34
1/3/1998	Débito	724,34
1/4/1998	Débito	724,34
1/5/1998	Débito	724,34

9.3.12.João Silvano da Silva (CPF 184.856.777-49)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/11/1997	Débito	3.628,38
1/12/1997	Débito	963,29
1/1/1998	Débito	963,29
1/2/1998	Débito	963,29
1/3/1998	Débito	963,29
1/4/1998	Débito	963,29
1/5/1998	Débito	963,29
1/10/1999	Débito	2.095,68
1/11/1999	Débito	2.095,68
1/12/1999	Débito	1.047,84
1/1/2000	Débito	3.492,82
1/2/2000	Débito	1.047,84
1/3/2000	Débito	1.047,84

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1/4/2000	Débito	1.047,84
1/5/2000	Débito	1.047,84
1/6/2000	Débito	1.108,71
1/7/2000	Débito	1.108,71
1/8/2000	Débito	1.108,71
1/9/2000	Débito	1.108,71
1/10/2000	Débito	1.108,71
1/11/2000	Débito	2.217,42
1/12/2000	Débito	1.108,71
1/1/2001	Débito	1.108,71
1/2/2001	Débito	1.108,71
1/3/2001	Débito	1.108,71
1/4/2001	Débito	1.108,71
1/5/2001	Débito	1.108,71
1/6/2001	Débito	1.193,63
1/7/2001	Débito	1.193,63
1/8/2001	Débito	1.193,63
1/9/2001	Débito	1.193,63
1/10/2001	Débito	1.193,63
1/11/2001	Débito	2.387,26
1/12/2001	Débito	1.193,63
1/1/2002	Débito	1.193,63
1/2/2002	Débito	1.193,63
1/3/2002	Débito	1.193,63
1/4/2002	Débito	1.193,63
1/5/2002	Débito	1.193,63
1/6/2002	Débito	1.303,44
1/7/2002	Débito	1.303,44
1/8/2002	Débito	1.303,44
1/9/2002	Débito	1.303,44
1/10/2002	Débito	1.303,44
1/11/2002	Débito	2.606,88
1/12/2002	Débito	1.303,44
1/1/2003	Débito	1.303,44
1/2/2003	Débito	1.303,44
1/3/2003	Débito	1.303,44
1/4/2003	Débito	1.303,44
1/5/2003	Débito	1.303,44
1/6/2003	Débito	1.560,34
1/7/2003	Débito	1.560,34
1/8/2003	Débito	1.560,34
1/9/2003	Débito	1.560,34
1/10/2003	Débito	1.560,34
1/11/2003	Débito	3.120,68
1/12/2003	Débito	1.560,34
1/1/2004	Débito	1.560,34
1/2/2004	Débito	1.560,34
1/3/2004	Débito	1.560,34
1/4/2004	Débito	1.560,34
1/5/2004	Débito	1.631,02
1/6/2004	Débito	1.631,02
1/7/2004	Débito	1.631,02
1/8/2004	Débito	1.631,02
1/9/2004	Débito	1.631,02
1/10/2004	Débito	1.631,02
1/11/2004	Débito	3.262,04
1/12/2004	Débito	1.631,02
1/1/2005	Débito	1.631,02
1/2/2005	Débito	1.631,02

9.3.13.José Luiz Campos (CPF 204.964.437-04)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/6/1997	Débito	5.201,92
1/7/1997	Débito	660,46
1/8/1997	Débito	660,46
1/9/1997	Débito	660,46
1/10/1997	Débito	660,46
1/11/1997	Débito	660,46
1/12/1997	Débito	663,10
1/1/1998	Débito	660,46
1/2/1998	Débito	660,46
1/3/1998	Débito	660,46
1/4/1998	Débito	660,46
1/5/1998	Débito	660,46
1/6/1998	Débito	692,22
1/7/1998	Débito	692,22
1/8/1998	Débito	692,22
1/9/1998	Débito	692,22
1/10/1998	Débito	692,22
1/11/1998	Débito	1.352,68
1/12/1998	Débito	692,22
1/1/1999	Débito	692,22
1/2/1999	Débito	692,22
1/3/1999	Débito	692,22
1/11/1999	Débito	692,22

9.3.14.José Rodrigues de Lima (CPF 359.436.967-68)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/10/1997	Débito	971,78
1/11/1997	Débito	1.214,72
1/12/1997	Débito	971,78
1/1/1998	Débito	971,78
1/2/1998	Débito	971,78
1/3/1998	Débito	971,78
1/4/1998	Débito	971,78
1/5/2000	Débito	1.048,88
1/6/2000	Débito	1.109,81
1/7/2000	Débito	1.109,81
1/8/2000	Débito	2.543,24
1/9/2000	Débito	1.109,81
1/10/2000	Débito	1.109,81
1/11/2000	Débito	2.219,62
1/12/2000	Débito	1.109,81
1/1/2001	Débito	1.109,81
1/2/2001	Débito	1.109,81
1/3/2001	Débito	1.109,81
1/4/2001	Débito	1.109,81
1/5/2001	Débito	1.109,81
1/6/2001	Débito	1.194,82
1/7/2001	Débito	1.194,82
1/8/2001	Débito	1.194,82
1/9/2001	Débito	1.194,82
1/10/2001	Débito	1.194,82
1/11/2001	Débito	2.389,64
1/12/2001	Débito	1.194,82
1/1/2002	Débito	1.194,82
1/2/2002	Débito	1.194,82
1/3/2002	Débito	1.194,82
1/4/2002	Débito	1.194,82
1/5/2002	Débito	1.194,82
1/6/2002	Débito	1.304,74
1/7/2002	Débito	1.304,74
1/8/2002	Débito	1.304,74
1/9/2002	Débito	1.304,74
1/10/2002	Débito	1.304,74
1/11/2002	Débito	2.609,48
1/12/2002	Débito	1.304,74
1/1/2003	Débito	1.304,74
1/2/2003	Débito	1.304,74
1/3/2003	Débito	1.304,74
1/4/2003	Débito	1.304,74
1/5/2003	Débito	1.304,74
1/6/2003	Débito	1.561,90
1/7/2003	Débito	1.561,90
1/8/2003	Débito	1.561,90
1/9/2003	Débito	1.561,90
1/10/2003	Débito	1.561,90

9.3.15. Lealice Nóbrega Pinto da Silva (CPF 375.225.587-00)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/12/1997	Débito	704,08
1/1/1998	Débito	982,45
1/2/1998	Débito	982,45
1/3/1998	Débito	982,45

9.3.16.Luiz Gonzaga Torres (CPF 681.715.794-34)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/10/1997	Débito	2.915,60
1/11/1997	Débito	1.361,68
1/12/1997	Débito	961,19
1/1/1998	Débito	961,19
1/2/1998	Débito	961,19
1/3/1998	Débito	961,19
1/4/1998	Débito	961,19

9.3.17.Mafalda Pereira Penha (CPF 736.373.357-00)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/7/1997	Débito	1.769,96
1/8/1997	Débito	585,79
1/9/1997	Débito	585,79
1/10/1997	Débito	585,79
1/11/1997	Débito	976,31
1/12/1997	Débito	585,79
1/1/1998	Débito	585,79
1/2/1998	Débito	585,79
1/3/1998	Débito	585,79
1/4/1998	Débito	585,79
1/5/1998	Débito	585,79
1/6/1998	Débito	613,96
1/7/1998	Débito	613,96
1/8/1998	Débito	613,96
1/9/1998	Débito	613,96
1/10/1998	Débito	613,96
1/11/1998	Débito	1.227,92
1/12/1998	Débito	613,96
1/1/1999	Débito	613,96
1/2/1999	Débito	613,96
1/3/1999	Débito	613,96
1/4/1999	Débito	613,96
1/5/1999	Débito	613,96
1/10/1999	Débito	877,70
1/11/1999	Débito	1.284,44
1/12/1999	Débito	642,22
1/1/2000	Débito	642,22
1/2/2000	Débito	642,22
1/3/2000	Débito	642,22
1/4/2000	Débito	642,22
1/5/2000	Débito	642,22
1/6/2000	Débito	679,53
1/7/2000	Débito	679,53
1/8/2000	Débito	679,53
1/9/2000	Débito	679,53
1/10/2000	Débito	679,53
1/11/2000	Débito	1.359,06
1/12/2000	Débito	679,53
1/1/2001	Débito	679,53
1/2/2001	Débito	679,53
1/3/2001	Débito	679,53
1/4/2001	Débito	679,53
1/5/2001	Débito	679,53
1/6/2001	Débito	731,58
1/7/2001	Débito	731,58
1/8/2001	Débito	731,58
1/9/2001	Débito	731,58
1/10/2001	Débito	731,58
1/11/2001	Débito	1.463,16
1/12/2001	Débito	731,58
1/1/2002	Débito	731,58
1/2/2002	Débito	731,58
1/3/2002	Débito	731,58
1/4/2002	Débito	731,58
1/5/2002	Débito	731,58
1/6/2002	Débito	798,88
1/7/2002	Débito	798,88
1/8/2002	Débito	798,88
1/9/2002	Débito	798,88
1/10/2002	Débito	798,88
1/11/2002	Débito	1.597,76
1/12/2002	Débito	798,88
1/1/2003	Débito	798,88
1/2/2003	Débito	798,88
1/3/2003	Débito	798,88
1/4/2003	Débito	798,88
1/5/2003	Débito	798,88
1/6/2003	Débito	956,33
1/7/2003	Débito	956,33
1/8/2003	Débito	956,33

9.3.18.Maria da Conceição Monteiro Ribeiro (CPF 763.231.107-68)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/4/1997	Débito	1.817,84
1/5/1997	Débito	619,72
1/6/1997	Débito	634,15
1/7/1997	Débito	634,15
1/8/1997	Débito	634,15
1/9/1997	Débito	634,15
1/10/1997	Débito	634,15
1/11/1997	Débito	1.215,45
1/12/1997	Débito	636,58
1/1/1998	Débito	634,15
1/2/1998	Débito	634,15
1/3/1998	Débito	634,15
1/4/1998	Débito	634,15
1/5/1998	Débito	634,15
1/6/1998	Débito	664,65
1/7/1998	Débito	664,65
1/8/1998	Débito	664,65
1/9/1998	Débito	664,65
1/10/1998	Débito	664,65
1/11/1998	Débito	1.329,30
1/12/1998	Débito	664,65
1/1/1999	Débito	664,65
1/2/1999	Débito	664,65
1/3/1999	Débito	664,65
1/4/1999	Débito	664,65
1/5/1999	Débito	664,65

9.3.19.Maria Elba Magalhães de Meio Neto (CPF 315.629.067-04)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/11/1997	Débito	4.321,78
1/12/1997	Débito	903,51
1/1/1998	Débito	903,51
1/2/1998	Débito	903,51
1/3/1998	Débito	903,51
1/4/1998	Débito	903,51
1/5/1998	Débito	903,51

9.3.20.Maria Ester de Pinho Souza (CPF 904.659.467-04)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/12/1997	Débito	614,51
1/1/1998	Débito	996,52
1/2/1998	Débito	996,52
1/3/1998	Débito	996,52
1/4/1998	Débito	996,52
1/5/1998	Débito	996,52
1/4/2000	Débito	2.098,86
1/5/2000	Débito	1.067,22
1/6/2000	Débito	1.129,22
1/7/2000	Débito	1.129,22
1/8/2000	Débito	1.129,22
1/9/2000	Débito	1.129,22
1/10/2000	Débito	1.129,22
1/11/2000	Débito	2.258,44
1/12/2000	Débito	1.129,22
1/1/2011	Débito	1.129,22
1/2/2001	Débito	1.129,22
1/3/2001	Débito	1.129,22
1/4/2001	Débito	1.129,22
1/5/2001	Débito	1.129,22
1/6/2001	Débito	1.215,71
1/7/2001	Débito	1.215,71
1/8/2001	Débito	1.215,71
1/9/2001	Débito	1.215,71
1/10/2001	Débito	1.215,71
1/11/2001	Débito	2.431,42
1/12/2001	Débito	1.215,71
1/1/2002	Débito	1.215,71
1/2/2002	Débito	1.263,11
1/3/2002	Débito	1.215,71
1/4/2002	Débito	1.215,71
1/5/2002	Débito	1.215,71
1/6/2002	Débito	1.327,55
1/7/2002	Débito	1.327,55
1/8/2002	Débito	1.327,55
1/9/2002	Débito	1.327,55
1/10/2002	Débito	1.327,55
1/11/2002	Débito	2.655,10
1/12/2002	Débito	1.327,55
1/1/2003	Débito	1.327,55

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1/2/2003	Débito	1.327,55
1/3/2003	Débito	1.327,55
1/4/2003	Débito	1.327,55
1/5/2003	Débito	1.327,55
1/6/2003	Débito	1.589,21
1/7/2003	Débito	1.589,21
1/8/2003	Débito	1.589,21
1/9/2003	Débito	1.589,21
1/10/2003	Débito	1.589,21
1/11/2003	Débito	3.178,42
1/12/2003	Débito	1.589,21
1/1/2004	Débito	1.589,21
1/2/2004	Débito	1.589,21
1/3/2004	Débito	1.589,21
1/4/2004	Débito	1.589,21
1/5/2004	Débito	1.661,20
1/6/2004	Débito	1.661,20
1/7/2004	Débito	1.661,20
1/8/2004	Débito	1.661,20
1/9/2004	Débito	1.691,20
1/10/2004	Débito	1.661,20
1/11/2004	Débito	3.322,40
1/12/2004	Débito	1.661,20
1/1/2005	Débito	1.661,20
1/2/2005	Débito	1.661,20
1/3/2005	Débito	1.661,20
1/4/2005	Débito	1.661,20
1/5/2005	Débito	1.766,76
1/6/2005	Débito	1.766,76
1/7/2005	Débito	1.766,76
1/8/2005	Débito	1.766,76
1/9/2005	Débito	1.766,76
1/10/2005	Débito	1.766,76
1/11/2005	Débito	3.533,52
1/12/2005	Débito	1.766,76
1/1/2006	Débito	1.766,76
1/2/2006	Débito	1.766,76

9.3.21.Maria Neide Viana (CPF 049.272.653-15)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/11/1997	Débito	2.464,73
1/12/1997	Débito	732,10
1/1/1998	Débito	732,10
1/2/1998	Débito	732,10
1/3/1998	Débito	732,10
1/4/1998	Débito	732,10
1/5/1998	Débito	732,10
1/6/1998	Débito	761,31
1/7/2001	Débito	6.871,08
1/8/2001	Débito	907,08
1/9/2001	Débito	907,08
1/10/2001	Débito	907,08
1/11/2001	Débito	1.814,16
1/12/2001	Débito	907,08
1/1/2002	Débito	907,08
1/2/2002	Débito	909,20
1/3/2002	Débito	907,08
1/4/2002	Débito	907,08
1/5/2002	Débito	907,08
1/6/2002	Débito	990,53
1/7/2002	Débito	990,53
1/8/2002	Débito	990,53
1/9/2002	Débito	990,53
1/10/2002	Débito	990,53
1/11/2002	Débito	1.981,06
1/12/2002	Débito	990,53
1/1/2003	Débito	990,53
1/2/2003	Débito	990,53
1/3/2003	Débito	990,53
1/4/2003	Débito	990,53
1/5/2003	Débito	990,53
1/6/2003	Débito	1.185,76
1/7/2003	Débito	1.185,76
1/8/2003	Débito	1.185,76
1/9/2003	Débito	1.185,76
1/10/2003	Débito	1.185,76
1/11/2003	Débito	2.371,52
1/12/2003	Débito	1.185,76
1/1/2004	Débito	1.185,76
1/2/2004	Débito	1.185,76
1/3/2004	Débito	1.185,76
1/4/2004	Débito	1.185,76
1/5/2004	Débito	1.239,47
1/6/2004	Débito	1.239,47
1/7/2004	Débito	1.239,47
1/8/2004	Débito	1.239,47
1/9/2004	Débito	1.269,47
1/10/2004	Débito	1.239,47
1/11/2004	Débito	2.478,94
1/12/2004	Débito	1.239,47
1/1/2005	Débito	1.240,37
1/2/2005	Débito	1.239,47
1/3/2005	Débito	1.239,47
1/4/2005	Débito	1.239,47
1/5/2005	Débito	1.318,23
1/6/2005	Débito	1.318,23
1/7/2005	Débito	1.318,23
1/8/2005	Débito	1.318,23
1/9/2005	Débito	1.318,23
1/10/2005	Débito	1.318,23
1/11/2005	Débito	2.636,46
1/12/2005	Débito	1.318,23
1/1/2006	Débito	1.318,23
1/2/2006	Débito	1.318,23
1/3/2006	Débito	1.346,17
1/4/2006	Débito	1.384,14
1/5/2006	Débito	1.384,14
1/6/2006	Débito	1.384,14
1/7/2006	Débito	1.384,14
1/8/2006	Débito	2.076,21
1/9/2006	Débito	1.384,40
1/10/2006	Débito	1.384,27
1/11/2006	Débito	2.076,34
1/12/2006	Débito	1.384,27
1/1/2007	Débito	1.384,27
1/2/2007	Débito	1.384,27
1/3/2007	Débito	1.384,27
1/4/2007	Débito	1.438,43
1/5/2007	Débito	1.429,95
1/6/2007	Débito	1.429,95
1/7/2007	Débito	1.429,95
1/8/2007	Débito	2.144,92
1/9/2007	Débito	1.429,95
1/10/2007	Débito	1.429,95
1/11/2007	Débito	2.144,92
1/12/2007	Débito	1.429,95
1/1/2008	Débito	1.429,95
1/2/2008	Débito	1.429,95
1/3/2008	Débito	1.501,44
1/4/2008	Débito	1.501,44
1/5/2008	Débito	1.501,44
1/6/2008	Débito	1.501,44
1/7/2008	Débito	1.501,44
1/8/2008	Débito	2.252,16
1/9/2008	Débito	1.501,44
1/10/2008	Débito	1.501,44
1/11/2008	Débito	2.252,16
1/12/2008	Débito	1.501,44

9.3.22.Maria Teresa Viana da Costa (CPF 757.382.878-00)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/8/1997	Débito	110,78
1/9/1997	Débito	664,69
1/10/1997	Débito	664,69
1/11/1997	Débito	886,25
1/12/1997	Débito	664,69
1/1/1998	Débito	664,69
1/2/1998	Débito	664,69
1/3/1998	Débito	664,69
1/4/1998	Débito	664,69
1/5/1998	Débito	664,69
1/6/1998	Débito	691,21
1/7/1998	Débito	691,21
1/8/1998	Débito	691,21
1/9/1998	Débito	691,21
1/10/1998	Débito	691,21
1/11/1998	Débito	1.382,42
1/12/1998	Débito	691,21
1/1/1999	Débito	691,21
1/2/1999	Débito	691,21
1/3/1999	Débito	691,21
1/12/2000	Débito	765,06
1/1/2001	Débito	2.091,14
1/2/2001	Débito	765,06
1/3/2001	Débito	765,06
1/4/2001	Débito	765,06
1/5/2001	Débito	765,06
1/6/2001	Débito	823,66
1/7/2001	Débito	823,66
1/8/2001	Débito	823,66
1/9/2001	Débito	823,66
1/10/2001	Débito	823,66
1/11/2001	Débito	1.647,32
1/12/2001	Débito	823,66
1/1/2002	Débito	823,66
1/2/2002	Débito	823,66
1/3/2002	Débito	823,66
1/4/2002	Débito	823,66
1/5/2002	Débito	823,66
1/6/2002	Débito	899,43
1/7/2002	Débito	899,43
1/8/2002	Débito	899,43
1/9/2002	Débito	899,43
1/10/2002	Débito	899,43
1/11/2002	Débito	1.798,86
1/12/2002	Débito	899,43
1/1/2003	Débito	899,43
1/2/2003	Débito	899,43
1/3/2003	Débito	899,43
1/4/2003	Débito	899,43
1/5/2003	Débito	899,43
1/6/2003	Débito	1.076,70
1/7/2003	Débito	1.076,70
1/8/2003	Débito	1.076,70
1/9/2003	Débito	1.076,70
1/10/2003	Débito	1.076,70
1/11/2003	Débito	2.153,40
1/12/2003	Débito	1.076,70
1/1/2004	Débito	1.076,70
1/2/2004	Débito	1.076,70
1/3/2004	Débito	1.076,70
1/4/2004	Débito	1.076,70
1/5/2004	Débito	1.125,47
1/6/2004	Débito	1.125,47
1/7/2004	Débito	1.125,47
1/8/2004	Débito	1.125,47
1/9/2004	Débito	1.125,47
1/10/2004	Débito	1.125,47
1/11/2004	Débito	2.250,94
1/12/2004	Débito	1.125,47
1/1/2005	Débito	1.125,47
1/2/2005	Débito	1.125,47
1/3/2005	Débito	1.125,47
1/4/2005	Débito	1.125,47
1/5/2005	Débito	1.196,99
1/6/2005	Débito	1.196,99
1/7/2005	Débito	1.196,99
1/8/2005	Débito	1.196,99
1/9/2005	Débito	1.196,99
1/10/2005	Débito	1.196,99
1/11/2005	Débito	2.393,98
1/12/2005	Débito	1.196,99
1/1/2006	Débito	1.196,99
1/2/2006	Débito	1.196,99
1/3/2006	Débito	1.196,99
1/4/2006	Débito	1.256,83
1/5/2006	Débito	1.256,83
1/6/2006	Débito	1.256,83
1/7/2006	Débito	1.256,83
1/8/2006	Débito	1.885,24
1/9/2006	Débito	1.256,95
1/10/2006	Débito	1.256,95
1/11/2006	Débito	1.885,36
1/12/2006	Débito	1.256,95
1/1/2007	Débito	1.256,95
1/2/2007	Débito	1.256,95
1/3/2007	Débito	1.256,95
1/4/2007	Débito	1.298,42
1/5/2007	Débito	1.298,42
1/6/2007	Débito	1.298,42
1/7/2007	Débito	1.298,42
1/8/2007	Débito	1.947,63

9.3.23.Maria Therezinha Camara (CPF 447.233.057-91)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/9/1997	Débito	3.270,66
1/10/1997	Débito	726,79
1/11/1997	Débito	1.211,31
1/12/1997	Débito	726,79
1/1/1998	Débito	726,79
1/2/1998	Débito	726,79
1/3/1998	Débito	726,79
1/4/1998	Débito	726,79
1/5/1998	Débito	726,79
1/6/1998	Débito	761,74
1/7/1998	Débito	761,74
1/8/1998	Débito	761,74
1/9/1998	Débito	761,74
1/10/1998	Débito	761,74
1/11/1998	Débito	1.523,48
1/12/1998	Débito	761,74
1/1/1999	Débito	761,74

9.3.24.Marília Aldighieri Silva Pinto (CPF 187.693.307-00)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/12/1997	Débito	5.238,47
1/1/1998	Débito	961,19
1/2/1998	Débito	961,19
1/3/1998	Débito	961,19
1/4/1998	Débito	961,19
1/5/1998	Débito	961,19
1/8/1998	Débito	1.003,48
1/9/1998	Débito	1.003,48
1/10/1998	Débito	1.003,48

9.3.25.Marlene Machado Brandão (CPF 035.626.797-00)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/11/1997	Débito	665,62
1/12/1997	Débito	665,63
1/1/1998	Débito	665,63
1/2/1998	Débito	665,63
1/3/1998	Débito	665,63
1/4/1998	Débito	665,63
1/5/1998	Débito	665,63
1/7/2000	Débito	757,12
1/8/2000	Débito	757,12
1/9/2000	Débito	757,12
1/10/2000	Débito	757,12
1/11/2000	Débito	1.514,24
1/12/2000	Débito	883,32
1/1/2001	Débito	757,12
1/2/2001	Débito	757,12
1/3/2001	Débito	757,12
1/4/2001	Débito	757,12
1/5/2001	Débito	757,12
1/6/2001	Débito	815,11
1/7/2001	Débito	815,11
1/8/2001	Débito	815,11
1/9/2001	Débito	815,11
1/10/2001	Débito	815,11
1/11/2001	Débito	1.630,22
1/12/2001	Débito	815,11
1/1/2002	Débito	815,11
1/2/2002	Débito	815,11
1/3/2002	Débito	815,11
1/4/2002	Débito	815,11
1/5/2002	Débito	815,11
1/6/2002	Débito	890,10
1/7/2002	Débito	890,10
1/8/2002	Débito	890,10
1/9/2002	Débito	890,10
1/10/2002	Débito	890,10
1/11/2002	Débito	1.780,20
1/12/2002	Débito	890,10
1/1/2003	Débito	890,10
1/2/2003	Débito	890,10
1/3/2003	Débito	890,10
1/4/2003	Débito	890,10

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1/5/2003	Débito	890,10
1/6/2003	Débito	1.065,53
1/7/2003	Débito	1.065,53
1/8/2003	Débito	1.065,53
1/9/2003	Débito	1.065,53
1/10/2003	Débito	1.065,53
1/11/2003	Débito	2.131,06
1/12/2003	Débito	1.065,53
1/1/2004	Débito	1.065,53
1/2/2004	Débito	1.065,53
1/3/2004	Débito	1.065,53
1/4/2004	Débito	1.065,53
1/5/2004	Débito	1.113,79
1/6/2004	Débito	1.113,79
1/7/2004	Débito	1.113,79
1/8/2004	Débito	1.113,79
1/9/2004	Débito	1.113,79
1/10/2004	Débito	1.113,79
1/11/2004	Débito	2.227,58
1/12/2004	Débito	1.487,18
1/1/2005	Débito	1.489,28
1/2/2005	Débito	1.490,71
1/3/2005	Débito	1.491,81
1/4/2005	Débito	1.316,85
1/5/2005	Débito	1.396,89
1/6/2005	Débito	1.397,39
1/7/2005	Débito	1.397,22
1/8/2005	Débito	1.397,12
1/9/2005	Débito	1.396,97
1/10/2005	Débito	1.396,98
1/11/2005	Débito	2.726,94
1/12/2005	Débito	1.397,94
1/1/2006	Débito	1.398,28
1/2/2006	Débito	1.398,58
1/3/2006	Débito	1.405,92
1/4/2006	Débito	1.465,29
1/5/2006	Débito	1.465,33
1/6/2006	Débito	1.465,37
1/7/2006	Débito	1.465,27
1/8/2006	Débito	2.163,28
1/9/2006	Débito	1.465,54
1/10/2006	Débito	1.465,53
1/11/2006	Débito	2.163,87
1/12/2006	Débito	1.466,26
1/1/2007	Débito	1.466,81
1/2/2007	Débito	1.467,22
1/3/2007	Débito	1.467,51
1/4/2007	Débito	1.513,89
1/5/2007	Débito	1.514,01
1/6/2007	Débito	1.514,16
1/7/2007	Débito	1.514,36
1/8/2007	Débito	2.235,63
1/9/2007	Débito	1.515,06
1/10/2007	Débito	1.515,24
1/11/2007	Débito	2.236,52
1/12/2007	Débito	1.515,79
1/1/2008	Débito	1.516,58
1/2/2008	Débito	1.517,17
1/3/2008	Débito	1.589,67
1/4/2008	Débito	1.590,10
1/5/2008	Débito	1.590,52

9.3.26.Marlene Vieira de Santana (CPF 596.797.517-91)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/12/1997	Débito	4.993,05
1/1/1998	Débito	963,29
1/2/1998	Débito	963,29
1/3/1998	Débito	963,29
1/4/1998	Débito	963,29

9.3.27.Neube Carvalho (CPF 540.056.127-68)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/12/1997	Débito	946,69
1/1/1998	Débito	996,52
1/2/1998	Débito	996,52
1/3/1998	Débito	996,52
1/4/1998	Débito	996,52
1/5/1998	Débito	996,52
1/6/1998	Débito	1.020,23
1/10/1998	Débito	1.020,23
1/11/1998	Débito	2.040,46
1/12/1998	Débito	1.020,23
1/1/1999	Débito	1.020,23
1/2/1999	Débito	1.020,23
1/3/1999	Débito	4.080,92
1/4/1999	Débito	1.020,23
1/5/1999	Débito	1.020,23
1/6/1999	Débito	1.067,26

9.3.28.Sandra Maria da Silva e Silva (CPF 814.847.637-34)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/11/1997	Débito	3.243,06
1/12/1997	Débito	963,29
1/1/1998	Débito	963,29
1/2/1998	Débito	963,29
1/3/1998	Débito	963,29
1/4/1998	Débito	963,29
1/5/1998	Débito	963,29
1/6/2000	Débito	1.108,71
1/7/2000	Débito	1.108,71
1/8/2000	Débito	9.945,44
1/9/2000	Débito	1.108,71
1/10/2000	Débito	1.108,71
1/11/2000	Débito	2.217,42
1/12/2000	Débito	1.108,71
1/1/2001	Débito	1.108,71
1/2/2001	Débito	1.108,71
1/3/2001	Débito	1.108,71
1/4/2001	Débito	1.108,71
1/5/2001	Débito	1.108,71
1/6/2001	Débito	1.193,63
1/7/2001	Débito	1.193,63
1/8/2001	Débito	1.193,63
1/9/2001	Débito	1.193,63
1/10/2001	Débito	1.193,63
1/11/2001	Débito	2.387,26
1/12/2001	Débito	1.193,63
1/1/2002	Débito	1.193,63
1/2/2002	Débito	1.193,63
1/3/2002	Débito	1.193,63
1/4/2002	Débito	1.193,63
1/5/2002	Débito	1.193,63
1/6/2002	Débito	1.303,44
1/7/2002	Débito	1.303,44
1/8/2002	Débito	1.303,44
1/9/2002	Débito	1.303,44
1/10/2002	Débito	1.303,44
1/11/2002	Débito	2.606,88
1/12/2002	Débito	1.303,44
1/1/2003	Débito	1.303,44
1/2/2003	Débito	1.303,44
1/3/2003	Débito	1.303,44
1/4/2003	Débito	1.303,44
1/5/2003	Débito	1.303,44
1/6/2003	Débito	1.560,34
1/7/2003	Débito	1.560,34
1/8/2003	Débito	1.560,34
1/9/2003	Débito	1.560,34
1/10/2003	Débito	1.560,34
1/11/2003	Débito	3.120,68
1/12/2003	Débito	1.560,34
1/1/2004	Débito	1.560,34
1/2/2004	Débito	1.560,34
1/3/2004	Débito	1.560,34
1/4/2004	Débito	1.560,34
1/5/2004	Débito	1.631,02
1/6/2004	Débito	1.631,02
1/7/2004	Débito	1.631,02
1/8/2004	Débito	1.631,02
1/9/2004	Débito	1.631,02
1/10/2004	Débito	1.631,02
1/11/2004	Débito	3.262,04
1/12/2004	Débito	1.631,02
1/1/2005	Débito	1.631,02
1/2/2005	Débito	1.631,02
1/3/2005	Débito	1.631,02
1/4/2005	Débito	1.631,02
1/5/2005	Débito	1.734,67
1/6/2005	Débito	1.734,67
1/7/2005	Débito	1.734,67
1/8/2005	Débito	1.734,67
1/9/2005	Débito	1.734,67
1/10/2005	Débito	1.734,67
1/11/2005	Débito	3.469,34
1/12/2005	Débito	1.734,67
1/1/2006	Débito	1.734,67

9.3.29.Sueli Garcia Rodrigues de Oliveira (CPF 405.954.807-30)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/11/1997	Débito	3.243,06
1/12/1997	Débito	963,29
1/1/1998	Débito	963,29
1/2/1998	Débito	963,29
1/3/1998	Débito	963,29
1/4/1998	Débito	963,29
1/5/1998	Débito	963,29
1/2/2001	Débito	1.848,71
1/3/2001	Débito	1.108,71
1/4/2001	Débito	1.108,71
1/5/2001	Débito	1.108,71
1/6/2001	Débito	1.193,63
1/7/2001	Débito	1.193,63
1/8/2001	Débito	1.193,63
1/9/2001	Débito	1.193,63
1/10/2001	Débito	1.193,63
1/11/2011	Débito	2.387,26
1/12/2001	Débito	1.193,63
1/1/2002	Débito	1.193,63
1/2/2002	Débito	1.193,63
1/3/2002	Débito	1.193,63
1/4/2002	Débito	1.193,63
1/5/2002	Débito	1.193,63
1/6/2002	Débito	1.303,44
1/7/2002	Débito	1.303,44
1/8/2002	Débito	1.303,44
1/9/2002	Débito	1.303,44
1/10/2002	Débito	1.303,44
1/11/2002	Débito	2.606,88
1/12/2002	Débito	1.303,44
1/1/2003	Débito	1.303,44
1/2/2003	Débito	1.303,44
1/3/2003	Débito	1.303,44
1/4/2003	Débito	1.303,44
1/5/2003	Débito	1.303,44
1/6/2003	Débito	1.560,34
1/7/2003	Débito	1.560,34
1/8/2003	Débito	1.560,34
1/9/2003	Débito	1.560,34
1/10/2003	Débito	1.560,34
1/11/2003	Débito	3.120,68
1/12/2003	Débito	1.560,34
1/1/2004	Débito	1.560,34
1/2/2004	Débito	1.560,34
1/3/2004	Débito	1.560,34
1/4/2004	Débito	1.560,34
1/5/2004	Débito	1.631,02
1/7/2004	Débito	1.631,02
1/8/2004	Débito	1.631,02
1/9/2004	Débito	1.631,02
1/10/2004	Débito	1.631,02
1/11/2004	Débito	3.262,04
1/12/2004	Débito	1.631,02

9.3.30.Tânia Nascimento de Barros (CPF 359.672.697-20)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/11/1997	Débito	679,11
1/12/1997	Débito	679,12
1/1/1998	Débito	679,12
1/2/1998	Débito	679,12
1/3/1998	Débito	679,12
1/4/1998	Débito	679,12
1/5/1998	Débito	679,12

9.3.31.Vicente Maurício Alves (CPF 305.386.887-34)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/4/1997	Débito	2.471,18
1/5/1997	Débito	805,82
1/6/1997	Débito	829,34
1/7/1997	Débito	829,34
1/8/1997	Débito	829,34
1/9/1997	Débito	829,34
1/10/1997	Débito	829,34
1/11/1997	Débito	1.589,56
1/12/1997	Débito	832,52
1/1/1998	Débito	829,34
1/2/1998	Débito	829,34
1/3/1998	Débito	829,34
1/4/1998	Débito	829,34
1/5/1998	Débito	829,34
1/6/1998	Débito	869,23
1/7/1998	Débito	869,23
1/8/1998	Débito	869,23
1/9/1998	Débito	869,23
1/10/1998	Débito	869,23
1/11/1998	Débito	1.738,46
1/12/1998	Débito	869,23
1/1/1999	Débito	869,23
1/2/1999	Débito	869,23
1/3/1999	Débito	869,23
1/4/1999	Débito	869,23
1/5/1999	Débito	869,23
1/1/2000	Débito	6.364,26
1/2/2000	Débito	909,18
1/3/2000	Débito	909,18
1/4/2000	Débito	909,18
1/5/2000	Débito	909,18
1/6/2000	Débito	962,00
1/7/2000	Débito	962,00
1/8/2000	Débito	962,00
1/9/2000	Débito	962,00
1/10/2000	Débito	962,00
1/11/2000	Débito	1.924,00
1/12/2000	Débito	962,00
1/1/2001	Débito	962,00
1/2/2001	Débito	962,00
1/3/2001	Débito	962,00
1/4/2001	Débito	962,00
1/5/2001	Débito	962,00
1/6/2001	Débito	1.035,68
1/7/2001	Débito	1.035,68
1/8/2001	Débito	1.035,68
1/9/2001	Débito	1.035,68
1/10/2001	Débito	1.035,68
1/11/2001	Débito	2.071,36
1/12/2001	Débito	1.035,68
1/1/2002	Débito	1.035,68
1/2/2002	Débito	1.035,68
1/3/2002	Débito	1.035,68
1/4/2002	Débito	1.035,68
1/5/2002	Débito	1.035,68
1/6/2002	Débito	1.130,96
1/7/2002	Débito	1.130,96
1/8/2002	Débito	1.130,96
1/9/2002	Débito	1.130,96
1/10/2002	Débito	1.130,96
1/11/2002	Débito	2.261,92
1/12/2002	Débito	1.130,96
1/1/2003	Débito	1.130,96
1/2/2003	Débito	1.130,96
1/3/2003	Débito	1.130,96
1/4/2003	Débito	1.130,96
1/5/2003	Débito	1.130,96
1/6/2003	Débito	1.353,87
1/7/2003	Débito	1.353,87
1/8/2003	Débito	1.353,87
1/9/2003	Débito	1.353,87
1/10/2003	Débito	1.353,87
1/11/2003	Débito	2.707,74
1/12/2003	Débito	1.353,87
1/1/2004	Débito	1.353,87
1/2/2004	Débito	1.353,87
1/3/2004	Débito	1.353,87
1/4/2004	Débito	1.353,87
1/5/2004	Débito	1.415,20

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1/6/2004	Débito	1.415,20
1/7/2004	Débito	1.415,20
1/8/2004	Débito	1.415,20
1/9/2004	Débito	3.020,42
1/10/2004	Débito	1.518,64
1/11/2004	Débito	3.037,28
1/12/2004	Débito	1.518,64
1/1/2005	Débito	1.518,64
1/2/2005	Débito	1.518,64
1/3/2005	Débito	1.518,64
1/4/2005	Débito	1.518,64
1/5/2005	Débito	1.615,14
1/6/2005	Débito	1.615,14
1/7/2005	Débito	1.615,14
1/8/2005	Débito	1.615,14
1/9/2005	Débito	1.615,14
1/10/2005	Débito	1.615,14
1/11/2005	Débito	3.230,28
1/12/2005	Débito	1.615,14
1/1/2006	Débito	1.615,14
1/2/2006	Débito	1.615,14
1/3/2006	Débito	1.615,14
1/4/2006	Débito	1.695,89
1/5/2006	Débito	1.695,89
1/6/2006	Débito	1.695,89
1/7/2006	Débito	1.695,89
1/8/2006	Débito	2.543,83
1/9/2006	Débito	1.696,05
1/10/2006	Débito	1.696,05
1/11/2006	Débito	2.543,99
1/12/2006	Débito	1.696,05
1/1/2007	Débito	1.696,05
1/2/2007	Débito	1.696,05
1/3/2007	Débito	1.696,05
1/4/2007	Débito	1.752,01
1/5/2007	Débito	1.752,01
1/6/2007	Débito	1.752,01
1/7/2007	Débito	1.752,01
1/8/2007	Débito	2.628,01
1/9/2007	Débito	1.752,01
1/10/2007	Débito	1.752,01
1/11/2007	Débito	2.628,01
1/12/2007	Débito	1.752,01
1/1/2008	Débito	1.752,01
1/2/2008	Débito	1.752,01
1/3/2008	Débito	1.839,61
1/4/2008	Débito	1.839,61
1/5/2008	Débito	1.839,61
1/6/2008	Débito	1.839,61
1/7/2008	Débito	1.839,61
1/8/2008	Débito	2.759,41
1/9/2008	Débito	1.839,61

9.3.32.Walmira Araújo Rocha (CPF 299.460.007-25)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/3/1998	Débito	2.579,64
1/11/1998	Débito	227,21
1/5/2001	Débito	3.101,32
1/6/2001	Débito	834,72
1/7/2001	Débito	4.711,37
1/8/2001	Débito	834,72
1/9/2001	Débito	834,72
1/10/2001	Débito	834,72
1/11/2001	Débito	1.669,44
1/12/2001	Débito	834,72
1/1/2002	Débito	834,72
1/2/2002	Débito	834,72
1/3/2002	Débito	834,72
1/4/2002	Débito	834,72
1/5/2002	Débito	834,72
1/6/2002	Débito	911,51
1/7/2002	Débito	911,51
1/8/2002	Débito	911,51
1/9/2002	Débito	911,51
1/10/2002	Débito	911,51
1/11/2002	Débito	1.823,02
1/12/2002	Débito	911,51
1/1/2003	Débito	911,51
1/2/2003	Débito	911,51
1/3/2003	Débito	911,51
1/4/2003	Débito	911,51
1/5/2003	Débito	911,51
1/6/2003	Débito	1.091,16
1/7/2003	Débito	1.091,16
1/8/2003	Débito	1.091,16
1/9/2003	Débito	1.091,16
1/10/2003	Débito	1.091,16
1/11/2003	Débito	2.182,32
1/12/2003	Débito	1.091,16
1/1/2004	Débito	1.091,16
1/2/2004	Débito	1.091,16

9.3.33.Zenaide Laise Farago (CPF 285.199.118-38)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/11/1997	Débito	1.049,17
1/12/1997	Débito	983,61
1/1/1998	Débito	983,61
1/2/1998	Débito	983,61
1/3/1998	Débito	983,61
1/4/1998	Débito	983,61
1/11/1998	Débito	2.021,72
1/12/1998	Débito	1.010,86
1/1/1999	Débito	1.010,86
1/2/1999	Débito	1.010,86
1/3/1999	Débito	6.913,98
1/4/1999	Débito	1.010,86
1/5/1999	Débito	1.010,86
1/6/1999	Débito	1.057,46
1/7/1999	Débito	1.057,46
1/8/1999	Débito	1.057,46
1/9/1999	Débito	1.057,46
1/10/1999	Débito	1.057,46
1/11/1999	Débito	2.114,92
1/12/1999	Débito	1.057,46

9.4.com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", e §§ 1º e 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, e §§ 1º e 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Eliana Silva de Souza (CPF 570.551.227-91) e de Albino Baptista Castro (CPF 029.273.657-68), condenando-os, em caráter solidário, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência de concessões irregulares de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos em consequência dos pagamentos efetuados ao seguinte segurado:

9.4.1.Albino Baptista Castro (CPF 029.273.657-68)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/8/1997	Débito	96,32
1/9/1997	Débito	963,29
1/10/1997	Débito	963,29
1/11/1997	Débito	1.284,38
1/12/1997	Débito	965,86
1/1/1998	Débito	963,29
1/2/1998	Débito	963,29
1/3/1998	Débito	963,29
1/4/1998	Débito	963,29
1/5/1998	Débito	963,29
1/6/1998	Débito	1.001,72
1/7/1998	Débito	1.001,72
1/8/1998	Débito	1.001,72
1/9/1998	Débito	1.001,72
1/10/1998	Débito	1.001,72
1/11/1998	Débito	2.003,44
1/12/1998	Débito	1.001,72
1/1/1999	Débito	1.001,72
1/2/1999	Débito	1.001,72
1/3/1999	Débito	1.001,72
1/4/1999	Débito	1.001,72
1/5/1999	Débito	1.001,72

9.5.com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", e §§ 1º e 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, e §§ 1º e 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Eliana Silva de Souza (CPF 570.551.227-91) e de Clarice Helena Vieira Cesário (CPF 025.938.087-30), condenando-as, em caráter solidário, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência de concessões irregulares de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos em consequência dos pagamentos efetuados à seguinte segurada:

9.5.1.Clarice Helena Vieira Cesário (CPF 025.938.087-30)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/11/1997	Débito	4.998,18
1/12/1997	Débito	961,19
1/1/1998	Débito	961,19
1/2/1998	Débito	961,19
1/3/1998	Débito	961,19
1/4/1998	Débito	961,19
1/12/1998	Débito	3.478,72
1/1/1999	Débito	1.003,36
1/2/1999	Débito	1.003,36
1/3/1999	Débito	1.003,36
1/4/1999	Débito	1.003,36
1/5/1999	Débito	1.003,36
1/6/1999	Débito	1.049,61
1/7/1999	Débito	1.049,61

9.6.com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", e §§ 1º e 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, e §§ 1º e 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas de Eliana Silva de Souza (CPF 570.551.227-91) e de Suely Farias Nunes da Silva (CPF 142.010.554-20), condenando-as, em caráter solidário, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o TCU (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor, em decorrência de concessões irregulares de benefícios previdenciários, ocasionando prejuízo aos cofres públicos em consequência dos pagamentos efetuados ao seguinte segurado:

9.6.1.Joel Carneiro Viana (CPF 372.603.407-20)

Data do lançamento	Tipo	Valor
1/8/1997	Débito	2.376,34
1/9/1997	Débito	838,71
1/10/1997	Débito	838,71
1/11/1997	Débito	1.327,95
1/12/1997	Débito	838,71
1/1/1998	Débito	838,71
1/2/1998	Débito	838,71
1/3/1998	Débito	838,71
1/4/1998	Débito	838,71
1/5/1998	Débito	838,71
1/6/1998	Débito	879,05
1/7/1998	Débito	879,05
1/8/1998	Débito	879,05
1/9/1998	Débito	879,05
1/10/1998	Débito	879,05
1/11/1998	Débito	1.758,10
1/12/1998	Débito	879,05
1/1/1999	Débito	879,05
1/2/1999	Débito	879,05
1/3/1999	Débito	879,05
1/4/1999	Débito	879,05

9.7.aplicar às senhoras Eliana Silva de Souza (CPF 570.551.227-91), Suely Farias Nunes da Silva (CPF 142.010.554-20), Clarice Helena dos Santos Vieira Cesário (CPF 025.938.087-30) e ao senhor Albino Baptista Castro (CPF 029.273.657-68), individualmente, multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, nos valores de R$ 100.000,00 (cem mil reais), R$ 10.000,00 (dez mil reais), R$ 3.000,00 (três mil reais) e R$ 3.000,00 (três mil reais), respectivamente, com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar das notificações, para comprovarem, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8.autorizar, desde logo, caso seja requerido, o pagamento parcelado das importâncias devidas em até trinta e seis parcelas, nos termos do art. 217 do Regimento Interno do Tribunal de Contas da União, com a incidência sobre cada parcela dos devidos encargos legais até o efetivo pagamento, esclarecendo que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RI/TCU);

9.9.autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.10.aplicar às senhoras Eliana Silva de Souza (CPF 570.551.227-91), Suely Farias Nunes da Silva (CPF 142.010.554-20), Clarice Helena dos Santos Vieira Cesário (CPF 025.938.087-30) e ao senhor Albino Baptista Castro (CPF 029.273.657-68) as penas de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, consoante disposto no art. 60 da Lei 8.443/1992, pelo prazo de 6 (seis) anos;

9.11.comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e à Procuradoria Geral Federal - PGF que essa deliberação não impede a adoção de providências administrativas e/ou judiciais, com vistas a reaver valores que eventualmente foram pagos aos segurados ali referidos, em razão da concessão indevida de benefício previdenciário;e

9.12. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, ao INSS, aos responsáveis e ao Ministério Público Federal.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1422-21/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 1423/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.302/2014-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

3.2. Responsáveis: Alcides Scussel (237.513.200-91); Cleomar João Scandolara (380.265.540-00); Corinha Beatris Ornes Molling (436.946.830-20); Gustavo de Mello (432.729.080-72); José Daniel Raupp Martins (446.936.210-72); Regis Luiz Hahn (356.542.100-25).

4. Órgãos/Entidades: Fundação Nacional de Saúde; Prefeitura Municipal de Maquiné - RS; Prefeitura Municipal de Nova Petrópolis - RS; Prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul - RS; Prefeitura Municipal de São Valentim - RS; Prefeitura Municipal de Sapiranga - RS; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Sul.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (SECEX-SC).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de auditoria realizada na Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no Estado do Rio Grande do Sul e nos municípios gaúchos de Maquiné, Nova Petrópolis, São Lourenço do Sul, São Valentim e Sapiranga,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. Dar ciência à prefeitura Municipal de Sapiranga/RS e à Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul (Suest/RS) sobre as seguintes irregularidades nos Convênios 1065/2004 e 2330/2005:

9.1.1. assinatura de termo aditivo em 13/2/2012, após o término da vigência do Contrato 064/2008, celebrado com a empresa Dobil Engenharia Ltda., ocorrido em 31/12/2010, revelando uma severa deficiência dos controles internos da prefeitura e afronta ao art. 57 da Lei 8.666/1993;

9.1.2. projeto básico deficiente ou desatualizado, considerando as significativas falhas registradas no Parecer Técnico 1 da Funasa, de 10/11/2006, em afronta ao inciso IX do art. 6º da Lei 8.666/1993;

9.1.3. obra da estação de tratamento de esgoto paralisada e abandonada, sendo deteriorada por intempéries e por vandalismo, conforme constatado pela equipe de auditoria e também pela própria Funasa, afrontando o art. 37, caput, da Constituição;

9.1.4. existência de atrasos que podem comprometer ainda mais o prazo de entrega do empreendimento, em afronta ao art. 37, caput, da Constituição, e o art. 66 da Lei 8.666/1993.

9.2. Dar ciência à prefeitura Municipal de São Lourenço do Sul/RS e à Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul (Suest/RS) sobre as seguintes irregularidades:

9.2.1. projeto básico deficiente ou desatualizado, considerando as alterações no contrato das obras do Termo de Compromisso PAC 0460/2009 e do projeto já aprovado pela Funasa, em afronta ao art. 6º, inc. IX, da Lei 8.666/1993;

9.2.2. o valor global dos ajustes (Convênio 1097/2007 e TC/PAC 0460/2009) não cobre as despesas relativas à obra licitada, em afronta ao § 1º, inc. VII, do art. 116 da Lei 8.666/1993.

9.3. Dar ciência à prefeitura Municipal de São Valentim/RS e à Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul (Suest/RS) sobre a seguinte irregularidade, relativa ao Termo de Compromisso PAC 0126/2012:

9.3.1. projeto básico deficiente ou desatualizado, considerando as alterações de projeto já aprovadas pela Funasa, como exemplo da ETE e da redução das estações de bombeamento, que mostram a falta de definição precisa de elementos significativos e fundamentais para a boa e regular execução das obras, em afronta ao art. 6º, inciso IX, da Lei 8.666/1993.

9.4. Dar ciência à prefeitura Municipal de Nova Petrópolis/RS e à Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul (Suest/RS) sobre a seguinte irregularidade, relativa ao Termo de Compromisso PAC 0211/2012:

9.4.1. existência de atrasos na execução das obras que podem comprometer o prazo de entrega do empreendimento, em afronta ao art. 37, da Constituição, e ao art. 66, da Lei 8.666/1993;

9.4.2. a ausência de comprovação da propriedade do imóvel quando o convênio tem por objeto a execução de obras infringe o art. 2º, inciso VIII, da IN STN 1/1997.

9.5. Dar ciência à prefeitura Municipal de Maquiné/RS e à Superintendência Estadual da Funasa no Rio Grande do Sul (Suest/RS) sobre a seguinte irregularidade, relativa ao Termo de Compromisso PAC 0732/2009:

9.5.1. ausência ou inadequação de providências para retomar obra paralisada, considerando a falta de atendimento às solicitações de documentos e informações da Funasa, o que pode impedir a liberação de nova parcela dos recursos e a retomada das obras, caracterizando uma afronta ao art. 37, caput, da Constituição, e ao art. 66, da Lei 8.666/1993.

9.6. apensar os presentes autos ao processo consolidador da FOC-Funasa (TC 024.702/2014-5).

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1423-21/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1424/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.418/2014-3.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional (vinculador)

3.2. Responsáveis: Aristides Jose Ortiz (048.422.398-40); Edson Giroto (015.143.168-03).

4. Órgãos/Entidades: Fundação Nacional de Saúde; Prefeitura Municipal de Corguinho - MS; Prefeitura Municipal de Itaquiraí - MS; Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo - MS; Prefeitura Municipal de Tacuru - MS; Prefeitura Municipal de Terenos - MS; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de auditoria realizada na Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e nos municípios de Corguinho, Terenos, Ribas do Rio Pardo, Tacuru e Itaquiraí, localizados no Estado do Mato Grosso do Sul;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. dar ciência à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso do Sul acerca das seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras semelhantes:

9.1.1. atraso injustificado, superior a três anos, na execução das obras do sistema de esgoto do munícipio de Ribas do Rio Pardo/MS (TC PAC 1740/2008), o que está em desacordo com os princípios da eficiência e da economicidade insculpidos nos arts. 37 e 70 da Constituição Federal;

9.1.2. indícios de realização de licitação com projeto básico inconsistente, detectados nas obras de saneamento no município de Tacuru/MS (TC PAC 0742/2008), o que está em desacordo com o previsto no art. 7º da Lei 8.666/1993;

9.2. dar ciência ao Governo do Estado de Mato Grosso do Sul acerca das seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras semelhantes:

9.2.1. atraso injustificado, superior a três anos, na execução das obras do sistema de esgoto do munícipio de Ribas do Rio Pardo/MS (TC PAC 1740/2008), o que está em desacordo com os princípios da eficiência e da economicidade insculpidos nos arts. 37 e 70 da Constituição Federal;

9.2.2. ausência de operacionalização e funcionamento do Sistema de Saneamento de Esgoto do Município de Corguinho/MS, objeto do Termo de Parceria TC PAC 1729/2008, o que está em desacordo com os princípios insculpidos nos art. 37, caput, e 70 da CF de 1988;

9.2.3. indícios de realização de licitação com projeto básico inconsistente, detectados nas obras de saneamento no município de Tacuru/MS (TC PAC 0742/2008), o que está em desacordo com o previsto no art. 7º da Lei 8.666/1993;

9.2.4. ausência ou inadequação de providências para retomar obra paralisada por longo período de tempo (aproximadamente 9 meses) nas obras de saneamento no município de Tacuru/MS (TC PAC 0742/2008), o que está em desacordo com os princípios da eficiência e da economicidade, insculpidos, respectivamente, nos art. 37 e 70 da Constituição Federal de 1988;

9.3. dar ciência à Empresa de Saneamento de Mato Grosso do Sul (Sanesul) acerca das seguintes impropriedades, para que sejam adotadas medidas internas com vistas à prevenção de outras semelhantes:

9.3.1. desatendimento das exigências do Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul - Imasul/MS, o que impossibilitou a obtenção da Licença de Operação da ETE de Terenos/MS, com vazão de 10 litros/segundo, em discordância com o Plano de Trabalho aprovado e em desobediência aos arts. 2º, 3º e 8º da Resolução Conama 237/1997;

9.3.2. ausência ou inadequação de providências para retomar obra paralisada por longo período de tempo - aproximadamente 1 ano - nas obras de saneamento no município de Itaquiraí/MS (Convênio 1326/2007), o que está em desacordo com os princípios da eficiência e da economicidade, insculpidos, respectivamente, nos art. 37 e 70 da Constituição Federal de 1988;

9.3.3. inexecução fiel do contrato nas obras de saneamento no município de Itaquiraí/MS (Convênio 1326/2007), caracterizando abandono de obra, sem que a empresa desistente fosse responsabilizada pelo ato, o que contraria o art. 66 da Lei 8.666/1993;

9.4. determinar à Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Mato Grosso do Sul que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias:

9.4.1. ultime tratativas para colocar em funcionamento o Sistema de Saneamento de Esgoto do Município de Corguinho/MS, objeto do Termo de Parceria TC PAC 1729/2008;

9.4.2. ultime tratativas com vistas à retomada das obras nos município de Itaquiraí (Convênio 1326/2007) e Tacuru (TC PAC 0742/2008), impugnando, se for o caso, a integralidade ou a parcela dos recursos repassados cuja aplicação não gerou utilidade;

9.4.3 informe a este TCU as providências adotadas quanto aos subitens anteriores;

9.5. apensar os presentes autos ao TC-024.702/2014-5, processo consolidador da FOC em obras de saneamento básico da Funasa.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1424-21/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1425/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 029.544/2014-9.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Responsável: Francisco Danilo Bastos Forte (121.337.283-68).

4. Entidades: Fundação Nacional de Saúde; Prefeitura Municipal de Ananindeua - PA; Prefeitura Municipal de Marituba - PA; Prefeitura Municipal de Novo Progresso - PA; Prefeitura Municipal de Pau D'arco - PA; Prefeitura Municipal de São João de Pirabas - PA; Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Pará.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Amapá (SECEX-AP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de auditoria realizada na Superintendência Estadual da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) no Estado do Pará e nos municípios de Ananindeua, Marituba, Novo Progresso, Pau D'arco e São João de Pirabas, todos localizados no Estado do Pará,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. Determinar à Superintendência Estadual da Funasa no Pará, com fulcro no artigo 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, relativamente ao convênio 3008/2006, firmado com o município de Ananindeua/PA, avalie a utilidade das obras executadas e instaure a devida tomada de contas especial com vistas ao ressarcimento do erário, impugnando as parcelas que entender pertinentes;

9.2. Encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, à Superintendência Estadual da Funasa no Pará e aos municípios de Ananindeua, Marituba, Novo Progresso, Pau D'arco e São João de Pirabas, todos localizados no Estado do Pará;

9.3. Apensar este processo ao TC 024.702/2014-5, que cuida da consolidação da Fiscalização de Orientação Centralizada em apreço.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1425-21/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1426/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.411/2013-5.

1.1. Apensos: 010.059/2014-8; 010.048/2014-6; 010.141/2014-6; 002.240/2014-9; 010.298/2014-2; 010.263/2014-4; 010.169/2014-8; 010.088/2014-8; 010.086/2014-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto:

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional.

4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Urbana (SeinfraUrb).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria, realizada no Ministério da Saúde, acerca de Fiscalização de Orientação Centralizada nas obras de construção de unidades de pronto atendimento (UPA) e unidades básicas de saúde (UBS).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.1. determinar ao Ministério da Saúde que:

9.1.1. somente realize transferências de recursos destinadas a investimentos em projetos específicos para expansão da rede física da saúde, por meio de novas obras de UPA e UBS, observando exigências legais relativas às transferências voluntárias, conforme disposto no art. 18, parágrafo único, da Lei Complementar nº 141/2012, formalizando previamente com os entes beneficiários instrumentos de natureza convenial;

9.1.2. exija a correção das irregularidades identificadas na construção de UPA e UBS, as quais foram cientificadas a cada um dos órgãos/entidades responsáveis, por meio dos Acórdãos 2.051/2014 (Goiás), 2.148/2014 (Piauí), 1.972/2014 (Paraíba), 2.298/2014 (Amapá), 2.149/2014 (Espírito Santo), 1.973/2014 (Santa Catarina), 2.054/2014 (Mato Grosso), 2.233/2014 (Roraima), 2.232/2014 (São Paulo), 2.299/2014 (Bahia), todos do Plenário, adotando as mediadas previstas no art. 8º, *caput*, da Lei 8.443/1992, no caso de insucesso;

9.1.3. adote, em conjunto com os entes federativos, providências para a retomada das obras paralisadas listadas a seguir:

9.1.3.1. UBS Pedrita e UBS Jardim Tarumã, no município de Lauro de Freitas/BA;

9.1.3.2 UBS Lagoa Salgada, UBS Feira VI, UBS São José, UBS George Américo I e II e UPA Queimadinha, no município de Feira de Santana/BA;

9.1.3.3 UBS São Paulo, em Santo Antônio de Jesus/BA;

9.1.3.4 UBS Timbó I e UBS USF Colinas do Sul, em João Pessoa/PB;

9.1.3.5 UBS PSF VI, situada em Alagoa Grande/PB;

9.1.3.6 UBS I, no município de Juarez Távora/PB;

9.1.3.7 UBS Vila do Paiva Tepequém, em Amajari/RR;

9.1.3.8 UBS Jota Flores, em Mucajaí/RR;

9.1.3.9 UBS São Sebastião e UPA Palhoça, no município de Palhoça/SC;

9.1.3.10 UBS Jaguari, situada em Americana/SP;

9.1.3.11 UPA Barreiros e UPA Santa Terezinha, localizadas em Alagoinhas/BA;

9.1.3.12 UPA Dinamérica, em Campinha Grande/PB;

9.1.3.13 UPA Santa Rita, em Santa Bárbara d'Oeste/SP;

9.1.4. no caso de impossibilidade ou de inviabilidade de retomada das obras relacionadas no subitem anterior, adote as medidas para identificação de responsáveis e devolução dos recursos repassados, em atenção ao disposto no art. 8º, *caput*, da Lei 8.443/1992;

9.1.5. providencie assistência aos entes federativos para o início da operação das UPA e UBS concluídas, mas ainda inoperantes;

9.1.6. oriente os entes federativos sobre a necessidade de providenciar vigilância e proteção das obras paralisadas ou inoperantes, com vista a impedir destruição por atos de vandalismos, roubos e desgastes do patrimônio construído com recursos públicos federais;

9.1.7. estabeleça medidas para mitigar a ocorrência de atrasos na liberação da 2ª parcela financeira, estabelecendo critérios uniformes para assistência financeira que permita o início e conclusão das obras;

9.1.8. revise os procedimentos para aprovação de terrenos, atualmente baseados apenas em declarações dos entes federativos, por estarem em desacordo com o disposto no art. 39, inciso IV, da Portaria Interministerial CGU/MF/MP n. 507/2011, de modo que a liberação da 1ª parcela, destinada ao financiamento dos projetos e atos para licitação das obras, fique condicionada à necessária inserção no Sismob da certidão emitida em cartório de registro de imóveis comprovando o exercício de plenos poderes do ente federativo sobre o terreno em que se edificará a UPA ou UBS;

9.1.9. fixe prazo para conclusão de cada uma das obras que apresentem atrasos em relação ao cronograma originalmente firmado entre o ente federativo e o Ministério da Saúde;

9.1.10 se abstenha de realizar novas prorrogações gerais de prazos para as obras habilitadas em 2013, e, para as obras habilitadas a partir de 2014, institua procedimentos para a análise pormenorizada de cada caso concreto a fim de motivar a decisão pela prorrogação da conclusão da obra, ou pela não prorrogação nos casos em que não haja perspectiva de finalização em prazo razoável, com a consequente cobrança de devolução do recurso federal repassado;

9.1.11. determine aos entes tomadores a correção dos defeitos de qualidade verificados nas obras de UBS e UPA, orientando-os a notificarem as empresas contratadas para que corrijam tempestivamente todos os vícios observados nas obras;

9.1.12. notifique os municípios sobre a necessidade de observância dos requisitos de acessibilidade a pessoas portadoras de deficiências visuais, motoras, dentre outras, ou com mobilidade reduzida, com vistas a superar o descumprimento dos arts. 3º e 11 da Lei 10.098/2000, do art. 2º, inciso I, e arts. 8º, 10 e 11 do Decreto 5.296/2004, e da norma NBR 9050/2004 da ABNT c/c a Lei 4.150/1962, notadamente quanto à correção das seguintes irregularidades:

9.1.12.1. altura excessiva dos balcões de atendimento, acima de parâmetro estabelecido na norma NBR 9050/2004;

9.1.12.2. ausência ou existência de rampas com declividades inadequadas, que impedem o cadeirante de subir com autonomia;

9.1.12.3. barras de apoio nos banheiros (sanitário, lavatório e chuveiro), em quantidade, posição, afastamentos e alturas que não respeitem a norma;

9.1.12.4. ausência ou inadequação de acesso externo para cadeirantes e pessoas com mobilidade reduzida, eliminando declividades indevidas, degraus e obstáculos, desde o portão no muro de divisa do terreno, até a porta de entrada de cada edificação;

9.1.12.5. insuficiência de largura e/ou existência de obstáculos nos corredores internos das unidades, impedindo o trânsito de cadeirantes;

9.1.12.6. ausência ou inadequações nos pisos podotáteis, os quais devem respeitar a lógica de sinalização antes de cada obstáculo, tais como portas ou desníveis, cuidando ainda para não haver nenhum obstáculo no caminho;

9.1.12.7. ausência de placas de comunicação em linguagem Braille, em todos os ambientes, especialmente aqueles que podem oferecer riscos aos deficientes visuais, como laboratórios e salas de procedimentos;

9.1.13. oriente os tomadores de recursos sobre a obrigatoriedade das Anotações ou Registros de Responsabilidade Técnica de engenheiros e arquitetos para elaboração de projetos ou para execução e fiscalização de obras;

9.1.14. envie relatório circunstanciado contendo os resultados da força tarefa criada para regulamentar os procedimentos de supervisão das obras, visando identificar as obras em atraso, bem como suas causas e possíveis soluções, incluindo a definição da frequência das inspeções *in loco*, complementando o acompanhamento via Sismob, de modo a corrigir as informações inconsistentes identificadas e sanear os problemas verificados nesta auditoria, notadamente para as 29 (vinte e nove) obras cuja supervisão foi considerada deficiente;

9.1.15. encaminhe informações sobre o Grupo Técnico de Gerenciamento de Projetos (GTEP), detalhando a quantidade de servidores dedicados a esse grupo; o rol das competências atribuídas ao grupo; e os resultados das ações que vem sendo empreendidas, a fim de que se avalie se a estrutura é suficiente para fazer frente às demandas e as responsabilidades assumidas, visando ao alcance das metas quantitativas e qualitativas estabelecidas para as políticas públicas de expansão da infraestrutura de UPA e UBS em todo o país, reduzindo as disparidades regionais, na forma do art. 198, § 3º, inciso II, da Constituição Federal;

9.1.16. evite a ocorrência de diversas obras em licitação, execução, ou mesmo concluídas, sem a aprovação de seu projeto pela vigilância sanitária local, individualizando quais seriam essas obras constantes do relatório gerencial do Sismob;

9.1.17. envie cronograma para a conclusão das ações de revisão de projetos e orçamentos padronizados, elidindo as deficiências apontadas pela equipe na auditoria no âmbito do TC 011.014/2014-8;

9.1.18. encaminhe, nos próximos relatórios anuais de gestão da Secretaria-Executiva do Ministério da Saúde, relatório circunstanciado para cada obra de UBS, que tenha sido iniciada e ainda não finalizada, ou se encontre inoperante, contemplando, no mínimo, ano a ano, informações sobre o estágio de liberação de recursos, o percentual de efetiva execução física das obras, a justificativa individual para eventuais atrasos e as medidas adotadas junto aos entes que estiverem em mora, nos moldes do determinado para as unidades de pronto atendimento, por meio do item 9.1.7 do Acórdão 1.101/2014-TCU-Plenário;

9.1.19. saneie os problemas identificados no Sistema de Monitoramento de Obras (Sismob) a seguir relacionados:

9.1.19.1. ausência de campos para inserção de documentos relevantes digitalizados, tais como:

9.1.19.1.1. Anotação de Responsabilidade Técnica (ART), devidamente assinadas, tanto para estudos, projetos e orçamentos, nas suas mais diversas disciplinas, como arquitetura, estrutura, e instalações prediais, quanto para a execução da obra e, ainda, para a fiscalização das obras pelos engenheiros das prefeituras;

9.1.19.1.2. ordens de serviço assinadas pelos responsáveis;

9.1.19.1.3. expedientes trocados entre o Ministério da Saúde e os gestores locais, com vistas a acompanhar as obras;

9.1.19.2. ausência de campos para registro de informações financeiras relevantes, tais como ordens bancárias, cronograma físico-financeiro e outros considerados necessários ao acompanhamento da movimentação financeira, desde a origem (Fundo Nacional de Saúde) até o destino final (conta da construtora contratada), conforme obrigação legalmente estabelecida no art. 33, §§ 1º e 4º, da Lei nº 8.080/1990 e no art. 12, §§ 2º e 4º, da Lei Complementar nº 141/2012;

9.1.19.3. ausência de registro dos alertas do sistema ao gestor local em virtude de falta de atualização dos dados por mais de 60 (sessenta) dias, bem como registro do nome do gestor responsável pela inserção dos dados e do servidor do Ministério da Saúde responsável pela conferência periódica dessas informações, a fim de permitir a rastreabilidade e a manutenção do histórico de alertas;

9.1.19.4. ausência de mecanismos que impeçam a concessão de benefício duplicado para um mesmo terreno oferecido pelo município;

9.1.19.5. ausência de campos próprios para o registro da situação de obra paralisada, incluindo os motivos da paralisação, de modo a dar efetividade às funcionalidades de geração de relatórios gerenciais, com vistas a elidir os erros de sistema atualmente identificados quando da tentativa de acesso às informações totalizadoras sobre obras em atraso ou paralisadas;

9.1.19.6. ausência de limites para os preços finais das obras de UPA e UBS, com base no SINAPI, conforme estabelecido no Decreto nº 7.983/2013, obrigando os gestores a justificar os preços globais porventura acima dos patamares de mercado, acompanhado de garantias a mitigar os riscos de eventual insuficiência de contrapartida, a afetar a conclusão da obra com qualidade e nos prazos pactuados, avaliando a inclusão no Sismob de:

9.1.19.6.1. campo específico a registrar o preço paramétrico (R$/m²) de cada obra, a partir dos dados preenchidos nos campos já existentes (valor global e área construída); e

9.1.19.6.2. controles automatizados que calculem a mediana dos preços globais paramétricos em cada estado, para que sejam emitidos alertas aos gestores (municipais e do Ministério) caso o preço de determinada obra exceda a faixa de variação razoável para aquele mercado, a ser definida em função das estatísticas regionais;

9.1.20. informe ao TCU, no prazo de 120 (cento e vinte dias) dias, as medidas adotadas para cumprimento das determinações constantes do presente Acórdão, bem como encaminhe Plano de Ação contendo cronograma das ações até então não implementadas, contendo tal plano, no mínimo, as medidas a serem adotadas, os responsáveis pelas ações no âmbito do Ministério da Saúde, e o prazo para implementação de cada medida;

9.2. recomendar ao Ministério da Saúde que avalie a conveniência e a oportunidade de adotar os procedimentos a seguir:

9.2.1. em conformidade com as orientações emanadas no Acórdão 641/2007-TCU-Plenário, implementar mecanismos de controle social das obras, ampliando os meios de recebimento tempestivo de informações ou denúncias, em especial dos casos de paralisação ou de baixo ritmo de execução, avaliando, dentre outras medidas, possibilidade de inserção, nas placas das obras, do telefone da central de atendimento do Ministério da Saúde e do código de identificação da obra no Sismob;

9.2.2. estabelecer medidas concretas para, em controle preventivo, aprimorar as análises acerca da capacidade técnico-gerencial da entidade recebedora, previamente à celebração do instrumento de transferência de recursos, com base no entendimento exarado no item 9.2.1 do Acórdão 641/2007-TCU-Plenário, adotando medidas para intensificar a assistência técnica e a supervisão;

9.2.3. implementar medidas para superar os problemas identificados de baixa evolução na capacidade operacional do Ministério da Saúde para a prestação de assistência técnica à distância, com atendimento efetivo e de qualidade a todos os municípios e estados do país que recebam recursos federais, com vistas à redução das disparidades regionais, na forma do art. 198, § 3º, inciso II, da Constituição Federal; e

9.2.4. oferecer treinamentos periódicos aos profissionais diretamente envolvidos nos programas de expansão da infraestrutura física da saúde, por meio das obras de UPA e UBS, avaliando o uso da modalidade de Ensino à Distância (EaD) e a abordagem de temas imprescindíveis à garantia da efetividade das referidas políticas públicas, tais como:

9.2.4.1. preenchimento e atualização dos dados do Sismob;

9.2.4.2. procedimentos para a adequada fiscalização de obras, inclusive no que tange às medições, pagamentos e aplicação de sanções por descumprimento contratual;

9.2.4.3. difusão de práticas de sustentabilidade nos projetos, obras e operação das edificações;

9.2.5. empreender gestões junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação/MEC, e ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para troca de experiências acerca das tecnologias de informação utilizadas no Módulo Obras 2.0 do Simec (monitoramento das obras de educação) e no "sistema obras", em desenvolvimento pelo MPOG.

9.2.6. empreender articulação com a Anvisa com vistas a evitar morosidade ou omissões na aprovação dos projetos pelas vigilâncias sanitárias locais, diante da constatação de que, em vários casos, tais órgãos municipais não possuem a necessária independência para atuar, já que estão vinculados à própria Secretaria de Saúde responsável pela elaboração do projeto e execução das obras;

9.2.7. promover ampla divulgação aos municípios (via Sismob, internet, ofícios circulares, inspeções em campo etc.) da informação de que os projetos padrão têm prévia aprovação da Anvisa e, por isso, simplificam os procedimentos junto às vigilâncias sanitárias locais, a fim de aumentar o número de adesões;

9.2.8. inserir cláusula nos termos de ajuste pactuados, abordando a assunção de riscos e responsabilidades pelo gestor municipal quanto ao cumprimento dos prazos de aprovação desses projetos, bem como registrando claramente a proibição de início de obras sem a aprovação dos projetos pelas vigilâncias sanitárias locais, especialmente nos casos de não aderência do município ao projeto padrão; e

9.2.9. incluir no Sismob campo que possibilite o controle dos prazos de aprovação dos projetos pelas vigilâncias sanitárias locais, de forma a estabelecer estatísticas e remeter à Anvisa, com a devida tempestividade, os casos em que houver retardos imotivados na análise e aprovação dos projetos.

9.2.10. estabelecer medidas preventivas para evitar a paralisação de obras, estudando a liberação de recursos em parcelas menores, a fim de evitar antecipações indevidas de pagamentos, a desestimular o término da obra;

9.2.11. adotar medidas para melhorar a celeridade na liberação de parcelas, com o intuito de evitar a paralisação por falta de recursos para pagamento das construtoras;

9.2.12. empreender articulação com os conselhos de fiscalização profissional da engenharia e da arquitetura, na forma do art. 15, inciso XVII, da Lei nº 8.080/1990, com vistas ao estabelecimento de padrões ético-profissionais em projetos e execução de obras dos estabelecimentos de saúde, com vistas a orientações quanto à importância dos cadernos de encargos, especificações técnicas e memoriais descritivos das obras, com o devido detalhamento, a fim de evitar divergências de interpretações sobre a qualidade dos materiais aplicados ou dos serviços prestados na obra, visando atender as particularidades de qualidade de estrutura, instalações e acabamentos definidas nos normativos de vigilância sanitária;

9.3. notificar o Ministério da Saúde de que, mesmo com a vigência da Lei Complementar 141/2012, mantém-se ratificado o entendimento firmado no item 1 da Decisão 506/1997-TCU-Plenário, no sentido de que os recursos repassados pelo SUS aos demais entes federativos, via Fundo Nacional de Saúde, constituem recursos federais, estando sujeitos à fiscalização do TCU todas as despesas de ações e serviços pagos à conta desses recursos, independentemente da forma de transferência;

9.4. determinar à SeinfraUrbana que monitore o cumprimento da presente deliberação;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.5. encaminhar cópias desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à Controladoria-Geral da União, à Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados, à Comissão de Assuntos Sociais do Senado Federal, ao Departamento Nacional de Auditoria do SUS e à Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde);

9.6. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1426-21/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator), Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1427/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 003.656/2014-4.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de reexame(Representação)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Adserviços Comercio de Produtos de Higiene Ltda. (10.969.189/0001-89)

3.2. Responsáveis: Daniel Ignacchiti Lacerda (048.698.546-60); Douglas Siqueira Lana (115.587.047-60)

3.3. Recorrentes: Douglas Siqueira Lana (115.587.047-60); Daniel Ignacchiti Lacerda (048.698.546-60).

4. Entidade: Secretaria Especial de Saúde Indígena.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade: Secretaria de Recursos (Serur).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam pedidos de reexames interpostos Srs. Daniel Ignacchiti Lacerda (048.698.546-60) e Douglas Siqueira Lana (115.587.047-60), contra o Acórdão nº 3294/2014-TCU-Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em

9.1. com fundamento no art. 48, caput e parágrafo único, da Lei nº 8.443/1992, conhecer dos presentes Pedidos de Reexame para, no mérito, negar-lhes provimento, mantendo-se em seus exatos termos o acórdão recorrido;

9.2. dar ciência desta deliberação, bem como do relatório e voto que a fundamentam, aos recorrentes, ao interessado e à Secretaria Especial de Saúde Indígena.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1427-21/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1428/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 011.344/2014-8.

2. Grupo I - Classe IV - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Responsáveis: Alir Amaro de Souza (303.173.479-34), Anildo Pacheco (351.734.839-20), João Roberto Porto (218.473.049-15), Vilson Werner (350.768.289-34) e Waldecir Batista da Silva (146.687.009-59).

4. Entidade: Gerência Executiva do INSS em Florianópolis/SC.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

7. Unidade: Secretaria de Controle Externo no Estado de Santa Catarina (Secex/SC).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada em decorrência da concessão irregular de benefícios previdenciários, no âmbito do Instituto Nacional do Seguro Social - Gerência Executiva em Florianópolis/SC,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, em:

9.1. considerar revel o Sr. João Roberto Porto, nos termos do art. 12, §3º, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. excluir da relação processual os segurados Alir Amaro de Souza, Anildo Pacheco, Vilson Werner e Waldecir Batista da Silva;

9.3. julgar, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, e 16, inciso III, alínea "d", e §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.443, de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 202, § 6º, 209, inciso IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU, irregulares as contas do Sr. João Roberto Porto, condenando-o ao pagamento das quantias abaixo relacionadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a" do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Instituto Nacional do Seguro Social, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora devidos, calculados a partir das correspondentes datas até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor, em decorrência da concessão irregular dos benefícios previdenciários 42/135.213.595-4, 42/137.795.782-6, 42/133.213.912-7 e 42/135.625.215-7:

Data da ocorrência	Valor original (R$)
15/09/2004	2.387,66
07/10/2004	1.235,00
08/10/2004	3.276,00
05/11/2004	1.235,00
08/11/2004	2.046,00
12/11/2004	1.638,00
06/12/2004	4.173,00
07/12/2004	2.475,00
06/01/2005	2.873,00
07/01/2005	1.980,00
04/02/2005	1.638,00
09/02/2005	1.980,00
10/02/2005	1.235,00
04/03/2005	2.873,00
07/03/2005	1.980,00
06/04/2005	1.638,00
07/04/2005	3.215,00
05/05/2005	1.638,00
06/05/2005	3.215,00
06/06/2005	3.015,76
07/06/2005	2.061,57
06/07/2005	3.015,76
07/07/2005	2.061,57
04/08/2005	1.714,01
05/08/2005	3.363,32
06/09/2005	3.015,76
08/09/2005	2.061,57
06/10/2005	1.714,01
07/10/2005	3.363,32
07/11/2005	3.015,76
08/11/2005	2.061,57
06/12/2005	6.031,52
07/12/2005	4.123,14
05/01/2006	3.015,76
06/01/2006	2.061,57
06/02/2006	1.714,01
07/02/2006	3.363,32
01/03/2006	2.506,66
06/03/2006	4.895,76
07/03/2006	2.061,57
06/04/2006	4.895,76
07/04/2006	2.061,57
05/05/2006	5.105,00
08/05/2006	2.164,64
06/06/2006	5.103,69
07/06/2006	2.164,64
06/07/2006	3.736,86
07/07/2006	3.531,47
04/08/2006	5.093,01
07/08/2006	2.164,64
06/09/2006	7.655,84
08/09/2006	3.246,96
05/10/2006	5.104,17
06/10/2006	2.164,64
07/11/2006	5.104,17
08/11/2006	2.164,64
06/12/2006	7.656,37
07/12/2006	3.247,36
05/01/2007	3.737,21
08/01/2007	3.531,60
06/02/2007	5.104,17
07/02/2007	2.164,64
06/03/2007	5.104,17
07/03/2007	2.164,64
05/04/2007	5.104,17
09/04/2007	2.164,64
07/05/2007	3.860,53
08/05/2007	3.648,33
06/06/2007	5.272,59
08/06/2007	2.236,27
05/07/2007	3.860,53
06/07/2007	3.648,33
06/08/2007	5.272,59
07/08/2007	2.236,27
06/09/2007	4.906,99
10/09/2007	3.354,40
06/12/2007	2.788,91
08/01/2008	12.007,56
18/01/2008	6.348,71

9.4. aplicar ao responsável João Roberto Porto a multa prevista no art. 57 da Lei nº 8.443, de 1992, no valor de R$ 82.000,00 (oitenta e dois mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do RI/TCU) o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não seja paga no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.5. aplicar, com fundamento no art. 60 da Lei nº 8.443, de 1992, ao responsável Sr. João Roberto Porto a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública, pelo prazo de 8 (oito) anos;

9.6. solicitar, com base no art. 61 da Lei nº 8.443, de 1992, e no art. 275 do Regimento Interno do TCU, à Advocacia-Geral da União, por intermédio do Ministério Público junto ao TCU, a adoção das medidas necessárias ao arresto dos bens do responsável indicado no subitem 9.3, acima, caso não haja, dentro do prazo estabelecido, a comprovação do recolhimento das dívidas, devendo este Tribunal ser ouvido quanto à liberação dos bens arrestados e à sua restituição;

9.7. autorizar, desde logo, com amparo no art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.8. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, aos responsáveis, ao Instituto Nacional do Seguro Social e à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443, de 1992;

9.9. comunicar ao Instituto Nacional do Seguro Social e à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina que a decisão contida no subitem 9.2 deste acórdão não impedirá a adoção de providências administrativas e/ou judiciais contra os beneficiários dos pagamentos previdenciários inquinados, com vistas à recuperação dos valores indevidamente pagos.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1428-21/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1429/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 016.699/2014-9.

1.1. Apenso: 015.725/2012-0

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Metropolitana Construções e Comércio Ltda. (04.210.808/0001-54), Novo Horizonte Construções Ltda. (04.267.107/0001-51) e Valter dos Santos Canuto (530.284.224-68).

4. Unidade: Município de Traipu/AL.

5. Relator: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo - AL (Secex/AL).

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que cuidam de Tomada de Contas Especial referente ao Convênio 1.667/2004, celebrado entre a Fundação Nacional de Saúde e o Município de Traipu/AL, cujo objeto era a execução de sistema de abastecimento de água do Povoado de Vila São José, no valor total de R$ 329.600,00,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar revéis, para todos os efeitos, o Sr. Valter dos Santos Canuto e as empresas Metropolitana Construções e Comércio Ltda. e Novo Horizonte Construções Ltda, nos termos do art. 12, §3º da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Valter dos Santos Canuto e das empresas Metropolitana Construções e Comércio Ltda. e Novo Horizonte Construções Ltda, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "c" e "d", da Lei 8.443, de 1992, c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e nos arts. 1º, inciso I, 202, § 6º, 209, incisos III e IV, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno/TCU;

9.3. condenar o Sr. Valter dos Santos Canuto em débito, nos valores originais abaixo discriminados, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora a partir das datas indicadas, nos termos da legislação vigente, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que comprove, perante o Tribunal, (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Data	Valor original (R$)	Data	Valor original (R$)
29/12/2005	2.892,00	19/4/2006	39.900,00
5/1/2006	2.800,00	27/4/2006	481,56
10/1/2006	320,00	26/6/2006	10.000,00
10/1/2006	1.595,64	11/10/2006	516,00
10/1/2006	508,00	11/10/2006	7.141,00
3/2/2006	2.500,00	11/10/2006	3.123,90
20/3/2006	1.511,04	11/10/2006	1.580,90
21/3/2006	272,96	11/10/2006	163,27

9.4. condenar o Sr. Valter dos Santos Canuto em débito, solidariamente com a empresa Metropolitana Construções e Comércio Ltda., nos valores originais abaixo discriminados, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora a partir das datas indicadas, nos termos da legislação vigente, até a efetiva quitação do débito, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da ciência, para que comprovem, perante o Tribunal, (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde:

Data	Valor original (R$)
20/3/2006	37.910,40
26/6/2006	40.500,00
11/10/2006	16.589,60

9.5. aplicar ao Sr. Valter dos Santos Canuto e à empresa Metropolitana Construções e Comércio Ltda, individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443, de 1992, nos valores de R$ 20.000,00 (vinte mil reais) e R$ 10.000,00 (dez mil reais), respectivamente, fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem perante o Tribunal (art. 23, inciso III, alínea "a" da Lei 8.443, de 1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a" do RI/TCU) o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente, a contar da data deste Acórdão até a data do efetivo recolhimento, caso não sejam pagas no prazo estabelecido, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. declarar a empresa Novo Horizonte Construções Ltda. (CNPJ: 04.267.107/0001-51) inidônea para participar de licitação na Administração Pública Federal, pelo período de 5 (cinco) anos, nos termos do art. 46 da Lei 8.443, de 1992, c/c art. 271 do Regimento Interno/TCU;

9.8. remeter cópia dos autos, bem como deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Fundação Nacional de Saúde e à Procuradoria da República no Estado de Alagoas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o § 6º do art. 209 do Regimento Interno/TCU, para adoção das medidas que entender cabíveis;

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1429-21/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes (Relator), José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1430/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 002.652/2014-5.

1.1. Apenso: TC 022.400/2007-6

2. Grupo I - Classe IV - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Temístocles de Almeida Ribeiro (CPF 059.479.284-34), ex-prefeito; Aluísio Vinagre Regis (CPF 090.660.204-15), ex-prefeito; Elias Ferreira Viana (CPF 603.218.814-00), presidente da comissão de licitação; Antonio Soares de Lima (CPF 697.938.834-72), membro da comissão de licitação; Roosevelt Araújo de Oliveira (CPF 645.595.484-04), membro da comissão de licitação; JR Projetos e Construções Ltda. (CNPJ 04.828.552/0001-43); Jesus e Ribeiro Ltda. (CNPJ 01.407.069/0001-05); JAF Construções e Comércio Ltda. (CNPJ 03.488.716/0001-78); Jurandir Ronaldo da Silva (CPF 618.309.924-49), representante da empresa JR Projetos e Construções; Kenro Kaimmy Ribeiro da Silva (CPF 893.027.454-49), representante da empresa Jesus e Ribeiro; Josemar Alves de Freitas (CPF 206.420.834-87), representante da empresa JAF Construções

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Conde/PB

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

7. Unidade Técnica: Secex/PB

8. Advogado constituído nos autos: Ana Raquel Azevedo Régis Marques (OAB/PB 13.811), Marcos Antônio Leite Ramalho Júnior (OAB/PB 10.859), Carlos Neves Dantas Freire (OAB/PB 2.666), e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, em face de irregularidades na aplicação dos recursos federais transferidos à Prefeitura Municipal de Conde/PB por meio do Contrato de Repasse 0159509-82.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b", "c" e "d", e §§ 2º e 3º; 19; 23, inciso III, alíneas "a", "b" e "c"; 28, inciso II; 46; 57; 58, inciso I; e 60, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 209, incisos II, III e IV, §§ 5º e 7º; 210; 214, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", 267 e 268, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em:

9.1 julgar irregulares as contas de Temístocles de Almeida Ribeiro, Jurandir Ronaldo da Silva, Kenro Kaimmy Ribeiro da Silva, Josemar Alves de Freitas, JR Projetos e Construções Ltda., Jesus e Ribeiro Ltda. e JAF Construções e Comércio Ltda., condenando-os ao pagamento das quantias a seguir especificadas, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhes o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprovem perante o TCU o recolhimento dos montantes aos cofres do Tesouro Nacional:

9.1.1. Temístocles de Almeida Ribeiro:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
2.947,82	18/8/2004
2.280,13	22/11/2004
155,31	14/12/2000

9.1.2. Temístocles de Almeida Ribeiro, solidariamente com Jurandir Ronaldo da Silva e com a empresa JR Projetos e Construções Ltda.:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
89.111,63	16/8/2004
45.551,77	22/11/2004

9.1.3. Temístocles de Almeida Ribeiro, solidariamente com Kenro Kaimmy Ribeiro da Silva e com a empresa Jesus e Ribeiro Ltda.:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
31.736,29	16/8/2004
14.032,09	22/11/2004

9.1.4. Temístocles de Almeida Ribeiro, solidariamente com Josemar Alves de Freitas e com a empresa JAF Construções e Comércio Ltda.:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
28.258,79	16/8/2004
14.240,92	14/12/2004

9.1.5. Aluísio Vinagre Regis:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
59.618,59	28/1/2005
44.507,23	4/2/2005
8.564,90	13/6/2005

9.1.6. Aluísio Vinagre Regis, solidariamente com Kenro Kaimmy Ribeiro da Silva e com a empresa Jesus e Ribeiro Ltda.:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
23.753,68	4/2/2006

9.1.7. Aluísio Vinagre Regis, solidariamente com Josemar Alves de Freitas e com a empresa JAF Construções e Comércio Ltda.:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
1.090,50	13/6/2005

9.2. aplicar aos responsáveis a seguir multas individuais nos valores especificados, nos termos do art. 57 da Lei 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o TCU, o recolhimento do respectivo valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente, se pago após o vencimento;

Responsável	Valor (R$)
Temístocles de Almeida Ribeiro	200.000,00 (duzentos mil reais)
Aluísio Vinagre Regis	110.000,00 (cento e dez mil reais)
Jurandir Ronaldo da Silva	120.000,00 (cento e vinte mil reais)
JR Projetos e Construções Ltda.	120.000,00 (cento e vinte mil reais)
Kenro Kaimmy Ribeiro da Silva	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
Jesus e Ribeiro Ltda.	55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais)
Josemar Alves de Freitas	50.000,00 (cinquenta mil reais)
JAF Construções e Comércio Ltda.	50.000,00 (cinquenta mil reais)

9.3. julgar irregulares as contas de Elias Ferreira Viana, Antônio Soares de Lima e Roosevelt Araújo de Oliveira e aplicar-lhes multas individuais de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), nos termos dos inciso I do artigo 58 da Lei 8.443/1992, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o TCU, o recolhimento do respectivo valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente, se pago após o vencimento;

9.4. considerar graves as infrações cometidas por Temístocles de Almeida Ribeiro, Aluísio Vinagre Regis, Elias Ferreira Viana, Antônio Soares de Lima, Roosevelt Araújo de Oliveira, Jurandir Ronaldo da Silva, Kenro Kaimmy Ribeiro da Silva e Josemar Alves de Freitas e inabilitá-los para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Federal, pelo período de 5 (cinco) anos;

9.5. declarar a inidoneidade das empresas JR Projetos e Construções Ltda., Jesus e Ribeiro Ltda. e JAF Construções e Comércio Ltda. para participarem de licitações na Administração Pública Federal, pelo período de 5 (cinco) anos;

9.6. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto, ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, para as devidas providências com relação ao item 9.4 retro, à Controladoria-Geral da União, para inscrição das empresas no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), criado por meio da Portaria CGU 516, de 15/3/2010, e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), de que trata o art. 22 da Lei 12.846/2013, com relação ao item 9.5 retro, e à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1430-21/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1431/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.414/2014-4

2. Grupo I, Classe de Assunto VII - Acompanhamento

3. Interessado: Tribunal de Contas da União

4. Unidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: SeinfraRodovias

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de acompanhamento, cujo objeto é avaliar, ao longo de 2014, a situação do Programa Nacional de Pesagem Veicular e identificar as ações adotadas pelo DNIT com vistas à sua efetividade.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, e, com fundamento no art. 169, inciso V, do Regimento Interno, e arts. 36 e 37 da Resolução 259/2014, em:

9.1 encaminhar cópia da presente deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, ao Ministério Público Federal, ao Ministério Público do Trabalho, ao Ministério dos Transportes, à Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados e à Comissão de Infraestrutura do Senado Federal;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2 recomendar ao DNIT, ao Ministério Público Federal e ao Ministério Público do Trabalho que envidem esforços no sentido de solucionar os problemas atuais de fiscalização do peso veicular, de maneira a retornar com a pesagem de veículos em todas as rodovias brasileiras com a urgência necessária;

9.3 arquivar os presentes autos por apensamento definitivo ao processo de contas do DNIT referente ao exercício de 2014.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1431-21/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1432/2015 - TCU - Plenário

1. Processo TC-010.965/2015-7

2. Grupo I, Classe II - Solicitação do Congresso Nacional

3. Solicitante: Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados

4. Unidade: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: SeinfraPetróleo

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de solicitação formulada pela Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados, mediante a qual requer cópia dos trabalhos realizados por este Tribunal cujo objeto tenham sido leilões conduzidos pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 38, inciso II, da Lei 8.443/1992, arts. 169, inciso V, e 232, inciso III, do Regimento Interno do TCU e arts. 4º, inciso I, alínea "b", 14, inciso IV, e 17, inciso I, da Resolução TCU 215/2008, em:

9.1 conhecer da presente solicitação;

9.2 enviar à Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados os Acórdãos 351/1999, 417/2001, 232/2002, 68/2003, 520/2004, 707/2005, 1.158/2007, 2.249/2007, 1.283/2008, 1.671/2010, 2.317/2010, 3.356/2012, 2.815/2012, 2.752/2012, 1.454/2013, 657/2013, 1.616/2013 e 3.253/2013, todos do Plenário, bem como o voto e o relatório que os acompanham;

9.3 enviar à comissão cópia dos processos TC-002.776/2013-8, TC-023.497/2013-0, TC-015.934/2013-6, TC-011.594/2014-4 e TC-016.248/2014-7;

9.4 alertar a solicitante, em face dos regramentos contidos na Lei 12.527/2011 e nas Resoluções TCU 254/2013 e 259/2014, sobre a existência de informações e documentos sigilosos entre as peças processuais e a consequente necessidade de se manter a sua confidencialidade;

9.5 orientar a Segecex para que sejam adotadas todas as medidas necessárias ao resguardo das peças sigilosas por ocasião do seu encaminhamento à solicitante;

9.6 considerar a solicitação integralmente atendida;

9.5 juntar cópia desta deliberação, bem como do voto e do relatório que o acompanham, ao TC-031.831/2014-1;

9.6 arquivar o processo.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1432-21/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1433/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC-011.325/2015-1

2. Grupo I - Classe VII - Acompanhamento

3. Interessado: Tribunal de Contas da União

4. Unidades: Ministério de Minas e Energia (MME), Petróleo Brasileiro SA (Petrobras) e Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: SeinfraPetróleo

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos acerca de proposta de acompanhamento da revisão do contrato de cessão onerosa "*do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos localizados na área do pré-sal*", celebrado entre a União e a Petróleo Brasileiro S.A. (Petrobras), com a interveniência da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 235, 237, parágrafo único, e 214 do Regimento Interno do TCU e no art. 19, §§ 2º e 4º, da Resolução TCU 269/2015, em:

9.1 autorizar a realização de acompanhamento na revisão do contrato de cessão onerosa do exercício das atividades de pesquisa e lavra de petróleo, de gás natural e de outros hidrocarbonetos fluidos localizados na área do pré-sal, celebrado entre a União e a Petrobras, com a participação da ANP;

9.2 restituir o processo à SeinfraPetróleo.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1433-21/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro (Relator), Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1434/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.444/2015-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Solicitação do Congresso Nacional

3. Interessado: Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados

4. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Solicitação do Congresso Nacional oriunda da Comissão de Defesa do Consumidor (CDC) da Câmara dos Deputados, requerendo a esta Corte a realização de fiscalização para examinar a efetividade dos procedimentos de controle adotados pelo Ministério da Saúde no que tange à aquisição e utilização de órteses, próteses e materiais especiais (OPME).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, em:

9.1. conhecer da presente solicitação, por preencher os requisitos de admissibilidade previstos no art. 38, I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 232, III, do Regimento Interno TCU (RI/TCU;

9.2. autorizar a realização de auditoria no Ministério da Saúde, a ser executada pela Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaúde) com o auxílio das demais unidades do TCU que a Secretaria Geral de Controle Externo indicar, com o objetivo de examinar a efetividade dos procedimentos de controle adotados pelo Ministério no que tange à aquisição e utilização de órteses, próteses e materiais especiais (OPME), sem óbice a que a SecexSaúde, dentro do possível, também procure responder às seguintes indagações formuladas pelo Deputado Ricardo Izar na Proposta de Fiscalização 174/2014:

9.2.1 identificar os tipos de próteses e órteses adquiridas para uso junto ao SUS;

9.2.2 enumerar e elucidar a finalidade dos contratos existentes para aquisição de tais aparelhos;

9.2.3 constatar a quantidade de contratos onde haja indícios de sobrepreço/superfaturamento;

9.2.4 apresentar todos os contratos firmados entre o Ministério da Saúde e os laboratórios produtores de próteses e órteses, demonstrando os valores contemplados neles;

9.2.5 esclarecer se há tabelamento de preços ou lista de referência adotada no SUS quanto aos valores de mercado de tais produtos;

9.2.6 explicar se há critério(s) crítico avaliativo(s) na aquisição de tais próteses e órteses;

9.2.7 informar resultados e/ou andamento de eventuais auditorias em andamento ou já finalizadas pelo Denasus/ANS sobre disparidades entre os preços informados pelos fabricantes junto à ANVISA e os preços cobrados por hospitais junto ao SUS e empresas credenciadas;

9.2.8 apresentar os contratos já cancelados e o(s) motivo(s) do(s) cancelamento(s);

9.2.9 informar quais empresas/fabricantes e hospitais já foram punidos por irregularidades relacionadas à compra e aos procedimentos em pacientes do SUS;

9.2.10 informar quais os gestores responsáveis pela administração de tais aquisições pelo SUS junto ao mercado/setor."

9.3 indicar, nos termos do art. 14, II, da Resolução 215/2008, a data de 8/9/2015 para que o processo de fiscalização seja concluído e encaminhado ao Relator para julgamento;

9.4 dar ciência desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, à Comissão de Defesa do Consumidor da Câmara dos Deputados;

9.5. restituir o processo à SecexSaúde, para as providências administrativas a seu cargo.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1434-21/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1435/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.739/2013-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Congresso Nacional.

4. Órgão/Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHid).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria, apartado do TC 009.099/2013-1 (Fiscobras 2013), concernente à construção do Lote 10 da Ferrovia Norte-Sul (Contrato 59/2009).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, em:

9.1. determinar à Valec que, no que diz respeito à inobservância das normas legais, regulamentares e contratuais relativas à responsabilidade das empresas projetistas, supervisoras e construtoras pela qualidade das obras, em especial quanto à reparação de defeitos ou à devolução de valores pagos no Contrato 59/2009, referente às obras de construção do Lote 10 da Ferrovia Norte-Sul (FNS), conforme Relatório de Fiscalização 208/2013, com fulcro no parágrafo 1º do art. 8º da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, no prazo de 120 (cento e vinte) dias:

9.1.1. adote as medidas administrativas para caracterização ou elisão do dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos;

9.1.2. esgotadas as medidas administrativas, sem a elisão do dano, instaure tomada de contas especial, mediante a autuação de processo específico e o encaminhe à CGU;

9.2. determinar à Controladoria Geral da União que, caso venha a ser instaurada, encaminhe a Tomada de Contas Especial ao TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do término do prazo de que trata o item anterior;

9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária o monitoramento do cumprimento das determinações anteriores;

9.4. juntar cópia desta decisão às contas da Valec do exercício de 2013;

9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam:

9.5.1. à Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A;

9.5.2. às Secretarias de Controle Externo em Tocantins e Goiás, estados abrangidos pelo traçado da obra;

9.5.3. ao Ministério Público Federal em Tocantins e Goiás, estados abrangidos pelo traçado da obra, para as providências consideradas cabíveis;

9.6. arquivar os presentes autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1435-21/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1436/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.740/2013-4.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
4. Órgão/Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHid).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria, apartado do TC 009.099/2013-1 (Fiscobras 2013), concernente às obras principais de construção do Lote 11 da Ferrovia Norte Sul (Contrato 50/2006).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, em:
9.1. determinar à Valec que, no que diz respeito à inobservância das normas legais, regulamentares e contratuais relativas à responsabilidade das empresas projetistas, supervisoras e construtoras pela qualidade das obras, em especial quanto à reparação de defeitos ou à devolução de valores pagos no Contrato 50/2006, referente às obras de construção do Lote 11 da Ferrovia Norte-Sul (FNS), conforme Relatório de Fiscalização 208/2013, com fulcro no parágrafo 1º do art. 8º da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, no prazo de 120 (cento e vinte) dias:
9.1.1. adote as medidas administrativas para caracterização ou elisão do dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos;
9.1.2. esgotadas as medidas administrativas, sem a elisão do dano, instaure tomada de contas especial, mediante a autuação de processo específico e o encaminhe à CGU;
9.2. determinar à Controladoria Geral da União que, caso venha a ser instaurada, encaminhe a Tomada de Contas Especial ao TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do término do prazo de que trata o item anterior;
9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária o monitoramento do cumprimento das determinações anteriores;
9.4. juntar cópia desta decisão às contas da Valec do exercício de 2013;
9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam:
9.5.1. à Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A;
9.5.2. às Secretarias de Controle Externo em Tocantins e Goiás, estados abrangidos pelo traçado da obra;
9.5.3. ao Ministério Público Federal em Tocantins e Goiás, estados abrangidos pelo traçado da obra, para as providências consideradas cabíveis;
9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1436-21/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1437/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.741/2013-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
4. Órgão/Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHid).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria, apartado do TC 009.099/2013-1 (Fiscobras 2013), concernente à construção das obras de complementação do Lote 11 da Ferrovia Norte-Sul (Contrato 20/2011).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, em:
9.1. determinar à Valec que, no que diz respeito à inobservância das normas legais, regulamentares e contratuais relativas à responsabilidade das empresas projetistas, supervisoras e construtoras pela qualidade das obras, em especial quanto à reparação de defeitos ou à devolução de valores pagos no Contrato 20/2011, referente às obras complementares do Lote 11 da Ferrovia Norte-Sul (FNS), conforme Relatório de Fiscalização 208/2013, com fulcro no parágrafo 1º do art. 8º da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, no prazo de 120 (cento e vinte) dias:
9.1.1. adote as medidas administrativas para caracterização ou elisão do dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos;
9.1.2. esgotadas as medidas administrativas, sem a elisão do dano, instaure tomada de contas especial, mediante a autuação de processo específico e o encaminhe à CGU;
9.2. determinar à Controladoria Geral da União que, caso venha a ser instaurada, encaminhe a Tomada de Contas Especial ao TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do término do prazo de que trata o item anterior;
9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária o monitoramento do cumprimento das determinações anteriores;
9.4. juntar cópia desta decisão às contas da Valec do exercício de 2013;
9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam:
9.5.1. à Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A;
9.5.2. às Secretarias de Controle Externo em Tocantins e Goiás, estados abrangidos pelo traçado da obra;
9.5.3. ao Ministério Público Federal em Tocantins e Goiás, estados abrangidos pelo traçado da obra, para as providências consideradas cabíveis;
9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1437-21/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1438/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.742/2013-7.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
4. Órgão/Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHid).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria, apartado do TC 009.099/2013-1 (Fiscobras 2013), concernente à construção do Lote 14 da Ferrovia Norte-Sul (Contrato 37/2007).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, em:
9.1. determinar à Valec que, no que diz respeito à inobservância das normas legais, regulamentares e contratuais relativas à responsabilidade das empresas projetistas, supervisoras e construtoras pela qualidade das obras, em especial quanto à reparação de defeitos ou à devolução de valores pagos no Contrato 37/2007, referente às obras de construção do Lote 14 da Ferrovia Norte-Sul (FNS), conforme Relatório de Fiscalização 208/2013, com fulcro no parágrafo 1º do art. 8º da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, no prazo de 120 (cento e vinte) dias:
9.1.1. adote as medidas administrativas para caracterização ou elisão do dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos;
9.1.2. esgotadas as medidas administrativas, sem a elisão do dano, instaure tomada de contas especial, mediante a autuação de processo específico e o encaminhe à CGU;
9.2. determinar à Controladoria Geral da União que, caso venha a ser instaurada, encaminhe a Tomada de Contas Especial ao TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do término do prazo de que trata o item anterior;
9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária o monitoramento do cumprimento das determinações anteriores;
9.4. juntar cópia desta decisão às contas da Valec do exercício de 2013;
9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam:
9.5.1. à Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A;
9.5.2. às Secretarias de Controle Externo em Tocantins e Goiás, estados abrangidos pelo traçado da obra;
9.5.3. ao Ministério Público Federal em Tocantins e Goiás, estados abrangidos pelo traçado da obra, para as providências consideradas cabíveis;
9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1438-21/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1439/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 030.744/2013-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Congresso Nacional.
4. Órgão/Entidade: Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A.
5. Relator: Ministro Bruno Dantas.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHid).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Relatório de Auditoria, apartado do TC 009.099/2013-1 (Fiscobras 2013), concernente à construção do Lote 12 da Ferrovia Norte-Sul (Contrato 35/2007).
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, em:
9.1. determinar à Valec que, no que diz respeito à inobservância das normas legais, regulamentares e contratuais relativas à responsabilidade das empresas projetistas, supervisoras e construtoras pela qualidade das obras, em especial quanto à reparação de defeitos ou à devolução de valores pagos no Contrato 35/2007, referente às obras do Lote 12 de construção da Ferrovia Norte-Sul (FNS), conforme Relatório de Fiscalização 208/2013, com fulcro no parágrafo 1º do art. 8º da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, no prazo de 120 (cento e vinte) dias:
9.1.1. adote as medidas administrativas para caracterização ou elisão do dano, observados os princípios norteadores dos processos administrativos;
9.1.2. esgotadas as medidas administrativas, sem a elisão do dano, instaure tomada de contas especial, mediante a autuação de processo específico e o encaminhe à CGU;
9.2. determinar à Controladoria Geral da União que, caso venha a ser instaurada, encaminhe a Tomada de Contas Especial ao TCU, no prazo de 60 (sessenta) dias contados do término do prazo de que trata o item anterior;
9.3. determinar à Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária o monitoramento do cumprimento das determinações anteriores;
9.4. juntar cópia desta decisão às contas da Valec do exercício de 2013;
9.5. encaminhar cópia deste Acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam:
9.5.1. à Valec - Engenharia, Construções e Ferrovias S.A;
9.5.2. às Secretarias de Controle Externo em Tocantins e Goiás, estados abrangidos pelo traçado da obra;
9.5.3. ao Ministério Público Federal em Tocantins e Goiás, estados abrangidos pelo traçado da obra, para as providências consideradas cabíveis;
9.6. arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1439-21/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas (Relator) e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 1440/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 004.748/2014-0.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Relatório de Auditoria.
3. Interessados: Congresso Nacional.
4. Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária (SeinfraRodovia).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria, integrante do Fiscobras 2014, realizada nas obras de implantação e pavimentação da BR-163 no estado do Pará, trecho km 173,2 a 240,5;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. afastar o indício de desequilíbrio econômico-financeiro no Contrato 37/2009, firmado entre o DNIT e o Consórcio Conter-Cetenco, em razão do aumento de quantidades, na revisão de projeto em fase de obras, dos serviços "Concreto betuminoso usinado a quente - faixa 'C' com polímero" e "Sarjeta triangular de concreto - STC 02", suscitado no item 9.3 do Acórdão 600/2013-TCU-Plenário;
9.2. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a acompanham ao DNIT e ao Consórcio Contern-Cetenco;
9.3. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1440-21/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1441/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 007.315/2011-2.
1.1. Apensos: 007.316/2011-9; 007.317/2011-5.
2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração (Relatório de Auditoria).
3. Responsável/Recorrente:
3.1. Responsável: Aldemir Bendine (043.980.408-62);
3.2. Recorrente: Petróleo Brasileiro S.A. (33.000.167/0001-01).
4. Entidade: Petróleo Brasileiro S.A.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogados constituídos nos autos: Bruno Henrique de Oliveira Ferreira (OAB/DF 15345), Carlos Roberto de Siqueira Castro (OAB/DF 20015), Carolina Bastos Lima (OAB/RJ 135073), Daniele Domingues Lima e Silva (OAB/AL 7286), Lais Estorani de Faria (OAB/MG 131272), Nilton Antônio de Almeida Maia (OAB/RJ 67460), Polyanna Ferreira Silva Vilanova (OAB/DF 19273), Raphaela Cristina Nascimento Perini Rodrigues (OAB/RJ 129398), Taísa Oliveira Maciel (OAB/RJ 118488), Samara da Silva Bernardes (OAB/RJ 59121) e Ésio Costa Júnior (OAB/RJ 59121).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos os presentes embargos de declaração opostos pela empresa Petróleo Brasileiro S.A. contra o Acórdão 621/2015-TCU-Plenário, que determinou modificações nos procedimentos internos afetos a contratações de obras e serviços de engenharia, mais especificamente que fosse exigido maior detalhamento das propostas comerciais apresentadas pelos licitantes, em prestígio aos princípios da segurança jurídica, do julgamento objetivo, da isonomia, da eficiência e da obtenção da melhor proposta;
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo relator, em:
9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração, com fundamento nos arts. 32 e 34 da Lei 8.443/1992, para, no mérito, acolhê-los parcialmente;
9.2. integrar o Acórdão 621/2015-TCU-Plenário com os fundamentos expostos no voto condutor desta deliberação e ajustar a redação do item 9.1 da deliberação para os seguintes termos:
"9.1. determinar à Petróleo Brasileiro S.A., com fulcro no art. 43, I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, II, do Regimento Interno/TCU, e em prestígio aos princípios da segurança jurídica, do julgamento objetivo, da isonomia, da eficiência e da obtenção da melhor proposta, que passe a adotar os seguintes procedimentos em suas contratações de obras e serviços de engenharia, em especial nas empreitadas por preço global:
9.1.1. faça constar, no instrumento convocatório das licitações, documento que estabeleça, de forma precisa, quais frações do empreendimento haverá liberdade das contratadas para inovar em termos das soluções metodológicas ou tecnológicas, seja em termos de modificação das soluções previamente delineadas no projeto-base da licitação, seja detalhando os sistemas e procedimentos construtivos do projeto-base da licitação;
9.1.2. elabore e faça constar nos seus instrumentos convocatórios e contratos uma "matriz de riscos", capaz de definir a repartição objetiva de responsabilidades advindas de eventos supervenientes à contratação, como informação indispensável para a caracterização do objeto e das respectivas responsabilidades contratuais, como também elemento capaz de subsidiar o dimensionamento das propostas por parte das licitantes;
9.1.3. exija das empresas interessadas (seja nas licitações ou nos processos de contratação direta) a fundamentação técnica dos preços ofertados, por meio da apresentação de informações detalhadas em seus Demonstrativos de Formação de Preços (DFP), que permitam a perfeita e inequívoca caracterização dos valores propostos e a plena comparação desses valores com o dimensionamento estabelecido na estimativas de custo do projeto-base;
9.1.4. sempre que o projeto-base da licitação, por seus elementos mínimos, assim o permitir, as estimativas de preço da Companhia devem se basear em orçamento tão detalhado quanto possível, devendo a utilização de estimativas paramétricas e a avaliação aproximada baseada em outras obras similares serem realizadas somente nas frações do empreendimento não suficientemente detalhadas pelo projeto-base da licitação, exigindo no mínimo o mesmo nível de detalhamento das contratadas em seus Demonstrativos de Formação de Preços (DFP);
9.1.5. quando utilizada metodologia expedita ou paramétrica para abalizar o valor do empreendimento - ou fração dele -, consideradas as disposições do subitem anterior, dentre duas ou mais técnicas estimativas possíveis, utilize em suas estimativas de preço-base a que viabilize a maior precisão orçamentária, exigindo no mínimo o mesmo nível de detalhamento das contratadas em seus Demonstrativos de Formação de Preços (DFP);
9.1.6. para a parcela da obra que possui projeto desenvolvido, ou para casos em que a totalidade do projeto já estiver definida pela Estatal, sem que haja liberdade para os particulares modificarem o projeto licitado, estipule a discriminação das propostas comerciais com, no mínimo, as seguintes informações:
a) relação dos serviços e/ou insumos previstos para a obra, com os respectivos preços, quantidades e unidades de quantificação, acompanhadas de memórias de cálculo e justificativas;
b) composição e produtividade das equipes de trabalho;
c) coeficiente de consumo dos insumos; e
d) contingenciamentos considerados;
9.1.7. para a parcela da obra cujo risco de desenvolvimento do projeto estiver ao encargo da futura contratada, em que existir liberdade para as contratadas apresentarem solução de engenharia própria, estabeleça nos editais a padronização das informações mínimas necessárias nos Demonstrativos de Formação de Preços das contratadas (DFP) que viabilizem o julgamento das propostas, em termos de exequibilidade, alinhamento da oferta aos requisitos editalícios e vantagem dos preços, em comparação com o pré-dimensionamento estabelecido na estimativas de custo do projeto-base da licitação, solicitando das proponentes informações que demonstrem as premissas orçamentárias consideradas para cada etapa de execução do empreendimento, em especial as contingências inseridas nos preços."
9.3. informar à embargante que, para fins de cumprimento das determinações dispostas no Acórdão 621/2015-TCU-Plenário, considerando a redação conferida pelo item anterior, são aplicáveis as seguintes regras:
9.3.1. as determinações dispostas nos itens 9.1.1 e 9.1.2 são de aplicação imediata, devendo incidir inclusive sobre os procedimentos de contratação já em curso;
9.3.2. para as obras ou serviços de engenharia a serem contratados em valores superiores a R$ 100 milhões (cem milhões de reais), a Petrobras deverá exigir de imediato, das empresas contratadas, informações detalhadas sobre os preços pactuados, discriminadas conforme preveem as alíneas "a" a "d" do item 9.1.6;
9.3.3. ressalvadas as disposições anteriores, são concedidos 180 (cento e oitenta) dias para que seja concluída a implementação de todas as determinações contidas na aludida deliberação.
9.4. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentaram, à embargante.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1441-21/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1442/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 009.991/2012-3.
1.1. Apenso: 007.926/2012-0
2. Grupo II - Classe de Assunto: VI - Relatório de Auditoria.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Responsáveis: André Tadeu Bernardo de Sá (001.269.617-00); Fernando José Marques de Carvalho (353.393.577-91); Flávio Adolpho Silveira (110.001.987-15); Geraldo da Rocha Motta Filho (391.619.607-30); Leila Regina de Oliveira Gonçalvez de Carvalho (370.133.517-68); Leonardo Ribeiro de Lacerda (023.648.367-60); Luiz Antonio Santini Rodrigues da Silva (113.486.237-72); Luiz Fernandes da Silva (459.455.197-15); Milton Reynaldo Flores de Freitas (298.904.037-49); Sylvia da Silveira Mello Vargas (004.360.707-15).
4. Órgão/Entidade: órgãos localizados no Estado do Rio de Janeiro.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).
8. Advogados constituídos nos autos: Álvaro Luiz M. Costa Júnior (OAB/DF 29.760), Jaques Fernando Reolon (OAB/DF 22.885).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de relatório de auditoria realizada para apurar a existência de irregularidades na área de licitações e contratos em diversos órgãos localizados no Estado do Rio de Janeiro.
ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator, com fundamento no art. 250, inciso II, do RITCU, em:
9.1. acolher as razões de justificativa de Flávio Adolpho Silveira, Leila Regina de Oliveira Gonçalves, Luiz Antônio Santini Rodrigues da Silva, André Tadeu Bernardo de Sá, Luiz Fernandes da Silva, Geraldo da Rocha Motta Filho, Sylvia da Silveira de Mello Vargas e Milton Reynaldo Flores de Freitas;
9.2. determinar ao Instituto Nacional de Câncer e à Fundação Oswaldo Cruz que observem em suas unidades gestoras o princípio da segregação de funções, que preconiza a separação de funções de autorização, aprovação, execução, controle e contabilização das operações, evitando o acúmulo de atribuições sensíveis;
9.3. determinar ao Instituto Nacional de Câncer, ao Hospital Federal de Bonsucesso, ao Instituto Nacional de Traumatologia e Ortopedia e à Universidade Federal do Rio de Janeiro que observem, em futuras contratações, a necessidade de elaboração de estimativa própria de custos, por meio de planilhas de custos unitários, realizando análise crítica da consistência dos valores obtidos nas cotações que a subsidiem;
9.4. transladar as peças que tratam das audiências dos gestores Fernando José Marques de Carvalho e Leonardo Ribeiro de Lacerda para os autos do TC-023.716/2014-2, no qual o TCU apura, com maior amplitude, os mesmos fatos tratados nessas audiências;
9.5. dar ciência deste acórdão, bem assim do relatório e do voto que o fundamentam, aos órgãos auditados e aos responsáveis.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1442-21/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1443/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.937/2014-8.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Tribunal Superior Eleitoral.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Advogados constituídos nos autos: Danielle Rosa e Souza (OAB 20129/PR), Marilia Cintia Jacob (OAB 60126/PR) e Oscar Silvério de Souza (OAB 16067/PR).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de cautelar, formulada pela empresa Giesecke & Devrient América do Sul Indústria e Comércio de Smart Cards S.A., a respeito de possíveis irregularidades ocorridas no âmbito do Pregão Eletrônico 108/2014, conduzido pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE);
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer e considerar parcialmente procedente a presente representação, com fundamento no art. 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU;

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9.2. indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pela Giesecke & Devrient América do Sul Indústria e Comércio de Smart Cards S.A. (04.400.995/0001-39), tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua adoção, nos termos do art. 276 do Regimento Interno/TCU;

9.3. determinar ao Tribunal Superior Eleitoral, com fundamento no art. 250, inciso II, do RI/TCU, que não autorize adesões à Ata de Registro de Preço resultante do Pregão Eletrônico 108/2014;

9.4. dar ciência à Secretaria de Administração do Tribunal Superior Eleitoral, com base no art. 7º da Resolução - TCU 265/2014, que no edital do Pregão Eletrônico 108/2014, subitem 2.3, foram indevidamente exigidos atestados de capacidade técnica relativos ao objeto da licitação, descumprindo o art. 30, caput e incisos, da Lei 8.666/1993;

9.5. encaminhar cópia do presente acórdão, acompanhado do voto e relatório que o fundamentam à Secretaria de Administração do Tribunal Superior Eleitoral, à empresa autora da representação e à empresa vencedora do Pregão Eletrônico 108/2014 do TSE; e

9.6. arquivar os presentes autos, nos termos do art. 169, inciso II, do RI/TCU, sem prejuízo de que a Selog verifique o cumprimento do subitem 9.3 supra.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1443-21/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1444/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 033.201/2014-5.
2. Grupo I - Classe de Assunto: V - Monitoramento.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos/MS.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Saúde (SecexSaude).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento para verificar o cumprimento das recomendações e determinações proferidas no Acórdão 1.459/2011-TCU-Plenário, prolatado no âmbito do TC 011.290/2010-9, que apreciou auditoria de natureza operacional destinada a analisar a implantação e a operacionalização da Assistência Farmacêutica nos três níveis da Federação;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992, c/c o art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, em:
9.1. considerar que houve o cumprimento/implementação dos itens 9.2, 9.4 e 9.7.3 do Acórdão 1.459/2011-TCU-Plenário;
9.2. considerar em implementação os itens 9.6 e 9.8 do Acórdão 1.459/2011-TCU-Plenário;
9.3. autorizar a SecexSaúde a realizar novo monitoramento da implementação das deliberações do Acórdão 1.459/2011-TCU-Plenário;
9.4 encaminhar cópia do presente Acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à Secretaria Executiva do Ministério da Saúde para ciência e encaminhamento às secretarias competentes;
9.5. apensar este processo de monitoramento ao TC 011.290/2010-2, que trata do Relatório de Auditoria Operacional no Programa Farmácia Básica.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1444-21/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1445/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 034.635/2014-9.
2. Grupo II - Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Órgão: Ministério da Justiça.
5. Relator: Ministro Vital do Rêgo.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo de Aquisições Logísticas (Selog).
8. Advogados constituídos nos autos: Mauro Sérgio Barbosa (OAB/DF 21.259) e Taizi Fonteles Toledo (OAB/DF 26.352).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, com pedido de medida cautelar, formulada pela empresa Pantanal Veículos Ltda. acerca do Pregão Eletrônico 28/2014, promovido pelo Ministério da Justiça com vistas à contratação de empresa especializada na "prestação de serviços de transportes, incluindo veículos e motoristas devidamente habilitados para transporte de pessoas em serviços, materiais, documentos e pequenas cargas, para atender à demanda do MJ em deslocamentos, aferidos por quilômetro rodado, conforme as especificações do edital de abertura".
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da representação, porquanto presentes os requisitos previstos no art. 237, VII e parágrafo único, do Regimento Interno deste Tribunal, c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/93, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente;
9.2. indeferir o pedido de medida cautelar, tendo em vista a ausência de pressuposto para sua adoção;
9.3. dar ciência ao Ministério da Justiça de que:
9.3.1. no âmbito do Pregão Eletrônico 28/2014, constatou-se que o orçamento estimado foi elaborado com base tão somente em consulta a fornecedores, contrariando jurisprudência do TCU no sentido de que, na elaboração de orçamento na fase de planejamento da contratação de bens e serviços, bem como quando da demonstração da vantajosidade de eventual prorrogação de contrato de serviço contínuo, devem ser utilizadas fontes diversificadas, a fim de dar maior segurança no que diz respeito aos valores a serem adjudicados;
9.3.2. para fim de orçamentação nas licitações de bens e serviços, devem ser priorizados os parâmetros previstos nos incisos I e III do art. 2º da IN SLTI/MPOG 5/2014, quais sejam, "Portal de Compras Governamentais" e "contratações similares de outros entes públicos", em detrimento dos parâmetros contidos nos incisos II e IV daquele mesmo art. 2º, isto é, "pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo" e "pesquisa com os fornecedores", cuja adoção deve ser vista como prática subsidiária, suplementar;
9.4. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, à autora da representação, ao Ministério da Justiça e à SLTI/MPOG;
9.5. arquivar os autos após as devidas comunicações processuais.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1445-21/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo (Relator).
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1446/2015 - TCU - Plenário

1. Processo TC-005.320/2015-1
2. Grupo: II - Classe: VII - Assunto: Representação.
3. Interessada: CCX Construções e Produtos Cerâmicos Ltda. (CNPJ 04.495.084/0001-32).
4. Unidade: Município de Cândido Sales/BA.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secex/BA.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa CCX Construções e Produtos Cerâmicos Ltda., dando conta de possíveis irregularidades na Tomada de Preços 002/2015, conduzida pela Prefeitura Municipal de Cândido Sales/BA, tendo por objeto a contratação de empresa para execução de serviços de engenharia na construção do Centro de Cultura no município com recursos oriundos do Ministério do Turismo,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da presente representação, por atender os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237 do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para, no mérito, considerá-la procedente;
9.2. com fulcro no art. 71, inciso IX, da Constituição Federal de 1988, c/c o art. 45, *caput*, da Lei 8.443/1992, assinar prazo de quinze dias para que o Município de Cândido Sales/BA adote, se ainda não o fez, as providências necessárias ao exato cumprimento da Lei 8.666/1993, com vistas à anulação da Tomada de Preços 002/2015, informando a este Tribunal, no prazo de trinta dias, as medidas adotadas;
9.3. determinar ao Município de Cândido Sales/BA, com fundamento no art. 250, inciso II, do Regimento Interno do TCU, que, caso opte por lançar nova licitação, abstenha-se de incluir no edital as exigências restritivas à competitividade abaixo relacionadas, identificadas no edital da Tomada de Preços 002/2015:
9.3.1. a vistoria ao local das obras somente deve ser exigida quando for imprescindível ao cumprimento adequado das obrigações contratuais, o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação, devendo o edital prever a possibilidade de substituição do atestado de visita técnica por declaração do responsável técnico de que possui pleno conhecimento do objeto, conforme Acórdãos 983/2008, 2.395/2010, 2.990/2010, 1.842/2013, 2.913/2014, 234/2015 e 372/2015, todos do Plenário do TCU;
9.3.2. exigência de que a visita técnica seja realizada exclusivamente pelo responsável técnico da licitante, por ser potencialmente restritiva à competitividade dos certames, segundo entendimento desta Corte de Contas (Acórdãos 1.264/2010 e 2.299/2011, ambos do Plenário);
9.3.3. obrigatoriedade de que a visita técnica seja realizada em um único dia, por se mostrar prejudicial à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, uma vez que possibilita que as licitantes tomem conhecimento de quantos e quais são os participantes do certame, facilitando a ocorrência de ajuste entre os competidores, conforme Acórdãos 110/2012 e 906/2012, ambos do Plenário;
9.3.4. não aceitação de contrato de trabalho particular entre empresa e o profissional para comprovação de vínculo para fim de comprovação de qualificação técnica, sendo que a comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante, prevista no art. 30 da Lei 8.666/1993, deve admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), do contrato social do licitante, do contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste;
9.3.5. exigência de apresentação de Declaração de Habilitação Profissional (DHP) para fins de qualificação econômico-financeira, por ser ilegal e contrária ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, bem como à jurisprudência do TCU (Acórdãos 2.993/2009, 1.052/2011, 1.924/2011, 2.344/2011, 643/2012 e 971/2012, todos do Plenário);
9.3.6. exigência de Certidão de Protesto de Títulos para fins de qualificação econômico-financeira, a qual não se encontra inserida no rol de documentos previstos no art. 31 da Lei 8.666/1993, além de contrariar a jurisprudência deste Tribunal (Acórdãos 184/1998 e 1.391/2009, ambos do Plénário);
9.4. determinar à Secex/BA que monitore o cumprimento da determinação constante do subitem 9.2 deste Acórdão, nos termos do art. 35 da Resolução/TCU 259/2014, e
9.5. dar ciência desta deliberação ao representante e ao Município de Cândido Sales/BA.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1446-21/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1447/2015 - TCU - Plenário

1. Processo TC-007.429/2015-0.
2. Grupo: I - Classe: VII - Assunto: Representação.
3. Interessados/Responsáveis: não há.
4. Unidade: Município de Itapé/BA.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (Secex/BA).
8. Advogado constituído nos autos: José Carlos Costa da Silva Júnior (OAB/BA 33086).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pela empresa CCX Construções e Produtos Cerâmicos Ltda. contra atos praticados na Tomada de Preços 1/2015, que tem por objeto a contratação de empresa para construção de escola de seis salas no Município de Itapé/BA,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, antes as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer da representação, com fundamento nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno/TCU, para, no mérito, considerá-la prejudicada, ante a perda de seu objeto, ocorrida com a anulação da Tomada de Preços 1/2015, por iniciativa do Município de Itapé/BA;
9.2. dar ciência ao Município de Itapé/BA de que:
9.2.1. a vistoria ao local das obras somente deve ser exigida quando for imprescindível ao cumprimento adequado das obrigações contratuais, o que deve ser justificado e demonstrado pela Administração no processo de licitação, devendo o edital prever a possibilidade de substituição do atestado de visita técnica por declaração do responsável técnico de que possui pleno conhecimento do objeto, conforme Acórdãos 983/2008, 2.395/2010, 2.990/2010, 1.842/2013, 2.913/2014, 234/2015 e 372/2015, todos do Plenário do TCU;

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9.2.2. segundo entendimento desta Corte de Contas (Acórdãos 1.264/2010 e 2.299/2011, ambos do Plenário), a exigência de que a visita técnica seja realizada exclusivamente pelo responsável técnico da licitante é potencialmente restritiva à competitividade dos certames;

9.2.3. a obrigatoriedade de que a visita técnica seja realizada em um único dia se mostra prejudicial à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, uma vez que possibilita que as licitantes tomem conhecimento de quantos e quais são os participantes do certame, facilitando a ocorrência de ajuste entre os competidores, conforme Acórdãos 110/2012 e 906/2012, ambos do Plenário.

9.2.4. a exigência, para fins de habilitação, de comprovação de adimplência junto ao conselho de fiscalização profissional ao qual a empresa e os profissionais estejam ligados encontra-se em desacordo com o art. 30, inciso I, da Lei 8.666/93;

9.2.5. a comprovação do vínculo profissional do responsável técnico com a licitante, prevista no art. 30 da Lei 8.666/1993, deve admitir a apresentação de cópia da carteira de trabalho (CTPS), do contrato social do licitante, do contrato de prestação de serviço ou, ainda, de declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhada da anuência deste;

9.2.6. a exigência de apresentação de Declaração de Habilitação Profissional (DHP) para fins de qualificação econômico-financeira é ilegal e contrária ao disposto no art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal e no art. 3º, § 1º, inciso I, da Lei 8.666/1993, bem como à jurisprudência do TCU (Acórdãos 2.993/2009, 1.052/2011, 1.924/2011, 2.344/2011, 643/2012 e 971/2012, todos do Plenário);

9.3. dar ciência deste acórdão, assim como das peças que o fundamentam, à representante, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e ao Município de Itapé/BA, e

9.4. arquivar o presente processo.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1447-21/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1448/2015 - TCU - Plenário

1. Processo TC-019.457/2014-6
2. Grupo: II - Classe: VII - Assunto: Representação.
3. Responsável: Paulo Antônio Skaf, CPF 674.083.628-00.
4. Unidades: Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo - Sesi/SP e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai/SP.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade técnica: Secex/SP.
8. Advogados constituídos nos autos: Débora Cypriano Botelho, 74926/SP; José Benedito de Almeida Mello Freire, 93150/SP; Juliano Junio Nunes, 137.414/SP; Marcos Zambelli, 91.500/SP; Priscilla de Held Mena Barreto Silveira, 154.087/SP.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação, fundada em documentos encaminhados pelo Ministério Público Eleitoral do Estado de São Paulo, por meio da qual se aprecia possíveis irregularidades na participação de dirigente do Serviço Social da Indústria no Estado de São Paulo - Sesi/SP e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - Senai/SP em campanhas publicitárias custeadas pelas referidas entidades,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de Plenário, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, da Lei 8.443/92, c/c art. 237 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer da presente representação e, no mérito, julgá-la parcialmente procedente;

9.2. determinar às entidades nacionais do Sesi e do Senai que regulamentem, em seus respectivos âmbitos de atuação, a participação de seus dirigentes e funcionários em campanhas publicitárias subsidiadas com recursos parafiscais, regulando especificamente essa participação em períodos eleitorais, assim como a participação de candidatos a cargos políticos em publicidade institucional do serviço social, tendo como parâmetro o princípio republicano e o disposto no art. 37, § 1º, da Constituição Federal, evitando com isso que, no futuro, surjam situações que venham a provocar a sanção de administradores ou funcionários por parte deste Tribunal por desvio de finalidade no trato da coisa pública, e

9.3. encaminhar cópia desta decisão ao Ministério Público Eleitoral do Estado de São Paulo, para conhecimento.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1448-21/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1449/2015 - TCU - Plenário

1. Processo TC-020.225/2006-7
2. Grupo I - Classe VI - Assunto: Aposentadoria (Monitoramento).
3. Interessados: Antônio Ciriaco Sobrinho (CPF 220.506.710-91); Antônio Pereira da Silva (CPF 098.039.473-20); Antônio Roberto Correia (CPF 302.939.959-15); Antônio Sérgio Dias Botelho (CPF 028.521.442-04); Bauer de Oliveira Andrade (CPF 230.192.716-49); Carlos Marcelo Silva Rodrigues (CPF 297.453.066-49); José Francisco da Silva (CPF 783.007.208-63); Kilma Maria de Lima Albuquerque (CPF 080.380.744-91); Marcos Oliveira Carvalho (CPF 181.674.036-53); Maria Efigênia Gonçalves (CPF 319.962.216-04); Rubem Souza Coelho (CPF 255.488.830-20), e Wilson Ferreira Pinna (CPF 330.968.567-53).
4. Unidade: Departamento de Polícia Federal - DPF/MJ.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade técnica: Sefip.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento das determinações insertas no Acórdão 3408/2010 - Plenário,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento no art. 243 do Regimento Interno, em:

9.1. determinar ao Departamento de Polícia Federal que:

9.1.1. no prazo de trinta dias, cadastre no Sisac os atos de cancelamento das aposentadorias de Antonio Roberto Correia e Wilson Ferreira Pinna, tendo em vista terem retornado à atividade em decorrência do Acórdão 3408/2010 - TCU - Plenário;

9.1.2. no prazo de trinta dias, disponibilize no Sisac o novo ato concessório alusivo à nova aposentadoria de Wilson Ferreira Pinna para deliberação da Corte de Contas;

9.2. determinar à Sefip que:

9.2.1. dê ciência ao órgão de origem do inteiro teor deste acórdão, bem como das demais peças que o fundamentam, e

9.2.2. arquive os presente autos nos termos do art. 169, inciso V, do Regimento Interno desta Corte de Contas.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1449-21/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, Augusto Nardes, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator) e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1450/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.689/2011-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I Embargos de Declaração
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessado: Congresso Nacional
3.2. Responsáveis: Ademir Antonio Valentini (252.168.649-20); Antonio Carlos de Oliveira Gorski (221.301.280-68); Eurides Luiz Mescolotto (185.258.309-68); Ronaldo dos Santos Custódio (382.173.090-00)
3.3. Recorrente: Eletrosul Centrais Elétricas S.A. (00.073.957/0001-68) e Consórcio Construtor São Domingos.
4. Órgão/Entidade: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, segundo a Portaria-TCU nº 134, de 20/5/2014.
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Obras de Energia e Aeroportos (SecobEnerg).
8. Advogado constituído nos autos: André Fonseca Roller, OAB/DF 20.742.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos em face do Acórdão 1.446/2014 - TCU - Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos artigos 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos por Eletrosul Centrais Elétricas S.A. e Consórcio Construtor São Domingos para, no mérito, negar-lhes provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação aos recorrentes.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1450-21/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1451/2015 - TCU - Plenário

1. Processo TC 016.141/2002-6.
2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração.
3. Embargantes: Caixa Econômica Federal - CEF, Adelmar de Miranda Tôrres (CPF 239.743.201-30), Sandra Beatriz Bairros Tavares (CPF 087.933.440-15) e Sérgio Cutolo dos Santos (CPF 057.187.911-04).
3.1. Interessada: Advocacia-Geral da União - AGU.
4. Unidade: Caixa Econômica Federal - CEF.
5. Relator: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
5.1. Relator da deliberação recorrida: ministro-substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: não atuou.
8. Advogados: Guilherme Lopes Mair (OAB/DF 32.261 e OAB/SP 241.701), Salvador Congentino Neto (OAB/DF 42.168 e OAB/SP 158.736) e outros, Mauro Porto (OAB/DF 12.878) e outros, Pablo Lemos Figueiredo de Paiva (OAB/DF 38.019) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes embargos de declaração opostos contra os acórdãos 2.775/2014-Plenário e 186/2015-Plenário.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34, da Lei 8.443/1992, c/c art. 287 do Regimento Interno, em:

9.1. conhecer dos embargos de declaração opostos em face dos acórdãos 2.775/2014-Plenário e 186/2015-Plenário e rejeitá-los;

9.2. esclarecer à Caixa Econômica Federal que:

9.2.1. o acórdão 697/2014-Plenário encontra-se suspenso;

9.2.2. em relação aos recursos de reconsideração já interpostos contra o acórdão 697/2014-Plenário, não foi sorteado o respectivo relator, a quem competirá decidir quais itens do *decisum* deverão permanecer suspensos;

9.3. alertar os dirigentes da Caixa para a possibilidade de sua responsabilização na hipótese de o ressarcimento pretendido vir a ser frustrado por eventual retardamento injustificado da adoção de medidas para cumprimento da determinação desta Corte.

9.4. dar ciência desta decisão, bem como do relatório e voto que a fundamentaram, aos embargantes e à Advocacia-Geral da União;

9.5. encaminhar os autos à Secretaria de Recursos para exame preliminar de admissibilidade dos recursos de reconsideração impetrados e posterior sorteio do respectivo relator.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.
11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1451-21/15-P.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.
13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.
13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1452/2015 - TCU - Plenário

1. Processo TC 028.044/2014-2.
2. Grupo: I; Classe de Assunto: VII - Representação.
3. Representante: Imunizadora Guarani Ltda. - ME (CNPJ 10.633.029/0001-64).
4. Unidade Jurisdicionada: 16º Batalhão de Infantaria Motorizado, vinculado ao Ministério da Defesa/Comando do Exército.
5. Relator: Ministro-Substituto Marcos Bemquerer Costa.
6. Representante do Ministério Público: não atuou.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Pernambuco - Secex/PE.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos da Representação formulada pela empresa Imunizadora Guarani Ltda. contra o Pregão Eletrônico 7/2014, promovido pelo 16º Batalhão de Infantaria Motorizado, sediado em Natal/RN, tendo por objeto o registro de preços para eventual contratação de serviços de desinsetização, desratização e descupinização.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão do Plenário, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da representação formulada pela Imunizadora Guarani Ltda., satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos nos arts. 235 e 237, inciso VII, do Regimento Interno deste Tribunal c/c o art. 113, § 1º, da Lei 8.666/1993, para no mérito considerá-la procedente;

9.2. determinar ao 16º Batalhão de Infantaria Motorizado que:

9.2.1. adote, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da ciência desta deliberação, as medidas necessárias com vistas à anulação do Pregão Eletrônico 7/2014, tornando sem efeito a ata de registro de preços dele decorrente;

9.2.2. caso promova nova licitação para a aquisição dos serviços pretendidos:

9.2.2.1. abstenha-se de incluir no edital exigências não albergadas expressamente pelas normas de licitação ou pela legislação especial aplicável à atividade na qual se insere o objeto licitado;

9.2.2.2. realize pesquisa de preços em conformidade com o que estabelece o art. 2º da IN 5/2014 da SLTI/MP e o Caderno de Logística - Pesquisa de Preços, no sentido de ampliar o universo de preços pesquisados, valendo-se, primeiramente, dos preços efetivamente praticados no Portal de Compras do Governo Federal, sucessor do Portal Comprasnet, para aquisições similares;

9.2.2.3. para dimensionar o quantitativo de serviços, considere a real periodicidade com que eles deverão ser realizados, abstendo-se de multiplicar por doze a área a ser atendida;

9.2.2.4. observe que, com fundamento no disposto no art. 167, inciso II, da Constituição Federal, a duração dos contratos administrativos deve estar adstrita aos respectivos créditos orçamentários, admitindo-se, para os casos de serviços de prestação continuada prorrogações sucessivas pelo prazo de até sessenta meses, quando se revelarem necessárias e econômicas, consoante art. 57, inciso II, da Lei 8.666/1993;

9.2.3. encaminhe a este Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da ciência desta deliberação, informações acerca das providências tomadas em relação ao cumprimento da determinação contida no item 9.2.1;

9.3. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do Relatório e do Voto que a fundamentam, ao Centro de Controle Interno do Exército, consoante orientação contida no Memorando-Circular 40/2014-Segecex, bem como à empresa representante e à empresa Samtal, declarada vencedora do Pregão 7/2014;

9.4. autorizar o arquivamento dos autos, após o informe pela unidade jurisdicionada do cumprimento da determinação do subitem 9.2.1.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1452-21/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa (Relator) e Weder de Oliveira.

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1453/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 005.236/2015-0.

2. Grupo I - Classe VII - Assunto: Representação.

3. Representante: Ministério Público junto ao TCU (MP/TCU).

4. Entidade: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstatais).

8. Advogado constituído nos autos: Amaro de Oliveira Filho e outros (peça 11 e 12).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de representação formulada pelo MP/TCU que cuida de potenciais riscos envolvidos na operação de financiamento pelo BNDES à empresa Sete Brasil Participações S.A.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer da presente representação, nos termos dos arts. 235 e 237, VII, do RI/TCU;

9.2. indeferir o requerimento de medida cautelar formulado pelo MP/TCU, tendo em vista a inexistência dos pressupostos necessários para sua adoção;

9.3. determinar a autuação de processo de fiscalização do tipo acompanhamento, nos termos do art. 241, I, do RI/TCU;

9.4. dar ciência ao representante e ao BNDES;

9.5. encerrar o processo e arquivar os autos.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1453-21/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1454/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 032.448/2014-7.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Solicitação do Congresso Nacional.

3. Interessado: Senado Federal.

4. Entidade: Município de Alagoinhas/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de solicitação do Congresso Nacional referente à Resolução SF 37, de 19/11/2014, que autoriza o Município de Alagoinhas/BA a contratar operação de crédito, com garantia da União, junto à Corporação Andina de Fomento (CAF), no valor de até US$ 11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil dólares norte-americanos).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 38, II, da Lei 8.443/1992, em:

9.1 conhecer da presente solicitação do Congresso Nacional, com fundamento no art. 232, I, do RI/TCU, no art. 4º, I, 'a', da Resolução TCU 215/2008 e no art. 1º, § 1º, da IN TCU 59/2009, para considerá-la integralmente atendida, nos termos do art. 17, II, da Resolução TCU 215/2008;

9.2. encaminhar cópia desta deliberação à Presidência do Senado Federal, ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia e à Secretaria do Tesouro Nacional;

9.3. encerrar o processo e arquivar os autos, como previsto no art. 2º, § 3º, da IN/TCU 59/2009.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1454-21/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ACÓRDÃO Nº 1455/2015 - TCU - Plenário

1. Processo nº TC 036.993/2011-5.

2. Grupo I - Classe V - Assunto: Monitoramento.

3. Responsáveis: Alessandro Luciani Bonzano Comper (082.558.257-11); Antônio Sérgio Alves Vidigal (525.498.107-59); Carlo Roberto Simi (330.130.557-15); Marcelo Aguiar dos Santos Sá (301.571.291-87); Rodolfo Peres Torelly (152.584.671-04); Silvani Alves Pereira (233.820.821-87).

4. Órgão: Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: não atuou.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Previdência, do Trabalho e da Assistência Social (SecexPrevidência).

8. Advogado constituído nos autos: Altamiro Thadeu Frontino Sobreiro (OAB/ES 15.786) e outros (peça 59).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de monitoramento do cumprimento, pelo Ministério do Trabalho e Emprego, de determinações prolatadas por meio dos acórdãos 1687/2009, 2812/2010 e 2773/2011, todos do Plenário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Plenária, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1 considerar prejudicado o cumprimento dos itens 9.2 e 9.3.3 do acórdão 1687/2009 - TCU - Plenário, em razão de perda do objeto;

9.2 considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Marcelo Aguiar dos Santos Sá, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.3 rejeitar as razões de justificativa dos Srs. Carlo Roberto Simi, Rodolfo Peres Torelly, Alessandro Luciani Bonzano Comper, Antônio Sérgio Alves Vidigal, Silvani Alves Pereira;

9.4 aplicar ao Sr. Carlo Roberto Simi (CPF 330.130.557-15) a multa prevista no art. 58, IV, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), pelo descumprimento de deliberações deste Tribunal, e fixar o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, 'a', do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5 aplicar ao Sr. Marcelo Aguiar dos Santos Sá (CPF 301.571.291-87) a multa prevista no art. 58, IV, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo descumprimento de deliberações deste Tribunal, e fixar o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, 'a', do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6 aplicar ao Sr. Rodolfo Peres Torelly (CPF 152.584.671-04) a multa prevista no art. 58, IV, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo descumprimento de deliberações deste Tribunal, e fixar o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, 'a', do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.7 aplicar ao Sr. Alessandro Luciani Bonzano Comper (CPF 082.558.257-11) a multa prevista no art. 58, IV, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), pelo descumprimento de deliberações deste Tribunal, e fixar o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, 'a', do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.8 aplicar ao Sr. Antônio Sérgio Alves Vidigal (CPF 525.498.107-59) a multa prevista no art. 58, IV, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), pelo descumprimento de deliberações deste Tribunal, e fixar o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, 'a', do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.9 aplicar ao Sr. Silvani Alves Pereira (CPF 223.820.821-87) a multa prevista no art. 58, IV, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 12.000,00 (doze mil reais), pelo descumprimento de deliberações deste Tribunal, e fixar o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, 'a', do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.10 determinar ao Ministério do Trabalho e Emprego que apresente, em trinta dias, posição atual acerca dos convênios e instrumentos congêneres vigentes e da situação das prestações de contas correspondentes;

9.11 dar ciência da presente deliberação ao Ministério do Trabalho e Emprego, por intermédio da Secretaria Executiva;

9.12 determinar a juntada de cópia da presente deliberação ao TC 025.171/2013-5, referente às contas ordinárias do exercício de 2012 da Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE/MTE), para análise em conjunto e em confronto;

9.13 monitorar a determinação contida no item 9.10 em processo específico.

10. Ata n° 21/2015 - Plenário.

11. Data da Sessão: 10/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-1455-21/15-P.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Walton Alencar Rodrigues (na Presidência), Benjamin Zymler, José Múcio Monteiro, Bruno Dantas e Vital do Rêgo.

13.2. Ministros-Substitutos convocados: Marcos Bemquerer Costa e Weder de Oliveira (Relator).

13.3. Ministros-Substitutos presentes: Augusto Sherman Cavalcanti e André Luís de Carvalho.

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 3 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pelo Plenário.

MARCIA PAULA SARTORI
Subsecretária

Aprovada em 18 de junho de 2015.

AROLDO CEDRAZ DE OLIVEIRA
Presidente

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1ª CÂMARA

ATA Nº 19, DE 16 DE JUNHO DE 2015
(Sessão Ordinária)

Presidente: Ministro Benjamin Zymler
Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
Subsecretária da Primeira Câmara, em substituição: AUFC Elenir Teodoro Gonçalves dos Santos

À hora prevista, o Ministro Benjamin Zymler, na Presidência, declarou aberta a sessão ordinária da Primeira Câmara, com a presença do Ministro José Múcio Monteiro e Bruno Dantas; dos Ministros-Substitutos Augusto Sherman Cavalcanti (convocado para substituir o Ministro Walton Alencar Rodrigues) e Weder de Oliveira; e do Representante do Ministério Público, Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado. Ausente, em missão oficial, o Presidente, Ministro Walton Alencar Rodrigues.

HOMOLOGAÇÃO DE ATA

A Primeira Câmara homologou a Ata n.º 18, referente à Sessão Ordinária realizada em 9 de junho de 2015.

PUBLICAÇÃO DA ATA NA INTERNET

Os anexos das atas, de acordo com a Resolução nº 184/2005, estão publicados na página do Tribunal de Contas da União na Internet.

SUSTENTAÇÃO ORAL

Na apreciação do processo nº TC-031.317/2011-1, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler, o Dr. Rodrigo Pereira de Mello - OAB/DF nº 10.417 apresentou sustentação oral em nome do Instituto Hematologia do Nordeste (IHENE e de Clemente Tagliari.

PROCESSOS EXCLUÍDOS DE PAUTA

Foram excluídos de Pauta, nos termos do artigo 142 do Regimento Interno, os seguintes processos:

- TC-001.607/2013-6, TC-007.458/2014-2, TC-020.734/2009-8, TC-030.492/2012-2, TC-033.948/2014-3, TC-033.970/2014-9, TC-033.971/2014-5 e TC-350.408/1996-3, cujo Relator é o Ministro Benjamin Zymler;

- TC-020.029/2009-0 e TC-027.680/2007-0, cujo Relator é o Ministro José Múcio Monteiro;

- TC-021.439/2012-5, cujo relator é o Ministro Bruno Dantas;

- TC-001.911/2015-5 e TC-009.911/2014-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti; e

- TC-002.523/2014-0 e TC-008.643/2015-6, cujo relator é o Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

PROCESSOS APRECIADOS POR RELAÇÃO

A Primeira Câmara aprovou as relações de processos a seguir transcritas e proferiu os Acórdãos de nºs 3456 a 3603.

RELAÇÃO Nº 12/2015 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BENJAMIN ZYMLER

ACÓRDÃO Nº 3457/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, incisos II e V, e 243 do Regimento Interno, em fazer a determinação adiante especificada, bem como em autorizar o oportuno arquivamento deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-002.736/2010-1 (APOSENTADORIA - MONITORAMENTO)
1.1. Interessados: Celma Maria Bisinoto Pacheco (239.620.466-15); Fernando Antônio Leite de Oliveira (351.646.708-87); Ivanilda de Moraes Furtado (033.395.992-20); Leida de Siqueira Assis (124.658.281-34); Luiz Claudio de Almeida Melo e Silva (007.258.466-15); Maria Inês Santos Pinheiro Cruz (067.986.086-04); Maria Jose de Castro Dias (301.373.146-04); Mirna Mameri (013.100.206-63); Mirna Mameri (013.100.206-63); Nadir Soares de Faria (060.885.466-20); Nadir Soares de Faria (060.885.466-20); Terezinha Aparecida Magalhaes de Lima (009.575.776-72)
1.2. Entidade: Fundação Universidade Federal de Uberlândia
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Fundação Universidade Federal de Uberlândia que, no prazo de 15 (quinze) dias, emita e cadastre no Sisac novos atos iniciais de aposentadoria para os servidores FERNANDO ANTÔNIO LEITE DE OLIVEIRA, IVANILDA DE MORAES FURTADO, LEIDA DE SIQUEIRA ASSIS e MARIA JOSE DE CASTRO DIAS, livres da irregularidade apontada no Acórdão 2.729/2012-TCU-2ª Câmara, disponibilizando-os de imediato ao órgão de Controle Interno, sob pena de aplicação aos responsáveis das penalidades previstas na Lei 8.443/1992.

ACÓRDÃO Nº 3458/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, exceto o ato de interesse do servidor Valdecir Gonçalves, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.626/2014-6 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Paulo Afonso Marques Dorneles (304.655.830-91); Paulo Roberto Zimmermann (151.059.700-04); Rejane Terra Santos (339.374.270-15); Roque Goller (157.051.100-49); Rosalva Lima Zigue (267.205.150-04); Silvia Helena da Silva Dias (296.144.900-63); Valdecir Gonçalves (188.351.710-91); Valeria Cristina da Rosa (224.457.140-87); Vera Konflanz Escobar (423.948.720-04); Vera Lucia da Silva Jacovenko (295.468.340-68); Vera Lucia da Silva Peixoto (430.860.470-20); Vera Nice Lovatto Marinho (349.999.220-53)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que autue em autos de processo apartado o ato Sisac e as demais peças relativas ao servidor Valdecir Gonçalves, para posterior encaminhamento para apreciação do relator.

ACÓRDÃO Nº 3459/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, exceto o ato de interesse do servidor Benvindo Moser, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-030.985/2014-5 (APOSENTADORIA)
1.1. Interessados: Ariel Cesar Mezadri (219.107.669-68); Benvindo Moser (051.023.409-72); José Fernandes (030.032.809-53); Kleber Gaspar Carvalho da Silva (041.492.383-91); Lauro Martins Filho (095.946.559-68); Marilone Pacheco Pires (211.596.967-72)
1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de Santa Catarina
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que examine a legalidade do pagamento da vantagem de que cuida o art. 192 da Lei 8.112/1990 ao servidor Benvindo Moser.

ACÓRDÃO Nº 3460/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.684/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diego de Albuquerque Braga (056.656.314-26); Sâmya Batista de Lacerda (040.956.293-98)
1.2. Órgão: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 1ª Região/DF
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3461/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.686/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alexandre Campos Coimbra (724.813.407-44); Cintia Maria Tojal Pires (074.075.104-23); Lucas Aidar dos Anjos (405.308.208-03)
1.2. Órgão: Tribunal Regional Federal da 3ª Região
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3462/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.753/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Anderson Luiz Porto Costa (509.386.572-91); Anderson Santos Bellas (000.681.491-31); Andre Italiano de Albuquerque (366.953.698-10); Andre Luis Souto Souza (005.527.377-71); Andre Santos Junqueira (722.704.626-53); André Barros Martins (807.133.435-91); Antonio Fiuza de Sousa Landim (774.263.201-20); Antonio Sergio da Silva Mendes Junior (054.125.216-06); Arthur Gomes Castro (004.042.691-25); Augusto Cesar Coelho Felix (016.859.781-00); Augusto Fernandes Gonçalves de Paula (013.607.066-31); Augusto de Brito Sousa (004.077.233-07); Barthira Torres Aranha (618.090.473-15); Beatriz Lanna Lyra (515.821.471-91); Bernardo Alfredo Salamon Filho (109.415.027-40); Bruna Barbosa de Morais (830.638.465-20); Bruna Moschem de Nadai (009.450.189-08); Bruno Duarte Garcia (053.306.906-84); Bruno Garcia Silva (002.894.871-88); Bárbara de Sá Guimarães Duarte Penaloza (786.605.991-87)
1.2. Órgão: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3463/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.754/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Bruno Guimaraes Vaz (078.354.247-03); Bruno Medina Pegoraro (693.421.641-53); Caio Lima de Azevedo (000.265.921-26); Caio de Almeida Leite (539.371.391-68); Caline Dias de Alencar Ribeiro (578.833.511-68); Camila Garcia Scremim Zequim (037.727.599-98); Carina Siqueira de Souza (011.045.495-22); Carla Marcia Rodrigues Tenser (238.548.121-91); Carlos Eduardo Chioquetta (013.124.861-80); Carlos Eduardo Espindola (311.094.168-65); Carlos Eduardo Lima Asfor (914.094.543-04); Carlos Henrique Aparecido Cardoso (136.689.508-81); Caroline Correa Machado (011.756.891-06); Cassiano Baril dos Santos (951.001.800-72); Cecília Borges Prudente (043.825.866-58); Celina de Jesus Penha Bastos (085.895.068-51); Clara Eugenia Freire Barbosa (256.322.565-53); Claudio Tiyoshi Miura (107.066.428-64); Cleber Emanuel Neves (736.247.301-00); Cássio Felipe Bueno (645.898.541-04)
1.2. Órgão: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 3464/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.756/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edilberto Magalhaes Silva (610.303.501-59); Edivaldo Pereira Nogueira (371.183.741-72); Edivaldo da Silva Almeida (035.713.135-50); Edson Aparecido de Souza (881.182.079-00); Edson Macedo Costa (903.188.541-04); Eduardo Discaciate Gomes (014.629.871-33); Eduardo Du Pasquier Brasileiro (041.372.629-00); Eduardo Henrique Oliveira Mendes (011.446.711-08); Eduardo Vieira da Costa (083.842.857-64); Eduardo Vieira de Mello (080.486.437-31); Eliane Ferreira da Rocha (003.656.716-73); Elizeu Pereira Vicente (231.062.551-53); Emmanuel Felipe da Silva Cortes (010.273.621-92); Eric Dias de Ataide (856.538.375-04); Erica Cristina Silva Marques (005.364.161-25); Fabiano da Rocha Louzada (101.829.837-14); Fabio Bauer Ribeiro (711.208.075-49); Fabio Divino da Silva (038.952.666-55); Fabio Gomes Barros (021.595.124-78); Fabio Nunes de Oliveira (055.949.776-86)

1.2. Órgão: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3465/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão adiante relacionados se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso II, e 260, § 5º, do Regimento Interno, em considerar seu exame prejudicado por perda de objeto, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.759/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ingrid Pontes Barata Bohadana (750.798.522-91); Ismael Santana Silva (064.219.786-57); Issao Hirata (041.414.129-61); Jacqueline Barcelos de Paiva (017.627.361-10); Jader de Sousa Nunes (011.178.551-04); Janaina Valeska Raposo de Lima (088.109.007-74); Jean Carlo Galdino Rodrigues (539.646.911-00); Joao Bosco de Azevedo Junior (595.346.216-68); Joao Domingos Pinho Oliveira Santos (775.953.435-34); Joao Francisco Moreira da Encarnacao (982.123.970-68); Joao Paulo Resende Borges (087.352.746-11); Jorge Augusto de Araujo Moreira (067.168.286-56); Jorge Luiz Bastos Junior (950.139.621-53); Jose Goncalo dos Santos (314.108.981-72); José Roberto Zaina (275.463.069-49); João Marcos Daroz (169.768.728-84); Juliana Ayres Fiuza Gomes (075.190.006-05); Juliana Hiroko Kowata (795.028.571-00); Juliana Pires Penna e Naves (017.732.291-84); Julio Cesar Katekama (297.267.528-25)

1.2. Órgão: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3466/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.740/2014-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriana Dias Fernandes (809.562.623-68); Antonio Americo de Sousa Neto (781.530.933-04); Cassio Murilo dos Santos Miranda (031.493.513-40); Cleudes Cunha da Silva (000.893.763-07); Conceicao de Maria da Silva Gomes (907.900.653-04); Fernando de Souza Pereira (034.438.033-50); Greyce Fonseca e Silva Helal (004.491.463-67); Marcio da Silva (657.676.753-68); Marcos Aarao Sales Sousa (019.971.313-82); Pedro Henrique Araujo Muniz Mota (009.851.593-40); Thiago Silva Serra (008.889.953-50); Vitoria Soraya de Lima Quadros (847.822.933-72); Waleria Nascimento Barros (010.257.541-07); Werbert Sousa de Lima (027.055.953-17)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da Ect No Maranhão - Dr/ma

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3467/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, incisos II e V, do Regimento Interno, em adotar as medidas adiante especificadas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-014.498/2010-3 (PENSÃO CIVIL - MONITORAMENTO)

1.1. Interessados: Adriano Braga da Silva (940.899.733-68); Afra Maria de Medeiros Fialho (088.196.373-91); Camila Rodrigues Aldigueri (854.217.903-04); Claudenor Amorim de Lima (003.304.773-15); Dalton Sousa Carvalho (022.869.633-04); Eliene Martins de Melo (443.182.433-20); Francisca Sonia Loiola (298.154.873-53); Francisco Rafael de Souza Andrade (657.847.153-72); Jamison de Souza Amaral (013.826.863-07); Jose Arimateia de Castro Andrade (042.397.683-49); Julio Carlos Rodrigues Aldigueri (644.980.423-87); Maria Iza de Queiroz Caminha (092.696.733-91); Maria Nelsa Cavalcante Lopes (573.537.783-34); Maria Nilda Torres Amaral (081.107.273-87); Maria Simone de Vasconcelos Nunes (921.636.293-68); Maria Simone de Vasconcelos Nunes (921.636.293-68); Maria da Paz Braga da Silva (916.051.993-20); Maria das Graças Silva Reis (379.575.203-59); Maria de Lourdes Veras (202.865.973-49); Mariana de Sousa Amaral (024.768.473-21); Neide de Sousa Amaral (455.680.813-87); Paulo Thiago Silva Reis (641.899.533-34); Pitterson Pierre Loiola Moura (652.233.733-91); Rafaella de Souza Andrade (646.061.983-20); Raimunda de Sousa Ramos (628.926.063-49); Raimundo Fernandes da Silva (121.504.523-91); Raimundo de Pontes Nunes (001.176.093-15); Rebeca Licia Loiola Moura (652.233.653-72); Renata Silva Ribeiro (016.960.913-81); Rosélia Silva Brito Ribeiro (016.012.813-74); Terezinha Oliveira de Souza (441.572.073-00); Vania Maria Rodrigues Aldigueri (045.085.053-68); Waldemar Moreira do Nascimento (018.446.283-53)

1.2. Entidade: Universidade Federal do Ceará

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. Acolher as razões de justificativa apresentadas por Carlos Augusto Nunes Rodrigues, então Diretor de Administração de Pessoal da Universidade Federal do Ceará, dando ciência ao interessado a respeito.

1.7.2. Tornar insubsistentes os subitens 1.7.1.1 e 1.7.1.2 do Acórdão 6.401/2014-TCU-1ª Câmara.

1.7.3. Determinar à Universidade Federal do Ceará que emita e cadastre no Sisac, no prazo de 15 (quinze) dias, novo ato inicial de pensão referente à instituidora FRANCISCA PIRES DO NASCIMENTO, livre da irregularidade apontada no Acórdão 5.863/2010-TCU-1ª Câmara (inclusão do percentual de 28,86% nos proventos) e com o correto preenchimento do campo "Regime antes da Lei 8.112/1990", disponibilizando-o de imediato ao órgão de Controle Interno, sob pena de aplicação aos responsáveis das penalidades previstas na Lei 8.443/1992.

1.7.4. Determinar à Sefip que promova a audiência de Serafim Firmo de Souza Ferraz, pró-reitor de gestão de pessoas da Universidade Federal do Ceará, acerca da manutenção de pagamentos irregulares de proventos às pensionistas MARIA DE LOURDES VERAS (atribuição indevida de paridade com os servidores ativos) e TEREZINHA OLIVEIRA DE SOUZA (incorreção da base de cálculo do valor de partida do benefício).

ACÓRDÃO Nº 3468/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso II, do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, exceto os atos relativos aos beneficiários Sueli Santina Burghi e Josemaria Burgui da Silva, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-033.946/2014-0 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Josemaria Burgui da Silva (026.625.869-74); Julita Ferreira de Souza (355.385.035-34); Lindolfo Campos Neto (014.679.044-81); Maria de Lourdes Sousa Pereira (025.712.504-34); Maria do Carmo Couto da Silva (255.689.144-00); Miguel Arnaldo de Leão (015.254.333-34); Nilza de Andrade Caldeira (689.308.876-00); Rosineide Macedo Martins (023.248.214-43); Sueli Santina Burghi (723.821.559-49); Terezinha Raimunda Pinto da Silva (316.413.691-91)

1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Ministério das Comunicações que emita ato de alteração, com fundamento na EC nº 70/2012, em favor de Rosineide Macedo Martins, companheira de José Henrique da Silva;

1.7.2. determinar à Secretaria de Fiscalização de Pessoal que promova diligência com objetivo de colacionar os documentos com base nos quais foi reconhecida a situação de companheira e de filho, relativamente a Sueli Santina Burghi e Josemaria Burgui da Silva, uma vez que seu nascimento (28/4/1994) ocorreu posteriormente ao falecimento do instituidor (5/2/1994).

ACÓRDÃO Nº 3469/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17, 18, 20 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas dos senhores Washington Lima de Carvalho (CPF 462.889.377-20); Ricardo José Santa Cecília Corrêa (CPF 150.642.126-15); Alexandre Silveira de Oliveira (CPF 790.224.996-34); José Antônio Silva Coutinho (CPF 000.323.526-20); e Hideraldo Luiz Caron (CPF 323.497.930-87), dando-lhes quitação, iliquidáveis as contas do senhor Antônio Mota Filho (CPF 048.416.973-49), e regulares as contas dos demais responsáveis, dando-lhes quitação plena, sem prejuízo das medidas processuais aduzidas adiante:

1. Processo TC-014.901/2005-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2004)

1.1. Apensos: 024.613/2008-2 (REPRESENTAÇÃO); 005.910/2003-3 (REPRESENTAÇÃO); 006.319/2005-7 (RELATÓRIO DE LEVANTAMENTO); 023.706/2006-2 (SOLICITAÇÃO); 002.183/2005-9 (DENÚNCIA)

1.2. Responsáveis: Ademir Galvão Andrade (049.051.805-20); Afonso Luiz Costa Lins Júnior (321.561.382-49); Alexandre Silveira de Oliveira (790.224.996-34); Angela Maria Barbosa Parente (135.620.373-68); Antonio Badih Chehin (029.246.178-04); Antonio Carlos Soares Lima (550.929.937-15); Antonio Mota Filho (048.416.973-49); Arnaldo Teixeira Marabolim (684.046.708-20); Carlos Alberto Cotta (004.185.446-20); Carlos Fernando Gonçalves de Abreu (110.193.525-15); Cinésio Nunes de Oliveira (174.004.061-91); Eneida Coelho Monteiro (462.323.971-34); Evandilson Freitas de Andrade (015.674.972-68); Expedito Leite da Silva (112.494.634-91); Fermiano Yarzon (079.579.041-49); Fernando Meira Junior (022.656.997-72); Francisco de Assis Ramalho Além (644.691.408-30); Gelson Cunha (080.110.876-49); Glei dos Santos Souza (605.334.391-91); Helder Falcao Rebelo (071.900.694-53); Hernani Lacerda Alves (049.923.185-68); Hideraldo Luiz Caron (323.497.930-87); Hugo Sternick (296.677.716-87); Jaqueline Costa da Silva (552.182.371-91); Jorge Francisco Medauar (087.533.775-91); Jose Carlos Mello Rego (005.192.947-34); Jose Luiz Alves (211.567.516-91); Jose Narcelio Marques Sousa (003.013.884-15); Jose dos Passos Nogueira (212.729.646-04); José Antonio Silva Coutinho (000.323.526-20); José Augusto da Fonseca Valente (214.692.967-72); José Otávio Ferreira Soares (549.920.877-87); José Walter de Carvalho (003.132.894-68); José Wanks Meireles Sales (008.440.986-04); Julio Cesar Ferreira Pereira (059.923.112-20); Keiji Kanashiro (300.413.178-15); Kátia Rejane Trindade Farias (658.476.951-87); Lauro Henrique Guimarães Correa (248.324.056-91); Leônidas Soriano Caldas Neto (054.805.743-53); Luis Munhoz Prosel Junior (459.516.676-15); Marcelo Barbosa Saintive (961.073.327-15); Marcelo Miranda Soares (005.021.621-04); Marcos Ledermann (001.422.550-68); Maria Auxiliadora Dias Carvalho (265.599.862-68); Mauro Sergio Almeida Fatureto (562.076.976-34); Moacir Lima Beltrão (071.523.104-91); Nei Japur (071.927.036-72); Odair Cordeiro (099.410.968-72); Paulo Sergio Rios (241.159.087-34); Paulo Sérgio Oliveira Passos (128.620.881-53); Pedro da Costa Carvalho (041.309.362-04); Ricardo José Santa Cecília Correa (150.642.126-15); Ricardo Ribeiro Sarmento (061.071.926-20); Riumar dos Santos (193.432.301-25); Romulo do Carmo Ferreira Neto (288.906.631-20); Rosalvo Augusto Souza de Bueno Gizzi (511.390.658-15); Sebastião Donizete de Souza (288.866.236-15); Sebastião Jose Marques de Oliveira (125.077.506-00); Sebastião Vitor Braga Ribeiro (035.972.103-68); Vicente Celestino Paes de Castro (130.496.317-91); Washington Lima de Carvalho (462.889.377-20); Élio Bahia Souza (189.776.697-15)

1.3. Órgão/Entidade: Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes

1.4. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.5. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Rodoviária (SeinfraRod).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3470/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-020.110/2014-6 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Antônio Carlos Boszko (505.853.710-91); Carmen Lúcia de Castro Barrionuevo (408.808.690-20); Gustavo de Mello (432.729.080-72); Jair Antônio Pauletto (522.574.440-00); Karyna Sueli Rabaça Araya (047.455.447-31); Luciane de Fátima Scapin Mello (452.205.810-15); Marcelo Uchoa Leal (475.087.010-20); Nadia Pilati (461.465.980-20); Rosemary Manozzo (295.861.350-04).

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Sul

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (Secex-RS).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. julgar regulares com ressalva as contas de Gustavo de Mello, CPF 432.729.080-72, em razão da existência de convênios com prazo de vigência expirado e pendentes de análise, dando-lhe quitação, nos termos dos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei nº 8.443/1992;
1.7.2. julgar regulares as contas de Nádia Pilati, CPF 461.465.980-20; Jair Antônio Pauletto, CPF 522.574.440-00; Rosemary Manozzo, CPF 295.861.350-04; Marcelo Ucho Lea, CPF 745.087.010-20; Carmen Lúcia Castro Barrionuevo, CPF 170.012.563-99; Antônio Carlos Boszco, CPF 505.853.710-91; Luciane de Fátima Scapin Mello, CPF 452.205.810-15; Karyna Sueli Rabaça Araya, CPF 047.455.447-31, dando-lhes quitação plena, nos termos dos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992;
1.7.3. dar ciência desta deliberação, assim como dos pareceres que a fundamentaram, à Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Rio Grande do Sul (Suest/RS);
1.7.4. arquivar o presente processo.

ACÓRDÃO Nº 3471/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, incisos I e II; 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalva as contas do senhor Hélio Marcos Neiva (CPF 086.707.001-59), dando-lhe quitação, e regulares as contas dos demais responsáveis arrolados no processo, dando-lhes quitação plena, sem prejuízo das medidas processuais aduzidas adiante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-026.673/2011-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)
1.1. Responsáveis: Alexandre Luiz Gonçalves de Rezende (270.752.221-04); Denise Bomtempo Birche de Carvalho (119.672.421-00); Gustavo Adolfo Sierra Romero (698.324.981-04); Jacir Luiz Bordim (598.934.430-91); José Geraldo de Sousa Júnior (191.173.968-91); João Batista de Sousa (139.241.096-72); Jônatas de Franca Barros (185.376.341-15); Lucia Helena Cavasin Zabotto Pulino (627.951.128-68); Luis Afonso Bermudez (265.056.900-00); Marcia Abrahao Moura (334.590.531-00); Norberto Abreu e Silva Neto (069.864.718-15); Oviromar Flores (075.084.920-72); Pedro Murrieta Santos Neto (068.047.801-91); Rachel Nunes da Cunha (190.459.801-34); Ricardo Carmona (183.492.181-34); Ricardo Ladeira (059.357.921-68); Wellington Lourenco de Almeida (239.576.891-04)
1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade de Brasília
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Educação, da Cultura e do Desporto (SecexEduc).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. dar ciência à Fundação Universidade de Brasília de que a rotina de empenhar recursos orçamentários tendo como beneficiária a própria unidade, fato ocorrido na entidade no exercício sob análise, quando foram autoempenhados R$ 13.143.860,76, foi considerada irregular pelo TCU quando do julgamento do TC 017.177/2008-2, Acórdão 2.731/2008-TCU-Plenário;.

ACÓRDÃO Nº 3472/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso I; 17 e 23, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 143, inciso I, do Regimento Interno, em julgar regulares as contas a seguir relacionadas, dar quitação plena aos responsáveis e fazer as seguintes recomendações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-027.235/2013-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)
1.1. Responsáveis: José Garcia de Freitas Junior (CPF 263.180.407-49); Marcelo Weitzel Rabello de Souza (CPF 268.823.371-87); Roberto Coutinho (CPF 699.477.408-20); Jaime de Cássio Miranda (CPF 033.708.388-69); Alexandre Reis de Carvalho (CPF 101.109.468-12); Marcelo José Carril Pinheiro (CPF 539.391.311-72); Rubens Pereira Prado (CPF 492.004.701-06); e Claudia Marcia Ramalho Moreira Luz (CPF 599.931.387-20).
1.2. Órgão/Entidade: Ministério Público Militar
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. recomendar ao Ministério Público Militar (MPM) que:
1.7.1.1. elabore e implemente indicadores de desempenho relacionados à sua gestão finalística, com vistas a viabilizar a mensuração do grau de atingimento dos objetivos estabelecidos em seu planejamento estratégico; e
1.7.1.2. implemente formalmente processos corporativos relacionados à segurança da informação, em especial os constantes do item 6, do quadro A.8.1, da Portaria - TCU 150/2012, a saber: inventário dos ativos de informação; classificação da informação para o negócio; análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade; e gestão dos incidentes de segurança da informação.;
1.7.2. dar ciência deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Ministério Público Militar (MPM); e
1.7.3. encerrar os presentes autos, com base no art. 169, inciso V, do Regimento Interno do TCU.

ACÓRDÃO Nº 3473/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, incisos I e II, 17, 18 e 23, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 143, inciso I, alínea "a", 169, 207, 208 e 214 do Regimento Interno, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:
a) julgar regulares as contas de Antônio Nazareno Guimarães Mendes, Fátima Elizabeth da Silva, Elberis Pereira Botrel, Luiz Antonio Augusto Soares, Magno Antônio Patto Ramalho, João Chrysostomo de Resende Júnior, Édila Vilela de Resende Von Pinho, Luís David Solis Murgas e Mozar José de Brito, dando-lhes quitação plena;
b) julgar regulares com ressalva as contas de José Roberto Soares Scolforo, dando-lhe quitação, em face das seguintes falhas: contratações sucessivas de serviços de desembaraço aduaneiro, por dispensa de licitação, em montante superior ao limite legal admitido para a espécie; contratação direta de fundação de apoio para prestação de serviços de caráter continuado; impropriedades na gestão de bens imóveis de uso especial; omissão no registro e na atualização de contratos no Sistema SIASG;
c) adotar as medidas adiante especificadas.

1. Processo TC-028.069/2011-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)
1.1. Responsáveis: Antônio Nazareno Guimarães Mendes (CPF 263.126.896-20); Fátima Elizabeth da Silva (CPF 313.459.806-04); Elberis Pereira Botrel (CPF 258.044.216-20); Luiz Antonio Augusto Soares (CPF 258.064.406-72); Magno Antônio Patto Ramalho (CPF 089.060.686-20); João Chrysostomo de Resende Júnior (CPF 512.259.806-15); Édila Vilela de Resende Von Pinho (CPF 563.025.256-91); Luís David Solis Murgas (CPF 806.005.306-04); Mozar José de Brito (CPF 455.228.806-78); José Roberto Soares Scolforo (CPF 489.081.007-25).
1.2. Entidade: Universidade Federal de Lavras
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Dar ciência à Universidade Federal de Lavras de que, na gestão da entidade relativa ao exercício de 2010, foram identificadas as seguintes principais impropriedades:
1.7.1.1. contratações sucessivas de serviços de desembaraço aduaneiro, por dispensa de licitação, em montante superior ao limite legal admitido para a espécie;
1.7.1.2. contratação direta de fundação de apoio para prestação de serviços de caráter continuado;
1.7.1.3. impropriedades na gestão de bens imóveis de uso especial;
1.7.1.4. omissão no registro e na atualização de contratos no Sistema SIASG.
1.7.2. Autorizar, nos termos do art. 169, inciso III, do Regimento Interno, o oportuno arquivamento deste processo.

ACÓRDÃO Nº 3474/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 27 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 218 do Regimento Interno/TCU, em expedir quitação ao Sr. Odalniro Irineu Paz Dutra (CPF 196.888.490-49), ante o recolhimento da multa que lhe foi imputada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:
Quitação relativa ao subitem 9.3 do Acórdão 2955/2014, proferido pela 1ª Câmara, em Sessão de 10/6/2014, conforme Ata 19/2014 - 1ª Câmara:
Sr. Odalniro Irineu Paz Dutra (CPF 196.888.490-49):
Valor original da multa: R$ 5.000,00 Data de origem da multa: 10/6/2014
Valor recolhido: R$ 5.163,35 Data do último recolhimento: 2/2/2015
Memória do recolhimento:
Data Valor
01/12/2014 R$ 1.665,48
02/01/2015 R$ 1.748,72
02/02/2015 R$ 1.749,15

1. Processo TC-006.143/2000-0 (TOMADA DE CONTAS - Exercício: 1999)
1.1. Responsáveis: Antonio Carlos Menna Barreto Filho (050.157.230-91); Antonio Ernesto Diel (008.100.100-20); Carlos Roberto Foschiera (012.700.520-04); Dalila Silva dos Santos (282.887.340-49); Fernando Luiz Pereira (220.353.620-91); João Adolfo Kasper (130.776.190-91); Mario Pereira (171.321.000-25); Odalniro Irineu Paz Dutra (196.888.490-49)
1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento No Estado do Rio Grande do Sul
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3475/2015 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o valor dos débitos atualizados monetariamente dos presentes autos é inferior a R$ 75.000,00, quantia fixada no art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa 71/2012;
Considerando que não houve ainda citação válida;
Considerando que o art. 19 do mesmo normativo disciplinou que "*aplicam-se as disposições constantes do art. 6º desta Instrução Normativa às tomadas de contas especiais, ainda pendentes de citação válida, que se encontram em tramitação no Tribunal de Contas da União*";
Considerando a anuência do Ministério Público junto ao TCU à proposta da unidade técnica pelo arquivamento do processo;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, por unanimidade e com fundamento nos arts. 143, inciso V, letra "a", e 213 do Regimento Interno do TCU e nos arts. 6º, inciso I, e 19 da IN TCU 71/2012 em determinar o arquivamento do presente processo e dar ciência desta deliberação ao órgão instaurador da TCE e ao responsável, sem prejuízo da adoção das medidas previstas no art. 15 da IN TCU 71/2012.

1. Processo TC-002.603/2015-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Oscar José de Carvalho (171.220.151-49)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Nova Maringá - MT
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3476/2015 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que considerando que a presente tomada de contas especial foi instaurada após o transcurso de mais de dez anos da ocorrência do débito, sem que tenha ocorrido a notificação do responsável pela autoridade administrativa competente dentro do prazo fixado no artigo 6º, inciso II, da IN TCU 71/2012;
Considerando que não houve ainda citação válida;
Considerando que o art. 19 do mesmo normativo disciplinou que "*aplicam-se as disposições constantes do art. 6º desta Instrução Normativa às tomadas de contas especiais, ainda pendentes de citação válida, que se encontram em tramitação no Tribunal de Contas da União*";
Considerando a anuência do Ministério Público junto ao TCU à proposta da unidade técnica pelo arquivamento do processo;
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, por unanimidade e com fundamento nos arts. 143, inciso V, letra "a", e 213 do Regimento Interno do TCU e nos arts. 6º, inciso II, e 19 da IN TCU 71/2012, em determinar o arquivamento do presente processo, dar ciência desta deliberação ao órgão instaurador da TCE e ao responsável, sem prejuízo da adoção das medidas previstas no art. 15 da IN TCU 71/2012, conforme os pareceres emitidos nos autos, e em adotar a medida especificada a seguir.

1. Processo TC-003.118/2015-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Valdir Donato (172.481.751-53)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itaúba - MT
1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:
1.7.1. Determinar à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, apure a responsabilidade pela não instauração tempestiva da presente tomada de contas especial e informe as medidas adotadas a este Tribunal.

ACÓRDÃO Nº 3477/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 RITCU, em autorizar o parcelamento do débito e da multa aplicados à Sra. Deise Benedito (010.445.638-85) por meio do Acórdão 3.190/2014-TCU-1ª Câmara, em 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas, nos termos dos pareceres uniformes emitidos nos autos.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-003.623/2013-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Deise Benedito (010.445.638-85); Fala Preta - Organização de Mulheres Negras (01.847.932/0001-37)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1 alertar à responsável que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno do Tribunal), sem prejuízo das demais medidas legais previstas.

ACÓRDÃO Nº 3478/2015 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que o valor dos débitos atualizados monetariamente dos presentes autos é inferior a R$ 75.000,00, quantia fixada no art. 6º, inciso I, da Instrução Normativa 71/2012;

Considerando que não houve ainda citação válida;

Considerando que o art. 19 do mesmo normativo disciplinou que "*aplicam-se as disposições constantes do art. 6º desta Instrução Normativa às tomadas de contas especiais, ainda pendentes de citação válida, que se encontram em tramitação no Tribunal de Contas da União*";

Considerando a anuência do Ministério Público junto ao TCU à proposta da unidade técnica pelo arquivamento do processo, por economia processual;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, por unanimidade e com fundamento nos arts. 143, inciso V, letra "a", e 213 do Regimento Interno do TCU e nos arts. 6º, inciso I, e 19 da IN TCU 71/2012 em determinar o arquivamento do presente processo e dar ciência desta deliberação ao órgão instaurador da TCE e aos responsáveis, sem prejuízo da adoção das medidas previstas no art. 15 da IN TCU 71/2012.

1. Processo TC-013.714/2014-7 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Alvaro Ferreira Egea (703.189.218-04); Luís Antônio Paulino (857.096.468-49); Nassim Gabriel Mehedff (007.243.786-34); Sindicato Trab. Ind. de Confecção e de Vestuário de Guarulhos (63.897.813/0001-46); Walter Barelli (008.056.888-20)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de São Paulo

1.3. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3479/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 235 e 237, VII, do Regimento Interno deste Tribunal e no art. 113, § 1º, da Lei nº 8.666/1993, em conhecer da presente representação, uma vez que foram satisfeitos os requisitos de admissibilidade previstos para a espécie e, no mérito, considerá-la improcedente, dando ciência deste Acórdão ao representante e à Justiça Federal de 1º Grau - Seção Judiciária de Maceió e determinando o arquivamento do presente processo, de acordo com os pareceres emitidos pelas instâncias precedentes:

1. Processo TC nº 010.968/2015-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão: Justiça Federal - Seção Judiciária/AL - TRF - 5ª Região.

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (SECEX-AL).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3480/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 1º, inciso II, da Lei 8.443/1992 e arts. 143, inciso III, 235 e 237, parágrafo único, do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em não conhecer da representação, e determinar o seu arquivamento, dando-se ciência ao representante, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.047/2015-1 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itatiaia - RJ

1.2. Relator: Ministro Benjamin Zymler

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio de Janeiro (SECEX-RJ).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 16/2015 - 1ª Câmara

Relator - Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

ACÓRDÃO Nº 3481/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, e 259, inciso II, do Regimento Interno, e considerando que, no monitoramento acerca do cumprimento do Acórdão nº 1.087/2005-TCU-1ª Câmara, foi constatado que a inativa Eliana Maria Cesário de Mello obteve decisão judicial favorável à manutenção do seu tempo de estágio para fins de aposentadoria, nos autos do MS nº 2000.51.01.011669-0, originário da 27ª Vara Federal do Rio de Janeiro, encontrando-se pendente de apreciação pelo Superior Tribunal de Justiça o REsp nº 1202041/RJ, interposto na Ação Rescisória nº 2006.02.01.002704-8, considerada improcedente pelo TRF da 2ª Região, ACORDAM em mandar adotar as seguintes medidas, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.098/2004-5 Monitoramento (em aposentadoria)

1.1. Interessados: Alberto Costa Mattos Filho (180.862.927-20); Eliana Maria Cesário de Mello (385.374.607-10); José Albino Crim Valente (178.791.677-49); José Caetano Santiago Dias (174.735.197-00); José Maria Botelho de Siqueira (278.035.037-72); Luzia Creusa Alves da Silva (580.742.607-04); Maria das Graças da Silveira Farias (048.727.544-68)

1.2. Unidade: DNER - 7º Distrito/RJ (extinta)

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Autorizar a Sefip a encaminhar informações à Consultoria Jurídica do TCU e ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União para a adoção das providências cabíveis acerca do processo judicial acima referido, nos termos da questão de ordem aprovada na Sessão Plenária de 8/6/2011.

1.8. Arquivar os presentes autos.

ACÓRDÃO Nº 3482/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso III; 143, inciso II; e 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.181/2015-3 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessadas: Carmen Neide Brandão do Valle (144.375.891-49) e Isaura Ribeiro Azevedo (150.804.801-06)

1.2. Unidade: Fundação Nacional do Índio

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3483/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.634/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Felipe Bezerra de Assis Republicano (000.924.331-38); Fernanda Rosa Calais Goulart (011.423.591-07); Fernanda de Araujo Folha (698.384.881-00); Flávio Alves Malaquias (072.268.417-70); Gabriela Teles Cardoso (003.348.761-84); Ingrid Pontes Barata Bohadana (750.798.522-91); João Paulo Rocha Cordeiro (008.186.201-61); Larissa Andrade Jess Pinho (007.138.811-78); Lucas Daumas Guizelini (024.803.401-47); Luciana Rodriguez Zazycki (004.264.190-06)

1.2. Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3484/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.635/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Manoel Pereira (398.957.691-72); Marcelo Barreiro de Araujo (896.845.751-49); Marcus Vinicius Eufrásio Mota (000.665.901-24); Mayara Azevedo Jacunda Ferreira (002.373.351-90); Pablo Figueiredo Leite Kraft (689.437.091-53); Paulo Hungria Neto (981.680.961-34); Pedro Fernandes Lopes (990.355.701-97); Pedro Ivo Almeida da Fonseca Gildino (005.474.581-00); Raquel Dias de Almeida (579.946.681-00); Rayne Mayara de Souza Sampaio Crispim (004.886.561-33)

1.2. Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3485/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 17, inciso II; 143, inciso II; e 259, inciso I, do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) de admissão de pessoal a seguir relacionado(s), conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.670/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Marli dos Santos Ávila Lopes (014.728.181-48); Mauro José Silva Amorim (340.741.801-97); Wesley de Melo Pereira (028.053.331-44)

1.2. Unidade: Tribunal Superior Eleitoral

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3486/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.668/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Ana Elis Guimaraes Araujo (693.267.542-00)

1.2. Unidade: Amazonas Distribuidora de Energia S.A.

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3487/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 259, inciso II, do Regimento Interno/TCU, e nos termos do art. 7º, inciso II, da Resolução TCU nº 206/2007, com redação dada pela Resolução TCU nº 237/2010, que prevê a possibilidade de considerar-se prejudicado, por perda de objeto, o exame dos atos de admissão cujos efeitos financeiros tenham se exaurido antes de seu processamento pela Corte, seja pelo falecimento do admitido, seja pelo seu desligamento do cargo a que se refere o ato de admissão, ACORDAM em considerar prejudicada a apreciação de mérito do ato de admissão a seguir relacionado, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.682/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessada: Mônica Turrini Dias de Oliveira (629.700.462-53)

1.2. Unidade: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACÓRDÃO Nº 3488/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 16, inciso II; 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I; 17, inciso I; 143, inciso I; e 208 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em julgar as contas abaixo relacionadas regulares com ressalva, dar quitação ao responsável e adotar a medida indicada, em consonância com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-005.407/2014-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsável: Armando Carlos Roos (CPF: 008.045.680-49), ex-prefeito
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Não-Me-Toque/RS
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secex/RS
1.6. Advogado constituído nos autos: não há
1.7. dar ciência à Prefeitura Municipal de Não-Me-Toque/RS que a forma de execução e o regime de contratação adotados em obras e serviços custeados com recursos federais necessitam ser justificados, demonstrando sua economicidade, e estar corretamente refletidos nos respectivos planos de trabalho, que devem, caso necessário, ser alterados com esse objetivo, com a anuência do ente repassador, conforme preceituam o art. 6º, incisos VII e VIII, alíneas "a", "b", "d" e "e", da Lei 8.666/1993 e os arts. 2º e 7º da IN/STN 1/1997.

ACÓRDÃO Nº 3489/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 10, § 1º; 12, incisos I e II, da Lei nº 8.443/1922, c/c os arts. 143, inciso V, alínea "c"; e 202, inciso II, do Regimento Interno do TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, ACORDAM em:

1. Processo TC-026.068/2014-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: José Elosmar Pedrosa (358.646.724-91) e Robério Saraiva Granjeiro (040.131.404-97)
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Monte Horebe/PB
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. desconsiderar a personalidade jurídica da Prestacon - Prestadora de Serviços e Construções Ltda. (CNPJ 04.904.242/0001-60), para que seu sócio de fato, Robério Saraiva Granjeiro, responda pelo dano atribuído a essa empresa neste processo;
1.8. determinar a citação de José Elosman Pedrosa, solidariamente com Robério Saraiva Granjeiro, para, no prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência da comunicação, apresentarem alegações de defesa e/ou recolherem aos cofres da Fundação Nacional de Saúde os valores originais abaixo indicados, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora cabíveis, calculados a partir das datas indicadas até o dia do efetivo recolhimento:

Valores originais do debito R$:	Data de origem:
79.983,80	12/07/2004
59.988,00	08/12/2004

ACÓRDÃO Nº 3490/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, quanto ao processo abaixo relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 243 do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em mandar fazer a seguinte determinação, ante o não atendimento do Acórdão 1.180/2014-TCU-1ª Câmara, autorizando o apensamento destes autos ao processo originário (TC-016.700-2011-2) e dando ciência do presente acórdão ao Ministro da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI), mediante ofício acompanhado da instrução à peça 51, conforme pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-028.996/2011-9 (MONITORAMENTO)
1.1. Responsável: Emília Maria Silva Ribeiro Curi (292.910.701-49)
1.2. Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinar ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) que apresente a este Tribunal, no prazo de trinta dias, plano de ação, discriminando as medidas adicionais a serem adotadas, os responsáveis por essas medidas, e os respectivos prazos, para que seja finalizado e encaminhado a esta Corte de Contas o Relatório Final de Avaliação do Termo de Parceria 13.0004.00/2005, indicando, conclusivamente, os casos que deverão ensejar a instauração de tomada de contas especial, com identificação dos responsáveis e quantificação do débito, levando em consideração, nesta análise, os fatos irregulares apontados nos Relatórios da CGU que não foram devidamente sanados.

ACÓRDÃO Nº 3491/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, considerando a solicitação de parcelamento da multa, feita pelo responsável Telmo Nestor Berger, ACORDAM em adotar as seguintes providências:

1. Processo TC-001.591/2013-4 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul
1.2. Responsáveis: Joni Lisboa da Rocha (336.313.280-87); Telmo Nestor Berger (095.759.440-20)
1.3. Unidade: Prefeitura Municipal de Rio Pardo/RS
1.4. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.5. Representante do Ministério Público: não atuou
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Rio Grande do Sul (SECEX-RS).
1.7. Advogado constituído nos autos: Fernando Pritsch Winck (OAB/RS 63.361)
1.8. Providências:
1.8.1. autorizar o pagamento da dívida de R$ 4.000,00 (quatro mil reais) em 24 (vinte e quatro) parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei nº 8.443, de 1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovar, perante o Tribunal, o recolhimento da primeira parcela, e de 30 (trinta) dias, a contar da parcela anterior, para comprovar o recolhimento das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal atualização monetária;
1.8.2. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;
1.8.3. determinar à Secex/RS que, concluído o recolhimento com a observância das datas aprazadas, promova a reinstrução do processo com vistas à expedição de quitação;
1.8.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei nº 8.443, de 1992, a cobrança judicial da dívida remanescente, caso não cumprida integralmente a obrigação assumida pelo responsável;
1.8.5. autorizar, caso requerido, o pagamento da multa dos demais responsáveis em até 36 (trinta e seis) parcelas.

ACÓRDÃO Nº 3492/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992 c/c os arts. 143, inciso III; e 237 parágrafo único do Regimento Interno/TCU, ACORDAM em não conhecer da representação, por não atender aos requisitos de admissibilidade, e enviar cópia integral do processo ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação e à Superintendência da Polícia Federal na Paraíba, arquivando-a e dando-se ciência ao representante, com o envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-034.948/2014-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (09.283.110/0001-82)
1.2. Unidade: Prefeitura Municipal de Bayeux/PB
1.3. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
1.4. Representante do Ministério Público: não atuou
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

RELAÇÃO Nº 17/2015 - 1ª Câmara
Relator - Ministro BRUNO DANTAS

ACÓRDÃO Nº 3493/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos, à exceção do ato em favor de Maria Cleuides Lira Leon (095.696.182-72), que deverá ser destacado, para julgamento em apartado, após cumprimento das diligências sugeridas pelo Ministério Público junto ao TCU (peça 13):

1. Processo TC-006.804/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Maria Cleuides Lira Leon (095.696.182-72); Maria Cristina Ferreira da Silva (085.107.067-19); Mariana de Oliveira Serra Cruz (104.819.697-64); Mauricio Corazza Maldonado (821.415.681-53); Mauricio Grandi Mandelli (007.217.100-69); Mauricio Santos Ayres (013.750.047-51); Meirinalva Maria Pinto (280.756.251-53); Michel Martins de Aquino (103.529.147-93); Michelle Telles Mael da Costa (104.634.197-90); Milena Mendonça Pereira (097.308.797-88)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. determinar à Sefip que promova diligência junto à unidade jurisdicionada, com vistas à juntada aos autos de documentação que comprove a necessidade da contratação temporária, com base na Lei 8.745/1993, de Maria Cleuides Lira Leon em cargo de nível superior (não especificado no formulário de admissão), em detrimento do concurso público para provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal do órgão.

ACÓRDÃO Nº 3494/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.024/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Henrique Miglio Costa (001.603.701-40); Hesddras Franco Gomes (016.918.391-24); Irapuã Martins Machado (448.819.401-04); Jonathan Pimenta Santos (910.060.581-68); João Laurindo de Souza Neto (892.181.751-49); João Paulo Rezende Possa (031.498.591-31); Juliana Gomes Fontes Teixeira (019.278.141-38); Leandro Rezende de Oliveira (818.031.841-91); Luis Felipe Teixeira Freire (112.633.501-00); Luiz Felipe Abrão Aranha (018.924.381-35)
1.2. Órgão/Entidade: Telecomunicações Brasileiras S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3495/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.293/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Hailton da Silva Rabelo (952.828.153-20); Helder Johnny dos Santos (367.113.358-99); Helen Kohatsu (304.974.828-19); Helen Raiane Carneiro dos Santos (397.147.108-04); Helenildo Jose Ramos (314.776.128-23); Helio Romualdo Ferreira (294.270.948-00); Helio da Costa Moreira (463.259.137-87); Hellen Elias Marques (338.196.558-16); Henrique Pereira da Silva (340.176.968-56); Henrique dos Santos (396.573.598-56)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3496/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.299/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Jefferson Rosa da Silva (400.117.918-02); Jerrila Jose dos Santos (325.603.818-26); Jeruza Gomes (170.161.088-48); Jesiel Caetano de Lima (282.012.668-54); Jessica Freitas Augusto (365.938.018-01); Jessica Karine Ramalho de Oliveira (370.830.228-10); Jessica Pires Vecino dos Passos (222.797.488-51); Jessyca Oliveira Rocha Martins (328.537.708-93); Jeziel Ferreira dos Santos (290.265.148-16); Jhonatan Dalapola Borba (391.718.108-89)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3497/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.357/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Tatiana Rodrigues (276.182.918-29); Tatiane Natalia Costa Silva (418.495.868-02); Tayla Alana Lima Santos (332.291.368-61); Teresa de Figueiredo (274.414.788-55); Thais Alves Cunha (357.014.368-61); Thais Lopes Fernandes (362.648.428-93); Thais Rodrigues dos Santos (316.360.428-56); Thaiza Laurentino da Silva (335.265.538-31); Thamara Conceicao Carvalho Barros (423.505.678-69); Thayse do Nascimento Pereira (366.753.658-51)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3498/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-007.361/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Valmir Guedes do Amaral (057.706.755-94); Valquiria da Silva Barbosa de Moraes (297.086.178-06); Valter Alves Ribeiro (157.152.228-00); Valter Pacheco Rodrigues (037.321.416-24); Valter Ribeiro da Silva (851.736.498-87); Valter Souza Reis (008.390.965-69); Vando Francisco Tolentino (269.110.148-75); Vanessa Tavares (374.513.458-31); Vanessa da Silva Machado (374.722.348-69); Vani Aparecida Afonso (025.016.051-01)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3499/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.330/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adilson da Silva Lopes (589.265.420-68); Adriana Clezar de Souza Fontoura (702.130.700-49); Adriana Pereira Correa (584.311.600-04); Adriano de Aquino Guterres (009.033.790-58); Alesandra Andrea Leonhardt (600.495.960-04); Alessandra Silveira de Lima (023.308.150-00); Alessandra Tacca (002.647.040-37); Alexandre Castro dos Santos (677.175.430-87); Alexandre de Freitas Henrique (015.193.640-40); Alexsander Ramirez (644.330.990-15)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3500/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.335/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Braudelina Paz Dias (380.233.260-15); Bruna Silva Giordano Soares (848.947.410-91); Bruno Carvalho Fernandes (984.042.100-04); Camila Assumpcao (819.174.140-72); Camila Leodoro (013.580.440-07); Carla Farias Arena (899.437.400-00); Carmen Luiza Coltro (004.117.430-58); Catia Bandeira de Costanzo (677.118.040-91); Catia Gutierres Claudio (959.473.610-00); Cinthia Nunes Sabino da Silva (006.335.580-95)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3501/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar legal(ais) para fins de registro o(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.340/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Fernanda Silva Vargas Gomes (018.011.520-04); Fernando Ghinzelli (007.460.640-98); Filipe do Amaral Teixeira (033.131.600-50); Filomena Narcizo Gomes (475.695.060-49); Gabriel Alves dos Santos (004.159.250-61); Gerson Luis Avila da Silva (631.379.680-20); Gilmar Antonio Costa Marchi (938.353.290-49); Gilmar Ualt Nobre (540.192.490-91); Gilsiane da Silva Marcelino (759.346.040-15); Gisele Thedi da Silva (005.407.210-77)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3502/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.467/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fernanda Calderaro Guimaraes Pinto (009.569.225-89)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3503/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.484/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Cesar Augusto Cunha Campos (043.663.666-22); Geraldo Eduardo Parente Pimentel (046.088.784-09); Isabelle Freire Tabosa Viana (060.952.434-83); Marcelo de Bulhoes Fidelix (057.323.624-01); Nelson Frick da Silva Fagundes (592.790.790-34)
1.2. Órgão/Entidade: Empresa Brasileira de Hemoderivados e Biotecnologia
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3504/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.524/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Sonia Maria Miranda Lopes (567.900.660-04); Tailise Conte Gheno (725.861.170-34); Tatiane Marques (009.243.370-79); Viviane Franceschetto de Menezes (011.801.840-09); Viviane Oliveira de Castro (690.516.900-53); Volmir Pereira Fraga (026.353.980-62)
1.2. Órgão/Entidade: Hospital Nossa Senhora da Conceição S.A.
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3505/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.582/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Flavia Carolina Borges Lobo (036.057.984-11); Francisco Edilson Ferreira de Lima Junior (012.331.464-08); Francyo Linhares Muniz Neres (877.792.001-59); Frederico Augusto Sousa Borborema (052.027.416-42); Giovanna da Silva Fernanades (036.168.884-92); Gislene Borges de Oliveira (013.645.261-23); Hudson de Carvalho Basto (880.882.351-20); Ivan Ribeiro de Carvalho Filho (016.897.273-57); Jailza Gomes Furtado Pinheiro Teles (106.966.807-93); José Carlos Cohen (073.007.827-28); Keila Cristina Santos dos Santos (723.842.392-87); Kelver Rodrigues de Aguiar (047.594.923-48); Larissa dos Santos de Ambrozi (106.497.967-05); Luciana Pahl Siqueira Nascimento Chaves (783.676.541-53); Luciana Sobreira de Matos (616.429.163-15)
1.2. Órgão/Entidade: Ministério da Saúde (vinculador)
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3506/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.751/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Fabio Santos de Andrade (008.114.515-26)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Sergipe - DR/SE
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3507/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.774/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Diego Barreto Silva (409.492.878-22); Diego Bernardo Teixeira (421.084.578-79); Diogenys Rocha Soares (385.799.228-01); Douglas Avila (046.125.439-55); Edmilson Mo-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

desto dos Santos (391.900.418-36); Edson Ribeiro Mendes (526.772.496-34); Elaine Cristina Neves (307.374.298-01); Eliane Cristina Basilio de Oliveira (334.584.548-29); Elisabete Chen Shei (971.873.998-04); Emerson Rodolfo de Barros (307.613.548-16); Emerson de Lima Goncalves (386.964.048-07); Eric Cipriano de Castro (356.204.298-14); Erik Felix Silva dos Santos (400.449.358-70); Erika Ura Kusano (292.323.888-55); Everson Tadeu dos Santos (058.070.758-03); Fabia Almeida Santos Silva (215.678.938-05); Fabiana Agapito de Almeida (326.870.258-95); Felipe Fernando da Costa Sillos (410.808.768-20); Felipe dos Santos Gomes (406.888.748-94); Fernanda Celia de Paula (311.106.728-96)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3508/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.777/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Juliana Domingues da Silva (409.338.168-20); Juliana de Sales Santos (331.409.208-30); Jurema Silva Lima (077.624.818-93); Kayo Victor dos Santos Guimaraes (376.997.638-07); Kleber Chaves Rodrigues (367.355.528-65); Klinsmanm Dias da Silva (377.604.608-21); Leandro Lindoso Sousa (225.225.928-07); Leandro Luiz Arruda (312.697.368-09); Leandro Santos de Souza (323.192.358-17); Leila Pedroso Duraes (294.956.688-08); Leticia Benevides Gusmao de Paiva (229.222.128-40); Lourdes Mendes da Silva (308.658.298-70); Luan Carlos Rodrigues Azevedo (401.794.268-77); Lucas Soares Claus (372.829.868-94); Lucia Helena de Oliveira (950.239.418-68); Magdiel Pereira Soares (299.521.368-46); Marcelo Borsos (308.371.148-45); Marcelo Claro (169.919.438-60); Marcelo Rafael Mitsunaga Paredes (393.299.548-12); Marcelo Santana Sforzim (281.343.178-80)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em São Paulo - DR/SP

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3509/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.783/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carla Oliveira de Andrade (120.331.147-83); Fatima Cariello Mello (574.930.737-91); Marian Paulino Agrizzi (120.597.057-62)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Espírito Santo - DR/ES

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3510/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame do(s) ato(s) a seguir relacionado(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.786/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Antonio de Padua Tavares Braga (001.414.203-16); Cicero Mascarenhas Oliveira (772.695.193-15); Francisco Jefferson da Costa de Freitas (044.675.083-25); Jose Fabio de Souza Junior (034.252.383-02)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT no Ceará - DR/CE

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3511/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, inciso II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em acatar integralmente as razões de justificativas apresentadas por Maria do Carmo Alves de Castro, dando-lhe ciência desta decisão, com cópia da instrução da unidade técnica (peça 9), e em fazer as determinações que se seguem, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.788/2007-1 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessados: Catarina Salgues Aragao (008.724.114-51); Demetrius Salgues Aragao Barbosa (008.724.084-00); Iellyda Pereira da Silva (007.725.884-30); Inaldo Pereira da Silva (031.315.304-30); Isabelle Cristina Pereira da Silva (007.725.894-02); Vanice Salgues Aragao Barbosa (008.706.854-06)

1.2. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde No Estado de Pernambuco

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. determinar ao Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Pernambuco que:

1.7.1. promova a imediata exclusão da parcela "DIFERENÇA INDIVIDUAL L.12998", no valor de R$ 858,44, nos proventos de Vanice Salgues Aragão Barbosa (CPF 008.706.854-06), pensionista de Ricardo Sérgio Aragão Barbosa da Costa (CPF 094.186.364-68), sob pena de responsabilização da autoridade administrativa omissa, e comprove perante ao Tribunal as medidas adotadas; e

1.7.2. promova o cálculo das parcelas recebidas a maior pela pensionista de Ricardo Sérgio Aragão Barbosa da Costa (CPF 094.186.364-68), Vanice Salgues Aragão Barbosa (CPF 008.706.854-06), desde a data da ciência do Acórdão 1319/2009 - TCU - 1ª Câmara, e proceda aos respectivos descontos, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, comprovando junto ao Tribunal as medidas adotadas.

ACÓRDÃO Nº 3512/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, incisos I e II, ambos da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 1º, inciso VIII; 143, inciso II; 259, incisos I e II, e 260 do Regimento Interno/TCU, em fazer a determinação a seguir, arquivando-se ao final, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-011.270/2012-8 (PENSÃO CIVIL)

1.1. Interessado: Rafael Almeida da Silva Neto (045.371.291-66)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado do Mato Grosso do Sul

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. determinar à Sefip que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária n. 0010968-92.2012.4.03.6000 (1ª Vara Federal de Campo Grande/MS), em trâmite na referida Vara Federal.

ACÓRDÃO Nº 3513/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

a) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18 e 23, inciso II, da Lei 8.443/1992, c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 208 e 214, inciso II, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares com ressalva as contas dos responsáveis a seguir, dando-lhe quitação:

a.1) José Arimatéia Dantas Lopes (CPF 051.025-613-91), Reitor, em razão do não cumprimento das ações previstas para a Auditoria Interna da Universidade pelo segundo ano consecutivo;

a.2) Jovita Maria Terto Madeira Nunes (CPF 150.303.933-15), Pró-Reitora de Administração no período de 1/2/2013 a 31/12/2013, pela divergência entre as informações constantes no SPIUnet e a realidade dos bens de uso especial da União sob responsabilidade da UJ;

a.3) Raimundo José Cunha Araújo (CPF 007.239.673-34), Pró-Reitor de Administração no período de 1/1/2013 a 1/2/2013, pela divergência entre as informações constantes no SPIUnet e a realidade dos bens de uso especial da União sob responsabilidade da UJ;

b) com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas dos demais responsáveis, com exceção dos mencionados na alínea anterior, dando-lhes quitação plena; e

c) dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução inicial (peça 10), à unidade jurisdicionada e à Controladoria Regional da União no Estado do Piauí, bem como adotar as medidas a seguir:

1. Processo TC-019.899/2014-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Cristiane Batista Bezerra Torres (470.857.543-20); Edilberto Duarte Lopes (159.910.757-00); Helder Nunes da Cunha (241.133.793-00); Jaira Maria Alcobaça Gomes (145.191.193-91); Jose de Arimatéia Dantas Lopes (051.025.613-91); Jovita Maria Terto Madeira Nunes (150.303.933-15); João Berchmans de Carvalho Sobrinho (096.165.273-04); Maria do Socorro Leal Lopes (066.902.893-20); Marize Melo dos Santos (174.556.004-10); Miguel Ferreira Cavalcante Filho (287.210.983-87); Mirtes Gonçalves Honório (133.563.053-87); Nadir do Nascimento Nogueira (182.571.353-72); Paulo Roberto Ramalho Silva (252.804.653-72); Pedro Vilarinho Castelo Branco (396.467.853-87); Raimundo Jose Cunha Araujo (007.239.673-34); Regina Ferraz Mendes (509.710.424-20)

1.2. Órgão/Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. determinar à Fundação Universidade Federal do Piauí, com fundamento no art. 208, § 2º, do RI/TCU, que:

1.7.1. instaure, se ainda não o fez, procedimento administrativo disciplinar com vistas a apurar possível inassiduidade habitual e/ou abandono de cargo cometidos pelo servidor R.W.M.D., matrícula Siape n. 1458989, ocorridas em 2012 e 2013, encaminhando, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da ciência desta deliberação, o resultado da apuração a esta Corte de Contas;

1.7.2. apure o valor devido pelo servidor F.N.R.P.D, matrícula Siape 53265, em razão do recebimento em duplicidade de auxílio-alimentação, na FUFPI e na EBSERH, entre os meses de março e novembro de 2013, e adote medidas com vistas à devolução da quantia remanescente, nos termos do artigo 46 da Lei 8.112/1990, tendo em vista que a importância recebida indevidamente somou R$ 3.361,00 e somente foi comprovada a devolução de R$ 373,00, encaminhando, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da ciência desta deliberação, o resultado das providências adotadas e respectivos comprovantes;

1.7.3. encaminhe, no prazo de 30 (trinta) dias, a comprovação de que inscreveu, no Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Federais (Cadin), a ex-servidora Ana Paula Simão Ponce de Melo, com relação ao pagamento indevido de remuneração durante o período compreendido entre 1º/9/2008 e 1º/12/2008, conforme informado no processo de monitoramento (TC 025.578/2011-1), mas não comprovado; ou, se for o caso, a comprovação do ressarcimento das importâncias ao erário;

1.7.4. atualize o inventário anual de bens imóveis da União sob a sua guarda, bem como institua a comissão permanente de acompanhamento e gestão desses bens, caso ainda não o tenha feito;

1.8. dar ciência à Fundação Universidade Federal do Piauí (FUFPI) de que, além do dirigente máximo, somente membros de diretoria ou ocupante de cargo no nível de hierarquia imediatamente inferior e sucessivo ao do dirigente máximo, bem como membro de colegiado que seja responsável por ato de gestão que possa causar impacto na economicidade, eficiência e eficácia da gestão da unidade devem compor o rol de responsáveis; neste contexto, consoante estrutura orgânica da FUFPI, não se enquadram superintendentes, membro de diretoria e de conselhos que não praticam ato de gestão de natureza contábil, orçamentária, financeira, patrimonial e operacional.

ACÓRDÃO Nº 3514/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 143, inciso I, alínea "a", 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, em julgar regulares as contas dos responsáveis arrolados nos presentes autos, dando-lhes quitação plena, e em dar ciência deste acórdão, juntamente com a instrução (peça 17), à unidade jurisdicionada, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.291/2013-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Jorge Fontes Hereda, CPF 095.048.855-00 e demais arrolados à peça 2.

1.2. Órgão/Entidade: Fundo de Compensação de Variações Salariais (FCVS)

1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Fazenda Nacional (SecexFazen).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3515/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o subitem 9.2 do

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Acórdão 1609/2015-TCU-1ª Câmara (peça 19), de forma que onde se lê "condenando-os ao pagamento das importâncias a seguir especificadas", leia-se "condenando-os, solidariamente, ao pagamento das importâncias a seguir especificadas", de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.388/2012-2 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)
1.1. Responsáveis: Ernani de Souza Diniz (003.731.094-15); Hercules Barros Mangueira Diniz (873.025.604-63)
1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Diamante - PB
1.3. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3516/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, alínea "d", do Regimento Interno/TCU, c/c a Súmula 145 do Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 118/2015-TCU-1ª Câmara (peça 178), de forma a vigorar com as seguintes alterações, de acordo com os pareceres emitidos nos autos, proferindo-se, ao final, determinação:

a) Onde se lê na Primeira parte do Acórdão: "Prestacon Prestadora de Serviços e Construção Ltda. (04.904242/001-60), Construtora Daobra Ltda....", leia-se: "...Prestacon Prestadora de Serviços Construções Ltda.-ME (04.904.242/0001-60), Construtora Daobra Ltda.-ME..."

b) No subitem 1.2:

Onde se lê	Leia-se
Alb Engenharia e Serviços Ltda. (04.268.324/0001-66)	Alb Engenharia e Serviços Eireli-EPP (04.268.324/0001-66)
Barbosa Construções e Serviços (09.134.222/0001-71)	Barbosa Construções e Serviços Ltda.-ME (09.134.222/0001-71)
Bercon Engenharia Ltda. (03.444.329/0001-30)	Bercon Engenharia Eireli-EPP (03.444.329/0001-30)
Completa Prestadora de Serviços (11.471.073/0001-88)	Saulo de Tarso Grangeiro de Farias - EPP (11.471.073/0001-88)
Construtora Bandeirantes Ltda. (08.270.171/0001-42)	Construtora Bandeirante Ltda.-EPP (08.270.171/0001-42)
Construtora Renascer Ltda. (09.487.639/001-18)	Construtora Renascer Ltda.-ME (09.487.639/0001-18)
Construtora Suport Ltda. (10.548.764/0001-70)	Construtora Suport Ltda.-EPP (10.548.764/0001-70)
Construções Sollo Ltda. (04.324.512/0001-64)	Construções Sollo Ltda.-ME (04.324.512/0001-64)
Construtora Daobra Ltda. (10.482.566/001-50)	Construtora Daobra Ltda.-ME (10.482.566/0001-50)
Engeferros Indústria, Comércio e Serviços Ltda. (41.133.356/0001-80)	Engeferros - Indústria, Comércio e Serviços Ltda.-EPP (41.133.356/0001-80)
Equilibrium Construções e Serviços Ltda. (09.502.686/0001-93)	Equilibrium Construções e Serviços Ltda.-EPP (09.502.686/0001-93)
Falconi Construções e Serviços Ltda. (07.942.236/0001-96)	Falconi Construções e Serviços Ltda.-EPP (07.942.236/0001-96)
Imprel Ind. de Prem. e Constr. Civ. Ltda. (03.757.786/0001-84)	Inprel Construções e Serviços Ltda.-ME (03.757.786/0001-84)
Maria Dijanete de Macedo Correia (207.573.444-53)	Maria Dijanete Macedo Correia (207.573.444-53)
Prestacon Prestadora de Serviços Ltda. (04.904.242/0001-60)	Prestacon Prestadora de Serviços Construções Ltda.-ME (04.904.242/0001-60)
Rf Construção Incorporação e Imobiliária Ltda. (11.482.053/0001-02)	RF Construção Incorporação e Imobiliária Ltda. (11.482.053/0001-02)
Solo Empreendimentos Construções e Comércio Ltda. (04.561.688/0001-30)	Solo Engenharia e Empreendimentos Ltda.-EPP (04.561.688/0001-30)
Sva Engenharia (08.579.912/0001-71)	Sergio Apolinario de Oliveira-ME (08.579.912/0001-71)

c) Onde se lê no subitem 1.8.2: "Prestacon Prestadora de Serviços Ltda.", leia-se: "Prestacon Prestadora de Serviços Construções Ltda.-ME".

d) No subitem 1.8.4:

Onde se lê	Leia-se
Imprel Ind. de Prem. e Constr. Civ. Ltda. (03.757.786/0001-84)	Inprel Construções e Serviços Ltda.-ME (03.757.786/0001-84)
Engeferros Indústria, Comércio e Serviços Ltda. (41.133.356/0001-80)	Engeferros - Indústria, Comércio e Serviços Ltda.-EPP (41.133.356/0001-80)
Construtora Bandeirantes Ltda. (08.270.171/0001-42)	Construtora Bandeirante Ltda.-EPP (08.270.171/0001-42)
Construções Sollo Ltda. (04.324.512/0001-64)	Construções Sollo Ltda.-ME (04.324.512/0001-64)
Saulo de Tarso Granjeiro - Completa Prestadora de Serviços (11.471.073/0001-88)	Saulo de Tarso Grangeiro de Farias-EPP (11.471.073/0001-88)
PB Construções e Serviços Ltda. (11.209.769/0001-41)	PB Construções e Serviços Ltda.-EPP (11.209.767/0001-41)
Barbosa Construções e Serviços (09.134.222/0001-71)	Barbosa Construções e Serviços Ltda.-ME (09.134.222/0001-71)
Sérgio Apolinário de Oliveira-SVA Engenharia (08.579.912/0001-71)	Sérgio Apolinário de Oliveira-ME (08.579.912/0001-71)
Equilibrium Construções e Serviços Ltda. (09.502.686/0001-93)	Equilibrium Construções e Serviços Ltda.-EPP (09.502.686/0001-93)
Falconi Construções e Serviços Ltda. (07.942.236/0001-96)	Falconi Construções e Serviços Ltda.-EPP (07.942.236/0001-96)
Bercon Engenharia Ltda. (03.444.329/0001-30)	Bercon Engenharia Eireli-EPP (03.444.329/0001-30)
Construtora Renascer Ltda. (09.487.639/0001-18)	Construtora Renascer Ltda.-ME (09.487.639/0001-18)
Alb Engenharia e Serviços Ltda. (04.268.324/0001-66)	Alb Engenharia e Serviços Eireli-EPP (04.268.324/0001-66)
Construtora Suporte Ltda. (10.548.764/0001-70)	Construtora Suport Ltda.-EPP (10.548.764/0001-70)

1. Processo TC-013.265/2011-3 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)
1.1. Apensos: 022.594/2013-2 (DENÚNCIA); 021.167/2011-7 (REPRESENTAÇÃO)
1.2. Responsáveis: Alb Engenharia e Serviços Eireli-EPP (04.268.324/0001-66); Barbosa Construções e Serviços Ltda.-ME (09.134.222/0001-71); Bercon Engenharia Eireli-EPP (03.444.329/0001-30); Saulo de Tarso Grangeiro de Farias - EPP (11.471.073/0001-88); Construtora Bandeirante Ltda.-EPP (08.270.171/0001-42); Construtora Renascer Ltda.-ME (09.487.639/0001-18); Construtora Suport Ltda.-EPP (10.548.764/0001-70); Construções Sollo Ltda.-ME (04.324.512/0001-64); Construtora Daobra Ltda.-ME (10.482.566/0001-50); Deusilene de Fatima Dantas de Arruda (690.915.794-04); Engeferros - Indústria, Comércio e Serviços Ltda.-EPP (41.133.356/0001-80); Equilibrium Construções e Serviços Ltda.-EPP (09.502.686/0001-93); Falconi Construções e Serviços Ltda.-EPP (07.942.236/0001-96); Gilberto Muniz Dantas (203.798.974-15); Inprel Construções e Serviços Ltda.-ME (03.757.786/0001-84); José Luis de Souza (024.410.534-00); Jw Construções Ltda (05.065.307/0001-94); Maria Dijanete Macedo Correia (207.573.444-53); PB Construções e Serviços Ltda. (11.209.767/0001-41); Prestacon Prestadora de Serviços Construções Ltda.-ME (04.904.242/0001-60); Rf Construção Incorporação e Imobiliária Ltda (11.482.053/0001-02); Robério Saraiva Grangeiro (040.131.404-97); Sandro Ferreira de Sousa (503.843.094-53); Scheylla do Nascimento de Farias (023.513.444-99); Solo Engenharia e Empreendimentos Ltda.-EPP (04.561.688/0001-30); Sergio Apolinario de Oliveira-ME (08.579.912/0001-71); Vanderlei do Nascimento Peixoto (000.780.234-08)
1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Fagundes - PB
1.4. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.5. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
1.7. Advogado constituído nos autos: não há.
1.8. determinar à unidade instrutora que proceda à retificação nos sistemas deste Tribunal das alterações propostas na peça 182 e acolhidas no presente acórdão.

ACÓRDÃO Nº 3517/2015 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a prestação de contas final relativa ao processo 58701.007796/2013-37 já foi encaminhada pelo proponente Instituto Sports para análise pelo órgão responsável (Ministério do Esporte);

Considerando que os novos elementos apresentados pela Confederação Brasileira de Tênis podem constituir valioso subsídio para essa análise;

Considerando que, por questão de racionalidade processual e com vistas a se evitar a duplicidade de esforços, não se mostra conveniente, no presente momento, a atuação desta Corte de Contas, já que o Ministério do Esporte está procedendo à análise da prestação de contas final relativa ao processo 58701.007796/2013-37;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para considerar a análise do mérito prejudicada e em adotar as medidas a seguir, promovendo-se, ao final, o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-001.257/2015-3 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. encaminhar ao Ministério do Esporte cópia das peças 1 e 10 do presente processo, que contêm novos elementos apresentados pela Confederação Brasileira de Tênis, a fim de subsidiar a análise da prestação de contas final relativa ao processo 58701.007796/2013-37 (Projeto "Copa Rio Juvenil de Tênis", cuja execução foi pactuada por meio de Termo de Compromisso celebrado em 25/2/2014 entre a União, por intermédio do Ministério do Esporte, e o Instituto Sports), devendo aquele Ministério proceder à reanálise da prestação de contas final, caso já tenha sido concluída a referida análise sem que esses novos elementos tenham sido considerados, adotando, se for o caso, as providências necessárias à instauração da competente tomada de contas especial;
1.7. determinar ao Ministério do Esporte que, no prazo de 90 (noventa) dias, encaminhe a este Tribunal relatório/parecer conclusivo referente à análise da prestação de contas final relativa ao processo 58701.007796/2013-37;
1.8. dar ciência desta deliberação ao Ministério do Esporte e à Confederação Brasileira de Tênis, com cópia da instrução da unidade técnica (peça 12).

ACÓRDÃO Nº 3518/2015 - TCU - 1ª Câmara

Considerando que a atuação do TCU não deve avançar sobre o espaço de atuação e as responsabilidades das autoridades administrativas e seus órgãos de controle interno (Acórdão 4.771/2010-TCU-1ª Câmara, entre outros);

Considerando a necessidade de fixação de prazo para que as medidas cabíveis sejam tomadas pela unidade jurisdicionada, ante a gravidade das irregularidades noticiadas;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, arts. 17, inciso IV; 143, inciso III; 235 c/c o art. 237, parágrafo único, e art. 237, todos do Regimento Interno/TCU, em conhecer da presente representação, por preencher os requisitos de admissibilidade, para no mérito considerá-la procedente e em adotar as medidas a seguir, promovendo-se, ao final, o arquivamento, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.475/2015-6 (REPRESENTAÇÃO)
1.1. Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
1.2. Relator: Ministro Bruno Dantas
1.3. Representante do Ministério Público: não atuou
1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de São Paulo (SECEX-SP).
1.5. Advogado constituído nos autos: não há.
1.6. com fundamento no art. 106, § 3º, da Resolução TCU nº 259/2014, enviar cópia integral do presente processo ao Ministério do Turismo, para que, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação, sejam apuradas eventuais irregularidades em todos os convênios firmados com a Associação

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Brasileira das Empresas de Transporte Aéreo Regional (Abetar) e, se necessário, instauradas as tomadas de contas especiais, quando esgotadas as providências administrativas internas sem obtenção do ressarcimento pretendido, conforme dispõem os arts. 3º e 4º da Instrução Normativa TCU nº 71/2012;

1.7. determinar ao Ministério do Turismo que, além das tomadas de contas especiais, deverá ser remetido a este Tribunal o resultado da análise das eventuais prestações de contas, acompanhado da necessária documentação;

1.8. determinar à Secex/SP que autue processo específico de monitoramento, nos termos do art. 35, caput, da Resolução TCU nº 259/2014, formado a partir de cópia do presente Acórdão e de outras peças consideradas relevantes pela Unidade Técnica, para acompanhar o cumprimento dos itens 1.6 e 1.7;

1.9. dar ciência desta deliberação ao representante, com cópia da instrução da unidade técnica (peça 2).

RELAÇÃO Nº 15/2015 - 1ª Câmara

Relator - Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

ACÓRDÃO Nº 3519/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso VIII, 143, inciso II, e 169, inciso V, do Regimento Interno/TCU, em determinar à SEFIP que, nos termos da Questão de Ordem aprovada pelo Plenário do TCU em 8/6/2011, encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da AGU, bem como à Conjur/TCU, as informações necessárias ao acompanhamento da Ação Ordinária n. 504943560.2011.4.04.7100, de interesse de Ronilda Lima de Oliveira, e da Apelação n. 501467755.2011.4.04.7100, de interesse de Sônia Regina Machado Teixeira, que se encontram no Tribunal Regional Federal da 4ª Região, sem decisão final de mérito, promovendo, em seguida, o arquivamento dos autos, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-008.912/2009-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Responsável: Rubens Luiz Dall' Agnol (126.142.700-91)

1.2. Interessados: Alberto Mendes da Silva (091.667.180-15); Aldo Gotlieb Moller (165.040.620-72); Carlos Alberto Iparaguirre (198.084.370-87); Dulce Hecker Ferrari (283.877.750-53); Elizabeth Martinez Nunes da Silva (447.349.130-72); Flavio Jacob Zanandrea (276.789.700-72); Ivo Ceretta (179.050.360-49); Jane Terezinha Tonelotto (280.633.090-49); Justina Ines Salami (217.258.530-00); Natalina Bof (250.218.340-53); Neci Rosa Duarte (255.923.430-00); Odacir Secchi (034.869.150-53); Ronilda Lima de Oliveira (184.709.120-20); Rosa Maria Bom Mazzitelli (285.408.830-15); Rubens Luiz Dall' Agnol (126.142.700-91); Sonia Regina Machado Teixeira (207.264.300-72)

1.3. Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda No Estado do Rio Grande do Sul

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.5. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

1.8. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3520/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais os atos de concessão a seguir relacionados, autorizando-se os registros, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.054/2015-1 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Roseli Inacia de Sousa (190.963.801-34); Rosilene Cruz de Castro Silva (329.191.071-00); Vilmar Monteiro de Oliveira (071.753.961-04)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Goiás

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3521/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legais os atos de concessão a seguir relacionados, autorizando-se os registros, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.055/2015-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Adelino Francisco de Almeida (172.762.411-49); Airza Fernandes Mungo (171.836.501-20); Edmundo Alves Sobrinho (779.995.848-00); Marlene Strapasson de Cesar Boechat (292.654.870-20); Nazario Frazao de Almeida (171.146.241-15)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3522/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal o ato de concessão a seguir relacionado, autorizando-se o registro, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.061/2015-8 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Marilene Brito Cunha (130.010.515-15)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Paraná

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3523/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II, da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, inciso II, 259, inciso II, e 260, §§ 1º e 2º, do Regimento Interno, em considerar legal o ato de concessão a seguir relacionado, autorizando-se o registro, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.063/2015-0 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessado: Paulo Afonso Amato Condé (285.327.676-72)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado de Santa Catarina

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3524/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-012.168/2015-7 (APOSENTADORIA)

1.1. Interessados: Nilson Victorino Cardoso de Melo (443.506.607-63); Paulo Sergio da Silva Froes (482.555.725-20); Raimundo Nonato Alves da Cunha (244.296.191-15); Rogerio de Araujo Ribeiro (777.029.307-30); Sálvio Argino Batista (573.177.477-34); Sebastião Lorena Martins (741.793.307-68); Sebastião Benedito Martins (390.201.507-15); Silvio Tavares da Silva (373.731.107-20); Valmir Ribeiro de Carvalho (070.410.475-04); Vanderlei do Nascimento Lima (352.316.967-49)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3525/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-006.607/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Faustino Cidrack do Vale Lucena Alves (041.408.223-09); Fausto Wilson de Souza de Figueiredo (158.664.667-24); Felipe Alves de Moura (700.004.304-04); Felipe Augusto Passos da Rocha (147.202.867-80); Felipe Augusto Provensi (055.990.299-99); Felipe Augusto da Silva Lima (121.736.377-70); Felipe Correa da Silva (170.933.907-14); Felipe Cunha Machado (165.080.587-03); Felipe Curty Balbino Marculino (147.579.177-16); Felipe da Silva Francisco (157.623.927-67)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3526/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-009.374/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ailton Costa da Silva Cardoso (082.735.674-94); Airton de Souza Silva (172.558.357-75); Alan Lima Xavier (139.606.697-71); Alan Luís Santana Boa Morte (022.842.645-65); Alan Luiz dos Santos Chaves (117.244.667-98); Alan Motta Florentino (137.783.357-74); Alan da Silva Gomes (134.461.597-03); Alan de Negreiros Oliveira (139.901.967-82); Alan dos Santos Rodrigues (119.024.277-00); Ákyla Mattozinho Pires (161.585.467-39)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3527/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.386/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Arthur Vitor Lisboa da Silva (135.106.827-00); Artur Lago Nascimento (001.678.292-54); Artur Mendes Boga (004.890.732-47); Artur Souza Freire (131.109.197-10); Athos Wanderson Barbosa de Oliveira (035.607.775-69); Augusto Gonçalves Chada Neto (003.771.742-11); Augusto Wagner de Medeiros Pereira Junior (157.975.177-60); Bernard Guedes Gallo (144.791.727-85); Bernardo Alhanati do Nascimento (153.403.007-73); Bernardo de Andrade Neves (124.609.007-40)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3528/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.389/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Bruno Ferreira Pires (154.910.037-86); Bruno Gomes de Almeida (173.500.637-84); Bruno Hideki Kawasaki (435.786.468-22); Bruno Maio de Oliveira (157.748.817-25); Bruno Monteiro de Almeida (067.530.426-10); Bruno Ramos de Sousa (125.985.167-29); Bruno Rocha Moreth (132.959.437-10); Bruno Rodarte Freire (085.819.576-33); Bruno Ruiz dos Santos Lima (127.632.457-06); Bruno do Nascimento Cardoso (116.468.517-14)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3529/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.394/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Carlos Eduardo Ramalhoto Pereira (157.436.427-88); Carlos Eduardo Tolentino de Almeida (132.870.277-43); Carlos Eduardo de Carvalho Fuzita (067.839.311-70); Carlos Eduardo de Jesus Costa (121.025.887-00); Carlos Guilherme Brito de Brito (987.476.222-53); Carlos Guilherme Faloni Verzeloni (020.455.141-29); Carlos Guttierrez Fernandes de Andrade (135.089.877-52); Carlos Helyson dos Santos Andrade (033.090.163-07); Carlos Henrique Fernandes (113.584.857-20); Carlos Henrique Guzo Lima (119.149.007-66)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3530/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.402/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diego Fernandes Gonçalves (141.645.427-64); Diego Ferreira Medeiros (135.901.057-20); Diego de Moraes Moisinho (135.257.407-19); Diego de Oliveira Vales (144.055.857-41); Diego de Souza Costa (111.551.227-71); Diego de Souza Santiago Loureiro (122.362.087-58); Diego do Vale Rodrigues (103.519.837-16); Diego dos Santos Gomes (129.492.157-69); Diego dos Santos Rodrigues (132.408.057-40); Diego dos Santos Silva de Araújo (141.444.377-36)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3531/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.403/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diego Gonçalves Carvalhido (057.901.627-70); Diego Leandro Peres Martins (142.294.297-03); Diego Lemos Silva (131.592.477-32); Diego Luís Pessoa da Trindade (061.208.084-69); Diego Müller da Silva (136.179.957-99); Diego Raphael Oliveira (130.285.857-23); Diego Rodrigues Brito (937.914.962-04); Diego Rodrigues de Almeida (128.228.087-24); Diego Silva Rosa (133.993.157-59); Diego Siqueira Castro (126.788.067-82)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3532/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.412/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Emerson Luís Lira Barros (121.057.877-89); Emerson Marlon Moura da Rocha Soares (079.065.694-90); Emiliano da Costa Luiz (135.388.317-50); Emmanuel Victor Ricardo Costa (059.126.917-13); Enio Vieira Policante (139.193.357-59); Eric Araujo Monteiro (087.326.964-00); Eric Vinicius de Almeida (128.408.727-14); Erick Santos de Araujo (135.395.897-32); Erick de Souza Cavalheiro (124.121.447-61); Erick dos Santos Nascimento (121.099.897-18)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3533/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.416/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabrício Paixão Ribeiro (116.131.897-61); Fabrício Vale Lopes (107.420.986-99); Fabrício Viviani de Siqueira (127.165.327-37); Felipe Alves Henrique (122.186.767-96); Felipe Alves da Silva (141.556.287-32); Felipe Alves de Souza (134.351.047-32); Felipe Araujo da Silva (127.571.337-80); Felipe Araújo Álvares (168.029.717-12); Fábio Romero Carneiro Alves Filho (081.264.314-31); Fábio Souza da Silva (116.703.967-03)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3534/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.418/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Felipe Eduardo de Paula Santos Braga (159.799.227-50); Felipe Esteves de Melo Wingler Pereira (127.681.797-52); Felipe Faccio Kiefer (128.461.176-08); Felipe Facini Netto (122.506.847-90); Felipe Ferreira Raymundo (128.799.717-13); Felipe França (139.347.637-66); Felipe Freitas de Souza (128.520.417-40); Felipe Gonçalves Bitencourt (147.372.627-14); Felipe Kendji Hoshida Abe (112.910.997-60); Felipe dos Anjos de Carvalho (031.338.441-05)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3535/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-009.435/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gustavo Teixeira Silva (169.770.477-80); Gutierre Trindade dos Santos Leal (125.573.507-45); Haysen Silva de Lucena (090.246.214-88); Heberth Martins Silva (121.211.167-29); Heitor Rodrigues da Costa e Silva (058.993.817-79); Helan Albuquerque dos Santos (928.805.172-49); Helber Breyer Venancio (131.735.177-09); Helber Soares Mota (118.979.926-02); Heldman Ximenes Louback (124.448.297-86); Heloisio Igídio de Lima (129.417.687-00)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3536/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.438/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Hugo Rodrigues de Aquino (121.563.067-02); Hurias Dionizio da Silva (124.342.657-82); Hyago Luiz Teixeira Pinto (127.931.557-13); Iago Torres Martins (115.550.546-84); Ighor de Souza Ribeiro (111.918.864-41); Igor Alves Pontes (109.798.687-00); Igor Azevedo Divino (161.026.747-82); Igor da Costa Rodrigues dos Santos (137.921.597-83); Igor da Silva Vianna (169.163.617-78); Ícaro de Lima Ferreira (152.938.477-08)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3537/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.447/2015-6 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: João Pedro Galdeano Sekine (058.103.997-11); João Pedro Lousada Maggessi (149.401.947-79); João Pedro Paes Barros (142.082.487-26); João Pedro Pereira Teixeira (137.818.927-27); João Pedro Santos Gonçalves (158.903.777-44); João Pedro São Braz (160.946.447-86); João Pedro dos Santos Maia (164.363.887-45); João Pedro dos Santos Sanzone (169.576.917-13); João Rocha de Carvalho Neto (132.541.127-25); João Victor Gonçalves Torres de Lima (130.588.966-54)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3538/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.449/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Joelson Araújo Moura (060.412.657-30); John Everton Marcelino Viana (067.849.934-97); Johnatas da Silva Castro (134.360.777-98); Johnathan Ribeiro Boaventura (118.773.107-27); Jonas Ferreira dos Santos (146.274.437-06); Jonas Pontes Rangel (103.422.037-38); Jonas da Nóbrega Custódio (145.512.087-10); Jonatan de Souza Cavalcante (141.886.227-41); Jonatas Ferreira Ragazzi (165.564.797-05); Jônatas Araujo da Silva (151.864.327-25)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3539/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.456/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Julio Cesar Rodrigues da Silva Júnior (131.018.257-41); Julio Cezar Cabral dos Santos (129.578.357-62); Julio dos Anjos Machado (156.468.717-19); Juvemar Alves Barboza Júnior (103.804.927-09); Kallil Italo Maia de Souza (013.488.403-58); Keison Santos de Carvalho (131.047.597-07); Keison da Silva Pinho (134.998.117-66); Khalil Mohamad Kreutz Chehade (104.855.607-71); Khleber Eugênio Henriques de Menezes Teixeira de Araújo (123.355.617-74); Kleber Cunha dos Santos (121.264.677-08)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3540/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.458/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Leandro Ferreira de Almeida Ramos (155.653.057-99); Leandro Ferreira dos Santos (059.469.127-39); Leandro Gouvêa da Silva (139.542.667-84); Leandro Ignacio Menezes (129.660.647-30); Leandro José dos Passos (135.866.767-51); Leandro Kfuri de Oliveira (164.395.317-60); Leandro de Oliveira Nascimento (058.934.557-54); Leandro dos Santos Neves Gouvêa (139.905.487-27); Lenderson Macedo Ferreira (153.622.937-70); Lenilson da Silva Moço Junior (143.884.247-30)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3541/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.463/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Luan Siqueira de Souza (160.635.617-81); Lucas Adriano de Souza Nunes (146.862.147-50); Lucas Alves Vieira (119.700.837-35); Lucas Alves de Vasconcelos (452.588.018-02); Lucas Angelim Guimarães (118.075.937-03); Lucas Araujo Campos (159.750.897-78); Lucas Carvalho Nunes (109.053.697-69); Lucas Cavalcante Miranda Pinto (151.059.537-62); Lucas Cezar Reis (163.642.557-79); Lucas Chaves da Silva (019.638.142-82)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3542/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.489/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Paulo Henrique Queiroz Machado (155.315.917-99); Paulo Henrique Santos Rios (020.624.223-93); Paulo Rezende Sacramento Junior (152.150.637-02); Paulo Ricardo Pereira Amaral Junior (160.140.407-73); Paulo Ricardo e Silva (043.327.245-77); Paulo Roberto Oliveira Martins Filho (141.581.967-01); Paulo Roberto Santana de Lima (118.062.257-00); Paulo Roberto da Silva Ramos (136.876.597-12); Paulo Rodrigues Cordeiro Filho (608.162.943-05); Paulo Sérgio Lopes Dias (113.537.997-19)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3543/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.494/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Pedro Paulo Moura de Souza (124.898.237-10); Pedro Phillip Souza da Costa (147.209.157-44); Pedro Ramos da Silva (132.601.357-23); Pedro Rodrigues Carvalho (115.548.487-84); Pedro Vitor Mattos Costa (110.189.267-63); Pedro Ygor Braga Vianna (169.447.087-36); Peterson Andrade Lima (128.483.707-69); Peterson Francisco Rosa (125.378.067-60); Petterson da Silva Fernandes (143.136.847-43); Phelipe de Albuquerque Barbosa (147.755.297-90)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3544/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.495/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Phelipe de Albuquerque Pinto (119.223.007-80); Phelipe de Oliveira Soares (147.305.227-02); Philipe Douglas de Oliveira Rodrigues (135.625.977-46); Philipe Mendes Rodrigues (151.119.197-08); Philippe Allan de Melo (135.280.117-50); Philippe Cardoso Lino Pereira (156.377.617-01); Phillip da Silva Pereira (115.753.807-06); Pietro Nascimento Rosário (134.173.167-74); Rafael Alves (158.757.217-66); Rafael Alves Panasco (122.799.237-85)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3545/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Processo TC-009.496/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rafael Bessa dos Santos (053.554.367-06); Rafael Cardoso Reis (148.303.857-23); Rafael Cavalcante Duarte (075.292.004-96); Rafael Corrêa da Silva (133.739.467-00); Rafael Duarte Rocha (146.100.397-02); Rafael da Silva Martins (130.465.187-81); Rafael da Silva Trancoso (142.567.717-78); Rafael de Almeida Pinto (138.327.637-40); Rafael de Almeida de Santa Bárbara (116.337.827-51); Rafael de Barros Machado (130.425.937-46)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3546/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.498/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rafael Machado Mota Garcia (149.650.417-80); Rafael Machado dos Santos (132.877.077-01); Rafael Magalhães da Conceição (139.096.727-10); Rafael Maganha Ribeiro (112.015.214-32); Rafael Muniz de Moraes (125.934.727-31); Rafael Nascimento de Carvalho (040.054.115-76); Rafael Paes de Sousa (132.483.647-42); Rafael Passos da Silva (120.628.747-07); Rafael Pires de Melo Ferreira (131.151.947-57); Rafael Ramalho Nunes (151.246.027-32)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3547/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.501/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ramon Gois dos Santos (142.822.727-08); Ramon Guimarães Souza (040.398.095-05); Ramon Nascimento Ronfino (130.552.307-52); Ramon Rezende da Motta (126.550.597-78); Randerson David da Silva Costa (037.226.473-55); Raone Siqueira Gomes (125.529.817-04); Raphael Costa Silva (167.582.597-14); Raphael Franco dos Santos Pedro (133.964.027-90); Raphael Girianelli Rodrigues de Almeida (100.906.477-00); Raphael de Andrade Lacerda (123.708.037-11)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3548/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.504/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Raphael Rodrigues de Lima Costa (129.644.567-47); Raphael Sodré da Silva (116.129.367-17); Raphael Souza da Silva Rosa (126.101.167-80); Raquel Moura de Souza (141.420.987-80); Raul de Souza Oliveira (120.526.347-03); Ray Brandão Carvalho de Azevedo (153.718.527-60); Raylson Florentino Correia (129.727.307-98); Rayner Ribeiro Freitas (059.519.167-39); Reginaldo da Silva Fernandes Júnior (121.263.117-08); Reginaldo da Silva Reinaldo (015.644.973-05)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3549/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.506/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Renan Gonçalves Barroso (150.470.537-84); Renan Henrique Araujo da Silva (129.479.997-54); Renan Luis Lunardi Tabile (038.096.401-58); Renan Moreira Pedroso (058.546.749-80); Renan Passos da Conceição (167.516.087-21); Renan Pereira Bento (014.224.464-33); Renan Prado de Oliveira (131.360.527-14); Renan Ribeiro da Silva (127.682.697-43); Renan Rodrigues Nascimento Zampilis (140.843.937-97); Renan Rodrigues dos Santos Ismerim (141.317.647-09)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3550/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.508/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Renato Magalhães Quintino (025.107.943-02); Renato Soares Maciel (116.550.177-56); Renato Sodré da Fonseca Pinto (118.672.687-36); Renato Tomé de Carvalho (148.343.027-84); Rhalny Ramon Soares Cavalcanti (059.325.954-85); Rhamon Pablo de Queiroz Frederico Gomes (142.189.137-90); Rian Mendonça Ferreira Veiga (115.093.487-51); Ricardo Alves Perfeito Junior (118.628.067-05); Ricardo Braga Herculano (117.889.207-75); Ricardo Conte Gaspar de Carvalho (160.106.837-93)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3551/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.513/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo Carvalho Rodrigues Ribeiro (146.486.657-08); Rodrigo César Silva de Almeida (125.913.347-81); Rodrigo Chambela Damaceno da Costa (160.002.597-86); Rodrigo Corrêa (152.127.397-99); Rodrigo Duarte Negromonte Ferreira (136.425.247-37); Rodrigo da Silva Gonçalves de Sousa (152.179.107-47); Rodrigo da Silva de Siqueira (130.250.977-28); Rodrigo de Alcântara Grünewald (084.596.436-46); Rodrigo de Azevedo Ferreira (131.286.857-03); Rodrigo de Sousa Barbosa (954.919.102-87)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3552/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.514/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo Elias Ramos (124.632.507-12); Rodrigo Fachina Fabrício (128.970.967-05); Rodrigo Fernandes Nascimento (131.439.677-30); Rodrigo Ferreira de Queiroz (134.920.947-32); Rodrigo Gomes Pereira (134.432.857-16); Rodrigo Gomes Rezende (163.094.457-23); Rodrigo Gonçalves Sassone (019.162.710-06); Rodrigo Guedes de Oliveira (146.962.877-50); Rodrigo Henrique da Silva (130.577.897-90); Rodrigo José da Silva (131.578.207-37)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3553/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.515/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Rodrigo José Tavares Cavalcante (052.982.695-08); Rodrigo Lima dos Santos (122.580.487-61); Rodrigo Lopes dos Santos (146.047.917-32); Rodrigo Marinho da Silva (146.746.447-39); Rodrigo Mendel da Costa (120.881.837-60); Rodrigo Monteiro Correa (130.429.407-21); Rodrigo Monteiro Luz (125.780.637-88); Rodrigo Monteiro da Rocha (072.609.694-66); Rodrigo Motta dos Santos (163.377.877-06); Rodrigo Nascimento dos Santos (106.188.877-09)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3554/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.519/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Ruan Soares Antunes (150.352.027-71); Rubem de Lima Carvalho (381.954.288-43); Rubens da Silva Kaiser (136.722.167-63); Rui César Souza Pereira (128.816.707-50); Rullian Valladares do Brasil (147.874.007-89); Rullyan Alves Farias (128.808.867-16); Salomão Gomes Araújo (158.141.757-88); Salomão Vinicius dos Santos Silva (064.491.601-01); Samuel Almeida Pereira (105.930.406-60); Samuel Buzatti Queiroz (134.860.616-90)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3555/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1. Processo TC-009.520/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Samuel Jonatan Silva de Oliveira (151.855.447-40); Samuel Oliveira Hipólito (122.808.097-61); Samuel Pereira Oliveira (160.298.867-62); Samuel Schuina Pereira de Macedo (112.185.287-45); Samuel Vinicius Nascimento Magalhães (059.221.167-38); Samuel da Costa Merlim (173.106.647-36); Samuel de Almeida Aguiar Batista (165.096.577-08); Sancler da Conceição de Brito (136.293.117-92); Sandro Marques de Souza (135.769.377-06); Saulo Marrêta Dourado (042.626.105-43)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3556/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.521/2015-1 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Savio Ary José da Silva D'Ávila Costa (059.230.447-73); Savio dos Santos Leite (983.998.702-00); Saymon Cunha da Silva (168.365.347-57); Sergio Maciel da Costa Junior (039.542.301-51); Sergio Martins Pereira da Silva Filho (123.046.087-01); Sergio Velasque Freitas Junior (125.028.347-75); Silas de Oliveira Lira (122.984.277-20); Silvio Max de Jesus da Silva (042.194.183-93); Sérgio Douglas da Silva Leão (122.202.087-45); Sérgio Henrique Januário de Souza (173.733.247-70)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3557/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.526/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thiago Felipe Lima dos Santos (082.849.994-20); Thiago França Ribeiro (171.527.977-81); Thiago Gil da Costa Silva (136.608.627-97); Thiago Gilberto Bondan (014.864.440-67); Thiago Gomes Coutinho (058.883.007-05); Thiago Gonçalves Samagaio (107.927.797-89); Thiago Henrique de Lira (160.733.357-09); Thiago Machado de Farias (119.875.387-06); Thiago Maia Sanchez (154.203.037-44); Thiago Moura Brandão (163.012.307-28)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3558/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.527/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Thiago Moura de Souza (132.866.167-96); Thiago Murisini de Souza (146.771.667-73); Thiago Nascimento de Morais (033.183.393-00); Thiago Nery Rodrigues (071.635.464-08); Thiago Oliveira do Nascimento Santos (128.394.647-56); Thiago Pereira Gomes (118.138.167-35); Thiago Pestana Chaves (045.542.263-01); Thiago Platino Montenegro (145.804.687-75); Thiago Renan Ramos de Oliveira (139.773.277-63); Thiago Ribeiro Martins (165.546.457-48)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3559/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.541/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Wallace Creton da Costa (123.117.417-05); Wallace Félix Gomes dos Santos (168.321.297-50); Wallace França Quintanilha (123.152.947-46); Wallace Patrique Miranda Borges (108.591.537-97); Wallace Paz Andrade (136.273.327-09); Wallace Roberto da Silva Coutinho (119.625.127-46); Wallace Teixeira Martins (117.947.257-84); Wallace da Conceição Mendes (134.482.747-04); Wallace dos Santos Silva (135.484.467-01); Wállace Timo Gonçalves (041.254.391-50)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3560/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso I da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.548/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Yan Willie Barbosa dos Reis (127.790.367-02); Yuri Bochat Sancho Lopes (151.430.767-73); Yuri Cardoso Dias Barreto (115.584.287-12); Yuri Maia Cardozo (152.225.737-37); Yuri Matias Pereira Pompeu (151.792.897-42); Yuri Pinheiro Félix (113.789.397-43); Yuri Pontes Lopes da Silva (162.842.237-81); Yuri Ribeiro de Almeida (122.980.417-09); Yuri Veloso do Nascimento Passos (161.507.207-13); Yuri do Couto e Silva (160.047.157-94)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3561/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.545/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adriana Cerqueira Muniz (806.598.105-49); Ana Carolina de Souza Santana (011.449.945-43); Bruno Lemos Coutinho (025.917.025-94); Edilton Silva Junior (017.048.385-17); Francisco Carlos Ribeiro dos Santos (023.276.625-83); Gabriel Oliveira Barbosa (017.170.075-97); Juan Castro Monteiro (040.379.235-56); Marcos Pinto Souza (922.375.925-00); Márcia Maria Silvares Ritter (015.813.637-37); Nelson Silva Freire Junior (982.160.155-34); Rafael José Oliveira dos Santos (819.124.045-91); Ricardo Araújo Santos (430.683.755-68); Roseano Francisco Beserra (911.963.105-72); Úrsula Carvalho Batista Hedayioglu Mendes (014.288.435-90)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia das Docas do Estado da Bahia
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3562/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.546/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Alex Adam Martins Oliva (000.349.642-23); Leny Monteiro Martins (590.983.922-53); Ligiana Lourenço de Souza (597.418.722-91); Lucas Barros da Silva (914.984.572-15); Marloy Jaques Cardoso de Oliveira (000.258.642-89); Oderley Fialho Mendes (667.621.622-15); Pauliane Silva Kemper (691.622.042-20); Rachel Henrique Tavares de Melo Rodrigues (615.636.332-72)
1.2. Órgão/Entidade: Companhia Docas do Pará
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3563/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros do ato de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicado por perda de objeto o ato constante deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.551/2015-8 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessado: Vicente Chaves Alonso (014.844.627-26)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Civil da Marinha
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.
1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3564/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.552/2015-4 (ATOS DE ADMISSÃO)
1.1. Interessados: Adeylson da Silva Sales (124.970.527-43); Adilio Marcos da Silva Rodrigues (672.608.703-97); Adriano Souza Rodrigues (014.287.880-42); Adrielson Otacílio Lopes Rocha (938.616.992-49); Afonso Celso Madeira Júnior (067.630.434-65); Alan Moreira Antunes (141.563.217-03); Alax da Fonseca Cavalcante (982.787.112-91); Alberto José da Silva Florentino (074.552.844-97); Aldo Lopes Rosa (131.699.337-01); Alessander Amaral de Moraes (123.961.577-95); Alessandro Farias da Silva (024.291.580-94); Alex Rodrigues Vieira (070.958.129-77); Alex de Sales Araujo (119.258.797-98); Alex de Souza Gomes (135.563.817-88); Alexander Ribeiro do Nascimento (124.007.487-56); Alexandre Caldas Ferreira (916.420.862-15); Alexandre Marini Santos Rodrigues (072.788.926-51); Alexandre Morijo Leite da Fonseca (340.644.988-36); Alexandre Rodrigues Montenegro (027.104.073-45); Alexandre Rodrigues de Oliveira (023.280.811-26)
1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.
1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva
1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
1.6. Advogado constituído nos autos: não há.
1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 3565/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.555/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Brunno Pacheco Ferreira dos Santos (123.037.107-90); Bruno Barbosa Jardim (125.437.817-06); Bruno Cani Reinert (052.679.309-03); Bruno Cesar do Amaral (118.948.517-65); Bruno Fernandes Bender (017.703.690-74); Bruno Gadêlha Gondim (089.929.854-01); Bruno Gomes da Silva Teke (122.163.227-25); Bruno Jorge Neres Saraiva Nascimento dos Santos (141.753.167-36); Bruno Machado Afonso (136.151.347-02); Bruno Rodrigues Sant'ana (146.776.127-30); Bruno Russo Berté Bunte (103.840.287-56); Bruno Sotero do Nascimento (078.643.946-71); Bruno da Silva Ribeiro (136.907.337-23); Caio Cesar do Prado Dorea Reis (135.394.067-51); Caio Christi Souza de Souza (110.101.376-11); Caio César Alves Cardoso (058.751.317-99); Caio Giraldes Sanchez de Freitas (058.516.867-90); Caio Gonçalves Maciel (126.251.867-98); Caio Henrique Mauricio Baptista (136.369.867-24); Caio Henrique de Souza da Cruz (395.380.988-11)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3566/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.558/2015-2 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Diego Benincá Cunha (105.456.847-22); Diego Francisco Tavares Brandão (136.960.937-00); Diego Macedo da Silva (118.041.377-66); Diego Maradona Rocha de Melo (135.618.447-23); Diego Pereira Lopes (125.318.187-07); Diego Rodrigues Aquino Vera Cruz (061.438.194-08); Diego da Silva Baldez Corrêa (131.987.807-56); Dihêimison do Vale (018.679.163-12); Diogo Martins Ribeiro Maia (129.947.467-51); Diogo Souza Pinto (124.783.657-66); Diony Carlos Morais dos Santos (137.027.337-10); Djalma José da Cunha Filho (129.939.387-03); Djalma Marcolino Bezerra Júnior (090.775.064-89); Doorgal Borges (054.512.717-39); Douglas Barbosa Fernandes (140.126.257-05); Douglas Sousa do Rego (135.847.937-26); Dyego Irineu Silva de Almeida (027.545.833-43); Edgard Miranda de Ávila (133.818.897-61); Edmilson Freitas Façanha (047.959.403-12); Edmo Ramon Barbosa Santos (025.550.015-73)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3567/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.559/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Edson Silva Lemos Pereira Filho (142.074.877-78); Eduardo Passos Apoliano Gomes (008.679.893-60); Efraim Sabino de Oliveira (020.829.613-11); Elber Geovane Rocha e Silva (088.639.366-33); Elias de Barros Alvarenga (131.688.057-50); Eliezer de Abreu Cunha (108.869.886-75); Eliseu Torjá Juviniano Filho (029.985.673-98); Elvis Ka Fai Lee (014.960.922-10); Ericson Jaime Viana Patrício (042.963.363-71); Erineuton de Oliveira Silva (023.891.461-55); Erivã Castro de Cerqueira (033.485.705-81); Ermeson Sampaio Braga (034.899.153-30); Evandro Goulart de Souza (124.402.757-00); Everaldo Alves de Barros Júnior (066.668.584-33); Everton Luiz Santiago Alviso (133.060.677-92); Everton Torres Ribeiro (113.917.837-78); Eveson Germano Cavalcanti (072.094.674-32); Ewerton Iury Lima de Barros (081.252.464-01); Éric Viana da Costa (122.829.357-05); Érick Ferreira Santana (125.588.327-86)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3568/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.560/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Fabiano de Oliveira Pereira (107.762.287-22); Fábio Viana Lopes Andrade da Silva (059.627.477-71); Fabián Moura Rébora (155.069.427-88); Fagner Vinicius Lucht (059.156.427-05); Felipe Augusto Corrêa da Silva (129.256.107-65); Felipe Bastos Rosa (129.708.157-96); Felipe Chaves de Almeida (123.311.447-61); Felipe Duarte Freire (135.697.807-08); Felipe Ewerton de Oliveira Rodrigues (018.813.652-55); Felipe Faria da Silva Teodoro (054.290.947-22); Felipe Felix Souza dos Santos (104.054.286-77); Felipe Guilherme Gonçalves da Silva (082.380.004-08); Felipe Mendes Pereira (132.014.237-00); Felipe Menezes Oitaven (028.931.555-70); Felipe Pereira Flor (136.809.157-13); Felipe Ponte Barbosa (110.216.277-98); Felipe Pugian Jardim (938.763.942-87); Felipe Rodrigues da Silva (134.141.567-84); Felipe Roney de Lima Silva (054.476.543-51); Felipe da Silva Moraes (139.111.077-30)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3569/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.562/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Gabriel Barros Arloy de Vieira (139.623.817-40); Gabriel Castro Santos (122.454.627-00); Gabriel Felipe Pimenta Jardim (126.546.327-17); Gabriel Gonçalves dos Santos (104.666.597-92); Gabriel Lopes dos Santos Oliveira (146.754.277-66); Gabriel Ramos da Silva (122.624.037-24); Gabriel Ribeiro Vieira Rezende (416.894.688-66); Gabriel Soares Moreira (120.263.907-03); Gabriel Terra do Couto (125.593.467-02); Gabriel Vinicius da Silva Lobo (119.487.887-30); Germano Oliveira de Araujo (027.032.393-78); Gerson Felipe Sant'Anna de Araujo Saldanha (123.318.497-06); Gerson Pereira Fenelão (125.864.187-94); Gervásio Santana Júnior de Lima (067.753.724-77); Geydson Damião da Silva Sousa (042.059.073-03); Gian Lucas de Carvalho Valiatt (139.844.357-38); Gilberto Fernandes Monteiro Filho (135.493.337-06); Gilson Cordeiro Cardoso Junior (130.423.147-07); Glauco Eduardo Arakaki Marinho (405.257.268-88); Gleynner Guiotto Lima de Menezes (119.237.047-37)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3570/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.565/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Jobe Pinheiro Santos (027.403.775-09); Jonas Nascimento Chagas (013.691.314-88); Jonatan dos Santos Arruda (070.393.194-62); Jonatas Carvalho Pereira (134.646.137-63); Jonathan Moreira da Costa (139.179.067-75); Jonathan da Cunha Valente (127.022.387-93); Jonathan de Andrade Ferreira (123.582.047-57); Jones Chaves de Souza (068.129.934-76); Jordan Luiz Lira Silva (015.489.653-59); João Bosco de Andrade Santos Júnior (089.046.664-57); João Lenon da Silva de Sousa (126.963.577-81); João Paulo Martins Pereira (105.645.567-50); João Paulo Vicente da Silva (093.051.424-60); João Paulo de Andrade Sabbatino Silva (144.452.467-43); João Pedro Del Mônaco de Almeida (128.687.146-84); João Raimundo de Oliveira Nascimento (600.166.463-39); João Thiago Reis Anselmo (093.059.274-32); João Wangler de Moraes (104.825.797-57); Jônatas Araújo Pereira (034.354.753-82); Jônatas dos Santos Carvalho Lira (132.721.627-20)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3571/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.571/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Matheus Ognibene Ferreira (158.499.547-59); Matheus Pedro Ribeiro de Santana (142.391.377-99); Matheus Rodrigues dos Santos (139.982.607-73); Matheus Sampaio Moreira (030.274.985-33); Matheus Santiago Peixoto (109.930.426-19); Matheus Solidário Pinheiro (107.105.137-71); Mauro Antonio Ferreira Junior (109.355.377-40); Mauro Silvino das Neves Teixeira (136.122.707-96); Maurício de Souza Oliveira (110.284.866-26); Maycon Medeiros da Fonseca Santos (136.273.957-00); Michael Alves de Souza (366.006.678-85); Michael Scheffer Lopes (117.869.407-01); Miller Pires Singulani (120.638.347-09); Moisés Trindade da Luz Gaspar (135.074.077-28); Murillo Borges Hafner (037.606.595-86); Namar Dias Portela (140.125.147-17); Namy Tavares Cardoso (916.165.492-20); Natan Felipe Virissimo Cassiano (138.032.877-23); Nawan Peixoto Oliveira (157.316.987-08); Nélson Júnior Fernandes (042.335.023-47)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3572/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.572/2015-5 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Nicolas Savino Rocha Curi (140.959.607-95); Nilson Marlon da Silva dos Santos (125.476.437-23); Oswaldo Lino Junior (126.650.797-39); Oziel Pereira Costa Sobrinho (136.617.077-60); Patrick Gonçalves Campos Sant'Anna (124.227.947-42); Paulo Augusto da Silva Junior (057.951.717-94); Paulo Eduardo Godot e Silva (999.302.932-72); Paulo Henrique Fagundes Neves Filho (078.099.366-70); Paulo Pereira Gomes Filho (079.427.384-00); Paulo Ricardo Baracho Kruger Prudente (136.490.217-65); Paulo Rodrigo de Azevedo Raphael (130.795.587-82); Paulo Thomaz Pereira Junior (124.917.297-76); Pedro Felipe

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Tostes de Cerqueira (136.258.767-28); Pedro Henrique Benicio Oliveira (137.830.147-19); Pedro Henrique Brum de Paula Alves (057.953.967-96); Pedro Henrique Faria Dantas (134.087.837-21); Pedro Henrique Legentil Alves (141.304.567-76); Pedro Henrique de Barros Moraes (136.548.777-61); Pedro Henrique de Sá Ferreira (128.740.987-36); Pedro de Borborema Mota Lima (142.582.277-06)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3573/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.577/2015-7 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Thiago Costa de Oliveira (038.479.753-90); Thiago César Passos Vasco (124.229.787-11); Thiago Dias dos Santos (125.563.297-69); Thiago Gonçalves Rebelo (142.640.377-19); Thiago Henrique Araujo Villar Bastos (060.374.067-74); Thiago Sant'Ana Costa Alves (089.348.414-86); Thiago Silva da Conceição (127.641.997-08); Thiago Souza Martins de Melo (124.564.607-90); Thiago Velasques Ribeiro (059.856.247-81); Thiago de Oliveira Fernandes (129.235.347-35); Thomas Jefferson Silva dos Reis (135.344.807-08); Tiago Almada Rodrigues (600.357.103-90); Tiago Neves da Silva (073.953.924-85); Tiago de Araújo Oliveira (139.751.417-51); Uendell Luís Gomes Pereira (121.287.007-79); Valdenilton Lima Campos (034.262.663-93); Valter Barboza Lorenzo (139.124.237-84); Valter Luiz Moreira Júnior (369.070.398-00); Victor Almeida Barros (136.200.437-52); Victor Aud Gonçalves (012.569.776-75)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3574/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-010.579/2015-0 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Vitor Santos Barros (141.461.227-32); Vitor Santos Pereira (019.103.190-90); Vitor dos Santos de Moraes (125.093.447-81); Wallace Maia da Silva (124.591.927-03); Wallace da Silva Inácio (078.147.854-56); Wallas Benevides Alexandre Júnior (127.348.687-09); Wanderson Lima da Silva (084.197.864-62); Wellington Batista de Lima (132.595.937-56); Wellington Luis Nunes Uchoa (027.503.963-36); Wellington da Silva Junior (030.691.781-54); Wemerson Lima Ferreira Barbalho (059.989.074-69); Wenderson Carlos da Cruz Silva (040.311.673-26); Wesley Magno Correia Fraga (117.818.577-09); Wesley Turibio da Silva (086.536.064-24); Weydson Fernando Pimenta da Silva (079.918.564-70); Wildejan Dias Nazaré (037.617.123-59); Wilian Luciano Verdadeiro Furtado (123.523.597-16); Wilke Carlos da Silva (042.170.063-73); Wilker Juliani de Oliveira Pereira (099.123.826-50); Wálace da Silva Belisário Fernandes (119.223.567-35)

1.2. Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3575/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, tendo em vista que os efeitos financeiros dos atos de admissão de pessoal em análise se exauriram antes de seu processamento pela Corte, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso II, do Regimento Interno, c/c o art. 7º da Resolução TCU nº 206, de 24/10/2007, em considerar prejudicados por perda de objeto os atos constantes deste processo, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-010.588/2015-9 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessados: Adriano do Couto Rodrigues do Vale (071.685.457-01); Airton dos Santos Mascena (130.869.977-88); André Silveira de Souza (094.486.447-36); Bruna Cabral da Silva Cortes Moreira (120.392.857-25); Igor de Lima Gouvea Cruzal (104.607.187-46); Jefferson Fortes de Aquino (053.676.217-16); Renata da Silva Jurema (136.493.307-17); Rodrigo Araujo da Costa (078.022.367-54); Rodrigo de Magalhães Gomes (029.472.587-38); Valéria Cristina Pereira Pires (069.749.687-28)

1.2. Órgão/Entidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3576/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.205/2015-2 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Jenny Fonseca Rocha (406.820.807-72); Katia Coriolano Freitas de Souza (856.784.307-34); Kelly Coriolano de Freitas (058.915.297-18); Mirna Maria da Fonseca (309.640.753-34)

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3577/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso V, e 39, inciso II da Lei 8.443/92, c/c o art. 143, inciso II do Regimento Interno, em considerar legais para fins de registro os atos de concessão a seguir relacionados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-009.218/2015-7 (PENSÃO MILITAR)

1.1. Interessados: Cláudia Gonçalves Marinho Ferreira (011.327.247-24); Débora Rocha Nobre (468.775.507-06); Eudete Gonçalves Marinho Pereira (693.936.567-20); Eurides Marinho Falcão (019.470.997-36); Jurema Benicio Nascimento (629.474.277-34); Maria da Penha Correia Lima de Azevedo (108.112.734-15); Rivaldete Correia Lima (200.438.054-34); Solange Gonçalves Martins Leite (734.263.187-68)

1.2. Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP)

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3578/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, e com fundamento no art. 143, inciso I, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, e de acordo com os pareceres emitidos nos autos, em:

a) julgar regulares as contas dos Srs. Valdiney Antônio de Arruda (CPF 486.719.751-34), Amarildo Borges de Oliveira (CPF 241.725.371-20), Gerson Antônio Delgado (CPF 531.700.161-72), Eduardo Driemeyer (CPF 832.373.131-49), Milton Finger (CPF 176.978.249-49), Amarildo Borges de Oliveira (CPF 241.725.371-20), Sandra Rocha da Silva (CPF 417.764.021-20), Sônia Maria Xavier dos Santos (CPF 380.910.891-04), Marly Soares da Cruz (CPF 328.182.621-00), Davi Leitun Pereira (CPF 209.636.291-15) e Roberto Aurélio de Araújo Amorim (CPF 161.918.971-20), com fulcro nos arts. 1º, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992, dando-lhes quitação plena; e

b) dar ciência desta deliberação à Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no estado de Mato Grosso a respeito da não apresentação, no relatório de gestão referente ao exercício de 2013, de informações sobre indicadores e metas específicos para a SRTE, a fim de permitir a avaliação dos resultados da gestão, o que caracterizou descumprimento dos itens 2.2 e 2.3 da DN TCU 127/2013.

1. Processo TC-019.728/2014-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2013)

1.1. Responsáveis: Amarildo Borges de Oliveira (241.725.371-20); Davi Leitun Pereira (209.636.291-15); Eduardo Driemeyer (832.373.131-49); Gerson Antônio Delgado (531.700.161-72); Marly Soares da Cruz (328.182.621-00); Milton Finger (176.978.249-49); Roberto Aurélio de Araújo Amorim (161.918.971-20); Sandra Rocha da Silva (417.764.021-20); Sônia Maria Xavier dos Santos (380.910.891-04); Valdiney Antonio de Arruda (486.719.751-34)

1.2. Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Mato Grosso

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Mato Grosso (SECEX-MT).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3579/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 2.265/2015-TCU - 1ª Câmara, onde se lê: *"3.1. Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (00.461.251/0001-22)"*, leia-se *"3.1. Interessado: Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (37.115.367/0043-10)"*, mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-004.019/2012-1 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Núcleo de Ação Para O Desenvolvimento Sustentável (00.715.264/0001-21); Suleima Fraiha Pegado (049.019.592-04); Thomas Adalbert Mitschein (144.890.582-68)

1.2. Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado do Pará

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3580/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 143, inciso V, "d", do Regimento Interno, c/c o Enunciado 145 da Súmula da Jurisprudência no Tribunal de Contas da União, em retificar, por inexatidão material, o Acórdão 3.122/2015-TCU-1ª Câmara, onde se lê: *"3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0003-63); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (00.375.972/0001-60)"*, leia-se *"3.1. Interessados: Caixa Econômica Federal (00.360.305/0001-04); Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (00.375.972/0001-60)"*, mantendo-se inalterados os demais termos do referido acórdão, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-005.705/2011-8 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Cleto José Alves da Silva (041.649.382-34); José Benedito da Mota Eschrique (042.224.152-00)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Senador José Porfírio - PA

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Pará (SECEX-PA).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3581/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, e considerando o pedido de parcelamento do débito e da multa formulados pelo Sr. José Nogueira Tapety Neto e a empresa Engipec - Engenharia e Construção Ltda., ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 143, inciso V, "b", e 217 do Regimento Interno/TCU, em autorizar o parcelamento das importâncias devidas em 36 (trinta e seis) parcelas atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, fixando o vencimento da primeira em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento da notificação,

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

e o das demais, a cada 30 (trinta) dias, na forma prevista na legislação em vigor, alertando ao responsável que a falta de recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do Regimento Interno/TCU), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:

1. Processo TC-023.373/2008-0 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Engenharia Comercio e Industria Ltda (03.194.654/0001-91); Erimar Soares de Sousa (460.815.693-49); Firmino Barroso Júnior (373.693.263-49); José Nogueira Tapety Neto (228.008.593-34); Ricardo Soares de Araújo (374.971.203-44)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Oeiras - PI

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Piauí (SECEX-PI).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3582/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, e 18 da Lei 8.443/92, c/c os arts. 1º, inciso I, e 143, inciso I, "a", do Regimento Interno, em julgar regulares com ressalvas as contas do Sr. Wilmar Bento Severino, ex-prefeito municipal de Itarumã/GO, dando-lhe quitação, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-025.946/2014-5 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsável: Wilmar Bento Severino (136.701.581-20)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Itarumã - GO

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3583/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento no art. 218 do Regimento Interno do TCU, quanto ao processo a seguir relacionado, em dar quitação a Anderson Moreira de Souza, Carlos Dantez Ferraz de Melo, Carlos Roberto Meira Britto Gondim e Elpídio Alves de Souza das multas que lhes foram aplicadas por meio do subitem 9.3 do Acórdão 5.181/2012-1ª Câmara, Sessão de 28/8/2012:

Responsável:	Valor original da multa - R$	Valor ori- lhido - R$	Reco-	? Data de recolhimento:
Anderson Moreira de Souza	6.000,00	6.554,12		? parcelado
Carlos Dantez Ferraz de Melo	6.000,00	6.556,97		? parcelado
Carlos Roberto Meira Brito Gondim	.000,00	6.555,45		? parcelado
Elpídio Alves de Souza	6.000,00	.556,97		? parcelado

1. Processo TC-029.366/2011-9 (RELATÓRIO DE AUDITORIA)

1.1. Responsáveis: Anderson Moreira de Souza (041.596.226-90); Carlos Dantez Ferraz de Melo (067.466.406-04); Carlos Roberto Meira Britto Gondim (815.721.156-53); Elpidio Alves de Souza (329.160.786-49)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Jacinto - MG

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti, em substituição ao Ministro Walton Alencar Rodrigues, com fundamento na Portaria da Presidência nº 202, de 15/6/2015.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Minas Gerais (SECEX-MG).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3584/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, ACORDAM, por unanimidade, com fulcro nos arts. 143, incisos III e V, alínea "a", e 237 do Regimento Interno do TCU, em:

a) conhecer da presente representação, por atender os requisitos de admissibilidade previstos no art. 237 do Regimento Interno do TCU;

b) encaminhar cópia deste processo à Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), para adoção das providências de sua alçada, e à Secretaria Federal de Controle Interno, da Controladoria Geral da União, para conhecimento, nos termos do inciso I do § 3º do art. 106 da Resolução/TCU 259/2014;

c) dar ciência desta deliberação ao Município de Monte Alegre de Sergipe/SE; e

d) arquivar o presente processo, sem prejuízo de o Tribunal vir a analisar novamente os fatos em processo distinto, caso presentes elementos que justifiquem a medida, especialmente em razão dos resultados advindos das providências judiciais adotadas frente a gestão da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) junto à Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Sergipe.

1. Processo TC-002.533/2014-6 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Responsável: João Vieira de Aragão (170.803.475-72)

1.2. Interessado: Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Sergipe - SE (13.113.287/0001-08)

1.3. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Monte Alegre de Sergipe - SE

1.4. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.5. Representante do Ministério Público: não atuou

1.6. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Sergipe (SECEX-SE).

1.7. Advogado constituído nos autos: não há.

ACÓRDÃO Nº 3585/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão de 1ª Câmara, quanto ao processo a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 41 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 17, inciso IV, 143, inciso III, e 237, todos do Regimento Interno, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da representação, fazendo-se as determinações sugeridas, de acordo com os pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-012.169/2014-5 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Interessado: Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (04.801.221/0001-10)

1.2. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cacoal - RO

1.3. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Rondônia (SECEX-RO).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinar:

1.7.1. ao Ministério da Defesa que, no prazo de 60 (sessenta) dias, adote providências com vistas à apuração integral da impropriedade elencada nesta representação, relativa ao Convênio 050/PCN/2010 (Siafi 734465/2010), devendo, se necessário, instaurar processo de tomada de contas especial e remetê-lo à Secretaria Federal de Controle Interno, sem prejuízo de encaminhar a este Tribunal, ao fim do prazo ora estipulado, as informações sobre as conclusões e providências adotadas;

1.7.2. à Secex/RO que:

1.7.2.1. encaminhe cópia dos presentes autos ao Ministério da Defesa com o objetivo de subsidiar os trabalhos;

1.7.2.2. monitore o cumprimento da determinação; e

1.7.2.3. dê ciência desta deliberação ao interessado.

RELAÇÃO Nº 11/2015 - 1ª Câmara
Relator - Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

ACÓRDÃO Nº 3586/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, V e 39, I da Lei 8.443/1992, e art. 3º, § 6º e § 7º da Resolução TCU 206/2007, na forma dos artigos 143, II e 260, § 1º do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar prejudicado, por perda de objeto, o exame de mérito do ato de admissão de Keyla Assis Ferreira (057.883.796-01).

1. Processo TC-010.769/2015-3 (ATOS DE ADMISSÃO)

1.1. Interessado: Keyla Assis Ferreira (057.883.796-01).

1.2. Órgão: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3587/2015 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o disposto no art. 10, I e II, da Instrução Normativa TCU 63/2010 conjugado com o disposto nas Decisões Normativas TCU 108/2010 e 117/2011, somente devem constar do rol de responsáveis o dirigente máximo da unidade jurisdicionada e o membro de diretoria ou ocupante de cargo de direção quando imediatamente inferior e sucessivo ao do dirigente máximo da unidade jurisdicionada, que tenham exercido a função por período relevante.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ACORDAM, por unanimidade, de acordo com o parecer do Ministério Público emitido nos autos, em julgar as contas do responsável a seguir relacionado, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, II; 18 e 23, II, da Lei 8.443/1992, e na forma dos arts. 1º, I; 143, I, "b"; 208 e 214, II, do RI/TCU, regulares com ressalva, em razão do motivo a seguir listado, dando-lhe quitação, e, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, e na forma dos arts. 1º, I; 143, I, "b"; 207 e 214, I, do RI/TCU, regular as dos demais, dando-lhes quitação plena, bem como dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), fazendo-se as determinações sugeridas:

Carlos Alberto Robinson (063.912.730-49):

a) celebração de convênios com o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal para realização de acordo de cooperação técnica e financeira, sem cláusula determinante de que as receitas provenientes do ajuste fossem recolhidas à conta única do Tesouro Nacional;

b) celebração de acordos de cooperação técnica e financeira com o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal para administração de depósitos judiciais no formato de convênios em vez da realização de contrato;

1. Processo TC-016.778/2011-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Responsáveis: Carlos Alberto Robinson (063.912.730-49); Maria Helena Mallmann (197.836.630-20).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Rio Grande do Sul (Secex-RS).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS que:

1.7.1.1 se abstenha de celebrar ou de prorrogar convênios, acordos de cooperação e instrumentos congêneres, que tenham como objeto a administração dos precatórios, das requisições de pequeno valor e dos depósitos judiciais;

1.7.1.2. caso ainda não o tenha feito, adote, em 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, providências necessárias à celebração de contratos administrativos com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal para a administração de saldos de precatórios, das requisições de pequeno valor e dos depósitos judiciais, cujos dispositivos devem se harmonizar, inclusive, com as orientações contidas na Resolução CSJT 87/2011;

1.7.2. determinar à Secex-RS que monitore o cumprimento das determinações contidas nos itens 1.7.1.1 e 1.7.1.2.

ACÓRDÃO Nº 3588/2015 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o disposto no art. 10, I e II, da Instrução Normativa TCU 63/2010 conjugado com o disposto nas Decisões Normativas TCU 108/2010 e 117/2011, somente devem constar do rol de responsáveis o dirigente máximo da unidade jurisdicionada e o membro de diretoria ou ocupante de cargo de direção quando ime-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

diatamente inferior e sucessivo ao do dirigente máximo da unidade jurisdicionada, que tenham exercido a função por período relevante.

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, e na forma dos arts. 1º, I; 143, I, "a"; 207 e 214, I, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas dos responsáveis a seguir relacionados regulares, dando-lhes quitação plena, bem como dar ciência desta deliberação ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG e ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), fazendo-se as determinações sugeridas:

1. Processo TC-022.545/2011-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Responsáveis: Cleube de Freitas Pereira (436.047.906-97); Eduardo Augusto Lobato (082.700.156-87); Emilia Lima Facchini (540.599.926-15).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Minas Gerais (Secex-MG).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

1.7.1. determinar ao Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG que:

1.7.1.1 se abstenha de celebrar ou de prorrogar convênios, acordos de cooperação e instrumentos congêneres, que tenham como objeto a administração dos precatórios, das requisições de pequeno valor e dos depósitos judiciais;

1.7.1.2. caso ainda não o tenha feito, adote, em 60 (sessenta) dias, a contar da ciência desta deliberação, providências necessárias à celebração de contratos administrativos com o Banco do Brasil e com a Caixa Econômica Federal para a administração de saldos de precatórios, das requisições de pequeno valor e dos depósitos judiciais, cujos dispositivos devem se harmonizar, inclusive, com as orientações contidas na Resolução CSJT 87/2011;

1.7.2. determinar à Secex-MG que monitore o cumprimento das determinações contidas nos itens 1.7.1.1 e 1.7.1.2.

ACÓRDÃO Nº 3589/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, na forma do art. 143, V, 'e' do RI/TCU, combinado com o art. 183 parágrafo único do RI/TCU, e de acordo com a proposta emitida pela unidade técnica, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo estabelecido para o Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região - TRT/RJ no item 1.7.2 do acórdão 1104/2015 - TCU - 1ª Câmara, Ata 4/2015, a contar do término do prazo inicialmente concedido.

1. Processo TC-022.663/2011-8 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2010)

1.1. Responsáveis: Adriana Maria Frias Ponchio (018.143.077-02); Aloysio Santos (031.831.307-34); Glória Regina Ferreira Mello (406.198.347-49); Jose Marcio da Silva Almeida (657.577.507-15); Luis Felipe Carrapatoso (812.259.037-34); Roberto Fernando Nobrega (268.525.197-91).

1.2. Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 1ª Região (TRT/RJ).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Rio de Janeiro (Secex-RJ).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3590/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, e na forma dos arts. 1º, I; 143, I, 'a'; 207 e 214, I, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis.

1. Processo TC-024.934/2013-5 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Adilio Martins de Moura Filho (049.978.798-60); Alan Areovaldo Cunha Junior (601.438.006-04); Carlos Eduardo de Castro Couto (674.063.437-87); Dirceu Tondolo Noro (822.415.468-87); Flávio Raimundo Feres (484.416.006-00); Francisco Carlos Melo Pantoja (064.425.952-34); Helio Paes de Barros Junior (715.475.768-04); Israel Batista Ferreira (202.378.127-20); Jorge Ricardo Alberigi da Silva (050.077.598-21); José Antônio Moraes de Oliveira Filho (062.996.398-30); José Vilaça Oliva (016.205.118-27); Luiz Carlos Lebeis Pires Filho (604.566.397-72); Luiz Sérgio Heinzelmann (026.050.838-10); Oswaldo Machado Carlos de Souza (016.203.648-59); Pedro Arthur Linhares Lima (492.480.907-10); Raul Botelho (869.460.808-15); Ricardo Cesar Mangrich (040.971.998-62); Ricardo Machado Vieira (715.501.438-91); Rogério José Mendes (048.507.318-80); Takashi Matsuda (967.652.408-53).

1.2. Órgão: Comando-Geral de Apoio da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Defesa Nacional e da Segurança Pública (SecexDefesa).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3591/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, e na forma dos arts. 1º, I; 143, I, 'a'; 207 e 214, I, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis, dando-se ciência desta decisão ao Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul.

1. Processo TC-027.508/2013-7 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2012)

1.1. Responsáveis: Josué de Oliveira (007.113.491-34), Joenildo de Sousa Chaves (066.207.446-72), Letânia Ferraz de Brito Coutinho (473.296.451-68) e Hardy Waldschmidt (352.902.001-00).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso do Sul.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Mato Grosso do Sul (Secex-MS).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3592/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, e na forma dos arts. 1º, I; 143, I, 'a'; 207 e 214, I, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena aos responsáveis:

1. Processo TC-037.786/2012-1 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsáveis: Edmundo Cesar Nunes (905.634.507-97); Eduardo Cardoso (017.461.409-84); Irineu João da Silva (003.802.969-34); Luiz Cézar Medeiros (217.061.079-00); Newton Trisotto (020.181.959-72); Renato de Ávila Pacheco (888.835.749-15); Samir Claudino Beber (545.396.509-63); Sergio Torres Paladino (007.873.299-91).

1.2. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina (Secex-SC).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina que informe, nas próximas contas a serem apresentadas pelo órgão, as providências adotadas com relação ao cumprimento do disposto nos acórdãos 381/2011-Plenário, publicado no DOU de 23/2/2011, e 1515/2011-Plenário, publicado no DOU de 15/6/2011 (itens 33 e 34 da instrução constante à peça 30 dos presentes autos).

ACÓRDÃO Nº 3593/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, e na forma dos arts. 1º, I; 143, I, 'a'; 207 e 214, I, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena ao responsável.

1. Processo TC-038.167/2012-3 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsável: Ramon Borges Cardoso (448.999.128-20).

1.2. Órgão: Departamento de Controle do Espaço Aéreo da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral Paulo Soares Bugarin.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3594/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, e na forma dos arts. 1º, I; 143, I, 'a'; 207 e 214, I, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar a conta a seguir relacionada regular e dar quitação plena ao responsável:

1. Processo TC-038.171/2012-0 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsável: Antonio Franciscangelis Neto (772.588.358-49).

1.2. Órgão: Gabinete do Comandante da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdministração).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência desta deliberação ao Gabinete do Comandante da Aeronáutica e à Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica.

ACÓRDÃO Nº 3595/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, e na forma dos arts. 1º, I; 143, I, 'a'; 207 e 214, I, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena ao responsável, dando-se ciência desta decisão à Subdiretoria de Pagamento de Pessoal da Aeronáutica (SDPP).

1. Processo TC-038.177/2012-9 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsável: Manoel Jose Manhães Ferreira (924.898.858-04).

1.2. Órgão: Subdiretoria de Pagamento de Pessoal da Aeronáutica (SDPP).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 3596/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, I; 16, I; 17 e 23, I, da Lei 8.443/1992, e na forma dos arts. 1º, I; 143, I, 'a'; 207 e 214, I, do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em julgar as contas a seguir relacionadas regulares e dar quitação plena ao responsável:

1. Processo TC-038.876/2012-4 (PRESTAÇÃO DE CONTAS - Exercício: 2011)

1.1. Responsável: Paulo Horténsio Albuquerque e Silva (282.970.408-87).

1.2. Entidade: Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração do Estado (SecexAdmin).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. recomendar à Caixa de Financiamento Imobiliário da Aeronáutica que:

1.7.1.1. nas próximas contas, as metas sejam apresentadas de acordo com o Plano Anual de Trabalho e que sejam especificadas em quantitativos físicos e financeiros; e

1.7.1.2. crie indicadores vinculados aos macroprocessos apresentados, especialmente àqueles referentes à produção de unidades habitacionais e empréstimos para pequenas reformas, que estão ligados diretamente a seus objetivos institucionais.

ACÓRDÃO Nº 3597/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, considerando os pareceres emitidos nos autos pela unidade técnica e pelo Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de que seja feita a correção, mediante apostilamento, com fundamento no art. 143, V, 'd', do RI/TCU c/c a Súmula TCU 145, ante a constatação de inexatidão material, ACORDAM, por unanimidade, em retificar nos itens 3 e 9 do acórdão 1384/2015 - TCU - 1ª Câmara, nos itens 3 e 9 do acórdão 4372/2014 - TCU - 1ª Câmara, e nos itens 3.2, 9.2, 9.3 e 9.4 do acórdão 7437/2013 - TCU - 1ª Câmara, onde se lê "Jeanne Barbosa de Souza Carvalho" leia-se "Jeanne Barbosa de Souza Borges", mantendo-se inalterados os demais termos do acórdão ora retificado.

1. Processo TC-010.297/2010-3 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Jeanne Barbosa de Souza Borges (669.649.975-04).

1.2. Entidade: município de São Desidério/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Advogado constituído nos autos: Ícaro Henrique Pedreira Rocha (OAB/BA 35.644) e outros (peça 125).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3598/2015 - TCU - 1ª Câmara

Considerando o teor dos arts. 6º, I, e 19 da IN/TCU 71/2012, que autoriza o arquivamento dos processos de tomada de contas especial cujo valor do débito, atualizado monetariamente, seja inferior a R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) e pendentes de citação válida no âmbito do TCU;

Considerando que a proposta da unidade técnica, ratificada pelo parecer do Ministério Público junto ao TCU, é no sentido do arquivamento do presente processo, em atendimento aos princípios da racionalidade administrativa e da economia processual;

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara com fundamento no art. 93 da Lei 8.443/1992, nos arts. 169, inciso VI, e 213 do RI/TCU, bem como no art. 6º, inciso I, c/c o art. 19 da IN/TCU 71/2012, ACORDAM por unanimidade, em determinar o arquivamento do presente processo e o registro nos cadastros de devedores e nos sistemas de informações contábeis, especialmente no previsto na Lei 10.522/2002 e em outros cadastros afins, das informações relativas ao valor do débito e à identificação dos responsáveis, na forma da legislação em vigor, bem como dar ciência desta deliberação ao órgão instaurador da TCE e aos responsáveis.

1. Processo TC-025.011/2014-6 (TOMADA DE CONTAS ESPECIAL)

1.1. Responsáveis: Fundação para o Desenvolvimento Sustentável (04.458.359/0001-68); Maria Célia de Jesus Magalhães Ramos (650.178.115-91).

1.2. Entidade: município de Candeias/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3599/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, na forma do art. 143, V, 'a' do RI/TCU e de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em considerar cumprida a determinação contida subitem 9.3 do acórdão 7920/2014 - TCU - 1ª Câmara, e determinar o apensamento definitivo destes autos de monitoramento ao processo original TC 021.709/2014-9, com fulcro no art. 35, § 1º, c/c art. 33 e 37 da Resolução TCU 259/2014, encaminhando cópia da presente decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 6), à Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).

1. Processo TC-005.715/2015-6 (MONITORAMENTO)

1.1. Entidade: Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU).

1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo da Administração Indireta no Rio de Janeiro (SecexEstatais).

1.5. Advogado constituído nos autos: não há.

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3600/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, e na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 5), ao representante e à Administração Regional do Serviço Social do Comércio no Estado de Minas Gerais (Sesc/MG).

1. Processo TC-003.512/2015-0 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Conselho Fiscal do Serviço Social do Comércio (Sesc).

1.2. Entidade: Administração Regional do Serviço Social do Comércio no Estado de Minas Gerais (Sesc/MG).

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Minas Gerais (Secex-MG).

1.6. Advogado constituído nos autos: Bruno Martins Torchia (OAB/MG 124.197) e outro (peça 3).

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. autorizar a extração de cópia das páginas 43-72 da peça 1 dos autos e juntá-las ao TC 007.445/2015-6, objetivando prosseguir com as medidas já em curso, com vistas ao cumprimento do acórdão 439/2015 - TCU - Plenário.

1.7.2. encaminhar cópia da peça 1 à Controladoria Geral da União em Minas Gerais, visando subsidiá-la no planejamento e na elaboração dos próximos relatórios de auditoria referentes às futuras contas da Administração Regional do Serviço Social do Comércio no Estado de Minas Gerais.

ACÓRDÃO Nº 3601/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento no art. 1º, XXIV, e na forma do art. 143, V, 'a', ambos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação, para, no mérito, considerá-la parcialmente procedente e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 17), aos representantes, fazendo-se as determinações sugeridas nos pareceres emitidos nos autos.

1. Processo TC-027.126/2013-7 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representantes: Manoel Inácio Teixeira Filho (922.674.245-68), Salvador José Alves (106.002.995-20), Edmilson Coutinho dos Santos (572.115.745-34), Amadeu Guimarães Aguiar (500.010.355-68) e Jeovane Carlos Teixeira Costa (012.412.356-27).

1.2. Entidade: município de Caculé/BA.

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

1.7.1. dar ciência da presente representação ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) para as providências que entender cabíveis, e, em especial verificar:

1.7.1.1. quando da análise da prestação de contas dos recursos do PNAE relativos ao exercício de 2012, a necessidade de glosa do pagamento do valor de R$ 7.284,90 (sete mil, duzentos e oitenta e quatro reais e noventa centavos), em 5/12/2012, à Associação M.E. Produt. Da Com. Do Retiro, do Vereador Irineu dos Santos Barbosa;

1.7.1.2. quando da análise da prestação de contas dos recursos do PNATE relativos ao exercício de 2012, a necessidade de glosa do pagamento do valor de R$ 214.781,84 (duzentos e quatorze mil, setecentos e oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos) à Santana Brito Transportes Ltda. ME, referente à prestação de serviços de transporte escolar em dezembro/2012, com apenas 19 dias letivos;

1.7.2. seja encaminhada cópia dos presentes autos ao Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia (TCM/BA), para conhecimento e análises de sua alçada.

ACÓRDÃO Nº 3602/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, na forma do art. 143, V, 'e' do RI/TCU, combinado com o art. 183, parágrafo único do RI/TCU, e de acordo com a proposta emitida pela unidade técnica, ACORDAM, por unanimidade, em prorrogar por 60 (sessenta) dias o prazo estabelecido para a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf), no item 9.2. do Acórdão nº 1890/2015- TCU - 1ª Câmara, Ata 10/2015, a contar do término do prazo inicialmente concedido.

1. Processo TC-028.830/2014-8 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Entidade: Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf).

1.2. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.3. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.4. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Infraestrutura Portuária, Hídrica e Ferroviária (SeinfraHidroferrovias).

1.5. Advogado constituído nos autos: Lucas Navarro Prado (OAB/DF 35.987) e outros (peça 3).

1.6. Determinações/Recomendações/Orientações: não há.

ACÓRDÃO Nº 3603/2015 - TCU - 1ª Câmara

Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, com fundamento nos arts. 1º, XXIV, e 169, V, e na forma do art. 143, V, 'a', todos do RI/TCU, de acordo com os pareceres convergentes emitidos nos autos, ACORDAM, por unanimidade, em conhecer da presente representação e arquivar os autos, dando-se ciência desta decisão, bem como da instrução da unidade técnica (peça 5), ao representante e à Câmara Municipal de Alegre/ES.

1. Processo TC-033.245/2014-2 (REPRESENTAÇÃO)

1.1. Representante: Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo (TCE/ES).

1.2. Entidade: município de Alegre/ES

1.3. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

1.4. Representante do Ministério Público: não atuou.

1.5. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Espírito Santo (Secex-ES).

1.6. Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

1.7. Determinações/Recomendações/Orientações:

17.1. dar ciência dos fatos apontados nessa representação, mediante cópia integral do processo e desta deliberação, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), à Controladoria Geral da União (CGU), ao município de Alegre, seu respectivo Controle Interno, e ao Conselho de Alimentação Escolar (CAE), para a adoção das providências e medidas das suas alçadas.

PROCESSOS APRECIADOS DE FORMA UNITÁRIA

7.

Por meio de apreciação unitária de processos, a Primeira Câmara proferiu os Acórdãos de nºs 3604 a 3636 a seguir transcritos, incluídos no Anexo desta Ata, juntamente com os relatórios, votos e as propostas de deliberação em que se fundamentaram.

ACÓRDÃO Nº 3604/2015 - TCU - Primeira Câmara

1. Processo nº TC 012.276/2012-0.

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundação Nacional de Saúde - Ministério da Saúde.

3.2. Responsáveis: Cozete Barbosa Loureiro Garcia de Medeiros (CPF 203.817.514-49), ex-Prefeita (gestão: 05/04/2002 a 31/12/2004); Aleni Rodrigues de Oliveira (CPF 428.110.314-72); Antonio da Costa (CPF 123.396.104-78); Município de Campina Grande (CNPJ 08.993.917/0001-46).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Campina Grande - PB (CNPJ 08.993.917/0001-46).

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de Tomada de Contas Especial, de responsabilidade de Cozete Barbosa Loureiro Garcia de Medeiros, Aleni Rodrigues de Oliveira e Antonio da Costa, instaurada pela Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde da Paraíba, em razão de irregularidades na execução do convênio 1218/2002 firmado com o município.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir o Município de Campina Grande - PB (CNPJ 08.993.917/0001-46) da presente relação processual;

9.2. declarar a revelia dos responsáveis Cozete Barbosa Loureiro Garcia de Medeiros, Aleni Rodrigues de Oliveira e Antonio da Costa, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.3. com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea "d", e § 2º da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com arts. 1º, inciso I, 209, inciso IV, e § 5º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, julgar irregulares as contas dos responsáveis Cozete Barbosa Loureiro Garcia de Medeiros, Aleni Rodrigues de Oliveira e Antonio da Costa, e condená-los solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor, abatendo-se, na oportunidade, os valores já ressarcidos:

VALOR ORIGINAL (R$)	DATAS DA OCORRÊNCIA
569.762,00	31/12/2003
27.000,00	6/1/2004
223.788,00	9/3/2004

9.4. aplicar aos responsáveis, individualmente, multa no valor de R$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais) conforme previsto no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar o pagamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, caso solicitado pelos responsáveis, nos termos do art. 217 do Regimento Interno, fixando-lhes o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovarem os recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. alertar os responsáveis de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do Regimento Interno deste Tribunal;

9.8. encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e voto que a fundamentam, ao Juiz Titular da 4ª Vara Federal na Paraíba e ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República na Paraíba, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno do TCU.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3604-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3605/2015 - TCU - Primeira Câmara.

1. Processo nº TC 015.724/2011-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Departamento de Administração Interna - MD (03.277.610/0001-25).

3.2. Responsável: Gilvan Geraldo de Aquino Seixas (039.124.422-15).

3.3. Recorrente: Gilvan Geraldo de Aquino Seixas (039.124.422-15).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Barreirinha - AM.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo de Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado do Amazonas (SECEX-AM).

8. Advogado constituído nos autos: Adrimar Freitas de Siqueira (OAB 8243/AM), Alcides Martins de Oliveira Neto (OAB 7306/AM), Ana Paula Freitas de Oliveira (OAB 7495/AM), Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB 4.177/AM), Diogo de Mendonça Melim (OAB 35188/DF), Fabrícia Taliele Cardoso dos Santos (OAB 8446/AM), Maiara Cristina Moral da Silva (OAB 7738/AM) e Patrícia Gomes de Abreu (OAB 4447/AM).

9. Acórdão:

VISTO, relatado e discutido este recurso de reconsideração interposto por Gilvan Geraldo de Aquino Seixas, ex-prefeito do município de Barreirinha/AM, contra o Acórdão 4.381/2014 - TCU - Primeira Câmara.

ACORDAM os ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator e com fundamento nos artigos 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/1992, c/c o artigo 285 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. conhecer do recurso, para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao interessado e ao recorrente.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3605-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3606/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 020.448/2009-7.

2. Grupo II - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Assistência Social (01.002.940/0001-82)

3.2. Responsáveis: José Pereira da Silva Filho (547.809.264-91); Luzia Cristina da Silva Dutra (682.521.104-87).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Maraial - PE.

5. Relator: Ministro Bruno Dantas.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (Secex-PE).

8. Advogado constituído nos autos: Yoná Ferreira de Souza Albuquerque (OAB/PE 27.082) e outros (peça 17).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em razão da omissão no dever de prestar contas acerca dos recursos transferidos ao município de Maraial/PE no âmbito do Programa de Proteção Social Básica e Serviço de Proteção Social Especial, no exercício de 2007.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. acolher as alegações de defesa apresentadas por Luzia Cristina da Silva Dutra, excluindo-a da relação processual;

9.2. considerar revel, para todos os efeitos, José Pereira da Silva Filho, nos termos do art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.3. julgar irregulares as contas de José Pereira da Silva Filho, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alínea 'a', da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma Lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, inciso I, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno do TCU (RITCU), e condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Fundo Nacional de Assistência Social, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

VALOR ORIGINAL (Reais)	DATA DA OCORRÊNCIA
760,00	13/5/2008
13.600,00	25/2/2008
4.500,00	15/2/2008
4.500,00	28/12/2007
3.250,00	27/12/2007
735,50	19/12/2007
13.988,82	18/12/2007
6.200,00	17/12/2007
3.250,00	10/12/2007
916,66	4/12/2007
4.500,00	23/11/2007
14.750,00	6/11/2007
735,50	5/11/2007
4.500,00	22/10/2007
735,50	18/10/2007
3.100,00	17/10/2007
19.391,66	10/10/2007
735,50	1/10/2007
4.166,66	28/9/2007
4.500,00	25/9/2007
3.750,00	14/9/2007
11.680,00	12/9/2007
3.100,00	11/9/2007
4.500,00	15/8/2007
4.902,16	14/8/2007
18.585,00	13/8/2007
12.502,16	10/7/2007
15.755,00	9/7/2007
3.875,00	15/6/2007
15.410,00	12/6/2007
9.252,16	8/6/2007
4.025,00	17/5/2007
12.300,00	14/5/2007
3.100,00	10/5/2007
735,50	9/5/2007
7.750,00	8/5/2007
916,66	4/5/2007
16.575,00	19/4/2007
735,50	9/4/2007
11.766,66	5/4/2007
16.690,00	19/3/2007
3.250,00	12/3/2007
916,66	8/3/2007
8.335,50	7/3/2007
735,50	22/2/2007
7.600,00	16/2/2007
16.146,66	12/2/2007
3.725,00	8/2/2007

9.4. aplicar a José Pereira da Silva Filho a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 267 do RITCU, no valor de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do RITCU), o recolhimento da dívida aos

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.5. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.6. autorizar, caso seja solicitado, o pagamento da dívida em até trinta e seis parcelas mensais e consecutivas, nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 217 do RITCU, fixando o prazo de quinze dias, a contar do recebimento da notificação, para comprovação perante o Tribunal do recolhimento da primeira parcela, e de trinta dias, a contar da parcela anterior, para comprovação dos recolhimentos das demais parcelas, devendo incidir sobre cada valor mensal, atualizado monetariamente, os juros de mora devidos, na forma prevista na legislação em vigor;

9.7. alertar o responsável de que a falta de comprovação do recolhimento de qualquer parcela importará o vencimento antecipado do saldo devedor, nos termos do § 2º do art. 217 do RITCU;

9.8. encaminhar cópia desta deliberação, bem como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República em Pernambuco, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do RITCU, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3606-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler e Bruno Dantas (Relator).

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3607/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.317/2011-1.

2. Grupo I - Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Responsáveis: Claudia Brandão Vaz de Almeida (459.839.504-44); Clemente Tagliari (320.437.327-49) e IHENE Instituto de Hematologia do Nordeste Ltda. (01.665.273/0001-18)

3.3. Recorrentes: Clemente Tagliari (320.437.327-49) e IHENE Instituto de Hematologia do Nordeste Ltda. (01.665.273/0001-18)

4. Entidade: Fundo Nacional de Saúde.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado de Pernambuco (SECEX-PE).

8. Advogados constituídos nos autos: Rodrigo de Figueiredo Tavares de Araújo (OAB/PE 25.921) e Lia Souto Maior Mendes (OAB/PE 36.415).

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recursos de reconsideração interpostos pelo IHENE Instituto de Hematologia do Nordeste Ltda. e pelo Sr. Clemente Tagliari contra o Acórdão 4.803/2014-1ª Câmara, lavrado no âmbito de tomada de contas especial,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/92, para, no mérito:

9.1.1. negar provimento ao expediente recursal do IHENE Instituto de Hematologia do Nordeste Ltda.;

9.1.2. dar provimento ao recurso do Sr. Clemente Tagliari, a fim de excluí-lo da relação processual e, por consequência, dar a seguinte redação aos itens 9.2, 9.3 e 9.4 do Acórdão 4.803/2014-1ª Câmara:

9.2. rejeitar as alegações de defesa do Instituto de Hematologia do Nordeste (Ihene/PE);

9.3. fixar a responsabilidade do Instituto de Hematologia do Nordeste (Ihene/PE) pelo débito a seguir especificado, ficando a sociedade condenada ao pagamento dos valores indicados adiante, atualizados monetariamente e acrescidos de juros de mora, calculados a partir das respectivas datas de ocorrência até a data do efetivo recolhimento, fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Saúde (FNS), na forma da legislação em vigor:

Data	*Valores (R$)*
14/3/2007	*66.004,46*
15/4/2007	*192.108,92*
10/5/2007	*122.663,88*
12/6/2007	*169.714,41*

9.4. aplicar ao Instituto de Hematologia do Nordeste (Ihene/PE), individualmente, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do RI/TCU, no valor de R$ 78.000,00 (setenta e oito mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovar, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão que vier a ser proferido até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.2. dar ciência do inteiro teor deste acórdão, juntamente do relatório e do voto que o subsidiam, aos

recorrentes, ao Fundo Nacional de Saúde e à Procuradoria da República no Estado de Pernambuco.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3607-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3608/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.871/2014-5.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I Recurso de reconsideração(Tomada de Contas Especial)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)

3.2. Responsável: Jonatas Ventura dos Santos (572.178.665-53)

3.3. Recorrente: Jonatas Ventura dos Santos (572.178.665-53).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Barra do Rocha - BA.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Controle Externo no Estado da Bahia (SECEX-BA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recursos de reconsideração interpostos por Jonatas Ventura dos Santos contra o Acórdão 7.909/2014- 1ª Câmara;

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer dos recursos de reconsideração para, no mérito, negar a eles provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente, à Prefeitura Municipal de Barra do Rocha/BA, à Câmara Municipal daquele município, ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e à Procuradoria da República no Estado da Bahia.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3608-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3609/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.868/2010-5.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Embargos de declaração em aposentadoria

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: Eunice Brisola Inocêncio (720.836.209-25) e José Ico da Silva (072.625.079-15)

3.2. Recorrentes: Eunice Brisola Inocêncio (720.836.209-25) e José Ico da Silva (072.625.079-15)

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidade Técnica: não atuou

8. Advogados constituídos nos autos: Flávio Pansieri (OAB/PR 31.150), Marcelo Trindade de Almeida (OAB/PR 19.095) e outros

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de embargos de declaração opostos ao Acórdão 4776/2014-TCU-1ª Câmara, que considerou ilegais as aposentadorias dos ora embargantes,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo relator, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos, com fundamento no art. 34 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 287 do Regimento Interno/TCU;

9.2. acolher parcialmente os embargos de declaração opostos por Eunice Brisola Inocêncio para esclarecer à embargante que a apuração do tempo de contribuição relativo ao trabalho rural necessário para implementar o requisito temporal para aposentação no cargo de Auxiliar de Enfermagem da Universidade Federal do Paraná deverá ser feito pela entidade de origem, à luz das demais averbações de tempo de serviço/contribuição constantes dos assentamentos funcionais;

9.3. rejeitar os embargos de declaração opostos por José Ico da Silva;

9.4. dar ciência desta deliberação à Universidade Federal do Paraná e aos embargantes.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3609-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3610/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 002.967/2011-1.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em processo de Aposentadoria)

3. Recorrente: Noemia Oliveira Santos (080.853.585-49).

4. Órgão: Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogados constituídos nos autos: José Alves Pereira Filho, OAB/RO 647, e outros.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto contra o Acórdão 7.911/2014-TCU-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro à aposentadoria de Noemia Oliveira Santos, em face da inclusão nos proventos de parcela alusiva a plano econômico já integrada à estrutura remuneratória ordinária do cargo de origem da interessada,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar a ele provimento;

9.2. determinar ao Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia que:

9.2.1. na hipótese de desconstituição do "despacho com força de mandado" proferido pela 2ª Vara do Trabalho de Porto Velho em favor da Sra. Noemia Oliveira Santos, promova o ressarcimento das parcelas relativas ao percentual de 84,32% pagas à interessada a partir do mês de janeiro de 2015, quando de sua ciência do Acórdão 7.911/2014-TCU-1ª Câmara;

9.2.2. na hipótese de manutenção do "despacho com força de mandado" referido no subitem anterior, promova, a partir de 9/2/2015, data de sua prolação, a absorção gradual da vantagem referente ao IPC de março de 1990 (percentual de 84,32%), paga em destacado à Sra. Noemia Oliveira Santos, mediante sua compensação - sem redução nominal do montante dos proventos - com os eventuais acréscimos decorrentes de novas estruturas remuneratórias definidas por lei com eficácia posterior ao mencionado despacho;

9.3. determinar à Sefip que, nos termos da Questão de Ordem aprovada na sessão plenária de 8/6/2011 (ata 22/2011), encaminhe ao Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Advocacia-Geral da União (AGU) as informações necessárias ao acompanhamento do Processo NU 0073800-61.1991.514.0002, em trâmite na 2ª Vara do Trabalho de Porto Velho/RO, no âmbito do qual foi proferida decisão que impede o cumprimento do Acórdão 7.911/2014-TCU-1ª Câmara;

9.4. determinar à Conjur/TCU que, em articulação com a AGU, adote as medidas pertinentes com vistas à desconstituição da decisão trabalhista ora em vigor que impede o cumprimento do Acórdão referido no subitem acima;

9.5. determinar à Secretaria de Controle Externo em Rondônia (Secex-RO) que acompanhe, nos processos anuais de contas do TRE-RO, o cumprimento das determinações prescritas no subitem 9.2;

9.6. dar ciência desta deliberação ao Conselho Nacional de Justiça, ao Conselho Superior da Justiça do Trabalho, ao Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, ao juízo da 2ª Vara do Trabalho de Porto Velho, à Procuradoria Federal no Estado de Rondônia, ao TRE-RO e à recorrente.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3610-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3611/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.513/2014-0.

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessado: Antonio Soares Teixeira (147.500.664-00)

3.2. Recorrente: Antonio Soares Teixeira (147.500.664-00).

4. Órgão/Entidade: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de recurso de pedido de reexame interposto contra o Acórdão nº 2.853/2014-TCU-1ª Câmara, por meio do qual foi considerado ilegal o ato de aposentadoria de Antônio Soares Teixeira, em virtude do pagamento indevido de parcela relativa a horas extras decorrentes de decisão judicial trabalhista transitada em julgado,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3611-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3612/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 007.252/2009-3.

1.1. Apensos: 026.041/2010-3; 026.040/2010-7

2. Grupo I - Classe de Assunto: II - Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Fundo Nacional de Assistência Social (01.002.940/0001-82)

3.2. Responsável: Joao Marcolino Gomes Junior (148.988.024-00).

4. Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Barreiros - PE.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Goiás (SECEX-GO).

8. Advogados constituído nos autos: Marco Antonio Camarotti, OAB/PE 16.492; e Thiago Litwak Rodrigues de Souza, OAB/PE 24.198.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) em razão da não aprovação da prestação de contas dos recursos transferidos à Prefeitura Municipal de Barreiros-PE por força dos Termos de Responsabilidade 1834/MPAS/SAS/1998 e 2452/MPAS/SEAS/1999.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa do Sr. João Marcolino Gomes Júnior (CPF 148.988.024-00), ex-prefeito do município de Barreiros-PE (gestões 1997-2000 e 2001-2004);

9.2. com fundamento nos artigos 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", da Lei 8.443/1992, c/c os artigos 19, *caput*, e 23, inciso III, da mesma Lei, julgar irregulares as contas do Sr. João Marcolino Gomes Júnior relativas ao Termo de Responsabilidade 1834/MPAS/SAS/1998 (Siafi 367830) e condená-lo ao pagamento da quantia a seguir especificada, com a incidência dos devidos encargos legais, calculados a partir das datas correspondentes até o efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor original (R$)	Data da ocorrência
100.894,00	29/12/1998

9.3. fixar o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da data da notificação, para que o responsável de que trata o subitem anterior comprove, perante o Tribunal, o recolhimento da referida quantia ao cofre do Tesouro Nacional, nos termos do art. 23, inciso III, alínea "a", da Lei 8.443/1992 c/c o art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno do TCU (RI/TCU);

9.4. autorizar a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992;

9.5. autorizar, desde já, caso venha a ser solicitado, o parcelamento das dívidas em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais, nos termos do art. 217 do RI/TCU, com a incidência sobre cada parcela dos devidos encargos legais até o efetivo pagamento, sem embargo de esclarecer que a falta de pagamento de qualquer parcela importará no vencimento antecipado do saldo devedor (§ 2º do art. 217 do RI/TCU);

9.6. dar ciência da presente deliberação, assim como do relatório e do voto que a fundamentam, ao Sr. João Marcolino Gomes Júnior, à Prefeitura do Município de Barreiros/PE e ao Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS);

9.7. encaminhar cópia deste acórdão, bem como do relatório e do voto que o fundamentam, ao Procurador-Chefe da Procuradoria da República no Estado de Pernambuco, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 8.443/1992 c/c o art. 209, § 7º, do Regimento Interno do TCU, para a adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3612-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3613/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.304/2013-6.

2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)

3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:

3.1. Interessados: José de Miranda Santos (033.130.501-15); Natal Pereira dos Santos (029.022.491-87); Nelson Modesto Ferraz (054.741.671-72); Nilson Modesto Ferraz (054.741.671-72); Nilson Modesto Ferraz (054.741.671-72); Oswaldo de Oliveira Teofilo (046.922.177-15); Sérgio Luiz Gaio (037.781.507-15)

3.2. Recorrente: Sérgio Luiz Gaio (037.781.507-15).

4. Órgão/Entidade: Câmara dos Deputados.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de pedido de reexame interposto por Sérgio Luiz Gaio Modesto Ferraz contra o Acórdão 4.203/2014-TCU-1ª Câmara, por meio do qual foi determinada à Câmara dos Deputados a inclusão, na base de cálculo dos proventos, para efeito de aplicação do limite remuneratório estabelecido no art. 37, inciso XI, da Constituição Federal, das vantagens pessoais de qualquer natureza, a exemplo das rubricas representação mensal, opção e vantagens pessoais decorrentes da incorporação de quintos e do adicional por tempo de serviço,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;

9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3613-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ACÓRDÃO Nº 3614/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.998/2006-5.
1.1. Apenso: 030.941/2007-0
2. Grupo I - Classe de Assunto: VI - Representação
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Controladoria-Geral da União/PB - PR; Prefeitura Municipal de Bayeux - PB (08.924.581/0001-60)
3.2. Responsáveis: Carlos Antônio Germano de Figueiredo (441.836.904-04); Donário Galdino Nazianzeno (223.239.614-20); Erenilton Cavalcante da Silva (206.031.694-49); Evaldo de Almeida Fernandes (092.216.034-15); Expedito Leite da Silva (112.494.634-91); Expedito Pereira de Souza (070.189.834-87); Francisco de Sales Pereira (082.963.594-72); Josebias Brandão de Melo (798.604.354-72); Josival Junior de Souza (425.478.814-20); José Geraldo Pereira de Lima (092.103.854-20); João Nunes Neto (788.320.634-68); Maria do Livramento Ribeiro Nazianzeno (008.393.884-20); Paulo Roberto Fernandes Monteiro (068.118.763-87); Sara Maria Francisca Medeiros Cabral (602.173.084-49); Vital de Queiroga Vasconcelos (760.592.354-68).
4. Entidade: Prefeitura Municipal de Bayeux - PB.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado da Paraíba (SECEX-PB).
8. Advogados constituídos nos autos: Alexandre Vieira de Queiroz (OAB/DF 18.976); Caio Henrique Peters de Oliveira (OAB/DF 36.892); Carlos Antonio Vieira Fernandes Filho (OAB/DF 34.472); Jeferson Fernandes Pereira (OAB/DF 39.674); Polyana Mendes Mota (OAB/DF 33.721); Rodrigo de Sá Queiroga (OAB/DF 16.625); Rebeca Valadares de Oliveira (OAB/DF 42.029); Arielle Silva Vieira (OAB/DF 34.431); Jânio Luís de Freitas (OAB/PB 10.547); Luiz Gonçalo da Silva Filho (OAB/PB 5.862); Carlos Pereira de Souza (OAB/PB 9.634).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de representação versando acerca de irregularidades no município de Bayeux/PB envolvendo a gestão de recursos federais descentralizados por meio de convênios e contratos de repasse,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:
9.1. declarar a revelia do Sr. José Geraldo Pereira de Lima (CPF 092.103.854-20) com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;
9.2. aplicar, com fundamento no artigo 58, inciso II, da Lei 8.443/1992, multa ao senhor José Geraldo Pereira de Lima (CPF 092.103.854-20), no valor de R$ 3.000,00 (três mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a partir da notificação, para que comprove perante este Tribunal o recolhimento aos cofres do Tesouro Nacional do valor atualizado monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for pago após o vencimento, na forma da legislação em vigor;
9.3. autorizar, desde logo, com base no art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial da dívida mencionada no subitem anterior, caso não atendida a notificação;
9.4. autorizar nos termos do art. 26 da Lei 8.443/1992, c/c o art. 217 do Regimento Interno do TCU, o parcelamento da dívida do Sr. José Geraldo Pereira de Lima (CPF 092.103.854-20), bem como o parcelamento das multas aplicadas no Acórdão 8.044/2010-1ª Câmara aos Srs. Carlos Antônio Germano de Figueiredo (CPF 441.836.904-04) e Josebias Brandão de Melo (CPF 798.604.354-72), em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, fixando-se o vencimento da primeira parcela em 15 (quinze) dias, a contar do recebimento das notificações, e os demais a cada 30 (trinta) dias, devendo incidir sobre cada parcela, atualizada monetariamente, os encargos legais devidos, na forma prevista na legislação em vigor;
9.5. expedir quitação ao Sr. Francisco de Sales Pereira (CPF 082.963.594-72), ante o recolhimento da multa que lhe foi imputada no Acórdão 8.044/2010-Primeira Câmara;
9.6. reconhecer crédito a favor do Sr. Expedito Pereira de Souza (CPF 070.189.834-87), ex-Prefeito Municipal de Bayeux/PB, decorrente do recolhimento indevido ao Tesouro Nacional da importância de R$ 1.211,50, quando do pagamento, em 31/1/2014, da multa imposta pelo Acórdão 8.044/2010-1ª Câmara e reduzida pelo Acórdão 6514/2014-TCU-1ª Câmara, cuja devolução pode ser requerida ao TCU, por meio de petição administrativa, com a indicação dos dados bancários para o respectivo depósito, na forma da Portaria Conjunta Segecex/Segedam 1/2010;
10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3614-19/15-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3615/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 019.364/2012-1.
2. Grupo I - Classe de Assunto I - Recurso de Reconsideração em Tomada de Contas Especial
3. Responsáveis/Recorrentes:
3.2. Responsável: José Acélio Paulino de Freitas (273.174.393-04)
3.3. Recorrente: José Acélio Paulino de Freitas (273.174.393-04).
4. Entidades: Fundação Nacional de Saúde e Município de Acarape - CE.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR) e Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (SECEX-CE).
8. Advogado constituído nos autos: Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB/CE 11.677).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de recurso de reconsideração interposto pelo Sr. José Acélio Paulino de Freitas contra o Acórdão 128/2014-1.ª Câmara,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do recurso de reconsideração, com fundamento nos arts. 32, inciso I, e 33 da Lei 8.443/92, para, no mérito, negar a ele provimento;
9.2. dar ciência do inteiro teor deste acórdão, juntamente do relatório e do voto que o subsidiam, ao
recorrente, à Prefeitura Municipal e à Câmara de Vereadores de Acarape/CE, à Funasa e à Procuradoria da República no Estado do Ceará.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3615-19/15-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3616/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 021.520/2009-6.
2. Grupo I - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (Aposentadoria)
3. Interessados/Responsáveis/Recorrentes:
3.1. Interessados: Aurea dos Santos Ferreira (178.847.489-91); Ivone Soares de Souza (416.955.699-20); Karla Martins de Souza (054.524.189-89); Luiz Jeremias da Silva (223.231.809-59); Luiz Spricigo (094.322.809-34); Maria Salete Rotini (525.922.949-53); Nildo Manoel de Souza (224.668.279-72); Valdir Manoel Rodrigues (342.640.789-20)
3.2. Recorrente: Nildo Manoel de Souza (224.668.279-72).
4. Órgão/Entidade: Superintendência Estadual do INSS - FLORIANOPÓLIS/SC - INSS/MPS.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler
5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidades Técnicas: Secretaria de Recursos (SERUR); Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogados constituídos nos autos: José Augusto Alvarenga (OAB/SC nº 17577-B) e outros.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam de pedido de reexame interposto por Nildo Manoel de Souza contra o Acórdão nº 4.934/2013-TCU-1ª Câmara, por meio do qual foi negado registro ao seu ato de aposentadoria e ao de Luiz Spricigo, em face da averbação indevida de tempo de serviço rural para fins de aposentadoria no serviço público,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, com fulcro no art. 48 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c o art. 286 do Regimento Interno desta Corte de Contas, e diante das razões expostas pelo Relator, em:
9.1. conhecer do pedido de reexame para, no mérito, negar-lhe provimento;
9.2. dar ciência desta deliberação ao recorrente e ao órgão jurisdicionado.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3616-19/15-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3617/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.571/2014-2.
2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de Admissão
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessados: Dayana Linhares Alencar (015.870.683-89); Eliane Ferreira da Silva (010.762.454-04); Gilson Monte de Arruda (031.029.334-08); Hellton Batista da Silva (073.609.224-29); Helton Luiz Veiga Ramalho (080.981.494-39); Hugo Jose Gomes da Rocha (071.533.694-06); Hyago Mauricio da Silva (096.800.524-19); Wendreson Xavier Henrique (060.490.454-10).
4. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Pernambuco - DR/PE.
5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.
7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de admissões de pessoal efetuadas pela Diretoria Regional da ECT no Estado de Pernambuco,
ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, e 41 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:
9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;
9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT no Estado de Pernambuco que:
9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92-2013-5-10-0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados indicados no item 3, acima, torne sem efeito seus atos de admissão nos quadros da entidade, bem como providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;
9.2.2. dê ciência desta deliberação aos interessados;
9.3. encaminhe-se cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF e ao Ministério Público do Trabalho.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3617-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3618/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 028.578/2014-7.

2. Grupo I - Classe de Assunto: IV - Atos de Admissão

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Douglas Felipe da Silva Freitas (050.610.334-00); George de Araujo Ferreira do Nascimento (055.276.954-10); Jose Carlos Silva de Souza (683.413.934-68); Jose Henrique Trajano Ferreira (022.536.794-70); Marcos Ermiro Machado (987.741.904-15); Mario Henrique Consentini da Fonseca (618.959.972-91); Paula Fernanda Figueiredo Ferreira (052.661.484-62); Renata Karla de Vasconcelos (089.120.194-73).

4. Órgão/Entidade: Diretoria Regional da ECT em Pernambuco - DR/PE.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de admissões de pessoal efetuadas pela Diretoria Regional da ECT no Estado de Pernambuco,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, com fundamento no art. 71, inciso III, da Constituição Federal e nos arts. 1º, inciso V, 39, inciso I, e 41 da Lei 8.443, de 16 de julho de 1992, em:

9.1. negar registro aos atos de admissão tratados neste processo;

9.2. determinar à Diretoria Regional da ECT no Estado de Pernambuco que:

9.2.1. acompanhe os desdobramentos da Ação Civil Pública 0001035-92-2013-5-10-0015, em trâmite na Justiça Trabalhista da 10ª Região, e, caso venha a ser desconstituída a sentença ora favorável aos interessados indicados no item 3, acima, torne sem efeito seus atos de admissão nos quadros da entidade, bem como providencie o cadastramento dos respectivos desligamentos no sistema Sisac;

9.2.2. dê ciência desta deliberação aos interessados;

9.2.3. publique no Diário Oficial da União os resultados de concurso que vier a realizar, em obediência ao princípio constitucional da publicidade;

9.3. encaminhe-se cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e do voto que o fundamentam, à 15ª Vara do Trabalho de Brasília-DF e ao Ministério Público do Trabalho.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3618-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3619/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 031.780/2014-8.

2. Grupo II - Classe de Assunto: V - Pensão Civil

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Clelia Del Carlo Romani (321.803.538-47); Maria de Jesus Nascimento Polo (041.227.738-73); Railda Albino Ribeiro (628.957.108-72).

4. Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo.

5. Relator: Ministro Benjamin Zymler.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (SEFIP).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de atos de concessão de pensão civil emitidos no âmbito do Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento no art. 71, incisos III e IX, da Constituição Federal, arts. 1º, inciso V, 39, inciso II, e 45 da Lei nº 8.443/92 e art. 262, § 2º, do Regimento Interno, em:

9.1. considerar legais os atos de concessão de pensão civil emitidos em favor de Clelia Del Carlo Romani (321.803.538-47) e Railda Albino Ribeiro (628.957.108-72), determinando-se o registro correspondente;

9.2. considerar ilegal a concessão de pensão civil a Maria de Jesus Nascimento Polo (041.227.738-73), negando-lhe o correspondente registro;

9.3. em relação ao ato considerado ilegal, dispensar o ressarcimento das quantias indevidamente recebidas de boa-fé, nos termos da Súmula TCU nº 106;

9.4. determinar à unidade jurisdicionada que adote medidas para:

9.4.1. dar ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, do inteiro teor desta deliberação à interessada, alertando-a de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não a exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, caso esses não sejam providos;

9.4.2. fazer cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento decorrente do ato considerado ilegal, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.3. encaminhar ao Tribunal, no prazo de 30 (trinta) dias contados da ciência da decisão, documento apto a comprovar que a interessada teve conhecimento do acórdão;

9.5. determinar à Sefip que adote medidas para:

9.5.1. esclarecer a unidade jurisdicionada que poderá ser editado novo ato de pensão em favor da interessada, desde que escoimado da irregularidade verificada nos presentes autos, a ser submetido a novo julgamento pelo Tribunal, nos termos dos arts. 260, *caput*, e 262, § 2º, do RITCU;

9.5.2. monitorar o cumprimento do item 9.4 do presente acórdão, representando ao Tribunal em caso de não atendimento.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3619-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: José Múcio Monteiro (na Presidência), Benjamin Zymler (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3620/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 001.487/2009-2.

2. Grupo II - Classe I - Pedido de reexame em aposentadoria.

3. Recorrente: Universidade Federal de São Paulo - Unifesp.

3.1. Interessadas: Judite de Paula Bispo (CPF 882.318.448-72) e Maria Nisa Ivo de Lima (CPF 027.763.088-68).

4. Unidade: Universidade Federal de São Paulo.

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro.

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro Augusto Nardes.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidades Técnicas: Serur e Sefip.

8. Advogados constituídos nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos que tratam, nesta fase processual, de pedido de reexame interposto pela Universidade Federal de São Paulo contra o Acórdão nº 1.311/2010-TCU-1ª Câmara, que, entre outras medidas, considerou ilegais as aposentadorias de Judite de Paula Bispo e Maria Nisa Ivo de Lima.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 32, parágrafo único, 33 e 48 da Lei nº 8.443/1992, em:

9.1. conhecer do recurso interposto pela Universidade Federal de São Paulo e, no mérito, dar-lhe provimento, de modo a:

9.1.1. tornar insubsistentes os itens 9.2 a 9.6 do acórdão recorrido;

9.1.2. considerar legais as concessões de aposentadorias em favor de Judite de Paula Bispo e Maria Nisa Ivo de Lima, ordenando o registro;

9.2. dar ciência desta deliberação à recorrente e às interessadas.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3620-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3621/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 003.783/2013-8.

2. Grupo I - Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Apolinário dos Anjos Neto (CPF 457.281.944-00, ex-prefeito) e RMC Construções Ltda. (CNPJ 08.763.802/0001-65, empresa executora)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Salgado de São Félix-PB

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé

7. Unidade Técnica: Secex/PB

8. Advogados constituídos nos autos: Daniel Pinto Nóbrega Gadelha (OAB/PB 8883)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa em desfavor de Apolinário dos Anjos Neto, ex-prefeito de Salgado de São Félix - PB, diante da omissão no dever de prestar contas e da inexecução do objeto pactuado pelo Convênio 2.099/2006, que tinha por objeto a construção de 37 módulos sanitários para localidades sem sistema de abastecimento de água e PACS - Programa de Agentes Comunitários.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, §3º; 16, inciso III, alíneas "a" e "c", §§2º e 3º; 19, caput; 23, inciso III; 28, inciso II; e 57, da Lei 8.443/1992, combinados com os arts. 209, §7º; 214, inciso III, alínea "a"; e 267 do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas de Apolinário dos Anjos Neto e da empresa RMC Construções Ltda., condenando-os solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem perante o Tribunal o recolhimento da dívida aos cofres da Fundação Nacional de Saúde, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor:

Valor Histórico (R$)	Data de ocorrência
40.000,00	08/08/2007
40,000,00	29/10/2007

9.2. aplicar multa, individualmente, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), a Apolinário dos Anjos Neto e à empresa RMC Construções Ltda., com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para comprovarem, perante o Tribunal, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas caso não atendidas a notificações;

9.4 encaminhar cópia desta deliberação, acompanhada do relatório e voto, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para adoção das medidas que entender cabíveis.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3621-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3622/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-004.846/2013-3

2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial

3. Responsável: Hercules Antônio Pessoa Ribeiro (ex-prefeito, CPF 401.724.494-72)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Pitimbu/PB

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Subprocurador-Geral Lucas Rocha Furtado

7. Unidade Técnica: Secex/PB

8. Advogado constituído nos autos: não atuou

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada devido à omissão no dever de prestar contas e não consecução dos objetivos do Convênio nº 1217/2002 (Siafi 475992), firmado entre a Fundação Nacional de Saúde (Funasa) e a Prefeitura Municipal de Pitimbu/PB, para a execução de sistema de esgotamento sanitário.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "a" e "c"; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno/TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas do responsável Hercules Antônio Pessoa Ribeiro, condenando-o a pagar os valores especificados adiante, atualizados monetariamente e acrescidos dos juros de mora, calculados a partir das respectivas datas até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprove perante o TCU o recolhimento do montante aos cofres da Fundação Nacional de Saúde (Funasa):

Valor original (R$)	Data da ocorrência
199.979,19	25/2/2005
39.996,19	25/2/2005
79.991,50	11/4/2005

9.2. aplicar ao responsável Hercules Antônio Pessoa Ribeiro multa de R$ 100.000,00 (cem mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprove perante o TCU o recolhimento desse valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente, se pago após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação; e

9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3622-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3623/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 006.132/2013-8

2. Grupo II - Classe I - Embargos de Declaração (em Recurso de Reconsideração)

3. Embargantes: Neidson Mario Costa Freire, Presidente (CPF 101.563.565-20), e Associação Baiana de Aquicultura e Saúde - Abaq (CNPJ 03.840.666/0001-46)

4. Unidade: Associação Baiana de Aquicultura e Saúde - Abaq

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberação recorrida: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Secex/BA e Serur

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial que tratam, nesta fase, de embargos de declaração opostos ao Acórdão 6.959/2014 - 1ª Câmara, exarado em sede de recurso de reconsideração.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator e com fundamento nos arts. 32, inciso II, e 34 da Lei 8.443/1992, em:

9.1. conhecer dos presentes embargos de declaração para, no mérito, rejeitá-los;

9.2. notificar os embargantes.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3623-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3624/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-006.402/2013-5

2. Grupo I, Classe II - Tomada de Contas Especial

3. Responsáveis: Hércules Antônio Pessoa Ribeiro (ex-prefeito, CPF nº 401.724.494-72) e JSM Construções e Comércio Ltda. (CNPJ nº 04.447.353/0001-95)

4. Unidade: Prefeitura Municipal de Pitimbu/PB

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira

7. Unidade Técnica: Secex/PB

8. Advogada constituída nos autos: Ana Luise Alencar Barreiro (OAB/PB nº 13.101)

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério da Integração Nacional em razão da não aprovação da prestação de contas do Convênio nº 122/2005, firmado com o Município de Pitimbu/PB, tendo por objeto a reconstrução de 85 unidades habitacionais situadas no loteamento Nova Pitimbu.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 12, § 3º, 16, inciso III, alínea "c" e §§ 2º e 3º, 19, 23, inciso III, 28, inciso II, e 57 da Lei nº 8.443/92, c/c os arts. 209, inciso III, 210 e 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno, em:

9.1 - julgar irregulares as contas de Hércules Antônio Pessoa Ribeiro e da JSM Construções e Comércio Ltda., condenando-os, solidariamente, ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas até a data do efetivo recolhimento, na forma da legislação em vigor;

Valor (R$)	Data de ocorrência
243.301,10	14/03/2006
140.366,02	12/04/2006
4.579,01	07/05/2006
5.473,14	18/05/2006
8.150,58	18/05/2006
384.080,00	03/08/2006
18.402,44	10/05/2007
412,79	20/06/2007

9.2 - aplicar, individualmente, a Hércules Antônio Pessoa Ribeiro e à empresa JSM Construções e Comércio Ltda. multas no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), com a fixação do prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante o Tribunal, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3 - autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.4 - encaminhar cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado da Paraíba, para as medidas cabíveis.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3624-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3625/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.180/2008-3

2. Grupo II - Classe de Assunto: I - Pedido de Reexame (em Representação)

3. Recorrentes: Luiz Antônio Santini Rodrigues da Silva (CPF: 113.486.237-72), Diretor-Geral do INCA; Ildary Mesquita Machado (CPF: 433.827.207-44), Chefe da Divisão de Engenharia e Infraestrutura; e André Tadeu Bernardo de Sá (CPF: 001.269.617-00), Coordenador de Administração Substituto

3.1. Outros Responsáveis: Cleverson Gorski (CPF: 260.969.001-00), Chefe do Serviço de Assistência Técnica, e Danny Shpielman (CPF: 665.112.677-68), Chefe da Divisão de Engenharia Clínica

4. Unidade: Instituto Nacional do Câncer (INCA)

5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro

5.1. Relator da deliberacao recorrida: Ministro Valmir Campelo.

6. Representante do Ministério Público: não atuou

7. Unidades Técnicas: Serur e Secex/RJ

8. Advogado constituído nos autos: não há

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos em que se apreciam, nesta fase, pedidos de reexame interpostos por pedidos de reexame interpostos por Luiz Antônio Santini Rodrigues da Silva, Ildary Mesquita Machado e André Tadeu Bernardo de Sá contra o Acórdão 1.373/2012 - 1ª Câmara, que lhes aplicou multa em decorrência de irregularidades na contratação dos serviços de manutenção da rede de gases medicinais do Instituto Nacional do Câncer (INCA).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, com fundamento no art. 48 c/c os arts. 32 e 33 da Lei 8.443/1992 e no art. 281 do RI/TCU e diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. conhecer do pedido de reexame interposto por Luiz Antônio Santini Rodrigues da Silva para, no mérito, dar-lhe provimento parcial, reduzindo o valor da multa cominada pelo item 9.2 do Acórdão 1.373/2012 - 1ª Câmara para R$ 3.000,00 (três mil reais);

9.2. conhecer do pedido de reexame interposto por Ildary Mesquita Machado para, no mérito, dar-lhe provimento, e estender os efeitos desta decisão a Danny Shpielman, tornando insubsistentes as multas que lhes foram aplicadas pelo item 9.3 do Acórdão 1.373/2012 - 1ª Câmara;

9.3. conhecer do pedido de reexame interposto por André Tadeu Bernardo de Sá para, no mérito, negar-lhe provimento, mantendo inalterado o acórdão recorrido em relação a sua pessoa;

9.4. dar ciência desta decisão aos recorrentes e aos demais responsáveis.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3625-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3626/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC-011.817/2012-7
2. Grupo I, Classe de Assunto II - Tomada de Contas Especial
3. Responsável: Ascendino de Sousa Filho (ex-prefeito, CPF 076.972.105-25)
4. Unidade: Prefeitura Municipal de Areia Branca/SE
5. Relator: Ministro José Múcio Monteiro
6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé
7. Unidade Técnica: Secex/SE
8. Advogado constituído nos autos: Lourival Freire Sobrinho (OAB/SE 5.646)

9. ACÓRDÃO:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada devido à não comprovação da correta aplicação dos recursos do Convênio nº 302/2008 (Siafi 629926), firmado entre o Ministério do Turismo e a Prefeitura Municipal de Areia Branca/SE com vistas à realização da "Tradicional Festa de São João Paz e Amor".

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da 1ª Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, e com fundamento nos arts. 1º, inciso I; 12, § 3º; 16, inciso III, alíneas "b" e "c"; 19, caput; 23, inciso III, alíneas "a" e "b"; 28, inciso II; e 57 da Lei nº 8.443/92 c/c os arts. 209, § 7º, e 214, inciso III, alíneas "a" e "b", do Regimento Interno do TCU, em:

9.1. julgar irregulares as contas do responsável Ascendino de Sousa Filho, condenando-o a pagar o valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), atualizado monetariamente e acrescido dos juros de mora, calculados a partir de 29/8/2008 até o dia do efetivo pagamento, e fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, contados da ciência, para que comprove perante o TCU o recolhimento do montante aos cofres do Tesouro Nacional;

9.2. aplicar ao responsável Ascendino de Sousa Filho multa de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias da notificação para que comprove perante o TCU o recolhimento desse valor aos cofres do Tesouro Nacional, o qual deverá ser atualizado monetariamente, se pago após o vencimento;

9.3. autorizar, desde logo, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação; e

9.4. remeter cópia deste acórdão, acompanhado do relatório e voto, à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, para as medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3626-19/15-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro (Relator) e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3627/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-000.699/2011-0.
2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de contas especial.
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (00.378.257/0001-81)
3.2. Responsável: Raimundo Viana de Queiroz (014.919.113-87).
4. Unidade: Município de Ibaretama - CE.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado do Ceará (Secex/CE).
8. Advogado constituído nos autos: Daniel Teófilo de Sousa (OAB/CE 16.252).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, em razão da omissão no dever de prestar contas dos recursos transferidos ao Município de Ibaretama/CE no âmbito do Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar, relativo ao exercício de 2008,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. Raimundo Viana de Queiroz, ex-Prefeito Municipal de Ibaretama/CE, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "a", "b" e "c", 19 e 23, inciso III, da Lei 8.443/1992, e condená-lo ao pagamento da quantia de R$ 23.349,55 (vinte e três mil, trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta e cinco centavos), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 6/5/2008 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar ao responsável, Sr. Raimundo Viana de Queiroz, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do artigo 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, e

9.4. enviar, com fundamento no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992, cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado do Ceará, para ajuizamento das ações civis e penais que entender cabíveis.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3627-19/15-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3628/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-014.748/2011-8
2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de Contas Especial.
3. Responsáveis: João Batista Braga (CPF 020.546.393-20), Kelsey Forte da Silva Gomes (CPF 385.086.723-49) e APC -Assessoria de Projetos e Construções Ltda. (CNPJ 04.565.667/0001-92).
4. Unidade: Município de Itapajé/CE.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.
7. Unidade técnica: Secex/CE.
8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde/MS (Funasa) contra o Sr. João Batista Braga, ex-Prefeito do Município de Itapajé/CE, em decorrência da omissão no dever de prestar contas dos recursos relativos às 2ª e 3ª parcelas do Convênio 1.152/2002, celebrado para execução de melhorias sanitárias domiciliares,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. excluir da relação processual o Sr. Kesley Forte da Silva Gomes (CPF 385.086.723-49) e a empresa APC - Assessoria de Projetos e Construções Ltda. (CNPJ 04.565.667/0001-92);

9.2. julgar regulares com ressalva, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso II, 18, da Lei 8.443/1992, as contas do Sr. João Batista Braga (CPF 020.546.393-20), e

9.3. dar ciência desta deliberação aos responsáveis.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3628-19/15-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3629/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-016.288/2014-9
2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Tomada de contas especial.
3. Unidade: Município de Umbaúba/SE.
4. Responsável: José Silveira Guimarães, CPF 004.082.985-53.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.
7. Unidade técnica: Secex/SE.
8. Advogado constituído nos autos: Fabiano Freire Feitosa, OAB/SE 3173.

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial, de responsabilidade de José Silveira Guimarães, ex-Prefeito do Município de Embaúba/SE, instaurada pela Fundação Nacional de Saúde - Funasa em razão de irregularidades na aplicação de recursos federais repassados por meio do Convênio 2707/2001, no valor de R$ 403.648,00 (quatrocentos e três mil e seiscentos e quarenta e oito reais) a cargo da União, objetivando a execução de 446 módulos sanitários domiciliares,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, com fundamento no art. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", 19, e 23, III, da Lei 8.443/92, em:

9.1. julgar irregulares as contas do Sr. José Silveira Guimarães e condená-lo ao pagamento do valor de R$ 128.168,84 (cento e vinte e oito mil, cento e sessenta e oito reais, e oitenta e quatro centavos), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da quantia aos cofres da Fundação Nacional de Saúde - Funasa, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados a partir de 11/6/2002 até a data do efetivo recolhimento, na forma prevista na legislação em vigor;

9.2. aplicar ao responsável, Sr. José Silveira Guimarães, a multa prevista no art. 57, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), fixando-lhe o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento da referida quantia aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data deste acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.3. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendida a notificação, e

9.4. remeter cópia do deste acórdão, acompanhado das peças que o fundamentam, à Procuradoria da República no Estado de Sergipe, para conhecimento e adoção das medidas que entender cabíveis em seu âmbito de atuação.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.
11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.
12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3629-19/15-1.
13. Especificação do quorum:
13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.
13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).
13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3630/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo TC-027.977/2011-0
1.1. Apenso: TC-008.794/2011-1.
2. Grupo: I - Classe: II - Assunto: Prestação de Contas (Exercício de 2010).
3. Interessados/Responsáveis:
3.1. Interessada: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Alagoas (37.115.367/0009-18).
3.2. Responsáveis: Benedito Jose Ferreira de Paula (381.770.804-15); Fabio Jose Mendes Marinho (440.325.444-68); Fernando Henrique Maia Lundgren (055.527.084-07); Heth Cesar Bismarck Athayde Barbosa de Oliveira (185.325.274-34); Welisson Silva de Miranda (347.051.554-91); De Paula Engenharia e Comércio Ltda. (05.484.528/0001-05).
4. Unidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Alagoas.
5. Relator: Ministro-Substituto Augusto Sherman Cavalcanti.
6. Representante do Ministério Público: Procurador-Geral, Dr. Paulo Soares Bugarin.
7. Unidade técnica: Secretaria de Controle Externo no Estado de Alagoas (Secex/AL).
8. Advogados constituídos nos autos: Antonio Mendes Patriota (OAB/DF 10.309) e Marcelo Souza Mendes Patriota (OAB/DF 16.461) (peça 48).

9. Acórdão:
VISTOS, relatados e discutidos estes autos de prestação de contas da Superintendência Regional do Trabalho e Emprego em Alagoas, relativa ao exercício de 2010,

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão de 1ª Câmara, ante as razões expostas pelo Relator, em:

9.1. julgar regulares as contas dos Srs. Fernando Henrique Maia Lundgren, Fábio José Mendes Marinho e Welisson Silva de Miranda, com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso I, 17 e 23, inciso I, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 1º, inciso I, 207 e 214, inciso I, do Regimento Interno/TCU, dando-lhes quitação plena;

9.2. julgar irregulares as contas dos responsáveis, Srs. Heth César Bismarck Athayde Barbosa de Oliveira, ex-Superintendente da SRTE/AL; Benedito José Ferreira de Paula, fiscal do contrato 10/2009, e empresa De Paula Engenharia Ltda., com fundamento nos arts. 1º, inciso I, 16, inciso III, alíneas "b" e "c", e § 2º, da Lei 8.443/1992 c/c os arts. 19 e 23, inciso III, da mesma lei, e com os arts. 1º, inciso I, 209, incisos II e III, e § § 5º e 7º, 210 e 214, inciso III, do Regimento Interno, condenando-os solidariamente ao pagamento das quantias a seguir especificadas, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea 'a', do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente e acrescidas dos juros de mora, calculados a partir das datas discriminadas, até a data dos efetivos recolhimentos, na forma prevista na legislação em vigor:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Valor Histórico (R$)	Data da ocorrência
5.409,88	19/5/2010
1.872,65	8/7/2010
5.000,00	8/7/2010
3.785,25	13/7/2010
2.427,52	13/7/2010

9.3. aplicar aos Srs. Heth César Bismarck Athayde Barbosa de Oliveira, Benedito José Ferreira de Paula e à empresa De Paula Engenharia Ltda., a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992 c/c o art. 267 do Regimento Interno, no valor individual de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. rejeitar parcialmente as razões de justificativa apresentadas pelos Srs. Heth César Bismarck Athayde Barbosa de Oliveira, ex-Superintendente Regional da SRTE/AL, e Benedito José Ferreira de Paula, fiscal do contrato, relativamente às irregularidades para as quais foram ouvidos em audiência;

9.5. aplicar a esses responsáveis, Srs. Heth César Bismarck Athayde Barbosa de Oliveira e Benedito José Ferreira de Paula, a multa prevista no art. 58, inciso II, da Lei 8.443/1992 c/c o art. 268, inciso II, do Regimento Interno, nos valores individuais de R$ 12.000,00 (doze mil reais) e R$ 2.000,00 (dois mil reais), respectivamente, com a fixação do prazo de quinze dias, a contar das notificações, para que comprovem, perante este Tribunal (art. 214, inciso III, alínea "a", do Regimento Interno), o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data deste acórdão até a dos efetivos recolhimentos, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.6. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, inciso II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas, caso não atendidas as notificações;

9.7. dar ciência à SRTE/AL sobre as seguintes impropriedades constatadas no exame das contas de 2010:

9.7.1. ausência de controle, pela SRTE/AL, de seus veículos oficiais, assim como a falta de manutenção adequada, conforme verificado na gestão do exercício de 2010, o que constitui descumprimento das obrigações contidas na IN/Mare 9/1994 e na IN/Sedap 205/1988;

9.7.2. ausência de manutenção predial no edifício sede da SRTE/AL, colocando em risco o patrimônio público, a vida e a saúde dos servidores, terceirizados, visitantes e usuários dos serviços ali prestados ao público, identificada no edifício-sede da SRTE/AL, com afronta ao disposto no Decreto-lei 9.760/1946, e

9.7.3. falta de manutenção da higiene compatível com o gênero de atividade dos servidores ou empregados terceirizados, identificada no edifício-sede da SRTE/AL, em afronta ao disposto na Norma Regulamentadora nº 24 - MTE, e

9.8. encaminhar cópia dos elementos pertinentes à Procuradoria da República no Estado de Alagoas, nos termos do § 3º do art. 16 da Lei 8.443/1992 c/c o § 7º do art. 209 do Regimento Interno, para adoção das medidas que entender cabíveis.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3630-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti (Relator).

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira.

ACÓRDÃO Nº 3631/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 009.649/2014-0.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Ministério do Desenvolvimento Agrário e Caixa Econômica Federal.

3.2. Responsáveis: Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANPA) (05.032.702/0001-70); Romário Rosseto (469.889.710-68).

4. Entidade: Associação Nacional de Pequenos Agricultores (ANPA).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo em Santa Catarina (Secex-SC).

8. Advogado constituído nos autos: Diego Vedovatto (OAB/RS 87.746), peça 26; Lúcia Helena Villar Pinheiro (OAB/RS 52.730) e outros, peça 15.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pela Caixa Econômica Federal, representante da União, contra a Associação Nacional de Pequenos Agricultores e contra o Sr. Romário Rosseto, em razão do não cumprimento do objeto do contrato de repasse MDA 156.647-93/2003.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revéis para todos os efeitos, com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992, a Associação Nacional de Pequenos Agricultores e o Sr. Romário Rosseto;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Romário Rosseto, com fulcro nos arts. 1º, I, e 16, III, 'c', da Lei 8.443/1992, e condená-lo, solidariamente com a Associação Nacional de Pequenos Agricultores, ao pagamento da quantia a seguir especificada, fixando o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, 'a', do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde a data indicada até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor Original (R$)	Data de Ocorrência
109.095,00	24/5/2004

9.3. aplicar, individualmente, ao Sr. Romário Rosseto e à Associação Nacional de Pequenos Agricultores, a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), e fixar o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprovem, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, 'a', do RI/TCU, o recolhimento das dívidas aos cofres do Tesouro Nacional, atualizadas monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se forem pagas após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas;

9.5. encaminhar cópia da presente deliberação à Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina, como previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3631-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3632/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.016/2014-1.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Ministério do Esporte.

3.2. Responsáveis: Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Apaeb) (63.104.020/0001-22); Misael Lopes da Cunha (318.161.345-20).

4. Entidade: Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Apaeb).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Marinus Eduardo De Vries Marsico.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Ministério do Esporte contra o Sr. Misael Lopes da Cunha, ex-presidente da Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Apaeb), em razão de irregularidades verificadas na utilização dos recursos transferidos por força do convênio 71/2005 (Siafi 526460).

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Misael Lopes da Cunha e a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Apaeb), dando-se prosseguimento ao processo com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Misael Lopes da Cunha, com fulcro nos arts. 1º, I, 16, III, 'c' da Lei 8.443/1992, condená-lo, solidariamente com a Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Apaeb), ao pagamento da quantia a seguir especificada e fixar prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, 'a', do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde a data discriminada até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor do débito (R$)	Data
107.178,78	6/10/2006

9.3. aplicar, individualmente, ao Sr. Misael Lopes da Cunha e à Associação de Desenvolvimento Sustentável e Solidário da Região Sisaleira (Apaeb) a multa prevista no art. 57, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 16.000,00 (dezesseis mil reais), e fixar o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, 'a', do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas;

9.5. encaminhar cópia da presente deliberação à Procuradoria da República na Bahia, como previsto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3632-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3633/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 014.524/2014-7.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessado: Município de Castro Alves - BA (13.693.122/0001-52)

3.2. Responsável: Augusto Pontes de Carvalho (027.093.925-34).

4. Entidade: Município de Castro Alves - BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Júlio Marcelo de Oliveira.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial (TCE) instaurada pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) contra o Sr. Augusto Pontes de Carvalho, ex-prefeito de Castro Alves/BA, devido à não comprovação da boa e regular aplicação dos recursos federais repassados, na modalidade fundo a fundo, no âmbito dos programas de Proteção Social Básica (PSB) e Proteção Social Especial (PSE), no exercício de 2008, que integram o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. rejeitar as alegações de defesa apresentadas pelo Sr. Augusto Pontes de Carvalho;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Augusto Pontes de Carvalho, com base no art. 16, III, 'c' da Lei 8.443/1992, condenando-o ao pagamento do valor abaixo relacionado, atualizado monetariamente e acrescido de juros de mora, a partir da data informada até a efetiva quitação, fixando-lhe o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, na forma da legislação em vigor;

Valor do débito(R$)	Data de ocorrência
90.000,00	30/5/2008

9.3. aplicar ao Sr. Augusto Pontes de Carvalho a multa prevista no art. 57 da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), fixando o prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação, para que comprove, perante o Tribunal (art. 214, III, 'a', do RI/TCU), o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a data do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas;

9.5. encaminhar cópia desta deliberação à Procuradoria da República no Estado da Bahia, em cumprimento ao disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3633-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3634/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.040/2011-2.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Reforma.

3. Interessados: Jairo Cabral da Silva (016.589.287-09); Jairo Werner (026.235.367-91); Jamiro Dias de Oliveira (002.425.513-00); Jayme Carlos Reis (000.000.000-00); Jayme Gonçalves Filho (021.952.087-91); Jefferson Luiz Bassetti (105.600.927-68); Jeovani Santos Almeida (443.218.991-68); Jerci Barros da Silva (006.827.131-04); Joao Baptista de Souza Lopes (008.305.006-00); Joao Carlos Ferreira da Silva (066.096.430-91); Joao Climaco de Almeida (007.272.883-34); Joao Cristovam Barbosa Neto (027.292.794-58); Joao Cruz Fernandes (003.404.132-04); Joao Evangelista Pereira (041.732.448-00); Joao Jose da Silva Junior (005.023.830-20); Joao Paulo Rodrigues Melo (836.484.023-15); Joao Wilmar Deiques (044.811.350-34); Joaquim Machado de Britto Filho (000.000.001-91); Joaquim Martins de Oliveira Filho (044.519.298-49); Joaquim Salatiel de Oliveira (068.416.867-72); Joaquim Saraiva da Silva (082.920.196-34); Joaquim Silveira dos Santos (000.837.987-49); Joel Maia Veltri (068.369.847-87); Jorge Francisco (031.075.907-20); Jorge Mandagara Pignone Ferraz (023.085.091-04); Jorge Pino Valentim (058.118.567-68); Jorge Rocha (045.561.947-68); Jorge da Silva Corrêa (027.388.307-06); Jorge da Silveira (129.061.586-15); Jorge de Azevedo Gonçalves (221.343.877-34); Jose Araujo Barreto (051.346.841-20); Jose Assis de Gois (008.028.246-68); Jose Basilio Correa Neto (018.871.736-68); Jose Carlos Aparecido (208.282.766-68); José Camelo Sampaio (090.678.847-15); João Amaro Faleiro (028.943.199-91); João Antonio Pinto da Silva (031.113.187-53); João Antônio de Oliveira (191.348.946-91); João Batista Lessa de Carvalho (064.682.336-15); João Neves (004.530.720-20); João Nogueira Barros (052.518.343-49); João Salustiano Lyra (060.637.647-04).

4. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas (MD/CE).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de reforma da Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em:

9.1. retificar, por inexatidão material, nos termos da Súmula TCU 145, o nome do Sr. Joaquim Salatiel de Oliveira (CPF 068.416.867-72) no acórdão 6159/2011 - TCU - 1ª Câmara e nos atos do Sisac a ele referentes;

9.2. encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3634-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3635/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 016.041/2011-9.

2. Grupo II - Classe V - Assunto: Reforma.

3. Interessados: Jose Clementino de Araujo (011.859.264-53); Jose Demetrio de Paula Mendes Filho (004.795.354-34); Jose Ferreira da Silva Filho (045.393.204-59); Jose Joaquim Ferreira de Almeida (010.894.474-34); Jose Monteiro Sanches (058.865.897-91); Jose Nilson da Silva (084.562.081-91); Jose Raimundo de Jesus (343.182.671-72); Jose Vicente de Assis (190.924.904-15); Jose de Almeida (002.653.814-87); Jose de Mattos Filho (053.170.458-00); Jose de Mattos Medeiros Junior (032.279.017-49); José Carlos Miranda Rosa (243.458.577-91); José Honorato dos Reis (049.995.508-06); José Manoel de Souza (103.630.411-68); José Oliveira de Sampaio (080.620.997-68); José Oliveira de Sampaio (080.620.997-68); José Ronaldo Tavares de Lira e Silva (191.084.273-72); Julio Cesar Carneiro de Souza (218.831.168-05); Jurandi Gonçalves Simoes (247.811.776-20); Jurandir Monteiro Lopes (021.745.537-91); Juvencio Guilhem da Silva (044.057.576-15); Laerson Lemos da Silva (107.865.118-34); Leo Anelhe (052.007.767-91); Leone de Moraes (024.997.547-53); Lindolfo Ponciano Gomes dos Santos (050.135.770-04); Lionardo Rodrigues de Lima (027.877.258-72); Lourival Juraci de Andrade (013.432.460-91); Lourival Pereira (059.999.796-68); Luciano Del Giudice Neto (018.056.907-44); Luciano Linhares de Oliveira (301.082.333-91); Luiz Antonio de Oliveira (037.098.502-82).

4. Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas (MD/CE).

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Procurador Sergio Ricardo Costa Caribé.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de concessão de reforma da Diretoria de Inativos e Pensionistas do Comando do Exército.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão da Primeira Câmara, diante das razões expostas pelo Relator, em encerrar o processo e arquivar os presentes autos.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3635-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ACÓRDÃO Nº 3636/2015 - TCU - 1ª Câmara

1. Processo nº TC 032.880/2014-6.

2. Grupo I - Classe II - Assunto: Tomada de Contas Especial.

3. Interessados/Responsáveis:

3.1. Interessados: Município de Pilão Arcado/BA e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

3.2. Responsável: Roberto Alves Martins (185.268.881-53).

4. Entidade: Município de Pilão Arcado/BA.

5. Relator: Ministro-Substituto Weder de Oliveira.

6. Representante do Ministério Público: Subprocuradora-Geral Cristina Machado da Costa e Silva.

7. Unidade Técnica: Secretaria de Controle Externo na Bahia (Secex-BA).

8. Advogado constituído nos autos: não há.

9. Acórdão:

VISTOS, relatados e discutidos estes autos de tomada de contas especial instaurada pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) contra o Sr. Roberto Alves Martins, ex-prefeito do município de Pilão Arcado/BA, em razão da não apresentação da prestação de contas da aplicação dos recursos repassados para execução de ações do Programa Brasil Alfabetizado (BRALF) em 2007, na modalidade fundo a fundo.

ACORDAM os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em sessão da Primeira Câmara, ante as razões expostas pelo relator, em:

9.1. considerar revel, para todos os efeitos, o Sr. Roberto Alves Martins, dando-se prosseguimento ao processo com fundamento no art. 12, § 3º, da Lei 8.443/1992;

9.2. julgar irregulares as contas do Sr. Roberto Alves Martins, ex-prefeito do município de Pilão Arcado/BA, com fulcro nos arts. 1º, I, 16, III, 'a' e 'c', da Lei 8.443/1992, condená-lo ao pagamento das quantias a seguir especificadas e fixar prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, 'a', do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), atualizada monetariamente e acrescida dos juros de mora, calculados desde a data discriminada até a data do recolhimento, na forma da legislação em vigor:

Valor original (r$)	Data da ocorrência
23.828,00	7/12/2007
44.252,00	19/12/2007

9.3. aplicar ao Sr. Roberto Alves Martins a multa prevista no art. 57, da Lei 8.443/1992, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), e fixar o prazo de quinze dias, a contar da notificação, para que comprove, perante este Tribunal, nos termos do art. 214, III, 'a', do RI/TCU, o recolhimento da dívida aos cofres do Tesouro Nacional, atualizada monetariamente desde a data do presente acórdão até a do efetivo recolhimento, se for paga após o vencimento, na forma da legislação em vigor;

9.4. autorizar, desde logo, nos termos do art. 28, II, da Lei 8.443/1992, a cobrança judicial das dívidas;

9.5. encaminhar cópia da presente deliberação à Procuradoria da República no Estado da Bahia, em cumprimento ao disposto no art. 16, § 3º, da Lei 8.443/1992.

10. Ata n° 19/2015 - 1ª Câmara.

11. Data da Sessão: 16/6/2015 - Ordinária.

12. Código eletrônico para localização na página do TCU na Internet: AC-3636-19/15-1.

13. Especificação do quorum:

13.1. Ministros presentes: Benjamin Zymler (na Presidência), José Múcio Monteiro e Bruno Dantas.

13.2. Ministro-Substituto convocado: Augusto Sherman Cavalcanti.

13.3. Ministro-Substituto presente: Weder de Oliveira (Relator).

ENCERRAMENTO

Às 16 horas e 2 minutos, a Presidência encerrou a sessão, da qual foi lavrada esta ata, a ser aprovada pelo Presidente e homologada pela Primeira Câmara.

ELENIR TEODORO GONÇALVES DOS SANTOS
Subsecretário
Substituto

Aprovada em 18 de junho de 2015.

WALTON ALENCAR RODRIGUES
Presidente

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EXTRATO DE PAUTA (ORDINÁRIA)
Sessão prevista para 23/06/2015, às 15h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

000.263/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Antonio Augusto Leandro; Dinora Miacci Natalici
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Caxambu - MG
Advogado constituído nos autos: não há.

007.435/2015-0
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Rio do Prado - MG
Advogado constituído nos autos: não há.

008.487/2008-6
Natureza: Pensão Civil
Interessado: Marcos Vinicius Sousa Natividade
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
Advogado constituído nos autos: não há.

009.216/2015-4
Natureza: Pensão Militar
Interessados: Alberlina Wanderley; Ana Maria de Oliveira; Ana Olímpia Moreira Zettel; Celma do Carmo André; Cláudia Martins de Oliveira; Cléia Carmo do Nascimento; Deuza Carmo Nascimento de Oliveira; Dinalva Silva dos Santos; Izamar Soares Campos de Rezende; Lígia Maria de Oliveira Leite; Lucimar Campos Soares de Rezende; Maria Augusta da Purificação; Maria da Glória de Oliveira Coimbra; Marilene Moreira do Nascimento; Sônia Maria de Oliveira Almeida; Waldelice Fernandes da Cunha; Wanda Moraes de Azevedo
Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

009.381/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Pontes de Oliveira; Anderson Simões Macario; Anderson Souza Rabello; André Felipe Barbosa Paiva; André Felipe de Souza Leonardo; André Henrique de Oliveira Paulo; André Heredia Grillo; André Lucas Coura Candian; André Luis de Oliveira Reimão; André da Gama Pinto
Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

009.524/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Theo Antônio Ferreira Pereira; Theo dos Santos Monteiro; Thiago Ananias Francisco; Thiago Andrade Damasceno Varjão; Thiago André Silva; Thiago Araujo da Costa e Silva; Thiago Ascenção de Azevedo; Thiago Barbosa Lopes; Thiago Burnagui Leitão; Thiago Carvalho dos Santos
Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

009.528/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Thiago Ribeiro Rodrigues dos Santos; Thiago Ribeiro Tavares; Thiago Rodrigues Tortelot; Thiago Santos Esteves; Thiago Santos de Oliveira; Thiago Silva Maues Dias; Thiago Teixeira Ribeiro; Thiago Torres Castro; Thiago Vieira Lemos; Thomaz Paes Barbosa
Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

009.532/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Victor Barcellos do Nascimento; Victor Bragança Martins; Victor Cesar Alves Pinto; Victor de Almeida Primo; Victor de Araujo Oliveira; Victor de Freitas Santiago; Victor de Oliveira Ferreira Guimarães; Victor de Sousa Miranda; Victor de Souza Rodrigues; Víctor de Oliveira Dias
Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

009.534/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Victor Martins Provençano; Victor Mayer Driendl Cardozo; Victor Reis da Silva; Victor Rodrigo de Lima Vasconcelos; Victor Rodrigues Batalha Alves; Victor Santa Rosa Vieira; Victor Saraiva de Almeida; Victor Valle de Moraes Vieira; Vinicios Pedroza Brandt; Víctor Luiz Sousa Silva
Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

009.536/2015-9
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vinicius Diniz de Assis Oliveira; Vinicius Dolem Rodrigues; Vinicius Eduardo de Arruda Pinto; Vinicius Galvão Sozinho; Vinicius Garrido Leonardo; Vinicius de Souza Pinto; Vinicius dos Santos Pereira; Vinícius Duarte do Nascimento; Vinícius Fraga da Costa; Vinícius de Paula
Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

009.537/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Vinicius Jorge Pinheiro Maia; Vinicius Komaki Oliveira; Vinicius Miranda de Araújo Lima; Vinicius Nunes de Amorim; Vinicius Silva de Figueiredo Mendes; Vinicius Yusa Souza; Vinícius Gomes Escobar da Silva; Vinícius Lopes de Menezes; Vinícius Neves Leite; Vinícius Portugal Barbosa
Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

009.540/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Wagner Oliveira Ribeiro; Wagner Reis dos Santos; Walace Ramos Andrade; Walace da Silva Costa; Walace da Silva Goulart; Walace da Silva Souza; Waldemir Barros e Quadros; Waldenir Luiz de Andrade Junior; Wallace Bismarck Abreu da Silva; Wallace Bruno dos Santos
Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

009.545/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Wiliam Tavares Gouveia; Wilian Leite da Silva; Wilke Pereira de Araújo; Willam Jeffson Gomes Lima; William Barbosa Matos; William Caldas Mauricio; William Cleber Sales Leite; William Ferreira dos Santos; William de Lucena Moreira; William dos Reis Aragão
Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

009.550/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Roberto Oliveira Martins
Órgão/Entidade: Empresa Gerencial de Projetos Navais
Advogado constituído nos autos: não há.

009.863/2009-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Alberto Rodrigues de Sousa; Francisco Eduardo Bigonha Gazzola; Jaime Prado de Melo; José Santos Portela; Pedro Onofre Fernandes; Terezinha Alves Leal; Terezinha Alves Leal; Therezinha da Mata Machado Fernandes; Walcy Neves Barreto de Souza
Órgão/Entidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

010.483/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Márcio Aurélio Teixeira Soares; Marcus Karvel Moraes Pimentel; Otavio Alves Galvão Junior; Pedro Petronillio Hernandes; Rafael Praciano Garcia; Renata Miyabara Gagliardi Cerqueira; Rodrigo Gondim do Amaral; Rodrigo Pereira Damasio da Silva; Sandro Vieira da Rosa; Sergio Alves Bertoldi de Souza; Tiago Gabriel Gomes de Souza; Victor Pessanha Gonçalves; Vinicius Rosa Bezerra
Órgão/Entidade: Agência Nacional de Aviação Civil
Advogado constituído nos autos: não há.

010.543/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Anderson Chagas Ramos; Arthur Lopes Lemos; Breno Guariento; Elisa da Cunha Boina; Esther Nunes Klein Gama; Fábio Machado Grilo; Felipe Cesar Nascimento Fontenelle; Henrique Fernandes Wyatt; Hortensia Moraes Silva Scopel; Jean Aldo Rosa Neves; José Arildo Valadão de Andrade; Lorena Pinto de Souza; Luan Tolentino dos Santos; Luciana Garcia de Souza; Márcio de Faria e Silva; Merielem Frasson da Silva; Mirian Nascimento Santos Souza; Naila Senna Magnago; Raquel Magalhães Gomes Eggert; Renata Maia das Flores
Órgão/Entidade: Companhia Docas do Espírito Santo
Advogado constituído nos autos: não há.

010.547/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Joiciney das Chagas Silva; Paulo Cezar dos Santos
Órgão/Entidade: Companhia Docas do Rio de Janeiro
Advogado constituído nos autos: não há.

010.556/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Caio Rocha de Souza; Caio Rodrigues de Freitas Santos; Caio Vinícius Nogueira Borges; Caio Vinícius Pessôa de Jesus; Caires Rodolfo Amadeu Alves; Carlos Alberto Silva Pimentel; Carlos Anderson Dantas Mesquita; Carlos Diego Rodrigues Coriolano de Freitas; Carlos Eduardo Oliveira de Lima Santana; Carlos Gardel Belém Dantas Luna; Carlos Magno Souza de Azeredo; Cassiano Helal Alvarenga; Cícero Leandro dos Santos Belém; Clauber Freitas de Almeida; Claudio André de Barros Júnior; Cleiton Robson da Silva de Souza; Cleiton Vilela Figueiredo da Silva; Cleiton Vitório Soares Ramos; Cleoson da Costa Valente; César Kemps Amorim Santos
Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

010.564/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Igor Leandro de Barros Radtke; Igor Ranieri Santos da Silva; Igor Wallacy Ferreira Barbosa; Igor da Silva Vieira; Isaias Fernandes do Amaral; Ismael Pereira Pataro Lopes; Ivan Alex Motta Henrique; Ivan da Silva Carneiro; Izaias Lopes de Macedo Júnior; Jaime Guimarães Lopes Júnior; Jean Lopes Baptista da Silva; Jean Lucas Ramos da Costa; Jeferson Rodrigues Carvalho; Jehan Victor Morato de Oliveira; Jenilson Nascimento Ferreira Junior; Jhefferson Barros de Oliveira; Jhonathan Felipe Pereira da Silva; João Barbosa da Silva Neto; João Batista Paulo Neto; Ítalo Ataíde Ginnari
Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

010.566/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jordan Márcio Cruz de Almeida; Jorge Alves Luzes Junior; Jorge William Rocha de Azevedo; Jorge de Paulo Castro Neto; Josvan Oliveira de Souza; José Carlos Cardoso Diniz; José Carlos Matheus Pereira; José Guimarães Barroso de Almeida Sobrinho; José Lucian Martins da Costa Freitas; José Luiz Cândido da Silva; José Lívio Henrique Silva de Melo; José Marques dos Anjos; José Roberto da Costa Junior; José Tiago Vieira dos Ramos; José Víctor Rezende Mendonça de Lyra; Jota Júnior Nunes dos Prazeres; Jota Vicente Romualdo Júnior; Juari Ferreira Martins Filho; Júlio César Costa dos Santos; Júnior Alves de Oliveira
Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

010.574/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Zeni Pires; Raimundo Nonato de Almeida Gonçalves Junior; Ramon Vinicius de Araújo Gama; Ramon da Silva Melo; Raphael Brunno Monteiro Simões; Raphael Nascimento da Rocha; Raphael da Conceição Coirolo; Renan Benites dos Santos; Renan Even de Araujo; Renan Teixeira Alves Torres; Renan de Oliveira Soares; Renan dos Santos Araujo; Renato Lima Costa; Renato Pinto de Souza; Renato Vieira de Albuquerque; Rennan Brasil de Melo Brito; Rennan Christian Silva Lins de Oliveira; Ricardo Oliveira Alves Macena; Ricardo Ribeiro de Oliveira; Róberson Fontenele da Silva
Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

010.580/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Wilkerson Bêtta da Silva; William Almeida dos Santos; William Oliveira dos Santos; William Vitale Azevedo; William da Silva Inácio; Willian Emanuel Souza de Oliveira; Willian Moura dos Santos; Wyller Fernandes da Conceição; Wyllyamis José de Assis; Yann Oliveira da Silva de Souza; Yuri Lutz Ferreira
Órgão/Entidade: Diretoria do Pessoal Militar da Marinha
Advogado constituído nos autos: não há.

011.013/2015-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Helio Ferraz Pereira
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Divisa Alegre - MG
Advogado constituído nos autos: não há.

032.705/2014-0
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Governo do Distrito Federal - GDF
Advogado constituído nos autos: não há.

036.010/2012-0
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Elizabeth Maria de Carvalho; Francisco Antonio Tosta; Helio Thomaz; Luiz José Elias Andraus; Manuel dos Santos Cardoso
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro BENJAMIN ZYMLER

002.319/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Luís Antônio Paulino; Nassim Gabriel Mehedff; Secretaria do Emprego e Relações do Trabalho/SP; Walter Barelli
Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

004.429/2015-0
Natureza: Representação
Representante: Tribunal de Contas do Estado - RJ
Entidade: Município de Queimados - RJ
Advogado constituído nos autos: não há.

007.212/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alysson Pereira da Silva; Amanda Macedo da Cunha; Amanda Rodrigues Dias Caleri Levy; Ana Beatriz Cavalcante Reis Assis; Ana Carolina Marouelli dos Santos; Ana Carolina Moraes Pires de Oliveira; Ana Cristina Linhares Pertusi; Ana Flavia Trindade de Vasconcelos Rocha; Ana Larissa Reis Torres
Órgão/Entidade: Ministério Público Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

007.217/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Danilo Washington Moreira dos Santos; Darlan Aparecido Roriz; Debora Magalhaes Valença; Denisy Damásio Albuquerque; Diego Luis Marcolino; Diego Pereira; Dione Aparecida Tiago; Edmilson Vieira Machado; Elaine Vieira Borges; Eliete Araujo de Oliveira
Órgão/Entidade: Ministério Público Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

007.218/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eunice Aparecida Spader; Fabio Cristian Damião da Silva; Felipe Faria Rios; Felipe Giardini; Felipe Macedo Albiero; Felippe Ricino de Moraes; Fernanda Teixeira Alvares Coleto; Fernando Azevedo Santos; Fernando Moreira da Cruz; Fernando Rosa Teixeira
Órgão/Entidade: Ministério Público Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

007.224/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Menezes de Oliveira; Marcia Juliana da Luz; Marcos dos Santos Chagas; Maria Anália de Lima Seixlack; Maria da Graça Marinho da Silveira; Mariana Dalpont Balbinot; Marina Sobreira Botelho Martins; Marina Trindade Leao; Maritana Mello Bevilacqua; Mário José Fernandes Marques
Órgão/Entidade: Ministério Público Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

007.229/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Tassia Canabarro Ketz; Tatiane Alves de Andrade; Thiago Calixto Saraiva; Thiago Pinheiro Correa; Valdemir dos Santos Silva; Vanessa Soeiro de Souza Nunes; Vitor Paulo Marins de Mattos; Vitor Pereira dos Santos; William Ivo Moreira Marchi; Willian Sobrinho Pereira de Araujo
Órgão/Entidade: Ministério Público Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

009.619/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rodrigo Victor dos Santos; Sara Antonia Ferreira Alves; Tais Vidal de Oliveira Feijó; Thays Alves Bezerra; Valerio Moreira de Santana
Órgão/Entidade: Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios
Advogado constituído nos autos: não há.

009.642/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Ana Flavia de Oliveira Silva; Camila dos Reis Borges; Diego Rodrigo Tietz; Fabricio Ciaccia; Fernanda Berteli de Figueiredo; Fernanda Marinho; Igor Araujo do Prado; Janaina Rocha Garcia; Jose Vinicius Cabrioli; Josiane Calixto de Oliveira
Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

009.644/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Roberta Raphaelli Pioli; Sinara Maria Reis Chaves; Wagner Coque Bernardes
Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

009.690/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Maria de Fatima Santos Camargo; Paula Regina Ferreira da Silva; Rodrigo Melo Santos; Virginia Bracarense Lopes; Vitor Joao Fachini Vashist
Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão .
Advogado constituído nos autos: não há.

010.076/2013-1
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Idario Sanchez
Órgão/Entidade: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de São Paulo
Advogado constituído nos autos: não há.

010.764/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafael Pelegati; Railda Neves Cordeiro Bittencourt; Ranerio Francisco de Mello Vieira; Regina Goncalves Andrade; Reginaldo Alves dos Santos; Renata Miyabara Gagliardi Cerqueira; Ricardo Duailibe Leitão; Roberta Sado Andrade; Robson Trajano Soares de Oliveira; Rodolfo Alves da Luz; Rodolfo Augusto Rocha Monteiro; Rodolfo Peixoto Pimentel; Rodrigo Carvalho Gonçalves; Rodrigo Griva Viterbo de Oliveira; Rodrigo Monteiro Ferreira; Rodrigo Paiva Costa e Silva; Rodrigo Pereira Damásio da Silva; Rodrigo Ribeiro Affonso Alves; Rogerio Alan Bonates Medina; Rogerio Ribeiro
Órgão/Entidade: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão .
Advogado constituído nos autos: não há.

012.285/2015-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Danilo Palhares Filho; Francisco Gentil Filho
Órgão/Entidade: Justiça Federal de 1º e 2º Graus da 3ª Região/SP
Advogado constituído nos autos: não há.

013.497/2014-6
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Alto Alegre - SP
Advogado constituído nos autos: não há.

014.513/2010-2
Natureza: Pensão Civil - Monitoramento
Interessados: Amauri Ayres Fernandes; Analtiva Franco Simas; Aramis do Carmo Wirmond; Breno Pasqualato de Moraes e Silva; Cecilia dos Santos Ferreira; Divanei Daichtman Brandão; Enrico Pasqualato de Moraes e Silva; Eruthy Adelaide Junqueira; Esthera Szalkowicz Paciornik; Felipe Garbuio Pereira de Miranda; Filomena Kanha; Gedeão Martins; Gilda Moreira Weiss; Irma Jardim Riella; Izabel Christina de Quadros Rossetim; Kehlween Zascha Nienow Wirmond; Kenzo Nicolay Nienow Wirmond; Laura Bonatto Hanke; Luiz Henrique da Silva Leal; Maria de Lourdes Prosdocimo de Paula; Neide Amaral; Neli Klein do Valle; Odair Garcia de Campos; Petro Tybur; Regina Mara Garbuio; Selma Valquiria Gomes da Silva; Sonia Maria Madeiras Suplicy de Lacerda; Therezinha de Jesus Bittencourt Baeta; Therezinha de Jesus Macedo Pereira de Miranda; Uzziara Coimbra Holtz; Vera Maria Ratton de Oliveira; Victoria Cavalli Rodrigues; Zulmira Gonçalves Fidalgo
Entidade: Universidade Federal do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

014.882/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Carlos Henrique Batista Rossini
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) vinculado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)
Advogados constituídos nos autos: Marianne Albers (OAB/SP nº 270.436), Maria Clara Porto Fabbri (OAB/SP nº 346.751) André Alicke de Vivo (OAB/SP nº 109.643), Gustavo Lorenzi de Castro (OAB/SP nº 129.134) e Fernando Brandão Whitaker (OAB/SP nº 105.692).

015.035/2009-6
Natureza: Aposentadoria - Monitoramento
Interessados: Almir Nestor Pinto Sobrinho; Domingos Henrique Bongestabs; Helio Fileno de Freitas Puglielli; Jose Henrique Popp; Lauro Antonio Esmanhoto; Liane Essenfelder Cunha Mello Frank; Liu Kai; Martha Muzika Fackes; Octávio Melchiades Ulyssea; Odette Elza Fior; Odila Santos Harrison; Rosa Lopes de Camargo; Rosa Voitkiv Figurski; Stela Maris Vellozo de Almeida; Teresinha Martikoski
Entidade: Universidade Federal do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

015.384/2009-7
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Responsáveis: Marleide Tenoria de Oliveira Veiga e Robson José Melo de Oliveira
Recorrente: Marleide Tenoria de Oliveira Veiga
Entidade: Município de Itapuã do Oeste - RO
Advogado constituído nos autos: José Lucas Coutinho Júnior (Defensor Público).

019.758/2014-6
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2013
Responsáveis: Francisca Loeblein; Francisco Holanildo Silva Lima; Leidy Helena Olinto Menezes Vieira; Marli Corral Teixeira; Nilce de Souza Pinto; Vilidiana Moraes Moura
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

020.688/2014-8
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2013
Responsáveis: Ernando Araujo Braga; Germano Rocha Fonteles
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Ceará
Advogado constituído nos autos: não há.

020.734/2009-8
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Antônio Martins de Oliveira; Dalva Mendes Baiense; Fulvia Rocha Astete; Rosangela Nicoli Graciano; Sônia Maria de Oliveira Pimenta; Vicente Eustáquio Rocha
Órgão/Entidade: Universidade Federal de Minas Gerais
Advogado constituído nos autos: não há.

021.975/2003-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Alfio Paglia; Antonio Carlos Mendonça; Armando Moura Costa Filho; Edison Teodoro da Silva; João Antônio Soares Campos; Mario Fernandes de Ascenção Filho; Messias Covre; Prefeitura Municipal de Itaquaquecetuba - SP; Tecnolabor Produtos Hospitalares e Laboratoriais Ltda.
Entidade: Município de Itaquaquecetuba - SP
Advogado constituído nos autos: Edson Baldoino Júnior (OAB/SP 162.589).

030.492/2012-2
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Elina Mafalda Sodre da Hora; Hilary Elias Eugene Sanchez; Ozana Barbara da Silva; Yedda Pellegrino Paradela
Órgão/Entidade: Ministério das Relações Exteriores .
Advogado constituído nos autos: não há.

030.837/2010-3
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Jose Roberto Thomal; Josefa Lourenço de Meira; Julio Pereira Lopes; Luiz Augusto de Giordano Rocha; Luiz Carlos Sobania; Luiz Doni Filho; Margarida Maria Silva Matschinske; Maria Ozélia Gomes da Silva; Maria Schmidt; Maria Teresa Castelo Branco; Maria da Glória Lins da Silva Colucci; Marilia Souza do Valle; Marilu Silveira; Mario Rodrigo Fernandes Maia; Marlene de Almeida; Mauri Jose Piazza; Paulo Moreno Bergoc; Paulo Roberto Slud Brofman; Plauto Piazza Branco; Reny Maria Gregolin; Rogerio Ribas; Sandra Maria Novaes da Silva; Sergio Sampaio Monteiro; Suely Rodaski; Vanete Thomaz Soccol; Waldir Hamann; Wilson Gregorio Wladeck
Órgão/Entidade: Universidade Federal do Paraná
Advogado constituído nos autos: não há.

030.919/2010-0
Natureza: Aposentadoria - Monitoramento
Interessados: Cleonice Maria de Miranda Vasconcelos e Almeida; Expedito Sabino da Silva; Miguel Pedro Lorena de Moraes; Wilson Eustaquio Bregunci
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso
Advogado constituído nos autos: não há.

032.331/2014-2
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cabrália Paulista - SP
Advogado constituído nos autos: não há.

033.970/2014-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Anatil de Albuquerque Pacífico; Angelina Celia Domingues Vitalo; Francisca Manoel Soares; Gildete Barbosa Camargo; Jandira Araújo da Silva; Maria de Lourdes Lozano Bondezan; Maria de Lourdes Miranda Silva; Maria do Nascimento Dantas; Marlene Oliveira Ferreira; Rozilda Alves da Silva
Órgão/Entidade: Ministério das Comunicações .
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

005.526/2015-9
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Artêmis Rodrigues da Silva e outros
Unidade: Departamento de Polícia Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

006.312/2013-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Crisélia de Fátima Vieira Dutra; Fundação Rubens Dutra Segundo
Unidade: Fundação Rubens Dutra Segundo
Advogados constituídos nos autos: Romilton Dutra Diniz (OAB/PB 4.583) e Enriquimar Dutra da Silva (OAB/PB 2.605)

007.457/2015-4
Natureza: Representação
Representantes: Moacir Charles Agnelo Borges Segundo, José Francisco Amaral Pavão e José Arenes Silva Souza, vereadores de Parauapebas/PA
Unidade: Prefeitura Municipal de Parauapebas/PA
Advogado constituído nos autos: não há

009.636/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Reginaldo Pereira de Almeida e outros
Unidade: Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios
Advogado constituído nos autos: não há

010.534/2015-6
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alberi Noronha e outros
Unidade: Eletrosul Centrais Elétricas S.A.
Advogado constituído nos autos: não há

012.366/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Luis Eduardo Dudu Colombo dos Santos
Unidade: Prefeitura Municipal de Bagé/RS
Advogado constituído nos autos: não há

014.663/2014-7
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: Agostinho do Nascimento Netto e outros
Unidade: Procuradoria-Regional da Fazenda Nacional na 3ª Região
Advogado constituído nos autos: não há

019.539/2014-2
Natureza: Prestação de Contas
Exercício: 2013
Responsáveis: José Eudes de Araújo Lima e outros
Unidade: Superintendência de Administração do Ministério da Fazenda no Estado de Pernambuco
Advogado constituído nos autos: não há

020.087/2012-8
Natureza: Monitoramento (Pensão Civil)
Unidade: Câmara dos Deputados
Advogado constituído nos autos: não há

Ministro BRUNO DANTAS

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

008.779/2015-5
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Hospital Federal Cardoso Fontes; Hospital Federal da Lagoa; Hospital Federal de Bonsucesso; Hospital Federal de Ipanema; Hospital Federal do Andaraí; Hospital Federal dos Servidores do Estado
Advogado constituído nos autos: não há.

009.630/2015-5
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Alex Luiz Dias e outros
Órgão/Entidade: Ministério da Integração Nacional.
Advogado constituído nos autos: não há.

010.433/2013-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: André de Quadros; Cooperativa de Crédito Rural Horizontes Novos de Novo Sarandi; Elio Pagliarini; Ibanez Victor de Quadros; José Enoir Cervo; Paulo Cesar de Quadros; Paulo Roberto Sebastiani; Rozalina Helena de Quadros; Valdemar Alves de Oliveira
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Não-me-toque - RS
Advogado constituído nos autos: não há.

012.163/2015-5
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Antonio Pereira Pontes
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado da Paraíba
Advogado constituído nos autos: não há.

012.182/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Angela Maria Abritta Ferreira
Órgão/Entidade: Fundação Nacional de Saúde
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

010.793/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Antenor Alves Silva; Marcius Alves Crispim; Rildo Santana do Nascimento; Vinícius Tadeu Arbués Rosa; Weber Geovanni Mendes Maciel
Órgão/Entidade: Ministério do Desenvolvimento Agrário
Advogado constituído nos autos: não há.

012.062/2015-4
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Djalma Rodrigues Valeza Bruno; Reginaldo Escobar Vieira
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Incra no Estado do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

014.634/2014-7
Natureza: Representação
Interessado: Carolina da Silveira Medeiros; Procuradoria da República/RS - MPF/MPU
Órgão/Entidade: Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Rio Grande do Sul - Crea/RS
Advogado constituído nos autos: não há.

023.389/2012-5
Natureza: Relatório de Auditoria
Responsáveis: A L Teixeira Pinheiro; Agenor Gomes de Araujo Neto; Anibal Carvalho Carneiro; Antônio Luiz Teixeira Pinheiro; Bruno Proença Alencar; Cleivânia Carvalho de Oliveira Alcântara; Construtora Borges Carneiro Ltda.; Coral Construtora Rodovalho Alencar Ltda.; Delano Pontes de Arruda; Ecb Engenharia Comércio Bezerra Ltda.; Francigleuba Vasconcelos Aragão; Francisco Werik Girão Maia; Galba Carbalho Carneiro; Gleuberton Passini Mendonça; Heron Sudário Mendonça; Igo Proença Alencar; Ivo Alencar de Freitas; José Américo Ribeiro Júnior; José Wilson Soares; João Alexandrino do Vale Mota; Luiz Gonzaga Costa Evagenlista; Marcelo Silva de Almeida; Marcos Correia Martins Bezerra; Maria Evanir Mendonça Gurgel; Monique Beatriz Proença Alencar; Najla Lima Verde Moreno Macedo; Rachel Mourão Borges Carneiro; Sandra Maria Proença Alencar; Sidnéia Fernandes Monteiro Sudário; Sílvio Régis Araújo Linhares; Valdemi Rocha Bezerra; Valdisio Pinheiro; Vanley Coelho Bezerra; Vap Construções Ltda.; Walner Rocha Bezerra; Welder José Ricardo Castro da Cunha
Interessado: Secretaria de Controle Externo do TCU no Estado do Ceará
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Iguatu - CE
Advogado constituído nos autos: não há.

027.730/2014-0
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2013
Responsáveis: Edison Danilo Massulo Lisboa; Heitor José Müller; Juliano André Colombo
Órgão/Entidade: Departamento Regional do Sesi no Estado do Rio Grande do Sul
Advogado constituído nos autos: não há.

027.981/2014-2
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2013
Responsáveis: Conceição Rodrigues Capiberibe; Gilcimar Barros Pureza; Maria Doriane de Carvalho; Neuma Maria Simoes Alves; Samara Silva Gemaque; Valdez de Oliveira Cruz
Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo no Estado do Amapá
Advogado constituído nos autos: não há.

038.523/2012-4
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2011
Responsáveis: Elaine Rodrigues Santos; Gleiber Cesar de Oliveira; Ione Maria de Carvalho; Marcia Helena Goncalves Rollenberg; Marta Pavese Porto; Oswaldo Gomes dos Reis Junior; Renata Affonseca Andrade Monteiro de Souza; Vanderlei dos Santos Catalão
Órgão/Entidade: Secretaria de Cidadania Cultural
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

005.331/2013-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Instituto Conquistense de Oncologia Ltda - Icon de Vitoria da Conquista - BA; Júlio Cesar Santos Lima.
Entidade: Instituto Conquistense de Oncologia Ltda - Icon.
Advogado constituído nos autos: não há.

008.643/2015-6
Natureza: Aposentadoria
Interessado: Nilo Alencar de Lima.
Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado da Bahia.
Advogado constituído nos autos: não há.

018.333/2011-7
Natureza: Reforma.
Interessado: Celso Pedro Durlo.
Órgão: Diretoria de Inativos e Pensionistas - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

SUSTENTAÇÃO ORAL

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

015.764/2006-1
Natureza: Recurso de Reconsideração (Prestação de Contas)
Recorrentes: Clovis Lascosque (ex-Coordenador de Engenharia); Danilo Roger Marçal Queiroz (ex-Diretor de Comercialização e Fiscalização); e Henrique Germano Zimmer (ex-Diretor Presidente)
Unidade: Companhia Docas do Espírito Santo (Codesa)
Advogado constituído nos autos: não há
Interessados em sustentação oral:
Danilo Roger Marçal Queiroz e Henrique Germano Zimmer

017.193/2004-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Ricardo Silva Camarço (ex-prefeito)
Unidade: Prefeitura Municipal de José de Freitas/PI
Advogado constituído nos autos: José Norberto Lopes Campelo (OAB/PI nº 2.594)

Interessado em sustentação oral:

José Norberto Lopes Campelo (OAB/PI nº 2.594), em nome de
RICARDO SILVA CAMARÇO

DEMAIS PROCESSOS INCLUÍDOS EM PAUTA

Ministro WALTON ALENCAR RODRIGUES

001.239/2015-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Ministério do Turismo.
Responsáveis: Deivson Oliveira Vidal; Instituto Mundial de Desenvolvimento e da Cidadania - IMDC.
Órgão: Ministério do Turismo.
Advogado constituído nos autos: não há.

001.304/2013-5
Natureza: Representação
Interessado: Ministério Público do Estado de Goiás
Responsável: Ricardo de Pina Cabral.
Órgão: Prefeitura de Piracanjuba - GO.
Advogado constituído nos autos: não há.

001.441/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Interessado: Ministério do Turismo.
Responsáveis: Associação dos Guias Ecológicos de Formosa; Wiliam Marcos dos Santos.
Órgão/Entidade: Entidades/órgãos do Governo do Estado de Goiás.
Advogado constituído nos autos: não há.

002.818/2015-9
Natureza: Representação
Órgão/Entidade: Hospital das Forças Armadas.
Advogado constituído nos autos: não há.

006.096/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Interessado: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás
Responsáveis: Fernando Passos Cupertino de Barros; Hospfar Ind. e Com. de Produtos Hospitalares Ltda.; Luiz Antonio Aires da Silva; Milenio Distribuidora de Prod. Farm. e Hospitalares Ltda..
Órgão/Entidade: Secretaria de Estado da Saúde de Goiás.
Advogado constituído nos autos: Antônio Augusto Rosa Gilberti (OAB/GO 11.703); Lincoln Magalhães da Rocha (OAB/DF 24.089); Fabrício Mendonça de Faria (OAB/GO 22.805); Milena Gilberti (OAB/GO 21.795E); Eduardo Taveira Pinheiro (OAB/GO 12.141); Antônio Henrique Jorge da Cunha (OAB/GO 27.773); Carla Valente Brandão (OAB/GO 13.267); Marcio Pacheco Magalhães (OAB/GO 5.795); Fabrício David de Souza Gouveia (OAB/GO 22.784); Ellen Núria Guimarães Silva (OAB/DF 23.397); Maria Euriza Alves de Carvalho (OAB/DF 7.023); Erenice Alves Guerra (OAB/DF12.515); Antônio Eudacy Alves de Carvalho (OAB/DF 19.748); Jussara Costa Melo (OAB/DF 8104); Marco Conforto de Alencar Moreira (OAB/DF 16.147); Antônio Perilo Teixeira (OAB/DF 21359); Guilherme Augusto Fregapani (OAB/DF 34.406) e Paula Cardoso rt Pires (OAB/DF 23.668).

006.491/2012-0
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
Interessados: Fundação Nacional de Saúde; Prefeitura Municipal de Perdizes - MG.
Responsáveis: Lajes Perdizes Indústria e Comércio Ltda.; Orlando Ferreira da Cunha.
Recorrentes: Orlando Ferreira da Cunha; Lajes Perdizes Indústria e Comércio Ltda..
Entidade: Prefeitura Municipal de Perdizes - MG.
Advogados constituídos nos autos: Amanda Mattos Carvalho Almeida, OAB/MG 127.391.

015.809/2013-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Fundação Nacional de Saúde.
Responsável: Eduardo Coimbra Passos.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Cavalcante - GO.
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro BENJAMIN ZYMLER

001.607/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Associação Brasileira de Assistência e Desenvolvimento Social; Graciene Conceição Pereira; Márcia Aparecida Antônia Rocha.
Órgão/Entidade: Fundo Nacional de Saúde - FNS/MS
Advogados constituídos nos autos: Rubens Naves (OAB/SP 19.379), Belisário dos Santos Júnior (OAB/SP 24.726), Guilherme Amorim Campos da Silva (OAB/SP 130.183), Thiago Lopes Ferraz Donnini (OAB/SP 235.247), Mariana Kiefer Kruchin (OAB/SP 331.896), Mariana Vilella (OAB/SP 335.141) e Raissa Fernanda Carneiro Gradim (OAB/SP 228.169).

005.362/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: José Eduardo Gomes de Moraes; Francisco Luzimário de Lima; Associação Amigos de Teodoro Sampaio/SP; Raimundo Pires Silva e Guilherme Cyrino Carvalho
Entidade: Associação Amigos de Teodoro Sampaio/SP
Advogados constituídos nos autos: Diego Batella Medina (OAB/SP 293.532)

006.230/2013-0
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Responsáveis: Instituto de Desenvolvimento de Atividades de Auto Sustentação das Populações Indígenas e Maria Margareth Machado
Recorrente: Maria Margareth Machado.
Entidades: Instituto de Desenvolvimento de Atividades de Auto Sustentação das Populações Indígenas - Indaspi e Coordenação Regional da Fundação Nacional de Saúde no Estado do Amazonas (Funasa/Core-AM).
Advogado constituído nos autos: não há.

007.058/2015-2
Natureza: Admissão de Pessoal
Órgão: Justiça Federal de Primeiro Grau - RJ
Interessados: Jarbas Tavares de Moraes; Joao Mauricio Brambati Sant' Ana; Johnny Felipe Alves de Lima; João Antonio Moschen; João Marcelo Rodrigues Cardoso dos Santos; João Ricardo dos Santos; Leticia Barbosa Pinheiro; Magali Almeida Farias; Marcela Barnett Zaghe; Marcelo Celestino Silva
Advogado constituído nos autos: não há.

007.458/2014-2
Natureza: Pedido de Reexame (Admissão)
Recorrente: Denise Scarassati Marques.
Órgão: Senado Federal.
Advogados constituídos nos autos: Luís Maximiliano Leal Telesca Mota, OAB/DF 14.848,

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

010.645/2010-1
Natureza: Pedido de Reexame
Recorrentes: Carlos Paulo de Sousa, Cíntia Macedo Nunes, Duncan Frank Semple, Marcelo Jorge Lydia, Mário Augusto Lopes Moysés, Rodrigo de Andrade Lima
Entidade: Instituto de Desenvolvimento da Organização Nacional de Excelência Administrativa - Iabras
Advogados constituídos nos autos: Pedro Estevam A. P. Serrano (OAB/SP 90.846)

019.629/2012-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Agamenon Lima Milhomem; Jozias Lima Oliveira.
Entidade: Prefeitura Municipal de Peritoró - MA
Advogados constituídos nos autos: João Igor de Oliveira Araújo (OAB/MA 8.161) e Igor Amaury Portela Lamar (OAB/MA 8.157).

029.218/2013-6
Natureza: Aposentadoria
Interessados: Sebastião Mendes; Severino Braz Moreira; Sinval Pereira dos Santos; Valdeci Rodrigues da Silva; Vera Lucia Luchine Morbeck; Vivaldo Naves de Oliveira.
Órgão: Núcleo Estadual do Ministério da Saúde no Estado de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

032.935/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Centro de Educação, Estudos e Pesquisas - Ceep; Cícero Umbelino da Silva; Luís Antônio Paulino; Walter Barelli.
Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado de São Paulo.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.740/2012-7
Natureza: Monitoramento
Órgão/Entidade: Ministério da Saúde .
Advogado constituído nos autos: não há

037.784/2012-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Interessado: Departamento Nacional de Infraestrutura e Transporte - DNIT.
Responsáveis: Marcia Regina Serejo Marinho, ex-Prefeita de Caxias - MA (gestão de 2001 a 2004) e Humberto Ivar Araújo Coutinho, ex-Prefeito, ex-Prefeito de Caxias - MA (gestão de 2005 a 2008).
Entidade: Prefeitura Municipal de Caxias - MA.
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro JOSÉ MÚCIO MONTEIRO

005.465/2015-0
Natureza: Aposentadoria
Interessada: Andréa Furtado Pacheco Bastos
Unidade: Tribunal Superior Eleitoral
Advogado constituído nos autos: não há

014.409/2003-4
Natureza: Recurso de Reconsideração
Recorrente: Antônio Juarez Fernandes Machado (ex-coordenador)
Unidade: Coordenação Geral de Serviços Gerais do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Advogado constituído nos autos: não há

016.533/2011-9
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Albi dos Santos Moreira Junior, Alcilene Medeiros Torres Campos, Alessandra Fernanda Martins Rodrigues, Alessandro Lisboa de Jesus, Alessandro Medeiros Gurgel Campos, Alex Medeiros Gurgel Campos, Alides Correia Araújo, Amanda Gilberta Martins Rodrigues, Antônia do Carmo Souza Gomes, Carlos Gedeon Costa Moreira, Celia Miranda dos Santos, Cledson Soares Santos, Cosmira Pereira dos Santos, Daniel Bomfim Soares Martins, Dejanira Francisca dos Santos, Denise Marilia dos Santos Lago, Doralice Cerqueira Souza, D'Artagnan Bomfim Soares Martins, Eliane Falcão Costa, Eliane Neris Costa, Elza Batista Oliveira, Espedita da Silva Felício, Eunice Marta Bomfim Soares, Fabiana Soares Santos, Fernanda Adelaide Martins Rodrigues, Gisely do Socorro da Silva, Gustavo Sacramento Caribe, Idalice Rodrigues de Assis, Izaura do Nascimento dos Santos, Jaciara dos Santos Costa, Joana Evangelista de Jesus Martins, Josefa Pereira Sousa, Leandro Araújo Moreira, Lendinalva Gonçalves Sacramento, Livia Amorim Dourado Lavinsky, Luisa Costa Lavinsky, Luzia Setin do Amaral, Maria Railda Alves de Souza, Maria Raimunda Franklin Martins, Maria Rita Linhares Bomfim, Maria Rosenilda da Costa Pacheco, Maria do Socorro Peres Goes, Maria dos Prazeres Santos Rodrigues, Marilene Medeiros Gurgel Campos, Marlene Teles Avelino, Marta Conceição Amorim, Meiry Glicia Silva Bomfim, Neide Lima Brandão, Neusa Santos da Silva Soares, Nilza Cardial Nascimento Berto, Nilza da Silva Moreira, Noêmia Lisboa dos Santos de Jesus, Noraildes da Silva Machado, Rafael Silva Bomfim, Renildo Franklin Martins, Robson Araújo Moreira, Rosemary dos Santos Farias, Sandra Maria Marinho Martins, Tarcísio Assis Maia, Tereza Maria dos Santos Souza, Valdelice Bispo Costa Santos, Vinicius Silva Bomfim, Vitoria Serena Nunes Goes e Welton Franklin Martins
Unidade: Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira
Advogado constituído nos autos: não há

016.624/2012-2
Natureza: Pedido de Reexame (Aposentadoria)
Recorrente: Wolner Pereira Scardigli
Unidade: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo
Advogado constituído nos autos: não há

016.727/2013-4
Natureza: Recurso de Reconsideração (TCE)
Recorrente: Luiz Gonzaga Mendes, ex-presidente da Desagro
Unidade: Fundação para o Desenvolvimento da Agronomia (Desagro)
Advogado constituído nos autos: Luiz Gonzaga de Paula Vieira (OAB/BA 443-B)

020.029/2009-0
Natureza: Recurso de Reconsideração (em Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Francisco Flamarion Portela, ex-Governador
Unidade: Governo do Estado de Roraima
Advogado constituído nos autos: Henrique Keisuke Sadamatsu (OAB/RR 208)

020.092/2010-5
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Jadiel Almeida Mascarenhas, ex-prefeito e Myrian Cortes Bittencourt, ex-secretária municipal de saúde
Unidade: Prefeitura Municipal de Itaberaba/BA
Advogados constituídos nos autos: Milonaldo Cardoso Lima (OAB/BA 11.637) e Marcos Adriano Cardoso de Oliveira (OAB/BA 20.630)

023.900/2012-1
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Ricardo Cézar Cândido da Silva (ex-prefeito)
Unidade: Prefeitura Municipal de Rochedo de Minas/MG
Advogado constituído nos autos: não há

033.162/2010-7
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial)
Recorrente: Michel Marques Abrahão, ex-prefeito
Unidade: Prefeitura Municipal de Bujari/AC
Advogado constituído nos autos: Euclides Cavalcante Araújo Bastos (OAB/AC 722-A)

Ministro BRUNO DANTAS

017.073/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Amapá/AP
Responsáveis: Carlos Cesar da Silva; Prefeitura Municipal de Amapá - AP
Interessado: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE
Advogado constituído nos autos: José Roberto Nunes (OAB/AP 905-B).

024.040/2014-2
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro.
Interessado: Fernando Roberto Mendes Pires.
Advogado constituído nos autos: não há.

027.636/2014-3
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Interessado: Carlos Alberto Rosa.
Advogado constituído nos autos: não há.

027.648/2014-1
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Interessada: Heliete Martins Castilho Moreno.
Advogado constituído nos autos: não há.

027.649/2014-8
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Interessado: João Araujo Silva.
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro-Substituto AUGUSTO SHERMAN CAVALCANTI

008.142/2011-4
Natureza: Tomada de Contas Especial
Unidade: Associação Beneficente Cearense de Reabilitação/CE - ABCR.
Responsáveis: Maria Carmélia Pereira D'Alencar e Associação Beneficente Cearense de Reabilitação/CE - ABCR.
Advogado constituído nos autos: Erinalda Scarcela de Lucena (OAB 7953)

008.747/2008-7
Natureza: Aposentadoria (Monitoramento).
Unidade: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação.
Interessados: Admildo Gomes Chirol; Edgardo Omar Taroco Aliano; Edson Soares Diniz; Luiz Bevilacqua, e Marco Antônio Toledo Cardoso.
Advogado constituído nos autos: não há.

010.258/2013-2
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial)
Unidade: Município de Tabatinga/AM
Recorrente: Raimundo Nonato Batista de Souza, ex-Prefeito
Advogado constituído nos autos: Ademar Lins Vitorio Filho (OAB/AM 5.269)

Ministro-Substituto WEDER DE OLIVEIRA

000.977/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessado: Ministério da Integração Nacional (MI).
Entidade: município de Brusque/SC
Responsável: Ciro Marcial Roza.
Advogado constituído nos autos: não há.

002.051/2014-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Festival Internacional do Turismo e Ecologia (Fiptur)
Responsáveis: Festival Internacional do Turismo e Ecologia (Fiptur); Gorgônio Boaventura Loureiro de Souza e Silva; Lucia de Fatima Marinho Saraiva.
Interessado: Ministério do Turismo (MTur).
Advogado constituído nos autos: não há.

010.071/2008-1
Natureza: Pensão Civil.
Órgão: Diretoria de Administração do Pessoal do Comando da Aeronáutica.
Interessados: Alba Celia Cavalcante Carvalho; Benedita Maria Conceição Silva; Cleonice Fraga Silvestre; Elza de Oliveira Wanderley; Inez Bertoleiro de Jesus; Ivonete Gomes da Silva; Laura Lopes da Silva; Maria Gomes da Silva; Marize Carlos Brasil; Mathilde Bergamin Privatti; Maxima Cristina Rodrigues; Rita Catharina Vaz de Oliveira; Rute Carlos Brasil; Vera Lucia de Freitas Wanderley; Victorina Peres Esteves; Walquiria de Oliveira Wanderley.
Advogado constituído nos autos: não há.

013.608/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: município de São Mateus/ES.
Responsáveis: Amadeu Boroto; Lauriano Marco Zancanela; município de São Mateus/ES.
Interessado: Superintendência Estadual da Funasa no Estado do Espírito Santo.
Advogados constituídos nos autos: Vivaldo Gonçalves Lopes Neto-OAB/ES 11.764; Mayara Assis da Mota -OAB/ES 20.311; Tatiana Aparecida Otoni-OAB/ES 12.587 e Getálvaro Gomes da Silva-OAB/ES 6.701.

015.985/2011-3
Natureza: Pensão Especial.
Órgão: Sétima Região Militar do Comando do Exército (MD/CE).
Interessados: Adelia Estrela Moreira; Ademilde Barros de Lima; Amantina Lobo Pascoal; Bartira Cicera Viana Balbino; Darcy Araujo Pessoa de Oliveira; Gedelma Viana Balbino; Giselma Viana Balbino; Ivanise Maria da Silva; Ivone Queiroz Silva; Jecilda Rodrigues de Sousa Pereira; Josefa Alves dos Santos; Josefa Palmeira da Costa; Josina Maria Monteiro Silva; Lucy Nogueira Paes Barreto; Luzia das Neves Silva de Vasconcelos; Luzia de Lima e Silva; Manoel Ferreira da Penha; Marcelo Silva de Barros; Marguerite Paes Barreto Castelo Branco; Maria Angelica dos Santos Amorim; Maria Aparecida Dantas; Maria Augusta da Silva; Maria Cordelia Alves de Araujo; Maria Costa Mangabeira; Maria Eugenia de Oliveira Cavalcanti; Maria Feliciano dos Santos; Maria Hilda de Carvalho; Maria Jose Lima Alves; Maria Jose dos Santos Sousa; Maria Leocadia da Costa; Maria Lourilas Pereira Gaby; Maria das Dores de França Silva; Maria de Lourdes Alves da Silva; Maria de Lourdes Freire; Maria do Carmo Oliveira Ino; Maria do Socorro Rocha; Marinalva Alves da Silva; Morgana Bianca de Melo; Orlando Vieira Rodrigues; Quiteria Viana Balbino; Raimunda Nunes de Araujo; Roberia de Queiroz Leitao; Silvana Nogueira Paes Barreto; Tania Telma de Andrade Almeida.
Advogado constituído nos autos: não há.

020.291/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: município de Medeiros Neto/BA.
Responsáveis: Heron Amaral de Oliveira; José Lopes Pereira; município de Medeiros Neto/BA.
Interessado: Fundo Nacional de Saúde/MS.
Advogado constituído nos autos: Luiz Carlos Monfardine (OAB/BA 8591).

034.175/2013-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: município de Gravatal/SC.
Responsável: Célia Fernandes.
Interessado: Ministério da Integração Nacional (MI).
Advogado constituído nos autos: Micheli Amaral (OAB/SC 27159).

Em 19 de junho de 2015
PAULO MORUM XAVIER
Subsecretário

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

2ª CÂMARA

EXTRATO DE PAUTA (ORDINÁRIA)
Sessão prevista para 23/06/2015, às 16h

PROCESSOS RELACIONADOS

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

001.244/2011-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Fernando José de Araújo Lou; José Jacob Gomes Brandão
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mata Grande - AL
Advogado constituído nos autos: Larissa Albuquerque de Rezende Calheiros (OAB/AL n.º 10.790), André Paes Cerqueira de França (OAB/AL 9.460)

007.961/2015-4
Natureza: Representação
Representante: Jorge Irajá Louro Sodré - Procuradoria da República no Município de Canoas/RS - Ministério Público Federal
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Sapucaia do Sul - RS
Advogado constituído nos autos: não há.

010.465/2015-4
Natureza: Atos de Admissão
Interessado: Thiago Pereira de Oliveira
Órgão/Entidade: Ministério da Fazenda.
Advogado constituído nos autos: não há.

010.518/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Francielle de Morais Franco Nunes Ferreira; Gabriel Goncalves dos Reis; Gabriela Carvalho Silva; Gabriela Proenca Marques; Gustavo Comissario Santos; Heitor Thury Barreiros Barbosa; Heloisa Elizabeth Aparecida de Oliveira Andrade; Hugo Andrade Lima; Jacqueline Cavalcanti Lima; Jailson Barros; Jessica Lustri Sanches; Joao Carlos Maia; Larissa Nascimento Luz; Leandro Tunes Ferreira; Leomar de Brito; Lincoln Neves Netto; Livia Santana Malheiros; Ludmilla Cristina da Silva Santos; Mailson Lima Teixeira; Marielle Vargas Simm
Órgão/Entidade: Banco do Brasil S.A.
Advogado constituído nos autos: não há.

010.532/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Mabel Silvestrin Pantoja; Marcelo Henrique Petrone Rodrigues; Marcia Xavier de Faria; Mariana Machado Rama; Osnei Andre de Paula; Taynara de Freitas Nogueira Silveira; Viviane Alves de Oliveira
Órgão/Entidade: Caixa Econômica Federal
Advogado constituído nos autos: não há.

010.550/2015-1
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Helder Ferreira Pinto Santos; Marcelo Bosignoli; Marcelo Pasqualotto; Marcio Mota Fernandes Hissa; Renato Resende Riquette; Steve Foerster da Silva
Órgão/Entidade: Secretaria da Receita Federal do Brasil
Advogado constituído nos autos: não há.

022.219/2012-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsáveis: Francisco Riboli Paes; Maria Amélia Longhi Jodar; Prefeitura Municipal de Panorama - SP
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Panorama - SP
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro VITAL DO RÊGO

000.361/2014-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Giordana Bruno Leite de Oliveira; Mabel Bomfim Loureiro; Águas Vivas: Homem - Meio Ambiente - Vida.
Órgão/Entidade: Entidades/Órgãos do Governo do Estado de Alagoas.
Advogado constituído nos autos: não há.

005.340/2015-2
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Heli Gonçalves dos Santos Nascimento; Joao Brandao Tinoco; Jorge Serejo da Cunha; José Santos de Souza; Julia Maria Anastácio; Lidia Gabriel; Léa Xavier de Oliveira; Lêda Azevedo de Andrade; Marinalva Calixto; Miguel Tulio; Mirian Lopes Gonzalez; Nadea Moreira; Raimundo Alberto de Oliveira Monteiro; Suzana Bernardes.
Órgão: Gerência Executiva do INSS no Rio de Janeiro - Centro.
Advogado constituído nos autos: não há.

005.998/2012-3
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: João Bosco Crema Júnior e José Fernando Marques de Freitas Filho.
Entidade: Fundação Universidade de Brasília.
Advogado constituído nos autos: não há.

006.752/2013-6
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Recorrente: Leila Conceição da Silva Araújo.
Órgão: Secretaria de Políticas para as Mulheres.
Advogado constituído nos autos: Evandro Colasso Ferreira (OAB/SP 343.100).

007.932/2007-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Eduardo Tarcísio Brito Targino; Ivam Gouveia dos Santos; Luiz Roberto Ferreira de Araújo; Marcus Vinicius Miranda Pio da Silva; Paulo Roberto de Albuquerque Garcia Coelho; Paulo Sandoval Junior; Paulo de Tarso Lustosa da Costa; Sergio Luiz de Castro; Wagner de Barros Campos.
Entidade: Fundação Nacional de Saúde.
Advogado constituído nos autos: Walter Costa Porto (OAB/DF 6.098) e Paula Cardoso Pires (OAB/DF 23.668).

009.164/2015-4
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Anna Elisa Ferreira de Resende; Diego Alírio Oliveira Sabino; Fabiano Fernandes Luzes; Ivo Roberto Santarém Teles; Leonardo Tibo Barbosa Lima; Lilian Piovesan Ponssoni; Luiz Fernando Gonçalves; Marcelo Palma de Brito; Pedro Mallet Kneipp; Renata Maximiano de Oliveira Chaves.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região/MG.
Advogado constituído nos autos: não há.

009.669/2015-9
Natureza: Atos de Admissão.
Interessado: Estêvão de Figueiredo Cellin.
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 17ª Região/ES.
Advogado constituído nos autos: não há.

010.036/2015-6
Natureza: Representação.
Órgão: Ministério das Relações Exteriores (MRE).
Advogado constituído nos autos: não há.

010.093/2006-2
Natureza: Aposentadoria.
Responsável: Malvina Tânia Tuttman.
Entidade: Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.
Advogado constituído nos autos: não há.

010.471/2015-4
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Isabela de Paula Bonfim Oliveira; John Paul dos Santos Scott Hood; José Luis Duarte Silva Serzedelo de Almeida; Juliana Sales Neto; Julio Cesar Alves Mesquita da Silva; Keicy Sousa Cavalcante; Lais Raiane Miguel Amaral; Leandro Rodrigues Aguila; Leonardo Oliveira Araujo Crispim; Libna Andiara Pinto dos Santos; Ligia Mansur Paulino; Luciana Ponte Carvalho; Luciene Alves Rocha; Luiz Otavio Esteves de Camargos; Luiz Victor Tadeu Barbalho Padrao; Marcelo da Silva Castro; Marcio Costa Cavalcanti de Souza; Maria Aparecida Lagares; Mario Nicoletti de Moura; Michelle Carneiro da Silva.
Órgão: Ministério do Turismo.
Advogado constituído nos autos: não há.

010.699/2015-5
Natureza: Atos de Admissão.
Interessados: Alexandre Marques Borba; Ana Claudia de Melo Marques Luz; Ana Paula Santos Mendonça; Israel Almeida da Silva; João Monelli Neto; Mara Nakane Ribeiro; Marcio Antonio Gomes Reis Junior; Rafael Gonçalves do Lago Rocha; Silvia Constancio de Siqueira.
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região/SP.
Advogado constituído nos autos: não há.

011.195/2012-6
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Armando Jose Ribeiro Samico; Jose Julio Vilar Rodrigues; Marcelo Ataide Silva; Paulo Fernando Fragoso de Carvalho.
Entidade: Universidade Federal Rural de Pernambuco.
Advogado constituído nos autos: não há.

011.294/2012-4
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Danielle de Almeida Mota Soares; Gustavo de Andrade dos Santos; Lucas Silva Soares; Raissa Andrade de Oliveira.
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
Advogado constituído nos autos: não há.

011.325/2012-7
Natureza: Pensão Civil.
Interessado: Nicolas Nilton Querino Alves de Moraes.
Entidade: Universidade Federal da Bahia.
Advogado constituído nos autos: não há.

011.354/2012-7
Natureza: Pensão Civil.
Interessado: Janaíra Batista Lima dos Santos.
Entidade: Fundação Universidade do Tocantins.
Advogado constituído nos autos: não há.

012.291/2015-3
Natureza: Aposentadoria.
Interessados: Clarisse Nunes Maciel; Jorge Cidade Pires; Jose Fernando Soares de Carvalho.
Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região/RS.
Advogado constituído nos autos: não há.

016.710/2012-6
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Odenir Felix da Silva.
Entidade: Fundação Universidade Federal de Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

016.760/2012-3
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Maiza de Barros Lobo.
Entidade: Universidade Federal de Alagoas.
Advogado constituído nos autos: não há.

017.041/2010-4
Natureza: Aposentadoria.
Interessado: Anelise Maria Hammes.
Entidade: Fundação Universidade Federal de Pelotas.
Advogado constituído nos autos: não há.

018.271/2007-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Interessada: Sulamy Venâncio de Vasconcelos.
Órgão: Fundação Nacional de Saúde.
Advogado constituído nos autos: Antônio Azevedo de Lira (OAB 5.474), Flávia Ramos de Carvalho (OAB 8.786).

019.737/2014-9
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2013.
Responsáveis: Aluísio Ladeira Azanha; Antonio Carlos Paiva Futuro; Carolina Schneider Comandulli; José Antônio de Sá; Marco Aurelio Ferreira Peres; Maria Augusta Boulitreau Assirati; Maria Janete Albuquerque de Carvalho; Marta Maria do Amaral Azevedo; Thaís Dias Gonçalves.
Entidade: Fundação Nacional do Índio.
Advogado constituído nos autos: não há.

019.885/2014-8
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2013.
Responsáveis: Carlos Alberto dos Santos; Erivelton Leão de Oliveira.
Órgão: Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Espírito Santo.
Advogado constituído nos autos: não há.

021.082/2013-8
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2012.
Responsáveis: Adalberto de Souza Arruda; Adriana Felix de Oliveira; Adriano Leite Moraes; Adriano Severino de Santana; Albany Morais da Silva; Aléssio Trindade de Barros; Ana Carolina Peixoto Medeiros; Ana Patrícia Siqueira Tavares Falcão; Andre Menezes da Silva; Anália Keila Rodrigues Ribeiro; Arioneide Belém da Silva; Carlos Alberto Brasiliano Campos; Carlos Gomes Araújo; Carlos Henrique Valério Praeiro; Cintia Valéria Batista Pereira; Clayson Pereira da Silva; Clecio Gomes dos Santos; Cleilton Pereira da Silva; Cleiton Mariano da Silva; Cláudia Aparecida Leite Orvain; Cláudia Silva Santos; Cristiane Maria Pereira Conde; Daniel Costa Assunção; Daricson Caldas de Araújo; Demichaelmax Sales de Melo; Denildo Pereira de Lima; Denison Santana Bezerra; Diego Henrique Paixão de Oliveira; Edilene Rocha Guimarães; Edilson José Torres; Edlamar Oliveira dos Santos; Eduardo Oliveira Henriques de Araújo; Edísio Raimundo da Silva; Elna Maria de Barros Melo; Emely Albuquerque de Souza; Erick Viana da Silva; Erivan Rodrigues da Silva; Eva de Macedo Silva; Ezenildo Emanuel de Lima; Fernanda Maria Dornellas Camara; Flávia Paes de Lima; Gabriela Bras Cavalcante; George Alberto Gaudêncio de Melo; Geraldo Vieira da Costa; Gilane de Lima e Silva; Gilberto Neves de Oliveira; Heise Cristine dos Santos Aires; Igor Negromonte Marques; Iram Alves de Moura; Iran José Oliveira da Silva; Irani Maria da Silva; Jackson Nunes da Silva; Jessé Barbosa Lira; Jorge Nascimento de Carvalho; José Carlos de Sá Júnior; José Dijair Antonino de Souza; José Geraldo Souza Sa Barreto; João Batista de Oliveira Silva; Karoline Rodrigues Ferreira Lima; Kilma da Silva Lima; Leonardo de Araújo Silva; Limdeberg Rocha Freitas; Luciene Venancio da Silva; Lêda Cristina Correia da Silva; Magna do Carmo Silva Cruz; Manassés Freitas de Lira Silva; Marcelo Wanderley Dantas; Marcio Flavio Tenorio Costa; Marcos Antônio Maciel da Silva; Marcos Rogério da Costa Franca; Maria Jose Gonçalves de Melo; Maria José Amaral Morais; Maria Margarida de Oliveira; Maria Rosely de Oliveira Breckenfeld; Maria do Rosário de Fátima de Aguiar Sá Barreto dos Santos; Maria do Socorro Moreira de Azevedo; Marçal Sayão Maia; Meuse Nogueira de Oliveira Junior; Mirian Pereira Lima; Moacir Martins Machado; Monica Pimentel de Oliveira; Márcio Vilar França Lima; Mário Antônio Alves Monteiro; Nahor Gueiros Malta Junior; Paulo Henrique Marques de Queiroz Guedes; Paulo Roberto Batista da Rocha; Plinio Guimarães de Sousa; Rafaella Cristine da Silva Albuquerque; Rinaldo Malaquias Lima Filho; Rúbia Conceição Martins do Rêgo Barros; Sergio Paulo Correia D Oleron Barreto; Sérgio Roberto Assis dos Santos; Sóstenes do Nascimento Silva; Tarciza Tiburcio de Melo Leite; Tiago Edvaldo Santos Silva; Ubirajara Pereira da Silva; Valbérico de Albuquerque Cardoso; Velda Maria Amilton Martins; Vera Lúcia Amorim Jatobá; Veronica Cristina Gomes do Rego; Waldones Maximino Pessoa; Wamberto Raimundo da Silva Junior; Webster Silva Campelo; Weidson Luiz de Luna Macedo; Wellkens David da Silva Praxedes; Willyane Freire da Silva; Xenia Luna Alves de Souza; Xistofanes Pessoa de Luna; Ênio Camilo de Lima.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Órgão/Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco.
Advogado constituído nos autos: não há.

023.581/2010-7
Natureza: Pensão Civil.
Interessados: Bruna Raphaelly Magalhães da Cunha; Bruno Raphael Magalhães da Cunha; Geni Santina Moro; Lucia Acosta Zuccolo; Maria Luiza Galvão de Souza; Maria de Nazaré Magalhães da Cunha; Nalva Rodrigues de Brito.
Órgão: Ministério das Comunicações.
Advogado constituído nos autos: não há.

025.105/2013-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Achiles Igacihalaguti; José Alves Feitosa Oliveira; Ponte Souza Engenharia Ltda.
Órgão: Prefeitura Municipal de Inhangapi - PA.
Advogado constituído nos autos: Mailton Marcelo Silva Ferreira (OAB/PA 9.206).

025.851/2014-4
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2013.
Responsáveis: Ailton Lopes dos Santos Junior; Breno Antônio Sirugi Gasparoto; Juvenal Pereira da Silva; Mauro Sérgio Rodrigues Diogo,; Nilson Fernando Gomes Bezerra; Rui Ramos Ribeiro; Tânia Yoshida Oliveira; Zeneide Andrade de Alencar.
Órgão: Tribunal Regional Eleitoral do Mato Grosso.
Advogado constituído nos autos: não há.

032.159/2013-7
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Recorrente: Antônio Nunes Neto.
Órgão: Prefeitura Municipal de Água Nova - RN.
Advogado constituído nos autos: não há.

036.042/2012-9
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2011.
Responsáveis: Antonio Carlos Caruso Ronca.
Órgão: Conselho Nacional de Educação.
Advogado constituído nos autos: não há.

038.500/2012-4
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2011.
Responsáveis: Ana Dayse Rezende Dorea; Eurico de Barros Lôbo Filho; João Carlos Cordeiro Barbirato.
Entidade: Universidade Federal de Alagoas.
Advogado constituído nos autos: não há.

038.715/2012-0
Natureza: Representação.
Representante: Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro (PRRJ/MPF).
Entidade: Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ/MEC).
Advogado constituído nos autos: não há.

043.785/2012-3
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2011.
Responsáveis: Albaneide Maria Lima Peixinho Campos; Andre Luiz de Figueiredo Lazaro; Antonio Correa Neto; Carlos Augusto Abicalil; Carlos Eduardo Bielschowsky; Claudia Pereira Dutra; Daniel Silva Balaban; Eliezer Moreira Pacheco; Fernando Haddad; Garibaldi Jose Cordeiro de Albuquerque; Gina Claudia Loubach; Joaquim José Soares Neto; José Carlos Wanderley Dias de Freitas; José Henrique Paim Fernandes; Leopoldo Jorge Alves Junior; Luiz Fernando Massonetto; Malvina Tania Tuttman; Maria do Pilar Lacerda Almeida e Silva; Marly Librelon Pires; Neuza Helena Portugal dos Santos; Rafael Pereira Torino; Renilda Peres de Lima.
Entidade: Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

001.152/2015-7
Natureza: Representação
Representante: Francisco Raimundo Santiago Bessa, Prefeito.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Quixeré/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

001.954/2015-6
Natureza: Representação
Representante: Francisco Evanildo Simão da Silva, Prefeito.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Mauriti/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

007.520/2015-8
Natureza: Tomada de Contas Especial
Responsável: Maria Neide de Macêdo Soares.
Órgão/Entidade: Prefeitura Municipal de Padre Marcos/PI.
Advogado constituído nos autos: não há.

007.522/2013-4
Natureza: Pensão Civil
Interessados: Eunice dos Santos Muniz; Samuel Muniz.
Órgão/Entidade: Primeira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

008.385/2010-6
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Edna Francisca Sapona da Silva.
Órgão/Entidade: Terceira Região Militar - MD/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

009.865/2007-7
Natureza: Reforma
Interessados: Jorge Rodrigues de Vargas; Miguel Hermeto Dias; Rivaldo Canuto de Morais.
Órgão/Entidade: Serviço de Inativos e Pensionistas da Marinha - MD/CM.
Advogado constituído nos autos: não há.

010.768/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Cinara Marques Silva Santos; Claudia Maria Lopes Valentim Taniguchi; Eli Siqueira Alves; Emilson Ferreira Fonseca; Paulo Eduardo Rocha Pinto; Pedro Henrique Benite; Pedro Ivo Queiroz Mariz; Rayahn Weizmann Suaid Levyski.
Órgão/Entidade: Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCT.
Advogado constituído nos autos: não há.

027.093/2014-0
Natureza: Representação
Representante: Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip).
Órgão/Entidade: Agência Nacional de Águas - ANA.
Advogado constituído nos autos: não há.

028.151/2013-5
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2012
Responsáveis: Ágide Menegueti; Ronei Volpi; Carlos Augusto Cavalcanti Albuquerque; Denize L. B. Souza; Osvaldo de Bassi; Rosanne Curi Zaratini; Wilson Thiesen; Ademir Mueller; Darci Piana; João Luiz Rodrigues Biscaia; Ari Faria Bittencourt; Nelson Costa; Marcos Junior Brambilla.
Órgão/Entidade: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - Administração Regional no Estado do Paraná - Senar/PR.
Advogado constituído nos autos: não há.

033.327/2013-0
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2012
Responsáveis: Adelmo Gomes dos Passos Miranda; Giovan Nardelli; Marlon Silva de Oliveira; Ned Massironi Carus; Roberto Caponi Garcia; Rodrigo Minotto; Sergio Franco Flores.
Órgão/Entidade: Superintendência Regional do Trabalho e Emprego no Estado de Santa Catarina - SRTE/SC.
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

008.959/2015-3
Natureza: Representação
Interessada: Centauro Comércio de Equipamentos de Segurança Ltda..
Órgão/Entidade: Comando Logístico do Exército (Colog).
Advogados constituídos nos autos: Emiliano Alves Aguiar (OAB/DF 24.628) e Alberto Pavie Ribeiro (OAB/DF 7.077).

009.577/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Daniel Teles Lopes de Sousa; Daniel Vieira Pereira Borges; Daniela Francisco; Daniela Medeiros Martins; Daniela Nogueira Borges; Daniella da Silva Ferreira; Danielle Bezerra Sá; Danielle Borges de Lemos Vieira; Danilo Montalvão Lima e Danyele Silva Borgmann.
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
Advogado constituído nos autos: não há.

009.580/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Eduardo Barile Ferreira; Eduardo Luiz de Sousa Soares; Edvar Rodrigues de Oliveira; Elinton Mengarda; Elisete Jardim da Costa; Ellen Roseane Pozzebom; Emanuelle Araujo Guedes; Erick Martuscelli de Almeida; Euclides Ferreira de Albuquerque e Evandro Costa de Oliveira.
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
Advogado constituído nos autos: não há.

009.587/2015-2
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Helton Alexandre Pereira Alencar; Henoch Alves de Brito Neto; Henrique Breda Arakawa; Henrique Jose Blaszczak; Henrique Marques de Oliveira; Henrique Peron; Herminio Carlos Tortelly Colunga; Hudson Ramon Vieira da Silva Oliveira; Hugo Ferreira Netto Loss e Hyuna Pereira Cumaru.
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
Advogado constituído nos autos: não há.

009.590/2015-3
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Jefferson Adilson Estevão; Jessyca Martins Matos; Jeter Isaac Araujo Pinto; Jezimiel Barbosa de Castro; João Carlos Oliveira Gonçalves; João Henrique Mesquita Coelho; Joao Paulo Mota Emiliano; Jonas da Silva; Jorge Alberto Santa Rosa Rodrigues e Jorge Clever Mota dos Santos.
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
Advogado constituído nos autos: não há.

009.597/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Marcelo Ventura de Melo; Marcia Helen Dias da Mota; Marcia Pollyane Costa de Sousa; Marcia Regina de Oliveira Preis; Marcio Alexandre Almeida Cruz; Marcio Henrique Ferreira da Silva; Marco Aurelio Lessa Villela; Marcos Antonio Paulino da Silva; Marcos Antonio Ribeiro dos Santos e Márcio Cantuária Nobre.
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
Advogado constituído nos autos: não há.

009.603/2015-8
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Odiron Jonio de Souza; Olivia Padilha Fonseca; Osni Junior dos Santos; Osnivan Ferreira Porto; Ozeilda Cardoso de Macedo; Pablo Crozetta Teixeira; Pamella Ingrid Ayres Ferraz; Patricia Andrade de Oliveira; Patricia Gomes de Lima e Patricia Targino de Souza Chaves.
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
Advogado constituído nos autos: não há.

009.606/2015-7
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Rafaela Mariana Kososki; Rafaelle Tieco Hayashi de Almeida; Raimundo Soares de Carvalho Júnior; Raphael Oliveira de Mello; Raphael Souza de Melo; Raquel Caroline Alves Lacerda; Raquel Pinhao da Silveira; Raquel Valente Villar; Rayra Neves Euzebio e Rebeka Passos Rezende Lucena.
Órgão/Entidade: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).
Advogado constituído nos autos: não há.

009.908/2015-3
Natureza: Pensão Militar
Interessadas: Ana Maria Caldas Rossi; Ana Paula Pujol Luz; Clea Nonato Batista; Cristina de Santis de Caldas; Ivani Barreto de Oliveira Medeiros; Ivete Oliveira Campos; Izabel Nonato Costa; Jupira de Oliveira Fernandes; Leia Nonato de Barros; Maria Nasare Bento da Costa; Maria Nonato Canevello; Marlene de Souza Taguatinga Antaki; Marlove Taguatinga Carneiro Silva; Marly de Souza Taguatinga; Martinha Nonato Nunes; Monica de Caldas Coelho Martins; Neyde Monteiro de Souza; Rose Mary Araujo Bahia e Veronica de Santis de Caldas.
Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).
Advogado constituído nos autos: não há.

010.585/2015-0
Natureza: Atos de Admissão
Interessados: Gustavo Figueiredo Carneiro e Márcia Cristina Ramos Colares.
Órgão/Entidade: Escola de Saúde do Exército (CE/MD).
Advogado constituído nos autos: não há.

011.647/2015-9
Natureza: Pensão Militar
Interessada: Margarida Joaquina do Nascimento.
Órgão/Entidade: Primeira Região Militar (CE/MD).
Advogado constituído nos autos: não há.

020.997/2013-2
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2012
Responsáveis: Ana Lúcia de Oliveira Costa; Antônio Carlos Marinho Bezerra; David Alves de Mello Júnior; Luiz Fernando Simões de Araújo; Rebeca Perales Rabello; Sílvia Emília Lauria Gonçalves e Valdenyra Farias Thomé.
Órgão/Entidade: Tribunal Regional do Trabalho da 11ª Região (TRT/AM e RR).
Advogado constituído nos autos: não há.

023.337/2013-3
Natureza: Representação
Interessados: Gilvaneide Sisnando de Oliveira, Antonio Arclébio Vieira Dias, Fabrício Sales Pereira, Francisco Eduardo Freire de Oliveira, José Wilson Vieira da Costa, Luiz Paulo Alencar Braulio e Vicente Brilhante Feitosa, Vereadores da Câmara Municipal de Santana do Cariri/CE.
Órgão/Entidade: Município de Santana do Cariri/CE.
Advogados constituídos nos autos: Alanna Castelo Branco Alencar (OAB/CE 6.854) e outros

024.353/2014-0
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM/CE).
Órgão/Entidade: Município de Orós/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

026.366/2014-2
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2013
Responsáveis: Alexandre Navarro Garcia; Alexandre Porto Gadelha; Angelo Fernando Padilha; Antonio Carlos Ayrosa Rosiere; Arquimedes Diogenes Ciloni; Arthur Pires Ramos; Carlos Augusto Simões Gonçalves Júnior; Cínthia de Fátima Rocha; Eduardo Eugenio Gouvea Vieira; Jaime Wallwitz Cardoso; Liberal Enio Zanelatto; Paulo Henrique de Assis Santana; Paulo Roberto Trindade Braga e Valdeir Cordeiro Azevedo.
Órgão/Entidade: Nuclebrás Equipamentos Pesados S.A. (Nuclep).
Advogado constituído nos autos: não há.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

032.484/2014-3
Natureza: Representação
Interessado: Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará (TCM/CE).
Órgão/Entidade: Município de Miraíma/CE.
Advogado constituído nos autos: não há.

PROCESSOS UNITÁRIOS

Ministro RAIMUNDO CARREIRO

000.366/2004-1
Natureza: Aposentadoria
Órgão/Entidade: Superintendência Estadual da Funasa No Estado do Maranhão
Interessados: João Batista Soares; Joao Jose Santos Souza; Tomaz de Aquino Tavares Silva
Advogado constituído nos autos: não há

018.734/2007-4
Natureza: Prestação de Contas - Exercício: 2006
Entidade: Companhia Energética do Piauí
Exercício: 2007
Responsáveis: André Luiz da Costa Santos; Aracilba Alves da Rocha; Enylson Flavio Martinez Camolesi; Gregório Adilson Paranguá da Paz; Jorge Targa Juni; Jose Ricardo Pinheiro de Abreu; José Benjamin Morais de Souza Carmo; José Ribamar Lobato Santana; José Salan Barbosa Melo; Luiz Carlos Coelho; Maria Clara Marra; Merlong Solano Nogueira; Rosana Rodrigues dos Santos.
Interessado: Companhia Energética do Piauí
Advogados constituídos nos autos: Amélia Lúcia Brandão Araújo (OAB/PI 6527)

024.554/2014-6
Natureza: Tomada de Contas Especial
Órgão/Entidade: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Responsáveis: Clemilce Sanfim Cardoso Affonso de Carvalho; Fundação Oscar Rudge
Interessado: Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial
Advogado constituído nos autos: Carlos Eduardo Souza da Luz, OAB/RJ 180.789.

027.954/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Ministério da Cultura .
Responsáveis: Bruno de Oliveira Moraes; Grêmio Recreativo Cultural Escola de Samba Mirim Estrelinha da Mocidade Independente de Padre Miguel; Maria das Graças de Carvalho; Noélia Fabião; Regina de Oliveira Moraes
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro VITAL DO RÊGO

002.387/2011-5
Natureza: Aposentadoria. (Monitoramento de Acórdão).
Entidade: Universidade Federal de Santa Catarina.
Interessado: Veronica Schmitt.
Advogado constituído nos autos: Guilherme Belém Querne (OAB/SC 12.605).

005.420/2009-1
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
Entidade: Município de Cansanção/BA.
Recorrentes: Construtora Lecabel Ltda.; RJ Construções Ltda. e José Djalma Gusmão Duarte Filho.
Advogado constituído nos autos: Matheus da Rocha Pinto (OAB/BA 35.178).

005.998/2000-8
Natureza: Tomada de Contas Ordinária (exercício de 1999).
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região.
Responsáveis: Adão Alves dos Santos; Arnaldo Boson Paes; Durval Francisco Coelho Filho; Enedina Maria Gomes dos Santos; Fausto Lustosa Neto; Francisco Meton Marques de Lima; Ivan Selmo de Jesus Costa; José Rodrigues Ribeiro; Laércio Domiciano; Márcia Fernanda Leal Veloso; Reginaldo Vilar Fonteneli de Albuquerque; Ricardo Rafael Freitas Rego; Rita de Cassia de Castro Melo; Valter Albuquerque Braga; Vânia Maria de Carvalho Lima Gomes.
Advogado constituído nos autos: não há.

006.692/2013-3
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Itaituba/PA.
Responsável: Benigno Olazar Réges.
Advogado constituído nos autos: não há.

007.433/2013-1
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Unidade: Município de Santa Bárbara do Pará - PA.
Responsável: José Ismael Lima Rocha.
Advogado constituído nos autos: não há.

012.219/2011-8
Natureza: Pedido de reexame (Aposentadoria).
Órgão: Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região/PR.
Recorrente: Lucia Benedita Bontorin.
Advogado constituído nos autos: não há.

013.026/2005-5
Naturezas: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).
Órgão: Município de Oriximiná/PA.
Embargante: Luiz Gonzaga Viana Filho e Construtora Mello de Azevedo S/A.
Advogados constituídos nos autos: Gabriela Dellacasa Stuckert (OAB/DF 39.693), Walter Ramos da Costa Porto (OAB/DF 6.098), Elisângela Bentes Fernandes (OAB/PA 12.693), André de Almeida Rodrigues (OAB/SP 164.322-A).

013.360/2011-6
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
Entidade: Município de Jijoca de Jericoacoara - CE.
Recorrentes: Maria Irene do Nascimento; Raimundo Albuquerque de Souza; Araújo Marques Ferreira; EPB Projetos, Construções e Serviços Ltda.
Advogado constituído nos autos: Carlos Alberto Câmara Vasconcelos (OAB/CE 15.334), Murilo Gadelha Vieira Braga (OAB/CE 14.744) e João Henrique L.S. Pachêco Bezerra (OAB/CE 24.847).

013.411/2012-8
Natureza: Aposentadoria.
Entidade: Fundação Universidade Federal do Piauí.
Interessado: José Noronha Vieira.
Advogado constituído nos autos: não há.

018.467/2011-3
Natureza: Recurso de Reconsideração (Tomada de Contas Especial).
Entidade: Município de Lunardelli/PR.
Recorrente: Mário Masakazu Moribe.
Responsáveis: Mário Masakazu Moribe; Cléia Maria Trevisan Vedoin; Darci José Vedoin; e Klass Comércio e Representação Ltda.
Advogado constituído nos autos: Orlando Moisés Fischer Pessuti (OAB/PR 38.609), Ivo Marcelo Spinola da Rosa (OAB/MT 13.731).

022.447/2009-9
Natureza: Recurso de Reconsideração.
Entidade: Município de Icó - CE.
Responsáveis: Conter - Construções e Serviços Técnicos Ltda.; Ermilson Ferreira dos Santos; Francisco Leite Guimarães Nunes; José Erivan de Carvalho; Luiz Carlos Saraiva Guerra; e Narci de Melo.
Advogados constituídos nos autos: Joselena Dourado Araújo (OAB/CE 25.786) e Antônia Morgana Coelho Ferreira (OAB/CE 21.876).

022.581/2013-8
Natureza: Pedido de reexame (Aposentadoria).
Órgão: Tribunal Regional Federal da 5ª Região.
Recorrente: Daniel Araújo de Almeida.
Advogado constituído nos autos: Flávio Germano de Sena Teixeira (OAB/PE 12.401-D) e Juliana Duarte de Sena Teixeira (OAB/PE 35.731).

022.599/2009-0
Natureza: Embargos de Declaração (Tomada de Contas Especial).
Embargante: Força Sindical.
Advogado constituído nos autos: Thiago Groszewicz Brito (OAB/DF 31.762).

022.822/2009-1
Natureza: Pedido de reexame (Aposentadoria).
Órgão: Escola Agrotécnica Federal de Iguatu.
Interessado: Jose Farias de Araujo.
Advogado constituído nos autos: não há.

022.832/2009-8
Natureza: Pedido de reexame (Aposentadoria).
Entidade: Fundação Universidade Federal de Ouro Preto,
Interessados: Aldeci Silva; Jayme Mendes Pereira Pinto,
Advogado constituído nos autos: não há.

025.638/2010-6
Natureza: Pedido de reexame (Aposentadoria).
Entidade: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.
Recorrente: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia.
Interessado: Ainaldo Correia da Silva.
Advogado constituído nos autos: não há.

028.605/2012-8
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Colônia do Gurguéia - PI.
Responsável: Raimundo José Almeida de Araújo.
Advogado constituído nos autos: José Noberto Lopes Campelo (OAB/PI 2594) e Hellen Luiza Pinheiro Marques de Souza (OAB/PI 7902).

033.873/2011-9
Natureza: Pedido de reexame (Aposentadoria).
Órgão: Gerência Executiva do INSS - Piracicaba/SP - INSS/MPS.
Recorrente: Ruth Maria de Almeida.
Advogado constituído nos autos: não há.

Ministro-Substituto MARCOS BEMQUERER COSTA

012.030/2012-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsável: Jaldo de Souza Santos.
Entidade: Conselho Federal de Farmácia.
Advogados constituídos nos autos: Fillipe Guimarães de Araújo, OAB/DF 23.825; Gustavo Beraldo Fabricio, OAB/DF 10.568; Ivanilde Fabrette, OAB/DF 25.849.

016.854/2014-4
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Anacleto Julião de Paula Crespo, Pedro Ricardo da Silva, e Instituto de Apoio Técnico Especializado à Cidadania - Iatec.
Órgão: Ministério do Turismo.
Advogados constituídos nos autos: Ellen Christina Lima Soares Leão, OAB/PE n. 21.054 e Bruno Afonso Ribeiro do Valle Bezerra, OAB/PE n. 26.707,

018.536/2014-0
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsável: Dional Vieira de Sena.
Entidade: Município de Aurora do Tocantins/TO.
Unidade: Secretaria de Controle Externo em Roraima - Secex/TO.
Advogados constituídos nos autos: Valdinez Ferreira de Miranda - OAB/TO 500 e Fernando Araújo Luz - OAB/TO 6.439.

021.523/2013-4
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Responsáveis: Centro de Geração de Empregos, Erivaldo Saraiva Feitosa e Paulo Geraldo Xavier.
Entidade: Município de Ilha de Itamaracá/PE.
Advogados constituídos nos autos: Amaro Alves de Souza Netto, OAB/PE 26.082; Carlos Henrique Vieira de Andrada, OAB/PE 12.135; Edson Monteiro Vera Cruz Filho, OAB/PE 26.183; Eduardo Carneiro da Cunha Galindo, OAB/PE 27.761; Eduardo Diletiere Costa Campos Torres, OAB/PE 26.760; Márcio José Alves de Souza, OAB/PE 5.786 e Marco Antonio Frazão Negromonte, OAB/PE 33.196.

Ministro-Substituto ANDRÉ LUÍS DE CARVALHO

009.226/2012-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Lajedo do Tabocal/BA.
Responsável: Nilson Andrade Santos.
Advogados constituídos nos autos: Antônio Martins (OAB/BA 23.652) e outros

014.418/2014-2
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Município de Paramoti/CE.
Responsáveis: Marcos Aurélio Mariz Santos; Servis Construções Ltda. - Me
Advogado constituído nos autos: não há.

017.713/2013-7
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Município de Santa Isabel do Rio Negro/AM.
Responsável: Eliete da Cunha Beleza
Advogado constituído nos autos: não há.

020.303/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial
Entidade: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).
Responsável: Terezinha de Jesus Soares dos Santos
Advogado constituído nos autos: não há.

028.016/2014-9
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Associação Comunitária de Mimbó
Responsáveis: Associação Comunitária do Mimbó; João Santos da Silva.
Advogado constituído nos autos: não há.

029.759/2014-5
Natureza: Tomada de Contas Especial.
Entidade: Prefeitura Municipal de Pindoretama - CE.
Responsável: José Gonzaga Barbosa.
Advogado constituído nos autos: não há.

Em 19 de junho de 2015
ELENIR TEODORO GONCALVES DOS SANTOS
Subsecretária

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 54, DE 17 DE JUNHO DE 2015

Autoriza a descentralização externa de créditos orçamentários e repasse de recursos financeiros para o Ministério das Relações Exteriores.

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da competência que lhe é delegada pelo art. 1º, inciso I, alínea *"d"*, da Portaria-TCU nº 1, de 2 de janeiro de 2015, e considerando as informações constantes do processo nº TC -013.721/2015-1, resolve:

Art. 1º Fica autorizado, na forma do Anexo Único desta portaria, a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros, para o Ministério das Relações Exteriores - MRE, Unidade Orçamentária 35101, destinada à UG 240005, Gestão 00001, no valor estimado de

R$ 3.700,00 (três mil e setecentos reais), equivalentes à €1.000,00 (um mil euros), com a cotação do euro a R$ 3,70 (três reais e setenta centavos), referente ao dispêndio com a contratação do intérprete que atendeu o Ministro Augusto Nardes, durante missão oficial, em Roma, Itália, nos dias 30 e 31 de março de 2015.

Art. 2º Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e dos recursos financeiros repassados Ministério das Relações Exteriores - MRE não comprometidos até 31 de dezembro de 2015 deverão ser devolvidos ao Tribunal de Contas da União em data anterior àquela anualmente estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para encerramento do exercício financeiro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO CAIXETA

Poder Judiciário

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA
CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
CORREGEDORIA-GERAL
TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ACORDÃOS(*)

PROCESSO: 0502663-04.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: EDMILSON LUIS SINEZIO DA SILVA
PROC./ADV.: ALEXANDRE AUGUSTO FORCINITTI VALERA
OAB: SP-140741
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA RMI PELA APLICAÇÃO DO ÍNDICE DE 39,67% (VARIAÇÃO DO IRSM). RECONHECIMENTO DA DÍVIDA PELA LEI 10.999/2004. RENÚNCIA AO PRAZO DECADENCIAL. DECADÊNCIA AFASTADA. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1 .Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que, mantendo a sentença, declarou a decadência do direito à revisão de aposentadoria por invalidez decorrente de auxílio-doença.

2.O aresto combatido considerou que estava consumado o prazo decadencial para o exercício do direito à revisão de aposentadoria por invalidez, contado da data da concessão do auxílio-doença.

3.A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entenderam que o prazo decenal para a revisão de aposentadoria por invalidez conta-se data de concessão deste benefício, considerado autonomamente em relação ao auxílio-doença, do qual se originou.

4.Na decisão de admissibilidade, proferida pela Presidência desta TNU, apontou-se que "há a divergência suscitada", porquanto o acórdão recorrido e os paradigmas teriam tratado da questão de forma contrastante.

5.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

6.Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados.

7.Explico:

8.No acórdão recorrido, a Turma Recursal de origem, mantendo a sentença, declarou a decadência do direito à revisão de aposentadoria por invalidez decorrente de auxílio-doença, sob o seguinte fundamento:

"...

Como já transcorreram mais de 10 (dez) anos entre a data da cessação/indeferimento do benefício, o direito para a concessão do benefício encontra-se atingida pela decadência. Nesse mesmo sentido, posiciona-se a TNU através da Súmula nº 64, in verbis: 'O direito à revisão do ato de indeferimento de benefício previdenciário ou assistencial sujeita-se ao prazo decadencial de dez anos.'"

9.No caso paradigma (Processo nº 0059656-31.2007.4.03.6301, 3ª TR-SP, rel. Juiz Federal Danilo Almasi Vieira Santos, j. 14/05/2012), foi assentado que o prazo decadencial para a revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença inicia-se da concessão do benefício atual (aposentadoria) e não do originário (auxílio-doença).

1 0.Note-se que, não obstante a Turma Recursal não tenha expressamente se posicionado quanto ao tema específico da autonomia dos benefícios de auxílio-doença e a decorrente aposentadoria por invalidez, para fins de contagem do prazo decadencial, a matéria restou prequestionada nos embargos de declaração interpostos em face do acórdão, aplicando-se, na hipótese, a Questão de Ordem nº 36.

1 1.Portanto, há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/pedido de revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido contou-se a decadência da aposentadoria por invalidez; nos paradigmas entendeu-se do início do auxílio-doença.

1 2.Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação.

1 3.No entanto, em que pese a controvérsia ter repousado sobre o início da contagem do prazo decadencial para a revisão de aposentadoria por invalidez, mediante a revisão da RMI do auxílio-doença do qual se originou a aposentadoria, é forçoso aquilatar se, na hipótese, incide a decadência prevista no art. 103, caput, da Lei nº 8.213/91, cuja redação assim se encontra cristalizada:

Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

1 4.Na hipótese dos autos, a parte-autora requer a revisão da renda mensal inicial do seu auxílio-doença, com a atualização dos salários de contribuição do benefício originário anteriores a 01.03.1994 pela variação integral do IRSM do mês de fevereiro de 1994 (39,67%), com os consequentes reflexos em sua aposentadoria por invalidez.

1 5.No entanto, ao contrário do que entendeu a Turma Recursal de origem, não incide a decadência na hipótese em apreço. A Lei 10.999/2004 autorizou a revisão da RMI dos benefícios previdenciários concedidos com data de início posterior a fevereiro/94, recalculando-se o salário-de-benefício com a inclusão, na correção monetária dos salários-de-contribuição anteriores a março/94, do percentual de 39,67%, referente ao índice de Reajuste do Salário Mínimo - IRSM. Assim, em razão do reconhecimento legiferante do direito dos segurados à revisão postulada, a contagem do prazo decadencial passou a ter início a partir da data da entrada em vigor da Lei 10.999/2004 e, por conseguinte, não há que se falar em decadência na espécie.

1 6.A Medida Provisória 201, de 23.07.2004, posteriormente convertida na Lei 10.999/2004, estipulou a possibilidade de o segurado celebrar acordo, com renúncia a 20% (vinte por cento) dos valores a que tinham direito. Porém, para aqueles segurados que não celebraram acordo com alicerce na Lei 10.999/2004, não se pode considerar como marco inicial de contagem do prazo decadencial de 10 (dez) anos o primeiro dia do mês seguinte ao pagamento da primeira prestação do benefício previdenciário, como já chegou a se posicionar esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF 05197023920114058300 (Rel. Juiz Federal LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA, j. 10/09/2014, DJU 24/10/2014, pags. 126/240). Ao contrário. Ao reconhecer o direito à revisão e prevê o pagamento dos valores atrasados nas condições que especifica, para os benefícios concedidos após fevereiro/1994 e que tenham este mês incluído no Período Básico de Cálculo - PBC, a Lei 10.999/2004 provocou renúncia ao prazo decadencial com a sua simples entrada em vigor, devendo ser estabelecida a contagem de novo prazo decadencial para requerimento a partir deste marco temporal, e não quando se perfectibilizou o pagamento da primeira prestação do benefício. Dessa forma, ajuizada a presente ação antes do decurso do prazo decadencial (decenal), a contar de dezembro de 2004, não há que se cogitar de qualquer ocorrência do fenômeno da decadência.

1 7. Em conclusão, é o caso de se conhecer do incidente e, por conseguinte, dar-lhe parcial provimento, anulando o acórdão recorrido, para firmar a tese de que o início do prazo de decadência para revisar, com base no IRSM do mês de fevereiro de 1994 (39,67%), a RMI dos benefícios cujos segurados não fizeram acordo nos termos da Lei 10.999/2004, é a sua entrada em vigor em dezembro de 2004, afastando-se, no caso concreto, a ocorrência da decadência do direito à revisão pretendida do benefício previdenciário em apreço, para determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem no intuito de examinar as demais questões de mérito existentes na demanda.

ACORDAO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, por maioria, em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, e, por conseguinte, DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 07 de maio de 2015.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

(*) Republicado por ter sido tornado sem efeito a publicação do dia 22/05/2015.

PROCESSO: 0012791-68.2008.4.03.6315
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): VINICIUS LOQUE SOBREIRA
PROC./ADV.: LÁZARO PAULO ESCANHOELA JÚNIOR
OAB: SP-65128
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ADMINISTRATIVO. PROGRESSÃO FUNCIONAL. JUROS E CORREÇÃO MONETÁRIA. ART. 1º-F DA LEI Nº 9.494/1997. CONTRADIÇÃO. NÃO DEMONSTRAÇÃO. REJEIÇÃO.

I)Estes embargos de declaração trazem como motivação, em resumo, a ocorrência de contradição no julgado, versando a incidência de juros e correção monetária a partir do art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, ao argumento de que, embora o PEDILEF não tenha sido conhecido, com base na Questão de Ordem nº 13 da Turma Nacional de Uniformização, o acórdão embargado fez referência a julgado que se coaduna com a tese defendida pela União/embargante.

II) Não foram apresentadas contrarrazões, conforme certificado pela Secretaria.

Passo ao voto.

III) Oportuno reproduzir as razões de decidir do acórdão embargado, in verbis:

"(...) 7. Relativamente ao segundo ponto tratado no PU (juros de mora frente à regra do art. 1º-F da Lei nº 9.494/1997, com redação da Lei nº 11.960/2009), a UNIÃO aduz que o entendimento adotado pela Turma Recursal de origem destoa da jurisprudência da 1ª Turma Recursal do Distrito Federal, da 1ª Turma Recursal de Goiás e do Superior Tribunal de Justiça.

8. Com efeito, esta não é a conclusão que se chega a partir do entendimento exposto nos embargos de declaração que se seguiu ao acórdão recorrido. Assim se apresenta, porquanto o julgamento desses embargos ocorreu em 22/11/2010, na vigência da Resolução-CJF nº 561, de 02/07/2007, considerando que a Resolução-CJF nº 134 foi editada em 21/12/2010. Nesse passo, o que se percebe é que o julgado objurgado, na medida em que aplicou o regramento que informa o Manual de Cálculo da Justiça Federal - sobretudo nesse momento de discussão em função da pendência da modulação de efeitos pelo Supremo Tribunal Federal em virtude das ADIs 4425 e 4357 - é o que melhor equaciona a controvérsia. Nesse sentido, mutatis mutandis, decidiu a TNU no PEDILEF a seguir reproduzido:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. ADMINISTRATIVO. PENSIONISTA MILITAR MENOR IMPÚBERE. DIFERENCAS DEVIDAS DA DIFERENCA 28,86%. JUROS MORA. CAPITALIZAÇÃO SIMPLES. INCIDENTE PROVIDO. 1. A União interpõe o presente incidente de uniformização a fim de reverter o acórdão proferido pela Turma Recursal de Santa Catarina que, reformando parcialmente a sentença de procedência, corrigiu o erro de cálculo e determinou a incidência de juros de mora capitalizada de forma composta. 2. Incidente de uniformização de jurisprudência manejado pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. 3. O Incidente é tempestivo e merece ser conhecido. 4. A divergência configura-se numa análise comparativa entre o que foi decidido na instância de origem e os acórdãos paradigmas transcritos no Incidente interposto perante essa Turma Nacional. 5. Do cotejo analítico entre o acórdão aventado e o paradigma da 5ª. Turma Recursal de São Paulo vislumbro a necessária similitude fático-jurídica. 6. Com razão a Recorrente. A questão relativa à correção monetária e juros moratórios merece ser explicada. Ainda não houve o final do julgamento das ADIs 4357 e 4425, restando a discussão a respeito dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade (ex nunc ou ex tunc) no que concerne aos parcelamentos dos precatórios (EC 62/09) e a extensão dos efeitos da declaração de inconstitucionalidade por arrastamento do art. 5º da Lei 11.960/2009. 7. Segundo constou do Informativo 498 do STF, aquela Corte Constitucional assim se manifestou: "Em conclusão, o Plenário, por maioria, julgou parcialmente procedente pedido formulado em ações diretas, propostas pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil e pela Confederação Nacional das Indústrias - CNI, para declarar a inconstitucionalidade: a) da expressão "na data de expedição do precatório", contida no § 2º do art. 100 da CF; b) dos §§ 9º e 10 do art. 100 da CF; c) da expressão "índice oficial de remuneração básica da caderneta de poupança", constante do § 12 do art. 100 da CF, do inciso II do § 1º e do § 16, ambos do art. 97 do ADCT; d) do fraseado "independentemente de sua natureza", inserido no § 12 do art. 100 da CF, para que aos precatórios de natureza tributária se apliquem os mesmos juros de mora incidentes sobre o crédito tributário; e) por arrastamento, do art. 5º da Lei 11.960/2009; e f) do § 15 do art. 100 da CF e de todo o art. 97 do ADCT (especificamente o caput e os §§ 1º,2º, 4º, 6º, 8º, 9º, 14

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

e 15, sendo os demais por arrastamento ou reverberação normativa) - v. Informativos 631, 643 e 697".(grifei) 7. Numa primeira leitura, colhe-se da conclusão do julgamento publicado no Informativo do STF, que todo o art. 5º da Lei 11.960/09, que deu nova redação ao art. 1º-F da Lei 9.494/97 foi declarado inconstitucional. Diante disso, presumiu-se que afastamento da aplicação da regra acima em sua totalidade, com a desconsideração de todo o art. 5º da Lei 11.960/09, de modo que as condenações à Fazenda Pública retornariam à sistemática anterior, como se a norma não tivesse existido. 8, Esta foi a conclusão que se chegou a TNU no julgamento do Pedilef 0003060-22.2006.4.03.6314, "7. Em razão da declaração de inconstitucionalidade do art. 1º- F, decisão de efeitos erga omnes e eficácia vinculante, considero não ser mais possível continuar aplicando os índices previstos na Lei. 11.960/2009, razão pela qual proponho o cancelamento da Sumula TNU n. 61 e, consequentemente, o restabelecimento da sistemática vigente anteriormente ao advento da Lei 11.960/2009, no que concerne a juros e correção monetária, qual seja, juros de 1% (um por cento) ao mês e atualização monetária, pelo INPC.(Rel. João Batista Lazzari, sessão de 9.10.2013). 9. Ocorre que da decisão proferida no processo Pedilef 0003060-22.2006.4.03.6314 houve interposição de Reclamação formulada perante o STF de descumprimento da decisão antes de ser proclamados os efeitos do julgamento da declaração de inconstitucionalidade, o julgamento está suspenso. 10. Por sua vez, mais recentemente, o STJ (Primeira Seção), em julgamento de REsp pela sistemática do art. 543-C do CPC, interpretou a decisão do STF e entendeu que apenas em parte a norma acima foi declarada inconstitucional. No voto, o eminente Ministro Castro Meira, que foi acompanhado à unanimidade pelos demais Ministros componentes, foi conclusivo no sentido de que apenas a questão da correção monetária é que foi considerada inconstitucional, permanecendo válidas as disposições relativas aos juros de mora, de forma que a Lei 11.960/09 continua aplicável neste aspecto. 11. Aplicando o mesmo entendimento, a Comissão de Cálculos do Conselho da Justiça Federal aplicou o mesmo entendimento do STJ ao dispositivo. Desse modo, seguindo a orientação da Primeira Seção do STJ e do CJF, determino que o cálculo de liquidação seja realizado seguindo as determinações da Resolução CJF n. 267, a qual alterou o Manual de Orientação de Procedimento para os Cálculos na Justiça Federal, capitalizando os juros de mora, para o caso concreto, de forma simples. 12. Pedido de Incidente de Uniformização provido.

(PEDILEF 50047098620114047201, Juíza Federal MARISA CLÁUDIA GONÇALVES CUCIO, TNU, DOU 27/06/2014 PÁG. 23/71.)

9. Portanto, o quadro eleva a incidência da Questão de Ordem nº 13 desta TNU: Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

IV) Efetivamente, não se cuida de contradição baseada na alegada identidade de entendimento entre o precedente realçado e a postulação uniformizadora da União, o que se percebe é a utilização do acórdão da TNU para demonstrar que a situação fático-jurídica trazida pela embargante não se coaduna com o precedente do Colegiado Nacional, tendo em vista o regramento observado no julgado de origem, conforme explicitado no item "8" acima transcrito.

V) Portanto, não há contradição no acórdão.

VI)Nesse passo, o pleito da embargante desatende à regra do art. 35 do Regimento Interno da TNU, que assim disciplina o manejo do recurso em tela:

Art. 35. Cabem embargos de declaração, no prazo de cinco dias, a contar da publicação da decisão, em petição dirigida ao relator, na qual será indicado o ponto

obscuro, contraditório ou omisso cuja declaração se imponha.

§ 1º Os embargos de declaração terão como relator o juiz que redigiu o acórdão embargado.

§ 2º Ausente ou afastado o relator do acórdão embargado, o processo será encaminhado ao seu substituto.

§ 3º O relator apresentará os embargos em mesa para julgamento na primeira sessão subseqüente, proferindo voto.

§ 4º Se os embargos forem manifestamente incabíveis, o relator os rejeitará de plano.

§ 5º Se houver possibilidade de emprestar efeito modificativo à súmula aprovada, os embargos de declaração serão incluídos em pauta. (Grifo do relator)

VII) Nessas condições, voto para rejeitar os embargos de declaração.

ACORDAO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais no sentido de rejeitar os embargos de declaração, conforme o voto do Juiz Federal Relator.

Brasília, 07 de maio de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0004545-69.2006.4.03.6310
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: EDNA CORREA DA SILVA BERTO
PROC./ADV.: MAURICIO HENRIQUE DA SILVA FALCO
OAB: SP-145862
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMA. AUSÊNCIA DE SEMELHANÇA FÁTICA E JURÍCA. QUESTÃO DE ORDEM Nº 22 DA TNU. CONTRADIÇÃO. INEXISTÊNCIA. REJEIÇÃO.

1 .A causa de pedir destes embargos de declaração decorre do não conhecimento de PEDILEF, em virtude da não demonstração de semelhança entre os julgados apresentados para cotejo, na forma da Questão de Ordem nº 22 da TNU.

2. A embargante ancora sua irresignação em diversos arestos colacionados, aí incluídos julgados do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça para assim concluir pela ocorrência de contradição, de modo a viabilizar o conhecimento do PU, bem como alcançar a reforma do julgado deste Colegiado Nacional.

3.Não foram apresentadas contrarrazões, conforme certificado pela Secretaria.

Passo ao voto.

4.Consoante os itens "5" e "6" do voto embargado, as premissas fática e jurídica do dissenso não guardam identidade, confira-se seu texto a partir da análise dos acórdãos contrapostos, in verbis:

"(...) 5. Presta-se à avaliação do mérito recursal o acórdão proferido no processo de nº 0004545-69.2006.4.03.6310/PR, relator Juiz Federal JOSÉ ANTÔNIO SAVARIS, julgado em 02.06.2010, com a seguinte ementa:

PROGRESSÃO FUNCIONAL. PORTARIA EDITADA EM FACE DE MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO. AÇÃO INDIVIDUAL DE COBRANÇA DOS ATRASADOS. NECESSIDADE DE TRÂNSITO EM JULGADO. PRESTAÇÃO PECUNIÁRIA. ARTIGO 100 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. PAGAMENTO DE DIFERENÇAS DE CORREÇÃO MONETÁRIA DOS VALORES PAGOS ADMINISTRATIVAMENTE.

1 . O pedido de condenação União nas diferenças remuneratórias não quitadas na esfera administrativa decorrentes de direito à progressão funcional reconhecido por mandado de segurança coletivo depende do resultado final do writ. O trânsito em julgado no mandado de segurança coletivo é verdadeiro pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo.

2. A interpretação sistemática do ordenamento jurídico leva à conclusão inequívoca de que a ausência de trânsito em julgado do mandado de segurança apresenta-se como obstáculo a ser transposto para o ajuizamento da ação de cobrança que lhe segue, conforme vem decidindo reiteradamente o Supremo Tribunal Federal, não sendo aplicável, refere à reparação pecuniária (obrigação de pagar), a regra prevista no artigo 14, §3º, da Lei 12.016/2009.

4. Extinção do feito sem resolução de mérito em relação ao pedido de condenação da União ao pagamento das diferenças remuneratórias não quitadas administrativamente, em razão da falta de pressuposto de constituição e desenvolvimento válido e regular do processo (trânsito em julgado da sentença proferida no mandado de segurança).

5. Conforme jurisprudência do STJ, "o prazo prescricional para o ajuizamento de demanda que pretende cobrar correção monetária e juros de mora sobre os valores pagos administrativamente tem como termo inicial o cumprimento da obrigação pela União". (AgRg no REsp 1117875/RJ, DJe 12/04/2010).

6. Incide correção monetária sobre os valores pagos com atraso, na via administrativa, a título de vencimento, remuneração, provento, soldo, pensão ou benefício previdenciário, face à sua natureza alimentar. Súmula 9 do TRF/4. Precedentes do STF (AO 152) e do STJ (REsp 438472/RS) .

5.Pois bem. Não se extrai similitude fático-jurídica entre os julgados cotejados. Porquanto a prescrição combatida teve seu marco temporal iniciado ao ensejo do primeiro pagamento referente à aposentadoria; e não do trânsito em julgado do mandando de segurança que a originou, posição defendida pela recorrente. Já o paradigma aborda situação diversa, trata de diferenças remuneratórias não quitadas na esfera administrativa decorrentes de direito à progressão funcional reconhecidas em mandado de segurança, além de, juridicamente, ser referente à discussão de correção monetária e juros. Vale dizer seu foco foi especificamente os consectários do direito então reconhecido. Portanto, são situações inteiramente diferentes."

6.Ressalte-se, não se desconsidera a autoridade dos julgados colacionados desta feita, ocorre que eles, tal como posta a questão no PEDILEF, não servem para reabrir discussão regularmente analisada e decidida pela TNU.

7. Portanto, não há contradição no acórdão embargado.

8.Nesse passo, o pleito da embargante desatende à regra do art. 35 do Regimento Interno da TNU, que assim disciplina o manejo do recurso em tela:

Art. 35. Cabem embargos de declaração, no prazo de cinco dias, a contar da publicação da decisão, em petição dirigida ao relator, na qual será indicado o ponto

obscuro, contraditório ou omisso cuja declaração se imponha.

§ 1º Os embargos de declaração terão como relator o juiz que redigiu o acórdão embargado.

§ 2º Ausente ou afastado o relator do acórdão embargado, o processo será encaminhado ao seu substituto.

§ 3º O relator apresentará os embargos em mesa para julgamento na primeira sessão subseqüente, proferindo voto.

§ 4º Se os embargos forem manifestamente incabíveis, o relator os rejeitará de plano.

§ 5º Se houver possibilidade de emprestar efeito modificativo à súmula aprovada, os embargos de declaração serão incluídos em pauta. (Grifo do relator)

9. Nessas condições, voto para rejeitar os embargos de declaração.

ACORDAO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais no sentido de rejeitar os embargos de declaração, conforme o voto do Juiz Federal Relator.

Brasília, 07 de maio de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504196-68.2012.4.05.8500
ORIGEM: SE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SERGIPE
REQUERENTE: EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
PROC./ADV.: MÁRIO MÁRCIO DE SOUZA MAZZONI
OAB: SE 354-B
REQUERIDO(A): GILBERTO MELO LEITE
PROC./ADV.: JOSÉ GOMES NETO
OAB: SE-1361
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ECT. DANOS MORAL E MATERIAL. QUESTÕES DE ORDEM Nºs 13 E 22 DA TNU. CONTRADIÇÃO. ERRO MATERIAL. PROVIMENTO.

1 .A causa de pedir destes embargos de declaração decorre do não conhecimento de PEDILEF versando condenação a título de danos moral e material, na forma das Questões de Ordem nºs 13 e 22 da TNU.

2. A embargante sustenta a ocorrência de contradição entre o voto e o acórdão, porquanto deste consta o parcial provimento do pedido de uniformização, diferentemente do que foi efetivamente julgado.

3.Não foram apresentadas contrarrazões, conforme certificado pela Secretaria.

Passo ao voto.

4.De fato, embora a certificação da Secretaria da TNU retrate o não conhecimento do incidente de uniformização nacional, há divergência configuradora de contradição entre o voto e o acórdão, em virtude de erro material, vez que este faz alusão a provimento parcial do PU.

5. Nessas condições, voto para dar provimento aos embargos de declaração, n sentido de fazer consignar no acórdão o resultado coincidente com a certificação, isto é: não conhecimento do incidente de uniformização.

ACORDAO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais dar provimento aos embargos de declaração, conforme o voto do Juiz Federal Relator.

Brasília, 07 de maio de 2015.

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5063125-25.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ANITA DA SILVA AMADOR
PROC./ADV.: GUSTAVO FONSECA DUTRA
OAB: RS-066360
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BOAVENTURA JOÃO ANDRADE

DECISÃO

1 .A União ressalta a ocorrência do trânsito em julgado da matéria atinente à proporcionalidade do pagamento da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST, e requer o encaminhamento do processo ao Juízo de origem para a adaptação do julgado ao entendimento sufragado pela TNU.

2.Ocorre que essa providência acha-se contemplada no item "4" da decisão referida na petição da recorrente, conforme a seguir transcrito:

"1. O INSS busca a reforma de acórdão da 5ª Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul, cuja discussão é a paridade de remuneração entre servidor público federal inativo e ativo, envolvendo a percepção da Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST, tendo como núcleo da controvérsia a proporcionalidade dos proventos no cálculo da vantagem funcional. 2. A matéria foi recentemente apreciada e decidida por este Colegiado Nacional, na sessão de 11.02.2015, v.g., no PEDILEF 5056174-15.2012.4.04.7100, relator Juiz Federal BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ. 3. O julgamento pende de transitar em julgado. Sendo assim, tem lugar a regra do inciso VIII do art. 8º do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização - TNU. 4. Portanto, devolva-se o feito à Turma Recursal de origem para a retenção do feito e posterior confirmação ou adaptação do julgado."

1 0. Sendo assim, desacolho o pleito.

1 1. Intime-se e diligencie-se, conforme a decisão anterior.

Brasília, 07 de maio de 2015

BOAVENTURA JOÃO ANDRADE
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5016296-59.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOSÉ GENTIL DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CÁTIA SIMONE ARTEIRO
OAB: RS-72 793
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE. ACORDAO RECONHECEU A EXISTÊNCIA DE INCAPACIDADE PREEXISTENTE À REFILIAÇÃO DA SEGURADA INSTITUIDORA DO BENEFÍCIO COM BASE NA EXISTÊNCIA DE COISA JULGADA SOBRE A CONTROVÉRSIA. FUNDAMENTO NÃO ATACADO NO INCIDENTE. LIMITES DA COISA JULGADA. MATÉRIA PROCESSUAL. SÚMULA Nº 43. DISCUSSÃO SOBRE O AGRAVAMENTO/PROGRESSÃO OU NÃO DA DOENÇA E DATA DE INÍCIO DA INCAPACIDADE. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA Nº 42. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1 . Prolatado acórdão pela Terceira Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual reformou a sentença que julgou procedente o pedido de concessão de pensão por morte formulado pelo autor. De acordo com o Colegiado, a incapacidade laboral da falecida instituidora do benefício é anterior ao reingresso no RGPS.

2. Interposto incidente de uniformização pelo autor, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega o recorrente que o acórdão recorrido diverge do entendimento do C. STJ, segundo o qual é devido o benefício em caso de doença preexistente à (re)filiação ao RGPS quando a incapacidade sobrevier por motivo de progressão ou agravamento da mesma.

3. Incidente não admitido na origem, sendo os autos encaminhados à TNU após agravo, e distribuídos a este Relator.

4. No caso dos autos, a Turma Recursal de origem reformou a sentença, julgando improcedente o pedido formulado na inicial, conforme o seguinte fundamento:

"(...)

O Juízo de Origem reconheceu o direito ao benefício, porque entendeu que a incapacidade precedeu à perda da qualidade de segurado:

(...)

Porém, em consulta ao sistema processual da Justiça Federal da 4ª Região, foi obtida a informação de que a falecida ajuizou ação em 22/11/2010, sob o nº 5014565- 62.2011.404.7108 (2010.71.58.014759-7) perante o Juízo Substituto da 1ª Vara do JEF Cível de Novo Hamburgo, visando à concessão de benefício por incapacidade. Foi prolatada a seguinte sentença:

Auxílio-doença ou Aposentadoria por invalidez

O auxílio-doença ou aposentadoria por invalidez são benefícios devidos ao segurado que, cumprida a carência, ficar incapacita do por mais de 15 dias consecutivos para o exercício de sua atividade laborativa.

A concessão do benefício exige o cumprimento de três requisitos: incapacidade, qualidade de segurado e carência.

De acordo com o laudo pericial (Ev-17) , a parte autora apresenta dissecção crônica da aorta torácica, doença que a incapacita para o exercício de atividade laborativa, em caráter total e permanente, situação que se faz presente desde Setembro de 2009. Quanto à qualidade de segurada da parte autora, segundo extrato do CNIS (Ev-1, PROCADM4), a autora manteve vínculo empregatício at 21.11.1991. Assim, consoante artigo 15, inciso II, § 2º da Lei 8.213/91, MANTEVE A QUALIDADE DESEGURADA ATÉ 15.01.1994.

Após, a parte autora voltou a verter contribuições em Março de 2010, como contribuinte individual, quando já estava incapacitada.

Portanto, conforme o exposto, verifica-se que na data de início da incapacidade (Setembro de 2009), a autora não detinha a qualidade de segurada. Assim, não há como albergar o pedido.

Por fim, tendo em conta o juízo de improcedência do pedido, resta prejudicada a análise da tutela de urgência. (grifei)

Cabe, ainda, transcrever parte do laudo médico realizado naquele feito, que embasou a douta sentença:

DISCUSSÃO E CONCLUSÃO: AUTORA DE 56 ANOS DE IDADE E DESEMPREGADA OBTEVE O DIAGNÓSTICO DE DISSECÇÃO DE AORTA TORÁCICA, NA DATA DE 27/09/2009, QUANDO ESTEVE INTERNADA NO HOSPITAL REGINA POR APROXIMADAMENTE 30 DIAS E DESDE ENTÃO ESTÁ EM TRATAMENTO CLÍNICO CONTINUADO E COM RESTRIÇÕES A EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES FÍSICAS QUE EXIJAM ESFORÇOS ACIMA DOS LEVES.

COM A ANÁLISE DA HISTÓRIA REFERIDA PELA AUTORA, DO EXAME FÍSICO POR MIM REALIZADO E EM COTEJO COM OS DOCUMENTOS APRESENTADOS CONCLUO QUE A MESMA ENCONTRA-SE INCAPACITADA, DE FORMA PERMANENTE, PARA A EXECUÇÃO DE QUALQUER ATIVIDADE QUE LHE GARANTA A SUBSISTÊNCIA DESDE A DATA DE 27/09/2009. (grifei)

A decisão foi confirmada por unanimidade pela 4ª Turma Recursal, na sessão realizada no dia 27/03/2012, que acrescentou aos fundamentos da sentença o que segue:

No caso dos autos, a perícia médica comprova que na data dos recolhimentos a autora já estava incapacitada.

A prova da qualidade de segurada é eminentemente documental. Não havendo registro na CTPS ou informações de recolhimento no CNIS, caberia a postulante apresentar ao menos início de prova material (acordo trabalhista, documento do empregador reconhecendo vínculo laboral, etc.), ônus que lhe cabia.

Destarte a atividade de faxineira caracterizou-se como de praxe, atividade autônoma. Não caracterizado o cerceamento de defesa.

Aliás, chama a atenção que a autora, após quase 20 anos afastada do RGPS (de 1991 a 2010), começou a recolher como contribuinte individual aos 55 anos de idade, em 2010 (1-PROCADM4), sendo que poucos meses após o primeiro recolhimento requereu o benefício.

O transitou em julgado ocorreu em 17/05/2012.

Assim, diante da COISA JULGADA da pré-existência da doença incapacitante da sra. IVANIR NUNES DE CAMARGO DE OLIVEIRA a sua refiliação ao RGPS (ação nº 5014565-62.2011.404.7108), acolho a insurgência do INSS e reformo a sentença procedência, tendo em vista que na data do óbito a pretensa instituidora da pensão não estava sob a proteção do RGPS."

5. Como se vê, conforme bem fundamentou o nobre Juiz Presidente da Turma Recursal de origem, em sede de admissibilidade do incidente, o fundamento para a improcedência do pedido, qual seja, a existência de coisa julgada da preexistência da incapacidade da falecida a sua refiliação ao RGPS, não foi atacado pelo recorrente em suas razões recursais. E, ainda, "eventual discussão sobre os limites da coisa julgada demandaria análise de questão processual", incidindo, no caso, na Súmula nº 43 da TNU, "in verbis": "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

6. Ademais, qualquer discussão acerca do agravamento/progressão ou não da doença, bem como acerca da data de início da incapacidade da falecida (se antes ou se depois da refiliação ao RGPS), ensejaria em verdadeiro reexame da matéria fática, vedado no âmbito desta Turma Nacional, conforme Súmula nº 42, "in verbis" : Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.

7. Incidente não conhecido.

ACORDAO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 12 de abril de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003639-54.2013.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: BENONI VELHO DOS SANTOS
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
OAB: SC-13520
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ DERIVADA DE AUXÍLIO-DOENÇA. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE AUXÍLIO-DOENÇA. MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. RESSALVA EXPRESSSA DOS BENEFÍCIOS ATINGIDOS PELA DECADÊNCIA. EDICÃO DO MEMORANDO DENTRO DO PRAZO DECADENCIAL DECENAL NO CASO CONCRETO. DECADÊNCIA NÃO CONSUMADA. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

1 . Trata-se de ação na qual a parte autora pretende a revisão da RMI do benefício de auxílio-doença, nos termos do artigo 29, inciso II, da Lei 8.213/91, e, consequentemente, a revisão da RMI da aposentadoria por invalidez derivada.

2. Prolatado acórdão pela Primeira Turma Recursal de Santa Catarina, o qual manteve pelos próprios fundamentos a sentença que reconheceu a decadência do direito de revisão da renda mensal inicial do auxílio-doença que deu origem à aposentadoria por invalidez titularizada pela parte autora, julgando extinto o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 269, IV, do CPC.

3. Inconformada, a parte autora interpôs tempestivamente incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega a recorrente que o acórdão impugnado diverge do entendimento da Segunda Turma Recursal da Bahia, bem como da Terceira Turma Recursal de São Paulo, segundo as quais o prazo decadencial deve ser contado sobre a data de início da aposentadoria por invalidez, e não sobre a data de início do benefício do auxílio-doença que a originou, por se tratar de benefícios autônomos, não obstante possuam o mesmo titular.

4. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados à TNU e distribuídos a este Relator.

5. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

6. Comprovada a divergência, passo ao exame do mérito.

7. No caso dos autos, a controvérsia diz respeito sobre qual benefício (originário ou derivado) recai o início da contagem do prazo decadencial previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91.

8. Sobre este tema, a Turma Nacional de Uniformização, em recente sessão de julgamento, consolidou entendimento no sentido de que, na revisão da renda mensal inicial de aposentadoria por invalidez decorrente da conversão do auxílio-doença, nos termos do art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, conta-se o prazo decadencial, previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91, a partir da concessão do referido benefício originário. Por ser bastante esclarecedor, transcrevo excerto do julgado no PEDILEF nº 5015559-44.2012.4.04.7112, de relatoria do Exmo. Juiz Federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga (DJ: 11/03/2015):

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. AUXÍLIO-DOENÇA. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. RESSALVA EXPRESSSA DOS BENEFÍCIOS ATINGIDOS PELA DECADÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE RENÚNCIA À DECADÊNCIA LEGAL. DECADÊNCIA NÃO CONSUMADA NO CASO CONCRETO. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

1 3.Como visto, a controvérsia repousa sobre o início da contagem do prazo decadencial para a revisão de aposentadoria por invalidez, mediante a revisão da RMI do auxílio-doença do qual se originou a aposentadoria, prazo este previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91:

Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

1 4.Os entendimentos divergentes podem ser assim resumidos: a) o prazo decadencial iniciar-se-ia quando da concessão do auxílio-doença, uma vez que a revisão da aposentadoria que se pretende constitui, na verdade, em revisão da Renda Mensal Inicial do auxílio-doença precedente; b) o prazo decadencial iniciar-se-ia da data da concessão da aposentadoria por invalidez, uma vez que as relações jurídicas referentes ao auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez são autônomas, devendo ser consideradas separadamente.

1 5.Inicialmente, consigno que os entendimentos acima reportados terão aplicação conforme o caso concreto, não se excluindo, absolutamente, nenhuma das duas formas de contagem do prazo decadencial.

1 6.Conforme a matéria controversa, os fatos litigiosos e o objetivo perseguido pela parte-autora, haverá o cabimento de cada um dos termos iniciais do prazo de decadência.

1 7.Tal entendimento prevalece mesmo diante do reconhecimento da circunstância de que os benefícios em questão possuem naturezas distintas, constituindo relações jurídicas próprias, sujeitas a regramentos específicos.

1 8.É que o critério para a identificação do termo inicial do prazo de decadência deve vincular-se ao momento em que houve a lesão ao direito pleiteado, ainda que tal lesão prolongue seus efeitos sobre o benefício superveniente.

1 9.Isto porque é a partir da constituição de uma dada e específica situação jurídica - que se pretende alterar com a ação revisional -, que tem início o prazo decadencial para revisá-la.

20.Assim, exemplificativamente, caso o segurado queira revisar o seu benefício de aposentadoria por invalidez em razão de o valor da RMI não corresponder a 100% do salário-de-benefício, a lesão ao direito ocorreu na concessão do benefício de aposentadoria, ainda que decorrente de auxílio-doença, motivo pelo qual, em tal hipótese, entendo que a contagem do prazo decenal iniciaria da data de concessão da aposentadoria.

21.Na hipótese dos autos, a parte-autora requer a revisão prevista no art. 29, II, da Lei nº 8.213/91 (incluído pela Lei nº 9.876/99): apuração do salário-de-benefício adotando-se a "média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo".

22.Esta revisão, portanto, destina-se ao recálculo da Renda Mensal Inicial (RMI) do auxílio-doença, o que, em se tratando de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença, conduz à conclusão de que se pede a revisão da RMI do auxílio-doença, posto que, ainda que peça nominalmente a revisão da aposentadoria por invalidez, o que se pretende, na verdade, é a revisão do auxílio-doença inicial.

23.Isto porque, na hipótese, a aposentadoria por invalidez é resultado da mera transformação de auxílio-doença, observada o percentual de 100% do salário-de-benefício (em oposição ao percentual de 91% do salário-de-benefício para o auxílio-doença).

(...)

31.Em conclusão, é o caso de se conhecer do incidente, porém, para dar-lhe parcial provimento, firmando-se a tese de que, quando se pretende a revisão do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente da conversão do auxílio-doença, nos termos do art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, conta-se o prazo do art. 103 da Lei nº 8.213/91, a partir da concessão do benefício originário, qual seja, o auxílio-doença (...)". (grifos não originais)

9. No caso dos autos, o benefício de auxílio-doença da parte autora foi concedido em 15/02/2002. Há o reconhecimento expresso da Administração do direito à revisão postulada, mediante edição do Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15 de abril de 2010, segundo o qual são "passíveis de revisão os benefícios por incapacidade e pensões derivadas deste, assim como as não precedidas, com DIB a partir de 29.11.1999, em que, no Período Básico de Cálculo - PBC, foram considerados 100% (cem por cento) dos salários-de-contribuição, cabendo revisá-los para que sejam considerados somente os 80% (oitenta por cento) maiores salários-de-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

contribuição". Nesse passo, muito embora a parte tenha ajuizado a ação decorridos dez anos da concessão do benefício, a edição do referido Memorando se deu dentro do prazo decadencial decenal, razão pela qual o benefício de auxílio-doença da parte autora encontra-se acobertado pelo reconhecimento do direito à revisão postulada. Entendimento este também consolidado quando do julgamento do PEDILEF nº 5015559-44.2012.4.04.7112.

1 0. Incidente conhecido e parcialmente provido para reafirmar a tese no sentido de que, em se tratando de revisão do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente da conversão do auxílio-doença, nos termos do art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, conta-se o prazo decadencial a partir da concessão do benefício de auxílio-doença que a originou, afastando-se, no caso concreto, a decadência pelo reconhecimento administrativo do direito. Retorno dos autos à Turma Recursal de origem para novo julgamento, conforme premissa ora reiterada.

ACORDAO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E DAR PARCIAL PROVIMENTO ao incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 07 de maio de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501988-86.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: TEREZINHA DE LIMA PEDROZA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA

CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO DE ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS DO PLANO ESPECIAL DE CARGOS DO DNIT - GDAPEC. EXTENSÃO AOS INATIVOS. A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO CONSERVA O TRAÇO DA GENERALIDADE ATÉ A EFETIVA CONCLUSÃO DO PRIMEIRO CICLO DE AVALIAÇÃO NOS TERMOS EM QUE FOI DECIDIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. A PERCEPÇÃO DA GRATIFICAÇÃO PELOS INATIVOS DEVE SER LIMITADA À CONCLUSÃO DO PRIMEIRO CICLO DE AVALIAÇÃO INDIVIDUAL/INSTITUCIONAL DE DESEMPENHO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PROVIDO.

1 .Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte. Sustenta o requerente que o acórdão atacado diverge da jurisprudência da TNU e de turmas recursais de outras regiões, segundo as quais o cálculo das diferenças de gratificação de desempenho deve ser estendido ao inativo até a conclusão do primeiro ciclo de avaliação.

2. Incidente não admitido na origem, de forma que o recebimento do recurso ocorreu via agravo, dada a decisão favorável do Ministro Presidente da TNU.

3. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

4. O incidente merece ser conhecido, porquanto baseado na dicção do direito frente ao Decreto n. 7.133/2010 e o posicionamento da TNU frente a diversas gratificações de cunho genérico, regulamentadas pelo mesmo decreto.

5. No caso sob luzes, o acórdão vergastado determinou que a percepção da GDAPEC - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT pelos inativos fosse limitada até a edição do decreto que regulamentou a referida gratificação, qual seja, o Decreto n. 7.133/2010

6. Diante de prévias decisões desse Colegiado referente a gratificações de desempenho de atividade, determinando a paridade com os inativos até a eclosão de normas administrativas que confiram avaliação ao servidor, de sorte que torná-la pro labore faciendo, tenho que a mesma sorte deve seguir a presente. Destaco, assim, a decisão firmada no PROCESSO: 0510653-28.2012.4.05.8400, a qual transitou em julgado em 07/04/2015, (Data do Julgamento: 11/03/2015), cujo Rel. Juiz Federal Bruno Carrá decidira:

(...) 4.4 Observe-se que a ausência de natureza pro labore faciendo das gratificações de desempenho, em geral, subsiste até que sejam regulamentados critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional. A partir do advento destas condições, os ativos passariam a ser remunerados de acordo com a avaliação realizada, portanto, em percentuais variáveis e estabelecidos em razão do desempenho da atividade, que não podem, por óbvias razões, ser igualmente aplicados aos inativos.

4.5 A fim de afastar a grande divergência jurisprudencial a respeito do tema, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário n.º 631.389 com repercussão geral reconhecida, decidiu que a extensão aos inativos vale até a data de conclusão do primeiro ciclo de avaliação de desempenho (na hipótese, analisava-se a GDPGPE). No entendimento da Suprema Corte, enquanto não adotadas as medidas para a avaliação do desempenho dos servidores em atividade, a gratificação teria caráter genérico e deveria ser paga nos mesmos moldes aos pensionistas e aposentados. Consignou, ainda, que o pagamento em percentual diferenciado aos inativos, ante a impossibilidade avaliá-los, constituiria ofensa ao princípio constitucional da igualdade.

4.6 Do site do STF, extrai-se notícia do julgamento do Recurso Extraordinário n.º 631.389, cujo excerto transcrevo a seguir (g.n.):

"(...)

O ponto principal da discussão do processo hoje girou justamente em torno do caráter genérico ou não da gratificação no período de transição. A maioria dos ministros acompanhou o entendimento de que, enquanto não concluído o primeiro ciclo de avaliação dos servidores em atividade, seu caráter é genérico e, portanto, a distinção entre servidores ativos, de um lado, e pensionistas e aposentados, de outro, seria discriminatória. Assim, a regra da lei de regência somente passaria a se aplicar a partir da conclusão do primeiro ciclo de avaliação.

(...)".

4.7 Ainda no referido julgamento, o STF afastou o entendimento (adotado apenas pelo Ministro Teori Zavascki) de que a gratificação de atividade possuía natureza pro labore faciendo desde a data em que a efetiva avaliação de desempenho produzisse efeitos financeiros retroativos, uma vez compensadas as eventuais diferenças pagas a maior ou a menor. Tal efeito financeiro retroativo da avaliação de desempenho dos servidores em atividade ocorre, por exemplo, com a Gratificação de Desempenho da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho - GDPST (o § 10 do art. 5º-B da Lei n.º 11.355/2006, incluído pela Lei n.º 11.907, de 2009, estabeleceu que o resultado da primeira avaliação geraria efeitos financeiros a partir da data de publicação dos critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho individual e institucional) e com a Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo - GDPGPE (o § 6º do art. 7º-A da Lei nº 11.357/2006, incluído pela Lei 11.784/2008, estabeleceu que o resultado da primeira avaliação geraria efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2009).

4.8 Aliás, outro não podia ser o entendimento do STF, afinal uma norma legal, ao prever efeitos financeiros retroativos a uma avaliação de desempenho que efetivamente não ocorreu durante aquele exato lapso temporal, atribuindo natureza pro labore faciendo à gratificação por pura ficção jurídica, não poderia simplesmente afastar a aplicação da norma constitucional que alberga o direito adquirido à paridade dos servidores inativos. Entender de forma contrária, negligenciar-se-ia a organicidade do ordenamento jurídico pátrio, a supremacia constitucional, a impossibilidade da norma legal se sobrepor à constitucional.

4.9 Diante do exposto, as diferenças da gratificação de desempenho são devidas até que sejam regulamentados critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho e processados os resultados da primeira avaliação individual/institucional, assim como, conforme decidiu o STF no RE n.º 631.389, a extensão do pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade nos mesmos moldes concedidos aos servidores ativos de idêntico enquadramento funcional (cargo/nível, classe e padrão) vale até a data de conclusão do primeiro ciclo de avaliação de desempenho.

5. Por essas razões, conheço e dou provimento ao Incidente de Uniformização para determinar que a percepção da GDPST pelos inativos seja limitada a conclusão do primeiro ciclo de avaliação individual/institucional de desempenho.

7. Mutatis mutandis, a mesma lógica há de prevalecer para a gratificação em comento, até porque há informações nos autos que a Portaria nº 175/2010 instituiu os critérios e procedimentos a serem observados na avaliação de desempenhos individual e institucional para o pagamento da gratificação em comento, cujo conteúdo determina efeitos financeiros retroativos à data limite de avaliação. Veja-se:

Portaria MT nº 175:

(...)

Art. 2º O primeiro ciclo de avaliação de desempenho, de que trata o art. 1º desta portaria, corresponderá ao período de 1º de junho a 31 de agosto de 2010, conforme previsto no art. 10, § 1º, do Decreto nº 7.133, de 19 de março de 2010 .

Art. 3º As avaliações de desempenho do primeiro ciclo serão processadas no mês de setembro de 2010.

Art. 4º O resultado do primeiro ciclo de avaliação produzirá efeitos financeiros a partir da data de publicação desta Portaria, de acordo com o disposto no art. 16-G, § 1º, da Lei nº 11.171, de 2005 , devendo ser compensadas eventuais diferenças pagas a maior ou a menor.

(...)

8. Em recente sessão realizada em 15/04/2015, esta TNU julgou nesse mesmo sentido o seguinte processo de relatoria deste Magistrado, cuja situação é idêntica a dos presentes autos: PEDILEF nº 0508425-46.2013.4.05.8400.

9. Incidente conhecido e provido para reafirmar a tese no sentido de que a GDAPEC - Gratificação de Desempenho de Atividades Administrativas do Plano Especial de Cargos do DNIT deve ser paga em igualdade com os servidores ativos, até a conclusão do primeiro ciclo de avaliação individual/institucional de desempenho. Retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação, conforme premissa jurídica ora fixada.

ACORDAO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER E DAR PROVIMENTO ao incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 07 de maio de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000125-18.2013.4.04.7132
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARINA PRIGOL
PROC./ADV.: CRISTIAN BAZANELLA LONGHINOTI
OAB: RS-68 687
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA - UNIPAMPA
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. CÓPIA DO ACORDÃO DE TURMA RECURSAL DE DIFERENTE REGIÃO SEM INDICAÇÃO DA FONTE QUE PERMITA A AFERIÇÃO DE SUA AUTENTICIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 03 DA TNU. PARADIGMA DA MESMA REGIÃO DA TURMA RECURSAL DE ORIGEM. IMPOSSIBILIDADE. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1 .Prolatado acórdão pela Quinta Turma Recursal do Rio Grande do Sul, o qual reformou a sentença, julgando improcedente o pedido de recebimento de adicional de atividade penosa em razão do desempenho de atividade em zona de fronteira, com o pagamento das parcelas devidas a este título.

2. Inconformada, a autora interpôs incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega fazer jus ao referido adicional. Com o fim de comprovar a divergência jurisprudencial, acostou como paradigmas acórdão da Turma Recursal de Rondônia (autos nº 631-53.2012.4.01.9410) e da Turma Recursal de Santa Catarina (autos nº 5000887-12.2013.4.04.7204).

3. Incidente admitido na origem, sendo os autos remetidos à TNU após e distribuídos a este Relator.

4. No caso dos autos, o incidente não merece ser conhecido, como explicito a seguir.

5. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

6. No tocante ao acórdão paradigma oriundo da Turma Recursal de Santa Catarina, impossível a comprovação da divergência, tendo em vista se tratar de Turma Recursal da mesma região da Turma de origem.

7. Por sua vez, também impossível a comprovação da divergência em relação ao acórdão paradigma da Turma Recursal de Rondônia. Isso porque a recorrente acostou aos autos cópia de julgado obtido por meio da internet sem indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade, razão pela qual se aplica, ao caso, a Questão de Ordem nº 03 desta TNU, "in verbis": "A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade".

8. Incidente não conhecido.

ACORDAO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 07 de maio de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003631-86.2013.4.04.7201
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FLÁVIA KULPE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. AFASTAMENTO DA RENDA PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DO SALÁRIO-MÍNIMO COMO ÚNICO CRITÉRIO PARA AFERIÇÃO DA MISERABILIDADE. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1 . Prolatado acórdão pela Primeira Turma Recursal de Santa Catarina, o qual manteve a sentença que julgou improcedente o pedido de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que a renda per capita da família é superior a ¼ do salário-mínimo.

2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega a recorrente que o julgador, para aferição do requisito da miserabilidade, deve se utilizar de outros meios, além do previsto no § 3º do art. 20 da Lei n. 8.742/93. Com intuito de demonstrar a divergência jurisprudencial, apontou como paradigmas julgados do STJ.

3. Incidente não admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo, e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

5. Reputo comprovada a divergência jurisprudencial em relação aos paradigmas do STJ, pois, segundo estes, o limite de ¼ de salário-mínimo não deve ser utilizado como único critério pelo julgador, o qual deve considerar, para fins de averiguação do estado de miserabilidade, outros meios de prova. Assim sendo, conheço do incidente e passo ao exame do mérito.

6. Esta Turma Nacional de Uniformização tem posicionamento consolidado acerca da matéria em controvérsia. Segundo este Colegiado, para a aferição do requisito da miserabilidade, o julgador deve se utilizar de outros meios de prova, não sendo a renda per capita de ¼ do salário-mínimo um único critério a ser adotado para tanto. Nesse sentido, o seguinte PEDILEF de minha relatoria:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. AFASTAMENTO DA RENDA PER CAPITA SUPERIOR A ¼ DO SALÁRIO-MÍNIMO COMO ÚNICO CRITÉRIO PARA AFERIÇÃO DA MISERABILIDADE. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO DA TNU. QUESTÃO DE ORDEM Nº 20. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1 . Prolatado acórdão pela Segunda Turma Recursal de Santa Catarina, a qual manteve pelos próprios e jurídicos fundamentos a sentença que julgou improcedente o pedido de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que a renda per capita da família é superior a ¼ do salário-mínimo.

2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega a recorrente que o julgador, para aferição do requisito da miserabilidade, deve se utilizar de outros meios, além do previsto no § 3º do art. 20 da Lei n. 8.742/93. Com intuito de demonstrar a divergência jurisprudencial, apontou como paradigmas julgados da TNU, do STJ, e do STF.

(...)

6. Esta Turma Nacional de Uniformização tem posicionamento consolidado acerca da matéria em controvérsia. Segundo este Colegiado, o qual encampou o entendimento do C. STJ, para a aferição do requisito da miserabilidade, o julgador deve se utilizar de outros meios de prova, não sendo a renda per capita de ¼ do salário-mínimo um único critério a ser adotado para tanto. (...)

7. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para reafirmar o entendimento de que há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos para a aferição da miserabilidade mesmo quando a renda per capita seja superior a ¼ do salário mínimo, posto não ser este o critério único para aferição da miserabilidade. Nos termos da Questão de Ordem nº 20, acórdão anulado, retornando os autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme a premissa jurídica ora fixada."

(PEDILEF Nº 5000117-23.2013.4.04.7206. DJ: 11/12/2014)

7. Incidente de Uniformização de Jurisprudência conhecido e parcialmente provido para reafirmar o entendimento de que há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos para a aferição da miserabilidade mesmo quando a renda per capita seja superior a ¼ do salário mínimo, posto não ser este o critério único para aferição da miserabilidade. Nos termos da Questão de Ordem nº 20, acórdão anulado, retornando os autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme a premissa jurídica ora fixada.

ACORDAO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e DAR PARCIAL PROVIMENTO ao incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 07 de maio de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500307-78.2013.4.05.8304
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CICERO LUNGUINHO SOBREIRA
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
OAB: PE-20148
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. ALEGAÇÃO DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 43 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1 . Prolatado acórdão pela Primeira Turma Recursal de Pernambuco, o qual reformou a sentença, julgando procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial de seu benefício, nos termos do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91. Entendeu o Colegiado que a existência de acordo em ação civil pública em que o autor não figure em um dos pólos da demanda não impede o ajuizamento de ação individual em que se trata da mesma matéria, sob pena de ofensa ao art. 5º, XXXV, da CF/88. Além disso, decidiu a Turma que o autor não pode ficar à mercê de dotação orçamentária para receber aquilo a que faz jus.

2. Inconformado, o INSS interpôs incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega, em síntese, a falta de interesse de agir em razão da existência de ACP já transitada em julgado. Com o fim de comprovar a divergência jurisprudencial, acostou como paradigma acórdão da Turma Recursal de Goiás (autos nº 0003061-54.2012.4.01.3500).

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos remetidos à TNU após agravo e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. No caso dos autos, o incidente não merece ser conhecido, como explicito a seguir.

6. Na situação em tela, a questão acerca do interesse de agir, cujo recorrente alega inexistente, possui natureza eminentemente processual, não guardando relação com o mérito da demanda. Logo, incide a Súmula nº 43 desta TNU, segundo a qual "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual". Nesse sentido, o seguinte PEDILEF:

"EMENTA - VOTO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. CONDIÇÕES DA AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. MATÉRIA PROCESSUAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 43/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de ação em que se objetiva a restituição dos valores cobrados a título de Imposto de Renda sobre os valores recebidos a título de adesão a Plano deDemissão Voluntária - PDV. 2. Sentença de procedência do pleito. 3. Oposição de embargos de declaração pela União. 4. Julgamento do feito sem resolução de mérito, com fulcro no art. 267, inciso VI do CPC, ante a falta de interesse de agir, porquanto ausente a pretensão resistida por parte da ré. 5. Interposição de Recurso Inominado pela parte autora. 6. Provido o recurso do autor pela Turma Recursal Suplementar do Paraná, foi determinado o retorno dos autos ao juízo de origem, a fim de julgar-se o mérito do pedido. 7. Incidente de uniformização interposto pela União, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001. 8. Alegação de que, consoante a jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça, o reconhecimento administrativo da pretensão deduzida em juízo denota a ausência do interesse de agir, tornando o autor carecedor de ação. 9. Incidente inadmitido pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Paraná, ao argumento de que descabe pedido de uniformização em que a suposta divergência recai sobre matéria processual. 10. Coaduno do entendimento manifestado pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Paraná, porquanto a análise acerca do preenchimento das condições de ação - especificamente da existência do interesse processual - é questão meramente processual, não guardando relação com o mérito efetivamente. 11. Aplicação da Súmula n.º 43/TNU, in verbis: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual." 12. Incidente de uniformização não conhecido. (grifei)

(PEDILEF nº 200970520004390. Relator: Juiz Federal Adel Américo de Oliveira. DOU: 09/03/2012).

7. Incidente não conhecido.

ACORDAO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 07 de maio de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503427-38.2013.4.05.8302
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADRIELLE MORAES PIRES
PROC./ADV.: RODRIGO EWERTON DE ARAÚJO
OAB: PB-13964
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. ALEGAÇÃO DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 43 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1 . Prolatado acórdão pela Primeira Turma Recursal de Pernambuco, o qual reformou a sentença, julgando procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial de seu benefício, nos termos do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91. Entendeu o Colegiado que a existência de acordo em ação civil pública em que o autor não figure em um dos pólos da demanda não impede o ajuizamento de ação individual em que se trata da mesma matéria, sob pena de ofensa ao art. 5º, XXXV, da CF/88. Além disso, decidiu a Turma que o autor não pode ficar à mercê de dotação orçamentária para receber aquilo a que faz jus.

2. Inconformado, o INSS interpôs incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega, em síntese, a falta de interesse de agir em razão da existência de ACP já transitada em julgado. Com o fim de comprovar a divergência jurisprudencial, acostou como paradigma acórdão da Turma Recursal de Goiás (autos nº 0003061-54.2012.4.01.3500).

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos remetidos à TNU após agravo e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. No caso dos autos, o incidente não merece ser conhecido, como explicito a seguir.

6. Na situação em tela, a questão acerca do interesse de agir, cujo recorrente alega inexistente, possui natureza eminentemente processual, não guardando relação com o mérito da demanda. Logo, incide a Súmula nº 43 desta TNU, segundo a qual "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual". Nesse sentido, o seguinte PEDILEF:

"EMENTA - VOTO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. CONDIÇÕES DA AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. MATÉRIA PROCESSUAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 43/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de ação em que se objetiva a restituição dos valores cobrados a título de Imposto de Renda sobre os valores recebidos a título de adesão a Plano deDemissão Voluntária - PDV. 2. Sentença de procedência do pleito. 3. Oposição de embargos de declaração pela União. 4. Julgamento do feito sem resolução de mérito, com fulcro no art. 267, inciso VI do CPC, ante a falta de interesse de agir, porquanto ausente a pretensão resistida por parte da ré. 5. Interposição de Recurso Inominado pela parte autora. 6. Provido o recurso do autor pela Turma Recursal Suplementar do Paraná, foi determinado o retorno dos autos ao juízo de origem, a fim de julgar-se o mérito do pedido. 7. Incidente de uniformização interposto pela União, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001. 8. Alegação de que, consoante a jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça, o reconhecimento administrativo da pretensão deduzida em juízo denota a ausência do interesse de agir, tornando o autor carecedor de ação. 9. Incidente inadmitido pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Paraná, ao argumento de que descabe pedido de uniformização em que a suposta divergência recai sobre matéria processual. 10. Coaduno do entendimento manifestado pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Paraná, porquanto a análise acerca do preenchimento das condições de ação - especificamente da existência do interesse processual - é questão meramente processual, não guardando relação com o mérito efetivamente. 11. Aplicação da Súmula n.º 43/TNU, in verbis: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual." 12. Incidente de uniformização não conhecido. (grifei)

(PEDILEF nº 200970520004390. Relator: Juiz Federal Adel Américo de Oliveira. DOU: 09/03/2012).

7. Incidente não conhecido.

ACORDAO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 07 de maio de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0514027-27.2013.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARCOS ANTÔNIO DA SILVA RAMOS
PROC./ADV.: JOÃO ELIZEU LEITE JUNIOR
OAB: PE-29 167
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. ALEGAÇÃO DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 43 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1 . Prolatado acórdão pela Primeira Turma Recursal de Pernambuco, o qual reformou a sentença, julgando procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial de seu benefício, nos termos do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91. Entendeu o Colegiado que a existência de acordo em ação civil pública em que o autor não figure em um dos pólos da demanda não impede o ajuizamento de ação individual em que se trata da mesma matéria, sob pena de ofensa ao art. 5º, XXXV, da CF/88. Além disso, decidiu a Turma que o autor não pode ficar à mercê de dotação orçamentária para receber aquilo a que faz jus.

2. Inconformado, o INSS interpôs incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega, em síntese, a falta de interesse de agir em razão da existência de ACP já transitada em julgado. Com o fim de comprovar a divergência jurisprudencial, acostou como paradigma acórdão da Turma Recursal de Goiás (autos nº 0003061-54.2012.4.01.3500).

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos remetidos à TNU após agravo e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. No caso dos autos, o incidente não merece ser conhecido, como explicito a seguir.

6. Na situação em tela, a questão acerca do interesse de agir, cujo recorrente alega inexistente, possui natureza eminentemente processual, não guardando relação com o mérito da demanda. Logo, incide a Súmula nº 43 desta TNU, segundo a qual "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual". Nesse sentido, o seguinte PEDILEF:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"EMENTA - VOTO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. CONDIÇÕES DA AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. MATÉRIA PROCESSUAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 43/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de ação em que se objetiva a restituição dos valores cobrados a título de Imposto de Renda sobre os valores recebidos a título de adesão a Plano deDemissão Voluntária - PDV. 2. Sentença de procedência do pleito. 3. Oposição de embargos de declaração pela União. 4. Julgamento do feito sem resolução de mérito, com fulcro no art. 267, inciso VI do CPC, ante a falta de interesse de agir, porquanto ausente a pretensão resistida por parte da ré. 5. Interposição de Recurso Inominado pela parte autora. 6. Provido o recurso do autor pela Turma Recursal Suplementar do Paraná, foi determinado o retorno dos autos ao juízo de origem, a fim de julgar-se o mérito do pedido. 7. Incidente de uniformização interposto pela União, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001. 8. Alegação de que, consoante a jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça, o reconhecimento administrativo da pretensão deduzida em juízo denota a ausência do interesse de agir, tornando o autor carecedor de ação. 9. Incidente inadmitido pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Paraná, ao argumento de que descabe pedido de uniformização em que a suposta divergência recai sobre matéria processual. 10. Coaduno do entendimento manifestado pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Paraná, porquanto a análise acerca do preenchimento das condições de ação - especificamente da existência do interesse processual - é questão meramente processual, não guardando relação com o mérito efetivamente. 11. Aplicação da Súmula n.º 43/TNU, in verbis: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual." 12. Incidente de uniformização não conhecido. (grifei)

(PEDILEF nº 200970520004390. Relator: Juiz Federal Adel Américo de Oliveira. DOU: 09/03/2012).

7. Incidente não conhecido.

ACORDAO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 07 de maio de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5013204-29.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ZELIA BERENICE ROCHA POSSER
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB: DF-5939
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
OAB: RS-23021
PROC./ADV.: MARCELO LIPERT
OAB: RS-41818
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA

SERVIDOR PÚBLICO. GRATIFICAÇÃO. GDPST EXTENSÃO AOS INATIVOS. A GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO CONSERVA O TRAÇO DA GENERALIDADE ATÉ A EFETIVA CONCLUSÃO DO PRIMEIRO CICLO DE AVALIAÇÃO NOS TERMOS EM QUE FOI DECIDIDO PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. INCIDÊNCIA DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. OBSERVÂNCIA DA PROPORCIONALIDADE DA APOSENTADORIA. RE Nº 400344/CE. ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NA TNU. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO PARCIALMENTE E PROVIDO.

1 . Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela União em face de acórdão proferido pela 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul, o qual determinou que a percepção da Gratificação de Desempenho de da Carreira da Previdência, da Saúde e do Trabalho- GDPST pelos inativos fosse limitada até o primeiro ciclo de avaliação dos servidores. Recorre a União sobre duas frentes: i) requer a modificação do limite temporal de incidência da aludida gratificação, e ii) requer que sua quantificação seja limitada na forma de aposentadoria/pensão proporcional.

2. O recorrente aponta como paradigmas decisões desta TNU, todas no sentido de que as gratificações de desempenho só perdem o traço da generalidade após a conclusão do primeiro ciclo de avaliação institucional de desempenho nos termos do regulamento das referidas avaliações. Assim, os inativos fazem jus a sua percepção na mesma pontuação dos ativos até esse limite temporal. Da mesma forma, para o gozo proporcional da gratificação, por se cuidar aposentadoria/pensão proporcional, também o recorrente traz paradigma em conformidade à sua tese.

3. A veata quaestio radica no âmbito temporal de plena paridade entre ativos e inativos para a aludida gratificação, até o limite do Decreto nº 7133/2010 ou a conclusão do primeiro ciclo de avaliação.

4. O juízo a quo determinou que a percepção da GDPST pelos inativos fosse limitada até a conclusão do primeiro ciclo de avaliação dos servidores da ativa. Tal orientação está em sintonia com as decisões provindas da TNU, firmada no bojo do PROCESSO: 0514474-74.2011.4.05.8400.

4.1 Não se há olvidar que, em um primeiro momento, as denominadas gratificações de desempenho de atividade foram estabelecidas para ser pagas em razão de avaliações pessoal e institucional de desempenho. Ocorre que, independente do resultado obtido nas ditas avaliações, assegurou-se aos servidores da ativa um pagamento mínimo superior ao montante determinado para os aposentados/pensionistas. Por exemplo, no caso da GDATA, o art. 6º da Lei n.º 10.404/02, ao conferir aos servidores da ativa, "ocupantes de cargos efetivos ou cargos e funções comissionadas e de confiança, que a ela fazem jus", o pagamento da GDATA nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos, não criou uma situação peculiar ou requisito específico para a percepção a referida gratificação, porquanto a atribui de forma linear a todo servidor que exerça as funções próprias de seu cargo. Após, chegou a ser devido, por lei, aos servidores da ativa o pagamento do correspondente a 60 (sessenta) pontos no mínimo, enquanto aos aposentados pagava-se o valor equivalente a 30 (trinta) pontos (v. Lei n.º 10.971/2004, arts. 1.º e 3.º, este último alterando a redação do inciso II do art. 5.º da Lei n.º 10.404/2002).

4.2 Ora bem, a remuneração destes valores não era obtida em razão de nenhuma avaliação: (a) para os servidores da ativa, o mínimo estava garantido independente de avaliação; (b) os aposentados e pensionistas, de sua vez, não podiam mais ser avaliados, por óbvias razões. Nestas circunstâncias, não há como defender que se tratasse de pagamento pro labore faciendo. Era sim, pelo menos em certa medida, uma gratificação genérica da categoria, sendo bem por isso devida aos inativos por imperativo constitucional.

4.3 Outro não foi o entendimento do STF, que vem conduzindo as manifestações judiciais em diversas instâncias:

Súmula vinculante nº 20 - "A Gratificação de Desempenho de Atividade Técnico-Administrativa - GDATA, instituída pela Lei nº 10.404/2002, deve ser deferida aos inativos nos valores correspondentes a 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) pontos no período de fevereiro a maio de 2002 e, nos termos do artigo 5º, parágrafo único, da Lei nº 10.404/2002, no período de junho de 2002 até a conclusão dos efeitos do último ciclo de avaliação a que se refere o artigo 1º da Medida Provisória nº 198/2004, a partir da qual passa a ser de 60 (sessenta) pontos".

4.4 Observe-se que a ausência de natureza pro labore faciendo das gratificações de desempenho, em geral, subsiste até que sejam regulamentados critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho e processados os resultados da primeira avaliação individual e institucional. A partir do advento destas condições, os ativos passariam a ser remunerados de acordo com a avaliação realizada, portanto, em percentuais variáveis e estabelecidos em razão do desempenho da atividade, que não podem, por óbvias razões, ser igualmente aplicados aos inativos.

4.5 A fim de afastar a grande divergência jurisprudencial a respeito do tema, o Plenário do Supremo Tribunal Federal, ao julgar o Recurso Extraordinário n.º 631.389 com repercussão geral reconhecida, decidiu que a extensão aos inativos vale até a data de conclusão do primeiro ciclo de avaliação de desempenho (na hipótese, analisava-se a GDPGPE). No entendimento da Suprema Corte, enquanto não adotadas as medidas para a avaliação do desempenho dos servidores em atividade, a gratificação teria caráter genérico e deveria ser paga nos mesmos moldes aos pensionistas e aposentados. Consignou, ainda, que o pagamento em percentual diferenciado aos inativos, ante a impossibilidade avaliá-los, constituiria ofensa ao princípio constitucional da igualdade.

4.6 Do site do STF, extrai-se notícia do julgamento do Recurso Extraordinário n.º 631.389, cujo excerto transcrevo a seguir (g.n.):

"(...)

O ponto principal da discussão do processo hoje girou justamente em torno do caráter genérico ou não da gratificação no período de transição. A maioria dos ministros acompanhou o entendimento de que, enquanto não concluído o primeiro ciclo de avaliação dos servidores em atividade, seu caráter é genérico e, portanto, a distinção entre servidores ativos, de um lado, e pensionistas e aposentados, de outro, seria discriminatória. Assim, a regra da lei de regência somente passaria a se aplicar a partir da conclusão do primeiro ciclo de avaliação.

(...)".

5. Assim, as diferenças da gratificação de desempenho são devidas até que sejam regulamentados critérios e procedimentos específicos de avaliação de desempenho e processados os resultados da primeira avaliação individual/institucional, assim como, conforme decidiu o STF no RE n.º 631.389, a extensão do pagamento da Gratificação de Desempenho de Atividade nos mesmos moldes concedidos aos servidores ativos de idêntico enquadramento funcional (cargo/nível, classe e padrão) vale até a data de conclusão do primeiro ciclo de avaliação de desempenho - especificamente até sua homologação.

6. Logo, a tese apresentada pelo juízo a quo, está em sintonia ao decidido no âmbito dessa Corte. Factível, pois, a aplicação da Questão de Ordem nº 13: "Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido."

7. Quanto ao segundo pedido do Incidente: a aplicação proporcional da gratificação à aposentadoria proporcional da parte segurada, esta Turma Nacional de Uniformização, em recente sessão de julgamento realizada em 11/02/2015, firmou entendimento no sentido de que a Gratificação de Desempenho deve ser paga proporcionalmente ao servidor inativo aposentado na forma proporcional, conforme PEDILEF nº 5001115-71.2014.4.04.7100, de minha relatoria, DJ: 11/02/2015 - em sintonia de orientação com o STF e STJ:

"EMENTA: RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO ESTADUAL. APOSENTADORIA PROPORCIONAL PREVISTA ALÍNEA "C" DO INCISO III DO ART. 40 DA CONSTITUIÇÃO REPUBLICANA, REDAÇÃO ANTERIOR À EC 20/98. PROVENTOS PROPORCIONAIS. BASE DE CÁLCULO DA PROPORCIONALIDADE - VENCIMENTO OU REMUNERAÇÃO. NECESSIDADE DE OBSERVÂNCIA, PELO ENTE FEDERADO, DAS NORMAS DE APOSENTADORIA CONSTANTES DO MAGNO TEXTO. PRECEDENTES. A proporcionalidade da aposentadoria prevista na alínea "c" do inciso III do art. 40 da carta de outubro, com a redação anterior à EC 20/98, deve incidir sobre o total da remuneração do servidor, e não apenas sobre o vencimento básico do cargo. Este é o sentido da expressão "proventos proporcionais" (no plural), lançada no dispositivo. É assente nesta colenda Corte o entendimento de que as regras estaduais de concessão de aposentadoria devem pautar-se pelos critérios estabelecidos no art. 40 da Lei das Leis. Precedentes: ADIs 101, 369 e 755. Recurso provido".

(STF - RE: 400344 CE , Relator: Min. CARLOS BRITTO, Data de Julgamento: 15/02/2005, Primeira Turma, Data de Publicação: DJ 09-09-2005 PP-00046 EMENT VOL-02204-03 PP-00494 RTJ VOL-00195-02 PP-00686 RMP n. 28, 2008, p. 375-380)

"PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. AÇÃO ORDINÁRIA. GRATIFICAÇÕES GESS E GDAS. PROPORCIONALIZAÇÃO POR ATO DO TCU AOS INATIVOS/PENSIONISTAS QUE SE APOSENTARAM PROPORCIONALMENTE AO TEMPO DE SERVIÇO. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO AOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE, CONTRADITÓRIO, AMPLA DEFESA, DIREITO ADQUIRIDO E SEGURANÇA JURÍDICA. VIOLAÇÃO DOS ARTS. 16, 17-A E 18 DA LEI 10.855/2004. AUSÊNCIA DE COMANDO NORMATIVO CAPAZ DE ALTERAR OS FUNDAMENTOS DO VOTO CONDUTOR. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 284/STF.

1 . In casu, o Tribunal de Contas da União, dentro de sua competência, ao analisar os registros de aposentadorias de alguns servidores inativos, constatou que alguns deles estavam recebendo os valores da gratificação de desempenho de atividade do seguro social (GDASS) e da gratificação específica do seguro social e do trabalho (GESS) de forma integral. Diante disso, prolatou acórdãos nºs 2.030/2007 e 2.768/2007, determinando que o pagamento das verbas de forma condizente com a proporcionalidade dos proventos ao tempo de serviço.

2. No que se refere à alínea "a", III, 105, da CF, ou seja, quanto aos arts. 16 e 17 da Lei 10.855/2004, o recorrente não fundamenta de modo particularizado as supostas violações ao dispositivo que enumera, limitando-se a citá-los genericamente. Não há precisa explanação sobre as apontadas ofensas. Incide, na espécie, a Súmula 284/STF. Sob essa ótica, verifica-se também que os dispositivos trazidos não têm o condão de acarretar a nulidade do acórdão recorrido, considerando que a lei não disciplina a forma de aplicação aos aposentados/pensionistas que recebem proventos proporcionais ao tempo de serviço.

3. Agravo regimental não provido."

(STJ. AGRESP 1216478. Órgão Julgador: Primeira Turma. Relator: Ministro Benedito Gonçalves. DJE: 04/03/2013).

8. Incidente parcialmente conhecido e, na parte conhecida, provido para reafirmar a tese no sentido de que a Gratificação de Desempenho deve ser paga proporcionalmente ao servidor inativo aposentado na forma proporcional. Retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação.

ACORDAO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER PARCIALMENTE do incidente de uniformização interposto, dando-lhe provimento, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 07 de maio de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0508726-65.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE LUCIVALDO XAVIER
PROC./ADV.: DENNIS NUNES
OAB: PE-28 760
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. ALEGAÇÃO DE FALTA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA PROCESSUAL. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 43 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1 . Prolatado acórdão pela Primeira Turma Recursal de Pernambuco, o qual reformou a sentença, julgando procedente o pedido de revisão da renda mensal inicial de seu benefício, nos termos do art. 29, II, da Lei nº 8.213/91. Entendeu o Colegiado que a existência de acordo em ação civil pública em que o autor não figure em um dos pólos da demanda não impede o ajuizamento de ação individual em que se trata da mesma matéria, sob pena de ofensa ao art. 5º, XXXV, da CF/88. Além disso, decidiu a Turma que o autor não pode ficar à mercê de dotação orçamentária para receber aquilo a que faz jus.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Inconformado, o INSS interpôs incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega, em síntese, a falta de interesse de agir em razão da existência de ACP já transitada em julgado. Com o fim de comprovar a divergência jurisprudencial, acostou como paradigma acórdão da Turma Recursal de Goiás (autos nº 0003061-54.2012.4.01.3500).

3. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos remetidos à TNU após agravo e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. No caso dos autos, o incidente não merece ser conhecido, como explicito a seguir.

6. Na situação em tela, a questão acerca do interesse de agir, cujo recorrente alega inexistente, possui natureza eminentemente processual, não guardando relação com o mérito da demanda. Logo, incide a Súmula nº 43 desta TNU, segundo a qual "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual". Nesse sentido, o seguinte PEDILEF:

"EMENTA - VOTO - INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. TRIBUTÁRIO. CONDIÇÕES DA AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. MATÉRIA PROCESSUAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 43/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de ação em que se objetiva a restituição dos valores cobrados a título de Imposto de Renda sobre os valores recebidos a título de adesão a Plano deDemissão Voluntária - PDV. 2. Sentença de procedência do pleito. 3. Oposição de embargos de declaração pela União. 4. Julgamento do feito sem resolução de mérito, com fulcro no art. 267, inciso VI do CPC, ante a falta de interesse de agir, porquanto ausente a pretensão resistida por parte da ré. 5. Interposição de Recurso Inominado pela parte autora. 6. Provido o recurso do autor pela Turma Recursal Suplementar do Paraná, foi determinado o retorno dos autos ao juízo de origem, a fim de julgar-se o mérito do pedido. 7. Incidente de uniformização interposto pela União, com fulcro no art. 14, § 2º, da Lei n.º 10.259/2001. 8. Alegação de que, consoante a jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça, o reconhecimento administrativo da pretensão deduzida em juízo denota a ausência do interesse de agir, tornando o autor carecedor de ação. 9. Incidente inadmitido pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Paraná, ao argumento de que descabe pedido de uniformização em que a suposta divergência recai sobre matéria processual. 10. Coaduno do entendimento manifestado pela Presidência da 2ª Turma Recursal do Paraná, porquanto a análise acerca do preenchimento das condições de ação - especificamente da existência do interesse processual - é questão meramente processual, não guardando relação com o mérito efetivamente. 11. Aplicação da Súmula n.º 43/TNU, in verbis: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual." 12. Incidente de uniformização não conhecido. (grifei)

(PEDILEF nº 200970520004390. Relator: Juiz Federal Adel Américo de Oliveira. DOU: 09/03/2012).

7. Incidente não conhecido.

ACORDAO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 07 de maio de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000051-43.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: MARIA REGINA PAULINO SOARES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
IMPETRADO(A): MINISTRO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DO PRESIDENTE DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. PETIÇÃO INICIAL NÃO ACOMPANHADA DE DOCUMENTO ESSENCIAL. INICIAL INDEFERIDA.

1 . Mandado de Segurança impetrado por Maria Regina Paulino Soares em face de ato do Presidente da Turma Nacional de Uniformização que negou provimento ao agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização.

2. Nos termos do §1º do art. 7º do RITNU, a decisão proferida pelo Presidente da TNU é irrecorrível.

3. Essa Turma Nacional de Uniformização segue entendimento no sentido de que cabe Mandado de Segurança quando a decisão impugnada evidenciar caráter teratológico, de negativa de prestação jurisdicional ou violar direito líquido e certo.

4. No caso dos autos, a impetrante apresentou tão-somente a petição inicial do presente mandamus, o qual não se encontra instruído com a necessária prova do ato reputado como ilegal, qual seja, cópia da decisão impugnada. Sequer seu inteiro teor encontra-se transcrito na petição. Portanto, não houve atendimento aos requisitos para ajuizamento e desenvolvimento, nos termos do art. 6º da Lei nº 12.016/2009 c/c art. 282, VI, do CPC.

5. Petição inicial indeferida, conforme o art. 10 da Lei nº 12.016/2009 c/c art. 295, VI, do CPC.

6. Sem custas nem condenação em honorários advocatícios (Súmula nº 512, STF).

ACORDÃO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização INDEFERIR A INICIAL do Mandado de Segurança, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília (DF), 07 de maio de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0006376-69.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ FERNANDO MARTINS DE MELO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

DIREITO PENAL - CRIME DE DESACATO - NÃO CONFIGURAÇÃO - EXPRESSÕES PRODUTO DE DESABAFO OU REVOLTA MOMENTANEA AINDA QUE O ESTADO DE ÂNIMO ALTERADO SURJA DA DISCUSSÃO COM O SERVIDOR - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

I - RELATÓRIO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, condenou o réu a um ano de detenção em regime aberto, pelo crime de desacato, com substituição da pena privativa de liberdade por prestação de serviço a entidade pública, por ocasião do cometimento de crime de desacato contra funcionário público federal.

A parte alega, em suas razões, que o acórdão recorrido diverge do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça, o qual consigna que "intervenções no calor da discussão, mesmo que em excesso, não configuram o dolo necessário para tipificar o delito de desacato".

A Presidência da TNU proferiu decisão reconhecendo a existência de indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas invocados decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado razão pela qual admitiu o incidente de uniformização.

II - CONHECIMENTO

Está perfeitamente demonstrado o conflito de teses. Reconhece a decisão recorrida a orientação do STJ, segundo a qual o estado de exaltação exclui o dolo, afastando a própria existência do crime. Contudo, conclui que o precedente deve ser interpretado com temperamentos asseverando que o estado de exaltação só pode impedir a configuração da infração quando ele for prévio à conduta, circunstância inexistente na espécie.

Tal distinção não se faz presente nem no acórdão do STJ tampouco no outro paradigma apresentado, oriundo da TRGO. Em ambos assentou-se que o estado de exaltação do réu o exime de responsabilidade sem qualquer ênfase ao momento em que o estado de ânimo exaltado faz praça.

III - VOTO

O recurso deve ser provido parcialmente uma vez que a tese edificada no acórdão recorrido não tem procedência.

Com efeito, o tipo subjetivo do crime de desacato é doloso, consistindo na vontade livre e consciente de ofender ou desprestigiar a função pública exercida pelo sujeito passivo. O dolo deve abranger o conhecimento da qualidade de funcionário público do sujeito passivo e sua presença no local da conduta. Segundo doutrina tradicionalíssima, o ânimo calmo (estado emocional controlado e medido, em que a pessoa ofende a honra funcional do preposto estatal dolosa e conscientemente) constitui requisito do elemento subjetivo do crime de desacato. Nesse contexto, o estado de exaltação ou cólera exclui o seu elemento subjetivo do tipo. Trata-se de assentamento fundado no entendimento de Nélson Hungria, para quem o tipo subjetivo do crime de desacato exige o dolo específico, consistente na "intenção ultrajante", no "propósito de depreciar ou vexar" e que, portanto, não admite interseção com a ofensa proferida num estado notório de cólera, ira, medo, susto ou pavor; nesses casos, pois, o agente não estaria controlando seu desiderato volitivo de menoscabar, de alguma forma, o prestígio da administração pública e a honra funcional da vítima.

No mesmo sentido são as doutrinas de Bento de Faria, Washington de Barros Monteiro e outros tantos.

Se a exaltação do estado de ânimo afasta o dolo tal se dá independentemente da afetação ter surgido durante a conduta ou antes dela, mormente tendo-se em vista que tais explosões momentâneas inconvenientes ocorrem exatamente em razão do local onde geralmente os ânimos se exaltam com facilidade, no calor da discussão, muitas vezes incentivadas pelo comportamento da autoridade.

A objeção feita na decisão recorrida, de que a adoção da tese sustentada no recurso implicaria na completa anulação da norma repressiva resolve-se pela prevalência do entendimento segundo o qual para excluir o elemento subjetivo o ânimo exaltado deve atingir intensidade capaz de comprometer a vontade livre e consciente de desprestigiar e/ou humilhar o funcionário público.

Na espécie, o acórdão recorrido desenvolveu todo seu raciocínio a partir da consideração de que o elemento subjetivo do tipo somente é afetado se a exaltação de ânimo é antecedente à conduta tida como criminosa com o que contaminou todas as consequências a que chegou.

Por tais razões, fixo a tese de que não configura o crime de desacato expressões produto de desabafo ou revolta momentânea, ainda que o estado de ânimo alterado surja da discussão com o servidor.

Em face da tese jurídica fixada, voto no sentido de conhecer o recurso e dar-lhe parcialmente provimento, anulando a decisão recorrida a fim de que a TRPE reexamine a apelação averiguando se, independentemente do momento em que surgiu o estado de ânimo exaltado do recorrente, era este de intensidade suficiente para afastar o dolo.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBELO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501242-68.2011.4.05.8311
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ERALDO JOSÉ DE ALBUQUERQUE
PROC./ADV.: DANILO ALMEIDA NASCIMENTO
OAB: PE-29 744
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

PREVIDENCIÁRIO - TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL - UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA - NÃO CONHECIMENTO - FALTA DE SIMILITUDE FÁTICO E JURÍDICA ENTRE O ACORDAO RECORRIDO E OS PARADIGMAS.

A ação judicial concerne ao reconhecimento de períodos laborados sob condições especiais, com posterior conversão em tempo comum, bem como a concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição integral, com o pagamento de retroativos desde o indeferimento administrativo, ocorrido em 06/10/2008 (DER).

A sentença rejeitou os pedidos por entender que já existia pronunciamento judicial acobertado pelo manto da coisa julgada material sobre os vários interregnos situados entre 01/07/1975 e 01/12/2005, de maneira que a sua análise recaiu sobre os pedidos posteriores, constantes da CTPS e do CNIS (docs. 10 e 23),mas concluiu que não há nos autos provas da exposição a agentes nocivos à saúde ou à integridade física, de maneira que o tempo de serviço aí compreendido deve ser contabilizado de forma comum.

O recurso foi apreciado nos seguintes termos:

Cuida-se de recurso inominado interposto com vistas à reforma da sentença que julgou improcedente a pretensão autoral, consistente no reconhecimento de atividade alegadamente prestada sob condições especiais, para fins de conversão e conseqüente concessão de aposentadoria por tempo de serviço/especial.

- Insurge-se o autor contra período de 01/10/1976 a 02.12.1984 não considerado especial. Contudo, verifica-se nos autos do processo nº 0507729-63.2006.4.05.8300 que o referido período foi, anteriormente, objeto de apreciação pelo Juízo, tendo a decisão transitada em julgado (doc 15, nos autos do processo nº 0507729-63.2006.4.05.8300).

- Com efeito, operada a coisa julgada, incabível rediscutir a matéria anteriormente apreciada. Ademais, nas causas sujeitas ao procedimento dos Juizados Especiais não se admite a ação rescisória, a teor do art. 59 da Lei nº 9.099/95, ora aplicado subsidiariamente. Com efeito, tal entendimento foi sufragado pelo Fórum Nacional dos Juizados Especiais Federais - FONAJEF que lavrou o enunciado 44: "Não cabe ação rescisória no Juizado Especial Federal. O artigo 59 da Lei n 9.099/95 está em consonância com os princípios do sistema processual dos Juizados Especiais, aplicando-se também aos Juizados Especiais Federais"

- É sabido que a simplificação do rito dos Juizados Especiais visa à solução dos litígios de forma mais célere, contudo, tal premissa não pode significar ofensa à segurança dos julgamentos.

- Recurso inominado improvido. Sentença mantida.

Segundo o recorrente, o entendimento esposado no acórdão recorrido diverge do entendimento do STJ, REsp 414083/RS, e, outrossim, da própria TNU - que, no julgamento do Pedido de Uniformização de Jurisprudência 200672950162422/SC, harmonizou seu entendimento com o do STJ.

A decisão proferida no REsp 414083 RS (2002/0017921-4, Ministro GILSON DIPP Julgamento: 12/08/2002 Órgão Julgador: T5 - QUINTA TURMA Publicação: DJ 02.09.2002 p. 230) está versada nos seguintes termos:

I - O tempo de serviço é disciplinado pela lei vigente à época em que efetivamente prestado, passando a integrar, como direito autônomo, o patrimônio jurídico do trabalhador. A lei nova que venha a estabelecer restrição ao cômputo do tempo de serviço não pode ser aplicada retroativamente, em razão da intangibilidade do direito adquirido. II - A exigência de comprovação do tempo de trabalho permanente, não ocasional e nem intermitente, em condições especiais, estabelecida no § 3° do art. 57, da Lei 8.213/91, na redacão dada pela Lei n.° 9.032/95, só pode aplicar-se ao tempo de servico prestado durante a sua vigência e não retroativamente, porque se trata, de condicão restritiva ao reconhecimento do direito. Se a legislação anterior não exigia a comprovação da exposição permanente aos agentes nocivos, a lei posterior que passou a exigir tal condicão, tem inegável caráter restritivo ao exercício do direito, não podendo ser aplicada a situações pretéritas.

Já o PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL mencionado pelo recorrente, Relator: JUIZ FEDERAL DERIVALDO DE FIGUEIREDO BEZERRA FILHO, DJ 05/04/2010) decidiu:

1. À luz do entendimento consolidado no STJ e na TNU, tem-se que a exigência do trabalho permanente em condições especiais consta na alteração da Lei n. 8.213/91, promovida pela Lei n. 9.032/95, e somente para as atividades desempenhadas sob a égide dessa é que pode ser imposta. 2. O autor comprovou ter exercido, no setor de "Estoque Congelados/Resfriados", no período de 12.08.1985 a 23.07.1994, trabalho sob condições especiais, qual seja, exposição ao agente nocivo "frio", nas atividades de "carregar e descarregar caminhões com produtos in natura e industrializados" e "transportar produtos da câmara de estocagem até a plataforma de expedição". E tal exposição, conforme o laudo, ocorreu de forma habitual e intermitente. Considerando, então, que a improcedência do pleito se deu por não restar comprovada a permanência da exposição do autor ao agente nocivo, e que essa permanência não lhe era exigida à época da prestação do serviço, impõe-se reconhecer a especialidade do serviço do autor, no período de 12.08.1985 a 23.07.1994.

EXEMPLAR DE ASSINANTE PROIBIDA A REVENDA

Como se verifica, não há qualquer correspondência entre a decisão proferida pela Turma Recursal de Pernambuco, que trata eminentemente de coisa julgada e, secundariamente, assevera que nos outros períodos pretendidos pelo autor não se fez prova da pretensa atividade insalubre e/ou perigosa, e os paradigmas apresentados os quais tratam, basicamente, da irretroatividade da lei 9.032/95.

Voto, portanto, no sentido de não conhecimento do pedido de uniformização, na medida em que o acórdão recorrido não guarda similitude fática ou jurídica com a decisão recorrida.

Brasília, 07 de maio de 2015.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBELO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503027-21.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ANTONIO ALEXANDRE DE PONTES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES

VOTO

Por meio de petição versada em 24 longas, tediosas e desnecessárias laudas avia o recorrente embargos declaratórios, com efeitos infringentes, acoimando as decisões anteriores da TNU, proferidas neste processo, de contraditórias e omissas.

Trata-se, na verdade, de reiteração de anteriores embargos declaratórios, deduzidos em outras 25 laudas de idêntico jaez na qual o ora recorrente pretende a modificação do acórdão que não conheceu de pedido de uniformização.

Consoante se vê da decisão que inadmitiu o PEDILEF, da relatoria do juiz federal GLAUCIO MACIEL, a TRRN negou provimento ao recurso originário, tendo reputado válido o ato administrativo que alterou a forma de cálculo das horas extras que foram incorporadas à remuneração do recorrente, por força de decisão judicial transitada em julgado em data anterior à edição da Lei 9.784/99.

O recorrente, em seu PEDILEF alegou, em suma, ter sido consumada a decadência administrativa, asseverando que o aresto impugnado contraria a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça de que, caso o ato acoimado de ilegalidade tivesse sido praticado antes da promulgação da Lei 9.784/99, tal como ocorreu na espécie, a Administração teria o prazo de cinco anos a contar da vigência da aludida norma para anulá-lo; se executado em momento posterior, o prazo decadencial qüinqüenal da Administração teria tido início a partir de sua prática. Indicou como paradigmas o MS 9112/CE, o REsp 1.270.474/RN e o AgRg no REsp 1.270.252/RN.

A decisão primeva da TNU afirmou o seguinte: "Não há a necessária similitude entre as situações jurídicas sob confronto, que possibilite a almejada uniformização de jurisprudência. Os paradigmas apontados decidiram, em suma, que a possibilidade de revisão da forma de cálculo das horas extras incorporadas pelos servidores, por força de decisão judicial transitada em julgado em data anterior à edição da Lei 9.784/99, está fulminada pela decadência. Salientaram que o ato administrativo do Tribunal de Contas da União, decorrente do Acórdão 2.161/05, que determinou que o pagamento das horas extras fosse feito em valores nominais, ocorreu após o decurso do prazo decadencial de cinco anos contados da entrada em vigor da referida norma. Já o acórdão impugnado, a seu turno, afastou a decadência administrativa, fundamentando que a fluência do prazo se iniciou com a publicação da Lei 11.091/05, ou seja, em 13-1-2005, a qual foi responsável pela reestruturação da carreira do autor. Segundo a turma de origem, como a revisão administrativa ocorreu em 2008, antes de completados os cinco anos estabelecidos pela Lei 9.784/99, não há que se falar em decadência. Para a identificação da divergência que leva ao conhecimento do incidente, é essencial que entre o acórdão impugnado e o paradigma haja idêntica base fática, o que não se verifica nos autos, sob pena de gerar uma distorção na uniformização que se pretende fazer. Pedido de uniformização não conhecido".

Inconformado, o jurisdicionado apresentou embargos de declaração sustentando que o acórdão embargado contém contradição no que tange à afirmação de que inexistiria identidade entre as situações jurídicas confrontadas. Insiste em asseverar ter sido consumada a decadência administrativa, argumentando que a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça é uníssona no sentido de que o prazo decadencial previsto no art. 54 da Lei 9.784/99, quanto aos atos administrativos praticados anteriormente, deve ser contado a partir da vigência da referida norma, e não da entrada em vigor do plano de cargos e salários do autor, conforme decidiu a turma de origem. Alega, em síntese, que não há que se falar em renovação do prazo decadencial com a edição da Lei 11.091/05.

A propósito de tais embargos, assim decidiu a TNU: "Não há nenhum vício a ser sanado no acórdão embargado. Neste ficou expressamente consignado que o pedido de uniformização não deveria ser conhecido, em razão de os paradigmas apresentados pelo recorrente (o MS 9112/CE, o REsp 1.270.474/RN e o AgRg no REsp 1.270.252/RN) não guardarem correspondência com o caso específico dos autos. O acórdão embargado registrou que os paradigmas apontados, repita-se, decidiram, em suma, que a possibilidade de revisão da forma de cálculo das horas extras incorporadas pelos servidores, por força de decisão judicial transitada em julgado em data anterior à edição da Lei 9.784/99, foi atingida pela decadência. Salientaram que o ato administrativo do Tribunal de Contas da União, decorrente do Acórdão 2.161/05, que determinou que o pagamento das horas extras fosse feito em valores nominais, ocorreu após o decurso do prazo decadencial de cinco anos contados da entrada em vigor da referida norma. O presente feito, a seu turno, afastou a decadência administrativa, fundamentando que a fluência do prazo se iniciou com a publicação da Lei 11.091/05,ou seja, em 13-1-2005, a qual foi responsável pela reestruturação da carreira do autor. A turma de origem considerou que, como a revisão administrativa se deu em 2008, antes de completados os cinco anos estabelecidos pela Lei 9.784/99, não havia que se falar em decadência. Percebe-se, portanto, a ausência de identidade fática entre os arestos confrontados. Enquanto os acórdãos do Superior Tribunal de Justiça fazem alusão a ato administrativo de correção do Tribunal de Contas da União, praticado após o decurso do prazo de cinco anos da entrada em vigor da Lei 9.784/99, a decisão impugnada se refere à lei de reestruturação da carreira do recorrente (Lei 11.091/05), a qual, segundo a turma de origem, constitui o marco inicial da decadência administrativa. Vale destacar que apenas a similitude estrita entre os julgados divergentes permite esgotar a discussão da matéria controvertida em todos os seus aspectos, o que não se verifica no caso. Cumpre ainda registrar que, à exceção dos acórdãos proferidos no MS 9112/CE, no REsp 1.270.474/RN e no AgRg no REsp 1.270.252/RN, todos os demais arestos referidos no recurso de embargos de declaração que ora se julga não foram apontados como paradigmas no incidente de uniformização, estando, portanto, preclusa sua indicação".

No seu novo recurso o autor reafirma sua indignação com as decisões anteriores, renova sua argumentação e quer, simplesmente, fazer prevalecer seu entendimento em relação àquele exarado pelos dez juízes que já examinaram e reexaminaram suas alegações, nelas não enxergando qualquer procedência. Tal se percebe, com facilidade, ante a seguinte passagem constante do recurso: nos recursos de embargos, o embargante demonstrou claramente que as decisões utilizadas como divergentes....teriam identidade fática e jurídica".

Não têm.

Os argumentos dos novos embargos, em sua essência, são os mesmos vertidos na peça anterior e não conseguem apontar qualquer contradição ou omissão das anteriores manifestações jurisdicionais da TNU.

Depara-se, na espécie, com o abuso do direito de recorrer, que se verifica na reiteração de argumentação já rechaçada, conducente à procrastinação do desfeito da lide a justificar a imposição da pena de multa, no importe de 1% sobre o valor da causa, ora determinada.

Voto, portanto, pelo que rejeito os embargos declaratórios.

Brasília, 07 de maio de 2015

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBELO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5001438-23.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DURVALINA MARIA ADRIANO
PROC./ADV.: TATIANA DENISE DOS SANTOS
OAB: SC-11313
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBELO
PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL. RUÍDO. NÍVEIS VARIADOS DURANTE A JORNADA DE TRABALHO. CÁLCULO PELA MÉDIA PONDERADA. NA AUSÊNCIA DESTA NO LAUDO PERICIAL, DEVE-SE ADOTAR A MÉDIA ARITMÉTICA. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 20/TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

O presente recurso é dirigido contra acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Santa Catarina que condenou o INSS a reconhecer como tempo de serviço laborado em condições especiais período em que a parte autora esteve exposta a níveis variados de ruído sob o argumento de que o nível de ruído para caracterização da especialidade, quando variável e não havendo elementos acerca da média ponderada (procedimento mais preciso), deve ser considerado pelo nível máximo aferido (pico).

Decidiu a Turma Recursal que, ante a inexistência de informações que pudessem permitir a apuração da média ponderada, já que não realizada a análise pela dosimetria, aplicar-se-ia como parâmetro para aferição da especialidade o nível máximo (pico). Ocorre que assim decidindo, a decisão recorrida adotou entendimento divergente do aplicado à mesma situação jurídica pela Turma Nacional de Uniformização que entende que, ante a inexistência de informações no processo que permitam apurar a média ponderada do ruído, somente poderá ser reconhecida a especialidade da atividade quando a média aritmética simples do nível de ruído aferido for superior aos limites legais.

O pedido de uniformização foi admitido na origem.

Conheço o recurso na medida em que a decisão recorrida firma entendimento diverso ao que decidiu a Turma Nacional de Uniformização no julgamento do PEDILEF 20107255003655 (27/06/2012) ocasião em que proferiu a seguinte decisão: "1. Para fins de enquadramento da atividade especial pela exposição a agente nocivo ruído com níveis de ruído variados durante a jornada de trabalho do segurado, a técnica ideal a ser considerada é a média ponderada. 2. Não sendo adotada tal técnica pelo laudo pericial, deve ser realizada média aritmética simples entre as medições de ruído encontradas pela prova pericial. 3. Resta afastada a técnica de 'picos de ruído', onde se considera apenas o nível de ruído máximo, desconsiderando-se os valores mínimos. 4. Retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado. Aplicação da Questão de Ordem 20/TNU. 5. Incidente conhecido e parcialmente provido". (PEDILEF 201072550036556, JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, DOU 17/08/2012.).

MÉRITO

A meu sentir, a tese jurídica adotada pela TNU deve prevalecer uma vez que a exposição a ruído, com intensidade que variada entre 78 a 84 dB(A), ou seja, sem que se alcance o limite máximo durante toda a jornada de trabalhado, ou, na pior das hipóteses, durante a maior parte do tempo de exposição, não pode acarretar a configuração de todo o período como "especial".

De fato, a propósito dos chamados "picos" tenho que a medição do ruído para fins de análise da especialidade da atividade desempenhada pela parte deve levar em consideração a média ponderada, mediante dosimetria. Nos casos em que não é possível aferir média ponderada do ruído, pela insuficiência e até impossibilidade de obtenção de elementos probatórios precisos, a especialidade do período deve ser apurada levando-se em conta o ruído aferido pela média aritmética simples dos valores apurados, circunstância que permite a não desconsideração dos períodos em que se verificou incidência mínima. A meu ver, tal critério é o que melhor observa o princípio da equidade, que faz praça no sistema de justiça dos juizados, e mais se aproxima da realidade dos fatos. Assim, penso ser correto o entendimentos segundo o qual havendo elementos probatórios suficientes e conclusivos acerca da média ponderada de ruído esta é a que deve ser utilizada; na ausência de prova conclusiva ou possível da média ponderada, deve-se aferir pela média simples. Tal entendimento não se choca com a jurisprudência da TNU; ao revés, dá-lhe concretude e eficácia.

Ademais, a interpretação ora adotada não viola o disposto na legislação de regência (art. 57, § 3º, da Lei nº 8.213/91), nem lhe dá interpretação divergente da sufragada pela Turma Nacional de Uniformização no voto paradigma posto ser, na espécie, perfeitamente possível colher informações sobre o nível médio de ruído, aferido através da média aritmética simples entre os níveis mínimo e máximo, e, então, verificar se há superação dos limites legais de tolerância.

VOTO

Em face do exporto, meu voto é por uniformizar o entendimento no sentido de que, para fins de enquadramento de atividade especial por exposição à agente nocivo ruído em níveis variados, deve ser levada em consideração a média ponderada; na ausência de adoção dessa técnica pelo laudo pericial, deve ser realizada a média aritmética simples entre as medições levantadas pelo laudo; via de consequência, dar provimento parcial ao recurso para determinar a remessa dos autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado, devendo o Colegiado verificar a possibilidade de aferição da média ponderada de ruído, prevalecendo, no caso de inviabilidade desse método, a média aritmética simples como acima previsto. Incidência da Questão de Ordem 20/TNU.

Brasília, 07 de maio de 2015.

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBELO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502135-97.2008.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: EVANDRO JUSTINO DA SILVA
PROC./ADV.: ANGELA PEREIRA RAMOS
OAB: PE-11 418
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco que manteve a sentença recorrida e confirmou o entendimento de que não haveria direito ao reconhecimento de contagem de tempo especial.

2. A recorrente aponta como paradigma decisão desta Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, que versam sobre a possiblidade de admitir laudo técnico não contemporâneo ao período laborado.

3. In casu, O Juízo Federal de Primeira Instância julgou improcedente o pedido a fim de não conceder benefício de aposentadoria por entender que a elaboração de laudo em tempo posterior ao laborado não seria passível de idoneidade. A autora interpôs recurso inominado e o órgão recursal manteve a sentença pelos próprios fundamentos.

Sentença:

O laudo técnico fornecido pela empresa Cotonifício José Rufino S/A, referente ao período de 13/10/1981 a 09/04/1997, cujo levantamento ambiental foi efetuado em 1993, não faz nenhuma alusão às condições em que o autor prestou serviços àquela empresa, muito menos se houve alterações ambientais, ou de máquinas e equipamentos, entre a data de admissão, 13/10/1981, e a da análise ambiental (maio de 1993), já que seria absolutamente impossível emitir qualquer prognóstico sobre a situação em 09/04/1997, data de demissão do autor, 4 anos após a elaboração do parecer.

Nas mesmas condições apresenta-se o laudo pericial da Empresa Suape Têxtil S/A, do período de 14/04/1997 a 20/03/2007, vez que não apresenta os requisitos mínimos, capazes de possibilitar uma análise no sentido de se averiguar a prestação de serviços em condições especiais. O documento não informa sequer a data de expedição, o nome e assinatura do perito. Desta forma, reputo-o inidôneo como prova.

As conclusões dos laudos técnicos sobre condições de insalubridade e periculosidade devem ser analisadas pelo magistrado com os devidos cuidados e razoabilidade, levando em conta o fato de que, em geral, são expedidos muitos anos após a prestação do serviço, o que certamente diminui sua precisão. No caso do ruído, por exem-

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

plo, é quase impossível reconstituir as situações fáticas operadas há longos anos, em face das mudanças ocorridas nas condições do local de trabalho, tais como instalações, máquinas, equipamentos, equipamentos etc.

Assim, à luz dos argumentos expedidos e da legislação que rege a matéria, a parte autora não tem direito à aposentadoria pretendida, uma vez que não conseguiu provar a prestação de serviços em condições especiais.

3.1 O acórdão limitou-se a fundamentar a manutenção da sentença de acordo com o art. 46 da lei 9.099/95.

4. Na hipótese há claramente dois períodos cujo cômputo para fins de tempo especial está sendo pleiteado no presente pedido de uniformização. O primeiro que vai de 13/10/1981 a 09/04/1997 e 14/04/1997 a 20/03/2007.

5. No que se refere ao período de 13/10/1981 a 09/04/1997, conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da possiblidade de considerar o laudo pericial não contemporâneo apto a comprovação do labor especial e sobre a reavaliação de laudos considerados inidôneos.

5.1 De fato, em relação período laborado na empresa Cotonifício José Rufino S/A (de 13/10/1981 a 09/04/1997), observa-se que a douta sentença o excluiu baseando-se em inaptidão jurídica do laudo apenas pelo fato deste ter sido elaborado em data posterior ao do período trabalhado.

5.2 Nesse diapasão, o acórdão recorrido vai de encontro a jurisprudência sumulada no enunciado de Nº 68 desta c. Turma, que diz que o laudo, ainda que extemporâneo, pode ser utilizado para fins de constatação de exposição a agentes nocivos e tempo laborado sob condições especiais. Verbis:

O laudo pericial não contemporâneo ao período trabalhado é apto à comprovação da atividade especial do segurado.

6. Já quanto ao período laborado na empresa Suape Têxtil S/A (de 14/04/1997 a 20/03/2007), deixo de conhecer o pedido de uniformização, haja vista que a análise do pedido implicaria reexame de matéria fática, uma vez que o v. acórdão não reconheceu sua robustez probatória e é o que demanda o incidente, confrontando, assim, a jurisprudência desta Turma Nacional, ao cumprimento, como visto, de que ele traria o mínimo de elementos necessários a prova de tempo especial, de acordo com o enunciado de N° 42:

Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.

7. Por essas razões, com fulcro no artigo 8º, X, do Regimento Interno desta Turma Nacional, dou provimento parcial ao Incidente de Uniformização para reafirmar o entendimento o laudo não contemporâneo é apto a comprovar atividade especial, para, nos termos da Questão de Ordem de nº 20 e anular o acórdão vergastado no ponto referente ao período de 13/10/1981 a 09/04/1997, retornando os autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme a premissa jurídica ora fixada.

Brasília, 17 de maio de 2015.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501848-07.2012.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): DEIVISON MARCELO FERREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: EVELINE CARNEIRO
OAB: CE-17775
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela ré autora em face de acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará, que, reformando a sentença recorrida, concedeu o benefício assistencial.

2. O recorrente aponta como paradigma decisão da TNU, que versa sobre necessidade de fundamentação pelo acórdão de todos os pontos questionados.

3. In casu, O Juízo Federal de Primeira Instância julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial ao autor. Da sentença, o autor interpôs recurso inominado, que restou provido, Verbis:

1. Para a concessão e manutenção do benefício assistencial previsto no art. 203, V, da CF/88: a) idade igual ou superior a 65 anos, quando se tratar de amparo social ao idoso, ou, na hipótese de pessoa portadora de deficiência, a comprovação da deficiência incapacitante; b) a comprovação de que o(a) requerente não possui meios de prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família.

2. No que se refere à comprovação da renda, a incapacidade de meios de manutenção tem como parâmetro a renda familiar per capita igual ou inferior a ¼ (um quarto) do salário mínimo, nos termos do art. 20, caput e § 3º, da Lei nº. 8.742/93. Nada obstante, "para se chegar à apuração de tal montante é possível a exclusão de algumas receitas e despesas, cuja origem e destinação, ao fim e ao cabo, estejam em sintonia com a moldura constitucional e legal do benefício" (TNU, PEDILEF 2003.61.84.036724-9, Rel. Juíza Federal Louise Vilela FilgueirasBorer, DJ 16.11.2004).

3.Deve ser confirmada a sentença que julga procedente a concessão de LOAS atenta as provas dos autos que atestam que o núcleo familiar não prescinde do benefício assistencial tendo em vista a constatação da miserabilidade dessa associação humana.

4. Sem maiores digressões quanto à matéria de fundo, observo que é o caso de anulação exofficio do acórdão recorrido. Esta C. Turma Nacional possui longa e reiterada jurisprudência permitindo a anulação de acórdãos que, pela deficiência de fundamentação, impedem logicamente qualquer deliberação sobre a matéria posta em discussão no respectivo pedido de uniformização (PEDILEF 05006720220124058100, JUÍZA FEDERAL KYU SOON LEE, TNU, DOU 24/10/2014; PEDILEF 05035281720094058302, JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, TNU, DOU 24/10/2014; PEDILEF 00244636320094013900, JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA, TNU, DOU 27/06/2014; PEDILEF 05023362920074058202, JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA, TNU, DOU 23/04/2013; PEDILEF 200481100153083, JUÍZA FEDERAL VANESSA VIEIRA DE MELLO, TNU, DOU 11/05/2012; PEDILEF 05007292520094058100, JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, TNU; PEDILEF 05041999520084058101, JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, TNU, DOU 13/04/2012).

4.1 No caso vertente, competia à Turma Recursal o enfretamento das questões controvertidas que lhe foram devolvidas pelo recurso inominado e, por conseguinte, a efetiva fundamentação do acórdão. Malgrado o autor tenha suscitado diversos pontos não apreciados na sentença, o acórdão recorrido limitou-se a confirmá-la por seus próprios fundamentos, sem qualquer incursão na matéria questionada.

4.2 É certo que segundo a liturgia decisória dos Juizados Especiais Federais, a sentença conterá os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes e, do Acórdão, se exige indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva (Artigos 38 e 46 da Lei 9.099/95). Tais elementos de concisão e informalidade, entretanto, não elidem a exigência constitucional de fundamentação, a garantir que "?a parte recorrente saiba quais foram os argumentos utilizados para o julgamento da causa" (TNU, PEDILEF 50306649200740581O2, REL. JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA).

4.3. A aplicação da regra do Art. 46, da Lei 9.099/95, para fins de tornar válida a decisão, monocrática ou colegiada, deve estar acompanhada de um mínimo de analise dos fatos e de evidências que permitam concluir, com segurança, que houve a leitura e compreensão da causa pela instância julgadora, sob pena de vir a ser decretada, ex-officio, a nulidade do julgamento, diante da manifesta ofensa às garantias constitucionais processuais das partes, máxime à regra do Artigo 93, IX, da CF - precedentes dessa egr. Turma Nacional PEDILEF 200481100176162, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, PEDILEF 0502440-02.2008.4.05.8100, Relator Juiz Federal PAULO ARENA.

4.4 Impõe-se, no caso de que se cuida, em virtude da própria estrutura genérica do acórdão vergastado, conhecer do recurso para anular o acórdão recorrido, com retorno dos autos à Turma Recursal de origem que seja proferido novo julgamento em atenção as orientações aqui enunciadas.

5. Nesses termos, e na esteira dos precedentes desta e. Turma Nacional, conheço do recurso e dou efetivo provimento nos moldes do art. 8º, inciso X, do Regimento Interno desta Turma Nacional de Uniformização, determinando que os autos retornem à Turma Recursal para que seja proferido novo julgamento nos termos aqui indicados.

Brasília, 17 de maio de 2015.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501056-49.2009.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: NILZA DE ARAUJO MARINHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco que reformou a sentença recorrida e entendeu que os requisitos legais para a concessão do benefício de prestação continuada não se apresentavam.

2. A recorrente aponta como paradigma decisões desta Turma Nacional, que versam sobre a valoração das provas de provas periciais similares acostada aos autos.

3. In casu, O Juízo Federal de Primeira Instância julgou procedente o pedido inicial a fim de determinar a concessão de benefício de salário-maternidade. Da sentença, a ré interpôs recurso inominado, que fora provido pelo órgão recursal e reformou a sentença.

5- A autora de fato é portador de perda total da visão em olho esquerdo, por provável causa traumática. De acordo com a perícia realizada, trata-se de deficiência que gera incapacidade laborativa parcial permanente, podendo trabalhar em atividades que não necessitem de visão de profundidade.

6- Penso que o benefício de amparo social (Lei nº 8.742/93) não foi criado para solucionar o problema social de desemprego e da dificuldade de inserção no mercado de trabalho para os portadores de deficiência física com capacidade laborativa. Para tanto, já há mecanismos na legislação previdenciária, como a exigência de contratação de profissionais portadores de necessidades especiais, de acordo com o porte da empresa, nos moldes do art. 93, da Lei nº 8.213/91.

7- Isto posto, dou provimento ao recurso interposto e reformo a sentença do Juízo de 1º grau, para determinar que a incapacidade parcial não é suficiente para ensejar a concessão do benefício assistencial reclamado. Ademais, com apenas 38 anos, é possível a pleiteante ser inserida no mercado de trabalho em atividade cujo desempenho não seja prejudicado por sua deficiência física.

8- Recurso provido.

4. O v. acórdão fundamentou a reforma da decisão em questões de matéria fática, e não em jurisprudência, analisando a fragilidade do conjunto fático-probatório, entendo que as provas examinadas não seriam robustas o suficiente para a configuração da incapacidade que ensejasse a concessão do benefício para pessoa considerada ainda jovem e em condições de ser inserida no mercado de trabalho.

4.1 Nesse sentido, não seria possível admitir o recurso, dado que esta c. Turma Nacional não conhece de pedido de reexame de matéria fática, conforme o entendimento já sumulado no enunciado Nº 42:

Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato

Por essas razões, com base no artigo 8º, IX, do Regimento Interno desta c. Turma Nacional, não conheço do recurso.

Brasília, 17 de maio de 2015.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502860-16.2013.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: FRANCISCA GALDINO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Paraíba, que, reformando a sentença recorrida, negou a concessão do benefício de pensão por morte por entender que a dependência econômica não restava comprovada.

2. A recorrente aponta como divergência decisões oriundas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte e de Sergipe, que apenas fazem menção a precedentes do STJ e TNU, mas não os apresentam. Os acórdãos paradigmas pertencem, portanto, todos a mesma região, não merecendo, portanto apreciação desta Turma Nacional, e, sim, da Turma Regional daquela região. É o que preceitua a Lei 10.259/2001 em seu artigo 14, § 1o.

Art. 14, § 1o O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.

3. O posicionamento está sedimentado e pacificado entre os membros desta c. Turma Nacional.

EMENTA: INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA ENTRE TURMAS RECURSAIS DA MESMA REGIÃO. INADMISSIBILIDADE. 1.A requerente arguiu divergência jurisprudencial em face de julgado da Turma Regional de Uniformização do Tribunal Regional Federal da 4ª Região. 2.O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região deve ser julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito (art. 14, § 1º, da Lei nº 10.259/2001). O dissenso entre Turmas da mesma região deve ser resolvido pela correspondente Turma Regional de Uniformização em sede de incidente de uniformização regional. A TNU só tem competência para julgar arguição de divergência jurisprudencial entre decisões de Turmas de diferentes regiões. 3.Incidente não conhecido.

(TNU. PEDILEF: 2010.72.59.002999-0/SC. RELATOR JUIZ FEDERAL ROGÉRIO MOREIRA ALVES. JULGADO EM 15/05/2012).

Por essas razões, nos termos do artigo 8º, inciso IX, do Regimento Interno desta c. Turma Nacional não conheço do incidente de uniformização.

Brasília, 27 de abril de 2015.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0506115-64.2008.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO CARLOS CIRINO
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA
OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão proferido pela 1° Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, reformando a sentença recorrida, entendeu que o requisito renda não se apresentava adequado para fins de concessão do benefício de prestação continuada.

2. O recorrente aponta como paradigma decisões da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais que versam sobre a possibilidade de aferição da miserabilidade através de outros meios de prova que não apenas o critério objetivo da renda inferior a ¼ de salário-mínimo.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA PARA TERCEIROS

3. In casu, O Juízo Federal de Primeira Instância julgou procedente o pedido a fim de conceder o benefício assistencial. Da sentença, a parte ré interpôs recurso inominado, o qual fora provido pelo órgão recursal mencionado, que reformou a sentença por entender que a renda superaria o teto legal para a concessão, Verbis:

Compulsando os autos, restou provado que embora o autor seja portador de deficiência, encontrando-se impedido de desempenhar suas atividades diárias e de trabalhar, com relação ao aspecto da miserabilidade, não atendeu a tal requisito, pois conforme consta nos anexos, existem provas que mostram está superado o teto legal para concessão de benefício, não tendo como prosperar o pedido do autor.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso do INSS, para reformar a sentença de procedência, julgando o pedido improcedente.

4.1 No caso vertente, competia à Turma Recursal o enfretamento das questões controvertidas que lhe foram devolvidas pelo recurso inominado e, por conseguinte, a efetiva fundamentação do acórdão. Malgrado o autor tenha suscitado diversos pontos não apreciados na sentença, o acórdão recorrido limitou-se a confirmá-la por seus próprios fundamentos, sem qualquer incursão na matéria questionada.

4.2 É certo que segundo a liturgia decisória dos Juizados Especiais Federais, a sentença conterá os elementos de convicção do Juiz, com breve resumo dos fatos relevantes e, do Acórdão, se exige indicação suficiente do processo, fundamentação sucinta e parte dispositiva (Artigos 38 e 46 da Lei 9.099/95). Tais elementos de concisão e informalidade, entretanto, não elidem a exigência constitucional de fundamentação, a garantir que "?a parte recorrente saiba quais foram os argumentos utilizados para o julgamento da causa" (TNU. PEDILEF 5030664920074058102, REL. JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA).

4.3. A aplicação da regra do Art. 46, da Lei 9.099/95, para fins de tornar válida a decisão, monocrática ou colegiada, deve estar acompanhada de um mínimo de analise dos fatos e de evidências que permitam concluir, com segurança, que houve a leitura e compreensão da causa pela instância julgadora, sob pena de vir a ser decretada, ex-officio, a nulidade do julgamento, diante da manifesta ofensa às garantias constitucionais processuais das partes, máxime à regra do Artigo 93, IX, da CF - precedentes dessa egr. Turma Nacional PEDILEF 200481100176162, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, PEDILEF 0502440-02.2008.4.05.8100, Relator Juiz Federal PAULO ARENA.

4.4 Com efeito, ao referir-se à prova dos autos, que seria capaz de demonstrar a superação do teto legal, sem, contudo, indicar-lhes, o acórdão incorreu em deficiência de fundamentação, pois impede a parte prejudicada de saber quais seriam as evidências nos autos contra si.

4.5 Impõe-se, no caso de que se cuida, em virtude da própria estrutura genérica do acórdão vergastado, conhecer do recurso para anular o acórdão recorrido, com retorno dos autos à Turma Recursal de origem que seja proferido novo julgamento em atenção as orientações aqui enunciadas.

5. Nesses termos, e na esteira dos precedentes desta e. Turma Nacional, conheço do recurso e dou parcial provimento nos moldes do art. 8º, inciso X, do Regimento Interno desta Turma Nacional de Uniformização, determinando que os autos retornem à Turma Recursal para que seja proferido novo julgamento nos termos aqui indicados.

Brasília, 17 de maio de 2015.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0509503-55.2011.4.05.8300
ORIGEM: 1ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANNA KARLA FERREIRA BATISTA
PROC./ADV.: ARNEDO CORREIA BARCELAR
OAB: PE- 09896
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela parte ré em face de acórdão proferido pela 1° Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco que, mantendo a sentença recorrida, entendeu que a autarquia previdenciária deveria arcar com o pagamento do benefício de salário-maternidade independente da dispensa sem justa causa.

2. O recorrente aponta como paradigma decisão da Turma Recursal dos Juizados Especiais do Distrito federal que versa sobre a ilegitimidade passiva do INSS e a desnecessidade de pagamento de salário-maternidade pela autarquia quando da dispensa de segurada em estado gravídico sem justa causa.

3. In casu, O Juízo Federal de Primeira Instância julgou procedente o pedido a fim de conceder o benefício de salário-maternidade. Da sentença, a parte ré interpôs recurso inominado, o qual restou improvido pelo órgão recursal, que manteve a sentença por entender que a autarquia seria o responsável final da obrigação, pois, ainda que a empresa antecipasse o pagamento, realizaria a compensação dos gastos do benefício com descontos em contribuições.

Ocorre que o fato de ser atribuição da empresa pagar o salário-maternidade no caso da segurada empregada não afasta a natureza de benefício previdenciário da prestação em discussão.

A responsabilidade final pelo pagamento do benefício, como se percebe do dispositivo acima transcrito, é do INSS, na medida em que a empresa tem direito a efetuar compensação com as contribuições incidentes sobre a folha de salários e demais rendimentos.

Se assim é, não há razão para eximir o INSS de pagar o benefício que, em última análise, é de sua responsabilidade. A segurada não pode ser penalizada com a negativa do benefício previdenciário, que lhe é devido, pelo fato de ter sido indevidamente dispensada do trabalho.

Eventual descumprimento da legislação trabalhista e previdenciária pela empresa não constitui óbice ao reconhecimento do direito da segurada pelo próprio INSS, responsável último pela concessão do benefício de salário-maternidade.

4. Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. Com efeito a questão controvertida radica em torno de quem seria o detentor do ônus do pagamento de salário-maternidade quando a segurada é demitida sem justa causa dentro do seu período de estabilidade por gravidez. Exclui-se por óbvio a discussão sobre a ilegitimidade passiva do INSS por tratar-se de matéria processual, não podendo ser discutida em sede de incidente de uniformização por esta Turma Nacional, de acordo com a súmula de Nº 43.

4.1 Nesse diapasão, a decisão vai de encontro a jurisprudência consolidada desta c. Turma, que entende que o pagamento de salário-maternidade realizado ou não pela empresa não elide a responsabilidade da proteção previdenciária pela autarquia.

A ora requerida ingressou em Juízo pretendendo lhe fossem pagas as prestações do salário-maternidade a que tem direito e que lhe foram negadas em sede administrativa. O requerente procura impor à segurada a obrigação de demandar judicialmente em sede da Justiça do Trabalho, em face do ex-empregador, que a demitiu durante a gravidez, como se a obrigação do empregador de antecipar o pagamento do salário-maternidade substituísse a sua obrigação direta pelo benefício. Infelizmente, entendimento oriundo da Turma Recursal de Alagoas em um único caso, isolado, vem motivando pedidos de uniformização contra julgados diversos que estão em consonância com a melhor interpretação e com a Jurisprudência inclusive da TNU sobre o assunto. Recentemente, na Sessão de novembro de 2013, a TNU decidiu o caso que passo a citar, que bem representa o entendimento deste colegiado: "INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE RÉ. PREVIDENCIÁRIO. SALÁRIO MATERNIDADE. DESEMPREGO INVOLUNTÁRIO DENTRO DO PERÍODO DE ESTABILIDADE. PAGAMENTO DEVIDO. ART. 71 DA LEI 8.213/91. DEVER DO EMPREGADOR DE REALIZAR O PAGAMENTO DO BENEFÍCIO MEDIANTE COMPENSAÇÃO COM A PREVIDÊNCIA SOCIAL. MODIFICAÇÃO DO CARÁTER PREVIDENCIÁRIO PARA DIREITO TRABALHISTA. INOCORRÊNCIA. RESPONSABILIDADE DO BENEFÍCIO A CARGO DA AUTARQUIA PREVIDENCIÁRIA. PROTEÇÃO À MATERNIDADE. ART. 6º, CAPUT, E ART. 201, II, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. DIVERGÊNCIA CONFIGURADA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO IMPROVIDO.

(...)

9. O salário-maternidade, nos termos do art. 71 da Lei 8.213/91, é devido à segurada da Previdência Social, observada as situações e condições previstas na legislação no que concerne à proteção à maternidade, não fazendo a lei ressalva alguma quanto a situação empregatícia da segurada no momento da gravidez.

(...)

11. Considerar que a demissão imotivada no período de estabilidade da empregada importa no dever do empregador de pagar o salário maternidade no lugar da previdência social seria transmudar um benefício previdenciário em indenização trabalhista (Ibrahim, Fábio Zambitte, Curso de Direito Previdenciário, 2011, p. 646), o que é absolutamente inadmissível. Eventual obrigação imposta ao empregador de reintegrar a segurada ao emprego por força de demissão ilegal no período de estabilidade, com conseqüente dever de pagar o benefício (mediante a devida compensação), bem como os salários correspondentes ao período de graça, não podem induzir a conclusão de que, mesmo na despedida arbitrária, caberia ao empregador o pagamento do benefício. 12. Retirar da autarquia o dever de arcar com o salário-maternidade em prol de suposta obrigação do empregador é deixar a segurada em situação de desamparo, que se agrava em situação de notória fragilidade e de necessidade material decorrente da gravidez. Portanto, considero incabível o entendimento adotado pela Turma de Alagoas. (PEDILEF 201071580049216, JUIZ FEDERAL PAULO ERNANE MOREIRA BARROS, TNU, DOU 18/11/2013 PÁG. 113/156.)" Nada mais há a acrescentar ao brilhante voto do eminente colega, Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros. Assim, aplica-se ao caso concreto a Questão de Ordem 13 da TNU. Ante o exposto, voto por não conhecer do Pedido de Uniformização da Interpretação de Lei Federal.

(TNU - PEDILEF: 50413351920114047100 , Relator: JUIZ FEDERAL LUIZ CLAUDIO FLORES DA CUNHA, Data de Julgamento: 14/02/2014, Data de Publicação: 14/03/2014)

4.3. Logo o incidente de uniformização enfrentaria a Questão de ordem de N° 13 desta Turma nacional.

5. Por essas razões, com fulcro no artigo 8º, IX, do Regimento Interno desta Turma Nacional, não conheço Incidente de Uniformização.

Brasília, 17 de maio de 2015.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5021501-69.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: NAUAN DANIEL CALONI DA SILVA
PROC./ADV.: MARIA ANGÉLICA ORSI
OAB: RS-24590
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul que manteve a sentença recorrida e entendeu pela concessão do benefício de prestação continuada.

2. O recorrente aponta como paradigma decisão da TNU e do STJ, que versam sobre a possibilidade de concessão do benefício de prestação continuada mesmo que a renda percapita seja superior a ¼ de salário-mínimo.

3. In casu, O Juízo Federal de Primeira Instância julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial ao autor. Da sentença, a parte autora interpôs recurso inominado, que restou improvido nos seguintes termos:

Destarte, mesmo que descontado os gastos com medicamentos, o contexto probatório (18-LAU1) afasta a possibilidade de concessão do benefício pleiteado, nas condições atuais, pois não preenchido o requisito da incapacidade para prover a própria manutenção e nem de tê-la provida por sua família conforme inclusive assinala o parecer do MPF (52-PROM1).

Do laudo social e fotografias (18-LAU1), destaco que a casa é própria e guarnecida de móveis e eletro domésticos essenciais em razoável estado de conservação. Ademais, segundo a assistente social, "a sobrevivência está garantidade uma forma básica, tem auxiliado nas necessidades vitais como: moradia,alimentação, educação, vestuário, higiene".

Registro, a propósito, que "condição econômica modesta não equivale à condição de necessidade, de miserabilidade, a justificar o direito ao benefício assistencial", consoante decidiu o TRF da 3ª Região (AC 200361170006490, 9ª Turma, Rel. Marisa Santos, DJU de 29/07/2004, p. 292).

Neste sentido, cito precedente do TRF da 4ª Região:

(...) Possível reconhecer o estado de miserabilidade a partir de outros elementos sócio-econômicos. 2. Esta condição, todavia, pode ser demonstrada também pelo conjunto probatório dos autos. 3. Da documentação juntada infere-se indiscutivelmente apresentadas condições de pobreza. 4. Não há que se confundir pobreza com miséria. Miséria é condição de pobreza extrema, indigência, penúria.

E é ao estado de miserabilidade que socorre o benefício assistencial. 5. Feito juízo de retratação quanto à interpretação do dispositivo legal; mas aplicado o direito na prática, conforme os elementos dos autos, em obediência ao princípio do livre convencimento motivado do juiz, não apresentaram-se, a par da desconsideração tão-só do critério objetivo da renda familiar de ¼ do salário mínimo, condições de miserabilidade. (APELREEX 200971990037893, 5ª Turma, Rel. Des. Federal Rômulo Pizzolatti, D.E. de 10/05/2010 - grifei)

4. O acórdão vergastado, portanto, manteve a improcedência do pedido de concessão do benefício assistencial devido à renda superior a ¼ de salário-mínimo, mas devido às condições econômicas analisadas pelo laudo social não indicarem a hipossuficiência.

4.1 Logo, a decisão está calcada em questões de matéria fática e não de direito, pontuando a fragilidade do conjunto fático-probatório, ou seja, entendendo que as provas examinadas não seriam robustas o suficiente para a configuração de miserabilidade que ensejasse a concessão do benefício.

4.1 Nesse sentido, não seria possível admitir o recurso, dado que esta c. Turma Nacional não conhece de pedido de reexame de matéria fática, conforme o entendimento já sumulado no enunciado de Nº 42:

Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.

Por essas razões, com base no artigo 8º, IX, do Regimento Interno desta c. Turma Nacional, não conheço do recurso.

Brasília, 17 de maio de 2015.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0003410-07.2010.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LUIZ DOS REIS
PROC./ADV.: DANIELA VILELA P. VASCONCELOS
OAB: SP-161110
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de São Paulo que reformou a sentença recorrida e entendeu que os requisitos legais para restabelecimento de benefício de auxílio-doença não estavam presentes.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. O recorrente aponta como paradigma decisão desta Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais e do Superior Tribunal de Justiça, que versam sobre a possibilidade de concessão do benefício ainda quando há constatação de incapacidade parcial e a situação sócio-econômica do autor o deixa em estado de vulnerabilidade social.

3. In casu, O Juízo Federal de Primeira Instância julgou procedente o pedido a fim de determinar a concessão de benefício de auxílio-doença. Da sentença, a ré interpôs recurso inominado, que restou provido pelo órgão recursal e reformou a sentença:

Assim, de acordo com as conclusões apresentadas no laudo pericial anexado aos autos virtuais, "o autor reúne condições para continuar realizando a atividade que desempenhava anteriormente (tratorista)."

Portanto, por não preencher o requisito da incapacidade laborativa, não faz jus à concessão do benefício de auxílio-doença.

Em juízo aprofundado, examinando cuidadosamente os autos virtuais, encontrei elementos suficientes para reformar a sentença recorrida, vez que ausentes os requisitos necessários para a concessão do benefício requerido, conforme a fundamentação acima.

4. O v. acórdão, portanto, supedaneou a reforma da decisão em questões de matéria fática, e não em matéria de direito, expondo que o laudo não indicava incapacidade laborativa.

4.1 Nesse sentido, não seria possível admitir o recurso, pois o acórdão paradigma trazido refere-se a situação de incapacidade parcial associada a condições sócio-econômicas e educacionais desfavoráveis, enquanto que o acórdão recorrido fundamentou-se em questões diversas, notadamente de matéria fática, como a ausência de qualquer nível de incapacidade.

4.2 O incidente, assim, enfrenta a Questão de Ordem de N° 22 desta Turma Nacional, que permite o não conhecimento de pedido de uniformização que quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática com o acórdão paradigma.

4.3 De todo modo, se não fosse o caso de aplicação da Questão de ordem de Nº 22 acima mencionada, a pretensão recursal ora desenvolvida implicaria reexame de matéria de fato, o que é vedado pela súmula de Nº 42 desta TNU.

Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato.

Por essas razões, com base no artigo 8º, IX, do Regimento Interno desta c. Turma Nacional, não conheço do recurso.

Brasília, 17 de maio de 2015.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0508942-94.2012.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: JOSÉ ROGÉRIO DE FARIAS
PROC./ADV.: RENATA PESSÔA DE SOUSA
OAB: PE-27595
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais de Pernambuco, que, mantendo a sentença recorrida, negou a concessão do benefício de aposentadoria por invalidez por entender que não estava cumprida a carência exigida para o benefício.

2. A recorrente aponta como divergência decisões oriundas das Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais do Paraná, que versam sobre o entendimento de que o Acidente Vascular Cerebral seja considerado acidente de forma geral para fins de isenção de carência.

3. Incasu, O Juízo Federal de Primeira Instância julgou improcedente o pedido a fim de não conceder o benefício de auxílio-doença. Da sentença, a parte autora interpôs recurso inominado, o qual fora improvido pelo órgão recursal mencionado, que a manteve por entender que o autor não detinha a época qualidade de segurado, como se pode verificar:

3. Para que o segurado possa fazer jus a aposentadoria por invalidez, os critérios estabelecidos pelo caput do art. 42 da Lei 8.213/91 (Lei de Benefícios), são o seguintes: incapacidade definitiva e insuscetibilidade de reabilitação para o exercício de atividade que lhe garanta a subsistência, ou seja, para o legislador previdenciário, a aposentadoria por invalidez é um benefício que se autoriza a concessão em prol daqueles que apresentarem incapacidade dotada de caráter definitivo e irreversível.

4. No caso concreto, diante da ausência da qualidade de segurado(a) da parte autora, afigura-se indevida a concessão/restabelecimento de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, uma vez inexistente um dos requisitos previstos na LBPS.

4. O recurso não deverá ser conhecido. Como acima transcrito, a v. decisão foi baseada em fundamento diverso do que ora é apresentado no presente pedido de uniformização.

4.1 Com efeito, o recorrente ventila sua insurreição com base na viabilidade de o AVC ser considerado evento imprevisível apto a ensejar a concessão de auxílio-doença. No entanto, a lide não foi decidida nesses termos, repito, como visto.

4.2 A lide restou solucionada com base no fato de que o autor não seria segurado do Regime Geral da Previdência Social. Esse, portanto, seria o ponto que deveria ser previamente desafiado no recurso para que o julgamento pudesse ser revertida em favor do beneficiário. Deste modo, há claro descompasso entre a matéria que foi tratada pela Turma de origem e esta outra que agora e trazida ao conhecimento da Turma Nacional.

4.3 A situação enseja, assim, a conclusão de que o recurso ora em análise não guardou congruência com a decisão recorrida, nem muito menos, por aí, restou prequestionado ou apresentou paradigma válido, todas causas autonomamente suficientes para ensejar seu não conhecimento.

5. Por essas razões, nos termos do artigo 8°, inciso IX, do Regimento Interno desta c. Turma Nacional não conheço do presente incidente de uniformização.

Brasília, 17 de maio de 2015.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0523311-48.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: PETRONÍLIA AMARO LIMA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Cuida-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão proferido pela 2° Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Ceará que, reformando a sentença recorrida, entendeu que os requisitos para a concessão do benefício de prestação continuada não se apresentavam.

2. O recorrente aponta como paradigma decisões da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais que versam sobre a possibilidade de aferição da miserabilidade através de outros meios de prova que não apenas o critério objetivo da renda inferior a ¼ de salário-mínimo.

3. In casu, O Juízo Federal de Primeira Instância julgou improcedente o pedido inicial a fim de não conceder o benefício assistencial ao autor por entender que não haveria possiblidade de aferir a renda de outra maneira que não o critério objetivo, sob a escusa de que estaria criando inovação legal. Da sentença, a parte autora interpôs recurso inominado, o qual não fora provido pelo órgão recursal mencionado, que basicamente manteve a sentença pelos próprios fundamentos.

4. Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno da possiblidade de aferir a miserabilidade por outros meios que não apenas a renda inferior a 1/4 de salário-mínimo.

4.1 Nesse diapasão, o julgado recorrido vai de encontro à jurisprudência consolidada desta C. Turma. Confira-se, por exemplo, o acórdão desta Casa que adiante transcrevo:

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte, a qual manteve pelos próprios e jurídicos fundamentos a sentença que julgou improcedente o pedido de benefício assistencial ao deficiente, sob o fundamento de que a renda per capita da família é superior a ¼ do salário-mínimo. 2. Interposto incidente de uniformização pela parte autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega a recorrente que o julgador, para aferição do requisito da miserabilidade, deve se utilizar de outros meios, além do previsto no § 3º do art. 20 da Lei n. 8.742/93. Com intuito de demonstrar a divergência jurisprudencial, apontou como paradigmas julgados da Turma Recursal do Mato Grosso, do Superior Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal. 3. Incidente não admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU após agravo.

(...)

6. Esta Turma Nacional de Uniformização tem posicionamento consolidado acerca da matéria em controvérsia. Segundo este Colegiado, o qual encampou o entendimento do C. STJ, para a aferição do requisito da miserabilidade, o julgador deve se utilizar de outros meios de prova, não sendo a renda per capita de ¼ do salário-mínimo um único critério a ser adotado para tanto. (PEDILEF 05022800820124058400.Relator JUIZ FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES. Data do julgamento: 08/10/2014. Data da publicação: 30/01/2015).

4.2. O entendimento também encontra sufrágio no egrégio Superior Tribunal de Justiça, verbis:

3. A Terceira Seção deste Superior Tribunal consolidou o entendimento de que o critério de aferição da renda mensal deve ser tido como um limite mínimo, um quantum considerado insatisfatório à subsistência da pessoa portadora de deficiência ou idosa, não impedindo, contudo, que o julgador faça uso de outros elementos probatórios, desde que aptos a comprovar a condição de miserabilidade da parte e de sua família. 4. Infere-se dos autos que o Tribunal de origem reconheceu que a autora não preenche um dos requisitos legais para o deferimento do pleito, qual seja, o seu estado de miserabilidade. 5. A reapreciação do contexto fático-probatório em que se baseou o Tribunal de origem para deferir o benefício pleiteado, em sede de recurso especial, esbarra no óbice da Súmula 7/STJ. 6. Quanto à alínea c, o recurso também não merece acolhida, porquanto a recorrente deixou de atender os requisitos previstos nos arts. 541 do CPC e 255 do RISTJ. 7. Recurso especial a que se nega provimento.

(STJ, Relator: Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Data de Julgamento: 01/03/2007, T6 - SEXTA TURMA).

4.3. Versando sobre o assunto, em sede de Reclamação Constitucional N° 4.374, o Supremo Tribunal Federal foi mesmo além ao entender que o critério objetivo passou por um processo progressivo de inconstitucionalidade, razão pela qual a miserabilidade prevista na legislação do Benefício de Prestação Continuada deverá ser aferida por outros critérios. Verbis:

Os inúmeros casos concretos que são objeto do conhecimento dos juízes e tribunais por todo o país, e chegam a este Tribunal pela via da reclamação ou do recurso extraordinário, têm demonstrado que os critérios objetivos estabelecidos pela Lei nº 8.742/93 são insuficientes para atestar que o idoso ou o deficiente não possuem meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Constatada tal insuficiência, os juízes e tribunais nada mais têm feito do que comprovar a condição de miserabilidade do indivíduo que pleiteia o benefício por outros meios de prova. Não se declara a inconstitucionalidade do art. 20, § 3o, da Lei nº 8.742/93, mas apenas se reconhece a possibilidade de que esse parâmetro objetivo seja conjugado, no caso concreto, com outros fatores indicativos do estado de penúria do cidadão.

A meu ver, toda essa reinterpretação do art. 203 da Constituição, que vem sendo realizada tanto pelo legislador como por esta Corte, pode ser reveladora de um processo de inconstitucionalização do § 3° do art. 20 da Lei nº 8.742/93. (STF - Rcl: 4374 PE , Relator: Min. GILMAR MENDES, Data de Julgamento: 18/04/2013, Tribunal Pleno, Data de Publicação: **ACORDÃO ELETRÔNICO DJE-173 DIVULG 03-09-2013 PUBLIC 04-09-2013)**

5. Deste modo, na medida em que o magistrado sentenciante invocou exclusivamente a dicção do § 3° do art. 20 da Lei nº 8.742/93 para afastar a percepção do Benefício de Prestação Continuada pelo autor, deve tanto a sentença - como o conseqüente acórdão que a confirmou - serem desconstituídos. A demanda, no ponto, deveria ter sido enfrentada com base em outras evidências concretas e não, como o foi, levando em consideração tão-somente o critério legal já ultrapassado por inconstitucionalidade progressiva.

Por essas razões, com fulcro no artigo 8º, X, do Regimento Interno desta Turma Nacional, dou provimento parcial ao Incidente de Uniformização para reafirmar o entendimento de que há a necessidade de valoração das provas produzidas nos autos e aferição da miserabilidade mesmo quando a renda per capita seja superior a ¼ do salário mínimo, posto não ser este o critério único de aferição da miserabilidade, para, nos termos da Questão de Ordem nº 20, anular o acórdão vergastado, retornando os autos à Turma Recursal de origem para adequação do julgado conforme a premissa jurídica ora fixada.

Brasília, 17 de maio de 2015.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0504059-07.2012.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: GENÉSIA GONÇALVES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA..
OAB: PE-573-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL DE PRESTAÇÃO CONTINUADA (LOAS). DIB. FIXAÇÃO. LIVRE CONVENCIMENTO DO MAGISTRADO. DIB FIXADA NA DATA DE INÍCIO DA INCAPACIDADE. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM Nº 13 DESTA TNU. REEXAME DE PROVA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que negou provimento ao recurso inominado da parte ré e deu parcial provimento ao recurso da parte autora, reformando a sentença de primeiro grau, para condenar o INSS a conceder o benefício assistencial à demandante desde a data de início da incapacidade (06/12/2011). Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue:

"[...]PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. LAUDO PERICIAL. INCAPACIDADE PARCIAL E PERMANENTE. REINSERÇÃO EM ATIVIDADE IMPROVÁVEL. FIXAÇÃO DA DIB. RECURSO DO INSS IMPROVIDO. RECURSO DA PARTE AUTORA PARCIALMENTE PROVIDO.

- Cuida-se de recurso inominado interposto pelas partes contra sentença que julgou parcialmente procedente pedido de benefício assistencial ao portador de deficiência (LOAS), conforme previsão contida no art. 203, inciso V, da Constituição Federal de 1988 e, bem assim, na Lei nº 8.742/93.

- O art. 203, inciso V, da Carta Federal de 1988, prevê "a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei".

- Por sua vez, a Lei 8.742/93 dispõe da seguinte forma sobre o benefício requerido:

"Art. 20. O benefício de prestação continuada é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família."

- São, portanto, imprescindíveis para a concessão do benefício a satisfação de 2 (dois) requisitos: primeiramente, a idade mínima de 65 (sessenta em cinco anos) ou incapacidade que o impossibilite de exercer atividade laborativa, em decorrência de enfermidade/sequela e, segundo, a miserabilidade do recorrente, configurando sua impossibilidade de prover seu sustento.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

- O art. 20, § 2º da Lei nº 8.742/93, em redação dada pela Lei nº 12.435/2011, considera pessoa com deficiência, para fins de concessão do benefício de prestação continuada, "aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais em interação com diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas."

- Em exame pericial, constatou-se que a parte autora, portadora Hipertensão arterial sistêmica (I 10), sequela pulmonar de tuberculose (B90.9) há 15 anos e DPOC (J44.9) evidenciada em 06.12.2011, apresenta incapacidade parcial e permanente.

- É certo que o caráter parcial da incapacidade afasta, em princípio, o direito ao benefício assistencial. Por outro lado, necessário que o laudo pericial seja interpretado à luz da realidade sócio-econômica do autor, não ficando o Juiz adstrito à conclusão pericial, podendo formar seu convencimento por outros elementos probatórios, em face do princípio do livre convencimento motivado.

- A assistência social é meio de amparar a pessoa portadora de deficiência ou idoso que demonstre sua hipossuficiência econômica. Não é necessária a configuração de existência de absoluta vegetatividade para configurar a necessidade assistencial. O artigo 20 da LOAS está baseado na responsabilidade social e na preservação da dignidade humana, impedindo a redução até a indigência de indivíduos que, além da própria carência econômica, veem-se submetidos a uma vida limitada devido a sua condição física ou mental, acarretando a impossibilidade de prover a própria subsistência.

- In casu, considerando as limitações impostas pelas moléstias incapacitantes, o fato de já contar com 61 (sessenta e um anos), ser analfabeta e sempre ter exercido o labor rurícola, seria utópico pretender a sua reinserção no concorrido mercado de trabalho, para iniciar nova atividade profissional, de modo que entendo evidenciada a incapacidade.

- Demais disso, resta cumprido o requisito da miserabilidade, nos termos do §3º do art. 20 da Lei nº 8.742/93, ponto incontroverso no processo, que não foi objeto de recurso.

- Portanto, encontram-se preenchidos os requisitos para concessão do benefício assistencial, não merecendo prosperar a irresignação da Autarquia Previdenciária.

- Quanto à fixação da DIB, pretende a parte autora seja alterada para a data do requerimento administrativo (25/05/2005), considerando que a sentença determinou como termo inicial a data de ajuizamento da ação. Compulsando os autos, vê-se que o perito judicial fixou como data de início da incapacidade 06/12/2011 (quesito 09 do Laudo) (anexo 23). Por outro lado, nenhum dos atestados médicos anexados ao processo é contemporâneo à data do requerimento administrativo. Desse modo, a DIB deve ser alterada para 06/12/2011.

- Por último, visando evitar descabidos e protelatórios embargos de declaração, ressalte-se que não existe a menor necessidade de manifestação expressa sobre os todos os argumentos jurídicos levantados pelas partes, eis que as razões já expostas neste decisum são suficientes para julgamento de todos os pedidos formulados. Idêntico raciocínio se aplica ao prequestionamento. Não há obrigação de manifestação expressa sobre todas as teses jurídicas apontadas como tal. O único propósito de prequestionar a matéria a ser eventualmente levada ao conhecimento das Cortes Superiores, sem que ocorra, na hipótese, qualquer dos pressupostos elencados no art. 535 do Código de Ritos, não constitui razão suficiente para a oposição dos embargos declaratórios, consoante prega a pacífica jurisprudência do STJ. De toda forma, a fim de agilizar o andamento dos processos, considero desde já prequestionados expressamente todos os dispositivos legais indicados pelas partes em suas petições durante o trâmite processual. Insta acentuar, por fim, que os embargos de declaração não se prestam para reanálise de pedidos já decididos.

- Recurso do INSS improvido. Recurso da parte autora parcialmente provido, para reformar a sentença e fixar a DIB na data da incapacidade atestada pelo perito (06/12/2011).

- Ônus sucumbenciais e honorários advocatícios a serem suportados pelo INSS arbitrados em 10% do valor da condenação, observado o disposto na súmula nº 111 do STJ, salvo se a parte autora não estiver representada por advogado na demanda. [...]"

2. Em seu pedido de uniformização, alega a parte autora que a data de início do benefício assistencial deve ser fixada na data do requerimento administrativo, formulado em 05/05/2005. Aduz que o acórdão recorrido contraria precedente da 2ª Turma Recursal de São Paulo (processo nº 00035833620074036302), que adotou o entendimento de que "Se a prova pericial realizada em juízo dá conta de que a incapacidade já existia na data do requerimento administrativo, esta é o termo inicial do benefício assistencial".

3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU.

4. No caso, entendo que o incidente de uniformização não merece ser conhecido.

5. Com efeito, esta TNU já firmou entendimento no sentido de que "o termo inicial dos benefícios, seja por incapacidade, seja no de prestação continuada deve ser assim fixado: a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF n.º 200936007023962); b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF n.º 00558337620074013400); e c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF n.º 00132832120064013200). Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF n.º 05017231720094058500)" (Cf. PEDILEF n.º 0501152-47.2007.4.05.8102, Rel. Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, j. 25 mai. 2012).

6. Hipótese em que o acórdão destacou:

"Quanto à fixação da DIB, pretende a parte autora seja alterada para a data do requerimento administrativo (25/05/2005), considerando que a sentença determinou como termo inicial a data de ajuizamento da ação. Compulsando os autos, vê-se que o perito judicial fixou como data de início da incapacidade 06/12/2011 (quesito 09 do Laudo) (anexo 23). Por outro lado, nenhum dos atestados médicos anexados ao processo é contemporâneo à data do requerimento administrativo. Desse modo, a DIB deve ser alterada para 06/12/2011."

7. Desta feita, observo que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento predominante neste colegiado que privilegia o livre convencimento do magistrado.

8. Inteligência da Questão de Ordem n° 13 deste órgão uniformizador.

9. Ademais, o pedido de uniformização pretende o revolvimento do conjunto fático, o que é vedado nesta seara. Aplicação da Súmula 42 desta TNU.

10. Diante dessas considerações, o voto é por não conhecer o presente incidente.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 15 de abril de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5001466-12.2012.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA SOLANGE DOS SANTOS SILVA
PROC./ADV.: JOÃO LUIZ SPANCERSKI
OAB: PR-33257
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO DOENÇA E APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. CARÊNCIA. COMPROVAÇÃO DO EXERCÍCIO DE ATIVIDADE RURAL COMO BÓIA-FRIA. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que negou provimento ao recurso da parte autora, mantendo, pelos seus próprios fundamentos, a sentença de primeiro grau, a qual havia julgado improcedente o pedido formulado na inicial de concessão de benefício por incapacidade. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue:

"[...] Trata-se de recurso interposto pela parte autora contra sentença que julgou improcedente o pedido inicial de concessão de auxílio-doença, com posterior conversão em aposentadoria por invalidez, ou de auxílio-acidente.

A decisão recorrida não acolheu a pretensão orientada na inicial ao entendimento de que a autora - 57 anos, bóia-fria, ensino fundamental completo, acometida de limitações e restrições decorrentes da obesidade e da hipertensão arterial - não ostentava a qualidade de segurada na data de início de incapacidade (20.12.2011) e tampouco preencheu a carência necessária.

A parte recorrente sustenta que apresentou suficiente início de prova material e que as testemunhas confirmaram que sempre se dedicou às lides rurais.

Não lhe assiste razão.

Mantenho a sentença por seus próprios fundamentos (Lei 9.099/95, art. 46 c/c Lei 10.259/01, art. 1º), apenas ressaltando que a inexistência de prova material não impede o reconhecimento do labor rurícola na condição de bóia-fria, conforme a súmula 14 da TRU4.

Neste aspecto, quanto à prova testemunhal, saliento as conclusões do juízo singular:

Em sua entrevista administrativa, realizada em 09.08.2011, a autora declarou que trabalhou como boia-fria entre 1992 e 2006 para vários empregadores na região de Ivaté/PR; ganhava cerca de R$ 17,00 por dia, e que também já trabalhou com registro em CTPS no período de 09/1979 a 11/1981 (PROCADM7).

Consigno que o extrato do CNIS (evento 2) aponta o trabalho da autora entre 09/1979 e 09/1981 junto à Prefeitura de Maria Helena/PR, e um outro vínculo junto à Construtora Vale do Piquiri Ltda entre 08 e 11/1991.

Depondo em juízo, a autora disse que trabalhou até 2011 na roça, não sabendo dizer os nomes do patrões, mas quem levava era o 'gato' Toninho Sanfoneiro; é viúva desde 1986, e recebe pensão por morte; não trabalha na cidade; os problemas de saúde começaram em 2000; a testemunha Auzenir parou de trabalhar há oito anos; a outra testemunha, Miguel, viu a autora trabalhando no ano passado.

Miguel dos Marteres disse que conhece a autora há trinta e cinco anos, trabalhavam juntos como boias-frias; a ultima vez que trabalhou com a autora foi há uns dezoito anos, quando o depoente foi trabalhar em outro ramo de serviço; ela trabalhou até 2011, viu ela trabalhando na chácara vizinha, pois o depoente é caseiro em uma chácara.

Azeni Rocha Ganzaroli disse que conhece a autora há uns vinte e cinco anos; a autora sempre trabalhou como boia-fria; a depoente está aposentada há oito anos, e a autora trabalhou até o ano passado; via a autora pegando a condução.

Como se constata, as declarações da autora e das testemunhas foram vagas e imprecisas, sendo indicativas de que a autora realmente exerceu atividades rurais, mas em um época muito remota. Desta feita, a fragilidade do início de prova material, aliada à imprecisão das declarações colhidas em juízo nestes autos (depoimentos transcritos no evento 31) e na entrevista da autora no requerimento de aposentadoria por idade, levam a conclusão de que não restou comprovada a qualidade de segurada especial da autora e, somente se tivesse contribuído para a Previdência Social durante o período de carência, na forma do art. 25 da Lei nº 8.212/91, poderia vir a receber o benefício pleiteado.

Assim, apesar de não ser completamente inverossímil a afirmação de que a autora tenha se dedicado ao cultivo da terra, não restou provado que o tenha exercido durante o período necessário à concessão do benefício, o que inviabiliza sua pretensão.

Assim, embora não se exija início de prova material para o trabalhador rural volante, a prova testemunhal não é firme e consistente acerca do suposto trabalho exercido, pois as testemunhas laboraram com a autora há muitos atrás, pouco conhecendo de suas atividades atuais. Ademais, a 1ª testemunha asseverou que a autora parou de trabalhar há 02 anos, ao passo que a 2ª testemunha afirmou que foi há 01 ano, o que impende dúvidas sobre o efetivo exercício da atividade rural no período de 12 meses que antecederam a incapacidade.

Condeno o recorrente vencido (AUTOR) ao pagamento de honorários advocatícios, que fixo em 10% (dez por cento) sobre o valor da causa. Suspendo a execução dos honorários enquanto o autor permanecer na condição de beneficiário da assistência judiciária gratuita.

Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. [...]"

2. Em seu pedido de uniformização, alega a requerente que os documentos juntados (certidão de casamento, certidão de óbito e requerimento de matrícula escolar), corroborados pela prova testemunhal, comprovam o exercício de atividade rural. Aduz que o acórdão recorrido contraria precedentes da 1ª Turma Recursal de Goiás (2007.35.00.706790-9), da 1ª Turma Recursal de São Paulo (0010714-96.2006.4.03.6302) e da Turma Recursal do Rio Grande do Norte (05053856120104058400).

3. Sustenta, ainda, que "a Turma Recursal do Paraná atua com rigor excessivo. Exige que as testemunhas conheçam detalhes específicos da vida do segurado, o que não coaduna com os princípios do Direito Previdenciário", divergindo da jurisprudência do STJ (Recurso Especial 980065/SP e Recurso Especial 980762/SP), que adotou o entendimento de que "Não se deve aplicar rigor excessivo na comprovação da atividade rurícula, para fins de aposentadoria, sob pena de tornar-se infactível, em face das peculiaridades que envolvem o Trabalhador do campo".

4. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU.

5. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

6. No caso dos autos, o incidente não merece ser conhecido.

7. Com efeito, a Turma Recursal de origem, ao negar o pedido de concessão de auxilio-doença e aposentadoria por invalidez da parte autora, apontou de forma clara os motivos que a levaram a considerar que não restou comprovado o exercício de atividade rural no período de 12 meses que antecederam a incapacidade, estabelecendo um verdadeiro juízo de valor acerca de todo o conjunto probatório constante nos autos. Analisando o caso concreto, entendeu que "a prova testemunhal não é firme e consistente acerca do suposto trabalho exercido, pois as testemunhas laboraram com a autora há muitos atrás, pouco conhecendo de suas atividades atuais. Ademais, a 1ª testemunha asseverou que a autora parou de trabalhar há 02 anos, ao passo que a 2ª testemunha afirmou que foi há 01 ano, o que impende dúvidas sobre o efetivo exercício da atividade rural no período de 12 meses que antecederam a incapacidade". Desse modo, inexistente a necessária divergência.

8. Assim, com base nessas considerações, conclui-se que o que a recorrente pretende na verdade é o reexame da matéria fática, vedado no âmbito desta Turma Nacional, conforme Súmula nº 42, "in verbis": "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

9. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 15 de abril de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5001638-85.2011.4.04.7004
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ADEMIR FRANCISCO COSTA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

DECISÃO

Trata-se de ação em que a parte autora postula o restabelecimento de aposentadoria por invalidez (NB 32/5367150434 - DCB maio/2011), concedida judicialmente e cessada pelo INSS após perícia médica administrativa que constatou a inexistência de incapacidade para o trabalho.

A sentença julgou procedente o pleito e determinou o restabelecimento da aposentadoria por invalidez desde a indevida cessação administrativa, sendo mantida pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná, que condenou o réu ao pagamento de honorários advocatícios em razão da sucumbência.

O INSS embargou a decisão quanto ao ponto da condenação honorária, alegando que o autor é assistido pela Defensoria Pública da União, postulando, assim, a isenção de tal verba na linha do entendimento do Superior Tribunal de Justiça (Súmula n. 421).

Os embargos foram, contudo, desprovidos pelo colégio recursal ao fundamento de que:

De acordo com a súmula 421, do STJ, 'Os honorários advocatícios não são devidos à defensoria Pública quando ela atua contra pessoa jurídica de direito público à qual pertença'.

No presente caso, contudo, a defensoria Pública da União prestou assistência jurídica à autora em face do INSS, pessoas jurídicas distintas, de modo que não há que se falar na ocorrência de confusão entre credor e devedor. Destaque-se, ainda, a existência de autonomia orçamentária das autarquias federais em relação à União, nos termos do disposto no art. 165, §5º da CRFB/88 (nesse sentido: procedimento comum do juizado especial cível nº 2010.70.51.006973-0, Juíza Federal Lília Cortês de Carvalho de Martino). Assim, deve ser mantida a condenação quanto ao pagamento dos honorários advocatícios.

Em seu incidente, o INSS alega que a decisão da origem contraria a jurisprudência consolidada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça (Súmula 421 e REsp 1.199.715) no sentido de que os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença.

Pedido de uniformização admitido na origem.

Decido.

A questão dos honorários advocatícios destinados à Defensoria Pública da União já foi objeto de análise por esta Turma na ocasião do julgamento do Pedilef 5026546-24.2011.4.04.7000 (Relator Juiz Federal Paulo Ernane, j. 11/02/2015), conforme ementa que segue:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELO INSS. PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS PARA A DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO. MATÉRIA PROCESSUAL. DESCABIMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Incidente de Uniformização Nacional interposto pelo INSS em face de Acórdão da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que condenou a autarquia ao pagamento de honorários advocatícios à parte vencedora, patrocinada pela Defensoria Pública da União.

2. Aduz, em síntese, que o acórdão recorrido diverge da interpretação firmada por jurisprudência dominante do STJ, uma vez que esta preleciona não serem devidos os honorários advocatícios à Defensoria Pública da União quando atua contra pessoa jurídica de direito público da qual é parte integrante. Para demonstrar a alegada divergência colacionou acórdãos do STJ, bem como ressaltou o enunciado sumular nº421 de indigitada Corte.

3. Incidente foi admitido na origem, sem fundamentação específica.

4. O incidente de uniformização, todavia, não merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. In casu a questão controversa gravita em torno da possibilidade, ou não, de condenação do INSS ao pagamento de honorários advocatícios para a Defensoria Pública da União, fato conducente à aplicação da Súmula nº 7 da TNU, qual seja: "Descabe incidente de uniformização versando sobre honorários advocatícios por se tratar de questão de direito processual"

7. Nesse sentido, também trago recente ementa desta Corte Uniformizadora, publicada em 24/10/2014, de relatoria da d. Juíza Federal Kyu Soon Lee, no PEDILEF nº05014264520114058013: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELO INSS. PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. MATÉRIA PROCESSUAL. DESCABIMENTO. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 7 DA TNU. CONVERSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. POSSIBILIDADE. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO. [...]

8. Diante do exposto, não conheço do incidente de uniformização.

Assim, voto pela reafirmação do entendimento proclamado no julgamento referido e deixo de conhecer o pedido de uniformização com amparo nas Súmulas 7 e 43, desta TNU.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO o presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 8º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 22/2008, alterada pela Resolução CJF n. 163/2011).

De Florianópolis para Brasília, 12 de maio de 2015.

JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0524735-78.2009.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: KRISHNA BANKS ROCHA
PROC./ADV.: TOMAZ DE AQUINO CRISÓSTOMO DA SILVA
OAB: PE-3996
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

DECISÃO

Trata-se de ação proposta contra a União, por meio da qual a parte autora busca a condenação da ré a transformar o cargo de Técnico em Desenvolvimento Econômico da SUDENE, no qual se aposentou, em Técnico de Planejamento, obedecidas as disposições da Medida Provisória n. 440/2008.

Sentença acolheu a questão prejudicial de prescrição do fundo do direito e extinguiu o processo com julgamento do mérito.

[...]

Os autores tomaram conhecimento da não inclusão dos seus nomes no ato de transformação do cargo em 1992, mas deixaram fluir o prazo prescricional quinquenal, previsto no Decreto n. 20.910/32, sem promover qualquer impugnação na via administrativa ou judicial.

Dessa forma, impõe-se reconhecer que, na data de ajuizamento da presente ação, a pretensão aqui vindicada já estava fulminada pela prescrição, nos termos do artigo 1º do Decreto nº 20.910/32.

Recorreu a parte autora e teve seu apelo desprovido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco, que manteve a sentença pelos próprios fundamentos, conforme ementa que segue:

EMENTA: SENTENÇA QUE SE MANTÉM PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. SEM CONDENAÇÃO DO RECORRENTE EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSO IMPROVIDO.

- Trata-se de Recurso Inominado da parte autora, contra sentença de provimento exarada em sede de ação especial na qual se buscou o reconhecimento do direito de transformação de cargo público de Técnico em Desenvolvimento Econômico da SUDENE para o de Técnico de Planejamento, com fundamento na Lei nº 5.645/70 e no Decreto nº 75.461/75.

- Na hipótese em exame, verifico que a sentença recorrida analisou perfeitamente a lide, sendo desnecessárias novas considerações além das já lançadas. Sentença que se mantém pelos próprios fundamentos, por força do art. 46 da Lei n. 9.099/95, norma de acordo com os princípios que regem os juizados especiais federais.

- Por fim, verifica-se a ausência à violação a dispositivos constitucionais pelos demais artigos legais e constitucionais mencionados no recurso interposto.

- Sentença mantida pelos próprios fundamentos.

Incidente de uniformização manejado pela parte autora em que alega que o acórdão da origem destoa do entendimento aplicado pela 2ª Turma Recursal de Pernambuco (processo 0513932-02.2010.4.05.8300), pelo Supremo Tribunal Federal (RE com Ag 777416) e pelo Superior Tribunal de Justiça (REsp 1104144, REsp 913755, REsp 1004130, MS 8017 e REsp 607010). Cita, ainda, precedentes dos Tribunais Regionais Federais da 3ª e 5ª Regiões.

Pedido inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU.

Decido.

Inicialmente, registro que julgados oriundos de Tribunais Regionais Federais e de Turmas Recursais da mesma região do acórdão recorrido não servem à aferição da divergência, nos termos do art. 14, caput e § 2º, da Lei n. 10.259/01, que prevê que o pedido de uniformização deve ser fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante no STJ.

O incidente não merece seguimento.

Esta Turma Nacional de Uniformização, na sessão de julgamento realizada em 15/04/2015, analisando questão idêntica à destes autos (Pedilef 0514057-67.2010.4.05.8300, Relator Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros), patrocinada, inclusive, pelo mesmo procurador signatário do incidente ora sob exame, entendeu, por unanimidade, que não há como se reconhecer a similitude fática entre o acórdão da Turma Recursal pernambucana e os paradigmas invocados pela parte autora, além de reconhecer a ausência de cotejo analítico.

Assim, ante a semelhança entre os casos, peço vênia para transcrever o voto da lavra do relator daquele processo, que adoto como razão de decidir:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR DA EXTINTA SUDENE. ENQUADRAMENTO NO PCC NA CATEGORIA DE TÉCNICO DE PLANEJAMENTO. LEI 5.645, DE 10/12/1970 E DECRETO 75.461/1975. AUSÊNCIA DE HABILITAÇÃO EM PROGRAMA DE TREINAMENTO. FUNDAMENTO DA SENTENÇA. PARADIGMAS DO STJ. AUSÊNCIA DE CONTEJO ANALÍTICO E DE SIMILITUDE FÁTICO-JURÍDICA. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Sentença que acolheu a prejudicial de prescrição do pedido de transformação do cargo exercido na extinta SUDENE na categoria de técnico de planejamento, confirmada pela 2ª Turma Recursal de Pernambuco.

2. Incidente de uniformização interposto pela parte autora alegando, em síntese, a inaplicabilidade da prescrição do fundo de direito.

3. Decisão do Juiz Presidente da 2ª Turma Recursal/PE procedendo à adequação do julgado para, em consonância com o entendimento esposado pela TNU no PEDILEF nº 0518458-46.2009.4.05.8300, afastar a prescrição do fundo de direito e determinar o retorno dos autos à origem para análise do mérito.

4. Sentença que julgou procedente o pedido ao argumento de que "desde a época em que o autor era lotado na extinta SUDENE, já prestavam atividades de colaboração ao órgão central do Sistema de Planejamento para condenar os programas de desenvolvimento da região, de modo que atendiam às necessidades de recursos humanos da área específica, impondo-se, portanto, a transformação dos seus cargos para Técnico de Planejamento".

5. O acórdão da 2ª Turma Recursal de Pernambuco deu provimento ao recurso da União por entender que o julgado monocrático acolheu o pedido da parte autora apenas com base em sua experiência profissional, quando deveria ter comprovado a participação em treinamento ou processo seletivo necessário ao ingresso na aludida categoria funcional.

6. Incidente de uniformização interposto pela parte autora aduzindo divergência do acórdão recorrido com julgados do STF, Tribunal Regional Federal da 5ª Região, STJ e da própria Turma Recursal de Pernambuco.

7. Incidente inadmitido na origem por ausência de similitude entre os arestos apresentados.

8. De início, a Presidência desta TNU negou provimento ao agravo contra decisão que inadimitiu o incidente por ausência de similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma. Após o manejo de embargos de declaração pela parte autora, o Presidente optou por admitir o incidente de uniformização. Vieram-me os autos conclusos pela via do agravo.

9. O incidente de uniformização, com efeito, não merece conhecimento.

10. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

11. Os acórdãos de Tribunal Regional Federal, contudo, não servem de paradigma para o incidente conforme precedentes deste Colegiado: "1. Acórdãos paradigmas oriundos de Tribunais Regionais Federais não se prestam a autorizar caracterização de divergência apta a autorizar o conhecimento do incidente de uniformização. [...]." (TNU, PEDILEF 200772510014642, Rel. Juíza Federal Simone dos Santos Lemes Fernandes, DOU 01/06/2012). Não cabe, também, o apontamento de divergência em relação a julgados de Turma Recursal da mesma região. Quanto ao julgado do STF, importa observar que não tratou especificamente da matéria, já que foi negado provimento ao agravo, de modo que não houve apreciação do recurso extraordinário.

[...]

13. Os julgados do STJ trazidos à colação, por sua vez, ora tratam da não incidência de prescrição do fundo de direito ao caso em apreço (e aplicação da Súmula nº 85 da mesma Corte superior), ora se referem a servidores de outras áreas que não a SUDENE e ora não cuidam especificamente da matéria suscitada por negativa de prosseguimento do recurso. Não vislumbro nenhum julgado que validamente se preste a instaurar o dissenso.

14. Acrescento que o recorrente se limitou a transcrever diversos julgados sem, contudo, se desincumbir da prova do dissenso em relação ao particular conteúdo de cada um, ou seja, não promoveu o necessário cotejo analítico dos julgados, nos termos exigidos pelo art. 13, parte final, do RITNU (Resolução nº 22 de 4/06/2008).

15. Nota-se, portanto, a total ausência de similitude fático-jurídica entre os acórdãos paradigmas da alegada divergência e o aresto impugnado, o que obsta o conhecimento do incidente, nos termos da Questão de Ordem n. 22 .

16. Não tendo sido demonstrado o dissídio jurisprudencial, não pode o incidente ser conhecido.

17. Incidente de uniformização de jurisprudência não conhecido.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO o pedido de uniformização, com fulcro no art. 8º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 22/2008, alterada pela Resolução CJF n. 163/2011).

De Florianópolis para Brasília, 11 de maio de 2015.

JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0059470-08.2007.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ARI DE GOUVEIA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização contra acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que deu parcial provimento ao recurso inominado interposto pela parte autora para determinar a concessão de auxílio-doença em seu favor, desde a data do laudo pericial, conforme se infere:

[...]

A parte autora demonstrou cumprir com todos os requisitos supracitados.

Inicialmente, quanto a existência da incapacidade resta comprovado pelo Laudo Pericial realizado em 18-07-2008 a incapacidade parcial e temporária, na data de realização do referido laudo.

Nesse sentido, orienta a jurisprudência:

RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. LEI 8.213/91. CONCESSÃO. AUXÍLIO-DOENÇA. INCAPACIDADE. TOTAL. PARCIAL. A Lei 8.213/91 não faz distinção quanto à incapacidade, se deve ser total ou parcial; assim, não é possível restringir o benefício ao segurado, deferindo-o, tão-somente, quando a desventurada incapacidade for parcial. Recurso desprovido. (RESP 200401564857 RESP - RECURSO ESPECIAL - 699920. Relator JOSÉ ARNALDO DA FONSECA. STJ, QUINTA TURMA, Data da publicação 14/03/2005)

Ademais, observando o histórico social da parte autora, tenho que não pode ser simplesmente ignorada a avançada idade bem como a baixa escolaridade do mesmo, que afetam diretamente o desenvolvimento de atividades laborativas.

Quanto a qualidade de segurado/carência, tomo o afirmado pelo perito contábil do juízo do que se destaca: "Verificamos pelos vínculos do Cnis que o autor trabalhou por mais de 10 anos, mantendo a qualidade de segurado, caso considerada a condição de desempregado, até 15-04-09".

Diante disso, inegáveis o cumprimento do período de carência e a preservação da qualidade de segurado à época do DII fixada no Laudo Pericial.

Oportunamente, destaca-se outro ponto do laudo contábil: "Consultamos o Dataprev e verificamos que o autor está recebendo Loas idade, benefício nº 541.759.486-1, com a Dib em 12/07/10".

Importante destacar, diante disso, o disposto no art. 20, §4º da Lei nº 8.742/1993, segundo o qual o benefício assistencial (LOAS) "não pode ser acumulado pelo beneficiário com qualquer outro no âmbito da seguridade social ou de outro regime, salvo os da assistência médica e da pensão especial de natureza indenizatória".

Diante do exposto, dou provimento ao recurso e julgo procedente o pedido formulado por ARI DE GOUVEIA, nascido em 09-07-1945, portador da Carteira de Identidade RG. nº 12326139, inscrito no CPF nº 66533953834, em ação proposta em face do INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS. Determino ao instituto previdenciário a concessão do benefício de auxílio-doença a contar da data do início da incapacidade (DII) fixada no Laudo Pericial do juízo, qual seja 18-07-2008.

[...]

O autor opôs embargos de declaração alegando que suas condições pessoais e sociais autorizam o deferimento do benefício de aposentadoria por invalidez, bem como que o início do benefício deve remontar à data de cessação da prestação previdenciária anterior. Enfatizou tratar-se de segurado idoso, com baixa escolaridade, que já exercera a atividade de porteiro e de coletor de material reciclável, acometido de moléstias ortopédicas e oftalmológicas que lhe retiram qualquer possibilidade de reingresso no mercado de trabalho. O recurso foi, contudo, desprovido pela Turma Recursal paulista.

Em seu pedido de uniformização, o autor reitera as razões do recurso de embargos de declaração, indicando como paradigmas julgados desta Turma Nacional que uniformizaram o entendimento de que "a interpretação sistemática da legislação permite a concessão da aposentadoria por invalidez se, diante do caso concreto, os fatores pessoais e sociais impossibilitarem a reinserção do segurado no mercado de trabalho, conforme livre convencimento do juiz [...] na concessão do benefício de aposentadoria por invalidez, a incapacidade para o trabalho deve ser avaliada do ponto de vista médico e social" (Pedilef 200583005060902).

Insurge-se, ainda, quanto à manutenção da data de início do benefício em momento posterior à cessação do auxílio-doença anterior, alegando que a decisão recorrida incorreu em equívoco ao fixar a data do início da incapacidade (DII) na data do laudo pericial (17/08/2008), pois seu quadro incapacitante se instalou em momento anterior. Requer a aplicação ao caso do entendimento de que há presunção de continuidade do estado de incapacidade se a incapacidade atual decorrer da mesma doença que justificou a concessão do benefício anterior (Pedilef 2007.72.57.00.3683-6).

Pedido de uniformização não admitido na origem, com agravo na forma do RITNU.

Decido.

Com relação ao primeiro ponto trazido ao conhecimento desta Turma Nacional, entendo que a parte autora logrou comprovar a divergência. Com efeito, a matéria não é nova e já está consolidada neste Órgão uniformizador, sendo objeto, inclusive, da Súmula n. 47, que prevê: "Uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez".

A própria leitura do acórdão recorrido permite concluir que tais condições foram analisadas pelo julgador anterior, de acordo com a seguinte passagem de seu voto: "[...] Ademais, observando o histórico social da parte autora, tenho que não pode ser simplesmente ignorada a avançada idade bem como a baixa escolaridade do mesmo, que afetam diretamente o desenvolvimento de atividades laborativas".

Pois bem. Considerando que a análise da prova, no caso, já foi realizada pelo colégio recursal, entendo desnecessário e contraproducente determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para adequação, razão pela qual, em homenagem aos princípios norteadores dos Juizados Especiais, reformo o acórdão recorrido, neste ponto, para reconhecer o direito do autor à aposentadoria por invalidez.

Quanto à data de início do benefício, não há falar em divergência, porquanto o acórdão está alinhado à jurisprudência consolidada no âmbito desta TNU. Explico.

A decisão censurada fixou o início dos efeitos financeiros do benefício na data de início da incapacidade (DII) apontada pelo perito judicial especialista em ortopedia, o qual, por sua vez, assinalou em seu laudo que por insuficiência de documentação a respeito e da impossibilidade de precisar quando o segurado restou incapacitado, considero como data de início da incapacidade a data da realização do laudo pericial (18.07.2008) [...]

Registro que ainda que em sede de uniformização não caiba o reexame das provas analisadas pelas instâncias ordinárias para verificação se determinado fato restou ou não comprovado, esta Turma Nacional já decidiu que tal impedimento não desautoriza que o juízo de uniformização analise as provas referidas expressamente no acórdão recorrido e verifique as consequências jurídicas delas extraídas (valoração jurídica da prova) (PEDILEF 50157523720134047108, JUIZ FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO, TNU, DOU 16/05/2014).

Desse modo, tendo em vista que a prova pericial realizada em juízo não concluiu pela presença de incapacidade na data do requerimento administrativo ou na data da cessação do benefício anterior, dado a ausência de documentos que pudessem embasar tal conclusão, entendo que o acórdão recorrido está em consonância com o entendimento desta Turma Nacional a respeito da matéria (Súmula 22), razão pela qual deixo de conhecer do pedido de uniformização, no ponto.

Ademais, a decisão recorrida está baseada no princípio do livre convencimento motivado do julgador para fixação da data do início da incapacidade, prestigiado por esta Turma Nacional de Uniformização. Precedentes: PEDILEF 200936007023962, JUIZ FEDERAL JOSÉ ANTONIO SAVARIS, TNU, DOU 13/11/2011; e PEDILEF 50027625520114047214, minha relatoria, DOU 21/03/2014, SEÇÃO 1, PÁG. 97/127.

Assim, é o caso de não conhecer do presente pedido de uniformização no ponto, em razão do enunciado da Questão de Ordem n. 13, desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

Ante o exposto:

a)CONHEÇO E DOU PROVIMENTO ao pedido de uniformização, com base no art. 8º, X, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 22/2008, alterada pela Resolução CJF n. 163/2011), para reafirmar o entendimento de que uma vez reconhecida a incapacidade parcial para o trabalho, o juiz deve analisar as condições pessoais e sociais do segurado para a concessão de aposentadoria por invalidez; e DETERMINAR, em razão do que restou consignado no voto condutor do acórdão, A CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ EM FAVOR DO AUTOR, mantendo, no mais, a fundamentação adotada pelo acórdão recorrido; e

b)NÃO CONHEÇO, com fulcro no art. 8º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 22/2008, alterada pela Resolução CJF n. 163/2011), o presente pedido de uniformização quanto à data de início do benefício fixada pelas instâncias ordinárias, nos termos do acima exposto.

De Florianópolis para Brasília, 12 de maio de 2015.

JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0005193-33.2007.4.03.6304
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: HILDA ANTÔNIA ROVEROTTO SAVIOLI
PROC./ADV.: TÂNIA CRISTINA NASTARO
OAB: SP 162.958
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

DECISÃO

Trata-se de ação previdenciária em que a parte autora postula a concessão de aposentadoria por idade urbana desde a DER (21/08/2007), indeferida pelo INSS por falta de carência.

A sentença julgou improcedente o pedido ao fundamento de que:

Em conclusão, não é necessária a qualidade de segurado no momento do pedido de aposentadoria, devendo restar comprovado apenas que foram implementados os requisitos, cumulativamente, da carência e da idade.

Por outro lado, não tem cabimento a tese do INSS de que não se pode conjugar as disposições da Lei 10.666/03 com a regra transitória de carência prevista no artigo 142 da Lei 8.213/91, haja vista que o parágrafo 1º do artigo 3º da Lei 10.666/2003, acima transcrito, prevê apenas que o segurado tenha "o tempo de contribuição correspondente ao exigido para efeito de carência", e o tempo exigido para efeito de carência é aquele previsto no aludido artigo 142 da Lei 8.213/91, para o segurado inscrito na Previdência Social ante 24 de julho de 1991.

Deve-se deixar registrado, novamente, que a tabela prevista no aludido artigo 142 da Lei 8.213/91 deve ser observada em relação ao "ano em que o segurado implementou todas as condições necessárias à obtenção do benefício."

No caso, a autora completou 60 anos, em 11/10/2002. Como estava inscrita na previdência antes de 24 de julho de 1991, beneficia-se da tabela de transição prevista no artigo 142 da Lei 8.213/91. Por ela se exige 126 (cento e vinte e seis) meses de contribuição para o ano de 2002.

Deve ser computando o período de 01/04/92 a 31/10/92, para o qual consta no próprio CNIS ter havido recolhimento.

Restou comprovado que a autora, naquele ano de 2002, possuía 110 contribuições. Portanto, não cumpriu a carência prevista para o ano de 2002, de 126 meses.

Também não cumpriu para os anos posteriores.

De fato, entre 2005, 2006 e 2007 efetuou mais 17 recolhimentos, totalizando 127 contribuições.

Ocorre que para o ano de 2007 são exigidos 156 meses de contribuição.

Assim, a autora não implementou todas as condições necessárias à aposentadoria em nenhum ano, não tendo cumprido o disposto no artigo 142 da Lei 8.213/91.

Em seu recurso inominado, a parte autora alegou não ser necessária a implementação simultânea dos requisitos legais para a concessão da aposentadoria por idade, ressaltando ser o benefício devido, nos termos da jurisprudência pátria, independentemente da posterior perda da qualidade de segurado à época do preenchimento do requisito etário, sendo apenas exigido que o obreiro tenha implementado o requisito etário e reúna o número de contribuições previstas na tabela do artigo 142 da Lei n. 8.213/91.

A 3ª Turma Recursal do Juizado Especial Federal de São Paulo confirmou a sentença pelos próprios fundamentos e negou provimento ao recurso da parte autora.

Em seu incidente de uniformização, a parte autora defende que o acórdão da origem contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria. Cita, como paradigmas, os julgamentos do AgRg no REsp 935801 e do AGRESP 637761, que firmaram, respectivamente, os seguintes entendimentos:

AgRg no REsp 935801

[...]

3.Aos segurados urbanos, inscritos no RGPS antes de 24 de julho de 1991, data da publicação da Lei nº 8.213, aplica-se a regra de transição, prevista no artigo 142 da referida Lei. Os meses de contribuição, exigidos para a carência mínima, variam de acordo com o ano de implementação das condições necessárias à obtenção do benefício.

4. Tendo a agravante completado a idade mínima no ano de 2001, a carência devida é a de 120 meses, não havendo como pleitear a aplicação da regra anterior, que exigia 60 meses, já revogada pela entrada em vigor da Lei 8.213/91. Como a recorrida contribuiu por período inferior, não possui direito à concessão do benefício de aposentadoria por idade.

AGRESP 637761

Não é necessária a implementação simultânea dos requisitos legais para a

concessão da aposentadoria por idade. O benefício é devido independentemente da posterior perda da qualidade de segurado à época do preenchimento do requisito etário, desde que o obreiro tenha vertido à

Previdência Social o número de contribuições previstas na tabela do artigo 142 da Lei nº 8.213/91. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento.

Indica, ainda, precedente de Tribunal Regional Federal (AC 200238000135755, TRF1) e outros acórdãos da Corte Superior, no mesmo sentido dos paradigmas acima transcritos (REsp 789543; e REsp 450078).

Pedido inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU.

Decido.

Inicialmente, registro que julgados oriundos de Tribunais Regionais Federais não servem à aferição da divergência, nos termos do art. 14, caput e § 2º, da Lei n. 10.259/01, que prevê que o pedido de uniformização deve ser fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante no STJ.

Quanto aos paradigmas oriundos da Corte Superior, tenho que a autora logrou comprovar o necessário dissídio jurisprudencial.

Isso porque a sentença, confirmada pela Turma Recursal paulista, embora tenha consignado não ser necessária a qualidade de segurado no momento do pedido de aposentadoria por idade, entendeu, quanto aos requisitos exigidos à concessão da prestação, que esses deveriam ser preenchidos concomitantemente, contrariando, assim, a jurisprudência firmada no âmbito do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que não é necessária a implementação simultânea dos requisitos legais para a concessão da aposentadoria por idade.

No mérito, esta Turma Nacional já sumulou a matéria em exame, conforme se infere do enunciado de n. 44:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Para efeito de aposentadoria urbana por idade, a tabela progressiva de carência prevista no art. 142 da Lei nº 8.213/91 deve ser aplicada em função do ano em que o segurado completa a idade mínima para concessão do benefício, ainda que o período de carência só seja preenchido posteriormente.

Cabe consignar que a recorrente nasceu em 11/10/1942, implementando o requisito etário, em 2002, ano para o qual a tabela progressiva do art. 142 da Lei n. 8.213/1991 exige 120 meses de contribuição.

A sentença, confirmada pela Turma de origem, afastou o direito da autora à obtenção do benefício sob o fundamento de que não restaram comprovadas as contribuições necessárias nem quando do implemento da idade (2002) e nem na DER (2007). Entendeu aquele julgador que, em 2002, a segurada possuía 110 contribuições, não cumprindo a carência. Ressaltou, ainda, que, somados os recolhimentos efetuados posteriormente ao aniversário de 60 anos, a autora totaliza 127 contribuições, insuficientes, também, à concessão do benefício uma vez que para o ano de 2007 são exigidos 156 meses de contribuição.

Vê-se, assim, que na DER a recorrente contava com 127 contribuições e, desse modo, o entendimento consolidado na Súmula 44 da TNU a favorece.

Ante o exposto, com base no art. 8º, X, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 22/2008, alterada pela Resolução CJF n. 163/2011), CONHEÇO E DOU PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA, para reafirmar a orientação desta Turma Nacional de que para efeito de aposentadoria urbana por idade, a tabela progressiva de carência prevista no art. 142 da Lei nº 8.213/91 deve ser aplicada em função do ano em que o segurado completa a idade mínima para concessão do benefício, ainda que o período de carência só seja preenchido posteriormente.

Considerando a inexistência de outras questões fáticas a dirimir e visando a dar efetividade ao princípio da celeridade, que rege os Juizados Especiais, reformo a sentença e o acórdão recorrido para acolher o pedido inicial e condenar o INSS a implantar em favor da parte autor o benefício de aposentadoria por idade urbana e a pagar à segurada os valores atrasados, a contar DER/DIB (21/08/2007), corrigidos pelo INPC, de acordo com o Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos na Justiça Federal, e acrescidos de juros de mora, nos termos do art. 1º-F da Lei n. 9.494/1997, com redação dada pela Lei n. 11.960/2009.

Determino o retorno dos autos diretamente ao Juizado de origem para liquidação. Afastada a condenação da parte autora em honorários advocatícios nos termos da Questão de Ordem n. 2/TNU.

De Florianópolis para Brasília, 13 de maio de 2015.

JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0521835-88.2010.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

DECISÃO MONOCRÁTICA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. PREVIDENCIÁRIO. ATIVIDADE ESPECIAL. RUÍDO. PERFIL PROFISSIOGRÁFICO PREVIDENCIÁRIO. DISPENSABILIDADE DE LAUDO TÉCNICO. QUESTÃO JÁ DECIDIDA NA TNU EM REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. QUESTÃO DE ORDEM 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal de Pernambuco que negou provimento ao recurso inominado da parte ré, mantendo, pelos seus próprios fundamentos, a sentença de primeiro grau, a qual havia julgado parcialmente procedente o pedido formulado na inicial de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição, mediante reconhecimento de período de tempo especial. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue:

"[...] Ementa: PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL EM COMUM. MEIOS DE PROVA EXIGIDOS PELA LEI VIGENTE À ÉPOCA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO. SENTENÇA QUE SE MANTÉM PELOS PRÓPRIOS FUNDAMENTOS. CONDENAÇÃO DO RECORRENTE EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS. RECURSO IMPROVIDO.

- A Carta Magna expressamente determina a adoção de critérios e requisitos diferenciados para a concessão de aposentadoria àqueles que exerçam atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física.

- O tempo de serviço deve ser disciplinado pela lei vigente à época em que foi efetivamente prestado. O advento de lei nova estabelecendo restrições aos meios de prova do serviço realizado em condições especiais não tem aplicação retroativa, em respeito à intangibilidade do direito adquirido.

- Na hipótese em exame, verifica-se que a sentença recorrida analisou perfeitamente a lide, sendo desnecessárias novas considerações além das já lançadas. Sentença que se mantém pelos próprios fundamentos, por força do art. 46 da Lei n. 9.099/95, norma de acordo com os princípios que regem os juizados especiais federais.

- Tal procedimento, vale ressaltar, já foi julgado constitucional pelo STF no julgamento do RE 635.729/SP, julgado recentemente, que reafirmou a tradicional jurisprudência da Suprema Corte, no seguinte sentido:

"EMENTA: HABEAS CORPUS. COLÉGIO RECURSAL DE JUIZADO ESPECIAL. APELAÇÃO. NÃO-PROVIMENTO. REMISSÃO AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA.

O § 5º do artigo 82 da Lei n. 9.099/95 faculta ao Colégio Recursal do Juizado Especial a remissão aos fundamentos adotados na sentença, sem que isso implique afronta ao artigo 93, IX, da Constituição do Brasil. Ordem denegada."

(HC 86533, Relator(a): Min. EROS GRAU, Primeira Turma, julgado em 08/11/2005, DJ 02-12-2005 PP-00013 EMENT VOL-02216-02 PP-00301 RTJ VOL-00203-03 PP-01132 LEXSTF v. 28, n. 329, 2006, p. 455-457)

- Recurso improvido.

- Honorários advocatícios, a cargo do recorrente, ora arbitrados à razão de 10% sobre o valor da condenação, respeitada a aplicação da Súmula n. 111 do STJ, conforme entendimento da composição atual da Turma.

DECISÃO COLEGIADA

Decide a 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais de Pernambuco, à unanimidade, negar provimento ao recurso, conforme sentença monocrática e ementa acima. [...]"

Ademais, restou consignado na sentença mantida:

"[...] Trata-se de ação especial cível movida por JOSÉ PEREIRA DOS SANTOS, para o reconhecimento de período como tempo de serviço prestado em atividade especial, com a conseqüente concessão de aposentadoria por tempo de contribuição com proventos proporcionais.

Defiro, inicialmente, os benefícios da Justiça Gratuita.

Citado o INSS contestou, alegando a prescrição das parcelas vencidas há mais de cinco anos. No mérito, pugnou pela improcedência da ação.

Quanto à prejudicial de mérito suscitada, verifico que a prescrição qüinqüenal, consoante posição jurisprudencial, somente atinge as prestações vencidas há mais de cinco anos, contadas da propositura da ação. Este, aliás, é o teor da Súmula 85 do Superior Tribunal de Justiça, que assim dispõe: "Nas relações jurídicas de trato sucessivo, em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito reclamado, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do qüinqüênio anterior à propositura". Portanto, força concluir que somente serão devidas as parcelas dentro do período qüinqüenal.

Quanto ao mérito, passo a analisar o período que o autor deseja ver reconhecido como especial, qual seja, de 02/12/1975 a 01/07/1994.

Tendo em vista que as anotações da CTPS do autor referem-se apenas ao intervalo entre 02/12/1975 e 02/05/1994, venho a considerar apenas este como tempo laborado na empresa Indústrias Minerva S/A.

Com relação a este período, o autor apresentou Perfil Profissiográfico Previdenciário (anexo 04), o qual atesta a sua exposição à pressão sonora na intensidade de 90,5 dB(A), ou seja, superior ao limite legal vigente à época.

Convém, neste ponto, trazer à baila a Súmula nº 32 da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, a qual tem o seguinte pronunciamento sobre a questão:

SÚMULA N. 32. "O tempo de trabalho laborado com exposição a ruído é considerado especial, para fins de conversão em comum, nos seguintes níveis: superior a 80 decibéis, na vigência do Decreto n. 53.831/64 (1.1.6); superior a 90 decibéis, a partir de 5 de março de 1997, na vigência do Decreto n. 2.172/97; superior a 85 decibéis, a partir da edição do Decreto n. 4.882, de 18 de novembro de 2003".

Destaque-se, por oportuno, que a apresentação do PPP dispensa o laudo pericial, vez que o PPP já contém um histórico laboral completo e minucioso do trabalhador, sendo elaborado com base em laudo técnico. Nessa linha de raciocínio, desde janeiro de 2004, data da entrada em vigor da exigência do PPP, tornou-se dispensável a apresentação cumulativa do PPP com o laudo pericial[1].

Apesar de posterior à data em que foi rescindido o contrato de trabalho, entendo viável acatar as conclusões constantes do Perfil Profissiográfico Previdenciário. Na realidade, é intuitivo afirmar que, quando da elaboração deste, as condições de trabalho, senão melhores, eram iguais às existentes na época em que o autor exercia as suas funções.

Dessa forma, considero como especial o período de 02/12/1975 a 02/05/1994.

Contudo, verifico que o Perfil Profissiográfico Previdenciário apresentado (anexo 04) é posterior à data do primeiro requerimento administrativo (em 2007), de forma que o fato de não haver sido apresentado naquela ocasião legitima a recusa do INSS em considerar, à época, o período como especial. Assim, cabe fixar a DIB do benefício na data do segundo requerimento administrativo, em 23/12/2008.

Ora, efetuando-se a soma de todos os períodos laborados pelo autor e devidamente comprovados nos autos, tem-se que a parte autora contava, na data do requerimento administrativo (23/12/2008), com 31 anos, 10 meses e 24 dias de contribuição e com 53 anos de idade, ou seja, ambos suficientes para a concessão de aposentadoria com proventos proporcionais, conforme se verifica na planilha colacionada aos autos (anexo 10), que integra a presente sentença.

Isso posto, julgo parcialmente procedente o pedido, de modo a extinguir o processo com resolução do mérito (art. 269, I, CPC), para determinar ao INSS que averbe como tempo de serviço especial o período de 02/12/1975 e 02/05/1994, com a consequente conversão em tempo de serviço comum mediante a incidência do fator 1,4. Condeno, ainda, o INSS a conceder à parte autora o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição com proventos proporcionais, com DIB na data do segundo requerimento administrativo (23/12/2008), bem como ao pagamento das diferenças devidas, ressalvadas as parcelas alcançadas pela prescrição qüinqüenal, as quais devem ser acrescidas de correção monetária e juros de mora, ambos calculados na forma da nova redação do art. 1.º-F da lei n.º 9.494/97.

Após o trânsito em julgado, encaminhem-se os autos ao Posto Prisma para cumprimento da obrigação de fazer e, após, ao setor de Contadoria deste juízo para a apuração das diferenças devidas à parte autora.

Os atrasados serão pagos mediante RPV, observado o teto de 60 (sessenta) salários mínimos,observado o valor vigente na data de expedição do requisitório, e se tendo por renunciado ao montante excedente a esse valor, exceto se o valor da condenação ultrapassar essa quantia em virtude do vencimento de parcelas no curso do processo, caso em que o pagamento poderá ser realizado por precatório, conforme inteligência do art. 17, § 4º da Lei nº 10.259/01.

Sem custas e honorários advocatícios, em face do disposto no art. 55 da Lei nº 9.099/95.

Intimem-se, conforme as disposições da Lei n. 10.259/2001. [...]"

2. Em seu incidente, a parte ré alega que o acórdão recorrido, ao reconhecer a especialidade do período de 02/12/1975 a 02/05/1994, em que o autor trabalhou sob a submissão do agente nocivo ruído mesmo sem a apresentação do respectivo laudo técnico, contraria precedentes desta TNU (PEDILEF 200672950186724) e do STJ (AgRg no REsp 877972 / SP).

3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU.

4. No caso, entendo que o incidente de uniformização não merece ser conhecido.

5. Com efeito, esta Turma Nacional de Uniformização tem entendimento consolidado no sentido de que "em regra, deve ser considerado exclusivamente o PPP como meio de comprovação da exposição do segurado ao agente insalubre, inclusive em se tratando de ruído, independentemente da apresentação do respectivo laudo técnico-ambiental" (PEDILEF 200971620018387, DOU 22/03/2013; PEDILEF 50379468820124047000, DOU 31/05/2013; PEDILEF 200651630001741, DJ 15/09/2009).

6. Aplicação ao caso da Questão de Ordem TNU n. 13 para não conhecer do pedido de uniformização ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Diante dessas considerações, não conheço o pedido de uniformização

Brasília, 14 de maio de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002399-30.2013.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IVO CARDOSO SIEPMANN
PROC./ADV.: CLAIRE REGINA LAMBERTI ARPINI
OAB: RS-53451
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

DECISÃO MONOCRÁTICA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO PREVIDENCIÁRIO. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DE MÉRITO. INEXIGIBILIDADE DAS PRESTAÇÕES PAGAS INDEVIDAMENTE. BOA-FÉ DO SEGURADO E CARÁTER ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. QUESTÃO JÁ DECIDIDA NA TNU EM REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 51 DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão proferido pela 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que negou provimento ao recurso inominado da parte ré, mantendo a sentença de primeiro grau, a qual havia julgado parcialmente procedente o pedido formulado na inicial de declaração de inexigibilidade dos valores recebidos de boa-fé pela parte autora em razão de deferimento de antecipação de tutela posteriormente revogada. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue:

"[...] Trata-se de demanda onde a parte autora requer a cessação dos descontos no seu benefício previdenciáiro, decorrente da revogação da antecipação de tutela obtida no processo n.º 5009873-23.2011.404.7107, cujo objetivo era a concessão de aposentadoria por idade rural.

Recorre o INSS alegando que a boa-fé não exime a parte autora da devolução dos valores indevidamente percebidos, sob pena de enriquecimento sem causa, sendo que a autarquia tem o dever legal de buscar o ressarcimento

Decido.

A sentença encontra-se em consonância com o entendimento jurisprudencial deste Colegiado, devendo, por isso, ser confirmada pelos seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/95:

Da análise dos autos verifica-se que a parte autora pretende, em síntese, a declaração de inexistência de débito em relação aos valores percebidos a título de benefício previdenciário concedido em sede de antecipação de tutela em processo judicial (aposentadoria por idade rural), conforme cópia da sentença no evento 1, SENT6, posteriormente revogada quando do julgamento do recurso interposto pelo INSS (evento 1, VOTO7).

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

No que se refere ao recebimento indevido de prestações de benefícios previdenciários, é pacífico o entendimento no sentido de que, em razão de seu caráter alimentar, são irrepetíveis os valores pagos pelo INSS, sobretudo porque recebidos de boa-fé. Nesse sentido, colaciono os seguintes precedentes:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. RECEBIMENTO DE BOA-FÉ DE PRESTAÇÕES DE BENEFÍCIOS INACUMULÁVEIS, RELATIVAS AO MESMO PERÍODO. IMPOSSIBILIDADE DE REPETIÇÃO. COMPENSAÇÃO ANTES PAGAMENTO PARA EVITAR A CUMULAÇÃO DE BENEFÍCIOS OU O INDÉBITO. POSSIBILIDADE. UNIFORMIZAÇÕES REITERADAS. 1. Não se admite o desconto na prestação mensal de benefício em manutenção de valores de benefícios pagos indevidamente pelo INSS e recebidos de boa-fé pelo beneficiário, mesmo que decorrente do pagamento de benefícios inacumuláveis. 2. Admite-se, porém, a compensação antes do pagamento, para evitar a cumulação de benefícios ou o pagamento em duplicidade, abatendo-se das prestações vencidas e não pagas os valores já recebidos devida ou indevidamente, relativos ao mesmo período. 3.

Uniformizações precedentes que não se contrapõe, mas se complementam. 4. Recurso conhecido e provido. (IUJEF 0003924-12.2009.404.7257, Relatora p/ Acórdão Luísa Hickel Gamba, D.E. 28/02/2012) (Grifei)

PREVIDENCIÁRIO. MANDADO DE SEGURANÇA. DESCONTOS ADMINISTRATIVOS. CARÁTER ALIMENTAR DAS PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. 1. Esta Corte vem se manifestando no sentido da impossibilidade de repetição dos valores recebidos de boa-fé pelo segurado, dado o caráter alimentar das prestações previdenciárias, sendo relativizadas as normas dos arts. 115, II, da Lei nº 8.213/91, e 154, § 3º, do Decreto nº 3.048/99. 2. Hipótese em que, diante do princípio da

irrepetibilidade ou da não-devolução dos alimentos, deve ser afastada a cobrança dos valores determinada pela Autarquia. (TRF4, AC 5002117-60.2011.404.7107, Quinta Turma, Relator p/ Acórdão Rogerio Favreto, D.E. 14/03/2012) (Grifei)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. RESTITUIÇÃO DE VALORES PAGOS ADMINISTRATIVAMENTE. VERBA ALIMENTAR RECEBIDA DE BOA-FÉ. IRREPETIBILIDADE. 1. Segundo posicionamento consolidado por esta Corte Superior, a hipótese de desconto administrativo, nos casos em que a concessão a maior se deu por ato do Instituto agravante, não se aplica às situações em que presente a boa-fé do segurado, assim como ocorre no caso dos autos. 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (Superior Tribunal de Justiça. AgRg no Resp 1130034/SP, Sexta Turma, Relator Ministro OG Fernandes, unânime, DJe DE 19.10.2009) (Grifei)

PREVIDENCIÁRIO. DESCONTOS ADMINISTRATIVOS. CARÁTER ALIMENTAR DAS PRESTAÇÕES PREVIDENCIÁRIAS. AUSÊNCIA DE MÁ-FÉ. 1. (...). 2. Esta Corte vem se manifestando no sentido da impossibilidade de repetição dos valores recebidos de boa-fé pelo segurado, dado o caráter alimentar das prestações previdenciárias, sendo relativizadas as normas dos arts. 115, II, da Lei nº 8.213/91, e 154, § 3º, do Decreto nº 3.048/99. 3. Hipótese em que, diante do princípio da irrepetibilidade ou da não devolução dos alimentos, deve ser afastada a cobrança dos valores determinada pela autarquia. (TRF4, AC 2009.71.99.000755-4, Quinta Turma, Relator Rogerio Favreto, D.E. 26/01/2012)

Conforme os documentos acostados aos autos, em razão da decisão de procedência do recurso do INSS no âmbito do processo judicial n° 5009873-23.2011.404.7107 (evento 1, VOTO7), os efeitos da antecipação de tutela deferida em sentença (evento 1, SENT6), restaram revogados. Em consequência, a Autarquia Previdenciária emitiu ofício de cobrança ao autor, notificando-o a pagar o montante de R$ 3.066.26, referente ao período de 01.08.2011 a 31.03.2012, durante o qual o autor percebeu o benefício de aposentadoria por idade, amparado na decisão de antecipação de tutela.

Informou, outrossim, que, em caso de não pagamento, o INSS procederia aos descontos mensais de 30% sobre o benefício de auxílio-acidente titulado pelo autor (NB 547.563.836- 1), a fim de ressarcir os cofres públicos.

No caso concreto, observo que não há qualquer elemento suficiente para caracterizar má-fé por parte do autor.

Com efeito, a percepção da aposentadoria por idade durante o intervalo de tempo supra mencionado decorreu de ordem judicial, para a qual não houve qualquer induzimento ou conduta indevida do autor que pudesse levar o Juízo a decisão equivocada. Por conseguinte, a revogação dos efeitos da tutela em razão do provimento do recurso do INSS não pode representar prejuízo ao autor, no sentido de precisar restituir os valores até então recebidos de boa-fé.

Em face do exposto, merece acolhida a pretensão da parte autora de declaração de inexistência de débito perante o INSS, relativamente à percepção do benefício de aposentadoria por idade NB 41/152.888.985-9.

Antecipação dos Efeitos da Tutela

Liminarmente foi deferido o pedido de suspensão dos descontos mensais no patamar de 30% dos valores auferidos em auxílio-acidente (Evento 08).

A ré comprovou o cumprimento da decisão (Evento 15).

Considerando os termos desta sentença, que reconhece o cabimento da pretensão da parte autora, mantenho a decisão proferida liminarmente, tornando-a definitiva para fins de determinar à Autarquia Previdenciária que se abstenha de descontar do benefício de auxílio-acidente do autor (NB 547.563.836-1) os valores auferidos a título de aposentadoria por idade (NB 41/152.888.985-9).

Da indenização por danos morais.

A parte autora requer o arbitramento de indenização por danos morais.

Conforme moderna construção doutrinária e jurisprudencial, o dano moral é conceituado como o prejuízo derivado de uma efetiva lesão a direito da personalidade, como por exemplo a privacidade, a intimidade, a vida privada, a honra, a imagem ou o nome. Ou seja, a pessoa é afetada em seu ânimo psíquico, moral ou intelectual, em violação de natureza não econômica.

Obviamente, a mera ocorrência da situação em tela gera aborrecimentos e incômodos, pelos transtornos oriundos do recebimento do aviso de cobrança, os quais, todavia, não se mostram suficientes para justificar uma reparação pecuniária a título de danos morais.

Além disso, o autor não demonstrou a ocorrência de efetivo abalo moral a ensejar o pleito indenizatório, cumprindo lembrar que, em regra, não se pode presumir o dano moral sempre que a parte sofrer um prejuízo material.

Improcede, portanto, o pedido de indenização por dano moral.

Além disso, segundo Miguel Reale, a boa-fé não constitui um imperativo ético abstrato, mas sim uma norma que condiciona e legitima toda a experiência jurídica, desde a interpretação dos mandamentos legais e das cláusulas contratuais até as suas últimas consequências. Daí a necessidade de ser ela analisada como conditio sine qua non da realização da justiça ao longo da aplicação das normas jurídicas. Concebida desse modo, a boa-fé exige que a conduta individual ou coletiva seja examinada no conjunto concreto das circunstâncias de cada caso. A adoção da boa-fé como condição matriz do comportamento humano, pressupõe uma 'hermenêutica jurídica estrutural', a qual se distingue pelo exame da totalidade das normas pertinentes a determinada matéria. Nada mais incompatível com a idéia de boa-fé do que a interpretação atômica das regras jurídicas, ou seja, destacadas de seu contexto (Miguel Reale, http://www.miguelreale.com.br/artigos/boafe.htm, acesso em 25/06/2010, 14:00h).

A referência ética a valores se faz, também, em relação à valoração ética do comportamento, que se remete ao plano da boa-fé. Mesmo a vedação normativa ao enriquecimento sem causa é relativizada na presença da boa-fé, caracterizando justificativa que transcende a repetição do indébito e se coloca num plano muito mais ampliado (FACHIN, Luis Edson. Teoria crítica do direito civil. Rio de Janeiro: Renovar, 2003. pp. 302-304)

Assim é que não se mostra exigível que o beneficiário da seguridade social, diante do cipoal de normas relativas à matéria previdenciária, possa perceber que o incremento no benefício não lhe seja devido. Menos ainda que, diante de tal circunstância, dirija-se a uma agência do INSS para reclamar de uma possível irregularidade no valor de seu benefício.

A situação de subsistência do beneficiário do INSS pode se ver seriamente comprometida quando, além da regular diminuição do benefício ao seu valor correto, ainda se lhe acrescenta a redução adicional oriunda do desconto administrativo pretendido, oposta de inopino pelo INSS, por seu próprio erro. Compromete, desse modo, orçamento e compromissos financeiros, assumidos de boa-fé pelo segurado.

Por tal motivo a jurisprudência tem relativizado a exigência de repetição de valores percebidos no caso de erro administrativo e judicial. Quanto aos servidores públicos, a jurisprudência do STF mostra uma regularidade indiscutível, exemplificada no julgamento do MS 26.085-8/DF, Relatora a Min. Carmen Lúcia (DJe 107, 13/06/2008, Ementário 2323-2):

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO DE TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO QUE CONSIDEROU ILEGAL A APOSENTADORIA E DETERMINOU A RESTITUIÇÃO DE VALORES. ACUMULAÇÃO ILEGAL DE CARGOS DE PROFESSOR. AUSÊNCIA DE COMPATIBILIDADE DE HORÁRIOS. UTILIZAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PARA OBTENÇÃO DE VANTAGENS EM DUPLICIDADE (ARTS. 62 E 193 DA LEI N. 8112/90). MÁ-FÉ NÃO CONFIGURADA. DESNECESSIDADE DE RESTITUIÇÃO DOS VALORES PERCEBIDOS. INOCORRÊNCIA DE DESRESPEITO AO DEVIDO PROCESSO LEGAL E AO DIREITO ADQUIRIDO.

1. A compatibilidade de horários é requisito indispensável para o reconhecimento da licitude da acumulação de cargos públicos. É ilegal a acumulação dos cargos quando ambos estão submetidos ao regime de 40 horas semanais e um deles exige dedicação exclusiva.

2. O § 2º do art. 193 da Lei n. 8.112/90 veda a utilização cumulativa do tempo de exercício de função ou cargo comissionado para assegurar a incorporação de quintos nos proventos do servidor (art. 62 da Lei n. 8.112/90) e para viabilizar a percepção de gratificação de função em sua aposentadoria (art. 193, caput, da Lei n. 8.112/90). É inadmissível a incorporação de vantagens sob o mesmo fundamento, ainda que em cargos públicos diversos.

3. O reconhecimento da ilegalidade da cumulação de vantagens não determina, automaticamente, a restituição ao erário dos valores recebidos salvo se constatada a má-fé do servidor, o que não foi demonstrado nos autos.

4. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal tem-se firmado no sentido de que, no exercício da competência que lhe foi atribuída pelo art. 71, inc. III, da Constituição da República, o Tribunal de Contas da União cumpre os princípios do contraditório, ampla defesa e do devido processo legal quando garante ao interessado - como se deu na espécie - os recursos inerentes à sua defesa plena.

5. Ato administrativo complexo, a aposentadoria do servidor somente se torna ato perfeito e acabado após seu exame e registro pelo Tribunal de Contas da União.

6. Segurança parcialmente concedida.

Nesse caso, a própria administração pública reconhece a boa-fé como causa jurídica a afastar a exigência de devolução, no Enunciado AGU nº 34, de 16/09/2008 : 'Não estão sujeitos à repetição os valores recebidos de boa-fé pelo servidor público, em decorrência de errônea ou inadequada interpretação da lei por parte da Administração Pública'.

Quanto ao segurado do INSS que, também por erro administrativo, percebe valores maiores que os devidos em seu benefício, de boa-fé, a argumentação é plenamente aplicável, pois inexiste distinção válida juridicamente que possa assegurar ao servidor público o direito de não restituição e negá-lo ao segurado da seguridade social. É nessa linha a jurisprudência do STJ:

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECEBIMENTO INDEVIDO DE APOSENTADORIA PELA ESPOSA DO FALECIDO APÓS O ÓBITO. INEXIGIBILIDADE DE DEVOLUÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS. INAPLICABILIDADE, NO CASO, DA CLÁUSULA DE RESERVA DE PLENÁRIO. AGRAVO DO INSS DESPROVIDO.

1. Não há que se falar em má-fé da beneficiária que continuou a receber aposentadoria do falecido marido, e deixou de requerer a pensão que, ressalte-se, corresponde a 100 % do valor da aposentadoria, nos termos do art. 75 da Lei nº 8.213/91 (com a redação vigente na data do óbito), por ter o INSS deixado de cancelar o pagamento da aposentadoria quando do conhecimento do óbito do segurado.

2. Assim, em face da boa-fé da pensionista que recebeu a aposentadoria do de cujus após seu óbito, do caráter alimentar da verba, da idade avançada e da hipossuficiência da beneficiária, mostra-se inviável impor a ela a restituição das diferenças recebidas.

3. Não há que se falar em declaração de inconstitucionalidade do art. 115 da Lei 8.213/91 e 273, § 2º e 475-O do CPC, uma vez que, no caso, apenas foi dado ao texto desse dispositivo interpretação diversa da pretendida pelo INSS.

4. Agravo regimental do INSS desprovido. (STJ, AGA 1115362, Rel. Napoleão Nunes Maia Filho, DJE 17/05/2010).

Na mesma linha tem entendido da Turma Nacional de Uniformização de jurisprudência, é o que se extrai da Súmula 51 da Turma Nacional de Uniformização:

Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento.

Precedentes: Pedilef nº 2009.71.95.000971-0 (julgamento 29/02/2012), Pedilef nº 2008.83.20.000013-4 (julgamento 13/09/2010), Pedilef nº 2008.83.20.000010-9 (julgamento 16/11/2009).

Por derradeiro, na mesma linha a respeito do tema, a Turma Regional de Uniformização assim pacificou entendimento:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO REGIONAL. PREVIDENCIÁRIO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. DESCONTO NO BENEFÍCIO. IMPOSSIBILIDADE. 1.'É irrepetível o valor recebido a maior pelo segurado, salvo quando comprovada a má-fé de sua parte ou quando houver comprovação de que o mesmo contribuiu, de qualquer forma, para o erro de cálculo da RMI por parte do INSS. 2. Incidente de uniformização conhecido e não provido' (IUJEF 0000145-63.2006.404.7060, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator Rodrigo Koehler Ribeiro, D.E. 08/02/2011). 2. Incidente de uniformização conhecido e provido. (, IUJEF 0003574-50.2008.404.7195, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator Joane Unfer Calderaro, D.E. 11/04/2012)

A este passo, insta mencionar que o Supremo Tribunal Federal já decidiu que o art. 46 da Lei n. 9.099/95 não ofende o art. 93, IX, da Constituição Federal:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. MATÉRIA INFRACONSTITUCIONAL. OFENSA INDIRETA. JUIZADO ESPECIAL. DECISÃO TURMÁRIA QUE REMETE AOS FUNDAMENTOS DA SENTENÇA. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1. Não ofende o artigo 93, IX, da Constituição do Brasil a decisão tomada por turma recursal que confirma a sentença por seus próprios fundamentos nos termos do artigo 46 da Lei n. 9.099/95. 2. As alegações de desrespeito aos postulados da legalidade, do devido processo legal, da motivação dos atos decisórios, do contraditório, dos limites da coisa julgada e da prestação jurisdicional, se dependentes de reexame prévio de normas inferiores, podem configurar, quando muito, situações de ofensa meramente reflexa ao texto da Constituição. Agravo regimental a que se nega provimento. (AI 749963 AgR, Relator(a): Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 08/09/2009, DJe-181 DIVULG 24-09-2009 PUBLIC 25-09-2009 EMENT VOL-02375-09 PP-02428, grifo nosso)

Impende destacar que '[...] o magistrado, ao analisar o tema controvertido, não está obrigado a refutar todos os aspectos levantados pelas partes, mas, tão-somente, aqueles que efetivamente sejam relevantes para o deslinde do tema.' (STJ, REsp 717265/SP, Rel. Ministro JORGE SCARTEZZINI, QUARTA TURMA, julgado em 03/08/2006, DJ 12/03/2007, p. 239)

Dessa forma, refuto todas as alegações que não tenham sido expressamente rejeitadas nos autos, porquanto desnecessária sua análise para chegar à conclusão exposta no julgado.

Outrossim, ficam prequestionados os dispositivos constitucionais indicados, para fins do art. 102, III, da Constituição Federal. No que tange ao prequestionamento de dispositivos infraconstitucionais, esclareço que, nos termos da Súmula 203 do Superior Tribunal de Justiça, é incabível a interposição de recurso especial contra decisão proferida por órgão de segunda instância dos Juizados Especiais. Portanto, não há razão para o prequestionamento de regras infraconstitucionais.

Condeno a Autarquia ré ao pagamento de honorários advocatícios, os quais fixo em 10% sobre o valor da condenação, apurado de acordo com a Súmula 111 do STJ. Deixo de condenar a parte ré ao pagamento das custas, em face do disposto no art. 4º, I, da Lei n. 9.289/96.

Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO ao recurso da parte ré. [...]"

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. Em seu incidente, a parte ré alega que o acórdão recorrido, ao proibir o INSS de cobrar os valores recebidos pela parte autora em razão da liminar concedida, contraria precedentes do STJ (AgREsp Nº 176.900, Resp Nº 988.171, REsp 1.350.804/PR, e REsp 1.384.418).

3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU.

4. No caso, entendo que o incidente de uniformização não merece ser conhecido.

5. Com efeito, esta Turma Nacional de Uniformização tem entendimento consolidado no sentido de que "Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento", nos termos da Súmula nº 51.

6. Aplicação ao caso da Questão de Ordem TNU n. 13 para não conhecer do pedido de uniformização ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Diante dessas considerações, não conheço o pedido de uniformização

Brasília, 17 de abril de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0003784-23.2010.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): THEREZA STIVALE LONGO
PROC./ADV.: DIEGO GONÇALVES DE ABREU
OAB: SP-228568
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

DECISÃO MONOCRÁTICA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA REFORMADA PELA TURMA RECURSAL. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DE MÉRITO. INEXIGIBILIDADE DAS PRESTAÇÕES PAGAS INDEVIDAMENTE. BOA-FÉ DO SEGURADO E CARÁTER ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. QUESTÃO JÁ DECIDIDA NA TNU EM REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 51 DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão proferido pela 5ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que deu provimento ao recurso inominado da parte ré, reformando a sentença de primeiro grau, a qual havia julgado procedente o pedido formulado na inicial de concessão de aposentadoria por idade rural, e cessando os efeitos da tutela antecipada. Ressalvou, no entanto, ser inexigível a restituição dos valores recebidos de boa-fé pela parte autora. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue:

"[...] I - RELATÓRIO

Trata-se de recurso interposto da sentença prolatada nos autos em epígrafe.

É a síntese do necessário. Decido.

II - VOTO

O benefício de aposentadoria por idade é previsto pela legislação previdenciária cabendo ao segurado a comprovação de dois requisitos: a) idade, 60 anos para mulheres e 65 anos para os homens, sendo que no caso de trabalhadores rurais essa idade sofre uma redução de 5 anos; b) carência de 180 meses ou para os segurados filiados antes de 24/07/1991, a carência prevista pela tabela do art. 142 da Lei 8213/91.

A redução da idade é exceção prevista para os trabalhadores que passaram grande parte da vida, quando não a vida inteira, no desempenho do trabalho rural que naturalmente provoca um envelhecimento mais acentuado. O fator de discrimem, portanto, tem uma razão jurídica. Seu desvirtuamento, permitindo a concessão irrestrita da redução da idade e a ausência do efetivo recolhimento de contribuições, provoca justamente esse desequilíbrio no sistema previdenciário construído na regra do custeio.

Ao julgador não é dado olvidar a realidade dos fatos, cabendo-lhe fazer cumprir a mens legis e velar pela integridade do ordenamento jurídico, o que significa impedir a frustração do sistema de seguro, fundado na regra de que a obtenção de benefício pressupõe a participação do segurado por longo tempo.

Não se desconhece que o trabalhador rural, por diversas vezes e impelido por razões econômicas abandona o labor rural e tenta sua subsistência no trabalho urbano e após tentativa frustrada retorna ao labor rural.

Em razão da dificuldade de comprovar essa situação de retornos constantes ao labor rural, que permite a concessão do benefício de aposentadoria por idade rural, o art. 48, §2º, da Lei 8213/91 que determina:

"Para os efeitos do disposto no § 1º deste artigo, o trabalhador rural deve comprovar o efetivo exercício de atividade rural, ainda que de forma descontínua, no período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, por tempo igual ao número de meses de contribuição correspondente à carência do benefício pretendido, computado o período a que se referem os incisos III e VIII do § 9º do art. 11 desta Lei."

No caso em exame verifico que a parte autora, através da petição inicial, documentos juntados, e depoimento pessoal demonstrou trabalho rural no período de 1976 a 1983.

Ocorre, porém, que somente completou a idade para o benefício em 1987, 04 (quatro) anos após deixar de ser trabalhadora rural.

Assim, não faz jus ao benefício de aposentadoria por idade rural já que não cumpre com o disposto pelo art. 48, §2º, da Lei 8213/91.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso do INSS, para reformar a sentença, declarar a improcedência do pedido inicial e cassar a antecipação dos efeitos da tutela. O INSS não poderá reaver os valores pagos no curso do processo por força do caráter alimentar da renda do benefício e da ausência de má-fé da autora em sua percepção.

É o voto. [...]"

2. Em seu incidente, a parte ré alega que o acórdão recorrido, ao proibir o INSS de cobrar os valores recebidos pela parte autora em razão da liminar concedida na sentença, contraria precedentes do STJ (RESP 988171/RS, RESP 651.081/RJ, REsp 984.135-RS), da 2ª Turma Recursal do Paraná (RCI 2005.70.51.004449-9) e da Turma Recursal de Minas Gerais (RCI 2007.38.00.726713-2).

3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU.

4. No caso, entendo que o incidente de uniformização não merece ser conhecido.

5. Com efeito, esta Turma Nacional de Uniformização tem entendimento consolidado no sentido de que "Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento", nos termos da Súmula nº 51.

6. Aplicação ao caso da Questão de Ordem TNU n. 13 para não conhecer do pedido de uniformização ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Diante dessas considerações, não conheço o pedido de uniformização

Brasília, 17 de abril de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5004372-70.2011.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARILSA BAGGIO
PROC./ADV.: ALEX JACSON CARVALHO
OAB: RS-49563
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

DECISÃO MONOCRÁTICA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE DÉBITO PREVIDENCIÁRIO. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DE MÉRITO. INEXIGIBILIDADE DAS PRESTAÇÕES PAGAS INDEVIDAMENTE. BOA-FÉ DO SEGURADO E CARÁTER ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. QUESTÃO JÁ DECIDIDA NA TNU EM REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 51 DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que negou provimento ao recurso inominado da parte ré, mantendo, pelos seus próprios fundamentos, a sentença de primeiro grau, a qual havia julgado procedente o pedido formulado na inicial de declaração de inexigibilidade dos valores recebidos de boa-fé pela parte autora em razão de deferimento de antecipação de tutela. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue:

"[...] Cuida-se de recurso interposto pela parte ré.

Não assiste razão à recorrente, devendo a sentença ser confirmada pelos seus próprios fundamentos, nos termos do art. 46 da Lei 9.099/1995, combinado com art. 1º da Lei 10.259/2001. Os fundamentos do acórdão, pois, são os mesmos fundamentos da sentença, onde todas as alegações já foram analisadas.

A decisão da Turma Recursal assim proferida, no âmbito dos Juizados Especiais, é suficiente para interposição de quaisquer recursos posteriores.

O prequestionamento é desnecessário no âmbito dos Juizados Especiais Federais. Isso porque o art. 46 da Lei 9.099/1995 dispensa a fundamentação do acórdão. Com isso, nos pedidos de uniformização de jurisprudência não há qualquer exigência de que a matéria tenha sido prequestionada. Para o recebimento de Recurso Extraordinário, igualmente, não se há de exigir, tendo em vista a expressa dispensa pela lei de regência dos Juizados Especiais, o que diferencia do processo comum ordinário.

Todavia, para evitar embargos futuros, dou por expressamente prequestionados todos os dispositivos indicados pelas partes nos presentes autos, para fins do art. 102, III, da Constituição Federal, respeitadas as disposições do art. 14 , caput e parágrafos, e art. 15, caput, da Lei 10.259/2001. A repetição dos dispositivos é desnecessária, a fim de não causar tautologia.

Importa destacar que 'o magistrado, ao analisar o tema controvertido, não está obrigado a refutar todos os aspectos levantados pelas partes, mas, tão somente, aqueles que efetivamente sejam relevantes para o deslinde do tema' (STJ, Resp 717265, DJ de 12/03/2007, p. 239).

Em assim sendo, rejeito todas as alegações que não tenham sido expressamente refutadas nos autos, porquanto desnecessária sua análise para chegar à conclusão alcançada.

O voto é por negar provimento ao recurso, condenando a parte recorrente ao pagamento dos honorários advocatícios fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, ou sobre o valor atualizado da causa, se não houver condenação, observado o disposto na Súmula 421 do STJ. No caso de ações previdenciárias, aplicam-se as Súmulas 76 do TRF da 4ª Região e 111 do STJ.

Ante o exposto, voto por negar provimento ao recurso da parte ré. [...]"

Ademais, restou consignado na sentença mantida:

"[...] Vistos, etc.

Dispensado o relatório (art. 38 da Lei 9.099/95), passo a decidir.

I. A parte autora postula a declaração de inexigibilidade de débito previdenciário que lhe foi imputado pelo INSS no valor de R$ 27.749,53 (vinte e sete mil, setecentos e quarenta e nove reais e cinqüenta e três centavos) em razão do recebimento liminar de auxílio-doença, entre 03/2007 e 04/2010, e posteriormente tido como indevido.

Relata a autora que obteve o deferimento da antecipação de tutela nos autos do processo nº 005/1.07.0003045-9, a qual determinou o restabelecimento do benefício. Posteriormente, sobreveio sentença de improcedência - que revogou a decisão antecipatória -, a qual foi confirmada pelo Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul e acabou por transitar em julgado. Em razão do recebimento de auxílio-doença por força da decisão liminar, o INSS emitiu aviso de cobrança e GPS daquele montante (1-OUT8, OUT9 e GPS10).

II.

Com efeito, a cobrança de valores recebidos indevidamente é previsto no art. 115 da Lei n.º 8.213/91, no inciso II, que autoriza o desconto, em parcelas, de benefícios, além do Regulamento da Previdência Social aprovado pelo Decreto n.º 3.048/99, que assim estabelece:

Art. 154. O Instituto Nacional do Seguro Social pode descontar da renda mensal do benefício: (...) II - pagamentos de benefícios além do devido, observado o disposto nos §§ 2º ao 5º; (...) § 3º Caso o débito seja originário de erro da previdência social, o segurado, usufruindo de benefício regularmente concedido, poderá devolver o valor de forma parcelada, atualizado nos moldes do art. 175, devendo cada parcela corresponder, no máximo, a trinta por cento do valor do benefício em manutenção, e ser descontado em número de meses necessários à liquidação do débito. (...)

Não sendo recebido benefício pelo segurado, como é o caso da autora, é cabível a cobrança administrativa e até mesmo judicial de débito com a autarquia previdenciária.

Sinale-se, ainda, que não há dúvida que foram recebidos valores de forma indevida a título de auxílio-doença, uma vez que decisão judicial transitada em julgado reconheceu a inexistência de incapacidade laborativa.

No entanto, de acordo com a jurisprudência sedimentada do STJ, estes dispositivos têm aplicabilidade apenas quando se tratar de pagamento a maior de benefício previdenciário decorrente de ato administrativo, sendo irrepetíveis os valores recebidos de boa-fé pelo segurado por força de decisão judicial (como antecipação dos efeitos da tutela). Neste caso, se privilegia o princípio da irrepetibilidade dos alimentos, o que afasta a aplicação do art. 475-O do CPC.

Neste sentido, os seguintes precedentes:

(...) 1. A Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça, à unanimidade, sedimentou o entendimento sobre o tema para assentar que, em se tratando de verba alimentar percebida por força de tutela antecipada, posteriormente revogada, aplicável a jurisprudência consagrada por este Tribunal, pautado pelo princípio da irrepetibilidade dos alimentos. 2. O 'art. 115 da Lei nº 8.213/91 regulamenta a hipótese de desconto administrativo, sem necessária autorização judicial, nos casos em que a concessão a maior se deu por ato administrativo do Instituto agravante, não agraciando os casos majorados por força de decisão judicial' (AgRg no REsp 1.054.163/RS, Sexta Turma, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, DJe 30/6/08). 3. Não caracteriza ofensa à reserva de plenário a interpretação dispensada por órgão fracionário de Tribunal a dispositivo de lei que, mediante legítimo processo hermenêutico, tem sua incidência limitada a determinadas hipóteses. 4. Embargos de declaração acolhidos, com excepcionais efeitos infringentes, para negar provimento ao recurso especial. (EDcl no REsp 996.850/RS, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves de Lima, julgado em 04/11/2008, DJe 24/11/2008) - grifei.

(...) 2. O pagamento realizado a maior, que o INSS pretende ver restituído, foi decorrente de decisão suficientemente motivada, anterior ao pronunciamento definitivo da Suprema Corte, que afastou a aplicação da lei previdenciária mais benéfica a benefício concedido antes da sua vigência. Sendo indiscutível a boa-fé da autora, não é razoável determinar a sua devolução pela mudança do entendimento jurisprudencial por muito tempo controvertido, devendo-se privilegiar, no caso, o princípio da irrepetibilidade dos alimentos. 3. Negado provimento ao recurso especial. (REsp 991.030/RS, 3ª Seção, Rel. Min. Maria Thereza de Assis Moura, julgado em 14/05/2008, DJe 15/10/2008) - grifei.

Na hipótese, tendo os valores em questão natureza alimentar e sido recebidos de boa-fé pelo segurado em razão de deferimento de antecipação dos efeitos da tutela, não há direito à restituição pretendida pelo INSS.

Impõe-se, portanto, a aplicação ao caso do princípio da irrepetibilidade dos alimentos para eximir a autora da obrigação de devolver os valores recebidos do INSS a título de benefício de auxílio-doença no período de 03/2007 a 04/2010, no valor de R$ 27.749,53, porquanto tais valores foram recebidos por força de decisão judicial que restabeleceu benefício cancelado pela autarquia.

Dessa forma, impõe-se a declaração de inexigibilidade dos valores cobrados pelos INSS.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

III.

Ante o exposto, confirmo a decisão que determinou a antecipação dos efeitos da tutela (4-DECLIM1) e JULGO PROCEDENTE o pedido da autora, para determinar que o INSS se abstenha de exigir a devolução dos valores recebidos pela autora a título de auxílio-doença (31/138.204.004-8), no período de março/2007 a abril/2010 e no total de R$ 27.749,53.

Não há condenação em custas e honorários advocatícios (art. 1.º da Lei n.º 10.259/2001 c/c art. 55 da Lei n.º 9.099/1995).

Ficam desde já intimadas as partes para apresentarem contrarazões ao recurso eventualmente interposto pela parte contrária, no prazo de 10 (dez) dias. Deverá a Secretaria certificar qualquer irregularidade quanto aos requisitos de admissibilidade do recurso, retornando os autos conclusos. Cumpridas todas as diligências, remetam-se os autos à Turma Recursal.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se. [...]"

2. Em seu incidente, a parte ré alega que o acórdão recorrido, ao proibir o INSS de cobrar os valores recebidos pela parte autora em razão da liminar concedida, contraria precedente do STJ (RESP 1.350.804).

3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU.

4. No caso, entendo que o incidente de uniformização não merece ser conhecido.

5. Com efeito, esta Turma Nacional de Uniformização tem entendimento consolidado no sentido de que "Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento", nos termos da Súmula nº 51.

6. Aplicação ao caso da Questão de Ordem TNU n. 13 para não conhecer do pedido de uniformização ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Diante dessas considerações, não conheço o pedido de uniformização

Brasília, 17 de abril de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0061142-24.2006.4.01.3300
ORIGEM: BA - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA BAHIA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IRINEU DO NASCIMENTO DE JESUS
PROC./ADV.: GLAUCO HUMBERTO BORK
OAB: SC-15884
PROC./ADV.: LUIS BORK
OAB: SC-9399
PROC./ADV.: MARCELE FREITAS BASTOS
OAB: BA-18538
PROC./ADV.: SILVIA VERÔNICA IBALO GOMES
OAB: BA-24008
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

DECISÃO MONOCRÁTICA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DA PARTE RÉ. PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PRECEDIDA DE AUXÍLIO-DOENÇA. REAJUSTE PROPORCIONAL DA RENDA MENSAL INICIAL. SÚMULA N.º 260 DO TFR. QUESTÃO DE ORDEM 13. QUESTÃO JÁ DECIDIDA NA TNU EM REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Bahia que, em sede de juízo de adequação, deu parcial provimento ao recurso inominado da parte autora, reformando a sentença de primeiro grau, para condenar o INSS a revisar o benefício previdenciário do demandante conforme a Súmula 260 do extinto TFR, observada a prescrição qüinqüenal. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue:

"[...]EMENTA

ADEQUAÇÃO DE JULGADO. PREVIDENCIARIO. SUMULA 260. ART. 58 DO ADCT. BENEFICIO DERIVADO. A REVISÃO DO BENEFICIO ORIGINAL PELA SUMULA 260 PRODUZ EFEITOS POSTERIORES À REVISÃO DO ART. 58 DO ADCT PARA BENEFICIO DERIVADO. DECADÊNCIA. POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DE LEI ULTERIOR AO ATO CONCESSÓRIO, A CONTAR DE SUA VIGÊNCIA. RECURSO PROVIDO EM PARTE.

1. Trata-se de processo julgado improcedente e com recurso desprovido, agora encaminhado à Turma pelo então Juiz Coordenador das Turmas Recursais em sede de exame de admissibilidade de incidente de uniformização, em vista do precedente 2006.83.00.509015-7 da TNU, em contraposição ao julgamento do desta Turma, de forma a provocar adequação de julgamento na forma da questão de ordem nº 16 da TNU e art. 7º XIX do Regimento interno das Turec;

2. Trata-se da aplicabilidade da Súmula 260 a benefícios derivados de outros benefícios, eis que neste caso não decorre perda de objeto após a revisão ocasionada pelo art. 58 do ADCT. Esta ultima revisão restaurava aos benefícios o numero de salários mínimos a que equivaliam no momento da concessão. Por sua vez a súmula determina literalmente que:" "No primeiro reajuste do benefício previdenciário, deve-se aplicar o índice integral verificado, independentemente do mês da concessão, considerado, nos reajustes subseqüentes, o salário mínimo então atualizado". Aplicada no beneficio antecedente, iria incrementar a RMI (renda mensal inicial) do beneficio subseqüente e, por tabela, o numero de salários mínimos a que equivaleria. Tal acréscimo seria passível de gerara efeitos financeiros até os dias atuais, observada apenas a prescrição qüinqüenal das diferenças distantes mais de cinco anos do ajuizamento;

3. Procede a Turma ADEQUAÇÃO DE JULGAMENTO para prover o recurso, nesta parte, e condenar o INSS a rever o beneficio nos moldes acima, pagando atrasados respeitada a prescrição qüinqüenal, corrigidos segundo manual de cálculos da justiça federal, observando porém que haverá de ser corrigido por juros legais moratórios, com base no art. 406 do Código Civil, que devem ser calculados pela taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia-SELIC, conforme jurisprudência recente do Superior Tribunal de Justiça-STJ (REsp 1102552/CE, Ministro Teori Albino Zavascki, DJe 06/04/2009); A partir da Lei 11.960/09 juros e correção na forma desta. Conversão do benefício de auxílio-doença em aposentadoria por invalidez a partir da data deste acórdão

4. Presentes os requisitos autorizadores da antecipação de tutela em face do reconhecimento judicial do direito da parte recorrente ao benefício pleiteado e, notadamente, ante o caráter alimentar do benefício, concedo, de ofício, a antecipação da tutela, para determinar o restabelecimento do benefício em questão, no prazo de 30 (trinta) dias, mediante comprovação nos autos.

5. Em tempo, defere-se o benefício da assistência judiciária gratuita.

6. Sem honorários advocatícios, eis que não foi vencido o recorrente.

7. Acórdão integrativo em prestígio aos princípios da simplicidade e informalidade norteadores do microsistema processual dos Juizados Especiais, ex vi do art. 1º, da Lei n. 10.259/2001 c/c os arts. 2º e 46, ambos da Lei n. 9.099/95 e art. 25, parágrafo único, da Resolução/PRESI/COJEF n. 16, de 10/06/2010.

A C Ó R D Ã O

VISTOS, relatados e discutidos os autos, à unanimidade, ACORDAM os Juízes da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado da Bahia em PROCEDER A ADEQUAÇÃO DO JULGAMENTO E DAR PARCIAL PROVIMENTO AO RECURSO, na conformidade do voto-ementa acima. [...]"

2. Em seu incidente, a parte ré alega que acórdão recorrido diverge de precedente do STJ (REsp 336146/SC), que adotou o entendimento de que "Não há que se falar em repercussão, na aposentadoria por invalidez, de aplicação da Súmula 260/TFR sobre o auxílio-doença, pois a transformação deste naquela é feita considerando-se o salário de benefício do auxílio-doença como salário de contribuição da aposentadoria".

3. A Presidência desta TNU admitiu o incidente.

4. No caso, entendo que o incidente de uniformização não merece ser conhecido.

5. Com efeito, esta Turma Nacional de Uniformização tem entendimento consolidado no sentido de que "a não observância do reajuste integral do auxílio-doença repercute na RMI da aposentadoria por invalidez, sobre a qual não incide a prescrição total das parcelas devidas mas apenas das anteriores em cinco anos ao ajuizamento da ação, uma vez gerada defasagem somente passível de correção mediante a aplicação da Súmula n.º 260 do TFR no primeiro reajuste do benefício de auxílio-doença" (PEDILEF 00466318420074013300, REL. JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 31/05/2013; PEDILEF 05020532120074058100, REL. JUIZ FEDERAL ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, DOU 01/06/2012; PEDILEF 200563020148759, REL. JUIZ FEDERAL PAULO RICARDO ARENA FILHO, DOU 25/05/2012).

6. Aplicação ao caso da Questão de Ordem TNU n. 13 para não conhecer do pedido de uniformização ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

7. Diante dessas considerações, não conheço o pedido de uniformização interposto.

Brasília, 16 de abril de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002970-72.2011.4.04.7009
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DIONE DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: OLINDO DE OLIVEIRA
OAB: PR-18664
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

DECISÃO

Cuida-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, ao revogar a tutela antecipada concedida, isentou a parte requerida da devolução dos valores pagos anteriormente, sob o fundamento de que se trata de verba alimentar recebida de boa fé.

Sustenta que o Superior Tribunal de Justiça, em sede de recurso repetitivo da controvérsia, firmou entendimento diverso, consoante precedente que especifica, haurido nos autos do REsp 1.401.560/MT, dentre outros na mesma linha.

Evidentemente, o incidente não deve ser conhecido por colidência com a Súmula 51-TNU: "Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento."

Assim, incide o disposto na Questão de Ordem n. 13, da TNU.

Esclareço que, em data recente, propus a revisão da Súmula 51, antes referida, mas o plenário do Colegiado rejeitou a proposta reafirmando, assim, sua anterior jurisprudência.

Portanto, em sendo manifestamente improcedente o recurso, nego-lhe seguimento (CPC, art. 557).

Belo Horizonte, 21 de maio de 2.015

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBELO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5009790-61.2012.4.04.7110
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO(A): ALEXANDER DIAS FEIJÓ
PROC./ADV.: WANDERLEI GALDINO RIBEIRO
OAB: RS-73 549
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA UNIÃO. MILITAR. TEMPO ADICIONAL DE SERVIÇO. DEFINIÇÃO DE LOCALIDADE CATEGORIA "A". RIO GRANDE/RS. COMPETÊNCIA. OBSERVAÇÃO AO PRINCÍPIO DA ISONOMIA COMUM ÀS TRÊS FORÇAS ARMADAS. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE O ACORDAO RECORRIDO E OS PARGADIMAS APRESENTADOS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. QUESTÃO DE ORDEM 22 - TNU.

1. Decido com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.

2. Prolatado acórdão pela Primeira Turma Recursal do Rio Grande do Sul mantendo sentença que julgou parcialmente procedente o pedido do autor, militar do Exército, nos seguintes termos:

"Ante o exposto, reconheço a prescrição qüinqüenal e, no mérito, julgo parcialmente procedente a demanda, para o único fim de declarar o direito do autor à Gratificação Especial de Localidade, no período de 05.08.1997 a 04.01.2006, para fins do acréscimo de tempo de serviço previsto no inciso VI do art. 137 da Lei 6.880/80, determinando à União a adoção das providências necessárias à averbação do referido tempo".

3. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pela União, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega que o acórdão impugnado divergiu do entendimento do STJ (MS 2.053/DF) e da Turma Recursal do Mato Grosso (processo 2005.36.00.906502-2), segundo os quais o reconhecimento de que determinada localidade é especial - Categoria A - é questão afeta ao poder discricionário do Executivo, cuja definição não pode ser ampliada pelo Judiciário. Sustenta, portanto, a taxatividade das portarias normativas.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

5. O incidente não comporta conhecimento.

6. Os paradigmas apresentados referem-se a pedido de extensão da "zona de fronteira", espécie de localidade - categoria A, em que é reconhecida a precariedade de meios de acesso e de comunicação e que dá direito ao militar ao percebimento de gratificação de localidade especial. Nos referidos julgados, fica consignado que cabe ao poder Executivo delimitar essas localidades como de categoria especial e que não cabe ao Judiciário julgar quanto à conveniência da norma, mas apenas quanto a sua legalidade.

7. No caso em tela, como se observa da sentença, mantida pelo acórdão, a localidade da prestação de serviço do autor já havia sido reconhecida como "Categoria A" pelo poder Executivo, com efeitos retroativos - Portaria 1.225/2010 (neste ponto, restaria atendida a taxatividade do ato normativo). O juízo, contudo, entendeu pela ineficácia do referido ato, mas reconheceu o direito do autor com fulcro no princípio constitucional da isonomia, pois as localidades especiais, em respeito ao Decreto 722/93, deveriam ser definidas em portaria comum às três Forças Armadas, não podendo ser outorgado tratamento diferenciado aos integrantes da Marinha, lotados em Rio Grande/RS (para os quais houve o reconhecimento de localidade especial pelo Poder Executivo desde 1993), em detrimento dos militares do Exército, lotados na mesma localidade. Este fundamento, alicerce da procedência do pedido, não foi abordado nos paradigmas.

9. Incidente não conhecido. Questão de Ordem n. 22 da TNU.

Brasília/DF, 21 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5003661-83.2011.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ILÁRIO BANDEIRA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. COMPROVAÇÃO DE ATIVIDADE ESPECIAL. LAUDO TÉCNICO POR SIMILIRIDADE. PROVIMENTO EM CONSONÂNCIA COM A JURISPRUDÊNCIA DO STJ. QUESTÕES DE ORDEM 22 e 24 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Decido com fundamento no artigo 557 do Código de Processo Civil.

2. Trata-se de pedido de uniformização de lei federal interposto INSS, em face de acórdão da Turma Recursal do Rio Grande do Sul, que manteve por seus próprios termos sentença que julgou parcialmente procedente pedido de aposentadoria, reconhecendo períodos de atividade especial por exposição ao agente nocivo ruído, com fundamento em laudo pericial técnico, realizado em empresa similar.

3. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

4. Alega o INSS que o acórdão recorrido divergiu do entendimento do STJ (REsp 941.885) e da TNU (PEDILEF 200583200105757), na medida em que para os paradigmas a exposição ao agente nocivo ruído somente pode ser demonstrada com a apresentação de laudo técnico.

5. O incidente não comporta conhecimento.

6. Primeiramente, os paradigmas não guardam similitude com o acórdão recorrido porque neste, a decisão teve por fundamento laudo técnico por similaridade e naqueles fica consignada apenas a exigência da referida prova técnica no caso de agente agressivo ruído e calor.

7. Por sua vez, o acórdão recorrido está em consonância com a jurisprudência do STJ, que admite o reconhecimento do labor especial com base em laudo técnico por similaridade. Nesse sentido o REsp 1422399, Rel. Min. Herman Benjamin, DJE 27/03/2014, REsp 1428183, Rel. Min. Sérgio Kukina, DJE 06/03/2014 e REsp 1370229, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, DJE 11/03/2014. Colaciono excerto do último julgado mencionado:

'PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA POR TEMPO DE SERVIÇO/CONTRIBUIÇÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. SÚMULA 284/STF. CÔMPUTO DE TEMPO ESPECIAL. PROVA TÉCNICA. PERÍCIA POR SIMILARIDADE. CABIMENTO. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO EM PARTE E NESSA PARTE PROVIDO.

(...) 2. A tese central do recurso especial gira em torno do cabimento da produção de prova técnica por similaridade, nos termos do art. 429 do CPC e do art. 55, § 3º, da Lei 8.213/1991. 3. A prova pericial é o meio adequado e necessário para atestar a sujeição do trabalhador a agentes nocivos à saúde para seu enquadramento legal em atividade especial. Diante do caráter social da previdência, o trabalhador segurado não pode sofrer prejuízos decorrentes da impossibilidade de produção da prova técnica. 4. Quanto ao tema, a Segunda Turma já teve a oportunidade de se manifestar, reconhecendo nos autos do Recurso Especial 1.397.415/RS, de Relatoria do Ministro Humberto Martins, a possibilidade de o trabalhador se utilizar de perícia produzida de modo indireto, em empresa similar àquela em que trabalhou, quando não houver meio de reconstituir as condições físicas do local onde efetivamente prestou seus serviços. 5. É exatamente na busca da verdade real/material que deve ser admitida a prova técnica por similaridade. A aferição indireta das circunstâncias de labor, quando impossível a realização de perícia no próprio ambiente de trabalho do segurado é medida que se impõe. 6. A perícia indireta ou por similaridade é um critério jurídico de aferição que se vale do argumento da primazia da realidade, em que o julgador faz uma opção entre os aspectos formais e fáticos da relação jurídica sub judice, para os fins da jurisdição. 7. O processo no Estado contemporâneo tem de ser estruturado não apenas consoante as necessidades do direito material, mas também dando ao juiz e à parte a oportunidade de se ajustarem às particularidades do caso concreto. 8. Recurso especial conhecido em parte e nessa parte provido'.

8. Incidente de uniformização não conhecido. Aplicação das Questões de Ordem 22 e 24 da TNU.

Brasília/DF, 21 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5003122-19.2013.4.04.7117
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: EUNICE SEIBT
PROC./ADV.: MARCOS HUGO DELLA LATTA
OAB: RS-31698
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Trata-se de Incidente de Uniformização interposto pela parte autora em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de concessão do benefício de auxílio-doença, sob o fundamento de que a parte não apresenta incapacidade para o exercício do seu labor - agricultura.

1.2 Segundo argumenta a requerente, o acórdão recorrido, bem como a sentença monocrática, devem ser anulados, com base na alegação de que houve cerceamento de defesa,por terem sido omissos quanto à provas colacionadas aos autos pela parte autora com o desiderato de comprovar a sua incapacidade laboral. Aponta como paradigma da divergência decisão proferida por esta Turma Nacional de Uniformização no PEDILEF 05021556320094058200 (Relator Juiz Federal Paulo Ernane Moreira Barros, DJ 28/10/2013).

2. Cumpre ressaltar que o conhecimento do pedido de uniformização com fundamento de pretenso cerceamento de defesa encontra óbice na Súmula 43 desta TNU, visto que trata de matéria eminentemente processual. Nesse sentido cito PEDILEF 200770500177785 (JUIZ FEDERAL JANILSON BEZERRA DE SIQUEIRA, DOU 13/04/2012) e PEDILEF 00080456820094036301 (JUÍZA FEDERAL SIMONE DOS SANTOS LEMOS FERNANDES, DOU 29/06/2012).

3. Por essas razões, nos termos do art. 8º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU, não conheço o Incidente de Uniformização.

Brasília, 19 de maio de 2015.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0007048-87.2006.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): VALDEVINO MOREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR
OAB: SP-90916
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

DECISÃO

Trata-se de pedido de uniformização nacional interposto pelo INSS contra acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais da Seção Judiciária de São Paulo que entendeu não ser ilíquida sentença contendo a indicação dos parâmetros para a elaboração de cálculos torna desnecessária a estipulação de valores.

Em seu pedido de uniformização, alega a Autarquia previdenciária que o acórdão divergiu do entendimento adotado por esta Turma Nacional no sentido de que "não basta que a sentença seja exeqüível, uma vez que o procedimento aqui adotado exige que a sentença já consigne o valor da condenação, no que se refere ao valor do benefício concedido e das parcelas vencidas e vincendas" (Pedilef 200238007126010).

O pedido de uniformização não comporta conhecimento.

Inicialmente, anoto que o precedente nele mencionado não é oriundo da TNU senão proveniente de uma das turmas recursais da Seção Judiciária de Minas Gerais.

De qualquer sorte, conquanto esta Turma Nacional, em composições anteriores, tenha tratado da questão da sentença ilíquida, firmando posicionamento inicial pela sua anulação, a jurisprudência atual deste Órgão, submetida, inclusive, à sistemática prevista no art. 7º, VII, a, do RITNU (representativo de controvérsia), não tem conhecido de pedidos de uniformização que versem acerca dessa questão, em razão de sua natureza eminentemente processual, conforme ementa que segue transcrita:

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. SENTENÇA ILÍQUIDA. MATÉRIA PROCESSUAL. APLICAÇÃO DA SÚMULA 43/TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. [...] 6. Sustenta a autarquia recorrente que o acórdão vergastado diverge do entendimento adotado por esta TNU, no sentido de anulação de sentença ilíquida. 7. Incidente inadmitido pela Coordenadoria das Turmas Recursais de São Paulo, ao argumento de que descabe pedido de uniformização em que a suposta divergência recai sobre matéria processual. 8. Coaduno do entendimento manifestado pela Coordenadoria das Turmas Recursais de São Paulo, porquanto a análise acerca de pretensa iliquidez da sentença, do modo de execução do julgado e da responsabilidade pela elaboração dos cálculos é questão meramente processual, não guardando relação com o mérito efetivamente. 9. Nesse sentido, recentemente se manifestou este Colegiado: PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. SENTENÇA ILÍQUIDA. QUESTÃO PROCESSUAL. NÃO CONHECIMENTO. 1. As hipóteses de cabimento do pedido de uniformização de jurisprudência, no âmbito dos Juizados Especiais Federais, encontram-se disciplinadas pelo artigo 14 da Lei nº 10.259, de 2001. 2. Como se extrai do 'caput' do aludido preceito, é cabível o incidente para a discussão de questões de direito material, não se admitindo o seu manejo, pela interpretação 'a contrario sensu', para discussão de questões processuais. 3. A celeuma acerca da necessidade de as sentenças proferidas nos Juizados serem sempre líquidas insere-se na última categoria mencionada, motivo pelo qual o presente incidente não deve ser conhecido. 4. Pedido de uniformização não conhecido. (PEDILEF 200551540065348, JUÍZA FEDERAL JOANA CAROLINA LINS PEREIRA, DOU 08/02/2011 SEÇÃO 1.) 10. Aplicação do enunciado da Súmula n.º 43/TNU, in verbis: "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual." 11. Sugiro ao eminente Presidente desta Turma que imprima, ao resultado desse julgamento, a sistemática prevista no art. 7º, VII, 'a', do RITNU. 12. Incidente de uniformização não conhecido, nos termos acima.Visto, relatado e discutido este processo, em que são partes as acima indicadas, decide a TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto pela parte requerente, nos termos da fundamentação.

(PEDILEF 00038596720074036302, JUIZ FEDERAL ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, TNU, DOU 01/06/2012 PÁGINAS 146/296.)

Ante o exposto, ante o óbice da Súmula 43, desta TNU, e a teor do que prescreve o art. 557 do CPC, tenho como manifestamente improcedente este pedido de uniformização, razão pela qual nego-lhe seguimento.

Belo Horizonte, 21 de maio de 2.015

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBELO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5003545-43.2012.4.04.7107
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIS AUGUSTO DA SILVA
PROC./ADV.: DANIEL ANTONIO BERTOLETTI
OAB: RS-52 359
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

EMENTA

PREVIDENCIÁRIO. REVISÃO DE RENDA MENSAL INICIAL. ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. APOSENTADORIA POR INVALIDEZ PRECEDIDA DE AUXÍLIO-DOENÇA. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO À REVISÃO, ANTES DE CONSUMADO O PRAZO DECADENCIAL. INCIDENTE CONHECIDO E IMPROVIDO.

1. Prolatado acórdão por Turma Recursal do Rio Grande do Sul que, afastando a decadência, deu provimento ao recurso da parte autora, julgando procedente o pedido de revisão da RMI de seu benefício, nos termos do artigo 29, II, da Lei 8.213/91.

2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001, sustentando que a decisão impugnada contraria a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - Edcl no REsp 1.309.534/RS e EDcl no REsp 1.304.433/SC - pois, para aquela Corte Superior, é de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício - artigo 103 da Lei 8.213/91.

3. Demonstrada a divergência e realizado o devido cotejo analítico, examino o incidente.

4. A parte autora é titular de aposentadoria por invalidez (DIB 29.04.2005), precedida de auxílio-doença (DIB 10.10.2001), tendo a presente ação revisional sido ajuizada em 20/03/2012. O acórdão impugnado afastou a decadência por entender que o segurado já havia adquirido o direito à revisão postulada, pois a própria autarquia reconhecera a ilegalidade do decreto que afastava a aplicação do artigo 29, II da Lei 8.213/91, ao editar o Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, em 2010.

5. A questão em apreço foi objeto de recente e minuciosa análise por esta TNU, no PEDILEF 50155594420124047112, Rel. Juiz Federal SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, DOU 20/03/2015 PÁGINAS 106/170, fixando o seguinte entendimento:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. AUXÍLIO-DOENÇA. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. RESSALVA EXPRESSSA DOS BENEFÍCIOS ATINGIDOS PELA DECADÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE RENÚNCIA À DECADÊNCIA LEGAL. DECADÊNCIA NÃO CONSUMADA NO CASO CONCRETO. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO.

(...)

13. Como visto, a controvérsia repousa sobre o início da contagem do prazo decadencial para a revisão de aposentadoria por invalidez, mediante a revisão da RMI do auxílio-doença do qual se originou a aposentadoria, prazo este previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91: Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo.

14. Os entendimentos divergentes podem ser assim resumidos: a) o prazo decadencial iniciar-se-ia quando da concessão do auxílio-doença, uma vez que a revisão da aposentadoria que se pretende constitui, na verdade, em revisão da Renda Mensal Inicial do auxílio-doença precedente; b) o prazo decadencial iniciar-se-ia da data da concessão da aposentadoria por invalidez, uma vez que as relações jurídicas referentes ao auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez são autônomas, devendo ser consideradas separadamente.

15. Inicialmente, consigno que os entendimentos acima reportados terão aplicação conforme o caso concreto, não se excluindo, absolutamente, nenhuma das duas formas de contagem do prazo decadencial.

16. Conforme a matéria controversa, os fatos litigiosos e o objetivo perseguido pela parte-autora, haverá o cabimento de cada um dos termos iniciais do prazo de decadência.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

17. Tal entendimento prevalece mesmo diante do reconhecimento da circunstância de que os benefícios em questão possuem naturezas distintas, constituindo relações jurídicas próprias, sujeitas a regramentos específicos.

18. É que o critério para a identificação do termo inicial do prazo de decadência deve vincular-se ao momento em que houve a lesão ao direito pleiteado, ainda que tal lesão prolongue seus efeitos sobre o benefício superveniente.

19. Isto porque é a partir da constituição de uma dada e específica situação jurídica - que se pretende alterar com a ação revisional -, que tem início o prazo decadencial para revisá-la.

20. Assim, exemplificativamente, caso o segurado queira revisar o seu benefício de aposentadoria por invalidez em razão de o valor da RMI não corresponder a 100% do salário-de-benefício, a lesão ao direito ocorreu na concessão do benefício de aposentadoria, ainda que decorrente de auxílio-doença, motivo pelo qual, em tal hipótese, entendo que a contagem do prazo decenal iniciaria da data de concessão da aposentadoria.

21. Na hipótese dos autos, a parte-autora requer a revisão prevista no art. 29, II, da Lei nº 8.213/91 (incluído pela Lei nº 9.876/99): apuração do salário-de-benefício adotando-se a "média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo".

22. Esta revisão, portanto, destina-se ao recálculo da Renda Mensal Inicial (RMI) do auxílio-doença, o que, em se tratando de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença, conduz à conclusão de que se pede a revisão da RMI do auxílio-doença, posto que, ainda que peça nominalmente a revisão da aposentadoria por invalidez, o que se pretende, na verdade, é a revisão do auxílio-doença inicial.

23. Isto porque, na hipótese, a aposentadoria por invalidez é resultado da mera transformação de auxílio-doença, observada o percentual de 100% do salário-de-benefício (em oposição ao percentual de 91% do salário-de-benefício para o auxílio-doença).

(...)

25. Portanto, o alegado equívoco na constituição da relação jurídica previdenciária, que constitui o objeto da presente ação, ocorreu na concessão do auxílio-doença (ainda que seus efeitos prolonguem-se para o benefício derivado), de modo que a decadência (conforme nominada no art. 103 da Lei 8.213/91), em princípio, ter-se-ia consumado, ante o decurso de mais de dez anos entre a concessão do benefício e a data do ajuizamento da ação.

26. Todavia, há, quanto à matéria em questão, fato relevante a se considerar, qual seja, o reconhecimento administrativo do direito à revisão, pelo INSS, através do Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15 de abril de 2010, que, em seu item 4.2, fixou serem "passíveis de revisão os benefícios por incapacidade e pensões derivadas deste, assim como as não precedidas, com DIB a partir de 29.11.1999, em que, no Período Básico de Cálculo - PBC, foram considerados 100% (cem por cento) dos salários-de-contribuição, cabendo revisá-los para que sejam considerados somente os 80% (oitenta por cento) maiores salários-de-contribuição".

27. Resta claro, pois, o reconhecimento, pela Administração Previdenciária, do direito à revisão dos benefícios que levaram em conta para o cálculo de seus valores 100% do salário-de-contribuição no respectivo PBC (ao invés dos 80% maiores), ato administrativo este que beneficia indiscutivelmente o recorrente, mesmo tendo ingressado com a presente ação mais de dez anos após a concessão do auxílio-doença. Isso porque, conforme veremos, quando do reconhecimento do direito à revisão na esfera administrativa ainda não havia transcorrido o prazo decadencial.

28. Observe-se que o item 4.1 preceitua que "deve-se observar, inicialmente, se o benefício já não está atingido pela decadência, hipótese em que, com esse fundamento, não deve ser revisado", sendo evidente, portanto, que o ato administrativo de reconhecimento do direito não foi absoluto, excluindo os casos em que já se tinha operado a decadência. E não poderia ser diferente, na medida em que o art. 209 do Código Civil preceitua ser "nula a renúncia à decadência fixada em lei", estando a Administração Pública vinculada a tal preceito, ante o princípio da legalidade (art. 37 da CF/88).

29. A questão é que não se tratou, conforme evidenciado acima, de renúncia à decadência legal (conduta vedada pela lei), mas, simplesmente, de reconhecimento expresso pela Administração do direito à revisão dos benefícios previdenciários, desde que ainda não atingidos pela decadência.

30. No caso dos autos, o benefício de auxílio-doença foi concedido em favor da parte autora em 6 de maio de 2000, encontrando-se acobertado pelo reconhecimento do direito à revisão, na medida em que o Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS é de 15 de abril de 2010.

31. Em conclusão, é o caso de se conhecer do incidente, porém, para dar-lhe parcial provimento, firmando-se a tese de que, quando se pretende a revisão do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente da conversão do auxílio-doença, nos termos do art.29, II, da Lei n. 8.213/91, conta-se o prazo do art. 103 da Lei nº 8.213/91, a partir da concessão do benefício originário, qual seja, o auxílio-doença, declarando-se, no caso concreto, o afastamento da decadência pelo reconhecimento administrativo do direito, devendo os autos retornar à Turma Recursal de origem para novo julgamento, observada a premissa supra".

6. No caso em tela, a acórdão recorrido está em consonância com o entendimento acima fixado, pois o benefício de auxílio-doença foi concedido em favor da parte autora em 10 de outubro de 2001, encontrando-se acobertado pelo reconhecimento do direito à revisão por ato da própria autarquia previdenciária - Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS - de 15 de abril de 2010, antes de consumado o prazo decadencial.

7. Incidente de uniformização conhecido e improvido.

ACORDAO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização CONHECER e NEGAR PROVIMENTO o Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS, nos termos do voto-ementa da Juíza Federal Relatora.

Brasília/DF, 07 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 2009.51.01.809869-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: NATALIA FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE: THAIANE FERREIRA DE CARVALHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE REQUERIDA POR ESPOSA SEPARADA DE FATO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO RECEBIMENTO OU DA NECESSIDADE EM TESE DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. NÃO CONHECIMENTO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que deu provimento ao recurso da parte autora, concedendo o benefício de pensão por morte à demandante, na forma de rateio entre esta, a companheira e a filha do de cujus. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue:

"[...] PENSÃO POR MORTE. ESPOSA. PERMANÊNCIA DO VÍNCULO MATRIMONIAL, AINDA QUE SEPARADOS DE FATO. SENTENÇA REFORMADA PARA CONCEDER A PENSÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Trata-se de recurso interposto pela parte autora, em combate à sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício de pensão por morte como esposa de Agmar Deolindo de Carvalho, falecido em 04/12/2008.

Sustenta a recorrente que "o INSS negou a pensão para a ex-esposa, mas não criou nenhum óbice em conceder a pensão para a companheira e a filha menor do segurado, deixando, portanto, de cumprir a Legislação aplicável ao caso, que prevê o rateio da pensão entre a ex-esposa e os demais dependentes do segurado. Deixou, portanto, a ex-esposa do segurado, desamparada".

É o relatório do necessário. Passo a votar.

O recurso deve ser conhecido, ante sua tempestividade e adequação, e provido. Senão, vejamos.

A existência do vínculo marital estabelecido entre a autora e o de cujus está devidamente comprovada pela certidão de casamento, fl.11.

Ressalvadas as discussões sobre a natureza jurídica do casamento, é contratual ou institucional, o casamento impõe o cumprimento de normas que estabelecem deveres e reconhecem direitos aos seus membros, objetivando uma ordem jurídica e social do matrimônio, com forma especial e solenidades rigorosamente observadas para conferir validade e eficácia ao ato.

A atuação do Judiciário é vinculada ao Direito posto. Surgem óbices à manutenção do que foi decidido a partir da Carta Federal que no art. 226 tem como objetivo maior a proteção do casamento, merecendo destaque o fato de que o reconhecimento da união estável entre homem e a mulher como entidade familiar pressupõe a possibilidade de conversão em casamento.

Comprovada a manutenção do vínculo matrimonial, ainda que existente relação de união estável posterior, impõe-se a proteção da autora na condição de esposa, mesmo separada de fato, sob pena de se tornar relativa a tutela conferida pelo ordenamento jurídico ao casamento, sendo este, inclusive, o ato mais solene da vida civil.

Vale citar julgado do Supremo Tribunal Federal, relatado pelo Ministro Octavio Galloti, que ressalta a prevalência do casamento:

EMENTA:- Legalidade da decisão do Tribunal de Contas da União, que excluiu, do beneficio de pensão, a companheira do servidor público falecido no estado de casado, de acordo com o disposto no par. 3. do art. 5. da Lei n. 4.069-62. A essa orientação, não se opõe a norma do PAR.3.DO ART.226 da Constituição de 1988, que, além de haver entrado em vigor após o óbito do instituidor, coloca, em plano inferior ao do casamento, a chamada união estável, tanto que deve a lei facilitar a conversão desta naquele. Prescrição ou preclusão do direito da viúva não configuradas. Preterição, também não caracterizada, da garantia constitucional da ampla defesa da impetrante. Mandado de segurança indeferido.(STF. Mandado de Segurança 21449. Relator Octavio Gallotti. Acórdão citado: MS-20837 (RTJ-130/632). Número de páginas: (16). Análise:(LMS). Revisão:(NCS). Inclusão: 20/11/95, (LSS). Alteração: 14/11/03, (MLR). Alteração: 13/04/2011, DCR. .DSC_PROCEDENCIA_GEOGRAFICA: SP - SÃO PAULO)

Como a autora, no presente caso, logrou êxito em demonstrar, na forma do art. 333, I do CPC, que o vínculo matrimonial permaneceu durante todos estes anos, imperiosa se mostra a concessão de pensão por morte à requerente.

Ante o exposto, voto no sentido de se conhecer e dar provimento ao recurso para que seja concedida a pensão por morte, na forma de rateio entre a recorrente, a companheira e filha do falecido, nos limites da matéria devolvida em sede recursal, condenado o INSS ao pagamento dos atrasados desde os cinco anos anteriores ao ajuizamento da demanda, monetariamente corrigidas desde quando vencidas e acrescidas de juros de mora de 1% a contar da citação, até a edição da Lei nº 11.960/09; a partir de quando deve incidir o disposto no art. 1º-F, da Lei nº 9.494/97. [...]"

2. Em seu pedido de uniformização, alegam as co-rés que a autora não faz jus ao rateio da pensão por morte do de cujus, porquanto não possuía relação de dependência com este. Sustentam, nesse sentido, que "só é cabível o rateio com a companheira se a ex-esposa, divorciada, separada judicialmente ou de fato, for dependente econômica do instituidor". Aduzem que o acórdão recorrido contraria precedentes do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no Recurso Especial Nº 1.132.912-SC e AgRg no Recurso em Mandado de Segurança Nº 32.400-MT), que adotaram, respectivamente, os entendimentos de que "para a fixação das cotas-partes devidas ao ex-cônjuge - que percebia pensão alimentícia - e à(ao) viúva(o) ou companheira(o) do segurado(a) falecido(a), o rateio da pensão por morte deve ocorrer de forma igualitária, em razão da inexistência de ordem de preferência entre os citados beneficiários" e de que "A pessoa divorciada de ex-servidor público que, na data do óbito, não estava obrigado a lhe prestar alimentos, não faz juz à pensão vitalícia".

4. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU.

5. No caso, entendo que as situações fático-jurídicas tratadas nos paradigmas não guardam similitude com a tratada no acórdão recorrido. Com efeito, o acórdão proferido no Agravo Regimental no Recurso Especial Nº 1.132.912-SC versa sobre o percentual de fixação das cotas-partes devidas aos dependentes do instituidor da pensão. A decisão exarada Agravo Regimental no Recurso em Mandado de Segurança Nº 32.400-MT, por sua vez, cuida de pensão por morte de servidor público estadual, submetido a regime próprio de previdência. Já no acórdão recorrido discute-se a qualidade de dependente da esposa, separada de fato, do de cujus, o qual era segurado do Regime Geral de Previdência Social.

6. Diante dessas considerações, não conheço o pedido de uniformização interposto.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 07 de maio de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 2009.51.01.809869-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: NATALIA FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERENTE: THAIANE FERREIRA DE CARVALHO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. PREVIDENCIÁRIO. PENSÃO POR MORTE REQUERIDA POR ESPOSA SEPARADA DE FATO. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DO RECEBIMENTO OU DA NECESSIDADE EM TESE DE RECEBIMENTO DE PENSÃO ALIMENTÍCIA. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA. NÃO CONHECIMENTO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que deu provimento ao recurso da parte autora, concedendo o benefício de pensão por morte à demandante, na forma de rateio entre esta, a companheira e a filha do de cujus. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue:

"[...] PENSÃO POR MORTE. ESPOSA. PERMANÊNCIA DO VÍNCULO MATRIMONIAL, AINDA QUE SEPARADOS DE FATO. SENTENÇA REFORMADA PARA CONCEDER A PENSÃO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

Trata-se de recurso interposto pela parte autora, em combate à sentença que julgou improcedente o pedido de concessão do benefício de pensão por morte como esposa de Agmar Deolindo de Carvalho, falecido em 04/12/2008.

Sustenta a recorrente que "o INSS negou a pensão para a ex-esposa, mas não criou nenhum óbice em conceder a pensão para a companheira e a filha menor do segurado, deixando, portanto, de cumprir a Legislação aplicável ao caso, que prevê o rateio da pensão entre a ex-esposa e os demais dependentes do segurado. Deixou, portanto, a ex-esposa do segurado, desamparada".

É o relatório do necessário. Passo a votar.

O recurso deve ser conhecido, ante sua tempestividade e adequação, e provido. Senão, vejamos.

A existência do vínculo marital estabelecido entre a autora e o de cujus está devidamente comprovada pela certidão de casamento, fl.11.

Ressalvadas as discussões sobre a natureza jurídica do casamento, e contratual ou institucional, o casamento impõe o cumprimento de normas que estabelecem deveres e reconhecem direitos aos seus membros, objetivando uma ordem jurídica e social do matrimônio, com forma especial e solenidades rigorosamente observadas para conferir validade e eficácia ao ato.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

A atuação do Judiciário é vinculada ao Direito posto. Surgem óbices à manutenção do que foi decidido a partir da Carta Federal que no art. 226 tem como objetivo maior a proteção do casamento, merecendo destaque o fato de que o reconhecimento da união estável entre homem e a mulher como entidade familiar pressupõe a possibilidade de conversão em casamento.

Comprovada a manutenção do vínculo matrimonial, ainda que existente relação de união estável posterior, impõe-se a proteção da autora na condição de esposa, mesmo separada de fato, sob pena de se tornar relativa a tutela conferida pelo ordenamento jurídico ao casamento, sendo este, inclusive, o ato mais solene da vida civil.

Vale citar julgado do Supremo Tribunal Federal, relatado pelo Ministro Octavio Galloti, que ressalta a prevalência do casamento:

EMENTA:- Legalidade da decisão do Tribunal de Contas da União, que excluiu, do beneficio de pensão, a companheira do servidor público falecido no estado de casado, de acordo com o disposto no par. 3. do art. 5. da Lei n. 4.069-62. A essa orientação, não se opõe a norma do PAR.3.DO ART.226 da Constituição de 1988, que, além de haver entrado em vigor após o óbito do instituidor, coloca, em plano inferior ao do casamento, a chamada união estável, tanto que deve a lei facilitar a conversão desta naquele. Prescrição ou preclusão do direito da viúva não configuradas. Preterição, também não caracterizada, da garantia constitucional da ampla defesa da impetrante. Mandado de segurança indeferido.(STF. Mandado de Segurança 21449. Relator Octavio Gallotti. Acórdão citado: MS-20837 (RTJ-130/632). Número de páginas: (16). Análise:(LMS). Revisão:(NCS). Inclusão: 20/11/95, (LSS). Alteração: 14/11/03, (MLR). Alteração: 13/04/2011, DCR. .DSC_PROCEDENCIA_GEOGRAFICA: SP - SÃO PAULO)

Como a autora, no presente caso, logrou êxito em demonstrar, na forma do art. 333, I do CPC, que o vínculo matrimonial permaneceu durante todos estes anos, imperiosa se mostra a concessão de pensão por morte à requerente.

Ante o exposto, voto no sentido de se conhecer e dar provimento ao recurso para que seja concedida a pensão por morte, na forma de rateio entre a recorrente, a companheira e filha do falecido, nos limites da matéria devolvida em sede recursal, condenado o INSS ao pagamento dos atrasados desde os cinco anos anteriores ao ajuizamento da demanda, monetariamente corrigidas desde quando vencidas e acrescidas de juros de mora de 1% a contar da citação, até a edição da Lei nº 11.960/09; a partir de quando deve incidir o disposto no art. 1º-F, da Lei nº 9.494/97. [...]"

2. Em seu pedido de uniformização, alegam as co-rés que a autora não faz jus ao rateio da pensão por morte do de cujus, porquanto não possuía relação de dependência com este. Sustentam, nesse sentido, que "só é cabível o rateio com a companheira se a ex-esposa, divorciada, separada judicialmente ou de fato, for dependente econômica do instituidor". Aduzem que o acórdão recorrido contraria precedentes do Superior Tribunal de Justiça (AgRg no Recurso Especial Nº 1.132.912-SC e AgRg no Recurso em Mandado de Segurança Nº 32.400-MT), que adotaram, respectivamente, os entendimentos de que "para a fixação das cotas-partes devidas ao excônjuge - que percebia pensão alimentícia - e à(ao) viúva(o) ou companheira(o) do segurado(a) falecido(a), o rateio da pensão por morte deve ocorrer de forma igualitária, em razão da inexistência de ordem de preferência entre os citados beneficiários" e de que "A pessoa divorciada de ex-servidor público que, na data do óbito, não estava obrigado a lhe prestar alimentos, não faz juz à pensão vitalícia".

4. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU.

5. No caso, entendo que as situações fático-jurídicas tratadas nos paradigmas não guardam similitude com a tratada no acórdão recorrido. Com efeito, o acórdão proferido no Agravo Regimental no Recurso Especial Nº 1.132.912-SC versa sobre o percentual de fixação das cotas-partes devidas aos dependentes do instituidor da pensão. A decisão exarada Agravo Regimental no Recurso em Mandado de Segurança Nº 32.400-MT, por sua vez, cuida de pensão por morte de servidor público estadual, submetido a regime próprio de previdência. Já no acórdão recorrido discute-se a qualidade de dependente da esposa, separada de fato, do de cujus, o qual era segurado do Regime Geral de Previdência Social.

6. Diante dessas considerações, não conheço o pedido de uniformização interposto.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 07 de maio de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500356-97.2014.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: ADEILSON SATURNINO RENATO
PROC./ADV.: PAULIANNE ALEXANDRE TENÓRIO
OAB: PE 20.070
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO SUSCITADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. TEMPO ESPECIAL. VIGILANTE ARMADO. PERICULOSIDADE. RECONHECIMENTO APÓS O DECRETO 2.172/97. PARADIGMAS DE TR, TNU E STJ. COTEJO ANALÍTICO DOS JULGADOS. RITNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que negou provimento ao recurso da parte autora, mantendo a sentença de primeiro grau, a qual havia julgado parcialmente procedente o pedido formulado na inicial de concessão de aposentadoria especial. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue:

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. PRESUNÇÃO DE INSALUBRIDADE POR ENQUADRAMENTO PROFISSIONAL. VIGILANTE. COMPROVAÇÃO DO USO DE ARMA DE FOGO. ENUNCIADO Nº 26 DA SÚMULA DE JURISPRUDÊNCIA DA TNU. RECURSO DA PARTE AUTORA IMPROVIDO.

- Trata-se de recurso inominado interposto pela parte autora contra sentença que julgou parcialmente procedente o pedido autoral, reconhecendo a especialidade do período de 06.11.1985 a 04.03.1997, na atividade de vigilante.

- Até 28/04/95, para o reconhecimento das condições de trabalho como especiais, era suficiente que o segurado comprovasse o exercício de uma das atividades previstas no anexo do Decreto nº. 53.831/64 ou nos anexos I e II do Decreto nº. 83.080/79, não sendo necessário fazer prova efetiva da exposição às condições prejudiciais à saúde ou à integridade física.

- A partir de 29/04/95, com a edição da Lei nº. 9.032/95, que alterou a Lei nº. 8.213/91, o reconhecimento da insalubridade passou a exigir a efetiva exposição aos agentes agressivos do Decreto nº. 83.080/79 ou ao Decreto nº. 53.831/64, o que se comprovava através da apresentação do documento de informação sobre exposição a agentes agressivos (conhecido como SB 40 ou DSS 8030).

- Com o advento da Medida Provisória nº. 1.523/96, posteriormente convertida na Lei nº. 9.528/97, a qual conferiu nova redação ao art. 58 da Lei nº. 8.213/91, passou-se a exigir a elaboração de laudo técnico assinado por médico do trabalho ou engenheiro de segurança do trabalho. Não obstante, o STJ firmou posicionamento no sentido de que essa exigência só é possível a partir da edição daquele diploma legal de 1997 e não da data da Medida Provisória mencionada (Precedente: AgREsp nº 518.554/PR).

- No caso de exposição do trabalhador a ruído e calor, agentes agressivos que exigem medição técnica, o laudo técnico ou PPP é exigido para comprovação das condições especiais em qualquer período, não se aplicando neste caso, o acima exposto.

- "O simples fato de serem extemporâneos em relação ao período laborado não desnatura a força probante dos laudos periciais anexados aos autos, tendo em vista que, nos termos dos parágrafo 3º e parágrafo 4º, do art.58, da Lei nº. 8.213/1991, o empregador tem o dever legal de manter atualizados os laudos técnicos relativos às atividades exercidas em condições especiais. Ademais, a empresa empregadora deve garantir a veracidade das declarações prestadas nos formulários de informações e laudos periciais, sob pena de sujeição à penalidade prevista no artigo 133 da referida lei, bem como de ser responsabilizada criminalmente, nos termos do artigo 299 do Código Penal." (APELREEX 200783000213841, Desembargador Federal Rogério Fialho Moreira, TRF5 - Primeira Turma, 21/05/2010).

- A utilização de equipamentos de proteção individual (EPI) não descaracteriza a atividade prestada sob condições especiais, pois seu uso não significa que estejam erradicadas as condições adversas que justificam a contagem de tempo de maneira específica, prestando-se tão somente a amenizar ou reduzir os danos delas decorrentes. A corroborar tal raciocínio, traz-se à baila da Turma Nacional de Uniformização, o teor da Súmula nº 9, 'in verbis': "O uso de Equipamento de Proteção Individual (EPI), ainda que elimine a insalubridade, no caso de exposição a ruído, não descaracteriza o tempo de serviço especial prestado" e o Precedente PEDILEF nº 2007.83.00.518717-0/PE.

- Insurge-se a parte autora contra o não reconhecimento da especialidade no período posterior a 04.03.1997, em que a parte autora exerceu a atividade de vigilante, portando arma de fogo.

- A TNU, a se turno, entende que entre a vigência da Lei nº 9032/95 e a edição do Decreto nº 2172/97, de 05/03/97, é admissível o enquadramento do vigilante como atividade especial, desde que tenha havido o uso de arma de fogo, demonstrativo da periculosidade. Eis o trecho do precedente (Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei Federal nº 200972600004439, Relator: Juiz Federal Vladimir Santos Vitovsky, DJ 09/11/2012):

A jurisprudência desta TNU se consolidou no sentido de que entre a Lei nº9.032, de 28.04.1995, e o Decreto nº 2.172, de 05.03.1997, é admissível a qualificação como especial da atividade de vigilante, eis que prevista no item 2.5.7 do anexo ao Decreto nº 53.831, de 1964, cujas tabelas vigoraram até o advento daquele, sendo necessária a prova da periculosidade (mediante, por exemplo, prova do uso de arma de fogo). No período posterior ao citado Decreto nº 2.172, de 05.03.1997, o exercício da atividade de vigilante deixou de ser previsto como apto a gerar a contagem em condições especiais(negritos inexistentes no original).

- O fato é que a atividade de vigilante embora não expressamente tida como perigosa, equipara-se à função de guarda, de forma que também se dá a presunção neste caso, nos termos da Súmula 26 da TNU, consoante a qual, "A atividade de vigilante enquadra-se como especial, equiparando-se à de guarda, elencada no item 2.5.7. do Anexo III do Decreto n. 53.831/64". Ressalte-se, por oportuno, que o precedente que deu origem à referida Súmula (Processo nº 2002.83.20.00.2734-4/PE) envolvia situação na qual o trabalho de vigilante fora desempenhado mediante uso de arma de fogo. O uso da arma de fogo, portanto, é decisivo para fins de configuração da nocividade, conforme precedentes da TNU (PEDILEF 2006.83.00.51.6040-8 e 2008.72.95.00.1434-0).

- Contudo, o tempo de serviço prestado na condição de vigilante somente é considerada especial, no período anterior ao início da vigência do Decreto 2.172/1997 até 04.03.1997, vez que este último regulamento que não mais previu a periculosidade como fator de reconhecimento do exercício de atividade especial. Desta forma, ainda que comprovado pela parte autora o uso de arma de fogo através Laudo Técnico ou PPP, não deve ser reconhecida a especialidade da atividade de vigilante a partir de 05.03.1997.

- Por último, visando evitar descabidos e protelatórios embargos de declaração, ressalte-se que não existe a menor necessidade de manifestação expressa sobre os todos os argumentos jurídicos levantados pelas partes, eis que as razões já expostas neste decisum são suficientes para julgamento de todos os pedidos formulados. Idêntico raciocínio se aplica ao prequestionamento. Não há obrigação de manifestação expressa sobre todas as teses jurídicas apontadas como tal. O único propósito de prequestionar a matéria a ser eventualmente levada ao conhecimento das Cortes Superiores, sem que ocorra, na hipótese, qualquer dos pressupostos elencados no art. 535 do Código de Ritos, não constitui razão suficiente para a oposição dos embargos declaratórios, consoante prega a pacífica jurisprudência do STJ. De toda forma, a fim de agilizar o andamento dos processos, considero desde já prequestionados expressamente todos os dispositivos legais indicados pelas partes em suas petições durante o trâmite processual. Insta acentuar, por fim, que os embargos de declaração não se prestam para reanálise de pedidos já decididos.

- Recurso da parte autora improvido. Sentença Mantida.

- Sem condenação em honorários, por ser a parte autora beneficiária da justiça gratuita.

2. Em seu incidente, a parte autora sustenta que deve ser reconhecido como tempo especial todo o período em que laborou em atividade de vigilante utilizando arma de fogo. Aduz que acórdão recorrido contraria precedentes da TRU da 4ª Região (IUJEF 0023137-64.2007.404.7195), da Turma Recursal do Sergipe (RCI 0506445-89.2012.4.05.8500), desta TNU (PEDILEF 200872950014340, 200871950073870 e Súmula nº 26), do STJ (RECURSO ESPECIAL Nº 413.614 - SC). O requerente transcreveu, ainda, trechos de sentenças de primeiro grau proferidas por Varas Federais de Pernambuco.

3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU.

4. No caso, entendo que o incidente de uniformização não merece ser conhecido.

5. Dispõe o art. 14, caput e § 2º da Lei nº 10.259/2001 que caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei. O pedido de uniformização nacional, contudo, deve estar escorado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do e. Superior Tribunal de Justiça.

6. A recorrente também aponta como paradigmas da divergência arestos da TNU e do STJ sem, contudo, se desincumbir da prova do dissenso, ou seja, não promoveu o necessário cotejo analítico dos julgados, nos termos exigidos pelo art. 13, parte final, do RITNU (Resolução nº 22 de 4/06/2008).

7. Diante dessas considerações, não conheço o pedido de uniformização interposto.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 07 de maio de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002086-73.2012.4.04.7214
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANAIR SCHROEDER
PROC./ADV.: MARIA GEOVANI PILLATI PEREIRA
OAB: SC-8259
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA PARTE RÉ. PREVIDENCIÁRIO. CONVERSÃO DE APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO EM APOSENTADORIA ESPECIAL. ATIVIDADE SOB CONDIÇÕES ESPECIAIS. EXPOSIÇÃO A AGENTES BIOLÓGICOS. HABITUALIDADE E PERMANÊNCIA. ACORDAO RECORRIDO RECONHECEU EXPOSIÇÃO EFETIVA E PERMANENTE AOS AGENTES NOCIVOS. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que negou provimento ao recurso da parte ré, mantendo a sentença de primeiro grau, a qual havia julgado procedente o pedido formulado na inicial, para reconhecer o exercício de atividade sujeita a condições especiais no período de 15/01/1979 a 12/02/2008 e para converter a aposentadoria por tempo de contribuição percebida pela demandante em aposentadoria especial. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

"[...] Trata-se de recurso interposto pelo INSS para que sejam desconsiderados períodos reconhecidos como trabalhados, pela parte autora, sob condições nocivas à sua saúde. Para tanto, alega que nos períodos de 15.1.1979 a 12.2.2008 a exposição a agentes biológicos não ocorria de forma habitual e permanente e que o uso de EPI elide a especialidade.

Não procede a insurgência do INSS.

A Autarquia Previdenciária aponta, ora na esfera recursal, que a exposição aos agentes nocivos não se dava de forma permanente.

No entanto, no caso concreto, vale salientar que a segurada estava exposta a agentes biológicos. Nestes casos o conceito de habitualidade e permanência é diverso daquele utilizado para a exposição a outros agentes nocivos. Isto porque o que se protege não é o tempo de exposição (causador do eventual dano), mas o risco de exposição a tais agentes.

Neste sentido a lição de Marina Vasques Duarte de Barros Falcão no livro Direito Previdenciário:

(...) Os conceitos de habitualidade e permanência, têm sido veiculados por Ordens de Serviços expedidos pelo INSS. Assim, a OS 564/97 definia trabalho permanente como 'aquele em que o segurado no exercício de todas as suas funções, esteve efetivamente exposto a agentes nocivos físicos, químicos e biológicos, ou associação de agentes.' Isto é, o trabalhador deve estar exposto àquele agente nocivo durante o exercício de todas as suas funções, durante a jornada de trabalho integral.

Labor habitual é o realizado todos os dias do mês.

A OS 600/98 referia-se a trabalho não ocasional nem intermitente definindo-o como 'aquele em que, na jornada de trabalho não houve interrupção ou suspensão do exercício de atividade com exposição aos agentes nocivos, ou seja, não foi exercida de forma alternada, atividade comum e especial.'

Esses conceitos têm de ser analisados com certa ponderação. (...)

(...) na hipótese de profissionais que atuam na área médica devem ser reinterpretados os conceitos de habitualidade e permanência. A Carta Magna expressamente determina a adoção de critérios e requisitos diferenciados para a concessão de aposentadoria àqueles que exerçam atividades sob condições especiais que prejudiquem a saúde ou a integridade física. Ora, não é possível restringir o direito à aposentadoria especial apenas aos profissionais que exerçam trabalhos em estabelecimentos de saúde em contato permanente com pacientes portadores de doenças infecto-contagiosas ou com manuseio de materiais contaminados - restritos, em geral, aos trabalhadores que atuam nos setores de doenças infecto-contagiosas dos hospitais -, pois nestas situações, a especialidade do trabalho não existe em virtude do desgaste que o agente nocivo provocaria à integridade do profissional, mas, sim, em virtude do risco desta exposição. O que sugerimos seja verificado na hipótese é a permanência do risco e não da exposição em si, mesmo porque o fundamento da aposentadoria especial é a possibilidade de prejuízo à saúde do trabalhador e não o prejuízo em si. (ênfase acrescentada).

No tocante a exposição a agentes biológicos, esta Turma Recursal, tem entendido que, ante a ausência de prova acerca da neutralização do agente nocivo, o mero fornecimento de EPI não afasta o reconhecimento da especialidade.

Registra-se que o reconhecimento ou não da especialidade está relacionado com o enquadramento da atividade nas categorias profissionais previstas nos decretos regulamentares, ou pela exposição do trabalhador a agentes nocivos a sua saúde.

Assim, o reconhecimento da atividade especial não está condicionado ao recolhimento de um adicional sobre as contribuições previdenciárias. E, ainda, se o recolhimento de tais contribuições é devido ou não, deve ser monitorado pelo INSS, em nada interferindo no reconhecimento da especialidade.

Dessa forma, a sentença não deve ser reformada.

Considero prequestionados os dispositivos enumerados pelas partes nas razões e contrarrazões recursais, especialmente os arts. 5º, LIV, 201, caput e 195, parágrafo 5º, todos da Constituição Federal, declarando que a decisão encontra amparo nos dispositivos da Constituição Federal de 1988 e na legislação infraconstitucional, aos quais inexiste violação.

O juízo não está obrigado a analisar todos os argumentos e dispositivos indicados pelas partes em suas alegações, desde que tenha argumentos suficientes para expressar sua convicção.

Condeno o INSS ao pagamento de honorários advocatícios fixados em 10% sobre o valor das parcelas vencidas até a data da prolação da sentença (Súmula 111 do STJ), em havendo condenação, ou sobre o valor corrigido da causa, na hipótese de não ter havido condenação ao pagamento de valores atrasados. Ressalvo que a condenação em honorários não pode ser inferior ao salário mínimo, salvo se o conteúdo econômico da causa o for, hipótese em que os honorários devem corresponder ao valor da demanda. Caso o valor dos honorários tenha como base de cálculo o valor da causa este deverá ser corrigido pelo IPCA-E da data do ajuizamento até 30.06.2009. Após esta data (30.06.2009), deve-se aplicar exclusivamente o critério exclusivamente o critério de correção previsto no artigo 5º da Lei 11.960/2009.

Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO. [...]"

2. Em seu pedido de uniformização, alega a parte ré que "A comprovação da especialidade em face de exposição intermitente a agentes nocivos, especialmente de períodos posteriores a 28/04/1995, não caracterizam atividade especial". Aduz que o acórdão recorrido contraria a jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF 200770510062607 e 2007.72.51.00.4347-2), que adotou o entendimento de que "a permanência e a habitualidade da exposição a agentes nocivos à saúde são requisitos exigíveis apenas para as atividades exercidas a partir de 29/04/1995, quando entrou em vigor a Lei nº 9.032/95, que alterou a redação do art. 57, § 3º, da Lei nº 8.213/91".

3. O incidente de uniformização foi admitido na origem.

4. Por relevante registro que entendo possível o reconhecimento da especialidade do labor, conquanto para determinados agentes insalutíferos, no caso os biológicos, mesmo que não se saiba a quantidade exata de tempo de exposição ao agente insalutífero capaz de comprometer a saúde do obreiro. Com efeito, cabe recordar que para fins de enquadramento das categorias profissionais, devem ser considerados os Decretos nºs 53.831/64 (Quadro Anexo - 2ª parte) e 83.080/79 (Anexo II) até 28/04/95, data da extinção do reconhecimento da atividade especial por presunção legal. Já para o enquadramento dos agentes nocivos, devem ser considerados os Decretos nºs 53.831/64 (Quadro Anexo - 1ª parte) e 83.080/79 (Anexo I), o Decreto nº 2.172/97 (Anexo IV), o Decreto nº 3.048/99 (Anexo IV) e a Portaria 3.218/78 do Ministério do Trabalho e seus anexos, como a Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15), que trata das atividades e operações insalubres em vários anexos.

5. A exigência de superação de nível de tolerância disposto na Norma Regulamentadora nº 15 (NR-15) como pressuposto caracterizador de atividade especial deve ser verificada apenas para atividades desempenhadas a partir de 03/12/1998, quando essa disposição trabalhista foi internalizada no direito previdenciário, com a edição da MP 1.729, convertida na Lei nº 9.732/98, que alterou o § 1º do art. 58 da Lei nº 8.213/91. A partir da MP 1.729, publicada em 03/12/1998 (convertida na Lei nº 9.732/1998), as disposições trabalhistas concernentes à caracterização de atividade ou operações insalubres (NR-15) - com os respectivos conceitos de "limites de tolerância", "concentração", "natureza" e "tempo de exposição ao agente" - passam a influir na natureza de uma atividade (se especial ou comum). Assim, temos uma exposição que deve ser valorada de maneira quantitativa para os agentes arrolados nos Anexos 11 e 12 da NR-15, para os quais a nocividade à saúde se dá por limite de tolerância, expressamente referido no próprio item desses anexos. Contudo, no que tange aos agentes biológicos, o Anexo 14, expressamente prevê que: Relação das atividades que envolvem agentes biológicos, cuja insalubridade é caracterizada pela avaliação qualitativa. Vale dizer, a exposição a tais substâncias é considerada nociva à saúde do trabalhador por sua sendo exigida apenas o contato físico com tais agentes. Por tais motivos, a jurisprudência entende que não se reclama exposição às condições insalubres durante todos os momentos da prática laboral.

6. O acórdão paradigma da TNU apenas considerou que não havia necessidade de exposição habitual e permanente a agentes biológicos para caracterização de atividade especial o início da vigência da Lei nº 9.032/95. A contrario sensu, pressupôs implicitamente e genericamente, não adentrando na particularidade dos agentes biológicos, que após o início da vigência da Lei nº 9.032/95 precisa ser habitual e permanente. O acórdão recorrido, porém, não destoou desse entendimento, porque considerou que ocorreu exposição habitual e permanente a agentes biológicos. Há, portanto, convergência entre os julgados. Logo, não ficou demonstrada divergência jurisprudencial em torno de questão de direito material.

7. Desse modo, não conheço o pedido de uniformização interposto.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais não conhecer o incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 07 de maio de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5008074-26.2012.4.04.7101
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: IRENO LOPES DE ALMEIDA
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
OAB: SC-13520
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA PARTE AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. AUXÍLIO-DOENÇA. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. RESSALVA EXPRESSSA DOS BENEFÍCIOS ATINGIDOS PELA DECADÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE RENÚNCIA À DECADÊNCIA LEGAL. DECADÊNCIA NÃO CONSUMADA NO CASO CONCRETO. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão da 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária Do Rio Grande do Sul que negou provimento ao recurso da parte autora, mantendo a sentença de primeiro grau, a qual havia pronunciado a decadência do direito do demandante, resolvendo o feito com julgamento de mérito. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue:

"[...] Trata-se de demanda em que a parte autora postula a revisão do salário-de-benefício para que corresponda à média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo (art. 29, II, da Lei n. 8.213/91).

Recorre a parte autora contra sentença que pronunciou a decadência do direito à revisão do benefício originário (AD NB 118.590.410-4, concedido em 07/12/2000 - evento 9-PROCADM1) que deu origem à aposentadoria por invalidez de que é titular (NB n. 130.204.644-3, concedido em 02/09/2003, evento 9, PROCADM2).

Inicialmente, insta sinalar que, embora a sentença não tenha referido, existe outro AD concedido à parte autora (e que a mesma também pretende revisar como constou na inicial), de NB nº 124.724.314-9, concedido em 06/06/2002.

Dessa forma, passo à análise do instituto da decadência no que concerne à revisão dos dois benefícios originários.

No que se refere à decadência, a Turma Regional de Uniformização da 4ª região, recentemente assim decidiu na Sessão ocorrida em 21/06/2012:

REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO.DECADÊNCIA DO DIREITO QUANDO DECORRIDOS MAIS DE DEZ ANOS. O prazo decadencial do direito de revisar é contado da data da concessão do benefício que efetivamente se busca revisar, seja ele originário ou derivado. Tendo decaído o direito de revisar o benefício originário, não há possibilidade de revisão do benefício derivado, no caso de esta ser apenas reflexa da revisão do primeiro.

IUJEF 5000341-64.2012.404.7115. Relator Juiz Federal Paulo Paim da Silva

Importante referir que embora a Aposentadoria por Invalidez tenha sido concedida no ano de 2003 e para qual não haveria ainda o transcurso do prazo decadencial, o mesmo é contado do benefício que efetivamente se busca revisar, no caso dos autos, os benefícios de auxílio-doença.

Dessa forma, verifica-se que os benefícios originários possuem DIB em 07/12/2000 e 06/06/2002 e a demanda foi ajuizada em 20/12/2012, verificando-se, assim a ocorrência da decadência do direito de revisão dos benefícios, tendo em vista o decurso do prazo de 10 (dez) anos.

A decisão da Turma Recursal assim proferida, no âmbito dos Juizados Especiais, é suficiente para interposição de quaisquer recursos posteriores.

O prequestionamento é desnecessário no âmbito dos Juizados Especiais Federais, porquanto o artigo 46 da Lei 9.099/95 dispensa expressamente a fundamentação exaustiva do acórdão. Por conseguinte, tanto nos pedidos de uniformização de jurisprudência quanto para o recebimento de Recurso Especial, não há de se exigir que a matéria tenha sido prequestionada em segunda instância, o que diferencia os processos que tramitam nos Juizados dos processos comuns ordinários.

Todavia, se assim quer o recorrente, dou expressamente por prequestionados todos os dispositivos indicados pelas partes nos presentes autos, para fins do art. 102, III, da Constituição Federal, respeitadas as disposições do art. 14, caput e parágrafos e art. 15, caput, da Lei nº 10.259, de 12.07.2001. A repetição dos dispositivos é desnecessária, para evitar tautologia.

Condeno a parte autora ao pagamento das custas e dos honorários

advocatícios fixados em 10% sobre o valor da causa, restando ambas as obrigações suspensas caso a parte seja beneficiária de assistência judiciária gratuita.

Ante o exposto, voto por negar provimento ao recurso da parte autora. [...]"

2. Em seu pedido de uniformização, alega a parte autora que o acórdão recorrido contraria precedentes da 2ª Turma Recursal da Bahia (RCI 0017050-19.2010.4.01.3300) e da 3ª Turma Recursal de São Paulo (RCI 00596563120074036301), que adotaram o entendimento de que "O prazo decadencial do direito da parte autora de ter seu benefício revisado, nos termos da lei previdenciária, começa a contar a partir da data do início do benefício de aposentadoria por invalidez que titulariza e não da data da concessão do benefício originário (Auxílio-doença), pois os reflexos da revisão são para o benefício atual e não para o benefício originário".

3. O incidente de uniformização foi admitido na origem.

4. Entendo que a divergência restou demonstrada com relação aos paradigmas.

5. Quanto ao mérito, a matéria também já foi tratada no âmbito desta Corte, in verbis:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA/APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. REVISÃO DA RMI NOS TERMOS DO ART. 29, II, DA LEI 8.213/91. INÍCIO DO PRAZO A PARTIR DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO QUE SE PRETENDE REVISAR. AUXÍLIO-DOENÇA. EDIÇÃO DO MEMORANDO-CIRCULAR CONJUNTO Nº 21 DIRBEN/PFE/INSS. RECONHECIMENTO ADMINISTRATIVO DO DIREITO. RESSALVA EXPRESSSA DOS BENEFÍCIOS ATINGIDOS PELA DECADÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE DE RENÚNCIA À DECADÊNCIA LEGAL. DECADÊNCIA NÃO CONSUMADA NO CASO CONCRETO. INCIDENTE PARCIALMENTE PROVIDO. 1. Trata-se de Incidente de Uniformização suscitado pela parte-autora pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, declarou a decadência do direito à revisão de aposentadoria por invalidez decorrente de auxílio-doença. 2. O aresto combatido considerou que estava consumado o prazo decadencial para o exercício do direito à revisão de aposentadoria por invalidez, contado da data da concessão do auxílio-doença, por entender ser este o "benefício que efetivamente se busca revisar". 3. A parte-autora sustenta o cabimento do pedido de uniformização por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado(s) paradigma(s) que, em alegada(s) hipótese(s) semelhante(s), entenderam que o prazo decenal para a revisão de aposentadoria por invalidez conta-se data de concessão deste benefício, considerado autonomamente em relação ao auxílio-doença, do qual se originou. 4. Na decisão de admissibilidade, proferida pela Presidência desta TNU, apontou-se que "há a divergência suscitada", porquanto o acórdão

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

recorrido e os paradigmas teriam tratado da questão de forma contrastante. 5. A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º). 6. Do cotejo entre o acórdão combatido e os julgados paradigmas, observo que está caracterizada a divergência de entendimento quanto ao direito material posto em análise nos autos, em razão da ocorrência de similitude fática entre os julgados recorridos e os precedentes apresentados. 7. Explico: 8. No acórdão recorrido, a 5ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul, mantendo a sentença, declarou a decadência do direito à revisão de aposentadoria por invalidez decorrente de auxílio-doença, sob o seguinte fundamento: "A controvérsia trazida pela parte autora encontra-se uniformizada no âmbito da Turma Regional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais da 4ª Região, nos seguinte termos: REVISÃO DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. DECADÊNCIA DO DIREITO QUANDO DECORRIDOS MAIS DE DEZ ANOS. 1. O prazo decadencial do direito de revisar é contado da data da concessão do benefício que efetivamente se busca revisar, seja ele originário ou derivado. 2. Tendo decaído o direito de revisar o benefício originário, não há possibilidade de revisão do benefício derivado, no caso de esta ser apenas reflexa da revisão do primeiro. 3. Recurso improvido. (5000341- 64.2012.404.7115, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Paulo Paim da Silva, D.E. 25/06/2012 - grifei). Dessarte, ressalvo meu posicionamento pessoal no sentido de que, em se tratando de dois benefícios previdenciários, um originário e outro derivado, os prazos deveriam ser contados de forma autônoma, para, nos termos da jurisprudência uniformizada, negar provimento ao recurso. (...) Dessa forma, mantenho a sentença recorrida e condeno a parte autora ao pagamento de honorários advocatícios, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor atualizado da causa, e de custas, na forma da Lei, ficando a execução suspensa na hipótese de a parte autora ser beneficiária da AJG. Ante o exposto, voto por NEGAR PROVIMENTO ao recurso da parte autora." 9. Nos casos paradigmas (2ª TR/BA, Processo nº 0017050-19.2010.4.01.3300, j. 08/07/2011; 3ª TR/SP, Processo nº 0596563120074036301, rel. Juiz Federal Danilo Almasi Vieira Santos, j. 14/05/2012), se decidiu que o prazo decadencial para a revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença inicia-se da concessão do benefício atual (aposentadoria) e não do originário (auxílio-doença). 10. Entendeu-se nos precedentes que há, em tais casos, "a existência de duas lesões à esfera do segurado...a primeira decorrente da equivocada concessão do auxílio-doença e a segunda da igualmente errônea implantação da aposentadoria por invalidez" (2ª TR/BA) e "os reflexos da revisão são para o benefício atual e não o benefício originário" (3ª TR/SP). 11. Portanto, há a similitude fática a permitir o conhecimento do presente incidente de uniformização, uma vez que se partiu do mesmo fato (de mesma natureza/pedido de revisão de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença) para se chegar a conclusões jurídicas divergentes (substrato do incidente): no caso recorrido contou-se a decadência da aposentadoria por invalidez; nos paradigmas entendeu-se do início do auxílio-doença. 12. Assim, presente a divergência de interpretação, passo ao exame do mérito do pedido de uniformização de interpretação. 13. Como visto, a controvérsia repousa sobre o início da contagem do prazo decadencial para a revisão de aposentadoria por invalidez, mediante a revisão da RMI do auxílio-doença do qual se originou a aposentadoria, prazo este previsto no art. 103 da Lei nº 8.213/91: Art. 103. É de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, a contar do dia primeiro do mês seguinte ao do recebimento da primeira prestação ou, quando for o caso, do dia em que tomar conhecimento da decisão indeferitória definitiva no âmbito administrativo. 14. Os entendimentos divergentes podem ser assim resumidos: a) o prazo decadencial iniciar-se-ia quando da concessão do auxílio-doença, uma vez que a revisão da aposentadoria que se pretende constitui, na verdade, em revisão da Renda Mensal Inicial do auxílio-doença precedente; b) o prazo decadencial iniciar-se-ia da data da concessão da aposentadoria por invalidez, uma vez que as relações jurídicas referentes ao auxílio-doença e à aposentadoria por invalidez são autônomas, devendo ser consideradas separadamente. 15. Inicialmente, consigno que os entendimentos acima reportados terão aplicação conforme o caso concreto, não se excluindo, absolutamente, nenhuma das duas formas de contagem do prazo decadencial. 16. Conforme a matéria controversa, os fatos litigiosos e o objetivo perseguido pela parte-autora, haverá o cabimento de cada um dos termos iniciais do prazo de decadência. 17. Tal entendimento prevalece mesmo diante do reconhecimento da circunstância de que os benefícios em questão possuem naturezas distintas, constituindo relações jurídicas próprias, sujeitas a regramentos específicos. 18. É que o critério para a identificação do termo inicial do prazo de decadência deve vincular-se ao momento em que houve a lesão ao direito pleiteado, ainda que tal lesão prolongue seus efeitos sobre o benefício superveniente. 19. Isto porque é a partir da constituição de uma dada e específica situação jurídica - que se pretende alterar com a ação revisional -, que tem início o prazo decadencial para revisá-la. 20. Assim, exemplificativamente, caso o segurado queira revisar o seu benefício de aposentadoria por invalidez em razão de o valor da RMI não corresponder a 100% do salário-de-benefício, a lesão ao direito ocorreu na concessão do benefício de aposentadoria, ainda que decorrente de auxílio-doença, motivo pelo qual, em tal hipótese, entendo que a contagem do prazo decenal iniciaria da data de concessão da aposentadoria. 21. Na hipótese dos autos, a parte-autora requer a revisão prevista no art. 29, II, da Lei nº 8.213/91 (incluído pela Lei nº 9.876/99): apuração do salário-de-benefício adotando-se a "média aritmética simples dos maiores salários-de-contribuição correspondentes a oitenta por cento de todo o período contributivo". 22. Esta revisão, portanto, destina-se ao recálculo da Renda Mensal Inicial (RMI) do auxílio-doença, o que, em se tratando de aposentadoria por invalidez precedida de auxílio-doença, conduz à conclusão de que se pede a revisão da RMI do auxílio-doença, posto que, ainda que peça nominalmente a revisão da aposentadoria por invalidez, o que se pretende, na verdade, é a revisão do auxílio-doença inicial. 23. Isto porque, na hipótese, a aposentadoria por invalidez é resultado da mera transformação de auxílio-doença, observada o percentual de 100% do salário-de-benefício (em oposição ao percentual de 91% do salário-de-benefício para o auxílio-doença). 24. Tal entendimento é perfeitamente perceptível quando se examina os termos em que formulados a causa de pedir e o pedido pela parte-autora (ora requerente), conforme trechos que ora reproduzo (sem grifos no original): "A presente consiste na pretensão do recálculo do valor Auxilio doença da parte autora, buscando remediar ilegalidade cometida pela autarquia quando da concessão de seu beneficio. (...) Como se verá adiante, o benefício de auxilio doença foi equivocadamente calculado pelo INSS gerando uma redução nos valores pagos à parte Autora, tendo ainda gerado por conseqüência redução nos valores pagos em sua aposentadoria por invalidez e/ou pensão por morte. (...) Outra ilegalidade que se observa é que ao efetuar o cálculo do Salário-de-Benefício do(s) auxílio(s) doença, e, por conseqüência, da RMI da parte autora no respectivo beneficio, o INSS limitou-se a calcular a média aritmética simples dos salários de contribuição. (...) DO PEDIDO 4. Procedência da ação, condenando o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, a: a) revisar o benefício previdenciário do autor revisando o PBC do auxílio-doença nº 114.845.928-3 do mesmo, devendo este ser recalculado conforme preceitua o artigo 29, inciso II, da Lei 8.213/91, bem como para recalcular o valor da RMI do referido benefício, quando da concessão do beneficio e da RMA; b)revisar a aposentadoria por invalidez nº 536.321.335-0 do autor, com base no novo cálculo do beneficio de auxilio doença, bem como recalcular o valor da RMI do referido benefício, quando da concessão do mesmo e da RMA." 25. Portanto, o alegado equívoco na constituição da relação jurídica previdenciária, que constitui o objeto da presente ação, ocorreu na concessão do auxílio-doença (ainda que seus efeitos prolonguem-se para o benefício derivado), de modo que a decadência (conforme nominada no art. 103 da Lei 8.213/91), em princípio, ter-se-ia consumado, ante o decurso de mais de dez anos entre a concessão do benefício e a data do ajuizamento da ação. 26. Todavia, há, quanto à matéria em questão, fato relevante a se considerar, qual seja, o reconhecimento administrativo do direito à revisão, pelo INSS, através do Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 15 de abril de 2010, que, em seu item 4.2, fixou serem "passíveis de revisão os benefícios por incapacidade e pensões derivadas deste, assim como as não precedidas, com DIB a partir de 29.11.1999, em que, no Período Básico de Cálculo - PBC, foram considerados 100% (cem por cento) dos salários-de-contribuição, cabendo revisá-los para que sejam considerados somente os 80% (oitenta por cento) maiores salários-de-contribuição". 27. Resta claro, pois, o reconhecimento, pela Administração Previdenciária, do direito à revisão dos benefícios que levaram em conta para o cálculo de seus valores 100% do salário-de-contribuição no respectivo PBC (ao invés dos 80% maiores), ato administrativo este que beneficia indiscutivelmente o recorrente, mesmo tendo ingressado com a presente ação mais de dez anos após a concessão do auxílio-doença. Isso porque, conforme veremos, quando do reconhecimento do direito à revisão na esfera administrativa ainda não havia transcorrido o prazo decadencial. 28. Observe-se que o item 4.1 preceitua que "deve-se observar, inicialmente, se o benefício já não está atingido pela decadência, hipótese em que, com esse fundamento, não deve ser revisado", sendo evidente, portanto, que o ato administrativo de reconhecimento do direito não foi absoluto, excluindo os casos em que já se tinha operado a decadência. E não poderia ser diferente, na medida em que o art. 209 do Código Civil preceitua ser "nula a renúncia à decadência fixada em lei", estando a Administração Pública vinculada a tal preceito, ante o princípio da legalidade (art. 37 da CF/88). 29. A questão é que não se tratou, conforme evidenciado acima, de renúncia à decadência legal (conduta vedada pela lei), mas, simplesmente, de reconhecimento expresso pela Administração do direito à revisão dos benefícios previdenciários, desde que ainda não atingidos pela decadência. 30. No caso dos autos, o benefício de auxílio-doença foi concedido em favor da parte autora em 6 de maio de 2000, encontrando-se acobertado pelo reconhecimento do direito à revisão, na medida em que o Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS é de 15 de abril de 2010. 31. Em conclusão, é o caso de se conhecer do incidente, porém, para dar-lhe parcial provimento, firmando-se a tese de que, quando se pretende a revisão do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente da conversão do auxílio-doença, nos termos do art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, conta-se o prazo do art. 103 da Lei nº 8.213/91, a partir da concessão do benefício originário, qual seja, o auxílio-doença, declarando-se, no caso concreto, o afastamento da decadência pelo reconhecimento administrativo do direito, devendo os autos retornar à Turma Recursal de origem para novo julgamento, observada a premissa supra.Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em CONHECER DO INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO interposto, porém, DANDO-LHE PARCIAL PROVIMENTO, nos termos do voto-ementa do relator.

(PEDILEF 50155594420124047112, JUIZ FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA, TNU, DOU 20/03/2015 PÁGINAS 106/170.)

6. Com efeito, o presente caso comporta a mesma interpretação considerando que, na demanda em tela, os benefícios de auxílio-doença foram concedidos em favor da parte autora em 07/12/2000 (NB 118.590.410-4) e 27/05/2002 (NB 124.724.314-9), encontrando-se acobertados pelo reconhecimento do direito à revisão, na medida em que o Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS é de 15/04/2010.

7. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e dar parcial provimento ao presente incidente, para firmar o entendimento de que, , quando se pretende a revisão do benefício de aposentadoria por invalidez decorrente da conversão do auxílio-doença, nos termos do art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, conta-se o prazo do art. 103 da Lei nº 8.213/91, a partir da concessão do benefício originário, qual seja, o auxílio-doença; declarar, no caso concreto, o afastamento da decadência pelo reconhecimento administrativo do direito; e determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem para novo julgamento, observada a premissa supra. É como voto.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar parcial provimento ao incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 07 de maio de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000021-42.2014.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
RECLAMANTE: DÉBORA DE PONTES
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA
OAB: RN-560-A
RECLAMADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE QUALQUER DOS VÍCIOS QUE POSSAM DAR ENSEJO À INTERPOSIÇÃO DE EMBARGOS. CARÁTER INFRINGENTE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

1. Embargos de declaração opostos pela parte autora em face do acórdão proferido por esta Turma Nacional de Uniformização. Alegação de contradição na decisão que indeferiu a inicial da Reclamação.

2. A Reclamação foi dirigida a este Colegiado em face acórdão da Turma Recursal do Rio Grande do Norte que, em sede de readequação, declarou prejudicado o pedido de uniformização interposto pela parte autora. Relatou a reclamante que o feito foi sobrestado na TNU e remetido à Turma Recursal do Rio Grande do Norte a fim de que aguardasse o julgamento da RE 567.985. Sustentou, em síntese, que o despacho proferido pela TNU, determinando o sobrestamento do processo, versa sobre matéria diversa daquela tratada no Incidente de Uniformização interposto (data de início do benéfico). Assim, requereu a reconsideração da referida decisão, de modo que fosse sanado o erro material apontado.

3. A inicial foi indeferida sob o fundamento de que não se trata de hipótese de cabimento de reclamação, uma vez que Turma Recursal do Estado do Rio Grande do Norte não chegou a recusar a aplicação de entendimento uniformizado por essa Turma Nacional.

4. Embargos opostos no prazo previsto no Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, com exclusiva finalidade de esgotar a atuação jurisdicional, esclarecendo ponto contraditório no acórdão prolatado.

5. Contradição inexistente. O acórdão embargado decidiu a questão de forma clara e bem fundamentada, adotando uma linha de raciocínio razoável e coerente.

6. Embargos de Declaração rejeitados.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais rejeitar os Embargos de Declaração, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 07 de maio de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0508027-33.2012.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CÍCERO DOS SANTOS
PROC./ADV.: MARIA DE LOURDES FESTA MARQUES DE OLIVEIRA
OAB: AL-8274
PROC./ADV.: DANIEL MARQUES DE OLIVEIRA
OAB: AL-9880
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

VOTO CONDUTOR

INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE RÉ. PEDIDO DE CONCESSÃO DE APOSENTADORIA POR IDADE. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA REFORMADA PELA TURMA RECURSAL. ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA DE MÉRITO. INEXIGIBILIDADE DAS PRESTAÇÕES PAGAS INDEVIDAMENTE. BOA-FÉ DO SEGURADO E CARÁTER ALIMENTAR DO BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. PARADIGMAS QUE NÃO REFLETEM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. INCIDÊNCIA DA SÚMULA Nº 51 DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. QUESTÃO DE ORDEM 13. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto contra acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que deu parcial provimento ao recurso inominado da parte ré, reformando a sentença de primeiro grau, a qual havia julgado procedente o pedido formulado na inicial de concessão de aposentadoria por idade, e cessando os efeitos da tutela antecipada. Ressalvou, no entanto, ser inexigível a restituição dos valores recebidos de boa-fé pela parte autora. Colhe-se do acórdão a fundamentação que segue:

"[...] PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. TRABALHADOR URBANO. NÃO CUMPRIMENTO DE CARÊNCIA. FICHA DE SINDICATO. INDÍCIO DE DOCUMENTO DE TERCEIROS. EXCLUSÃO. SENTENÇA PROCEDENTE. RECURSO INSS. PARCIALMENTE PROVIDO.

- Recurso inominado de sentença que julgou procedente pedido de concessão de aposentadoria por idade. Pretensão recursal escorada nos seguintes fundamentos: a) não cumprimento de carência; b) não pode computar períodos que não constem no CNIS; c) impossibilidade de cômputo para fins de carência do período trabalhado em agricultura de regime familiar; d) cômputo do tempo como segurado especial desde que imediatamente anterior ao requerimento; e) ficha sindical (doc 7) não pertence ao autor.

- Primeiramente, registre-se que se trata aposentadoria por idade de trabalhador urbano, e não segurado especial.

- A aposentadoria urbana por idade pode ser concedida ao homem com 65 anos ou à mulher com 60 anos, desde que cumprida a carência de 180 meses. Se a filiação ao RGPS for anterior à publicação da Lei nº 8.213/91, ou seja, até 24/07/1991, a carência será a estabelecida na tabela progressiva constante no art. 142 da aludida lei. O autor implementou a idade para se aposentar em 2009, necessitando 168 meses.

- Não há como se utilizar a ficha do sindicato dos trabalhadores (anexo) como prova, uma vez que há rasura no nome do cadastrado, o nome da genitora difere do nome no RG do autor, assim como o sobre nome da esposa também difere da certidão de casamento para a referida ficha. Diante tais elementos, tudo leva a crer que este documento pertence a terceiro, não podendo, portanto, ser utilizado pelo autor.

- Segundo as telas do CNIS, o autor possui:
01/12/1980 a 31/08/1981 = 9 meses
10/1993 a 12/1993 = 3 meses
01/09/2006 a 11/2006 = 3 meses
10/2009 a 06/2010 = 9 meses
01/09/2010 a 07/2011 = 11 meses
Totalizando 35 meses.

- Por sua vez, não há óbice a utilização do período anotado na CTPS do autor. O fato de os períodos anotados na CTPS não estarem cadastrados no CNIS não lhe retiram o caráter de tempo de carência.
02/02/1977 a 07/10/1978 = 21 meses
12/1980 a 08/1981 (já computado no CNIS)
02/1994 a 04/1998 = 51 meses
09/2006 a 11/2006 (já computado no CNIS)
11/2006 a 01/2007 = 3 meses
09/2007 a 01/2008 = 5 meses
03/2009 a 07/2009 = 5 meses
10/2009 a 06/2010 (já computado no CNIS)
09/2010 a 07/2011 (já computado no CNIS)
Totalizando 85 meses.

- O autor juntou também comprovantes de pagamentos autônomos (anexo 9)

12/1982; 01/1983; 02/1983; 03/1983; 04/1983; 05/1983; 09/1983; 10/1983; 11/1983; 12/1983; 01/1984; 02/1984; 03/1984; 04/1984. Totalizando 14 contribuições. Os períodos de 10/1993 a 12/1993 já foram computados no CNIS. Registre-se que os comprovantes constantes no anexo 10 são idênticos aos do anexo 9.

- Dessa forma, somando-se o tempo anotado na CTPS, os constantes no CNIS e aos pagamentos como autônomo, o autor possui apenas 134 meses.

- Recurso inominado parcialmente provido, determinando-se a imediata cessação do benefício, ficando, no entanto, ressalvada a irrepetibilidade das prestações pagas no curso do processo por força da sentença, vez que se trata de verba alimentar recebida pelo recorrido de boa-fé [...]"

2. Em seu incidente, a parte ré alega que o acórdão recorrido, ao proibir o INSS de cobrar os valores recebidos pela parte autora em razão da liminar concedida na sentença, contraria precedentes do STJ (REsp 1384418/SC).

3. O incidente de uniformização foi inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU.

4. O Ilustre Relator conhece e dá provimento ao incidente "firmar a tese no sentido de que os valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada são suscetíveis de restituição, conforme entendimento consolidado no REsp nº 1.401.560/MT, julgado como representativo da controvérsia, cujo desconto deverá ser fixado em 10% (dez por cento) do valor de benefício previdenciário vigente, e (ii) reformar parcialmente o acórdão recorrido para que sejam descontados da parte autora os valores recebidos em virtude da antecipação da tutela deferida na sentença".

Peço vênia para divergir.

5. Entendo que o paradigma trazido pela parte recorrente não refletem a jurisprudência atual e dominante do STJ acerca da matéria em discussão.

6. Com efeito, precedentes mais recentes podem ser consultados na base de jurisprudência daquele Tribunal no sentido de ser desnecessária a devolução, pelo segurado, de parcelas recebidas a maior, de boa-fé, em atenção à natureza alimentar:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. IMPUGNAÇÃO DE CÁLCULOS. AUXÍLIO-DOENÇA CONCEDIDO NA VIA ADMINISTRATIVA E APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO CONCEDIDA NA VIA JUDICIAL. INACUMULABILIDADE DOS BENEFÍCIOS.

OBSERVÂNCIA DO ART. 124, I, DA LEI 8.213/1991. DESCONTO DOS VALORES RECEBIDOS A TÍTULO DE AUXÍLIO-DOENÇA EM PERÍODO COINCIDENTE COM ACRÉSCIMO DE JUROS DE MORA. DESCABIMENTO. VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. A questão do recurso especial gira em torno do cabimento dos descontos propostos pelo INSS em cálculo de liquidação de sentença, considerando o disposto no art. 124, I, da Lei 8.213/1991, que impede o recebimento conjunto de aposentadoria com auxílio-doença, bem como o disposto no art. 115, II, da Lei 8.213/1991, acerca de desconto em folha de valores pagos ao segurado a maior.

2. A jurisprudência do STJ é no sentido de ser desnecessária a devolução, pelo segurado, de parcelas recebidas a maior, de boa-fé, em atenção à natureza alimentar do benefício previdenciário e à condição de hipossuficiência da parte segurada.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no REsp 1431725/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 15/05/2014, DJe 21/05/2014)

PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. (I) EQUÍVOCO ADMINISTRATIVO. INEXIGIBILIDADE DE DEVOLUÇÃO DE VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ PELA SEGURADA. CARÁTER ALIMENTAR DO BENEFÍCIO. (II) INAPLICABILIDADE DO ART. 97 DA CF.

AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

1. Diante do caráter social das normas previdenciárias, que primam pela proteção do Trabalhador Segurado da Previdência Social, os pleitos previdenciários devem ser julgados no sentido de amparar a parte hipossuficiente.

2. Em face da natureza alimentar do benefício e a condição de hipossuficiência da parte segurada, torna-se inviável impor-lhe o desconto de seu já reduzido benefício, comprometendo, inclusive, a sua própria sobrevivência.

3. Em caso semelhante, a 1a. Seção/STJ, no julgamento do REsp.

1.244.182/PB, representativo de controvérsia, manifestou-se quanto à impossibilidade de restituição de valores indevidamente recebidos por servidor público quando a Administração interpreta erroneamente uma lei.

4. Não houve (e não há necessidade de) declaração, sequer parcial, de inconstitucionalidade dos arts. 115 da Lei 8.213/91, 273, § 2o., e 475-O, do CPC, sendo despropositada a argumentação em torno do art. 97 da CF.

5. Agravo Regimental desprovido.

(AgRg no AREsp 395.882/RS, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 22/04/2014, DJe 06/05/2014)

7. Em razão de tais decisões posteriores, e em sentido oposto ao dos julgados indicados pelo ilustre relator, entendo que nesse momento é prematura a alteração da jurisprudência desta Turma Nacional de Uniformização, uma vez que não há certeza quanto ao entendimento do STJ.

8. Por fim, esta Turma Nacional de Uniformização tem entendimento consolidado no sentido de que "Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela posteriormente revogada em demanda previdenciária são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento", nos termos da Súmula nº 51.

9. Aplica-se ao caso, portanto, a Questão de Ordem TNU nº. 13 para não conhecer do pedido de uniformização ("Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido").

10. Nessas condições, mais uma vez com a devida vênia do ilustre juiz relator, voto por não conhecer o pedido de uniformização interposto.

Brasília, 12 de novembro de 2014.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5010263-44.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): GILDA MIRANDA CLAUDINO
PROC./ADV.: RAFAELA PINHEIRO SILVA
OAB: SC-27 479
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. DEVOLUÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ EM VIRTUDE DE DECISÃO JUDICIAL. POSSIBILIDADE. ENTENDIMENTO DO STJ, CONFORME O RESP. Nº 1.401.560/MT, JULGADO COMO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. REALINHAMENTO DO ENTENDIMENTO DA TNU AO POSICIONAMENTO DO STJ ACERCA DA MATÉRIA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal de Santa Catarina, o qual reformou a sentença, julgando improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez e, por via consequência, revogou a antecipação dos efeitos da tutela, ressalvada a irrepetibilidade das prestações pagas no curso do processo por força da decisão judicial, porquanto verba alimentar recebida pelo recorrido de boa-fé.

2. Interposto incidente de uniformização pelo INSS, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega o recorrente que o acórdão recorrido diverge do entendimento do C. STJ, segundo o qual os valores pagos pela Administração Pública em virtude de decisão judicial provisória, posteriormente cassada, devem ser restituídos.

3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. É o último caso, pois patente o reconhecimento de jurisprudência dominante, eis que firmado em aresto representativo pela Seção competente do Tribunal para o fim de harmonizar a jurisprudência.

5. Comprovada a divergência jurisprudencial, conheço do incidente e passo à análise do mérito.

6. A Primeira Seção do Colendo Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do Recurso Especial Representativo da Controvérsia 1.401.560/MT, realizado em 12.2.2014, consolidou o entendimento de que é necessária a devolução dos valores recebidos a título de tutela antecipada posteriormente revogada, apesar da natureza alimentar dos benefícios previdenciários, porquanto a decisão proferida em antecipação de tutela é por natureza provisória e suscetível de reforma, de sorte que a boa-fé objetiva não é presumível. Realça-se, ainda, que a legislação previdenciária prevê a possibilidade de descontos nos benefícios previdenciários, tal como a legislação dos servidores.

7. Urge, pois, explicitar a atual jurisprudência do STJ sobre o caso:

"PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. RECEBIMENTO VIA ANTECIPAÇÃO DE TUTELA POSTERIORMENTE REVOGADA. DEVOLUÇÃO. REALINHAMENTO JURISPRUDENCIAL. HIPÓTESE ANÁLOGA. SERVIDOR PÚBLICO. CRITÉRIOS. CARÁTER ALIMENTAR E BOA-FÉ OBJETIVA. NATUREZA PRECÁRIA DA DECISÃO. RESSARCIMENTO DEVIDO. DESCONTO EM FOLHA. PARÂMETROS.

1. Trata-se, na hipótese, de constatar se há o dever de o segurado da Previdência Social devolver valores de benefício previdenciário recebidos por força de antecipação de tutela (art. 273 do CPC) posteriormente revogada. 2. Historicamente, a jurisprudência do STJ fundamenta-se no princípio da irrepetibilidade dos alimentos para isentar os segurados do RGPS de restituir valores obtidos por antecipação de tutela que posteriormente é revogada. 3. Essa construção derivou da aplicação do citado princípio em Ações Rescisórias julgadas procedentes para cassar decisão rescindenda que concedeu benefício previdenciário, que, por conseguinte, adveio da construção pretoriana acerca da prestação alimentícia do direito de família. A propósito: REsp 728.728/RS, Rel. Ministro José Arnaldo da Fonseca, Quinta Turma, DJ 9.5.2005. (...)

7. Não há dúvida de que os provimentos oriundos de antecipação de tutela (art. 273 do CPC) preenchem o requisito da boa-fé subjetiva, isto é, enquanto o segurado os obteve existia legitimidade jurídica, apesar de precária. 8. Do ponto de vista objetivo, por sua vez, inviável falar na percepção, pelo segurado, da definitividade do pagamento recebido via tutela antecipatória, não havendo o titular do direito precário como pressupor a incorporação irreversível da verba ao seu patrimônio. 9. Segundo o art. 3º da LINDB, "ninguém se escusa de cumprir a lei, alegando que não a conhece", o que induz à premissa de que o caráter precário das decisões judiciais liminares é de conhecimento inescusável (art. 273 do CPC). 10. Dentro de uma escala axiológica, mostra-se desproporcional o Poder Judiciário desautorizar a reposição do principal ao Erário em situações como a dos autos, enquanto se permite que o próprio segurado tome empréstimos e consigne descontos em folha pagando, além do principal, juros remuneratórios a instituições financeiras. 11. À luz do princípio da dignidade da pessoa humana (art. 1º, III, da CF) e considerando o dever do segurado de devolver os valores obtidos por força de antecipação de tutela posteriormente revogada, devem ser observados os seguintes parâmetros para o ressarcimento: a) a execução de sentença declaratória do direito deverá ser promovida; b) liquidado e incontroverso o crédito executado, o INSS poderá fazer o desconto em folha de até 10% da remuneração dos benefícios previdenciários em manutenção até a satisfação do crédito, adotado por simetria com o percentual aplicado aos servidores públicos. 12. Recurso Especial provido." (REsp 1384418/SC, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 12/06/2013, DJe 30/08/2013)

8. Nesse passo, resta imperativo convergir a jurisprudência dessa Casa em sintonia com a do Superior Tribunal de Justiça, como deferência e racionalidade aos julgados, já que cabe aquele Tribunal a missão constitucional de harmonizar a legislação infraconstitucional no País, nos termos do art. 105, III, da Constituição da República. Tanto assim que o próprio Regimento Interno dessa Casa contempla em seu art. 36 a disciplina de incidente processual para harmonizar a decisão dessa Corte a do Superior Tribunal de Justiça, justamente para se conferir estabilidade aos entendimentos judiciais, evitando, assim, decisões conflitantes geradoras de insegurança jurídica (uma das principais críticas às instâncias do Poder Judiciário).

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

9. Deveras, dada a necessidade de se conferir segurança jurídica à comunidade jurídica, a jurisprudência passará então ser una, pois o caso concreto abriga o mesmo conjunto fático, a concessão de antecipação de tutela em ação previdenciária, posteriormente cassada no Tribunal a quo. Ora, uma vez que o STJ reconhece que a legislação não contempla a boa fé objetiva na permanência dos efeitos de uma decisão provisória, a necessidade de sua reversão se desdobra pelo art. 115 da Lei nº 8.213/91 c. c. art. 273 do Código de Processo Civil.

10. Fiel a esses pressupostos, uma vez cassada no mérito a decisão de antecipação de tutela pela Turma Recursal a quo, os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos da tutela, devem ser restituídos, porquanto a primeira decisão tem natureza provisória e efeitos precários, tanto assim que a legislação processual contempla expressamente a possibilidade de se antecipar efeitos quando suscetíveis de restituição, como é o caso (art. 273, § 4º, do Código de Processo Civil).

11. Incidente conhecido e provido para (i) firmar a tese no sentido de que os valores recebidos por força de tutela antecipada posteriormente revogada são suscetíveis de restituição, conforme entendimento consolidado no REsp nº 1.401.560/MT, julgado como representativo da controvérsia, cujo desconto em folha deverá ser fixado em 10% (dez por cento) do valor de benefício previdenciário vigente, e (ii) reformar parcialmente o acórdão recorrido para que sejam descontados da parte autora os valores recebidos em virtude da antecipação da tutela deferida na sentença.

Brasília/DF, 12 de novembro de 2014.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5046841-48.2012.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ANTONIO DA COSTA
PROC./ADV.: GIOVANI DE OLIVEIRA SERAFINI
OAB: PR-19 567
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

EMENTA

DIREITO PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-DOENÇA. DATA DE INÍCIO DO BENEFÍCIO. INÍCIO DA INCAPACIDADE POSTERIOR AO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E ANTERIOR AO AJUIZAMENTO DA DEMANDA. COMPROVAÇÃO. LAUDO PERICIAL. TERMO INICIAL PARA O PAGAMENTO DAS PARCELAS ATRASADAS DEVE SER FIXADO NA DATA DA CITAÇÃO VÁLIDA DO INSS INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1 Cuida-se de incidente de uniformização movido pelo INSS em face de acórdão proferido pela Turma Recursal do Paraná a qual, reformando parcialmente a sentença de primeira instância, fixou o termo inicial do benefício de auxílio-doença na data de início da incapacidade atestada pelo laudo pericial, que é posterior à data do requerimento administrativo, mas anterior à data do ajuizamento da demanda.

1.2 Argumenta o requerente que o referido benefício é devido a partir da data do ajuizamento da presente demanda, uma vez que o laudo atestou que a o início da incapacidade foi posterior ao requerimento administrativo e anterior à propositura da ação. Anexa precedente desta Turma Nacional de Uniformização em defesa de sua tese.

1.3 Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida radica em torno de quando deve ser fixado o termo inicial do benefício de auxílio-doença, nos casos em que o laudo pericial ateste o início da incapacidade posteriormente ao requerimento administrativo.

2. Com efeito, o Superior Tribunal de Justiça proferiu decisão, sob a sistemática do recurso repetitivo, no sentido de que:

A citação válida informa o litígio, constitui em mora a autarquia previdenciária federal e deve ser considerada como termo inicial para a implantação da aposentadoria por invalidez concedida na via judicial quando ausente a prévia postulação administrativa.

(STJ. 1ª Seção. REsp 1.369.165-SP, Rel. Min. Benedito Gonçalves, julgado em 26/2/2014).

2. Embora tal decisão se refira às hipóteses nas quais que não houve prévio requerimento administrativo, entendo aplicável ao presente caso. E explico.

2.1 De fato, em consonância com o referido entendimento, a partir da citação válida, ocasião em que a autarquia previdenciária tem ciência do litígio, surge a mora quanto à cobertura do evento causador incapacidade.

2.1 Assim, nas hipóteses em que a incapacidade surgiu posteriormente ao requerimento administrativo, o INSS está obrigado a amparar o segurado em face dessa contingência, somente após ser citado na ação previdenciária.

3. No caso sob luzes, conforme atestado pelo perito do juízo, a incapacidade surgiu após o requerimento administrativo, mas antes do ajuizamento da demanda. Destarte, a data de início do benefício deve ser a data da citação válida.

3.1 Cumpre ressaltar que, até então, esta TNU firmava entendimento no sentido de que, em tais casos, a data de início do benefício deveria ser fixada na data de ajuizamento da demanda. Adoto, contudo, o entendimento firmado pelo STJ no julgamento do referido repetitivo para acostar-me à jurisprudência daquela Corte.

4. Por essas razões, conheço e dou parcial provimento ao incidente de uniformização para determinar que o termo inicial para pagamento das parcelas vencidas do benefício seja fixado na data da citação do INSS.

ACORDAO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar parcial provimento ao Incidente de Uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília, 12 de fevereiro de 2015.

BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0502663-37.2013.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA LUCIA MESQUITA LIMA
PROC./ADV.: RODRIGO BRUNO DINIZ DE OLIVEIRA ROCHA
OAB: RN-10476
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Decido com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.

2. Trata-se de pedido de uniformização de lei federal interposto pela autora em face de acórdão de Turma Recursal do Rio Grande do Norte, que reformou sentença de procedência e julgou improcedente seu pedido de aposentadoria por idade rural.

3. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

4. Alega a autora que o acórdão recorrido divergiu do entendimento do TRF 5ª Região - AC 0004101-65.2009.4.05.9999, AC 489586 PB 0004101-65.2009.4.05.9999 - da TNU - PEDILEF 00072669020114013200, PEDILEF: 200850530006802 e Súmula 06, 14, 30, 34 e 46 da TNU, na medida em que para os paradigmas, o exercício de atividade urbana intercalada não desnatura o trabalho rural em regime de economia familiar, desde que não se evidencie a ruptura do vínculo com o meio rural.

5. Inicialmente, os paradigmas do TRF 5ª Região e da Turma Recursal de Sergipe não servem para a configuração da divergência junto a esta TNU, porque não atendem à exigência do § 2º do artigo 14 da Lei 10.259/01.

6. Quanto às Súmulas da TNU acima citadas, transcrevo a fundamentação do acórdão recorrido:

"3. No tocante ao início de prova material, prepondera o entendimento de ser desnecessário que este corresponda a todo o período de carência (Súmula n. 14 da TNU). O abrandamento da exigência de prova por todo o período de carência minora o rigorismo da lei, não se exigindo que haja prova, ano a ano, especialmente nos casos de trabalhadores rurais, em face da conhecida dificuldade que esses trabalhadores encontram de reunirem documentos que comprovem a atividade desempenhada. Outrossim, não custa destacar que a prova exclusivamente testemunhal não se presta à concessão do benefício (Súmula n. 149 do STJ). Por fim, "O exercício de atividade urbana concomitantemente à rural não descaracteriza a qualidade de segurado especial, desde que o labor rural se revele de substancial importância na subsistência do segurado e sua família, o que deve ser aferido no caso concreto" (TNU, PEDILEF 00064097620104014300, rel. Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo, DOU 13/09/2013, p. 193/220).

4. No caso em análise, a prova da qualidade de segurado especial e do efetivo exercício de labor rural não ficou demonstrada nestes autos. A autora apresentou a seguinte documentação: contrato de parceria rural, declaração de exercício de atividade rural feita pela autora a sindicato de trabalhador rural, ficha de associação à sindicato de trabalhador rural, ficha de matrícula escolar de filho(a) e termo de nascimento de filho(a). Todos esses documentos foram produzidos com base em declarações da própria demandante, ora recorrida, não tendo valor probatório. Não há nenhum início de prova material nos autos que demonstre a condição de segurado especial da parte autora. Pelo contrário, o CNIS da autora demonstra a existência de vínculos urbanos.

5. Quanto aos depoimentos orais, o depoimento da autora e da testemunha não são convincentes no sentido de comprovar a condição de rurícola da parte recorrida."

7. Da leitura do acórdão tem-se que em nenhum momento foi desconsiderado o entendimento do STJ e da TNU quanto à comprovação de tempo de atividade rural. Houve análise e valoração das provas documental e testemunhal pelo juízo, que conclui pela improcedência do pedido.

8. Como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO RAZOÁVEL DE PROVA MATERIAL APRESENTADO, PONDERADO E REJEITADO. VALORAÇÃO DA FORÇA DA PROVA. ASPECTOS SUBJETIVOS DO JULGADO NÃO SUBMETIDOS À UNIFORMIZAÇÃO. (...) O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)"

9. O presente incidente, portanto, implica nítido reexame da matéria fático-probatória, o que é vedado nesta seara, nos termos da Súmula 42 desta TNU: "Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato".

10. Incidente de uniformização não conhecido.

Brasília/DF, 02 de junho de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5047226-84.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: GLESSI GOULART
PROC./ADV.: LAURO ANTONIO BRUN
OAB: RS-42424
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FORMULADO PELA AUTORA. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. RURAL. REGIME DE ECONOMIA FAMILAR. AUSÊNCIA DE SIMILITUDE E COTEJO ANÁLITCO. QUESTÃO DE ORDEM N. 22 - TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Decido com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.

2. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pela autora, CLESSI GOULART, em face de acórdão da 1ª Turma Recursal do Rio Grande do Sul que deu parcial provimento ao recurso do INSS e reformou em parte sentença de procedência "para excluir a concessão do benefício de aposentadoria por idade, mantendo-se o reconhecimento e a condenação do INSS a averbar o exercício de atividade rural reconhecido no Juízo de primeiro grau".

3. Alegação de que o acórdão impugnado contraria o entendimento da TNU - PEDILEF 2005.70.95.005818-0 - segundo o qual não é necessário que o início de prova material abranja todo o período equivalente à carência, podendo ser complementada pela prova testemunhal. Sustenta, portanto, fazer jus ao reconhecimento de todo o período postulado na inicial, bem como ao benefício.

4. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta Turma Nacional após agravo.

5. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

6. O incidente não comporta conhecimento.

7. Primeiramente, pela ausência do necessário cotejo analítico entre o paradigma e o acórdão recorrido. Em casos semelhantes, já decidiu esta Corte: "A petição do incidente de uniformização deve conter obrigatoriamente a demonstração do dissídio, com a realização de cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito" (PEDILEF 200638007233053, DOU 24/10/2014, relatora Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo).

8. Segundo, porque o paradigma trata da possibilidade de extensão de eficácia probatória da prova material, corroborada pela prova testemunhal, para comprovação do período que se busca reconhecer, situação diversa do motivo apontado pelo acórdão - longo período de afastamento das lides rurais, não havendo como reconhecer a alegada continuidade. No caso em tela, o acórdão recorrido não desconsiderou os períodos postulados; ao contrário, manteve todo período reconhecido na sentença e também o já averbado pelo INSS, determinando a exclusão do benefício de aposentadoria por idade rural, em razão da descaracterização da continuidade do trabalho rural, diante do seu afastamento por quase 29 (vinte e nove anos). Confira-se:

"No caso dos autos, a sentença a quo reconheceu os períodos de 27/05/1967 a 10/07/1978 e de 23/04/2012 a 23/05/2012. Considerando estes dois períodos, somados aos reconhecidos administrativamente (18/09/1979 a 30/06/1981 e de 26/04/2010 a 23/04/2012), foi concedido o benefício de aposentadoria por idade. Entre 30/06/1981 e 26/04/2010 se passaram quase 29 anos e, embora não me alinhe entre aquele que estabelecem um balizador objetivo para a mensuração do afastamento que não afeta descontinuidade prevista no art. 143, da Lei nº 8.213/91, a qual entendo tenha a ver com a perda, ou não, da vocação rural do trabalhador a ser aferida no caso concreto, no presente caso é forçoso reconhecer que o interstício de mais de quase 29 anos escapa da hipótese legal".

9. Incidente não conhecido.

Brasília (DF), 02 de junho de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0501422-91.2014.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: LUIZ PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA
OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. PREPONDEDÂNCIA DE ATIVIDADE URBANA. ATIVIDADE RURAL SUBSDIÁRIA. REEXEMA DE MATÉRIA FÁTICA. SÚMULA 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Decido com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.

2. Trata-se de pedido de uniformização de lei federal interposto pela parte autora em face de acórdão da Turma Recursal do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de aposentadoria por idade rural.

3. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

4. Alega a parte autora que o acórdão recorrido divergiu do entendimento do STJ - Ação Rescisória 3022 no Processo 200400073026/SP, AgRg no AREsp 329930/PB, AgRg no REsp 939.191/SC , bem como da TNU - PEDILEFs 0502291-29.2010.4.05.8102, 200670950017235, 0520649-64.2009.4.05.8300 e Súmula 14 - na medida em que, para os paradigmas, não é necessário que o início de prova abranja todo período equivalente à carência e que não há exigência legal para que o labor rural seja exercido com exclusividade, já que o trabalho urbano, intercalado ou concomitante com o campesino, por si só não desnatura a condição de segurado especial, desde que comprovado que o labor rural era indispensável à subsistência familiar.

5. O acórdão recorrido reformou a sentença de procedência, nos seguintes termos:

"3. No tocante ao início de prova material, prepondera o entendimento de ser desnecessário que este corresponda a todo o período de carência (Súmula n. 14 da TNU). O abrandamento da exigência de prova por todo o período de carência minora o rigorismo da lei, não se exigindo que haja prova, ano a ano, especialmente nos casos de trabalhadores rurais, em face da conhecida dificuldade que esses trabalhadores encontram de reunirem documentos que comprovem a atividade desempenhada. Outrossim, não custa destacar que a prova exclusivamente testemunhal não se presta à concessão do benefício (Súmula n. 149 do STJ). Por fim, "O exercício de atividade urbana concomitantemente à rural não descaracteriza a qualidade de segurado especial, desde que o labor rural se revele de substancial importância na subsistência do segurado e sua família, o que deve ser aferido no caso concreto" (TNU, PEDILEF 00064097620104014300, rel. Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo, DOU 13/09/2013, p. 193/220).

4. No caso em análise, tenho que não há o labor rural provado pelo tempo mínimo à aposentação. De fato, como bem demonstrou o INSS em seu recurso: a) quase todos os documentos são dos anos de 2013 e 2014, próximos à DER; b) o autor teve Micro Empresa do ramo de panificação aberta de 02/07/1998 e encerrada em 31/12/2008; c) quanto a tal empresa, embora tenha dito que tinha aberto a firma para o seu filho e que a mesma somente funcionou por dois anos, recolheu contribuições no CNIS em períodos de 1998 a 2007.

5. Essa grande fragilidade documental não pode ser suprida pela prova oral (Súmula n. 149 do STJ). Ainda que pudesse, a demonstração de que a lida campesina não foi exclusiva e nem preponderante, mas subsidiária, também afastaria o benefício requestado.'

6. Como se observa, não houve desconsideração do entendimento da TNU e do STJ. Em verdade, houve análise e valoração do conjunto probatório pela Turma de origem, que concluiu pela improcedência do pedido.

7. Como já decido por este Colegiado no PEDILDEF 00139766120104014300, Rel. Juiz Federal Luiz Claudio Fores da Cunha, DOU 23/08/2013:

"O papel uniformizador da TNU se dá pela indicação, por exemplo, de que a certidão de casamento pode ser admitida como início razoável de prova material, quando traz informações na qualificação dos noivos, que auxiliam na busca da verdade real no caso concreto dos autos. Mas não é papel da TNU dizer que essa ou aquela prova dos autos era suficiente ou não a caracterizar a verdade real, o que está dentro da valoração subjetiva pelo julgador, na busca de um juízo de convencimento pessoal, o que não se confunde com o papel uniformizador, mas antes de concreção do direito abstratamente posto. (...) Ademais, para conferir às provas apresentadas novo valor, necessário seria nos debruçarmos sobre os aspectos fáticos do caso para dizer se a ponderação se mostra adequada, o que equivale a reexaminar a matéria de fato da lide. Aqui incidiria a Súmula 42 da TNU (...)".

8. O presente incidente, portanto, implica nítido reexame do conjunto probatório, o que é vedado nesta seara.

9. Incidente não conhecido. Incidência da Súmula 42 da TNU.

Brasília/DF, 02 de junho de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0500355-06.2014.4.05.8303
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOÃO EVARISTO FERREIRA SOBRINHO
PROC./ADV.: PAULO EMANUEL PERAZZO DIAS
OAB: PE-20148
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO FORMULADO PELO INSS. REVISÃO. RMI. ARTIGO 29, II, LEI 8.213/91. DESNECESSÁRIO PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. QUESTÃO PROCESSUAL. ACORDAO RECORRIDO NO MESMO SENTIDO DO ENTENDIMENTO DO STF. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Decido com fundamento no artigo 557, caput do Código de Processo Civil.

2. No presente feito, a sentença de primeiro grau julgou extinto o feito sem apreciação do mérito (pedido de revisão da RMI conforme artigo 29, II da Lei 8.213/91), entendendo ausente interesse de agir, pois superada a controvérsia com a publicação Memorando Circular Conjunto n.º 21 DIRBEN/PFEINSS, em 15/04/2010.

3. O autor recorreu, alegando que existência de Ação Civil Pública não impede o ajuizamento de ação individual.

4. A Turma Recursal de Pernambuco deu provimento ao recurso, anulando a sentença e determinando o retorno dos autos para citação e regular prosseguimento do feito.

5. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pelo réu, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão impugnado contraria o entendimento atual do Superior Tribunal de Justiça - REsp 1310042 - e da TNU - PEDILEFs 2005.72.95.006179-0 e 200872510009560 - e STF - RE 143.580 - segundo os quais sem o prévio requerimento administrativo, não há pretensão resistida, e portanto, não há interesse de agir.

6. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta Turma Nacional após agravo.

7. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

8. O incidente não comporta conhecimento.

9. Inicialmente, porque a questão referente ao interesse de agir constitui matéria processual, sendo aplicável a Súmula 43 da TNU - "Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual".

10. Ainda, conforme decidido pelo STF no RE 631240/MG, em 03/09/2014:

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. 2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas. 3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado. 4. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo - salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração - , uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão. 5. Tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso, nos termos a seguir expostos. 6. Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (03.09.2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (i) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão; (iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir. 7. Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedidoadministrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado a se manifestar acerca do pedido em até 90 dias, prazo dentro do qual a Autarquia deverá colher todas as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis ao próprio requerente, extingue-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir. 8. Em todos os casos acima - itens (i), (ii) e (iii) -, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais. 9. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, reformando-se o acórdão recorrido para determinar a baixa dos autos ao juiz de primeiro grau, o qual deverá intimar a autora - que alega ser trabalhadora rural informal - a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado para que, em 90 dias, colha as provas necessárias e profira decisão administrativa, considerando como data de entrada do requerimento a data do início da ação, para todos os efeitos legais. O resultado será comunicado ao juiz, que apreciará a subsistência ou não do interesse em agir.

11. A revisão em tela não depende de comprovação de novos fatos, estando o acórdão recorrido em consonância com o entendimento fixado pelo STF.

12. Incidente não conhecido.

Brasília (DF), 02 de junho de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5012578-84.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: MARIA APARECIDA DA SILVA
PROC./ADV.: MARLY APARECIDA PEREIRA FAGUNDES
OAB: PR-16716
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela parte autora contra acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Paraná que confirmou os fundamentos da sentença que julgou improcedente o pedido de reconhecimento especial do período de 09/05/1985 a 13/03/1990, por ausência de comprovação de exposição a agentes nocivos.

Colhe-se da sentença, confirmada pelo colégio recursal, o que importa ao ponto:

b) 09/05/1985 a 13/03/1990 - Viação Garcia Ltda. Com o intuito de comprovar o alegado, trouxe aos autos CTPS (evento 12 - PROCADM5 - P.A. fl. 55), PPP (evento 12 - PROCADM4 - P.A. fl. 49) e Plano de Prevenção de Riscos Ambientais - PPRA - (evento 01 - LAU38).

Observa-se na CTPS que, de 09/05/1985 a 13/03/1990, a autora trabalhou como zeladora de carros na Viação Garcia Ltda.

De acordo com o PPP, de 09/05/1985 a 13/03/1990, a autora atuou como zeladora de carros no setor de revisão inicial, executando serviços gerais de limpeza no interior dos ônibus mantendo o controle no abastecimento de capas de poltronas, fronhas, cobertores provindos de outras filiais, além de lavar os panos utilizados utilizando máquina de lavar. No que tange a eventuais riscos ambientais, a empresa informa não dispor de laudos técnicos pertinentes ao período laborado pela autora.

Segundo PPRA, elaborado em 2009, a atividade correspondente à zeladora de carros seria a 'auxiliar de serviços gerais (lavagem interna de carros)', relativa ao item 33.3.2 do documento, cuja rotina implica na exposição a risco químico causado por 'tensoativos aniônicos e não iônicos, desengraxantes básicos umectantes, alcalinizantes, tensoativo beiodegradável. Bouquet, sabonete líquido: Lauril éter sulfato de sódio, espessante, umectante, neutralizante, perolizante, preservante e água', a risco biológico, em razão da limpeza de sanitários, bem como a ruído de 62,4 dB(A).

Ressalto, por oportuno, que a Turma Nacional de Uniformização pronunciou-se expressamente acerca da extemporaneidade do laudo técnico ao editar a súmula nº 68, segundo a qual 'O laudo pericial não contemporâneo ao período trabalhado é apto à comprovação da atividade especial do segurado.'

Não sendo o cargo de 'zeladora de carros' previsto pelos Decretos nº 53.831/64 e nº 83.080/79 como atividade presumidamente especial, resta ao segurado provar a exposição habitual e permanente aos agentes nocivos durante o desempenho das atividades laborais suscitadas.

Ressalto que, nada obstante o PPRA mencionar a exposição a determinados produtos químicos utilizados rotineiramente pela autora, nenhum dos compostos ali discriminados se enquadra nas hipóteses previstas pelos Decretos nº 53.831/64 e nº 83.080/79, bem como os níveis de ruído informados pelo laudo encontram-se abaixo dos limites legais então vigentes.

Logo, em face da não comprovação da presença dos agentes nocivos necessários ao reconhecimento do labor em condições especiais, merece o pedido ser julgado improcedente.

(grifei)

Em seu pedido de uniformização, a parte autora defende que os documentos que instruíram o feito comprovam que durante a execução de suas tarefas, estava exposta à ação dos agentes nocivos descritos nos itens 1.1.1, 1.1.3, 1.1.6, 1.2.10, 1.2.11 e 1.3.0 do Quadro Anexo ao Decreto n. 53.831/64; itens 1.1.1, 1.1.5 e 1.3.0 do Anexo I do Decreto n. 83.080/79; e 1.2.9, 2.0.1 e 2.0.4 do Anexo IV ao Decreto n. 3.048/99. Ressalta, ainda, que havia exposição habitual e permanente a ruído em intensidade equivalente a 88,5 dB(A), acima, portanto, do limite de tolerância vigente à época.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Como paradigmas da suposta divergência, aponta acórdãos do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, bem como decisões proferidas por Juizados Especiais Federais. A requerente transcreve, ainda, em sua peça, julgados do Superior Tribunal de Justiça (REsp 200802791125; AgRg no REsp 1149456; e REsp 720082) e desta Turma Nacional de Uniformização (Pedilefs 200772550071703 e 200783005187170), a respeito da utilização de Equipamento de Proteção Individual (EPI) na neutralização da insalubridade.

Pedido admitido na origem.

Decido.

Inicialmente, registro que julgados oriundos de Tribunais Regionais Federais e decisões de Juizados Especiais Federais não servem à aferição da divergência, nos termos do art. 14, caput e § 2º, da Lei n. 10.259/01, que prevê que o pedido de uniformização deve ser fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante no STJ.

Quanto aos paradigmas oriundos da Corte Superior e desta Turma Nacional, tenho que a autora não logrou comprovar o necessário dissídio jurisprudencial.

Isso porque a questão atinente ao uso de EPI não embasou a rejeição do pedido de reconhecimento da especialidade do período de 09/05/1985 a 13/03/1990, conforme fundamentação antes descrita. A sentença, mantida pela Turma de origem, entendeu que as provas coligidas aos autos não foram suficientes à comprovação de que a atividade era exercida pela parte autora sob condições especiais, razão pela qual julgou improcedente a pretensão.

Portanto, na ausência de paradigma a embasar a análise da alegada divergência, nego seguimento ao presente pedido de uniformização.

Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 8º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 22/2008, alterada pela Resolução CJF n. 163/2011).

De Florianópolis para Brasília, 19 de maio de 2015.

JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0014069-17.2006.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: LÍDIA LOPES DA SILVA
PROC./ADV.: DIEGO GONÇALVES DE ABREU
OAB: SP-228568
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. RURAL. PERÍODO IMEDIATAMENTE ANTERIOR AO PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS. PARADIGMAS DA MESMA REGIÃO DO ACORDAO RECORRIDO. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Decido com fundamento no artigo 557 do Código de Processo Civil.

2. Trata-se de pedido de uniformização de lei federal interposto pela autora em face de acórdão da 1ª Turma Recursal de São Paulo, que manteve pelos próprios fundamentos a sentença de improcedência do pedido de concessão de aposentadoria por idade rural, pois não comprovada atividade rural em período imediatamente anterior ao requerimento do benefício, além da existência de vínculo urbano.

3. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

4. Alega a parte autora que o acórdão recorrido divergiu do entendimento de outras Turmas Recursais de São Paulo - processos 2007.63.02.009835-2, 2009.63.02.001456-6, 2007.63.02.015961-4 - na medida em que, para os paradigmas, não se pode exigir do trabalhador com idade avançada o requisito de atividade rural em período imediatamente anterior ao preenchimento dos demais requisitos.

5. O incidente não tem como ser conhecido por esta TNU, pois o acórdão recorrido e os paradigmas cotejados são todos da mesma região (3ª Região), não atendendo ao disposto no art. 14, § 2º, Lei 10.259/2001.

6. Por sua vez, acórdãos de Tribunais Federais Regionais também não atendem ao disposto no mencionado dispositivo, sendo necessário julgado de turmas recursais de diferentes regiões.

7. Por fim, quanto ao PEDILEF 2006.72.95.020519-2, transcrito no incidente, não há cotejo analítico, não sendo suficiente mera transcrição de julgados, como já decidido por este Colegiado: "A petição do incidente de uniformização deve conter obrigatoriamente a demonstração do dissídio, com a realização de cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito" (PEDILEF 200638007233053, DOU 24/10/2014, relatora Juíza Federal Ana Beatriz Vieira da Luz Palumbo).

8. Incidente não conhecido.

Brasília/DF, 21 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0046662-97.2009.4.03.6301
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): AIRTON ALVES DE SOUZA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. SENTENÇA ILÍQUIDA. QUESTÃO DE ORDEM PROCESSUAL. SÚMULA 43 DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Decido com fundamento no artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.

2. Trata-se de pedido de uniformização de lei federal interposto pelo INSS em face de acórdão da Turma Recursal de São Paulo que manteve sentença de parcial procedência do pedido, concedendo ao autor benefício por incapacidade..

3. Alega o INSS que o acórdão recorrido divergiu do entendimento da TNU - PEDILEF 200238007126010 - na medida em que, para o paradigma, é nula a sentença ilíquida, não bastando que seja exequível.

4. O incidente não comporta conhecimento.

5. A discussão acerca da iliquidez da sentença cuida de questão processual, como já assentado por esta TNU no representativo de controvérsia, PEDILEF 0003859-67.2007.4.03.6302, Rel. Juiz Federal Adel Américo de Oliveira, DOU 01/06/2012.

6. Incidente de uniformização não conhecido. Aplicação da Súmula 43 desta TNU: Não cabe incidente de uniformização que verse sobre matéria processual.

Brasília/DF, 21 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0012338-44.2010.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: ADRIANA SOUSA COSTA
PROC./ADV.: CÁSSIA APARECIDA ROSSI
OAB: SP-216273
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO POR INCAPACIDADE. LAUDO NEGATIVO. ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PESSOAIS E SOCIAIS. DESNECESSIDADE. SÚMULA 77 - TNU. FALTA DE SIMILITUDE FÁTICA E JURÍDICA ENTRE OS JULGADOS COTEJADOS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. QUESTÕES DE ORDEM 13 E 22 - TNU.

1. Decido com fundamento no artigo 557 do Código de Processo Civil.

2. Prolatado acórdão pela 2ª Turma Recursal de São Paulo que deu provimento ao recurso do INSS, julgando improcedente pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, tendo em vista a ausência de incapacidade laborativa atestada no laudo pericial feito em juízo.

3. Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto tempestivamente pela Autora, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alegação de que o acórdão recorrido diverge do entendimento da TNU (PEDILEF 2006.63.02.012989-7) e da 1ª Turma Recursal do Mato Grosso (processo 2008.36.00.900855-8) - segundo os quais é necessária a análise das condições pessoais do segurado para aferição da incapacidade.

4. Incidente inadmitido na origem, sendo os autos remetidos a esta Turma Nacional após Agravo.

5. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça.

6. No caso em tela, o incidente não comporta conhecimento, pois não há a necessária similitude fática e jurídica entre os acórdãos cotejados. O acórdão recorrido reformou a sentença de procedência, pois o laudo pericial foi categórico em afirmar a ausência de incapacidade laborativa da parte autora. Já os paradigmas concluem pela necessidade da análise das condições pessoais e sociais, no caso de incapacidade parcial. As situações, portanto, são distintas.

7. Destaco, inclusive, o disposto na Súmula 77 desta TNU: "O julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual".

8. Portanto, além da ausência de similitude fática entre os paradigmas apontados e o acórdão recorrido, este está em consonância com a jurisprudência da TNU.

9. Incidente de uniformização não conhecido. Aplicação das Questões de Ordem n. 13 e 22 da TNU.

Brasília/DF, 21 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 0513192-53.2010.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ANTONIO XAVIER
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA
OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela parte autora contra acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba que negou provimento ao seu recurso inominado e manteve a sentença pelos próprios fundamentos, da qual cabe transcrever o que importa à análise do presente incidente:

[...]

Pretende o autor o reconhecimento da natureza especial das atividades exercidas nos períodos de 14/06/1976 a 03/11/1982 (Usina São João); 08/12/1982 a 05/08/1986 (Usina Santana); 29/08/1986 a 27/02/1988 (Flaviano Ribeiro); 17/07/1989 a 30/10/1991 (Motriz) e 02/05/1992 a 27/04/1995 (Siman) para, juntamente com os períodos comuns - 28/04/1995 a 02/05/2002 (Siman) e 03/05/2004 a 19/12/2005 (Inova Const.), ser restabelecida a aposentadoria por tempo de contribuição proporcional (NB. 140.137.700-6).

[...]

Quanto ao tempo especial, vê-se do resumo de documentos que nenhum dos vínculos laborais do autor obteve o enquadramento da natureza especial pretendido. Assim, passo a análise específica dessa circunstância em relação aos períodos.

De início, destaque-se que em todos os vínculos nos quais se almeja ver a natureza especial reconhecida, há tão somente a informação na CTPS do desempenho da função de tratorista ou tratorista de esteira. É certo que dita atividade poderia ensejar o enquadramento ao item 2.3.4 do Decreto 83.080/79: 2.3.4 TRABALHADORES EM PEDREIRAS, TÚNEIS, GALERIAS Perfuradores, covouqueiros, canteiros, encarregados do fogo (blasters) e operadores de pás mecânicas 25 anos.

Entretanto, vê-se que a hipótese normativa se refere a operadores de pás mecânicas que trabalham em pedreiras, túneis e galerias. Considerando a inexistência de informações mais detalhadas acerca das atribuições do autor quando do exercício da referida função, não há como proceder ao enquadramento de nenhum dos períodos.

Outrossim, não considero plausível a pretensão de igualar a condição do tratorista com o de motorista de ônibus ou caminhões, pois é possível e razoável que o fato referente ao tempo de efetiva exposição ao agente nocivo tenha motivado o legislador a não fazer constar no item referente a tais profissionais o tratorista, tendo o feito em item distinto (o 2.3.4 acima), mas com distinção de ser operador de pá mecânica.

Em seu incidente de uniformização, a parte autora defende que a orientação aplicada pela origem destoa do entendimento da Turma Regional de Uniformização da 4ª Região (Pedilef 2004.70.51.001875-3), que entende possível o enquadramento especial da atividade de tratorista no item 2.4.4 do anexo do Decreto n. 53.831/64 e no item 2.4.2 do anexo do Decreto n. 83.080/79, ante a previsão de que a atividade de motorista de veículos pesados está sujeita a condições insalubres, na qual se insere a função de tratorista. Invoca, ainda, o enunciado da Súmula 70, desta Turma Nacional, segundo o qual a atividade de tratorista pode ser equiparada à de motorista de caminhão para fins de reconhecimento de atividade especial mediante enquadramento por categoria profissional.

Pedido de uniformização inadmitido na origem, havendo a interposição de agravo na forma do RITNU.

Decido.

Entendo configurado o dissídio jurisprudencial. Passo ao mérito.

O Decreto n. 53.831/64 continha previsão, no código 2.4.4, de seu quadro anexo, do direito à aposentadoria especial aos 25 anos aos motoristas e ajudantes de caminhão, por tratar-se de atividade penosa. O Decreto n. 83.080/79, no Anexo I, também faz referência ao motorista de caminhão, conforme item 2.4.2.

A Lei n. 9.032/95, aos acrescentar o § 4º ao art. 57 da Lei n. 8.213/91, passou a exigir para fins de reconhecimento do trabalho exercido sob condições especiais a comprovação da exposição aos agentes nocivos à saúde ou à integridade física.

Por esta razão, o enquadramento pela atividade profissional de motorista de caminhão é possível até 28/04/1995. A partir de tal data, o segurado deve comprovar a exposição a agentes nocivos.

No presente caso, a parte autora pleiteia o reconhecimento especial dos períodos de 14/06/1976 a 03/11/1982, 08/12/1982 a 05/08/1986, 29/08/1986 a 27/02/1988, 17/07/1989 a 30/10/1991 e 02/05/1992 a 27/04/1995, durante os quais laborou como tratorista.

A sentença, ratificada pela Turma Recursal paraibana, rejeitou o pedido de enquadramento especial dos períodos por entender que os itens 2.4.4 do quadro anexo do Decreto 53.831/64 e 2.4.2 do Anexo I do Decreto 83.080/79 referem-se aos operadores de pás mecânicas que trabalham em pedreiras, túneis e galerias, situação não evidenciada nos autos, cujos documentos apresentados pela parte autora não trazem informações sobre a descrição das atividades exercidas pelo autor como tratorista. Negou, ainda, a conversão por equiparação à atividade de motorista de ônibus ou caminhão.

Esta Turma Nacional de Uniformização consolidou o entendimento pela possibilidade de equiparação entre tratorista e motorista, conforme ementa-voto abaixo transcrito:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMENTA-VOTO - PREVIDENCIÁRIO. TEMPO DE SERVIÇO ESPECIAL. EQUIPARAÇÃO ENTRE TRATORISTA E MOTORISTA. POSSIBILIDADE. 1. No PEDILEF 200651510118434, de relatoria do Exmo. Juiz Federal José Antonio Savaris (sessão de 14/06/2011, DJ 25/11/2011) a TNU firmou a seguinte premissa de Direito: "A equiparação a categoria profissional para o enquadramento de atividade especial, fundada que deve estar no postulado da igualdade, somente se faz possível quando apresentados elementos que autorizem a conclusão de que a insalubridade, a penosidade ou a periculosidade, que se entende presente por presunção na categoria paradigma, se faz também presente na categoria que se pretende a ela igualar". 2. O STJ, no AgRg no REsp 794092/MG (Rel. Ministra LAURITA VAZ, Quinta Turma, Fonte DJ 28/05/2007, p. 394) firmou tese no mesmo sentido, ao dispor que "o rol de atividades arroladas nos Decretos n.os 53.831/64 e 83.080/79 é exemplificativo, não existindo impedimento em considerar que outras atividades sejam tidas como insalubres, perigosas ou penosas, desde que estejam devidamente comprovadas". Precedentes: AgRg no Ag 803513 / RJ (DJ 18/12/2006, p. 493), REsp 765215 / RJ (DJ 06/02/2006, p. 305), entre outros. 3. Pedido do INSS conhecido e improvido. 4. Outrossim, sugere-se ao Presidente deste Colegiado que, com base no entendimento já consolidado nesta Turma, promova a devolução de todos os processos que tenham por objeto esta mesma questão, nos termos do artigo 7º do Regimento Interno desta Turma. (PEDILEF 200950530004019, Relator Juiz Federal Antônio Schenkel do Amaral e Silva, DOU 17/08/2012).

A reiteração de julgados implicou a edição de súmula acerca da matéria. Confira-se:

Súmula 70: A atividade de tratorista pode ser equiparada à de motorista de caminhão para fins de reconhecimento de atividade especial mediante enquadramento por categoria profissional.

A sentença, confirmada pela Turma Recursal da Paraíba, não está alinhada a esse entendimento, razão pela qual determino a devolução dos autos à instância julgadora anterior para adequação do julgado à premissa jurídica enunciada na Súmula 70/TNU.

Ante o exposto, com base no art. 8º, X, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 22/2008, alterada pela Resolução CJF n. 163/2011), CONHEÇO E DOU PARCIAL PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA.

De Florianópolis para Brasília, 21 de maio de 2015.

JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505338-62.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LUIZ PANTALEÃO DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO CAMPIELLO VARELLA NETO
OAB: PE-30 341
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

DECISÃO

Trata-se de ação previdenciária por meio da qual a parte autora busca a concessão de benefício de aposentadoria por tempo de contribuição (NB 42/145.035.125-2 - DER 04/05/2009) mediante o reconhecimento da especialidade de períodos laborados na condição de trabalhador rural em empresa agroindustrial (Usina União e Indústria S/A - períodos de 15/9/1978 a 12/07/1979 e 01/07/1981 a 28/05/1995).

A sentença julgou improcedente o pedido ao argumento de que a jurisprudência tem-se mostrado uníssona no sentido de que o registro de trabalhador no exercício de atividade rural não enseja sua imediata qualificação como especial, sendo certo que o cômputo do tempo pelo fator de conversão somente se aplicará quando se tratar de atividade eminentemente agropecuária.

A 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco reformou a sentença e deu provimento ao apelo do autor, na linha do seguinte entendimento:

[...]

Com relação à atividade de trabalhador rural em usina, a Turma Regional de Uniformização já tem posição sedimentada sobre a matéria objeto do Pedido de Uniformização interposto, consoante se extrai do seguinte precedente:

PREVIDENCIÁRIO. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA REGIONAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. TRABALHADOR RURAL EM AGROINDÚSTRIA. ATIVIDADE EM CONDIÇÕES ESPECIAIS. ENQUADRAMENTO POR CATEGORIA PROFISSIONAL. EXISTÊNCIA. TEMPO PARA APOSENTADORIA ESPECIAL. INSUFICIÊNCIA. INCIDENTE CONHECIDO E PROVIDO EM PARTE.

- As atividades agropecuárias exercidas por trabalhadores vinculados à antiga Previdência Social Urbana, ou seja, àqueles empregados de empresas agroindustriais ou agrocomerciais enquadram-se no item 2.2.1 do Anexo do Decreto n. 53.831/64 ("Agricultura - Trabalhadores na agropecuária"), sendo consideradas especiais, por categoria profissional, até a vigência da Lei n. 9.032/95.

- O titular de aposentadoria por tempo de contribuição não tem direito à conversão desse benefício em aposentadoria especial quando não preenche o tempo exigido (25 anos) de trabalho em condições especiais.

- Incidente de uniformização conhecido e parcialmente provido apenas para reconhecer como especial a atividade agropecuária exercida pelo empregado rural de empresa agroindustrial antes da vigência da Lei n. 9.032/95, sem transformar o benefício de aposentadoria por tempo de contribuição em aposentadoria especial. (Processo nº 0513531-91.2010.4.05.8400, Relator: Juiz Federal Rubens de Mendonça Canuto Neto, 11/09/2012)"

Assim, deve ser considerado especial o período laborado como trabalhador rural até 28/04/95.

Nos presentes autos, o autor manteve vínculos com a Usina União Indústria S/A, sempre na função de "Trabalhador Rural". Conforme entendimento da TRU, a atividade se enquadra no item 2.2.1 do anexo do Decreto n. 53.831/64 desde o início dos vínculos até 28/4/1995, quando cessou o reconhecimento do trabalho sob condições especiais por enquadramento em categoria profissional.

Tendo em vista o entendimento da TRU, deve ser considerado especial todo o período referente ao primeiro vínculo do autor, de 15/09/1978 a 12/07/1979, bem como o segundo vínculo com a Usina União, com início em 01/07/1981 até 28/04/1995, quando cessou o reconhecimento do trabalho sob condições especiais por enquadramento em categoria profissional.

Computando o período acima relacionado como especial, para efeito de concessão de aposentadoria, verifico que o autor já perfaz tempo necessário para aposentadoria por tempo de contribuição integral desde 11/02/2011, data do seu último vínculo, de modo a justificar o deferimento do pleito.

Em seu pedido de uniformização, o INSS alega que a decisão da origem aplicou orientação que se opõe à adotada por Turma Recursal de São Paulo (RCI 0005064-48.2009.4.03.6307) e pelo Superior Tribunal de Justiça (REsp 291.404 e AgRg no REsp 1.137.303), que firmaram o entendimento de que o enquadramento especial de períodos laborados por trabalhador rural somente é possível se comprovado que a empresa empregadora é do ramo agropecuário.

Pedido não admitido na origem, havendo agravo na forma do RITNU.

Entendo comprovado o dissídio jurisprudencial.

Quanto ao mérito, esta Turma Nacional sempre admitiu a conversão especial de trabalho rural desempenhado em empresas agropecuárias (item 2.2.1 do Decreto 53.831/64), na linha do que defende a Autarquia previdenciária.

Todavia, no julgamento do Pedilef 0509377-10.2008.4.05.8300 (Relator p/ acórdão Juiz Federal André Carvalho Monteiro, j. 04/06/2014), este Colegiado uniformizou o entendimento de que a expressão "trabalhadores na agropecuária", contida no item 2.2.1 do anexo ao Decreto n.º 53.831/64, se refere aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas como empregados em empresas agroindustriais e agrocomerciais, fazendo jus os empregados de tais empresas ao cômputo de suas atividades como tempo de serviço especial.

Assim, impõe-se reconhecer que o acórdão recorrido está em harmonia com a atual jurisprudência desta TNU, que estende a possibilidade de conversão também aos trabalhadores rurais que exercem atividades agrícolas em empresas agroindustriais, como é o caso dos autos.

No termos da Questão de Ordem n. 13/TNU, não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO o presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 8º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 22/2008, alterada pela Resolução CJF n. 163/2011).

De Florianópolis para Brasília, 20 de maio de 2015.

JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0507755-85.2011.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DO PERPETUO SOCORRO SOUZA LOPES
PROC./ADV.: JOSÉ ALBERTO DE ALBUQUERQUE PEREIRA
OAB: PE-520-A
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

DECISÃO MONOCRÁTICA TERMINATIVA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CRITÉRIO DE APURAÇÃO DO INDÉBITO. ACORDAO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NESTA TNU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N. 13. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO.

1. A União, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, dando parcial provimento a seu recurso inominado, julgou procedente o pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria, relativamente às contribuições vertidas pelo autor ao fundo de previdência privada no período de 1989 a 1995, mandando compensar o que foi pago indevidamente. Insurge-se apenas quanto ao critério de apuração do indébito tributário, argumentando a Fazenda Nacional que, para a liquidação do imposto de renda, deve ser adotado o método do cálculo do montante não-tributável referente ao abatimento da base de cálculo, segundo o qual os valores recolhidos pelo contribuinte à entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos conforme Manual de Cálculos da Justiça Federal, passando a compor dedução dos rendimentos tributados anualmente a título de complementação de aposentadoria. Citou como paradigma, o recurso decidido pela 1ª Turma Recursal de Santa Catarina nesse sentido.

2. O incidente de uniformização de interpretação do direito federal tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de Turmas Recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

3. Ora, a TNU, na esteira da jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, fixou o entendimento de que o indébito tributário é calculado com base no valor do imposto de renda recolhido entre 1-1-1989 e 31-12-1995, cujo montante será deduzido dos valores cobrados a tal título incidentes sobre a complementação da aposentadoria. Sobre esse assunto, além da decisão proferida no Pedilef 05318667020104058300, da relatoria do Sr. Juiz Federal Gláucio Maciel e no Pedilef 2006.83.00.515712-4, da relatoria da Srª. Juíza Federal Joana Carolina Pereira, registra-se, ainda, o acórdão prolatado no Pedilef 2006.72.58.00.3510-1, de relatoria do Sr. Juiz Federal Janilson Bezerra de Siqueira, com a seguinte ementa, na parte que interessa:

"EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA CONFIRMADA PELA 2.ª TURMA RECURSAL DE SANTA CATARINA. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA DEMONSTRADA. CONHECIMENTO DO INCIDENTE. INEXIGIBILIDADE DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA APENAS ATÉ O LIMITE DO QUE JÁ FOI PAGO A ESSE TÍTULO SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 7.713/88. TESE DA ISENÇÃO PARA O FUTURO. REJEIÇÃO. ACOLHIMENTO DA POSIÇÃO DO STJ: NON BIS IN IDEM. DIREITO DA FAZENDA DE APRESENTAR CÁLCULOS QUE DEMONSTREM O VALOR CONSIDERADO DEVIDO. PROVIMENTO PARCIAL DO INCIDENTE. (...) A Fazenda sustenta, ainda, que os valores recolhidos pelo contribuinte a entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos pelos índices de correção monetária geral até a data da aposentadoria e o seu somatório deverá ser utilizado como um valor dedutível da base de cálculo dos benefícios da aposentadoria, para fins de apurar-se o imposto de renda incidente sobre a complementação de aposentadoria. Contudo, não é esta a forma de cálculo reconhecida pelo STJ, que entende pela compensação entre o valor recolhido de imposto de renda entre 1989 a 1995 com os valores cobrados a título do imposto atualmente: "Consoante consignado pelo Ministro Castro Meira, no julgamento do recurso repetitivo esta Corte assentou que, tendo em vista as dificuldades em identificar e distinguir, em cada parcela do benefício previdenciário recebido, as contribuições recolhidas pelo segurado e o aporte vertido pela entidade patrocinadora, há de se reconhecer a inexigibilidade do imposto de renda, até o limite do que foi recolhido pelo beneficiário, a título de tal imposto, sob a égide da Lei n.º 7.713/88, devidamente atualizado" (REsp n.º 1282609/RN, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJU 28 nov. 2011)."

4. No caso em exame, é de se constatar que o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento deste Colegiado. Incidência, portanto, da questão de ordem n. 13 desta Turma Nacional, segundo a qual "não cabe pedido de uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.".

5. Ante o exposto, com fundamento no art. 557 do CPC, porquanto é entendimento dominante da TNU (conforme feitos deliberados em abril de 2015) e do STJ, nego seguimento ao incidente. Sem condenação ao pagamento de honorários advocatícios, nos termos do art. 55 da Lei nº 9.099/95 (situação diversa de eventual agravo da parte vencida).

Publique-se. Intimem-se.

São Paulo/SP, 21 de maio de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002919-46.2011.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARIA DE LOURDES DOS SANTOS
PROC./ADV.: JANAINA BAIÃO
OAB: SC-21914
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

DECISÃO MONOCRÁTICA TERMINATIVA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. DEVOLUÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ EM VIRTUDE DE DECISÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 51 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1.Pedido de Uniformização interposto pelo INSS contra acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal de Santa Catarina, o qual manteve pelos próprios e jurídicos fundamentos a sentença que julgou parcialmemte procedente o pedido de desconstituição de débito apurado pela autarquia em razão de pagamento indevido (de benefício cessado em virtude de revogação da antecipação dos efeitos da tutela).

2. Inconformado, o INSS interpôs incidente de uniformização. Alega que o acórdão recorrido diverge do entendimento do C. STJ, segundo o qual, se o segurado recebeu valores pagos indevidamente, não importando sua boa ou má-fé, ou se decorrente de decisão judicial, é legítima e legal a cobrança dessas quantias.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

3. O julgamento em pauta comporta imediata aplicação do disposto no art. 557, "caput", do Código de Processo Civil, como explicito a seguir.

4. No que toca à aplicabilidade do art. 557 do Código de Processo Civil, transcrevo a jurisprudência adotada pelo C. STJ:

"PROCESSUAL CIVIL. TUTELA ANTECIPADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JULGAMENTO DA AÇÃO PRINCIPAL. SUPERVENIENTE PERDA DE OBJETO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. ART. 557 DO CPC. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR RESPALDADA EM JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL A QUE PERTENCE. VIOLAÇÃO DO ART. 535, I e II, DO CPC. NÃO CONFIGURADA.

1. A aplicação do artigo 557, do CPC, supõe que o julgador, ao isoladamente negar seguimento ao recurso ou dar-lhe provimento, confira à parte prestação jurisdicional equivalente a que seria concedida acaso o processo fosse julgado pelo órgão colegiado.

2. A 'ratio essendi' do dispositivo, com a redação dada pelo artigo 1º, da Lei 9.756/98, visa desobstruir as pautas dos tribunais, dando preferência a julgamentos de recursos que encerrem matéria controversa.

3. Prevalência do valor celeridade à luz do princípio da efetividade (Precedentes do STJ: AgRg no REsp 508.889/DF, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, 3.ª Turma, DJ 05.06.2006; AgRg no REsp 805.432/SC, Rel. Min. CASTRO MEIRA, 2.ª Turma, DJ 03.05.2006; REsp 771.221/RS, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1.ª Turma, DJ 24.04.2006 e; AgRg no REsp 743.047/RS, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, 1.ª Turma, DJ 24.04.2006).

4. 'In casu', o acórdão hostilizado denota a perfeita aplicação do art. 557, do CPC, posto que a prolação de sentença de mérito na ação originária revela a superveniente perda de objeto do recurso utilizado contra o deferimento ou indeferimento da tutela antecipada initio litis. Precedentes: RESP 702.105/SC, DJ de 01.09.2005; AgRg no RESP 526.309/PR, DJ 04.04.2005 e RESP 673.291/CE, DJ 21.03.2005.

5. (...)"_

(AGRESP 200601194166 - 857173- 1ª TURMA - Rel. Min. LUIZ FUX - DJE 03/04/2008)

E, ainda:

"PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO **ACORDAO RECORRIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. FUNDAMENTO NÃO ATACADO.**

I - A reforma introduzida pela Lei nº 9.756/98, que deu nova redação ao artigo 557 da Lei Processual Civil, teve o intuito de desobstruir as pautas dos tribunais, dando preferência a julgamento pelas turmas apenas dos recursos que realmente reclamam apreciação pelo órgão colegiado. No caso presente, em que se decidiu pela ausência de omissão no acórdão recorrido, não havia a necessidade de a matéria ser apresentada diretamente à Turma, mormente por se tratar de hipótese em que o seguimento do especial foi obstado já no juízo de admissibilidade realizado na corte estadual, e a orientação esposada encontra-se respaldada em jurisprudência pacificada deste Superior Tribunal de Justiça.

II - Em casos que tais, a possibilidade de o relator decidir monocraticamente decorre do princípio da celeridade processual, sem que tal fato importe violação aos princípios da ampla defesa e do devido processo legal , haja vista que a defesa das partes, se indevida a aplicação do julgamento simplificado, faz-se via agravo regimental.

III - Inviável o especial que deixa de atacar fundamento suficiente, por si só, para manter a conclusão assentada no aresto hostilizado (Súmula 283/STF). agravo improvido."

(AGA 200601825383 - AgRg AI - 800650 - 3ª TURMA - Rel. Min. CASTRO FILHO - DJ 10/09/2007 - p. 00230)

5. A controvérsia diz respeito à devolução ou não dos valores recebidos em decorrência de antecipação dos efeitos da tutela, em caso de revogação.

6. Acerca da matéria, a despeito do entendimento atual do C. Superior Tribunal de Justiça, esta Turma Nacional de Uniformização decidiu manter o enunciado de sua Súmula nº 51("Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento"), o qual está em consonância com o entendimento do E. Supremo Tribunal Federal, conforme o seguinte o precedente, "in verbis":

EMENTA DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO RECEBIDO POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL. DEVOLUÇÃO. ART. 115 DA LEI 8.213/91. IMPOSSIBILIDADE. BOA-FÉ E CARÁTER ALIMENTAR. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CF. RESERVA DE PLENÁRIO: INOCORRÊNCIA. ACORDAO RECORRIDO PUBLICADO EM 22.9.2008. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o benefício previdenciário recebido de boa-fé pelo segurado em virtude de decisão judicial não está sujeito à repetição de indébito, dado o seu caráter alimentar. Na hipótese, não importa declaração de inconstitucionalidade do art. 115 da Lei 8.213/91, o reconhecimento, pelo Tribunal de origem, da impossibilidade de desconto dos valores indevidamente percebidos. Agravo regimental conhecido e não provido.

(ARE 734199 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 09/09/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-184 DIVULG 22-09-2014 PUBLIC 23-09-2014).

7. Nesse sentido o seguinte julgado desta TNU: PEDILEF nº 50028135620124047109 (Relator: Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá. DOU: 13/04/2015).

8. Encontra-se, portanto, o recurso manifestamente contrário à jurisprudência deste Colegiado e do E. STF.

9. Ante o exposto, com fundamento no art. 557, "caput", do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS.

10. Publique-se. Intimem-se.

São Paulo/SP, 21 de maio de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5004182-76.2012.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ARI VALMOR HORBACH
PROC./ADV.: ANILDO IVO DA SILVA
OAB: RS-37971
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

DECISÃO

O INSS insurge-se contra acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que confirmou a sentença quanto à conversão do tempo de trabalho comum prestado antes de 29 de abril de 1995 em tempo especial.

Sustenta a Autarquia previdenciária ser impossível a conversão após o advento da Lei n. 9.032/95, mesmo que o período seja referente à data anterior ao referido diploma legal. Invoca o julgamento do REsp 1.310.034/RS, bem como do Pedilef 2007.71.54.003022-2, que firmaram a orientação de que deve ser aplicado o regime jurídico vigente no momento em que se completam os requisitos para se aposentar, razão pela qual o segurado que exerceu atividade comum até 28/04/1995, mas somente implementou as condições para aposentadoria em momento posterior, não pode mais converter o tempo de serviço comum anterior em tempo especial.

O incidente de uniformização foi admitido na origem.

Decido.

O Superior Tribunal de Justiça decidiu que o julgamento do recurso especial repetitivo 1.310.034/PR também fixou a tese de que a configuração do tempo de serviço especial é regida pela legislação em vigor no momento da prestação do serviço, passando a integrar, dessa forma, como direito adquirido, o patrimônio jurídico do trabalhador. Confira-se:

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APOSENTADORIA ESPECIAL. CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL. OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO TEMPUS REGIT ACTUM. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

1. O STJ no julgamento do Recurso Especial Repetitivo 1.310.034/PR, fixou a tese de que a configuração do tempo de serviço especial é regida pela legislação em vigor no momento da prestação do serviço.

2. Somente com a edição da Lei 9.032/1995, extinguiu-se a possibilidade de conversão do tempo comum em especial pelo mero enquadramento profissional.

3. Deve ser aplicada a lei vigente à época em que a atividade foi exercida em observância ao princípio do tempus regit actum, motivo pelo qual merece ser mantido o acórdão recorrido.

4. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 470.508/RS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 20/03/2014, DJe 26/03/2014)

AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. CONVERSÃO DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL. DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTOS NÃO AFASTADOS.

1. Nos termos da firme compreensão do Superior Tribunal de Justiça, o reconhecimento da especialidade do labor, assim como sua conversão em tempo de serviço comum são aspectos disciplinados pela lei em vigor à época em que efetivamente prestado.

2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AgRg no AREsp 455.666/RS, Rel. Ministro OG FERNANDES, SEGUNDA TURMA, julgado em 01/04/2014, DJe 23/04/2014)

PREVIDENCIÁRIO. TEMPO ESPECIAL E COMUM. CONVERSÃO. POSSIBILIDADE. ART. 9º, § 4º, DA LEI 5.890/1973, INTRODUZIDO PELA LEI 6.887/1980. CRITÉRIO. LEI APLICÁVEL. LEGISLAÇÃO VIGENTE QUANDO PREENCHIDOS OS REQUISITOS DA APOSENTADORIA.

1. O STJ, no julgamento do Resp 1.310.034/PR, submetido ao rito do art. 543-C do CPC, fixou o entendimento de que a configuração do tempo de serviço especial é regida pela legislação em vigor no momento da prestação do serviço.

2. A Lei 9.032/1995, ao alterar o § 3º do art. 57 da Lei 8.213/1991, vedando, a partir de então, a possibilidade de conversão de tempo de serviço comum em especial para fins de concessão do benefício de aposentadoria especial, não atinge os períodos anteriores à sua vigência, ainda que os requisitos para a concessão da inativação venham a ser preenchidos posteriormente, visto que não se aplica retroativamente lei nova que venha a estabelecer restrições em relação ao tempo de serviço.

3. Nesse contexto, deve ser aplicada a lei vigente à época em que a atividade foi exercida para embasar o reconhecimento do direito à conversão do tempo comum em especial, em observância ao princípio do tempus regit actum, razão pela qual merece ser mantido o aresto recorrido.

4. Agravo Regimental não provido.

(AgRg no AREsp 436.240/RS, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 08/05/2014, DJe 22/05/2014)

Dessa forma, à vista das recentes orientações emanadas da Corte Superior, esta Turma Nacional, na sessão de julgamento realizada no dia 08/10/2014, alterou, por maioria de votos, seu entendimento, passando a admitir a conversão de tempo de serviço comum em especial para fins de obtenção de aposentadoria especial, se prestado anteriormente à Lei 9.032/95, mesmo que o segurado só reúna condições para a concessão do benefício após tal marco.

Nesse sentido:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA ESPECIAL. CONVERSÃO DE PERÍODOS DE TEMPO COMUM EM ESPECIAL. LABOR ANTERIOR À LEI 9.032/95. REUNIÃO DOS REQUISITOS PARA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO APÓS TAL MARCO. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO. [...] 8. Dessa forma, à vista das recentes orientações emanadas da Corte Superior, proponho a alteração do entendimento desta Turma Nacional para admitir a conversão de tempo de serviço comum em especial para fins de obtenção de aposentadoria especial, se prestado anteriormente à Lei 9.032/95, mesmo que o segurado só reúna condições para a concessão do benefício após tal marco. 9. Ante o exposto, voto por conhecer e dar provimento ao pedido de uniformização interposto pela parte autora, para determinar o retorno dos autos à Turma Recursal de origem visando à adequação do acórdão à premissa jurídica ora firmada. Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais conhecer e dar provimento ao pedido de uniformização, nos termos do voto-ementa divergente.

(PEDILEF 50114356720114047107, JUIZ FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI, TNU, DOU 23/01/2015 PÁGINAS 68/160.)

Dessa forma, o acórdão recorrido não destoa da orientação atual desta Turma Nacional, razão pela qual aplico ao caso a Questão de Ordem n. 13/TNU (Não cabe Pedido de Uniformização, quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.).

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO o presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 8º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 22/2008, alterada pela Resolução CJF n. 163/2011).

De Florianópolis para Brasília, 21 de maio de 2015.

JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5022226-58.2012.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: MARIA ROSMARINA MUNDINS MACHADO
PROC./ADV.: MARIA SILESIA PEREIRA
OAB: RS 33.075
PROC./ADV.: MELISSA PEREIRA
OAB: RS-59469
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela parte autora contra acórdão proferido pela 1ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul que negou provimento ao recurso interposto pela parte autora e manteve a sentença pelos próprios fundamentos.

Insurge-se a requerente contra o acórdão recorrido no ponto em que negou o cômputo do período de 11/05/1973 a 31/12/1983 como de efetivo exercício de atividade rural para fins de concessão de aposentadoria por tempo de contribuição. Colhe-se do voto condutor do julgamento:

II. Tempo rural.

O reconhecimento de vínculo jurídico com a Previdência Social, na qualidade de segurado especial, pressupõe início de prova material do trabalho na agricultura (na forma do art. 55, § 3º, da Lei n. 8.213/91), não sendo admitida prova exclusivamente testemunhal (Súmula 149 do Superior Tribunal de Justiça). No entanto, não é necessário que os documentos apresentados para fins de preenchimento do requisito de início de prova material tenham sido expedidos em nome do autor, à medida que a atividade rural, nos termos da LBPS, pode ser exercida em regime de economia familiar; assim, documentos em nome dos membros do grupo familiar são válidos para tal fim.

Além disso, é dispensável a juntada de documentos referentes a todos os anos de atividade rural, desde que o conjunto probatório indique a continuidade do trabalho na agricultura [...]

Entretanto, para um intervalo de mais de dez anos, de 11/05/1973 a 31/12/1983, a parte autora não apresentou nenhum documento que servisse de início de prova material do exercício da atividade rural, ou de que pelo menos residisse no campo, sendo que o primeiro documento é relativo ao ano de 1984.

Com efeito, não se ignora que no campo as relações são marcadas pela informalidade, predominando a escassez documental. No entanto, um lapso tão grande de tempo rural não pode ser comprovado apenas com base na prova testemunhal, que deve servir fundamentalmente para completar as lacunas existentes na prova documental.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Desse modo, merece confirmação a sentença, relativamente ao ponto.

Como bem assinalado pelo juízo a quo:

Não reconheço o exercício de atividade rural em regime de economia familiar no período de 11/05/1973 a 31/12/1983 ante a total ausência de prova material. Início de prova material, consoante interpretação sistemática da lei, será feito mediante documentos que comprovem o exercício da atividade rural, exigindo-se contemporaneidade ao período postulado, não se olvidando da possibilidade de, em face do princípio da continuidade da atividade, serem considerados documentos emitidos em períodos próximos àquele controvertido nos autos.

Assim, uma vez que não se pode olvidar as agruras a que se submetem os trabalhadores rurais, também não se pode esquecer que, para ter direito aos benefícios contidos na legislação previdenciária, é necessário demonstrar início de prova material contemporâneo ao exercício de atividade rural ainda que seja descontínua durante o período pretendido.

Destarte, deve ser negado provimento ao recurso da parte autora.

(grifei)

Em seu pedido de uniformização, a parte autora defende as teses da possibilidade de extensão da eficácia probatória do início de prova material e da desnecessidade de que o acervo probatório documental refira-se a todo o período equivalente à carência do benefício. Cita julgado desta Turma Nacional (Pedilef 05020382620104058107) como decisão paradigmática.

Pedido inadmitido na origem, com agravo na forma do RITNU.

Decido.

Entendo que o dissenso jurisprudencial restou demonstrado.

No caso dos autos, as instâncias ordinárias aplicaram o critério objetivo para reconhecer em favor da parte autora o tempo de serviço rural somente partir do ano do primeiro documento até o ano do último documento indicativo da condição de lavradora da autora. Ocorre que tal entendimento destoa da jurisprudência dominante do STJ, seguida por esta TNU, cujo posicionamento é pela ampliação da eficácia probatória do início de prova material decorrente da prova testemunhal favorável.

Nesse sentido:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. INÍCIO DE PROVA MATERIAL. IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME DE PROVA NÃO IMPORTA VEDAÇÃO À ANÁLISE DOS CRITÉRIOS JURÍDICOS DE VALORAÇÃO DA PROVA. ADMISSIBILIDADE DO INCIDENTE PARA CONHECIMENTO DA DIVERGÊNCIA JURÍDICA APENAS EM RELAÇÃO ÀS PROVAS REFERIDAS NO CORPO DA DECISÃO IMPUGNADA. PROVIMENTO PARCIAL DO INCIDENTE PARA RECONHECER QUE A INTERPRETAÇÃO DADA PELA TURMA RECURSAL QUANTO À EXTENSÃO DA EXIGÊNCIA DE CONTEMPORANEIDADE DA PROVA DOCUMENTAL A TODO O PERÍODO DE ATIVIDADE RURAL NÃO SE COADUNA COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO ÂMBITO DO STJ E DA TNU. PROVIMENTO.

[...]

Nos termos da jurisprudência sedimentada e indiscrepante desta TNU, basta a apresentação de um documento servível como início de prova material e que seja contemporâneo, não sendo necessária a apresentação de documentos que abranjam todo o período pretendido, dada à possibilidade de extensão no tempo da eficácia probatória da prova documental pela prova testemunhal, que pode ter eficácia retrospectiva e prospectiva se o exame da prova testemunhal o permitir.

[...]

(PEDILEF 50078952620114047102, JUIZ FEDERAL ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO, TNU, DOU 31/05/2013 pág. 133/154.)

Ante o exposto, com base no art. 8º, X, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 22/2008, alterada pela Resolução CJF n. 163/2011), CONHEÇO E DOU PARCIAL PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA para reafirmar a premissa jurídica da possibilidade da extensão retrospectiva da eficácia probatória do início de prova material mediante a conjugação com a prova testemunhal. Determino o retorno dos autos à Turma de origem para produção de prova testemunhal ou análise da justificação administrativa já processada, proferindo novo julgamento, com base no entendimento aqui reafirmado.

De Florianópolis para Brasília, 20 de maio de 2015.

JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5036526-49.2012.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): ILSON SCHWANCK SELAU
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
OAB: RS 36.024
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO
OAB: RS-33559
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela parte autora contra acórdão proferido pela 2ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul que negou provimento ao seu recurso inominado e manteve a sentença pelos próprios fundamentos, da qual cabe transcrever o que importa à análise do presente incidente:

Da aposentadoria pretendida

No caso em apreço, considerando-se o tempo de serviço reconhecido administrativamente, o autor totaliza:

(a) 30 anos, 08 meses e 03 dias, até a data da Emenda Constitucional n.º 20/98;

(b) 30 anos, 08 meses e 03 dias, até a véspera da edição da Lei 9.786/99;

(c) 36 anos, 01 mês e 29 dias, até a data do requerimento administrativo.

Portanto, considerando que o autor já havia somado tempo de serviço suficiente à inativação proporcional na data da EC 20/98, e que somou mais de trinta e cinco anos de serviço na data do requerimento administrativo, faz jus à concessão do benefício de aposentadoria por tempo de contribuição ou por tempo de serviço, a contar da data em que a jubilação foi requerida administrativamente, a qual deve ser calculada de acordo com a regra que lhe resultar mais favorável.

Por fim, entendo estarem presentes os requisitos da antecipação de tutela, quais sejam, a verossimilhança das alegações e o receio de dano irreparável, consubstanciados, aquele na própria fundamentação acima expendida e este no caráter alimentar do benefício. Nesta feita, defiro o pedido de antecipação de tutela, a fim de que o INSS implante, em vinte dias, o benefício ora deferido.

Cabe destacar que ambas as partes interpuseram incidentes de uniformização. O INSS defendia a aplicação do fator de conversão 1.2, considerando a legislação vigente à época da prestação do serviço, citando julgados do Superior Tribunal de Justiça (REsp 597.321; REsp 611.972; 599.997).

A parte autora, de sua vez, defende que o critério de cálculo adotado pelo juízo sentenciante e confirmado pela Turma Recursal gaúcha é descabido e afronta a legislação vigente à época da reunião dos requisitos necessários à concessão da aposentadoria (regras anteriores à EC 20/98). Aduz que os salários de contribuição necessitam ser atualizados até a DER e não até 16/12/1998, como entenderam as instâncias ordinárias. Indica julgados do Superior Tribunal de Justiça que aplicaram o entendimento de que para os benefícios concedidos após a vigência da Lei n. 8.213/91, a atualização dos salários de contribuição, para efeito do cálculo do salário de benefício, deverá ser feita até o mês anterior à data do início do benefício previdenciário. (REsp 692.927; REsp 663.836; REsp 673.784; REsp 476.366; EDcl no REsp 652.848; REsp 475.528).

O pedido de uniformização da parte autora foi inadmitido na origem, havendo a interposição de agravo na forma do RITNU. O incidente do INSS foi declarado prejudicado em razão do julgamento da PET 7.521 e do REsp 1.151.363 pelo STJ, nos quais prevaleceu a tese aplicada pelo acórdão recorrido.

Decido.

Entendo configurado o dissídio jurisprudencial. Os cálculos judiciais que embasaram a sentença, confirmada pela Turma de origem, apuraram em favor da parte autora renda mensal inicial mais vantajosa na DPE (data de publicação da EC 20/98). Segundo a simulação realizada, os salários de contribuição integrantes do período básico de cálculo foram corrigidos até 16/12/1998 e reajustados, a partir de então, pelos índices de correção dos salários de benefícios até a DER (04/06/2007). A parte autora de defende que, embora tal critério tenha previsão no parágrafo único do art. 187 do Decreto n. 3.048/99, não pode ser aplicado por contrariar a jurisprudência do STJ que se firmou no sentido de que para os benefícios concedidos após a vigência da Lei nº 8.213/91, a atualização dos salários-de-contribuição, para efeito do cálculo do salário-de-benefício, deverá ser feita até o mês anterior à data do início do benefício previdenciário.

No mérito, esta Turma Nacional uniformizou recentemente o entendimento em torno da matéria para reconhecer que a metodologia de cálculo prevista no parágrafo único do art. 187 do Regulamento da Previdência Social não é adequada.

Segundo o voto do relator do Pedilef 2008.71.58.001978-3, Juiz Federal Rogério Moreira Alves, os salários de contribuição abrangidos no período básico de cálculo devem ser atualizados até a data de início do benefício, e não apenas até a data em que foram preenchidos os requisitos para a concessão do benefício.

Confira-se a íntegra do voto-ementa, publicado no DOU de 06/02/2015 (grifei):

BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS. DIREITO ADQUIRIDO ANTES DE 16/12/1998. REGRA DE TRANSIÇÃO (ART. 9º, § 1º, DA EMENDA CONSTITUCIONAL Nº 20/98). LEI Nº 9.876/99. CÁLCULO DE RMI. CORREÇÃO MONETÁRIA DOS SALÁRIOS-DE-CONTRIBUIÇÃO ATÉ A DIB.

1. Apesar de não serem explícitos, o parágrafo único do art. 187, o art. 188-B e o art. 35, § 2º, do Decreto nº 3.048/99 dão a entender que, no caso de benefícios sujeitos à regulação da legislação anterior, seja por direito adquirido, seja com base nas regras de transição, a RMI deveria ser apurada com efeitos retroativos ao momento em que a legislação aplicada deixou de vigorar. Em outras palavras, se for aplicado o art. 3º da EC nº 20, a RMI teria que ser apurada exatamente em 15/12/1998 (último dia de vigência da legislação anterior), com correção monetária dos salários-de-contribuição até essa data. Ou, em se tratando de benefício requerido após 29/11/1999, mas com pressupostos preenchidos até 28/11/1999, a RMI teria que ser apurada exatamente em 28/11/1999, a despeito da data do requerimento. Nos dois casos, a RMI calculada retroativamente seria corrigida até a DIB.

2. Essa não é a sistemática correta. Os salários-de-contribuição abrangidos no período básico de cálculo devem ser atualizados até a data de início do benefício, e não apenas até a data em que foram preenchidos os requisitos para a concessão do benefício.

3. A lei expressamente assegura o respeito ao direito adquirido. O pleno respeito ao direito adquirido pressupõe a integral aplicação da legislação vigente antes de 16/12/1998 ou antes de 29/11/1999, conforme o caso. E a legislação previdenciária então em vigor, conforme art. 31 do Decreto nº 2.172/97 ou art. 33 do Decreto nº 3.048/99 na redação original, previa, sem ressalvas, a atualização monetária dos salários-de-contribuição até a DIB.

4. Em caso de aposentadoria concedida por direito adquirido antes de 16/12/1998 (art. 3º da EC nº 20), o benefício deve ser calculado de acordo com a redação original da Lei nº 8.213/91, sendo irrelevante o critério de cálculo introduzido pelo art. 187, parágrafo único, do Decreto nº 3.048/99.

5. Em caso de aposentadoria com pressupostos completados antes de 29/11/1999 (concedida com base na regra de transição constante do art. 9º, § 1º, da Emenda Constitucional nº 20/98), é igualmente irrelevante o critério de cálculo introduzido pelo art. 188-B do mesmo decreto. Este dispositivo regulamentar foi acrescentado pelo Decreto nº 3.265, de 29/11/1999, mas o benefício com direito adquirido deve ser regulado pela legislação vigente em 28/11/1999.

6. Incidente provido para uniformizar o entendimento de que, no cálculo do salário-de-benefício dos benefícios previdenciários cujos pressupostos tenham sido preenchidos até 16/12/1998 ou até 28/11/1999, todos os salários-de-contribuição abrangidos no período básico de cálculo devem ser corrigidos até o mês anterior à data de início do benefício, independentemente da data do requerimento administrativo.

Ante o exposto, com base no art. 8º, X, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 22/2008, alterada pela Resolução CJF n. 163/2011), CONHEÇO E DOU PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA para reafirmar a premissa jurídica de que, no cálculo do salário de benefício dos benefícios previdenciários cujos pressupostos tenham sido preenchidos até 16/12/1998 ou até 28/11/1999, todos os salários de contribuição abrangidos no período básico de cálculo devem ser corrigidos até o mês anterior à data de início do benefício, independentemente da data do requerimento administrativo.

Entendo desnecessária a adequação do acórdão pela Turma de origem, razão pela qual determino que os autos retornem ao Juizado de origem para liquidação, com observação da premissa jurídica ora reafirmada, ocasião em que deverá ser analisado o pedido de habilitação formulado nos autos.

De Florianópolis para Brasília, 20 de maio de 2015.

JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0501061-69.2012.4.05.8202
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: ISRAEL FRANCISCO DA SILVA
PROC./ADV.: SEBASTIÃO FIGUEIREDO DA SILVA
OAB: PB-11454
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL -INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI FEDERAL. PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE. PERÍODO DE AUXÍLIO-DOENÇA NÃO INTERCALADO. CÔMPUTO PARA FINS DE CARÊNCIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 73 E QUESTÃO DE ORDEM N. 13 DESTA TNU. ALEGAÇÃO DE ERRO NO CÁLCULO DO TEMPO AVERBADO. REEXAME DE PROVAS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Decido com fundamento do artigo 557, caput, do Código de Processo Civil.

2. Trata-se de pedido de uniformização de lei federal interposto pelo autor em face de acórdão da Turma Recursal da Paraíba, que deu parcial provimento ao recurso do INSS, para excluir do cálculo da carência, período de auxílio-doença não intercalado com período de vínculos ou recolhimentos, reformando a sentença que havia reconhecido o período e deferido ao autor aposentadoria por idade.

3. Nos termos do artigo 14 da Lei 10.259/01, caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

4. Alega o autor que o acórdão recorrido divergiu do entendimento do TRF da 4ª Região e do STJ (REsp: 1243760 e AgRg no REsp 1.101.237) na medida em que os paradigmas admitem o cômputo do período de auxílio-doença para o efeito de carência e consequente concessão de aposentadoria por idade.

5. Alega, ainda, que há erro material na contagem do tempo reconhecido no Acórdão, que considerou 13 anos, 03 meses e 28 dias, quando o correto é 13 anos, 04 meses e 07 dias, já excluído o período em que esteve em gozo de auxílio-doença (06 anos, 09 meses e 14 dias).

6. Inicialmente, os paradigmas do TRF da 4ª Região não servem para o conhecimento da divergência, a teor do que dispõe o artigo 14, Lei 10.259/01.

7. Prosseguindo, o incidente não comporta conhecimento, pois o acórdão impugnado está em consonância com a jurisprudência da TNU, inclusive consolidada em sua Súmula 73: "O tempo de gozo de auxílio-doença ou de aposentadoria por invalidez não decorrentes de acidente de trabalho só pode ser computado como tempo de contribuição ou para fins de carência quando intercalado entre períodos nos quais houve recolhimento de contribuições para a previdência social".

PUBLICAÇÃO DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

8. Quanto à alegação de erro material no que toca ao tempo contributivo, tenho que a questão implica reanálise do conjunto probatório e do parecer contábil, inviável nesta seara. Súmula 42 deste Colegiado.

9. Incidente de uniformização não conhecido. Aplicação da Questão de Ordem n. 13 e Súmulas 73 e 42 da TNU.

Brasília/DF, 21 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5008153-35.2013.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LEOMAR RIBEIRO SOUZA
PROC./ADV.: DELMAR BATISTA SILVEIRA
OAB: RS-63934
PROC./ADV.: SAMARA PAZINI
OAB: RS-88186
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

DECISÃO

Trata-se de pedido de uniformização nacional interposto pelo INSS contra acórdão proferido pela 4ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul que deu parcial provimento ao recurso da parte autora para anular a sentença que reconheceu a decadência do direito de revisar os benefícios 31/5080862510 (DIB 06/11/2002), 31/5080920005 (DIB 12/05/2003), 31/5081438908 (DIB 17/11/2003) e 32/5441795693 (DIB 26/04/2010) pela disposição do art. 29, II, da Lei n. 8.213/91.

Destaco as premissas jurídicas aplicadas pelo colégio recursal:

[...] o caso em apreço apresenta peculiaridade a ser considerada. O próprio INSS reconheceu a ilegalidade do Decreto que afastava a aplicação do artigo 29, II, da Lei 8.213/91, determinando, inclusive, a revisão administrativa dos benefícios assim concedidos.

O Decreto nº 6.939, de 18/08/2009, já alterara as disposições anteriores que contrariavam frontalmente as normas legais.

Ainda, em 15 de abril de 2010, o Instituto editou o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS, pelo qual passou a conceder administrativamente os benefícios de auxílio-doença e aposentadoria por invalidez já com a correta observância do artigo 29, II, da Lei nº 8.213/91, reconhecendo o direito do segurado à revisão administrativa dos benefícios em manutenção. Constava no referido Memorando expressamente o reconhecimento da ilegalidade do Decreto revogado.

Assim, independentemente de o segurado ter requerido esta revisão em juízo apenas em período posterior, a verdade é que já havia adquirido o direito a ela, pouco importando quando passou a exercer sua prerrogativa. Interpretação diversa fere frontalmente o direito individual previsto no artigo 5º, XXXVI, da CF, não sendo de se admitir que dispositivo legal impeça o exercício de direito previsto constitucionalmente.

Essa revisão deveria ter sido feita pela administração inclusive de ofício, pois todo ato de concessão de benefício é vinculado à lei e não está sujeito a critérios discricionários da administração. Uma vez reconhecido o erro administrativo e a ilegalidade no seu procedimento, tem a administração a obrigação legal e constitucional de revisar de ofício seus próprios atos. A manutenção eterna da reconhecida ilegalidade administrativa, em benefício prestacional com nítido caráter alimentar, destinado à preservação das condições mínimas existenciais do indivíduo e diretamente vinculado à idéia de dignidade da pessoa humana, não se coaduna com o sistema constitucional pátrio.

Portanto, deve ser afastada a decadência no caso em apreço.

Dessa forma, considerando que a causa não se encontra em condições de imediato julgamento, dou parcial provimento ao recurso da parte autora para determinar a anulação da sentença, com a devolução dos autos ao Juízo de origem para regular prosseguimento.

Em seu incidente, o INSS traz à discussão dois pontos: a) a necessidade de observância do prazo decadencial estabelecido no art. 103 da Lei de Benefícios também nos casos de pedido de revisão de benefícios pelo art. 29, II, da Lei n. 8.213/91, sustentando não se poder falar em interrupção ou suspensão de prazos decadenciais; b) a inexistência de interrupção da prescrição pelo Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS, de 2010; e c) o fato da prescrição contra a Fazenda Pública só poder ser interrompida uma vez, nos termos da Súmula 353/STF e, uma vez interrompida, recomeça a correr pela metade, a contar da data do ato que a interrompeu, indicando acórdão do STJ nesse sentido (AgRg no REsp 1.042.837).

No intuito de comprovar a existência de divergência quanto ao primeiro ponto em discussão, indica a Autarquia previdenciária acórdãos do Superior Tribunal de Justiça (EDcl no REsp 1.309.534; REsp 1.304.433) que firmaram a tese de ser de dez anos o prazo de decadência de todo e qualquer direito ou ação do segurado ou beneficiário para a revisão do ato de concessão de benefício, não se fazendo nenhuma ressalva, segundo alega o INSS, quanto à possibilidade de interrupção de tal prazo. A respeito do ponto "b", traz decisões proferidas por Turmas Recursais de São Paulo no sentido de que o Memorando-Circular Conjunto nº 21/DIRBEN/PFEINSS não implica em reconhecimento inequívoco do direito do credor, tratando apenas de instruções internas destinadas à uniformização do procedimento administrativo para o processamento dos pleitos de revisão (processo 00558322520114036301), bem como de que o pagamento das diferenças decorrentes da revisão deverá observar a prescrição quinquenal, contada da Data do Pedido de Revisão-DPR (processo 00367662520124036301).

O incidente foi parcialmente admitido pela origem, apenas no tocante ao tema da decadência.

Decido.

Inicialmente, registro que não houve interposição de agravo pelo réu em face do ponto não admitido pela decisão proferida na origem, razão pela qual passo a analisar a alegada divergência apenas no que concerne à questão da decadência.

Entendo que os precedentes do Superior Tribunal de Justiça invocados pela parte requerente não trataram da situação específica enfatizada pelo acórdão recorrido, que afastou a decadência, no caso concreto, em razão do próprio INSS ter revisado, administrativamente, o benefício da parte autora mediante a aplicação do artigo 29, II, da Lei 8.213/91.

Nos termos da Questão de Ordem n. 22/TNU, é possível o não-conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma.

Ademais, esta Turma Nacional, recentemente, firmou entendimento no sentido de que o Memorando-Circular n. 21/DIRBEN/PFEINSS revelou o reconhecimento expresso pela Administração do direito à revisão dos benefícios previdenciários, desde que ainda não atingidos pela decadência (Pedilef 5015559-44.2012.4.04.7112, Relator Juiz Federal Sérgio Murilo Wanderley Queiroga, j. 11/03/2015).

No presente caso, o primeiro benefício de auxílio-doença que a parte autora pretende revisar foi concedido, em 06/11/2002, encontrando-se acobertado pelo reconhecimento do direito à revisão, na medida em que o Memorando-Circular Conjunto n. 21/DIRBEN/PFEINSS é de 15 de abril de 2010.

Portanto, o pedido de uniformização não comporta conhecimento seja pela inexistência de similitude fático-jurídica entre os acórdãos contrapostos, seja em razão da tese defendida pelo INSS não encontrar abrigo na atual jurisprudência desta Turma Nacional.

Ante o exposto, NEGO SEGUIMENTO ao pedido de uniformização, com fulcro no art. 8º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 22/2008, alterada pela Resolução CJF n. 163/2011).

De Florianópolis para Brasília, 20 de maio de 2015.

JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000246-88.2013.4.04.7215
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IVONE VOLSTEIN
PROC./ADV.: ANA CAROLINE DE SOUZA
OAB: SC-32 062
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

DECISÃO MONOCRÁTICA TERMINATIVA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELO INSS. DEVOLUÇÃO DOS VALORES RECEBIDOS DE BOA-FÉ EM VIRTUDE DE DECISÃO JUDICIAL. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 51 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1.Pedido de Uniformização interposto pelo INSS contra acórdão proferido pela Segunda Turma Recursal de Santa Catarina, o qual deu provimento ao recurso de sentença para julgar improcedente o pedido de concessão de benefício por incapacidade.

2. O Colegiado, por via de consequência, revogou a antecipação dos efeitos da tutela, considerando serem irrepetíveis os valores recebidos, dado o caráter alimentar do benefício e a boa-fé no seu recebimento, nos termos da Súmula nº 51 da TNU.

3. Inconformado, o INSS interpôs incidente de uniformização. Alega que o acórdão recorrido diverge do entendimento do C. STJ, segundo o qual, se o segurado recebeu valores pagos indevidamente, não importando sua boa ou má-fé, ou se decorrente de decisão judicial, é legítima e legal a cobrança dessas quantias.

4. O julgamento em pauta comporta imediata aplicação do disposto no art. 557, "caput", do Código de Processo Civil, como explicito a seguir.

5. No que toca à aplicabilidade do art. 557 do Código de Processo Civil, transcrevo a jurisprudência adotada pelo C. STJ:

"PROCESSUAL CIVIL. TUTELA ANTECIPADA. AGRAVO DE INSTRUMENTO. JULGAMENTO DA AÇÃO PRINCIPAL. SUPERVENIENTE PERDA DE OBJETO. FALTA DE INTERESSE RECURSAL. ART. 557 DO CPC. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR RESPALDADA EM JURISPRUDÊNCIA DO TRIBUNAL A QUE PERTENCE. VIOLAÇÃO DO ART. 535, I e II, DO CPC. NÃO CONFIGURADA.

1. A aplicação do artigo 557, do CPC, supõe que o julgador, ao isoladamente negar seguimento ao recurso ou dar-lhe provimento, confira à parte prestação jurisdicional equivalente a que seria concedida acaso o processo fosse julgado pelo órgão colegiado.

2. A 'ratio essendi' do dispositivo, com a redação dada pelo artigo 1º, da Lei 9.756/98, visa desobstruir as pautas dos tribunais, dando preferência a julgamentos de recursos que encerrem matéria controversa.

3. Prevalência do valor celeridade à luz do princípio da efetividade (Precedentes do STJ: AgRg no REsp 508.889/DF, Rel. Min. HUMBERTO GOMES DE BARROS, 3.ª Turma, DJ 05.06.2006; AgRg no REsp 805.432/SC, Rel. Min. CASTRO MEIRA, 2.ª Turma, DJ 03.05.2006; REsp 771.221/RS, Rel. Min. TEORI ALBINO ZAVASCKI, 1.ª Turma, DJ 24.04.2006 e; AgRg no REsp 743.047/RS, Rel. Min. FRANCISCO FALCÃO, 1.ª Turma, DJ 24.04.2006).

4. 'In casu', o acórdão hostilizado denota a perfeita aplicação do art. 557, do CPC, posto que a prolação de sentença de mérito na ação originária revela a superveniente perda de objeto do recurso utilizado contra o deferimento ou indeferimento da tutela antecipada initio litis. Precedentes: RESP 702.105/SC, DJ de 01.09.2005; AgRg no RESP 526.309/PR, DJ 04.04.2005 e RESP 673.291/CE, DJ 21.03.2005.

5. (...)"_

(AGRESP 200601194166 - 857173- 1ª TURMA - Rel. Min. LUIZ FUX - DJE 03/04/2008)

E, ainda:

"PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE OMISSÃO NO ACORDAO RECORRIDO. DECISÃO MONOCRÁTICA DO RELATOR. ARTIGO 557 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. FUNDAMENTO NÃO ATACADO.

I - A reforma introduzida pela Lei nº 9.756/98, que deu nova redação ao artigo 557 da Lei Processual Civil, teve o intuito de desobstruir as pautas dos tribunais, dando preferência a julgamento pelas turmas apenas dos recursos que realmente reclamam apreciação pelo órgão colegiado. No caso presente, em que se decidiu pela ausência de omissão no acórdão recorrido, não havia a necessidade de a matéria ser apresentada diretamente à Turma, mormente por se tratar de hipótese em que o seguimento do especial foi obstado já no juízo de admissibilidade realizado na corte estadual, e a orientação esposada encontra-se respaldada em jurisprudência pacificada deste Superior Tribunal de Justiça.

II - Em casos que tais, a possibilidade de o relator decidir monocraticamente decorre do princípio da celeridade processual, sem que tal fato importe violação aos princípios da ampla defesa e do devido processo legal , haja vista que a defesa das partes, se indevida a aplicação do julgamento simplificado, faz-se via agravo regimental.

III - Inviável o especial que deixa de atacar fundamento suficiente, por si só, para manter a conclusão assentada no aresto hostilizado (Súmula 283/STF). agravo improvido."

(AGA 200601825383 - AgRg AI - 800650 - 3ª TURMA - Rel. Min. CASTRO FILHO - DJ 10/09/2007 - p. 00230)

6. A controvérsia diz respeito à devolução ou não dos valores recebidos em decorrência de antecipação dos efeitos da tutela, em caso de revogação.

7. Acerca da matéria, a despeito do entendimento atual do C. Superior Tribunal de Justiça, esta Turma Nacional de Uniformização decidiu manter o enunciado de sua Súmula nº 51("Os valores recebidos por força de antecipação dos efeitos de tutela, posteriormente revogada em demanda previdenciária, são irrepetíveis em razão da natureza alimentar e da boa-fé no seu recebimento"), o qual está em consonância com o entendimento do E. Supremo Tribunal Federal, conforme o seguinte o precedente, "in verbis":

EMENTA DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO RECEBIDO POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL. DEVOLUÇÃO. ART. 115 DA LEI 8.213/91. IMPOSSIBILIDADE. BOA-FÉ E CARÁTER ALIMENTAR. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO ART. 97 DA CF. RESERVA DE PLENÁRIO: INOCORRÊNCIA. ACORDAO RECORRIDO PUBLICADO EM 22.9.2008. A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que o benefício previdenciário recebido de boa-fé pelo segurado em virtude de decisão judicial não está sujeito à repetição de indébito, dado o seu caráter alimentar. Na hipótese, não importa declaração de inconstitucionalidade do art. 115 da Lei 8.213/91, o reconhecimento, pelo Tribunal de origem, da impossibilidade de desconto dos valores indevidamente percebidos. Agravo regimental conhecido e não provido.

(ARE 734199 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 09/09/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-184 DIVULG 22-09-2014 PUBLIC 23-09-2014).

8. Nesse sentido o seguinte julgado desta TNU: PEDILEF nº 50028135620124047109 (Relator: Juiz Federal Bruno Leonardo Câmara Carrá. DOU: 13/04/2015).

9. Encontra-se, portanto, o recurso manifestamente contrário à jurisprudência deste Colegiado e do E. STF.

10. Ante o exposto, com fundamento no art. 557, "caput", do CPC, NEGO SEGUIMENTO ao Incidente de Uniformização de Jurisprudência interposto pelo INSS.

11. Publique-se. Intimem-se.

São Paulo/SP, 21 de maio de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000021-08.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: AUREA ALVES DE LIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
IMPETRADO(A): MINISTRO PRESIDENTE DA TNU
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

RELATÓRIO

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por AUREA ALVES DE LIRA, devidamente qualificada, impugnando ato praticado pelo Ministro Presidente desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, consistente em decisão em que manteve decisão proferida pelo Juiz Federal Presidente da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte negando trânsito a Pedido de Uniformização de Jurisprudência.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Esclarece a Impetrante que o pedido formulado perante a Vara de Juizado Especial Federal foi julgado parcialmente procedente, de forma a assegurar o pagamento da gratificação conhecida como GDATEM "até 14 de julho de 2011", incluídas as parcelas vencidas e não desembolsadas pela Ré, em paridade com os servidores ativos.

Contra essa decisão, a Impetrante ingressou com Recurso Inominado, logrando obter parcial provimento, tendo a Turma Recursal esclarecido que "o pagamento GDATEM deve ser o valor idêntico ao percebido pelos servidores da ativa até 14/07/2011, data da publicação do Boletim Interno n. 12342 da BANT - Comando da Aeronáutica que divulgou o resultado do 1º Ciclo de avaliação de desempenho para fim de pagamento da referida gratificação".

Em seguida, ainda inconformada com a limitação temporal estabelecida, a Impetrante ajuizou Pedido de Uniformização de Jurisprudência dirigido a esta Turma Nacional de Uniformização, ao qual foi negado seguimento pelo Juiz Federal Presidente da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

Da decisão do Juiz Federal Presidente da Turma Recursal foi interposto Agravo, tendo o Ministro Presidente desta Turma Nacional ao mesmo negado provimento liminarmente, arrimando-se no art. 7º, inciso VII, alínea "c", do RITNU e Questão de Ordem n. 22 TNU.

Sustenta a Impetrante que a Resolução CJF n. 163 (RITNU) é inconstitucional por se tratar de ato normativo que traça regras processuais, matéria que cabe exclusivamente ao Congresso Nacional legislar, nos termos do art. 22 da Constituição Federal.

Acrescenta que a mencionada Resolução viola diretamente o art. 5º, itens LIV e LV, da Constituição da República, porque seus dispositivos fulminam as garantias do devido processo legal e da ampla defesa, mormente porque a Turma Nacional de Uniformização é "uma espécie de Tribunal Superior", cabendo-lhe, portanto, a revisão das decisões das Instâncias Inferiores.

É o relatório. DECIDO.

Nos termos do art. 5º, inciso LXIX, da Carta Magna, "conceder-se-á Mandado de Segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público".

Na redação do art. 1º, caput, da Lei n. 12.016, de 07.08.2009, "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofre violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça" (sem sublinhados no original).

O ato impugnado através da presente impetração não é ilegal, nem configura abuso de poder, ao contrário do alegado pela Impetrante.

A Impetrante sustenta que a decisão monocrática que negou provimento ao Agravo interposto contra decisão que obstara o trânsito de Pedido de Uniformização de Jurisprudência dirigido a esta Turma Nacional está em descompasso com a regra do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, segundo a qual "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes" (sem os destaques no original).

Em se tratando de Juizados Especiais Federais, a Constituição da República explicitou que "Lei Federal disporá sobre a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal" (art. 98, § 1º), significando dizer que os meios e recursos inerentes ao exercício do direito de ação, ao contraditório e à ampla defesa, em litígios de competência dessas unidades jurisdicionais federais, serão os eleitos pelo Legislador, encontrando-se precipuamente na Lei n. 10.259, de 12.07.2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, em cujo art. 14, caput e §§ 1º e 2º, tem-se o que segue:

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

§ 1º. O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.

§ 2º. O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

Assim, não se trata de matéria a ser elucidada sob a ótica do Código de Processo Civil, na medida em que há norma legal específica, acima explicitada. E a norma legal aplicável estabelece, de forma expressa, que compete à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência julgar somente "pedido de uniformização de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões sobre direito material", seja entre Turmas Recursais de Regiões diversas, seja entre Turma Recursal e súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, mas em sede de direito material.

Conclui-se, portanto, que o dispositivo regimental que serviu como fundamento para a emissão do ato hostilizado está em conformidade com o disposto no art. 14, caput e § 2º, da Lei n. 10.259/2001, que, por sua vez, regulamenta o art. 98, § 1º, da Constituição Federal.

No caso concreto, a decisão objeto da presente impetração tem o seguinte conteúdo:

"Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, concedeu a equiparação dos ativos e inativos no que tange ao pagamento da GDATEM, até a data da publicação do ato que divulgou os resultados da primeira avaliação individual e institucional.

É, no essencial, o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

Verifica-se que a parte não se desincumbiu do ônus de demonstrar a divergência. Os paradigmas acostados, ao retratarem que são devidas as gratificações "até que haja efetiva variação (avaliação) da gratificação em razão do desempenho dos servidores ativos" estão alinhados com o acórdão vergastado, que assentou:

'Conforme informações trazidas pela União, já houve regulamentação e avaliação dos servidores, conforme Boletim Interno n. 132, de 14/07/2011 da BANT - Comando da Aeronáutica, que divulgou o resultado do 1º Ciclo de Avaliação para fim de pagamento da GDATEM. Desse modo, a parte autora só tem direito a receber, a título de GDATEM, no mesmo valor que é pago aos servidores da ativa até a data da publicação do ato que divulgou os resultados da primeira avaliação individual e institucional.'

Destarte, incide o óbice da Questão de Ordem 22/TNU ("É possível o não conhecimento do pedido de uniformização por decisão monocrática quando o acórdão recorrido não guarda similitude fática e jurídica com o acórdão paradigma").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º VII c do RITNU, nego provimento ao agravo."

Assim, havendo convergência entre o acórdão agravado e os acórdãos apresentados como paradigmas, não há mesmo como se prosseguir com Pedido de Uniformização de Jurisprudência Nacional, dado que ausente a exigência prevista no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001, motivo pelo qual nenhuma ilegalidade ou abuso se encontra caracterizado nos autos, sendo incabível a impetração do presente Mandado de Segurança.

Ante o exposto, indefiro a petição inicial, nos termos do art. 10, caput, da Lei n. 12.016/2009.

Sem honorários advocatícios e custas processuais.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília/DF, 18 de maio de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0000012-46.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
IMPETRANTE: MARIA ZILAH DA ROCHA TOSCANO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
IMPETRANTE: WENDELL ROCHA TOSCANO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
IMPETRANTE: ZAIAMA ROCHA TOSCANO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
IMPETRADO(A): PRESIDENTE DA TNU
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL RUI COSTA GONÇALVES

RELATÓRIO

Trata-se de Mandado de Segurança impetrado por MARIA ZILAH DA ROCHA TOSCANO E OUTRO, devidamente qualificados, impugnando ato praticado pelo Ministro Presidente desta Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais, consistente em decisão em que manteve decisão proferida pelo Juiz Federal Presidente da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte negando trânsito a Pedido de Uniformização de Jurisprudência.

Esclarecem os Impetrantes que o pedido formulado perante a Vara de Juizado Especial Federal foi julgado improcedente, tendo o Julgador também indeferido o pedido de prestação jurisdicional gratuita. Interpuseram, então, Recurso Inominado, ao qual foi negado seguimento pela Juíza Federal Relatora sob o fundamento de deserção, embora tenha sido reiterado o pedido de prestação jurisdicional gratuita.

Contra essa decisão, os Impetrantes ingressaram com Pedido de Uniformização de Jurisprudência dirigido a esta Turma Nacional de Uniformização, ao qual foi negado seguimento pelo Juiz Federal Presidente da Turma Recursal da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte com base no art. 14, § 2º, da Lei n. 10.259/2001.

Da decisão do Juiz Federal Presidente da Turma Recursal foi interposto Agravo, tendo o Ministro Presidente desta Turma Nacional ao mesmo negado provimento liminarmente por se tratar de matéria processual, não podendo ser conhecida por esta unidade jurisdicional.

Sustentam os Impetrantes que a Resolução CJF n. 163 (RITNU) é inconstitucional por se tratar de ato normativo que traça regras processuais, matéria que cabe exclusivamente ao Congresso Nacional legislar, nos termos do art. 22 da Constituição Federal.

Acrescentam que a mencionada Resolução viola diretamente o art. 5º, itens LIV e LV, da Constituição da República, porque seus dispositivos fulminam as garantias do devido processo legal e da ampla defesa, mormente porque a Turma Nacional de Uniformização é "uma espécie de Tribunal Superior", cabendo-lhe, portanto, a revisão das decisões das Instâncias Inferiores.

É o relatório. DECIDO.

Nos termos do art. 5º, inciso LXIX, da Carta Magna, "conceder-se-á Mandado de Segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública ou agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público".

Na redação do art. 1º, caput, da Lei n. 12.016, de 07.08.2009, "conceder-se-á mandado de segurança para proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofre violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça" (sem sublinhados no original).

O ato impugnado através da presente impetração não é ilegal, nem configura abuso de poder, ao contrário do alegado pelos Impetrantes.

Os Impetrantes sustentam que a decisão monocrática que negou provimento ao Agravo interposto contra decisão que obstara o trânsito de Pedido de Uniformização de Jurisprudência dirigido a esta Turma Nacional está em descompasso com a regra do art. 5º, inciso LV, da Constituição Federal, segundo a qual "aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral são assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes" (sem os destaques no original).

Em se tratando de Juizados Especiais Federais, a Constituição da República explicitou que "Lei Federal disporá sobre a criação de juizados especiais no âmbito da Justiça Federal" (art. 98, § 1º), significando dizer que os meios e recursos inerentes ao exercício do direito de ação, ao contraditório e à ampla defesa, em litígios de competência dessas unidades jurisdicionais federais, serão os eleitos pelo Legislador, encontrando-se precipuamente na Lei n. 10.259, de 12.07.2001, que dispõe sobre a instituição dos Juizados Especiais Federais Cíveis e Criminais no âmbito da Justiça Federal, em cujo art. 14, caput e §§ 1º e 2º, tem-se o que segue:

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei.

§ 1º. O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.

§ 2º. O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal.

Assim, não se trata de matéria a ser elucidada sob a ótica do Código de Processo Civil, na medida em que há norma legal específica, acima explicitada. E a norma legal aplicável estabelece, de forma expressa, que compete à Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência julgar somente "pedido de uniformização de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões sobre direito material", seja entre Turmas Recursais de Regiões diversas, seja entre Turma Recursal e súmula ou jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça, mas em sede de direito material.

Conclui-se, portanto, que o dispositivo regimental que serviu como fundamento para a emissão do ato hostilizado está em conformidade com o disposto no art. 14, caput e § 2º, da Lei n. 10.259/2001, que, por sua vez, regulamenta o art. 98, § 1º, da Constituição Federal.

No caso concreto, a matéria discutida no Pedido de Uniformização de Jurisprudência manuseado (prestação jurisdicional gratuita) tem natureza processual, motivo pelo qual não se encontram presentes as situações que autorizam a impetração de Mandado de Segurança.

Ante o exposto, indefiro a petição inicial, nos termos do art. 10, caput, da Lei n. 12.016/2009.

Sem honorários advocatícios e custas processuais.

Publique-se. Registre-se. Intime-se.

Brasília-DF, 22 de maio de 2015.

RUI COSTA GONÇALVES
Juiz Federal Relator

ACORDÃOS

PROCESSO: 5007283-17.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CÉSAR VITÓRIO FRANCO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS QUE INCIDIRAM NO PAGAMENTO DE VERBAS EMINENTEMENTE REMUNERATÓRIAS. INCIDÊNCIA. ALINHAMENTO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União (Fazenda Nacional) em face de acórdão exarado pela Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que negou provimento ao seu recurso, assentando o entendimento de que, quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de relação de trabalho, não há a incidência do imposto de renda.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

2. O incidente foi admitido pelo Min. Presidente desta TNU.

3. A União alega, em seu pleito, em síntese, que, no presente caso, há a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios, em virtude de ser verba eminentemente remuneratória, e não decorrente de rescisão da relação de trabalho. Sustenta ser induvidoso que, na hipótese em tela, na ação trabalhista, não houve o pagamento de sequer um centavo de verbas rescisórias. Aponta como paradigmas julgados do C. STJ (RESP n.º 1.089.720 / RS e RESP n.º 1.227.133 / RS).

4. O presente caso versa acerca da incidência, ou não, do imposto de renda sobre os juros de mora percebidos, de modo acumulado, em decorrência de ação judicial.

A jurisprudência encontra-se consolidada no sentido da incidência, em regra, da aludida exceção.

O fato é que o C. STJ, por sua Primeira Seção, no REsp n.º 1.227.133, julgado pela sistemática dos recursos repetitivos, fixou entendimento de que não incide imposto de renda sobre juros moratórios recebidos em reclamatória trabalhista, esclarecendo, posteriormente, que a regra é a incidência do aludido tributo, aplicando-se a decisão do REsp n.º 1.227.133 somente nos casos de perda do emprego ou quando incidente sobre verbas trabalhistas isentas da exação.

Houve debate a respeito das demais situações, ou seja, casos em que os juros moratórios não se referem a verbas trabalhistas decorrentes de rescisão do contrato de trabalho.

Então, no julgamento do REsp n.º 1.089.720 / RS, decidiu-se que a regra é a incidência do imposto de renda sobre juros de mora, inclusive quando fixados em reclamatórias trabalhistas. Essa regra, no entanto, comporta duas exceções: (a) quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de contrato de trabalho (conforme o REsp n.º 1.227.133 / RS); e (b) se a verba principal for igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto, seguindo o princípio accessorium sequitur suum principale.

Portanto, considero que, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, inclusive quando fixados em reclamatórias trabalhistas. Essa regra, no entanto, comporta duas exceções: (a) quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de contrato de trabalho (conforme o REsp n.º 1.227.133 / RS); e (b) se a verba principal for igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto, seguindo o princípio accessorium sequitur suum principale.

Adotando-se, assim, o entendimento fixado no REsp n.º 1.089.720/RS, a regra é a incidência do Imposto de Renda sobre juros de mora, ressalvados os casos em que a verba principal for isenta ou estiver fora do campo de incidência do tributo, ou quando no contexto da rescisão de contrato de trabalho.

No julgamento do representativo da controvérsia PEDILEF n.º 5000554-76.2012.4.04.7113, foi firmado, com base na tese esposada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n.º 1.089.720/RS, o entendimento de que há incidência do imposto de renda sobre os juros de mora, no caso de pagamento de verbas recebidas judicial e administrativamente, inclusive em reclamações trabalhistas, quando presente o caráter remuneratório das verbas concedidas (o acessório segue o principal). Ao revés, foram reconhecidas duas exceções: (a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e (b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada (aqui o acessório segue o principal). No mesmo sentido o AgRg no REsp n.º 1.436.720 / PR, DJ 02/05/2014 e AgRg no AREsp n.º 337.837 / RS, 27/08/2013.

Transcrevo voto-ementa do PEDILEF n.º 5000554-76.2012.4.04.7113:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PAGO EM ATRASO. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. REGRA GERAL. NOVA ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. (RESP N. 1.089.720/RS). APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 20 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. A União, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que manteve sentença de procedência do pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre os juros de mora recebidos em decorrência do pagamento em atraso de verbas previdenciárias. Sustenta, em síntese, que a decisão impugnada contraria o entendimento predominante atual do Superior Tribunal de Justiça de que recai imposto de renda sobre a referida parcela. Cita como paradigma o REsp 1.227.133/RS, julgado no rito do art. 543-C do Código de Processo Civil. 2. Com razão a União. A questão em discussão foi recentemente reexaminada pelo Superior Tribunal de Justiça, sendo objeto do REsp 1.089.720/RS, julgado em 10-10-2012, da relatoria do Sr. Ministro Mauro Campbell Marques. A Corte firmou o entendimento de que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: i) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e ii) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada (aqui o acessório segue o principal). Nesse sentido, registram-se também os acórdãos prolatados no AgRg no AREsp 337.837/RS, julgado pela 1ª Turma, em 27-8-2013, relator o Sr. Ministro Sérgio Kukina e no REsp 1.227.624/PR, julgado pela 2ª Turma, em 6-8-2013, de relatoria da Srª Ministra Eliana Calmon. 3. No caso, tratando-se de verbas previdenciárias pagas em atraso, há a incidência do imposto de renda sobre os correspondentes juros de mora, caso a parcela principal esteja sob o campo de incidência tributária e não esteja contemplada por regra de isenção. Aplicação da regra geral constante do art. 16 da Lei 4.506/64. É de se ver que a turma recursal de origem não tratou disso. 4. Incidência, no caso, a Questão de Ordem n. 20, segundo a qual quando não produzidas provas nas instâncias inferiores ou se produzidas, não foram avaliadas, o acórdão deve ser anulado, ficando a turma recursal de origem vinculada ao entendimento adotado. 5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Incidente parcialmente provido para: (i) fixar a tese de que, em regra, incide o imposto de renda sobre juros de mora de benefício previdenciário pago em atraso, salvo quando a verba principal for isenta ou estiver fora do âmbito do imposto; (ii) anular o acórdão recorrido e devolver os autos à turma recursal de origem, para que profira nova decisão, levando-se em conta a premissa jurídica ora fixada. 7. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia. (Rel. Juiz Federal GLÁUCIO MACIEL, DOU 04/11/2013, SEÇÃO 1, PÁGINAS 177 / 188)

Dessa sorte, cuidando-se de verbas recebidas em ação trabalhista, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias, para que haja a referida isenção.

Da análise do acórdão vergastado, depreende-se que as verbas recebidas pela parte autora não se enquadram nas referidas exceções. E explico.

Em que pese o entendimento de que a alteração do regime jurídico de trabalho do celetista para o estatutário implica em extinção do contrato de trabalho, não foi o que ocorreu na apresente situação.

No caso concreto, os juros moratórios decorrem do pagamento do reajuste de 26,06 % (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - no mês de junho de 1987, e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na ação trabalhista n.º 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC - contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Em suma, na hipótese em tela, as verbas restringem-se ao pagamento de incorporações de reajustes e de diferenças salariais.

Destarte, a situação em exame cuida de verbas eminentemente remuneratórias, o que impõe a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial.

5. Por essas razões, tenho que o incidente nacional de uniformização formulado pela União (Fazenda Nacional) deve ser CONHECIDO e PROVIDO, para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e de restituição dos valores recolhidos a título de imposto de renda incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o pagamento das verbas em exame.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER e PROVER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela União (Fazenda Nacional), nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 07 de maio de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0505227-69.2011.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): FRANCISCO MIGUEL DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO HELDER DANTAS CAVALCANTI
OAB: RN-1361
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA FAZENDA NACIONAL. IMPOSTO DE RENDA. MOLÉSTIA PROFISSIONAL. ISENÇÃO LEGAL. REEXAME DE MATÉRIA FÁTICA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA Nº 42 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Rio Grande do Norte, o qual confirmou a sentença que julgou procedente o pedido de reconhecimento de isenção tributária na aposentadoria da parte autora, em face de moléstia profissional reconhecida nos autos e nos julgamentos.

2. Interposto incidente de uniformização pela Fazenda Nacional, com fundamento no art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega a recorrente que a prova resta controvertida, pois não baseada em medicina especializada.

3. Incidente admitido na origem, sendo os autos encaminhados a esta TNU e distribuídos a este Relator.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. O incidente não merece ser conhecido.

6. A teor da decisão objurgada, há menção expressa a documentos da perícia judicial onde se afirma que a parte autora faz jus à isenção em face de reconhecimento em laudo médico, firmado por médico do trabalho. Tanto assim que houve condenação na Justiça do Trabalho, baseado nesses fatos, bem como acordo no âmbito previdenciário.

7. Como se vê, a Turma Recursal de origem, consonante com o entendimento do acórdão paradigma, analisou detidamente as provas coligidas aos autos, ao firmar a decisão. Desse modo, a teor das razões recursais resta imperativa reavaliar a instrução fática probatória para balizar a sua tese, frente a documentos de versões colidentes. Tal assertiva implica, por óbvio, na incidência da Súmula nº 42 desta Corte Uniformizadora ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato"). Ausente, pois, o necessário dissídio jurisprudencial.

8. Incidente de Uniformização de Jurisprudência não conhecido.

ACORDAO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, maio de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0503307-16.2013.4.05.8101
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA ZUMIRA DA SILVA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
OAB: CE-6004
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO INTERPOSTO PELA PARTE AUTORA. CÓPIA DO ACORDÃO DE TURMA RECURSAL DE DIFERENTE REGIÃO SEM INDICAÇÃO DA FONTE QUE PERMITA A AFERIÇÃO DE SUA AUTENTICIDADE. QUESTÃO DE ORDEM Nº 03 DA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Prolatado acórdão pela Turma Recursal do Ceará, o qual manteve sentença de improcedência quanto ao pedido de reconhecimento de não incidência da contribuição previdenciária sobre rubrica remuneratória de servidor em atividade conhecida como GDPGPE (Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargo do Poder Executivo).

2. Inconformada, a autora interpôs incidente de uniformização, com fundamento no art. 14, §2º, da Lei nº 10.259/2001. Alega fazer jus à não incidência da contribuição previdenciária sobre a verba em referência, pois em tese há parcela dessa que não se incorporará à sua aposentadoria. Com o fim de comprovar a divergência jurisprudencial, acostou paradigmas sem qualquer citação da fonte ou quadro informativo da internet - apenas colacionou o voto no corpo do recurso.

3. No caso dos autos, o incidente não merece ser conhecido, como explicito a seguir.

4. Nos termos do art. 14, § 2º, da Lei nº 10.259/01, o pedido de uniformização nacional de jurisprudência é cabível quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por turmas recursais de diferentes regiões ou em contrariedade à súmula ou jurisprudência dominante da Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça.

5. O citado acórdão paradigma oriundo da Turma Recursal do Rio de Janeiro não está devidamente demonstrado, dada a ausência de sua constatação como documento, cuja comprovação fica a sorte de futura pesquisa. Enfim, a recorrente acostou aos autos cópia de julgado obtido por meio da internet sem indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade.

6. Tal constatação encontra óbice direto na Questão de Ordem nº 03 desta TNU: A cópia do acórdão paradigma somente é obrigatória quando se tratar de divergência entre turmas recursais de diferentes regiões, sendo exigida, no caso de julgado obtido por meio da internet, a indicação da fonte que permita a aferição de sua autenticidade.

7. Incidente não conhecido.

ACORDAO

Acordam os membros da TNU - Turma Nacional de Uniformização NÃO CONHECER do incidente de uniformização interposto, nos termos do voto-ementa do Juiz Federal Relator.

Brasília/DF, 07 de maio de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5009002-05.2011.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): SEVERINO FELIX DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: SABRINA NASCHENWENG RISKALLA
OAB: PR-31 396
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS QUE INCIDIRAM NO CONTEXTO DE RESCISÃO DE RELAÇÃO DE TRABALHO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N.º 042 E QUESTÃO DE ORDEM N.º 018 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado pela Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que negou provimento ao seu recurso, assentando o entendimento de que, quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de relação de trabalho, não há a incidência do imposto de renda.

2. O incidente foi admitido pelo Min. Presidente desta TNU.

3. A União alega, em seu pleito, em síntese, que, no presente caso, há a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios, em virtude de ser verba eminentemente remuneratória, e não decorrente de rescisão da relação de trabalho. Sustenta ser induvidoso que, na hipótese em tela, na ação trabalhista, não houve o pagamento de sequer um centavo de verbas rescisórias. Aponta como paradigmas julgados do C. STJ (RESP n.º 1.089.720 / RS e RESP n.º 1.227.133 / RS).

4. O presente caso versa acerca da incidência, ou não, do imposto de renda sobre os juros de mora percebidos, de modo acumulado, em decorrência de ação judicial.

A jurisprudência encontra-se consolidada no sentido da incidência, em regra, da aludida exceção.

O fato é que o C. STJ, por sua Primeira Seção, no REsp n.º 1.227.133, julgado pela sistemática dos recursos repetitivos, fixou entendimento de que não incide imposto de renda sobre juros moratórios recebidos em reclamatória trabalhista, esclarecendo, posteriormente, que a regra é a incidência do aludido tributo, aplicando-se a decisão do REsp n.º 1.227.133 somente nos casos de perda do emprego ou quando incidente sobre verbas trabalhistas isentas da exação.

Houve debate a respeito das demais situações, ou seja, casos em que os juros moratórios não se referem a verbas trabalhistas decorrentes de rescisão do contrato de trabalho.

Então, no julgamento do REsp n.º 1.089.720 / RS, decidiu-se que a regra é a incidência do imposto de renda sobre juros de mora, inclusive quando fixados em reclamatórias trabalhistas. Essa regra, no entanto, comporta duas exceções: (a) quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de contrato de trabalho (conforme o REsp n.º 1.227.133 / RS); e (b) se a verba principal for igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto, seguindo o princípio accessorium sequitur suum principale.

Esse é o entendimento esposado pelo C. STJ (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1239921 / SC, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19/12/2012; e STJ, AgRg no AgRg no Ag 1117517 / SC, Rel. Exmo. Sr. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 04/12/2012):

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. OMISSÃO. ERRO DE PREMISSA. IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS JUROS DE MORA ORIUNDOS DE INDENIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E NÃO DE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE EXCEÇÃO À REGRA GERAL. POSSIBILIDADE DE EFEITOS INFRINGENTES. 1. Os embargos declaratórios somente são cabíveis para modificar o julgado que se apresentar omisso, contraditório ou obscuro, bem como para sanar possível erro material existente no acórdão, como ocorreu, in casu, por consideração de premissa fática equivocada. 2. Na espécie, as verbas principais consubstanciam-se em benefícios previdenciários pagos de forma acumulada, em decorrência de demanda judicial, cuja natureza é eminentemente remuneratória. Logo, estando fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, tampouco sendo consideradas isentas ou fora do campo de incidência do imposto derenda, não se aplica à hipótese dos autos nenhuma das duas exceções apontadas à regra geral de incidência do imposto de renda sobre os juros de mora firmada pela Primeira Seção, por maioria, no julgamento do REsp 1.089.720/RS, Rel. Min. Mauro Campbell. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos, para dar provimento ao agravo regimental e para reconhecer a incidência dos jurosde mora sobre as verbas previdenciárias pagas em atraso. (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1232189 / SC, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 08/02/2013) (grifei)

Mais recentemente, o C. STJ voltou a adotar o mesmo entendimento (AgRg no REsp 1408928 / RS, Segunda Turma, Rel. Exmo. HUMBERTO MARTINS, DJe 09/12/2013; AgRg no AREsp 349859 / RS, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 27/11/2013; AgRg no REsp 1251171 / SC, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARI PARGENDLER, DJe 02/10/2013; AgRg no AREsp 223705 / PR, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 24/09/2013):

ADMINISTRATIVO, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PAGO COM ATRASO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. 1. Cuida-se de Agravo Regimental voltado contra decisão singular que proveu o recurso da Fazenda Nacional para reconhecer a incidência de imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de benefício previdenciário pago em atraso. Sustentam as razões de inconformismo que a matéria não está pacificada no STJ, de modo que não podia o Relator decidi-la monocraticamente. 2. O STJ firmou orientação de que, em regra, aplica-se imposto de renda sobre juros de mora (REsp 1.089.720/RS, REsp 1.089.720/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 28.11.2012). 3. O imposto de renda que recai sobre benefícios pagos acumuladamente deve ser calculado de acordo com as tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido adimplidos, observando-se a renda auferida mês a mês pelo segurado. (REsp 1.118.429/SP, Rel. Ministro HermanBenjamin, Primeira Seção, DJe 14/5/2010, recurso submetido à sistemática do art. 543-C do CPC). 3. A parcela de jurosmoratórios sobre benefício previdenciário pago com atraso sujeita-se à exação, por se enquadrar no disposto no art. 16 da Lei 4.506/1964. Precedentes. 4. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 349432 / PR, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 06/12/2013) (grifei)

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. Incide o imposto de renda sobre os juros de mora decorrentes do pagamento a destempo de benefício previdenciário. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 237639 / RS, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARI PARGENDLER, DJe 08/10/2013) (grifei)

Em razão do que decidiu o C. STJ, a C. TNU mudou a sua jurisprudência acerca do assunto, passando a acompanhar aquele Superior Tribunal:

TRIBUTÁRIO. JUROS DE MORA DECORRENTES DE PAGAMENTO EXTEMPORÂNEO DE URV (REAJUSTE DE 11,98%). IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. NATUREZA NÃO INDENIZATÓRIA DA VERBA. ENTENDIMENTO ATUAL DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. QUESTÃO DE ORDEM 24. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela parte autora-recorrente contra acórdão que reconheceu a improcedência do pedido formulado na inicial. 2. Caso em que o autor, servidor público do judiciário federal, pretende o reconhecimento da não-incidência doimposto de renda sobre valores recebidos a título de juros moratórios provenientes do pagamento extemporâneo de URV (11,98%). Sustenta que os juros moratórios teriam natureza jurídico-tributária de verba indenizatória e, por isso, seu recebimento não concretizaria a hipótese de incidência do imposto de renda. 2.1 Invoca como paradigmas: a) decisões administrativas do STF e do CNJ; b) Súmula n° 6 da TR/RS; c) ARESP 243.558, AGRESP 112.343 e Edcl no RESP 1.227.133, todos do STJ; d) julgados da TR/RJ (0013753-84.2009.4.02.5151-01) e TR/ES (0006261-19.2010.4.02.5050-01). 3. Comprovada a divergência jurisprudencial, na forma do art. 14, §2°, Lei n° 10.259/2001, em relação aos julgados oriundos do STJ e da Súmula n° 6 da TR/RS. Em relação aos primeiros, neles há reconhecimento de que espelhariam jurisprudência pacificada no âmbito do STJ, de forma que atendem aos parâmetros da Questão de Ordem n° 5 desta TNU. Em relação à Súmula da TR/RS, houve juntada de seu inteiro teor, bem como indicação da correspondente URL (inteligência da Questão de Ordem n° 3/TNU). 4. A respeito do tema, esta TNU tinha posicionamento consonante com o defendido no incidente de uniformização, amparada em jurisprudência do STJ (RESP 1.227.133/RS, 1a Seção, julgado pela sistemática do art. 543-C do CPC). Exemplificativamente cito PEDIDO 200970570008341, Rel. Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DJ 28/09/2012 e PEDIDO 200871540020063, Rel. Juiz Federal Antonio Fernando Schenkel do Amaral e Silva, DOU 01/06/2012. Todavia, a mesma 1a Seção do STJ, em 10/10/2012, no julgamento do RESP 1.089.720/RS, fixou os parâmetros para aplicação do precedente formado no RESP 1.227.133/RS, que vinha sendo aplicado de forma irrestrita pelos tribunais inferiores. Nesse julgamento o Superior Tribunal de Justiça assentou a compreensão de que: a) como regra geral, o IRPF incide sobre juros de mora, inclusive quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas; b) figuram como exceções: b.1) valores recebidos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não; b.2) quando a verba principal é isenta ou está fora do campo de incidência do IR, consoante a regra de que o acessório segue a sorte do principal. 5.1 A partir desse julgamento, há diversos acórdãos proferidos no âmbito do STJ com a adoção de referido posicionamento. Exemplificativamente, cito AGARESP 201202251578, Rel. Min. Herman Benjamin, 2a Turma, DJE 12/06/2013; AERESP 200900138628, Rel. Min. Ari Pargendler, 1a Seção, DJE 13/05/2013; e RESP 200902298326, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2a Turma, DJE 18/03/2013. 6. O acórdão de origem está em estreita consonância com este entendimento. 7. Pedido de Uniformização não conhecido, nos termos da Questão de Ordem 24: "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia". (PEDILEF 05024039420124058500, Rel. Juíza Federal ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 20/09/2013, p. 142/188) (grifei)

Portanto, considero que, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, inclusive quando fixados em reclamatórias trabalhistas. Essa regra, no entanto, comporta duas exceções: (a) quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de contrato de trabalho (conforme o REsp n.º 1.227.133 / RS); e (b) se a verba principal for igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto, seguindo o princípio accessorium sequitur suum principale.

É certo que não cabe pleito de uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido (Questão de Ordem n.º 013 desta TNU).

E, de fato, na hipótese em apreço, o acórdão da Turma Recursal de Origem reflete o entendimento desta TNU, que é o mesmo que vem sendo adotado pelo C. STJ.

Todavia, no presente caso, a União pretende que o imposto de renda incida sobre os juros de mora, sob a alegação de que as verbas recebidas pelo autor não representam numerário percebido no contexto de rescisão de relação de trabalho.

Ocorre que as instâncias ordinárias assim o entenderam (que a verba recebida foi no contexto de rescisão de relação de trabalho), não cabendo a este colegiado reexaminar a situação fática em sede de incidente de uniformização (Súmula n.º 042 desta TNU).

Ademais, especificamente neste feito, o acórdão recorrido / que realizou o juízo de retratação fundamentou a denegação do recurso com base em dois argumentos: o de que a pretensão estaria contrária ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça e o da inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei n.º 7.713/88 e do inciso II § 1º do art. 43 do CTN.

Como não foi atacado o segundo fundamento, o pedido de uniformização não deve ser conhecido também com base na Questão de Ordem n.º 018 desta TNU.

5. Desse modo, pelas razões expostas, tenho que o incidente nacional de uniformização formulado pela União (Fazenda Nacional) NÃO DEVE SER CONHECIDO.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela União (Fazenda Nacional), nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 15 de abril de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5001255-54.2014.4.04.7214
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIA TEREZA ARBIGAUS
PROC./ADV.: KASSIANO COSTA MACHADO
OAB: SC 18.756
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS QUE INCIDIRAM NO CONTEXTO DE RESCISÃO DE RELAÇÃO DE TRABALHO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N.º 042 E QUESTÃO DE ORDEM N.º 018 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado pela Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que negou provimento ao seu recurso, assentando o entendimento de que, quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de relação de trabalho, não há a incidência do imposto de renda.

2. O incidente foi admitido pelo Min. Presidente desta TNU.

3. A União alega, em seu pleito, em síntese, que, no presente caso, há a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios, em virtude de ser verba eminentemente remuneratória, e não decorrente de rescisão da relação de trabalho. Sustenta ser induvidoso que, na hipótese em tela, na ação trabalhista, não houve o pagamento de sequer um centavo de verbas rescisórias. Aponta como paradigmas julgados do C. STJ (RESP n.º 1.089.720 / RS e RESP n.º 1.227.133 / RS).

4. O presente caso versa acerca da incidência, ou não, do imposto de renda sobre os juros de mora percebidos, de modo acumulado, em decorrência de ação judicial.

A jurisprudência encontra-se consolidada no sentido da incidência, em regra, da aludida exceção.

O fato é que o C. STJ, por sua Primeira Seção, no REsp n.º 1.227.133, julgado pela sistemática dos recursos repetitivos, fixou entendimento de que não incide imposto de renda sobre juros moratórios recebidos em reclamatória trabalhista, esclarecendo, posteriormente, que a regra é a incidência do aludido tributo, aplicando-se a decisão do REsp n.º 1.227.133 somente nos casos de perda do emprego ou quando incidente sobre verbas trabalhistas isentas da exação.

Houve debate a respeito das demais situações, ou seja, casos em que os juros moratórios não se referem a verbas trabalhistas decorrentes de rescisão do contrato de trabalho.

Então, no julgamento do REsp n.º 1.089.720 / RS, decidiu-se que a regra é a incidência do imposto de renda sobre juros de mora, inclusive quando fixados em reclamatórias trabalhistas. Essa regra, no entanto, comporta duas exceções: (a) quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de contrato de trabalho (conforme o REsp n.º 1.227.133 / RS); e (b) se a verba principal for igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto, seguindo o princípio accessorium sequitur suum principale.

Esse é o entendimento esposado pelo C. STJ (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1239921 / SC, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19/12/2012; e STJ, AgRg no AgRg no Ag 1117517 / SC, Rel. Exmo. Sr. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 04/12/2012):

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. OMISSÃO. ERRO DE PREMISSA. IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS JUROS DE MORA ORIUNDOS DE INDENIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E NÃO DE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE EXCEÇÃO À REGRA GERAL. POSSIBILIDADE DE EFEITOS INFRINGENTES. 1. Os embargos declaratórios somente são cabíveis para modificar o julgado que se apresentar omisso, contraditório ou obscuro, bem como para sanar possível erro material existente no acórdão, como ocorreu, in casu, por consideração de premissa fática equivocada. 2. Na espécie, as verbas principais consubstanciam-se em benefícios previdenciários pagos de forma acumulada, em decorrência de demanda judicial, cuja natureza é emi-

REPRODUÇÃO PROIBIDA POR ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

nentemente remuneratória. Logo, estando fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, tampouco sendo consideradas isentas ou fora do campo de incidência do imposto derenda, não se aplica à hipótese dos autos nenhuma das duas exceções apontadas à regra geral de incidência do imposto de renda sobre os juros de mora firmada pela Primeira Seção, por maioria, no julgamento do REsp 1.089.720/RS, Rel. Min. Mauro Campbell. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos, para dar provimento ao agravo regimental e para reconhecer a incidência dos jurosde mora sobre as verbas previdenciárias pagas em atraso. (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1232189 / SC, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 08/02/2013) (grifei)

Mais recentemente, o C. STJ voltou a adotar o mesmo entendimento (AgRg no REsp 1408928 / RS, Segunda Turma, Rel. Exmo. HUMBERTO MARTINS, DJe 09/12/2013; AgRg no AREsp 349859 / RS, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 27/11/2013; AgRg no REsp 1251171 / SC, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARI PARGENDLER, DJe 02/10/2013; AgRg no AREsp 223705 / PR, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 24/09/2013):

ADMINISTRATIVO, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PAGO COM ATRASO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. 1. Cuida-se de Agravo Regimental voltado contra decisão singular que proveu o recurso da Fazenda Nacional para reconhecer a incidência de imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de benefício previdenciário pago em atraso. Sustentam as razões de inconformismo que a matéria não está pacificada no STJ, de modo que não podia o Relator decidi-la monocraticamente. 2. O STJ firmou orientação de que, em regra, aplica-se imposto de renda sobre juros de mora (REsp 1.089.720/RS, REsp 1.089.720/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 28.11.2012). 3. O imposto de renda que recai sobre benefícios pagos acumuladamente deve ser calculado de acordo com as tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido adimplidos, observando-se a renda auferida mês a mês pelo segurado. (REsp 1.118.429/SP, Rel. Ministro HermanBenjamin, Primeira Seção, DJe 14/5/2010, recurso submetido à sistemática do art. 543-C do CPC). 3. A parcela de jurosmoratórios sobre benefício previdenciário pago com atraso sujeita-se à exação, por se enquadrar no disposto no art. 16 da Lei 4.506/1964. Precedentes. 4. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 349432 / PR, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 06/12/2013) (grifei)

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. Incide o imposto de renda sobre os juros de mora decorrentes do pagamento a destempo de benefício previdenciário. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 237639 / RS, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARI PARGENDLER, DJe 08/10/2013) (grifei)

Em razão do que decidiu o C. STJ, a C. TNU mudou a sua jurisprudência acerca do assunto, passando a acompanhar aquele Superior Tribunal:

TRIBUTÁRIO. JUROS DE MORA DECORRENTES DE PAGAMENTO EXTEMPORÂNEO DE URV (REAJUSTE DE 11,98%). IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. NATUREZA NÃO INDENIZATÓRIA DA VERBA. ENTENDIMENTO ATUAL DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. QUESTÃO DE ORDEM 24. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela parte autora-recorrente contra acórdão que reconheceu a improcedência do pedido formulado na inicial. 2. Caso em que o autor, servidor público do judiciário federal, pretende o reconhecimento da não-incidência doimposto de renda sobre valores recebidos a título de juros moratórios provenientes do pagamento extemporâneo de URV (11,98%). Sustenta que os juros moratórios teriam natureza jurídico-tributária de verba indenizatória e, por isso, seu recebimento não concretizaria a hipótese de incidência do imposto de renda. 2.1 Invoca como paradigmas: a) decisões administrativas do STF e do CNJ; b) Súmula n° 6 da TR/RS; c) ARESP 243.558, AGRESP 112.343 e Edcl no RESP 1.227.133, todos do STJ; d) julgados da TR/RJ (0013753-84.2009.4.02.5151-01) e TR/ES (0006261-19.2010.4.02.5050-01). 3. Comprovada a divergência jurisprudencial, na forma do art. 14, §2°, Lei n° 10.259/2001, em relação aos julgados oriundos do STJ e da Súmula n° 6 da TR/RS. Em relação aos primeiros, neles há reconhecimento de que espelhariam jurisprudência pacificada no âmbito do STJ, de forma que atendem aos parâmetros da Questão de Ordem n° 5 desta TNU. Em relação à Súmula da TR/RS, houve juntada de seu inteiro teor, bem como indicação da correspondente URL (inteligência da Questão de Ordem n° 3/TNU). 4. A respeito do tema, esta TNU tinha posicionamento consonante com o defendido no incidente de uniformização, amparada em jurisprudência do STJ (RESP 1.227.133/RS, 1a Seção, julgado pela sistemática do art. 543-C do CPC). Exemplificativamente cito PEDIDO 200970570008341, Rel. Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DJ 28/09/2012 e PEDIDO 200871540020063, Rel. Juiz Federal Antonio Fernando Schenkel do Amaral e Silva, DOU 01/06/2012. Todavia, a mesma 1a Seção do STJ, em 10/10/2012, no julgamento do RESP 1.089.720/RS, fixou os parâmetros para aplicação do precedente formado no RESP 1.227.133/RS, que vinha sendo aplicado de forma irrestrita pelos tribunais inferiores. Nesse julgamento o Superior Tribunal de Justiça assentou a compreensão de que: a) como regra geral, o IRPF incide sobre juros de mora, inclusive quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas; b) figuram como exceções: b.1) valores recebidos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não; b.2) quando a verba principal é isenta ou está fora do campo de incidência do IR, consoante a regra de que o acessório segue a sorte do principal. 5.1 A partir desse julgamento, há diversos acórdãos proferidos no âmbito do STJ com a adoção de referido posicionamento. Exemplificativamente, cito AGARESP 201202251578, Rel. Min. Herman Benjamin, 2a Turma, DJE 12/06/2013; AERESP 200900138628, Rel. Min. Ari Pargendler, 1a Seção, DJE 13/05/2013; e RESP 200902298326, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2a Turma, DJE 18/03/2013. 6. O acórdão de origem está em estreita consonância com este entendimento. 7. Pedido de Uniformização não conhecido, nos termos da Questão de Ordem 24: "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia". (PEDILEF 05024039420124058500, Rel. Juíza Federal ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 20/09/2013, p. 142/188) (grifei)

Portanto, considero que, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, inclusive quando fixados em reclamatórias trabalhistas. Essa regra, no entanto, comporta duas exceções: (a) quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de contrato de trabalho (conforme o REsp n.º 1.227.133 / RS); e (b) se a verba principal for igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto, seguindo o princípio accessorium sequitur suum principale.

É certo que não cabe pleito de uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido (Questão de Ordem n.º 013 desta TNU).

E, de fato, na hipótese em apreço, o acórdão da Turma Recursal de Origem reflete o entendimento desta TNU, que é o mesmo que vem sendo adotado pelo C. STJ.

Todavia, no presente caso, a União pretende que o imposto de renda incida sobre os juros de mora, sob a alegação de que as verbas recebidas pelo autor não representam numerário percebido no contexto de rescisão de relação de trabalho.

Ocorre que as instâncias ordinárias assim o entenderam (que a verba recebida foi no contexto de rescisão de relação de trabalho), não cabendo a este colegiado reexaminar a situação fática em sede de incidente de uniformização (Súmula n.º 042 desta TNU).

Ademais, especificamente neste feito, o acórdão recorrido / que realizou o juízo de retratação fundamentou a denegação do recurso com base em dois argumentos: o de que a pretensão estaria contrária ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça e o da inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei n.º 7.713/88 e do inciso II § 1º do art. 43 do CTN.

Como não foi atacado o segundo fundamento, o pedido de uniformização não deve ser conhecido também com base na Questão de Ordem n.º 018 desta TNU.

5. Desse modo, pelas razões expostas, tenho que o incidente nacional de uniformização formulado pela União (Fazenda Nacional) NÃO DEVE SER CONHECIDO.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela União (Fazenda Nacional), nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 15 de abril de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5008092-41.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): NORMA PESSOA GUIMARÃES
PROC./ADV.: SABRINA NASCHENWENG RISKALLA
OAB: PR-31 396
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS QUE INCIDIRAM NO CONTEXTO DE RESCISÃO DE RELAÇÃO DE TRABALHO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N.º 042 E QUESTÃO DE ORDEM N.º 018 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado pela Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que negou provimento ao seu recurso, assentando o entendimento de que, quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de relação de trabalho, não há a incidência do imposto de renda.

2. O incidente foi admitido pelo Min. Presidente desta TNU.

3. A União alega, em seu pleito, em síntese, que, no presente caso, há a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios, em virtude de ser verba eminentemente remuneratória, e não decorrente de rescisão da relação de trabalho. Sustenta ser induvidoso que, na hipótese em tela, na ação trabalhista, não houve o pagamento de sequer um centavo de verbas rescisórias. Aponta como paradigmas julgados do C. STJ (RESP n.º 1.089.720 / RS e RESP n.º 1.227.133 / RS).

4. O presente caso versa acerca da incidência, ou não, do imposto de renda sobre os juros de mora percebidos, de modo acumulado, em decorrência de ação judicial.

A jurisprudência encontra-se consolidada no sentido da incidência, em regra, da aludida exceção.

O fato é que o C. STJ, por sua Primeira Seção, no REsp n.º 1.227.133, julgado pela sistemática dos recursos repetitivos, fixou entendimento de que não incide imposto de renda sobre juros moratórios recebidos em reclamatória trabalhista, esclarecendo, posteriormente, que a regra é a incidência do aludido tributo, aplicando-se a decisão do REsp n.º 1.227.133 somente nos casos de perda do emprego ou quando incidente sobre verbas trabalhistas isentas da exação.

Houve debate a respeito das demais situações, ou seja, casos em que os juros moratórios não se referem a verbas trabalhistas decorrentes de rescisão do contrato de trabalho.

Então, no julgamento do REsp n.º 1.089.720 / RS, decidiu-se que a regra é a incidência do imposto de renda sobre juros de mora, inclusive quando fixados em reclamatórias trabalhistas. Essa regra, no entanto, comporta duas exceções: (a) quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de contrato de trabalho (conforme o REsp n.º 1.227.133 / RS); e (b) se a verba principal for igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto, seguindo o princípio accessorium sequitur suum principale.

Esse é o entendimento esposado pelo C. STJ (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1239921 / SC, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19/12/2012; e STJ, AgRg no AgRg no Ag 1117517 / SC, Rel. Exmo. Sr. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 04/12/2012):

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. OMISSÃO. ERRO DE PREMISSA. IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS JUROS DE MORA ORIUNDOS DE INDENIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E NÃO DE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE EXCEÇÃO À REGRA GERAL. POSSIBILIDADE DE EFEITOS INFRINGENTES. 1. Os embargos declaratórios somente são cabíveis para modificar o julgado que se apresentar omisso, contraditório ou obscuro, bem como para sanar possível erro material existente no acórdão, como ocorreu, in casu, por consideração de premissa fática equivocada. 2. Na espécie, as verbas principais consubstanciam-se em benefícios previdenciários pagos de forma acumulada, em decorrência de demanda judicial, cuja natureza é eminentemente remuneratória. Logo, estando fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, tampouco sendo consideradas isentas ou fora do campo de incidência do imposto derenda, não se aplica à hipótese dos autos nenhuma das duas exceções apontadas à regra geral de incidência do imposto de renda sobre os juros de mora firmada pela Primeira Seção, por maioria, no julgamento do REsp 1.089.720/RS, Rel. Min. Mauro Campbell. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos, para dar provimento ao agravo regimental e para reconhecer a incidência dos jurosde mora sobre as verbas previdenciárias pagas em atraso. (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1232189 / SC, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 08/02/2013) (grifei)

Mais recentemente, o C. STJ voltou a adotar o mesmo entendimento (AgRg no REsp 1408928 / RS, Segunda Turma, Rel. Exmo. HUMBERTO MARTINS, DJe 09/12/2013; AgRg no AREsp 349859 / RS, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 27/11/2013; AgRg no REsp 1251171 / SC, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARI PARGENDLER, DJe 02/10/2013; AgRg no AREsp 223705 / PR, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 24/09/2013):

ADMINISTRATIVO, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PAGO COM ATRASO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. 1. Cuida-se de Agravo Regimental voltado contra decisão singular que proveu o recurso da Fazenda Nacional para reconhecer a incidência de imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de benefício previdenciário pago em atraso. Sustentam as razões de inconformismo que a matéria não está pacificada no STJ, de modo que não podia o Relator decidi-la monocraticamente. 2. O STJ firmou orientação de que, em regra, aplica-se imposto de renda sobre juros de mora (REsp 1.089.720/RS, REsp 1.089.720/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 28.11.2012). 3. O imposto de renda que recai sobre benefícios pagos acumuladamente deve ser calculado de acordo com as tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido adimplidos, observando-se a renda auferida mês a mês pelo segurado. (REsp 1.118.429/SP, Rel. Ministro HermanBenjamin, Primeira Seção, DJe 14/5/2010, recurso submetido à sistemática do art. 543-C do CPC). 3. A parcela de jurosmoratórios sobre benefício previdenciário pago com atraso sujeita-se à exação, por se enquadrar no disposto no art. 16 da Lei 4.506/1964. Precedentes. 4. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 349432 / PR, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 06/12/2013) (grifei)

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. Incide o imposto de renda sobre os juros de mora decorrentes do pagamento a destempo de benefício previdenciário. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 237639 / RS, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARI PARGENDLER, DJe 08/10/2013) (grifei)

Em razão do que decidiu o C. STJ, a C. TNU mudou a sua jurisprudência acerca do assunto, passando a acompanhar aquele Superior Tribunal:

TRIBUTÁRIO. JUROS DE MORA DECORRENTES DE PAGAMENTO EXTEMPORÂNEO DE URV (REAJUSTE DE 11,98%). IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. NATUREZA NÃO INDENIZATÓRIA DA VERBA. ENTENDIMENTO ATUAL DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. QUESTÃO DE ORDEM 24. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela parte autora-recorrente contra acórdão que reconheceu a improcedência do pedido formulado na inicial. 2. Caso em que o autor, servidor público do judiciário federal, pretende o reconhecimento da não-incidência doimposto de renda sobre valores rece-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

bidos a título de juros moratórios provenientes do pagamento extemporâneo de URV (11,98%). Sustenta que os juros moratórios teriam natureza jurídico-tributária de verba indenizatória e, por isso, seu recebimento não concretizaria a hipótese de incidência do imposto de renda. 2.1 Invoca como paradigmas: a) decisões administrativas do STF e do CNJ; b) Súmula n° 6 da TR/RS; c) ARESP 243.558, AGRESP 112.343 e Edcl no RESP 1.227.133, todos do STJ; d) julgados da TR/RJ (0013753-84.2009.4.02.5151-01) e TR/ES (0006261-19.2010.4.02.5050-01). 3. Comprovada a divergência jurisprudencial, na forma do art. 14, §2°, Lei n° 10.259/2001, em relação aos julgados oriundos do STJ e da Súmula n° 6 da TR/RS. Em relação aos primeiros, neles há reconhecimento de que espelhariam jurisprudência pacificada no âmbito do STJ, de forma que atendem aos parâmetros da Questão de Ordem n° 5 desta TNU. Em relação à Súmula da TR/RS, houve juntada de seu inteiro teor, bem como indicação da correspondente URL (inteligência da Questão de Ordem n° 3/TNU). 4. A respeito do tema, esta TNU tinha posicionamento consonante com o defendido no incidente de uniformização, amparada em jurisprudência do STJ (RESP 1.227.133/RS, 1a Seção, julgado pela sistemática do art. 543-C do CPC). Exemplificativamente cito PEDIDO 200970570008341, Rel. Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DJ 28/09/2012 e PEDIDO 200871540020063, Rel. Juiz Federal Antonio Fernando Schenkel do Amaral e Silva, DOU 01/06/2012. Todavia, a mesma 1a Seção do STJ, em 10/10/2012, no julgamento do RESP 1.089.720/RS, fixou os parâmetros para aplicação do precedente formado no RESP 1.227.133/RS, que vinha sendo aplicado de forma irrestrita pelos tribunais inferiores. Nesse julgamento o Superior Tribunal de Justiça assentou a compreensão de que: a) como regra geral, o IRPF incide sobre juros de mora, inclusive quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas; b) figuram como exceções: b.1) valores recebidos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não; b.2) quando a verba principal é isenta ou está fora do campo de incidência do IR, consoante a regra de que o acessório segue a sorte do principal. 5.1 A partir desse julgamento, há diversos acórdãos proferidos no âmbito do STJ com a adoção de referido posicionamento. Exemplificativamente, cito AGARESP 201202251578, Rel. Min. Herman Benjamin, 2a Turma, DJE 12/06/2013; AERESP 200900138628, Rel. Min. Ari Pargendler, 1a Seção, DJE 13/05/2013; e RESP 200902298326, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2a Turma, DJE 18/03/2013. 6. O acórdão de origem está em estreita consonância com este entendimento. 7. Pedido de Uniformização não conhecido, nos termos da Questão de Ordem 24: "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia". (PEDILEF 05024039420124058500, Rel. Juíza Federal ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 20/09/2013, p. 142/188) (grifei)

Portanto, considero que, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, inclusive quando fixados em reclamatórias trabalhistas. Essa regra, no entanto, comporta duas exceções: (a) quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de contrato de trabalho (conforme o REsp n.º 1.227.133 / RS); e (b) se a verba principal for igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto, seguindo o princípio accessorium sequitur suum principale.

É certo que não cabe pleito de uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido (Questão de Ordem n.º 013 desta TNU).

E, de fato, na hipótese em apreço, o acórdão da Turma Recursal de Origem reflete o entendimento desta TNU, que é o mesmo que vem sendo adotado pelo C. STJ.

Todavia, no presente caso, a União pretende que o imposto de renda incida sobre os juros de mora, sob a alegação de que as verbas recebidas pelo autor não representam numerário percebido no contexto de rescisão de relação de trabalho.

Ocorre que as instâncias ordinárias assim o entenderam (que a verba recebida foi no contexto de rescisão de relação de trabalho), não cabendo a este colegiado reexaminar a situação fática em sede de incidente de uniformização (Súmula n.º 042 desta TNU).

Ademais, especificamente neste feito, o acórdão recorrido / que realizou o juízo de retratação fundamentou a denegação do recurso com base em dois argumentos: o de que a pretensão estaria contrária ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça e o da inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei n.º 7.713/88 e do inciso II § 1º do art. 43 do CTN.

Como não foi atacado o segundo fundamento, o pedido de uniformização não deve ser conhecido também com base na Questão de Ordem n.º 018 desta TNU.

5. Desse modo, pelas razões expostas, tenho que o incidente nacional de uniformização formulado pela União (Fazenda Nacional) NÃO DEVE SER CONHECIDO.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela União (Fazenda Nacional), nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 15 de abril de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002894-51.2011.4.04.7202
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JORGE LUIZ BARBOSA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ALINE DA SILVA NORONHA
OAB: SC-28 268
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS QUE INCIDIRAM NO CONTEXTO DE RESCISÃO DE RELAÇÃO DE TRABALHO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N.º 042 E QUESTÃO DE ORDEM N.º 018 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado pela Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que negou provimento ao seu recurso, assentando o entendimento de que, quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de relação de trabalho, não há a incidência do imposto de renda.

2. O incidente foi admitido pelo Min. Presidente desta TNU.

3. A União alega, em seu pleito, em síntese, que, no presente caso, há a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios, em virtude de ser verba eminentemente remuneratória, e não decorrente de rescisão da relação de trabalho. Sustenta ser induvidoso que, na hipótese em tela, na ação trabalhista, não houve o pagamento de sequer um centavo de verbas rescisórias. Aponta como paradigmas julgados do C. STJ (RESP n.º 1.089.720 / RS e RESP n.º 1.227.133 / RS).

4. O presente caso versa acerca da incidência, ou não, do imposto de renda sobre os juros de mora percebidos, de modo acumulado, em decorrência de ação judicial.

A jurisprudência encontra-se consolidada no sentido da incidência, em regra, da aludida exceção.

O fato é que o C. STJ, por sua Primeira Seção, no REsp n.º 1.227.133, julgado pela sistemática dos recursos repetitivos, fixou entendimento de que não incide imposto de renda sobre juros moratórios recebidos em reclamatória trabalhista, esclarecendo, posteriormente, que a regra é a incidência do aludido tributo, aplicando-se a decisão do REsp n.º 1.227.133 somente nos casos de perda do emprego ou quando incidente sobre verbas trabalhistas isentas da exação.

Houve debate a respeito das demais situações, ou seja, casos em que os juros moratórios não se referem a verbas trabalhistas decorrentes de rescisão do contrato de trabalho.

Então, no julgamento do REsp n.º 1.089.720 / RS, decidiu-se que a regra é a incidência do imposto de renda sobre juros de mora, inclusive quando fixados em reclamatórias trabalhistas. Essa regra, no entanto, comporta duas exceções: (a) quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de contrato de trabalho (conforme o REsp n.º 1.227.133 / RS); e (b) se a verba principal for igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto, seguindo o princípio accessorium sequitur suum principale.

Esse é o entendimento esposado pelo C. STJ (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1239921 / SC, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19/12/2012; e STJ, AgRg no AgRg no Ag 1117517 / SC, Rel. Exmo. Sr. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 04/12/2012):

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. OMISSÃO. ERRO DE PREMISSA. IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS JUROS DE MORA ORIUNDOS DE INDENIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E NÃO DE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE EXCEÇÃO À REGRA GERAL. POSSIBILIDADE DE EFEITOS INFRINGENTES. 1. Os embargos declaratórios somente são cabíveis para modificar o julgado que se apresentar omisso, contraditório ou obscuro, bem como para sanar possível erro material existente no acórdão, como ocorreu, in casu, por consideração de premissa fática equivocada. 2. Na espécie, as verbas principais consubstanciam-se em benefícios previdenciários pagos de forma acumulada, em decorrência de demanda judicial, cuja natureza é eminentemente remuneratória. Logo, estando fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, tampouco sendo consideradas isentas ou fora do campo de incidência do imposto derenda, não se aplica à hipótese dos autos nenhuma das duas exceções apontadas à regra geral de incidência do imposto de renda sobre os juros de mora firmada pela Primeira Seção, por maioria, no julgamento do REsp 1.089.720/RS, Rel. Min. Mauro Campbell. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos, para dar provimento ao agravo regimental e para reconhecer a incidência dos jurosde mora sobre as verbas previdenciárias pagas em atraso. (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1232189 / SC, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 08/02/2013) (grifei)

Mais recentemente, o C. STJ voltou a adotar o mesmo entendimento (AgRg no REsp 1408928 / RS, Segunda Turma, Rel. Exmo. HUMBERTO MARTINS, DJe 09/12/2013; AgRg no AREsp 349859 / RS, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 27/11/2013; AgRg no REsp 1251171 / SC, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARI PARGENDLER, DJe 02/10/2013; AgRg no AREsp 223705 / PR, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 24/09/2013):

ADMINISTRATIVO, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PAGO COM ATRASO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. 1. Cuida-se de Agravo Regimental voltado contra decisão singular que proveu o recurso da Fazenda Nacional para reconhecer a incidência de imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de benefício previdenciário pago em atraso. Sustentam as razões de inconformismo que a matéria não está pacificada no STJ, de modo que não podia o Relator decidi-la monocraticamente. 2. O STJ firmou orientação de que, em regra, aplica-se imposto de renda sobre juros de mora (REsp 1.089.720/RS, REsp 1.089.720/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 28.11.2012). 3. O imposto de renda que recai sobre benefícios pagos acumuladamente deve ser calculado de acordo com as tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido adimplidos, observando-se a renda auferida mês a mês pelo segurado. (REsp 1.118.429/SP, Rel. Ministro HermanBenjamin, Primeira Seção, DJe 14/5/2010, recurso submetido à sistemática do art. 543-C do CPC). 3. A parcela de jurosmoratórios sobre benefício previdenciário pago com atraso sujeita-se à exação, por se enquadrar no disposto no art. 16 da Lei 4.506/1964. Precedentes. 4. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 349432 / PR, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 06/12/2013) (grifei)

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. Incide o imposto de renda sobre os juros de mora decorrentes do pagamento a destempo de benefício previdenciário. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 237639 / RS, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARI PARGENDLER, DJe 08/10/2013) (grifei)

Em razão do que decidiu o C. STJ, a C. TNU mudou a sua jurisprudência acerca do assunto, passando a acompanhar aquele Superior Tribunal:

TRIBUTÁRIO. JUROS DE MORA DECORRENTES DE PAGAMENTO EXTEMPORÂNEO DE URV (REAJUSTE DE 11,98%). IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. NATUREZA NÃO INDENIZATÓRIA DA VERBA. ENTENDIMENTO ATUAL DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. QUESTÃO DE ORDEM 24. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela parte autora-recorrente contra acórdão que reconheceu a improcedência do pedido formulado na inicial. 2. Caso em que o autor, servidor público do judiciário federal, pretende o reconhecimento da não-incidência doimposto de renda sobre valores recebidos a título de juros moratórios provenientes do pagamento extemporâneo de URV (11,98%). Sustenta que os juros moratórios teriam natureza jurídico-tributária de verba indenizatória e, por isso, seu recebimento não concretizaria a hipótese de incidência do imposto de renda. 2.1 Invoca como paradigmas: a) decisões administrativas do STF e do CNJ; b) Súmula n° 6 da TR/RS; c) ARESP 243.558, AGRESP 112.343 e Edcl no RESP 1.227.133, todos do STJ; d) julgados da TR/RJ (0013753-84.2009.4.02.5151-01) e TR/ES (0006261-19.2010.4.02.5050-01). 3. Comprovada a divergência jurisprudencial, na forma do art. 14, §2°, Lei n° 10.259/2001, em relação aos julgados oriundos do STJ e da Súmula n° 6 da TR/RS. Em relação aos primeiros, neles há reconhecimento de que espelhariam jurisprudência pacificada no âmbito do STJ, de forma que atendem aos parâmetros da Questão de Ordem n° 5 desta TNU. Em relação à Súmula da TR/RS, houve juntada de seu inteiro teor, bem como indicação da correspondente URL (inteligência da Questão de Ordem n° 3/TNU). 4. A respeito do tema, esta TNU tinha posicionamento consonante com o defendido no incidente de uniformização, amparada em jurisprudência do STJ (RESP 1.227.133/RS, 1a Seção, julgado pela sistemática do art. 543-C do CPC). Exemplificativamente cito PEDIDO 200970570008341, Rel. Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DJ 28/09/2012 e PEDIDO 200871540020063, Rel. Juiz Federal Antonio Fernando Schenkel do Amaral e Silva, DOU 01/06/2012. Todavia, a mesma 1a Seção do STJ, em 10/10/2012, no julgamento do RESP 1.089.720/RS, fixou os parâmetros para aplicação do precedente formado no RESP 1.227.133/RS, que vinha sendo aplicado de forma irrestrita pelos tribunais inferiores. Nesse julgamento o Superior Tribunal de Justiça assentou a compreensão de que: a) como regra geral, o IRPF incide sobre juros de mora, inclusive quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas; b) figuram como exceções: b.1) valores recebidos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não; b.2) quando a verba principal é isenta ou está fora do campo de incidência do IR, consoante a regra de que o acessório segue a sorte do principal. 5.1 A partir desse julgamento, há diversos acórdãos proferidos no âmbito do STJ com a adoção de referido posicionamento. Exemplificativamente, cito AGARESP 201202251578, Rel. Min. Herman Benjamin, 2a Turma, DJE 12/06/2013; AERESP 200900138628, Rel. Min. Ari Pargendler, 1a Seção, DJE 13/05/2013; e RESP 200902298326, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2a Turma, DJE 18/03/2013. 6. O acórdão de origem está em estreita consonância com este entendimento. 7. Pedido de Uniformização não conhecido, nos termos da Questão de Ordem 24: "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia". (PEDILEF 05024039420124058500, Rel. Juíza Federal ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 20/09/2013, p. 142/188) (grifei)

Portanto, considero que, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, inclusive quando fixados em reclamatórias trabalhistas. Essa regra, no entanto, comporta duas exceções: (a) quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de contrato de trabalho (conforme o REsp n.º 1.227.133 / RS); e (b) se a verba principal for igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto, seguindo o princípio accessorium sequitur suum principale.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

É certo que não cabe pleito de uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido (Questão de Ordem n.º 013 desta TNU).

E, de fato, na hipótese em apreço, o acórdão da Turma Recursal de Origem reflete o entendimento desta TNU, que é o mesmo que vem sendo adotado pelo C. STJ.

Todavia, no presente caso, a União pretende que o imposto de renda incida sobre os juros de mora, sob a alegação de que as verbas recebidas pelo autor não representam numerário percebido no contexto de rescisão de relação de trabalho.

Ocorre que as instâncias ordinárias assim o entenderam (que a verba recebida foi no contexto de rescisão de relação de trabalho), não cabendo a este colegiado reexaminar a situação fática em sede de incidente de uniformização (Súmula n.º 042 desta TNU).

Ademais, especificamente neste feito, o acórdão recorrido / que realizou o juízo de retratação fundamentou a denegação do recurso com base em dois argumentos: o de que a pretensão estaria contrária ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça e o da inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei n.º 7.713/88 e do inciso II § 1º do art. 43 do CTN.

Como não foi atacado o segundo fundamento, o pedido de uniformização não deve ser conhecido também com base na Questão de Ordem n.º 018 desta TNU.

5. Desse modo, pelas razões expostas, tenho que o incidente nacional de uniformização formulado pela União (Fazenda Nacional) NÃO DEVE SER CONHECIDO.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela União (Fazenda Nacional), nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 15 de abril de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5005962-10.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSÉ CARLOS CLAUMANN GREGÓRIO
PROC./ADV.: KARINE SIQUEIRA DA SILVA
OAB: SC-18994
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS QUE INCIDIRAM NO CONTEXTO DE RESCISÃO DE RELAÇÃO DE TRABALHO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N.º 042 E QUESTÃO DE ORDEM N.º 018 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado pela Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que negou provimento ao seu recurso, assentando o entendimento de que, quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de relação de trabalho, não há a incidência do imposto de renda.

2. O incidente foi admitido pelo Min. Presidente desta TNU.

3. A União alega, em seu pleito, em síntese, que, no presente caso, há a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios, em virtude de ser verba eminentemente remuneratória, e não decorrente de rescisão da relação de trabalho. Sustenta ser induvidoso que, na hipótese em tela, na ação trabalhista, não houve o pagamento de sequer um centavo de verbas rescisórias. Aponta como paradigmas julgados do C. STJ (RESP n.º 1.089.720 / RS e RESP n.º 1.227.133 / RS).

4. O presente caso versa acerca da incidência, ou não, do imposto de renda sobre os juros de mora percebidos, de modo acumulado, em decorrência de ação judicial.

A jurisprudência encontra-se consolidada no sentido da incidência, em regra, da aludida exceção.

O fato é que o C. STJ, por sua Primeira Seção, no REsp n.º 1.227.133, julgado pela sistemática dos recursos repetitivos, fixou entendimento de que não incide imposto de renda sobre juros moratórios recebidos em reclamatória trabalhista, esclarecendo, posteriormente, que a regra é a incidência do aludido tributo, aplicando-se a decisão do REsp n.º 1.227.133 somente nos casos de perda do emprego ou quando incidente sobre verbas trabalhistas isentas da exação.

Houve debate a respeito das demais situações, ou seja, casos em que os juros moratórios não se referem a verbas trabalhistas decorrentes de rescisão do contrato de trabalho.

Então, no julgamento do REsp n.º 1.089.720 / RS, decidiu-se que a regra é a incidência do imposto de renda sobre juros de mora, inclusive quando fixados em reclamatórias trabalhistas. Essa regra, no entanto, comporta duas exceções: (a) quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de contrato de trabalho (conforme o REsp n.º 1.227.133 / RS); e (b) se a verba principal for igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto, seguindo o princípio accessorium sequitur suum principale.

Esse é o entendimento esposado pelo C. STJ (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1239921 / SC, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19/12/2012; e STJ, AgRg no AgRg no Ag 1117517 / SC, Rel. Exmo. Sr. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 04/12/2012):

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. OMISSÃO. ERRO DE PREMISSA. IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS JUROS DE MORA ORIUNDOS DE INDENIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E NÃO DE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE EXCEÇÃO À REGRA GERAL. POSSIBILIDADE DE EFEITOS INFRINGENTES. 1. Os embargos declaratórios somente são cabíveis para modificar o julgado que se apresentar omisso, contraditório ou obscuro, bem como para sanar possível erro material existente no acórdão, como ocorreu, in casu, por consideração de premissa fática equivocada. 2. Na espécie, as verbas principais consubstanciam-se em benefícios previdenciários pagos de forma acumulada, em decorrência de demanda judicial, cuja natureza é eminentemente remuneratória. Logo, estando fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, tampouco sendo consideradas isentas ou fora do campo de incidência do imposto derenda, não se aplica à hipótese dos autos nenhuma das duas exceções apontadas à regra geral de incidência do imposto de renda sobre os juros de mora firmada pela Primeira Seção, por maioria, no julgamento do REsp 1.089.720/RS, Rel. Min. Mauro Campbell. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos, para dar provimento ao agravo regimental e para reconhecer a incidência dos jurosde mora sobre as verbas previdenciárias pagas em atraso. (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1232189 / SC, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 08/02/2013) (grifei)

Mais recentemente, o C. STJ voltou a adotar o mesmo entendimento (AgRg no REsp 1408928 / RS, Segunda Turma, Rel. Exmo. HUMBERTO MARTINS, DJe 09/12/2013; AgRg no AREsp 349859 / RS, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 27/11/2013; AgRg no REsp 1251171 / SC, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARI PARGENDLER, DJe 02/10/2013; AgRg no AREsp 223705 / PR, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 24/09/2013):

ADMINISTRATIVO, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PAGO COM ATRASO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. 1. Cuida-se de Agravo Regimental voltado contra decisão singular que proveu o recurso da Fazenda Nacional para reconhecer a incidência de imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de benefício previdenciário pago em atraso. Sustentam as razões de inconformismo que a matéria não está pacificada no STJ, de modo que não podia o Relator decidi-la monocraticamente. 2. O STJ firmou orientação de que, em regra, aplica-se imposto de renda sobre juros de mora (REsp 1.089.720/RS, REsp 1.089.720/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 28.11.2012). 3. O imposto de renda que recai sobre benefícios pagos acumuladamente deve ser calculado de acordo com as tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido adimplidos, observando-se a renda auferida mês a mês pelo segurado. (REsp 1.118.429/SP, Rel. Ministro HermanBenjamin, Primeira Seção, DJe 14/5/2010, recurso submetido à sistemática do art. 543-C do CPC). 3. A parcela de jurosmoratórios sobre benefício previdenciário pago com atraso sujeita-se à exação, por se enquadrar no disposto no art. 16 da Lei 4.506/1964. Precedentes. 4. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 349432 / PR, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 06/12/2013) (grifei)

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. Incide o imposto de renda sobre os juros de mora decorrentes do pagamento a destempo de benefício previdenciário. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 237639 / RS, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARI PARGENDLER, DJe 08/10/2013) (grifei)

Em razão do que decidiu o C. STJ, a C. TNU mudou a sua jurisprudência acerca do assunto, passando a acompanhar aquele Superior Tribunal:

TRIBUTÁRIO. JUROS DE MORA DECORRENTES DE PAGAMENTO EXTEMPORÂNEO DE URV (REAJUSTE DE 11,98%). IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. NATUREZA NÃO INDENIZATÓRIA DA VERBA. ENTENDIMENTO ATUAL DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. QUESTÃO DE ORDEM 24. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela parte autora-recorrente contra acórdão que reconheceu a improcedência do pedido formulado na inicial. 2. Caso em que o autor, servidor público do judiciário federal, pretende o reconhecimento da não-incidência doimposto de renda sobre valores recebidos a título de juros moratórios provenientes do pagamento extemporâneo de URV (11,98%). Sustenta que os juros moratórios teriam natureza jurídico-tributária de verba indenizatória e, por isso, seu recebimento não concretizaria a hipótese de incidência do imposto de renda. 2.1 Invoca como paradigmas: a) decisões administrativas do STF e do CNJ; b) Súmula n° 6 da TR/RS; c) ARESP 243.558, AGRESP 112.343 e Edcl no RESP 1.227.133, todos do STJ; d) julgados da TR/RJ (0013753-84.2009.4.02.5151-01) e TR/ES (0006261-19.2010.4.02.5050-01). 3. Comprovada a divergência jurisprudencial, na forma do art. 14, §2°, Lei n° 10.259/2001, em relação aos julgados oriundos do STJ e da Súmula n° 6 da TR/RS. Em relação aos primeiros, neles há reconhecimento de que espelhariam jurisprudência pacificada no âmbito do STJ, de forma que atendem aos parâmetros da Questão de Ordem n° 5 desta TNU. Em relação à Súmula da TR/RS, houve juntada de seu inteiro teor, bem como indicação da correspondente URL (inteligência da Questão de Ordem n° 3/TNU). 4. A respeito do tema, esta TNU tinha posicionamento consonante com o defendido no incidente de uniformização, amparada em jurisprudência do STJ (RESP 1.227.133/RS, 1a Seção, julgado pela sistemática do art. 543-C do CPC). Exemplificativamente cito PEDIDO 200970570008341, Rel. Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DJ 28/09/2012 e PEDIDO 200871540020063, Rel. Juiz Federal Antonio Fernando Schenkel do Amaral e Silva, DOU 01/06/2012. Todavia, a mesma 1a Seção do STJ, em 10/10/2012, no julgamento do RESP 1.089.720/RS, fixou os parâmetros para aplicação do precedente formado no RESP 1.227.133/RS, que vinha sendo aplicado de forma irrestrita pelos tribunais inferiores. Nesse julgamento o Superior Tribunal de Justiça assentou a compreensão de que: a) como regra geral, o IRPF incide sobre juros de mora, inclusive quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas; b) figuram como exceções: b.1) valores recebidos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não; b.2) quando a verba principal é isenta ou está fora do campo de incidência do IR, consoante a regra de que o acessório segue a sorte do principal. 5.1 A partir desse julgamento, há diversos acórdãos proferidos no âmbito do STJ com a adoção de referido posicionamento. Exemplificativamente, cito AGARESP 201202251578, Rel. Min. Herman Benjamin, 2a Turma, DJE 12/06/2013; AERESP 200900138628, Rel. Min. Ari Pargendler, 1a Seção, DJE 13/05/2013; e RESP 200902298326, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2a Turma, DJE 18/03/2013. 6. O acórdão de origem está em estreita consonância com este entendimento. 7. Pedido de Uniformização não conhecido, nos termos da Questão de Ordem 24: "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia". (PEDILEF 05024039420124058500, Rel. Juíza Federal ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 20/09/2013, p. 142/188) (grifei)

Portanto, considero que, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, inclusive quando fixados em reclamatórias trabalhistas. Essa regra, no entanto, comporta duas exceções: (a) quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de contrato de trabalho (conforme o REsp n.º 1.227.133 / RS); e (b) se a verba principal for igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto, seguindo o princípio accessorium sequitur suum principale.

É certo que não cabe pleito de uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido (Questão de Ordem n.º 013 desta TNU).

E, de fato, na hipótese em apreço, o acórdão da Turma Recursal de Origem reflete o entendimento desta TNU, que é o mesmo que vem sendo adotado pelo C. STJ.

Todavia, no presente caso, a União pretende que o imposto de renda incida sobre os juros de mora, sob a alegação de que as verbas recebidas pelo autor não representam numerário percebido no contexto de rescisão de relação de trabalho.

Ocorre que as instâncias ordinárias assim o entenderam (que a verba recebida foi no contexto de rescisão de relação de trabalho), não cabendo a este colegiado reexaminar a situação fática em sede de incidente de uniformização (Súmula n.º 042 desta TNU).

Ademais, especificamente neste feito, o acórdão recorrido / que realizou o juízo de retratação fundamentou a denegação do recurso com base em dois argumentos: o de que a pretensão estaria contrária ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça e o da inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei n.º 7.713/88 e do inciso II § 1º do art. 43 do CTN.

Como não foi atacado o segundo fundamento, o pedido de uniformização não deve ser conhecido também com base na Questão de Ordem n.º 018 desta TNU.

5. Desse modo, pelas razões expostas, tenho que o incidente nacional de uniformização formulado pela União (Fazenda Nacional) NÃO DEVE SER CONHECIDO.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela União (Fazenda Nacional), nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 15 de abril de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5000812-97.2014.4.04.7216
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOSÉ OLINO DE SOUZA
PROC./ADV.: MÁRCIA ELENA SOARES
OAB: SC-11696
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS QUE INCIDIRAM NO CONTEXTO DE RESCISÃO DE RELAÇÃO DE TRABALHO. JURISPRUDÊNCIA DO STJ. SÚMULA N.º 042 E QUESTÃO DE ORDEM N.º 018 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União em face de acórdão exarado pela Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que negou provimento ao seu recurso, assentando o entendimento de que, quando os juros mo-

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

ratórios forem pagos no contexto de rescisão de relação de trabalho, não há a incidência do imposto de renda.

2. O incidente foi admitido pelo Min. Presidente desta TNU.

3. A União alega, em seu pleito, em síntese, que, no presente caso, há a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios, em virtude de ser verba eminentemente remuneratória, e não decorrente de rescisão da relação de trabalho. Sustenta ser induvidoso que, na hipótese em tela, na ação trabalhista, não houve o pagamento de sequer um centavo de verbas rescisórias. Aponta como paradigmas julgados do C. STJ (RESP n.º 1.089.720 / RS e RESP n.º 1.227.133 / RS).

4. O presente caso versa acerca da incidência, ou não, do imposto de renda sobre os juros de mora percebidos, de modo acumulado, em decorrência de ação judicial.

A jurisprudência encontra-se consolidada no sentido da incidência, em regra, da aludida exceção.

O fato é que o C. STJ, por sua Primeira Seção, no REsp n.º 1.227.133, julgado pela sistemática dos recursos repetitivos, fixou entendimento de que não incide imposto de renda sobre juros moratórios recebidos em reclamatória trabalhista, esclarecendo, posteriormente, que a regra é a incidência do aludido tributo, aplicando-se a decisão do REsp n.º 1.227.133 somente nos casos de perda do emprego ou quando incidente sobre verbas trabalhistas isentas da exação.

Houve debate a respeito das demais situações, ou seja, casos em que os juros moratórios não se referem a verbas trabalhistas decorrentes de rescisão do contrato de trabalho.

Então, no julgamento do REsp n.º 1.089.720 / RS, decidiu-se que a regra é a incidência do imposto de renda sobre juros de mora, inclusive quando fixados em reclamatórias trabalhistas. Essa regra, no entanto, comporta duas exceções: (a) quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de contrato de trabalho (conforme o REsp n.º 1.227.133 / RS); e (b) se a verba principal for igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto, seguindo o princípio accessorium sequitur suum principale.

Esse é o entendimento esposado pelo C. STJ (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1239921 / SC, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19/12/2012; e STJ, AgRg no AgRg no Ag 1117517 / SC, Rel. Exmo. Sr. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 04/12/2012):

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. OMISSÃO. ERRO DE PREMISSA. IMPOSTO DE RENDA SOBRE OS JUROS DE MORA ORIUNDOS DE INDENIZAÇÃO PREVIDENCIÁRIA E NÃO DE RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. INCIDÊNCIA. AUSÊNCIA DE EXCEÇÃO À REGRA GERAL. POSSIBILIDADE DE EFEITOS INFRINGENTES. 1. Os embargos declaratórios somente são cabíveis para modificar o julgado que se apresentar omisso, contraditório ou obscuro, bem como para sanar possível erro material existente no acórdão, como ocorreu, in casu, por consideração de premissa fática equivocada. 2. Na espécie, as verbas principais consubstanciam-se em benefícios previdenciários pagos de forma acumulada, em decorrência de demanda judicial, cuja natureza é eminentemente remuneratória. Logo, estando fora do contexto de despedida ou rescisão do contrato de trabalho, tampouco sendo consideradas isentas ou fora do campo de incidência do imposto derenda, não se aplica à hipótese dos autos nenhuma das duas exceções apontadas à regra geral de incidência do imposto de renda sobre os juros de mora firmada pela Primeira Seção, por maioria, no julgamento do REsp 1.089.720/RS, Rel. Min. Mauro Campbell. Embargos de declaração acolhidos, com efeitos modificativos, para dar provimento ao agravo regimental e para reconhecer a incidência dos jurosde mora sobre as verbas previdenciárias pagas em atraso. (STJ, EDcl no AgRg no REsp 1232189 / SC, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 08/02/2013) (grifei)

Mais recentemente, o C. STJ voltou a adotar o mesmo entendimento (AgRg no REsp 1408928 / RS, Segunda Turma, Rel. Exmo. HUMBERTO MARTINS, DJe 09/12/2013; AgRg no AREsp 349859 / RS, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 27/11/2013; AgRg no REsp 1251171 / SC, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARI PARGENDLER, DJe 02/10/2013; AgRg no AREsp 223705 / PR, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 24/09/2013):

ADMINISTRATIVO, PREVIDENCIÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA SOBRE JUROS DE MORA DE BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PAGO COM ATRASO. ENTENDIMENTO PACIFICADO NA PRIMEIRA SEÇÃO DO STJ. 1. Cuida-se de Agravo Regimental voltado contra decisão singular que proveu o recurso da Fazenda Nacional para reconhecer a incidência de imposto de renda sobre juros de mora decorrentes de benefício previdenciário pago em atraso. Sustentam as razões de inconformismo que a matéria não está pacificada no STJ, de modo que não podia o Relator decidi-la monocraticamente. 2. O STJ firmou orientação de que, em regra, aplica-se imposto de renda sobre juros de mora (REsp 1.089.720/RS, REsp 1.089.720/RS, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, Primeira Seção, DJe 28.11.2012). 3. O imposto de renda que recai sobre benefícios pagos acumuladamente deve ser calculado de acordo com as tabelas e alíquotas vigentes à época em que os valores deveriam ter sido adimplidos, observando-se a renda auferida mês a mês pelo segurado. (REsp 1.118.429/SP, Rel. Ministro HermanBenjamin, Primeira Seção, DJe 14/5/2010, recurso submetido à sistemática do art. 543-C do CPC). 3. A parcela de jurosmoratórios sobre benefício previdenciário pago com atraso sujeita-se à exação, por se enquadrar no disposto no art. 16 da Lei 4.506/1964. Precedentes. 4. Agravo Regimental não provido. (AgRg no AREsp 349432 / PR, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 06/12/2013) (grifei)

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS DE MORA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO. Incide o imposto de renda sobre os juros de mora decorrentes do pagamento a destempo de benefício previdenciário. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 237639 / RS, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. ARI PARGENDLER, DJe 08/10/2013) (grifei)

Em razão do que decidiu o C. STJ, a C. TNU mudou a sua jurisprudência acerca do assunto, passando a acompanhar aquele Superior Tribunal:

TRIBUTÁRIO. JUROS DE MORA DECORRENTES DE PAGAMENTO EXTEMPORÂNEO DE URV (REAJUSTE DE 11,98%). IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. NATUREZA NÃO INDENIZATÓRIA DA VERBA. ENTENDIMENTO ATUAL DO STJ. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. QUESTÃO DE ORDEM 24. 1. Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela parte autora-recorrente contra acórdão que reconheceu a improcedência do pedido formulado na inicial. 2. Caso em que o autor, servidor público do judiciário federal, pretende o reconhecimento da não-incidência doimposto de renda sobre valores recebidos a título de juros moratórios provenientes do pagamento extemporâneo de URV (11,98%). Sustenta que os juros moratórios teriam natureza jurídico-tributária de verba indenizatória e, por isso, seu recebimento não concretizaria a hipótese de incidência do imposto de renda. 2.1 Invoca como paradigmas: a) decisões administrativas do STF e do CNJ; b) Súmula n° 6 da TR/RS; c) ARESP 243.558, AGRESP 112.343 e Edcl no RESP 1.227.133, todos do STJ; d) julgados da TR/RJ (0013753-84.2009.4.02.5151-01) e TR/ES (0006261-19.2010.4.02.5050-01). 3. Comprovada a divergência jurisprudencial, na forma do art. 14, §2°, Lei n° 10.259/2001, em relação aos julgados oriundos do STJ e da Súmula n° 6 da TR/RS. Em relação aos primeiros, neles há reconhecimento de que espelhariam jurisprudência pacificada no âmbito do STJ, de forma que atendem aos parâmetros da Questão de Ordem n° 5 desta TNU. Em relação à Súmula da TR/RS, houve juntada de seu inteiro teor, bem como indicação da correspondente URL (inteligência da Questão de Ordem n° 3/TNU). 4. A respeito do tema, esta TNU tinha posicionamento consonante com o defendido no incidente de uniformização, amparada em jurisprudência do STJ (RESP 1.227.133/RS, 1a Seção, julgado pela sistemática do art. 543-C do CPC). Exemplificativamente cito PEDIDO 200970570008341, Rel. Juiz Federal Paulo Ricardo Arena Filho, DJ 28/09/2012 e PEDIDO 200871540020063, Rel. Juiz Federal Antonio Fernando Schenkel do Amaral e Silva, DOU 01/06/2012. Todavia, a mesma 1a Seção do STJ, em 10/10/2012, no julgamento do RESP 1.089.720/RS, fixou os parâmetros para aplicação do precedente formado no RESP 1.227.133/RS, que vinha sendo aplicado de forma irrestrita pelos tribunais inferiores. Nesse julgamento o Superior Tribunal de Justiça assentou a compreensão de que: a) como regra geral, o IRPF incide sobre juros de mora, inclusive quando reconhecidos em reclamatórias trabalhistas; b) figuram como exceções: b.1) valores recebidos no contexto de despedida ou rescisão de contrato de trabalho, em reclamatórias trabalhistas ou não; b.2) quando a verba principal é isenta ou está fora do campo de incidência do IR, consoante a regra de que o acessório segue a sorte do principal. 5.1 A partir desse julgamento, há diversos acórdãos proferidos no âmbito do STJ com a adoção de referido posicionamento. Exemplificativamente, cito AGARESP 201202251578, Rel. Min. Herman Benjamin, 2a Turma, DJE 12/06/2013; AERESP 200900138628, Rel. Min. Ari Pargendler, 1a Seção, DJE 13/05/2013; e RESP 200902298326, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, 2a Turma, DJE 18/03/2013. 6. O acórdão de origem está em estreita consonância com este entendimento. 7. Pedido de Uniformização não conhecido, nos termos da Questão de Ordem 24: "Não se conhece de incidente de uniformização interposto contra acórdão que se encontra no mesmo sentido da orientação do Superior Tribunal de Justiça, externada em sede de incidente de uniformização ou de recursos repetitivos, representativos de controvérsia". (PEDILEF 05024039420124058500, Rel. Juíza Federal ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 20/09/2013, p. 142/188) (grifei)

Portanto, considero que, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, inclusive quando fixados em reclamatórias trabalhistas. Essa regra, no entanto, comporta duas exceções: (a) quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de contrato de trabalho (conforme o REsp n.º 1.227.133 / RS); e (b) se a verba principal for igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto, seguindo o princípio accessorium sequitur suum principale.

É certo que não cabe pleito de uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido (Questão de Ordem n.º 013 desta TNU).

E, de fato, na hipótese em apreço, o acórdão da Turma Recursal de Origem reflete o entendimento desta TNU, que é o mesmo que vem sendo adotado pelo C. STJ.

Todavia, no presente caso, a União pretende que o imposto de renda incida sobre os juros de mora, sob a alegação de que as verbas recebidas pelo autor não representam numerário percebido no contexto de rescisão de relação de trabalho.

Ocorre que as instâncias ordinárias assim o entenderam (que a verba recebida foi no contexto de rescisão de relação de trabalho), não cabendo a este colegiado reexaminar a situação fática em sede de incidente de uniformização (Súmula n.º 042 desta TNU).

demais, especificamente neste feito, o acórdão recorrido / que realizou o juízo de retratação fundamentou a denegação do recurso com base em dois argumentos: o de que a pretensão estaria contrária ao entendimento do Superior Tribunal de Justiça e o da inconstitucionalidade do § 1º do art. 3º da Lei n.º 7.713/88 e do inciso II § 1º do art. 43 do CTN.

Como não foi atacado o segundo fundamento, o pedido de uniformização não deve ser conhecido também com base na Questão de Ordem n.º 018 desta TNU.

5. Desse modo, pelas razões expostas, tenho que o incidente nacional de uniformização formulado pela União (Fazenda Nacional) NÃO DEVE SER CONHECIDO.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela União (Fazenda Nacional), nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 15 de abril de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5067584-07.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JOÃO ALBERTO DA ROSA FERREIRA
PROC./ADV.: PAULO CALIENDO
OAB: RS-33 940
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS RECEBIDAS QUANDO DA RESCISÃO DE RELAÇÃO DE EMPREGO. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓIRIO. SÚMULA N.º 042 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela parte autora em face de acórdão exarado pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Rio Grande do Sul, que negou provimento ao seu recurso, assentando o entendimento de que as verbas pagas por mera liberalidade do empregador, nos casos de rescisão do contrato de trabalho, não possuem natureza indenizatória, devendo, portanto, sobre elas incidir imposto de renda.

Sustenta a parte autora, no pleito de uniformização, que a indenização recebida pela adesão a programa de incentivo à demissão voluntária não está sujeita à incidência de imposto de renda.

Aponta como paradigmas julgados do C. STJ (EDcl no REsp 856641/RJ, AgRg no REsp 1.073.929/RJ, REsp 850416/RJ, REsp nº 1.084.300 e AgRg no REsp 895.824/RS).

Invoca, ainda, a Súmula n.º 215 do aludido Tribunal Superior.

2. O Min. Presidente desta TNU admitiu o incidente nacional de uniformização.

3. O fato de o empregador ter resolvido, por mera liberalidade, recompensar o trabalhador pelo período em que prestou serviços, não altera a natureza jurídica da verba recebida.

Assim, resta configurado o fato gerador do imposto de renda sobre a parcela recebida como prêmio pela aposentadoria, pois presente a aquisição da disponibilidade econômica e jurídica da verba, incidindo a norma do art. 43 do Código Tributário Nacional.

É que a Primeira Seção do C. STJ, por ocasião do julgamento dos REsp's 1.112.745/SP e 1.102.575/MG, submetidos ao regime de que trata o art. 543-C do CPC, consolidou o entendimento de que, na rescisão do contrato de trabalho, sobre as verbas pagas espontaneamente ou por liberalidade do ex-empregador, por não possuírem natureza indenizatória, incide o imposto de renda:

PROCESSUAL CIVIL. VIOLAÇÃO AOS ARTIGOS 458 E 535, DO CPC. NÃO OCORRÊNCIA. TRIBUTÁRIO. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO POR LIBERALIDADE DO EMPREGADOR. NATUREZA REMUNERATÓRIA. IMPOSTO DE RENDA. INCIDÊNCIA. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. 1. (...). 2. As verbas concedidas ao empregado por mera liberalidade do empregador quando da rescisão unilateral de seu contrato de trabalho implicam acréscimo patrimonial por não possuírem caráter indenizatório, sujeitando-se, assim, à incidência do imposto de renda. Precedentes: EAg - Embargos de Divergência em Agravo 586.583/RJ, Rel. Ministro José Delgado, DJ 12.06.2006; EREsp 769.118 / SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, DJ de 15.10.2007, p. 221; REsp n.º 706.817/RJ, Primeira Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 28/11/2005; EAg 586.583/RJ, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Seção, v.u., julgado em 24.5.2006, DJ 12.6.2006 p. 421; EREsp 775.701/SP, Relator Ministro Castro Meira, Relator p/ Acórdão Ministro Luiz Fux, Data do Julgamento 26/4/2006, Data da Publicação/Fonte DJ 1.8.2006 p. 364; EREsp 515.148/RS, Relator Ministro Luiz Fux, Data do Julgamento 8/2/2006, Data da Publicação/Fonte DJ 20.2.2006 p. 190 RET vol. 48 p. 28; AgRg nos EREsp. Nº 860.888 - SP, Primeira Seção, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 26.11.2008, entre outros. 3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, REsp 1.102.575 / MG, Rel. Exmo. Sr. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 01/10/2009) (grifei)

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. RESCISÃO DO CONTRATO DE TRABALHO. INDENIZAÇÃO PAGA POR LIBERALIDADE DO EMPREGADOR. NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCIDÊNCIA. INDENIZAÇÃO PAGA NO CONTEXTO DE PROGRAMA DE DEMISSÃO VOLUNTÁRIA - PDV. NATUREZA INDENIZATÓRIA. NÃO INCIDÊNCIA. SÚMULA 215/STJ. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 543-C, DO CPC. 1. Nas rescisões de contratos de trabalho são dadas diversas denominações às mais variadas verbas. Nessas situações, é imperioso verificar qual a natureza jurídica de determinada verba a fim de, aplicando a jurisprudência desta Corte, classificá-la como sujeita ao imposto de renda ou não. 2. As verbas pagas por liberalidade na rescisão do contrato de trabalho são aquelas que, nos casos em que ocorre a demissão com ou sem justa causa, são pagas sem decorrerem de imposição de nenhuma fonte normativa prévia ao ato de dispensa (incluindo-se aí Programas de Demissão Voluntária - PDV e Acordos Coletivos), dependendo apenas da vontade do empregador e excedendo as indenizações legalmente instituídas. Sobre tais verbas a jurisprudência é pacífica no sentido da incidência do imposto de renda já que não possuem natureza indenizatória. Precedentes: EAg - Embargos de Divergência em Agravo 586.583/RJ, Rel. Ministro José Delgado, DJ 12.06.2006; EREsp 769.118 / SP, Rel. Min. Herman Benjamin, Primeira Seção, DJ de 15.10.2007, p. 221; REsp n.º 706.817/RJ, Primeira Turma, Rel. Min. Francisco Falcão, DJ de 28/11/2005; EAg 586.583/RJ, Rel. Ministro José Delgado, Primeira Seção, v.u., julgado em 24.5.2006, DJ 12.6.2006 p. 421; EREsp 775.701/SP, Relator Ministro Castro Meira, Relator p/ Acórdão Ministro Luiz Fux, Data do Julgamento 26/4/2006, Data da Publicação/Fonte DJ 1.8.2006 p. 364; EREsp 515.148/RS, Relator Ministro Luiz Fux, Data do Julgamento 8/2/2006, Data da Publicação/Fonte DJ 20.2.2006 p. 190 RET vol. 48 p. 28; AgRg nos EREsp. Nº 860.888 - SP, Primeira Seção, Rel. Min. Francisco Falcão, julgado em 26.11.2008, entre outros. 3. "Os Programas de Demissão Voluntária - PDV consubstanciam uma oferta pública para a realização de um negócio jurídico, qual seja a resilição ou distrato do contrato de trabalho no caso das relações regidas pela CLT, ou a exoneração, no caso dos servidores estatutários. O núcleo das condutas jurídicas relevantes aponta para a existência de um acordo de vontades para por fim à relação empregatícia, razão pela qual inexiste margem para o exercício de liberalidades por parte do empregador. [...] Inexiste liberalidade em acordo de vontades no qual uma das partes renuncia ao cargo e a outra a indeniza [...]" (REsp Nº 940.759 - SP, Primeira Seção, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 25.3.2009). "A indenização recebida pela adesão a programa de incentivo à demissão voluntária não está sujeita à incidência do imposto de renda". Enunciado n. 215 da Súmula do STJ. 4. Situação em que a verba denominada "gratificação não eventual" foi paga por liberalidade do empregador e a chamada "compensação espontânea" foi paga em contexto de PDV. 5. Recurso especial parcialmente provido. Acórdão submetido ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/2008. (STJ, REsp 1.112.745 / SP, Rel. Exmo. Sr. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 01/10/2009) (grifei)

Sublinhe-se, portanto, que as verbas pagas no contexto de programa de demissão incentivada podem, ou não, sofrer a incidência do imposto sobre a renda, estando sujeitas à exação aquelas que ostentem caráter remuneratório (STJ, AgRg no REsp 1264571 / RS, Primeira Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 05/03/2013).

No caso em apreço, verifico que a parte autora recebeu mais de sessenta mil reais a título de "gratificação eventual", e as instâncias ordinárias consideraram ser tal verba paga como liberalidade do empregador quando da rescisão do contrato de trabalho.

Ora, rever o entendimento consignado nas instâncias ordinárias (de que as verbas foram pagas por mera liberalidade do empregador quando da rescisão da relação de trabalho) para assentar que se trata de adesão a plano de demissão voluntária requer o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é inadmissível pela via estreita do incidente de uniformização (Súmula n.º 042 da TNU; e STJ, AgRg no REsp 1439365 / PR, Segunda Turma, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 23/05/2014).

4. Em sendo assim, entendo que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora NÃO DEVE SER CONHECIDO.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 07 de maio de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002763-33.2012.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA DE LOURDES ROCHA
PROC./ADV.: EDENILSON TAMBOSI
OAB: SC-24580
PROC./ADV.: JEAN GABRIEL BARROS
OAB: SC-26677
PROC./ADV.: CARLA MARCOS SOARES
OAB: SC-24445
PROC./ADV.: ADAM SOARES
OAB: SC-35540
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. VERBAS RECEBIDAS ACUMULADAMENTE POR FORÇA DE DECISÃO JUDICIAL. MEDIDA PROVISÓRIA N.º 497/2010, CONVERTIDA NA LEI N.º 12.350/2010, QUE ACRESCENTOU O ART. 12-A NA LEI N.º 7.713/88. INTERESSE DE AGIR. REPETIÇÃO DO INDÉBITO. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. SÚMULA N.º 043 DESTA TNU. NÃO CONHECIMENTO.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela parte autora em face de acórdão exarado pela Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que deu provimento ao recurso da Fazenda Nacional, assentando o entendimento de que, por força do disposto no art. 12-A da Lei n.º 7.713/88 (acrescentado pela Medida Provisória n.º 497/2010, convertida na Lei n.º 12.350/2010), uma simples retificação administrativa, por meio do ajuste do imposto de renda, resolve a demanda posta em juízo, não sendo necessária a proposição de ação judicial.

Sustenta a parte autora, no pleito de uniformização, que o direito à repetição do indébito tributário não está condicionado a eventual prévio requerimento administrativo.

Aponta como paradigma julgado da Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de São Paulo (processo n.º 0010277-16.2010.4.03.6302).

2. O Min. Presidente desta TNU admitiu o incidente nacional de uniformização.

3. Como é de conhecimento geral, a questão relativa à necessidade de prévio requerimento administrativo como condição para postular em Juízo, quando a controvérsia reside sobre o direito de concessão de benefícios previdenciários, foi decidida recentemente por nossa Corte Suprema, nos seguintes termos (transcrevo ementa do RE n.º 631.240):

RECURSO EXTRAORDINÁRIO. REPERCUSSÃO GERAL. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO E INTERESSE EM AGIR. 1. A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo. 2. A concessão de benefícios previdenciários depende de requerimento do interessado, não se caracterizando ameaça ou lesão a direito antes de sua apreciação e indeferimento pelo INSS, ou se excedido o prazo legal para sua análise. É bem de ver, no entanto, que a exigência de prévio requerimento não se confunde com o exaurimento das vias administrativas. 3. A exigência de prévio requerimento administrativo não deve prevalecer quando o entendimento da Administração for notória e reiteradamente contrário à postulação do segurado. 4. Na hipótese de pretensão de revisão, restabelecimento ou manutenção de benefício anteriormente concedido, considerando que o INSS tem o dever legal de conceder a prestação mais vantajosa possível, o pedido poderá ser formulado diretamente em juízo - salvo se depender da análise de matéria de fato ainda não levada ao conhecimento da Administração -, uma vez que, nesses casos, a conduta do INSS já configura o não acolhimento ao menos tácito da pretensão. 5. Tendo em vista a prolongada oscilação jurisprudencial na matéria, inclusive no Supremo Tribunal Federal, deve-se estabelecer uma fórmula de transição para lidar com as ações em curso, nos termos a seguir expostos. 6. Quanto às ações ajuizadas até a conclusão do presente julgamento (03.09.2014), sem que tenha havido prévio requerimento administrativo nas hipóteses em que exigível, será observado o seguinte: (i) caso a ação tenha sido ajuizada no âmbito de Juizado Itinerante, a ausência de anterior pedido administrativo não deverá implicar a extinção do feito; (ii) caso o INSS já tenha apresentado contestação de mérito, está caracterizado o interesse em agir pela resistência à pretensão; (iii) as demais ações que não se enquadrem nos itens (i) e (ii) ficarão sobrestadas, observando-se a sistemática a seguir. 7. Nas ações sobrestadas, o autor será intimado a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção do processo. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado a se manifestar acerca do pedido em até 90 dias, prazo dentro do qual a Autarquia deverá colher todas as provas eventualmente necessárias e proferir decisão. Se o pedido for acolhido administrativamente ou não puder ter o seu mérito analisado devido a razões imputáveis ao próprio requerente, extingue-se a ação. Do contrário, estará caracterizado o interesse em agir e o feito deverá prosseguir. 8. Em todos os casos acima - itens (i), (ii) e (iii) -, tanto a análise administrativa quanto a judicial deverão levar em conta a data do início da ação como data de entrada do requerimento, para todos os efeitos legais. 9. Recurso extraordinário a que se dá parcial provimento, reformando-se o acórdão recorrido para determinar a baixa dos autos ao juiz de primeiro grau, o qual deverá intimar a autora - que alega ser trabalhadora rural informal - a dar entrada no pedido administrativo em 30 dias, sob pena de extinção. Comprovada a postulação administrativa, o INSS será intimado para que, em 90 dias, colha as provas necessárias e profira decisão administrativa, considerando como data de entrada do requerimento a data do início da ação, para todos os efeitos legais. O resultado será comunicado ao juiz, que apreciará a subsistência ou não do interesse em agir. (RE 631240 / MG, Tribunal Pleno, Rel. Min. ROBERTO BARROSO, DJe-220, DIVULG 07/11/2014, PUBLIC 10/11/2014)

O caso em tela, contudo, versa sobre matéria tributária.

Sobre este tema, o E. TRF da 4ª Região tem entendimento no sentido de que o exercício do direito de ação não está condicionado a prévio requerimento administrativo, bastando que se possa verificar a resistência do réu:

TRIBUTÁRIO. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO DE VALORES. INGRESSO PRÉVIO NA VIA ADMINISTRATIVA. DISPENSABILIDADE. FALTA DE INTERESSE DE AGIR NÃO CARACTERIZADA. 1. O prévio requerimento na via administrativa constitui uma faculdade conferida ao administrado e não uma obrigação, ou requisito essencial à propositura da ação, haja vista ser garantia constitucional do cidadão o livre acesso ao Poder Judiciário. 2. Em se tratando de repetição, o interesse de agir decorre do próprio pagamento alegadamente indevido. (TRF4, AC 5017050-67.2013.404.7107, Primeira Turma, Relator p/ Acórdão Jorge Antonio Maurique, juntado aos autos em 09/04/2015) (grifei)

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO ORDINÁRIA. PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA. PRETENSÃO RESISTIDA JUDICIALMENTE. COMPROVAÇÃO DO DIREITO. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRESCRIÇÃO. DESCONSIDERAÇÃO DE RELAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. TRANSFORMAÇÃO EM RELAÇÃO EMPREGATÍCIA. APURAÇÃO DE IRPF. PAGAMENTO INTEGRAL. DIREITO DE REPETIÇÃO DOS VALORES RECOLHIDOS DE FORMA DIRETA E RETIDOS PELA TOMADORA DE SERVIÇOS. CORREÇÃO. 1. É sabido que a contestação ao mérito do feito, por si só, configura existência do interesse de agir da parte-autora. Afinal, não é razoável impor, como condição para o ajuizamento da demanda, o prévio requerimento na seara administrativa quando, ao contestar o feito, a ré opõe-se à pretensão deduzida. 2. Verificando-se que houve o cumprimento do determinado no artigo 282 do CPC, especificamente no seu inciso VI, visto que foi acostada à inicial prova do direito que se pretende comprovar, não há falar em inépcia. 3. (...). 5. Os valores deverão ser apurados em liquidação de sentença, incidindo atualização monetária desde a data dos pagamentos/retenções até o seu efetivo pagamento (Súmula 162-STJ). Para os respectivos cálculos, devem ser utilizados, unicamente, os indexadores instituídos por lei para corrigir débitos e/ou créditos de natureza tributária. No caso, incidente a taxa SELIC, instituída pelo art. 39, § 4º, da Lei 9.250/95, índice que já engloba juros e correção monetária. (TRF4, AC 5001708-79.2014.404.7107, Segunda Turma, Relator p/ Acórdão Otávio Roberto Pamplona, juntado aos autos em 04/12/2014) (grifei)

O mesmo pensa o C. Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO. PRÉVIO REQUERIMENTO OU EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. DESNECESSIDADE. INTERESSE DE AGIR. RECONHECIMENTO DO INDÉBITO PELA PRÓPRIA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 1. No tocante à necessidade de exaurimento prévio da via administrativa para o ingresso de demanda judicial, o entendimento das duas Turmas que compõem a Primeira Seção desta Corte é no sentido de que o não-esgotamento da via administrativa não resulta em falta de interesse de agir capaz de obstar o prosseguimento do pleito repetitivo. 2. Agravo regimental não-provido. (AgRg no REsp 1190977 / PR, Segunda Turma, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 28/09/2010) (grifei)

Conquanto não desconheça que o tema funde-se com a questão constitucional do acesso que o Estado deve franquear ao cidadão quando o jurisdicionado se sente lesado em seus direitos (o art. 5º, inciso XXXV, da Constituição da República Federativa do Brasil; STF, HC 107917 / DF, Segunda Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. RICARDO LEWANDOWSKI, DJe-239, DIVULG 16/12/2011, PUBLIC 19/12/2011; STF, HC 100104 / RJ, Segunda Turma, Rela. Exma. Sra. Mina. ELLEN GRACIE, DJe-171, DIVULG 10/09/2009, PUBLIC 11/09/2009; STF, RE 454421 AgR / ES, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. CARLOS BRITTO, DJ 08/09/2006, PP-00041; e STF, RE 204305 / PR, Primeira Turma, Rel. Exmo. Sr. Min. MOREIRA ALVES, DJ 19/06/1998, PP-00020, EMENT VOL-01915-02, PP-00341), entendo que, por força do disposto na Súmula n.º 043 desta Turma Nacional de Uniformização, a matéria discutida no presente é unicamente processual (PEDILEF 200970520011563, Rel. Juiz Federal Herculano Martins Nacif, DJ 05/11/2012).

Assim também já o decidi na TRU da 4ª Região: 5004821-18.2012.404.7202, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Daniel Machado da Rocha, juntado aos autos em 07/08/2013.

4. Em sendo assim, tenho que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora NÃO DEVE SER CONHECIDO.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 07 de maio de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0524724-78.2011.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ANA ROSA DE ARAÚJO CINTRA
PROC./ADV.: JULIA LANCRY C. WERNECK
OAB: PE-24023
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. QUESTÃO DE ORDEM N.º 013 DESTA TNU. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União (Fazenda Nacional) em face de acórdão exarado pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Pernambuco, que negou provimento ao seu recurso, assentando o entendimento de que é indevida a incidência do imposto de renda sobre o benefício de previdência privada auferido pelo autor a partir de 01/1996 (resgate ou complementação) até o limite do que foi recolhido pelo beneficiário, a título desse tributo, sob a égide da Lei n.º 7.713/88.

Sustenta a Fazenda Nacional que merece ser atendido o pedido de declaração de inexigibilidade do referido imposto, mas apenas e tão-somente na proporção do que foi pago pelo beneficiário sob a égide da Lei n.º 7.713/88.

Aponta como paradigmas julgados da Terceira Turma Recursal da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina (processo n.º 2009.72.56.000891-9) e do C. STJ (EREsp 621.348/DF).

2. O pleito de uniformização foi admitido pelo Min. Presidente desta TNU.

3. O sistema de tributação sobre os fundos de aposentadoria pode ser dividido, cronologicamente, em três períodos:

(a) período entre as Leis n.º 4.506/64 e n.º 7.713/88: as contribuições eram deduzidas da base de cálculo do imposto de renda que incidia quando o contribuinte recebia a aposentadoria complementar; dessa forma, os valores destinados às entidades não eram tributados na fonte (art. 18, I, Lei n.º 4.506/64), o que ocorria quando do seu recebimento;

(b) período entre as Leis n.º 7.713/88 e n.º 9.250/95: os valores referentes às contribuições eram tributados na fonte sobre a renda bruta, ficando isentos do imposto de renda quando de sua percepção, de acordo com o art. 6º, VII, b, da Lei n.º 7.713/88; e

(c) período posterior à edição da Lei nº 9.250/95: voltou-se a deduzir da base de cálculo as contribuições para as entidades de previdência privada, conforme seu art. 4º, V, e tributar os benefícios; ademais, o art. 33 revogou tacitamente a isenção prevista na legislação anterior.

Em assim sendo, as contribuições ao fundo de previdência privada foram tributadas na fonte, quando de seu recolhimento sob a vigência da Lei n.º 7.713/88, e, quando do resgate, já no regime da Lei n.º 9.250/95, novamente acabou incidindo a exação. Em outras palavras, a partir de 1996, os benefícios de complementação de aposentadoria pagos por entidades de previdência privada estão sujeitos à incidência de imposto de renda. No entanto, as contribuições que o próprio beneficiado verteu no período de 1989 a 1995 também foram tributadas, em razão do que exigia a Lei n.º 7.713/88. Dessa forma, configurou-se o bis in idem.

O C. STJ pacificou a questão no REsp n.º 1.012.903 / RJ, julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC). Nele, ficou decidido que o imposto de renda já tributado e incidente sobre os benefícios recebidos a partir de janeiro de 1996 é indevido e deve ser restituído na proporção e somente até o limite do que foi recolhido pelo beneficiário sob a égide da Lei n.º 7.713/88:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33). 1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008). 2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA - série especial - em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07). 3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08. (STJ, REsp 1012903/RJ, Primeira Seção, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, j. em 08/10/2008, unânime, Dje 13/10/2008) (grifei)

E esse é o entendimento que vem sendo seguido hoje pelo referido Tribunal Superior: STJ, AgRg nos EDcl no AREsp 203640 / CE, Segunda Turma, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 27/11/2014; STJ, AgRg no AREsp 148796 / RS, Quarta Turma, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 17/02/2014; STJ, AgRg no REsp 1105061 / ES, Primeira Turma, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 11/11/2013, RET vol. 94 p. 115; dentre outros precedentes.

Vem decidindo o C. STJ que, em função da dificuldade de identificar e de distinguir, em cada parcela do benefício previdenciário recebido, as contribuições recolhidas pelo segurado e o aporte vertido pela entidade patrocinadora, deve ser reconhecida a inexigibilidade do imposto de renda até o limite do que foi recolhido pelo beneficiário, a título de tal imposto, sob a égide da Lei n.º 7.713/88, devidamente atualizado (STJ, REsp 1282609/RN, 2ª T, Rel. Exmo. Sr. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, Dje 28/11/2011; e ED no REsp 1282609/RN, 2ª T, Rel. Exmo. Sr. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 09/03/2012).

Desse entendimento partilha esta TNU:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. PREVIDÊNCIA PRIVADA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. CRITÉRIO DE APURAÇÃO DO INDÉBITO. ACORDAO RECORRIDO EM CONSONÂNCIA COM O ENTENDIMENTO CONSOLIDADO NESTA TNU. APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM N. 13. PEDIDO DEUNIFORMIZAÇÃO NÃO CONHECIDO. 1. A União, ora recorrente, pretende a modificação de acórdão que, dando parcial provimento a seu recurso inominado, julgou procedente o pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre complementação de aposentadoria, relativamente às contribuições vertidas pelo autor ao fundo de previdência privada no período de 1989 a 1995, mandando compensar o que foi pago indevidamente. Insurge-se apenas quanto ao critério de apuração do indébito tributário, argumentando a União que, para a liquidação do imposto de renda, deve ser adotado o método do cálculo do montante não-tributável (poupança), segundo o qual os valores recolhidos pelo contribuinte à entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos conforme Manual de Cálculos da Justiça Federal, passando a compor dedução dos rendimentos tributados anualmente a título de complementação de aposentadoria. Citou como paradima, o recurso de n. 2009.72.56.000891-9, da 1ª Turma Recursal de Santa Catarina. 2. O incidente de uniformização de interpretação do direito federal tem cabimento quando fundado em divergência entre decisões de turmas recursais de diferentes Regiões ou quando o acórdão recorrido for proferido em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante desta Turma Nacional de Uniformização ou do Superior Tribunal de Justiça. 3. Ora, este Colegiado, na esteira da jurisprudência firmada pelo Superior Tribunal de Justiça, fixou o entendimento de que o indébito tributário é calculado com base no valor do imposto de renda recolhido entre 1-1-1989 e 31-12-1995, cujo montante será deduzido dos valores cobrados a tal título incidentes sobre a complementação da aposentadoria. Sobre esse assunto, além da decisão proferida no Pedilef 2006.83.00.515712-4 (DJ 28-10-2008), da relatoria da Srª. Juíza Joana Carolina Pereira. Registra-se, ainda, o acórdão prolatado no Pedilef 2006.72.58.00.3510-1, relator o Sr. Janilson Bezerra de Siqueira, julgado em 27-6-2012, com a seguinte ementa, na parte que interessa: EMENTA: TRIBUTÁRIO E PROCESSUAL CIVIL. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO. IMPOSTO DE RENDA SOBRE COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. RESTITUIÇÃO DO INDÉBITO. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA CONFIRMADA PELA 2.ª TURMA RECURSAL DE SANTA CATARINA. ALEGAÇÃO DE DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E DA TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO. DIVERGÊNCIA DEMONSTRADA. CONHECIMENTO DO INCIDENTE. INEXIGIBILIDADE DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE A COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA APENAS ATÉ O LIMITE DO QUE JÁ FOI PAGO A ESSE TÍTULO SOB A ÉGIDE DA LEI N.º 7.713/88. TESE DA ISENÇÃO PARA O FUTURO. REJEIÇÃO. ACOLHIMENTO DA POSIÇÃO DO STJ: NON BIS IN IDEM. DIREITO DA FAZENDA DE APRESENTAR CÁLCULOS QUE DEMONSTREM O VALOR CONSIDERADO DEVIDO. PROVIMENTO PARCIAL DO INCIDENTE. A Fazenda sustenta, ainda, que os valores recolhidos pelo contribuinte a entidade de previdência privada nos exercícios de 1989 a 1995 deverão ser corrigidos pelos índices de correção monetária geral até a data da aposentadoria e o seu somatório deverá ser utilizado como um valor dedutível da base de cálculo dos benefícios da aposentadoria, para fins de apurar-se o imposto de renda incidente sobre a complementação de aposentadoria. Contudo, não é esta a forma de cálculo reconhecida pelo STJ, que entende pela compensação entre o valor recolhido de imposto de renda entre 1989 a 1995 com os valores cobrados a título do imposto atualmente: "Consoante consignado pelo Ministro Castro Meira, no julgamento do recurso repetitivo esta Corte assentou que, tendo em vista as dificuldades em identificar e distinguir, em cada parcela do benefício previdenciário recebido, as contribuições recolhidas pelo segurado e o aporte vertido pela entidade patrocinadora, há de se reconhecer a inexigibilidade do imposto de renda, até o limite do que foi recolhido pelo beneficiário, a título de tal imposto, sob a égide da Lei n.º 7.713/88, devidamente atualizado" (REsp n.º 1282609/RN, Relator Ministro Mauro Campbell Marques, DJU 28 nov. 2011). 4. No caso em exame, é de se constatar que o acórdão recorrido está em sintonia com o entendimento deste Colegiado. Incidência, portanto, da questão de ordem n. 13 desta Turma Nacional, segundo a qual "não cabe pedido de uniformização quando a jurisprudência da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais se firmou no mesmo sentido do acórdão recorrido.". 5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Pedido de uniformização não conhecido. (PEDILEF 05318667020104058300, Rel. Juiz Federal GLÁUCIO FERREIRA MACIEL GONÇALVES, DOU 16/05/2014 PÁG. 125/165) (grifei)

Saliento que sobre o tema nossa Suprema Corte não reconheceu repercussão geral:

TRIBUTÁRIO. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE BENEFÍCIO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR APÓS A LEI 9.250/95. APLICAÇÃO DOS EFEITOS DA AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL TENDO EM VISTA TRATAR-SE DE DIVERGÊNCIA SOLUCIONÁVEL PELA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. (RE 628002 RG / SP, Plenário, Rela. Mina. ELLEN GRACIE, DJe-224, DIVULG 22/11/2010, PUBLIC 23/11/2010) (grifei)

Na hipótese em apreço, contudo, entendo que o incidente não deva ser conhecido, isso porque a Fazenda Nacional, em seu pleito de uniformização, veicula pretensão que já foi agasalhada pelo acórdão recorrido.

E. de fato, o acórdão atacado decidiu a questão nos exatos termos da jurisprudência do C. STJ.

Transcrevo parte do julgado da Turma Recursal de Pernambuco:

No mérito, a ré impugnou apenas a forma de liquidação do julgado. Quanto a essa forma da isenção parcial definida, as seguintes orientações devem ser observadas, tendo em vista que o STJ vem entendendo que:

"(...) Sendo indefinido no tempo o valor futuro do benefício que será pago, é, conseqüentemente, insuscetível de definição a proporção que em relação a ele representam as contribuições recolhidas no passado, antes referidas. É inviável, assim, identificar, em cada parcela do benefício recebido, os valores correspondentes à contribuição do segurado e aos aportes da entidade patrocinadora.

No entanto, não se pode negar o fato de que as contribuições vertidas pelos beneficiários no período de vigência da Lei 7.713/88 - as quais, em alguma proporção, integram o benefício devido - já foram tributadas pelo IRPF. Assim, sob pena de incorrer-se em bis in idem, merece ser atendido o pedido de declaração de inexigibilidade do referido imposto - mas apenas na proporção do que foi pago a esse título por força da norma em questão. Em outros termos: o imposto de renda incidente sobre os benefícios recebidos a partir de janeiro de 1996 é indevido e deve ser repetido somente até o limite do que foi recolhido pelo beneficiário sob a égide da Lei 7.713/88." (voto do Min. Teori Zavascki no EREsp 621348/DF)(grifo nosso)

4. Em sendo assim, entendo que o pleito nacional de uniformização formulado pela Fazenda Nacional não deve ser conhecido, nos termos da Questão de Ordem n.º 013 desta TNU.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela União (Fazenda Nacional), nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 07 de maio de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5002513-02.2014.4.04.7214
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VANDERLEY MOYSES DE ANDRADE
PROC./ADV.: CARLOS BERKENBROCK
OAB: SC-13520
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO ENTRE O ACORDAO RECORRIDO E OS JULGADOS PARADIGMAS. INCIDENTE NÃO CONHECIDO.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União (Fazenda Nacional) em face de acórdão exarado pela Segunda Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que deu provimento ao recurso da parte autora, assentando o entendimento de que é indevida a incidência do imposto de renda sobre o benefício de previdência privada auferido pelo autor a partir de 01/1996 (resgate ou complementação) até o limite do que foi recolhido pelo beneficiário, a título desse tributo, sob a égide da Lei n.º 7.713/88.

Manifesta a Fazenda Nacional que concorda que os valores recolhidos para a entidade de previdência complementar pelo contribuinte no período da Lei n.º 7.713/88 não podem servir de nova base de cálculo para incidência do imposto de renda a partir da aposentação.

Todavia, sustenta, em suma, que o benefício de complementação de aposentadoria, percebido na vigência da Lei n.º 9.250/95, não é isento, nem total, nem parcialmente, da incidência do imposto de renda, devendo-se reconhecer, em verdade, que uma parcela desse benefício (correspondente às contribuições vertidas pelo beneficiário na vigência da Lei n.º 7.713/88) não integre a base de cálculo do imposto de renda. Em outras palavras, afirma que o benefício complementar não é tributável pelo imposto de renda até o limite daquelas contribuições, para evitar o bis in idem.

Refere que se deve excluir da nova tributação o valor da renda anteriormente tributada, e não o valor do tributo (imposto de renda) outrora incidente.

Aponta como paradigmas julgados desta TNU (PEDILEF n.º 2004.85.00.500863-1) e do C. STJ (REsp no 1.012.903/RJ).

2. O pleito de uniformização foi admitido pelo Min. Presidente desta TNU.

3. O sistema de tributação sobre os fundos de aposentadoria pode ser dividido, cronologicamente, em três períodos:

(a) período entre as Leis n.º 4.506/64 e n.º 7.713/88: as contribuições eram deduzidas da base de cálculo do imposto de renda que incidia quando o contribuinte recebia a aposentadoria complementar; dessa forma, os valores destinados às entidades não eram tributados na fonte (art. 18, I, Lei n.º 4.506/64), o que ocorria quando do seu recebimento;

(b) período entre as Leis n.º 7.713/88 e n.º 9.250/95: os valores referentes às contribuições eram tributados na fonte sobre a renda bruta, ficando isentos do imposto de renda quando de sua percepção, de acordo com o art. 6º, VII, b, da Lei n.º 7.713/88; e

(c) período posterior à edição da Lei nº 9.250/95: voltou-se a deduzir da base de cálculo as contribuições para as entidades de previdência privada, conforme seu art. 4º, V, e tributar os benefícios; ademais, o art. 33 revogou tacitamente a isenção prevista na legislação anterior.

PUBLICAÇÃO DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Em assim sendo, as contribuições ao fundo de previdência privada foram tributadas na fonte, quando de seu recolhimento sob a vigência da Lei n.º 7.713/88, e, quando do resgate, já no regime da Lei n.º 9.250/95, novamente acabou incidindo a exação. Em outras palavras, a partir de 1996, os benefícios de complementação de aposentadoria pagos por entidades de previdência privada estão sujeitos à incidência de imposto de renda. No entanto, as contribuições que o próprio beneficiado verteu no período de 1989 a 1995 também foram tributadas, em razão do que exigia a Lei n.º 7.713/88. Dessa forma, configurou-se o bis in idem.

O C. STJ pacificou a questão no REsp n.º 1.012.903 / RJ, julgado sob a sistemática dos recursos repetitivos (art. 543-C do CPC). Nele, ficou decidido que o imposto de renda já tributado e incidente sobre os benefícios recebidos a partir de janeiro de 1996 é indevido e deve ser restituído na proporção e somente até o limite do que foi recolhido pelo beneficiário sob a égide da Lei n.º 7.713/88:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. COMPLEMENTAÇÃO DE APOSENTADORIA. LEI 7.713/88 (ART. 6º, VII, B), LEI 9.250/95 (ART. 33). 1. Pacificou-se a jurisprudência da 1ª Seção do STJ no sentido de que, por força da isenção concedida pelo art. 6º, VII, b, da Lei 7.713/88, na redação anterior à que lhe foi dada pela Lei 9.250/95, é indevida a cobrança de imposto de renda sobre o valor da complementação de aposentadoria e o do resgate de contribuições correspondentes a recolhimentos para entidade de previdência privada ocorridos no período de 1º.01.1989 a 31.12.1995 (EREsp 643691/DF, DJ 20.03.2006; EREsp 662.414/SC, DJ 13.08.2007; (EREsp 500.148/SE, DJ 01.10.2007; EREsp 501.163/SC, DJe 07.04.2008). 2. Na repetição do indébito tributário, a correção monetária é calculada segundo os índices indicados no Manual de Orientação de Procedimentos para os Cálculos da Justiça Federal, aprovado pela Resolução 561/CJF, de 02.07.2007, do Conselho da Justiça Federal, a saber: (a) a ORTN de 1964 a fevereiro/86; (b) a OTN de março/86 a dezembro/88; (c) pelo IPC, nos períodos de janeiro e fevereiro/1989 e março/1990 a fevereiro/1991; (d) o INPC de março a novembro/1991; (e) o IPCA - série especial - em dezembro/1991; (f) a UFIR de janeiro/1992 a dezembro/1995; (g) a Taxa SELIC a partir de janeiro/1996 (ERESP 912.359/MG, 1ª Seção, DJ de 03.12.07). 3. Recurso especial parcialmente conhecido e, nessa parte, provido. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e da Resolução STJ 08/08. (STJ, REsp 1012903/RJ, 1ª S, Rel. Exmo. Sr. Min. Teori Albino Zavascki, j. em 08.10.2008, unânime, Dje 13.10.2008) (grifei)

E esse é o entendimento que vem sendo seguido hoje pelo referido Tribunal Superior: STJ, AgRg nos EDcl no AREsp 203640 / CE, Segunda Turma, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 27/11/2014; STJ, AgRg no AREsp 148796 / RS, Quarta Turma, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 17/02/2014; STJ, AgRg no REsp 1105061 / ES, Primeira Turma, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 11/11/2013, RET vol. 94 p. 115; dentre outros precedentes.

Saliento que sobre o tema nossa Suprema Corte não reconheceu repercussão geral:

TRIBUTÁRIO. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA SOBRE BENEFÍCIO DE PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR APÓS A LEI 9.250/95. APLICAÇÃO DOS EFEITOS DA AUSÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL TENDO EM VISTA TRATAR-SE DE DIVERGÊNCIA SOLUCIONÁVEL PELA APLICAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL. INEXISTÊNCIA DE REPERCUSSÃO GERAL. (RE 628002 RG / SP, Plenário, Rela. Mina. ELLEN GRACIE, DJe-224, DIVULG 22/11/2010, PUBLIC 23/11/2010) (grifei)

Na hipótese em apreço, contudo, entendo que o incidente não deva ser conhecido, isso porque a Fazenda Nacional, em seu pleito de uniformização, não realizou o cotejo analítico entre as decisões supostamente divergentes.

A mera citação de ementas de julgados não basta para comprovar a divergência jurisprudencial em que se basearia o recurso, sendo necessário o confronto analítico entre as decisões supostamente divergentes, demonstrando-se o dissídio alegado:

PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. RECURSO GENÉRICO. MERA ANEXAÇÃO DE EMENTAS. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. NÃO CONHECIMENTO. 1. O cabimento do pedido de uniformização regional (hipótese de cabimento do art. 14, § 1º, da Lei nº 10.259/2001) depende da comprovação de divergência sobre questões de direito material na interpretação da lei federal entre Turmas Recursais dos Juizados Especiais Federais da mesma Região (no presente caso, entre as Turmas Recursais da 4ª Região). 2. A mera anexação de julgados ou citações de ementas, sem a confrontação analítica, não atende ao requisito da demonstração da divergência. 3. Incidente do autor de que não se conhece. (5006142-34.2011.404.7102, Turma Regional de Uniformização da 4ª Região, Relator p/ Acórdão Marcus Holz, juntado aos autos em 26/09/2014) (grifei)

PREVIDENCIÁRIO. APOSENTADORIA POR IDADE RURAL. AUSÊNCIA DE COTEJO ANALÍTICO ENTRE O ACORDAO RECORRIDO E OS JULGADOS PARADIGMAS. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE NO STJ. INCIDENTE NÃO CONHECIDO. 1. Trata-se de pedido de uniformização interposto pela parte autora-recorrente contra acórdão que reformou sentença de procedência de benefício de aposentadoria por idade rural. 1.1 O acórdão recorrido restou assim fundamentado: A autora completou 55 anos de idade em 17/01/1995, pois nascida em 17/04/1940 (fl.07), sendo a carência, no caso, portanto de 78 meses, data em que preencheu o requisito idade, nos termos do art. 142 da Lei 8213/91, com a redação dada pela Lei 9032/95, e da jurisprudência. Os indícios de prova material estão presentes na certidão de casamento, ocorrido em 28/04/1962, em que consta o marido como fazendeiro (fl.08) e no Registro de Imóvel Rural de um terreno com 27 hectares e de área cultivável e 18 ha de campo. Entretanto, dados do CNIS demonstram que o marido da autora efetuou recolhimentos como comerciário de 1991 a 1996, havendo lhe deixado pensão por morte nesta qualidade em 11/03/1996. Assim são frágeis as provas da condição de segurada especial da autora.A vista do exposto dou provimento ao recurso do INSS. 2. Argumenta a parte autora-recorrente que o julgado da Turma Recursal afronta jurisprudência da Turma Regional e da Turma Recursal de Mato Grosso, ambos da 1ª Região e do Superior Tribunal de Justiça, REsp 587296/PR, no sentido de que o fato do marido ser empregado urbano não retira a condição de segurada especial da esposa. 3. O incidente não merece ultrapassar a fase de conhecimento em razão de ausência de cotejo analítico entre o acórdão recorrido e os julgados trazidos como paradigmas. 4.1. A petição do incidente de uniformização deve conter obrigatoriamente a demonstração do dissídio, com a realização de cotejo analítico em duas etapas: primeiro, pela comparação entre as questões de fato tratadas no acórdão impugnado e no paradigma, com reprodução dos fundamentos de ambos; depois, pelo confronto das teses jurídicas em conflito, evidenciando a diversidade de interpretações para a mesma questão de direito. 4.2. No caso dos autos, a recorrente limitou-se a transcrever ementas de diversos julgados, oriundos da Turma Regional e Turma Recursal de Mato Grosso e do Superior Tribunal de Justiça, não demonstrando a similitude fático-jurídica entre os julgados paradigmas e o acórdão recorrido. 5. Ademais, além da falta de cotejo extrai-se que a recorrente invoca como paradigma um único julgado proferido pela 5ª Turma do STJ. Para que se caracterize a jurisprudência dominante no STJ, mister a apresentação pelo recorrente de decisões proferidas por mais de uma Turma da Corte ou por uma Seção (reunião de duas Turmas) sobre a mesma matéria. Outra hipótese seria a prevista na Questão de Ordem nº 5 desta Turma Nacional, nos seguintes termos: "Um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte". O paradigma invocado pela recorrente não atende a nenhum desses pressupostos. 5.1. Cabe registrar que os demais precedentes citados oriundos de Turmas Recursais da mesma região não configuram a divergência para fins de admissão do incidente de uniformização nacional, conforme art. 14, §2º, da Lei n. 10.259/01. 6. Incidente de Uniformização não conhecido. (TNU, PEDILEF 200638007233053, Rela. Juíza Federal ANA BEATRIZ VIEIRA DA LUZ PALUMBO, DOU 24/10/2014, PÁGINAS 126 / 240) (grifei)

4. Em sendo assim, entendo que o pleito nacional de uniformização formulado pela Fazenda Nacional não pode ser conhecido, por não ter havido a demonstração de divergência entre o entendimento adotado no acórdão recorrido (que sequer chegou a ser transcrito, ainda que parcialmente, no incidente) e o veiculado no paradigma.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais NÃO CONHECER DO INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela União (Fazenda Nacional), nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 07 de maio de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5005990-12.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): INDER JEET TANEJA
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. JUROS MORATÓRIOS QUE INCIDIRAM NO PAGAMENTO DE VERBAS EMINENTEMENTE REMUNERATÓRIAS. INCIDÊNCIA. ALINHAMENTO À JURISPRUDÊNCIA DO STJ. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO PROVIDO.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela União (Fazenda Nacional) em face de acórdão exarado pela Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado de Santa Catarina, que deu parcial provimento ao seu recurso, assentando o entendimento de que, quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de relação de trabalho, não há a incidência do imposto de renda.

2. O incidente foi admitido pelo Min. Presidente desta TNU.

3. A União alega, em seu pleito, em síntese, que, no presente caso, há a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios, em virtude de ser verba eminentemente remuneratória, e não decorrente de rescisão da relação de trabalho. Sustenta ser induvidoso que, na hipótese em tela, na ação trabalhista, não houve o pagamento de sequer um centavo de verbas rescisórias. Aponta como paradigmas julgados do C. STJ (RESP n.º 1.089.720 / RS e RESP n.º 1.227.133 / RS).

4. O presente caso versa acerca da incidência, ou não, do imposto de renda sobre os juros de mora percebidos, de modo acumulado, em decorrência de ação judicial.

A jurisprudência encontra-se consolidada no sentido da incidência, em regra, da aludida exceção.

O fato é que o C. STJ, por sua Primeira Seção, no REsp n.º 1.227.133, julgado pela sistemática dos recursos repetitivos, fixou entendimento de que não incide imposto de renda sobre juros moratórios recebidos em reclamatória trabalhista, esclarecendo, posteriormente, que a regra é a incidência do aludido tributo, aplicando-se a decisão do REsp n.º 1.227.133 somente nos casos de perda do emprego ou quando incidente sobre verbas trabalhistas isentas da exação.

Houve debate a respeito das demais situações, ou seja, casos em que os juros moratórios não se referem a verbas trabalhistas decorrentes de rescisão do contrato de trabalho.

Então, no julgamento do REsp n.º 1.089.720 / RS, decidiu-se que a regra é a incidência do imposto de renda sobre juros de mora, inclusive quando fixados em reclamatórias trabalhistas. Essa regra, no entanto, comporta duas exceções: (a) quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de contrato de trabalho (conforme o REsp n.º 1.227.133 / RS); e (b) se a verba principal for igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto, seguindo o princípio accessorium sequitur suum principale.

Portanto, considero que, em regra, incide imposto de renda sobre juros de mora, inclusive quando fixados em reclamatórias trabalhistas. Essa regra, no entanto, comporta duas exceções: (a) quando os juros moratórios forem pagos no contexto de rescisão de contrato de trabalho (conforme o REsp n.º 1.227.133 / RS); e (b) se a verba principal for igualmente isenta ou fora do âmbito do imposto, seguindo o princípio accessorium sequitur suum principale.

Adotando-se, assim, o entendimento fixado no REsp n.º 1.089.720/RS, a regra é a incidência do Imposto de Renda sobre juros de mora, ressalvados os casos em que a verba principal for isenta ou estiver fora do campo de incidência do tributo, ou quando no contexto da rescisão de contrato de trabalho.

No julgamento do representativo da controvérsia PEDILEF n.º 5000554-76.2012.4.04.7113, foi firmado, com base na tese esposada pelo Superior Tribunal de Justiça no REsp n.º 1.089.720/RS, o entendimento de que há incidência do imposto de renda sobre os juros de mora, no caso de pagamento de verbas recebidas judicial e administrativamente, inclusive em reclamações trabalhistas, quando presente o caráter remuneratório das verbas concedidas (o acessório segue o principal). Ao revés, foram reconhecidas duas exceções: (a) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e (b) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada (aqui o acessório segue o principal). No mesmo sentido o AgRg no REsp n.º 1.436.720 / PR, DJ 02/05/2014 e AgRg no AREsp n.º 337.837 / RS, 27/08/2013.

Transcrevo voto-ementa do PEDILEF n.º 5000554-76.2012.4.04.7113:

TRIBUTÁRIO. IMPOSTO DE RENDA. BENEFÍCIO PREVIDENCIÁRIO PAGO EM ATRASO. JUROS DE MORA. INCIDÊNCIA. REGRA GERAL. NOVA ORIENTAÇÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. (RESP N. 1.089.720/RS). APLICAÇÃO DA QUESTÃO DE ORDEM 20 DA TNU. PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO PARCIALMENTE PROVIDO. RECURSO REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. ART. 7º DO RITNU. 1. A União, ora recorrente, pretende a modificação do acórdão que manteve sentença de procedência do pedido de inexigibilidade de imposto de renda sobre os juros de mora recebidos em decorrência do pagamento em atraso de verbas previdenciárias. Sustenta, em síntese, que a decisão impugnada contraria o entendimento predominante atual do Superior Tribunal de Justiça de que recai imposto de renda sobre a referida parcela. Cita como paradigma o REsp 1.227.133/RS, julgado no rito do art. 543-C do Código de Processo Civil. 2. Com razão a União. A questão em discussão foi recentemente reexaminada pelo Superior Tribunal de Justiça, sendo objeto do REsp 1.089.720/RS, julgado em 10-10-2012, da relatoria do Sr. Ministro Mauro Campbell Marques. A Corte firmou o entendimento de que, regra geral, incide imposto de renda sobre os juros de mora, a teor do art. 16, caput e parágrafo único, da Lei 4.506/64, inclusive em reclamatórias trabalhistas. Na ocasião, decidiu-se que há apenas duas exceções: i) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e ii) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada (aqui o acessório segue o principal). Nesse sentido, registram-se também os acórdãos prolatados no AgRg no AREsp 337.837/RS, julgado pela 1ª Turma, em 27-8-2013, relator o Sr. Ministro Sérgio Kukina e no REsp 1.227.624/PR, julgado pela 2ª Turma, em 6-8-2013, de relatoria da Srª Ministra Eliana Calmon. 3. No caso, tratando-se de verbas previdenciárias pagas em atraso, há a incidência do imposto de renda sobre os correspondentes juros de mora, caso a parcela principal esteja sob o campo de incidência tributária e não esteja contemplada por regra de isenção. Aplicação da regra geral constante do art. 16 da Lei 4.506/64. É de se ver que a turma recursal de origem não tratou disso. 4. Incidência, no caso, a Questão de Ordem n. 20, segundo a qual quando não produzidas provas nas instâncias inferiores ou se produzidas, não foram avaliadas, o acórdão deve ser anulado, ficando a turma recursal de origem vinculada ao entendimento adotado. 5. Julgamento de acordo com o art. 46 da Lei 9.099/95. 6. Incidente parcialmente provido para: (i) fixar a tese de que, em regra, incide o imposto de renda sobre juros de mora de benefício previdenciário pago em atraso, salvo quando a verba principal for isenta ou estiver fora do âmbito do imposto; (ii) anular o acórdão recorrido e devolver os autos à turma recursal de origem, para que profira nova decisão, levando-se em conta a premissa jurídica ora fixada. 7. Julgamento realizado de acordo com o art. 7º, VII, a), do RITNU, servindo como representativo de controvérsia. (Rel. Juiz Federal GLÁUCIO MACIEL, DOU 04/11/2013, SEÇÃO 1, PÁGINAS 177 / 188)

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Dessa sorte, cuidando-se de verbas recebidas em ação trabalhista, é preciso que a reclamatória se refira também às verbas decorrentes da perda do emprego, sejam indenizatórias, sejam remuneratórias, para que haja a referida isenção.

Da análise do acórdão vergastado, depreende-se que as verbas recebidas pela parte autora não se enquadram nas referidas exceções. E explico.

Em que pese o entendimento de que a alteração do regime jurídico de trabalho do celetista para o estatutário implica em extinção do contrato de trabalho, não foi o que ocorreu na apresente situação.

No caso concreto, os juros moratórios decorrem do pagamento do reajuste de 26,06 % (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora na Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC - no mês de junho de 1987, e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, a partir de 01/07/1987, reconhecidos na ação trabalhista n.º 1815/90, que tramitou na 2ª Vara do Trabalho em Florianópolis, movida pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES /Associação dos Professores da Universidade Federal de Santa Catarina - APUFSC - contra a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Em suma, na hipótese em tela, as verbas restringem-se ao pagamento de incorporações de reajustes e de diferenças salariais.

Destarte, a situação em exame cuida de verbas eminentemente remuneratórias, o que impõe a incidência do imposto de renda sobre os juros moratórios que incidiram por ocasião do seu pagamento em ação judicial.

5. Por essas razões, tenho que o incidente nacional de uniformização formulado pela União (Fazenda Nacional) deve ser CONHECIDO e PROVIDO, para julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e de restituição dos valores recolhidos a título de imposto de renda incidente sobre os juros moratórios que incidiram sobre o pagamento das verbas em exame.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER e PROVER O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA formulado pela União (Fazenda Nacional), nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 07 de maio de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0500243-86.2013.4.05.8104
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOSÉ RIBAMAR VIEIRA
PROC./ADV.: GILBERTO SIEBRA MONTEIRO
OAB: CE-6004
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DANIEL MACHADO DA ROCHA

EMENTA

INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. NÃO INCIDÊNCIA SOBRE GRATIFICAÇÃO DE DESEMPENHO, ATÉ O LIMITE DO MONTANTE QUE SE INCORPORE À APOSENTADORIA. QUESTÃO DE ORDEM N.º 020. PLEITO DE UNIFORMIZAÇÃO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

1. Trata-se de Pedido Nacional de Uniformização de Jurisprudência veiculado pela parte autora em face de acórdão exarado pela Primeira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará, que negou provimento ao seu recurso, assentando o entendimento de que a contribuição previdenciária (PSS) deve incidir sobre qualquer pontuação paga a título de gratificação, mesmo sobre a parcela que não irá incorporar os proventos de aposentadoria.

Postula a parte autora, em síntese, a cessação e a restituição dos valores descontados a título de contribuição previdenciária que excederem o montante de 50 (cinqüenta) pontos da sua gratificação.

Sustenta, em resumo, que a parcela da gratificação excedente a 50 pontos não tem caráter permanente, uma vez que não integra os proventos de aposentadoria e de pensão, não devendo constituir a base de cálculo da contribuição previdenciária.

Dentre outros, aponta como paradigma julgado da Terceira Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Estado do Ceará (processo n.º 0512194-26.2012.4.05.8100S).

2. O Min. Presidente desta TNU admitiu o pleito de uniformização.

3. Considero que o paradigma apontado presta-se para o conhecimento do incidente.

4. De acordo com o Superior Tribunal de Justiça, a contribuição previdenciária dos servidores públicos incide sobre a totalidade da sua remuneração (EDcl no AgRg no REsp 971020 / RS, Segunda Turma, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 02/02/2010).

Embora as gratificações de desempenho não estejam entre as parcelas remuneratórias excluídas, por lei, da base contributiva da contribuição para o PSS (vide art. 4º, § 1º, da Lei n.º 10.887/2004), esta TNU possui entendimento no sentido de que, a partir da edição da Lei n.º 9.783/99, afastou-se o desconto previdenciário incidente sobre a gratificação pelo exercício de função comissionada, em razão da supressão de sua incorporação aos proventos de aposentadoria:

TRIBUTÁRIO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. SERVIDOR PÚBLICO. FUNÇÃO COMISSIONADA NÃO INCORPORÁVEL. NÃO INCIDÊNCIA DECONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. INCIDENTE DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL CONHECIDO E PROVIDO 1. A recorrente interpôs pedido de uniformização de jurisprudência em face de acórdão proferido pela Turma Recursal da Seção Judiciária da Bahia, sob o fundamento de que a decisão impugnada está em desacordo com entendimento do STJ (REsp 957105/AL, REsp 617648/DF, REsp 613138/DF, EREsp 549985/PR, REsp 552740/DF, AgRg no Ag 574082/PR) e de Turma Recursal do Distrito Federal (2005.71.50.007307-9/DF), ao considerar a incidência de contribuição previdenciária sobre função gratificada que não será incorporada à aposentadoria do autor. 2. O tema em questão já foi pacificado por esta Turma Nacional de Uniformização (PEDILEF 200438007051310, Relator Juiz Federal RENATO TONIASSO, 27/06/2006) quando se afirmou que se deve afastar, a partir da edição da Lei 9.783/99, o desconto previdenciário incidente sobre a gratificação pelo exercício de função comissionada, em razão da supressão de sua incorporação aos proventos de aposentadoria. 3. A nova redação dada ao art. 40, § 3º, da Constituição Federal alterou a sistemática da previdência social passando a aposentadoria a ser calculada com base exclusivamente no cargo efetivo. Assim, é indevido o desconto previdenciário incidente sobre função comissionada e gratificada, em virtude da supressão de sua incorporação aos proventos da aposentadoria, visto que a contribuição não pode exceder ao valor necessário para o custeio do benefício previdenciário. 4. Incidente conhecido e provido para reafirmar a tese de que é indevido o desconto previdenciário incidente sobre função comissionada/gratificada não incorporada aos proventos da aposentadoria. (PEDILEF 200833007041779, Rel. Juiz Federal ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO, DOU 07/07/2014 PÁG. 51/61) (grifei)

O mesmo tem decidido o C. STJ:

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA. BASE DE CÁLCULO. FUNÇÃO COMISSIONADA. NÃO INCIDÊNCIA. LEI 9.783/99. TEMA PACIFICADO. 1. Está pacificado o tema da não incidência da contribuição previdenciária a partir do momento em que as verbas em questão (gratificações pelo exercício de funções de confiança e cargos em comissão) não foram mais incorporadas à remuneração dos servidores, para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria, com base na Lei n. 9.783/99. 2. Precedentes: EREsp 859.691/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Primeira Seção, DJe 23.2.2012; AgRg no AgRg no REsp 962.863/SC, Rel. Ministro Arnaldo Esteves Lima, Primeira Turma, DJe 5.9.2012; e AgRg no Ag 1.394.751/RS, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, DJe 10.6.2011. Agravo regimental improvido. (AgRg no REsp 1366263 / DF, Segunda Turma, Rel. Min. HUMBERTO MARTINS, DJe 06/09/2013) (grifei)

TRIBUTÁRIO. PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. SERVIDOR PÚBLICO. CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA INCIDENTE SOBRE FUNÇÃO COMISSIONADA. IMPOSSIBILIDADE A PARTIR DA LEI 9.783/99. PORTARIA NORMATIVA 2/04. RECONHECIMENTO DE RESTITUIÇÃO ADMINISTRATIVA. MANUTENÇÃO DO INTERESSE PROCESSUAL PARA OS FEITOS AJUIZADOS ANTERIORMENTE. AGRAVO NÃO PROVIDO. 1. "Não incide contribuição previdenciária sobre gratificação pelo exercício de função comissionada, mas somente a partir da Lei 9.783/99, tendo em conta a supressão de sua incorporação à aposentadoria" (REsp 1.110.167/SC, Rel. Min. BENEDITO GONÇALVES, Primeira Turma, DJe 26/3/10) 2. De acordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, é reconhecida a manutenção do interesse processual nas ações de rito ordinário propostas anteriormente à expedição da Portaria Normativa 2/04, da Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que prevê que "os valores descontados dos seus substituídos sobre as funções comissionadas em tal época serão restituídos aos administrados mediante simples preenchimento de Termo de Opção pela restituição administrativa". 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no AgRg no REsp 962863 / SC, Primeira Turma, Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA, DJe 05/09/2012) (grifei)

Em sendo assim, mutatis mutandis, considero que somente deve incidir a contribuição previdenciária até o limite do montante da gratificação de desempenho que efetivamente se incorpore à aposentadoria, porquanto a aludida contribuição não pode exceder ao valor necessário para o custeio do benefício previdenciário.

5. Em sendo assim, entendo que o incidente nacional de uniformização de jurisprudência formulado pela parte autora deve ser CONHECIDO e PARCIALMENTE PROVIDO, para que, nos termos da Questão de Ordem n.º 020 desta TNU, os autos retornem à Turma Recursal de Origem para adequação do julgado ao seguinte entendimento: de que somente deve incidir a contribuição previdenciária até o limite do montante da gratificação de desempenho que efetivamente se incorpore à aposentadoria do servidor, porquanto a aludida contribuição não pode exceder ao valor necessário para o custeio do benefício previdenciário.

ACORDAO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que são partes as acima indicadas, decide a Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais CONHECER e PROVER PARCIALMENTE O INCIDENTE NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA veiculado pela parte autora, nos termos do voto-ementa do Relator.

Brasília, 07 de maio de 2015.

DANIEL MACHADO DA ROCHA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0053552-70.2009.4.01.3500
ORIGEM: GO - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE GOIÁS
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): WASHINGTON ITAMAR DE CARVALHO
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBÊLO

DECISÃO

A Presidência da TNU deu provimento a agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Goiás que, mantendo a sentença, reconheceu a existência de indébito tributário.

A parte autora pediu a restituição de imposto de renda sobre os valores recebidos em razão de extinção de contrato de trabalho por adesão ao Plano de Adequação de Quadro (PAQ)/Plano de Afastamento Antecipado (PAA).

A sentença de primeiro grau (mantida, em seus próprios termos, pela turma recursal) assentou não haver discordância quanto ao fato de que a demissão ocorreu por adesão ao Plano de Afastamento Antecipado promovido pela empresa empregadora, do que decorreria a inequívoca natureza indenizatória das verbas recebidas, não sendo devida a incidência de imposto de renda consoante entendimento pacificado no Superior Tribunal de Justiça na sua súmula 215 (a indenização recebida por adesão a Programa de Demissão Voluntária (PDV) não está sujeita a incidência do Imposto de Renda).

Entendo que o incidente não merece trânsito, ante o disposto na Questão de Ordem no. 24 - TNU uma vez que a tese jurídica adotada pelo acórdão recorrido consoa-se, às inteiras, com o conteúdo da súmula referida.

De outro lado, a alegação do recorrente de que o pagamento, na espécie, deu-se em celebração de acordo em comissão de conciliação prévia, ocorrido posteriormente à rescisão do contrato, não acobertada pelo contexto de plano de afastamento antecipado, que nem ao menos teria sido provado nos autos, encontra óbice no disposto no enunciado da Súmula nº 42, da Turma Nacional de Uniformização, assim redigida:

"Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato."

Ante o exposto, tenho o recurso como manifestamente improcedente e, nos termos do disposto no art. 557-CPC, nego-lhe seguimento.

Belo Horizonte, 21 de maio de 2.015

JOSÉ HENRIQUE GUARACY REBELO
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5039691-41.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANGELO BASSANI
PROC./ADV.: CELSO MEIRA JUNIOR
OAB: RS-51977
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL SÉRGIO MURILO WANDERLEY QUEIROGA

EMENTA

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO TRIBUTÁRIO. FUNRURAL. DISCUSSÃO QUANTO À HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. PARADIGMA INSUFICIENTE À DEMONSTRAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. QUESTÃO DE ORDEM Nº 05 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente pedido de declaração de inexigibilidade e de repetição de indébito referente ao FUNRURAL.

2.O aresto combatido considerou configurada a hipótese de tributação, sob o entendimento de que o ato de entrega de sua produção pelo cooperado à cooperativa ao qual se encontra associado considere adiantamento de ato de comercialização da produção agrícola, de modo que passe a se constituir em fato gerador do FUNRURAL.

3.A parte-autora sustenta o cabimento de pedido de uniformização, por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado do STJ que, em alegada hipótese semelhante, reconheceu que os atos praticados entre as cooperativas e seus associados não configuram ato de comércio e escapam da incidência do FUNRURAL.

4.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5.No caso dos autos, o paradigma apresentado corresponde apenas a julgado de uma Turma do STJ, sem que se tenha afirmado a natureza majoritária da jurisprudência.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

6.Do comando legal que disciplina o instituto do Incidente de Uniformização extrai-se que a divergência que legitima o incidente é aquela ocorrida entre a tese acolhida no acórdão recorrido e súmula ou jurisprudência dominante do STJ. Portanto, a admissão do incidente demanda a comprovação de que a tese adotada pelo julgado paradigma é pacificada (majoritária) na Corte do STJ.

7.Neste sentido, é que a apresentação de um julgado de apenas uma Turma do STJ não é suficiente à comprovação da contrariedade de jurisprudência dominando daquele Tribunal Superior.

8.Poderia, ainda, a exigência da demonstração da natureza pacificada no STJ acerca do tema debatido ser suprida por afirmação expressa neste sentido no julgado paradigma, nos termos da Questão de Ordem nº 05, o que, porém, não ocorreu no caso apresentado nos autos.

9.Note-se que a Turma Recursal de origem inadmitiu o incidente sobre o mesmo fundamento ora aqui adotado, tendo a parte-requerente interposto agravo no qual admitiu que "ainda que não existam diversos precedentes no STJ neste sentido, há que referir que também não existe em sentido contrário" (grifei), afirmação que já apontada para a não configuração de um entendimento consolidado no STJ sobre a matéria.

10.Acresça-se que, ao contrário do alegado pela parte-requerente, o acórdão recorrido apontou precedente do STJ no sentido contrário ao defendido pelo paradigma apresentado, circunstância que, aliada a ausência de apresentação de outros precedentes pela parte-requerente, reforça a conclusão de inexistência de jurisprudência dominante do STJ sobre o tema.

11.Nestes termos, impõe-se o não conhecimento dos pedidos de uniformização de jurisprudência.

ACORDAO

Acordam os membros da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais em NÃO CONHECER do incidente de uniformização, nos termos do voto-ementa do relator.

Brasília/DF, 07 de maio de 2015.

CARLOS WAGNER DIAS FERREIRA
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5039286-05.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: JONES COVATTI
PROC./ADV.: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI
OAB: RS-45 071
REQUERIDO(A): UNIÃO (FAZENDA NACIONAL)
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL JOÃO BATISTA LAZZARI

DECISÃO

Trata-se de Pedido de Uniformização interposto pela parte autora contra acórdão proferido pela 3ª Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais do Rio Grande do Sul que confirmou os fundamentos da sentença que julgou improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade/restituição da contribuição devida à Seguridade Social pelo empregador/produtor rural sobre a receita decorrente da comercialização da produção rural.

Alega a parte autora que o acórdão recorrido destoa de julgado proferido pelo Superior Tribunal de Justiça (REsp 382.291), que firmou o entendimento de que a entrega da mercadoria pelo produtor rural associado à cooperativa não se constitui em comercialização do produto, não sendo o fato gerador da contribuição social.

Pedido de uniformização nacional não admitido na origem, com agravo na forma do RITNU.

Decido.

Esta Turma Nacional de Uniformização, na sessão de julgamento realizada em 17/05/2015, analisando questão idêntica à destes autos (Pedilef 5039691-41.2011.4.04.7100, Relator Juiz Federal Carlos Wagner Dias Ferreira, j. 07/05/2015), patrocinada, inclusive, pelo mesmo procurador signatário do incidente ora sob exame, entendeu, por maioria, que o paradigma apresentado não representa a jurisprudência dominante do Superior Tribunal de Justiça acerca da matéria.

Assim, ante a semelhança entre os casos, peço vênia para transcrever o voto da lavra do relator daquele processo, que adoto como razão de decidir:

PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO NACIONAL. DIREITO TRIBUTÁRIO. FUNRURAL. DISCUSSÃO QUANTO À HIPÓTESE DE INCIDÊNCIA. PARADIGMA INSUFICIENTE À DEMONSTRAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. QUESTÃO DE ORDEM Nº 05 DA TNU. NÃO CONHECIMENTO DO PEDIDO.

1.Trata-se de Incidente de Uniformização pelo qual se pretende a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, mantendo a sentença, julgou improcedente pedido de declaração de inexigibilidade e de repetição de indébito referente ao FUNRURAL.

2.O aresto combatido considerou configurada a hipótese de tributação, sob o entendimento de que o ato de entrega de sua produção pelo cooperado à cooperativa ao qual se encontra associado considere adiantamento de ato de comercialização da produção agrícola, de modo que passe a se constituir em fato gerador do FUNRURAL.

3.A parte-autora sustenta o cabimento de pedido de uniformização, por entender que o acórdão recorrido estaria contrário a julgado do STJ que, em alegada hipótese semelhante, reconheceu que os atos praticados entre as cooperativas e seus associados não configuram ato de comércio e escapam da incidência do FUNRURAL.

4.A Lei nº 10.259/2001 prevê o incidente de uniformização quando "houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da lei" (art. 14, caput). Caberá à TNU o exame de pedido de uniformização que envolva "divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ" (art. 14, § 4º).

5.No caso dos autos, o paradigma apresentado corresponde apenas a julgado de uma Turma do STJ, sem que se tenha afirmado a natureza majoritária da jurisprudência.

6.Do comando legal que disciplina o instituto do Incidente de Uniformização extrai-se que a divergência que legitima o incidente é aquela ocorrida entre a tese acolhida no acórdão recorrido e súmula ou jurisprudência dominante do STJ. Portanto, a admissão do incidente demanda a comprovação de que a tese adotada pelo julgado paradigma é pacificada (majoritária) na Corte do STJ.

7.Neste sentido, é que a apresentação de um julgado de apenas uma Turma do STJ não é suficiente à comprovação da contrariedade de jurisprudência dominando daquele Tribunal Superior.

8.Poderia, ainda, a exigência da demonstração da natureza pacificada no STJ acerca do tema debatido ser suprida por afirmação expressa neste sentido no julgado paradigma, nos termos da Questão de Ordem nº 05, o que, porém, não ocorreu no caso apresentado nos autos.

9.Note-se que a Turma Recursal de origem inadmitiu o incidente sobre o mesmo fundamento ora aqui adotado, tendo a parte-requerente interposto agravo no qual admitiu que "ainda que não existam diversos precedentes no STJ neste sentido, há que referir que também não existe em sentido contrário" (grifei), afirmação que já apontada para a não configuração de um entendimento consolidado no STJ sobre a matéria.

10.Acresça-se que, ao contrário do alegado pela parte-requerente, o acórdão recorrido apontou precedente do STJ no sentido contrário ao defendido pelo paradigma apresentado, circunstância que, aliada a ausência de apresentação de outros precedentes pela parte-requerente, reforça a conclusão de inexistência de jurisprudência dominante do STJ sobre o tema.

11.Nestes termos, impõe-se o não conhecimento dos pedidos de uniformização de jurisprudência.

No mesmo sentido: Pedilefs 5038483-22.2011.4.04.7100; e 5042884-64.2011.4.04.7100 (Relator p/ acórdão Juiz Federal Carlos Wagner Dias Ferreira, j. 07/05/2015).

Assim, aplico ao caso a Questão de Ordem n. 05/TNU ("Um precedente do Superior Tribunal de Justiça é suficiente para o conhecimento do pedido de uniformização, desde que o relator nele reconheça a jurisprudência predominante naquela Corte") e deixo de conhecer o pedido de uniformização.

Ante o exposto, NÃO CONHEÇO o presente pedido de uniformização, com fulcro no art. 8º, IX, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização de Jurisprudência dos Juizados Especiais Federais (Resolução CJF n. 22/2008, alterada pela Resolução CJF n. 163/2011).

De Florianópolis para Brasília, 19 de maio de 2015.

JOÃO BATISTA LAZZARI
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5007260-71.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CARLOS ALBERTO SCHNEIDER
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU E DEU PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA UNIÃO. ACORDAO NO MESMO SENTIDO DA NOVA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RESP N. 1.089.720/RS. JUROS MORATÓRIOS SOBRE VALORES RECEBIDOS EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, DECORRENTES DE REAJUSTE SALARIAL. CONTEXTO RESCISÓRIO NÃO CONFIGURADO. NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA DEVIDA. ENTENDIMENTO FIRMADO POR ESTA TNU. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DÚVIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos declaratórios apresentados pela parte autora, com fulcro no art. 535 do CPC, em face de decisão monocrática que conheceu do pedido de uniformização interposto pela União, com fundamento na nova jurisprudência do STJ.

2. Decido com fundamento no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, e de acordo com a jurisprudência do STJ, REsp 1073184:

PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 537, 557 E 535 DO CPC - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDOS MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE -PRECEDENTES.

"1. Insurge a Fazenda Nacional contra acórdão que ratificou decisão que apreciou monocraticamente os embargos de declaração e negou provimento ao agravo interno. Fundamenta sua irresignação na infringência dos artigos 537, 557 e 535 do Código de Processo Civil. 2. Eventual nulidade da decisão monocrática fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental. Precedente: REsp 824.406/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, em 18.5.2006.

3. Esta Corte entende que não há violação do art. 537 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração opostos contra acórdão se há o manejo de agravo regimental que, ao ser apreciado, ratifica a decisão monocrática. Precedentes: REsp 787.460/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 6.6.2007 e REsp 753.805/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJ4.6.2007. Agravo regimental improvido. (DJe 05/03/2009, Ministro Humberto Martins)".

3. Também nesse sentido, REsp 940859:

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - DÍVIDA DE PEQUENO VALOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

1. Não há violação do art. 557 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração, opostos contra acórdão, se há o manejo de agravo regimental que, em última ratio, encampa a decisão monocrática. (REsp 741784/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJ de 05.09.2005, p. 432). 2. Recurso especial não provido. (DJ 21/11/2007, Ministra Eliana Calmon).

4. Nos termos do artigo 48, da lei nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, "Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida".

5. No caso em tela, não verifico nenhuma destas hipóteses legais, havendo apenas inconformismo da parte autora com a decisão impugnada. Divergência de entendimento não implica nenhum dos vícios acima apontados.

6. Os embargos não constituem via adequada para expressar inconformismo com questões já analisadas e decididas pelo julgador, o que configura o desvirtuamento da função jurídico-processual do instituto. Nesse sentido, julgado do Colendo Supremo Tribunal Federal, in verbis:

"(...) 1. A pretexto de sanar omissão ou erro de fato, repisa o embargante questões exaustivamente analisadas pelo acórdão recorrido. 2. Mero inconformismo diante das conclusões do julgado, contrárias às teses do embargante, não autoriza a reapreciação da matéria nesta fase recursal. 3. Embargos rejeitados por inexistir omissão a ser suprida além do cunho infringente de que se revestem". (ADI-ED 2666 / DF, Relator(a): Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 10-11-2006, PP-00049).

7. Por fim, o Supremo Tribunal Federal, prestigiando sua Súmula n. 356, firmou posição no sentido de considerar prequestionada a matéria constitucional objeto do recurso extraordinário pela mera oposição de embargos declaratórios, ainda que o juízo a quo se recuse a suprir a omissão. (v. REsp 383.492-MA, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 17/12/2002, in Informativo n. 0159 Período: 16 a 19 de dezembro de 2002).

8. Ausente vício de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida na decisão impugnada, REJEITO os presentes embargos.

Brasília (DF), 22 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5007099-61.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ODIR JOSÉ PRAZERES
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU E DEU PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA UNIÃO. ACORDAO NO MESMO SENTIDO DA NOVA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RESP N. 1.089.720/RS. JUROS MORATÓRIOS SOBRE VALORES RECEBIDOS EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, DECORRENTES DE REAJUSTE SALARIAL. CONTEXTO RESCISÓRIO NÃO CONFIGURADO. NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA DEVIDA. ENTENDIMENTO FIRMADO POR ESTA TNU. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DÚVIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos declaratórios apresentados pela parte autora, com fulcro no art. 535 do CPC, em face de decisão monocrática que conheceu do pedido de uniformização interposto pela União, com fundamento na nova jurisprudência do STJ.

2. Decido com fundamento no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, e de acordo com a jurisprudência do STJ, REsp 1073184:

PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 537, 557 E 535 DO CPC - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDOS MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE -PRECEDENTES.

"1. Insurge a Fazenda Nacional contra acórdão que ratificou decisão que apreciou monocraticamente os embargos de declaração e negou provimento ao agravo interno. Fundamenta sua irresignação na infringência dos artigos 537, 557 e 535 do Código de Processo Civil. 2. Eventual nulidade da decisão monocrática fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental. Precedente: REsp 824.406/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, em 18.5.2006.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

3. Esta Corte entende que não há violação do art. 537 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração opostos contra acórdão se há o manejo de agravo regimental que, ao ser apreciado, ratifica a decisão monocrática. Precedentes: REsp 787.460/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 6.6.2007 e REsp 753.805/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJ4.6.2007. Agravo regimental improvido. (DJe 05/03/2009, Ministro Humberto Martins)".

3. Também nesse sentido, REsp 940859:

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - DÍVIDA DE PEQUENO VALOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

1. Não há violação do art. 557 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração, opostos contra acórdão, se há o manejo de agravo regimental que, em última ratio, encampa a decisão monocrática. (REsp 741784/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJ de 05.09.2005, p. 432). 2. Recurso especial não provido. (DJ 21/11/2007, Ministra Eliana Calmon).

4. Nos termos do artigo 48, da lei nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, "Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida".

5. No caso em tela, não verifico nenhuma destas hipóteses legais, havendo apenas inconformismo da parte autora com a decisão impugnada. Divergência de entendimento não implica nenhum dos vícios acima apontados.

6. Os embargos não constituem via adequada para expressar inconformismo com questões já analisadas e decididas pelo julgador, o que configura o desvirtuamento da função jurídico-processual do instituto. Nesse sentido, julgado do Colendo Supremo Tribunal Federal, in verbis:

"(...) 1. A pretexto de sanar omissão ou erro de fato, repisa o embargante questões exaustivamente analisadas pelo acórdão recorrido. 2. Mero inconformismo diante das conclusões do julgado, contrárias às teses do embargante, não autoriza a reapreciação da matéria nesta fase recursal. 3. Embargos rejeitados por inexistir omissão a ser suprida além do cunho infringente de que se revestem". (ADI-ED 2666 / DF, Relator(a): Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 10-11-2006, PP-00049).

7. Por fim, o Supremo Tribunal Federal, prestigiando sua Súmula n. 356, firmou posição no sentido de considerar prequestionada a matéria constitucional objeto do recurso extraordinário pela mera oposição de embargos declaratórios, ainda que o juízo a quo se recuse a suprir a omissão. (v. REsp 383.492-MA, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 17/12/2002, in Informativo n. 0159 Período: 16 a 19 de dezembro de 2002).

8. Ausente vício de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida na decisão impugnada, REJEITO os presentes embargos.

Brasília (DF), 22 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5005617-78.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ADÉLIA DOS SANTOS SILVEIRA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU E DEU PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA UNIÃO. ACORDAO NO MESMO SENTIDO DA NOVA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RESP N. 1.089.720/RS. JUROS MORATÓRIOS SOBRE VALORES RECEBIDOS EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, DECORRENTES DE REAJUSTE SALARIAL. CONTEXTO RESCISÓRIO NÃO CONFIGURADO. NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA DEVIDA. ENTENDIMENTO FIRMADO POR ESTA TNU. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DÚVIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos declaratórios apresentados pela parte autora, com fulcro no art. 535 do CPC, em face de decisão monocrática que conheceu do pedido de uniformização interposto pela União, com fundamento na nova jurisprudência do STJ.

2. Decido com fundamento no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, e de acordo com a jurisprudência do STJ, REsp 1073184:

PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 537, 557 E 535 DO CPC - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDOS MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE -PRECEDENTES.

"1. Insurge a Fazenda Nacional contra acórdão que ratificou decisão que apreciou monocraticamente os embargos de declaração e negou provimento ao agravo interno. Fundamenta sua irresignação na infringência dos artigos 537, 557 e 535 do Código de Processo Civil. 2. Eventual nulidade da decisão monocrática fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental. Precedente: REsp 824.406/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, em 18.5.2006.

3. Esta Corte entende que não há violação do art. 537 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração opostos contra acórdão se há o manejo de agravo regimental que, ao ser apreciado, ratifica a decisão monocrática. Precedentes: REsp 787.460/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 6.6.2007 e REsp 753.805/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJ4.6.2007. Agravo regimental improvido. (DJe 05/03/2009, Ministro Humberto Martins)".

3. Também nesse sentido, REsp 940859:

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - DÍVIDA DE PEQUENO VALOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

1. Não há violação do art. 557 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração, opostos contra acórdão, se há o manejo de agravo regimental que, em última ratio, encampa a decisão monocrática. (REsp 741784/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJ de 05.09.2005, p. 432). 2. Recurso especial não provido. (DJ 21/11/2007, Ministra Eliana Calmon).

4. Nos termos do artigo 48, da lei nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, "Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida".

5. No caso em tela, não verifico nenhuma destas hipóteses legais, havendo apenas inconformismo da parte autora com a decisão impugnada. Divergência de entendimento não implica nenhum dos vícios acima apontados.

6. Os embargos não constituem via adequada para expressar inconformismo com questões já analisadas e decididas pelo julgador, o que configura o desvirtuamento da função jurídico-processual do instituto. Nesse sentido, julgado do Colendo Supremo Tribunal Federal, in verbis:

"(...) 1. A pretexto de sanar omissão ou erro de fato, repisa o embargante questões exaustivamente analisadas pelo acórdão recorrido. 2. Mero inconformismo diante das conclusões do julgado, contrárias às teses do embargante, não autoriza a reapreciação da matéria nesta fase recursal. 3. Embargos rejeitados por inexistir omissão a ser suprida além do cunho infringente de que se revestem". (ADI-ED 2666 / DF, Relator(a): Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 10-11-2006, PP-00049).

7. Por fim, o Supremo Tribunal Federal, prestigiando sua Súmula n. 356, firmou posição no sentido de considerar prequestionada a matéria constitucional objeto do recurso extraordinário pela mera oposição de embargos declaratórios, ainda que o juízo a quo se recuse a suprir a omissão. (v. REsp 383.492-MA, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 17/12/2002, in Informativo n. 0159 Período: 16 a 19 de dezembro de 2002).

8. Ausente vício de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida na decisão impugnada, REJEITO os presentes embargos.

Brasília (DF), 22 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5005631-62.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): ALVACELLI LUSA BRAGA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU E DEU PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA UNIÃO. ACORDAO NO MESMO SENTIDO DA NOVA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RESP N. 1.089.720/RS. JUROS MORATÓRIOS SOBRE VALORES RECEBIDOS EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, DECORRENTES DE REAJUSTE SALARIAL. CONTEXTO RESCISÓRIO NÃO CONFIGURADO. NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA DEVIDA. ENTENDIMENTO FIRMADO POR ESTA TNU. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DÚVIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos declaratórios apresentados pela parte autora, com fulcro no art. 535 do CPC, em face de decisão monocrática que conheceu do pedido de uniformização interposto pela União, com fundamento na nova jurisprudência do STJ.

2. Decido com fundamento no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, e de acordo com a jurisprudência do STJ, REsp 1073184:

PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 537, 557 E 535 DO CPC - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDOS MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE -PRECEDENTES.

"1. Insurge a Fazenda Nacional contra acórdão que ratificou decisão que apreciou monocraticamente os embargos de declaração e negou provimento ao agravo interno. Fundamenta sua irresignação na infringência dos artigos 537, 557 e 535 do Código de Processo Civil. 2. Eventual nulidade da decisão monocrática fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental. Precedente: REsp 824.406/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, em 18.5.2006.

3. Esta Corte entende que não há violação do art. 537 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração opostos contra acórdão se há o manejo de agravo regimental que, ao ser apreciado, ratifica a decisão monocrática. Precedentes: REsp 787.460/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 6.6.2007 e REsp 753.805/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJ4.6.2007. Agravo regimental improvido. (DJe 05/03/2009, Ministro Humberto Martins)".

3. Também nesse sentido, REsp 940859:

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - DÍVIDA DE PEQUENO VALOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

1. Não há violação do art. 557 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração, opostos contra acórdão, se há o manejo de agravo regimental que, em última ratio, encampa a decisão monocrática. (REsp 741784/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJ de 05.09.2005, p. 432). 2. Recurso especial não provido. (DJ 21/11/2007, Ministra Eliana Calmon).

4. Nos termos do artigo 48, da lei nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, "Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida".

5. No caso em tela, não verifico nenhuma destas hipóteses legais, havendo apenas inconformismo da parte autora com a decisão impugnada. Divergência de entendimento não implica nenhum dos vícios acima apontados.

6. Os embargos não constituem via adequada para expressar inconformismo com questões já analisadas e decididas pelo julgador, o que configura o desvirtuamento da função jurídico-processual do instituto. Nesse sentido, julgado do Colendo Supremo Tribunal Federal, in verbis:

"(...) 1. A pretexto de sanar omissão ou erro de fato, repisa o embargante questões exaustivamente analisadas pelo acórdão recorrido. 2. Mero inconformismo diante das conclusões do julgado, contrárias às teses do embargante, não autoriza a reapreciação da matéria nesta fase recursal. 3. Embargos rejeitados por inexistir omissão a ser suprida além do cunho infringente de que se revestem". (ADI-ED 2666 / DF, Relator(a): Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 10-11-2006, PP-00049).

7. Por fim, o Supremo Tribunal Federal, prestigiando sua Súmula n. 356, firmou posição no sentido de considerar prequestionada a matéria constitucional objeto do recurso extraordinário pela mera oposição de embargos declaratórios, ainda que o juízo a quo se recuse a suprir a omissão. (v. REsp 383.492-MA, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 17/12/2002, in Informativo n. 0159 Período: 16 a 19 de dezembro de 2002).

8. Ausente vício de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida na decisão impugnada, REJEITO os presentes embargos.

Brasília (DF), 22 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5005993-64.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): IVETE RAYMUNDA ROSA BOSCO
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU E DEU PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA UNIÃO. ACORDAO NO MESMO SENTIDO DA NOVA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RESP N. 1.089.720/RS. JUROS MORATÓRIOS SOBRE VALORES RECEBIDOS EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, DECORRENTES DE REAJUSTE SALARIAL. CONTEXTO RESCISÓRIO NÃO CONFIGURADO. NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA DEVIDA. ENTENDIMENTO FIRMADO POR ESTA TNU. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DÚVIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos declaratórios apresentados pela parte autora, com fulcro no art. 535 do CPC, em face de decisão monocrática que conheceu do pedido de uniformização interposto pela União, com fundamento na nova jurisprudência do STJ.

2. Decido com fundamento no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, e de acordo com a jurisprudência do STJ, REsp 1073184:

PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 537, 557 E 535 DO CPC - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDOS MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE -PRECEDENTES.

"1. Insurge a Fazenda Nacional contra acórdão que ratificou decisão que apreciou monocraticamente os embargos de declaração e negou provimento ao agravo interno. Fundamenta sua irresignação na infringência dos artigos 537, 557 e 535 do Código de Processo Civil. 2. Eventual nulidade da decisão monocrática fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental. Precedente: REsp 824.406/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, em 18.5.2006.

3. Esta Corte entende que não há violação do art. 537 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração opostos contra acórdão se há o manejo de agravo regimental que, ao ser apreciado, ratifica a decisão monocrática. Precedentes: REsp 787.460/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 6.6.2007 e REsp 753.805/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJ4.6.2007. Agravo regimental improvido. (DJe 05/03/2009, Ministro Humberto Martins)".

3. Também nesse sentido, REsp 940859:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - DÍVIDA DE PEQUENO VALOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

1. Não há violação do art. 557 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração, opostos contra acórdão, se há o manejo de agravo regimental que, em última ratio, encampa a decisão monocrática. (REsp 741784/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJ de 05.09.2005, p. 432). 2. Recurso especial não provido. (DJ 21/11/2007, Ministra Eliana Calmon).

4. Nos termos do artigo 48, da lei nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, "Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida".

5. No caso em tela, não verifico nenhuma destas hipóteses legais, havendo apenas inconformismo da parte autora com a decisão impugnada. Divergência de entendimento não implica nenhum dos vícios acima apontados.

6. Os embargos não constituem via adequada para expressar inconformismo com questões já analisadas e decididas pelo julgador, o que configura o desvirtuamento da função jurídico-processual do instituto. Nesse sentido, julgado do Colendo Supremo Tribunal Federal, in verbis:

"(...) 1. A pretexto de sanar omissão ou erro de fato, repisa o embargante questões exaustivamente analisadas pelo acórdão recorrido. 2. Mero inconformismo diante das conclusões do julgado, contrárias às teses do embargante, não autoriza a reapreciação da matéria nesta fase recursal. 3. Embargos rejeitados por inexistir omissão a ser suprida além do cunho infringente de que se revestem". (ADI-ED 2666 / DF, Relator(a): Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 10-11-2006, PP-00049).

7. Por fim, o Supremo Tribunal Federal, prestigiando sua Súmula n. 356, firmou posição no sentido de considerar prequestionada a matéria constitucional objeto do recurso extraordinário pela mera oposição de embargos declaratórios, ainda que o juízo a quo se recuse a suprir a omissão. (v. REsp 383.492-MA, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 17/12/2002, in Informativo n. 0159 Período: 16 a 19 de dezembro de 2002).

8. Ausente vício de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida na decisão impugnada, REJEITO os presentes embargos.

Brasília (DF), 22 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5006123-54.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): JOCELI JOSE COELHO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU E DEU PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA UNIÃO. ACORDAO NO MESMO SENTIDO DA NOVA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RESP N. 1.089.720/RS. JUROS MORATÓRIOS SOBRE VALORES RECEBIDOS EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, DECORRENTES DE REAJUSTE SALARIAL. CONTEXTO RESCISÓRIO NÃO CONFIGURADO. NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA DEVIDA. ENTENDIMENTO FIRMADO POR ESTA TNU. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DÚVIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos declaratórios apresentados pela parte autora, com fulcro no art. 535 do CPC, em face de decisão monocrática que conheceu do pedido de uniformização interposto pela União, com fundamento na nova jurisprudência do STJ.

2. Decido com fundamento no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, e de acordo com a jurisprudência do STJ, REsp 1073184:

PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 537, 557 E 535 DO CPC - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDOS MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE -PRECEDENTES.

"1. Insurge a Fazenda Nacional contra acórdão que ratificou decisão que apreciou monocraticamente os embargos de declaração e negou provimento ao agravo interno. Fundamenta sua irresignação na infringência dos artigos 537, 557 e 535 do Código de Processo Civil. 2. Eventual nulidade da decisão monocrática fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental. Precedente: REsp 824.406/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, em 18.5.2006.

3. Esta Corte entende que não há violação do art. 537 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração opostos contra acórdão se há o manejo de agravo regimental que, ao ser apreciado, ratifica a decisão monocrática. Precedentes: REsp 787.460/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 6.6.2007 e REsp 753.805/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJ4.6.2007. Agravo regimental improvido. (DJe 05/03/2009, Ministro Humberto Martins)".

3. Também nesse sentido, REsp 940859:

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - DÍVIDA DE PEQUENO VALOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

1. Não há violação do art. 557 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração, opostos contra acórdão, se há o manejo de agravo regimental que, em última ratio, encampa a decisão monocrática. (REsp 741784/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJ de 05.09.2005, p. 432). 2. Recurso especial não provido. (DJ 21/11/2007, Ministra Eliana Calmon).

4. Nos termos do artigo 48, da lei nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, "Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida".

5. No caso em tela, não verifico nenhuma destas hipóteses legais, havendo apenas inconformismo da parte autora com a decisão impugnada. Divergência de entendimento não implica nenhum dos vícios acima apontados.

6. Os embargos não constituem via adequada para expressar inconformismo com questões já analisadas e decididas pelo julgador, o que configura o desvirtuamento da função jurídico-processual do instituto. Nesse sentido, julgado do Colendo Supremo Tribunal Federal, in verbis:

"(...) 1. A pretexto de sanar omissão ou erro de fato, repisa o embargante questões exaustivamente analisadas pelo acórdão recorrido. 2. Mero inconformismo diante das conclusões do julgado, contrárias às teses do embargante, não autoriza a reapreciação da matéria nesta fase recursal. 3. Embargos rejeitados por inexistir omissão a ser suprida além do cunho infringente de que se revestem". (ADI-ED 2666 / DF, Relator(a): Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 10-11-2006, PP-00049).

7. Por fim, o Supremo Tribunal Federal, prestigiando sua Súmula n. 356, firmou posição no sentido de considerar prequestionada a matéria constitucional objeto do recurso extraordinário pela mera oposição de embargos declaratórios, ainda que o juízo a quo se recuse a suprir a omissão. (v. REsp 383.492-MA, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 17/12/2002, in Informativo n. 0159 Período: 16 a 19 de dezembro de 2002).

8. Ausente vício de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida na decisão impugnada, REJEITO os presentes embargos.

Brasília (DF), 22 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5006261-21.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARIALVA FELLER GOLIN
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU E DEU PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA UNIÃO. ACORDAO NO MESMO SENTIDO DA NOVA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RESP N. 1.089.720/RS. JUROS MORATÓRIOS SOBRE VALORES RECEBIDOS EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, DECORRENTES DE REAJUSTE SALARIAL. CONTEXTO RESCISÓRIO NÃO CONFIGURADO. NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA DEVIDA. ENTENDIMENTO FIRMADO POR ESTA TNU. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DÚVIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos declaratórios apresentados pela parte autora, com fulcro no art. 535 do CPC, em face de decisão monocrática que conheceu do pedido de uniformização interposto pela União, com fundamento na nova jurisprudência do STJ.

2. Decido com fundamento no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, e de acordo com a jurisprudência do STJ, REsp 1073184:

PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 537, 557 E 535 DO CPC - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDOS MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE -PRECEDENTES.

"1. Insurge a Fazenda Nacional contra acórdão que ratificou decisão que apreciou monocraticamente os embargos de declaração e negou provimento ao agravo interno. Fundamenta sua irresignação na infringência dos artigos 537, 557 e 535 do Código de Processo Civil. 2. Eventual nulidade da decisão monocrática fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental. Precedente: REsp 824.406/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, em 18.5.2006.

3. Esta Corte entende que não há violação do art. 537 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração opostos contra acórdão se há o manejo de agravo regimental que, ao ser apreciado, ratifica a decisão monocrática. Precedentes: REsp 787.460/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 6.6.2007 e REsp 753.805/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJ4.6.2007. Agravo regimental improvido. (DJe 05/03/2009, Ministro Humberto Martins)".

3. Também nesse sentido, REsp 940859:

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - DÍVIDA DE PEQUENO VALOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

1. Não há violação do art. 557 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração, opostos contra acórdão, se há o manejo de agravo regimental que, em última ratio, encampa a decisão monocrática. (REsp 741784/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJ de 05.09.2005, p. 432). 2. Recurso especial não provido. (DJ 21/11/2007, Ministra Eliana Calmon).

4. Nos termos do artigo 48, da lei nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, "Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida".

5. No caso em tela, não verifico nenhuma destas hipóteses legais, havendo apenas inconformismo da parte autora com a decisão impugnada. Divergência de entendimento não implica nenhum dos vícios acima apontados.

6. Os embargos não constituem via adequada para expressar inconformismo com questões já analisadas e decididas pelo julgador, o que configura o desvirtuamento da função jurídico-processual do instituto. Nesse sentido, julgado do Colendo Supremo Tribunal Federal, in verbis:

"(...) 1. A pretexto de sanar omissão ou erro de fato, repisa o embargante questões exaustivamente analisadas pelo acórdão recorrido. 2. Mero inconformismo diante das conclusões do julgado, contrárias às teses do embargante, não autoriza a reapreciação da matéria nesta fase recursal. 3. Embargos rejeitados por inexistir omissão a ser suprida além do cunho infringente de que se revestem". (ADI-ED 2666 / DF, Relator(a): Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 10-11-2006, PP-00049).

7. Por fim, o Supremo Tribunal Federal, prestigiando sua Súmula n. 356, firmou posição no sentido de considerar prequestionada a matéria constitucional objeto do recurso extraordinário pela mera oposição de embargos declaratórios, ainda que o juízo a quo se recuse a suprir a omissão. (v. REsp 383.492-MA, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 17/12/2002, in Informativo n. 0159 Período: 16 a 19 de dezembro de 2002).

8. Ausente vício de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida na decisão impugnada, REJEITO os presentes embargos.

Brasília (DF), 22 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5007045-95.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): LAURO GUESSER
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU E DEU PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA UNIÃO. ACORDAO NO MESMO SENTIDO DA NOVA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RESP N. 1.089.720/RS. JUROS MORATÓRIOS SOBRE VALORES RECEBIDOS EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, DECORRENTES DE REAJUSTE SALARIAL. CONTEXTO RESCISÓRIO NÃO CONFIGURADO. NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA DEVIDA. ENTENDIMENTO FIRMADO POR ESTA TNU. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DÚVIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos declaratórios apresentados pela parte autora, com fulcro no art. 535 do CPC, em face de decisão monocrática que conheceu do pedido de uniformização interposto pela União, com fundamento na nova jurisprudência do STJ.

2. Decido com fundamento no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, e de acordo com a jurisprudência do STJ, REsp 1073184:

PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 537, 557 E 535 DO CPC - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDOS MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE -PRECEDENTES.

"1. Insurge a Fazenda Nacional contra acórdão que ratificou decisão que apreciou monocraticamente os embargos de declaração e negou provimento ao agravo interno. Fundamenta sua irresignação na infringência dos artigos 537, 557 e 535 do Código de Processo Civil. 2. Eventual nulidade da decisão monocrática fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental. Precedente: REsp 824.406/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, em 18.5.2006.

3. Esta Corte entende que não há violação do art. 537 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração opostos contra acórdão se há o manejo de agravo regimental que, ao ser apreciado, ratifica a decisão monocrática. Precedentes: REsp 787.460/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 6.6.2007 e REsp 753.805/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJ4.6.2007. Agravo regimental improvido. (DJe 05/03/2009, Ministro Humberto Martins)".

3. Também nesse sentido, REsp 940859:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - DÍVIDA DE PEQUENO VALOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

1. Não há violação do art. 557 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração, opostos contra acórdão, se há o manejo de agravo regimental que, em última ratio, encampa a decisão monocrática. (REsp 741784/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJ de 05.09.2005, p. 432). 2. Recurso especial não provido. (DJ 21/11/2007, Ministra Eliana Calmon).

4. Nos termos do artigo 48, da lei nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, "Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida".

5. No caso em tela, não verifico nenhuma destas hipóteses legais, havendo apenas inconformismo da parte autora com a decisão impugnada. Divergência de entendimento não implica nenhum dos vícios acima apontados.

6. Os embargos não constituem via adequada para expressar inconformismo com questões já analisadas e decididas pelo julgador, o que configura o desvirtuamento da função jurídico-processual do instituto. Nesse sentido, julgado do Colendo Supremo Tribunal Federal, in verbis:

"(...) 1. A pretexto de sanar omissão ou erro de fato, repisa o embargante questões exaustivamente analisadas pelo acórdão recorrido. 2. Mero inconformismo diante das conclusões do julgado, contrárias às teses do embargante, não autoriza a reapreciação da matéria nesta fase recursal. 3. Embargos rejeitados por inexistir omissão a ser suprida além do cunho infringente de que se revestem". (ADI-ED 2666 / DF, Relator(a): Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 10-11-2006, PP-00049).

7. Por fim, o Supremo Tribunal Federal, prestigiando sua Súmula n. 356, firmou posição no sentido de considerar prequestionada a matéria constitucional objeto do recurso extraordinário pela mera oposição de embargos declaratórios, ainda que o juízo a quo se recuse a suprir a omissão. (v. REsp 383.492-MA, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 17/12/2002, in Informativo n. 0159 Período: 16 a 19 de dezembro de 2002).

8. Ausente vício de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida na decisão impugnada, REJEITO os presentes embargos.

Brasília (DF), 22 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5007052-87.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): PAULO CÉSAR TETTAMANZY D AJELLO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU E DEU PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA UNIÃO. ACORDAO NO MESMO SENTIDO DA NOVA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RESP N. 1.089.720/RS. JUROS MORATÓRIOS SOBRE VALORES RECEBIDOS EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, DECORRENTES DE REAJUSTE SALARIAL. CONTEXTO RESCISÓRIO NÃO CONFIGURADO. NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA DEVIDA. ENTENDIMENTO FIRMADO POR ESTA TNU. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DÚVIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos declaratórios apresentados pela parte autora, com fulcro no art. 535 do CPC, em face de decisão monocrática que conheceu do pedido de uniformização interposto pela União, com fundamento na nova jurisprudência do STJ.

2. Decido com fundamento no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, e de acordo com a jurisprudência do STJ, REsp 1073184:

PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 537, 557 E 535 DO CPC - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDOS MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE -PRECEDENTES.

"1. Insurge a Fazenda Nacional contra acórdão que ratificou decisão que apreciou monocraticamente os embargos de declaração e negou provimento ao agravo interno. Fundamenta sua irresignação na infringência dos artigos 537, 557 e 535 do Código de Processo Civil. 2. Eventual nulidade da decisão monocrática fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental. Precedente: REsp 824.406/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, em 18.5.2006.

3. Esta Corte entende que não há violação do art. 537 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração opostos contra acórdão se há o manejo de agravo regimental que, ao ser apreciado, ratifica a decisão monocrática. Precedentes: REsp 787.460/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 6.6.2007 e REsp 753.805/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJ4.6.2007. Agravo regimental improvido. (DJe 05/03/2009, Ministro Humberto Martins)".

3. Também nesse sentido, REsp 940859:

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - DÍVIDA DE PEQUENO VALOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

1. Não há violação do art. 557 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração, opostos contra acórdão, se há o manejo de agravo regimental que, em última ratio, encampa a decisão monocrática. (REsp 741784/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJ de 05.09.2005, p. 432). 2. Recurso especial não provido. (DJ 21/11/2007, Ministra Eliana Calmon).

4. Nos termos do artigo 48, da lei nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, "Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida".

5. No caso em tela, não verifico nenhuma destas hipóteses legais, havendo apenas inconformismo da parte autora com a decisão impugnada. Divergência de entendimento não implica nenhum dos vícios acima apontados.

6. Os embargos não constituem via adequada para expressar inconformismo com questões já analisadas e decididas pelo julgador, o que configura o desvirtuamento da função jurídico-processual do instituto. Nesse sentido, julgado do Colendo Supremo Tribunal Federal, in verbis:

"(...) 1. A pretexto de sanar omissão ou erro de fato, repisa o embargante questões exaustivamente analisadas pelo acórdão recorrido. 2. Mero inconformismo diante das conclusões do julgado, contrárias às teses do embargante, não autoriza a reapreciação da matéria nesta fase recursal. 3. Embargos rejeitados por inexistir omissão a ser suprida além do cunho infringente de que se revestem". (ADI-ED 2666 / DF, Relator(a): Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 10-11-2006, PP-00049).

7. Por fim, o Supremo Tribunal Federal, prestigiando sua Súmula n. 356, firmou posição no sentido de considerar prequestionada a matéria constitucional objeto do recurso extraordinário pela mera oposição de embargos declaratórios, ainda que o juízo a quo se recuse a suprir a omissão. (v. REsp 383.492-MA, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 17/12/2002, in Informativo n. 0159 Período: 16 a 19 de dezembro de 2002).

8. Ausente vício de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida na decisão impugnada, REJEITO os presentes embargos.

Brasília (DF), 22 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5007908-51.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JANE IARA PEREIRA DA COSTA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU E DEU PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA UNIÃO. ACORDAO NO MESMO SENTIDO DA NOVA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RESP N. 1.089.720/RS. JUROS MORATÓRIOS SOBRE VALORES RECEBIDOS EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, DECORRENTES DE REAJUSTE SALARIAL. CONTEXTO RESCISÓRIO NÃO CONFIGURADO. NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA DEVIDA. ENTENDIMENTO FIRMADO POR ESTA TNU. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DÚVIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos declaratórios apresentados pela parte autora, com fulcro no art. 535 do CPC, em face de decisão monocrática que conheceu do pedido de uniformização interposto pela União, com fundamento na nova jurisprudência do STJ.

2. Decido com fundamento no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, e de acordo com a jurisprudência do STJ, REsp 1073184:

PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 537, 557 E 535 DO CPC - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDOS MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE -PRECEDENTES.

"1. Insurge a Fazenda Nacional contra acórdão que ratificou decisão que apreciou monocraticamente os embargos de declaração e negou provimento ao agravo interno. Fundamenta sua irresignação na infringência dos artigos 537, 557 e 535 do Código de Processo Civil. 2. Eventual nulidade da decisão monocrática fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental. Precedente: REsp 824.406/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, em 18.5.2006.

3. Esta Corte entende que não há violação do art. 537 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração opostos contra acórdão se há o manejo de agravo regimental que, ao ser apreciado, ratifica a decisão monocrática. Precedentes: REsp 787.460/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 6.6.2007 e REsp 753.805/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJ4.6.2007. Agravo regimental improvido. (DJe 05/03/2009, Ministro Humberto Martins)".

3. Também nesse sentido, REsp 940859:

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - DÍVIDA DE PEQUENO VALOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

1. Não há violação do art. 557 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração, opostos contra acórdão, se há o manejo de agravo regimental que, em última ratio, encampa a decisão monocrática. (REsp 741784/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJ de 05.09.2005, p. 432). 2. Recurso especial não provido. (DJ 21/11/2007, Ministra Eliana Calmon).

4. Nos termos do artigo 48, da lei nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, "Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida".

5. No caso em tela, não verifico nenhuma destas hipóteses legais, havendo apenas inconformismo da parte autora com a decisão impugnada. Divergência de entendimento não implica nenhum dos vícios acima apontados.

6. Os embargos não constituem via adequada para expressar inconformismo com questões já analisadas e decididas pelo julgador, o que configura o desvirtuamento da função jurídico-processual do instituto. Nesse sentido, julgado do Colendo Supremo Tribunal Federal, in verbis:

"(...) 1. A pretexto de sanar omissão ou erro de fato, repisa o embargante questões exaustivamente analisadas pelo acórdão recorrido. 2. Mero inconformismo diante das conclusões do julgado, contrárias às teses do embargante, não autoriza a reapreciação da matéria nesta fase recursal. 3. Embargos rejeitados por inexistir omissão a ser suprida além do cunho infringente de que se revestem". (ADI-ED 2666 / DF, Relator(a): Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 10-11-2006, PP-00049).

7. Por fim, o Supremo Tribunal Federal, prestigiando sua Súmula n. 356, firmou posição no sentido de considerar prequestionada a matéria constitucional objeto do recurso extraordinário pela mera oposição de embargos declaratórios, ainda que o juízo a quo se recuse a suprir a omissão. (v. REsp 383.492-MA, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 17/12/2002, in Informativo n. 0159 Período: 16 a 19 de dezembro de 2002).

8. Ausente vício de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida na decisão impugnada, REJEITO os presentes embargos.

Brasília (DF), 22 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5007931-94.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): OSCAR JOSÉ ORSI ARCHER
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU E DEU PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA UNIÃO. ACORDAO NO MESMO SENTIDO DA NOVA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RESP N. 1.089.720/RS. JUROS MORATÓRIOS SOBRE VALORES RECEBIDOS EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, DECORRENTES DE REAJUSTE SALARIAL. CONTEXTO RESCISÓRIO NÃO CONFIGURADO. NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA DEVIDA. ENTENDIMENTO FIRMADO POR ESTA TNU. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DÚVIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos declaratórios apresentados pela parte autora, com fulcro no art. 535 do CPC, em face de decisão monocrática que conheceu do pedido de uniformização interposto pela União, com fundamento na nova jurisprudência do STJ.

2. Decido com fundamento no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, e de acordo com a jurisprudência do STJ, REsp 1073184:

PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 537, 557 E 535 DO CPC - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDOS MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE -PRECEDENTES.

"1. Insurge a Fazenda Nacional contra acórdão que ratificou decisão que apreciou monocraticamente os embargos de declaração e negou provimento ao agravo interno. Fundamenta sua irresignação na infringência dos artigos 537, 557 e 535 do Código de Processo Civil. 2. Eventual nulidade da decisão monocrática fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental. Precedente: REsp 824.406/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, em 18.5.2006.

3. Esta Corte entende que não há violação do art. 537 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração opostos contra acórdão se há o manejo de agravo regimental que, ao ser apreciado, ratifica a decisão monocrática. Precedentes: REsp 787.460/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 6.6.2007 e REsp 753.805/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJ4.6.2007. Agravo regimental improvido. (DJe 05/03/2009, Ministro Humberto Martins)".

3. Também nesse sentido, REsp 940859:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - DÍVIDA DE PEQUENO VALOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

1. Não há violação do art. 557 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração, opostos contra acórdão, se há o manejo de agravo regimental que, em última ratio, encampa a decisão monocrática. (REsp 741784/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJ de 05.09.2005, p. 432). 2. Recurso especial não provido. (DJ 21/11/2007, Ministra Eliana Calmon).

4. Nos termos do artigo 48, da lei nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, "Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida".

5. No caso em tela, não verifico nenhuma destas hipóteses legais, havendo apenas inconformismo da parte autora com a decisão impugnada. Divergência de entendimento não implica nenhum dos vícios acima apontados.

6. Os embargos não constituem via adequada para expressar inconformismo com questões já analisadas e decididas pelo julgador, o que configura o desvirtuamento da função jurídico-processual do instituto. Nesse sentido, julgado do Colendo Supremo Tribunal Federal, in verbis:

"(...) 1. A pretexto de sanar omissão ou erro de fato, repisa o embargante questões exaustivamente analisadas pelo acórdão recorrido. 2. Mero inconformismo diante das conclusões do julgado, contrárias às teses do embargante, não autoriza a reapreciação da matéria nesta fase recursal. 3. Embargos rejeitados por inexistir omissão a ser suprida além do cunho infringente de que se revestem". (ADI-ED 2666 / DF, Relator(a): Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 10-11-2006, PP-00049).

7. Por fim, o Supremo Tribunal Federal, prestigiando sua Súmula n. 356, firmou posição no sentido de considerar prequestionada a matéria constitucional objeto do recurso extraordinário pela mera oposição de embargos declaratórios, ainda que o juízo a quo se recuse a suprir a omissão. (v. REsp 383.492-MA, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 17/12/2002, in Informativo n. 0159 Período: 16 a 19 de dezembro de 2002).

8. Ausente vício de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida na decisão impugnada, REJEITO os presentes embargos.

Brasília (DF), 22 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5007642-64.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MANOEL OBDULIO REBELO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU E DEU PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA UNIÃO. ACORDAO NO MESMO SENTIDO DA NOVA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RESP N. 1.089.720/RS. JUROS MORATÓRIOS SOBRE VALORES RECEBIDOS EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, DECORRENTES DE REAJUSTE SALARIAL. CONTEXTO RESCISÓRIO NÃO CONFIGURADO. NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA DEVIDA. ENTENDIMENTO FIRMADO POR ESTA TNU. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DÚVIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos declaratórios apresentados pela parte autora, com fulcro no art. 535 do CPC, em face de decisão monocrática que conheceu do pedido de uniformização interposto pela União, com fundamento na nova jurisprudência do STJ.

2. Decido com fundamento no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, e de acordo com a jurisprudência do STJ, REsp 1073184:

PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 537, 557 E 535 DO CPC - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDOS MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE -PRECEDENTES.

"1. Insurge a Fazenda Nacional contra acórdão que ratificou decisão que apreciou monocraticamente os embargos de declaração e negou provimento ao agravo interno. Fundamenta sua irresignação na infringência dos artigos 537, 557 e 535 do Código de Processo Civil. 2. Eventual nulidade da decisão monocrática fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental. Precedente: REsp 824.406/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, em 18.5.2006.

3. Esta Corte entende que não há violação do art. 537 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração opostos contra acórdão se há o manejo de agravo regimental que, ao ser apreciado, ratifica a decisão monocrática. Precedentes: REsp 787.460/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 6.6.2007 e REsp 753.805/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJ4.6.2007. Agravo regimental improvido. (DJe 05/03/2009, Ministro Humberto Martins)".

3. Também nesse sentido, REsp 940859:

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - DÍVIDA DE PEQUENO VALOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

1. Não há violação do art. 557 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração, opostos contra acórdão, se há o manejo de agravo regimental que, em última ratio, encampa a decisão monocrática. (REsp 741784/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJ de 05.09.2005, p. 432). 2. Recurso especial não provido. (DJ 21/11/2007, Ministra Eliana Calmon).

4. Nos termos do artigo 48, da lei nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, "Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida".

5. No caso em tela, não verifico nenhuma destas hipóteses legais, havendo apenas inconformismo da parte autora com a decisão impugnada. Divergência de entendimento não implica nenhum dos vícios acima apontados.

6. Os embargos não constituem via adequada para expressar inconformismo com questões já analisadas e decididas pelo julgador, o que configura o desvirtuamento da função jurídico-processual do instituto. Nesse sentido, julgado do Colendo Supremo Tribunal Federal, in verbis:

"(...) 1. A pretexto de sanar omissão ou erro de fato, repisa o embargante questões exaustivamente analisadas pelo acórdão recorrido. 2. Mero inconformismo diante das conclusões do julgado, contrárias às teses do embargante, não autoriza a reapreciação da matéria nesta fase recursal. 3. Embargos rejeitados por inexistir omissão a ser suprida além do cunho infringente de que se revestem". (ADI-ED 2666 / DF, Relator(a): Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 10-11-2006, PP-00049).

7. Por fim, o Supremo Tribunal Federal, prestigiando sua Súmula n. 356, firmou posição no sentido de considerar prequestionada a matéria constitucional objeto do recurso extraordinário pela mera oposição de embargos declaratórios, ainda que o juízo a quo se recuse a suprir a omissão. (v. REsp 383.492-MA, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 17/12/2002, in Informativo n. 0159 Período: 16 a 19 de dezembro de 2002).

8. Ausente vício de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida na decisão impugnada, REJEITO os presentes embargos.

Brasília (DF), 22 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5003891-69.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CRISTIANO MARQUES
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU E DEU PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA UNIÃO. ACORDAO NO MESMO SENTIDO DA NOVA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RESP N. 1.089.720/RS. JUROS MORATÓRIOS SOBRE VALORES RECEBIDOS EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, DECORRENTES DE REAJUSTE SALARIAL. CONTEXTO RESCISÓRIO NÃO CONFIGURADO. NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA DEVIDA. ENTENDIMENTO FIRMADO POR ESTA TNU. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DÚVIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos declaratórios apresentados pela parte autora, com fulcro no art. 535 do CPC, em face de decisão monocrática que conheceu do pedido de uniformização interposto pela União, com fundamento na nova jurisprudência do STJ.

2. Decido com fundamento no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, e de acordo com a jurisprudência do STJ, REsp 1073184:

PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 537, 557 E 535 DO CPC - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDOS MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE -PRECEDENTES.

"1. Insurge a Fazenda Nacional contra acórdão que ratificou decisão que apreciou monocraticamente os embargos de declaração e negou provimento ao agravo interno. Fundamenta sua irresignação na infringência dos artigos 537, 557 e 535 do Código de Processo Civil. 2. Eventual nulidade da decisão monocrática fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental. Precedente: REsp 824.406/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, em 18.5.2006.

3. Esta Corte entende que não há violação do art. 537 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração opostos contra acórdão se há o manejo de agravo regimental que, ao ser apreciado, ratifica a decisão monocrática. Precedentes: REsp 787.460/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 6.6.2007 e REsp 753.805/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJ4.6.2007. Agravo regimental improvido. (DJe 05/03/2009, Ministro Humberto Martins)".

3. Também nesse sentido, REsp 940859:

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - DÍVIDA DE PEQUENO VALOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

1. Não há violação do art. 557 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração, opostos contra acórdão, se há o manejo de agravo regimental que, em última ratio, encampa a decisão monocrática. (REsp 741784/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJ de 05.09.2005, p. 432). 2. Recurso especial não provido. (DJ 21/11/2007, Ministra Eliana Calmon).

4. Nos termos do artigo 48, da lei nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, "Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida".

5. No caso em tela, não verifico nenhuma destas hipóteses legais, havendo apenas inconformismo da parte autora com a decisão impugnada. Divergência de entendimento não implica nenhum dos vícios acima apontados.

6. Os embargos não constituem via adequada para expressar inconformismo com questões já analisadas e decididas pelo julgador, o que configura o desvirtuamento da função jurídico-processual do instituto. Nesse sentido, julgado do Colendo Supremo Tribunal Federal, in verbis:

"(...) 1. A pretexto de sanar omissão ou erro de fato, repisa o embargante questões exaustivamente analisadas pelo acórdão recorrido. 2. Mero inconformismo diante das conclusões do julgado, contrárias às teses do embargante, não autoriza a reapreciação da matéria nesta fase recursal. 3. Embargos rejeitados por inexistir omissão a ser suprida além do cunho infringente de que se revestem". (ADI-ED 2666 / DF, Relator(a): Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 10-11-2006, PP-00049).

7. Por fim, o Supremo Tribunal Federal, prestigiando sua Súmula n. 356, firmou posição no sentido de considerar prequestionada a matéria constitucional objeto do recurso extraordinário pela mera oposição de embargos declaratórios, ainda que o juízo a quo se recuse a suprir a omissão. (v. REsp 383.492-MA, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 17/12/2002, in Informativo n. 0159 Período: 16 a 19 de dezembro de 2002).

8. Ausente vício de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida na decisão impugnada, REJEITO os presentes embargos.

Brasília (DF), 22 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5003561-72.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): MARCIO CAMPOS
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL ANGELA CRISTINA MONTEIRO

DECISÃO MONOCRÁTICA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE CONHECEU E DEU PROVIMENTO AO PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO APRESENTADO PELA UNIÃO. ACORDAO NO MESMO SENTIDO DA NOVA JURISPRUDÊNCIA DO STJ. RESP N. 1.089.720/RS. JUROS MORATÓRIOS SOBRE VALORES RECEBIDOS EM RECLAMATÓRIA TRABALHISTA, DECORRENTES DE REAJUSTE SALARIAL. CONTEXTO RESCISÓRIO NÃO CONFIGURADO. NATUREZA REMUNERATÓRIA. INCIDÊNCIA DE IMPOSTO DE RENDA DEVIDA. ENTENDIMENTO FIRMADO POR ESTA TNU. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE OU DÚVIDA. EMBARGOS REJEITADOS.

1. Trata-se de embargos declaratórios apresentados pela parte autora, com fulcro no art. 535 do CPC, em face de decisão monocrática que conheceu do pedido de uniformização interposto pela União, com fundamento na nova jurisprudência do STJ.

2. Decido com fundamento no artigo 557, §1º do Código de Processo Civil, e de acordo com a jurisprudência do STJ, REsp 1073184:

PROCESSUAL CIVIL - AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO DOS ARTS. 537, 557 E 535 DO CPC - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDOS MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE -PRECEDENTES.

"1. Insurge a Fazenda Nacional contra acórdão que ratificou decisão que apreciou monocraticamente os embargos de declaração e negou provimento ao agravo interno. Fundamenta sua irresignação na infringência dos artigos 537, 557 e 535 do Código de Processo Civil. 2. Eventual nulidade da decisão monocrática fica superada com a reapreciação do recurso pelo órgão colegiado, na via de agravo regimental. Precedente: REsp 824.406/RS, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, em 18.5.2006.

3. Esta Corte entende que não há violação do art. 537 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração opostos contra acórdão se há o manejo de agravo regimental que, ao ser apreciado, ratifica a decisão monocrática. Precedentes: REsp 787.460/SP, Rel. Min. Eliana Calmon, DJ 6.6.2007 e REsp 753.805/RJ, Rel. Min. Luiz Fux, DJ4.6.2007. Agravo regimental improvido. (DJe 05/03/2009, Ministro Humberto Martins)".

3. Também nesse sentido, REsp 940859:

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSUAL CIVIL - EXECUÇÃO FISCAL - DÍVIDA DE PEQUENO VALOR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO DECIDIDO MONOCRATICAMENTE - AGRAVO REGIMENTAL JULGADO PELO COLEGIADO - INEXISTÊNCIA DE NULIDADE.

1. Não há violação do art. 557 do CPC na decisão monocrática de embargos de declaração, opostos contra acórdão, se há o manejo de agravo regimental que, em última ratio, encampa a decisão monocrática. (REsp 741784/RJ, Rel. Ministro Fernando Gonçalves, Quarta Turma, DJ de 05.09.2005, p. 432). 2. Recurso especial não provido. (DJ 21/11/2007, Ministra Eliana Calmon).

4. Nos termos do artigo 48, da lei nº 9.099/95, aplicada subsidiariamente ao rito deste Juizado Especial Federal, "Caberão embargos de declaração quando, na sentença ou acórdão, houver obscuridade, contradição, omissão ou dúvida".

5. No caso em tela, não verifico nenhuma destas hipóteses legais, havendo apenas inconformismo da parte autora com a decisão impugnada. Divergência de entendimento não implica nenhum dos vícios acima apontados.

6. Os embargos não constituem via adequada para expressar inconformismo com questões já analisadas e decididas pelo julgador, o que configura o desvirtuamento da função jurídico-processual do instituto. Nesse sentido, julgado do Colendo Supremo Tribunal Federal, in verbis:

"(...) 1. A pretexto de sanar omissão ou erro de fato, repisa o embargante questões exaustivamente analisadas pelo acórdão recorrido. 2. Mero inconformismo diante das conclusões do julgado, contrárias às teses do embargante, não autoriza a reapreciação da matéria nesta fase recursal. 3. Embargos rejeitados por inexistir omissão a ser suprida além do cunho infringente de que se revestem". (ADI-ED 2666 / DF, Relator(a): Min. Ellen Gracie, Tribunal Pleno, DJ 10-11-2006, PP-00049).

7. Por fim, o Supremo Tribunal Federal, prestigiando sua Súmula n. 356, firmou posição no sentido de considerar prequestionada a matéria constitucional objeto do recurso extraordinário pela mera oposição de embargos declaratórios, ainda que o juízo a quo se recuse a suprir a omissão. (v. REsp 383.492-MA, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 17/12/2002, in Informativo n. 0159 Período: 16 a 19 de dezembro de 2002).

8. Ausente vício de obscuridade, contradição, omissão ou dúvida na decisão impugnada, REJEITO os presentes embargos.

Brasília (DF), 22 de maio de 2015.

ÂNGELA CRISTINA MONTEIRO
Juíza Federal Relatora

PROCESSO: 5006464-80.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): VALFREDO TADEU DE FÁVERE
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

DECISÃO MONOCRÁTICA

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pela parte autora em face de decisão monocrática que, nos termos do art. 557 do CPC, deu provimento ao incidente de uniformização interposto pela Fazenda Nacional para, nos termos do entendimento consolidado da TNU e do STJ, julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros de mora que incidiram sobre as verbas recebidas em virtude da reclamação trabalhista nº 1.815/90 ajuizada pela parte autora.

Em síntese, alega o(a) embargante a existência de vício(s) na decisão embargada.

Dito isto, decido.

Os embargos declaratórios se destinam a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição ou suprir eventual omissão do julgado, consoante o art. 535 do CPC, de modo que, não ocorrendo qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade da parte embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica adotada na decisão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita. Nesse sentido, já decidiu o Supremo Tribunal Federal: "Revelam-se incabíveis os embargos de declaração, quando inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais da embargalidade (artigo 535, CPC), vem esse recurso, com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a indevida finalidade de instaurar uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal. Precedentes." (RE 173.459 (AgRg-EDcl) - DF in RTJ 175/315 - Janeiro/2001).

No caso dos autos, verifico não existir(em) vício(s) na decisão embargada, cujo excerto transcrevo abaixo:

"(...)

Esta Turma Nacional de Uniformização, perfilhando o entendimento do STJ (REsp. nº 1.089.720/RS), posicionou-se no sentido de que incide imposto de renda sobre os juros de mora, no caso de pagamento de verbas recebidas judicial e administrativamente , inclusive em reclamações trabalhistas, quando tais verbas possuírem natureza remuneratória, seguindo, o acessório, a verba principal, fiel à máxima do brocardo jurídico Accessorium sui principais naturam sequitur. Entretanto, para efeito de precedente decidiu-se no julgado abaixo da TNU que há apenas duas exceções: i) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e ii) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada. Eis o julgado destacado como representativo de controvérsia: PEDILEF nº 5000554-76.2012.4.04.7113 (Relator: Juiz Federal Gláucio Maciel. DJ: 09/10/2013): No caso dos autos, trata-se a ação de pedido de restituição de valores pagos a título de Imposto de Renda sobre os juros de mora provenientes do pagamento do reajuste de 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, reconhecidos na Ação Trabalhista. Tais verbas, não decorrentes de rescisão de contrato de trabalho, possuem natureza remuneratória, razão pela qual sobre tais deve incidir imposto de renda. Esta Corte Uniformizadora recentemente, em sessão realizada em 11/03/2015, julgou processos cujos pedidos são idênticos ao da presente demanda, decidindo o Colegiado pelo provimento dos incidentes sob os mesmos fundamentos aqui expostos. Cito como exemplos os seguintes PEDILEF's, ambos da relatoria do nobre Juiz Federal Bruno Carrá: 5006124- 39.2013.4.04.7200 e 5006264-73.2013.4.04.7200.

(...)"

Como se vê, este Relator decidiu monocraticamente de forma clara e bem fundamentada pelo conhecimento e provimento do incidente, adotando uma linha de raciocínio razoável e coerente. Assim, pretende o(a) embargante obter caráter infringente aos presentes embargos. A respeito, trago à colação aresto citado por Theotônio Negrão em "Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor", Editora Saraiva, 35ª ed., 2003, p. 593: "Os embargos de declaração não constituem recurso idôneo para corrigir os fundamentos de uma decisão (Bol AASP 1.536/122)."

Ante o exposto, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pela parte autora.

Intimem-se.

São Paulo/SP, 22 de maio de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5008391-81.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): CARMEM SUZANE COMITRE GIMENEZ
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

DECISÃO MONOCRÁTICA

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pela parte autora em face de decisão monocrática que, nos termos do art. 557 do CPC, deu provimento ao incidente de uniformização interposto pela Fazenda Nacional para, nos termos do entendimento consolidado da TNU e do STJ, julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros de mora que incidiram sobre as verbas recebidas em virtude da reclamação trabalhista nº 1.815/90 ajuizada pela parte autora.

Em síntese, alega o(a) embargante a existência de vício(s) na decisão embargada.

Dito isto, decido.

Os embargos declaratórios se destinam a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição ou suprir eventual omissão do julgado, consoante o art. 535 do CPC, de modo que, não ocorrendo qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade da parte embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica adotada na decisão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita. Nesse sentido, já decidiu o Supremo Tribunal Federal: "Revelam-se incabíveis os embargos de declaração, quando inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais da embargalidade (artigo 535, CPC), vem esse recurso, com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a indevida finalidade de instaurar uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal. Precedentes." (RE 173.459 (AgRg-EDcl) - DF in RTJ 175/315 - Janeiro/2001).

No caso dos autos, verifico não existir(em) vício(s) na decisão embargada, cujo excerto transcrevo abaixo:

"(...)

Esta Turma Nacional de Uniformização, perfilhando o entendimento do STJ (REsp. nº 1.089.720/RS), posicionou-se no sentido de que incide imposto de renda sobre os juros de mora, no caso de pagamento de verbas recebidas judicial e administrativamente , inclusive em reclamações trabalhistas, quando tais verbas possuírem natureza remuneratória, seguindo, o acessório, a verba principal, fiel à máxima do brocardo jurídico Accessorium sui principais naturam sequitur. Entretanto, para efeito de precedente decidiu-se no julgado abaixo da TNU que há apenas duas exceções: i) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e ii) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada. Eis o julgado destacado como representativo de controvérsia: PEDILEF nº 5000554-76.2012.4.04.7113 (Relator: Juiz Federal Gláucio Maciel. DJ: 09/10/2013): No caso dos autos, trata-se a ação de pedido de restituição de valores pagos a título de Imposto de Renda sobre os juros de mora provenientes do pagamento do reajuste de 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, reconhecidos na Ação Trabalhista. Tais verbas, não decorrentes de rescisão de contrato de trabalho, possuem natureza remuneratória, razão pela qual sobre tais deve incidir imposto de renda. Esta Corte Uniformizadora recentemente, em sessão realizada em 11/03/2015, julgou processos cujos pedidos são idênticos ao da presente demanda, decidindo o Colegiado pelo provimento dos incidentes sob os mesmos fundamentos aqui expostos. Cito como exemplos os seguintes PEDILEF's, ambos da relatoria do nobre Juiz Federal Bruno Carrá: 5006124- 39.2013.4.04.7200 e 5006264-73.2013.4.04.7200.

(...)"

Como se vê, este Relator decidiu monocraticamente de forma clara e bem fundamentada pelo conhecimento e provimento do incidente, adotando uma linha de raciocínio razoável e coerente. Assim, pretende o(a) embargante obter caráter infringente aos presentes embargos. A respeito, trago à colação aresto citado por Theotônio Negrão em "Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor", Editora Saraiva, 35ª ed., 2003, p. 593: "Os embargos de declaração não constituem recurso idôneo para corrigir os fundamentos de uma decisão (Bol AASP 1.536/122)."

Ante o exposto, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pela parte autora.

Intimem-se.

São Paulo/SP, 22 de maio de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 5005884-50.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERIDO(A): GENALDO LEITE NUNES
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL DOUGLAS CAMARINHA GONZALES

DECISÃO MONOCRÁTICA

Cuida-se de Embargos de Declaração opostos pela parte autora em face de decisão monocrática que, nos termos do art. 557 do CPC, deu provimento ao incidente de uniformização interposto pela Fazenda Nacional para, nos termos do entendimento consolidado da TNU e do STJ, julgar improcedente o pedido de declaração de inexigibilidade e restituição dos valores recolhidos a título de IRPF incidente sobre os juros de mora que incidiram sobre as verbas recebidas em virtude da reclamação trabalhista nº 1.815/90 ajuizada pela parte autora.

Em síntese, alega o(a) embargante a existência de vício(s) na decisão embargada.

Dito isto, decido.

Os embargos declaratórios se destinam a aclarar eventual obscuridade, resolver eventual contradição ou suprir eventual omissão do julgado, consoante o art. 535 do CPC, de modo que, não ocorrendo qualquer das hipóteses que ensejam a oposição deles, a inconformidade da parte embargante ressoa como manifesta contrariedade à orientação jurídica adotada na decisão, o que consubstancia evidente caráter infringente, a que não se presta a via ora eleita. Nesse sentido, já decidiu o Supremo Tribunal Federal: "Revelam-se incabíveis os embargos de declaração, quando inexistentes os vícios que caracterizam os pressupostos legais da embargalidade (artigo 535, CPC), vem esse recurso, com desvio de sua específica função jurídico-processual, a ser utilizado com a indevida finalidade de instaurar uma nova discussão sobre a controvérsia jurídica já apreciada pelo Tribunal. Precedentes." (RE 173.459 (AgRg-EDcl) - DF in RTJ 175/315 - Janeiro/2001).

No caso dos autos, verifico não existir(em) vício(s) na decisão embargada, cujo excerto transcrevo abaixo:

"(...)

Esta Turma Nacional de Uniformização, perfilhando o entendimento do STJ (REsp. nº 1.089.720/RS), posicionou-se no sentido de que incide imposto de renda sobre os juros de mora, no caso de pagamento de verbas recebidas judicial e administrativamente , inclusive em reclamações trabalhistas, quando tais verbas possuírem natureza remuneratória, seguindo, o acessório, a verba principal, fiel à máxima do brocardo jurídico Accessorium sui principais naturam sequitur. Entretanto, para efeito de precedente decidiu-se no julgado abaixo da TNU que há apenas duas exceções: i) quando se tratar de verbas rescisórias decorrentes da perda do emprego, havendo reclamação trabalhista ou não, e independentemente de ser a verba principal isenta ou não tributada; e ii) quando a verba principal (fora do contexto da perda do emprego) for isenta ou não tributada. Eis o julgado destacado como representativo de controvérsia: PEDILEF nº 5000554-76.2012.4.04.7113 (Relator: Juiz Federal Gláucio Maciel. DJ: 09/10/2013): No caso dos autos, trata-se a ação de pedido de restituição de valores pagos a título de Imposto de Renda sobre os juros de mora provenientes do pagamento do reajuste de 26,06% (URP - Plano Bresser) incidente sobre os vencimentos percebidos pela parte autora da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e sua respectiva incorporação, bem como das diferenças salariais, reconhecidos na Ação Trabalhista. Tais verbas, não decorrentes de rescisão de contrato de trabalho, possuem natureza remuneratória, razão pela qual sobre tais deve incidir imposto de renda. Esta Corte Uniformizadora recentemente, em sessão realizada em 11/03/2015, julgou processos cujos pedidos são idênticos ao da presente demanda, decidindo o Colegiado pelo provimento dos incidentes sob os mesmos fundamentos aqui expostos. Cito como exemplos os seguintes PEDILEF's, ambos da relatoria do nobre Juiz Federal Bruno Carrá: 5006124- 39.2013.4.04.7200 e 5006264-73.2013.4.04.7200.

(...)"

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Como se vê, este Relator decidiu monocraticamente de forma clara e bem fundamentada pelo conhecimento e provimento do incidente, adotando uma linha de raciocínio razoável e coerente. Assim, pretende o(a) embargante obter caráter infringente aos presentes embargos. A respeito, trago à colação aresto citado por Theotônio Negrão em "Código de Processo Civil e Legislação Processual em Vigor", Editora Saraiva, 35ª ed., 2003, p. 593: "Os embargos de declaração não constituem recurso idôneo para corrigir os fundamentos de uma decisão (Bol AASP 1.536/122)."

Ante o exposto, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO opostos pela parte autora.

Intimem-se.

São Paulo/SP, 21 de maio de 2015.

DOUGLAS CAMARINHA GONZALES
Juiz Federal Relator

PROCESSO: 0508052-67.2012.4.05.8200
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: MIGUEL PEDRO DA SILVA FILHO
PROC./ADV.: GERSON MOUSINHO DE BRITO
OAB: PB-1995
REQUERIDO(A): FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
RELATOR(A): JUIZ(A) FEDERAL BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ

DECISÃO MONOCRÁTICA

1. Cuida-se de incidente de uniformização movido pela parte autora em face de acórdão proferido pela Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Paraíba que, mantendo a sentença monocrática, julgou improcedente o pedido de restituição do valor pago a título de imposto de renda incidente sobre a gratificação GACEN.

1.2 O recorrente alega que o acórdão está em desacordo com a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça.

2. Conheço do recurso em virtude da adequada comprovação da divergência jurisprudencial em torno da tese jurídica debatida pelo acórdão recorrido e pelos julgados paradigmas. A questão controvertida consiste em saber se incide ou não o Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF - sobre a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN.

3. Como sabido, o Imposto sobre a Renda é tributo de competência da União (art. 153, III, CF/88) e que tem como fato gerador a aquisição, pelo contribuinte, da disponibilidade econômica ou jurídica de renda, assim entendido o produto do capital, do trabalho ou da combinação de ambos (art. 43, I, CTN).

3.1 Sua hipótese de incidência, desta forma, é a variação positiva de determinado patrimônio verificada entre os termos inicial e final do lapso temporal fixado em lei. Nos exatos termos já pronunciados pelo Superior Tribunal de Justiça: "O imposto sobre renda e proventos de qualquer natureza tem como fato gerador, nos termos do art. 43 e seus parágrafos do CTN, os 'acréscimos patrimoniais', assim entendidos os acréscimos ao patrimônio material do contribuinte." (REsp 928.561/RJ, Rel. Ministro TEORI ALBINO ZAVASCKI, PRIMEIRA TURMA, julgado em 02/06/2009, DJe 29/06/2009)

4. Quando uma verba remuneratória é percebida em caráter indenizatório, obviamente, não há que se falar em incidência da tributação sobre renda, pois não há o mencionado acréscimo. Por tal razão, a já longínqua Lei n. 4.506/66 diferenciava em seus arts. 16 e 17 quais verbas salariais ostentavam caráter remuneratório e quais detinham clara feição indenizatória. A Gratificação Especial de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GECEN e Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN foram instituídas pelos arts. 53, 54 e ss. da Lei nº 11.784/08, os quais merecem ser transcritos:

Art. 53. Fica instituída, a partir de 1o de março de 2008, a Gratificação Especial de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GECEN, devida aos ocupantes dos empregos públicos de Agentes de Combate às Endemias, no âmbito do Quadro Suplementar de Combate às Endemias, do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, submetidos ao regime jurídico estabelecido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, conforme disposto na Lei no 11.350, de 5 de outubro de 2006.

Art. 54. Fica instituída, a partir de 1o de março de 2008, a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN, devida aos ocupantes dos cargos de Agente Auxiliar de Saúde Pública, Agente de Saúde Pública e Guarda de Endemias, do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 55. A Gecen e a Gacen serão devidas aos titulares dos empregos e cargos públicos de que tratam os arts. 53 e 54 desta Lei, que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas.

§ 1o O valor da Gecen e da Gacen será de R$ 590,00 (quinhentos e noventa reais) mensais.

§ 2o A Gacen será devida também nos afastamentos considerados de efetivo exercício, quando percebida por período igual ou superior a 12 (doze) meses.

§ 3º Para fins de incorporação da Gacen aos proventos de aposentadoria ou às pensões, dos servidores que a ela fazem jus, serão adotados os seguintes critérios: (Redação dada pela Medida Provisória nº 568, de 2012)

I - para as aposentadorias e pensões instituídas até 19 de fevereiro de 2004, a Gacen será:

a) a partir de 1o de março de 2008, correspondente a 40% (quarenta por cento) do seu valor; e

b) a partir de 1o de janeiro de 2009, correspondente a 50% (cinqüenta por cento) do seu valor; e

II - para as aposentadorias e pensões instituídas após 19 de fevereiro de 2004:

a) quando aos servidores que lhes deram origem se aplicar o disposto nos arts. 3o e 6º da Emenda Constitucional nº 41, de 19 de dezembro de 2003, e no art. 3º da Emenda Constitucional nº 47, de 5 de julho de 2005, aplicar-se-ão os percentuais constantes do inciso I deste parágrafo; e

b) aos demais aplicar-se-á, para fins de cálculo das aposentadorias e pensões, o disposto na Lei no 10.887, de 18 de junho de 2004.

§ 4o A Gecen e a Gacen não servirão de base de cálculo para quaisquer outros benefícios, parcelas remuneratórias ou vantagens.

§ 5o A Gecen e a Gacen serão reajustadas na mesma época e na mesma proporção da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais.

§ 6o A Gecen e a Gacen não são devidas aos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança.

§ 7o A Gecen e a Gacen substituem para todos os efeitos a vantagem de que trata o art. 16 da Lei no 8.216, de 13 de agosto de 1991.

§ 8o Os servidores ou empregados que receberem a Gecen ou Gacen não receberão diárias que tenham como fundamento deslocamento nos termos do caput deste artigo, desde que não exija pernoite.

Art. 55-A. A partir de 1º de julho de 2012, o valor da GECEN e da GACEN será de R$ 721,00 (setecentos e vinte um) reais mensais. (Incluído pela Medida Provisória nº 568, de 2012)

5. Como é dito no § 7o, do art. 55, da Lei n. 11.784/08, a GACEN teve como antecedente a verba mencionada no art. 16 da Lei n. 8.216/91, a qual, diferentemente da que lhe sucedeu, possuía características que facilmente apontavam para uma natureza indenizatória, como o fato de ser paga por dia de labor prestado fora do local usual de trabalho em razão de determinadas atividades como as campanhas de combate ou prevenção de endemias.

6. A comparação com a verba descrita no art. 16 da Lei n. 8.216/91 e uma análise sistemática desta última em decorrência das demais disposições do art. 55 da Lei n. 11.784/08, permite concluir que a GACEN possui natureza nitidamente remuneratória - e não indenizatória - na medida em que: a) é paga em caráter permanente, incorporando-se, inclusive para fins de aposentadoria, ainda que parcialmente; b) não exige deslocamento do funcionário e é devida em forma tarifária em caráter mensal e não por dia de serviço, que seria o apropriado para uma gratificação de índole indenizatória; c) incide, quando percebida há mais de doze meses, nos afastamentos de efetivo exercício; d) está sujeita à revisão na mesma época e na mesma proporção da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais; e) não é devida aos ocupantes de cargo em comissão ou função de confiança.

7. Note-se que o caput do art. 55, da Lei n. 11.784/08 prevê que a GACEN será deferida em razão do próprio cargo ocupado e não em decorrência de um fato específico que possa ser qualificado como indenitário. Isso é observável agregando os textos dos arts. 54 e 55 da Lei 11.784/08, como pode ser visualizado abaixo:

Fica instituída, a partir de 1o de março de 2008, a Gratificação de Atividade de Combate e Controle de Endemias - GACEN, devida aos ocupantes dos cargos de Agente Auxiliar de Saúde Pública, Agente de Saúde Pública e Guarda de Endemias, do Quadro de Pessoal do Ministério da Saúde e do Quadro de Pessoal da Fundação Nacional de Saúde - FUNASA, regidos pela Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990 [...] que, em caráter permanente, realizarem atividades de combate e controle de endemias, em área urbana ou rural, inclusive em terras indígenas e de remanescentes quilombolas, áreas extrativistas e ribeirinhas..

7.1. Vê-se, dessarte, que não há excepcionalidade a ensejar a conclusão de que se trata de verba indenizatória, mas sim de complemento vencimental que passa a integrar a própria remuneração do servidor, pois decorre dos cargos de Agente Auxiliar de Saúde Pública, Agente de Saúde Pública e Guarda de Endemias e desde que - e eis o que a mim o ponto nodal - em caráter permanente, em atividades destinadas ao combate ao controle de endemias - ou seja, relacionadas com a própria atividade fim que eles desempenham.

8. Uma interpretação do art. 6o. da Lei n. 7.713/88 confirma essa conclusão inicial. Com efeito, no citado dispositivo a legislação específica sobre imposto de renda passa a enumerar os casos de rendimentos isentos, seja por uma opção do legislador, seja, na verdade, para explicitar casos de não incidência na medida em que o suposto rendimento nada mais faz do que traduzir uma situação indenizatória, impedindo como visto que possa ser realizado qualquer ato de tributação a esse título.

9. O inciso II do mencionado art. 6o. diz que são isentas: "as diárias destinadas, exclusivamente, ao pagamento de despesas de alimentação e pousada, por serviço eventual realizado em município diferente do da sede de trabalho". Essa é a lógica que anima, como exposto acima, a conclusão de que determinada verba possa ostentar natureza indenizatória, a saber, que o serviço que lhe serve de fato gerador seja eventual ou que ocorra fora do local habitual do trabalho.

10. Como visto, isso não ocorre na GACEN, seja porque o serviço que a enseja é prestado em caráter permanente e, ademais, é passível de ser realizado no próprio local de trabalho, já que a lei diz que as atividades de combate e controle de endemias que lhe dão ensejo podem ser prestadas em área urbana ou rural.

11. Diz ainda o § 3.º, do art. 55 que a percepção da GACEN será computadas para fins de cálculo dos proventos de aposentadoria. É verdade, todavia, que, em alguns casos ou em alguns períodos, a lei limitou o cômputo da vantagem a 40% ou a 50% do seu valor total. Desse modo, não há necessariamente uma percepção integral para fins de proventos de aposentadoria. Na verdade, referido dispositivo, ao permitir a incorporação tendo por fundamento apenas o momento temporal do pedido da aposentadoria, discriminando situações assemelhadas sem qualquer razoabilidade, viola, ao que parece, o direito à paridade constitucionalmente assegurado. Isso, porém, constitui outra questão!

12. Rejeito, ainda, o argumento de que a GACEN não produz efeitos indenizatórios, pois o § 5.º, do art. 55, determina o reajuste da GACEN na mesma época e na mesma proporção da revisão geral da remuneração dos servidores públicos federais, o que é próprio de verbas de índole remuneratória e não da verba indenizatória.

12.1. Nesse mesmo contexto, a GACEN, diz o § 2o. do art. 55. será devida também nos afastamentos considerados de efetivo exercício, quando percebida por período igual ou superior a 12 (doze) meses. Tais afastamentos estão previstos no art. 102 do Estatuto do Servidor Público (Lei n. 8.112/90) e tratam das seguintes situações: férias; participação em programa de treinamento regularmente instituído ou em programa de pós-graduação stricto sensu no País; desempenho de mandato eletivo federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal; júri e outros serviços obrigatórios por lei; missão ou estudo no exterior; licença à gestante, à adotante e à paternidade, para tratamento da própria saúde, para o desempenho de mandato classista,

13. Em todas essas situações estar-se-ia diante do paradoxo de admitir a percepção de verbas indenizatórias mesmo sem estar o servidor realizando sua atividade funcional, o que constituiria verdadeira contradição lógica.

14. Por último, atente-se para os §§ 7.º e 8.º que estabelece que as gratificações substituirão a vantagem de que trata o art. 16, da Lei 8.216/91, qual seja, indenização por afastamento do local de trabalho, bem como que impedem o recebimento das diárias.

15. Uma vez mais é só aparente a qualificação como verba indenizatória. No primeiro caso, deixa claro que aquele que se encontra percebendo a GACEN, o faz justamente porque isso é da própria natureza do serviço. Nesse contexto, deve-se atentar para o fato de que nos termos do § 8.º o deslocamento do servidor que impede o pagamento de diárias é aquele que não enseja o pernoite. Ou seja, o ocorrido dentro de determinado raio de abrangência.

16. Os servidores que se dedicam ao controle de endemias, obviamente sujeitam-se a um regime distinto de concessão de diárias, pois é na inerência de seu serviço atender áreas até certo ponto afastadas de seu local de trabalho. Esse limite foi precisado pelo legislador como sendo justamente o pernoite. Ou seja, se durante o dia o servidor encarregado de combater doenças e endemias realiza um grande deslocamento em relação a sede de seu trabalho, isso não é tido como relevante porque já se encontra pago adicionalmente por força do caráter especial de sua função. Só quando houver o pernoite é que será considerado que os custos do deslocamento terão sido excepcionais e o servidor fará jus, nos termos do § 8.º, do art. 55, da Lei n. 11.784/08, às diárias, estas sim verbas tipicamente indenizatórias.

17. Por tudo isso, ao caso devem ser aplicada a consolidada jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça que determina a incidência do Imposto de Renda a gratificações que, a despeito de sugerirem alguma natureza indenizatória, na verdade outorgam pagamentos de índole remuneratória. Nesse sentido:

TRIBUTÁRIO. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. INCIDÊNCIA DO IMPOSTO DE RENDA SOBRE AS VERBAS REMUNERATÓRIAS DENOMINADAS "GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE POLICIAL FEDERAL", "GRATIFICAÇÃO DE COMPENSAÇÃO ORGÂNICA" E "GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE DE RISCO". ACORDAO RECORRIDO, QUE CONSIGNA A NATUREZA REMUNERATÓRIA DAS REFERIDAS GRATIFICAÇÕES, EM CONFORMIDADE COM A JURISPRUDÊNCIA DOMINANTE DO STJ. 1. De acordo com o art. 16 da Lei 4.506, de 1964, serão classificados como rendimentos do trabalho assalariado, para fins de incidência do Imposto de Renda, todas as espécies de remuneração por trabalho ou serviços prestados no exercício de empregos, cargos ou funções, tais como as importâncias pagas a título de gratificações, conforme expressamente previstas no inciso III do citado artigo. Portanto, incide Imposto de Renda sobre a "gratificação de atividade policial federal", a "gratificação de compensação orgânica" e a "gratificação de atividade de risco", pagas aos delegados de polícia federal antes do advento da Lei 11.358/2006, visto que tais gratificações possuem natureza remuneratória, segundo consta do acórdão recorrido. Com efeito, as gratificações em questão estão sujeitas ao Imposto de Renda, pois configuram acréscimo patrimonial e não estão beneficiadas por isenção. Em casos semelhantes, em que também se tratava de gratificações devidas a servidores públicos, outro não foi o entendimento desta Corte, conforme evidenciam os seguintes precedentes: AgRg no REsp 725.345/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Denise Arruda, DJe de 3.12.2008 ("gratificação temporária" de que trata o art. 17 da Lei 9.028/95); e REsp 690.335/RJ, 2ª Turma, Rel. Min. Herman Benjamin, DJe de 19.12.2008 ("gratificação da AGU"). Ao contrário do que pretende fazer crer a agravante, embora não tratem de situações fáticas idênticas, os precedentes supracitados guardam, sim, com o caso em apreço, similitude suficiente a ensejar a adoção do mesmo entendimento. Nos recursos em que se discute a incidência do Imposto de Renda sobre gratificações devidas a servidores públicos, para fins de aplicação do caput do art. 557 do CPC não se exige a identidade fática entre os precedentes jurisprudenciais desta Corte e os casos a serem julgados, bastante a similitude fática, até mesmo porque são múltiplas as carreiras no serviço público, e múltiplas também são as gratificações que compõem a remuneração

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

dos servidores. Além de se tratar de recurso em manifesto confronto com a jurisprudência dominante do STJ, o recurso especial também é manifestamente improcedente, pois a tese jurídica da recorrente é expressamente contrária ao texto do art. 16, III, da Lei 4.506/64. Por esses dois motivos, deve ser mantida a negativa de seguimento do recurso com base no caput do art. 557 do CPC. 2. Agravo regimental não provido. (AgRg no REsp 1148279/CE, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 03/08/2010, DJe 24/08/2010)

18. Presente esta quadra o Pedido de Uniformização é conhecido e provido por entender-se que: (a) a GACEN não possui caráter indenizatório; (b) ao contrário, possui natureza remuneratória e (c) constatada a sua natureza jurídica, afigura-se correta a sentença de 1a Instância que decidiu pela incidência do IRPF.

19. Com efeito, esta Turma Nacional de Uniformização em julgamentos recentes adotou a tese ora esposada. À guisa de ilustração, confira-se PEDILFE 0513919-23.2012.4.05.8400 (Bruno Leonardo Câmara Carrá, Dj 12/11/2014, unânime).

20. Por essas razões, nos termos do art. 8º, inciso IX, do Regimento Interno da TNU, nego provimento ao Incidente de Uniformização.

Brasília, 2 de junho de 2015.
BRUNO LEONARDO CÂMARA CARRÁ
Juiz Federal Relator

DECISÕES

PROCESSO: 0004427-88.2009.4.03.6310
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO (A): LUCIA ROSSI
PROC./ADV.: ÂNGELA MORGANA GOMES DA COSTA DUTRA-OAB: SP256233

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, acolheu o pedido de pensão por morte, sob o fundamento de que foram cumpridos os requisitos necessários para sua concessão.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ, no sentido de que não é possível a cumulação de benefício assistencial com pensão por morte.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504282-40.2010.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ROSIMEIRE LEITE DE MACÊDO
PROC./ADV.: YANNA PAULA LUNA ESMERALDO OAB: CE-16696
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.

A Turma de origem, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de pensão por morte, sob o fundamento de que "ao atingir a idade de vinte e um anos (nascida aos 20/7/1987 - anexo 2), não comprovada qualquer incapacidade, não mais prevalece o direito à percepção do benefício previdenciário".

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgado do STJ, no sentido de que "o ato de designação do dependente, consoante às regras vigentes à época (Lei 8.213/91), embora dependa da condição pré estabelecida (morte do segurado), deve ser visto como um bem jurídico, incorporado ao patrimônio do titular, e como tal, suscetível de proteção legal".

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o paradigma juntado adota posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0517706-24.2011.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIA LIMA DE CASTRO
PROC./ADV.: CÉLIA LIMA DE BRITO OAB: CE-10560
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.

O acórdão recorrido afastou a sentença para rejeitar o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a dependência econômica entre a requerente e o de cujus.

É o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no acórdão paradigma.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510828-77.2011.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: JOÃO RAIMUNDO PIMENTA
PROC./ADV.: RAMON FERNANDES RODRIGUES OAB: CE-14553
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará.

O acórdão recorrido afastou a sentença para rejeitar o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrado que o de cujus exercia a atividade campesina em regime de economia familiar.

É o relatório.

Verifico, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no acórdão paradigma.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5006977-36.2013.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: JOSE FIERA
PROC./ADV.: LUCAS DE COSTA ALBERTON OAB: SC-28795
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto em face de decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

No caso, a parte recorrente busca a concessão de pensão por morte, tendo por instituidora a sua falecida companheira.

O pedido foi negado pela Turma de Origem, tendo por fundamento o fato de os dois companheiros não morarem juntos no momento do óbito.

Sustenta o requerente que, embora residissem em locais diversos, os dois nunca deixaram de ser um casal, informação esta corroborada pelas provas dos autos.

É o relatório.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador, pois demonstrada divergência em relação à obrigatoriedade de convívio sob o mesmo teto dos companheiros para o reconhecimento da união estável, com a consequente concessão de pensão por morte a um deles após a morte do outro.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0002145-23.2008.4.03.6307
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: ANDRÉ BENEDITO AFOLOTTI
REQUERENTE: MARIA JOSÉ AFOLOTTI
REQUERENTE: ROSA MARIA SILVESTRE AFOLOTTI
PROC./ADV.: ROSALI DE FÁTIMA DEZEJÁCOMO MARUSCHI OAB: SP-123598 REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0010243-53.2006.4.03.6311
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: LENITA IZIDORO LIMA
PROC./ADV.: JOSÉ ANTÔNIO QUINTELA COUTO OAB: SP-23824
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do São Paulo que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de pensão por morte à parte autora.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 25 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0514755-93.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: CÍCERA NORONHA DA SILVA
PROC./ADV.: FERNANDO DE MIRANDA GOMES FILHO OAB: RN-3267
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de rateio do benefício pensão por morte à parte autora, decorrente de um "concubinato impuro".

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0514630-91.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: ROSILDA MARIA DA COSTA
PROC./ADV.: MARCOS ANTONIO INÁCIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de rateio do benefício pensão por morte à parte autora, decorrente de um "concubinato impuro".

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003163-86.2013.4.04.7116
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: SUCESSÃO DE ADÃO SKONIESKI
REP. LEGAL CARLOS ALBERTO SKONIESKI
PROC./ADV.: JOÃO VICENTE FEREGUETE OAB: RS-61101-A
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente nacional de uniformização de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul que, reformando a sentença, reconheceu parcialmente a restituição das parcelas da contribuição da FUSEX recolhidas no prazo de dez anos.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e da TNU, no sentido de que, "aos anistiados políticos opera-se a não-incidência do Imposto de Renda e de contribuição previdenciária (pensão militar e contribuição social - FuSEx) nos termos da Lei 10.559/2002". Quanto à prescrição, afirma que, "em se tratando de tributo sujeito à homologação e à falta desta, a prescrição ocorre decorridos cinco anos desde a ocorrência do fato gerador, acrescidos de outros cinco anos, contados do termo final do prazo deferido ao Fisco para apuração do tributo"

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 2 de junho de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0004546-13.2009.4.02.5167
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: JAINE FERREIRA SAMPAIO
PROC./ADV.: ADAUTO RODRIGUES DIASOAB: RJ-70130
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de restabelecimento de pensão estatutária à parte autora.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ no sentido em que este versa sobre a possibilidade de filha solteira maior de 21 anos e ocupante de cargo público efetivo optar por receber pensão temporária da lei 3.373/58, em detrimento de seus vencimentos, com fundamento na Súmula nº 168/TCU.

Requer, assim, o provimento do recurso.

É o relatório.

Razão assiste ao requerente.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto a Turma de origem julgou improcedente o pedido, por entender que a Súmula nº 168/TCU refere-se à concessão de pensão prevista na Lei nº 6.782/80, que equipara ao acidente em serviço a doença profissional e as especificadas em lei para efeito de pensão especial, o que não se enquadraria neste caso concreto.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de Maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500883-83.2013.4.05.8203
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: INACIO DE BRITO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.

O acórdão recorrido afastou a sentença para rejeitar o pedido de concessão de pensão por morte, sob o fundamento de que não restou demonstrada a qualidade de segurado especial do de cujus.

É o relatório.

Verifico, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no acórdão paradigma.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram unísonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5014121-58.2013.4.04.7108
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): IVETE PIRES MACHADO
PROC./ADV.: SALETE STUMM DA SILVA OAB: RS-54896

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Sul.

No caso, a parte recorrida busca a isenção de restituição de valores pagos indevidamente pelo ora requerente.

O instituto requer a devolução dos valores pagos incorretamente.

É o relatório.

Preenchidos os requisitos de admissibilidade, a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador, pois demonstrada divergência em relação à obrigatoriedade de devolução dos valores pagos incorretamente em razão de erro na concessão de benefício pelo INSS.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501110-27.2014.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA ANTONIZETE VARELA LIMA
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS NUNES JÚNIOR OAB: SP-183642
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício pensão por morte à parte autora.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram unísonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504913-52.2013.4.05.8401
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: DANIELLE CARVALHO GADELHA
PROC./ADV.: FRANCISCO GERVÁSIO LEMOS DE SOUSA OAB: RN-4778
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício pensão por morte à parte autora.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram unísonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503133-68.2013.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA MOURA CAVALCANTE
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício pensão por morte à parte autora.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 26 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511463-93.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ISRAEL DO BONFIM PEREIRA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pelo requerente não o incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508459-39.2013.4.05.8103
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MANOEL DINIZ SOUZA
PROC./ADV.: EVELINE CARNEIRO GOMES OAB: OA- 17 775
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pelo requerente não o incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500229-64.2011.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: VALDISIO PINHEIRO BARROS
PROC./ADV.: JOSÉ GUERREIRO CHAVES FILHO OAB: CE-8393
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade do autor.

É o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou que a enfermidade portada pelo requerente não o incapacita ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502937-19.2013.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCA GOMES DA SILVA
PROC./ADV.: ALEXANDRE COUTO UCHOA OAB: CE-12152
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de restabelecimento de auxílio-doença, com posterior conversão em aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou demonstrada a incapacidade da autora.

É o relatório.

O presente recurso não merece prosperar.

No presente caso a Turma Recursal, em conformidade com o que fora decidido pelo juízo singular, de posse do caderno probatório dos autos e já analisadas as condições pessoais da parte, consignou não haver qualquer enfermidade ou limitação que incapacite a requerente ao exercício das atividades laborais.

Logo, a pretensão de se alterar o entendimento firmado pela Turma Recursal não é possível em virtude da necessidade de revisão de provas dos autos. Aplica-se, assim, a Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0003439-75.2011.4.03.6317
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
REQUERENTE: MARIA ZENILDA DA SILVA
PROC./ADV.: VANUSA RAMOS BATISTA LORIATO OAB: SP-193 207
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restou comprovada a incapacidade da parte no presente feito.

É o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

As instâncias de origem, de posse do caderno fático-probatório dos autos, entendeu que a parte não comprovou sua incapacidade para o labor.

A Turma Nacional de Uniformização firmou o entendimento no sentido de que "o julgador não é obrigado a analisar as condições pessoais e sociais quando não reconhecer a incapacidade do requerente para a sua atividade habitual" (Súmula 77/TNU).

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507452-88.2013.4.05.8013
ORIGEM: AL - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS
REQUERENTE: JOSEFA BARBA DA SILVA
PROC./ADV.: DARLAN GARCIA OAB: AL-8611
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou comprovada a incapacidade da parte no presente feito.

É o relatório.

Não assiste razão à parte requerente.

As instâncias de origem, de posse do caderno fático-probatório dos autos, entenderam que a parte não comprovou sua incapacidade para o labor.

Assim, afim de que se pudesse rever tal entendimento, tal como requer a parte, necessário seria o revolvimento da matéria fático-probatória dos autos, o que é vedado à esta Turma, por aplicação da Súmula 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, inciso VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002588-05.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: MARIA RAUSCH
PROC./ADV.: LUCIANE RITA MOTTIN CORBELLINI OAB: SC-28 170
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos necessários para tanto.

É o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias de origem, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que, no caso concreto, não há comprovação da contribuição pelo período de carência necessário à concessão do benefício, bem como que não se trata de hipótese de doença incapacitante para a qual tal carência é dispensada.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Assim sendo, refutar tal entendimento demandaria o reexame da matéria fático-probatória dos autos, o que é vedado à esta Turma, em razão do enunciado de Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5001874-82.2012.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: CARLA SEREJA DA ROSA
PROC./ADV.: ULYSSES COLOMBO PRUDÊNCIO OAB: SC-16981
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos necessários para tanto.

É o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias de origem, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que, no caso concreto, não há comprovação da contribuição pelo período de carência exigido para a concessão do benefício, bem como que não se trata de hipótese de doença incapacitante para a qual tal carência é dispensada.

Assim sendo, refutar tal entendimento demandaria o reexame da matéria fático-probatória dos autos, o que é vedado à esta Turma, em razão do enunciado de Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0502476-44.2013.4.05.8108
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA IZEUDA NEVES MORENO DE SOUSA
PROC./ADV.: JULIO CESAR RIBEIRO MAIA OAB: CE-6584
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou preenchido o requisito da incapacidade.

É o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias de origem, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que, no caso concreto, não há comprovação da incapacidade da parte.

Assim sendo, refutar tal entendimento demandaria o reexame da matéria fático-probatória dos autos, o que é vedado à esta Turma, em razão do enunciado de Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503421-05.2011.4.05.8107
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: RAIMUNDO RAMALIO FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRA OAB: CE12564
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou preenchido o requisito da qualidade de segurado.

É o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias de origem, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que, no caso concreto, não há comprovação da manutenção da qualidade de segurado da parte.

Assim sendo, refutar tal entendimento demandaria o reexame da matéria fático-probatória dos autos, o que é vedado à esta Turma, em razão do enunciado de Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0517528-07.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: TARCILIA CRISTINA COSTA DAMASCENO
PROC./ADV.: RAIMUNDO NONATO ARAÚJO OAB: CE-11410
REQUERIDO(A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou preenchido o requisito da incapacidade.

É o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias de origem, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que, no caso concreto, não há comprovação da manutenção da incapacidade laborativa.

Assim sendo, refutar tal entendimento demandaria o reexame da matéria fático-probatória dos autos, o que é vedado à esta Turma, em razão do enunciado de Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2013.51.67.001548-2
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ROGÉRIO COSTA FREIRE
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de auxílio doença/aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que não restou preenchido o requisito da incapacidade.

É o relatório.

O presente recurso não comporta provimento.

As instâncias de origem, de posse do caderno fático-probatório dos autos, decidiram que, no caso concreto, não há comprovação da manutenção da incapacidade laborativa.

Assim sendo, refutar tal entendimento demandaria o reexame da matéria fático-probatória dos autos, o que é vedado à esta Turma, em razão do enunciado de Súmula n. 42/TNU ("Não se conhece de incidente de uniformização que implique reexame de matéria de fato").

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, c, do RITNU, nego provimento ao agravo.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5022222-36.2012.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: SANTINHO STAROSKI
PROC./ADV.: FÁBIO LOPES DE LIMA OAB: SC 16.227-B
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A Turma de origem manteve a sentença quanto ao restabelecimento do auxílio-doença, com efeitos a partir da data da perícia judicial.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido divergente de julgado da TNU, que defere a concessão do benefício a partir da data do devido cancelamento do benefício anterior, tendo em vista se tratar da mesma doença incapacitante.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A TNU, no julgamento do PEDILEF 200833007115042, reafirmou o entendimento no sentido de que, "em se tratando de restabelecimento de benefício por incapacidade e sendo a incapacidade decorrente da mesma doença que justificou a concessão do benefício cancelado, há presunção de continuidade do estado incapacitante a ensejar a fixação da Data do Início do Benefício (DIB) ou o termo inicial da condenação na data do indevido cancelamento (PEDILEF n.º 200772570036836, Rel. Juíza Federal Jacqueline Michels Bilhalva, DJ 11/jun/2010)".

Conclui-se que o acórdão recorrido está em dissonância com a jurisprudência da TNU, no sentido de que, comprovado que a incapacidade perdurou após a cessação do benefício anterior, esta será a data de início do benefício (DIB).

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5014426-42.2013.4.04.7205
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: LEILA LURDES GIOVANELLA
PROC./ADV.: VANÊSSA MARIA SENS RECKELBERG OAB: SC 14.627
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, em razão da ausência de incapacidade da parte autora para as atividades laborativas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU e de Turmas Recursais de outras regiões, segundo a qual, para a concessão do benefício por incapacidade aos portadores do vírus da AIDS, é possível considerar outros pontos relativos ao caso concreto a fim de avaliar a existência da incapacidade.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

A TNU, por meio da Súmula 78, aprovada na Sessão do dia 11.9.2014, pacificou o entendimento no sentido de que, "Comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença.".

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, determino a restituição do autos á origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de maio de 2015.

Ministro JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização
dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0502400-26.2013.4.05.8106
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA EROSA NETA
PROC./ADV.: MANOEL EDUARDO HONORATO DE OLIVEIRA OAB: CE-8342
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, em razão da ausência de incapacidade da parte autora para as atividades laborativas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU e de Turmas Recursais de outras regiões, segundo a qual, para a concessão do benefício por incapacidade aos portadores do vírus da AIDS, é possível considerar outros pontos relativos ao caso concreto a fim de avaliar a existência da incapacidade.

É o relatório.

Razão assiste à parte agravante.

A TNU, por meio da Súmula 78, aprovada na Sessão do dia 11.9.2014, pacificou o entendimento no sentido de que, "Comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença.".

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de maio de 2015.

Ministro JORGE MUSSI

Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2012.51.51.011003-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: DULCINEIA APARECIDA CALIARI
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Ceará que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, em razão da ausência de incapacidade da parte autora para as atividades laborativas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU e de Turmas Recursais de outras regiões, segundo a qual, para a concessão do benefício por incapacidade aos portadores do vírus da AIDS, é possível considerar outros pontos relativos ao caso concreto a fim de avaliar a existência da incapacidade.

É o relatório.

Razão assiste à parte agravante.

A TNU, por meio da Súmula 78, aprovada na Sessão do dia 11.9.2014, pacificou o entendimento no sentido de que, "Comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença.".

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de maio de 2015.

Ministro JORGE MUSSI

Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5002136-05.2012.4.04.7213
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO - AGU
REQUERIDO (A): MARCELO ARNOLDO HOFFMANN
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela União, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinado o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores do Supremo Tribunal Federal a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores foram unificados.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de diferentes regiões no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.

É o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008050-65.2012.4.04.7208
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
REQUERIDO (A): MARISA DE ALMEIDA
PROC./ADV.: NÃO CONSTITUÍDO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela União, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

A sentença, confirmada pelo acórdão recorrido, julgou procedente o pedido inicial, determinado o pagamento das diferenças apuradas entre o que foi pago à parte autora e o que foi percebido pelos servidores do Supremo Tribunal Federal a título de auxílio-alimentação no período em que esses valores foram unificados.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ e de turmas recursais de diferentes regiões no sentido da impossibilidade da equiparação do benefício auxílio-alimentação requerida.

É o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

A Turma Nacional de Uniformização, através do julgamento do PEDILEF 0502844-72.2012.4.05.8501, firmou entendimento no sentido de que "não cabe ao Poder Judiciário majorar o valor de auxílio-alimentação dos servidores da Justiça Federal de 1º e 2º graus com base no fundamento de isonomia com o valor auferido pelos servidores dos tribunais superiores, do Conselho Nacional de Justiça ou do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios".

Dessa forma, considerando-se a sistemática dos recursos sobrestados por força de repercussão geral, dos representativos da controvérsia, dos repetitivos e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e b, e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0508228-08.2010.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: GENI ALMEIDA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: ANTONIO ALMIR DO VALE REIS JÚNIOR OAB: PE-27 685
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que a renda per capita familiar, no caso concreto, ultrapassa o limite legal de ¼ do salário mínimo.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

Com efeito, o STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 20/11/2009)

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para que sejam analisadas as condições sociais da parte, no caso concreto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503274-05.2013.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOSÉ IZIDÓRIO DE ARAÚJO IRMÃO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, negou provimento ao pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que a incapacidade laborativa da parte é apenas parcial.

É, no essencial, o relatório.

Esta TNU, por meio do PEDILEF 05047990420084058300, consolidou seu entendimento no sentido de que a incapacidade parcial não constitui óbice à concessão do benefício, pois, nestes casos, a incapacidade deve ser conjugada com a análise das condições pessoais da parte demandante. Vejamos:

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. INCAPACIDADE PARCIAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(...) 5. Entendo que a decisão recorrida contraria a jurisprudência uniformizada desta TNU, no sentido de que é possível a concessão de benefício assistencial quando a incapacidade mostra-se ao menos parcial e/ou temporária. Isso é o que se depreende do texto das suas Súmulas de números 029 e 048 e de diversos julgados (TNU, PEDILEF 05205624020114058300, Rel. Juiz Federal ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO, DOU 16/08/2013; TNU, PEDILEF 50364169320114047000, Rel. Juiz Federal ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, DOU 22/03/2013; TNU, PEDILEF 05055337020084058100, Rel. Juiz Federal ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, DOU 13/07/2012; TNU, PEDILEF 05037605020094058101, Rel. Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, DOU 08/06/2012; TNU, PEDILEF 05012039020094058101, Rel. Juiz Federal VANESSA VIEIRA DE MELLO, DOU 08/06/2012; TNU, PEDILEF 00138265320084013200, Rel. Juiz Federal ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA , DOU 09/03/2012; dentre outros). 6. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e dar parcial provimento ao presente incidente, para reafirmar o entendimento desta TNU de que a incapacidade laboral para fins de benefício assistencial não necessita ser total e permanente, devendo os autos retornar à Turma Recursal de origem para adequação do julgado, para que seja verificada a possibilidade concreta da segurada, considerando as suas capacidades residuais que não foram afetadas pela patologia e demais condições pessoais, de obter colocação no mercado de trabalho."

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para a análise pessoais da parte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para a análise das condições em comento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0534354-32.2009.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: MAURICEIA FERREIRA DE MELO
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INÁCIO DA SILVA OAB: PB-4007
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, negou provimento ao pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que a incapacidade laborativa da parte é apenas parcial.

É, no essencial, o relatório.

Esta TNU, por meio do PEDILEF 05047990420084058300, consolidou seu entendimento no sentido de que a incapacidade parcial não constitui óbice à concessão do benefício, pois, nestes casos, a incapacidade deve ser conjugada com a análise das condições pessoais da parte demandante. Vejamos:

"PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE JURISPRUDÊNCIA FORMULADO PELA AUTORA. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL AO DEFICIENTE. INCAPACIDADE PARCIAL. POSSIBILIDADE. PRECEDENTES DA TNU. INCIDENTE CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.

(...) 5. Entendo que a decisão recorrida contraria a jurisprudência uniformizada desta TNU, no sentido de que é possível a concessão de benefício assistencial quando a incapacidade mostra-se ao menos parcial e/ou temporária. Isso é o que se depreende do texto das suas Súmulas de números 029 e 048 e de diversos julgados (TNU, PEDILEF 05205624020114058300, Rel. Juiz Federal ANDRÉ CARVALHO MONTEIRO, DOU 16/08/2013; TNU, PEDILEF 50364169320114047000, Rel. Juiz Federal ADEL AMÉRICO DE OLIVEIRA, DOU 22/03/2013; TNU, PEDILEF 05055337020084058100, Rel. Juiz Federal ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA, DOU 13/07/2012; TNU, PEDILEF 05037605020094058101, Rel. Juiz Federal VLADIMIR SANTOS VITOVSKY, DOU 08/06/2012; TNU, PEDILEF 05012039020094058101, Rel. Juiz Federal VANESSA VIEIRA DE MELLO, DOU 08/06/2012; TNU, PEDILEF 00138265320084013200, Rel. Juiz Federal ANTÔNIO FERNANDO SCHENKEL DO AMARAL E SILVA , DOU 09/03/2012; dentre outros). 6. Diante dessas considerações, o voto é por conhecer e dar parcial provimento ao presente incidente, para reafirmar o entendimento desta TNU de que a incapacidade laboral para fins de benefício assistencial não necessita ser total e permanente, devendo os autos retornar à Turma Recursal de origem para adequação do julgado, para que seja verificada a possibilidade concreta da segurada, considerando as suas capacidades residuais que não foram afetadas pela patologia e demais condições pessoais, de obter colocação no mercado de trabalho."

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para a análise pessoais da parte.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para a análise das condições em comento.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501914-40.2010.4.05.8302
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: MARIA DE FÁTIMA DA SILVA
PROC./ADV.: DAVI LUCAS DONATO CUNHA OAB: PE-853-
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que a renda per capita familiar, no caso concreto, ultrapassa o limite legal de ¼ do salário mínimo.

É, no essencial, o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

Com efeito, o STJ, por sua Terceira Seção, por meio do REsp n. 1.112.557, decidido em sede de representativo da controvérsia, assentou que:

"RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. ART. 105, III, ALÍNEA C DA CF. DIREITO PREVIDENCIÁRIO. BENEFÍCIO ASSISTENCIAL. POSSIBILIDADE DE DEMONSTRAÇÃO DA CONDIÇÃO DE MISERABILIDADE DO BENEFICIÁRIO POR OUTROS MEIOS DE PROVA, QUANDO A RENDA PER CAPITA DO NÚCLEO FAMILIAR FOR SUPERIOR A 1/4 DO SALÁRIO MÍNIMO. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A CF/88 prevê em seu art. 203, caput e inciso V a garantia de um salário mínimo de benefício mensal, independente de contribuição à Seguridade Social, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei.

2. Regulamentando o comando constitucional, a Lei 8.742/93, alterada pela Lei 9.720/98, dispõe que será devida a concessão de benefício assistencial aos idosos e às pessoas portadoras de deficiência que não possuam meios de prover à própria manutenção, ou cuja família possua renda mensal per capita inferior a 1/4 (um quarto) do salário mínimo.

3. O egrégio Supremo Tribunal Federal, já declarou, por maioria de votos, a constitucionalidade dessa limitação legal relativa ao requisito econômico, no julgamento da ADI 1.232/DF (Rel. para o acórdão Min. NELSON JOBIM, DJU 1.6.2001).

4. Entretanto, diante do compromisso constitucional com a dignidade da pessoa humana, especialmente no que se refere à garantia das condições básicas de subsistência física, esse dispositivo deve ser interpretado de modo a amparar irrestritamente a o cidadão social e economicamente vulnerável.

5. A limitação do valor da renda per capita familiar não deve ser considerada a única forma de se comprovar que a pessoa não possui outros meios para prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, pois é apenas um elemento objetivo para se aferir a necessidade, ou seja, presume-se absolutamente a miserabilidade quando comprovada a renda per capita inferior a 1/4 do salário mínimo.

6. Além disso, em âmbito judicial vige o princípio do livre convencimento motivado do Juiz (art. 131 do CPC) e não o sistema de tarifação legal de provas, motivo pelo qual essa delimitação do valor da renda familiar per capita não deve ser tida como único meio de prova da condição de miserabilidade do beneficiado. De fato, não se pode admitir a vinculação do Magistrado a determinado elemento probatório, sob pena de cercear o seu direito de julgar.

7. Recurso Especial provido."

(REsp 1112557/MG, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 28/10/2009, DJe 20/11/2009)

Destarte, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos repetitivos, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, §§ 1º e 3º, e 543-C, §§ 1º, 2º, 7º e 8º, do CPC e 7º, VII, a, e 15, § 2º e seguintes, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma de origem para aplicação do entendimento firmado no Superior Tribunal de Justiça.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à Turma de origem para que sejam analisadas as condições sociais da parte, no caso concreto.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501547-11.2013.4.05.8205
ORIGEM: PB - SEÇÃO JUDICIÁRIA DA PARAÍBA
REQUERENTE: FRANCISCO DE ASSIS PEREIRA LIMA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte autora, pretendendo a reforma do acórdão proferido por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária da Paraíba.

A Turma de origem, mantendo a sentença, julgou parcialmente procedentes os pedidos iniciais, concedendo à autora aposentadoria por invalidez com efeitos financeiros a partir da data do ajuizamento da ação.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência do STJ, segundo a qual o termo a quo do benefício em debate é a data do requerimento administrativo.

É o relatório.

O presente recurso comporta provimento.

A Turma Nacional de Uniformização, no julgamento do PEDILEF 0501152-47.2007.4.05.8102/CE, assentou que o termo inicial dos benefícios previdenciários deve ser assim fixado:

"a) na data de elaboração do laudo pericial, se o médico não precisar o início da incapacidade e o juiz não possuir outros elementos nos autos para sua fixação (Precedente: PEDILEF 200936007023962);

b) na data do requerimento administrativo, se a perícia constatar a existência da incapacidade em momento anterior a este pedido (Precedente: PEDILEF 00558337620074013400);

c) na data do ajuizamento do feito, se não houver requerimento administrativo e a perícia constatar o início da incapacidade em momento anterior à propositura da ação (Precedente: PEDILEF 00132832120064013200).

d) Em todos os casos, se privilegia o princípio do livre convencimento motivado que permite ao magistrado a fixação da data de início do benefício mediante a análise do conjunto probatório (Precedente: PEDILEF 5017231720094058500)."

In casu, verifica-se que as instâncias a quo fixaram a DIB na data do ajuizamento do feito, mesmo constatando que a perícia judicial fixou o início da incapacidade em data anterior à data de entrada do requerimento administrativo. Assim, percebe-se que o acórdão recorrido decidiu em sentido contrário ao entendimento desta TNU, no sentido de que o termo inicial, neste caso, deve ser fixado na data do requerimento administrativo, tendo em vista que a perícia consignou a existência da incapacidade em momento anterior ao citado requerimento.

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intime-se.

Brasília, 14 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0513630-31.2014.4.05.8300
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JANE FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: WAGNER CABRAL OAB: PE-24374
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial, em razão da ausência de incapacidade da parte autora para as suas atividades laborativas.

Sustenta a parte requerente que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU e de Turmas Recursais de outras regiões, segundo a qual, para a concessão do benefício por incapacidade aos portadores do vírus da AIDS, é possível considerar outros pontos relativos ao caso concreto a fim de avaliar a existência da incapacidade.

É o relatório.

Razão assiste à parte agravante.

A TNU, por meio da Súmula 78, aprovada na Sessão do dia 11.9.2014, pacificou o entendimento no sentido de que, "Comprovado que o requerente de benefício é portador do vírus HIV, cabe ao julgador verificar as condições pessoais, sociais, econômicas e culturais, de forma a analisar a incapacidade em sentido amplo, em face da elevada estigmatização social da doença.".

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

Assim, levando-se em consideração a sistemática dos recursos representativos da controvérsia, dos sobrestados por força de repercussão geral e dos incidentes de uniformização processados na TNU, em que se devem observar as diretrizes estabelecidas nos arts. 543-B, § 3º, e 543-C, § 7º, do CPC e 7º, VII, a e 15, §§ 1º a 3º, da Resolução 22/08 do Conselho da Justiça Federal, os autos devem ser devolvidos à Turma Recursal de origem para aplicação do entendimento pacificado no âmbito da Turma Nacional de Uniformização.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, a, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a restituição dos autos à origem para a adequação do julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 14 de maio de 2015.

Ministro JORGE MUSSI

Presidente da Turma Nacional de Uniformização

dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509498-21.2011.4.05.8013
ORIGEM: Turma Regional de Uniformização da 5ª Região
REQUERENTE: JOSÉ RAIMUNDO PEREIRA
PROC./ADV.: FRANÇOUELLSE MARIA DE HOLANDA MARQUES OAB: AL-10 079
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Alagoas que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício por incapacidade.

É o relatório.

Assiste razão à parte requerente.

Verifico que, em princípio, há a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado na Súmula 47/TNU.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 15 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI

Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0511341-80.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTÔNIO ENILTON DA SILVA
PROC./ADV.: ANTONIO GLAY FROTA OSTERNO OAB: CE-7128
PROC./ADV.: FRANCISCO DE ASSIS MESQUITA PINHEIRO OAB: CE-7068
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício por incapacidade.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI

Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500730-68.2013.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ANTONIO WELLINGTON RIBEIRO DO VALLE
PROC./ADV.: CÍCERO MÁRIO DUARTE PEREIRA OAB: CE12564
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício por incapacidade.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 18 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI

Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0510815-10.2013.4.05.8102
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FRANCISCO FABIO DA SILVA
PROC./ADV.: AURENICE NUNES DE ALENCAR SANTANA OAB: CE-9436
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

A parte ora requerente sustenta que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência da TNU, segundo a qual, nos casos de segurado que apresente visão monocular, a incapacidade deve ser aferida em conjunto com as condições pessoais e sociais do demandante.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI

Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500759-03.2013.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: IRINALDO PRUDÊNCIO PEREIRA
PROC./ADV.: JOSÉ CARLOS MEDEIROS OAB: PE-4347
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

O acórdão recorrido afastou a sentença para rejeitar o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restou demonstrado o estado de miserabilidade.

É o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no acórdão paradigma.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI

Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0503581-65.2013.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: ADRIANA MARTINS
PROC./ADV.: MARCELO CAMARDELLA DA SILVEIRA OAB: CE-9527
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, mantendo a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não restaram preenchidos os requisitos legais.

A parte ora requerente sustenta que o acórdão recorrido diverge da jurisprudência de Turma recursal de outra região, segundo a qual, nos casos de segurado que apresente surdo-mudez congênita, a incapacidade deve ser aferida em conjunto com as condições pessoais e sociais do demandante.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI

Presidente da Turma Nacional de Uniformização

dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5015121-94.2011.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): LAURINDO REBONATO
PROC./ADV.: KARLA SANCHES GIMENES OAB: PR-52985

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, mantendo a sentença, julgou procedente o pedido inicial, condenando a autarquia a averbar em favor da parte autora o período de 01/03/1996 a 12/04/1996 como tempo de serviço comum, e os períodos de 18/01/1983 a 11/07/1986, 01/07/1991 a 11/01/1995, 01/03/1996 a 12/04/1996 e 01/08/1997 a 12/05/2001 como tempo de atividade especial, convertido em comum pelo multiplicador 1,4, bem como, por consequência, expedir a respectiva certidão de tempo de contribuição.

Sustenta a parte requerente divergência com julgados do STJ, no sentido de que, "Para fins de contagem recíproca de tempo de serviço, isto é, aquela que soma o tempo de serviço de atividade privada, seja ela urbana ou rural, ao serviço público, não se admite a conversão do tempo de serviço especial em comum, por expressa proibição legal."

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003828-48.2012.4.04.7016
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: IRMA TESSARI
PROC./ADV.: JOÃO IVAN BORGES DE LIMA OAB: PR-26363
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de averbação de período em que laborou como rurícola.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5015375-33.2012.4.04.7001
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: JOSE CARLOS CRUZ
PROC./ADV.: CLÁUDIO ITO OAB: PR-47606
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná.

O acórdão recorrido afastou parcialmente a sentença, para fixar a data de cessação do auxílio-doença do autor em 04/12/2012, sob o fundamento de ser aproximadamente de três meses o prazo de recuperação da incapacidade, de acordo com as informações prestadas pelo perito médico judicial.

Sustenta o requerente que o benefício deve ser mantido até a realização de nova perícia médica, inexistindo permissão para que haja alta programada automática.

É o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no acórdão paradigma.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0016202-36.2013.4.01.3200
ORIGEM: AM - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO AMAZONAS
REQUERENTE: ELIZALDO ALBINO DOS SANTOS
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Amazonas que manteve a sentença para não reconhecer como especiais os períodos laborados nas seguintes atividades: vigilante, servente e carpinteiro, antes do advento da Lei 9.032/95.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0517397-48.2012.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): MARTA TENÓRIO DOS SANTOS
PROC./ADV.: LUCIANO ALENCAR MACEDO OAB: PE-24943

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, julgou procedente o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que restaram preenchidos os requisitos legais.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto o paradigma juntado traz entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2013.51.60.001236-4
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ELEILSON BENEVES DA SILVA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 2012.51.51.023725-3
ORIGEM: RJ - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO
REQUERENTE: ANTONIO FRANCISCO GERMANA DA SILVA
PROC./ADV.: APARECIDA PEREIRA DE SOUZA PAES OAB: RJ-152 029
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio de Janeiro que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 21 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0509579-02.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSÉ PEQUENO DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO OAB: RN-5291
REQUERIDO (A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo da Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte.

Sustenta a parte agravante que o acórdão atacado diverge da jurisprudência da TNU e de turmas recursais de outras regiões segundo a qual fere o princípio da isonomia a não extensão das diferenças de gratificação de desempenho (GDIT) dos servidores em atividade aos servidores inativos.

O Ministério Público Federal opinou pelo provimento do incidente.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados decidiram de forma contrária ao acórdão vergastado.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500853-75.2014.4.05.8312
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: LAÉRCIO SOARES DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que não restaram comprovados os requisitos legais.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Com efeito, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 0500354-77.2012.4.05.8404
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
REQUERENTE: JOSEFA ISABEL ROCHA DUARTE
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Rio Grande do Norte que, modificando a sentença, rejeitou o pedido de auxílio-doença/aposentadoria por invalidez, concluindo que não há comprovação da sua incapacidade para o trabalho.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5003409-87.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: BENTA INÁCIO
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

O acórdão recorrido, em juízo de adequação, manteve a sentença que rejeitou o pedido de concessão de auxílio-doença, sob o fundamento de que no momento a autora, portadora do vírus HIV, não apresenta sintomas psiquiátricos que resultem em incapacidade laboral.

É o relatório.

Verifico que, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no acórdão paradigma.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0523544-56.2013.4.05.8300
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: JOÃO GUILHERME DA SILVA
PROC./ADV.: JOSENILDO VIANA DE LIMA OAB: PE-024 926
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de concessão de benefício assistencial.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504481-11.2014.4.05.8300
ORIGEM: 2ª Turma Recursal Seção Judiciária de Pernambuco
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): TAYNA SOARES DOS PRAZERES
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco.

O acórdão recorrido afastou a sentença para acolher o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que restou demonstrada a incapacidade da requerida para o desempenho das atividades próprias de sua faixa etária.

É o relatório.

Verifico, em princípio, demonstrada a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no acórdão paradigma.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0013026-62.2008.4.03.6306
ORIGEM: TURMA RECURSAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SÃO PAULO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSE MIRANDA DA SILVA
PROC./ADV.: SIMONE LOPES BEIRO OAB: SP-266088

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de São Paulo que, reformando a sentença, acolheu o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que restaram preenchidos os requisitos legais.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0507876-11.2014.4.05.8300
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): CARLOS GOMES DE ANDRADE
PROC./ADV.: DENNIS NUNES OAB: PE-28 760

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, acolheu o pedido de revisão de benefícios previdenciários, fundada no artigo 29, II, da Lei nº 8.213/91.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado, no que tange à prescrição da revisão pleiteada.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500457-11.2012.4.05.8105
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: MARIA APARECIDA DE AGUIAR DA SILVA
PROC./ADV.: MOISÉS CASTELO DE MENDONÇA OAB: CE-9340
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Ceará que, reformando a sentença, julgou improcedente o pedido de concessão de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos exigidos pela norma.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5008845-44.2011.4.04.7002
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
REQUERENTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
REQUERIDO(A): JOSÉ RIBEIRO LICINO
PROC./ADV.: RICARDO CESAR DA SILVA GRATIERI OAB: PR-49 776

DECISÃO

Trata-se de incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária do Paraná que, reformando a sentença, acolheu parcialmente o pedido da parte autora de averbação de período laborado em condições especiais, ao fundamento de que foram cumpridos os requisitos para sua concessão.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados do STJ e Turmas recursais de outras regiões, no sentido de que "A lei vigente por ocasião da aposentadoria é a aplicável ao direito à conversão entre tempos de serviço especial e comum, independentemente do regime jurídico à época da prestação do serviço".

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, admito o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 0055211-87.2009.4.01.3800
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
REQUERENTE: MARIA DO PORTO DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: LAURINDA MARTINS PARMA OAB: MG-88902
REQUERIDO (A): INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Minas Gerais que, modificando a sentença, rejeitou o pedido de benefício assistencial, sob o fundamento de que não foram preenchidos os requisitos legais para a sua concessão.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 5004910-98.2013.4.04.7204
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
REQUERENTE: DJALMA SANTOS SABINO
PROC./ADV.: LAZARO BITTENCOURT OAB: SC-22 074
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional de jurisprudência suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de decisão proferida por Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Santa Catarina.

O acórdão recorrido afastou a sentença para rejeitar o pedido de concessão de aposentadoria por invalidez, sob o fundamento de que existe possibilidade de reabilitação profissional do autor, fazendo jus no momento apenas ao recebimento de auxílio-doença.

É o relatório.

Verifico, em princípio, a divergência suscitada, porquanto a conclusão do acórdão recorrido diverge do entendimento esposado no acórdão paradigma.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VI, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0500138-31.2012.4.05.8303
ORIGEM: 2ª TURMA RECURSAL SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: AFONSO FIRMINO DE SANTANA
PROC./ADV.: ARISTÓTELES MARQUES OAB: PE-29241
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício por incapacidade.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0504020-74.2012.4.05.8311
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: IVANETE FRAGOSO DA SILVA
PROC./ADV.: MARCOS ANTÔNIO INACIO DA SILVA OAB: CE-20417-A
REQUERIDO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, reformando a sentença, rejeitou o pedido de benefício de prestação continuada.

É o relatório.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados trazem entendimento contrário àquele exposto no acórdão vergastado.

Ademais, observa-se que as instâncias de origem não foram uníssonas na valoração da prova dos autos, aplicando entendimento diverso à luz dos fatos expostos no caderno probatório.

Note-se que, no caso, não se está diante de reexame de provas, mas de sua revaloração, situação essa admitida pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça - STJ.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais

PROCESSO: 0501547-71.2014.4.05.8303
ORIGEM: PE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE PERNAMBUCO
REQUERENTE: LAURA CAMPOS FERREIRA
PROC./ADV.: SILVANO VIEIRA RODRIGUES OAB: PE-33 265
REQUERIDO (A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
DECISÃO

Trata-se de agravo interposto contra decisão que inadmitiu o incidente de uniformização nacional suscitado pela parte ora requerente, pretendendo a reforma de acórdão oriundo de Turma Recursal dos Juizados Especiais Federais da Seção Judiciária de Pernambuco que, mantendo a sentença do juízo a quo, rejeitou pedido de concessão de benefício assistencial ao deficiente.

Embora a renda per capita da família seja inferior ao limite legal, entendeu a Turma de origem ser indevida a concessão do benefício pleiteado, sob o fundamento de que os elementos constantes nos autos não permitem concluir pelo estado de miserabilidade.

Sustenta a parte requerente divergência de entendimento com julgados da TNU, segundo o qual a renda mensal per capita inferior a 1/4 do salário mínimo leva à presunção absoluta de miserabilidade, não sendo possível, portanto, ser confrontada com os outros critérios.

É o relatório.

Razão assiste à parte requerente.

No caso vertente, há indícios da divergência suscitada, porquanto os paradigmas juntados adotam posicionamento diverso do esposado no acórdão recorrido.

Assim, ultrapassados os pressupostos de admissibilidade, entendo que a matéria em debate merece melhor exame pelo órgão julgador.

Ante o exposto, com fundamento no art. 7º, VII, d, do RITNU, dou provimento ao agravo para admitir o incidente de uniformização. Em consequência, determino a distribuição do feito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de maio de 2015.

MINISTRO JORGE MUSSI
Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais
ATOS ORDINATÓRIOS

Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao embargado para resposta:

PROCESSO: 5006332-23.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE: REGINA CÉLIA MARTINS PIACENTINI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 0508881-30.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE:UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):MARIA BEATRIZ FELIX (REPRESENTADA)
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291

PROCESSO: 5007482-39.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:HENRIQUE JOSÉ FERRARI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5005710-41.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:AUREO CAMPOS FERREIRA
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006162-51.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:LÚCIO JOSÉ BOTELHO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5045344-53.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE:CARMELITA QUARTIERO TRAJANO
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB: DF-5939
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
OAB: RS-23021
EMBARGADO(A):UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

PROCESSO: 5007772-54.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:MILTON VERÍSSIMO RIBEIRO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5068311-92.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE:DALMA MARLY GUIMARÃES
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB: DF-5939
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
OAB: RS-23021
EMBARGADO(A):UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0000010-76.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
EMBARGANTE:BENEDITO BRILHANTE DA FÉ E OUTROS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
EMBARGADO(A):PRESIDENTE DA TURMA RECURSAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

PROCESSO: 2003.38.00.742222-2
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
EMBARGANTE:ÊNIO DOS SANTOS ROSA
PROC./ADV.: GUILHERME LAGES BELÉM
OAB: MG 86.296
PROC./ADV.: VANESSA BRUNO VIEIRA
OAB: MG-79672
PROC./ADV.: DÊNIS JOSÉ DE OLIVEIRA
OAB: MG-86394
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 5003603-24.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:MARIO AURELIO AGUIAR TEIXEIRA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5003943-65.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:FLAVIO DA CRUZ
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5003993-91.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:IVANI CALLADO DE SOUZA FERNANDES
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 0009440-97.2006.4.03.6302
ORIGEM: Turma Recursal da Seção Judiciária de São Paulo
EMBARGANTE:ELZA JARDIM NEGRÃO
PROC./ADV.: HILÁRIO BOCCHI JÚNIOR...
OAB: SP-101911
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 5002858-79.2011.4.04.7211
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A):IVONE DE OLIVEIRA OZÓRIO
PROC./ADV.: ODAIR FERNANDO DREY
OAB: SC 14.306 B
PROC./ADV.: SANDRA REGINA ROSSONI DREY
OAB: SC-23224

PROCESSO: 5041514-50.2011.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE:DIRCE MARIA WEIZENMANN
PROC./ADV.: CARLOS EDUARDO DOMINGUES AMORIM
OAB: RS-40 881
PROC./ADV.: JOÃO JOAQUIM MARTINELLI.
OAB: DF-1805
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 0505610-76.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE:UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):JOSÉ ARAUJO LOPES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291

PROCESSO: 5003878-70.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:ARLETE CATARINA TITTONI CORSO
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5007195-76.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:ANICLETO POLI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5008055-77.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:FABIO TEIXEIRA DE CAMPOS
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5005992-79.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:IVANISE DEBIASE
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5007628-80.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:LUIZ FERNANDO BIER MELGAREJO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006244-82.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:MARIA DE LOURDES ARCHER
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5007492-83.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:JAIME BAN
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006897-84.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:NILTON DE OLIVEIRA CUNHA
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 0507836-88.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE:UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):MÁRIO ROBERTO MEDEIROS DE SÁ LEITÃO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291

PROCESSO: 0511053-08.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE:UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):LUCIENE LIMA DA CRUZ MEDEIROS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291

PROCESSO: 5013451-06.2011.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:SERENO DOS PRAZERES E BAKER
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0509592-98.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE:UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):CREUZA MARIA DE CASTRO MENEZES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291

PROCESSO: 0505531-97.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE:UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):DULCE PEREIRA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291

PROCESSO: 5005810-93.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:DINO ZANETTE
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5008319-94.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:NELSON BACK
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006444-89.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:SUZANA COLLACO PAULO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5008313-87.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:MARILIA TEREZINHA SANGOI PADILHA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5005985-87.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:HELLA TEREZA HARTMANN
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5007731-87.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:TANIRA MARGARETE PIACENTINI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5007647-86.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:MARCIANO MACCARINI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006443-07.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:SUSANA MARIA FONTES
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 0516552-07.2012.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE:UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):GERALDO LOURENÇO DA PENHA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291

PROCESSO: 5005790-05.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:CELIO GREGORIO DE ESPINDOLA
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5007607-07.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:LEO AFONSO STAUDT
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5068323-09.2013.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE:CLELIA TERESINHA DE SOUZA SANTOS
PROC./ADV.: INGRID RENZ BIRNFELD
OAB: RS-51 641
EMBARGADO(A):UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

PROCESSO: 5008053-10.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:MARLI STADLER
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 0512042-14.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE:UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):MARIA CREUSA RODRIGUES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

PROCESSO: 5005718-18.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:CANDIDO GERALDO FREITAS
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5007936-19.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:PAULO ROBERTO HAUSER
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 0510981-21.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE:UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):CICERO EMERENCIANO DE LIMA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291

PROCESSO: 0512035-22.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE:UNIÃO
PROC./ADV.: ADVOCACIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):GERSEY BARBOSA DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291

PROCESSO: 5005972-54.2014.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO(A):VALQUÍRIA MEDEIROS VIEIRA
PROC./ADV.: JOANALIS FAVARETTO MOLINETT
OAB: SC 22.551

PROCESSO: 5007224-29.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:BERNADETE LIMOGI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006487-26.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:WILLIBALDO JOSÉ NECKEL
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006189-44.2012.4.04.7111
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE:UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):VALDEMAR ZANETTI
PROC./ADV.: LUCIANA RAMBO
OAB: RS-52887

PROCESSO: 5007902-44.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:FREYA MEDVED LEITE NUNES
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006240-45.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:MARIA DE FÁTIMA FONTES PIAZZA
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006453-51.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:VALDERES DRAGO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5008561-53.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:OSVALDO HENRIQUE HACK
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006013-55.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:JOANETE MARIA COSTA
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5007500-60.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:JOÃO CARLOS DA ROCHA GRÉ
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006200-63.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:MARCILY SOUSA BRAZ MOREIRA
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5002174-64.2014.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO(A):ARMANDO VILELA FILHO
PROC./ADV.: JOANALIS FAVARETTO MOLINETT
OAB: SC 22.551

PROCESSO: 0509730-65.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE:UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):NELI COSME RODRIGUES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291

PROCESSO: 5007687-68.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:JOAO JOSE PIACENTINI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5004010-30.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:JOSÉ ARNO SCHEIDT
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5004023-29.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:MARIZA DALIL MANSUR
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5005646-31.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:ANNIA TECLIA BASSANESI POLI
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5008155-32.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:ADEMIR REIS
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5008349-32.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:TED RAY TAYLOR
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5003887-32.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:COLETA RINALDI ALTHOFF
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 0512034-37.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE:UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):GENIVAL LAUREANO RODRIGUES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291

PROCESSO: 5008077-38.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:ERMES TADEU ZAPELINI
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006887-40.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:SÔNIA MARIA LUCKMANN FABRO
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5006499-40.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:ESPÓLIO DE RENATO MACHADO
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5007734-42.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:VITOR MEYER JÚNIOR
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 2009.38.00.711724-2
ORIGEM: MG - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
EMBARGANTE:EVANILDA LOPES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: DEFENSORIA PÚBLICA DA UNIÃO
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 5004018-07.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:KRISTYNA MATYS COSTA
PROC./ADV.: NELSON GOMES MATTOS JÚNIOR
OAB: SC 17.387
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 0512043-96.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE:UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):MARDELICE LACAVA DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291

PROCESSO: 5008344-10.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:SÔNIA MARIA SILVA CORRÊA DE SOUZA CRUZ
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

PROCESSO: 5008059-17.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:VILCA MARLENE MERIZIO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5007917-13.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:JOSÉ LUIZ ROSAS PINHO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5007917-13.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:JOSÉ LUIZ ROSAS PINHO
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 0504143-62.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE:UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):JOSÉ FELIX DE ARAÚJO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291

PROCESSO: 0510971-74.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
EMBARGANTE:UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
EMBARGADO(A):ABDIAS TEIXEIRA DE MELLO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291

PROCESSO: 5007505-82.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:JOAO PEDRO ASSUMPCAO BASTOS
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADOR DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5007498-90.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:JOANA BENEDITA DE OLIVEIRA QUANDT
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL

PROCESSO: 5003565-12.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
EMBARGADO(A):MARIA AMÉLIA SCHMIDIT DICKIE
PROC./ADV.: MAURO LESNIK
OAB: SC-15527

PROCESSO: 5003755-61.2012.4.04.7215
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE:INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
EMBARGADO(A):VINICIUS GABRIEL OLIVEIRA DA SILVA BASTOS
PROC./ADV.: VALMIR ERTHAL
OAB: SC- 11278

PROCESSO: 0514724-71.2010.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
EMBARGANTE:FRANCISCO EURICO CAVALCANTE
PROC./ADV.: ELAINE MARIA TAVARES LUZ
OAB: CE-18754
EMBARGADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 5000630-71.2014.4.04.7100
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
EMBARGANTE:LUIZ FERNANDO DE CARVALHO ROCHA
PROC./ADV.: ROBERTO DE FIGUEIREDO CALDAS
OAB: DF-5939
PROC./ADV.: GLÊNIO OHLWEILER FERREIRA
OAB: RS-23021
EMBARGADO(A):UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

PROCESSO: 5008002-96.2013.4.04.7200
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
EMBARGANTE: MIRNA DE BORBA
PROC./ADV.: DOUGLAS EDUARDO MICHELS
OAB: SC-25763
EMBARGADO(A):FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao suscitado para contrarrazões ao Incidente de Uniformização dirigido ao Superior Tribunal de Justiça:

PROCESSO: 5004932-75.2012.4.04.7113
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE: INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A): XISTO VICTOR MEZZACASA
PROC./ADV.: ALEX JACSON CARVALHO
OAB: RS-49563

PROCESSO: 5008948-12.2011.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE:RUI CARLOS GULARTE MORALES
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
OAB: RS 36.024
SUSCITADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 5039488-20.2013.4.04.7000
ORIGEM: PR - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ
SUSCITANTE:INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
SUSCITADO(A):CLOTILDES GONÇALVES BAIL
PROC./ADV.: NILTOWN LUIZ AUGUSTO
OAB: PR-68964

PROCESSO: 0521829-67.2013.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
SUSCITANTE:TEREZA NEUMA DE CASTRO DANTAS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
SUSCITADO(A):UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0500613-10.2014.4.05.8402
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
SUSCITANTE:ANTONIO SOARES PINHEIRO
PROC./ADV.: HEWERTON FERNANDES
OAB: RN-5275
SUSCITADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 5000015-85.2013.4.04.7207
ORIGEM: SC - SEÇÃO JUDICIÁRIA DE SANTA CATARINA
SUSCITANTE:UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
SUSCITADO(A):VERÔNICA MOROTESKOSKI CORRÊA
PROC./ADV.: ALEXANDRE FERNANDES SOUZA
OAB: SC-11851

PROCESSO: 0502406-87.2014.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
SUSCITANTE:FRANCISCA DAS CHAGAS BEZERRA DE QUEIROZ
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
SUSCITADO(A):UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 0506808-90.2009.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
SUSCITANTE:JOSÉ MENDES ARAÚJO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
SUSCITADO(A):FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

PROCESSO: 0506381-93.2009.4.05.8400
ORIGEM: RN - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO NORTE
SUSCITANTE:MARIA DO SOCORRO CARDOSO SOARES
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
SUSCITADO(A):FUNDAÇÃO INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE
PROC./ADV.: PROCURADOR FEDERAL

PROCESSO: 5005616-03.2012.4.04.7112
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE: IRMA MARIA CHOLLET RODRIGUES
PROC./ADV.: IMILIA DE SOUZA
OAB: RS 36.024
PROC./ADV.: VILMAR LOURENÇO
OAB: RS-33559
SUSCITADO(A): INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

PROCESSO: 5000915-47.2013.4.04.7117
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
SUSCITANTE:NAÍR CARON PEREIRA
PROC./ADV.: TIAGO PEDROLLO SOLIMAN
OAB: RS-76662
SUSCITADO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL
Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao recorrido para resposta:

PROCESSO: 0000023-75.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
REQUERENTE: ANA MARIA GOMES DE ANDRADE
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
REQUERENTE: JAIRO JOSÉ SANTOS ASSIS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
REQUERENTE: JOSÉ EVERALDO DE ASSIS SANTOS
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
REQUERENTE: RUY SIQUEIRA MELO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
REQUERIDO(A): MINISTRO PRESIDENTE DA TNU
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

PROCESSO: 0000019-38.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
REQUERENTE:ANTONIO RIBEIRO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
REQUERENTE:DIOMAR VALERIO DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
REQUERENTE:MARIA DE FATIMA FERREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN-5291
REQUERIDO(A):MINISTRO PRESIDENTE DA TNU
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

PROCESSO: 0000008-09.2015.4.90.0000
ORIGEM: CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL
REQUERENTE: LAEDILSON BARBOSA
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
REQUERENTE: UMBERTO GERMOGLIO
PROC./ADV.: JOÃO PAULO DOS SANTOS MELO
OAB: RN/5291
REQUERIDO(A): PRESIDENTE DA TNU
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO
Os processos abaixo relacionados encontram-se com vistas ao recorrido para contrarrazões ao Recurso Extraordinário dirigido ao Supremo Tribunal Federal:

PROCESSO: 5005121-16.2013.4.04.7114
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE: ANTONIO CARLOS RIBAS DE MOURA JÚNIOR
PROC./ADV.: ANTONIO CARLOS TEIXEIRA DE MOURA
OAB: RS-6258
REQUERIDO(A): UNIÃO
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA UNIÃO

PROCESSO: 5000915-47.2013.4.04.7117
ORIGEM: RS - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL
REQUERENTE:NAIR CARON PEREIRA
PROC./ADV.: TIAGO PEDROLLO SOLIMAN
OAB: RS-76662
REQUERIDO(A):INSS
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL FEDERAL

DECISÃO(*)

PROCESSO: 0508336-94.2006.4.05.8100
ORIGEM: CE - SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ
REQUERENTE: FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.: PROCURADORIA-GERAL DA FAZENDA NACIONAL
REQUERENTE: LUPÉRCIO ALEXANDRE CAVALCANTE
PROC./ADV.: THELMA BARBOSA DE MIRANDA
OAB: CE-2847

DESPACHO

Trata-se de petição apresentada pela requerente, na qual requer a reautuação do presente recurso visando corrigir a representação judicial da União, a fim de que seja intimada a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por se tratar os autos de matéria de natureza tributária (contribuição social para o FUSEX).

Intime-se a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, por intimação pessoal de um de seus membros, para se manifestar acerca da referida petição.

Caso a PFN concorde com as alegações, proceda-se às alterações necessárias; caso a PFN discorde, abra-se vistas à União, na pessoa de um dos membros da Procuradoria-Geral da União.

EXEMPLAR DE ASSINANTE DA IMPRENSA NACIONAL

Em qualquer caso, voltem-me os autos conclusos.

À Secretaria da TNU para as providências cabíveis.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 20 de março de 2015.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos

Juizados Especiais Federais

(*) Republicada por ter saído no DOU de 15-5-2015, Seção 1, página 116, com incorreção no original.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

SECRETARIA-GERAL DA CORREGEDORIA
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE CEILÂNDIA
1º TRIBUNAL DO JÚRI DE CEILÂNDIA

ATA DE AUDIÊNCIA DE SORTEIO DE JURADOS

(JULHO/2015)

Aos 16 de junho de 2015 (16/06/2015), no plenário do Tribunal do Júri de Ceilândia/DF, a portas abertas, nos termos do art. 433, do CPP, alterado pela Lei 11689/08, perante o(a) MM. Juiz(a) de Direito Substituto, Dr. Gilmar Rodrigues da Silva, foi feito o sorteio dos jurados titulares e suplentes, que servirão no mês de JULHO/2015. As cédulas foram retiradas da urna geral pelo(a) MM. Juiz(a) de Direito que, na medida em que eram retiradas da urna, procedia à leitura em voz alta do nome de cada pessoa sorteada, informando sua profissão. Estiveram presentes durante a solenidade o(a) N. Promotor(a) de Justiça,Dr. Milton Barbosa Rodrigues Júnior, bem como o Dr. Geraldo Divino Durães,OAB/DF 39531/DF,representando a Defensoria Pública. Foram sorteados os seguintes jurados.

TITULARES:
1- LUZIA APARECIDA RODRIGUES DA SILVA;
2- GERALDO CARLOS DE SOUZA JÚNIOR;
3- RAYANE STHEPHANIE XAVIER BEZERRA;
4-JOSÉ ROBERTO FERREIRA DA SILVA;
5-MANACEDES BANANEIRA GUEDES;
6- KLEBER SILVA DO NASCIMENTO;
7- MICHELE FERREIRA DA SILVA;
8- LUCIANE NASCIMENTO SILVA DIAS;
9-JOSÉ RAIMUNDO SILVA SOUZA;
10-DANILA TEIXEIRA SANTOS;
11- ELIENE RODRIGUES ALVES NASCIMENTO;
12- RAYANE SANTOS ALVES ALMEIDA;
13- DELVAIR MENDES DE SOUZA;
14- EDUARDO TEIXEIRA VASCONCELOS;
15- EDVAN SILVA;
16- ELAINE FERREIRA ALVES;
17- ELAINE GONÇALVES DUTRA;
18- NILO SÉRGIO DE LIMA ALVAREZ JÚNIOR;
19- NILTON SÉRGIO ALVES FERREIRA;
20-DHANNY MORAIS DE ALMEIDA;
21-ANTÔNIO MATIAS ALVES;
22- ESTER DA SILVA BALIZA GERTRUDES;
23-VIVIANE FERREIRA DA SILVA RODRIGUES;
24-AMÉRICO MANOEL DE SIQUEIRA;
25- VALÉRIA SANTANA E SOUSA.
SUPLENTES:
1-ANTÔNIA DE MARIA TOMAIS LIMA;
2- MARIA CELESTE DA CRUZ CAVALCANTE;
3-FABIANO MOREIRA DE MOURA;
4-SUHELEM BRASIL SANTOS;
5-JOSÉ BOBÔ JALES;
6-SÉRGIO BARBOSA PIMENTA;
7-DANIEL FIOROTE FERNANDES;
8- LINDOMAR FERREIRA DOS SANTOS;
9-ANTÔNIA ONDINA DURAES COUTINHO;
10- JOSÉ FRANCISCO MENDES DA GUIA;
11-JOAQUIM BENTO ALVES DOS SANTOS;
12- VALDENI MENDES LUCAS;
13- TULIO FERREIRA LINS;
14- BENEDITO ROMI FELIPE DA SILVA;
15- EDSON VIEIRA DE MORAIS;
16- CONCEIÇÃO DE MARIA OLIVEIRA PESSATO;
17- JUSSELINO RUFINO DOS SANTOS;
18- ANA CAROLINA ALVES ROCHA;
19- CLOVES BERNARDO DE AVREU JUNIOR;
20-TATIANE BORGES DE MORAIS;
21-TANIA APARECIDA VIANA;
22-EDMAR BORGES DE DEUS;
23-VALTER JOSÉ MOREIRA DE SENE;
24-CARLOS CLEMENTINO DE OLIVEIRA;
25-WILLER ALVES DA SILVA.

Após o sorteio, determinou o(a) MM. Juiz(a) de Direito que se proceda à convocação dos jurados sorteados, na forma do art. 434, parágrafo único, do CPP, alterado pela Lei 11680/08, para comparecer às Sessões Judiciárias deste Tribunal, correspondentes ao mês e ano para os quais foram sorteados, sob as penas da Lei - seja afixada a presente relação no átrio do Tribunal do Júri do Fórum local. Nada mais havendo, determinou que fosse lavrada a presente ata que, após lida e achada conforme, vai devidamente assinada por mim, , Danielle de Lourdes Barros, Assistente, e pelos presentes.

Juiz GILMAR RODRIGUES DA SILVA

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOMEDICINA

ACORDÃO Nº 1/2015

RECURSO PROCESSO ELEITORAL - QUADRIÊNIO 2015/2019 - CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 1ª REGIÃO - ACERVO PROBATÓRIO INSUFICIENTE PARA A FORMAÇÃO DE UM JUÍZO PARA REVISÃO E ANULAÇÃO DO PARECER JURÍDICO - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. No que concerne às alegações formalizadas no recurso não condiz com a realidade encontrada nos autos. O conjunto probatório coligido nos autos comprova que candidatos que compõe a chapa do Recorrente não cumpriram a legislação estabelecida para se candidatar ao pleito eleitoral, não havendo que se falar em Revisão e anulação do Parecer Jurídico.

ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Membros do Plenário do Conselho Federal de Biomedicina - CFBM, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Doutor Silvio José Cecchi, por unanimidade, conhecer do recurso interposto, para lhe NEGAR PROVIMENTO, em conformidade com o relatório e o voto constantes dos autos que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Brasília-DF, 12 de junho de 2015.

SILVIO JOSÉ CECCHI
Presidente do Conselho

ACORDÃO Nº 3/2015

RECURSO PROCESSO ÉTICO- CONSELHO REGIONAL DE BIOMEDICINA - 1ª REGIÃO - ACERVO PROBATÓRIO INSUFICIENTE PARA A FORMAÇÃO DE UM JUÍZO PARA SUA ABSOLVIÇÃO - RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO - DECISÃO UNÂNIME. No que concerne às alegações formalizadas no recurso não condiz com as provas que foram apuradas nos autos. Não havendo que se falar em arquivamento do processo ético.

ACÓRDÃO, Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, acordam os Membros do Plenário do Conselho Federal de Biomedicina - CFBM, sob a presidência do Excelentíssimo Senhor Doutor Silvio José Cecchi, por maioria absoluta e duas abstenções, conhecer do recurso interposto, para NEGAR PROVIMENTO, em conformidade com o relatório e o voto constantes dos autos que ficam fazendo parte integrante do presente julgado. Brasília-DF, 12 de junho de 2015.

SILVIO JOSÉ CECCHI
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA

ACÓRDÃO Nº 23.302, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014

Recurso Administrativo nº 729/2014. N.º Originário: 199/2011. Recorrente: TATIANA BARBOSA PEREIRA. Advogado: ROGER DA SILVA MOREIRA SOARES (OAB/SP 327.019-A). Recorrido: CRF/SP. Relatora: Conselheira Federal KARLA REGINA LOPES ELIAS. Ementa: Infringência à Resolução/CFF nº 417/2004 - Código de Ética Farmacêutica. Pelo Conhecimento e Improvimento do Recurso. Conclusão: Vistos, Relatados e Discutidos os presentes Autos, decide o Plenário do Conselho Federal de Farmácia, por unanimidade de votos, pelo Conhecimento e Improvimento do Recurso, mantendo-se a penalidade imposta pelo CRF/SP de multa de 3 (três) salários mínimos, nos termos do voto da Relatora, que faz parte integrante deste julgado.

WALTER DA SILVA JORGE JOÃO
Presidente do Conselho

CONSELHO FEDERAL DE MEDICINA VETERINÁRIA

ACÓRDÃOS

Acórdão nº 4 de 22 de outubro de 2014 - PL. PA CFMV nº 0429/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR MAIORIA ABSOLUTA - Conhecer e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Revisor, Méd Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.
Acórdão nº 52 de 21 de outubro de 2014 - 2T. PA CFMV nº 5434/2014. Origem: CRMV-RO. Decisão: POR UNANIMIDADE - Conhecer e dar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd. Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

BENEDITO FORTES DE ARRUDA
Presidente do Conselho

Acórdão nº 20 de 08 de dezembro de 2014 - PL. PEP CFMV nº 2499/2014. Origem: CRMV-SP. Decisão: UNANIMIDADE - Conhecer e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Relator, Méd Vet. Nordman W. B. de Carvalho Filho.

Acórdão nº 22 de 08 de dezembro de 2014 - PL. PEP CFMV nº 5245/2014. Origem: CRMV-SC. Decisão: POR MAIORIA - Conhecer e negar-lhe provimento, nos termos do Voto do Conselheiro Revisor, Méd. Vet. Antônio Felipe P. de F. Wouk.

EDUARDO LUIZ SILVA COSTA
Presidente do Conselho
em exercício

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA

RESOLUÇÃO Nº 384, DE 20 DE MAIO DE 2015

Dispõe sobre o Reajuste Salarial; Vale Alimentação; Auxílio Educação; Assistência Odontológica aos empregados do CRCSC.

O CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE SANTA CATARINA - CRCSC, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando a data-base do reajuste de salarial, resolve:

Art. 1º. Conceder reajuste salarial no percentual de 8,34% (oito vírgula trinta e quatro por cento), correspondente ao INPC acumulado de maio de 2014 a abril de 2015. A partir de 1º de maio de 2015, o salário base dos empregados do CRCSC será

Art. 2º. Conceder a todos os empregados do CRCSC um aumento real de 1% (um por cento) incidente sobre o salário resultante da correção prevista no art. 1º.

Art. 3º A partir de 1º de maio de 2015, o Vale Alimentação passará para R$ 34,00 (trinta e quatro reais) por dia, sendo fornecido para 22 (vinte e dois) dias.

Art. 4º. Alterar o Auxílio Educação, que será concedido aos empregados que estudam ou desejam estudar em cursos de pós-graduação, em nível de especialização atendendo aos requisitos da Resolução CRC/SC nº 308/2010, ou resoluções posteriores, mediante aprovação do plenário.

Parágrafo Único: O reembolso das despesas com mensalidades e matrículas será efetuado em folha de pagamento após a apresentação dos comprovantes e demais documentos exigidos na Resolução CRC-SC 308/2010, ou resoluções posteriores que venham a ser publicadas.

Art. 5º. Instituir a Assistência Odontológica para os empregados do CRCSC, que atenda às necessidades básicas de saúde bucal, mediante plano coletivo empresarial, observado o disposto nos incisos abaixo:

I - A oferta desse benefício é extensível aos dependentes legais dos empregados de acordo com as regras aqui fixadas.

II - Poderão ser beneficiários do plano odontológico oferecido pelo CRCSC aos seus empregados, na condição de seus dependentes:

a)Cônjuge;

b)Companheiro (a);

c)Filhos não emancipados, de qualquer condição, menor de 21 (vinte e um) anos, sendo estendido até 24 (vinte e quatro) anos se estudante universitário, ou inválido de qualquer idade, o enteado e o menor tutelado.

III - Os empregados que optarem por aderir ao plano coletivo de assistência odontológica oferecido pelo CRCSC, ou que incluam seus dependentes ao plano, participarão mensalmente do custeio do plano conforme critérios definidos nas tabelas a seguir, mediante desconto em folha de pagamento:

Custeio do Plano - Mensalidade dos EMPREGADOS
Salários até R$ 2.327,86 - 10% do valor da mensalidade
Salários a partir de R$ 2.327,87 até R$ 4.037,45 - 20% do valor da mensalidade.
Salários a partir de R$ 4.037,46 - 30% do valor da mensalidade.

Custeio do Plano - Mensalidade dos DEPENDENTES
Cônjuges e Companheiros (letras "a" e "b" do inciso II da Cláusula Décima) - 100% do valor da mensalidade.
Filhos, enteados e menor tutelado (letras "c" do inciso II da Cláusula Décima) - 30% do valor da mensalidade.

IV- A concessão do benefício será precedida de contratação que atenderá aos requisitos da Lei 8.666/94, portanto somente será disponibilizado após efetivada a contratação na forma da Lei.

Art. 6º. Esta Resolução entra em vigor na data sua assinatura, retroagindo seus efeitos a 1º de maio de 2015, permanecendo vigente até 30 de abril de 2016, revogando-se todas as disposições em contrário.

Florianópolis, 20 de maio de 2015.
ADILSON CORDEIRO
Presidente do Conselho

COMERCIALIZAÇÃO PROIBIDA POR TERCEIROS

RESOLUÇÃO Nº 383, DE 15 DE ABRIL DE 2015

Dispõe sobre a abertura de crédito adicional suplementar ao orçamento analítico do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina para o exercício de 2015

O PLENÁRIO DO CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA - CRCSC, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o que preceitua a Resolução CFC nº 1161/09 de 13 de fevereiro de 2009 e a Lei nº 4320/64,

CONSIDERANDO a análise da execução orçamentária, onde foi verificada a necessidade de se proceder aos ajustes entre as dotações orçamentárias.

CONSIDERANDO o parecer favorável da Câmara de Controle Interno do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina. resolve:

Art. 1º - Abrir Crédito Adicional Suplementar ao orçamento do Conselho Regional de Contabilidade de Santa Catarina, para o exercício financeiro de 2015, no valor de R$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais);

CÓDIGO	RUBRICAS	SUPLEMENTA	PROJETO
6.3.2.1.03.01.002	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS	49.000,00	5007
6.3.2.1.01.01.001	OBRAS E INSTALAÇÕES	119.000,00	5007
6.3.1.3.02.01.029	MANUT. E CONSERVAÇÃO BENS MÓVEIS	76.000,00	5008
6.3.1.3.02.01.022	DEMAIS SERVIÇOS PROFISSIONAIS	51.000,00	5001
TOTAL		**295.000,00**	

Parágrafo Único - Para a abertura do presente "Crédito Adicional Suplementar" serão utilizados recursos provenientes do SUPERÁVIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL DO EXERCÍCIO ANTERIOR, NO VALOR DE R$ 295.000,00 (DUZENTOS E NOVENTA E CINCO MIL REAIS).

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura, revogando-se as disposições em contrário.

Florianópolis, 15 de abril de 2015.
ADILSON CORDEIRO
Presidente do Conselho

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL
CONSELHO FEDERAL
2ª CÂMARA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 10.0000.2014.004869-4/SCA. Recte: M.S., P.A.A. Reptes. Legais: H.M.S. e H.P.P. (Adv: Heleno Mota e Silva OAB/MA 5692). Recdos: Conselho Seccional OAB/Maranhão e D'Jane Luciazia Carvalho Silva. Relator: Conselheiro Federal Sérgio Santos Sette Câmara (MG). Relator ad hoc: Conselheiro Federal Pelópidas Soares Neto (PE). EMENTA N. 009/2015/SCA. Recurso em face de decisão da Segunda Turma da Segunda Câmara do CFOAB que, por maioria de votos, determinou a restituição dos autos à subseção de Imperatriz, para regular abertura e instrução do processo, tendo em vista o anterior arquivamento liminar da representação. Nulidade declarada diante da ausência de nomeação de relator para parecer anterior à decisão de arquivamento, bem como pela falta de fundamentação da referida decisão. Procedimento em desacordo com o que dispõe o art. 51 do CED (error in procedendo). Ausência de requisito essencial à prestação da tutela, qual seja, a fundamentação da decisão proferida. Decisão mantida. Recurso conhecido e improvido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher o voto do Relator, parte integrante deste, conhecendo e negando provimento ao recurso. Impedido de votar o Representante da OAB/Maranhão. Brasília, 16 de junho de 2015. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Pelópidas Soares Neto, Relator ad hoc. RECURSO N. 49.0000.2014.005157-5/SCA-ED. Embte: C.B. (Adv: Marcel Dimitrow Grácia Pereira OAB/PR 27001). Embdo: Acórdão de fls. 520/524. Recte: C.B. (Adv: Marcel Dimitrow Grácia Pereira OAB/PR 27001). Recdos: Conselho Seccional da OAB/Paraná e C.R.G.O. (Advs: Marcelo de Oliveira OAB/PR 18747 e Waldemar Ponte Dura OAB/PR 12416). Relator: Conselheiro Federal André Luis Guimarães Godinho (BA). Relator para o acórdão: Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL). EMENTA N. 010/2015/SCA. Embargos de declaração. Ausência de nulidade processual. Embargos declaratórios conhecidos e acolhidos parcialmente para suprir a omissão apontada. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em acolher o voto divergente do Conselheiro Federal Everaldo Bezerra Patriota (AL), parte integrante deste, conhecendo e acolhendo parcialmente os embargos de declaração. Impedido de votar o Representante da OAB/Paraná. Brasília, 16 de junho de 2015. Renato da Costa Figueira, Presidente em exercício. Everaldo Bezerra Patriota, Relator para o acórdão.

Brasília, 16 de junho de 2015.
CLÁUDIO STÁBILE RIBEIRO
Presidente

MUSEU DA IMPRENSA

Uma viagem no tempo, registrando a informação oficial



SIG, Quadra 6, Lote 800, Brasília - DF, CEP 70610-460, fone: (0 XX 61)3441 9618



Disponível no portal

www.in.gov.br

e na versão impressa

IMPRENSA NACIONAL 1808



ENVIO ELETRÔNICO DE MATÉRIAS

Ao enviar matéria eletronicamente para publicação nos Jornais Oficiais, certifique-se de que os arquivos estejam *livres de vírus.* *Sua matéria pode ser rejeitada, caso seja constatado algum tipo de contaminação.*

Novos tipos de vírus aparecem diariamente, causando transtornos e prejuízos para os usuários de computadores. Portanto, cuidado, seja prudente!

Atualize seu software antivírus **com freqüência, para evitar sua defasagem e ineficácia na eliminação de novos vírus que venham a surgir.**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015061900199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012015061900200

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.